Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 143/2013 Data da divulgação: Terça-feira, 06 de agosto de 2013. Porto Velho - RO

PRESIDENTE
Desembargador Roosevelt Queiroz Costa

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Raduan Miguel Filho

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Miguel Monico Neto

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Contador José Miguel de Lima

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador José Delson Ribeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA MAGISTRATURA

ATOS DO PRESIDENTE

ATO Nº 575/2013-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do Processo nº 36231-51.2013,

R E S O L V E:

RECONDUZIR o Juiz de Direito Dalmo Antônio de Castro Bezerra, titular 2º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho, às funções de Diretor do Fórum do referido Juizado, pelo período de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 152, XXVI, do Regimento Interno deste Poder, com efeitos a partir de 1º de agosto de 2013.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 576/2013-CM

O PRESIDENTE, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante do Processo Nº. 0015329-77.2013,

AUTORIZAR o afastamento do Juiz Substituto HEDY CARLOS SOARES, lotado da 1ª Seção Judiciária, com sede na Comarca de Porto Velho, nos dias 27 e 28/08/2013, para participar de audiência de instrução e julgamento na cidade de Ananindeua/PA, nos termos do art. 103,V, RI/TJRO, sem ônus para este Poder.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 577/2013-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta do processo digital nº 13573-76.2010,

R E S O L V E :

CONCEDER ao Juiz de Direito JOÃO BATISTA CHAGAS DOS SANTOS, indenização de 30 (trinta) dias de férias não gozadas, por imperiosa necessidade de serviço, referentes ao primeiro de 2010, em face de sua aposentadoria ocorrida no dia 19/12/2012.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 578/2013-CM

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando o que consta na Resolução 017/2010-PR de 15/06/2010, disponibilizada no D.J. nº 110 de 17/06/2010,

Considerando o que consta do processo nº 22518-09.2013, às fls. 28/40,

R E S O L V E :

CONCEDER o equivalente a 70% (setenta por cento) do valor da diária inteira disciplinado pelo Anexo II da referida Resolução, por dia de afastamento, observando o tempo a hospedagem e a duração da substituição, ao Juiz Substituto

MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária sediada na Comarca de Ariquemes, em virtude de seus deslocamentos, ocorridos nos períodos de 10 a 14/6/2013, 19 a 21/6/2013 e 24 a 26/6/2013, para exercer atividades Judicantes na Comarca de Jaru.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

ATO Nº 579/2013-CM

O PRESIDENTE, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 154, IX, do RI/TJRO,

Considerando constante Ofício Nº 050/2013-AMERON, 18/07/2013,

R E S O L V E:

AUTORIZAR o afastamento dos Magistrados Valter de Oliveira, Aldemir de Oliveira, José Antônio Robles, Ilisir Bueno Rodrigues, Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, Sérgio William Domingues Teixeira, Edvino Preczevski, Marcelo Tramontini, Fabiano Pegoraro Franco, Johnny Gustavo Clemes, Áureo Virgílio de Queiroz, Elsi Antônio Dalla Riva, Maximiliano Darcy David Deitos, José Antônio Barretto, Danilo Augusto Kanthack Paccini, Ivens dos Reis Fernandes, Adriano Lima Toldo, Luis Marcelo Batista da Silva e Hedy Carlos Soares, para participarem de evento oficial organizado pela Associação dos Magistrados Brasileiros AMB, a realizar-se na cidade de Rio Branco/AC no período 14 a 18/08/2013, nos termos do art. 103, V, RI/TJRO, sem ônus para este Poder.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

(a)DES. ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

EDITAIS

Republicado por erro material

EDITAL n. 32/2013-CM.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA, em cumprimento ao que dispõe o artigo 245, § 2º, do Regimento Interno deste Poder, com a alteração dada pelo Assento Regimental n. 018/2008, torna público que fará a convocação de 3 (três) Juízes de Direito de 3ª Entrância da Comarca da Capital, com a finalidade de substituir os Desembargadores ou compor Câmaras Julgadoras declaradas em regime de exceção, nos termos Artigo 245 do Regimento Interno deste Poder, pelo prazo de 01 (um) ano, admitida uma recondução.

Assim, os Juízes de Direito de 3ª Entrância que se interessarem na convocação deverão manifestar-se por meio de requerimento dirigido a esta Presidência, no prazo de cinco (05) dias, a contar da disponibilização do presente Edital. Depois de convocados os juízes de direito permanecem em sua jurisdição à disposição do Tribunal para cumprirem, quando necessário, o mister da substituição prevista no art. 245, caput e § 9º, do Regimento Interno. Os juízes de direito com pena disciplinar imposta nos últimos doze meses ou que estejam respondendo a procedimento administrativo disciplinar de que possa resultar a perda do cargo não poderão concorrer à convocação.

Eventual desistência só será aceita se, formulada no prazo de 2 (dois) dias, contados da data da publicação do Edital de lista final dos inscritos.

Porto Velho, 02 de agosto de 2013.

(a) Desembargador ROOSEVELT QUEIROZ COSTA

Presidente

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

PORTARIA N. 415/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz Substituto MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pela 1ª Vara Cível da comarca de Ariquemes, no período de 31/7/2013 a 8/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 416/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta ANE BRUINJÉ, lotada na 4ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pela 2ª Vara Genérica da comarca de Espigão D' Oeste, no período de 1º/8/2013 a 1º/9/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 417/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. I, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Juíza Substituta ELISÂNGELA FROTA ARAÚJO REIS, lotada na 3ª Seção Judiciária, para responder, sem prejuízo da designação anterior, pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Ji-Paraná, no período de 7/8/2013 a 25/8/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 418/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, inc. II, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

DESIGNAR o Juiz Substituto ARTUR AUGUSTO LEITE JÚNIOR, lotado na 7ª Seção Judiciária, para auxiliar, sem prejuízo da designação anterior, nas respectivas varas da comarca de Rolim de Moura, conforme quadro abaixo:

VARA	PERÍODO
1ª Vara Cível da comarca de Rolim de Moura	1º/8/2013 a 31/8/2013
2ª Vara Cível da comarca de Rolim de Moura	7/8/2013 a 31/8/2013

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

PORTARIA N. 419/2013-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário desenvolveu as MEGAOPERAÇÕES JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE na comarca de Alta Floresta D'Oeste;

CONSIDERANDO o constante na Portaria n. 339/2012-CG, de 25/10/2012, publicada no DJE n. 199/2012 de 26/10/2012;

CONSIDERANDO o constante na Portaria n. 197/2013-CG, de 24/4/2013, publicada no DJE n. 076/2013 de 25/4/2013;

CONSIDERANDO o constante no requerimento, subscrito pelo Juiz Eli da Costa Júnior, solicitando folgas compensatórias;

R E S O L V E:

CONCEDER ao Juiz ELI DA COSTA JÚNIOR, titular da comarca de Alta Floresta D'Oeste, 02 (duas) folgas compensatórias para gozo nos dias 7/8/2013 e 8/8/2013, nos termos do art. 6º, § 4º, do Provimento n. 021/2004-CG, de 13/10/2004, publicado no DJ n. 202, de 27/10/2004, em razão de suas atuações nas MEGAOPERAÇÕES JUSTIÇA RÁPIDA ITINERANTE, realizada nos dias 10/11/2012 e 8/6/2013.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO

Corregedor-Geral da Justiça

Provimento N. 0018/2013-CG

Autoriza a lavratura de escritura pública de separação e de divórcio consensual, com ou sem partilha de bens, mesmo que existam filhos menores ou incapazes do casal, se a situação jurídica destes já estiver regulamentada em ação prévia, que será ratificada na escritura, no que tange aos aspectos de guarda, visitação e alimentos.

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a excetora experiência obtida com a Lei 11.441/07 que confiou as serventias de notas a realização de separação, divórcio e inventários;

CONSIDERANDO a possibilidade de haver separação ou divórcio extrajudicial, mesmo quando o casal possuir filhos menores, desde que ajustados previamente as questões atinentes à guarda e visitas dos filhos menores ou incapazes e aos alimentos devidos a eles (além de outras eventuais indagações) por via judicial, através de ações próprias;

CONSIDERANDO o parecer exarado nos autos n. 0041554-37-2013.8.22.1111;

RESOLVE:

Art. 1º - Inserir a Seção X no Capítulo II das Diretrizes Gerais dos Serviços Notariais e Registrais com a seguinte redação:

Seção X

Da Disposições Comuns a Separação e Divórcio Consensuais

97. Para a lavratura da escritura pública de separação e de divórcio consensuais, deverão ser apresentados:

a) certidão de casamento;

b) documento de identidade oficial e CPF/MF;

c) pacto antenupcial, se houver;

d) certidão de nascimento ou outro documento de identidade oficial dos filhos capazes, se houver;

e) certidão de propriedade de bens imóveis e direitos a eles relativos;

f) documentos necessários à comprovação da titularidade dos bens móveis e direitos, se houver.

98. As partes devem declarar ao Tabelião de Notas, por ocasião da lavratura da escritura, que não têm filhos comuns ou, havendo, que são absolutamente capazes, indicando os seus nomes e as datas de nascimento.

98.1. Se comprovada a resolução prévia e judicial de todas as questões referentes aos filhos menores (guarda, visitas e alimentos), o tabelião de notas poderá lavrar escrituras públicas de separação e divórcio consensuais.

99. Da escritura, deve constar declaração das partes de que estão cientes das consequências da separação e do divórcio, firmes no propósito de pôr fim à sociedade conjugal ou ao vínculo matrimonial, respectivamente, sem hesitação, com recusa de reconciliação.

100. O comparecimento pessoal das partes é dispensável à lavratura das escrituras públicas de separação e divórcio consensuais, se os separandos e os divorciandos estiverem representados por seus procuradores, constituídos por meio de instrumento público, com prazo de validade de 30 (trinta) dias, no qual documentado a outorga de poderes especiais para o ato, com descrição das cláusulas essenciais.

100.1. A procuração lavrada no exterior, registrada no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada da respectiva tradução, caso não redigida na língua nacional, poderá ter prazo de validade de até noventa dias.

100.2. É vedada a acumulação de funções de procurador e de advogado das partes.

Art. 2º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

Desembargador MIGUEL MONICO NETO
Corregedor-Geral da Justiça

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Direta de Inconstitucionalidade
Número do Processo :0006981-08.2013.8.22.0000
Requerente: Prefeita do Município de Jaru RO
Advogado: Mário Roberto Pereira de Souza(OAB/RO 1765)
Advogado: Merquizedks Moreira(OAB/RO 501)
Requerida: Câmara Municipal de Jaru - RO
Requerido: Município de Jaru - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Jaru RO( )
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
De acordo com o disposto no art. 555 do Regimento Interno desta e. Corte, em se tratando de ação direta de inconstitucionalidade, o pedido de liminar deve ser apreciado pelo Presidente do Tribunal.
Vê-se, pois, que os autos foram distribuídos, por equívoco, no âmbito do Tribunal Pleno enquanto deveria ser perante o Órgão Julgador Presidência.
Posto isso, determino a remessa do processo ao Dedist para a devida redistribuição.
Publique-se.
Porto Velho – RO, 1º de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator e Vice-Presidente

Tribunal Pleno
Despacho DA RELATORA
Mandado de Segurança
Número do Processo :0006922-20.2013.8.22.0000
Impetrante: Estado de Rondônia
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes(OAB/RO 5727)
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos.
O Estado de Rondônia, representado pela Procuradoria Geral do Estado, impetra o presente mandado de segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, que deferiu no Precatório nº 0001395-92.2010.8.22.0000, a inclusão do substituído Antônio Pereira de Carvalho, na lista de credores a serem contemplados com antecipação de crédito humanitário, previsto no art. 100, §2º, da Constituição Federal, muito embora o mesmo já tivesse sido beneficiado com a antecipação de pagamento.
Relata o impetrante que, a decisão foi fundamentada em recente precedente do CNJ, que apreciou a legalidade de dispositivo contido na normatização interna a respeito deste assunto no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e nas conclusões da reunião do Comitê Gestor de Precatórios realizados em 24 de abril de 2013 assentou-se que é possível o pagamento de crédito humanitário a um credor que possua créditos em precatórios diversos.
Contudo, argumenta que a postura do e. Presidente deste Tribunal está em descompasso com precedentes recentes desta e. Corte de Justiça (Mandado de Segurança n. 0007171-05.2012.8.22.0000 – Rel. Des. Valter de Oliveira; 0007155-51.2012.8.22.0000 – Rel. Des. Raduan Miguel Filho; 0011383-69.2012.822.0000 - Rel. Des. Valter de Oliveira).
Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão do pagamento por antecipação, a título de crédito humanitário, no precatório n. 0001395.92.2010.8.22.0000, em favor de Antônio Pereira de Carvalho, até o julgamento final deste mandamus.
No mérito pugna pela concessão da segurança para afastar do caso em concreto quaisquer entendimentos que visem a antecipar créditos humanitários a credores já contemplados com tais pagamentos em seu patamar máximo.
É o relatório. Decido.
Em razão dos precedentes colacionados pelo impetrante, bem como por entender presente a fumaça do bom direito e o perigo da demora, caracterizados pela iminência da liberação do valor do precatório, situação, convenha-se, que não mais se conseguirá reverter acaso seja concedida a ordem, defiro a liminar e, como consequência, determino a suspensão do pagamento ao substituído acima indicado até o julgamento final desta ação constitucional.
Notifique-se a autoridade coatora a prestar informações que julgar necessárias no prazo legal.
Cite-se o Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia – SINGEPERON, substituto processual de Antônio Pereira de Carvalho.
Após, vista à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer.
Publique-se.
Porto Velho, 02 de agosto de 2013.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora

Tribunal Pleno
Agravo de Instrumento nrº 0006917-95.2013.8.22.0000
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Thiago Alencar Alves Pereira (OAB/PE 27022-B)
Agravada: Translocomotiva Transportes Rodoviários e de Cargas Ltda
Vistos,
O Estado de Rondônia, agrava, por instrumento, a decisão proferida no Mandado de Segurança n.0005974-78.2013.822.0000, que concedeu liminar a Translocomotiva Transportes Rodoviários e de Cargas Ltda., nomeando o representante da impetrante fiel depositário de bem apreendido por crime de tráfico ilícito de drogas.
Fundamentou o pedido no §1º do art.7º da Lei n.12.016/2009, dizendo o agravante não existir prova do direito líquido e certo a justificar a impetração, tanto quanto causar a decisão prejuízo à instituição, sem declinar-lhe o nome, e à sociedade. Quer a retratação da decisão.
Relatei. Decido.
A Lei n.12.016/2009, nova norma do mandado de segurança, estabelece a impugnação, ao assim prever no art. 7º, § 1º: "Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".
O CPC, contudo, ao tratar da interposição do agravo de instrumento, art. 525, impõe, em caráter obrigatório, a instrução do pedido com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, o que não foi observado na hipótese.
Por outro lado, o pedido não contém razões, mas mera alegação de ausência de direito líquido e certo, com citação de doutrina, aludindo à hipótese de prejuízo à instituição cujo nome não declina, supostamente decorrente da nomeação do representante da empresa impetrante como fiel depositário do bem.
A bem dizer, a participação do Estado no Mandado de Segurança visa ao resguardo de interesse da pessoa jurídica interessada, como órgão de representação judicial, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei n.12.016/2009.
Todavia, o bem apreendido em decorrência de tráfico ilícito de drogas cujo perdimento findar decretado em sentença condenatória reverte-se em favor da União, na expressão dos arts.63 e 64 da Lei de Tóxicos, não havendo, pois, interesse do Estado na liberação provisória, sobremodo se não há evidência de prejuízo ante as limitações impostas pela lei ao fiel depositário.
Assim, faltando ao agravante interesse na destinação do bem apreendido, afasta-se a hipótese de dano iminente, a justificar a impugnação da decisão por agravo de instrumento, notadamente se interposto de forma deficiente.
Posto isso, manifestamente improcedente, nego seguimento ao agravo, com fundamento no art.139, IV do RI-TJ/RO, decretando-lhe, por consequência, a extinção.
Publique-se.
Porto Velho, 31 de julho de 2013.
(a)Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relator

1ª CÂMARA CÍVEL

1ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006676-24.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0018881-19.2012.8.22.0001
Agravante: Anilton Pio de Assis
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Jorge Moreira dos Passos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Juliana Jorgina de Brito
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Zoraide Bastos Castro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: José Eduardo Bastos Castro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Luiz Alberto da Cunha Castro Junior
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Maria José de Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Sueli Aparecida Rocha de Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Valdecir Luiz Carara
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Odete Bezerra da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO 4567)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola(OAB/SP 198040)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Anilton Pio de Assis e outros impugnam, por agravo, a decisão proferida pelo Juízo da 8ª Vara Cível de Porto Velho em ação de cumprimento de sentença, que acolheu parcialmente a exceção de pré-executividade, nos seguintes termos:
"Vistos.
Tendo em vista o erro material na decisão anterior, profiro nova decisão nos seguintes termos: (art. 463, I, CPC)
Origem dos juros moratórios
Quanto aos juros moratórios assiste razão à parte requerida, posto que a autora apresentou planilha onde houve incidência dos juros moratórios desde a citação da ação civil pública (Junho 1993), quando, em verdade, são devidos a partir da citação no presente feito.
Desta feita, assiste razão a parte autora nos demais pedidos, com ressalva à aplicação dos juros moratórios, que deverão ser calculados com base na citação das ações individuais de cumprimento de sentença.
Assim, acolho parcialmente a exceção de pré-executividade da parte executada, conforme fundamentação supra, e dou prosseguimento ao feito.
Determino a remessa dos autos à contadoria judicial para que retifique os cálculos elaborados pelo autor. Após a elaboração dos cálculos, retornem os autos conclusos para análise do último pedido formulado pelo autor."
Em suas razões recursais alegam os agravantes que o agravado apresentou irresignação por meio de exceção de pré-executividade referente a matérias que somente podem ser

alegadas através de impugnação, isso porque nos termos do artigo 475-L, V, do CPC a impugnação apenas poderá versar sobre excesso de execução. Dessa forma, a matéria alegada pelo agravado – cabimento dos juros de mora a partir da citação na ação civil pública ou na fase de cumprimento de sentença – refere-se a excesso de execução.
Assevera que a mora é constituída com a citação inicial, que se dá no processo de conhecimento, pelo fato de ser taxativo o disposto no artigo 405 do Código Civil.
Cita julgados que entende lhe favorecer e pugna pela concessão de efeito suspensivo, e ao final pelo provimento do agravo para anular a decisão agravada, e consequente seja determinada a incidência dos juros de mora desde a citação na ação civil pública.
É o relatório.
Decido.
A alegação dos agravantes é no sentido de não ser cabível a exceção de preexecutividade, e sobre o mérito, fala que o juros devem ser aplicados desde a propositura da ação de conhecimento.
Sobre o cabimento da exceção, não é cabível a apreciação, tendo em vista que não foi matéria apreciada no primeiro grau.
No que se refere ao termo inicial dos juros de mor, é cediço que a regra geral do cumprimento instaura execução nos mesmos autos sem constituir nova relação jurídica processual, a teor do art. 475-I do CPC. Mas, diferente é o caso do cumprimento individual de sentença coletiva. É hipótese que exige citação da parte devedora equiparando-se àquelas previstas no parágrafo único do art. 475-N do CPC, instaurando outra relação triangular em autos próprios.
Por consequência, o termo inicial dos juros de mora é matéria complexa que envolve a regra geral aplicável às sentenças e a peculiaridade do cumprimento individual da sentença proferida em Ação Civil Pública, pois envolve a natureza jurídica da sentença, do processo individual que visa sua liquidação ou cumprimento e dos atos que integram os sujeitos da nova relação processual.
Veja-se o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:
AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POUPANÇA. EXPURGOS. INDENIZAÇÃO POR LESÃO A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUROS MORATÓRIOS. MORA EX PERSONA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
(...)
3. Com efeito, não merece acolhida a irresignação, pois, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil, na hipótese, a mora verifica-se com a citação do devedor, realizada na fase de liquidação de sentença, e não a partir de sua citação na ação civil pública.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1348512/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013)
Destarte, os juros de mora pelo inadimplemento da sentença coletiva são devidos a contar do ato citatório na execução individual quando há pretensão do titular do crédito e valor certo a ser cumprido pelo devedor.
Ante o exposto, nego provimento ao agravo, com fundamento no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil, permanecendo a decisão inalterada.
Oficie-se.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006709-14.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0018635-23.2012.8.22.0001
Agravante: Catiele Machado Veronez
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Elixandra da Silva Pereira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Alexandre da Silva Pereira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Elizabete da Silva Pereira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: José Madalon Netto
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: José Tarcísio Batista Mendes
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Lizia Cavalcante de Araújo
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Lucia Queiroz e Silva Corassa
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravante: Zilmar Raimunda da Silva Amorim
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior(OAB/PR 15066)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO 4567)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Catiele Machado Veronez e Outros interpuseram agravo em face da decisão que deu parcial provimento à exceção de pré-executividade oposta por Banco do Brasil, a qual deu provimento ao argumento de que a aplicação do juros moratório tem incidência desde a citação no cumprimento de sentença e não da citação na Ação Civil Pública, determinando a apresentação de planilha atualizada em 15 dias.
Nas razões, aduziram preliminarmente o não cabimento da exceção de pré-executividade para a impugnação do cumprimento de sentença e requereram a anulação da decisão.
Quanto ao mérito, aduziram que os juros devem ser aplicados

desde a citação na ação principal, Ação Civil Pública – art. 405 do CC, art. 219 do CPC e Súmula 163 do STF – que não é necessária a apresentação de nova planilha. Requereram o efeito suspensivo ao agravo. Ao final, a aplicação dos juros desde a citação na Ação Civil Pública.
É o relatório. Decido.
Trata-se de agravo que impugna a decisão prolatada em exceção de pré-executividade em o juízo determina a aplicação de juros moratório desde a intimação no cumprimento de sentença e não da citação na ação principal.
A ação principal narra o cumprimento de sentença prolatada pela 12ª Vara Cível de Brasília, referente ao pagamento de diferenças de correção monetária decorrentes do Plano Verão aos poupadores prejudicados à época.
A preliminar levantada, quanto ao não cabimento da exceção para impugnar o cumprimento de sentença, não deve prosperar. Primeiro porque não foi matéria apreciada em primeiro grau. E segundo, que ao admitir a exceção de pre-executividade como modalidade de defesa, o executado apresentou fundamento de que ao caso dos autos se amolda aos precedentes jurisprudenciais (STJ – AGRg no Ag 1051891/SP. Rel Min. Castro Meira. j. 23/09/2008).
O objeto do recurso limita-se a aplicação do juros de mora.
A regra geral do cumprimento instaura execução nos mesmos autos sem constituir nova relação jurídica processual, a teor do art. 475-I do CPC. Mas, diferente é o caso do cumprimento individual de sentença coletiva. É hipótese que exige citação da parte devedora equiparando-se àquelas previstas no parágrafo único do art. 475-N do CPC, instaurando outra relação triangular em autos próprios.
Por consequência, o termo inicial dos juros de mora é matéria complexa que envolve a regra geral aplicável às sentenças e a peculiaridade do cumprimento individual da sentença proferida em Ação Civil Pública, pois envolve a natureza jurídica da sentença, do processo individual que visa sua liquidação ou cumprimento e dos atos que integram os sujeitos da nova relação processual.
Veja-se o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:
AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POUPANÇA. EXPURGOS. INDENIZAÇÃO POR LESÃO A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUROS MORATÓRIOS. MORA EX PERSONA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.
(...)
3. Com efeito, não merece acolhida a irresignação, pois, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil, na hipótese, a mora verifica-se com a citação do devedor, realizada na fase de liquidação de sentença, e não a partir de sua citação na ação civil pública.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1348512/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013)
Assim, os juros de mora pelo inadimplemento da sentença coletiva são devidos a contar do ato citatório na execução individual quando há pretensão do titular do crédito e valor certo a ser cumprido pelo devedor.
Referente aos cálculos, tenho que a complexidade necessária inviabilize a apresentação da planilha pelos consumidores. Portanto, é o caso de retirar, de ofício, tal ônus dos agravantes e reformar a decisão a quo, determinando a remessa dos autos para a contadoria judiciária para a atualização dos valores.
Posto isso, nego provimento monocrático ao agravo e mantenho a decisão agravada, fazendo apenas a ressalva para que os autos sejam encaminhados à contadoria judiciária para a atualização determinada na decisão.
Oficie-se.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006800-07.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0005661-46.2011.8.22.0014
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari(OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro(OAB/RO 4370)
Advogada: Saionara Mari(OAB/MT 5225)
Agravada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira(OAB/RO 3046)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Banco Bradesco Financiamentos S/A impugna, por agravo, a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível de Vilhena, em ação declaratória de inexistência de débito c/c indenizatória por danos morais ajuizada por Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira, que rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença, nos seguintes termos:
"Trata-se de cumprimento de sentença no tocante à multa imposta decorrente de inadimplência de retirada do nome da autora dos cadastros de inadimplentes.
Reiteradas vezes o executado foi intimado a comprovar o determinado em sentença, qual seja, a obrigação de retirada do nome da autora dos cadastros de inadimplentes, mas quedou-se inerte.
Finalmente, manifestou-se em 03.05.2013 e informou que garantiu o juízo através de depósito em conta judicial dos valores fixados a título de multa pelo inadimplemento.
Manifestou-se sobre a inexigibilidade do título, tese já ultrapassada com a prolação da sentença.
Disse que a inclusão em cadastros de inadimplentes deveu-se à inadimplência do pagamento da parcela nº 36. Juntou novamente tela por si mesmo produzida, já rejeitada pelo juízo anteriormente.
Não juntou aos autos tela acerca da inclusão em cadstros de inadimplentes, a fortalecer sua alegação de que referida inclusão deveu-se a parcela não compreendida pela sentença.
REpito: em nenhum momento o executado comprova que procedeu à retirada do nome da autora dos cadastros de inadimplentes ou, que a inclusão ocorreu por parcela do contrato não abrangida pelo presente feito.
Rejeito a impugnação apresentada.

Transcorrido o prazo para manifestação acerca desta decisão, venham os autos concluso para expedição de alvará judicial para levantamento pela autora, dos valores depositados em juízo pelo executado.
Intime-se."
Em suas razões recursais alega o agravante que por reiteradas vezes demonstrou nos autos que procedeu a retirada da restrição do nome da agravada dos cadastros de inadimplentes, conforme determinação judicial. Diz que a pendência que persiste não é de sua responsabilidade, sendo, portanto, flagrante a sua ilegitimidade para excluir restrição imposta por terceiros. Assevera que desconhece o débito pelo qual a agravada está inscrita. Ao final, pugna pela concessão de liminar, e consequente cassação da decisão, ante a sua ilegitimidade em proceder a baixa da negativação.
É o relatório.
Decido.
Embora a decisão indicada como agravada seja a que rejeitou a impugnação do executado, ora embargante, os fundamentos deste agravo não guardam relação com aquela decisão. O que pretende o agravante é que seja considerado ilegítimo para proceder a retirada do nome da agravada dos órgãos restritivos de crédito, entretanto a decisão agravada sequer determina tal providência.
Assim, as razões do agravo não guardam relação com a decisão agravada, ou seja, não atacam os seus fundamentos, faltando, pois, fundamentação coerente.
Assim, é evidente a violação ao princípio processual da dialeticidade, pressuposto extrínseco de admissibilidade de qualquer recurso, ante a ausência de argumentação lógica destinada a evidenciar o equívoco da decisão impugnada.
Colaciono sobre o tema os seguintes julgados desta e. corte:
Omissis.
Dentre os requisitos formais dos recursos elencados no art. 514 do Código de Processo Civil, exige-se a exposição dos fundamentos de fato e de direito com que se impugna a sentença e se postula nova decisão. No recurso de apelação, as razões recursais devem tratar dos fundamentos decididos na sentença, devolvendo ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, sob pena de inépcia do apelo, à luz do princípio da dialeticidade.
Assim, inviável é o conhecimento do apelo que se limita a transcrever ipsis litteris os argumentos utilizados em contestação e sequer se refere à sentença recorrida (Apelação n. 0005529-96.2009.8.22.000, rel. Des. Renato Mimessi, j. Em 31.08.2010).
Sentença. Recurso. Fundamentos. Princípio da dialeticidade.
As razões de apelação devem se basear nos fundamentos da sentença, apontando onde estaria o erro a ser corrigido na instância superior, a fim de proporcionar a discussão jurídica instalada no feito, sob pena de violação ao princípio da dialeticidade e, em consequência, não conhecimento do recurso (AC n. 1124902-75.2007.8.22.0001, julgado em 9/8/2011, Rel. Des. Raduan Miguel).
Posto isso, não conheço do recurso por inobservância ao princípio da dialeticidade.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho – RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

1ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006831-27.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012292-79.2010.8.22.0001
Agravante: Novatti Construtora e Incorporadora Ltda
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo(OAB/PR 38676)
Agravada: Maria Aparecida Rodrigues Lopes
Advogado: João Marcos de Araújo Braga(OAB/RO 4577)
Agravado: Edelmiro Pinto da Silva
Advogado: João Marcos de Araújo Braga(OAB/RO 4577)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
NOVATTI - Construtora e Incorporadora Ltda., interpôs agravo em face da decisão que rejeita a impugnação ao cumprimento de sentença, no qual se alegou o excesso na astreinte aplicada pelo não cumprimento a tempo de obrigação fixada na sentença, determinando o pagamento da multa em 3 dias sob pena de penhora.
Alega no recurso a preliminar de cerceamento de defesa afirmando que fotografias e depoimentos não são suficientes para o julgamento antecipado do feito. No mérito, diz que as obrigações não cumpridas tratam de serviço adicionais e não se relacionam com as obrigações fixadas na sentença, não correta a aplicação da multa. Requer seja dado efeito suspensivo ao feito e, ao final, a anulação da decisão ou reforma da decisão agravada.
É o relatório.
Para a concessão de efeito suspensivo ao recurso de agravo, é indispensável a demonstração dos pressupostos descritos no art. 522 e 527, II, do CPC, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo de a decisão agravada ensejar risco de lesão grave ou de difícil reparação à parte agravante.
No caso dos autos o agravante aduz haver excesso no cumprimento de sentença, tendo em vista que pretendem a execução de multa arbitrada por atraso no cumprimento de obrigação que teria sido devidamente executada, restando pendente somente a obrigação acessória.
Considerando a narrativa dos autos, entendo que o seguimento do agravo de sem o devido esclarecimento do feito poderá causar dano de difícil reparação ao agravante, pois, se de fato cumprida a obrigação incabível é a multa.
Com isso, tenho que seja prudente a concessão de efeito suspensivo a este recurso, até que se decida o seu mérito.
Assim sendo, defiro a liminar para atribuir, por ora, efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento nos termos do art. 527, III c/c 558 do CPC.
Intimem-se os agravados para, querendo, oferecerem contrarrazões no prazo do art. 527, V do CPC.
Após, retornem os autos conclusos.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006872-91.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0006888-64.2012.8.22.0005
Agravante: Central Norte Serviços e Comércio Ltda
Advogado: Robson Magno Clodoaldo Casula(OAB/RO 1404)
Agravada: Eletroeletrônica Nasa Indústria e Comércio Ltda

Advogado: Arthur Pires Martins Matos(OAB/RO 3524)
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Centralnorte Serviços e Comércio Ltda. impugna, por agravo, a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível de Ji-Paraná, em ação monitória ajuizada por Eletroeletrônica Nasa Indústria e Comércio Ltda, que deferiu os pedidos acostados às fls. 220/2221 nos seguintes termos:
"(fls. 220 e 221) Defiro." Negritei
Em suas razões recursais a agravante que a decisão padece de nulidade, porquanto desprovida de qualquer fundamentação, afrontando o disposto no artigo 165 do Código de Processo Civil e artigo 93 da Constituição Federal. Afirma ainda que existe vícios da própria ação monitória, pois foi proposta com base em cópias de títulos em que sequer figurava a agravada. Discorre sobre o fumus boni iuris e periculum in mora, ressaltando que o bloqueio de 30% de seus faturamentos inviabilizará o prosseguimento de suas atividades.
Ao final pugna pela concessão de efeito suspensivo, e o provimento do agravo para impedir que sofra qualquer restrição de seus créditos até o julgamento dos embargos a ação monitória que interpôs.
É o relatório.
Decido.
Em sede de análise perfunctória vislumbro presentes os requisitos autorizadores para a concessão da liminar, mormente porque de fato a decisão não está fundamentada, bem como porque a agravante está na iminência de ter 30% do seu faturamento bloqueado.
Assim, atribuo efeito suspensivo ao agravo, até o julgamento de seu mérito.
Comunique-se ao juízo de primeira instância, e solicite-se informações.
Intime-se a agravada para, querendo, apresentar contra minuta ao presente recurso, no prazo do inciso V do artigo 527 do CPC.
Porto Velho, 2 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Apelação nrº 0244379-41.2009.8.22.0001
Agravante: Ivonei Leitão de Souza
Advogada: Silvana Laura de Souza Andrade (OAB/RO 4080)
Agravada: Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogada: Lia Dias Gregório (OAB/SP 169557)
Advogada: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
"Nos termos do art. 1º, § 1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) agravado(a) intimado(a) para, querendo, contraminutar o agravo em recurso especial e juntar documentos, no prazo de dez dias."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Apelação
nrº 0244379-41.2009.8.22.0001
Recorrente: Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogada: Lia Dias Gregório (OAB/SP 169557)
Advogada: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Recorrido: Ivonei Leitão de Souza
Advogada: Silvana Laura de Souza Andrade (OAB/RO 4080)
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar as contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA (Proceso Digital)
Recurso Especial em Apelação
nrº 0018458-93.2011.8.22.0001
Recorrente: Nokia do Brasil Tecnologia Ltda
Advogada: Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB/SP 131600)
Advogado: Danilo Menezes de Oliveira (OAB/BA 21664)
Advogado: Ventura Alonso Pires (OAB/SP 132321)
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogado: Gustavo Pinhão Coelho (OAB/SP 216052)
Recorrida: Euma Mendonça Tourinho
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Advogada: Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
[...]
"Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, fica a recorrida intimada para, querendo Contrarrazoar o Recurso Especial, termos da Lei 11.419, de 19/12/2006, e da Resolução n. 007/2007-PR."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL/TJRO

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0001137-77.2013.8.22.0000
Recorrente: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB/SP 138436)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Rodrigo Sarno Gomes (OAB/SP 203990)
Advogado: Antônio Gerolla Junior (OAB/SP 274263)
Advogada: Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (OAB/RO 2980)
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogado: Weverton Jefferson Teixeira Heringer (OAB/RO 2514)
Recorrida: Maria de Nazare Barata Buarque
Advogada: Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)
Advogada: Josyléia Silva dos Santos Melo (OAB/RO 2188)

[...]
"Nos termos do provimento nº 001/2001-PR, de 13/09/2001, fica(m) os(a) Recorridos(a) intimado(s) para, querendo apresentar as Contrarrazões, ao Recurso Especial, nos termos da Lei 11.419, de 19/12/2006, e § 1º da Resolução n. 007/2007-PR."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL/TJRO

2ª CÂMARA CÍVEL

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Apelação nrº 0005415-49.2012.8.22.0003
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessada (Parte Ativa): J. C. de S.
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos
O Ministério Público do Estado de Rondônia interpôs apelação cível, inconformado com a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Jaru, que indeferiu o pedido de providências por falta de interesse processual (art. 267, inc. VI, do CPC).
O pedido de medida protetiva a adolescente foi indeferido pelo Juiz de Direito do Juizado da Vara da Infância e da Juventude da comarca de Jaru por falta de interesse recursal. Dessa decisão, o parquet interpôs recurso de apelação que foi distribuído à Câmara Criminal.
A relatora manifestou-se pela redistribuição dos autos, argumentando que a matéria originária da interposição do recurso não é de competência das Câmaras Criminais, uma vez que a medida protetiva não é oriunda de ato infracional.
A Vice-Presidência determinou a redistribuição dos autos à Câmara Cível, sob o entendimento que a internação da menor não teve origem na prática infracional, devendo ser observada a regra do art. 135, inc. I, "c", do Regimento Interno.
Redistribuídos, os autos vieram conclusos a este Desembargador para julgamento.
Por se tratar de uma medida judicial em que o Ministério Público pede providência ao município de Theobroma, com o intuito de garantir o tratamento de saúde da menor Julia Campos de Souza, que, em caso de provimento do apelo, o ônus recairá para ente público, cuja competência é das Câmaras Especiais, nos termos do art. 136a, inc. I, "f", do Regimento Interno.
Assim sendo, com base no art. 136a, inc. I, "f", do RITJRO, foi requerido a reconsideração do despacho de fl. 76, para que o feito fosse novamente redistribuído.
A Vice-Presidência entendeu ser a competência da Câmara Cível o julgamento da presente apelação, haja vista tratar-se de ação originária da Justiça da Infância e da Juventude, de acordo com a alínea c, inc. I, do art. 135 do Regimento Interno, bem como manteve a competência desta Câmara e a prevenção deste relator (fl. 84).
Em 30/7/2013, a Vice-Presidência exarou decisão nos autos do agravo de instrumento n. 0006352-34.2013.8.22.0000, na qual reconheceu a competência das Câmaras Especiais em razão da matéria discutida (prestação de serviço público primário), como também a competência em razão das pessoas que participam da relação processual (Estado Membro, entidade pública Estadual e Municípios).
Assim sendo, com base no art. 136a, inc. I, "f", do RITJRO, venho requerer a reanálise do caso em tela, para que o feito seja novamente redistribuído.
À Vice-Presidência para conhecimento e deliberação.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Despacho DO RELATOR
Embargos de Declaração nrº 0000826-86.2013.8.22.0000
Embargante: Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques(OAB/RO 205)
Advogada: Fernanda Maia Marques(OAB/RO 3034)
Advogada: Rosilene de Oliveira Zanini(OAB/RO 4542)
Advogado: Rodrigo Borges Soares(OAB/RO 4712)
Embargada: Daniela de Oliveira Pires Fernandes
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira(OAB/RO 1433)
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Gafisa SPE - 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. opôs os presentes embargos de declaração, atribuindo obscuridade e contradição à decisão de fls. 196/197, que converteu o agravo interposto por instrumento em retido.
Alega que a decisão é obscura uma vez que deixou de expor a fundamentação para manutenção da tutela antecipada no que diz respeito à autorização para suspensão da parcela chaves.
A contradição está configurada na conversão do agravo de instrumento em agravo retido, tendo em vista se tratar de questão de lesão grave e de difícil reparação, se não apreciada, em caráter de urgência, perderá seu objeto.
Pede seja conferido efeitos infringentes aos embargos, para revogar integralmente a decisão agravada dando efeito suspensivo ao agravo de instrumento e determinando que a imissão só poderá manter-se caso ocorra a quitação do saldo devedor.
É o relatório. Decido.
Importa dizer que os presentes embargos de declaração sequer devem ser conhecidos, porquanto, de acordo com a nova sistemática do recurso de agravo, este será processado, em regra, na forma retida, salvo se a decisão agravada for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida (art. 522 do CPC), em que será recebido como instrumento.
Com efeito, o art. 527, inc. II, do CPC, estabelece que, não se configurando qualquer das hipóteses acima, o agravo será convertido em retido, sendo que o parágrafo único do referido dispositivo prevê que tal decisão somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.
Portanto, resta patente que a decisão que converte agravo de instrumento em retido é irrecorrível.

Trazendo essa lição para o caso em apreço, verifico que persistem os fundamentos que ensejaram a conversão em retido do agravo interposto pelo embargante, haja vista a inexistência do preenchimento dos pressupostos necessários ao processamento deste sob a forma de instrumento.
Assim sendo, incabíveis estes embargos de declaração, quer por ser a decisão embargada irrecorrível, quer pela ausência dos motivos ensejadores à sua interposição, ou seja, inexistência obscuridade ou contradição na decisão recorrida.
Encampando esse entendimento, cito a doutrina de Costa Machado:
Alterando profundamente a redação deste parágrafo único, com o intuito de extirpar do sistema os mais graves defeitos do regime anterior que eram a induvidosa recorribilidade da decisão que convertesse o agravo de instrumento em retido (inc. II) e a discutível recorribilidade da que atribuísse ou negasse efeito suspensivo ou ativo ao agravo interposto (inc. III), surge a Lei n. 11.187/2005, para estabelecer que elas somente são passíveis "de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar". Malgrado a imperfeição do dispositivo, a sua normatividade nuclear é facilmente percebida: contra tais decisões liminares não cabe mais impugnação via recurso. (In Código de Processo Civil Interpretado, 6ª Edição, Editora Manole, 2007, p. 648).
O Tribunal Pleno desta e. Corte, no Processo n. 2011414-94.2008.822.000, manifestou-se:
Agravo de instrumento. Conversão em retido. Mandado de segurança. Impossibilidade. Incabível a interposição de mandado de segurança contra decisão que converte agravo de instrumento em retido, se não demonstrado que esta decisão seja teratológica ou manifestamente abusiva.
O c. Superior Tribunal de Justiça orienta no mesmo sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESTRANCAMENTO DE RECURSO ESPECIAL RECEBIDO NA MODALIDADE RETIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELO RECORRENTE, DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ESTARIA APTO A ULTRAPASSAR SEQUER O JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de que é irrecorrível a decisão do Tribunal a quo que entende ser cabível agravo retido ao invés de agravo de instrumento. 2. Com efeito, ainda que o apelo especial tivesse normal processamento, não estaria apto a ultrapassar sequer o juízo de admissibilidade, porquanto a pretensão da recorrente é manifestamente contrária à jurisprudência tranquila desta Corte. 3.Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 1056038/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 28/09/2009).
Atento ao teor dos embargos, noto que não persistem a contradição e obscuridade arguidas, não passando de mera tentativa do embargante de rediscutir a matéria para ver revogada a medida liminar.
Ressalto que a revogação da liminar poderá ser concedida a qualquer tempo, bastando que se demonstre os requisitos necessários, o que não se fez até então.
Por esses fundamentos, nego provimento aos embargos declaratórios.
Feitas as necessárias anotações, remetam-se os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0005598-92.2013.8.22.0000
Agravante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler(OAB/RO 3861)
Advogado: Everson Aparecido Barbosa(OAB/RO 2803)
Advogada: Luciana Sales Nascimento(OAB/PB 17625B)
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes(OAB/RO 5193)
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva(OAB/RO 4982)
Advogada: Ariane Diniz da Costa(OAB/MG 131774)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro(OAB/BA 21026)
Agravado: José Américo dos Santos
Advogado: José Américo dos Santos(OAB/RO 1049)
Agravada: Maria de Jesus Vale da Silva
Advogado: José Américo dos Santos(OAB/RO 1049)
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos,
Santo Antônio Energia peticiona às fls.457/462, requerendo reconsideração da decisão de fls.453/455, que converteu em retido o agravo de instrumento por si interposto.
Sustenta que a decisão prolatada pelo juízo de piso, mormente com relação a pena de multa diária pelo descumprimento da medida liminar deferida aos recorridos, tem o condão de causar-lhe lesão, porquanto se deixar de cumprir o que lhe fora determinado pelo juízo a quo a multa será revertida aos agravados ainda que não se sagrem vencedores da lide.
Diante desses fatos assevera que há suscetibilidade da ocorrência de lesão grave e de difícil reparação em relação a si, caso seja mantido o comando judicial exarado na ação originária.
Preliminarmente, cumpre dizer que é perfeitamente possível o conhecimento e análise do pleito contido às fls. , em respeito ao disposto no parágrafo único do art. 527, do CPC, de modo que passo imediatamente à sua apreciação.
Com efeito, após analisar detidamente o pleito vindicado pela agravante, em cotejo com decisões recentes deste Tribunal a respeito da matéria em debate (AI 0005153-74.2013.8.22.0000, 0004790-87.2013.8.22.0000, 0004183-74.2013.8.22.0000), entendo que a reconsideração da decisão é medida que se impõe.
Importa dizer, outrossim, com relação à possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação quanto ao direito dos agravados (em virtude da reforma da decisão prolatada pelo juízo a quo), vejo que ficando provado ao final que os danos provocados no imóvel dos recorrentes decorrem do funcionamento da usina construída pela agravante, é plenamente possível que se promova a reparação por meio da mais ampla indenização.
Posto isso, reconsidero a decisão prolatada às fls.453/455, e nos termos do art. 557, § 1-A, do CPC, dou provimento ao recurso para, por ora, afastar a antecipação de tutela concedida pelo juízo de piso.
Comunique-se o juízo de primeiro grau, com cópia da presente decisão.
I.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento nrº 0006817-43.2013.8.22.0000
Agravante: Transportadora Giomila Ltda
Advogado: Agenor Martins(OAB/RO 654A)
Advogada: Cristiane Tessaro(OAB/RO 1562)

Agravada: Linha Verde Transmissora de Energia S.A.
Advogada: Nilmara Gimenes Navarro(OAB/RO 2288)
Advogado: Washington Rodrigues Dias(OAB/MS 12363)
Advogada: Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes(OAB/RJ 110058)
Relator:Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Transportadora Giomila Ltda. interpõe agravo de instrumento contra despacho prolatado pelo Juízo da 2ª Vara Cível da comarca de Vilhena – RO (fl. 295), em ação de constituição de servidão administrativa com alegação de urgência em que contende com Linha Verde Transmissora de Energia S/A.
O despacho de mero expediente foi prolatado nos seguintes termos:
A discordância do requerido quanto ao laudo pericial não enseja a realização de nova perícia. Homologo o laudo pericial apresentado pelo perito nomeado. Expeça-se alvará judicial ao perito referente aos seus honorários periciais. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 10 de julho de 2013. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito.
A agravante se insurge quanto ao valor da avaliação efetuado pela agravada, para fins de indenização pela instituição de servidão adminitrativa em imóvel de sua propriedade. Argumenta que o valor ofertado está aquém dos valores de mercado existentes na região, considerando irrisória a quantia proposta pela recorrida. Demonstra, também, sua irresignação quanto ao laudo pericial que apontou valor inferior ao que fora ofertado pela agravada, narrando que o perito deixou de exercer seu munus adequadamente, uma vez que após a avaliação, aplicou percentual sobre o valor irrisório que afirmou ter encontrado, diminuindo ainda mais o valor da indenização a ser paga pela recorrida.
Nestes termos requer seja dado provimento ao agravo que seja determinada nova perícia no imóvel objeto da lide, em virtude das contradições e inconsistências do laudo pericial.
É o necessário. Decido.
Em que pesem os argumentos da agravante, infere-se dos autos não haver decisão interlocutória ou despacho com conteúdo decisório a ensejar o manejo do recurso, porquanto o pronunciamento impugnado consubstancia mero despacho que homologou laudo pericial e determinou a expedição de alvará para levantamento dos honorários periciais.
Com efeito incide no caso a previsão contida no art. 504, do Código de Processo Civil, que preconiza: “Dos despachos não cabe recurso”.
A propósito:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERPOSTO EM FACE DE DESPACHO SEM CONTEÚDO DECISÓRIO. INADMISSIBILIDADE. ART. 504 DO CPC. 1. Nos termos do art. 504 do CPC e da jurisprudência pacífica desta Corte, não cabe recurso contra despacho de mero expediente. 2. Hipótese em que a citação da recorrente foi apenas um ato de impulso oficial para que a parte apresente informações e até mesmo para se defender quanto à alegada sucessão empresarial. O referido ato não extrapola os limites do mero impulso oficial. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1296978/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 07/03/2012)
Agravo interno. Despacho de mero expediente. Impossibilidade de recurso. Despacho sem cunho decisório é insuscetível de recurso, nos termos do art. 504 do CPC, uma vez que não está causando nenhum gravame às partes. (0002649-32.2012.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento, Relator: Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 15.05.2012)
Feito o apontamento, ressalto que não há espaço no ordenamento jurídico pátrio para interpretação subjetiva de pronunciamento judicial, a fim de lhe conferir carga decisória, sem nele encontrar a mínima correspondência, pois, a contrario sensu, haveria palmar nulidade do ato judicial ante a ausência de fundamentação e ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
De mais a mais, quanto à plausibilidade do direito invocado, o agravante não comprovou a relevância de seus fundamentos, bem como não demonstrou o perigo de lesão grave e de difícil reparação. Em vista de tais ponderações, neste ponto a decisão hostilizada não merece censura.
Ante o exposto, por ser o recurso manifestamente improcedente, nego-lhe seguimento, monocraticamente, com fulcro no art. 527, I, do Código de Processo Civil.
I.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Relator

2ª Câmara Cível
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006675-39.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0018618-84.2012.8.22.0001
Agravante: Aluizio Lucas Caetano
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Amarildo Bezerra
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Elizete Santiago Ferreira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Esperança Bispo de Freitas
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Francisco Braga Barroso
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Laura Olindina Moreira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Maria Braga Barrozo
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Maria de Jesus Rodrigues Oliveira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Maria de Jesus Aranha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravante: Rosa Rodrigues do Nascimento
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima(OAB/RO 3471)
Agravado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva(OAB/RO 4260)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola(OAB/SP 198040)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt(OAB/RO 1911)
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Aluizio Lucas Caetano e outros contra decisão de fls. 344/345 (328/329 dos autos originários) do juízo da 9ª Vara Cível de Porto Velho/RO, nos autos da ação de cumprimento de sentença movida em desfavor de Banco do Brasil S.A, nos termos:
“O depósito realizado pelo requerido (fls. 219) representa o valor cobrado na inicial, tendo sido realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no artigo 475-J, do CPC.
Em razão disso, chamo o feito a ordem para rever parcialmente o despacho de fls. 188/189, no tangente aos honorários advocatícios, levando em consideração o entendimento do

STJ sobre o tema, quando do julgamento do recurso repetitivo nº 1134186, estabelecendo que são devidos honorários advocatícios exclusivos a essa fase simplesmente quando o pagamento ocorre após o prazo estabelecido pelo art. 475-J do Código de Processo Civil, independente do oferecimento de impugnação:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Para efeitos do art. 543-C do CPC:

1.1. São cabíveis honorários advocatícios em fase de cumprimento de sentença, haja ou não impugnação, depois de escoado o prazo para pagamento voluntário a que alude o art. 475-J do CPC, que somente se inicia após a intimação do advogado, com a baixa dos autos e a aposição do "cumpra-se" (REsp. n.º 940.274/MS).

1.2. Não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença.

1.3. Apenas no caso de acolhimento da impugnação, ainda que parcial, serão arbitrados honorários em benefício do executado, com base no art. 20, § 4º, do CPC.

2. Recurso especial provido.

REsp 1134186 / RS, 2009/0066241-9 Relator(a) Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140) Órgão Julgador - CE – CORTE ESPECIAL - Data do Julgamento 01/08/2011 - Data da Publicação/Fonte - DJe 21/10/2011 .

Em razão do exposto, não há que se falar em qualquer diferença ainda devida pelo requerido.

Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado às fls. 219, com seus acréscimos, arquivando-se, após".

Sustentam os agravantes que após o início do cumprimento de sentença com base no art. 475-J do CPC, o executado, ora agravado, foi regularmente intimado para pagamento do débito no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação da multa processual, prevista na legislação processual.

Afirmam que o agravado apresentou impugnação ao cumprimento da sentença, garantindo o juízo, questionando os valores apresentados pelos agravantes, sendo que o magistrado a quo julgou improcedente a impugnação apresentada.

Diz que a alteração no procedimento de cumprimento de sentença não excluiu do ordenamento jurídico o arbitramento de honorários de sucumbência nesta fase processual e que a condenação em verba honorária somente não será aplicada quando de pronto é pago pelo executado o valor devido.

Colaciona jurisprudência que entende a seu favor.

Requer, por fim, o provimento do presente recurso determinando a condenação do agravado nos honorários advocatícios no percentual entre 10% e 20%, tendo em vista a impugnação ao cumprimento de sentença, a qual foi julgada improcedente.

Examinados. Decido.

Em que pese as alegações do autor, não merece guarida o presente recurso.

Como bem explicitado pelo magistrado a quo, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Repetitivo n. 1134186, estabeleceu que são devidos honorários advocatícios na fase de cumprimento de sentença somente se o depósito do débito ocorrer após o prazo estabelecido pelo art. 475-J do Código de Processo Civil, o que não se vislumbra nos autos originários.

Ademais, o referido recurso repetitivo é específico em dizer que "não são cabíveis honorários advocatícios pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença".

Dessa forma, tendo em vista que o presente recurso encontra-se em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, o seu improvimento é medida que se impõe.

Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego provimento ao presente recurso.

Após as anotações pertinentes, transitado em julgado, arquivem-se.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Porto Velho/ RO, 02 de agosto de 2013.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

Agravo de Instrumento

Número do Processo :0006738-64.2013.8.22.0000

Processo de Origem : 0007823-82.2013.8.22.0001

Agravante: Santo Antônio Energia S/A

Advogado: Clayton Conrat Kussler(OAB/RO 3861)

Advogado: Everson Aparecido Barbosa(OAB/RO 2803)

Advogada: Luciana Sales Nascimento(OAB/PB 17625B)

Advogada: Miriani Inah Kussler Chinelato(OAB/DF 33642)

Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes(OAB/RO 5193)

Agravado: Everton Gato de Souza

Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)

Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)

Agravada: Lislângela Veiga Bentes

Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)

Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)

Agravado: Francisco Vagner Gato de Souza

Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)

Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)

Agravado: Sideval Rocha Bentes

Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)

Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)

Agravada: Ezilda Ferreira Gato

Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)

Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha(OAB/RO 700)

Relator:Des. Alexandre Miguel

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Santo Antônio Energia S.A. contra decisão de fl. 20, nos autos da ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais movida por Everton Gato de Souza e outro, proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível de Porto Velho, nos termos:

Vistos, Em sua contestação a empresa apresentou preliminares de ilegitimidade ativa e passiva, além de ter denunciado o município de Porto Velho, questões estas que analiso neste momento.Ilegitimidades ativa e passiva. Não se sustenta a preliminar de ilegitimidade ativa, na medida em que os requeridos, dizendo-se ocupantes da área, pugnam, também, por indenização relacionada ao fato de terem que desocupar o local onde residem. Não discutem propriedade, mas requerem indenização que entendem justa por suposto prejuízo moral e material que aduzem experimentar. Tocante à alegada ilegitimidade passiva, entendo que também não se sustenta, uma vez que alegam os autores que a causa de se virem obrigados a desocupar a área tem por origem a construção de usina realizada pela própria empresa requerida, portanto, tal questão se confunde com o próprio mérito da causa. Denunciação do Município de Porto Velho.Indefiro o pedido de denunciação, na medida em que o caso tratado não se amolda no previsto no art. 70, do CPC, ou em legislação diversa, fato

este que não impede o manejo de ação regressiva, no caso de experimentar condenação.Digam as partes, no prazo comum de vinte dias, quais provas pretem produzir, esclarecendo suas pertinência e relevância.No mais, oficie-se, conforme consta à fl. 298. Int. Porto Velho_-RO_, quarta-feira, 10 de julho de 2013.

Alega que é imprescindível a intervenção do Município de Porto Velho nos termos do art. 70, inc. III do CPC, com a sua denunciação à lide, tendo em vista que é o responsável pela fiscalização e solução dos problemas da área de risco.

Destaca que as ações preventivas para evitar desastres cabe ao Município, considerando sua responsabilidade na fiscalização, monitoração e prevenção de edificações em área de risco, além do socorro, medidas assistenciais e recuperativas, bem como para fornecer abrigo aos atingidos.

Menciona que o STJ decidiu recentemente que é dever do Município ordenar e fiscalizar a ocupação de área de risco e não permitir construção de moradias nas referidas áreas de risco e de preservação ambiental.

Aduz que o instituto da denunciação à lide é a forma reconhecida pela lei como idônea para trazer terceiro ao processo a pedido do autor ou réu, evitando eliminar eventuais ações regressivas, nas quais o terceiro figuraria então, como réu.

Aduz, por fim, que o Município poderá intervir e participar de forma imediata e ampla no presente processo, devendo ser permitido, portanto, o ingresso à lide do Município de Porto Velho.

Requer por fim, a concessão de efeito suspensivo à decisão agravada, e no mérito, o provimento do recurso para confirmar a liminar deferida.

É o relatório.

Examinados. Decido.

Não obstante os argumentos lançados no presente recurso, eventual direito de regresso que a agravante entenda possuir, poderá ser pleiteado em ação própria contra quem de direito, com fundamento no artigo 70 do CPC.

A jurisprudência do STJ corrobora com o fundamento supramencionado:

A denunciação à lide só deve ser admitida quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou do contrato, a garantir o resultado da demanda, caso o denunciante resulte vencido, vedada a intromissão de fundamento novo, não constante da ação principal. Recurso especial conhecido e provido. (STJ, REsp 157.557-SP Rel. Ministro Barros Monteiro - 4ª Turma, pub. 18.9.00).

Ademais, os fatos novos discutidos no agravo, como sendo de responsabilidade do Município importa em discussão inovadora na lide principal, circunstância essa inadmissível no ordenamento jurídico.

Ainda, sob esse aspecto é o entendimento do STJ:

DENUNCIAÇÃO DA LIDE - EVENTUAL DIREITO DE REGRESSO - INTRODUÇÃO DE FUNDAMENTO NOVO - INADMISSIBILIDADE - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAIS.

I - A denunciação da lide só deve ser admitida quando o denunciado esteja obrigado, por força de lei ou do contrato, a garantir o resultado da demanda, não se admitindo a introdução de fundamento novo, a exigir ampla dilação probatória, não constante da demanda originária. Tal dilação probatória, com a apreciação da natureza da relação contratual formada entre as partes denunciante e denunciada e apuração da extensão das responsabilidades ali assumidas, com eventual descumprimento de cláusulas contratuais, além de ser estranha ao pleito principal, importaria em procrastinação excessiva da demanda principal, o que não se coaduna com a finalidade do instituto da denunciação, que é o de imprimir celeridade.

II - A denunciação da lide, como modalidade de intervenção de terceiros, busca aos princípios da economia e da presteza na entrega da prestação jurisdicional, não devendo ser prestigiada quando susceptível de por em risco tais princípios. Precedentes do STJ.

III - Recurso especial não conhecido. (REsp 167416/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/02/2000, DJ 10/04/2000, p. 84).

Desta feita, verifica-se que a agravante não apresentou motivos, vinculados ao feito originário, que justifiquem a presença do Município no processo principal, de modo que incabível a denunciação a lide.

Pelo exposto, nos termos do art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso.

Após as anotações de estilo, arquivem-se.

Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho – RO, 02 de agosto de 2013

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

2ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento

Número do Processo :0006746-41.2013.8.22.0000

Processo de Origem : 0001398-21.2013.8.22.0007

Agravante: Construtora Mosaico Ltda

Advogado: Josimar Oliveira Muniz(OAB/RO 912)

Agravante: Juscelino Bellincanta

Advogado: Josimar Oliveira Muniz(OAB/RO 912)

Agravada: Fabíola Martinez Azevedo Bellincanta

Advogado: Reinaldo Américo Ortigara(OAB/MT 9552)

Relator:Des. Alexandre Miguel

Vistos etc.

Construtora Mosaico Ltda e outro agravam por instrumento da decisão do Juízo da 4ª Vara Cível de Cacoal (fl. 71), na ação de dissolução de sociedade parcial c/c com apuração de haveres e pedido liminar, nos termos.

Afasto a preliminar apresentada na contestação quanto a inexistência de interesse de agir, pois patente e latente o litigio e o conflito de interesses patrimoniais provenientes da dissolução da sociedade ou exclusão de um dos socios. Determino que a partir desta data nenhum bem pertencente ao acervo patrimonial da empresa possa ser vendido, doado, transferido ou cedido a qualquer titulo e que, no tocante aos valores existentes em conta corrente ou creditos recebidos, deverá ocorrer a prestação de contas, no prazo de 30 dias, dentro dos autos. Como houve pedido de prova pericia contabil para apuração dos haveres, para definir a extensão de tal trabalho e viabilizar eventual composição, designo audiencia de conciliação para o dia 25/09/2013 às 8 hs.

Sustentam que a sua irresignação diz respeito a ordem do juízo para prestação de contas; a amplitude da medida liminar deferida, que impede a alienação de qualquer bem da empresa, sem ao menos levar em conta a sua data de aquisição, e o não acatamento da preliminar de falta de interesse de agir.

Mencionam que é cediço que a agravada não mais é mais sócia da empresa agravante, de modo que qualquer questão que envolve a sociedade após a sua saída, não deve ser de seu conhecimento.

Alegam que a única questão pendente refere-se à liquidação de haveres, pois as partes ainda não chegaram a um consenso quanto aos valores a ser discutido até outubro de 2011, quando se consolidou a retirada da agravada da empresa.

Dizem que os agravantes não podem ser tolhidos ao direito de gestão da empresa, alienar imóvel; desfazer de equipamentos ou móveis que não estejam lhe trazendo lucros, ou mesmo para fins de benefícios à empresa, pois a data base para apuração de haveres corresponde à notificação da retirada da sócia, ante a ausência de qualquer disposição em sentido contrário.

Aludem, outrossim, que não há que se falar em dissolução da sociedade em relação à requerente pois já houve a consumação da retirada da sócia desde 2011, impondo-se, portanto o indeferimento de parte da inicial, por falta de interesse de agir, nos termos do art. 295, III do CPC.

Requerem ao final, a concessão de medida liminar para o fim de revogar a liminar deferida nos autos principais, deixando livre para qualquer tipo de transação os bens da empresa que não tenham sido adquiridos até 07/10/2011, bem como liberar os agravantes de qualquer prestação acerca de valores movimentados à partir da referida data.

No mérito, confirmar a liminar concedida, acatando-se a preliminar de falta de interesse processual referente ao pedido de dissolução de socidade.

É o relatório.

Examinados, decido.

Quanto a preliminar de falta de interesse de agir, de plano, verifica-se não assistir razão aos agravantes, porquanto é cediço que o interesse para agir pertence às pessoas que participam de determinada relação jurídica ou comercial.

Neste sentido ensina a doutrina:

Como regra, o pedido de tutela jurisdicional só pode ser formulado por quem se afirme titular do direito litigioso. Apenas o suposto integrante da relação jurídica substancial está autorizado a pleitear em juízo a satisfação de algum interesse por ela regulado. Somente ele é parte legítima para ocupar o polo ativo da demanda.

Para obter pronunciamento sobre a situação de direito material descrita na inicial, portanto, é necessário que o autor seja o suposto titular do direito material cujo reconhecimento pretende. Em princípio, pode postular tutela jurisdicional e obter pronunciamento do juiz a respeito do pedido só quem afirmar direito próprio. Deve haver coincidência entre quem propõe a demanda e quem, segundo a narrativa dos fatos, encontra-se amparado no plano jurídico substancial. A legitimidade para agir pertence apenas àquele que afirme participar de determinada relação jurídica, o que lhe daria direito à obtenção de efeitos dela decorrentes, não satisfeitos espontaneamente por quem deveria fazê-lo (Código de Processo Civil Interpretado. Antonio Carlos Marcato, coordenador. - 3. ed. - São Paulo: atlas, 2008, pg. 20).

Sobretudo, observa-se que os bens, objeto da ação principal integram o patrimônio da empresa, de modo que a autora/agravada possui interesse para promover a ação originária e o resguardo patrimonial da empresa e de seus interesses.

A jurisprudência do STJ e dos Tribunais se alia ao mesmo fundamento:

DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. APURAÇÃO DE HAVERES. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. INCLUSÃO DOS FUNDOS DE COMÉRCIO E DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS DENTRE OS HAVERES. INTERESSE DE AGIR. SÓCIO RETIRANTE. EXISTÊNCIA AINDA QUE A SOCIEDADE E O SÓCIO REMANESCENTE CONCORDEM COM A DISSOLUÇÃO. OFENSA AO CONTRATO SOCIAL. INVIABILIDADE DE EXAME NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO Nº 5 DA SÚMULA/STJ. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SUCUMBÊNCIA PARCIAL. ARTS. 20, 21, 131, 165, 293, 458-II, 460, CPC, 668, CPC/1939, 955, 960, 963, CC. RECURSO DESACOLHIDO. I – A fundamentação sucinta, que exponha os motivos que ensejaram a conclusão alcançada, não inquina a decisão de nulidade, ao contrário do que sucede com a decisão desmotivada. II – O fundo de comércio e o fundo de reserva instituído pela vontade dos sócios integram o patrimônio da sociedade e, por isso, devem ser considerados na apuração dos haveres, por ocasião da dissolução, sem que a sua inclusão caracterize julgamento extra petita. III – A inclusão, entre os haveres, dos dividendos porventura não pagos ao sócio retirante, ainda que não pedida expressamente, tem por objetivo evitar o enriquecimento indevido do sócio remanescente, não configurando julgamento extra petita. IV – O sócio que pretenda desvincular–se da sociedade tem interesse de agir, ainda que tenha havido concordância do outro sócio sobre a dissolução, uma vez que não se trata de mera alteração contratual, mas de levantamento dos valores patrimoniais devidos a quem pretende retirar–se, mostrando–se útil o ajuizamento da ação para esse fim. V – O exame de possível violação das cláusulas do contrato social da empresa, quanto à base de cálculo para o caso de retirada, refoge à competência desta Corte, a teor do verbete sumular nº 5/STJ. VI – Decorrido o prazo previsto no contrato social, após a notificação do sócio retirante ao remanescente sobre a dissolução, incorrem este e a sociedade em mora, tornando devidos, desde então, os juros moratórios. (STJ - REsp: 271930 SP 2000/0080731-1, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Data de Julgamento: 18/04/2001, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 25.03.2002 p. 290). (GN.)

TJMG. DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - LEGITIMIDADE ATIVA - INTERESSE DE AGIR - DISSOLUÇÃO PARCIAL - PERDA DE OBJETO - DECLARAÇÃO JUDICIAL - NECESSIDADE - LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES SOCIAIS - CONTRATO SOCIAL - PREVISÃO - BALANÇO FINANCEIRO - PERÍCIA 1.

Não há que se falar em ilegitimidade da parte quanto restar comprovado que, no momento da propositura da ação, existia a relação jurídica de direito material em que se fundou sua pretensão. 2. Na dissolução extrajudicial, faz-se necessária a total concordância dos sócios, tanto em relação à dissolução propriamente dita, quanto em relação à liquidação e partilha do saldo remanescente, subsistindo, àquele que discordar da forma de apuração dos haveres sociais, interesse de agir. 3. A alteração do contrato social para a exclusão de sócio, ocorrida após o ajuizamento de ação de dissolução parcial de sociedade, provoca perda de objeto em relação ao pedido de dissolução, subsistindo, conduto, o pedido de liquidação dos haveres sociais. 4. Uma vez verificada a discordância quanto à liquidação extrajudicial, a intervenção do judiciário deverá retroagir à dissolução da sociedade, devendo esta ser declarada para dar ensejo a apuração dos haveres sociais. 5. A liquidação dos haveres da sociedade faz-se, prioritariamente, segundo os parâmetros previstos no contrato social. 6. A apuração dos haveres sociais no caso de dissolução parcial, em respeito à garantia constitucional do direito à propriedade,

deverá seguir as mesmas formalidades exigidas para a liquidação na hipótese de dissolução total. 7. para a verificação dos haveres do sócio retirante é preciso apurar o real valor de sua participação societária no momento do desligamento, valor este somente alcançado através do balanço de todos os bens e direitos da sociedade. (Proc. 100240154250770011. Rel. Guilherme Luciano Baeta Nunes. Julg. 26/02/2008).

Desta feita, afasta-se a tese de falta de interesse de agir levantada pelos réus/agravantes.

Outrossim, quanto à determinação de abster-se os agravantes em vender, doar, transferir ou ceder a qualquer título o acervo patrimonial da empresa agravante, bem como os valores existentes em conta corrente ou créditos recebidos, igualmente nada há que se modificar.

Inconteste nos autos que ainda ocorrerá a apuração de haveres, e, conforme elementos contidos nos autos, não se tem ao certo que a retirada da sócia, agravada, tenha efetivamente ocorrido na data mencionada pelos agravantes, tornando-se necessário manter intacto o acervo patrimonial da empresa, a fim de evitar qualquer tipo de eventual dilapidação em relação aos referidos bens.

A esse respeito tem-se a manifestação do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. BENS COMUNS. ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESA COM EXCLUSIVIDADE. DEVER DE PRESTAR CONTAS. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES. 1. A revisão do entendimento do Tribunal a quo, acerca do dever de prestar contas pelo recorrente, esbarra na censura da súmula 07 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório, soberanamente delineado nas instâncias ordinárias. 2. Além do que, o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte no sentido de que o sócio que exerce com exclusividade a administração da sociedade possui a obrigação de prestar contas aos demais. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg nos EDcl no Ag: 1022657 RS 2008/0043945-5, Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 15/12/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/02/2010).

É essencial a apresentação de prestação de contas para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir durante o trâmite do processo, sendo certo ainda, que a data designada para audiência (25/09/2013) encontra-se próxima, e será uma ocasião própria para uma análise mais acurada das questões expostas nos autos, e eventual acordo entre as partes.

Acrescente-se que a decisão recorrida não exclui a possibilidade de qualquer venda ou alteração patrimonial ser precedida de autorização judicial. O que há é a vedação de exclusão patrimonial, com interesses ilegítimos.

Assim sendo, não se vislumbram motivos no presente recurso que justifiquem a liberação de bens móveis ou imóveis da empresa, para venda ou mesmo substituição, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada.

Pelo exposto, nos termos do art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso.

Após as devidas anotações, arquivem-se os autos.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 02 de agosto de 2013.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

2ª Câmara Cível

Agravo de Instrumento

Número do Processo :0006918-80.2013.8.22.0000

Processo de Origem : 0010906-09.2013.8.22.0001

Agravante: Klinger Coimbra de França

Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )

Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Relator:Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia

Vistos.

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Klinger Coimbra de França, contra decisão interlocutória nos autos de obrigação de fazer, que move em desfavor de Centrais Elétricas de Rondônia – CERON.

Insurge-se contra decisão de fls. 30 (20 dos autos originários), proferida pelo juízo da 5ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, a seguir transcrita:

(…) A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional, notadamente quando o preparo inicial é na quantia de R$24,55 (vinte e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 21 de junho de 2013.(...)

Aduz o agravante, em síntese, que a decisão agravada não possui fundamentação legal, além de afrontar os princípios da dignidade da pessoa humana, da inafastabilidade da tutela judicial efetiva e da motivação das decisões judiciais.

Argumenta que a Lei Federal 1.060/50 dispõe em seus artigos 2º e 4º que a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, de que não possui condições de pagar as custas do processo, sem prejuízo próprio ou de sua família. Assim como será presumido pobre quem afirmar essa condição nos termos da lei, até prova em contrário.

Sustenta que não houve prova em contrário à sua hipossuficiência e afirma que havia consignado na petição inicial que exerce atividade laboral como operador de empilhadeira, auferindo renda mensal em torno de R$741,00, da qual depende seu sustento e de sua família, sendo impossível arcar com o pagamento do valor de 818,65 (50% da dívida) imediatamente.

Também observa que deve ser considerado o fato do agravante ser assistido pela Defensoria Pública, e que não pode ser levado em consideração apenas o valor de R$24,55 do preparo inicial, pois a justiça gratuita isenta todas as situações elancadas no artgo 3º da Lei 1060/50, e se o agravante tiver a gratuidade indeferida, não terá como arcar com as possíveis futuras custas do processo.

Apresenta diversos julgados no sentido de que devem ser concedido os benefícios da justiça gratuita e releva que também deve ser considerada a Lei 7.783/89, a qual assevera que é essencial e ininterrupto o fornecimento de energia elétrica.

Requer o recebimento do agravo de instrumento para reformar a decisão combatida, determinando, liminarmente, a concessão gratuidade judiciária, uma vez que o agravante se declarou pobre no sentido jurídico do termo, não tendo condições de arcar com as custas processuais sem prejuízo de sua susbsistência.

É o relatório.
Decido.
Inicialmente analiso a tempestividade do recurso.
Consta na certidão de fl. 34 que o agravo de instrumento é intempestivo.
No documento de fl. 32 consta que a Defensoria Pública fez carga dos autos em 5/7/13, mesma data da movimentação constante no Sistema de Acompanhamento Processual – SAP. Contudo, no complemento da referida movimentação pode-se verificar texto informando que a Defensoria Pública retirou os autos em cartório no dia 9/7/13.
Diante disso, foi realizado contato com a escrivania do juízo de origem para esclarecer a contradição, tendo sido emitida certidão informando que os autos só foram retirados efetivamente em carga no dia 9/7/13.
Assim, considerando o esclarecimento dos fatos, é possível aferir que o recurso foi interposto tempestivamente, de acordo com o disposto no artigo 522 do CPC.
Passando ao mérito do recurso, deixo de recebê-lo como agravo retido, ante a possibilidade de dano processual à agravante consistente no indeferimento da inicial.
Pois bem. A Constituição Federal ampliou direitos já reconhecidos pelo ordenamento jurídico anterior, dentre os quais se destaca o acesso à Justiça. Por isso previu em seu art. 5º, inciso LXXIV a assistência jurídica integral aos que comprovarem insuficiência de recursos. Tal direito, além de isentar o hipossuficiente do pagamento das custas e despesas processuais, visa implementar o princípio da igualdade processual, dando àquele que não tem recursos, a assistência de um advogado que o oriente e o represente em juízo gratuitamente.
O art. 4º da Lei 1.060/50 dispõe que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá, entretanto, ser elidida por prova em contrário.
Pelo exame dos documentos constantes nos autos, vejo que o agravante junta declaração de pobreza (fl. 19); e que está qualificado como operador de empilhadeira e afirma não possuir rendimentos para o pagamento das custas do processo.
O ônus de provar que a alegação não é verdadeira cabe a quem pretende esta constatação, seja a parte contrária seja o próprio juiz de ofício. Não se pode determinar que aquele que pretende o benefício seja obrigado a trazer ao processo prova negativa em seu desfavor.
Como dito acima, havendo relevantes motivos decorrentes de ato da parte, diligências ou de elementos dos autos, o magistrado pode e deve desconstituir a presunção de veracidade contida na declaração daquele que pretende o benefício da assistência judiciária.
Contudo, no caso específico dos autos, da análise da decisão agravada, vejo que o juízo a quo indeferiu o pedido de gratuidade fundamentado que a mera declaração de hipossuficiência não é suficiente para caracterizar a real situação de pobreza, o que vai de encontro com o estabelecido na Lei 1060/50.
Tenho me posicionado em consonância com a firme jurisprudência do STJ no sentido de que o pedido de assistência judiciária dispensa maiores formalidades, podendo ser feito a qualquer momento. Entretanto, de igual forma tenho me posicionado no sentido de que a presunção de hipossuficiência pode ser ilidida. A esse respeito veja-se o seguinte julgado:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AFERIÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REEXAME DE PROVA. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. A assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, desde que comprovada a condição de necessitado. É suficiente a simples afirmação do estado de pobreza para a obtenção do benefício, ressalvado ao juiz indeferir a pretensão, se tiver fundadas razões, conforme disposto no art. 5º da Lei 1.060/50.
Precedentes.
2. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 984.328/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 18/03/2010, DJe 26/04/2010). Destaquei.
Veja ainda no mesmo sentido o REsp 686.722/GO, REsp 742.419/RS, REsp 710.624/SP e AgRg no Ag 640.391/SP.
Esta Corte consolidou posição neste sentido, consoante se observa nos seguintes processos: 10000720050104191, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia; 10001020080043648, Rel. Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa; 10001020040051897, Rel. Juiz Jorge Luiz de Moura Gurgel; 10000120060028415, Rel. Des. Moreira Chagas; 10000120040205184, Rel. Des. Kiyochi Mori; 10000120040158844, Rel. Des. Moreira Chagas; dentre outros.
Ademais, não há na decisão agravada maiores considerações acerca da condição financeira da parte agravante ou de elementos dos autos que pudessem induzir à inveracidade da alegação de hipossuficiência financeira. É importante observar que o agravante é assistido pela Defensoria Pública, fator que caracteriza ainda mais a sua hipossuficiência.
Ressalte-se que o valor do preparo inicial é apenas uma das possíveis custas processuais, e a justiça gratuita isenta todas as situações elancadas no artgo 3º da Lei 1060/50, dessa forma o indeferimento dos benefícios da justiça gratuita prejudicaria o sustento do agravante e de sua família.
Assim, tenho que inexistem motivos e elementos nos autos capazes de determinar o indeferimento do pedido, e entendo que a decisão agravada está em confronto com jurisprudência dominante de Tribunal Superior.
Importante registrar que a alegação da parte de que não pode arcar com as despesas processuais goza de presunção de veracidade e sobre ela poderá responder por eventual inveracidade.
Ante o exposto, com fundamento no artigo 557, § 1º-A do CPC, dou provimento monocrático ao recurso para conceder ao agravante os benefícios da gratuidade judiciária nos autos originários.
Determino que o 2º Departamento Cível proceda à juntada da certidão emitida pela escrivania da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho.
Feitas as comunicações e anotações necessárias, transitado em julgado, arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Relator

2ª Câmara Cível
Busca e Apreensão
Número do Processo :0006296-98.2013.8.22.0000
Requerente: J. M. C.
Advogado: José Ricardo Costa(OAB/RO 2008)
Requerida: D. R. de S. R.
Relator:Des. Alexandre Miguel

Vistos etc.
Considerando a certidão de fls. 73, do 2º Departamento Judiciário Cível que informa que até a presente data não foi comunicado sobre o cumprimento da Carta de Ordem enviada à Administração do Fórum de Rolim de Moura em 15/07/2013 (fl. 72v.), intime-se o seu Diretor para que informe sobre o cumprimento ou não da liminar deferida, no prazo de 10 dias, tendo em vista o transcurso de mais de 15 dias do seu envio.
Sem prejuízo, intime-se o requerente para que se manifeste sobre o cumprimento da liminar concedida, bem como se persiste o interesse no prosseguimento da presente ação cautelar.
Publique-se. Cumpra-se. Intimem-se.
Porto Velho, 02 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006745-56.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0002437-53.2013.8.22.0007
Agravante: Construtora Mosaico Ltda
Advogado: Josimar Oliveira Muniz(OAB/RO 912)
Agravante: Juscelino Bellincanta
Advogado: Josimar Oliveira Muniz(OAB/RO 912)
Agravada: Fabíola Martinez Azevedo Bellincanta
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos etc.
Construtora Mosaico Ltda e outro agravam por instrumento da decisão do Juízo da 4ª Vara Cível de Cacoal (fls. 163/vº) , na ação de obrigação de fazer c/c indenização por perdas e danos, e pedido de antecipação de tutela, nos termos.
Não há que se falar em compulsória transferênica de quotas da sociedade e exclusão do corpo social sem ter ocorrido até o momento sequer consenso quanto ao valor devido a socia retirante e muito menos definição quanto a forma de pagamento. Cite-se a requerida para que tomando ciência dos termos da inicial, ofereça querendo contestação ao pedido no prazo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o necessário. Cacoal_-RO_, quarta-feira, 10 de julho de 2013.
Aduz em resumo que a sócia Fabíola, ora agravada, comunicou ao sócio Juscelino Bellincanta que se retiraria do quadro societário da empresa Construtora Mosaico agravante, consolidando-se sua retirada no prazo de 60 dias, em data de 07/10/2011.
Menciona que a agravada iniciou um procedimento próprio de apuração de haveres solicitando aos autores inúmeros documentos, os quais foram prontamente entregues. Alega que já se passaram mais de um ano e a agravada mantem-se inerte não demonstrando nenhum interesse de formalizar a sua retirada da sociedade.
Alega ainda que procurou a JUCER - Junta Comercial de Rondônia para obter conhecimento sobre os procedimentos para regularização da situação, sendo informada que o arquivamento da alteração do quadro social somente se daria por meio de instrumento de alteração contratual social, assinada pelos sócios retirantes.
Sustenta que a agravada se nega a assinar a alteração contratual, e nada fez para resolver sua retirada da empresa, o que levou a propositura da demanda judicial para fins de obrigar a sócia retirante formalizar o seu ato de vontade, tendo o processo inicialmente sido distribuído para 3ª Vara Cível, e após para 4ª Vara Cível por conexão aos autos n. 0001398-21.2013.8.22.0007.
Diz que agravou das duas decisões que indeferiram o pedido de antecipação de tutela, porém o interesse recursal é de apenas a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível.
Pugna ao final, pela concessão de medida liminar para o fim de determinar a agravada que proceda a assinatura da alteração contratual, para concretizar a sua retirada do quadro societário, fixando-se multa diária de R$ 1.000,00. Caso a ordem não seja cumprida, determinar à JUCER para que proceda a referida alteração, com a substituição da agravada, independentemente de assiantura, ou com a redução do capital social.
No mérito, requer o provimento do recurso para que seja reformada a decisão agravada.
É o relatório.
Examinados, decido.
Não obstante a agravante ter mencionado inicialmente que se insurgiria contra as duas decisões monocráticas constantes no presente recurso, manifestou-se posteriormente por interesse apenas na decisão supramencionada.
Pois bem. Ao revés dos argumentos da agravante, na hipótese, não se vislumbra a presença dos requisitos para a concessão da medida de antecipação da tutela pretendida, mormente porque, conforme afirmado nos autos, a notificação de retirada da agravada Fabíola ocorreu em agosto de 2011, e se vislumbra que nesse interregno podem ter ocorrido circunstâncias que inviabilizem, ou mesmo, que tenham modificado a relação jurídica entre as partes, como frisado pelo juízo de primeiro grau.
Acrescente-se que a manifestação de vontade de saída da empresa, eventualmente externada por um dos sócios, não implica na sua formalização (ou direito de exclusão), dada a repercussão patrimonial que o caso siscita.
Desta feita, sob a ótica da cognição sumária, não se constata, na hipótese, a verossimilhança do direito alegado, bem como o provimento de urgência em razão do tempo decorrido.
Neste sentido é o entendimento da jurisprudência desta Corte:
Agravo de instrumento. Presença do fumus boni iuris e do perculum in mora. Antecipação dos efeitos da tutela.
Para a antecipação de tutela, faz-se necessária a presença conjunta da prova inequívoca do fato, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável, de forma que existentes tais requisitos, impõe-se a concessão da medida. (Não Cadastrado, N. 00112771020128220000, Rel. null, J. 08/05/2013).
Cf. ainda o AI n. 0004617-63.2013.8.22.0000 - Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia.
Ademais, vislumbra-se que a concessão da medida poderá acarretar o exaurimento da prestação jurisdicional requerida na ação principal de obrigação de fazer, c.c com indenizatória por danos, esgotando-se ao final a pretensão contida na referida demanda.
Neste sentido o STJ já se manifestou:
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR. RECURSO ESPECIAL RETIDO (ART. 542, § 3º, DO CPC). ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM RECURSO ESPECIAL. VIABILIDADE RESERVADA A SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NÃO OCORRÊNCIA.
1. É entendimento deste Tribunal que se deve admitir o processamento imediato do Recurso Especial, mitigando a regra contida no art. 542, § 3º, do CPC, quando a retenção ensejar o exaurimento da prestação jurisdicional requerida, o que não se configura neste caso.
2. “O cabimento de medida cautelar para antecipar efeitos da tutela pleiteada em recurso especial é admitida apenas

em situações excepcionais, em que, presentes os requisitos de manifesto risco de dano irreparável e inquestionável relevância do direito, a concessão da providência pleiteada for indispensável para assegurar a eficácia do resultado do recurso a ser apreciado por este Tribunal." (AgRg na MC 9550/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJ 20/06/2005) 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg na MC 10.730/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2007, DJe 02/06/2008).

Ademais, não obstante a agravante tenha citado eventuais dificuldades financeiras que a empresa esteja sofrendo, como cadastros desatualizados, impossibilidade nas transações financeiras, etc., não demonstrou efetivamente a ocorrência desses fatos, pois apresentou apenas documentos referentes ao tempo da aludida retirada da sócia no ano de 2011, não havendo qualquer documento recente que comprovem os seus argumentos.

Assim sendo, vejo por necessário a instauração do contraditório, a fim de se apurar fatos mais concretos que indiquem a necessidade do deferimento da providência pretendida, concernente à alteração contratual e validação da retirada da sócia, ora agravada.

Pelo exposto, não há justificativas ou fundamentos que modifiquem os termos da decisão agravada, pois ausentes os requisitos previstos no art. 273 do CPC, motivo qual, nos termos do art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso.

Após as devidas anotações, arquivem-se os autos.

Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.

Porto Velho, 02 de agosto de 2013.

Desembargador Alexandre Miguel

Relator

Agravo de Instrumento

Número do Processo :0006838-19.2013.8.22.0000

Processo de Origem : 0024490-80.2012.8.22.0001

Agravante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON

Advogado: Odair Martini(OAB/RO 30B)

Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende(OAB/RO 1571)

Advogada: Sílvia de Oliveira(OAB/RO 1285)

Agravada: Novatti Construtora Ltda

Advogada: Carmela Romanelli(OAB/RO 474A)

Advogado: Cesar Augusto Carbone(OAB/RO 3440)

Relator:Des. Alexandre Miguel

Vistos.

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto por Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON contra decisão interlocutória proferida pelo juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO.

Examinados. Decido.

O artigo 525, inciso I, do CPC estabelece as peças que obrigatoriamente deverão acompanhar a inicial do recurso de agravo, dentre as quais: "obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado;".

Em análise aos autos, e informação na certidão (fl. 114) verifica-se que a agravante quando da interposição do presente recurso não juntou aos autos cópia da certidão de intimação da decisão agravada, ocorrendo, a violação do art. 525, I, do CPC, ensejando o não recebimento do agravo.

E no caso específico, verifica-se que não há como aferir a tempestividade do recurso, pois ainda que se observasse a data no carimbo em que o preposto da agravante recebeu a Carta/Mandado, em 12/07/13, o término final para a interposição do agravo se findaria em 24/07/13, no entanto, o recurso foi interposto em 29/07 (fl. 02).

Desta feita, não há como aferir se o recurso foi interposto de forma tempestiva.

Neste sentido é o entendimento do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 522 DO CPC. AUSÊNCIA DE CÓPIA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIR A TEMPESTIVIDADE POR OUTROS MEIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Incumbe à parte agravante diligenciar a formação do instrumento, o qual deverá conter todas as peças obrigatórias e as facultativas de natureza necessária, essencial ou útil, a fim de proporcionar seu perfeito entendimento.

2. A ausência da certidão de intimação da decisão agravada pode ser relevada, se a tempestividade recursal puder ser confirmada por meio de outro documento constante dos autos. Todavia, esse não é o caso dos autos. Precedentes.

3. As razões recursais encontram óbice na Súmula 83 do STJ, que determina a pronta rejeição dos recursos a ele dirigidos, quando o entendimento adotado pelo Tribunal de origem estiver em conformidade com a jurisprudência aqui sedimentada, entendimento aplicável também aos recursos especiais fundados na alínea "a" do permissivo constitucional.

4. A interposição de agravo manifestamente infundado enseja aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º do Código de Processo Civil.

5. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa. (AgRg no AREsp 319.512/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 18/06/2013).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO. PROTOCOLO DO AGRAVO. ILEGÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE POR OUTROS MEIOS.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial interposto fora do prazo legal (artigo 544 do Código de Processo Civil).

2. Incumbe ao recorrente, quando da interposição do agravo de instrumento perante o tribunal de origem, fazer constar a prova da tempestividade de seu recurso, a qual se faz mediante o cotejo entre a certidão de publicação da decisão agravada e a data do protocolo constante da petição recursal.

3. Constatada a ilegibilidade do carimbo do original, deve a parte providenciar uma certidão da Secretaria de Protocolo a fim de ser possível aferir a data real da interposição do recurso.

4. Na instância especial revela-se inaplicável o disposto nos arts. 13 e 37 do Código de Processo Civil, o que obsta a juntada posterior de certidão que ateste sua tempestividade tendo em vista a ocorrência da preclusão consumativa.

5. Hipótese em que se revelou inviável aferir a tempestividade do agravo de instrumento por outros meios. A juntada da cópia da petição do agravo nas razões regimentais afirmando que a petição original foi protocolizada tempestivamente não pode ser equiparada à certidão para fins de gozar de fé pública.

6. O novo entendimento da Corte Especial (AgRg no RESP nº 1.080.119/RJ) quanto à comprovação posterior da tempestividade refere-se às hipóteses de feriado local ou de suspensão do expediente forense no tribunal de origem, não sendo aplicável ao caso ora vertente.

7. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1137329/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 03/04/2013).
Ademais, a ausência de peças consideradas obrigatórias pelo art. 525, I, do CPC, conforme constatado nos autos, não permite a conversão do julgamento em diligência para apresentação das peças faltantes, ocorrendo a preclusão consumativa.
Portanto, tenho que o recurso é manifestamente inadmissível.
Pelo exposto, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente agravo de instrumento.
Feitas as anotações necessárias, arquivem-se.
Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.
Porto Velho – RO, 02 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0009332-19.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009332-19.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Apelante : Banco Panamericano S/A
Advogado : Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
Advogado : Eduardo de Carvalho Pinheiro (OAB/PB 16154)
Advogada : Sandra Regina Costa (OAB/SP 247520)
Advogado : Carlos José de Sá Pereira Filho (OAB/PE 21352)
Advogado : Nay Cordeiro Evangelista de Souza (OAB/PB 14229)
Advogada : Marília Albernaz Pinheiro de Carvalho (OAB/PB 14976)
Advogado : José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Apelada : Cristi Elen Laranjeiras Diogo
Advogada : Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607)
Advogado : Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Banco Panamericano S/A recorre da sentença proferida nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por dano moral que julgou procedente o pedido inicial e o condenou ao pagamento de R$ 8.000,00 a título de dano moral.
A autora em sua inicial afirma que teve seu nome indevidamente inscrito no rol de inadimplentes em face de parcela de financiamento devidamente quitada, pretendendo a condenação do banco ante o dano moral suportado.
O banco apelante sustenta em suas razões recursais que não há dano moral a ser indenizado, vez que a autora não fora cobrada de maneira vexatória, não passando de transtorno comum, mero aborrecimento, onde sequer houve intenção de lesar.
Reclama do quantum indenizatório, por entender excessivo para a demanda.
Prequestiona os arts. 188, I, 884 e 944 do CC e 14, §3º, II, do CDC.
Pede a reforma da sentença para julgar improcedente o pedido inicial ou, alternativamente, a redução do valor da indenização por dano moral.
Contrarrazões pelo não provimento do recurso.
Examinados, decido.
Os autos dão conta que a apelada teve seu nome negativado pelo banco apelante por dívida vencida em 29/01/2011 no valor de R$ 12.496,95, conforme consulta realizada na Serasa datada de 25/04/2011 (fl. 24).
A apelada trouxe às fls. 19 e seguintes comprovantes de pagamento de título que afirma corresponder ao da dívida que lhe negativou.
Ocorre que a dívida vencida em 28/01/2011, somente fora quitada em 04/03/2011 (fl. 19); a vencida em 28/02/2011 em 26/04/2011 (fl. 20); a vencida em 29/03/2011 em 26/04/2011 (fl. 21); e a vencida em 26/04/2011 no mesmo dia (fl. 22).
Assim, constata-se que a inscrição do nome da apelada no rol de inadimplentes foi legítima, até porque ainda constava em aberto as parcelas vencidas em fevereiro e março/2011, as quais somente foram pagas em 26/04/2011.
Portanto, mesmo que a data de vencimento constante na anotação de fl. 24 não corresponda ao correto, a apelada ainda era devedora do banco apelante.
Note-se que caberia a apelada exigir que fosse corrigida a inexatidão na negativação referente à data de vencimento da dívida, conforme dispõe o art. 43, §3º, do CDC, vez que a inscrição em si era devida quando da realização da consulta de fl. 24.
Entretanto, observa-se pelo documento de fl. 73 que em 17/10/2011, a inscrição persistia, sem que houvesse indicação de que a apelada era devedora, passando a negativação a ser indevida.
Fato é que a manutenção indevida do nome do consumidor no rol de inadimplentes por si só implica em dano moral.
O que se vê nos autos é a má prestação do serviço, em que o fornecedor deixa de tomar as medidas cabíveis para a manutenção no seu sistema da atualização dos dados de pagamento de seus clientes.
Nesse sentido:
CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. MANUTENÇÃO INDEVIDA. CONDENAÇÃO.
I. Constitui lesão moral a manutenção da inscrição em cadastro negativo de crédito, após a quitação da dívida. II. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1268226/MG Rel. Min. Aldir Passarinho Junior DJe 01/10/10).
Dano moral. Débito quitado. Negativação indevida. Manutenção.
A negligência do credor em manter indevidamente a inscrição do devedor em cadastro restritivo de crédito, após a quitação do débito, caracteriza omissão ilícita que implica sua responsabilidade pelo dano moral sofrido.
(Apelação Cível N. 00066485820108220001, de minha relatoria, J. 11/03/2011)
CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. DÍVIDA PAGA.
INSCRIÇÃO NO SPC. MANUTENÇÃO. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE. CC, ART. 159.
I. A indevida inscrição ou manutenção no SPC gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, presumir, gerando direito a ressarcimento que deve, de outro lado, ser fixado sem excessos, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito.
II. Recurso especial conhecido em parte e parcialmente provido.
(REsp 442.642/PB, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2002, DJ 10/03/2003, p. 234)
No que diz respeito ao valor da condenação, este deve basear-se na capacidade econômica das partes, na repercussão do dano e nos princípios norteadores da razoabilidade, proporcionalidade e moderação.

O valor arbitrado em R$ 8.000,00, não se mostra excessivo, atingindo o caráter reparatório e punitivo da indenização. (STJ, Súmula 362; RESP 1202806-MG; TJRO, AC 00837208920088220002)
No que tange ao prequestionamento dos artigos citados, o apelante limitou-se a indicar dispositivos legais que entende terem sido contrariados, sem discorrer sobre a matéria discutida.
Faz-se necessário esclarecer que o prequestionamento, como pressuposto constitucional do recurso especial ou extraordinário, exige a menção explícita aos preceitos de lei que se pretende malferidos e a motivação justificadora, esclarecendo em que aspectos os dispositivos de lei foram desafeiçoados para possibilitar ao julgador o cotejo, o teor dos artigos indicados como violados e a fundamentação do recurso (motivação).
Manifestar-se expressamente sobre os arts. 188, I, 884 e 944 do CC e 14, §3º, II, do CDC é providência que não se justifica.
Posto isso, com fundamento no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao recurso.
Transitada em julgado, remetam os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 2 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0020266-02.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0020266-02.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogada : Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado : Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Apelado : Master Serviços e Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogada : Pâmela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
14 Brasil Telecom Celular S/A recorre da sentença proferida nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c dano moral que julgou procedentes os pedidos iniciais e a condenou ao pagamento de R$ 10.000,00 e honorários em 10% sobre o valor da condenação.
A empresa autora em sua inicial afirma que teve o nome negativado indevidamente, vez que todas as contas antes de serem canceladas foram devidamente pagas.
A apelante em suas razões recursais sustenta que as faturas vencidas antes do cancelamento dos terminais telefônicos não foram pagos.
Ressalta que comprovou a origem dos débitos, entretanto, a autora não demonstrou o pagamento dos mesmos.
Reclama que o transtorno suportado pela apelada não passou de mero aborrecimento, bem como não há que indenizar moralmente a pessoa jurídica.
Questiona o quantum indenizatório por entender excessivo para o caso.
Pede a reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos iniciais ou, alternativamente, reduzir o quantum indenizatório.
A autora também inconformada com a sentença recorre adesivamente pleiteando a majoração da condenação. Apresenta contrarrazões pelo não provimento do recurso de apelação.
Examinados, decido.
Analisando os autos verifica-se que a autora encontra-se negativada em face de três contratos com a apelante, sendo incluída no dia 07/12/2010, por dívidas vencidas em 19/01/2010 (contrato 2111256000), 19/12/2009 (contrato 2111255992) e 04/11/2009 (contrato 2111711839) (fl. 27).
Considerando que a autora em 16/08/2010 solicitou 04 linhas telefônicas para outra operadora, sendo que duas dessas linhas tiveram a migração para outra operadora (fl. 34).
As faturas de fls. 91/106 correspondem ao contrato de n. 2111255992, que tem como data de vencimento 19/01/2010, 19/02/2010 e 19/03/2010, e há demonstração de utilização das linhas até março/2010.
A autora não demonstrou que solicitou o cancelamento das linhas, e apenas em agosto/2010 solicitou a migração, logo até essa data ela detinha plano com a apelante, senão não teria como pedir a migração.
Diante da autora não ter provado que efetuou o pagamento das faturas vencidas, bem como do pedido de cancelamento das linhas, hás inscrições se mostram devidas.
Nesse sentido:
Apelação. Responsabilidade civil. Inscrição cadastro de proteção ao crédito. Cobrança devida. Dano moral. Inocorrência.
Quem inclui o nome do consumidor nos cadastros de proteção ao crédito por procedimento devidamente justificado age no exercício regular de um direito reconhecido, não tendo, portanto, responsabilidade por eventuais danos morais daí advindos.
(Apelação Cível N. 00035172920118220005, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 24/04/2012)
Apelação. Linhas telefônicas. Mudança de plano. Cobrança devida. Negativação do nome do autor. Inscrição lícita. Dano moral. Não configurado. Requisitos. Ausentes.
Comprovada a inadimplência da devedora, é legítima inclusão de seu nome de devedor no cadastro de restrição de crédito por dívida não paga.
Sendo legítima a inscrição, não há que se falar em dano moral, sobremodo quando não há demonstração dos requisitos necessários para configuração da reparação civil.
(Apelação Cível N. 00375353220098220010, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 18/10/2011)
Posso isto nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC, dou provimento para reformar a sentença e julgar improcedentes os pedidos iniciais, revogo a liminar e condeno a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 1.000,00.
Transitada em julgado, remetam os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 2 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0007964-72.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0007964-72.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apelante : Oceanair Linhas Aéreas S.A.
Advogado : Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Apelada : M. J. G. M. Assistido(a) por sua mãe S. G. M.
Advogada : Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Advogado : Nagem Leite Azzi Santos (OAB/RO 441E)
Apelada : Mélanie Galindo Martinho Azzi
Advogada : Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)

Advogado : Nagem Leite Azzi Santos (OAB/RO 441E)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 145, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que apelante outorga poderes ao advogado Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646), subscritor do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso,
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0007982-59.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0007982-59.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 9ª Vara Cível
Apelante : Banco Bonsucesso S. A.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Apelado : Roberto César Costa Reis
Advogado : Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2861)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 100, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante outorga poderes ao advogado Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A), subscritor do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Determino, ainda, a intimação da parte apelante para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor da condenação por dano moral e material, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0001394-36.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0001394-36.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Apelante : Geo-econômica Factoring Fomento Ltda
Advogado : Antonio Pereira da Silva (OAB/RO 802)
Apelado : Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado : Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Advogada : Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Advogada : Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 132, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelado outorga poderes aos advogados Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194) e Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930).
Assim, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento de suas contrarrazões.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0022182-42.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022182-42.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apelante : Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada : Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Apelada : Maria do Socorro Nunes de Moraes
Advogado : Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON recorre da sentença de fls. 53/56, proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO que julgou procedente a ação de indenização por dano moral movida por Maria do Socorro Nunes de Moraes
Examinados, decido.
O presente recurso comporta julgamento monocrático.
Não consta nos autos procuração em que o apelante outorga poderes à advogada subscritora do recurso de apelação, o que foi certificado à fl. 72.
Oportunizada a regularização da representação processual (fl. 73), a apelante quedou-se inerte, conforme certidão de fl. 75.
Estando irregular sua representação processual, o recurso de apelação não é válido, sendo considerado inexistente, consoante entendimento desta corte e do Superior Tribunal de Justiça:
Agravo. Ausência de representação processual.
É inexistente recurso de apelação e dele não se conhece, se foi interposto e subscrito por advogado sem procuração nos autos, notadamente se lhe foi concedido prazo para sanar a irregularidade na representação processual, a qual não foi corrigida.
(TJRO, AInt em AC n. 00000424820108220022, Rel. Des. Kiyochi Mori, J. 25/04/2012). [g.n.]
PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO SUBSCRITA POR

ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO VÁLIDA NOS AUTOS. INÉRCIA DA RECORRENTE PARA REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL, MESMO APÓS ABERTURA DE PRAZO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL CARACTERIZADA. SÚMULA 7 DO STJ.
1. É pacífico nesta Corte que a falta de instrumento de mandato constitui defeito sanável nas instâncias ordinárias, aplicando-se, para o fim de regularização da representação postulatória, o disposto no art. 13 do CPC.
2. O Tribunal a quo, soberano na análise do acervo fático-probatório dos autos, asseverou que, mesmo após intimação para regularização processual, o vício não foi sanado pela parte. Reexaminar tal entendimento demandaria revolvimento de matéria fático-probatória, inadmissível nos termos da Súmula 7/STJ.
3. Agravo regimental não provido.
(STJ, AgRg no AREsp 287.190/RN, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 13/05/2013). [g.n.]
No mesmo sentido os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal: AI 694245 AgR, AI 666235 AgR, AI 678493 AgR, AI 678666 AgR, AI 697083 AgR, AI 625561 AgR-ED, AI 504704, AI 511787, RE 411.279-AgR e AI 550.217-AgR.
Assim, não conheço do presente recurso, em razão da ausência procuração ou substabelecimento da apelante para a advogada subscritora da apelação.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0001172-68.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0001172-68.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda
Advogado : Wisley Machado Santos de Almada (OAB/RO 1217)
Apelado : Franc Cordeiro do Nascimento
Advogado : Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672)
Advogado : Silvio Rodrigues Batista (OAB/RO 5028)
Advogada : Fernanda Mayara Oliveira Claros (OAB/RO 4726)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 105, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelado outorga poderes ao advogado Silvio Rodrigues Batista (OAB/RO 5028).
Assim, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de exclusão do patrocínio e não conhecimento de suas contrarrazões.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0006141-63.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0006141-63.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara Cível
Apte/Apdo : José Waldenyr dos Santos Terço
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apdo/Apte : Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado : Márcio Roberto de Souza (OAB/RO 4793)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Informa o 2º Departamento Judiciário Cível, à fl. 125, que foi apresentada petição física, por Banco Cruzeiro do Sul S.A., acompanhada de procuração e documentos, sob o protocolo n. 17816-20, em desacordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 7º da Instrução Conjunta n. 14/2010-PR-CG, razão pela qual não foi procedida a juntada aos autos.
O Tribunal de Justiça de Rondônia, por meio da Resolução n. 044, publicada no DJE n. 190, do dia 15/10/2010, regulamentou os procedimentos pertinentes à implementação do Processo Eletrônico, por meio do Sistema Digital do Segundo Grau – SDSG e através da Instrução Conjunta n. 014/2010-PR-CG, publicada no DJE n. 217, do dia 26/11/2010, deflagrou a sua utilização gradativa, com início nas comarcas de 3ª entrância (Porto Velho e Ji-Paraná), especificadamente para a classe Apelação Cível, que não haja participação do Ministério Público.
Ressalta-se que referidas normatizações foram editadas com suporte na Lei n. 11.419/2006, art. 8º, que dispõe sobre a informatização dos processos judiciais e admite o uso de meio eletrônico na tramitação destes em qualquer grau de jurisdição.
Dessa forma, verifica-se que a regulamentação do Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG) foi criada por este Tribunal com base em autorização legislativa e dentro dos limites permitidos em lei.
De acordo com a Instrução Conjunta n. 014/2010, em seu artigo 7º, Parágrafo Único, foi concedido o prazo de 180 dias a contar da data da entrada em vigor desta, para que excepcionalmente ainda pudessem ser apresentadas por meio físico ou fac-símile, bem como em arquivo digital, contido em CD ou DVD, via protocolo integrado.
A concessão de referido prazo visava a adesão gradativa dos Advogados ao SDSG que, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º da Resolução n. 044/2010-PR, dispunha sobre a necessidade da aquisição prévia de Certificado Digital emitido por autoridade certificadora Oficial na cadeia do Instituto de Chaves Públicas/ICP-Brasil e de Token que possibilitasse lançar a assinatura digital.
Desta maneira, o Tribunal de Justiça disponibilizou pontos de internet e aparelhos de scanner em todas as salas da OAB existentes nas unidades jurisdicionais do Estado. Além disso, houve reuniões com a presença de representantes do TJ/RO, dos representantes da OAB-RO, notadamente entre as direção do Judiciário e do organismo dos advogados, de modo a esclarecer e orientar quanto aos procedimentos a serem utilizados na implantação do sistema digital, bem como foi realizado treinamentos com funcionários da OAB.
Há que se ressaltar que a implantação do referido sistema foi amplamente divulgado na mídia local, bem como no site deste

Tribunal, informando também o término do prazo para adaptação ao sistema, o qual ocorreria em 03 de junho de 2011, sendo que a partir de 06 de junho de 2011, as petições deveriam ser apresentadas exclusivamente pelo próprio sistema.
Cumpre salientar ainda que a virtualização de processos é uma tendência que está sendo implantada em vários Tribunais do país, como por exemplo, a título de informação, nos Tribunais do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que os Tribunais Superiores e o CNJ já não mais admitem o protocolamento de petições físicas.
Ocorre que, apesar de vários alertas sobre o fim do prazo, ainda vem ocorrendo o protocolamento de petições físicas, no Tribunal, endereçadas a processos eletrônicos, como no caso dos autos.
No entanto, considerando o largo prazo concedido aos advogados para se adequarem ao Sistema Digital do Segundo Grau, bem como a ampla divulgação do prazo final para o protocolamento de petições físicas nestes processos, tem-se que estas não poderão ser juntadas aos autos após este prazo, em respeito à legislação e normatizações vigente.
Assim já decidiu este Tribunal:
Sistema digital Segundo grau. Agravo interno. Protocolização. Meio físico.
A protocolização de petição recursal, agravo interno, por meio físico a processo o qual já digitalizado em primeiro grau, enseja o seu não recebimento e, consequente, não conhecimento, por desrespeitar as normas previstas na legislação vigente (Instrução Conjunta n. 014/2010).
Inexistindo prova de que o sistema estava inoperante durante o prazo recursal, o que implicaria em outras medidas, como a abertura de novo prazo para garantir o acesso à justiça, não há que prover o recurso protocolado de forma física, quando os autos estão desde o primeiro grau digitalizados. (Agravo interno n. 0112805-89.2009.8.22.0001 – j. em 16/11/2011)
Ademais, O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já enfrentou essa questão por meio do procedimento de controle administrativo nº 0003802-50.2011.2.00.0000 promovido pela OAB-RO, em sua 141ª Sessão Plenária em 14/02/12, em que concluiu:
- pelo indeferimento dos pedidos de obrigatoriedade de recebimento de petições físicas em processos eletrônicos e de obrigatoriedade de implementar o uso de login e senha no(s) sistemas de processo eletrônico;
- o reconhecimento da perda do objeto em relação ao pedido de identificação, no SDSG, da espécie de processo físico ou eletrônico vez que já implementada tal funcionalidade;
Sendo assim, não recebo a petição física, pois a mesma não foi apresentada por meio adequado.
A peça permanecerá até 90 (noventa) dias no departamento à disposição do subscritor para devolução. Decorrido o prazo sem manifestação, o documento será inutilizado.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Desembargado Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0009331-97.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009331-97.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 9ª Vara Cível
Apelante : Giselli Cristina Clemente de Araujo
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado : Banco BMG S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 79, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelado outorga poderes ao advogado Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875).
Assim, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de exclusão do patrocínio e não conhecimento de suas contrarrazões.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0012241-68.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0012241-68.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apelante : Eduardo Allemand Damião
Advogado : Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Apelado : Banco Finasa BMC S.A.
Advogada : Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Advogado : Alexandre Romani Patussi (OAB/SP 242085)
Advogada : Flávia de Albuquerque Lira (OAB/PE 24521)
Advogado : Alan Ferreira de Souza (OAB/CE 21801)
Advogado : Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Advogado : Roberto Costa (OAB/SP 123992)
Advogado : Luiz Lycurgo Leite Neto (OAB/SP 211624)
Advogado : Paulo Celso Pompeu (OAB/SP 129933)
Advogado : Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 198, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante outorga poderes ao advogado Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), subscritor do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Determino, ainda, a intimação da parte apelante para complementar o preparo recursal, devendo considerar o valor dado à causa, no prazo de cinco dias, sob pena de deserção, conforme artigo 511, §2º, do CPC.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0015958-17.2012.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0015958-17.2012.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Apelante : Claro S/A
Advogado : Amauri Luiz de Souza (OAB/RO 1301)
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Apelada : Creuza Maria de Oliveira
Advogado : Marcelo Antônio Geron Ghellere (OAB/RO 1842)
Advogado : Laércio Marcos Geron (OAB/RO 4078)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 56, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que a apelante outorga poderes ao advogado Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), o qual substabelece (fls. 45, 43 dos autos originários) o advogado subscritor do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso,
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0000741-53.2011.8.22.0006 - Apelação
Origem : 0000741-53.2011.8.22.0006 Presidente Médici / 1ª Vara Cível
Apelante : Jose Santos
Advogado : Rubens Vieira Lopes (OAB/RO 273)
Apelado : Jose Eugenio de Oliveira
Advogado : Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583)
Advogada : Celma Aléssio de Barros (OAB/RO 3612)
Apelado : Euripedes Rafael dos Reis
Advogado : Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583)
Advogada : Celma Aléssio de Barros (OAB/RO 3612)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 188, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante outorga poderes ao advogado Rubens Vieira Lopes (OAB/RO 273), subscritor do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0022742-13.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022742-13.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Banco Santander (Brasil) S.A.
Advogado : Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogado : Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Apelada : Rita de Cassia Pereira Marques
Advogado : Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 56, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante outorga poderes aos advogados Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846) e Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482), subscritores do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0008328-32.2011.8.22.0005 - Apelação
Origem : 0008328-32.2011.8.22.0005 Ji-Paraná / 1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada : Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264)
Advogada : Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
Advogada : Sabrina Camargo de Oliveira Martin (OAB/RS 55893)
Apelado : Orides Barbosa Alves
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 72, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante Banco Bradesco Financiamentos S/A outorga poderes as advogadas Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820) e Sabrina Camargo de Oliveira Marin (OAB/RS 55893), as quais substabelecem (fl. 08) a subscritora do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 02 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0006275-53.2012.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0006275-53.2012.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Apelante : Diogenes Prado de Almeida
Advogado : Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476)
Advogado : Dennis Lima Batista Gurgel do Amaral (OAB/RO 603E)
Apelado : D. dos S. S. Assistido(a) por seu pai W. S. da C.
Advogada : Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Advogada : Isabel Moreira dos Santos (OAB/RO 4171)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 146, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelado D. dos S. S outorga poderes à advogada Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256), subscritora das contrarrazões e recurso adesivo.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento das contrarrazões e de seu recurso adesivo.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0009448-59.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009448-59.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante : Frede Barbosa do Nascimento
Advogado : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogado : Waldelino dos Santos Barros (OAB/RO 2187)
Apelado : Banco Itaucard S/A
Advogada : Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Advogada : Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 137, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelado outorga poderes às advogadas Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793) e Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530).
Assim, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de exclusão do patrocínio e não conhecimento de suas contrarrazões.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011240-48.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0011240-48.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante : Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogada : Andrei Osti Andrezzo (OAB/SP 144319)
Advogada : Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogado : Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogado : Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Advogado : Marcelo Menin (OAB/SP 153342)
Advogada : Miriam Lunaro Battistin (OAB/SP 222953)
Advogada : Giuliana Giannetti Mazeto (OAB/SP 221382)
Advogado : Eugênio Reynaldo Palazzi Junior (OAB/SP 128126)
Apelado : José Jovial Pascoal da Silva
Advogado : Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 191, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que a apelante Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento outorga poderes aos advogados Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 2991) e Marcelo Menin (OAB/SP 153342), sendo que este último substabelece (fl. 164) a subscritora do recurso de apelação.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de exclusão do patrocínio e o não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0005137-36.2012.8.22.0007 - Apelação
Origem : 0005137-36.2012.8.22.0007 Cacoal / 4ª Vara Cível
Apelante : Industrial Pagé Ltda
Advogada : Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155B)
Advogado : Alexandre Campos Pereira (OAB/SC 16586)
Apelado : Piarara Industria de Alimentos Ltda
Advogado : Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Advogado : Fabiano Moraes Pimpinati (OAB/RO 4942)
Apelado : Banco Bradesco S.A.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada : Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30368)
Advogado : Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 229, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que a apelante Industrial Pagé Ltda outorga poderes ao advogado Alexandre Campos Pereira (OAB/SC 16586), subscritor do substabelecimento à fl. 175, restando prejudicada toda a cadeia de substabelecimentos

subsequente.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0224360-14.2009.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0224360-14.2009.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante : HSBC Bank Brasil S.A. Banco Múltiplo
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado : Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB/RO 72B)
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogada : Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Advogado : Luiz Carlos Pereira Portela (OAB/MS 6348E)
Advogado : Luiz Clodoaldo Cavalcante Neto (OAB/RO 520E)
Apelado : Claybony Rodrigues da Cunha
Advogado : Antônio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Analisando os autos e considerando a certidão de fl. 187, verifico a inexistência de instrumento de procuração ou substabelecimento em que o apelante outorga poderes ao advogado Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), subscritor do substabelecimento à fl. 99, restando prejudicada toda a cadeia de substabelecimentos subsequente.
Assim sendo, determino a intimação da referida parte para regularizar sua representação processual, no prazo de cinco dias, sob pena de não conhecimento de seu recurso.
Ressalte-se que somente será aceita a regularização, por meio digital, inserido no Sistema Digital do Segundo Grau (SDSG).
Decorridos os prazos, tornem os autos conclusos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0011552-53.2012.8.22.0001 - Embargos de Declaração
Origem :
Embargante : Marcondes Almeida da Silva
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Embargado : Banco BMG S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada : Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada : Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Marcondes Almeida da Silva embarga de declaração da decisão monocrática de fls. 85/86 que negou seguimento nos termos do art. 557, caput, do CPC ao seu recurso de apelação nos autos da ação de exibição de documentos que pleiteou a condenação do embargado em honorários advocatícios.
Sustenta que não houve exibição dos documentos solicitados na inicial como cópia do contrato de cartão de crédito e extratos de movimentação mensal da operação realizada entre as partes.
Pede a aplicação de efeito infringente na referida decisão.
Examinados, decido.
Analisando os autos verifica-se que inexiste a contradição apontada, vez que a cópia da fatura do cartão bem como do contrato de cartão de crédito firmado entre as partes se encontra juntado aos autos às fls. 42/49.
Não havendo qualquer vício na decisão ora embargada.
Certo é que cabem embargos de declaração quando houver na sentença, no acórdão ou na decisão monocrática que analisa o recurso de apelação obscuridade, contradição ou, ainda, se for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz, tribunal ou relator.
Por conseguinte a sua finalidade, como deve ser sabido pelo embargante, consiste em completar a decisão omissa ou ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades, contradições ou omissões. Portanto, salvo raras exceções - as quais não se apresentam neste caso, os embargos de declaração têm caráter integrativo ou aclaratório da decisão embargada.
No caso dos autos, a decisão prolatada é coerente, há perfeita simetria entre os fatos, fundamentos de direito e parte dispositiva, tornando-a perfeitamente compreensível.
Por certo, tenho que, na realidade, a intenção do embargante é manifestamente protelatória, o que implica em litigância de má-fé, passível de imposição de multa.
Diante destas considerações, tenho que o presente recurso é protelatório, pois apenas pretende a rediscussão de matéria a qual já analisada devidamente, trazendo como fundamento inverdade sobre a ausência de documentos, os quais presentes nos autos, o que enseja a aplicação de multa de 1% prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC.
Posto isso, nego provimento aos embargos e condeno o embargante à multa de 1% sobre o valor atribuído à causa, em favor do embargado, nos termos do art. 538, parágrafo único, do CPC, e condiciono a interposição de eventuais recursos ao pagamento imediato da multa aplicada.
Transitada em julgado, remetam os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0012306-29.2011.8.22.0001 - Agravo Regimental
Origem :
Agravante : Federação Rondoniense de Voleibol
Advogado : Elvis Dias Pinto (OAB/RO 3447)
Advogado : Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)
Agravado : José Caetano Morey Romano
Advogado : Vinicius Soares Souza (OAB/RO 4926)
Advogado : Mauro Consuelo Sales de Sousa (OAB/RO 4047)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes

Vistos.
Federação Rondoniense de Voleibol interpõe agravo interno, nomeado como regimental, às fls. 212/222 da decisão monocrática que deu provimento ao seu recurso para reduzir os honorários advocatícios para R$ 1.000,00, nos termos do art. 557, §1º-A, do CPC.
Referida decisão fora disponibilizada no DJE n. 132 de 22/07/2013 (segunda-feira), considerando como publicada em 23/07/2013 (terça-feira) iniciando-se a contagem do prazo recursal em 24/07/2013 (quarta-feira).
No dia 02/08/2013 (sexta-feira) a agravante interpôs o presente recurso quando o prazo findou no dia 28/07/2013 (domingo), prorrogado para o primeiro dia útil seguinte 29/07/2013 (segunda-feira), logo já transcorrido o prazo recursal de 05 (cinco) dias, previsto no art. 557, §1º, do CPC.
Nesse sentido é a posição firmada pelo Superior Tribunal de Justiça:
Processual civil. Decisão monocrática de relator. Agravo. Art. 557, § 1º, do CPC.
1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, caberá agravo, no prazo de cinco dias, para impugnar decisão monocrática de relator que negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível.
2. A utilização de recurso manifestamente incabível representa erro grosseiro, o que afasta a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
3. Agravo não-conhecido (STJ - Quarta Turma - AgRg no REsp 1042324/RS, rel. Min. João Otávio de Noronha, em 17/6/2008).
O fato da agravante ter nomeado o presente recurso como agravo regimental, que tem prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o art. 712, §2º, do RITJRO, não possibilita a análise do presente agravo. Caso a parte tivesse respeitado o prazo para interposição do recurso cabível de 05 (cinco) dias, como não o fez, a admissibilidade resta prejudicada.
Posto isso, não conheço do recurso.
Procedidas às anotações necessárias, arquivem-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0004715-89.2011.8.22.0009 - Embargos de Declaração
Origem :
Embargante : BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada : Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Embargado : Luiz Francisco da Silva
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado : Murillo Espinola de Oliveira Lima (OAB/RO 4742)
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Kiyochi Mori
Vistos etc.
BFB Leasing S.A. Arrendamento Mercantil interpõe embargos de declaração em face do acórdão de fls. 201-206, apenas para fins de prequestionamento.
Discorre acerca da possibilidade de prequestionamento pela via dos embargos, não se constituindo em novidade no âmbito da via recursal.
Sustenta ainda que diante do esgotamento da atividade das instâncias ordinárias e atenção do recorrente se volta ao risco de incidência das Súmulas 356 e 282 do STF, bem como a Súmula 211, do STJ.
Por tais enunciados é que interpõe o presente embargos de declaração.
Requer o acolhimento dos embargos para prequestionar a matéria.
Examinados, decido.
Analisando os autos verifica-se que a certidão inclusa à fl. 207, informa que o acórdão ora embargado foi disponibilizado no DJE do dia 23/07/2013, considerando-se publicado no dia 24/07/2013, iniciando-se a contagem do prazo para o presente recurso no dia 25/07/2013 (quinta-feira), conforme Lei n. 11.419/06 e Resolução n. 007/07-PR.
Assim, o termo final para a interposição de embargos de declaração findou-se em 29/07/2013 (segunda-feira), conforme art. 536 do CPC e art. 710 do Regimento Interno desta Corte, que preveem cinco dias para oposição dos embargos de declaração.
No entanto, a embargante protocolou o recurso no dia 31/07/2012 (fls. 208-217), sendo, pois, intempestivo.
Posto isso, não conheço do presente recurso, ante a sua intempestividade e por ausência de um dos pressupostos de admissibilidade.
Transitada em julgado, remetam os autos à origem.
Publique-se.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0001289-59.2012.8.22.0001 - Agravo Regimental
Origem :
Agravante : Banco do Brasil S/A
Advogado : Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada : Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado : Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogado : Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado : Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Agravado : Paulo Marcos de Souza Soares Souza
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Advogado : Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) : Des. Isaias Fonseca Moraes
Vistos.
Banco do Brasil S/A interpõe agravo interno, nomeado como regimental, às fls. 93/100 da decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação nos termos do art. 557, caput, do CPC.
Referida decisão fora disponibilizada no DJE n. 129 de 17/07/2013 (quarta-feira), considerando como publicada em 18/07/2013 (quinta-feira) iniciando-se a contagem do prazo recursal em 19/07/2013 (sexta-feira).
No dia 24/07/2013 (quarta-feira) o agravante interpôs o presente recurso quando o prazo findou no dia 23/07/2013 (terça-feira), logo já transcorrido o prazo recursal de 05 (cinco) dias, previsto no art. 557, §1º, do CPC.

Nesse sentido é a posição firmada pelo Superior Tribunal de Justiça:
Processual civil. Decisão monocrática de relator. Agravo. Art. 557, § 1º, do CPC.
1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, caberá agravo, no prazo de cinco dias, para impugnar decisão monocrática de relator que negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível.
2. A utilização de recurso manifestamente incabível representa erro grosseiro, o que afasta a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.
3. Agravo não-conhecido (STJ - Quarta Turma - AgRg no REsp 1042324/RS, rel. Min. João Otávio de Noronha, em 17/6/2008).
O fato do agravante ter nomeado o presente recurso como agravo regimental, que tem prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o art. 712, §2º, do RITJRO, não possibilita a análise do presente agravo. Caso a parte tivesse respeitado o prazo para interposição do recurso cabível de 05 (cinco) dias, como não o fez, a admissibilidade resta prejudicada.
Posto isso, não conheço do recurso.
Procedidas às anotações necessárias, arquivem-se.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 05 de agosto de 2013.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Agravo em Recurso Especial em Apelação
nrº 0002160-08.2011.8.22.0007 (PROCESSO DIGITAL)
Origem : 0002160-08.2011.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Agravante : Comercial Importação e Exportação La Rioja Ltda
Advogado : José Luís Dias Ribeiro da Rocha Frota (OAB/SP 257408)
Advogado : Rodrigo Franco Montoro (OAB/SP 147575)
Advogado : Claudio Arsenio dos Santos (OAB/RO 4917)
Advogado: André Luis Gonçalves (OAB/RO 1991)
Advogado: Gustavo Vieira Ribeiro (OAB/SP 206.952)
Agravada : Piarara Comércio e Transportes Ltda
Advogado : Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823A)
Advogado : Thiago Marinho da Silva (OAB/PB 15015)
Advogada : Lucilene Pereira Dourado Eller (OAB/RO 682E)
[...]
"Nos termos do art. 1º, §1º, do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001,
fica o(a) Agravado(a) intimado(a) para, querendo, contraminutar o Agravo e juntar documentos,
no prazo de 10 (dez) dias."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Apelação (Embargos Infringentes)
nrº 0015377-73.2010.8.22.0001 (PROCESSO DIGITAL)
Embargantes/Apelados: Evaristo de Melo e outra
Advogada: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Advogado: Arcelino Leon (OAB/RO 991)
Embargada/Apelante: Sabemi Seguradora S/A
Advogado: Pablo Berger (OAB/RS 61011)
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
[...]
"Nos termos do art. 531 do CPC e provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o(a) embargado(a) intimado(a) para, querendo, apresentar as contrarrazões aos Embargos Infringentes."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Apelação (Embargos Infringentes)
nrº 0002805-12.2011.8.22.0014 (PROCESSO DIGITAL)
Embargante/Apelado: Renato Bonifácio de Melo Dias
Advogada: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Advogado: Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4178)
Embargado/Apelante:TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogada: Érica Gamarano Marota Rodrigues (OAB/SP 212940)
[...]
"Nos termos do art. 531 do CPC e provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, fica o(a) embargado(a) intimado(a) para, querendo, apresentar as contrarrazões aos Embargos Infringentes."
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
RECURSO ESPECIAL em Apelação
nrº 0021521-63.2010.8.22.0001 (PROCESSO DIGITAL)
Recorrente: Adriano Reis de Oliveira
Advogado: Renato Juliano Serrate de Araujo (OAB / AC 3.553)
Advogada: Vanessa Michele Esber Serrate (OAB/RO 3875)
Recorrido: Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogada: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)
Advogado: Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389)
Advogada: Karen Amann (OAB/SP 140975)
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 2 de agosto de 2013."
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0003692-67.2013.8.22.0000
Recorrente: Rede Brazil Máquinas SA
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B)
Recorrida: Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
Advogado: Leme Bento Lemos (OAB/RO 308A)
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 5 de agosto de 2013."
(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Câmaras Cíveis Reunidas
Despacho DO RELATOR
Ação Rescisória
Número do Processo :0014372-19.2010.8.22.0000
Autor: Atlântico Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho(OAB/RO 4570)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral(OAB/RO 4507)
Advogada: Karina de Almeida Batistuci(OAB/RO 4571)
Advogada: Micilene de Jesus Nascimento(OAB/RO 3472)
Advogado: Diogo Morais da Silva(OAB/RO 3830)
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim(OAB/RO 3669)
Advogada: Fátima Luciana Carvalho dos Santos(OAB/RO 4799)
Advogado: Iris Elena da Cunha Gomes da Silva(OAB/RO 5.833)
Réu: Valdeilson de Souza Felix
Relator:Des. Raduan Miguel Filho
Vistos
Indefiro o pedido constante à fl. 283/284, por ausência de amparo legal.
Tendo em vista as tentativas frustradas de citação pelos correios, por observância ao art. 221 do Código de Processo Civil, determino a realização do ato por oficial de justiça, devendo constar do mandado o último endereço declinado pelo autor, fl. 269.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Raduan Miguel Filho
Relator

1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0006974-16.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0001397-85.2013.8.22.0023
Agravante: Maria José Machado de Oliveira
Advogado: Luciano da Silveira Vieira(OAB/RO 1643)
Agravante: Selma Barbosa Cavalcante
Advogado: Luciano da Silveira Vieira(OAB/RO 1643)
Agravante: Arnaldo Bastos de Souza
Advogado: Luciano da Silveira Vieira(OAB/RO 1643)
Agravado: Município de São Francisco do Guaporé RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de São Francisco do Guaporé RO( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos etc,
Maria José Machado de Oliveira e Outros interpõem o presente agravo de instrumento, com o objetivo de reformar a decisão da Juíza de Direito da 1ª Vara Cível de São Francisco do Guaporé (fls. 18/20), que indeferiu seu pedido liminar em sede de ação ordinária.
Os agravantes são Conselheiros Tutelares do município de São Francisco do Guaporé, empossados em 01/07/2010, para exercer mandato de 03 anos, permitida uma reeleição, nos termos da lei municipal n. 63/2000, em observância a igual previsão do Estatuto da criança e do adolescente (lei n. 8.069/90).
Em 25/07/2012, foi editada a lei n. 12.696, que modificou o referido Estatuto, aumentando o prazo do mandato para 04 anos, permitida uma reeleição, bem como instituiu uma data unificada em todo o território nacional para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a ocorrer no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
Em razão dessas modificações, foi promulgada a lei municipal n. 921, de 07/12/2012, que alterou o art. 10 da lei n. 63/2000, para adequar o prazo do mandato dos Conselheiros Tutelares para 04 anos, bem como incluir o §3º, verbis:
§3º - Para fins de unificação do processo de escolha, nos termos do caput e dos parágrafos 1 e 2 do art. 139 da Lei Federal nº8.069/90, alterada pela Lei Federal nº12.696/2012, ficam prorrogados em caráter excepcional, os mandatos dos atuais conselheiros tutelares do Município de São Francisco do Guaporé, até a posse daqueles Conselheiros que forem escolhidos no primeiro processo unificado em todo o território nacional.
Ocorre que em 2013 foi promulgada a lei municipal n. 952, que revogou o aludido §3º, bem como reduziu a remuneração do cargo, outrora fixada em 2 salários mínimos e meio, para o valor fixo de R$1.000,00.
Em razão da revogação da prorrogação dos mandatos prevista na lei n. 921/2012 e com o fim destes em 01/07/2013, o Conselho Tutelar municipal deflagrou nova eleição para sua composição.
Os agravantes ingressaram com ação ordinária, com o objetivo de que a lei n. 952/2013 seja declarada inconstitucional/ilegal, por afronta ao art. 5º, XXXVI, bem como do art. 6º, §2º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, uma vez que entendem haver ofensa ao seu direito adquirido, consistente na prorrogação de mandato até o processo de escolha unificada em 2014, bem como ainda por ofensa ao princípio constitucional da irredutibilidade de salário, previsto no art. 7º, VI da Carta Magna.
Em sede de antecipação de tutela, com base nesses argumentos, requereram a permanência nos cargos, sem redução de remuneração, até o julgamento de mérito da ação principal, bem como que o Conselho Tutelar de São Francisco do Guaporé se abstenha de realizar nova eleição, mediante cominação de astreintes.
O pedido liminar foi indeferido, ao argumento de não se vislumbrar a verossimilhança da alegação apta a antecipar provimento de mérito.
Nessa seara recursal, requer, liminarmente, o deferimento do mesmo efeito pleiteado em 1º grau, e no mérito, a reforma em definitivo da decisão agravada, para que seja deferido seu pedido de antecipação de tutela.
É o relatório. Decido.
Como bem ressaltado pelo juízo a quo, para deferimento de antecipação dos efeitos da tutela, deve-se observar os ditames

previstos no art. 273 do CPC, o qual elenca como primeiro requisito a existência de prova inequívoca, apta a convencer o juiz da verossimilhança de sua alegação; ou seja, é necessário que fique evidenciado um juízo de probabilidade de procedência quase incontestável.
Ocorre que o caso em questão não me parece maduro suficiente para que se possa conceder a referida medida.
Isto porque a prorrogação de mandato prevista pela lei municipal n. 921/2012 não observou a Resolução n. 152 do CONANDA.
É bem verdade que a referida resolução não é expressa com relação aos conselheiros empossados em 2010, como é o caso dos agravantes. Contudo, basta um simples exercício de raciocínio lógico para entender o motivo. Os conselheiros empossados em 2010 não tiveram seus mandatos aumentados de 3 para 4 anos com a superveniência da lei federal n. 12.696/2012, de modo que seus mandatos encerram em 2013.
Já para os conselheiros que foram eleitos nessas próximas eleições, a resolução n. 152 do CONANDA já prevê um mandato reduzido, haja vista a proximidade das eleições unificadas em 2014, com posse em 2015.
Assim, a lei municipal extrapolou os limites da lei geral (Estatuto da Criança e do Adolescente, lei n. 8.069/90), à qual deve respeito e observância, ao criar hipótese de mandato de 5 anos não prevista naquela, nem por seu órgão de fiscalização.
Quanto a questão da remuneração, é verdade que o art. 7º, inciso VI da CF prevê a irredutibilidade de salário. Por outro lado, o inciso IV do mesmo artigo dispõe que é vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, regra não observada pela lei municipal desde seu nascedouro, uma vez que a remuneração dos conselheiros tutelares está fixada em, no mínimo, dois salários mínimos nacionais e meio por mês (art. 36 da lei municipal n. 63/2000).
Assim, indefiro a liminar.
Solicite-se informações do juízo agravado, para que as preste no prazo de 10 (dez) dias.
Nesse ínterim, intime-se o agravado para apresentar contraminuta ao agravo.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

2ª CÂMARA ESPECIAL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
pCamaraDistribuicao
0001040-97.2011.8.22.0016 - Apelação
Origem : 0001040-97.2011.8.22.0016 Costa Marques / 1ª Vara Cível
Apelante : Ilza Figueiredo da Silva
Advogada : Sarah Caroline Mendes Pinheiro (OAB/MT 16008)
Advogado : Robervelte Braga Francisco (OAB/RO 3677)
Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador : Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator(a) : Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor(a) : Des. Gilberto Barbosa

Vistos.
Trata-se de apelação cível interposta em face de decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques, nos autos de ação ordinária para recebimento de pensão por morte proposta por Ilze Figueiredo da Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Haja vista tratar-se o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS de autarquia federal, o julgador singular processou a ação e sentenciou o feito no exercício de competência federal delegada (art. 109, I, CF), ante a inexistência de juízo federal no domicílio do autor (art. 109, §3º, CF).
Julgado improcedente o pedido, a apelante interpôs o presente recurso e, após a apresentação das contrarrazões, os autos foram encaminhados a este Egrégio Tribunal, os quais, após distribuição, vieram conclusos a este Relator.
Decido.
Em análise dos autos, constato a incompetência absoluta deste Tribunal para o julgamento do recurso de apelação interposto. É que, segundo se infere do art. 109, §4º, da CF, os recursos interpostos em face de sentença proferida por juiz de direito investido na jurisdição federal, serão julgados pelo Tribunal Regional Federal da respectiva região, senão veja-se:
Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:
(…)
§ 3º - Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.
§ 4º - Na hipótese do parágrafo anterior, o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.
Nesse sentido, é a jurisprudência:
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - RELAÇÃO DE CONSUMO - ART. 3º, §2º DO CDC - COMPETÊNCIA - ART. 109, §3º DA CONSTITUÇÃO FEDERAL - FACILITAÇÃO DO ACESSO AO JUDICIÁRIO - COMARCA ONDE NÃO HÁ VARA FEDERAL - DELEGAÇÃO À JUSTIÇA ESTADUAL - ART. 93 E 101 I DO CÓDIGO DO CONSUMIDOR - AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. - O art. 109, §3º da Constituição Federal delega competência ao Juízo Estadual para processar ações em que for parte a União, suas entidades e empresas públicas, nas comarcas em que não for sede de Vara Federal, com o objetivo de facilitar o acesso ao Judiciário. A vulnerabilidade e defesa do consumidor devem ser observadas pelo julgador, a fim de determinar que a ação que tenha como parte uma empresa pública da União seja processada no Juízo Estadual do domicílio do autor, aplicando-se o art. 93 cumulado com o art. 101, I do CDC, tendo em mira a interpretação mais benéfica ao consumidor. (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0185/2002, 1ª VARA CIVEL DE ITABAIANA, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, DES. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO , RELATOR, Julgado em 17/02/2003)
Assim, uma vez exercida a competência federal delegada pelo julgador a quo (haja vista constar no polo passivo autarquia federal), não há outro caminho, senão reconhecer a competência

recursal do Tribunal Regional Federal da respectiva região. Interpretação a contrario sensu da Súmula n. 55/STJ ("Tribunal Regional Federal não é competente para julgar recurso de decisão proferida por juiz estadual não investido de jurisdição federal").
Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta Corte para a análise do presente recurso de apelação, razão pela qual determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com as homenagens de estilo.
Providencie-se as baixas necessárias.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Intimem-se.
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Relator

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0005012-55.2013.8.22.0000
Impetrante: Ervin Herbert Gabler
Advogada: Camila Chaul Aidar Pereira(OAB/RO 5777)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Gilberto Barbosa
Vistos etc.
Tendo o interessado juntado o laudo médico sugerido pelo Secretário de Estado da Saúde, que seja feita nova intimação pessoal para que, no menor lapso possível, agende a cirurgia em atendimento à determinação de fls. 35/36.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 02 de agosto de 2013.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0006341-05.2013.8.22.0000
Impetrante: Flaviana Barreto Peres
Defensor Público: José da Silva Messias(OAB/RO 59B)
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Artur Leandro Veloso de Souza(OAB/RO 5227)
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos(OAB/RO 638)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos, etc.
O presente mandado de segurança foi impetrado por Flaviana Barreto Peres, contra ato omissivo do Secretário de Estado da Saúde, com o objetivo de obter o fornecimento do medicamento RITUXIMABE (MabThera) para tratamento de saúde.
Consta dos autos que a impetrante é portadora de Doença de Dermatopolimiosite (DPM), doença rara na reumatologia, em consequência disso, necessita fazer uso de 8 ampolas do medicamento (4 ampolas para utilização imediata e 4 ampolas para daqui a 6 meses).
Buscou administrativamente o medicamento, tanto junto a administração municipal de Vilhena (fl. 16/17) como também junto a Secretária de Estado da Saúde (fl. 15). Contudo, a solicitação foi negada, pois de acordo com a Gerência Regional, o medicamento não faz parte da relação de medicamentos constantes na Portaria nº. 2.981/2009, não sendo dispensado naquela unidade, mas apenas no Hospital São Pelegrino em Porto Velho.
Sustenta que em contato com o Hospital São Pelegrino, este informou, via telefone que o medicamento é fornecido somente para pacientes internados em tratamento de neoplasias, não se enquadrando a impetrante no perfil para recebimento do medicamento.
Ao final, requer a concessão da liminar e no mérito, que seja concedida a ordem definitiva para o fornecimento da medicação, tendo em vista a gravidade e urgência do caso.
Condicionada a apreciação da liminar as informações da autoridade indicada como coatora (fl. 35), esta manteve-se inerte (fl. 42).
É o relato. Decido.
Após detida análise dos autos, verifico a presença dos requisitos ensejadores da liminar.
Com efeito, a fumaça do direito decorre da garantia constitucional de acessibilidade à saúde gratuita a ser fornecida pelo Poder Público, que se revela absoluta consoante à pacífica e unânime jurisprudência.
É de se visualizar a urgência da prestação jurisdicional positiva, uma vez que é imprescindível o uso do medicamento pleiteado, por ser eficaz no controle da enfermidade e a não utilização do fármaco, poderá causar a piora de seu quadro clínico e levá-la a invalidez permanente pela perda da força muscular, conforme diversos relatórios médicos colacionados as fls. 12/13 e 24/30.
A jurisprudência já pacificou o entendimento no sentido de que é ordem constitucional a responsabilidade do Estado em garantir a saúde da população, proporcionando-lhe o fornecimento de medicamentos através da Rede Pública.
Nesse sentido, cito esta Corte:
Agravo de instrumento. Concessão da liminar. Agravo Regimental. Intempestividade. Fornecimento de medicamento. Direito coletivo. Pacientes portadores de lúpus eritomatoso sistêmico e síndrome nefrótica. Garantia constitucional dos direitos à saúde e à vida. Dever do Estado, independente da circunstância de o medicamento não integrar a lista dos medicamentos excepcionais. Necessidade de prescrição médica fundamentada no caso concreto.
A prerrogativa de intimação pessoal não é conferida aos Procuradores dos Estados.
A Constituição Federal preceitua no art. 196, que o direito à saúde é dever do Estado e garantia de todos os indivíduos que necessitarem dos serviços médicos do Estado, bem como a Lei n. 8.080/90 dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e reafirma o dever do Estado na garantia da saúde e formulação das políticas públicas.

É evidente nos autos a necessidade da ministração da medicação quando houver prescrição médica, pois os pacientes detentores da patologia podem sofrer a progressão das lesões paraquimatosas renais, necessidade de hemodiálise e seus riscos, transplante renal e até mesmo podem vir a óbito.
Deve-se prestigiar a terapêutica indicada pelos especialistas, os quais acompanham a doença e detêm melhores condições de avaliar o tratamento mais indicado aos pacientes.
(Agravo de Instrumento, N. 00037824620118220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 21/06/2011)
Deste modo, entendo evidenciados todos os requisitos para a concessão da medida.
Pelo exposto, concedo a liminar para determinar que a autoridade indicada como coatora adquira e forneça, imediatamente à paciente, o medicamento RITUXIMABE (Mabthera), sendo necessário 8 frascos (4 frascos para uso imediato e 4 frascos para uso daqui a seis meses), independente de licitação, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 até o limite de R$ 5.000,00, a ser suportada pessoalmente pela autoridade coatora e revertida à entidade assistencial, contados a partir do prazo de 10 dias da notificação, além de eventual responsabilização criminal.
Notifique-se a autoridade impetrada através de mandado, para cumprimento imediato.
Concedo os benefícios da Justiça Gratuita e a inclusão do Estado de Rondônia no polo passivo da lide, conforme requerimento de fls. 41.
À d. Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho,05 de agosto de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
pCamaraDistribuicao
0006927-42.2013.8.22.0000 - Embargos Infringentes
Origem :
Embargante : Ministério Público do Estado de Rondônia
Embargado : Valerin Maia
Advogada : Edinara Regina Colla (OAB/RO 1123)
Embargado : Ademir da Silva
Advogado : Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Embargado : Altamiro Souza da Silva
Advogada : Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Interessado (Parte Passiv: Município de Alto Paraíso - RO
Procurador : Procuradoria Geral do Município de Alto Paraíso RO
Relator(a) : Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor(a) : Des. Gilberto Barbosa
Vistos.
Trata-se de embargos infringentes interpostos pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em face da decisão proferida em apelação interposta por Valerin Maia e Altamiro Souza da Silva que reformou, por maioria de votos, a sentença proferida no Juízo da 4ª Vara Cível de Ariquemes, em ação civil por ato de improbidade administrativa.
Após a interposição do presente recurso, o 1º DEJUESP/TJ/RO procedeu à intimação dos embargados para apresentação de contrarrazões, em cumprimento aos arts. 531, do CPC e 707, § 2º, do RITJ/RO, e Provimento nº 001/2001.
Ocorre que, equivocadamente, na publicação desta intimação houve troca na identificação dos embargados e embargantes, não sendo realizada da forma adequada.
Por este motivo, determino a realização de nova intimação para apresentação das contrarrazões aos embargos infringentes, com reabertura do prazo para os embargados.
Ao Departamento para proceder às modificações necessárias.
Após, retornem os autos à conclusão.
Intime-se.
Porto Velho, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Walter Waltenberg Silva Júnior
Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0007097-14.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0002894-97.2013.8.22.0003
Paciente: Jeone Garcia Pinto
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos.
Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia em favor de Jeone Garcia Pinto, qualificado nos autos, apontando como coator o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru/RO.
Informa, em síntese, que:
1 - O paciente teve sua prisão temporária decretada em 21/6/2013 e posteriormente foi convertida em prisão preventiva, por suposto envolvimento na prática de homicídio qualificado previsto no art. 121, § 2º, I, do Código Penal;
2 - não há motivos para sua segregação, pois não foi demonstrada sua participação no crime investigado;
3 - alega que é primário e de bons antecedentes, tem residência fixa, reside com sua genitora e irmã, está matriculado no 3º ano de ensino médio, apresentou-se espontaneamente ao saber que a polícia estava requisitando esclarecimentos seus, não resistiu a prisão e está disposto a cumprir eventual pena, caso seja condenado;
Por isso, pugna pelo deferimento liminar da ordem, a fim de revogar sua prisão, permitindo responder eventual processo em liberdade, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.
Relatei, decido.
O habeas corpus, remédio jurídico constitucional, visa reprimir ameaça ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
No caso, conquanto inquestionáveis as condições de admissibilidade do pleito, verifico que os elementos trazidos pelo impetrante são insuficientes, ao menos por ora, para refutar os fundamentos do decreto prisional, que, em tese, foi mantido porque presentes os requisitos do art. 312 do CPP.

Anoto que a concessão de liminar em habeas corpus é medida excepcional, que exige a constatação de inequívoca ilegalidade, o que não vislumbro no caso ora analisado.
Necessário, assim, o processamento normal do writ, para um exame mais acurado do pedido, o que se fará em cotejo com as informações a serem prestadas pela autoridade impetrada.
Posto isso, indefiro o pedido de liminar e determino sejam solicitadas as informações da autoridade tida como coatora.
Após, dê-se vista à Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho EM PLANTÃO
Habeas Corpus
Número do Processo :0007127-49.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0013062-22.2013.8.22.0501
Paciente: Luzio Chaves Prado
Impetrante(Advogado): Dimas Queiroz de Oliveira Júnior(OAB/RO 2622)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator para liminar em plantão: Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Recebi no Plantão Judiciário do dia 4/8/2013 (Domingo), às 10h30, tratando-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Dimas Queiroz de Oliveira Junior em favor de Luzio Chaves Prado, que indica como coator o Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da Comarca de Vilhena.
Informa que o paciente foi preso em flagrante no dia 2/8/2013, já convertido em prisão preventiva pelo ora impetrado, em tese, por incidir no art. 306 do CTB (crime de embriaguez na direção).
Embora comprovando que possui condições favoráveis, com destaque à atividade laboral licita, requereu liberdade provisória mas teve o pedido indeferido pelo juiz plantonista.
Considera ilegal o constrangimento, uma vez que tanto o crime imputado como as suas condições pessoais comportam liberdade provisória, o que torna arbitrária e ilegal a manutenção da prisão.
Até porque, o paciente foi detido sem que houvesse qualquer circunstância que fizesse presumir estivesse na prática de crime.
Assim, pugna pela concessão de liminar a fim de revogar a prisão, com ordem de imediata soltura.
Relatei. Decido.
O paciente foi preso em flagrante sob acusação de ter praticado crime de embriaguez na direção.
Uma vez submetido o pedido de liberdade provisória ao juízo plantonista, este deixou de apreciá-lo porquanto o flagrante já havia sido distribuído para o juízo da 2ª Vara Criminal desta Capital, a quem caberia a análise.
O paciente, por sua vez, afirma que a prisão já foi convertida em preventiva, contudo não instruiu o feito com cópia da decisão, o que inviabiliza, neste momento, a análise dos motivos que ensejaram a conversão.
Além disso, demonstra-se pela certidão acostada à inicial que o paciente registra duas condenações por crimes de estelionato, havendo ainda informação acerca da expedição de um mandado de prisão pelo Juízo da Vara de Execução Penal (cópia anexa), não se declinando, contudo, se está em aberto.
Assim, indefiro a liminar e determino a requisição de informações à autoridade impetrada.
Após, dê-se vista à d. Procuradoria de Justiça.
Considerando que o pedido foi recebido no plantão, proceda-se a distribuição a uma das Câmaras Criminais.
Publique-se.
Porto Velho, 4 de agosto de 2013.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator para a liminar

1ª Câmara Criminal
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0007088-52.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0000662-12.2013.8.22.0004
Paciente: José Carlos Redes
Impetrante(Advogado): Juarez Rosa da Silva(OAB/RO 4200)
Impetrante(Advogada): Juline Rossendy Rosa(OAB/RO 4957)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ouro Preto do Oeste - RO
Relator:Des. Valter de Oliveira
Vistos, etc.
Cuida-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Juarez Rosa da Silva em favor de José Carlos Redes, apontando como coator o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de ouro Preto do Oeste.
Resumidamente, narra que o paciente que está preso desde 29.1.2013, em razão de prisão preventiva decretada em seu desfavor por suposta infringência ao art. 121, § 2º, II, do CP.
Argumenta que requereu a revogação da custódia, mas o impetrado indeferiu seu pedido, acrescentando em sua decisão que a informação prestada pelo paciente de que está sendo ameaçado pelos familiares da vítima, e que caso saia da prisão terá sua morte consumada, é sinal de que a ordem pública merece ser acautelada com a manutenção de sua prisão.
Entende que as razões que motivaram a decisão não são suficientes à manutenção da clausura, sobretudo no caso, que entende desnecessária porque ausentes os requisitos ensejadores, asseverando ser primário, de bons antecedentes, com labor lícito, residência fixa e família constituída, demonstrando que faz jus ao direito de responder o processo em liberdade.
Pugna pela concessão liminar da ordem a fim de revogar a prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura.
Relatei. Decido.
O habeas corpus, remédio jurídico constitucional, visa reprimir ameaça ou coação por ilegalidade ou abuso de poder.
No caso, as condições de admissibilidade do pedido são inquestionáveis, eis que se amoldam ao disposto no art. 647 e seguintes da lei adjetiva penal. Todavia, os elementos trazidos aos autos mostram-se insuficientes, ao menos por ora, para ilidir os motivos que ensejaram a prisão do paciente, os quais estão estribados no art. 312 do CPP.
Ademais, como pacificado nesta Corte, a concessão de liminar nessa via estreita é medida excepcional que exige a constatação de inequívoca ilegalidade, o que não diviso na espécie versada.

Sem contar que a alegada ausência de motivação para a custódia exige uma análise mais detalhada da prova pré-constituída e das informações da autoridade impetrada, só possível com o procedimento normal do writ.
Assim, indefiro o pedido de liminar e determino sejam solicitadas as informações da autoridade tida como coatora.
Após, dê-se vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 5 de agosto de 2013.
Desembargador Valter de Oliveira
Relator

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0007024-42.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012748-76.2013.8.22.0501
Paciente: Italo Cortez Pereira
Impetrante(Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira(OAB/RO 3024)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Silvana Fernandes Magalhães Pereira, em favor do paciente Ítalo Cortez Pereira, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho.
Noticia que o paciente encontra-se preso desde o dia 24/7/2013 pela suposta prática do delito de tráfico de droga. Todavia, argumenta que não se fazem presentes os requisitos da prisão cautelar, já que é primário, tem bons antecedentes, residência fixa, família constituída e trabalho lícito, não havendo elementos para se concluir que, uma vez em liberdade, possa frustar a aplicação da lei penal ou desestabilizar a ordem pública.
Diante disso, a impetrante pleiteia a concessão liminar da ordem, a fim de que o paciente possa aguardar o desenrolar da ação penal em liberdade, comprometendo-se a comparecer a todos os aos processuais.
Posto isto. Decido.
Em juízo de cognição sumária, o caso noticiado nos autos não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não se verificar situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade, isso porque o paciente foi preso em flagrante com 112g (cento e doze gramas) de maconha e 20g (vinte gramas) de cocaína.
Ademais, o decreto preventivo foi proferido por autoridade competente, estando fundamentado nos pressupostos do art. 312, CPP (fl. 12).
Desse modo, indefiro o pedido de liminar.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após, dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 2 de agosto de 2013.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Habeas Corpus
Número do Processo :0007028-79.2013.8.22.0000
Origem: 0006458-15.2012.8.22.0005 Ji-Paraná/3ª Vara Criminal
Paciente: Waldir da Silva Martins
Impetrante: José Otacílio de Souza (OAB/RO 2370)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Ji-Paraná/RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado pelo Advogado José Otacílio de Souza (OAB/RO 2370) em favor de Waldir da Silva Martins, preso preventivamente desde o dia 05.09.2012, pela prática, em tese, dos crimes capitulados nos artigos 33, caput, 35, c/c artigo 40, inciso V, todos da Lei 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Ji-Paraná/RO, que decretou a preventiva.
Em resumo, afirma que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em virtude do excesso de prazo para o término da instrução criminal, pois se encontra preso há mais de 328 (trezentos e vinte e oito) dias.
Defende que a decisão que decretou a prisão preventiva é carente de fundamentação idônea, pois deixou de indicar elementos concretos que justificassem a medida excepcional.
Salienta que o paciente "apesar de não ser completamente primário, é detentor de bons antecedentes, com residência fixa na Rua Criciúma, nº 185, Bairro Jorge Teixeira, nesta cidade e comarca de Ji-Paraná/RO, ocupação lícita no Comercial Bremenkamp, com endereço comercial na Avenida Seringueiras, nº 1748, como auxiliar de serviços gerais, caixa, açougue e entregas a domicílio família constituída" (sic – fls. 05).
Aduz que as interceptações telefônicas são ilegais, por extrapolar o prazo legal (15 dias), motivo pelo qual pleiteia o seu desentranhamento.
Alega que o paciente "não se associou ou forneceu droga a qualquer pessoa" (sic – fls. 12), vínculo que depende de estabilidade entre os agentes, razão pela qual sustenta não haver elemento que comprove a prática do crime de associação para o tráfico.
Juntou as peças de fls. 15/62 e anexo único.
Examinados, decido.
Em relação à concessão de liminar, não se pode olvidar que, nas palavras de Ada Pellegrini Grinover e outros:
Apesar da sumariedade do procedimento do habeas corpus, certas situações excepcionais recomendam a antecipação da restituição da liberdade ao paciente ou, então, tratando-se de ordem requerida em caráter preventivo, a adoção de providências urgentes para o resguardo do direito de ir, vir e ficar. (GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães e FERNANDES, Antonio Scarance. Recursos no Processo Penal, 6ª ed., Edit. RT, pág. 292).
"Assim", continuam os autores, "embora não prevista em lei para o remédio aqui analisado, a concessão de liminar vem sendo admitida pela jurisprudência, em caráter excepcional,

sempre que presentes os requisitos das medidas cautelares em geral (fumus boni iuris e periculum in mora), por analogia com a previsão existente em relação ao mandado de segurança". (obra citada). Negritamos.
Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial evidenciado no julgado TJDFT - 20070020059222HBC, Relator ROMÃO C. OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, j. em 21/06/2007, DJ 08/08/2007 p. 92:
AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS - INDEFERIMENTO DA LIMINAR. RECURSO DESPROVIDO. Liminar em habeas corpus decorre de construção pretoriana para remediar situações onde seja manifesta a ilegalidade e/ou abuso de poder. Se a decisão hostilizada no writ não se mostra teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva, correto o indeferimento do pedido de liminar. Negritamos.
No mesmo sentido: STJ HC 6575, Relator Ministro Edson Vidigal, 5ª T., 10/02/1998; STJ HC 5785, Relator Ministro Cid Flaquer Scartezzini, 5ª T., 17/06/1997.
Em exame perfunctório dos autos não verifico presentes os requisitos que poderiam autorizar a concessão da liminar pleiteada, por não evidenciar de plano a ilegalidade alegada, guardando-me para analisar oportunamente o mérito, após as informações a serem prestadas pela d. autoridade apontada como coatora, motivo pelo qual a INDEFIRO.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662 do CPP e 437 do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br, ou malote digital, com solicitação de confirmação de recebimento, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Porto Velho, 02 de agosto de 2013.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0007057-32.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0002069-96.2013.8.22.0701
Paciente: L. L. S. E.
Impetrante(Advogada): Renata Alves Pontes(OAB/RO 5599)
Impetrado: Juízo de Direito do 1º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho RO
Relatora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Vistos.
Examinando os autos, verifico que a impetrante não trouxe todos os documentos necessários para a correta e necessária instrução dos autos, notadamente a decisão de autoridade vinculada a este e. Tribunal de Justiça e, ainda, o auto de apreensão ou boletim de ocorrência. Em se tratando de ônus da impetrante, detemino sua intimação para que sane a irregularidade no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de indeferimento da petição inicial.
Após, concluso.
Porto Velho - RO, 2 de agosto de 2013.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
Habeas Corpus
Número do Processo :0007083-30.2013.8.22.0000
Origem: 0012851-83.2013.8.22.0501 Porto Velho/1ª Vara Criminal
Paciente: Adriano Oliveira da Silva
Impetrante: Ana Lídia da Silva (OAB/RO 4153)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Porto Velho/RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Despacho
Trata-se de habeas corpus com pedido de medida liminar impetrado pela Advogada Ana Lídia da Silva (OAB/RO 4153) em favor de Adriano Oliveira da Silva, preso em flagrante dia 27.07.2013, pela prática, em tese, do crime previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II, c/c artigo 14, II, ambos do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Porto Velho/RO, que converteu o flagrante em preventiva.
Em resumo, defende estarem ausentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, pelo fato de se tratar de paciente que não registra antecedentes criminais, que possui residência fixa e trabalho lícito no distrito da culpa, viabilizando a concessão da liberdade provisória.
Juntou as peças de fls. 09/57.
Examinados, decido.
Por certo que a concessão de toda e qualquer medida antecipada depende da presença de, no mínimo, dos requisitos da fumaça do bom direito (fumus boni iuris), que consiste na plausibilidade do direito alegado, e do perigo na demora (periculum in mora), que reflete a necessidade de atuação rápida para que não cause maiores prejuízos àquele que aguardará a decisão de mérito.
Em se tratando de ação constitucional que envolve o direito à liberdade de locomoção (direito de ir e vir), entendo que o perigo na demora, acima apontado, já se faz presente, pois inerente ao seu objeto, bastando, por isso, a demonstração da probabilidade do direito alegado, revestido na máxima do fumus boni iuris, requisito este que passo a examinar.
Na hipótese dos autos, o paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime de tentativa de roubo qualificado. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o magistrado plantonista findou por converter o flagrante em preventiva, fazendo-o nos seguintes termos (fls. 11):
Converto o flagrante em prisão preventiva para garantia da ordem pública. Sirva a presente como mandado. Cumpra-se.
Porto Velho 28/07/13 às 10:04
Como se infere, apesar da obrigação constitucionalmente prevista (art. 93, IX), o magistrado de primeiro grau não fundamentou sua decisão ao converter o flagrante em preventiva. Isto porque claramente deixou de indicar elementos concretos que, eventualmente, justificassem a medida excepcional (prisão preventiva), limitando-se a repetir as fórmulas legais do artigo 312 do CPP, fato este reiteradamente rechaçado pela doutrina e jurisprudência nacionais.
É cediço que, por se tratar de medida de exceção, a prisão preventiva somente pode ser decretada quando for necessária, isto é, na hipótese em que as circunstâncias do caso concreto demonstrarem que a segregação antecipada do acusado é imperiosa para tutelar eventual bem jurídico fragilizado, de

acordo com as balizas do artigo 312 do CPP. Não se olvide que, no ordenamento jurídico constitucional, a liberdade é a regra e a prisão provisória exceção, devendo, portanto, com maior rigor, ser concretamente justificada, sob pena de se tornar verdadeira antecipação da pena.
Na mesma esteira:
PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO. 1. FALTA DE INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. PERIGO À ORDEM PÚBLICA FUNDADO EM MERAS SUPOSIÇÕES. REPRODUÇÃO DOS TERMOS LEGAIS. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. OCORRÊNCIA. 2. FUGA DO PACIENTE. ANÁLISE DA LEGALIDADE DA PRISÃO. POSSIBILIDADE. 3. DECRETO MAL FUNDAMENTADO. TENTATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. IMPOSSIBILIDADE. 4. ORDEM CONCEDIDA. 1. Ilegal é a prisão mantida por força de decisão calcada em meras suposições e que se limita a reproduzir os termos da lei, sem indicar elementos concretos a justificar a medida. 2. A fuga do paciente não obsta a análise da legalidade do decreto de prisão. 3. Não se admite a complementação de decreto de prisão preventiva mal fundamentado pelo tribunal a quo. 4. Ordem concedida para revogar a prisão preventiva. (HC 78.252/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJ 18/02/2008, p. 69) Negritamos.
EMENTA : HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL PACIENTE RESIDENTE NO EXTERIOR. ENDEREÇO DEVIDAMENTE FORNECIDO AO JUÍZO PROCESSANTE PELA ADVOGADA CONSTITUÍDA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA. 1. Não há como validar decreto de prisão assentado, tão-somente, na mudança da acusada para o exterior. Mudança decorrente de casamento com estrangeiro e devidamente noticiada nos autos do processo-crime. 2. Em matéria de prisão provisória, a garantia da fundamentação das decisões judiciais (inciso IX do art. 93 da Carta Magna) importa o dever judicante da real ou efetiva demonstração de que a segregação atende a pelo menos um dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Sem o que se dá a inversão da lógica elementar da Constituição, segundo a qual a presunção de não-culpabilidade é de prevalecer até o momento do trânsito em julgado de sentença penal condenatória. 3. Admite-se a decretação da prisão preventiva para a garantia da aplicação da lei penal quando as peças que instruírem o respectivo processo-crime revelarem um nítido propósito do acusado de furtar-se à aplicação da lei penal. No caso, a mera referência à mudança da paciente para o exterior não tem a força de corresponder à finalidade do art. 312 do CPP, no ponto em que se admite a prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal. Mormente porque, no caso, dúvidas não há sobre o paradeiro dela, paciente, que, a qualquer momento, poderá ser conectada para fins processuais. 4. Ordem concedida. (HC 102460, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Segunda Turma, julgado em 23/11/2010, DJe-028 DIVULG 10-02-2011 PUBLIC 11-02-2011 EMENT VOL-02462-01 PP-00070) Negritamos.
Desse modo, por não ter o magistrado se desincumbido do dever de fundamentar sua decisão, é imperiosa a concessão da liberdade ao paciente, já que claramente ilegal, diante da violação ao artigo 93, IX, da CF, que assim expressamente determina.
Por fim, não vejo motivo para não aplicar as medidas cautelares alternativas, já que adequadas ao caso em questão, de acordo com o artigo 282, caput, e §6º, do CPP.
Assim, DEFIRO A MEDIDA LIMINAR, para substituir a prisão preventiva por outras medidas cautelares alternativas, dentre as descritas no artigo 319, incisos I, IV e V, determinando:
1) O comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar suas atividades;
2) A proibição de ausentar-se da comarca sem prévia autorização do juízo processante; e
3) O recolhimento domiciliar no período noturno.
O oficial deve advertir ao paciente, desde já, que eventual descumprimento ensejará em prisão preventiva se outra medida não lhe for suficiente, no exato teor do art. 282, §4º, do CPP.
Determino, por último, que este informe ao juízo processante endereço certo onde ficará recolhido no período noturno, no prazo de 24 horas.
SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA.
Dispenso as informações.
Encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Intime-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Relatora

2ª Câmara Criminal
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE DESEMBARGADOR
Despacho DO RELATOR
Habeas Corpus
Número do Processo :0007032-19.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012670-82.2013.8.22.0501
Paciente: Kirk Charles Silva Rodrigues
Impetrante(Advogado): Francisco Ferreira da Silva(OAB/RO 4543)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator:Juiz Osny Claro de O. Junior
Vistos.
O advogado Francisco Ferreira da Silva impetrou habeas corpus, com pedido liminar, em favor de Kirk Charles Silva Rodrigues, preso em flagrante delito no dia 23.07.2013, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, inc. II, do Código Penal, apontando como autoridade coatora Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho/RO.
Após suscitar diversas questões de mérito, que não serão analisados nesta via estreita, alega que a segregação cautelar é medida excepcional, somente autorizada em casos de absoluta necessidade, sob pena de violação do Princípio Constitucional da Presunção de Inocência.
O impetrante destaca que o paciente é primário (fl. 19), estudante, funcionário público (fl. 18), possuindo família constituída e residência fixa no distrito da culpa (fls. 16/17), circunstâncias que recomendam a sua liberdade.
Assim sendo, requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente e, no mérito, a concessão da ordem.

Posto isto. Decido.
Analisando as alegações apresentadas, observo que estas não trazem o convencimento necessário para o deferimento do pedido nesta fase, pois tem-se que a liminar é medida excepcional que só deve ser concedida quando patente a presença do fumus boni iurise do periculum in mora, o que não vislumbro no caso sub judice.
Desta forma, por ser esta uma fase que reclama pelo requisito do importante convencimento, o melhor caminho a se seguir é aguardar pelas informações a serem prestadas pela autoridade apontada como coatora.
Por este motivo, indefiro o pedido de liminar.
Solicitem-se com urgência informações ao i. Juízo impetrado para prestá-las em 48 horas, conforme preceituam os arts. 662, do CPP e 437, do RITJRO, facultando-lhe prestá-las pelo e-mail, dejucri2@tjro.jus.br ou malote digital, com solicitação de confirmação de recebimento, sem necessidade do envio por malote, por questão de celeridade e economia processual.
Após, com as informações do juízo impetrado, ou, em caso de ausência destas, com as devidas certificações, remetam-se à d. Procuradoria Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 2 de agosto de 2013.
Juiz Osny Claro de O. Junior
Relator

PAUTA DE JULGAMENTO

TRIBUNAL PLENO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal Pleno Administrativo
Pauta de Julgamento

Pauta elaborada nos termos do artigo 379 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, que serão julgados em Sessão Ordinária, a ser realizada no Plenário do Tribunal Pleno desta Corte, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria - 5º andar, aos 12 dias do mês de agosto do ano dois mil e treze, às 8h30.
Obs.: Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57 "caput" e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, no Departamento Pleno, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 405 da mesma norma.

01 – 0002572-86.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento de Recurso Humanos (n. anterior 0002274- 30.2011.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: José Roberto Ribeiro Lourenço
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR
Impedidos: Desembargadores Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes e Roosevelt Queiroz Costa
Distribuído por sorteio em 20/3/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de reconsideração da decisão que deferiu parcialmente a concessão do adicional de qualificação funcional
Pedido de vista: Desembargador Sansão Saldanha, em 10/6/2013
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR PROVENDO O RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES KIYOCHI MORI, MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, MIGUEL MONICO NETO, RADUAN MIGUEL FILHO, ALEXANDRE MIGUEL, GILBERTO BARBOSA, OUDIVANIL DE MARINS, ISAÍAS FONSECA MORAES, VALTER DE OLIVEIRA E IVANIRA FEITOSA BORGES, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA. OS DEMAIS AGUARDAM".
Observação: Julgamento adiado em 22/7/2013

02 – 0005729-67.2013.8.22.000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento da Corregedoria (n. anterior 0026220-60.2013.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: Adriano Medeiros Lopes
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR MOREIRA CHAGAS
Impedido: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Distribuído por sorteio em 26/6/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de reconsideração da r. decisão que indeferiu a conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada
Pedido de vista: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior, em 22/7/2013
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA, DANIEL RIBEIRO LAGOS E CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES (QUE ANTECIPARAM OS VOTOS), PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR. OS DEMAIS AGUARDAM".

03 – 0003272-62.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Corregedoria-Geral de Justiça (ns. anteriores 0000617-76.2011.8.22.0101, 0020672-88.2012.8.22.1111/SAJADM e 0009621-18.2012.8.22.0000)
Recorrente: Jose Gentil da Silva
Advogados: Antônio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2.311) e outros
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ISAÍAS FONSECA MORAES
Impedido: Desembargador Miguel Monico Neto
Distribuído por sorteio em 10/4/2013
Redistribuído por prevenção de Magistrado em 14/5/2013
Objeto: Recurso interposto contra decisão do Corregedor-Geral de Justiça que manteve a penalidade de repreensão, aplicada pelo Juiz Corregedor Permanente da 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos de Porto Velho/RO

04 – 0000261-39.2011.8.22.0018 Reexame Necessário
Origem: 1ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia D'Oeste (n. anterior 0008171-05.2012.8.22.1111/SAJADM)
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Requerida: Maísa Santana Bretas
Relator: DESEMBARGADOR ISAÍAS FONSECA MORAES
Distribuído por sorteio em 17/12/2012
Objeto: Reexame Necessário/Pena Disciplinar de Perda da Delegação

05 – 0006774-09.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento de Recursos Humanos (n. anterior 0021768- 07.2013.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: Aracy Regina Nantes
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA
Impedido: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Distribuído por sorteio em 25/7/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de concessão da ção/adicional de insalubridade

06 - 0007106-73.2013.8.22.0000 Processo Administrativo
Origem: Departamento do Conselho da Magistratura (ns. anteriores 0006217-22.2013.8.22.0000 e 0037721-11.2013.8.22.1111/SAJADM)
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ROOSEVELT QUEIROZ COSTA (Presidente)
Distribuído por encaminhamento ao relator em 02/8/2013
Objeto: Promoção para a vaga de Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - 2ª Entrância - Edital n. 20/2013-CM - Critério/Antiguidade

07 - 0007109-28.2013.8.22.0000 Processo Administrativo
Origem: Departamento do Conselho da Magistratura (ns. anteriores 0006219-89.2013.8.22.0000 e 0037724-63.2013.8.22.1111/SAJADM)
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO (Corregedor-Geral)
Distribuído por encaminhamento ao relator em 02/8/2013
Objeto: Remoção para a vaga de Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes – 2ª Entrância – Edital n. 21/2013-CM - Critério/Merecimento

08 – 0007111-95.2013.8.22.0000 Processo Administrativo
Origem: Departamento do Conselho da Magistratura (ns. anteriores 0006220-74.2013.8.22.0000 e 0037728-03.2013.8.22.1111/SAJADM)
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR MIGUEL MONICO NETO (Corregedor-Geral)
Distribuído por encaminhamento ao relator em 02/8/2013
Objeto: Remoção para a vaga de Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - 2ª Entrância - Edital n. 22/2013-CM - Critério/Merecimento

Porto Velho, 5 de agosto de 2013.

(a.) Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Presidente

PUBLICAÇÃO DE ATAS

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Câmaras Criminais Reunidas
Ata de Julgamento
Sessão 33

Ata da Sessão Extraordinária realizada no Plenário I deste Tribunal, aos trinta dias do mês de julho do ano dois mil e treze. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Valter de Oliveira. Presentes, o Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes, as Desembargadoras, Ivanira Feitosa Borges, Marialva Henriques Daldegan Bueno; e o Desembargador Daniel Ribeiro Lagos, bem como a Excelentíssima Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres (Juíza Convocada em substituição a Desembargadora Zelite Andrade Carneiro).
Procuradora de Justiça Rita Maria Lima Moncks
Secretária Belª. Zilda Guimarães de Araújo.
O Desembargador-Presidente declarou aberta a sessão às 8h30. Pela ordem, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta:

0007865-71.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem:2003942-18.2003.8.22.0000/Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Revisionando: Genor Lava
Advogado: Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4739)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Distribuído por Sorteio em 16/08/2012
Decisão:"PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO REJEITADA POR MAIORIA. VENCIDOS A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO E O DESEMBARGADOR DANIEL LAGOS. NO MÉRITO, REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE POR MAIORIA. VENCIDO O RELATOR. EMENTARÁ O ACÓRDÃO A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO."

0009325-93.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem:1000202-65.1996.8.22.0501/Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Revisionando: José Roberto Bad da Silva
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Advogada: Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 05/10/2012
Decisão: "REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE POR MAIORIA. VENCIDOS, EM PARTE, OS DESEMBARGADORES VALTER DE OLIVEIRA E CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES"

0008792-37.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem:0002029-31.1996.8.22.0501/Porto Velho/2ª Vara do Tribunal do Júri
Revisionando: Roberto Martins Blaia
Advogada: Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169)
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Distribuído por Sorteio em 18/09/2012
Decisão: "REVISÃO CRIMINAL JULGADA IMPROCEDENTE POR MAIORIA. VENCIDOS, EM PARTE, OS DESEMBARGADORES VALTER DE OLIVEIRA E CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES."

PROCESSOS COM OS JULGAMENTOS ADIADOS

0005082-72.2013.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem:0000374-76.2013.8.22.0000/Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Embargante: Thiago Ferreira Rodrigues
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 09/07/2013
IMPEDIMENTO: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES

0005614-46.2013.8.22.0000 Embargos Infringentes e de Nulidade
Origem:0000383-38.2013.8.22.0000/Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Embargante: Luiz Júnior Saraiva de Souza
Defensor Público: Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 09/07/2013
IMPEDIMENTO: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES

0009026-19.2012.8.22.0000 Mandado de Segurança
Origem:0005427-97.2011.8.22.0003/Jaru/1ª Vara Criminal
Impetrante: João Santos de Vito
Advogado: Juarez Rosa da Silva (OAB/RO 4200)
Advogada: Juline Rossendy Rosa (OAB/RO 4957)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Relator:a DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 25/09/2012

Concluídos os julgamentos dos processos em pauta, houveram os seguintes pronunciamentos:

DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA

Em sendo esta a última sessão da qual o eminente Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes participa, em face da sua aposentadoria, quero deixar registradas algumas breves palavras, uma vez que todas as merecidas homenagens foram feitas na data de ontem, na Sessão Especial do Pleno Administrativo, em que também se homenageou a eminente Desembargadora Zelite Andrade Carneiro.
Caro amigo Cássio, leve a certeza incontestável e absoluta de que, nos seus 31 anos de judicatura, não somente o Poder Judiciário, mas também o Estado foram engrandecidos pelo seu excelente trabalho como juiz, como Desembargador, como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Presidente do Tribunal de Justiça, entre outros cargos que ocupou. Sua história e seu exemplo ficarão de forma indelével marcados nos anais da Justiça rondoniense. Parabéns e que Deus o abençoe nesta nova fase de sua vida e em seus novos projetos.

RITA MARIA LIMA MONKS – PROCURADORA DE JUSTIÇA

Desembargador Cássio, deixo meu abraço e desejo muitas alegrias diferentes na sua vida a partir de agora e que Deus o acompanhe.

JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES

Em primeiro lugar, Desembargador Cássio, quero deixar registrado que de todas as coisas que foram ditas a seu respeito o que mais me chama atenção é, sem dúvida alguma, o quanto o senhor sempre honrou e respeitou a sua toga. O que o senhor eventualmente fez ou faz na sua vida pessoal, como qualquer um de nós, é direito e escolha sua, e paga o preço de suas escolhas pessoais com orgulho.
E como juiz, até agora, até o último minuto, na última sessão, o senhor sempre foi íntegro, probo e, principalmente, um apaixonado pelas causas. Essa marca é indelével. E isso é um exemplo para todos nós. Já era no primeiro dia da magistratura que assumi e é ainda hoje um modelo para todos os juízes e operadores do Direito, aqueles que começam hoje e aqueles que ficam e que, com certeza, sentirão a sua falta. Porque Vossa Excelência deixa um grande vazio na magistratura. Pessoas como o senhor – já tinha dito isto ao Desembargador Valter – não deveriam sair. É precoce a sua saída, Desembargador Cássio, porque deixa na magistratura um vazio das causas que defende. Deixa na magistratura um vazio, como a Desembargadora Marialva e o Desembargador Marcos Alaor disseram, por aqueles que o senhor protege com a força da sua mão e com a potência da sua voz – não só porque grita conosco pelos corredores, e eu digo isso porque já sofri isso várias vezes, grita conosco nas sessões, mas especialmente grita em nossa defesa, em defesa como pessoas e, especialmente, grita na defesa dos interesses da magistratura rondoniense.
Já tivemos muitos embates, inclusive pessoais, mas quero deixar registrado que Vossa Excelência tem o meu carinho e o meu respeito. Especialmente porque com meu irmão, que aqui chegou, Vossa Excelência foi, muitas vezes, mais família para ele, do que eu mesma fui capaz de ser e isso, para pessoas das Minas Gerais como nós, não tem preço.

Também quero deixar o claro registro de que em Minas se diz que uma pessoa tem berço, e basta olhar sua mãe e seu irmão Clevinho, seu falecido pai, como algumas vezes tivemos oportunidade de o fazer e também sua querida avó para dizer, que é fácil saber porque o senhor é assim, simplesmente porque o "senhor tem berço", e isso não se tira. Fica então o registro e gratidão também àqueles que o fizeram ser exatamente como é. Fica aqui o meu registro e o meu agradecimento por tudo isso. Sairá da magistratura, mas com certeza não sairá das nossas vidas e dos nossos corações.

DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO

Endosso as palavras da Dra. Sandra. Não tenho o que acrescentar. Com certeza, o Desembargador Cássio Sbarzi fará muita falta para o Tribunal porque é e sempre será um referencial. Nas sessões, todos aguardam a sensatez das palavras, de seus posicionamentos nos julgamentos, sua experiência e – repito – sua sensibilidade, porque Vossa Excelência é o equilíbrio entre os mais formais e aqueles os mais liberais. Como eu disse, é o pêndulo, o equilíbrio, a referência. Mas, de tudo o que Vossa Excelência é e representa, nada fará tanta falta do que seu bom humor, a sua forma de enfrentar todas as situações com bom humor e descontração, sendo uma de suas características marcantes – com certeza – a quebra contumaz de protocolo. Mais que ao Tribunal – reitero – fará muita falta a mim por tudo o que já manifestei nas despedidas das respectivas câmaras. Desejo-lhe muito sucesso nesta nova etapa que se abre em sua vida, afirmando que, por óbvio, também eu a trilharei, embora os caminhos possam ser diversos. Fica meu abraço, minha admiração, meu perene agradecimento, por ter sido sempre comigo o que és.
Ao final, foi digitada a presente Ata e aprovada à unanimidade, encerrando-se a sessão às 10h50.

Porto Velho, 30 de julho de 2013

Desembargador Valter de Oliveira
Presidente das Câmaras Criminais Reunidas

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

1ª CÂMARA CÍVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Cível

Data de distribuição :20/08/2012
Data do julgamento : 23/07/2013
0022798-17.2010.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 00227981720108220001 Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Apelante/Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogados: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4.507) e Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221.271)
Apelada/Recorrente: Helena Lúcia Santos Carvalho
Advogada: Helena Lúcia Santos Carvalho (OAB/RO 1.155)
Relator: Juiz José Torres Ferreira
Revisor: Desembargador Moreira Chagas
Decisão :"POR UNANIMIDADE, negar provimento ao RECURSO DE APELAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S/A E, POR MAIORIA, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO DE HELENA LÚCIA SANTOS CARVALHO. VENCIDO O DESEMBARGADOR RADUAN MIGUEL QUE NÃO O CONHECEU.".
Ementa : Apelação cível. Dano moral. Inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito. Responsabilidade Civil. Valor da indenização. Majoração. Precedentes do STJ.
É devida a indenização por danos morais à parte que teve seu nome apontado indevidamente no registro negativo dos órgãos de proteção ao crédito. A responsabilidade civil está caracterizada.
O valor da condenação, quando não é suficiente para o equilíbrio da reparação da ofensa e do alerta pedagógico, deve ser alterado, considerando os precedentes do STJ.

(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

2ª CÂMARA CÍVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :07/05/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0004187-14.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00029917220058220005 Ji-Paraná/RO (4ª Vara Cível)
Agravantes: Instituto Exatus S/C Ltda. e outros
Advogados: Gilson Sydnei Daniel (OAB/RO 2.903), Jacinto Dias (OAB/RO 1.232) e Francisco Geraldo Filho (OAB/RO 2.342)
Agravado: Banco da Amazônia S/A
Advogados: Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Paulo Eduardo da Silva Nascimento (OAB/RO 2.537), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1.946), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1.790), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2.708) e Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3.310)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo de instrumento. Bem de família. Não caracterização. Penhora. Possibilidade.
Não há que se falar em impenhorabilidade com fulcro no art. 1º da Lei 8.009/90, uma vez que o imóvel se encontra em nome de terceiro e a parte agravante declara residir em endereço diverso do bem penhorado, não se caracterizando bem de família.

Data de distribuição :17/08/2011
Data do julgamento : 31/07/2013
0013386-59.2010.8.22.0002 Apelação
Origem: 00133865920108220002 Ariquemes/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: Chaules Volban Pozzebon
Advogada: Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley (OAB/RO 4.722)
Apelados: Evandro da Silva e outra
Advogado: Cloves Gomes de Souza (OAB/RO 385B)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Preparo. Valor ínfimo. Deserção. Não ocorrência. Desconsideração da personalidade jurídica. Proprietário oculto. Penhora. Bem. Possibilidade.
Sendo ínfimo o valor recolhido a menor quando do preparo do recurso, não há que se impor a pena de deserção.
Dada a desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, devem os bens dos sócios garantir a dívida.
A existência de cartão empresarial em nome de proprietário oculto, que não figura no quadro societário da empresa, possibilita a penhora de bem em seu nome.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :05/11/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0012379-95.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00123799520118220002 Ariquemes/RO (4ª Vara Cível)
Apelante: Osni de Souza Jeremias
Advogadas: Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley (OAB/RO 4.722) e Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2.074)
Apelada: Renovadora de Pneus Catarinense Ltda.
Advogados: Edelson Inocêncio(OAB/RO128B) e ArlindoFrare Neto (OAB/RO 3.811)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Devolução de título ao emitente. Cheque sustado. Autuação fiscal. Pagamento de multa. Responsabilidade do réu.
Mantém-se a sentença que determinou a devolução do título, uma vez que este foi emitido exclusivamente para pagamento de multa decorrente de autuação fiscal, cujo pagamento não era de responsabilidade da autora.

Data de distribuição :23/11/2011
Data do julgamento : 31/07/2013
0013603-05.2010.8.22.0002 Apelação
Origem: 00136030520108220002 Ariquemes/RO (4ª Vara Cível)
Apelante: Osni de Souza Jeremias
Advogadas: Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley (OAB/RO 4.722) e Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2.074)
Apelada: Renovadora de Pneus Catarinense Ltda.
Advogado: Edelson Inocêncio (OAB/RO 128-B) e Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3.811)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Ação cautelar de sustação de protesto. Nulidade da sentença. Exceção de incompetência. Suspensão do processo. Devolução do prazo. Rejeitada. Cheque emitido para pagamento de multa. Requisitos presentes. Manutenção da sentença de procedência.
Afasta-se a nulidade alegada, se inexiste saldo remanescente a ser devolvido após o julgamento da exceção de incompetência, se quando da interposição do incidente o prazo para contestação já havia se findado.
Demonstrado nos autos que o cheque protestado foi emitido para pagamento de multa e que este não ocorreu, impõe-se a manutenção da sentença que determinou a sustação do protesto, porquanto presentes os requisitos para a procedência do pedido.

Data de distribuição :28/11/2011
Data do julgamento : 31/07/2013
0045250-12.2001.8.22.0009 Apelação
Origem: 00452501220018220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: C. C. I. Comércio de Combustíveis Itaporanga Ltda.
Advogado: José Ângelo de Almeida (OAB/RO 309)
Apelada: Ionics Informática e Automação Ltda.
Advogados: Alexandre Henriques Rodrigues (OAB/RO 3.840) e Assis Brasil Maurique (OAB/SC 7.826 - A)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Rescisão contratual. Software. Má prestação do serviço. Funcionamento do sistema. Ônus da prova. Autor.
A prova acerca da impossibilidade de utilização do software ou que não houve manutenção devida é ônus do autor, sendo que a sua ausência implica improcedência do pedido inicial.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de interposição :16/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0003083-84.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00710013920088220014 Vilhena/RO (4ª Vara Cível)
Agravante : APS Seguradora S/A
Advogado: Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8.767)
Advogado: Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370)
Advogada: Cynthia Braga Nogueira Cupolillo (OAB/RJ 38.267)
Advogada: Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135.132)
Advogado: Renato Chagas Corrêa da Silva (OAB/MS 5.871)
Advogado: Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379)
Advogado: Shanti Correia D'Angio (OAB/RO 3.971)
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2.894)
Advogada: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2.910)
Agravada: E. D. P. representada por João Alves Pereira
Advogado: Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3.375)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno. Intempestividade do agravo de instrumento. Não comprovada. Decisão agravada. Jurisprudência pacificada. Desconstituição de fundamento. Não ocorrência.
Não há que se falar em intempestividade do agravo de instrumento quando interposto contra decisão que não se encontra preclusa.
Nega-se provimento ao agravo interno que não desconstituiu os fundamentos da decisão recorrida baseada em jurisprudência da Corte e de tribunal superior.

Data de interposição :28/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0004277-22.2013.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 0010752-83.2012.8.22.0014 Vilhena/RO (2ª Vara Cível)
Embargante: João Batista de Freitas Pereira
Advogado: Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4.178)
Advogado: Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616-A)
Embargado: Elias Malek Hanna
Advogado: Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3.047)
Advogado: Greicis André Biazussi (OAB/RO 1.542)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Preliminares. Análise na fase oportuna. Arresto. Presença dos requisitos. Não provimento aos declaratórios.
Inviável a oposição de embargos de declaração quando inexistente qualquer omissão, obscuridade ou contradição no julgado, e, há intenção do embargante em rediscutir matéria devidamente já apreciada.
Ainda que seja possível a oposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento, necessário que o embargante demonstre uma das hipóteses previstas no art. 535 do CPC.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :21/01/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0000663-09.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00121692820088220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Cível)
Agravante: Luminar Comércio e Indústria Ltda. e outros
Advogada: Ingrid Orlandi Brilinger (OAB/SC 17.641)
Agravado: Lourival Goedert
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 2.371)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo de instrumento. Civil e processual civil. Execução. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora. Possibilidade. Abuso da personalidade. Estado de insolvência manifesto. Recurso improvido. Decisão ratificada.
Ante a constatação de manifesto abuso da personalidade jurídica, consubstanciado pelo encerramento das atividades da empresa de forma irregular, é de rigor a manutenção da decisão que decreta a desconsideração da personalidade jurídica da empresa a fim de possibilitar a satisfação da obrigação com o atingimento dos bens dos sócios.

Data de interposição :28/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0010666-57.2012.8.22.0000 Embargos de Declaração em agravo em Agravo
de Instrumento
Origem: 00040136112011822000 Ouro Preto do Oeste/RO (1ª Vara Cível)
Embargantes: Rana Hassan Mistou e outros
Advogado: Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3.680)
Embargado: Itaú Seguros S/A
Advogados: Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4.461), Sérgio Ruy Barroso de Mello (OAB/RJ 63.377) e Ana Carolina Borges de Mesquita (OAB/SP 182.743)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : Embargos de declaração. Processual. Omissão. Contradição. Inexistência. Rediscussão da matéria. Recurso protelatório. Configuração. Recurso improvido.
Não há omissão, bem como contradição no julgado embargando, quando o meritum causae se encontra apreciado amiúde nos autos, de maneira que se impõe a rejeição dos embargos de declaração que se apresentam com nítido fim de rediscussão da matéria, situação vedada pelo ordenamento jurídico.
Caracterizado o cunho protelatório do recurso interposto pela parte, impõe-se a condenação desta em litigância de má-fé.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de interposição :12/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0002009-92.2013.8.22.0000 Agravo Regimental em Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem: 0000155-57.2013.822.0002 Ariquemes/RO (4ª Vara Cível)
Agravante: Femina Prestadora de Serviços Médicos Hospitalares Ltda.
Advogados: Alex Sandro Sarmento Ferreira (OAB/MT 6.551-A), Norma Sueli de Caires Galindo (OAB/MT 6.525-B), Daneil Penha de Oliveira (OAB/RO 3.434), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5.714) e Jean Rafael Sanches (OAB/MS 9.976)
Agravada: Vivian Barbiero de Carvalho
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo Regimental. Exceção de incompetência. Foro. Relação de consumo. Responsabilidade civil. Fornecedor de produtos e serviços. Domicílio do autor.
Em se tratando de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, a ação indenizatória pode ser proposta no domicílio do autor.

Data de distribuição :05/04/2013
Data de redistribuição :26/04/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0003116-74.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023277220138220001 Porto Velho/RO (5ª Vara Cível)
Agravante: Amilton de Souza Pimenta Souza Lima
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A) e Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212.689)
Agravado: Itaú Unibanco S. A.
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Ação de Busca e Apreensão. Revisional. Prevenção em Juízo Distinto. Conexão. Recurso Provido.
A ação Revisional e de Busca e Apreensão versando sobre o mesmo contrato configura conexão, o que exige a reunião dos processos com o fito de evitar decisões contraditórias e economizar atividade processual. Estando os feitos em juízos distintos, prevento é o juiz onde ocorreu, em primeiro lugar, a citação válida. Recurso Provido.

Data de distribuição :08/05/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0004249-54.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem 00050625420088220001 Porto Velho/RO (6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Agravante: F & F Comércio de Celulares Ltda
Advogados: Alexandre Camargo (OAB/RO 704) Odair Martini (OAB/RO 30-B)
Agravado: Maxgen Comércio Industrial Importação e Exportação Ltda
Advogados: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4.725) Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli (OAB/SP 87.292) Alex Carlos Capura de Araújo (OAB/SP 296.255) Ivanilson Lucas CAbral (OAB/RO 1.104)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo de instrumento. Monitória. Devedor. Sucessão de empresas. Situação fática. Ausência de configuração.
Destacada a inocorrência de trespasse, aquisição, fusão ou incorporação da empresa que figura no polo passivo de ação monitória, não há que se falar em sucessão de empresas a justificar a inclusão como devedora, de pessoa jurídica diversa da emitente do título de crédito objeto de cobrança, considerando-se que a sucessão empresarial é fato que deve ser devidamente comprovado, descabendo a mera presunção por indícios quanto à ocorrência de tal fato.

Data de interposição :01/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0004356-98.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00060868520118220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara Cível)
Agravante: Robson da Silva Pereira
Advogado: Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2.297)
Advogada: Ana Paula Morais da Rosa (OAB/RO 1.793)
Advogada: Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2.209)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Advogada: Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB/PR 27.109)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno. Justiça gratuita. Necessidade de comprovação. Ausência de elementos. Não concessão. Interpretação conforme a Constituição.
A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inc. LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente.
Inexistindo nos autos elementos que comprovem a hipossuficiência, o benefício da justiça gratuita não merece ser concedido.

Data de interposição :01/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0004436-62.2013.8.22.0000 Embargos de Declaração em agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 2452977220128220001 Porto Velho/RO (6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais)
Embargante: Bairro Novo Porto Velho Empreendimento Imobiliário S.A.
Advogados: Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (OAB/DF26966), Leandro Dias Porto Batista (OAB/DF 36.082), Lucas Faber de Almeida Rosa (OAB/DF 38.651), Raphael Marcelino de Almeida Nunes (OAB/DF 24.658)
Embargados: Manoel Brito de Souza e outra
Advogada: Betânia Alves Assunção (OAB/RO 5.053)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".

Ementa : Embargos de Declaração. Agravo de Instrumento. Inexistência de Omissão. Prequestionamento. Requisitos. Embargos Não Acolhidos.
Nega-se provimento aos embargos de declaração que visam a rediscussão de matéria que foi objeto de julgamento no acórdão embargado.
Inexistindo omissão na decisão, os declaratórios devem ser rejeitados, por não se permitir a rediscussão do mérito nesta via recursal.
Para fins de prequestionamento exige-se a demonstração dos pontos em que os dispositivos foram desrespeitados.

Data de interposição :05/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0005674-19.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00018541201382200021Buritis/RO (1ª Var Cível)
Agravante: Areusto de Souza Bueno
Advogada: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4.110)
Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno em agravo de instrumento. Processual. Negativa de seguimento ao agravo de instrumento. Ausência de procuração. Peça obrigatória. Juntada posterior a interposição do recurso. Impossibilidade. Recurso improvido.
O agravo de instrumento deverá ser instruído, obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, sob pena de ser negado seguimento ao recurso, não havendo se falar em juntada dos documentos faltantes após a interposição do recurso, haja vista que a correta formação do agravo de instrumento é ônus do agravante, sendo vedada a conversão do processo em diligência, a fim de corrigir eventuais falhas.

Data de distribuição :19/12/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0010949-02.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00109490220118220005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Cível)
Apelante: Marcos de Souza Diniz
Advogados: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3.940) Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3.658)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017) Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1.755) Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2.031) Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1.153)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Apelação cível. Seguro DPVAT. Cálculos efetuados corretamente. Manutenção da sentença.
Uma vez verificado que os cálculos encontram-se dentro dos parâmetros legais, deve-se manter a sentença por seus próprios fundamentos.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :19/02/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0001552-60.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00523207019988220014 Vilhena/RO (1ª Vara Cível)
Agravante: Ivan Francisco Machiavelli e outros
Advogado: Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3.141)
Agravado: Banco da Amazônia S.A.
Advogados: Nilton da Silva Correia (OAB/DF 1.291), Dileta Maria de Albuquerque Sena (OAB/DF 4.049), Daniel Gurgel do Amaral (OAB/RO 1.221), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1.727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1.096), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1.790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1.946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2.037) e Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2.708)
Agravado: Lourival da Lamarta
Advogada: Fabrícia da Lamarta(OAB/RO 1.119)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo de instrumento. Certidão de intimação da decisão. Procuração. Peça facultativa. Ausência. Rejeição. Honorários. Cálculos judiciais. Inconformidades. Correção.
A ausência de certidão de intimação da decisão agravada poderá ser suprida por cópia do Diário Oficial em que se permita aferir a tempestividade do recurso.
Caso o relator entenda necessária a análise de peça facultativa ausente no recurso, deve a parte-agravante ser intimada a complementar o instrumento, não sendo caso de rejeição liminar do agravo.
Deve o agravante juntar aos autos cópia de procuração outorgada aos procuradores dos agravados constituídos até o momento da formação do instrumento.
Determina-se a correção dos cálculos de honorários de advogados apresentados pela contadoria judicial quando estes não estão em consonância com a decisão que os estabeleceram.

Data de interposição :13/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0003594-82.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00048817720138220001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Agravante: Alberto da Silva e outros
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3.471)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5.546)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno. Exceção de pré-executividade. Excesso de execução. Possibilidade. Título executado genérico. Juros de mora. Termo inicial. Liquidação da sentença.

É possível a interposição de exceção de pré-executividade independente da possibilidade da matéria ser conhecida de ofício ou não, principalmente quando comprovada de plano a desnecessidade da dilação probatória.
Em se tratando da execução de título advindo do julgamento de ação coletiva, a mora incidirá a partir da citação do devedor na fase de liquidação da sentença e não a partir da citação na ação civil pública.

Data de interposição :23/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0005059-29.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 0007624-94.2012.8.22.0001 Porto Velho/RO (9ª Vara Cível)
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30.820)
Advogada: Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30.264)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203.963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237.705)
Advogada: Sabrina Camargo de Oliveira Martin (OAB/RS 55.893)
Agravado: Edielson de Alecrim Matos
Advogado: Sheldon Romaim Silva da Cruz (OAB/RO 4.432)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno em agravo de instrumento. Negativa seguimento. Sentença. Improcedência do pedido. Embargos de declaração. Omissão. Revogação da liminar. Efeito devolutivo. Restituição do veículo. Multa. Condicionada ao não cumprimento da decisão judicial. Manutenção da decisão monocrática.
Não subsistem os efeitos da medida liminar que determinou a busca e apreensão do bem, em razão da improcedência do pedido inicial, com a extinção do processo sem resolução do mérito, e consequentemente, esgotada por completo a atividade exauriente, devendo, portanto, o bem objeto da ação, ser restituído.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :05/11/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0012475-13.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00124751320118220002 Ariquemes/RO (4ª Vara Cível)
Apelante: Osni de Souza Jeremias
Advogado: Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley (OAB/RO 4.722) Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2.074)
Apelada: Renovadora de Pneus Catarinense Ltda.
Advogado: Luiz Antônio Previatti (OAB/RO 213-B)
Advogado: Leandro Kovalhuk de Macedo (OAB/RO 4.653)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Monitória. Cheque. Falta de interesse de agir configurada. Emissão do título para pagamento de multa fiscal. Decisão em outros autos que determinou a devolução do título à requerida.
Há ausência de interesse de agir do autor para ajuizamento de ação monitória de título prescrito (cheque), se decidido em outros autos que a parte autora deve devolver o título (cheque) à requerida, porquanto esta não é a responsável pelo pagamento da multa para o qual o cheque fora emitido.

Data de distribuição :12/11/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0040092-92.2009.8.22.0009 Apelação
Origem: 00400929220098220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: Paulo Miuki Gambalonga
Advogada: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2.474)
Apelados: Sidnei Batista de Carvalho e Maria Angélica de Barros Carvalho
Advogadas: Cibele Thereza Barbosa Rissardo (OAB/RO 235-B) e Cristhianne Paula Cremonese (OAB/RO 2.470)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Ação monitória. Preliminar. Defeito na representação de um dos litisconsortes. Ausência de pressupostos da ação. Rejeitada. Prescrição alegada posteriormente. Constituição do título executivo. Impossibilidade. Ofensa à coisa julgada. Não ocorrência. Reforma da sentença.
Ocorrendo a citação dos litisconsortes por edital, afasta-se a alegação de ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, também não aplicando os efeitos da revelia quando um deles apresenta defesa nos autos.
Após a constituição do título executivo não cabe mais a alegação da ocorrência de prescrição, vez que foi constituído novo título, o judicial.
Afasta-se a ocorrência da coisa julgada se no julgamento da ação anterior, houve somente o reconhecimento da prescrição dos títulos para a propositura de ação executiva, mas não da prescrição do direito material do autor, o qual poderá buscar por intermédios de outras ações.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :07/03/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0011518-66.2012.8.22.0005 Reexame Necessário
Origem: 00115186620128220005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Cível)
Interessado (Parte Ativa): E & A Comércio de Água Ltda ME
Advogado: Jaedson Rezende dos Santos (OAB/RO 2.325)
Interessada (Parte Passiva): Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD

Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Desembargador Alexandre Miguel
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONFIRMAR SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Fornecimento de Serviço de Água. Débito de Terceiro. Atual Ocupante. Negativa de Instalação do Serviço. Impossibilidade. Reexame Necessário. Sentença Confirmada.
Nos termos da jurisprudência do STJ, o débito tanto de água como de energia elétrica é de natureza pessoal, não se vinculando ao imóvel, sendo incabível a negativa de reativação do serviço por débito de proprietário anterior ou de pessoa estranha ao imóvel.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

2ª CÂMARA ESPECIAL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de distribuição :30/11/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0021081-33.2011.8.22.0001 Apelação
Origem: 00210813320118220001 Porto Velho/RO (2ª Vara da Fazenda Pública)
Apelante: Cisley Bacelar Araujo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Fábio José Gobbi Duran (OAB/RO 632)
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1.673)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Apelação. Ação de obrigação de fazer/não fazer. Concurso Público. Socioeducador. Investigação social. Omissão de informação referente a processo criminal. Princípio da confiança. Violação. Eliminação. Possibilidade. Recurso não provido.
Ainda que não se vislumbre a possibilidade de excluir candidato a concurso público, pela existência de ação penal sem sentença condenatória transitada em julgado contra ele, a omissão de fatos relevantes à investigação social pode ser capaz de retirá-lo do certame, em virtude da violação ao princípio da confiança.
Recurso a que se nega provimento.

Data de distribuição :11/12/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0087048-75.2009.8.22.0007 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem: 00870487520098220007 Cacoal (3ª Vara Cível)
Apte/Recdo: Município de Cacoal - RO
Procuradores: Késia Mábia Campana (OAB/RO 2.269), Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616) e Walter Matheus Bernardino Silva (OAB/RO 3.716)
Apda/Rcte: Neuza Pereira dos Reis
Advogados: Franco Omar Herrera Alvez (OAB/RO 1.228) e Marcello Henrique de Menezes Pinheiro (OAB/RO 265 -B)
Relator: Desembargador Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO MUNICÍPIO E, DAR PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO.".
Ementa : Apelação cível. Servidor Público. Retenção indevida de remuneração. Cumprimento da jornada de trabalho. Dano moral. Configuração. Apelo adesivo. Quantum indenizatório. Majoração.
Comprovada prestação de serviço não é lícita a retenção da remuneração do servidor sob a justificativa posterior de erro administrativo.
O argumento do não preenchimento de carga horária predeterminada pelo ente municipal deve preceder de comprovação sujeita ao contraditório e ampla defesa.
A retenção ilegal de vencimentos, mesmo que por apenas um mês, por ter caráter alimentar, traz graves prejuízos ao servidor que fica impossibilitado de suprir suas necessidades básicas, ao passo que caracteriza a dor moral indenizável, nos termos expressados no art. 186 e 927 ambos do Código Civil.
A simples retenção indevida da remuneração de servidor público constitui o dever de indenizar por violação às disposições contidas nos arts, 1°, III, 5º, inc. LIV e 7º, inc. X, ambos da Constituição Federal, os quais visam impedir a privação dos bens e à proteção do salário e garantir a manutenção duma vida digna.
Negado provimento ao recurso interposto pelo município de Cacoal-RO e provido o recurso adesivo interposto por Neuza Pereira dos Reis Silva.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Especial

Data de interposição :08/04/2013
Data do julgamento : 23/07/2013
0002713-08.2013.8.22.0000Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00011193520138220007 Cacoal (1ª Vara Cível)
Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal SINSEMUC
Advogados: Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2.518), Deborah May Dumpierre (OAB/RO 4.372) e Dauster Souza Pereira (OAB/RO 5.192)
Agravado: Município de Cacoal
Procurador: Procurador-Geral do Município de Cacoal
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Agravo Interno. Ação de cobrança. Extinção do processo sem resolução do mérito. Ilegitimidade ativa ad causam da entidade sindical. Defesa de direito individual. Único filiado.
A defesa pelo sindicato, em nome próprio, do direito de um único filiado, ainda que outros possam estar em situações semelhantes, mas cada um apresentando o seu direito com contornos próprios e específicos segundo a sua situação funcional e particular, não caracteriza direito individual homogêneo da categoria e não atende os pressupostos da substituição processual.

Data de distribuição :10/09/2012
Data do julgamento : 23/07/2013
0024380-08.2008.8.22.0006 Apelação
Origem: 00243800820088220006 Presidente Médici (1ª Vara Cível)
Apelante: José Roberto Vicente
Advogados: Fernando Maia (OAB/RO 452), Luiz Carlos de Oliveira (OAB/RO 1.032) e Caetano Vendimiatti Neto (OAB/RO 1.853)
Apelado: Estado de Rondônia
Procuradores: Henry Anderson Corso Henrique (OAB/RO 922) e Ana Paula de Freitas Melo Chagas (OAB/RO 1.670)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Revisor: Desembargador Renato Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Apelação. Administrativo. Policial Militar. Sanção disciplinar. Licenciamento a bem da disciplina. Processo administrativo. Art. 61 do RDPM. Inaplicabilidade. Enfermidade que não possui causa e efeito com o serviço. Violação ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Não ocorrência. Relatório final da comissão. Caráter opinativo. Análise do grau da punição pelo Judiciário. Mérito do ato administrativo. Aferição. Impossibilidade.
1. A circunstância de encontrar-se o servidor público no gozo de licença para tratamento de saúde não constitui óbice à aplicação da pena de licenciamento a bem da disciplina, tampouco quando inexistir relação entre a enfermidade e o serviço policial militar. Precedente do Tribunal Pleno do STF.
2. A autoridade competente para aplicação da sanção não está vinculada às conclusões da comissão processante. Decisão devidamente fundamentada.
3. O controle jurisdicional do processo disciplinar circunscreve-se ao campo da regularidade do procedimento, bem como à legalidade do ato demissionário, sendo-lhe defesa qualquer incursão no mérito administrativo a fim de aferir o grau de conveniência e oportunidade.
4. Recurso desprovido.

Data de interposição :19/04/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0002972-03.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Agravante: Lucinéia Vaz Lucena
Defensor Público: Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Agravado: Município de Alta Floresta do Oeste/RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (OAB/RO 2.546)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.".
Ementa : Processo Civil. Agravo Interno. Agravo de Instrumento. Fármaco que não está elencado na listagem do Sistema de Saúde. Necessidade de postulação por meio de processo de conhecimento, com pedido de antecipação de tutela e dilação probatória.
O Mandado de Segurança não é a via adequada para análise de controvérsia relacionada à obrigatoriedade pública de fornecer os medicamentos pleiteados se, para tanto, faz-se necessária a dilação probatória.

Data de interposição :26/06/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0019326-27.2009.8.22.0006 Embargos de Declaração em Apelação
Embargante: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procuradores: Maria de Fátima Salvador de Lima (OAB/RO 80-A) Jorge Willian Fredi (OAB/RO 4.525) Bruno César Singulani França (OAB/RO 3.937) Victor Ramalho Monfredinho (OAB/PR 53.483)
Embargados: Dalva Martins Caetano Franco Ana Lucia Franco Angelucia Franco Cristiano Caitano Franco Adriano Martins Franco
Advogados: Edson Cesar Calixto Junior(OAB/RO 3.897) Edson César Calixto (OAB/RO 1.873)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AOS EMBARGOS ".
Ementa : Embargos de Declaração. Omissão. Matéria de ordem pública. Conhecimento em qualquer fase do processo, inclusive em sítio de embargos de declaração. Intimação feita de forma diversa da que foi requerida. Nulidade. Não ocorrência. Parte que atendeu a todas as comunicações. Contradição. Adesão a voto de vista pelo Relator. Denunciação da lide. Faculdade da parte. Omissão. Não ocorrência. Matéria não tratada no recurso de apelação. Prequestionamento. Não ocorrência de qualquer das hipóteses do art. 535 do CPC.
1. Matéria de ordem pública deve ser apreciada a qualquer tempo pelo juízo singular ou pela instância ordinária ad quem, inclusive em sede de embargos de declaração.
2. Excepcionalmente, não há falar em nulidade por falha de intimação quando a parte, a despeito da alteração de nome, por mais de três anos atendeu a todas as comunicações feitas, o que revela que o ato processual atendeu sua finalidade. Precedente do STJ.
3. Não se pode falar em contradição em razão de o Relator ter aderido a voto de vista em sentido distinto do seu pronunciamento inicial, estando a adesão citada expressamente no acórdão.
4. Por não ser considerada matéria de ordem pública, o não enfrentamento de denunciação da lide pelo acórdão não pode ser tido como omissão quando o tema não foi ventilado em sítio de recurso de apelação.
5. É firme o entendimento da jurisprudência no sentido de que o juiz, ou o tribunal, deve decidir a questão controvertida indicando os fundamentos jurídicos de seu convencimento, não estando, porém, obrigado mencionar expressamente os fundamentos jurídicos trazidos pelo embargante.
6. Embargos providos parcialmente.

Data de interposição :30/12/1899Data de redistribuição :13/06/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0027756-51.2007.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação
Embargante: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER
Procuradores: Bruno César Singulani França (OAB/RO 3.937), Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4.852), Maria de Fátima Salvador de Lima (OAB/RO 80-A), Ana Gleysa de Oliveira Guedes Carvalho (OAB/RO 1.764) e Victor Ramalho Monfredinho (OAB/RO (OAB/RO 4.869)
Embargada: Construtora Castilho S/A

Advogados: Adriano Daleffe(OAB/PR 20.619) e Marineli de Sampaio (OAB/PR 38.747)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Revisor: Desembargador Renato Mimessi
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS..".
Ementa : Embargos de Declaração. Contradição. Ausência. Prequestionamento. Desnecessidade de apreciação de todos os dispositivos legais apontados pelas partes.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535, I e II do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.
2. Não há contradição em acórdão que, de forma coerente, após sustentar ser indispensável a demonstração inequívoca dos prejuízos suportados para que não ocorra mera suposição, afirma que o laudo pericial bem dirimiu a questão, inclusive com indicação do percentual do lucro cessante
3. É desnecessária a indicação expressa de todos os fundamentos legais invocados pelas partes, sendo suficiente prequestionamento implícito com motivação bastante para sustentar a decisão, de acordo com o princípio do livre convencimento motivado.
4. Embargos de declaração não providos.

Data de interposição :06/06/2013
Data do julgamento : 30/07/2013
0188153-21.2006.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação
Embargante: Expedito Gonçalves Ferreira Júnior
Advogados: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 2.997), Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1.225), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5.177), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2.827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431) e Gian Douglas Viana Souza (OAB/RO 688-E)
Embargado: Estado de Rondônia (BERON)
Procuradores: Renato Condeli (OAB/RO 370), Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390) e Mariana Santos (OAB/RO 4.802)
Apelante: Sidney Gonçalves Ferreira
Advogados: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 2.997), Amadeu Guilherme Lopes Machado (OAB/RO 1.225), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5.177), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2.013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2.827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3.431) e Gian Douglas Viana Souza (OAB/RO 688-E)
Apelante: Advise Vigilância e Segurança Ltda.
Curador: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Relator: Desembargador Gilberto Barbosa
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS.".
Ementa : Embargos de declaração. Omissão. Obscuridade. Contradição. Ausência. Rediscussão da matéria. Impossibilidade.
1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material.
2. Não se verifica qualquer vício a ser sanado no acórdão embargado que, de forma clara, coerente e fundamentada, decidiu sobre i) a inexistência de julgamento extra petita e de inépcia da inicial, ii) a condição de avalista em nota promissória não prescrita e iii) o não transcurso do prazo para ajuizamento da ação de cobrança.
3. Rejeitam-se os embargos de declaração que não demonstram efetiva omissão, contradição ou obscuridade, tendo apenas o intuito de encobrir o propósito de rediscutir questões já decididas ou inovar em argumentos.

(a) Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2DEJUESP

1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :02/07/2013
Data do julgamento : 01/08/2013
0005944-43.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00033001620128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Pac./Impt.: Orivaldo Miguel Rodrigues
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres (em subst. à Desembargadora Zelite Andrade Carneiro)
Decisão :"ORDEM DENEGADA, À UNANIMIDADE.".
Ementa : Habeas corpus. Sentença condenatória. Pedido de absolvição. Insuficiência de provas. Via inadequada.
A via estreita do habeas corpus não comporta a análise de provas necessárias ao exame da tese da absolvição por insuficiência de provas, havendo recurso próprio para tal finalidade.

Data de distribuição :16/07/2013
Data do julgamento : 01/08/2013
0006417-29.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00009301820138220020 Nova Brasilândia do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Josias Lopes Rocha
Impetrante(Adv): Gabriel Feltz (OAB/RO 5.656)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste
Relatora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM.".
Ementa : Habeas corpus. Homicídio qualificado tentado. Prisão preventiva. Manutenção da custódia cautelar. Garantia da ordem pública. Aplicação da lei penal. Elementos concretos. Manutenção.
Existindo elementos concretos que evidenciam a necessidade da custódia cautelar com a finalidade de se garantir a aplicabilidade da lei penal (fuga do paciente) e para a garantia da ordem pública (alta periculosidade, concreta, do paciente), não há lugar para a revogação da prisão preventiva.

Data de distribuição :08/05/2013
Data do julgamento : 01/08/2013
0012541-14.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00125411420128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Daniel Duarte Belmonte
Advogados: Janor Ferreira da Silva (OAB/RO 3.081), Nancy Fontinele Carvalho (OAB/RO 4.076) e Patrocínio Altevir Andrade (OAB/RO 4.919)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Revisora: Juíza Ivanira Feitosa Borges
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Tráfico de Entorpecentes. Circunstâncias. Quantidade. Desclassificação. Possibilidade.
Existindo dúvidas a respeito da traficância, e considerando as circunstâncias da prisão e a quantidade de droga apreendida, é possível a desclassificação da conduta atribuída ao apelante para a figura do uso.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

2ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :02/08/2012
Data do julgamento : 24/07/2013
0005213-73.2011.8.22.0014 Apelação
Origem: 00052137320118220014 Vilhena/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Rozalina da Conceição Roberto
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão:"PORMAIORIA,NEGARPROVIMENTOÀAPELAÇÃO, MANTENDO A PREPONDERÂNCIA DA AGRAVANTE DE REINCIDÊNCIA. VENCIDO O DESEMBARGADOR CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES.".
Ementa : Apelação criminal. Confissão em concurso com reincidência. Prevalência desta. Exegese do art. 67 do CP. Precedentes do STF. Recurso não provido.
No concurso entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão, aquela prepondera sobre esta, nos exatos termos do art. 67 do CP, das reiteradas decisões do STF e desta Corte.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :19/10/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0006844-12.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00068441220128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Emerson Junior Telles Santos
Def. Pública: Defensoria Pública do Estado de Rondonia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Confissão em concurso com reincidência. Prevalência desta. Exegese do art. 67 do CP. Precedentes do STF. Recurso não provido.
Concorrendo a atenuante da confissão e a agravante da reincidência, esta deve ter incidência única por ser de natureza preponderante, nos termos do art. 67 do CP e das reiteradas decisões do STF e desta Corte.

Data de distribuição :16/08/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0009983-39.2011.8.22.0005 Apelação
Origem: 00099833920118220005 Ji-Paraná/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Adenilson Oliveira Diniz
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Leandro Santos de Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Confissão em concurso com reincidência. Prevalência desta. Exegese do art. 67 do CP. Precedentes do STF. Recurso não provido.
Concorrendo a atenuante da confissão e a agravante da reincidência, esta deve ter incidência única por ser de natureza preponderante, nos termos do art. 67 do CP e das reiteradas decisões do STF e desta Corte.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :06/05/2013
Data do julgamento : 24/07/2013
0000197-64.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00001976420138220501 Porto Velho/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Tulio César Ferreira Dias

Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo duplamente circunstanciado. Materialidade e autoria comprovadas. Conjunto probatório harmônico. Palavras das vítimas corroboradas por depoimentos de agentes policiais. Absolvição. Impossibilidade. Causa de aumento de pena pelo emprego de arma de fogo. Apreensão. Prescindível. Recurso não provido.
I. Em crimes de roubo, a palavra da vítima possui relevante valor probante, sobretudo quando reforçada pelo acervo probatório, como a existência de depoimentos de agentes policiais.
É prescindível a apreensão e, consequentemente, a realização de perícia na arma de fogo para legitimar a causa de aumento de pena do artigo 157, §2º, I, do Código Penal se sua existência restar comprovada por outros meios. Precedentes.
Recurso não provido.

Data de distribuição :27/11/2012
Data do julgamento : 24/07/2013
0000856-68.2011.8.22.0008 Apelação
Origem: 00008566820118220008 Espigão do Oeste/RO (1ª Vara)
Apelante: N. F. dos S.
Advogado: Lucas Vendrusculo (OAB/RO 2.666)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator originário: Desembargador Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Relatora p/ o acórdão : Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR MAIORIA, negar provimento à APELAÇÃO. VENCIDO O RELATOR. ".
Ementa : Apelação. Ato infracional análogo ao crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil, na forma tentada. Vítima. O próprio pai. Conduta dolosa. Provas da materialidade e autoria. Absolvição. Impossibilidade. Media socioeducativa. Internação. Gravidade concreta do fato e periculosidade do agente evidenciada. Substituição por liberdade assistida. Impossibilidade. Inteligência do art. 122, I, do ECA. Recurso não provido.
1. Mantém-se condenação quando comprovada a materialidade, a autoria e o dolo na prática do ato infracional.
2. A prática de ato infracional análogo ao crime de tentativa de homicídio qualificado pelo motivo fútil, contra o próprio pai, denota a gravidade concreta do fato e a periculosidade do agente, comportando a necessidade da medida socioeducativa de internação, na exegese do art. 122, I, do ECA.
3. Recurso não provido.

Data de distribuição :14/03/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0001111-68.2012.8.22.0015 Apelação
Origem: 00011116820128220015 Guajará-Mirim/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: João Rodrigues de Souza
Advogado: Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227-B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Lesão corporal. Violência doméstica. Provas suficientes da autoria e materialidade. Laudo. Palavra da vítima. Absolvição. Impossibilidade. Recurso não provido.
1. Mantêm-se a condenação pelo crime de lesão corporal quando as provas carreadas aos autos se mostrarem harmônicas nesse sentido, notadamente pelo seguro e coerente depoimento das vítimas, laudo de lesão corporal e demais elementos de provas.
2. Recurso não provido.

Data de distribuição :22/02/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0003015-63.2011.8.22.0014 Apelação
Origem: 00030156320118220014 Vilhena/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Silvana Juliana Correa Godoi
Defensora Pública: Élia Oliveira Mello (OAB/RO 351B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Crimes de trânsito. Lesão corporal culposa e embriaguez ao volante. Mudança de faixa da direita para a esquerda. Inobservância do condutor da faixa da direita. Embriaguez. Colisão. Imprudência configurada. Pena-base. Crime de lesão corporal. Aumento mínimo de 02 meses. Gravidade das lesões. Possibilidade. Recurso não provido.
1. Age com imprudência o agente que, trafegando pela pista direita da via, inadvertidamente ensaia conversão à esquerda, colidindo com o veículo que trafegava pela pista da esquerda, causando em seus condutores lesões corporais.
2. Em crime culposo, a gravidade das lesões é irrelevante para a tipicidade (delito simples ou qualificado), devendo, entretanto, servir como circunstância judicial na fixação da pena-base, diferenciando-a da pena de quem sofreu lesões menos graves.
3. O aumento mínimo de 02 meses de detenção na pena-base do crime de lesão corporal culposa não é desproporcional, em face a comprovada gravidade e extensão das lesões sofridas por uma das vítimas.
4. Recurso não provido.

Data de distribuição :06/03/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0003521-02.2012.8.22.0015 Apelação
Origem: 00035210220128220015 Guajará-Mirim/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Cleber Mesquita Amaro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Furto qualificado. Absolvição. Impossibilidade. Provas suficientes. Recurso não provido.

Mantém-se a condenação pela prática do crime de furto qualificado quando os depoimentos colhidos nos autos são fartos, seguros e coerentes quanto à autoria delitiva atribuída ao apelante aliados aos demais elementos de provas neles existentes.
Recurso não provido.

Data de distribuição :30/01/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0005313-77.2010.8.22.0009 Apelação
Origem: 00053137720108220009 Pimenta Bueno/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Luiz da Silva Chaves
Defensora Pública: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Embriaguez ao volante. Etilômetro (bafômetro). Ausência de inspeção anual pelo Inmetro. Contradição nas informações técnicas do teste realizado. Dúvida. Absolvição.
Afiguram-se contraditórias as informações do teste do etilômetro que, embora demonstrando a concentração de álcool por litro de ar expelido dos pulmões de 0,67 mg/L, demonstra igualmente volume e tempo de sopro igual a 0 (zero), pois são pressupostos para o resultado, denotando, assim, a fragilidade da prova quanto à materialidade delitiva, mormente quando os fatos ocorreram antes da vigência da Lei n. 12.760/12, que alterou o art. 306 do CTB e estabeleceu critérios menos técnicos para a comprovação do delito, impondo-se a absolvição do réu.
Recurso provido.

Data de distribuição :28/06/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0006203-87.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00062038720138220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Joacyr Nunes Diniz
Advogada: Greyce Avello Corrêa (OAB/RO 5.676)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator originário: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Relatora p/o acórdão: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR MAIORIA, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO. VENCIDO O RELATOR. ".
Ementa : Apelação criminal. Restituição de coisa apreendida. Terceiro de boa-fé. Comprovada propriedade do bem. Dúvida quanto à vinculação com o crime. Restituição mediante depósito. Possibilidade.
1. Havendo razoável dúvida quanto à vinculação do bem apreendido pertencente a terceiro prejudicado, com os crimes perseguidos na lide penal, é possível a sua restituição com ônus de fiel depositário, preservando, assim, o interesse estatal e do particular em seu direito de propriedade.
2. Recurso provido.

Data de distribuição :10/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0006252-79.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00081022320138220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Paciente: Ana Paula da Silva Prado
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Prisão preventiva. Requisitos presentes. Medidas Cautelares alternativas. Insuficiência. Ordem denegada.
1. É válida a prisão preventiva como forma de preservar a ordem pública quando a paciente demonstra risco incompatível com o estado de liberdade, ao ser surpreendida na tentativa de transportar via transporte aéreo grande quantidade de entorpecentes (3,4 kg de cocaína) acondicionados ao corpo, situação que traduz sua periculosidade concreta e o risco que oferece à paz social, mostrando-se insuficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas aliado ainda à ausência de comprovação dos requisitos para a concessão de liberdade provisória.
2. Ordem denegada.

Data de distribuição :16/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0006430-28.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00009926420138220018 Santa Luzia do Oeste/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Edmar Freitas da Silva
Impetrante(Advogado): Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia do Oeste - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Homicídio Qualificado. Prisão Preventiva. Desnecessidade. Medidas Cautelares. Suficiência. Ordem Concedida.
1.A prisão preventiva, após as modificações promovidas pela Lei 12.403/2011, ficou reservada às hipóteses mais graves, devendo ser substituída por outras medidas cautelares alternativas quando estas forem suficientes e adequadas para evitar a prática criminosa, garantir eventual aplicação da lei penal e preservar a investigação ou instrução criminal, como se depreende da inteligência do artigo 282 do CPP.
2. Mostrando-se a prisão preventiva medida desnecessária e estando presentes os requisitos ensejadores da medida cautelar não há óbice à aplicação das medidas cautelares alternativas, devendo ser valorada sob o prisma da proporcionalidade, razoabilidade e adequabilidade.
3. Ordem concedida.

Data de distribuição :17/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0006469-25.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00070088220138220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Wanderson Lucindo de Souza
Impetrante(Adv): Joelan Marcos Debastiani (OAB/RO 4.505)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Prisão preventiva. Desnecessidade. Medidas cautelares. Suficiência. Mostrando-se a prisão preventiva medida desnecessária e estando presentes os requisitos ensejadores da medida cautelar, não há óbice à sua aplicação, devendo ser valorada sob o prisma da proporcionalidade, razoabilidade e adequabilidade.
Ordem concedida.

Data de interposição :26/04/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0008357-15.2012.8.22.0501 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 00083571520128220501 Porto Velho/RO (3ª Vara Criminal)
Embargante: Fausto Avelino da Silva
Advogado: Itamar Jorge de Jesus Olavo (OAB/RO 2.862)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AOS EMBARGOS NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Declaraórios. Inexistência de omissão ou contradição. Embargos não providos. Decisão parcialmente revogada de ofício.
1. Os embargos de declaração, nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, constituem instrumento processual a integrar a decisão, extirpando dos autos obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão, não se prestando para questionar decisão devidamente esteada em prova constante nos autos, sobretudo quando o embargante não aponta em que consistiu a contradição.
2. Omissa é a decisão que não se aborda determinada questão levantada pela defesa. Se a decisão analisa a admissibilidade do recurso manejado pelo réu e não o conhece por ausência de provas da interposição tempestiva não há se falar em omissão.
3. Sobrevindo provas aos autos da existência de erro material quanto à interposição do apelo por parte de um dos réus, tendo ele demonstrado tratar-se de equívoco cometido pelo cartório do Juízo de Primeiro Grau, impõe-se, neste ponto, a reforma da decisão com o consequente recebimento do recurso.
4. Embargos não providos e decisão parcialmente revogada, de ofício, na parte relativa ao não conhecimento do recurso de um dos réus.

Data de distribuição :08/02/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0010346-56.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00103465620128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Marcos André Félix de Oliveira
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico ilícito de drogas. Materialidade e autoria comprovadas. Condenação mantida. Desclassificação para o tipo penal previsto no art. 28 da Lei 11.343/06. Impossibilidade. Agravante da reincidência. Bis in idem. Inocorrência.
i. Mantém-se a condenação por tráfico de drogas, se o conjunto de provas mostra-se harmônico e seguro nesse sentido, sendo inviável a desclassificação para o art. 28 da lei n. 11.343/06 a despeito da conduta também estar narrada na denúncia.
II A reincidência não é instituto penal inconstitucional e sob esta ótica não configura bis in idem.
III .Recurso não provido.

Data de distribuição :14/03/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0011387-58.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00113875820128220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Francisca Carneiro de Moura Lima
Advogada: Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3.024)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO E, DE OFÍCIO, MODIFICAR O REGIME INICIAL PARA O ABERTO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de entorpecentes. Pena inferior a quatro anos. Regime prisional. Regra geral do CP. Regime aberto. Substituição da pena. Possibilidade. apelo provido.
1. Após a decisão plenária do STF, a fixação do regime inicial de cumprimento de pena aos condenados pela prática de tráfico de entorpecentes deve se ater à regra geral do CP.
2. É possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos aos condenados pela prática de tráfico de drogas, não havendo mais o óbice legal e as circunstâncias judiciais assim a recomendar.
3. Recurso provido.

Data de distribuição :18/01/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0012667-35.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00126673520108220501 Porto Velho - Fórum Criminal/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Ari Liibke
Advogado: Rodrigo Augusto Alves de Andrade (OAB/PR 31.389)

Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Trânsito. Art. 306, do CTB. Pena acessória de suspensão da CNH. Isenção ou compensação com a penalidade administrativa. Impossibilidade. Independência das instâncias. Isenção das custas. Capacidade financeira evidenciada. Impossibilidade. Recurso não provido.
1. A pena criminal acessória de suspensão da CNH não se exclui ou se compensa com a medida administrativa, também, de suspensão da CNH, pois possuem naturezas jurídica distinta, além de não haver vinculação da instância criminal à administrativa.
2. Havendo indícios de que o réu possui condições financeiras para arcar com as custas processuais, mantém-se a condenação ao respectivo pagamento.

Data de distribuição :22/01/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0013057-34.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00130573420128220501 Porto Velho - Fórum Criminal/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apelante: Enoque Lourenço Brito
Advogados: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535-A) e Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1.073)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Restituição de coisa apreendida (motocicleta). Terceiro de boa-fé. Interesse do bem ao processo não excluído. Dúvida quando à propriedade do bem e sua vinculação com o crime. Registro no órgão de trânsito. Irrelevância. Simples burocracia e controle administrativo. Apreensão mantida.
1. Mantém-se o bem apreendido quando não se comprova o seu desinteresse ao processo, a irretorquível ausência de vínculo com o os crimes, bem como certeza da propriedade.
2. O registro do veículo no órgão de trânsito, em nome do recorrente, não constitui prova segura da propriedade, porquanto se trata de simples ato burocrático de controle administrativo, pois nos contratos de venda e compra a transferência de bens móveis de dá pela tradição, ex vi o art. 1267 do Código Civil.
3. Recurso não provido.

Data de distribuição :01/02/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0015103-93.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00151039320128220501 Porto Velho/RO (3ª Vara Criminal)
Apelante: Luis Guilherme Lemos de Oliveira
Advogado: Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1.208)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Roubo circunstanciado pelo emprego de arma e concurso de pessoas. Corrupção de menor. Reconhecimento do concurso formal. Aplicação do concurso material. Inocorrência. Perfeita dosimetria. Recurso não provido.
1. No concurso formal de crimes o magistrado deve, como fez no caso concreto, individualizar a pena de cada delito, para saber qual das penas é a mais grave, e após, sobre ela, aplicar o aumento previsto no art. 70 do CP, não se confundindo esse processo de individualização autônoma de cada delito com o concurso material.
2. Recurso não provido.

Data de distribuição :29/01/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0044485-78.2009.8.22.0003 Apelação
Origem: 00444857820098220003 Jaru/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Moisés Barbosa de Carvalho
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR O PROVIMENTO DA APELAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Furto qualificado. Arrombamento. Concurso de pessoas. Autoria. Materialidade delitivas. Comprovação. Reconhecimento testemunhal. Conjunto probatório harmônico. Elementos de convicção indiciários. Inocorrência. Absolvição. Impossibilidade. Não provimento de recurso.
1. Mantém-se a condenação pelo crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas e arrombamento quando o conjunto probatório se mostrar harmônico quanto à autoria e à materialidade, em especial pela prova técnica que comprova o arrombamento no local do crime.
2. A motivação da condenação que conjuga as provas de ambas as fases do processo colhidas na fase indiciária não é exclusivamente calcada em elementos informativos, não havendo, pois, ofensa à norma do art. 155 do CPP.
3. Recurso não provido.

Data de distribuição :12/12/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0003714-14.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00037141420128220501 Porto Velho/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Cristiomar Gomes da Silva
Def. Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação criminal. Embriaguez ao volante. Atenuante da confissão. Agravante da reincidência. Compensação. Impossibilidade. Segunda fase. Aplicação de pena. Majoração em ½ da pena-base. Desproporção. Provimento parcial de recurso.
A agravante da reincidência prepondera sobre a atenuante da confissão espontânea, conforme artigo 67 do Código Penal.

O aumento na segunda fase de aplicação da pena, em razão da reincidência, embora preponderante, deve guardar proporcionalidade com a reprimenda inicial, devendo ser fixada em fração menos gravosa, quando concorrer com a atenuante da confissão, na linha do entendimento assentado na jurisprudência e doutrina pátrias.
Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição :13/12/2012
Data do julgamento : 31/07/2013
0007446-03.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00074460320128220501 Porto Velho/RO (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher)
Apelante: Paulo de Souza Fernandes
Defensora Pública: Rosária Gonçalves Novais (OAB/RO 407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO. DE OFÍCIO, MODIFICAR O REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Apelação Criminal. Estupro. Absolvição. Impossibilidade. Provas suficientes. Palavra da vítima. Regime de cumprimento de pena. Regra geral do CP. Inconstitucionalidade do artigo 2º, §1º, da Lei 8.072/90. Modificação de ofício.
1.Existindo provas suficientes que demonstrem a autoria do recorrente na prática do crime de estupro, notadamente diante da coerente e consistente palavra da vítima, que, sem vacilação, descreveu claramente o ocorrido no dia dos fatos, em todas as oportunidades em que falou nos autos, encontrando respaldo nas demais provas dos autos, a exemplo do auto de apresentação e apreensão e, ainda, no laudo de exame de práticas libidinosas, descabe dar guarida ao pleito absolutório, devendo ser mantido o édito condenatório.
2. Mesmo sendo hediondo o crime de estupro, atualmente, o regime de cumprimento de pena deve ser fixado de acordo com a regra geral do Código Penal, em virtude da decisão proferida pelo STF, no HC 111.840/ES, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º, §1º, da Lei 8.072/90.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Criminal

Data de distribuição :01/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0005882-03.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem : 00067714820138220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente : Maurino de Jesus Pereira Junior
Impetrante(Def. Púb.) : André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1.376)
Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ariquemes - RO
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, CONCEDER ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Tentativa de homicídio qualificada. Prisão preventiva. Fundamentação inidônea. Medidas cautelares. Inexistência de impedimento. Aplicação. Ordem concedida.
1. A decisão que decreta a prisão preventiva fundamentando-se em ilações, deduções e no perigo abstrato do delito, sem fundamento concreto extraído dos fatos e dos autos, viola o encargo previsto no art. 93, inc. IX, da CF, não podendo subsistir.
2. Inexiste impedimento na aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão preventiva, não obstante o reconhecimento da inidoneidade de sua fundamentação, quando suficientes e adequadas ao caso concreto.
3. Ordem concedida.

Data de distribuição :17/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0006472-77.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00046219420138220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Antônio Araújo dos Santos
Impetrante(Adv.): Joelan Marcos Debastiani (OAB/RO 4.505)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da comarca de Ariquemes - RO
Relatora: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.".
Ementa : Habeas Corpus. Tentativa de homicídio qualificado. Indícios de autoria. Suficiência. Prisão preventiva. Requisitos presentes. Medidas Cautelares. Insuficiência. Ordem denegada.
1. Havendo indícios de que o paciente foi o autor da prática do crime de tentativa de homicídio qualificado, é possível a decretação da prisão preventiva, notadamente quando seu recolhimento cautelar é necessário para resguardar a ordem pública, já que, pelo modo que agiu, demonstrou periculosidade concreta incompatível com o estado de liberdade aliado à ausência de comprovação de primariedade e de bons antecedentes, não sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.
2. Ordem denegada.

Data de distribuição :04/07/2013
Data do julgamento : 31/07/2013
0011962-72.2012.8.22.0014 Apelação
Origem: 00119627220128220014 Vilhena/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Valtoir Rocha Gonçalves
Defensora Pública: Élia Oliveira Mello (OAB/RO 351-B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Revisora e Relatora p/ o Acórdão: Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR MAIORIA, DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO. VENCIDO O RELATOR. ".
Ementa : Apelação criminal. Roubo Impróprio. Ausência de provas de que a violência foi empregada para assegurar a impunidade ou a detenção da coisa. Ausência de consumação. Desclassificação para furto na forma tentada. Possibilidade. Recurso parcialmente provido.

I. Se o agente é surpreendido durante a execução do crime, momento em que a vítima o agarra juntamente com seu filho menoR, e ele, para se desvencilhar e fugir a agride, sendo imediatamente seguido por ela, que o detém, estará configurado o crime furto na modalidade tentada, e não de roubo impróprio, pois ausentes provas de que a violência tenha sido empregada para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa. Precedentes.
Recurso parcialmente provido.

(a) Belª Maria Socorro Furtado Marques
Diretora do 2DEJUCRI

CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Câmaras Criminais Reunidas

Data de distribuição :16/08/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0007865-71.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem: 2003942-18.2003.822.0000 Tribunal de Justiça/RO
Revisionando: Genor Lava
Advogado: Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4.739)
Revisionado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Desembargador Valter de Oliveira
Revisora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora p/ o Acórdão : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Decisão :"POR MAIORIA, REJEITAR A PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO. VENCIDOS A DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO E O DESEMBARGADOR DANIEL RIBEIRO LAGOS. NO MÉRITO, POR MAIORIA, JULGAR A REVISÃO CRIMINAL IMPROCEDENTE. VENCIDO O RELATOR.".
Ementa: Revisão Criminal. Rediscussão provas. Impossibilidade. Coisa julgada. Estabilidade das decisões judiciais. Quesitação. Nulidade. Inocorrência. Formulação regular e individual. Pretensão de extensão dos efeitos do corréu. Art. 580 do CPP. Requisitos ausentes. Improcedência.
1. É inviável a rediscussão de questão já decidida durante a ação penal pela via da revisão criminal, sob pena de fragilizar o instituto da coisa julgada e, por consequência, criar instabilidade jurídica e insegurança para os jurisdicionados.
2. Descabe se falar em nulidade da quesitação quando foi formulada de maneira regular, individual e clara para cada réu separadamente, de acordo com o que previa o artigo 484, inciso V, do CPP, com redação anterior à reforma promovida em 2008.
3. Tendo a denúncia imputado atos diferentes ao dois corréus e um não possui correlação direta com o outro, tratando-se, em verdade, de situação fática diferente, é inviável a aplicação da regra do artigo 580 do CPP.
4. Revisão improcedente.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do DEJUCRI

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Câmaras Criminais Reunidas

Data de distribuição :18/09/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0008792-37.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem : 00020293119968220501 Porto Velho/RO (2ª Vara do Tribunal do Júri)
Revisionando : Roberto Martins Blaia
Advogada : Soráia Silva de Sousa(OAB/RO5169) e outro(a/s)
Revisionado : Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor : Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Decisão :"POR MAIORIA, JULGAR IMPROCEDENTE A REVISÃO CRIMINAL. VENCIDOS, EM PARTE, OS DESEMBARGADORES VALTER DE OLIVEIRA E CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES. ".
Ementa : Revisão criminal. Homicídio qualificado. Tribunal do júri. Absolvição por ausência de provas. Incabível em sede revisional. Aplicação da pena. Legalidade. Inépcia da denúncia. Preclusão. Sentença condenatória. Revisão julgada improcedente.
1. A alegação de inépcia da denúncia fica superada com a prolação da sentença condenatória.
2. Descabe em sede de revisão criminal o argumento de que as provas são insuficientes para a condenação, pois a modificação só é viável quando ficar "evidente" a contrariedade, nos termos do artigo 621, I, do CPP.
3. Estando corretamente aplicada a pena, em sintonia com a jurisprudência e, ainda, com o disposto no artigo 59 do Código Penal, não há que se falar em reforma na sua aplicação.
4. Revisão improcedente.

Data de distribuição :05/10/2012
Data do julgamento : 30/07/2013
0009325-93.2012.8.22.0000 Revisão Criminal
Origem : 1000202-65.199.822.0501 Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Revisionando : José Roberto Bad da Silva
Advogado : Jackson Chediak(OAB/RO5000) e outro(a/s)
Revisionado : Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora : Desembargadora Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor : Desembargador Daniel Ribeiro do Lagos
Decisão :"POR MAIORIA, JULGAR IMPROCEDENTE A REVISÃO CRIMINAL. VENCIDOS, EM PARTE, OS DESEMBARGADORES VALTER DE OLIVEIRA E CÁSSIO RODOLFO SBARZI GUEDES .".
Ementa : Revisão criminal. Homicídio qualificado. Tribunal do júri. Nulidade não comprovada. Ônus do peticionário. Decisão contrária à prova dos autos. Inviável reavaliação das provas. Absolvição por ausência de provas. Incabível em sede revisional. Aplicação da pena. Legalidade. Inépcia da denúncia. Preclusão. Sentença condenatória. Revisão julgada improcedente.
1. A alegação de inépcia da denúncia fica superada com a prolação da sentença condenatória.

2. É ônus do revisionando comprovar a ocorrência de alegada nulidade na decisão dos jurados, descabendo a revisional ao simples argumento de ter sido absolvido em relação a uma das vítimas e condenado em relação a outra.
3. A revisão criminal não é substitutiva de apelação criminal, razão pela qual é inviável nova apreciação das teses nela sustentadas e afastadas pelo Tribunal.
4. Descabe em sede de revisão criminal o argumento de que as provas são insuficientes para a condenação, pois a modificação só é viável quando ficar "evidente" a contrariedade, nos termos do artigo 621, I, do CPP.
5. Estando corretamente aplicada a pena, em sintonia com a jurisprudência e, ainda, com o disposto no artigo 59 do Código Penal, não há que se falar em reforma na sua aplicação.
6. Revisão improcedente.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do DEJUCRI

DEPARTAMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 25/07/2013
Vice-Presidente : Des. Raduan Miguel Filho
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Ficam os Senhores Advogados cientificados, na forma consignada do art. 7°, Parágrafo Único, da Resolução n. 044/2010, de 14/10/10, publicada no D.J.E. n. 190, de 15/10/2010, que nos processos distribuídos na classe apelação, abaixo relacionados, todas as peças e recursos apresentados de ora em diante, inclusive recursos destinados aos tribunais superiores, somente serão aceitos por meio eletrônico, e que o meio físico não mais é aceito pelo SDSG - Sistema Digital Segundo Grau - SDSG do TJ/RO.
Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo Sistema SAP 2º Grau, em SDSG:

TRIBUNAL PLENO
0006773-24.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Impetrante: Jacson Batista Pires
Advogado: Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0137309-28.2006.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00450994620018220009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Sirlene Dal Bo
Advogada: Titânia Pinto Freire de Morais e Silva (OAB/RO 969)
Advogado: Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Cézar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Advogado: Oséias Vitorino do Nascimento (OAB/RO 651A)
Distribuição por Sorteio

0007248-96.2012.8.22.0102 SDSG Apelação
Origem: 0007248-96.2012.8.22.0102
Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: A. F. dos S. S.
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Advogado: José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Apelado: R. P. B.
Advogada: Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Distribuição por Sorteio

0003644-49.2011.8.22.0010 SDSG Apelação
Origem: 00036444920118220010
Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Apelado: Itiro Alberto Okamura
Advogada: Regiane Teixeira Struckel (OAB/RO 3874)
Distribuição por Sorteio

0006098-29.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00060982920118220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Sidinei Antonio da Silva
Advogado: Wallid Hijazi Zaglout (OAB/RO 4409)
Advogada: Helwi Hijazi Zaglout (OAB/RO 2447)
Apelada: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogada: Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272)
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324B)
Advogado: Márcio Nobre do Nascimento (OAB/RO 2852)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0005971-86.2010.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00059718620108220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Elizeu Pagung
Advogado: Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)
Advogada: Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Apelada: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado: Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3249)
Advogado: Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084)
Advogada: Diandra da Silva Valencio (OAB/RO 635E)
Distribuição por Sorteio

0001031-15.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00010311520138220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apte/Apda: Ediana de Souza Carvalho
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Apda/Apte: FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A)
Advogada: Noele Paiva de Sousa (OAB/RN 9940)
Distribuição por Sorteio

0008569-81.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00085698120128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado: Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Apelado: Carlos Ribeiro Vasconcelos
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Distribuição por Sorteio

0010217-96.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00102179620128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Advogada: Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30368)
Advogada: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Apelado: Casa do Produtor Comércio de Produtos Veterinários e Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Advogado: Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Apelada: Marcia Cristina Oikawa Sakamoto
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Advogado: Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Distribuição por Sorteio

0009334-52.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00006395219888220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Apelado: Hilario Damasio Fernandes Mendes
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Distribuição por Sorteio

0016529-85.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00165298520128220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogada: Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977)
Advogado: Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166)
Apelado: Manoel Pereira Silva
Advogado: Marcos Rodrigues Cassetari Júnior (OAB/RO 1880)
Distribuição por Sorteio

0004679-25.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00046792520128220005
Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado: André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Apelado: Helio dos Santos Silva
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Distribuição por Sorteio

0001712-53.2012.8.22.0022 SDSG Apelação
Origem: 00017125320128220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Administradora de Consórcio Nacional Gazin Ltda
Advogado: Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209551)
Advogada: Andréa Tattini Rosa (OAB/SP 210738)
Apelado: Ezequiel de Souza da Silva
Distribuição por Sorteio

0006749-93.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00139195020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: ASPRO Associação dos Produtores Rurais de Porto Velho
Advogado: Flávio Bruno Amâncio Vale Fontenele (OAB/RO 2584)
Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766)
Agravada: Maria José da Silva ME
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006755-03.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023748320138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Erivelton Ribeiro da Silva
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Advogado: Fernando Bertuol Pietrobon (OAB/RO 4755)
Advogado: Flávio Farina (OAB/RO 2857)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Distribuição por Sorteio

0006756-85.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023721620138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Juliano Bolsanel Moreira
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Advogado: Flávio Farina (OAB/RO 2857)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Distribuição por Sorteio

0006758-55.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023739820138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Geraldo da Cruz
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Distribuição por Sorteio

0006759-40.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023790820138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Manoel Ataides Antonio dos Santos
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Advogado: Flávio Farina (OAB/RO 2857)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Distribuição por Sorteio

0006763-77.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023773820138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Marta de Oliveira Andrade
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Distribuição por Sorteio

0006795-82.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00338304420098220101
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Espólio de Etelvino Lúcio da Silva Representado pelo responsável Rita de Souza Silva
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Agravado: Izaias da Silva Pereira
Advogado: Ruy Carlos Freire Filho (OAB/RO 1012)
Distribuição por Sorteio

0006798-37.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00031418420138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Fabiula Nazário Garcia
Advogado: Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Advogada: Gisele Zamboto (OAB/RO 5041)
Advogado: Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Agravada: Losango Promoções de Vendas Ltda
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0082861-31.2008.8.22.0501 Apelação
Origem: 00828613120088220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Carlos Artur Marinho
Advogado: Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006739-49.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00123027320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Weslei Lima Correa
Impetrante (Advogado): Janor Ferreira da Silva (OAB/RO 3081)
Impetrante (Advogada): Ângela dos Santos Picanço de Miranda (OAB/RO 613E)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0006757-70.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00343977820058220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Antônio Guaracy Borges
Impetrante (Advogado): Fábio Feitosa Bernardo (OAB/RO 3264)
Impetrante: Jacson da Silva Sousa
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais da Comarca de Porto Velho RO
Distribuição por Sorteio

0000340-53.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00003405320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Marciel da Silva
Advogado: Dionísio Carlos de Matos (OAB/RO 2057)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006766-32.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00085875620138220005
Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Wagner Reinoso de Brito
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

0002258-41.2012.8.22.0012 Apelação
Origem: 00022584120128220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Jair Nicola
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001345-52.2013.8.22.0003 Apelação
Origem: 00013455220138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Apelante: Douglas de Oliveira Souza
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0004253-93.2011.8.22.0701 Apelação
Origem: 00042539320118220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Jackson Marques Moraes
Advogada: Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006784-53.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00113534920138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Orlando Braga Dias Junior
Impetrante (Defensor Público): João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006785-38.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00085884120138220005
Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Milton Ferreira Faria
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

0006300-28.2010.8.22.0005 Apelação
Origem: 00063002820108220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Luiz Gilvan da Costa
Defensora Pública: Vanilda Estevão da Silva Rodrigues Contreiras (OAB/RO 240)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0007942-57.2011.8.22.0601 SDSG Apelação
Relator: Des. Eurico Montenegro
Revisor: Des. Rowilson Teixeira
Apelante: Francisco Herculano de Oliveira
Advogado: Iran Roberto Erasmo da Silva (OAB/RO 1683)
Advogado: Rui Benedito Galvão (OAB/RO 242B)
Apelado: Município de Porto Velho - RO
Procuradora: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
Distribuição por Sorteio

0007380-29.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00073802920128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Apelada: Lourdes Azevedo Gomes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0005918-76.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00059187620128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: SJB Construtora Comercio e Serviços Ltda
Advogado: João Batista Gomes Martins (OAB/RO 306A)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Apelada: MP Tubos Indústria de Concreto Ltda
Advogado: Alcir Alves (OAB/RO 1630)
Distribuição por Sorteio

0010365-68.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00103656820128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Revisor: Des. Rowilson Teixeira
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Apelada: Iracema Martins Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009965-93.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00099659320128220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: João Carlos de Oliveira
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Advogada: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Apelado: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Distribuição por Sorteio

0007129-50.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00071295020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Apelado: Vanderson de Oliveira de Abreu
Advogado: Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0014358-71.2007.8.22.0022 SDSG Apelação
Origem: 00143587120078220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Luciano Brunholi Xavier (OAB/RO 550A)
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões (OAB/RO 5491)
Apelado: Espólio de Danilo Bazoni
Advogado: José Carlos Pereira (OAB/RO 1001)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001196-33.2012.8.22.0022 SDSG Apelação
Origem: 00011963320128220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Revisor: Des. Rowilson Teixeira
Apelante: Município de São Miguel do Guaporé - RO
Procuradora: Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Interessado (Parte Ativa): Arlindo Custódio Ventura
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0004643-19.2013.8.22.0014 Reexame Necessário
Origem: 00046431920138220014
Vilhena/2ª Vara Cível
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Interessada (Parte Ativa): M. I. da S. L. Representada por seu pai E. A. de L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Interessada (Parte Ativa): M. E. da S. L. Representada por seu pai E. A. de L.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Secretário Municipal de Saúde de Chupinguaia RO
Interessado (Parte Passiva): Município de Chupinguaia - RO
Procurador: Rafael Endrigo de Freitas Ferri (OAB/RO 2832)
Distribuição por Sorteio

0006734-27.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00143651920138220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Agravante: Santa Ana Auto Posto Ltda EPP
Advogado: Jairo Pelles (OAB/RO 1736)
Interessado (Parte Passiva): Município de Porto Velho RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Porto Velho - RO
Agravado: Secretário da Fazenda do Município de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0006740-34.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00124945120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Agravante: Drogaria Pax Norte Ltda ME
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Distribuição por Sorteio

0006741-19.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00124953620138220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Agravante: Drogaria Pax Norte Ltda ME
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Distribuição por Sorteio

0006742-04.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00126252620138220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Agravante: Drogaria Pax Norte Ltda ME
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Distribuição por Sorteio

0006771-54.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00238112020078220013
Cerejeiras/1ª Vara
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
Procurador: Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215B)
Agravado: Indústria e Comércio de Laticínios Unibom Ltda

Advogado: Enio José Coutinho Medeiros (OAB/MT 7921)
Advogado: Carlos Roberto de Cunto Montenegro (OAB/MT 11903A)
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
Agravado: Samuel Emerick
Advogado: Enio José Coutinho Medeiros (OAB/MT 7921)
Advogado: Carlos Roberto de Cunto Montenegro (OAB/MT 11903A)
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Advogado: Valdir Burdz (OAB/RO 2086)
Agravado: José Gilson Mascarenhas de Oliveira
Advogado: Enio José Coutinho Medeiros (OAB/MT 7921)
Advogado: Carlos Roberto de Cunto Montenegro (OAB/MT 11903A)
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Agravado: Valtecir Martins de Carvalho
Advogado: Enio José Coutinho Medeiros (OAB/MT 7921)
Advogado: Carlos Roberto de Cunto Montenegro (OAB/MT 11903A)
Advogado: Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030)
Advogado: Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0127748-11.2009.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00220020080831
Ariquemes/1ª Vara Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Rosalvo Leonel da Silva
Advogada: Lílian Maria Sulzbacher (OAB/RO 3225)
Advogada: Karine de Paula Rodrigues (OAB/RO 3140)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora: Maria Creusa Machado Magalhães (OAB/RO 178B)
Distribuição por Sorteio

0008545-14.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00085451420128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Apelado: João Barros de Oliveira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006065-71.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00228005720018220015
Guajará-Mirim/1ª Vara Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Vera Lúcia Ribeiro Azevedo
Advogado: Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Apelante: Sandra Maria Veloso Carrijo Marques
Advogado: Roberto Franco da Silva (OAB/RO 835)
Advogado: João Carlos Boretti (OAB/RO 4660)
Apelante: Antônio Spegiorin Tavares
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966)
Advogado: Marcelino Maciel Mazalli Mariano (OAB/RO 946)
Apelante: Rondoforms Indústria Gráfica Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966)
Advogado: Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552)
Apelante: Wanderley Mariano
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Interessado (Parte Ativa): Estado de Rondônia
Procuradora: Claricéa Soares (OAB/RO 411A)
Procurador: João Ricardo Valle Machado (OAB/RO 204A)
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Apelante: Juvino Tavares
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966)
Advogado: Marcelino Maciel Mazalli Mariano (OAB/RO 946)
Apelante: Eugenio Epifanio de Oliveira
Advogado: Hiram Souza Marques
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada: Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966)
Advogado: Marcelino Maciel Mazalli Mariano (OAB/RO 946)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0002267-36.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00022673620128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Vera Lucia Alves Mantovani
Advogada: Gislaine Maira Mantovani Magalhães (OAB/RO 3564)
Apelante: Valdir Mantovani
Advogada: Gislaine Maira Mantovani Magalhães (OAB/RO 3564)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006439-21.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00064392120128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Estado de Rondônia
Procurador: Élcio de Sousa Araújo (OAB/RO 5220)
Procuradora: Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)

Apelada: Lucinete do Rosario Sanchinez Zebalos
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Distribuição por Sorteio

0021661-97.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00216619720108220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: Município de Porto Velho - RO
Procuradora: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
Procurador: Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
Advogado: Luiz Duarte Freitas Junior (OAB/RO 1058)
Apelado: Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Rondônia - SINDERON
Advogado: Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
Advogado: Marcello Henrique de Menezes Pinheiro (OAB/RO 265B)
Advogado: Alberto Gauna Alvis (OAB/RO 4699)
Distribuição por Sorteio

0015150-15.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00151501520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER
Advogado: Lucio de Souza Coimbra Filho (OAB/MG 80603)
Advogado: Maurício Sirihal Werkrma (OAB/MG 84062)
Advogado: Fábio Henrique Vieira Figueiredo (OAB/MG 80602)
Advogado: José Pinto da Silva (OAB/RO 703)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0042684-24.2009.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00066283920028220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: João Batista Ferreira da Silva
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 64B)
Apelado: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Distribuição por Sorteio

0006743-86.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00118649220138220001
Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Agravante: Drogaria Pax Norte Ltda ME
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0003395-57.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00033955720138220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Banco Fiat S. A.
Advogada: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
Advogada: Ana Carolina Machado Gomes Sobral (OAB/PE 25117)
Advogado: Wellington Reberte de Carvalho (OAB/SP 171961)
Apelada: Maria de Fátima Duarte
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogada: Graça Jacqueline da Cunha Lima (OAB/RO 626A)
Distribuição por Sorteio

0020262-96.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00202629620118220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada: Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264)
Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
Advogada: Sabrina Camargo de Oliveira Martin (OAB/RS 55893)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Apelada: Claudete Rocha Machado
Distribuição por Sorteio

0012746-25.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00016692520028220004
Ouro Preto do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Três Maria Transportes Ltda
Advogado: Roberto Pereira Souza e SIlva (OAB/RO 755)
Advogado: Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
Apelada: Lucineide Silva dos Santos
Advogado: Pitagoras Custodio Marinho (OAB/RO 4700)
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Distribuição por Sorteio

0006868-44.2010.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00068684420108220005
Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: D. A. M.
Advogado: Jacinto Dias (OAB/RO 1232)
Advogado: Sônia da Graça Corrêa de Carvalho (OAB/SP 57711)
Advogado: Ronaldo Alves da Silva (OAB/SP 255254)
Apelado: J. G.
Advogado: Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739)
Advogada: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)
Distribuição por Sorteio

0005921-97.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00197371720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Apelada: Cilene Maria Bezerra Maciel
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0004853-68.2011.8.22.0102 SDSG Apelação
Origem: 00048536820118220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/1ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: M. A. A. R.
Advogado: Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729)
Advogada: Márcia de Oliveira Lima (OAB/RO 3495)
Advogada: Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
Advogada: Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Apelado: L. J. A. R.
Curador: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: G. A. de L.
Advogada: Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Apelado: R. C. A. F. Representado por sua mãe R. C. da S.
Advogado: José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961)
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Distribuição por Sorteio

0000209-51.2008.8.22.0017 SDSG Apelação
Origem: 00002095120088220017
Alta Floresta do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Adelson José da Silva
Advogado: Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A)
Apelada: Rosa Aparecida da Silva
Advogado: Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295)
Advogada: Helainy Fuzari Santos (OAB/RO 1548)
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Apelado: Manoel Pereira Pego
Advogado: Aleander Mariano Silva Santos (OAB/RO 2295)
Advogada: Helainy Fuzari Santos (OAB/RO 1548)
Advogado: Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Distribuição por Sorteio

0019903-15.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00199031520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30368)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Apelado: Fabricio Rodrigues da Conceição
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Distribuição por Sorteio

0014083-03.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00089411620018220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Nerci Rigon
Advogado: Jovem Vilela Filho (OAB/RO 2397)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Distribuição por Sorteio

0015187-30.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00151873020128220005
Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Apelado: Jhone Will de Araújo
Advogada: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Distribuição por Sorteio

0003264-26.2011.8.22.0010 SDSG Apelação
Origem: 00032642620118220010
Rolim de Moura/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apte/Apda: Sandra Nascimento de Jesus
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Advogado: Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242)
Advogado: Lucildo Cardoso Freire (OAB/RO 4751)
Apdo/Apte: Osvaldo Dionísio de Oliveira
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado: Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado: Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0017021-17.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00170211720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Advogado: Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723)
Apelado: Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Advogada: Leide Diana Semler de Vargas (RO 4225)
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
Distribuição por Sorteio

0007076-51.2012.8.22.0007 SDSG Apelação
Origem: 00070765120128220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Apelada: Maria Antonia Almeida Silva
Advogado: Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Distribuição por Sorteio

0005560-11.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00055601120128220002
Ariquemes/3ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Denise da Silva
Advogado: Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Advogada: Denise Milani Passos (OAB/SP 195184)
Advogado: Geraldo Emídio do Couto Neto (OAB/RN 5434)
Distribuição por Sorteio

0010947-32.2011.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00109473220118220005
Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: Geslei Zeferino de Souza (OAB/RO 4905)
Apelada: Irene da Conceição de Oliveira
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Distribuição por Sorteio

0010190-38.2011.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00101903820118220005
Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Banco Panamericano S/A
Advogada: Ellen Laura Leite Mungo (OAB/MT 10604)
Advogada: Sabrina Camargo de Oliveira Martin (OAB/RS 55893)
Advogada: Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264)
Apelada: Cecilia Costite Martini
Distribuição por Sorteio

0006731-72.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00123992120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Ivo da Silva Dantas
Advogado: Alberto Nunes Ewerton (OAB/RO 901)
Advogado: Luiz Carlos Forte (OAB/RO 510)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Distribuição por Sorteio

0006738-64.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00078238220138220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogado: Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Advogada: Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
Advogada: Miriani Inah Kussler Chinelato (OAB/DF 33642)
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Agravado: Everton Gato de Souza
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Agravada: Lislângela Veiga Bentes
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Agravado: Francisco Vagner Gato de Souza
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Agravado: Sideval Rocha Bentes
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Agravada: Ezilda Ferreira Gato
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Advogado: Luiz Antônio Rebelo Miralha (OAB/RO 700)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006744-71.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00185451520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Agravada: Alda Margarida Barreto Marrocos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravada: Alzira Alves de Aguiar
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravado: André Francisco Vilar Roman
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravado: Arlindo Cordeiro
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravada: Iolanda Lima Assumpção
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)

Agravada: Lucia Eko Suzuki Yamashita
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravada: Maria da Conceição Santiago Siqueira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravado: Martins Firmo da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravada: Valdivina Rosa de Jesus e Pinho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Agravada: Zoraide Regina dos Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Distribuição por Sorteio

0006745-56.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00024375320138220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Construtora Mosaico Ltda
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Agravante: Juscelino Bellincanta
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Agravada: Fabíola Martinez Azevedo Bellincanta
Distribuição por Sorteio

0006748-11.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00061643520138220002
Ariquemes/1ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: José Antônio Doria dos Santos
Advogado: Ermógenes Jacinto de Souza (OAB/RO 2821)
Agravante: Sérgio Carlos Raymundo
Advogado: Ermógenes Jacinto de Souza (OAB/RO 2821)
Agravante: Ernane Gonçalves Lopes
Advogado: Ermógenes Jacinto de Souza (OAB/RO 2821)
Agravado: Caubi Moreira Quito
Advogado: Édio José Ghellere (OAB/RO 2121)
Advogado: Marcelo Antônio Geron Ghellere (OAB/RO 1842)
Agravada: Nilma Alves Barbosa Quito
Advogado: Édio José Ghellere (OAB/RO 2121)
Advogado: Marcelo Antônio Geron Ghellere (OAB/RO 1842)
Distribuição por Sorteio

0006752-48.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023765320138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: João Célio Rosso
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Distribuição por Sorteio

0006753-33.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023696120138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Mauro Reteguy Brum
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Advogado: Fernando Bertuol Pietrobon (OAB/RO 4755)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Distribuição por Sorteio

0006761-10.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023756820138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: José Darci Adami
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Distribuição por Sorteio

0006765-47.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00023782320138220021
Buritis/1ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Junior da Silva Neto
Advogado: Rafael Hideshi Medeiros Hiroki (OAB/RO 3867)
Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Distribuição por Sorteio

0006789-75.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00024682820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Raimunda Almeida
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Agravado: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogada: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)
Advogada: Karen Amann (OAB/SP 140975)
Distribuição por Sorteio

0006791-45.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00030880620138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado: Vinícius Ideses (OAB/RJ 98749)
Advogada: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Advogado: Bruno Bezerra de Souza (OAB/PE 19352)
Advogada: Patricia Ferraz Studart Pereira (OAB/RJ 149234)
Advogado: Fabio Breyer Amorim (OAB/RJ 124274)
Agravado: P. G. S. Representado por seu pai J. A. G. S.
Advogada: Nathasha Santiago (OAB/RO 4965)
Agravado: Felipe Gurjão Silveira
Advogada: Nathasa Santiago (OABRO 4965)
Distribuição por Sorteio

0006794-97.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00256998420128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Amarildo Nogueira de Lima
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Agravado: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogada: Nanci Campos (OAB/SP 83577)
Distribuição por Sorteio

0006796-67.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00128548320138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Pedro Henrique Milhomem Silva
Advogado: Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342)
Advogado: José Batista de Santana Júnior (OAB/RO 5778)
Agravado: Faculdade de Rondônia Faro
Distribuição por Sorteio

0006797-52.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00109116520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Agravado: Roberto Alcantara de Brito
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Advogado: Quênede Constâncio do Nascimento (OAB/RO 3631)
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0006747-26.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Impetrante: Ednéia Arcardi Melo
Advogada: Anne Thainna Rocha de Souza (OAB/RO 5454)
Advogada: Tamara Lucia Lacerda (OAB/RO 5341)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006750-78.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Impetrante: Cristina Maria de Jesus
Advogada: Anne Thainna Rocha de Souza (OAB/RO 5454)
Advogada: Vera Mônica Queiroz Fernandes Aguiar (OAB/RO 176B)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006764-62.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: Suzana Duarte de Oliveira
Advogada: Eucilângela Bressami Alves (OAB/RO 5505)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006793-15.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Impetrante: Dimam Agropeças Distribuidora Ltda
Advogado: Arthur Pires Martins Matos (OAB/RO 3524)
Impetrado: Auditor Fiscal da Secretaria de Estado de Finanças
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0006470-10.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00153830920128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Evandro Taveira da Silva
Impetrante (Advogado): Joelan Marcos Debastiani (OAB/RO 4505)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Redistribuição por Prevenção de Magistrado

0024650-82.2006.8.22.0012 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 00246508220068220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Recorrente: Delcino Martins Siqueira
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006733-42.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00129555420128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Adeilton Alves Teixeira
Impetrante (Advogado): Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646)
Impetrante (Advogado): João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Impetrante (Advogada): Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Impetrante (Advogada): Kelly Michelle Castro Inácio Doerner (OAB/RO 3240)
Impetrante (Advogada): Andréia Kowalski (OAB/RO 5619)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0021475-75.2009.8.22.0012 Apelação
Origem: 00214757520098220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Evandro dos Santos Rosa
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Distribuição por Sorteio

0000399-41.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00003994120138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Givanildo Santos Moreira
Defensor Público: Adelino Catâneo (OAB/RO 150B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006754-18.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00009440220138220020
Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Sandriely Batista dos Santos
Impetrante (Advogado): Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Nova Brazilândia do Oeste/RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0008386-07.2008.8.22.0501 Apelação
Origem: 00083860720088220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Rodrigo Chagas de Souza
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006767-17.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00078297720138220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Roberto Carlos Cardoso
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

0006768-02.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00033911420138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Gilson Cardoso Rambo
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Sorteio

0006769-84.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00033929620138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Atemilson Coelho da Silva
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Sorteio

0006770-69.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00033565420138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Oséas Pereira de Oliveira
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Sorteio

0006772-39.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00017092920108220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Elton Pereira Correa
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000344-05.2013.8.22.0012 Apelação
Origem: 00003440520138220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Suzamar Ferreira Dias
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Apelado: Valdivino Alves Ramos
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Distribuição por Sorteio

0004496-37.2011.8.22.0701 Apelação
Origem: 00044963720118220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Thiago Gomes de Carvalho
Advogado: Heliton Santos de Oliveira (OAB/RO 5792)
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006780-16.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00023318220138220010
Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Maria Genielda Leite de Aquino
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura - RO
Distribuição por Sorteio

0006782-83.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00024114620138220010
Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Bruno Marcel de Matos

Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura - RO
Distribuição por Sorteio

0010036-83.2012.8.22.0005 Apelação
Origem: 00100368320128220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Paulo Alves de Freitas
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0014958-37.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00149583720128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Edgar Matheus Matos do Nascimento
Defensora Pública: Rosária Gonçalves Novais Marques (OAB/RO 407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006788-90.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00028239020128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Dieison Koprowski da Silva
Impetrante (Advogado): José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A)
Paciente: Reginaldo dos Santos Gonçalves
Impetrante (Advogado): José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006790-60.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00125279320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Shaina Estefani da Silva Queiroz
Impetrante (Advogado): Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Sorteio

0006792-30.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00125279320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Anelson de Oliveira Barbosa
Impetrante (Advogado): Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	8	0	0	8
Des. Raduan Miguel Filho	4	0	0	4
Des. Sansão Saldanha	4	0	0	4
Juiz José Torres Ferreira	4	0	0	4
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	3	0	0	3
Desª Ivanira Feitosa Borges	1	0	0	1
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres	7	0	0	7
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Eurico Montenegro	3	0	0	3
Des. Oudivanil de Marins	8	0	0	8
Des. Rowilson Teixeira	3	0	0	3
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	9	0	0	9
Des. Isaias Fonseca Moraes	8	0	0	8
Des. Kiyochi Mori	6	0	0	6
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	7	0	0	7
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	6	0	0	6
Des. Daniel Ribeiro Lagos	9	0	0	9
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	5	1	0	6
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Gilberto Barbosa	4	0	0	4
Des. Renato Martins Mimessi	2	0	0	2
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	3	0	0	3
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Eurico Montenegro	1	0	0	1
Des. Gilberto Barbosa	2	0	0	2
Des. Renato Martins Mimessi	1	0	0	1
TRIBUNAL PLENO				
Des. Oudivanil de Marins	1	0	0	1
Total de Distribuições	109	1	0	110

Porto Velho, 25 de julho de 2013

Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente do TJ/RO.

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 26/07/2013
Vice-Presidente : Des. Raduan Miguel Filho
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Ficam os Senhores Advogados cientificados, na forma consignada do art. 7°, Parágrafo Único, da Resolução n. 044/2010, de 14/10/10, publicada no D.J.E. n. 190, de 15/10/2010, que nos processos distribuídos na classe apelação, abaixo relacionados, todas as peças e recursos apresentados de ora em diante, inclusive recursos destinados aos tribunais superiores, somente serão aceitos por meio eletrônico, e que o meio físico não mais é aceito pelo SDSG - Sistema Digital Segundo Grau - SDSG do TJ/RO.
Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo Sistema SAP 2º Grau, em SDSG:

PRESIDÊNCIA
0006828-72.2013.8.22.0000 Precatório
Origem: 00132000720088220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Roosevelt Queiroz Costa
Requerente: Roniele Cabral Medeiros de Menezes
Advogado: Antônio Lacouth da Silva (OAB/RO 2306)
Requerido: Município de Ariquemes RO
Procurador: Paulo César dos Santos (OAB/RO 4768)
Distribuição por Sorteio

TRIBUNAL PLENO

0005336-45.2013.8.22.0000 Direta de Inconstitucionalidade
Relator: Des. Valter de Oliveira
Requerente: Município de São Francisco do Guaporé - RO
Procurador: Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Requerida: Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé RO
Redistribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0005442-38.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00054423820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Sabenauto Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644)
Advogado: Jorge Fernandes Neto (OAB/RO 5468)
Apelado: Thiago Duarte
Advogado: Ademir Antonio de Oliveira Alencar (OAB/RO 2998)
Advogada: Laiane Gazola Bazan (OAB/RO 5131)
Distribuição por Sorteio

0006831-27.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00122927920108220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Novatti Construtora e Incorporadora Ltda
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/PR 38676)
Agravada: Maria Aparecida Rodrigues Lopes
Advogado: João Marcos de Araújo Braga (OAB/RO 4577)
Agravado: Edelmiro Pinto da Silva
Advogado: João Marcos de Araújo Braga (OAB/RO 4577)
Distribuição por Sorteio

0000347-95.2011.8.22.0022 SDSG Apelação
Origem: 00003479520118220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: João Rodrigues Figueira
Advogado: Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)
Apelado: Bussioli Peças Para Veículos Ltda
Advogado: Admir Teixeira (0AB/RO 2282)
Advogada: Rozane Inêz Vicensi (OAB/RO 3865)
Distribuição por Sorteio

0000663-94.2013.8.22.0004 Reexame Necessário
Origem: 00006639420138220004
Ouro Preto do Oeste/2ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Interessada (Parte Ativa): C. M. F. Representada por sua mãe P. R. M.
Advogado: Sheilla dos Santos Marques (OAB/RO 5098)
Advogada: Loana Carla dos Santos Marques (OAB/RO 2971)
Interessado (Parte Passiva): Diretor da Escola Municipal de Educação Infantil Sininho
Interessado (Parte Passiva): Presidente do Conselho Municipal de Educação de Ouro Preto do Oeste
Distribuição por Sorteio

0006803-59.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00012031520138220014
Vilhena/1ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado: Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Agravada: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado: Joaquim Ernesto Palhares (OAB/SP 129815A)
Advogado: Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047A)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006800-07.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00056614620118220014
Vilhena/2ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Agravada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira
Advogada: Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Distribuição por Sorteio

0019017-50.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00183966719998220003
Jaru/1ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogada: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Apelado: Altemir Silva Mendonça
Advogado: Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1208)
Advogada: Denízia Santos Lima Rocha (OAB/RO 1931)
Distribuição por Sorteio

0003990-90.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00039909020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Daniel Moraes de Souza
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB 573)
Advogada: Samára Nascimento Soares Silva (OAB/RO 590E)
Apelado: Banco Bradesco S. A.
Distribuição por Sorteio

0001789-96.2011.8.22.0701 SDSG Apelação
Origem: 00017899620118220701
Porto Velho - Juizado da Infância e Juventude/2º Juizado da Infância e da Juventude
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Ypiranga Esporte Clube
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Interessado (Parte Ativa): Segundo Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Porto Velho RO
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Grupo Folclórico Nação Corre Campo O Gigante Sagrado da Amazônia Ocidental
Distribuição por Sorteio

0022041-52.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00220415220128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogada: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogada: Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Advogado: Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Apelada: Maria Tomé Servalho
Advogado: Wanderson Modesto de Brito (OAB/RO 4909)
Distribuição por Sorteio

0006067-41.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00053395320118220005
Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017)
Advogada: Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Advogado: Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Apelado: Claudiney da Silva
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Advogada: Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658)
Distribuição por Sorteio

0003346-38.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00033463820128220005
Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: União e Refinaria Nacional de Sal Ltda
Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado: José Luiz Carlos de Lima (OAB/RN 2709)
Advogado: Marcus Tullius Leite Fernandes dos Santos (OAB/RN 3917)
Apelado: Sudoeste Industria e Comercio de Alimentos Ltda
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Distribuição por Sorteio

0005919-30.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00196055720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apelante: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Apelado: Adonai Ferreira de Deus
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000883-33.2011.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00008833320118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Revisor: Des. Moreira Chagas
Apte/Apda: Iraci de Fátima Pachla
Advogada: Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB/RO 229B)
Advogado: Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B)
Apdo/Apte: José Duarte dos Reis
Advogado: Sebastião Pequeno da Silva Filho (OAB/RO 4021)
Advogado: Dejamir Ferreira da Costa (OAB/RO 1724)
Distribuição por Sorteio

0001582-24.2011.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00015822420118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha

Apelante: Nilson Leite de Brito
Advogado: Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
Advogada: Priscila Sagrado Uchida (OAB/RO 5255)
Advogado: José Antonio Corrêa (OAB/RO 5292)
Apelado: Banco Itauleasing S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0016342-35.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00163423520128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Adervaldo Feitosa de Souza
Advogado: Manoel Ribeiro de Matos Júnior (OAB/RO 2692)
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006816-58.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00066239820138220014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Adilson Alves
Impetrante (Advogado): Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0006815-73.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00067581320138220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Reginaldo Gomes da Silva
Impetrante (Advogado): Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Sorteio

0011014-69.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00110146920128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Revisora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Apelante: Roberson Moura Barreto
Defensor Público: André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1376)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0002324-73.2011.8.22.0006 Apelação
Origem: 00023247320118220006
Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Flademir da Silva Lapa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0003490-40.2011.8.22.0007 Apelação
Origem: 00034904020118220007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Vanderlei Ebert
Advogado: Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA ESPECIAL
0000722-55.2013.8.22.0013 Reexame Necessário
Origem: 00007225520138220013
Cerejeiras/2ª Vara
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Interessada (Parte Ativa): Enoam Maria da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Prefeito do Município de Cerejeiras
Interessado (Parte Passiva): Secretário Municipal de Saúde de Cerejeiras
Interessado (Parte Passiva): Município de Cerejeiras - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Cerejeiras RO
Distribuição por Sorteio

0006819-13.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00035910320138220009
Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Associação Rural de Pimenta Bueno
Advogado: Sebastião Cândido Neto (OAB/RO 1826)
Agravado: Município de Pimenta Bueno - RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Pimenta Bueno - RO
Distribuição por Sorteio

0004730-16.2010.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00047301620108220002
Ariquemes/4ª Vara Cível
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Gefferson Manoel da Silva
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Advogado: Ozéias Dias de Amorim (OAB/RO 4194)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador: Hélder Braga Arruda Júnior (OAB/SE 363B)
Procuradora: Yara Pinho Omena (OAB/SP 316982)
Advogada: Maria Creusa Machado Magalhães (OAB/RO 178B)
Distribuição por Sorteio

0006806-14.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00076409320138220007
Cacoal/2ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal SINSEMUC
Advogado: Dauster Souza Pereira (OAB/RO 5192)
Advogado: Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Agravada: Diretora Administrativa Financeira do Saae Cacoal RO
Litisconsorte Passivo Necessario: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE
Distribuição por Sorteio

0005824-89.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00058248920128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Revisor: Des. Rowilson Teixeira
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Apelado: K. da C. de O. Representado por sua mãe M. L. P. da C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: K. da C. de O. Representado por sua mãe M. L. P. da C.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0015672-13.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00156721320108220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Carlos Lúcio Ornelas Silva
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567)
Advogado: Wilson Dias de Souza (OAB/RO 1804)
Interessado (Parte Ativa): Estado de Rondônia
Procurador: Antonio Isac Nunes Cavalcante (OAB/RO 5095)
Procurador: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001433-90.2013.8.22.0003 SDSG Apelação
Origem: 00014339020138220003
Jaru/2ª Vara Cível
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Município de Jaru - RO
Procurador: Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Procurador: Merquizedks Moreira (OAB/RO 501)
Apelada: A. J. F. G. Representada por sua mãe D. F. de O.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0002144-81.2012.8.22.0019 Reexame Necessário
Origem: 00021448120128220019
Machadinho do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Interessada (Parte Ativa): Rafaela Guth do Nascimento
Advogado: Halmério Joaquim Carneiro Brito Bandeira de Melo (OAB/RO 770)
Interessado (Parte Passiva): Prefeito Municipal de Machadinho do Oeste
Interessado (Parte Passiva): Município de Machadinho do Oeste - RO
Procurador: Luciano Douglas Ribeiro dos Santos Silva (OAB/RO 3091)
Distribuição por Sorteio

0006826-05.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00069175320138220014
Vilhena/2ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: Nilva Luiza Giusti
Advogado: Castro Lima de Souza (OAB/RO 3048)
Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0006827-87.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00125898120138220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Pepeu Nunes Montenegro
Advogado: Erisson Ricardo Roberto Rodrigues da Silva (OAB/RO 5440)
Agravada: Segurança Imóveis Ltda
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Agravado: Jorge Luiz da Silva
Agravado: Arildo Jesus da Silva
Distribuição por Sorteio

0005001-57.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00050015720128220001
Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)

Advogada: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Apelado: Robson Schultz Schrock
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Distribuição por Sorteio

0001152-43.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00011524320138220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Maria do Socorro Gomes de Vasconcelos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado: Banco IBI S/A
Advogada: Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Distribuição por Sorteio

0009707-78.2011.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00097077820118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Flávio Leite Alves
Advogado: Roberto Carlos Martins Machado (OAB/RO 1263)
Apelada: Eliane MartaÓrio
Advogada: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Distribuição por Sorteio

0005920-15.2013.8.22.0000 SDSG Apelação
Origem: 00137171020118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Apelado: Alcino Paes de Azevedo Júnior
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0001141-14.2013.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00011411420138220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Aércio Ibiapina de Sá
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Apelado: Banco Panamericano S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91811)
Advogada: Adriany Alves de Freitas (OAB/CE 21147)
Distribuição por Sorteio

0006817-43.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00116962220118220014
Vilhena/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Transportadora Giomila Ltda
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Advogada: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Agravada: Linha Verde Transmissora de Energia S.A.
Advogada: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Advogado: Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12363)
Advogada: Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes (OAB/RJ 110058)
Distribuição por Sorteio

0023272-51.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 001950107230
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Arlisson Vilena dos Santos
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/RO 5403)
Apelado: Banco J. Safra S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0020253-37.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00202533720118220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Alberto de Barros Molina
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Advogado: Alan Oliveira Bruschi (OAB/RO 726E)
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S.A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado: Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado: Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Distribuição por Sorteio

0014545-06.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00145450620118220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Banco Triângulo S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada: Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogado: Max Estevan de Moraes Silva (OAB/MG 85568)
Advogada: Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelada: Julia Silva Pereira
Advogado: Kristen Roriz de Carvalho (OAB/RO 2422)
Distribuição por Sorteio

0006825-20.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00084753620128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Jamyson de Jesus Nascimento
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Distribuição por Sorteio

0009804-78.2011.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00098047820118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Wanderlei Meneses da Silva
Advogada: Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Apelada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada: Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Advogado: Alan Leon Krefta (OAB/RO 4083)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0012080-58.2010.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00120805820108220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Sony Ericson Mobile Communications do Brasil Ltda
Advogado: Roberto Sérgio Scervino (OAB/SP 242171)
Advogada: Ariane Cristina da Costa Rodrigues (OAB/SP 239771)
Apelado: Ronaldo de Lima Leal
Advogado: Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Distribuição por Sorteio

0018976-49.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00189764920128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des.
Apelante: Rosa Alves de Souza
Advogado: Sérgio Muniz Neves
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Distribuição por Sorteio

0006814-88.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00005688320128220009
Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Dagmar Ferreira Neres
Advogada: Rosane Corina Odísio dos Santos (OAB/RO 1468)
Advogada: Walfrane Leila Odísio dos Santos (OAB/RO 3489)
Requerente: Girlane Moulaz Oliveira
Advogado: Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2930)
Advogado: Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586)
Distribuição por Sorteio

0006824-35.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00022113920138220010
Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Wallyson Macedo dos Santos Lima
Advogado: Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Agravado: Jesiel Balbino do Nascimento
Distribuição por Sorteio

0006852-34.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00068523420128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Vivo S.A.
Advogado: Fabrício Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751)
Advogado: Roberto de Souza Moscoso (OAB/DF 18116)
Apelado: Eduardo Junior Antunes Gregianini
Advogada: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2474)
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0006811-36.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Impetrante: Lane Maria de Melo Bordoni
Advogado: Charles Márcio Zimmermann (OAB/RO 2733)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0012400-92.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00124009220128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Alan Jhones Rodrigues Maciel
Advogada: Maria Márcia Fernandes Nunes (OAB/RO 4933)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011981-17.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00119811720128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Fernando Jarenco
Advogado: Juarez Rosa da Silva (OAB/RO 4200)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0015170-58.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 00151705820128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Ueslei Melo Castelo Branco
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006807-96.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00067860820138220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Mislaine Batista de Lima
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Distribuição por Sorteio

0006558-76.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00065587620128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Adenilson Rosa Nogueira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0012525-73.2010.8.22.0002 Apelação
Origem: 00125257320108220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: M. M. de Souza Costa EPP
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Advogada: Edamari de Souza (OAB/RO 4616)
Advogada: Vanessa Angelica de Araujo Clementino Wanderley (OAB/RO 4722)
Apelante: Maria Margarida de Souza Costa
Advogada: Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Advogada: Edamari de Souza (OAB/RO 4616)
Advogada: Vanessa Angelica de Araujo Clementino Wanderley (OAB/RO 4722)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011188-42.2012.8.22.0014 Apelação
Origem: 00111884220128220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora:Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Marcos Antônio Rockembac
Defensor Público: Manoel Elias de Almeida (OAB/RO 208)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006823-50.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00028239020128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Vinicio Soares
Impetrante (Advogado): João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	3	0	0	3
Des. Raduan Miguel Filho	8	0	0	8
Des. Sansão Saldanha	3	0	0	3
Juiz José Torres Ferreira	‘1	0	0	1
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	2	0	0	2
Desª Ivanira Feitosa Borges	1	0	0	1
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres	3	0	0	3
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Eurico Montenegro	3	0	0	3
Des. Oudivanil de Marins	1	0	0	1
Des. Rowilson Teixeira	1	0	0	1
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	3	0	0	3
Des. Isaias Fonseca Moraes	4	0	0	4
Des. Kiyochi Mori	3	0	0	3
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	7	0	0	7
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	5	0	0	5
Des. Daniel Ribeiro Lagos	2	0	0	2
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	1	0	0	1
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Gilberto Barbosa	1	0	0	1
Des. Renato Martins Mimessi	2	0	0	2
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	1	0	0	1
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Renato Martins Mimessi	1	0	0	1
PRESIDÊNCIA				
Des. Roosevelt Queiroz Costa	1	0	0	1
TRIBUNAL PLENO				
Des. Valter de Oliveira	0	1	0	1
Total de Distribuições	57	1	0	58

Porto Velho, 26 de julho de 2013

Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente do TJ/RO.

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Distribuição - Data : 29/07/2013
Vice-Presidente : Des. Raduan Miguel Filho
Representante da OAB : Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Ficam os Senhores Advogados cientificados, na forma consignada do art. 7°, Parágrafo Único, da Resolução n. 044/2010, de 14/10/10, publicada no D.J.E. n. 190, de 15/10/2010, que nos processos distribuídos na classe apelação, abaixo relacionados, todas as peças e recursos apresentados de ora em diante, inclusive recursos destinados aos tribunais superiores, somente serão aceitos por meio eletrônico, e que o meio físico não mais é aceito pelo SDSG - Sistema Digital Segundo Grau - SDSG do TJ/RO.
Foram distribuídos os seguintes feitos, pelo Sistema SAP 2º Grau, em SDSG:

TRIBUNAL PLENO
0006856-40.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Impetrante: Associação dos Praças e Familiares da Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia - ASSFAPOM
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Advogado: Maicon Davi da Silva (OAB/RO 733E)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006866-84.2013.8.22.0000 Correição Parcial
Origem: 00166706220128220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Corrigente: José Antônio Duarte Álvares
Advogado: José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432)
Advogado: Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B)
Corrigente: Luciano Salles Chiappa
Advogado: José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432)
Advogado: Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B)
Corrigente: Marcelo Silva Moura
Advogado: José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432)
Advogado: Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B)
Corrigente: Carolina Vieira de Almeida
Advogado: José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432)
Advogado: Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B)
Corrigido: Relatora do Processo nº 0003398-15.2013.822.0000
Distribuição por Sorteio

0006884-08.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Alexandre Miguel
Impetrante: Kátia Christina Cruz da Silva
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (RO 5194)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006874-61.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Impetrante: IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
Advogado: Arlindo Carvalho dos Santos (OAB/RO 4550)
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CÍVEL
0009755-24.2012.8.22.0007 SDSG Apelação
Origem: 00097552420128220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Banco Bonsucesso S A
Advogado: Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira (OAB/MG 63816)
Advogada: Nara Patrícia da Silva (OAB/MG 109936)
Advogado: Celso Henrique dos Santos (OAB/MG 110394)
Apelada: Anita Santiago de Almeida
Advogado: Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Distribuição por Sorteio

0006833-94.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00036461220128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Santo Antônio Energia S.A.
Advogado: Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105)
Advogada: Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Agravado: Atriquilino Acácio de Souza
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Vanderleia Sodré dos Santos
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Maria Nilza Barbosa Santos
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Maria de Jesus Rabelo Queiroz
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Nilce de Sousa Magalhães
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Hamilton Ferreira da Silva
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Iricleide Leal Oliveira
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Maria Alcineia Alves de Souza
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Germano Cidrão de Carvalho
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Elza Ferreira Tejas
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Nelita Beleza de Castro
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)

Interessada (Parte Passiva): Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado: Philippe Ambrosio Castro e Silva (OAB/SP 279767)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Interessada (Parte Passiva): Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Alexandre Di Marino Azevedo (OAB/RJ 113780)
Advogada: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Advogado: Ciro Rangel Azevedo (OAB/RJ 166575)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006840-86.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00075457820138220002
Ariquemes/4ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Ermantino Venâncio da Silva Júnior
Advogado: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)
Agravado: Gilsinei da Silva
Advogada: Viviane Andressa Moreira (OAB/RO 5525)
Agravado: Hildevar Francisco Alves
Distribuição por Sorteio

0006841-71.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00017185320138220013
Cerejeiras/2ª Vara
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: Ademar Machado
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Valdeci Denes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Nilton da Silva Godoi
Distribuição por Sorteio

0006850-33.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00043593220138220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Cooperativa de Credito Rural de Cacoal Ltda
Advogado: Claucio Bendito Rodrigues Viana Junior (OAB/RO 5501)
Agravada: V. Cordeiro Filho Limpeza Urbana ME
Advogado: André Luís Gonçalves (OAB/RO 1991)
Distribuição por Sorteio

0000703-43.2013.8.22.0015 SDSG Apelação
Origem: 00007034320138220015
Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Apelado: Divino Barbosa de Souza
Advogado: Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Advogado: Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534)
Distribuição por Sorteio

0022910-15.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00229101520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Banco Cruzeiro do Sul S.A. - Em Liquidação Extrajudicial
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado: Claudio Sigaud Daniel (OAB/RJ 154937)
Advogado: Rafael Simas Fialho de Souza (OAB/RJ 163356)
Apelada: Elizete Figueiredo
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Distribuição por Sorteio

0009127-41.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00091274120128220005
Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Revisor: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Vinhedo Ro Distribuidora de Medicamentos Ltda
Advogado: Alexandre Alves Ramos (OAB/RO 1480)
Advogado: Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB / RO 1706)
Apelada: Dalva dos Santos Silva
Advogado: Eduardo Tadeu Jabur (OAB/RO 5070)
Advogado: Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2597)
Advogada: Adriana Dondé Mendes (OAB/RO 4785)
Distribuição por Sorteio

0025902-46.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00246023620008220012
Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Relator: Des. Moreira Chagas
Revisor: Des. Raduan Miguel Filho
Apelante: Ivonete de Souza Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Elizete da Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Geni de Souza Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Nelson Cambuí de Melo
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: João de Souza Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Jose Pedro da Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Elias da Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante: Josias de Souza Rocha
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Distribuição por Sorteio

0015186-45.2012.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00151864520128220005
Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Relator: Des. Sansão Saldanha
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)

Advogada: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Apelada: Jaqueline Rigon da Silva
Advogada: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Distribuição por Sorteio

0006883-23.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00120172820138220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: José Jorge Tavares Pacheco
Advogada: Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543)
Agravado: Marcos de Holanda Cavalcanti
Advogada: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Advogada: Raquel Oliveira de Holanda Galli (OAB/RO 363B)
Agravada: Invest Construções e Administrações Ltda
Advogada: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Advogada: Raquel Oliveira de Holanda Galli (OAB/RO 363B)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006880-68.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00136369020138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Aristonilde Pereira da Silva
Advogado: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)
Agravado: Banco Santander S.A.
Distribuição por Sorteio

0006879-83.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 01621018020098220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Sansão Saldanha (Substituído pelo Juiz José Torres Ferreira)
Agravante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado: Caio Medici Madureira (OAB/SP 236735)
Advogada: Alessandra Cristina Mouro (OAB/SP 161979)
Advogado: Reinaldo Luiz Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 257220)
Advogada: Paula Rodrigues da Silva (OAB/SP 221271)
Agravada: Vera Lucia Falconi Miguel
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006875-46.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00121769020128220102
Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal/1ª Vara de Família e Sucessões
Relator: Des. Moreira Chagas
Agravante: R. F. da F.
Advogada: Maria Aparecida da Silva Prestes (OAB/RO 1760)
Agravado: A. L. da H. F. Representado por sua mãe D. P. da H.
Advogada: Patricia Daniela Lopez (OAB/RO 3464)
Advogado: Antônio Lacouth da Silva (OAB/RO 2306)
Distribuição por Sorteio

0006872-91.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00068886420128220005
Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Relator: Des. Raduan Miguel Filho
Agravante: Central Norte Serviços e Comércio Ltda
Advogado: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404)
Agravada: Eletroeletrônica Nasa Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Arthur Pires Martins Matos (OAB/RO 3524)
Distribuição por Sorteio

1ª CÂMARA CRIMINAL
0126370-12.2008.8.22.0501 Apelação
Origem: 01263701220088220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Apelante: Raimundo Nonato Lima Barros
Advogado: Moacyr Rodrigues Pontes Netto (OAB/RO 4149)
Advogado: Bruno Luiz Pinheiro Lima (OAB/RO 3918)
Apelante: João Paulo Nobre Paiva
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006867-69.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 10006700420118220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relator: Des. Valter de Oliveira
Agravante: Edineia Martins Pinheiro
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006881-53.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00048237120138220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Róger Fonseca Kirmse
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006873-76.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00009581120128220023
São Francisco do Guaporé/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Wanderson Pereira Dias
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006845-11.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00028949720138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Paciente: Ednaldo José Souza do Rosário

Impetrante (Advogado): Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Sorteio

0006857-25.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00067581320138220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Yuri Felipe de Lima
Impetrante (Advogado): Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006864-17.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00081386120058220011
São Francisco do Guaporé/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Valter de Oliveira
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Valdomiro Guedes dos Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001290-15.2011.8.22.0022 Apelação
Origem: 00012901520118220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Revisor: Des. Valter de Oliveira
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Alessandro Macedo Lopes
Advogado: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006862-47.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00277823320098220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Execuções e Contravenções Penais
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Agravante: Messias Rodrigues Mendes
Advogado: Clemildo Espiridião de Jesus (OAB/RO 1576)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006860-77.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Paciente: Manoel Aureliano Baesse
Impetrante (Advogado): Luciano da Silveira Vieira (OAB/RO 1643)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Médici - RO
Distribuição por Sorteio

0006865-02.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00113534920138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relatora: Desª Ivanira Feitosa Borges
Paciente: Antonio Carlos Ponte Silva
Impetrante (Advogado): José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogado: Vivaldo Garcia Júnior (OAB/RO 4342)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

1ª CÂMARA ESPECIAL
0002431-98.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00024319820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Noeme Souza dos Santos
Advogado: Jorge Talmo de Araujo Moraes (OAB/MS 8896)
Advogado: Nilson da Silva Feitosa (OAB/MS 14387)
Apelado: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador: Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
Procuradora: Nágela Dayane Quiuli Amaral (OAB/RO 4261)
Distribuição por Sorteio

0004152-46.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00041524620128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Maria Natividade dos Santos Ferreira
Advogada: Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
Apelado: Município de Vilhena - RO
Procurador: Tiago Cavalcanti Lima de Holanda (OAB/RO 3699)
Distribuição por Sorteio

0005150-14.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00051501420128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Apelada: Maria Gorzoni Anelli
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0005427-91.2011.8.22.0005 SDSG Apelação
Origem: 00054279120118220005
Ji-Paraná/2ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Apelante: Município de Ji-Paraná - RO
Procuradora: Selma Xavier de Paula (OAB/RO 3275)
Procurador: Silas Rosalino de Queiroz (OAB/RO 1535)
Apelada: Maria da Penha Gomes Rios
Advogado: Altair Altoff da Rocha (OAB/RO 1870)
Advogada: Alana da Silva Ferreira Santos Dahmer (OAB/RO 2293)
Distribuição por Sorteio

0003368-45.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00033684520118220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara da Fazenda Pública
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Revisor: Des. Oudivanil de Marins
Apelante: João Aparecido Cahulla

Advogado: Roberto Franco da Silva (OAB/RO 835)
Advogado: João Carlos Boretti (OAB/RO 4660)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007379-78.2011.8.22.0014 Reexame Necessário
Origem: 00073797820118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Revisor: Des. Eurico Montenegro
Interessado (Parte Ativa): Associação dos Moradores do Setor Treze
Advogado: Vanderlei Amauri Graebin (OAB-RO 689)
Interessada (Parte Passiva): Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Redistribuição por Sorteio

0006885-90.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00134896420138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Eurico Montenegro
Agravante: Jair Augusto da Costa Regio
Advogado: Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Advogado: Gustavo Nobre de Azevedo (OAB/RO 5523)
Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA ESPECIAL
0008028-09.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00080280920128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Revisor: Des. Gilberto Barbosa
Apelante: Município de Vilhena - RO
Procurador: Bartolomeu Alves da Silva (OAB/RO 2046)
Procurador: Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Apelado: Antonio Belarmino da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006842-56.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00018528920138220010
Rolim de Moura/2ª Vara Cível (Juizado Infância e Juventude)
Relator: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Município de Rolim de Moura RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Rolim de Moura - RO
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006877-16.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00063147720138220014
Vilhena/1ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: Ademar José Zanini
Advogada: Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Advogado: Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0007289-57.2012.8.22.0007 SDSG Apelação
Origem: 00072895720128220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Município de Cacoal RO
Procurador: Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)
Procuradora: Késia Mábia Campana (OAB/RO 2269)
Apelada: Marly Francisca dos Santos
Advogada: Greyce Kellen Cabral (OAB/RO 3839)
Advogada: Julinda da Silva (OAB/RO 2146)
Distribuição por Sorteio

0007418-77.2012.8.22.0002 SDSG Apelação
Origem: 00027802420008220001
Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Revisor: Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Apelante: Sonia Izabel Caldeira
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça (OAB/RO 2960)
Apelado: Município de Ariquemes - RO
Procurador: Vergilio Pereira Rezende (OAB/RO 4068)
Procurador: Niltom Edgard Mattos Marena (OAB/RO 361B)
Distribuição por Sorteio

0001966-84.2011.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00019668420118220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Revisor: Des. Renato Martins Mimessi
Apelante: Adilson Vaz Martins
Advogado: Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B)
Advogada: Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB/RO 229B)
Apelada: Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena - SAAE
Procurador: Tiago Cavalcanti Lima de Holanda (OAB/RO 3699)
Distribuição por Sorteio

0006878-98.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00674445120068220002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Gilberto Barbosa
Agravante: César dos Santos Ferreira
Advogado: Elizeu Leite Consoline (OAB/RO 5712)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CÍVEL
0007148-56.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00028762819998220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara do Tribunal do Júri
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Estado de Rondônia
Procuradora: Patrícia Barros Capeleiro (OAB/RO 5226)
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
Apelada: Nara Maria Colatto
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelada: Maria do Céu Alves Gusmão
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelada: Maria Alda dos Santos
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelado: Lourenço Mariano da Silva
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelada: Meralina Cardoso de Moura dos Santos
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelado: Ozias Alves
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelado: Osmar Glasito da Silva
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelado: Juvenil Franco de Resende
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelada: Sonia Maria de Oliveira
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Apelada: Jona Darc Silva Costa
Advogado: Helio Vieira da Costa (RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber (OAB/RO 5084)
Distribuição por Sorteio

0004725-08.2012.8.22.0007 SDSG Apelação
Origem: 00047250820128220007
Cacoal/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Brasil Telecom S/a . Oi
Advogado: Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3250)
Advogada: Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Apelado: Strelow e Klein Indústria e Comércio Ltda.
Advogado: Flávio Kloos (OAB/RO 4537)
Advogado: Abdiel Afonso Figueira (OAB/RO 3092)
Advogada: Barneth Bezerra Pereira da Costa (OAB/RO 5050)
Distribuição por Sorteio

0009363-21.2011.8.22.0007 SDSG Apelação
Origem: 00016242720028220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Pierry Louys Gobbi
Advogado: Jônathas Siviero (OAB/RO 4861)
Apelado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261.030)
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Advogado: Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0004290-10.2012.8.22.0015 SDSG Apelação
Origem: 00042901020128220015
Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Apelado: Claudio Irineu Dutra
Advogado: Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Advogado: Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534)
Distribuição por Sorteio

0001334-84.2013.8.22.0015 SDSG Apelação
Origem: 00013348420138220015
Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)

Apelado: Avelar de Jesus de Sousa
Advogado: Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Advogado: Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534)
Distribuição por Sorteio

0006832-12.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00130366920138220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Maísa Amélia de Lima
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Advogado: Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Agravado: Banco Santander S/A
Distribuição por Sorteio

0010554-85.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00105548520128220001
Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Marcos Paulo Barroso Braga
Defensor Público: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Apelada: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogada: Kênia de Carvalho Mariano de Christo (OAB/RO 994)
Advogada: Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Distribuição por Sorteio

0244072-87.2009.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 0244072-87.2009.8.22.0001
Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Advogado: Wellington Edevino Borges (OAB/RO 479E)
Advogado: Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Advogado: Marcos Edmundo Magno Pinheiro (OAB/MG 64233)
Apelado: André Francisco Vilar Roman
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Iolanda Lima Assumpção
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Maria da Conceição Santiago Siqueira
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Alda Margarida Barreto Marrocos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelado: Martins Firmo da Silva
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Lucia Eko Suzuki Yamashita
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Valdivina Rosa de Jesus e Pinho
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Zoraide Regina dos Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelada: Alzira Alves de Aguiar
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Apelado: Iomar de Souza Melo
Advogado: Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Distribuição por Sorteio

0109283-88.2008.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00275410420008220007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apte/Apda: Drogaria Econômica Ltda
Advogado: Flávio Luis dos Santos (OAB/RO 2238)
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Advogado: Welys Araújo de Assis (OAB/RO 3804)
Apdo/Apte: Raimundo Ozimar Lemos
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Apelado: Jutai Equipamentos Eletrônicos Ltda
Distribuição por Sorteio

0006901-36.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00069013620128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Apelante: Maria Jose da Silva Garcia
Advogado: Sidnei Furtado Mendonça (OAB/RO 4880)
Advogado: Pedro Paixão dos Santos (OAB/RO 1928)
Apelado: Alex André Smaniotto
Advogada: Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Advogado: Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Apelado: Newton Schramm de Souza
Advogado: Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Distribuição por Sorteio

0006474-39.2012.8.22.0014 SDSG Apelação
Origem: 00064743920128220014
Vilhena/4ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor: Des. Alexandre Miguel
Apelante: E. O. de F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelada: E. T. de F. Representada por sua mãe R. A. M. T. de F.
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0000655-97.2012.8.22.0022 SDSG Apelação
Origem: 00006559720128220022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)

Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Apelado: José Piccoli
Advogada: Joyce Borba Defendi (OAB/RO 4030)
Advogado: João Francisco Matara Júnior (OAB/RO 658E)
Distribuição por Sorteio

0010592-97.2012.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00105929720128220001
Porto Velho - Fórum Cível/4ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Revisor: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Apelante: Antonio Braga Dias
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Apelado: Banco Itaucard S/A
Advogada: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Advogado: Wellington Reberte de Carvalho (OAB/SP 171961)
Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB/PE 12450)
Advogada: Ana Carolina Machado Gomes Sobral (OAB/PE 25117)
Distribuição por Sorteio

0015623-35.2011.8.22.0001 SDSG Apelação
Origem: 00156233520118220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Revisor: Des. Isaias Fonseca Moraes
Apelante: Francisco de Paulo Moreira Lima
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Apelado: Atlântico Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não - Padronizados
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogada: Maria Carolina Fiore Montagner (OAB/SP 259215)
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Distribuição por Sorteio

0006858-10.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00143557220138220001
Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Unimed Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B)
Advogada: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
Agravada: Ana Consuelo da Costa Fernandes
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006839-04.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00024977820128220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Kiyochi Mori
Agravante: Andenilson Souza da Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Agravada: Felithi Comercial Ltda ME
Advogado: Henrique Bustamante Filho (OAB/SP 57483)
Distribuição por Sorteio

0006838-19.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00244908020128220001
Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Odair Martini (OAB/RO 30B)
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogada: Sílvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
Agravada: Novatti Construtora Ltda
Advogada: Carmela Romanelli (OAB/RO 474A)
Advogado: Cesar Augusto Carbone (OAB/RO 3440)
Distribuição por Sorteio

0006837-34.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 02442888220088220001
Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Relator: Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Agravante: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogada: Ingrid Rodrigues de Menezes (OAB/RO 1460)
Advogada: Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Agravada: Centrais Elétricas de Rondônia S.A. CERON
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006836-49.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00089566220138220001
Porto Velho - Fórum Cível/9ª Vara Cível
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Agravante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105)
Advogada: Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033)
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026)
Interessada (Parte Ativa): Energia Sustentável do Brasil S.A.
Advogado: Philippe Ambrosio Castro e Silva (OAB/SP 279767)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Interessada (Parte Ativa): Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Ciro Rangel Azevedo (OAB/RJ 166575)
Advogada: Juliana Fonseca de Azevedo (OAB/SP 208483)
Agravado: Antonio Xavier de Lima
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Pedro Silvestre da Silva
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Nair Sales Feitosa
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Osmarina Sousa da Silva
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Odilson de Souza Lima
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)

Agravado: Valderi Camilo Soares
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Manoel dos Santos Fonseca
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Manoel Pacífico de Souza
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravada: Maria do Carmo Souza Miranda Pinto
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Agravado: Manoel Alves Luz
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983)
Advogada: Valéria Paulino Korte (OAB/SP 153898)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006835-64.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00084291020138220002
Ariquemes/2ª Vara Cível
Relator: Des. Alexandre Miguel
Agravante: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogada: Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Advogado: Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado: Allan Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 2682)
Advogado: Fabiana Severino da Silva (OAB/MT 12747)
Agravada: Amâncio e Jesus Comércio e Representações Ltda
Distribuição por Sorteio

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS
0006843-41.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Impetrante: Eliel de Carvalho
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006844-26.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Impetrante: Mauricléia Bispo Ferreira
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Advogada: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Distribuição por Sorteio

0006868-54.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Eurico Montenegro
Impetrante: Solange Carpes Menezes
Advogado: Geraldo Eldes de Oliveira (OAB/RO 1105)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006869-39.2013.8.22.0000 Mandado de Segurança
Relator: Des. Renato Martins Mimessi
Impetrante: Edvelto dos Santos Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

2ª CÂMARA CRIMINAL
0006849-48.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00037359220138220003
Jaru/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Tiago Natalino Souza Barros
Impetrante (Advogado): Everton Campos de Queiroz (OAB/RO 2982)
Impetrante (Advogado): Rooger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791)
Paciente: Leandro Costa Cordeiro da Silva
Impetrante (Advogado): Everton Campos de Queiroz (OAB/RO 2982)
Impetrante (Advogado): Rooger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791)
Paciente: Andre Passos Brito
Impetrante (Advogado): Everton Campos de Queiroz (OAB/RO 2982)
Impetrante (Advogado): Rooger Taylor Silva Rodrigues (OAB/RO 4791)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaru - RO
Distribuição por Sorteio

0006834-79.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00077205720138220007
Cacoal/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Jônatas Souza Esplendo
Impetrante (Advogado): Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Distribuição por Sorteio

0005607-44.2010.8.22.0005 Apelação
Origem: 00056074420108220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Fernando Pereira de Assis
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0009448-14.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00094481420108220501
Porto Velho - Fórum Criminal/2ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Jean Pinto dos Santos
Defensor Público: Alberto José Beira Pantoja (OAB/RO 409)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0006855-55.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00120281220138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: José Orlando Serafim da Silva
Impetrante (Advogado): Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178)
Impetrante (Advogada): Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006614-33.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00066143320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Revisora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Apelante: Junior Chaves Pinheiro
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
Apelante: Edclei dos Santos Mendes Ferreira
Advogado: José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A)
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006859-92.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00019835220138220014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Paciente: Marcelo Félix Ribeiro
Impetrante (Advogado): Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006861-62.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 00011682820138220023
São Francisco do Guaporé/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Agravante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Agravado: Adriano Nunes de Oliveira
Advogado: Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0000143-29.2012.8.22.0018 Apelação
Origem: 00001432920128220018
Santa Luzia do Oeste/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Denejanes Oliveira Bastos
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado: Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado: Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006876-31.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00035761320138220501
Porto Velho - Fórum Criminal/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Paciente: Julia Ferreira da Silva
Impetrante (Advogado): José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0006871-09.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00021284720138220002
Ariquemes/3ª Vara Criminal
Relator: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Paciente: Adyson George Alves Rodrigues
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Paciente: Bruna Mota Menezes
Impetrante (Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Juízo de Direito da 3 ª vara criminal da comarca de Ariquemes RO
Distribuição por Sorteio

0011301-23.2012.8.22.0005 Apelação
Origem: 00113012320128220005
Ji-Paraná/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Ozeias Paula da Silva
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

0008612-15.2012.8.22.0002 Apelação
Origem: 00086121520128220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Claudinei Gabriel da Conceição
Defensor Público: André Vilas Boas Gonçalves (OAB/RO 1376)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0011698-28.2011.8.22.0002 Apelação
Origem: 00116982820118220002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Relator: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Revisor: Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Apelante: Reginaldo Severino de Moura
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Distribuição por Sorteio

0001600-04.2013.8.22.0005 Apelação
Origem: 00016000420138220005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Relatora: Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno
Revisor: Des. Daniel Ribeiro Lagos
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelada: Rosilene da Silva
Impetrante: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Distribuição por Prevenção de Magistrado

RESUMO DA DISTRIBUIÇÃO

Orgão Julgador / Magistrado	Dist	Red	Tra	Tot
1ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Moreira Chagas	7	0	0	7
Des. Raduan Miguel Filho	4	0	0	4
Des. Sansão Saldanha	1	0	0	1
Juiz José Torres Ferreira	3	0	0	3
1ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Valter de Oliveira	4	0	0	4
Desª Ivanira Feitosa Borges	5	0	0	5
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres	2	0	0	2
1ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Eurico Montenegro	2	0	0	2
Des. Oudivanil de Marins	2	1	0	3
Des. Rowilson Teixeira	2	0	0	2
2ª CÂMARA CÍVEL				
Des. Alexandre Miguel	5	0	0	5
Des. Isaias Fonseca Moraes	4	0	0	4
Des. Kiyochi Mori	5	0	0	5
Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia	6	0	0	6
2ª CÂMARA CRIMINAL				
Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes	4	0	0	4
Des. Daniel Ribeiro Lagos	5	0	0	5
Desª Marialva Henriques Daldegan Bueno	6	0	0	6
2ª CÂMARA ESPECIAL				
Des. Gilberto Barbosa	3	0	0	3
Des. Renato Martins Mimessi	2	0	0	2
Des. Walter Waltenberg Silva Junior	2	0	0	2
CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS				
Des. Eurico Montenegro	1	0	0	1
Des. Oudivanil de Marins	1	0	0	1
Des. Renato Martins Mimessi	1	0	0	1
Des. Rowilson Teixeira	1	0	0	1
TRIBUNAL PLENO				
Des. Alexandre Miguel	1	0	0	1
Des. Gilberto Barbosa	1	0	0	1
Des. Raduan Miguel Filho	1	0	0	1
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres	1	0	0	1
Total de Distribuições	82	1	0	83

Porto Velho, 29 de julho de 2013

Des. Raduan Miguel Filho
Vice-Presidente do TJ/RO.

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2013NE00979

1 - CONTRATADA: Aovs Sistemas de informática Ltda.
2 - PROCESSO: 0311/0987/2013
3 - OBJETO: Despesas com Ministração de Treinamentos "Programação Front end Avançada com Javascript e Jquery Wd47 e Design de Interação, Experiência do Usuário e Usabilidade Wd41", para atender à Coordenadoria de Informática - COINF, a ser Realizado na Cidade de Porto Velho/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 02/08/2013 até o efetivo pagamento.
5 – VALOR: R$ 24.490,00.
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39
8 - P. TRABALHO: 02.126.1203.1023
9 – ASSINAM: Sr. José Miguel de Lima – Secretário Administrativo e Carlos Felício da Silveira – Representante legal da empresa.
DEF: em 02/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2013NE01115

1 - CONTRATADA: Patricia Fontanella
2 - PROCESSO: 0311/1436/2013
3 - OBJETO: Despesas com Curso "Aspectos destacados da Sucessão dos Cônjuges e Companheiros: A Doutrina e a Jurisprudência atuais", a ser realizado na cidade de Vilhena/RO, nos dias 07 e 08-08-2013, com carga horária de 20 horas, para atender a 30 Magistrados do Tribunal de Justiça/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 02/08/2013 até 31/12/2013.
5 – VALOR: R$ 14.000,00.
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
8 - P. TRABALHO: 02.128.2060.1607
9 – ASSINAM: Des. Walter Waltenberg Silva Junior – Diretor da EMERON e Patrícia Fontanella – Representante legal da empresa.
DEF: em 05/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº2013NE01129

1 - CONTRATADA: José Furtado Filho
2 - PROCESSO: 0311/1372/2013
3 - OBJETO: Despesas com realização de perícia nos serviços executados em veículos oficiais do TJRO, com emissão de Laudo Técnico, para atender ao Tribunal de Justiça/RO.
4 – VIGÊNCIA: a partir de 05/08/2013 até o efetivo pagamento.
5 – VALOR: R$ 4.490,00.
6 – RECURSOS: Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários.
7 – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36
8 - P. TRABALHO: 02.122.1278.2998
9 – ASSINAM: Sr. José Miguel de Lima – Secretario Administrativo/TJRO e José Furtado Filho – Perito contratado.
DEF: em 05/08/2013

(a.) Celina Pontes da Costa França
Diretora Depto de Economia e Finanças

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia torna público para conhecimento de todos os interessados, o extrato da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico n. 043/2013, Processo Administrativo n. 0017208-22.2013.8.22.1111 e Processo Financeiro n. 0311/0780/2013, para aquisição dos seguintes materiais:

Classificação	Razão Social			CNPJ	
1ª Classificada	LAITANO SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA - ME			17.023.484/0001-97	
Grupo	Item	Especificação	Quantidade/Un	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
-	1	Automatizador para portão deslizante, Voltagem 220V, potência de 1 HP, freio eletrônico e sistema antiesmagamento, capacidade de carga a partir de 1800 Kg, base de fixação em alumínio fundido, sistema de destravamento manual por meio de chave, cremalheira de 6 m de cumprimento, 02 (dois) imãs fim de curso e 02 (dois) controles remotos. MARCA: PPA, Modelo: EURUS 2000. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	23 unidades	1.589,00	36.547,00
Valor Total do Grupo: R$ 36.547,00 (trinta e seis mil quinhentos e quarenta e sete reais)					

Será de 12 (doze) meses o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, contados da data de suas publicações. A Ata de Registro de Preços estará disponível na íntegra no site www.tjro.jus.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras – DEC/TJRO, através do e-mail: licitacoes@tjro.jus.br, fone: (0xx69) 3217-1373, fax: (0xx69) 3217-1372, ou na Rua José Camacho, n. 585, Sala 4, Térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 13h e das 16h às 18h.

Porto Velho-RO, 05 de agosto de 2013.

José Miguel de Lima
Secretário Administrativo

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia torna público para conhecimento de todos os interessados, o extrato das Atas de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico n. 018/2013, Processo Administrativo n. 0054970-09.2012.8.22.1111 e Processo Financeiro n. 0311/1827/2012, para aquisição dos seguintes materiais:

Classificação	Razão Social			CNPJ	
1ª Classificada	COLLORPARTS DO BRASIL EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - EPP			11.128.913/0003-76	
Grupo	Item	Especificação	Quantidade/Un	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
-	1	Cartucho de toner para impressora HP Laser Jet P2055DN. Marca: CANAL VERDE. Modelo: 05X – CE505X. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	1200 unidades	33,70	40.440,00
Valor Total do Item: R$ 40.440,00 (quarenta mil quatrocentos e quarenta reais).					

Classificação	Razão Social			CNPJ	
1ª Classificada	MASTER – COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA			01.149.110/0002-63	
Grupo	Item	Especificação	Quantidade/Un	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
-	2	Cartucho de toner para impressora laser monocromática da marca HP, modelo: Laser Jet Plus 3005N. Marca: MASTERPRINT. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	180 unidades	56,80	10.224,00
Valor Total do Item: R$ 10.224,00 (dez mil duzentos e vinte e quatro reais).					
-	3	Cartucho de Toner preto, para impressora Multifuncional da marca HP laserjet 3390 NFP. Marca: MASTERPRINT. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	24 unidades	33,10	794,40
Valor Total do Item: R$ 794,40 (setecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).					

Classificação	Razão Social			CNPJ	
1ª Classificada	E. C. PAULIS INFORMÁTICA - ME			08.609.743/0001-75	
Grupo	Item	Especificação	Quantidade/Un	Preço Unitário (R$)	Preço Total (R$)
1	4	Cartucho de Toner preto, para impressora laser colorida HP LASERJET COLOR 3600N. Marca: HP. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	24 unidades	192,00	4.608,00
	5	Cartucho de Toner na cor Ciano, para impressora laser colorida HP LASERJET COLOR 3600N. Marca: HP. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	12 unidades	192,00	2.304,00
	6	Cartucho de Toner Amarelo, para impressora laser colorida HP LASERJET COLOR 3600N. Marca: HP. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	12 unidades	192,00	2.304,00
	7	Cartucho de Toner na cor Magenta, para impressora laser colorida HP LASERJET COLOR 3600N. Marca: HP. Conforme especificações contidas no Termo de Referência.	12 unidades	192,00	2.304,00
Valor Total do Grupo: R$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais).					

Será de 12 (doze) meses o prazo de validade das Atas de Registro de Preços, contados da data de suas publicações. As Atas de Registro de Preços estarão disponíveis na íntegra no site www.tjro.jus.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras – DEC/TJRO, através do e-mail: licitacoes@tjro.jus.br, fone: (0xx69) 3217-1372, ou na Rua José Camacho, n. 585, Sala 4, Térreo - Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 13h e das 16h às 18h.

Porto Velho-RO, 05 de agosto de 2013.

José Miguel de Lima
Secretário Administrativo

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

PROCESSO n. 0023105-65.2012.8.22.1111

PREGÃO ELETRÔNICO 028/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por intermédio do Pregoeiro, torna público para conhecimento de todos os interessados, o resultado da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n. 028/2013, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza e Conservação com fornecimento de materiais nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Capital e Interior), teve como vencedora a seguinte empresa:

Empresa: ARARUNA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Item 1 – R$ 3.857.256,00

Valor total: R$ 3.857.256,00 (três milhões oitocentos e cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta e seis reais).

Porto Velho-RO, 05 de Agosto de 2013.

Fábio Aran Gomes de Castro

Pregoeiro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA

PROCESSO n. 0023101-91-2013.8.22.1111

PREGÃO ELETRÔNICO 049/2013

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por intermédio da Pregoeira, torna público para conhecimento de todos os interessados, o resultado da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n. 049/2013, que tem por objeto o Registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de material de consumo (Copos Plásticos Descartáveis para café e água), teve como vencedora a seguinte empresa:

Empresa: PRSP SUPLY COM. E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA

Item 1 – R$ 104.000,00

Item 2 – R$ 9.100,00

Valor total: R$ 113.100,00 (cento e treze mil e cem reais).

Porto Velho-RO, 05 de Agosto de 2013.

Cínthia Mendes Cabral

Pregoeira

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 032/2013-PGJ

O Ministério Público do Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ nº 04.381.083/0001-67, situado na Rua Jamary, nº 1555, Bairro Olaria, CEP 76.801-917, Porto Velho–RO, torna público o quadro reserva para o cargo efetivo listado abaixo, para conhecimento dos interessados aprovados no Concurso Público, aberto pelo Edital nº 047/2011, de 07 de dezembro de 2011, publicado no Diário da Justiça nº 228, de 12 de dezembro de 2011:

COMARCA	CARGO	CLASS.	NOME	NOTA FINAL
PORTO VELHO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	52º	ELENICE AZEVEDO CASTRO SILVA	84,00

Cientifica-o, ainda, da HOMOLOGAÇÃO deste Edital pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia.

Porto Velho, 24 de julho de 2013.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº. 051/2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA torna pública a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, da empresa AGÊNCIA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. - AUCATUR, inscrita no CNPJ sob o nº. 77.410.249/0002-80, com sede à Avenida Governador Jorge Teixeira, s/nº, Estação Rodoviária, Box II, Porto Velho/RO, nos autos do processo administrativo nº. 2013001120001792, para a prestação de Serviço de Fornecimento de Passagens Terrestres Rodoviárias, pelo valor global anual estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais), com fundamento no que preceitua o artigo 24, inciso VII, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

Porto Velho, 29 de julho de 2013.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº. 052/2013

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, torna pública a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, da SUPERCIA CAPACITAÇÃO E MARKETING LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.128.083/0001-15, com sede à Av. Eduardo Elias Zahran nº. 420, Casa 2, Jardim Paulista, Campo Grande-MS, nos autos do processo administrativo nº. 2013001120010576, para a prestação de serviços educacionais consistentes no pagamento da inscrição de servidores no Curso de gestão de transporte: “otimizando a frota de veículos”, a ser realizado na cidade de Porto Velho/RO entre os dias 22 e 23 de agosto de 2013, pelo valor de R$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte Reais), com fundamento no que preceitua o art. 13, inciso VI, combinado com art. 25, inc. II, da Lei nº. 8.666/1993 aliado ao item 4.2.7 do Acórdão nº. 591/2006 (Decisão nº. 491/1998-TCU), emitido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União.

Porto Velho, 1º de agosto de 2013.

HÉVERTON ALVES DE AGUIAR

Procurador-Geral de Justiça

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 053/2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, torna pública a contratação direta, com inexigibilidade de licitação, da ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.317.176/0001-05, com sede à Estrada de Unai - KM 04, nº. 251, Bloco A, Lago Sul, Brasília/DF, nos autos do processo administrativo nº. 2013001120010002, para a prestação de serviços educacionais consistentes no pagamento da inscrição de servidora na 10ª semana nacional de administração orçamentária, a ser realizado na cidade de Brasília/DF entre os dias 25 a 29 de novembro de 2013, pelo valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no que preceitua o art. 13, inciso VI, combinado com art. 25, inc. II, da Lei nº. 8.666/1993 aliado ao item 4.2.7 do Acórdão nº. 591/2006 (Decisão nº. 491/1998-TCU), emitido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União.
Porto Velho, 1º de agosto de 2013.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº. 054/2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, torna pública a contratação direta, com inexigibilidade de licitação da empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.028.986/0014-22, com sede Rua Joaquim Murtinho, nº. 747, Centro, Cuiabá/MT, visando a prestação de locação de serviços de conservação, consistentes na manutenção preventiva e corretiva, com inclusão do fornecimento e substituição de peças, nos elevadores localizados no edifício sede da Procuradoria-Geral de Justiça e na Promotoria de Justiça de Ji-Paraná, pelo valor anual global de R$ 124.143,24 (cento e vinte e quatro mil cento e quarenta e três reais e vinte e quatro centavos), com fundamento no que preceitua o artigo 25, incisos I e II, c/c art. 13, inc. III, ambos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme proposta comercial da contratada e demais documentos constantes do processo administrativo nº. 2013001120010403.
Porto Velho, 1º de agosto de 2013.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 0769
15 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no procedimento nº 2013001120010458,
RESOLVE:
I – DESIGNAR os servidores IACY FÁTIMA PAULINO CAVALCANTE, cadastro n° 41998; NILVA DA SILVA LOPES, cadastro n° 43206, LUIZ AUGUSTO DE JESUS, cadastro n° 43443; JORGE DA SILVA LIMA, cadastro n° 44317, JOÃO OLIVEIRA DA COSTA, cadastro nº 44363, RENAN WILSON DA SILVA SANTOS, cadastro nº 44499, RAYMUNDO FRANCISCO DE OLIVEIRA ASSIS, cadastro nº 43125 e WILSON LIMA BARBOSA, cadastro n° 44166, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Inventário Patrimonial do Ministério Público do Estado de Rondônia, referente ao exercício de 2013.
II – DETERMINAR que os trabalhos da comissão sejam encerrados no dia 31 de dezembro de 2013, com apresentação do relatório circunstanciado até o dia 15 de janeiro do exercício seguinte.
III – CONCEDER aos servidores acima designados gratificação de 40% (quarenta por cento) da referência MP-NA-01, paga até a finalização dos trabalhos realizados pela comissão, nos termos da Resolução 05/2013-PGJ, artigo 2º -A, parágrafo único, com redação dada pela Resolução nº 010/2013-PGJ.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.CUMPRA-SE.
• HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0794
23 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido nos autos nº 2013001120009275,
R E S O L V E:
Art. 1º EXONERAR a servidora ISIS ARRUDA ALVES SARAIVA, cadastro nº 5234-9, do cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, código 703.3, referência MP-DAS-03, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 18.07.2013.
Art. 2º NOMEAR a servidora referida no artigo anterior para exercer o cargo comissionado de Assessor Jurídico, código 703.6, referência MP-DAS-06, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, para atuar junto ao Gabinete do Procurador de Justiça Dr. Charles Tadeu Anderson, com efeitos a partir de 18.07.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0796
24 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso I, n. 37 do art. 45 da Lei Complementar n. 93, de 03 de novembro de 1993, e em razão de aprovação obtida no Concurso Público aberto pelo Edital nº 047/2011, publicado no Diário da Justiça nº 228, de 12.12.2011, e homologado pelo Edital publicado no Diário da Justiça nº 082, de 07.05.2012, e ainda, o contido no feito 2012001120009072,
R E S O L V E:
Art. 1º NOMEAR a candidata ELENICE AZEVEDO CASTRO SILVA, RG 636032 SSP/RO, aprovada em 52º lugar, para ocupar o cargo efetivo de Técnico Administrativo, na comarca de Porto Velho, referência MP-NI-01, do Quadro Permanente de Pessoal Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia, previsto na Lei Complementar n. 303, de 26 de julho de 2004.
Art. 2º No ato da posse a candidata nomeada deverá apresentar os seguintes documentos:
I - Original e cópia da certidão de nascimento ou casamento;
II - Cópia da Carteira de Identidade e CPF (autenticadas em cartório);
III - Original e cópia da carteira de PIS/PASEP ou declaração de que não os possua;

IV - Original e cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, caso não possua inscrição de PIS/PASEP;
V - Original e cópia do título eleitoral e comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral;
VI - Original e cópia da certidão de nascimento dos dependentes;
VII - Cópia do cartão de vacina dos dependentes menores de 05 (cinco) anos de idade;
VIII - Original e cópia do certificado de reservista (somente para homens);
IX - 1 (uma) foto 3x4;
X - Cópia do comprovante de residência;
XI - Certidão Negativa da Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia (Original);
XII - Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia(Original);
XIII - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, Estadual e Federal (Original);
XIV - Certidão Negativa de Ação Civil na Justiça Comum, Estadual e Federal (Original);
XV - Gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante a apresentação dos seguintes exames médicos:
- Raios-X total da coluna com laudo radiológico (exceto para grávida);
- Laudo Ortopédico (baseado no exame geral da candidata e nos Raios X de coluna total);
- Laudo Psiquiátrico;
- Laudo Ginecológico incluindo a apresentação de exames de Colpocitologia oncótica e parasitária, Ultra-sonografia Pélvica, Ultra-sonografia das Mamas (após os 40 de idade deve ser substituída pela Mamografia com respectivo laudo radiológico (somente para mulheres));
- Laudo Dermatoneurológico;
- Laudo Oftalmológico;
- Laudo Cardiológico detalhado no exame geral da candidata e no Eletrocardiograma;
- Raios-X do Tórax em PA com laudo radiológico (exceto para grávidas);
- Sangue: VDRL – Glicemia – Hemograma – Ácido Úrico – Uréia – Creatinina – Lipidograma – Machado Guerreiro (Chagas) – TGP e TGO – HBSAg – AntiHBS – AntiHCV;
- Escarro: BAAR;
- Urina: EAS e Toxicologia (Cocaína e Maconha);
- PSA Total (para homens acima de 40 anos);
- Laudo de Clínico Geral baseada no exame geral da candidata e nos exames listados nos itens h, i, j, k e l.

XV.I - A critério da junta médica poderá ser solicitado à candidata a realização de outros exames complementares;
XVI - Cópia do comprovante de contribuição sindical ou declaração de não contribuição;
XVII - Declaração de acumulação ou não de cargo público, expedida pela própria candidata (com firma reconhecida);
XVIII - Cópia do Diploma e Histórico Escolar que comprove a escolaridade e habilitação exigida para ingresso no cargo (autenticadas em cartório);
XIX - Cópia da última declaração de Imposto de Renda ou de isenta, não possuindo, declarar os bens que possui;
XX – Cópia do recibo de entrega da última declaração de bens e rendas ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;
XXI - Declaração de Raça;
XXII - Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades que a incompatibilize para nova investidura em cargo público em decorrência de processo administrativo disciplinar ou ter sido condenada por sentença judicial com trânsito em julgado na qual conste expressamente a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo;
Art. 3º A posse da candidata constante no artigo 1º desta Portaria efetivar-se-á após a apresentação dos documentos referidos no artigo anterior e no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de nomeação, conforme dispõe do § 1º do artigo 17 da Lei Complementar n. 68, de 09 de dezembro de 1992.
Art. 4º Fica sem efeito a nomeação da candidata referida nesta Portaria, caso não apresente os documentos constantes do artigo 2º, assim como tome posse e não entre em efetivo exercício no prazo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo justificado previamente nos termos da Lei.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0806
29 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120010435,
R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, a servidora JAQUELINE GUEDES MARINHO, cadastro nº 4448-5, do cargo efetivo de Técnico Administrativo, código 401-1, referência MP-NI-01, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 12.07.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0807
29 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120010038,
R E S O L V E:
EXONERAR, a pedido, a servidora ALINE ANGELA POLTRONIERI FONTES DA SILVA, cadastro nº 4407-9, do cargo comissionado de Chefe da Seção de Apoio ao Cartório Judiciário, código 604-6, referência MP-DAS-06, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 05.08.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0809
29 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
NOMEAR a servidora JULIA FUMIKO OKAMOTO, cadastro nº 4039-8, para exercer o cargo comissionado de Assessor Técnico, código 701.4, referência MP-DAS-04, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 01.08.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0810
29 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
EXONERAR a servidora JULIA FUMIKO OKAMOTO, cadastro nº 4039-8, do cargo comissionado de Programador 3, código 711.5, referência MP-DAS-05, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 01.08.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
CLÁUDIO JOSÉ DE BARROS SILVEIRA
Procurador-Geral de Justiça
Em exercício

PORTARIA Nº 0815
31 DE JULHO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120009470,
R E S O L V E:
NOMEAR o senhor ÍGOR FARIAS FERNANDES RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF nº 940.021.002-78, para exercer o cargo comissionado de Assistente de Promotoria de Justiça, código 703.3, referência MP-DAS-03, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, para atuar junto à 1ª Promotoria de Justiça – Titularidade Única, com efeitos a partir de 29.07.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 821
01 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120011178,
R E S O L V E:
NOMEAR o servidor JOSÉ CAMILO RODRIGUES, cadastro 4057-6, para exercer a função de confiança de Motorista de Gabinete - PGJ, referência MP-DAI-02, do Quadro Administrativo do Ministério Público de Rondônia, com efeitos a partir de 13.05.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0824
01 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Processo nº 2013001120008309,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, a Portaria n° 1358, de 23.11.2012, publicada no Diário da Justiça nº 220, de 29.11.2012, que concedeu Gratificação de Capacitação à servidora PRISCILA DA SILVA SANTOS, cadastro nº 4456-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, para constar a porcentagem de 10% (dez por cento) incidente sobre seu vencimento básico, a partir de 10.06.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0825
01 DE AGOSTO DE 2013
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Resolução nº 017/2010-PGJ, de 16.11.2010, e o contido nos respectivos processos,
R E S O L V E:
CONCEDER Gratificação de Capacitação incidente sobre o vencimento básico aos servidores abaixo relacionados, conforme discriminação:

NOME - CADASTRO PROCESSO	CARGO	EFEITO	%
José Cauby Queiroz Neto – 4336-2 2013001120010681	Motorista	17.07.2013	5%
Samanta Yuque Oshiro Barbosa Noronha – 4455-0 2013001120008952	Técnico Administrativo	21.06.2013	7,5%

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
EXTRATO DE PORTARIA 021/13
Inquérito Civil Público 2009001060026933
Data da Instauração: 01.08.2013
1ª Promotoria de Justiça de Alvorada do Oeste, Curadoria da Probidade Administrativa
Promotor de Justiça: Dr. Victor Ramalho Monfredinho
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia

Objeto: Investigar possível ato de improbidade administrativa perpetrado por agentes da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste, consistente no recebimento irregular da obra do Hospital Municipal de Alvorada do Oeste pela Comissão de Fiscalização e Recebimento de Obras da Prefeitura Municipal de Alvorada do Oeste.
Victor Ramalho Monfredinho
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA 022/13
Inquérito Civil Público 2010001060000427
Data da Instauração: 1º.08.2013
1ª Promotoria de Justiça de Alvorada do Oeste, Curadoria da Probidade Administrativa
Promotor de Justiça: Dr. Victor Ramalho Monfredinho
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Apurar irregularidades na obra pública do Mercado Municipal, as quais, em tese, configuram ato de improbidade administrativa.
Victor Ramalho Monfredinho
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA 023/13
Inquérito Civil Difusos e Coletivos 2013001010019417
Data da Instauração: 1º.08.2013
1ª Promotoria de Justiça de Alvorada do Oeste, Curadoria da Saúde
Promotor de Justiça: Dr. Victor Ramalho Monfredinho
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Acompanhar e fiscalizar as ações da Secretaria Municipal de Saúde de Alvorada do Oeste, especialmente acerca do funcionamento dos programas, estrutura hospitalar, estoque de medicamentos e observância das jornadas de plantões.
Victor Ramalho Monfredinho
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA 024/13
Inquérito Civil Difusos e Coletivos 2013001010019562
Data da Instauração: 1º.08.2013
1ª Promotoria de Justiça de Alvorada do Oeste, Curadoria do Meio Ambiente
Promotor de Justiça: Dr. Victor Ramalho Monfredinho
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Realizar campanha promovida pelo CAOPMA: “Todos no Combate às Queimadas Urbanas!”, bem como monitorar os focos de queimadas na comarca de Alvorada do Oeste, instando o Poder Público a tomar providências aos casos identificados.
Victor Ramalho Monfredinho
Promotor de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA n. 036/2013/2ª Tit./PJ-DS
PARQUETWEB 2013001010008446
Procedimento Preparatório instaurado com o fim de apurar a demanda reprimida para realização de exames na rede pública de saúde.
Porto Velho, 24 de julho de 2013.
LUCIANA NICOLAU DE ALMEIDA
Promotora de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA n. 037/2013/1ª Tit./PJ-DS
PARQUETWEB 2013001010011614
Procedimento Preparatório instaurado com o fim de apurar, em tese, as péssimas condições de trabalho na Unidade de Saúde Santa Izabel no município de Candeias do Jamari.
Porto Velho, 23 de julho de 2013.
LUCIANA NICOLAU DE ALMEIDA
Promotora de Justiça

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO N. 471/2013- 3ªPJA/2ªTit - Feito nº 2013001010010094
Promotoria: 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade
Promotora: Joice Gushy Mota Azevedo
Assunto: Portaria de Instauração de Procedimento Investigatório Criminal- PIC
Resumo: Apurar a prática de crime contra a honra (calúnia majorada – art. 138 c/c art. 141, II, ambos do Código Penal), por imputação dos crimes de abuso de abuso de autoridade previsto no art. 3º da Lei 4.898/65, abuso de poder e falsidade ideológica, previstos nos art. 350 e 299, respectivamente, ambos do Código Penal, ao funcionário público (nos termos do art. 327 do Código Penal), Promotor de Justiça, Glauco Maldonado Martins, em razão do exercício de suas funções.

EXTRATO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
AUTOS Nº. 2010001060002550.
Data da instauração: 30 de julho de 2010.
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Vilhena/3ª Titularidade
Promotor: Dr. Fernando Franco Assunção.
Investigado: Z.R. Gonçalves Moreira ME.
Data da Promoção de Arquivamento: 23 de julho de 2013.
Assunto: investigar os contratos de alugueis de veículos entre a Prefeitura Municipal local e a empresa Z.R. Gonçalves Moreira-ME.

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO
EXTRATO DO ARQUIVAMENTO
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 01490/2010.
AUTOS Nº 2007001060004906.
Data do arquivamento: 02 de agosto de 2013.
Promotoria: 3ª Promotoria de Justiça de Vilhena/3ª Titularidade.
Promotor: Dr. Jonatas Albuquerque Pires Rocha
Investigado: Evaldo Braz Marchiori.
Assunto: Considerando que no local onde houve a degradação com árvores na altura média de 5 metros havendo, portanto, a regeneração natural , arquivando-se os autos por ausência de justa causa para eventual interposição de Ação Civil Pública.
Vilhena/RO, 05 de agosto de 2013.
JONATAS ALBIUQUERQUE PIRES ROCHA
Promotor de Justiça
Curador do Meio Ambiente e Urbanismo

EXTRATO DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO
Procedimento n. 2013001010003414
Data da instauração: 14 de fevereiro de 2013.
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade
Promotora: Dra. Priscila Matzenbacher Tibes Machado

Interessado: Promotoria de Justiça de Ariquemes-RO
Assunto: Inquérito Civil Público n. 120/2013: "Apurar a situação de risco noticiada em relação ao idoso e deficiente físico J. De S., aproximadamente 60 anos de idade, que, supostamente, seria negligenciado pelos familiares".

SECRETARIA-GERAL
PORTARIA Nº 1514
25 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL em exercício, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011088,
AUTORIZA o deslocamento do servidor CLAUDINEI CORREIA DA SILVA, cadastro nº 4444-9, lotado na Promotoria de Justiça de Pimenta Bueno, aos Municípios de São Felipe do Oeste/RO e Primavera de Rondônia/RO, no dia 25 de julho do corrente ano, no interesse da Instituição, concedendo-lhe o pagamento de ½ (meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1515
25 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8° c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar n° 93, de 03 de novembro de 1993, no uso de suas atribuições conferidas pelo item 03, da Portaria n° 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO n° 028, de 11/02/2010, bem o que consta na Ordem de Serviço n° 003/SG, de 01 de março de 2012, publicada no DJ/RO n° 42, de 06/03/2012, bem como o disposto no procedimento nº 2013001120010985,
RESOLVE:
Art. 1° CONCEDER SUPRIMENTO DE FUNDOS em regime de adiantamento ao servidor ASKAR SULEIMAN JAGHOUB, cadastro n° 51170, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), para suprir as necessidades básicas da Assessoria Técnica em Informática - CAEX, correndo a despesa à Conta da Programação 03.122.1280.2002, do orçamento vigente nos seguintes elementos de despesas,
339030 - Material de consumo R$ 2.000,00
339039 - Outros serviços de terceiros R$ 2.000,00
Art. 2° Decorrido o prazo de aplicação, que será de 45 (quarenta e cinco) dias, o responsável apresentará, no decorrer de 10 (dez) dias, a prestação de contas junto à Diretoria Orçamento e Finanças da Secretaria-Geral, de acordo com as normas adotadas pelo Ministério Público.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1516
25 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011113,
ALTERA a Portaria nº 1499/SG, de 23.07.2013, para fazer constar que o deslocamento da servidora FERNANDA FERREIRA BRITO REGO, cadastro nº 4454-3, lotada na Promotoria de Justiça de Jaru, ao Município de Porto Velho/RO, ocorreu no período de 23 a 24 de julho do corrente ano, a fim de participar do 1º Encontro Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos, concedendo-lhe o equivalente a 01 ½ (uma e meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1517
26 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120009975,
CONVALIDA o deslocamento dos servidores ROSE HELENA DA SILVA DINIZ, cadastro nº 4461-0 e VAGNER CARDOSO DE OLIVEIRA, cadastro nº 4096-7, ao Distrito de Triunfo/RO, Município de Candeias do Jamari/RO, ocorrido no dia 02 de julho do corrente ano, no interesse da Instituição, concedendo a cada um o pagamento de ½ (meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1531
29 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011194,
AUTORIZA o deslocamento do servidor WEVERSON MUNIR ALMEIDA DE SOUZA, cadastro n° 4410-7, lotado na Promotoria de Justiça de Ji-Paraná/RO, ao Município de Porto Velho/RO, nos dias 04 a 05 de agosto do corrente ano, a fim de apresentar as últimas alterações do programa de cadastro de adolescentes,

desenvolvido para o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, concedendo-lhe passagens terrestres no trecho Ji-Paraná x Porto Velho x Ji-Paraná e o pagamento de 01½ (uma e meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1534
30 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120010992,
AUTORIZA o deslocamento do servidor RAIMUNDO NONATO MORAIS DOS SANTOS, cadastro n° 4330-3, aos Municípios de Cacoal/RO e Ariquemes/RO, no período de 30 de julho a 01 de agosto do corrente ano, no interesse da Instituição, concedendo-lhe o pagamento de 02½ (duas e meia) diárias para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1535
30 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011311,
AUTORIZA o deslocamento dos servidores ALAN CORREA DE ABREU, cadastro n° 4456-7 e LUIZ ALVES DE MORAES JUNIOR, cadastro nº 4419-6, aos Municípios de Jaru/RO e Ariquemes/RO, no período de 30 de julho a 01 de agosto do corrente ano, a fim de realizarem a fiscalização das obras das Promotorias de Justiça dos Municípios mencionados, concedendo a cada um o pagamento de 02½ (duas e meia) diárias para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1536
30 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011361,
AUTORIZA o deslocamento dos servidores FRANCISCO RENATO PEÑA VIEIRA, cadastro n° 4436-6 e FLAVIA MARIA OLIVEIRA GOMES, cadastro nº 4216-1, lotados na Promotoria de Justiça de Vilhena, ao Município de Chupinguaia/RO, no dia 01 de agosto do corrente ano, a fim de participarem de reuniões referentes ao Evento MP Cidadão, concedendo a cada um o pagamento de ½ (meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 1537
30 DE JULHO DE 2013
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo item 02, da Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, assim como o disposto no procedimento nº 2013001120011012,
CONVALIDA o deslocamento do servidor MARCOS ROBERTO DA SILVA BRITO, cadastro nº 4441-4, ao Município de Itapuã do Oeste/RO, ocorrido no dia 24 de julho do corrente ano, no interesse da Instituição, concedendo-lhe o pagamento de ½ (meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

SECRETARIA-GERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório nº. 18/2013
Pregão Eletrônico nº. 17/2013
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Ministério Público do Estado de Rondônia, por intermédio de seu Secretário-Geral, torna público para conhecimento de todos os interessados o resultado da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 17/2013, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para ministrar Treinamento da Plataforma JAVA, visando atender às necessidades do Ministério Público do Estado de Rondônia, no qual foi vencedora a proposta da seguinte empresa:

Item	Empresa Vencedora	Valor Total
01	ALGAWORKS SOFTWARES, TREINAMENTOS E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ Nº. 10.687.566/0001-97	R$ 50.000,00

Porto Velho, 06 de agosto de 2013.
Renato Grieco Puppio
Secretário-Geral
Promotor de Justiça

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

TURMA RECURSAL

Data: 05/08/2013
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho

Data de distribuição: 13/11/2012
Data do julgamento: 12/07/2013
0048310-79. 2009. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Origem: 00483107920098220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: OI S/A
Advogado: Guilherme Gaiotto Jaquini(OAB/RO4953)
Recorrida: Maria Cleonice Gomes de Araújo
Advogada: Maria Cleonice Gomes de Araújo(RO1608)
Relator: Juiz Marcelo Tramontini
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa:TELEFONIA.COBRANÇAINDEVIDA.SERVIÇOSNÃO CONTRATADOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA. MULTA DIÁRIA FIXADA POR DESCUMPRIMENTO. NÃO CUMPRIMENTODADECISÃOJUDICIAL.MULTAEXECUTADA. VALOR DESPROPORCIONAL. ART. 461, 6º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REDUÇÃO POSSIBILIDADE.
Ante o descumprimento da tutela antecipada no prazo fixado, aplica-se a multa diária fixada, todavia, conforme dispõe o art. 461 do Código de Processo Civil, esta deve ser reduzida quando o valor atingir patamar excessivo.

(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro. jus. br

Proc.: 0015362-25. 2011. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Natalício Lopes Braga
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
FINALIDADE: INTIMAR a defesa da data designada para audiência dia 23. 08. 2013 às 08h30min na Comarca de Cacoal, na Carta Precatória n. 0007825-34. 2013. 822. 0007.

Proc.: 0008339-91. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Marcos Antônio da Silva Vlaxio, Clênio Nogueira Cardoso, Gil da Silva Maia
Advogado: Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lago (PR 42. 732)
DESPACHO: A denúncia já foi recebida e não vislumbro nas respostas dos acusados alguma das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal. O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e art. 77, do Código de Processo Penal Militar. Destarte, há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelos delitos imputados. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 21/11/2013, às 08h30. Requisite-se. Intime-se, se necessário. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0004455-88. 2011. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: David Silva Machado
Advogado: Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/PR 42732)
DESPACHO: Instrução encerrada. Designo Sessão de Julgamento para o dia 04/10/2013, às 08h30. Requisite-se. Intime-se se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0008348-53. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Alisson Gomes de Sousa
Advogado: Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lago (OAB/PR 42. 732)
DESPACHO: A denúncia já foi recebida e não vislumbro na resposta do acusado alguma das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal. O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e art. 77, do Código de Processo Penal Militar. Destarte, há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelos delitos imputados. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 05/12/2013, às 08h30. Requisite-se. Intime-se, se necessário. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0102007-24. 2009. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: João Cuelhas, Johny Oldenburg Velas
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
DESPACHO: Instrução encerrada. Designo Sessão de Julgamento para o dia 08/11/2013, às 08h30. Requisite-se. Intime-se se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0002519-57. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (Ré
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Rogério Carneiro dos Santos, Kledi Senhorinho da Silva
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Justino Araújo (OAB / RO 1038)
FINALIDADE: INTIMAR AS DEFESAS para apresentarem suas alegações finais por memoriais no prazo de 05 dias.

Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro. jus. br

Proc.: 0003090-28. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Humberto Brito de Oliveira Júnior, Ânderson Alves Brejinatos
Advogado: Wladislau Kucharski Neto (OAB/RO 3335)
SENTENÇA:
Advogado: Wladislau Kucharski Neto OAB/RO 3555FINALIDADE: Intimar o advogado da SENTENÇA proferida nos autos: "Trata-se de ação penal que imputa aos acusados Humberto Brito de Oliveira Júnior e Ânderson Alves Brejinatos, qualificados nos autos, o crime previsto no art. 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei n. 11. 343/2006 (Lei de Drogas), pois, segundo consta na denúncia, no dia 25/02/2013, por volta das 09h00min, nas dependências do Presídio Urso Panda, localizado na Estrada da Penal, Zona Rural desta capital, os denunciados traziam consigo, sem autorização legal, visando a comercialização 21 invólucros contendo 25, 92g de maconha. Os acusados foram notificados e apresentaram defesa preliminar, mas por preencherem os requisitos legais, a denúncia foi recebida. Citados, os acusados foram interrogados em juízo e ouvida uma testemunha. Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação dos réus nos termos da denúncia. A defesa dos acusados requereu a desclassificação do delito para o prevista no artigo 28, da Lei n. 11. 343/06. É o RELATÓRIO. DECIDO. A materialidade restou comprovada, por meio do auto de apresentação e apreensão de fl. 23 e do Exame Químico Toxicológico Definitivo de fls. 45/46, que constatou que as substâncias apreendidas tratam-se de cocaína e maconha, notoriamente tidas como drogas de uso proscrito. Relativamente à autoria, cumpre analisar as condutas dos acusados. Nas duas fases os acusados sustentaram a tese de posse de droga para consumo pessoal. Na delegacia Humberto esclareceu que o entorpecente se destina também para ser trocado por benefícios dentro da cadeia, como por exemplo kit-lanche. Disse ainda que a droga era oriunda da família de um apenado que cumpria pena em sua cela. Ânderson não quis indicar a origem de seu entorpecente. Em juízo Humberto esclareceu que conseguiu a substância fazendo faxina dentro da cadeia. Costuma trocar seu kit-lanche por maconha. É usuário de drogas desde os treze anos de idade e faz uso de todo tipo de substância entorpecente. Ânderson informou que comprou a droga um dia antes dos fatos, durante a visita. No momento da abordagem estava sob efeito de substância entorpecente. Disse que é dependente químico desde os quinze anos de idade. A versão trazida pelos acusados não traz qualquer sustendo fático probatório, nem se coaduna com os demais elementos de prova amealhados aos autos. Pesa-lhes em contrário os testemunhos dos agentes penitenciários, que são seguros no sentido de que no dia dos fatos realizavam revista de rotina quando localizaram 08 invólucros de droga nas vestes de Humberto, bem como 13 invólucros de entorpecente nas vestes de Ânderson. Esclareceram que é comum os presos traficarem na hora do banho de sol, uma vez que somente nessa hora os pavilhões se encontram. Acreditam que a negociação da droga tenha sido realizada no dia anterior durante as visitas. O fato é que houve a apreensão de uma quantidade substancial de droga nas vestes dos acusados, no interior de um estabelecimento prisional, o que por si só já é reprovável, ademais, as circunstâncias em que se deu a ação, evidenciam que os mesmos estava disseminando a substância entorpecente naquele presídio. Ante os fatos apresentados, a simples negativa de autoria de tráfico de droga, por si só não elide os elementos indiciários até agora amealhados na investigação, especialmente quando os agentes são flagrados com droga em quantidade incompatível com o mero porte para uso pessoal. Nessas condições, os acusados devem ser condenados pelo crime de tráfico, na modalidadetrazer consigo droga, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de estabelecimento prisional. Comprovada a conduta imputada e considerando, sobretudo, quantidade de droga apreendida, a maneira como a substância estava embalada, e as demais circunstâncias da prisão, concluo que estão presentes os elementos do tipo previsto no artigo 33, caput, c/c artigo 40, III, ambos da Lei de drogas, Lei 11. 343/06. PELO EXPOSTO, julgo procedente a pretensão punitiva deduzida na denúncia e, por consequência, condeno HUMBERTO BRITO DE OLIVEIRA JÚNIOR e ÂNDERSON ALVES BREJINATOS, por infração ao artigo 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei 11. 343/06. Passo a dosar as penas. Ao réu HUMBERTO BRITO DE OLIVEIRA JÚNIOR: tem 22 anos, vive em união estável e registra antecedentes (56/57). Assim, considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (plena consciência da ilicitude do seu ato, agravada pelo fato de desafiar a segurança e insistir no cometimento de crime ainda encarcerado); aos antecedentes (desfavoráveis); à conduta social (altamente reprovável); aos motivos (ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato); às circunstâncias; personalidade (evidencia desvio de personalidade, altamente voltada ao mundo do crime, relegando os bons princípios de convivência); consequências do crime (as piores, primeiro em razão dos efeitos nefastos causados pela droga, e segundo, por estar sendo praticado no interior de presídio, local que deveria ser livre da prática de crimes); comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição). E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena, fixo-lhe a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias multa. Não há circunstâncias atenuantes a serem consideradas. Agravo em 01 ano de reclusão e pagamento de 100 dias multa, em virtude da reincidência específica, art. 61, I, do Código Penal, perfazendo 06 anos de reclusão e pagamento de 600 dias multa. Aumento em 1/6, pela incidência do art. 40, III, da Lei de Tóxicos (estabelecimento prisional), que na falta de outras causas modificadoras, torno definitiva em 07 anos de reclusão, e pagamento de 700 dias multa ao valor já fixado, o qual, depois de liquidado, perfaz o total de R$ 15. 820, 00, que deverá ser feito em 10 dias do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa. Ao

réu ÂNDERSON ALVES BREJINATOS: tem 31 anos, vive em união estável e registra antecedentes (58/62). Assim, considerando as circunstâncias judiciais ditadas pelo artigo 59 e 68 do Código Penal, atendendo à culpabilidade (plena consciência da ilicitude do seu ato, agravada pelo fato de desafiar a segurança e insistir no cometimento de crime ainda encarcerado); aos antecedentes (desfavoráveis); à conduta social (altamente reprovável); aos motivos (ditados pela ganância de obter lucro fácil e imediato); às circunstâncias; personalidade (evidencia desvio de personalidade, altamente voltada ao mundo do crime, relegando os bons princípios de convivência); consequências do crime (as piores, primeiro em razão dos efeitos nefastos causados pela droga, e segundo, por estar sendo praticado no interior de presídio, local que deveria ser livre da prática de crimes); comportamento da vítima (a vítima a sociedade não incentivou nem contribuiu para a prática do crime, contrariamente, exige pronta e exemplar punição). E mais, atento ao disposto no art. 42 da Lei Antidrogas que dispõe que a natureza e a quantidade da substância entorpecente devem influenciar na fixação da pena, fixo-lhe a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e pagamento de 500 (quinhentos) dias multa. Não há circunstâncias atenuantes a serem consideradas. Agravo em 01 ano de reclusão e pagamento de 100 dias multa, em virtude da reincidência específica, art. 61, I, do Código Penal, perfazendo 06 anos de reclusão e pagamento de 600 dias multa. Aumento em 1/6, pela incidência do art. 40, III, da Lei de Tóxicos (estabelecimento prisional), que na falta de outras causas modificadoras, torno definitiva em 07 anos de reclusão, e pagamento de 700 dias multa ao valor já fixado, o qual, depois de liquidado, perfaz o total de R$ 15. 820, 00, que deverá ser feito em 10 dias do trânsito em julgado, sob pena de inscrição em dívida ativa. Os acusados possuem condenação por tráfico de drogas, o que demonstra que se dedicam a atividades criminosas, fato que impede a concessão do benefício do 4º do art. 33, da Lei 11. 343/06Os condenados deverão iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, em atenção ao disposto no art. 33, 3º do CP, uma vez que a maioria das circunstâncias judiciais lhes são desfavoráveis. Nesse sentido: STF: HC 114452 AgR / RS - RIO GRANDE DO SUL; AG. REG. NO HABEAS CORPUS; Relator(a): Min. LUIZ FUX; Julgamento: 16/10/2012; Ementa: Constitucional e penal. Agravo regimental no Habeas corpus. HC substitutivo de recurso ordinário. Inadmissibilidade. Entendimento recente da Turma. Tráfico de entorpecentes. Progressão de regime após o cumprimento de 1/6 da pena. Improcedência: Exigência legal do cumprimento de 2/5 da pena, se o réu for primário, e de 3/5, se for reincidente. Ausência de error in judicando que justifique a concessão, ex officio, do writ. 1. A Primeira Turma desta Corte, em acórdão recente, proferido no HC n. 109. 956, decidiunão mais admitir habeas corpus que tenha por objetivo substituir o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) , não fazendo sentido qualquer retrocesso. 2. A minorante do art. 33, 4º, da Lei nº 11. 343/2006, não retirou o caráter hediondo do crime de tráfico de entorpecentes, limitando-se, por critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a abrandar a pena do pequeno e eventual traficante, em contrapartida com o grande e contumaz traficante, ao qual a Lei de Drogas conferiu punição mais rigorosa que a prevista na lei anterior. 3. O reconhecimento da progressão de regime após o cumprimento de 1/6 da pena, pelo afastamento da hediondez do crime, desprezando-se as frações de 2/5, se primário, e de 3/5, se reincidente, previstas na Lei de Drogas, constituirá incentivo a que as pessoas cada vez mais se aventurem no tráfico, ante o ínfimo tempo em que permanecerão presas. 4. Agravo regimental desprovido. (grifei)Determino a incineração da droga. Recomendo os réus na prisão onde se encontram, pois nesta condição foram processados e continuam presentes os pressupostos e fundamentos que ensejaram a manutenção da prisão em flagrante, e sua conversão em preventiva. Isento das custas. Cumpra-se as comunicações legais e demais providências de praxe, após, arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito”

Proc.: 0011961-47. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: Juliane Cardoso Lino
Advogado: Gustavo Adolfo Anez Menacho ( ), Gustavo Adolfo Añez Menacho (OAB/RO 4296)
SENTENÇA:
Advogado: Gustavo Adolfo Añez Menacho OAB/RO 4296FINALIDADE: Intimar o advogado da DECISÃO proferida nos autos: ”VISTOS. JULIANE CARDOSO LINO, qualificada nos autos em epígrafe, pede a restituição de R$ 3. 787, 00, apreendidos nos autos nº. 0006719-10. 2013. 8. 22. 0501, argumentando que os valores não tem vinculação com o fato delituoso e é de sua propriedade, embora tenha sido apreendido por ocasião da prisão em flagrante de seu companheiro, por suposto envolvimento com o tráfico de drogas. Instruiu o pedido com os documentos de fl. 06/39. O Ministério Público pronunciou-se pelo indeferimento do pedido, alegando que há notícias de que a referida quantia é advinda do comércio ilícito de drogas, o que torna a restituição temerária neste momento. Examinados, decido: Dispõe o artigo 118, do Código de Processo Penal, que, `antes de transitar em julgado a SENTENÇA final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo . Orienta o artigo 60 e seguintes, da Lei 11. 343/06 (Lei de Tóxicos), que os veículos/objetos utilizados para a prática do tráfico de drogas, após a sua regular apreensão, ficarão sob custódia da autoridade de polícia judiciária, até que na SENTENÇA de MÉRITO seja decidido sobre o seu perdimento ou restituição. A interpretação sistemática dos DISPOSITIVO s leva a conclusão de que para a manutenção da apreensão basta a presença de indícios de envolvimento do bem com o narcotráfico. Logicamente, quando restar demonstrado de plano que o bem não guarda relação alguma com o tráfico de drogas, ele poderá ser desde logo restituído. No caso em exame, a ação principal ainda tramita nesta Vara de Delitos de Tóxicos, o que dificulta a análise do presente pleito. Só depois de ultimada a instrução do processo principal é que saberemos, com segurança, se os valores apreendidos foram ou não advindos do comércio de drogas. Consequentemente, não é difícil concluir que os valores apreendidos ainda interessam à persecução penal, não podendo ser restituídos neste momento. PELO EXPENDIDO, forte nos artigos 118 do Código de Processo Penal, e 60 e seguintes, da Lei 11. 346/06 (Lei de Tóxicos), indefiro o pedido de restituição. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos com as baixas pertinentes. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito”

Proc.: 0002237-19. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Antônio Eder Passos de Almeida, Davi Silva Rodrigues
Advogado: Jose Americo dos Santos (RO 1049)
DESPACHO:
Advogado: José Américo dos Santos OAB/RO 1049FINALIDADE: Intimar o advogado da DECISÃO proferida nos autos: "VISTOS, Davi da Silva Rodrigues, qualificado nos autos e acusado da prática dos crimes de tráfico de drogas e de posse de munição de uso permitido, pede a revogação da sua prisão preventiva, alegando, em síntese, que, não existem os motivos ensejadores da decretação da prisão cautelar. Relatei brevemente. Decido. Examinando os autos observo que há prova da existêcia de infração penal (v. auto de apreensão e laudo de exame químico-toxicológico definitivo) e indícios suficientes de autoria, em relação ao requerente. Discussão mais aprofundada acerca dos elementos de prova existentes nos autos contra o requerente é inadequada neste momento processual. É certo que os motivos da decretação da prisão preventiva foram evitar a reiteração e, mesmo diante da prisão do acusado, tais motivos continuam a existir, pois, ainda há fortes indícios de que, se posto em liberdade, o acusado venha a praticar delitos da mesma natureza. Ainda, como não possui maiores raízes no distrito da culpa, uma vez que o comprovante de endereço apresentado não está em seu nome, podendo assim frustrar a aplicação da lei penal. Destarte, subsistem os motivos da decretação da prisão cautelar. Nessas condições, com base no art. 312, do CPP e na inviabilidade da aplicação das medidas cautelares indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva, consoante o artigo 316, do CPP. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito"

Proc.: 0011353-49. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Inquérito Policial (Réu Solto)
Autor: G. de C. A. C. O. G.
Indiciado: A. A.
DESPACHO:
Advogada: Silvana Fernandes M. Pereira OAB/RO 3024FINALIDADE: Intimar a advogada da DECISÃO proferida nos autos: "VISTOS. Trata-se de pedido formulado por Oclaíza Carvalho dos Santos Dias, através de sua advogada, devidamente constituída, para transferência do local para cumprimento das medidas cautelares que lhe foram impostas. A requerente foi presa preventivamente em 04/07/2013, em decorrência da denominada "Operação Apocalipse", e solta posteriormente por HC. A ordem foi concedida, ficando a requerente advertida que deverá cumprir as seguintes medidas cautelares: 1) comparecimento quinzenal em juízo para informar e justificar suas atividades; 2) proibição de ausentar-se da comarca por mais de sete dias, sem comunicação a este Juízo; 3) não manter contato pessoal ou por telefone com quaisquer das pessoas listadas na representação criminal firmada pela autoridade policial. Visando dar cumprimento ao item 1 das medidas cautelares e consequentemente ao item 2, a requerente informa que reside na comarca de Guajará-Mirim/RO, pleiteando assim, a transferência do cumprimento de suas cautelares para aquela comarca. Considerando que a requerente trouxe aos autos o endereço (Avenida 1º de Maio, 1604, Guajará-Mirim/RO) de onde reside, endereço este que figurou no mandado de prisão preventiva expedido em seu desfavor, determino seja deprecado à comarca de Guajará-Mirim/RO o acompanhamento do cumprimento das medidas cautelares impostas a Oclaíza Carvalho dos Santos Dias, e defiro o pedido formulado pela requerente, ficando advertida de que o não cumprimento das medidas cautelares, ensejarão as consequências processuais e penais de estilo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito"

Proc.: 0008684-23. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: Ana Caroline Batista Cavalcante
Advogado: Marisâmia Aparecida de Castro Inacio ( ), Kelly Michelle Castro Inácio Doerner (OAB/RO 3240)
DECISÃO:
Advogadas: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio OAB/RO 4553; Kelly Michelle de Castro Inácio Doerner OAB/RO 3240FINALIDADE: Intimar as advogadas da DECISÃO proferida nos autos: "VISTOS. A parte interessada foi intimada às fls. 16, a fim de que emendasse a inicial no prazo legal, para instruir os autos com cópia do auto de prisão em flagrante ou do inquérito policial, no entanto, não atendeu ao pedido. Indefiro a petição inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único, do CPC e, por consequência, julgo extinto o processo, com fulcro no art. 267, I, do CPC. P. R. I. e, certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Arlen José Silva de SouzaJuiz de Direito"

Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

VARA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHER

Cartório do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher

Proc.: 0013643-71. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Gilmar Batista de Oliveira
Adv. Cristian José Souza Delgado OAB/RO 4600
FINALIDADE: Intimar o advogado acima nominado, da audiência para proposta de suspensão condicional do processo, referente aos autos em epígrafe, designada para o dia 23/09/2013 às 10: 00 horas.

Proc.: 0017350-47. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: José Francisco Correia Nascimento
Adv. Laed Álvares Silva OAB/RO 263-A
FINALIDADE: Intimar o advogado acima nominado, da audiência para proposta de suspensão condicional do processo em epígrafe, designada para o dia 23/09/2013 às 8: 20 horas.

Muzamar Maria Rodrigues Soares
Escrivã Judicial

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1º Cartório do Tribunal do Júri
1ª Vara do Tribunal de Júri
Juíz de Direito: Enio Salvador Vaz
Escrivã Judicial: Rosânjela Bezerra Gomes
Endereço eletrônico: pvh1juri@tj. ro. gov. br

Proc.: 0003814-32. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Pablo Allan Miranda Moura dos Santos
Adv: João de Castro Inácio Sobrinho - OAB/RO 433-A
FINALIDADE: Intimar o advogado supra, para apresentar as alegações finais, no prazo legal.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.

Proc.: 0016156-12. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Pronunciado: Fabio Marques das Neves
Advogado: Marcos Vilela de Carvalho, OAB/RO 084
FINALIDADE: Intimação do advogado da data do julgamento, conforme DESPACHO abaixo
DESPACHO:
Designo o dia 10/09/2013, às 8h30min, para ter lugar a sessão de instrução e julgamento, perante o Tribunal do Júri, durante a realização da 6ª Reunião Periódica do ano em curso. Adotem-se as medidas necessárias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Enio Salvador Vaz Juiz de Direito
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013
Rosanjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Réu: EDILSON RODRIGUES DE MATOS, brasileiro, amasiado, natural de Nova
Mamoré/RO, nascido aos 11/04/1992, filho de Eliseu Rodrigues de Vasconcelos
e de Rosalina Maria de Matos, atualmente em lugar incerto.

Proc.: 0015315-17. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Pronunciado: Edilson Rodrigues de Matos
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO RÉU ACIMA QUALIFICADO, PARA COMPARECER
NESTE JUÍZO NO DIA 17/09/2013 ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, PARA SER
SUBMETIDO A JULGAMENTO.
Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013
Rosanjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial

Rosânjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro. jus. br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Julgamento)
Processo: 0069902-67. 2004. 8. 22. 0501
Classe: Ação Penal - crime doloso contra a vida
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Procunciado: Carlos Henrique da Costa
Advogado: Celivaldo Soares (OAB/RO 3561)
FINALIDADE: Intimar advogado e o acusado Carlos Henrique da Costa, brasileiro, solteiro, nascido aos 25/01/1985, natural de Porto Velho/RO, filho de Carlos Dantas Costa e Eley Margareth Costa Filho, residente à Rua Jose da Silva, S/N, centro, Distrito de União Bandeirantes, a comparecer no dia 27/08/2013, às 08h, a fim de ser submetido a julgamento nos autos do processo crime em referência. Porto Velho/RO, 05 de agosto de 2013. Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos - Escrivã Judicial

Proc.: 0101412-25. 2009. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: (Pronunci: Tiago Ribeiro de Melo
Advogado: Luiz Cavalcante de Souza Junior (OAB/RO 3439).
FINALIDADE: Intimar o advogado supramencionadas para os fins do art. 422 do CPP com relação ao réu Tiago Ribeiro de Melo. Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Rinaldo Barbosa de Melo - Chefe de Cartório.

Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente
ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro. jus. br

Processo: 0012838-55. 2011. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Charlon da Rocha Silva, Valdinéia Fernandes, Antônio João Pedroza, Neidsonia Maria de Fatima Ferreira, Mesmar Teotonio Bezerra Neves, Geuzenilda Alencar da Silva, Valquiria Ronik Caldeira
Advogado: Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 2997), Alexandre Matzenbacher (OAB/RS 67908), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431), Mayra Marinho Miarelli (OAB/RO 4963), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5177), Amadeu Guilherme Matzenbacher Machado (OAB/RO 4B), Alexandre Matzenbacher (OAB/RS 67908),

Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5177), Mayra Marinho Miarelli (OAB/RO 4963), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5177), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Ronaldo Viana (OAB/RO 598E), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
FINALIDADE: Intimar os advogados acima mencionados da audiência designada para o dia 04/09/2013, às 11h, nos autos supra.

Processo: 0125681-02. 2007. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Fernando José Gonçalves de Oliveira
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
DESPACHO: VISTOS. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal. O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). Não vislumbro a ocorrência de decadência e/ou prescrição, em relação ao crime mais grave (homicídio culposo), uma vez que se trata de delito de ação pública incondicionada, com prazo prescricional de 08 (oito) anos (art. 109, IV, do CP), ainda não transcorrido. Eventual decadência e/ou prescrição do crime conexo/menos grave (lesão corporal culposa) será analisada na SENTENÇA. POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de setembro de 2013, às 09 horas. Intime(m)-se. Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 21 de junho de 2013. Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0009483-66. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Daniela Passos de Sena Sousa
Advogado: Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Kelly Michelle Castro Inácio Doerner (OAB/RO 3240)
FINALIDADE: Intimar os advogados supracitados da audiência designada para o dia 04 de setembro de 2013, às 08h30min, nos autos supra.

Proc.: 0061570-72. 2008. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Marcos Antonio Saraiva da Silva
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 2371)
SENTENÇA: VISTOS ETC. O Ministério Público deste Estado, por meio do Promotor de Justiça que oficia perante este Juízo, requereu que seja declarada extinta a punibilidade do acusado Marcos Antônio Saraiva da Silva, com base no que dispõe o artigo 107, inciso IV, c/c artigos 110, 109, inciso V, e 114, todos do Código Penal. Aduz que ao denunciado foi imputada a prática, em tese, dos crimes preVISTOS nos artigos 171, caput, e 304, ambos do Código Penal. Reconhece, todavia, que o delito do artigo 304 do Código Penal, no caso, é crime meio para o crime de estelionato, crime fim, sendo por ele absorvido. Desse modo, considerando que o fato ocorreu no dia 14. 09. 2007 e que a denúncia foi recebida no 04. 05. 2012, este estaria suplantado pela prescrição da pretensão punitiva, uma vez que, em face das circunstâncias judiciais favoráveis, mesmo em caso de condenação, ao acusado Antônio Marcos, não seria imposta pena restritiva de liberdade superior a 2 (dois) anos. É o RELATÓRIO. DECIDO. Examinando os autos verifico ser o caso de extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva. Explico. Da data em que ocorreram os fatos, 14. 09. 2007, até o recebimento da denúncia, em 04. 05. 2012 (fls. 189), decorreu lapso superior a 4 (quatro) anos. Procede a tese do Ministério Público de que o delito de estelionato absorve o delito de uso de documento falso, uma vez que este constituiu crime meio para a execução daquele. A pena máxima cominada abstratamente para o delito de estelionato é de 05 (cinco) anos de reclusão, com prazo prescricional de 12 (doze) anos (CP, art. 109, III). Contudo, pelo que se observa na certidão circunstanciada criminal, de fls. 187, o acusado Marcos não registra antecedente criminal negativo, entendido este como SENTENÇA penal condenatória transitada em julgado, haja vista o princípio constitucional da presunção de inocência, de modo que, em caso de condenação, certamente receberia pena inferior a 2 (dois) anos. Sendo assim, aplica-se ao caso a regra contida no art. 110 do Código Penal, segundo a qual o prazo prescricional passa a regular-se pela pena aplicada, verificada nos prazos fixados no art. 109, do Código Penal, neste caso, em 4 (quatro) anos. À vista disso, imperioso é reconhecer que na publicação da SENTENÇA condenatória o feito em tela já estaria alcançado pela prescrição retroativa, tendo em vista que entre a ocorrência do fato e o recebimento da denúncia transcorreu lapso superior a 4 (quatro) anos. Lembro que à época do fato ainda não estava em vigor a Lei 12. 234/2010, que alterou o parágrafo primeiro do artigo 110, do Código Penal, referindo que a partir de então, a prescrição não pode ser reconhecida tendo por termo data anterior à da denúncia ou queixa. POR ISSO, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 107, inciso IV, 1ª figura, c/c artigos 109, inciso V, e 110, todos do Código Penal, e 61, do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Marcos Antônio Saraiva da Silva. Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as anotações e baixas pertinentes. P. R. I. C. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0001930-65. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Aldeir Pereira da Silva
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
SENTENÇA: V i s t o s e t c. I - R E L A T Ó R I OO Ministério Público deste Estado, através do Promotor de Justiça que oficia perante este Juízo, denunciou Aldeir Pereira da Silva, vulgo 'Mano', qualificado nos autos em epígrafe, por infração aos artigos 147, caput, e 155, 4º, inciso I, ambos do Código Penal, na forma do artigo 69, do mesmo Código, porque, segundo a inicial, no dia 04 de fevereiro de 2013, por volta das 06h30min, do interior da casa da vítima Eliane Soares Siqueira, localizada na Rua Sebastião Gomes, 404, Centro, no Vilarejo do Distrito

de Jaci Paraná, pertencente a este município e comarca, o denunciado subtraiu para ele, com ânimo de assenhoreamento definitivo e mediante rompimento de obstáculo, consistente na destruição da cerca elétrica do imóvel, cartões bancários e um molho de chaves. Consta, ainda, que o acusado, após ter sido detido pela prática do furto imputado, ameaçou causar mal injusto e grave à vítima Eliane e ao marido dela, chamado Francisco Wilson Reis Alves, proferindo a seguinte frase: 'eu vou voltar e matar sua família inteira'. A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 19/02/2013. O acusado foi pessoalmente citado (v. fls. 54-B). Resposta à acusação consta às fls. 56. Foram inquiridas as vítimas e duas testemunhas, bem como o acusado interrogado (v. fls. 65/68). Em alegações finais o Ministério Público requereu a condenação do acusado, nos termos da denúncia (v. fls. 81/87). A Defesa requereu a desclassificação para furto simples e a aplicação do princípio da bagatela, bem como a absolvição, por insuficiência de provas, em relação ao crime de ameaça (v. fls. 89/94). É o RELATÓRIO. II F U N D A M E N T A Ç Ã OII -1. Questões fáticas. Finda a instrução, restou satisfatoriamente comprovado que o acusado ingressou no interior da residência do casal Eliane e Francisco e de lá subtraiu vários cartões bancários, das pessoas físicas e da empresa das vítimas, além de chaves, inclusive do imóvel onde está estabelecida a pessoa jurídica, e de um aparelho celular. Também que o acusado, depois do furto, logo após ter sido preso pela Polícia Militar, ameaçou com palavras a vítima Francisco e a sua família, prometendo-lhes causar mal injusto e grave. Senão vejamos. Ratificando o que já havia adiantado na fase policial, esclareceu a vítima Eliane, em Juízo, que na manhã do furto escutou ruídos e ao verificar do que se tratava deparou-se com o acusado no interior da sua casa, instante em que ele empreendeu fuga, levando consigo vários cartões bancários e chaves, tanto da sua residência como do seu estabelecimento comercial, além do aparelho celular do seu esposo (Francisco). Também que o acusado adentrou no quintal da residência pulando o muro e acessou o interior da casa através de uma janela, que se encontrava aberta. Na mesma linha, seguiu o depoimento da vítima Francisco, a qual, após confirmar que também fora subtraído o seu aparelho celular, esclareceu que esse objeto foi encontrado nas imediações do local do furto. Ainda, segundo essa vítima, o acusado revirou toda a casa, sobretudo gavetas de móveis, e 'dobrou' a cerca elétrica para poder transpor o muro da residência. Arrematou dizendo que o acusado, depois de ter sido preso, a ameaçou com palavras, dizendo que ao sair da cadeia iria matá-la, assim como a família da vítima, além de colocar fogo na residência do casal, ameaças estas proferidas na sua presença e na dos policiais, tanto na frente do portão da sua casa como na Delegacia. Os relatos dos ofendidos foram confirmados em Juízo pelos depoimentos dos policiais/testemunhas Franclin e Hércules, segundo os quais, quando chegaram no local do furto, depararam-se com o acusado em fuga, em direção a um local denominado trilhal. Também que os vizinhos disseram ter visto a atuação do acusado e que ele costumava praticar furtos na região. Foram, então, realizadas diligências mas o acusado embrenhou-se num matagal e conseguiu evitar a captura. Instantes após, no entanto, os policiais foram novamente acionados e acabaram localizando o acusado e prendendo-o em flagrante na posse dos cartões e das chaves furtadas. Concluíram dizendo que foi encontrada uma escada próximo do muro da residência das vítimas, a qual, provavelmente, tenha sido utilizada pelo acusado, e que os vizinhos informaram que o acusado já estava rondando a residência das vítimas fazia alguns dias. Note-se que o acusado foi surpreendido pela vítima Eliane no local do furto (interior da residência) e empreendeu fuga, ocasião em que também foi visto pelos vizinhos, além de ter sido preso, logo após o furto, na posse dos cartões bancários e das chaves furtadas. A par disso, os objetos subtraídos foram formalmente apreendidos, conforme demonstra o auto de apresentação e apreensão de fls. 21, e restituídos (v. termo de fls. 22), de modo que inexiste dúvida sobre a materialidade e a autoria do furto. De outro lado, as alegações do acusado, segundo as quais vem sendo 'perseguido' pela Polícia e que a imputação de furto foi 'forjada', revelam-se inverossímeis, eis que provenientes de um delinquente contumaz, já condenado irrecorrivelmente por delito de furto, e não encontraram respaldo em um adminículo de prova sequer. Portanto, não devem ser acolhidas. Nessas condições, não resta outra conclusão que não a de que houve um furto na residência das vítimas e que o acusado foi o seu autor. No que tange ao delito de ameaça, a prova produzida é ainda mais robusta, pois a ameaça, por palavras, declarando o acusado que iria matar a vítima Francisco e a família dela, além de colocar fogo na residência do casal, foi proferida na presença dessa vítima e das testemunhas/policiais Franclin e Hércules, em ocasiões distintas (na frente da casa das vítimas e na Delegacia), conforme afirmaram elas neste Juízo. Além disso, ao ser questionado sobre essa imputação, o acusado confessou espontaneamente, neste Juízo, que de fato ameaçou as vítimas com palavras. Assim, também inexiste dúvida acerca da materialidade e da autoria desse delito. II 2. Questões jurídicas. Enquadramento legal das condutas praticadas. As condutas do acusado amoldam-se, perfeitamente, aos tipos preVISTOS nos artigos 155, caput, do Código Penal, e 147, caput, do mesmo Código. Isto porque restou satisfatoriamente comprovado que o acusado ingressou na residência das vítimas e de lá subtraiu cartões bancários, chaves e um aparelho celular. Também que após o furto ele ameaçou as vítimas com palavras, prometendo causar-lhes mal injusto e grave, ou seja, matá-las e colocar fogo na residência do casal. A qualificadora do rompimento de obstáculo não restou suficientemente demonstrada, pois, embora a vítima Eliane tenha mencionado que houve dano, especificamente na cerca elétrica, o dano alegado não foi constatado pelos peritos do Instituto de Criminalística, que vistoriaram o imóvel. Consta no laudo pericial de fls. 78/80 que no local do furto não foram encontrados elementos materiais capazes de apontar ação humana de dano ou de arrombamento. No ponto, orientam a lei (CPP, art. 158) e a jurisprudência: 'Se inexistente nos autos o exame de corpo de delito comprobatório da destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa, não se pode qualificar o crime de furto na modalidade prevista no art. 155, 4º, I, do CP, em observância ao disposto no art. 158 do CPP' (RT 549/387). No mesmo sentido: RT 751/674. II 3. Teses defensivas. Rejeição. Postula a defesa técnica, além da absolvição por insuficiência de provas, esta rechaçada de plano, conforme fundamentado no item II 2. , supra, a desclassificação para furto simples, tese esta já admitida pelo Juízo, ao entender que não restou suficientemente comprovada a qualificadora do rompimento de obstáculo à subtração, ou a aplicação do princípio da insignificância. Com o devido respeito ao il. Defensor do acusado, entendo que as circunstâncias do caso não permitem a aplicação do princípio da insignificância. Explico. Consoante restou demonstrado, o acusado, provavelmente utilizando-se de uma escada,

conforme referiram as testemunhas (poderia até entender-se que houve escalada, o que tornaria o furto qualificado), transpôs o muro da residência das vítimas e acessou o interior da casa, onde, depois de revirar móveis e gavetas, foi surpreendido pela vítima Eliane e empreendeu fuga, levando consigo chaves da casa e do estabelecimento comercial dos ofendidos, cartões bancários e um aparelho celular, o qual acabou dispensado/perdido durante a fuga. O acusado só não levou outros bens porque foi surpreendido pela vítima Eliane e 'forçado' a fugir. Foram subtraídos vários cartões bancários, os quais, em que peso o reduzido valor econômico, se aferido pelo valor intrínseco, certamente seriam utilizados pelo acusado ou por terceiros para efetuar compras de outros bens, podendo, assim, ocasionar prejuízo de grande monta (o valor potencial decorrente da utilização de cartões bancários é enorme). As chaves da residência e do estabelecimento comercial poderiam ser utilizadas para ingressar nesses locais outras vezes. Poderiam as vítimas, num primeiro momento, não perceber a subtração de alguma das chaves e o acusado ou terceiro retornar ao local para a realização de novos furtos. Registre-se que também foi subtraído um aparelho celular da vítima Francisco, cujo valor econômico intrínseco é significativo e muito superior ao das chaves e dos cartões bancários. Interessa registrar, ainda, que o acusado, de acordo com a certidão de fls. 44/48, é um delinquente contumaz e, além de ingressar clandestinamente na residência das vítimas para subtrair bens, ameaçou-as de morte, o que evidencia periculosidade e impossibilita o reconhecimento de atipicidade material ou conglobante, haja vista a relevância social/penal dos fatos praticados, sobretudo no pequeno Vilarejo do Distrito de Jaci Paraná. II 4. Conclusão Desta forma, parcialmente comprovadas as condutas narradas na inicial, concluo que estão presentes os elementos dos tipos preVISTOS nos artigos 155, caput, e 147, caput, ambos do Código Penal, pelo que os fatos são típicos. Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor do acusado, o que torna os fatos antijurídicos. Presentes estão também, os elementos da culpabilidade (estrito senso), a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de condutas diversas, pelo que é o acusado culpável, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções correspectivas. III D I S P O S I T I V OPELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal e, em consequência, CONDENO Aldeir Pereira da Silva, vulgo 'Mano', qualificado nos autos, por infração aos artigos 155, caput, e 147, caput, ambos do Código Penal, na forma do artigo 69, do mesmo Código. Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, do Código Penal. A culpabilidade (lato senso), entendida agora como o juízo de reprovabilidade social dos fatos e do seu autor, está evidenciada, sendo inerente aos delitos cometidos. O condenado, de acordo com a certidão de fls. 44/48, registra antecedente criminal negativo, posto que já fora condenado irrecorrivelmente por crime de furto. Essa condenação, no entanto, cuja SENTENÇA transitou em julgado no dia 05/10/2012, só será considerada na 2ª fase de aplicação da pena, porque caracteriza reincidência. A par disso, Aldeir tem outras passagens pela Justiça local, por crimes de roubo e posse de drogas para consumo pessoal, o que denuncia personalidade desvirtuada e má conduta social. As consequências são favoráveis porque os bens subtraídos foram recuperados. As circunstâncias do crime de ameaça desfavorecem, pois, segundo as vítimas e testemunhas, o acusado ameaçou a família da vítima Francisco mais de uma vez, em ocasiões distintas (inicialmente na frente do portão da residência do casal e num segundo momento na Delegacia). As demais circunstâncias judiciais não extrapolam os limites da tipicidade dos delitos de furto simples e ameaça. Assim, sopesadas as circunstâncias judiciais, fixo a pena base do crime de furto em 01 (um) ano e 03 (três) meses de reclusão + 15 (quinze) dias multa e do crime de ameaça em 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção. Atenuo em 10 (dez) dias a pena do crime de ameaça porque o acusado confessou espontaneamente a prática desse delito. Agravo em 03 (três) meses + 05 (cinco) dias multa a pena do crime de furto e em 10 (dez) dias a pena do crime de ameaça, por causa da reincidência. Na falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva do crime de furto em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão + 20 (vinte) dias multa e a pena definitiva do crime de ameaça em 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção. Forte no artigo 69, do Código Penal, somo as penas impostas, totalizando a sanção em 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão, 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção + 20 (vinte) dias multa, penas estas que reputo necessárias e suficientes para prevenção e reprovação dos crimes cometidos. Atento à condição financeira do condenado, fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo atual, correspondendo a sanção pecuniária a R$ 452, 00 (quatrocentos e cinquenta e dois reais). O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o semiaberto (CP, art. 33 2º b c/c 3º), porque o condenado é reincidente em crime de furto e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis. Deixo de substituir a privação da liberdade por penas restritivas de direito porque o sentenciado não preenche os requisitos legais (CP, art. 44, I, II e III), ou seja, porque é reincidente em crime de furto, um dos crimes constituiu grave ameaça a pessoas e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis, indicativos de que a substituição seria insuficiente. Pelos mesmos motivos não deve ser deferida a suspensão condicional da pena, ex vi do artigo 77, do Código Penal. Faculto ao condenado o apelo em liberdade, porque nesta condição vem sendo processado e não verifico o surgimento de algum fundamento para a decretação da prisão preventiva. Custas pelo condenado, no importe de R$ 150, 33 (cento e cinquenta reais de trinta e três centavos). Após o trânsito em julgado o nome do réu deverá ser lançado no rol dos culpados e expedida a documentação necessária para execução, inclusive a inscrição dos valores das custas e da multa em dívida ativa, nos termos do artigo 51, do Código Penal, caso não houver o adimplemento voluntário dessas obrigações, no prazo legal de 10 (dez) dias. P. R. I. C. (INI/DF, II/RO, TRE/RO ETC.). Porto Velho-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013. Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0006760-21. 2006. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Francisco Elton Souza de Andrade, Ronaldo Lima Frutuoso
Advogado: Janor Ferreira da Silva (OAB/RO 3081)
SENTENÇA: V i s t o s e t c. I R E L A T Ó R I OO Ministério Público deste Estado, através do Promotor de Justiça que oficia perante este Juízo, denunciou Francisco Élton Sousa de Andrade e Ronaldo Lima Frutuoso, ambos qualificados nos autos em epígrafe, por infração ao artigo 157, 2º, incisos I, II e

V, do Código Penal, porque, segundo a inicial, no dia 29 de novembro de 2005, por volta das 09h30min, da Loja 02, conhecida como 'Mormai', pertencente a vítima Silvana Cavol Erbert, localizada na Avenida Calama, 1298, Bairro Olaria, nesta Capital, os denunciados e terceira pessoa identificada apenas como 'Viviane', adrede mancomunados para a prática de crime contra o patrimônio, mediante grave ameaça, exercida com o emprego de arma de fogo, e também com violência física, subtraíram para eles vários bens, dentre os quais óculos de sol, mochilas, camisetas, bonés, calças e acessórios. Esclarece a denúncia que os acusados e a comparsa deles adentraram no estabelecimento comercial fazendo-se passar por clientes, ocasião em que anunciaram o roubo e amordaçaram a funcionária Maria Aparecida Nunes Neri, que ali estava trabalhando, passando a recolher os bens já mencionados. Consta, ainda, que os infratores mantiveram a vítima Maria Aparecida em seu poder, restringindo a liberdade dela, por mais de 01 (uma) hora, até que resolveram se evadir do local levando com eles os bens subtraídos. A denúncia, informada com o respectivo inquérito policial, foi recebida no dia 02/03/2012. Os acusados foram pessoalmente citados (v. fls. 152-v e 185). Resposta à acusação consta às fls. 161. Foi inquirida uma testemunha e os acusados interrogados (v. fls. 212/213 e 221/222). Em alegações finais o Ministério Público requereu a condenação dos acusados, por infração ao artigo 157, 2º, incisos I e II, do Código Penal (v. fls. 223/227). O Defensor do acusado Francisco requereu a fixação da pena no mínimo legal e o benefício da delação premiada (v. fls. 229/232). A Defesa do acusado Ronaldo também requereu a fixação da pena no mínimo legal (v. fls. 233/236). É o RELATÓRIO. II F U N D A M E N T A Ç Ã OII -1. Questão fática. A ocorrência (materialidade) do roubo narrado na denúncia e a sua respectiva autoria restaram satisfatoriamente comprovadas. Com efeito, ratificando a sua confissão/delação extrajudicial, afirmou o acusado Ronaldo, em Juízo, que praticou o roubo descrito na denúncia em concurso com o corréu Francisco e com terceira pessoa chamada Viviane (namorada de Francisco). Na fase policial, Ronaldo esclareceu que ingressaram na Loja 'Mormai' dando a entender que estavam interessados em comprar alguma mercadoria e que, repentinamente, anunciaram que se tratava de um assalto. Também que amordaçaram as pessoas que estavam no local, com fitas nas bocas, e passaram a subtrair bens. Ainda, que os bens roubados foram divididos entre os três e que a sua parte foi vendida para um indivíduo chamado Rodrigo, do Bairro JK, pela importância de R$ 500, 00. Arrematou dizendo que a motocicleta apreendida pertencia ao corréu, que a arma utilizada tratava-se de uma Pistola 765 e que praticaram outro roubo nesta cidade, com o mesmo modus operandi, na loja denominada 'Paiol'. Na mesma linha, seguiu a confissão/delação extrajudicial do acusado Francisco. Afirmou esse acusado, perante a autoridade policial, que em concurso com o corréu Ronaldo e com a sua namorada Viviane, na época era menor de idade, ingressou na Loja 'Mormai' dando a entender que estariam interessados em comprar algo. Também que, repentinamente, o corréu Ronaldo, que estava armado, anunciou que se tratava de um assalto e amordaçou as pessoas que se encontravam no local, com fitas nas bocas, passando, então, a subtraírem bens. Ainda, que os bens roubados foram divididos entre os três e que a sua parte foi vendida para um indivíduo chamado Daniel, no local conhecido como Cai N' água, nesta cidade, logo após o roubo. Concluiu dizendo que praticou outro roubo, nesta cidade, em concurso com o corréu e com o mesmo modus operandi, na Loja 'Paiol', e que a motocicleta apreendida pertence a um amigo seu chamado 'Lelê'. As confissões/delações judicial e extrajudicial estão em consonância com os demais elementos de prova existentes nos autos, sobretudo com o relato da vítima/proprietária da Loja 'Mormai' feito na Delegacia, por ocasião do registro da ocorrência, no qual Senhora Silvana Cavol Erbert refere que no dia 29 de novembro de 2005, por volta das 09h30min, dois homens e um mulher ingressaram no seu estabelecimento comercial e anunciaram um assalto, ameaçando com arma de fogo (apontaram a arma para a cabeça da funcionária) a funcionária Maria Aparecida Nunes Néri e subtraindo várias mercadorias, dentre as quais óculos, relógios, bijuterias, pratas, bolsas, mochilas, pastas, meias, sandálias, chinelos, toalhas, bonés, malas, luvas, tornozeleiras, munhequeiras, biquínis, sungas, vestidos, saias, camisas de frio, camisetas femininas, camisetas masculinas, calção masculino, bermudas masculinas, calças jeans, calça feminina, bermudão masculino, calção feminino, blusa, top, colant e short feminino. E, inclusive, com os depoimentos da testemunha Jucirlei, proprietária da motocicleta apreendida na posse do acusado Francisco (v. documentos de fls. 27-v e 28), prestados tanto na fase policial como neste Juízo, segundo a qual emprestou a sua motocicleta a esse acusado, que na ocasião estava acompanhado da namorada dele, chamada Viviane, e que ficou sabendo que Francisco tinha sido preso por crime de roubo e a motocicleta apreendida. Ainda, podem ser invocados o auto de apresentação e apreensão e o termo de restituição de fls. 34/35, documentos estes que comprovam que a motocicleta da testemunha Jucirlei foi mesmo apreendida na posse do acusado Francisco. De outro lado, a retratação judicial, pura e simples, do acusado Francisco, negando o seu concurso para o delito e argumentando que confessou na fase policial porque foi coagido/espancado, tendo 'assinado' (assumido)' vários roubos ocorridos nesta Capital, quando, na verdade, só praticou um delito de roubo, revela-se inverossímil e não encontrou respaldo probatório. A certidão de fls. 130/137 demonstra que Francisco é um delinquente contumaz, já condenado por delitos diversos, inclusive por roubo circunstanciado, de modo que sua fala não merece credibilidade. Aliás, a versão desse acusado sequer convenceu o defensor dele, o qual, em alegações finais, pediu a fixação da pena no mínimo legal e o reconhecimento de 'delação premiada'. A propósito: Inoperante é a simples retratação judicial, divorciada dos demais elementos probantes. Nesse sentido o entendimento corrente no usus fori (Ap. 62. 861, TACrimSP, Rel. Roberto Martins. Fonte: Da Prova no Processo Penal, Saraiva, 7ª Edição, 2008, pág. 124). Insuficiente para elidir confissão policial mera retratação judicial do confitente, desacompanhada de qualquer elemento de convicção que a prestigie (Ap. 47. 421, TACrimSP, Rel. Ricardo Couto). Isolada retração judicial de confissão policial não basta, por si só, à prolação de decreto absolutório, máxime quando ratificada a prova extrajudicial com a assistência de curador ou assistida por terceiro estranho que afirma ter sido espontânea (Ap. 168. 575, TACrimSP, Rel. Lauro Malheiros. Fonte: Da Prova no Processo Penal, Saraiva, 7ª Edição, 2008, pág. 124). Por essas razões, estou convencido de que o roubo narrado na inicial ocorreu e que foi executado pelos acusados e pela tal Viviane, namorada de Francisco. II 2. Questão jurídica. Enquadramento legal das condutas. As condutas dos acusados amoldam-se perfeitamente ao artigo 157, 2º, incisos I e II, do Código Penal. Sim, porque ficou claro

que ocorreu um crime de roubo consumado, circunstanciado pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo, conforme confessaram ambos os acusados, na fase policial, e o acusado Ronaldo em Juízo, e foi confirmado pela vítima/ proprietária do estabelecimento comercial e demais elementos de convicção existentes nos autos. O fato de a arma de fogo não ter sido apreendida é irrelevante, posto que a majorante respectiva está demonstrada por outros elementos de prova em direito admitidos, tais como as confissões/delações judicial e extrajudiciais dos acusados e o relato da vítima/proprietária do estabelecimento comercial, confirmando que a sua funcionária Maria Aparecida Nunes Néri foi gravemente ameaça com arma de fogo e que os assaltantes eram três, sendo dois homens (os acusados) e uma mulher (a tal Viviane). Por outro lado, conforme bem fundamentou o Ministério Público, em suas alegações finais, a causa de aumento de pena do sequestro (inc. V, do 2º, do art. 157, do CP) não restou caracterizada, pois não restou demonstrado, de forma segura, que a vítima/ funcionária Maria Aparecida tenha sido privada da sua liberdade por tempo juridicamente revelante. Parece que a privação da liberdade dessa vítima foi tão somente pelo tempo necessário à realização da subtração. II 3. Tese defensiva. Delação premiada. Rejeição. Não há que se falar em delação premiada. Esclareço que esse instituto é recente em nosso ordenamento jurídico e visa a obtenção de informações para a colheita de provas, estando previsto em várias normas que, de acordo com a doutrina, podem ser classificadas em dois grupos, na conformidade de seus objetivos finais: Num primeiro grupo temos o crime de extorsão mediante sequestro, cujo objetivo da delação é o de localizar o cativeiro da vítima, com a sua liberação. Essa 'delação premiada' está prevista no artigo 159, 4º, do Código Penal, e visa, na verdade, salvar a vítima sequestrada. À evidência, não é o caso dos presentes autos. Num segundo grupo temos leis especiais, estas sim com indisfarçável objetivo de colher provas e identificar os participantes, valendo-se de um delator. É o caso, pois, do parágrafo único, do artigo 8º, da Lei 8. 072/90 que preceitua: o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou a quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá pena reduzida de um a dois terços . Também o do artigo 6º, da Lei 9. 034/95, vazado nos seguintes termos: nos crimes praticados em organizações criminosas, a pena será reduzida de um a dois terços, quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria . Ainda, a Lei 9. 807/99, conhecida como 'Lei de Proteção às testemunhas e vítimas de crimes', por via de seu artigo 13 prevê: poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado: I a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa; II a localização das vítimas com a sua integridade física preservada; III a recuperação total ou parcial do produto do crime. O artigo 14 prevê a possibilidade de redução da pena, de um a dois terços para os casos mais graves, sempre que presentes as mesmas condições. Por fim, igual benefício encontramos no 2º do artigo 32 da Lei 10. 409/2002. Entretanto, além dos requisitos específicos acima mencionados, nos quais não se encaixa o caso em exame, é pressuposto da delação premiada que haja confissão espontânea ou voluntária, na última manifestação do acusado nos autos, ou seja, em Juízo. No caso em exame o acusado Francisco retratou-se, em Juízo, da confissão/ delação realizada na fase policial, alegando coação, retratação esta reputada inverossímil, conforme já fundamentado, tentando eximir-se de responsabilidade e dificultado a elucidação do fato. Portando, além de o caso não se enquadrar em alguma das hipóteses legais, acima especificadas, o acusado Francisco não faz jus ao benefício pleiteado, justamente por ter se retratado da confissão extrajudicial. O máximo que pode ser concedido é a atenuante da confissão espontânea, pelo fato de a confissão extrajudicial ter sido utilizada como elemento de prova para demonstração da autoria delitiva, em relação ao confitente. II 4. Conclusão. Desta forma, parcialmente comprovadas as condutas narradas na inicial, concluo que estão presentes os elementos do tipo descrito no artigo 157, 2º, incisos I e II, do Código Penal, pelo que o fato é típico. Nenhuma excludente de ilicitude há a militar em favor dos acusados, o que torna os fatos antijurídicos. Presentes estão também, os elementos da culpabilidade (estrito senso), a saber, a imputabilidade, o potencial conhecimento da ilicitude e a exigibilidade de condutas diversas, pelo que são os acusados culpáveis, impondo-se, via consequencial, a aplicação das sanções correspectivas. III D I S P O S I T I V OPELO EXPENDIDO e considerando tudo o que mais dos autos consta, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal e, em consequência, CONDENO Francisco Élton Sousa de Andrade e Ronaldo Lima Frutuoso, ambos qualificados nos autos, por infração ao artigo 157, 2º, incisos I e II, do Código Penal. Passo a dosar as penas, seguindo as diretrizes dos artigos 59 e 68, do Código Penal. III - 1. Francisco. A culpabilidade (lato senso), entendida como o juízo de reprovabilidade social do fato e dos seus autores, revela-se acentuada. Os indícios evidenciam que a ação delituosa foi planejada. Esclareceu o acusado Ronaldo, na fase policial, que a mercadoria roubada tinha sido encomendada por terceira pessoa, um tal Rodrigo, que andava num veículo Gol, de cor vermelha, do Bairro JK. Os sentenciados já vinham praticando roubos com o mesmo 'modus operandi', conforme esclareceu o acusado Ronaldo (roubos nas Lojas Paiol e Via Corpo). A maneira de execução bem demonstra a ousadia e a alta periculosidade dos acusados. Note-se que o roubo foi praticado por volta das 09h30min da manhã. Francisco, de acordo com a certidão de fls. 130/137, embora seja tecnicamente primário, tem maus antecedentes, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crimes de roubo circunstanciado consumado, corrupção de menores e ameaça, em ações penais distintas. O 'modus operandi' do delito ora em apuração, somado à vida pregressa desse acusado, denuncia personalidade desvirtuada, com agressividade destrutiva, e má conduta social. As consequências são desfavoráveis porque a mercadoria roubada não foi recuperada, persistindo grande prejuízo de ordem material (consta no laudo de avaliação indireta, de fls. 29/31, o valor total de R$ 1. 707, 00). As demais circunstâncias judiciais integram a própria tipicidade do delito de roubo circunstanciado pelo emprego de arma e pelo concurso de agentes. Assim, sopesadas as circunstâncias judiciais, com destaque negativo para os maus antecedentes e a acentuada culpabilidade, bem como para as consequências desfavoráveis, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão + 15 (quinze) dias multa. Atenuo em 01 (um) ano e 05 (cinco) dias multa porque esse condenado era menor de 21 anos na data do fato e confessou espontaneamente na fase policial, confissão esta que serviu de suporte para condenação. Aumento de 1/3 (um terço), as penas

privativa de liberdade e pecuniária, porque o roubo foi praticado em concurso de agentes e com emprego de arma de fogo. Na falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão + 13 (treze) dias multa. Atento à condição financeira desse condenado, fixo o valor do dia multa no mínimo legal, ou seja, em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo atual, correspondendo a sanção pecuniária (multa) a R$ 293, 80 (duzentos e noventa e três reais e oitenta centavos). O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o semiaberto (CP, art. 33 2º b c/c 3º) porque a pena imposta é superior a quatro anos e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis. III - 2. Ronaldo. A culpabilidade (lato senso), entendida como o juízo de reprovabilidade social do fato e dos seus autores, revela-se acentuada. Os indícios evidenciam que a ação delituosa foi planejada. Esclareceu o acusado Ronaldo, na fase policial, que a mercadoria roubada tinha sido encomendada por terceira pessoa, um tal Rodrigo, que andava num veículo Gol, de cor vermelha, do Bairro JK. Os sentenciados já vinham praticando roubos com o mesmo 'modus operandi', conforme esclareceu o acusado Ronaldo (roubos nas Lojas Paiol e Via Corpo). A maneira de execução bem demonstra a ousadia e a alta periculosidade dos acusados. Note-se que o roubo foi praticado por volta das 09h30min da manhã. Ronaldo, de acordo com a certidão de fls. 138/141, embora seja tecnicamente primário, tem maus antecedentes, posto que já fora condenado, irrecorrivelmente, por crimes de roubo circunstanciado consumado, duas vezes, em ações penais distintas. O 'modus operandi' do delito ora em apuração, somado à vida pregressa desse acusado, denuncia personalidade desvirtuada, com agressividade destrutiva, e má conduta social. As consequências são desfavoráveis porque a mercadoria roubada não foi recuperada, persistindo grande prejuízo de ordem material (consta no laudo de avaliação indireta, de fls. 29/31, o valor total de R$ 1. 707, 00). As demais circunstâncias judiciais integram a própria tipicidade do delito de roubo circunstanciado pelo emprego de arma e pelo concurso de agentes. Assim, sopesadas as circunstâncias judiciais, com destaque negativo para os maus antecedentes e a acentuada culpabilidade, bem como para as consequências desfavoráveis, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão. Não apliquei a pena pecuniária em razão da manifesta hipossuficiência financeira desse condenado, evidenciada no patrocínio pela Defensoria Pública. Atenuo em 06 (seis) meses porque esse condenado confessou espontaneamente. Aumento de 1/3 (um terço) porque o roubo foi praticado em concurso de agentes e com emprego de arma de fogo. Na falta de outras circunstâncias e/ou causas de modificação, fixo a pena definitiva em 06 (seis) anos de reclusão. O regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade será o semiaberto (CP, art. 33 2º b c/c 3º) porque a pena imposta é superior a quatro anos e existem circunstâncias judiciais desfavoráveis. III - 3. Disposições finais/comuns aos condenados. Deixo de substituir a privação da liberdade por penas restritivas de direitos porque os condenados não preenchem os requisitos legais (CP, art. 44, I e III), ou seja, porque se trata de crime doloso, cometido com violência e grave ameaça a pessoa e as penas impostas são superiores a 04 (quatro) anos, além de existirem circunstâncias judiciais desfavoráveis, destacando-se os maus antecedentes. Em razão da quantidade das penas aplicadas não há que se falar em suspensão condicional, ex vi do artigo 77, do Código Penal. Faculto aos condenados o apelo em liberdade, porque nesta condição vêm sendo processados e não verifico o surgimento de algum fundamento legal para a decretação da prisão preventiva. Condeno o réu Francisco no pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor das custas processuais, o que corresponde a R$ 75, 16 (setenta e cinco reais e dezesseis centavos). Isento o corréu Ronaldo dos outros 50% (cinquenta por cento) do valor das custas, em razão da condição dele de juridicamente necessitado. Após o trânsito em julgado os nomes dos condenados deverão ser lançados no rol dos culpados e expedida a documentação necessária para fins de execução. Os valores referentes à pena de multa e às custas processuais deverão ser inscritos em dívida ativa, nos termos do artigo 51, do Código Penal, se o condenado Francisco não satisfizer voluntariamente essas obrigações, no prazo legal. O veículo apreendido (Pálio EDX, cor prata, placas NBG 5999) poderá ser restituído uma vez comprovada a propriedade. P. R. I. C. (INI/DF, II/RO, TRE/RO ETC.). Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Edvino Preczevski Juiz de Direito

Proc.: 0007428-79. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Valmir Rodrigues dos Santos
Advogada: Maria Elena Pereira Malheiros (OAB/RO 4310)
FINALIDADE: INTIMAR a advogada acima mencionada para apresentar as alegações finais nos autos supra, no prazo legal.

Élia Massumi Okamoto
Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0003828-16. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Deive Souza Neves
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161), Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028), Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
SENTENÇA:
Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia e condeno DEIVE SOUZA NEVES às penas do art. 157, 2º, I e II, do Código Penal, e absolvo-o do delito do art. 15, caput, da Lei n. 10. 826/03, nos termos do art. 386, III do CPP. Passo à dosimetria da pena. DEIVE é primário, não registra antecedentes, sua culpabilidade foi inerente aos delitos praticados e as consequências de sua conduta já tipificam os delitos, por estas razões, fixo as penas bases em 4 (quatro) anos de reclusão e 10 dias multas. Inexistem atenuantes que militem a favor do acusado. Em razão das causas de aumento de pena reconhecidos, aumento a pena em 1/3 (um terço), fixando-a em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 13 dias multa no valor unitário de R$ 23, 00. . Deixo de aplicar o 2º, do art. 387, do CPP, vez que tal calculo será realizado automaticamente pelo sistema quando da autuação da execução

penal. Por não haver outras circunstâncias a considerar, torno as penas em definitivo. Fixo o regime semiaberto para o início do cumprimento da pena. Oficie para remoção de DEIVE ao regime prisional fixado, podendo ele ser transferido, caso não esteja em regime mais rigoroso por outro motivo. Sem Custas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito

Proc.: 0010848-58. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Jarderson dos Santos Lopes, Elido dos Santos Neves, Emanuel Glaute Rocha Cunha.
Advogado: Ana Lidia da Silva (OAB/RO 4153), Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028), Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161), Graciliano Ortega Sanchez (RO 5194)
DESPACHO: "VISTOS ETC. A denúncia já foi recebida. Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP). Audiência de instrução para 9/9/2013 às 08h00min. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito"

Proc.: 0008385-46. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante: Flávio Henrique Teixeira Orlando
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Querelado: Clara Regina do Carmo Góes Orlando
DESPACHO: "VISTOS ETC. Nos termos do art. 520 do CPP, designo audiência de conciliação para o dia 06/09/2013 às 08h00min. As cautelares solicitadas serão analisadas em audiência. Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito".

Proc.: 0007213-69. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Mateus de Lima Vieira, Jeferson Andrade da Silva, Anderson Souza da Silva, Rogério Gomes de Oliveira, Leandro Garcia da Silva, Josué Alves dos Santos, Francisco Cláudio Cortez Mendes, Romário Antelo da Silva, Erisvaldo dos Santos, Reginaldo dos Santos Monteiro
Advogados: Agnaldo Muniz - OAB/RO 258-B, Marisamia Aparecida de C. Sobrinho - OAB/RO 4553, Kelly Michelle de C. Inacio - OAB/RO 3240, João de Castro I. Sobrinho - OAB/RO 433-A, Gilvane Veloso Marinho - OAB/RO 2139
DESPACHO: VISTOS ETC. A denúncia já foi recebida. Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP). Audiência de instrução para 23/8/2013 às 10h15min. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Valdeci Castellar Citon Juiz de Direito.

Proc.: 0001458-64. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Diego Siqueira de Sousa, Maicon Marques de Castro, Alan Diego Chaves de Souza, Luan Cabral Oliveira, Adailton Almeida da Silva, João da Conceição Siqueira
Advogado: Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2258)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima, para acompanhar a audiência de interrogatório do Réu João da Conceição Siqueira designada para o dia 23/08/2013 às 11: 00 horas.

Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

3ª VARA CRIMINAL

3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Franklin Vieira dos Santos
Escrivã Judicial: Rosimar Oliveira Melocra
Endereço eletrônico: pvh3criminal@tjro. jus. br

Proc.: 0012708-94. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante: Cicero Pessoa Rego
Advogado: Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788)
Querelado: Antônio Marcos Pereira Mota, Antonio Soares da Silva, Francisca Oliveira de Almeida, Lucimar Anjo de Almeida, Enelta José Pereira Carvalho, Rosanira Capistrano Luz Esteves
DECISÃO:
VISTOS. CÍCERO PESSOA REGO, qualificado devidamente nos autos, através de Defensor Constituído ingressou com a presente queixa-crime em face de ANTÔNIO MARCOS PEREIRA MOTA, ANTÔNIO SOARES DA SILVA, FRANCISCA OLIVEIRA DE ALMEIDA, LUCIMAR ANJO DE ALMEIDA, ENELTA JOSÉ PEREIRA DE CARVALHO e ROSANIRA CAPISTRANO LUIZ, qualificados nos autos, conforme argumentos de fls. 03/06. Juntou documentos. Instado o Ministério Público se manifestou pela rejeição da queixa-crime. É o breve exame. Decido. Examinado os autos, verifico que o querelante fez a juntada da ocorrência policial onde consta que os fatos descritos na denúncia ocorreram em 04. 01. 2013 e a ocorrência foi registrada em 16. 01. 2013 (fls. 10). A presente Ação Penal Privada foi ajuizada somente em 23. 07. 2013. Portanto, já havia decorrido o período decadencial de 06 (seis) meses. O art. 38 do Código de Processo Penal dispõe que: "Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia. "Assim, necessariamente ocorre a extinção do feito pelo reconhecimento da decadência. Nesse diapasão, acolho o parecer ministerial, também como fundamento, da presente DECISÃO. Ao teor do exposto, tendo ocorrido a decadência do

direito de oferecer a queixa-crime (art. 38 do CPP) e JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE, rejeitando a peça acusatória dos querelantes. Oportunamente dê-se baixa na Distribuição, promovam-se as anotações cartoriais pertinentes e arquivem-se os autos. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Prazo: 60 dias
Proc.: 0001509-03. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Valdinei Potacio Braga, brasileiro, filho de Zeli Maria Braga e de Geraldo Potácio, nascido aos 30 de setembro de 1985, em Araputanga/MT. Atualmente em lugar incerto.
SENTENÇA:
Ao exposto, julgo procedente em parte a denúncia inaugural e condeno VALDINEI PROTAZO BRAGA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 147 caput, e art. 331, ambos do CP. Passo a dosar-lhe as penas. Culpabilidade normal para o tipo. Não registra antecedentes criminais dignos de nota. Não há nos autos informações quanto à conduta social, personalidade do réu, tampouco quanto ao motivo da prática do delito. As circunstâncias e consequência lhe são desfavoráveis, notadamente porque a conduta foi praticada em face de sua própria mãe e irmão, trazendo consequências desastrosa para a vida familiar. Por último, e a vítima em nada contribuiu para a ocorrência do delito. Dessa forma, nos termos do art. 59 do Código Penal, para o crime de ameça fixo-lhe a pena base em 2 (dois) meses de detenção, que torno definitiva em ausência de elementos modificadores. Para o crime de desacato, fixo a pena-base em 7 (sete) meses de detenção, tornando definitiva em ausência de outros elementos modificadores. Reconheço o concurso material de crimes, devendo as penas serem somadas. Assim, fica o réu condenado a pena de 9 (nove) meses de detenção. Imponho ao condenado o regime prisional inicial aberto, conforme disposto no art. 33, 2º, "c", do CP. O crime foi cometido com grave ameaça, o que impediria a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do art. 44 do CP. Todavia, considerando que os crimes trouxeram ofensas diminutas, possibilito ao acusado a substituição da pena de prisão por medida restritiva de direitos. Assim, atento aos arts. 44, 2º, segunda parte, 46 e 47, todos do CP, substituo a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade pelo tempo da condenação, cujo local será discriminado oportunamente, em audiência admonitória. Isento-o das custas processuais por entender que é pobre. O réu encontra-se solto por este processo e assim poderá permanecer até o trânsito em julgado desta DECISÃO. Certificado o trânsito em julgado desta SENTENÇA ou do eventual recurso que a confirme, lance o nome da ré no rol dos culpados expeça-se guia de execução, cuja cópia instruída na forma da lei e com ciência ministerial deve ser encaminhada ao douto Juízo Especializado, para execução das penas e promovam-se as anotações e comunicações pertinente, inclusive ao TRE-RO. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos. DECISÃO prolatada em audiência, dou-a por publicada e as partes por intimadas". Nada mais.

Prazo: 90 dias
Proc.: 0013135-28. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Geovane Vieira da Cruz, brasileiro, solteiro, filho de Mauro Vieira da Cruz e Maria Dina, nascido aos 09 de julho de 1993, em Água Boa/MG. Clebson Ferreira da Silva, brasileiro, solteiro, serviços gerais, filho de Mauro da Silva e Ângela Maria Ferreira de Souza, nascido aos 17 de setembro de 1992, em Extrema/RO. Rafael de Souza da Silva, brasileiro, filho de Maria das Dores de Souza da Silva, nascido aos 25 de outubro de 1993, em Extrema/RO. Todos em lugares incertos.
SENTENÇA:
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL EXARADA NA DENÚNCIA e condeno os acusados RAFAEL DE SOUZA DA SILVA, GEOVANI VIEIRA DA CRUZ e CLEBSON FERREIRA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 155, 4º, IV, do Código Penal. Passo a dosar-lhes as penas em conjunto por estarem na mesma situação. Culpabilidade normal para o tipo. Não apresentam antecedentes criminais. Não há nos autos informações acerca da conduta sociofamiliar dos acusados, tampouco quanto aos motivos que os levaram a prática do delito. As circunstâncias e consequências do crime não lhe são desfavoráveis. A vítima não contribuiu para a ocorrência do delito. Assim, nos termos do art. 59, do CP, fixo-lhes as penas bases no mínimo legal, ou seja, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa para cada um dos réus. Presente em relação a todos os réus a circunstância atenuante da menoridade penal relativa, porém as penas já foram fixadas no mínimo legal. Inexiste circunstâncias agravantes de pena a considerar. Assim, ficam os réus condenados cada um a uma pena de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Fixo o valor do dia multa em 1/30 do salário mínimo, ou seja, R$ 22, 60, totalizando R$ 226, 00. O regime inicial de cumprimento das penas será o aberto (art. 33, 2º, "c", do CP). Atento aos arts. 44, 2º, segunda parte, 46 e 47, todos do CP, substituo as penas privativas de liberdade imputada aos réus cada uma por duas restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade pelo tempo da condenação e na obrigação de recolhimento domiciliar das 22 às 06 horas da manhã, as quais serão especificadas, oportunamente, em audiência admonitória. A substituição deu-se por duas restritivas em razão da condenação ser superior a um ano. Condeno ainda o réu RAFAEL ao pagamento das custas processuais no valor de R$ 50, 11 (1/3 de R$ 150, 33). Quanto a CLEBSON e GIOVANI deixo de exigir o pagamento das penas de multa e isento-os do pagamento das custas processuais, por entender parcas as suas condições financeiras, o que restou evidenciado pelo patrocínio da Defensoria Pública. Intime-se o réu RAFAEL a efetuar o pagamento da pena de multa e das custas processuais no prazo de 10 (dez) dias, a contar do trânsito em julgado desta SENTENÇA, sob pena de inscrição em dívida ativa. Considerando que CLEBSON e GIOVANI estão atualmente em lugar incerto e não sabido, intime-os desta SENTENÇA por edital com prazo de 90 (noventa) dias. Com o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, expeça-se carta de guia e efetuem-se as comunicações necessárias. Cumpridas as deliberações supra, arquive-se os autos. P. R. I. Porto Velho-RO, terça-feira, 23 de abril de 2013. Franklin Vieira dos Santos Juiz de Direito

Rosimar Oliveira Melocra
Escrivã Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro. jus. br / ouvidoria@tjro. jus. br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juíza de Direito: Fabíola Cristina Inocêncio
Diretor de Cartório: Bel. José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo

Proc.: 0024500-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: Joaquim Rufino Lopes Me, Joaquim Rufino Lopes
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: JOAQUIM RUFINO LOPES Me CNPJ: 03/12/2007, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: JOAQUIM RUFINO LOPES CPF 215. 727. 632-72
CPF: 215. 727. 632-72
CDA Nº: 20070200017214
DATA DA INSCRIÇÃO: 03/12/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 8. 806, 64 (atualizado até 03/12/2007)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. parcelamento nº 20070109900149 de ICMS relativo a Imposto Declarado, rescindido por falta de recolhimento no prazo definido no art. 69 1º, do RICMS, instituído pelo Decreto 8. 321/98.
Fundamento Legal: art. 69 do RICMS-RO, instituído pelo Decreto 8. 321/98.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0189049-35. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira ( )
Executado: Auto Pecas Rondon Ltda, Cosmo Ferreira Linhares
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: AUTO PEÇAS RONDON LTDA CNPJ: 04. 062. 154/0001-69, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: COSMO FERREIRA LINHARES
CPF: 044. 754. 023-87
CDA Nº: 20040200002364
DATA DA INSCRIÇÃO: 22/09/2004
VALOR DA DÍVIDA: R$ 11. 478, 67 (atualizado até 05/07/2012)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, refrente a ICMS devido, por falta de recolhimento.
Fundamento LEGAL: Art. 149 da Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0164500-19. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: Multicell Rondônia Comércio e Telefonia Ltda-me, Maria de Fátima Falabela Scotti, Giulianno Falabela Scotti
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: MULTICELL RONDÔNIA COMÉRCIO E TELEFONIA LTDA-me CNPJ: 07. 725. 118/0001-26, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: MARIA DE FATIMA FALABELA SCOTTI; GIULIANNO FALABELLA SCOTTI
CPF: 053. 146. 072-04; 522. 021. 602-30
CDA Nº: 20080200002994
DATA DA INSCRIÇÃO: 04/04/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 10. 607, 74 (atualizado até 22/03/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. saldo de parcelamento nº 20060100101103 de ICMS relativo a substituição tributária, rescindido por falta de recolhimento no prazo definido no art. 69 1º, do RICMS-RO instituido pelo Decreto 8321/98.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 69 do RICMS-RO, instituido pelo Decreto 8321/98.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0090140-16. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: Comercio de Aparelhos de Agua Cristalina Ltda Me, Almir Beserra da Silva, Geraldo dos Santos Lopes
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: COMERCIO DE APARELHOS DE AGUA CRISTALINA LTDA Me CNPJ: 04. 201. 187/0001-42, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: ALMIR BESERRA DA SILVA: GERALDO DOS SANTOS LOPES
CPF: 261. 218. 084-20; 792. 374. 288-04
CDA Nº: 20070200014948
DATA DA INSCRIÇÃO: 16/10/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 11. 741, 30 (atualizado até 16/02/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. Rito Especial e Sumário de ICMS lançado através do Extrato de ICMS Diferencial de Alíquota, instituido pela Resolução 002/01/GAB/CRE.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 149 da Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0046906-23. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Christian Patrícia da Silva Mácola (OAB/PA 9768)
Executado: Supermercado Irmaos Pessanha Ltda, Elizeth Ornellas, Juscelino Rodrigues de Moraes
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO dos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): JUSCELINO RODRIGUES DE MORAES CPF: 106. 227. 481-49; ELIZETH ORNELLAS CPF 230. 780. 811-68, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a SUPERMERCADO IRMÃOS PESSANHA LTDA. . Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 2040200000197
DATA DA INSCRIÇÃO: 10/02/2004
VALOR DA DÍVIDA: R$ 26. 795, 64 (atualizado até 31/08/2009)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010231568 lavrado em 02/09/1997.
Infringência: Art. 57 da Lei 688/96 do RICMS - Decreto 8321/98.
Penalidade: Artigo 79-X Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório. I

Proc.: 0090574-05. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: Madeireira Sinrol Ltda, Silvonei Rodrigues dos Santos, Rômulo da Silva Lopes
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: MADEIREIRA SINROL CNPJ: 03. 375. 355/0001-53, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: SILVANEI RODRIGUES DOS SANTOS; ROMULO DA SILVA LOPES
CPF: 389. 499. 112-72; 509. 841. 872-00
CDA Nº: 20080200001095
DATA DA INSCRIÇÃO: 15/02/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 5. 994, 23 (atualizado até 28/07/2011)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração nº 010331791 lavrado em 29/06/2001.
Infringência: Art. 57 da Lei 688/96 e art. 146 do RICMS- Decreto 8321/98.
Penalidade: art. 79-XVI-b Lei 688/96, com nova redação pela Lei 828/99.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0118290-07. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: J. Augusto M. dos Santos Me, José Augusto Macedo dos Santos
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: J. AUGUSTO M. DOS SANTOS Me CNPJ: 07. 464. 673/0001-41, dos termos da ação de Execução Fiscal

abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: JOSÉ AUGUSTO MACEDO DOS SANTOS
CPF: 944. 701. 462-34
CDA Nº: 20080200001267
DATA DA INSCRIÇÃO: 25/02/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 18. 469, 91 (atualizado até 02/07/2012)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. saldo de parcelamento nº 20070109901780 de ICMS relativo a substituição tributária, rescindido por falta de recolhimento no prazo definido no art. 69, 1º, do RICMS-RO, instituído pelo Decreto 8321/98.
Fundamento Legal: Art. 69 do RICMS-RO, instituido pelo Decreto 8321/98.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0035255-52. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: Blue Moon Comercio de Confecções Ltda - ME, Diogo Vilmar Zimmermann, Sonia Centauro de Freitas
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: BLUE MOON COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 02. 839. 916/0001-65, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: DIOGO VILMAR ZIMMERMANN; SONIA CENTAURO DE FREITAS
CPF: 526. 831. 502-10; 772. 895. 012-68
CDA Nº: 20070200003789
DATA DA INSCRIÇÃO: 22/03/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 69. 735, 22 (atualizado até 05/07/20012)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. Rito Especial e Sumário de ICMS lançado através do Extrato de ICMS Diferencial de Alíquota, instituído pela Resolução 002/01/GAB/CRE.
Fundamento Legal: Art. 149 da Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0080064-30. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: Comercio de ImportaÇÃo e ExportaÇÃo Minuano ClimatizaÇÃo Ltda, Izaias Honorio da Silva, Edson Elton Anghinoni
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO MINUANO CLIMATIZAÇÃO LTDA CNPJ: 26. 522. 771/0001-32, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: IZAIAS HONORIO DA SILVA; EDSON ELTON ANGHINONI
CPF: 022. 916. 968-66; 589. 136. 709-25
CDA Nº: 20070200014068
DATA DA INSCRIÇÃO: 29/08/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 18. 273, 13 (atualizado até 02/07/2012)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. Rito Especial e Sumário de ICMS lançado através do Extrato de SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA, instituído pela Resolução 002/02/GAB/CRE.
Fundamento Legal: Art. 149 da Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0087947-67. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: Hi Fi Comércio de Alimentos Ltda, Márcio Antonio Spinet, Serafim Gonçalo de Almeida
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO dos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): MARCIO ANTONIO SPINET CPF 326. 300. 932-04; SERAFIM GONÇALO DE ALMEIDA CPF 527. 376. 758-04. , dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a HI FI COMÉRCIO DE ALIMENTO LTDA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20040200000480
DATA DA INSCRIÇÃO: 27/02/2004

VALOR DA DÍVIDA: R$ 4. 152, 80 (atualizado até 09/06/2004)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010302171 lavrado em 16/06/2000.
Infringência: Art. 79 Inciso XXXVII da Lei 688/96.
Penalidade: Artigo 79-XXXVII Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0034119-98. 2000. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Executado: Ind. e Com. de Madeira Soltowski Ltda, Oscar Huida Soltovski, Mario Soltovski, Wilco Woltoski
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO dos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): OSCAR HUIDA SOLTOVSKI CPF 287. 088. 909-78; MARIO SOLTOVSKI CPF 490. 370. 999-04; WILÇO SOLTOVSKI CPF 441. 173. 889-91, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a IND. E COM. DE MADEIRA SOLTOWSKI LTDA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 00250-01-5565/99
DATA DA INSCRIÇÃO: 30/07/99
VALOR DA DÍVIDA: R$ 22. 871, 11 (atualizado até 30/06/2010)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao auto de Infração 01. 021949-5, lavrado em 6. 12. 96, conf. consta do PAT 01. 021949-5.
Infringência- Artigo 81, inciso XII, da Lei 223/89, com nova redação dada pela Lei 453/92.
Penalidade: artigo 81, inciso XII, da Lei 223/89.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0177161-06. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
Executado: Madeireira Madecer Ltda, Nascer Nohannad, Ivair Siebre
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO dos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): NASCER NOHANNAD CPF 332. 176. 702-30; IVAIR SIEBRE CPF 418. 873. 362-49, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a MADEIREIRA MADECER LTDA. . Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20030200001202
DATA DA INSCRIÇÃO: 15/09/2003
VALOR DA DÍVIDA: R$ 194. 405, 62 (atualizado até 17/06/2010)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010295914 lavrado em 12/11/1999.
Infringência: Art. 177-- 2º-7 E 859, DO RICMS aprovado pelo Decreto nº 8321/98.
Penalidade: Artigo 78-III-e Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0042510-61. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: Semalo Indústria de Comércio de Alimentos Ltda, Madalena Gomes, Sérgio Marcolino Longen
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: SEMALO INDUSTRIA DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ: 36. 804. 268/0005-57, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: MADALENA GOMES; SERGIO MARCOLINO LONGEN
CPF: 164. 028. 042-15; 203. 296. 361-20
CDA Nº: 20070200014788
DATA DA INSCRIÇÃO: 09/10/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 19. 629, 55 (atualizado até 21/03/2011)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 030286052 lavrado em 15/10/2001.
Infringência: Artigo 814, do RICMS aprov p/ Dec. 8321/98.
Penalidade: Artigo 78-III-s Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0192104-91. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira ( )
Executado: Madeireira Madecer Ltda, Nascer Nohannad, Ivair Siebre
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO dos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): NASCER NOHANNAD CPF 332. 176. 702-30; IVAIR SIEBRE CPF 418. 873. 362-49, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a MADEIREIRA MADECER LTDA. . Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20040200001116
DATA DA INSCRIÇÃO: 18/05/2004
VALOR DA DÍVIDA: R$ 139. 980, 88 (atualizado até 6/6/2012)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 030210838 lavrado em 10/09/1999.
Infringência: Art. 12 4º Da Resolução 004/99.
Penalidade: Artigo 840-IX-o do Decreto-8321/98.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0018385-58. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri ( )
Executado: Souza & Lino Ltda, Ofimar Ribeiro de Souza, Rivelino Lino Ribeiro
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: SOUZA & LINO LTDA CNPJ: 06. 303. 677/0001-85, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: OFIMAR RIBEIRO DE SOUZA; RIVELINO LINO RIBEIRO
CPF: 448. 964. 922-34; 579. 204. 432-53
CDA Nº: 20100200032937
DATA DA INSCRIÇÃO: 23/08/2010
VALOR DA DÍVIDA: R$ 14. 891, 05 (atualizado até 23/08/2010)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010418145 lavrado em 30/04/2006.
Infringência: Artigo 117-X e 188-1, do RICMS aprov p/ Dec. 8321/98 c/c/c art. 15, alínea “e”, da Lei 688/96. .
Penalidade: Artigo 78-III-i Lei 688/96. Nova redação dada pela Lei 1057/02.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0303691-79. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (RO Não Informada)
Executado: Chico Comercio de Cereais e Representação Ltda, Nerci Natalino Szimanski, Gilberto Closs
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: CHICO COMERCIO DE CEREAIS E REPRESENTAÇÃO LTDA CNPJ: 15. 857. 501/0002-47. , dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: NERCI NATALINO SZIMANSKI; GILBERTO CLOSS
CPF: 282. 925. 459-72; 368. 869. 719-72
CDA Nº: 20080200006419
DATA DA INSCRIÇÃO: 27. 08/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 6. 859, 08 (atualizado até 20/06/2012)
Natureza da dívida: O valor inscrito ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010309303 lavrado em 25/03/2000.
Infringência: Artigo 863-VI, do RICMS aprovado pelo Dec. 8321/98.
Penalidade: Artigo 78-III-I Lei 688/96. Nova redação dada pela Lei 787/98.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0024946-69. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarniere (OAB/RO 398B)
Executado: Gilberto Yukio Inoue Me, Gilberto Yukio Inoue
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: GILBERTO YUKIO INOUE Me CNPJ: 05.

471. 887/0001-10, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: GILBERTO YUKIO INOUE
CPF: 191. 832. 592-87
CDA Nº: 20070200007809; 20070200010726
DATA DA INSCRIÇÃO: 04/05/2007; 20/06/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 3. 659, 45 (atualizado até 11/02/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. a ICMS declarado mensalmente pelo contribuinte.
Fendamento Legal: Art. 149 da Lei 688/96.
Rito Especial e Sumário, relativo aos meses de referências 07/2004, 08/2004.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0124110-70. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri ( )
Executado: Carvalho & Anjos Armarinhos Ltda, Marcelo Ferreira dos Anjos, Jadir Gilberto Carvalho
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: CARVALHO & ANJOS ARMARINHOS LTDA CNPJ: 02. 069. 752/0001-34, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: MARCELO FERREIRA DOS ANJOS CPF 285. 855. 932-53; JADIR GILBERTO CARVALHO CPF 289. 821. 852-91
CPF: 285. 855. 932-53; 289. 821. 852-91
CDA Nº: 20080200007482
DATA DA INSCRIÇÃO: 06/10/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 3. 473, 15 (atualizado até 11/06/2012)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. Rito Especial e Sumário de ICMS lançado através do Extrato de ICMS Diferencial de Alíquota, instituído pela Resolução 002/01/GAB/CRE.
Fundamento Legal: Art. 149 da Lei 688/96.
Rito Especial e Sumário, relativo aos meses de referências 20051600021037.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0302920-04. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (RO Não Informada)
Executado: Supermercado Chaves Ltda. - Me, Ivan Fernandes da Rocha, Ruth de Sá Chaves
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: SUPERMERCADO CHAVES LTDA CNPJ: 06. 351. 914/0001-83. , dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: IVAN FERNANDES DA ROCHA CPF 037. 013. 012-04; RUTH DE SÁ CHAVES CPF 149. 552. 612-72
CPF: 037. 013. 012-04; 149. 552. 612-72
CDA Nº: 20080200005829
DATA DA INSCRIÇÃO: 04/08/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 2. 327, 27 (atualizado até 21/03/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. Rito Especial e Sumário de ICMS lançado através do Extrato de ICMS Diferencial de Alíquota, instituído pela Resolução 002/01/GAB/CRE.
Fundamento Legal: Art. 149 da Lei 688/96.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0004144-45. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri ( )
Executado: Jatuarana Comercio de Tintas Ltda Me, Júlio César Valois Silva, Feleciano Duarte da Silva
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: JATUARANA COMERCIO DE TINTAS LTDA Me CNPJ: 01. 260. 968/0001-10, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: FELECIANO DUARTE DA SILVA CPF 204. 382. 222-53; JULIO CESAR VALOIS SILVA CPF 635. 278. 042-34
CPF: 204. 382. 222-53; 635. 278. 042-34
CDA Nº: 20100200026106
DATA DA INSCRIÇÃO: 28/05/2010

VALOR DA DÍVIDA: R$ 24. 320, 90 (atualizado até 24. 320, 90)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ao Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração nº 010294624 lavrado em 02/09/1999.
Infringência: Art. 177--2º, do RICMS aprov. p/ Dec. 8321/98 c/c/c art. 15, alínea "e", da Lei 688/96.
Penalidade: Artigo 78-III-i Lei nº 688/96 com nova redação dada pela Lei 1057/02.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013. Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório.

Proc.: 0084334-34. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (RO)
Executado: Tecnoserve Ind. e Com. de AÇo Ltda
Advogado: Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272), Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
DESPACHO:
VISTOS, Defiro. Intime-se o executado, por meio dos seus patronos para comprovar pagamento do valor remanescente das custas processuais e honorários advocatícios, em cinco dias. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Fabíola Cristina Inocêncio Juíza de Direito

Proc.: 0006109-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Viação Aérea São Paulo S. A. - VASP
Advogado: Alexandre Tajra (OAB/SP 77. 624)
Interessado: Wang Tang Yang
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Publicação da Diretoria de Cartório
Ficam os Advogados do Sr. Wang Tang Yang intimados para manifestarem-se quanto aos Embargos de Terceiro e para requerer o que entender por direito no prazo de cinco dias, sob pena de devolução da deprecata. Porto Velho, 5 de Agosto de 2013. Cátia Balarin Ferreira da Silva - Diretora de Cartório

Proc.: 0106327-70. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Requerente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
Requerido: Cerâmica Marajá Ltda.
Advogado: Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046), Lester Pontes de Menezes Junior (RO 2657), Paulo Rogério José (OAB/RO 383)
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 48 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:
Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)

Proc.: 0016921-38. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Fabio José Gobbi Duran ( )
Executado: R. C. Distribuidora Ltda
Advogado: Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Rodolfo de Castro Figueredo Ferreira (OAB/RO 4932)
Publicação da Diretoria de Cartório
Fica o Advogado intimado para manifestar-se quanto ao sequestro realizado na conta do Estado de Rondônia e requerer o que entender por direito, no prazo de cinco dias. Porto Velho, 5 de Agosto de 2013. Cátia Balarin Ferreira da Silva - Diretora de Cartório

Proc.: 0122980-79. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: I B Rodrigues & Rodrigues Ltda, Ismair Bueno Rodrigues, João Paulo Azevedo Rodrigues
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃO da parte Executada: I B RODRIGUES & RODRIGUES CNPJ: 08. 542. 000/0001-25, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: ISMAIR BUENO RODRIGUES; JOAO PAULO AZEVEDO RODRIGUES
CPF: 33723508120; 89823362220
CDA Nº: 20080200001307
DATA DA INSCRIÇÃO: 25/02/2008
VALOR DA DÍVIDA: R$ 3. 157, 81 (atualizado até 27/07/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref saldo do Parcelamento nº 20070109904270 de ICMS relativo a Diferencial de aliquota, rescindido por falta de recolhimento no prazo definido no art 69 paragrafo 1º do RICMS-RO, Intituido pelo decreto 8. 321/98. Fundamento legal: art. 69 do RICMS -RO, instituído pelo decreto 8. 321/98Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013 - Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório

Proc.: 0161788-32. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
Executado: Molas Cimebras Ltda, Maria Gilza Pereira Gonçalves
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃOdos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): MARIA GILZA PEREIRA GONÇALVES CPF: 039. 351. 322-04, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a MOLAS CIMEBRAS LTDA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de

lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20030200001053
DATA DA INSCRIÇÃO: 09/09/2003
VALOR DA DÍVIDA: R$ 132. 512, 62 (atualizado até 01/09/2010)
Natureza da dívida: O valor inscrito refere-se ap Crédito Tributário lançado através do Auto de Infração de nº 010218464 lavrado em 16/10/1996, Infringência e Penalidade: art 81, inciso XVI da lei 223/89.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça)
Porto Velho, 05/08/2013 - Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório

Proc.: 0080030-55. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado: Agrorondonia Comercio e Representacoes Ltda Me, Maria Nizete de SÁ Madeira, Vilmar Coletti
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃOda parte Executada: AGRORONDONIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ: 01. 955. 339/0001-04, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CORRESPONSÁVEIS: MARIA NIZETE DE SÁ MADEIRO; VILMAR COLETTI
CPF: 188782102-34; 339306359-68
CDA Nº: 20070200017509
DATA DA INSCRIÇÃO: 10/12/2007
VALOR DA DÍVIDA: R$ 2. 680, 43 (atualizado até 08/08/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, ref. A ICMS declarado mensalmente pelo contribuinte Fundamento legal: art 149 da lei 688/96. Rito especial e sumário, relativo aos meses de referencias 07/2007.
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013 - Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório

Proc.: 0103360-52. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Requerente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado: Tarimba Industria Comercio e Representacao Ltda, Domingos Aparecido Vara, Sebastiana Nunes
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃOdos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): MARIA CRISTILENE VIEIRA SILVA CPF: 516. 274. 342-91, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a TARIMBA MÓVEIS IND. E COMÉRCIO LTDA. como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20040200003800
DATA DA INSCRIÇÃO: 02/12/2004
VALOR DA DÍVIDA: R$ 7. 321, 57 (atualizado até 27/07/2011)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária, referente ao Rito Especial e Sumário lançado através do Extrato de Substituição Tributária instiuido pela resolução nº 02/02/GAB/CRE. Fundamento legal: art. 149 da Lei 688/96. Rito Especial e Sumário, referências 20011153885453, 20021150528134, 20021100132733, 20031100006530, 20031100032248
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013 - Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório

Proc.: 0168650-19. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Executado: Rocks Joalheiros Ltda, Francisco Roque da Silva, Gilberio Maria da Silva
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: Nos termos do artigo 231, I do CPC, CITAÇÃOdos corresponsáveis da parte Executada(art. 135, III do CTN): FRANCISCO ROQUE DA SILVA CPF: 20293658234; GILBERTO MARIA DA SILVA CPF: 28760409649, dos termos da ação de Execução Fiscal abaixo qualificada, em que figura como Exequente a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA Executada a ROCKS JOALHEIROS LTDA. Bem como para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da respectiva dívida, acrescida de juros, correção monetária, custas processuais, honorários advocatícios e demais encargos, ou oferecer bens à penhora, sob pena de lhe serem penhorados ou arrestados bens suficientes para garantia da dívida.
CDA Nº: 20030200001247
DATA DA INSCRIÇÃO: 16/09/2003
VALOR DA DÍVIDA: R$ 16. 138, 21 (atualizado até 06/09/2010)
Natureza da dívida: Dívida Ativa Tributária lançado através do Auto de infração de nº 010210617 lavrado em 03/06/1996. Infringencia e Penalidade: art 81, inciso I da 223/89, alterada pela lei 641/95
Este Edital foi expedido e assinado nos termos da Lei e Provimento nº 001/2001 (Diretrizes Gerais da Corregedoria da Justiça).
Porto Velho, 05/08/2013 - Eduardo Ribeiro dos Santos - Chefe de Cartório

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

2ª Vara de Execuções Fiscal e Registros Públicos

Proc.: 0001116-94. 2010. 8. 22. 0101
Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente: Maria da Penha Passamani
Advogado: Hermenegildo Lucas da Silva (OAB/RO 1497)
FINALIDADE: Intimação da parte dispositiva da r. SENTENÇA de fls. 97/99: "(. . .) ISSO POSTO, fiel às razões aduzidas e ao conjunto probatório acostado aos autos, em harmonia com o Ministério Público, com fulcro nos artigos 29, inciso I, 50 e 109 da Lei nº 6. 015/73 e inciso I, do artigo 269 do CPC, julgo procedente o pedido formulado pela autora, em consequência, determino ao senhor oficial do registro civil para proceder a retificação no assento de nascimento de Maria da Penha Passamani, nos termos da inicial. Os demais dados permaneçam inalterados. Diante do contexto da presente DECISÃO, dispenso a contagem do prazo recursal pela ausência do contraditório. Defiro a gratuidade de justiça. Expeça-se o competente mandado. Ultimadas as medidas de estilo, arquivem-se os autos com a devida baixa no livro de feitos. P. R. I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. " Maxulene de Sousa Freitas, Juíza de Direito. João Jorge da Silva Júnior - Diretor de Cartório.

Proc.: 0000386-78. 2013. 8. 22. 0101
Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Requerente: Carolina Dáfine da Silva Ronzani
Advogada: Maria Cristina Ronsani (OAB/SC 17. 540)
FINALIDADE: Intimação da r. SENTENÇA de fl. 13: VISTOS. Tendo em vista que foi sanada a irregularidade, não havendo mais razões para o prosseguimento do feito, e ao parecer ministerial de fls. 11/12. JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento do MÉRITO, com fundamento no art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil. P. R. I. Arquivem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 15 de julho de 2013. " Maxulene de Sousa Freitas, Juíza de Direito. João Jorge da Silva Júnior - Diretor de Cartório.

Proc.: 0000744-43. 2013. 8. 22. 0101
Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Requerente: Victor Begnini Costa, Hendy Noronha Moreira
Advogado: Carla Begnini Pinheiro (OAB/RO 778)
FINALIDADE: Intimação do r. DESPACHO de fl. 17: "Oficie-se aos Cartórios Distribuidores Cível, Criminal e de Protesto desta Capital, e à Justiça Federal, para que forneçam ao Juízo certidão de antecedentes de Hendy Noronha Moreira. Solicite-se ainda aos Cartórios de fls. 8/9, cópia da folha do livro do respectivo registro. Após, vista ao Ministério Público. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. " Maxulene de Sousa Freitas, Juíza de Direito. João Jorge da Silva Júnior - Diretor de Cartório.

Proc.: 0000687-25. 2013. 8. 22. 0101
Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil
Representante: Edivania Maria de Lima, Joyce Maria Lima, Adenildo Barbosa Lima
Advogado: Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370)
FINALIDADE: Intimação do r. DESPACHO de fl. 19: "Oficie-se ao Cartório de Registro Civil, às fls. 9, 10 e 11, para que enviem a esse Juízo cópia da folha do livro do respectivo registro. Oficie-se aos Cartórios Distribuidores Cível, Criminal e de Protesto desta Capital, e à Justiça Federal, para que forneçam ao Juízo certidão de antecedentes da requerente. Expeça-se o necessário. Assinalo o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento das diligências. Após, tornem conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 15 de julho de 2013. " Maxulene de Sousa Freitas, Juíza de Direito. João Jorge da Silva Júnior - Diretor de Cartório.

Proc.: 0000676-93. 2013. 8. 22. 0101
Ação: Petição (Cível)
Excipiente: Wanderson Cesar de Almeida
Advogado: Demétrio Laino Justo Filho (OAB/RO 276)
Excepto: Juiz Corregedor das Serventias Extrajudiciais da Comarca de Porto Velho.
FINALIDADE 1: Intimação da DECISÃO de fl. 32: "VISTOS ETC. Trata-se de EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO movida por Wanderson César de Almeida em face do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execuções Fiscais, Registros Públicos e Corregedoria Permanente das Serventias Extrajudiciais da Comarca da Capital, alegando suposto impedimento do ilustre magistrado para o julgamento do Processo nº 0000621-45. 2013. 8. 22. 0101. Considerando que a exceção de impedimento diz respeito a questões de caráter pessoal relacionada ao magistrado, éimperioso reconhecer que compete tão somente ao Juiz excepto, tido como impedido, responder ao incidente processual. Considerando ainda que o Ilustre Magistrado Titular desta Vara encontra-se em período de férias, conforme ATO n. 340/2013-CM, publicado no Diário da Justiça divulgado no dia 23 de maio de 2013, DETERMINO A SUSPENSÃO DO PRAZO PARA RESPOSTA DESTA EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO ATÉ O DIA 01/08/2013. Intime-se. Porto Velho - RO, terça-feira, 9 de julho de 2013. " Maxulene de Sousa Freitas, Juíza Substituta. João Jorge da Silva Júnior - Diretor de Cartório
FINALIDADE 2: Intimação da r. SENTENÇA de fls. 33/34: "VISTOS ETC. Wanderson César de Almeida excepcionou de impedimento deste juízo, nos autos da Ação de Procedimento Administrativo, processo nº 000621-45. 2013. 8. 22. 0101, alegando que o Juiz Titular é autoridade coatora no Mandado de Segurança nº 0003417-21. 2013. 8. 22. 0000, e que por tal motivo, seria parte no processo, estando impedido de atuar no processo administrativo, por força do disposto no inciso I do artigo 134 do CPC. Instruiu a inicial com os documentos de fls. 5/30. Relatei. Decido. Tenho que razão não assiste ao excipiente. A autoridade tida como coatora é o Juízo de Direito da 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registro Público de Porto Velho, como bem demonstram os documentos juntados pelo excipiente, que em nenhum momento demonstra a qualidade de parte do Juiz de Direito Amauri Lemes, no processo de Mandado de Segurança. Portanto, no mandamus, parte, é o Juízo e não o Juiz, qualidades e natureza bem distinta, que a lei não implica em impedimento para a atuação no processo que deu origem ao "writ". No mais, os fatos relatados não induzem a constatação de qualquer dos casos de impedimento que a lei contempla, sendo que o art. 135 do CPC não comporta extensão, por tratase de numerus clausus. Portanto, a impetração de mandado de segurança pela parte contra DECISÃO proferida por Juiz no curso de ação por ele presidida não transforma o Magistrado em parte na ação mandamental, sendo inaplicável a regra contida no inciso I do artigo 134, como quer o excipiente. Por tais razões, julgo IMPROCEDENTE a exceção de impedimento. Custas pelo excepto. PRI. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. " Amauri Lemes, Juiz de Direito.

João Jorge da Silva Júnior -
Diretor de Cartório.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital
Juiz de Direito Substituto: Rogério Montai de Lima
Diretor de Cartório - Escrivão: Evaldo da Costa Farias
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ou via internet: pvh3jespcivel@tjro. jus. br

Proc: 1000207-81. 2010. 8. 22. 0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
Ubirandi de Deus da Silva Lima(Autor)
Advogado(s): ERIC GEORGE TOMAZ SIDRIM(OAB 2968 RO)
Três Editorial Ltda(Requerido)
Advogado(s): Nilton Pereira Chagas(OAB 2885 AC), LÚCIA MARIA FERREIRA CABRAL(OAB 3037 AC)
Ubirandi de Deus da Silva Lima(Autor)
Advogado(s): ERIC GEORGE TOMAZ SIDRIM(OAB 2968 RO)
Três Editorial Ltda(Requerido)
Advogado(s): Nilton Pereira Chagas(OAB 2885 AC), LÚCIA MARIA FERREIRA CABRAL(OAB 3037 AC)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédios de seus advogados constituídos, do DESPACHO abaixo transcrito que julgou deserto o recurso inominado apresentado pela parte requerida.
DESPACHO: Três Editorial Ltda. Já qualificado nos autos, interpôs Recurso Inominado contra a r. SENTENÇA de movimento 22, que julgou procedente a ação de danos morais e restituição do valor pago indevidamente a empresa pelo autor.
O Embargante/Recorrente apresentou o recurso no movimento 27 TEMPESTIVAMENTE, entretanto, SEM o devido PREPARO, conforme atesta a certidão de movimento. 35, requerendo assim a Justiça Gratuita, em suas alegações de que a empresa se encontra em recuperação judicial. Verifica-se ainda que o devido PREPARO se daria em R$: 107, 96 (cento e sete reais e noventa e seis centavos), um valor irrisório para uma empresa. O qual INDEFIRO o pedido da embargante da gratuidade da Justiça. descumprindo, assim, o disposto no artigo 42, 1º, da Lei 9. 099/95, que diz:
O preparo será feito, independentemente de intimação, nas 48(quarenta e oito) horas seguintes à interposição, sob pena de deserção.
O Regimento de Custas da Justiça de Rondônia prevê o recolhimento de 1, 5% do valor da causa na inicial e 1, 5% na hipótese de recurso.
O artigo 54, parágrafo único, da Lei Federal 9. 099/95 versa o seguinte:
O preparo do recurso, na forma do 1º, do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.
No caso dos autos, o Recorrente, por ocasião do recurso, deveria ter recolhido, a título de preparo, o equivalente a 3% do valor da causa e não o fez.
Ante o exposto, em razão da falta de preparo legal, JULGO DESERTO o recurso.
Intimem-se.
Porto Velho, 17 de abril de 2013

Renato Bonifácio de Melo Dias
Juiz de Direito

Proc: 1001498-19. 2010. 8. 22. 0603
Ação: Execução de Título Judicial
Henrique Jorge de Queiroz Bastos(Requerente)
Advogado(s): Adriana Martins de Paula(OAB 3605 RO)
ESTEVE WASHINGTON GUIMARÃES DE SOUZA(Requerido)
Advogado(s): FLÁVIO CONESUQUE FILHO(OAB 1009 RO)
Henrique Jorge de Queiroz Bastos(Requerente)
Advogado(s): Adriana Martins de Paula(OAB 3605 RO)
ESTEVE WASHINGTON GUIMARÃES DE SOUZA(Requerido)
Advogado(s): FLÁVIO CONESUQUE FILHO(OAB 1009 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de sua advogada constituída, da certidão exarada em mandado de penhora negativo, constante no movimento de nº 45.

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - Shopping Cidadão
Juiz de Direito: Acir Teixeira Grécia
Escrivã Judicial: Inêz Dulcineia M. F. Carvalho
Processo Judicial Eletrônico: http: //www2. tjro. jus. br/projudi/
E-mail da vara: pvh4jecivel@tjro. jus. br

Proc: 1001384-72. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Paula Alves da Silva(Requerente)
Advogado(s): Gabriel Loyola de Fgueiredo(OAB 4468 RO)
Banco Santander S. A. (Requerido)
Advogado(s): Roberto Jarbas Moura de Souza(OAB 1246 RO), MEIRE ANDREA GOMES LIMA(OAB 1857 RO), Manuela Gsellmann da Costa(OAB 3511 RO)
Paula Alves da Silva(Requerente)
Advogado(s): Gabriel Loyola de Fgueiredo(OAB 4468 RO)
Banco Santander S. A. (Requerido)
Advogado(s): Roberto Jarbas Moura de Souza(OAB 1246 RO), MEIRE ANDREA GOMES LIMA(OAB 1857 RO), Manuela Gsellmann da Costa(OAB 3511 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, através de seus advogados, para tomarem ciência do DISPOSITIVO da SENTENÇA prolatada no feito e para se manifestarem, querendo, no prazo de 10(dez) dias.
SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por PAULA ALVES DA SILVA em desfavor de BANCO SANTANDER BANESPA S/A, ambos qualificados, em consequência CONFIRMO a tutela antecipada concedida (movimento n. 06), tornando definitiva a exclusão do nome da requerente do cadastro de inadimplentes e, DECLARO inexistente os débitos inscritos (movimento n. 1. 4); CONDENO o requerido a pagar a autora o valor de R$ 6. 000, 00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%

(dez por cento) sobre o valor do débito. Sem custas e sem honorários por se tratar-se de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei Federal 9. 099/1. 995. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho, 18 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002266-34. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Claudia da Silva Ximenes de Souza(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Banco Bradesco S/A(Requerido), IBI Administradora e Promotora Ltda(Adjudicado)
Claudia da Silva Ximenes de Souza(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Banco Bradesco S/A(Requerido), IBI Administradora e Promotora Ltda(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu advogado, a tomar ciência do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Muito embora a autora tenha requerido a inclusão do Banco Bradesco S/A no polo passivo desta demanda, o que não mais poderia, há de se deferir o cadastramento do nome do Banco Bradesco S/A, no sistema projudi, pois, o que houve foi um pequeno erro técnico de expressão. Porquanto, deve o cartório cadastrar o nome do Banco Bradesco S/A, no polo passivo desta demanda. Porto Velho, 25 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1000288-22. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Aparecida da Silva(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Recorrido)
Advogado(s): Jacimar Pereira Rigolon(OAB 1740 RO)
Maria Aparecida da Silva(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Recorrido)
Advogado(s): Jacimar Pereira Rigolon(OAB 1740 RO)
FINALIDADE: Intimar parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Assim, ausentes os pressupostos legais, especialmente o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação previsto no artigo 273, I, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a liminar pleiteada, por faltar-lhe os requisitos para sua concessão. Excepcionalmente, oportunizo a parte autora a explicação dos débitos indicados acima (CAERD e CERON), bem como, a indicação de que o ponto locado onde foram geradas as faturas era comercial e não residencial, como consta em seu pedido. Deve a requerente apontar nos autos o que funcionava como ponto comercial no endereço descrito na inicial. Pena de preclusão. Após, conclusos para SENTENÇA. Intimem-se. Porto Velho, 31 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1003581-34. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Ana Cristina de Paula Silva(Requerente)
Microsoft Informática LTDA(Requerido)
Advogado(s): dayanne dos santos cavalcante frigo(OAB 1410 RO)
Ana Cristina de Paula Silva(Requerente)
Microsoft Informática LTDA(Requerido)
Advogado(s): dayanne dos santos cavalcante frigo(OAB 1410 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, para manifestar-se no feito no prazo de 10 (dez) dias, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Acolho o pedido da requerida (mov. 36). Concedo o prazo de 10 dias para cumprimento da obrigação, após intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Porto Velho, 23 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002428-29. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Eloy Ferreira dos Santos(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Claro S. a(Requerido)
Eloy Ferreira dos Santos(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Claro S. a(Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos, para que a requerida suspenda os descontos de R$6, 90 (seis reais e noventa centavos) referente a internet, do terminal telefônico 69-9207-7068. No caso de novos descontos posteriores a esta DECISÃO, fixo multa de R$300, 00 (trezentos reais). A requerida deverá informar o Juízo sobre a suspensão dos descontos. Cite-se e intime-se o banco requerido para comparecer à audiência de conciliação já previamente designada nos autos. Expeça-se o necessário. Porto Velho, 26 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1000094-22. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Maria de Fátima da Silva(Requerente)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
Maria de Fátima da Silva(Requerente)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Proc: 1003662-80. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Marlene Pinheiro de Souza(Requerente)
Advogado(s): RAPHAEL ERIK FERNANDES DE ARAÚJO(OAB 4471 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Marlene Pinheiro de Souza(Requerente)
Advogado(s): RAPHAEL ERIK FERNANDES DE ARAÚJO(OAB 4471 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerida por meio de seu advogado para, querendo, apresentar impugnação à penhora referente ao bloqueio online (Convênio BACENJUD) no valor de R$ 9. 099, 00 (nove mil e noventa e nove reais), no prazo de quinze (15) dias.

Proc: 1000339-33. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Jozue Sousa Abreu(Requerente)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): OAB: 76. 696 MG
Jozue Sousa Abreu(Requerente)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): Felipe Gazola Vieira Marques, OAB/MG 76. 696
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Proc: 1001401-11. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Gabriel José Oliveira de Souza(Requerente)
Tam - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)
Gabriel José Oliveira de Souza(Requerente)
Tam - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Proc: 1003429-83. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
ERICA GONÇALVES DA SILVA(Adjudicante)
Advogado(s): Magnaldo Silva de Jesus(OAB 3485 RO)
DANIEL PADILHA CELANI-ME / ALFA SERVIÇOS E USINAGEM-ME(Adjudicado)
ERICA GONÇALVES DA SILVA(Adjudicante)
Advogado(s): Magnaldo Silva de Jesus(OAB 3485 RO)
DANIEL PADILHA CELANI-ME / ALFA SERVIÇOS E USINAGEM-ME(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu advogado, para indicar bens passíveis de penhora no prazo de 05(cinco) dias, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: 1 Analisando os autos verifico que já foram procedidas três tentativas de penhora on line, todas sem sucesso. 2 - Proceda o cartório com a juntada dos protocolos. 3 - Após, intime-se a parte exequente para informar em cinco (05) dias, bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento do feito, devendo a parte autora ficar ciente de que não mais será deferido pedido de penhora on line. 4 Nada sendo requerido expeça-se carta de crédito em favor da parte autora. Após, arquive-se. Porto Velho, 09 de junho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002336-51. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
Betânia Cristina Souza de Assis(Adjudicante)
Advogado(s): TATIANA FREITAS NOGUEIRA(OAB 5480 RO)
Banco do Brasil S A(Requerido)
Betânia Cristina Souza de Assis(Adjudicante)
Advogado(s): TATIANA FREITAS NOGUEIRA(OAB 5480 RO)
Banco do Brasil S A(Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: O pedido de antecipação dos efeitos da tutela da autora estão expressos na própria Lei Municipal n. 1877/2010, que indica prazo não superior a 20 minutos para atendimento nos estabelecimentos bancários, razão pela qual, a espera do atendimento já foi abarcada por referida Lei. Desta forma, não verifico a urgência indicada pela autora para compelir, por meio de tutela antecipada, direito já assegurado pela Legislação local. INDEFIRO a tutela antecipada. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 27 de agosto de 2013, às 08: 30 horas. (. . .) Cumpra-se. Porto Velho, 12 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002010-91. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
IRENE PEREIRA REINALDO (Requerente)
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A. (Requerido)
Advogado(s): Roberto Jarbas Moura de Souza(OAB 1246 RO), MEIRE ANDREA GOMES LIMA(OAB 1857 RO), Manuela Gsellmann da Costa(OAB 3511 RO), OAB: 35463 PR, Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)
IRENE PEREIRA REINALDO (Requerente)
Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A. (Requerido)
Advogado(s): Roberto Jarbas Moura de Souza(OAB 1246 RO), MEIRE ANDREA GOMES LIMA(OAB 1857 RO), Manuela Gsellmann da Costa(OAB 3511 RO), OAB: 35463 PR, Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO), Carlos Maximiano Mafra de Laet, OAB/RJ 15. 311
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, através de seu advogado, para tomar ciência do DISPOSITIVO da SENTENÇA e manifestar-se, querendo, no prazo de 10(dez) dias.
SENTENÇA: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por IRENE PEREIRA REINALDO em desfavor de AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, ambos qualificados, em consequência CONFIRMO a tutela antecipada concedida (movimento n. 06), tornando definitiva a exclusão do nome da requerente do cadastro de inadimplentes e, DECLARO inexistente o débito inscrito (movimento n. 1. 1); CONDENO o requerido a pagar à autora o valor de R$ 6. 000, 00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Sem custas e sem honorários por se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, nos termos dos artigos 54/55 da Lei Federal 9. 099/1. 995. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho, 18 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1001798-70. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
Maria Elizabeth Fragoso da Silva(Requerente)
Advogado(s): Jucymar Gomes Cardoso(OAB 3295 RO)
Americel Celulares S/A Rondônia(Requerido)
Maria Elizabeth Fragoso da Silva(Requerente)
Advogado(s): Jucymar Gomes Cardoso(OAB 3295 RO)
Americel Celulares S/A Rondônia(Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis à requerida apontada como credora na certidão anexada (movimento n. 12). A dívida, em questão, será analisada juntamente com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Oficie-se a SERASA para que exclua de seus bancos de dados a restrição apontada pela requerida com vencimento em 12-10-2012, e imediata comunicação a este Juízo, devendo o requerido ser cientificado no ato da citação. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 21 de agosto de 2013, às 12: 00 horas. Serve a presente como mandado, devendo o Sr. (a) Oficial(a) de Justiça citar e intimar a parte requerida da presente DECISÃO, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 21 de agosto de 2013, às 12: 00 horas. (. . .) Cumpra-se. Porto Velho, 25 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002365-04. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Eliana Costa de Lima Silva(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Lojas C & A Ltda(Requerido), Banco Bradesco S. A(Requerido)
Eliana Costa de Lima Silva(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Lojas C & A Ltda(Requerido), Banco Bradesco S. A(Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis às requeridas apontadas como credoras em seus cadastros internos. A dívida, será analisada juntamente com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Neste sentido: CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL. NEGATIVA DE FINANCIAMENTO. RESTRIÇÃO INTERNA CORPORIS DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL EM RAZÃO DE DÍVIDAS JÁ QUITADAS. FATOS INCONTROVERSOS. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS, AJUSTANDO-A A PATAMAR ADEQUADO, TENDO EM CONTA O CARÁTER PREVENTIVO E PEDAGÓGICO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. é certo que a ré, atuando como concessionária de crédito, tem liberdade para contratar, contudo, para estipular seus limites, deve fazê-lo embasada em critérios objetivos, sob pena de serem tidos como ilícitos. 2. não socorre à ré a alegação de que negou o crédito por ter a autora atrasado as prestações de contratos anteriores, uma vez que não se trata de motivo plausível, mas sim de uma penalidade perpétua à autora em razão de dívida já quitada. 3. consoante a legislação civil, todo aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito e tem obrigação de repará-lo (código civil, artigos 186 e 927). 4. conquanto certo o dever de indenizar, ante a vulneração dos direitos da personalidade, inequívoca a necessidade de se fixar a indenização em parâmetros que não impliquem o enriquecimento sem causa do ofendido, nem indiferença patrimonial para o ofensor, mas justa reparação do dano. nesta ordem de consideração, a fixação da compensação por danos morais, sopesando-se a conduta da recorrente e a condição do recorrido, deve ser reduzida para r$ 2. 500, 00. 5. recurso conhecido e parcialmente provido, tão-somente para reduzir o quantum indenizatório para r$ 2. 500, 00 (dois mil e quinhentos reais). SENTENÇA parcialmente reformada - ACJ 20080310001667 DF Relator(a): ROBSON BARBOSA DE AZEVEDO Julgamento: 25/11/2008 Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F. Publicação: DJU 06/02/2009 Pág.: 82 As partes requeridas deverão comunicar o Juízo a baixa da restrição em seus sistemas internos, decorrente do débito descrito na inicial, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária que fixo no valor de R$ 100, 00 (cem reais) até R$ 1. 000, 00 (um mil reais). Assim como, defiro a antecipação de tutela para que a requeridas se abstenham de negativar o nome da parte autora nos órgãos de restrição ao crédito sob pena de multa diária correspondente à fixada acima. Abstenção esta que deve vigorar até a resolução da presente demanda judicial. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 04 de setembro de 2013, às 09: 00 horas. Cumpra-se. Porto Velho, 25 de Julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1000450-17. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
PEDRO MULER(Requerente)
Advogado(s): Elvis Dias Pinto(OAB 3447 RO)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Jose Roberto Wandembruck Filho(OAB 5063 RO)
PEDRO MULER(Requerente)
Advogado(s): Elvis Dias Pinto(OAB 3447 RO)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Jose Roberto Wandembruck Filho(OAB 5063 RO)
FINALIDADE: Fica a parte autora, por seu advogado, intimada a apresentar as contrarrazões ao recurso inominado interposto no prazo de 10 (dez) dias.

Proc: 1000988-32. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Ana Sheridam Damasceno de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): IVON JOSÉ DE LUCENA(OAB 251B RO)
Banco Bradesco Financiamentos S/A(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
Ana Sheridam Damasceno de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): IVON JOSÉ DE LUCENA(OAB 251B RO)
Banco Bradesco Financiamentos S/A(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerida por meio de seu advogado para, querendo, apresentar impugnação à penhora referente ao bloqueio online (Convênio BACENJUD) no valor de R$ 3. 667, 42 (três mil e seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), no prazo de quinze (15) dias.

Proc: 1002490-69. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Manoelito de Oliveira Coelho(Requerente)
Advogado(s): FRANCISCO RIBEIRO NETO(OAB 875 RO)
Afonso Bento de Lima(Requerido)
Manoelito de Oliveira Coelho(Requerente)
Advogado(s): FRANCISCO RIBEIRO NETO(OAB 875 RO)
Afonso Bento de Lima(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO prolatada no feito e da Audiência de Conciliação designada para o dia 02 de setembro de 2013 às 09: 30 horas.
DECISÃO: No presente caso, a nota promissória não está regularmente preenchida, pois figura como emitente do título o próprio credor, o que não satisfaz os requisitos da execução. Portanto, o caminho a trilhar seria o indeferimento da inicial. Todavia, em atenção à informalidade dos Juizados e visando à celeridade e economia processual, recepciono a ação proposta como sendo de cobrança, devendo o cartório designar audiência de conciliação e intimar as partes com as anotações e cautelas de praxe. Porto Velho, 30 de julho de 2013. Juiz-ÁUREO VIRGÍLIO QUEIROZ.

Proc: 1002339-06. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
LUCAS FERNANDO PEREZ CARVALHO PINTO(Requerente)
Advogado(s): PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA(OAB 5353 RO)
Tim Celular S. A. (Requerido)
LUCAS FERNANDO PEREZ CARVALHO PINTO(Requerente)
Advogado(s): PAMELA GLACIELE VIEIRA DA ROCHA(OAB 5353 RO)
Tim Celular S. A. (Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu advogado, para se manifestar no feito no prazo de 05(cinco) dias, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: O Comprovante de inscrição nos Órgãos de Proteção ao Crédito juntado pela parte autora está com baixa qualidade de resolução. Desta forma, faculto a regularização em 10 dias. Pena de preclusão. Porto Velho, 12 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1003829-97. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
José Ermano Lima de Souza(Requerente)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
José Ermano Lima de Souza(Requerente)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, para se manifestar no feito no prazo de 05 (cinco) dias, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Intimem a requerida, para num prazo de cinco (05) dias, manifeste-se, quanto as alegações do autor (mov. 24), sob pena de preclusão. Porto Velho, 15 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002072-68. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
MAIARA MAIANE SOUZA SOARES MOTOYAMA(Requerente)
Advogado(s): Gabriel Loyola de Fgueiredo(OAB 4468 RO)
Tim Celular S. A. (Requerido), D. F. COMÉRCIO DE CELULARES LTDA - ME - PONTOCELL(Requerido)
Advogado(s): Matheus Evaristo Santana(OAB 3230 RO), Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)OAB: 675A RO
MAIARA MAIANE SOUZA SOARES MOTOYAMA(Requerente)
Advogado(s): Gabriel Loyola de Fgueiredo(OAB 4468 RO)
Tim Celular S. A. (Requerido), D. F. COMÉRCIO DE CELULARES LTDA - ME - PONTOCELL(Requerido)
Advogado(s): Matheus Evaristo Santana(OAB 3230 RO), Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)OAB: 675A RO
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Altere-se a classe processual para cumprimento de SENTENÇA. Indefiro o pedido da executada (mov. 48). Prossiga em execução incluindo os autos na nova sistemática de penhora on line. Porto Velho, 15 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1003231-46. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
Juraci Lucas de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Banco Itaucard S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB: 14976 PE, OAB: 392-A RN
Juraci Lucas de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Banco Itaucard S/A(Requerido)
Advogado(s): José Almir da R. Mendes Junior, OAB/RN 392-A
FINALIDADE: Ficam as partes, por seus respectivos advogados, intimadas a apresentarem contrarrazões aos recursos inominados interpostos pelo polo contrário à sua demanda no prazo de 10 (dez) dias.

Proc: 1004085-40. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Arlindo Dalmeron Cabral de Lima(Requerente)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Requerido)
Advogado(s): KENIA DE CARVALHO MARIANO(OAB 994 RO)
Arlindo Dalmeron Cabral de Lima(Requerente)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Requerido)
Advogado(s): KENIA DE CARVALHO MARIANO(OAB 994 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, através de seu

advogado, para tomar ciência do DISPOSITIVO da SENTENÇA e manifestar-se, querendo, no prazo de 10(dez) dias.
SENTENÇA: Posto isto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por ARLINDO DALMERON CABRAL DE LIMA em desfavor da CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA CERON (ELETROBRÁS), ambos qualificados nos autos, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, haja vista tratar-se de DECISÃO proferida em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9. 099/1. 995. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, 17 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002888-50. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Carlos Magno da Silva Oliveira(Requerente)
Digibrás Industria do Brasil S. A(Requerido)
Advogado(s): AMARO VINICIUS BACINELLO RAMALHO(OAB 3212 RO)
Carlos Magno da Silva Oliveira(Requerente)
Digibrás Industria do Brasil S. A(Requerido)
Advogado(s): AMARO VINICIUS BACINELLO RAMALHO(OAB 3212 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, a comparecer em cartório, no prazo de 10 (dez) dias, para agendar a expedição de alvará judicial determinado, juntar procuração ad judicia com poderes específicos, ou indicar número de conta bancária para realização de transferência do valor devido, sob pena de transferência dos valores para a conta única do Tribunal de Justiça.

Proc: 1003522-80. 2011. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Claudimir Catiari(Autor)
Advogado(s): LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Réu)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
Claudimir Catiari(Autor)
Advogado(s): LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Réu)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, por seus respectivos advogados, a tomarem ciência do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Desta forma, determino que se proceda à habilitação dos herdeiros do de cujus (CPC, arts. 1055 e 1062), que o inventariante, mediante certidão do termo de inventariança (CPC, art. 990, parágrafo único), comprove a sua condição de representante do espólio (CPC, art. 12, V, c/c o art. 991, I), desde que os bens da herança ainda não tenham sido partilhados e que venha aos autos procuração outorgada, pelo inventariante, em nome do espólio de Claudimir Catiari. Arquive-se os autos e proceda-se com as intimações pertinentes. Porto Velho, 25 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002033-37. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
Moisés de Souza Saraiva(Requerente)
Advogado(s): Jessica Carvalho Dos Santos(OAB 5240 RO)
Banco Ibi S. A. (Requerido), Makro Superatacado(Requerido)
Moisés de Souza Saraiva(Requerente)
Advogado(s): Jessica Carvalho Dos Santos(OAB 5240 RO)
Banco Ibi S. A. (Requerido), Makro Superatacado(Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis à requerida apontada como credora no órgão de proteção ao crédito (SERASA). A dívida, em questão, será analisada juntamente com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Oficie-se a SERASA para que exclua de seus bancos de dados a restrição apontada pela requerida com vencimento em 03/12/2013, e imediata comunicação a este Juízo, devendo o requerido ser cientificado no ato da citação. Cumpra-se. Porto Velho, 25 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002332-14. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO a requerida efetue o desbloqueio do terminal da autora e se abstenha de efetuar o bloqueio da linha (69) 8170-0777, referente a conta indicada na inicial, até DECISÃO final da presente ação. Intime-se a requerida a cumprir esta DECISÃO, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200, 00 (duzentos reais), até o limite de R$5. 000, 00 (cinco mil reais), bem como para comparecer a audiência de conciliação já previamente designada. Cite-se e intime-se a parte requerida da presente DECISÃO e da obrigação imposta, bem como da audiência de conciliação designada para o dia 23 de agosto de 2013, às 08: 00 horas. Cumpra-se. Porto Velho, 25 de Julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1002332-14. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO a requerida que se abstenha de efetuar a inscrição nos cadastros de restrição ao crédito. Intime-se a

requerida a cumprir esta DECISÃO, sob pena de multa diária de R$100, 00 (cem reais), até o limite de R$1. 000, 00 (um mil reais), bem como para comparecer a audiência de conciliação já previamente designada. Cite-se e intimem-se. Audiência de conciliação designada para o dia 21 de agosto de 2013, às 08: 00 horas. (. . .) Cumpra-se. Porto Velho, 26 de julho de 2013. Áureo Virgílio QueiroZ, Juiz de Direito.

Proc: 1002332-14. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
Vanessa Amaral Salgado(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
Tim Celular S. A. (Réu)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis à requerida apontada como credora na certidão anexada (movimento n. 1. 2). A dívida será analisada com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Oficie-se ao SPC e SERASA para que exclua de seus bancos de dados as restrições apontadas pela requerida com vencimento em 15/11/2010, e imediata comunicação a este Juízo, devendo o requerido ser cientificado no ato da citação. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 27 de agosto de 2013, às 08: 30 horas. (. . .) Cumpra-se. Porto Velho, 26 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1001575-88. 2011. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
EDER RENATO PINHEIRO RIBEIRO(Autor)
Advogado(s): Weverton Jefferson Teixeira Heringer(OAB 2514 RO), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO), Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO), LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Réu)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
EDER RENATO PINHEIRO RIBEIRO(Autor)
Advogado(s): Weverton Jefferson Teixeira Heringer(OAB 2514 RO), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO), Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO), LAIANA OLIVEIRA MELO (OAB 4906 RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Réu)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
FINALIDADE: Fica a parte autora, por seu advogado, intimada a se manifestar quanto à impugnação interposta no prazo de 10 (dez) dias.

Proc: 1001203-42. 2011. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Francisca Ferreira da Silva(Requerente)
Advogado(s): DILMA COSTA MATHEUS(OAB 4472 RO)
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Francisca Ferreira da Silva(Requerente)
Advogado(s): DILMA COSTA MATHEUS(OAB 4472 RO)
CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, para se manifestar no feito no prazo de 05 (cinco) dias, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Intimem a requerida, para num prazo de cinco (05) dias, manifeste-se quanto as alegações da autora (mov. 44), sob pena de preclusão. Porto Velho, 15 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz, Juiz de Direito.

Proc: 1003246-15. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Arlen José Silva de Souza(Requerente)
Advogado(s): JANE SAMPAIO DE SOUZA(OAB 3892 RO), OAB: 5162 RO
Palmuti Serviços de Cobranças(Requerido), Vita Residencial Clube(Requerido)
Advogado(s): OAB: 20. 073 BA, OAB: 20073 BA, OAB: 3. 728 RO
Arlen José Silva de Souza(Requerente)
Advogado(s): JANE SAMPAIO DE SOUZA(OAB 3892 RO), OAB: 5162 RO
Palmuti Serviços de Cobranças(Requerido), Vita Residencial Clube(Requerido)
Advogado(s): Marcus Vinícius Brito Passos Silva, OAB/BA 20. 073
FINALIDADE: Intimar a requerida Palmuti Serviços de Cobranças, por meio de seu advogado, a tomar ciência da SENTENÇA prolatada no feito bem como manifestar-se, se desejar, no prazo recursal de dez (10) dias e tomar ciência do Recurso Inominado interposto pelo Requerido Vita Residencial Clube em desfavor do referido decisum, ficando intimada para apresentar Contrarrazões ao mesmo, se desejar, no prazo de dez (10) dias.
SENTENÇA: Ante o exposto, rejeitada a preliminar de incompetência territorial, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ARLEN JOSÉ SILVA DE SOUZA em desfavor de PALMUTI SERVIÇOS DE COBRANÇAS E VITA RESIDENCIAL CLUBE e em consequência, CONFIRMO a tutela antecipada deferida no movimento n. 06 e DECLARO INEXISTENTE o débito descrito na inicial (despesas condominiais, multa por infrações, juros ou qualquer tipo de encargo do referido até a efetiva posse do requerente no imóvel) sob pena de multa diária no valor de R$500, 00 (quinhentos reais) limitados à R$10. 000, 00 (dez mil reais) em caso descumprimento da presente DECISÃO. CONDENO as requeridas, solidariamente, ao pagamento de R$10. 000, 00 (dez mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça). Sem custas e honorários. Por conseguinte, julgo extinto o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho, 19 de dezembro de 2012. Renato Bonifácio de Melo Dias, Juiz de Direito.

Proc: 1001671-35. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
CELSO SOUZA ROSA(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
OI S/A(Adjudicado)
Advogado(s): SAMARA ALBUQUERQUE CARDOSO(OAB 5720 RO)
CELSO SOUZA ROSA(Autor)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO)
OI S/A(Adjudicado)
Advogado(s): SAMARA ALBUQUERQUE CARDOSO(OAB 5720 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, por seus respectivos advogados, para tomarem ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Tendo em conta a informação prestada pela ré (mov. 19), constato que a DECISÃO judicial não tem como ser cumprida na prática. O descumprimento, ao que parece, não decorre propriamente de conduta da ré, mas impossibilidade fática. Assim, suspendo a liminar e aguarde-se a conciliação marcada para 02/08/2013. Oficie-se à Anatel, informando-a dos repetidos casos dessa natureza nesta praça, e que fiscalize os contratos de prestação de serviço de internet e telefonia oferecidos pela ré. Porto Velho, 24 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1000593-09. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
Ludmilla Figueiredo de Morais Navarro(Requerente)
Advogado(s): Bento Manoel de Morais Navarro(OAB 4251 RO)
Caerd - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia S/A(Requerido)
Advogado(s): Ingrid Rodrigues de Menezes(OAB 1460 RO)
Ludmilla Figueiredo de Morais Navarro(Requerente)
Advogado(s): Bento Manoel de Morais Navarro(OAB 4251 RO)
Caerd - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia S/A(Requerido)
Advogado(s): Ingrid Rodrigues de Menezes(OAB 1460 RO)
FINALIDADE: intimar a parte autora, por seu advogado, para tomar ciência do DESPACHO e manifestar-se, querendo, no prazo de 10 (dez) dias.
DESPACHO: Considerando a defesa apresentada, bem como o documento que a acompanha, faculto à autora, o prazo de 10 dias para impugnação. Porto Velho, 02 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1003239-23. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Ulisses Clemente dos Santos Silva(Requerente)
Goiás Cobranças Eireli LTDA(Requerido)
Advogado(s): OAB: 23457 MG, Rafael Maia Correa(OAB 4721 RO), ANA GABRIELA ROVER(OAB 5210 RO)
Ulisses Clemente dos Santos Silva(Requerente)
Goiás Cobranças Eireli LTDA(Requerido)
Advogado(s): Rafael Maia Correa(OAB 4721 RO), ANA GABRIELA ROVER(OAB 5210 RO)FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Proc: 1000369-68. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Queila Holanda Xavier de Souza(Requerente)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Queila Holanda Xavier de Souza(Requerente)
Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, a efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Proc: 1000825-52. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Josefa Raimunda dos Santos Mendes(Requerente)
Eletrobrás Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Josefa Raimunda dos Santos Mendes(Requerente)
Eletrobrás Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerida por meio de seu advogado para, querendo, apresentar impugnação à penhora referente ao bloqueio online (Convênio BACENJUD) no valor de R$ 10. 296, 09 (dez mil e duzentos e noventa e seis reais e nove centavos), no prazo de quinze (15) dias.

Proc: 1000386-07. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Marco Antonio Bueno Zico(Requerente), Jussara Paulinelli Bahia Bueno Zico(Requerente), RAISSA HELENA PAULINELLI ZICO(Requerente), RAFAEL LUIZ PAULINELLI ZICO(Requerente), Victor Damasceno de Lucena Alves(Requerente)
União Transporte Interestadual de Luxo S/A - UTIL(Requerido)
Advogado(s): Samuel Ribeiro Mazurechen(OAB 4461 RO)
Marco Antonio Bueno Zico(Requerente), Jussara Paulinelli Bahia Bueno Zico(Requerente), RAISSA HELENA PAULINELLI ZICO(Requerente), RAFAEL LUIZ PAULINELLI ZICO(Requerente), Victor Damasceno de Lucena Alves(Requerente)
União Transporte Interestadual de Luxo S/A - UTIL(Requerido)
Advogado(s): Samuel Ribeiro Mazurechen(OAB 4461 RO)
Claudio Tadeu Medeiros e Silva (OAB 86673 RJ)
FINALIDADE: Intimar parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o embargos de declaração apresentado por União Transporte Interestadual de Luxo S/A - UTIL, qualificada nos autos, mantendo em todos os seus termos, e por seus próprios fundamentos, a SENTENÇA. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 24 de Julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1002413-60. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Claúdia Gomes Rolim(Autor)
Advogado(s): JHONATAS VIEIRA DA SILVA(OAB 4265 RO)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Réu)
Claúdia Gomes Rolim(Autor)
Advogado(s): JHONATAS VIEIRA DA SILVA(OAB 4265 RO)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Réu)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.

DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis à requerida apontada como credora na certidão anexada (movimento n. 1. 1). As dívidas, serão analisadas juntamente com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Oficie-se a SERASA, para que exclua de seus bancos de dados as restrições apontadas pela requerida com vencimento em 21/08/2012, no valor de R$ 303, 59 (trezentos e três reais e cinquenta e nove centavos), 12/03/2012, R$ 106, 74 (cento e seis reais e setenta e quatro centavos), 12/02/2012, R$ 132, 02 (cento e trinta e dois reais e dois centavos) e imediata comunicação a este Juízo, devendo o requerido ser cientificado no ato da citação. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 25 de setembro de 2013, às 08hr30min. Cumpra-se. Porto Velho, 22 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1003353-93. 2011. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Sérgio Muniz Neves(Requerente), Vanessa Amaral Salgado(Requerente)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO), Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO)
Benchimol, Irmaos & CIA LTDA(Requerido), Electrolux do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): ROBERTO PEREIRA SOUZA E SILVA (OAB 755 RO)
Sérgio Muniz Neves(Requerente), Vanessa Amaral Salgado(Requerente)
Advogado(s): Sally Anne Bowmer Beça Coutinho(OAB 2980 RO), Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO)
Benchimol, Irmaos & CIA LTDA(Requerido), Electrolux do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): ROBERTO PEREIRA SOUZA E SILVA (OAB 755 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por seu advogado, a tomar ciência do DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: Com o cumprimento da obrigação, encaminhe-se os autos à contadoria para liquidação da dívida conforme requeridos em movimentos 74 e 75. Após, expeça-se alvará judicial em nome dos autores, separadamente, de valores a que cada um tem direito. Porto Velho, 15 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1001599-82. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Moisés de Souza Saraiva(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
BANCO DO BRASIL S/A AG. 2290(Requerido)
Advogado(s): Marly VieiraTonett Sismeiro de Oliveira(OAB 1620 RO), João Luis Sismeiro de Oliveira Junior(OAB 5379 RO), OAB: 8123 PR
Moisés de Souza Saraiva(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
BANCO DO BRASIL S/A AG. 2290(Requerido)
Advogado(s): Marly VieiraTonett Sismeiro de Oliveira(OAB 1620 RO), João Luis Sismeiro de Oliveira Junior(OAB 5379 RO), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123 PR)
FINALIDADE: Intimar parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Desta forma, como houve cumprimento espontâneo da obrigação e interesse evidente em resolver o litígio, proceda o cartório com as intimações de praxe acerca desta DECISÃO e com o arquivamento do feito. Por fim, cumpre ressaltar que há necessidade de intimação para cumprimento da obrigação, conforme entendimento pacífico da Turma Recursal, senão vejamos: MULTA. TERMO A QUO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. MATÉRIA PACIFICADA NA CORTE ESPECIAL DO STJ. PEDIDO DE NULIDADE DA PENHORA. EXCESSO NA EXECUÇÃO. IMPROCEDENTE. CORREÇÃO DO VALOR. Para efeito de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC, além do trânsito em julgado, é necessária a intimação do advogado, para cumprimento da SENTENÇA, conforme entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça. Todavia, a situação apresentada não torna nula a penhora do valor da condenação, apenas autoriza a correção do valor penhorado, já que houve excesso ao se bloquear quantia acrescida da multa do art. 475-J do CPC. 10027843820108220601 Porto Velho Juizados Especiais/RO (2ª Vara do Juizado Especial Cível) Recorrente; Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. ª Advogado; Paulo Vinício Porto de Aquino(OAB/RO2723) e outro(a/s) Recorrido; ALEX MOREIRA DE ALBUQUERQUE Advogado; Adhemar Alberto Sgrott Reis(OAB/RO1944) Relator; Juiz Marcelo Tramontini. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 475-J DO CPC. MULTA. TERMO A QUO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. MATÉRIA PACIFICADA NA CORTE ESPECIAL DO STJ. PEDIDO DE NULIDADE DA PENHORA. EXCESSO NA EXECUÇÃO. IMPROCEDENTE. CORREÇÃO DO VALOR. Para efeito de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC, além do trânsito em julgado, é necessária a intimação do advogado, para cumprimento da SENTENÇA, conforme entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça. Todavia, a situação apresentada não torna nula a penhora do valor da condenação, apenas autoriza a correção do valor penhorado, já que houve excesso ao se bloquear quantia acrescida da multa do art. 475-J do CPC. 10035003120118220601 Porto Velho Juizados Especiais/RO (2ª Vara do Juizado Especial Cível) - Relator: Juiz Marcelo Tramontini TJRO. Porto Velho, 24 de Julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1001893-37. 2012. 8. 22. 0604 Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Elizabeth Cuellar Justiniano(Requerente)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
Elizabeth Cuellar Justiniano(Requerente)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Fabio Antonio Moreira(OAB 1553 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência do DESPACHO e manifestar-se, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias.
DESPACHO: Intimem a requerida, para num prazo de cinco (05) dias, apresente manifestação quanto as alegações da autora, sob pena de preclusão. Porto Velho, 15 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1002424-89. 2013. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
JULIO DE OLIVEIRA(Requerente)
Advogado(s): Juliana Morheb Nunes(OAB 3737 RO)
Banco Bradesco Financiamento S A (Finasa B M C) (Requerido)
JULIO DE OLIVEIRA(Requerente)
Advogado(s): Juliana Morheb Nunes(OAB 3737 RO)
Banco Bradesco Financiamento S A (Finasa B M C) (Requerido)
FINALIDADE: Intimar parte autora, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, nos moldes do artigo 273, I, do Código de Processo Civil, eis que a negativação poderá causar a parte autora prejuízos e constrangimentos, inclusive não abrangidos na exordial. Por outro lado, a medida não trará danos irreparáveis à requerida apontada como credora na certidão anexada (movimento n. 1. 2). A dívida será analisada com o MÉRITO da causa, de modo que não há qualquer perigo de irreversibilidade da tutela que ora se defere em razão da verossimilhança do alegado na inicial. Oficie-se a SERASA para que exclua de seus bancos de dados as restrições apontadas pela requerida com vencimento em 02-06-2010, e imediata comunicação a este Juízo, devendo o requerido ser cientificado no ato da citação. CITE-SE E INTIMEM-SE. Audiência de conciliação designada para o dia 30 de setembro de 2013, às 08: 30 horas. A ausência da parte autora implicará em extinção do feito e a da ré importará em revelia e presunção dos fatos alegados na petição inicial. As partes deverão comunicar a alteração de seus endereços, entendendo-se como válida a intimação enviada para o endereço constante do feito. Este processo tramita por meio do sistema de Processo Virtual. Para visualizar a petição inicial e se informar sobre as vantagens de se cadastrar neste sistema, entre no site http: //www2. tjro. jus. br/projudi/ (consultar processos) ou compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, pendrive, ETC.) em arquivos com no máximo 1MB cada. Cumpra-se. Porto Velho, 24 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1003545-89. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Petição (Juizado Cível)
CLEIDIVAN RODRIGUES DE LIMA(Autor)
Advogado(s): Jamyson de Jesus Nascimento(OAB 1646 RO)
Banco Itaú S. A. (Réu)
Advogado(s): KARINNY DE MIRANDA CAMPOS(OAB 2413 RO)
CLEIDIVAN RODRIGUES DE LIMA(Autor)
Advogado(s): Jamyson de Jesus Nascimento(OAB 1646 RO)
Banco Itaú S. A. (Réu)
Advogado(s): KARINNY DE MIRANDA CAMPOS(OAB 2413 RO)
Banca de Cartuchos de São Paulo Ltda(Adotado), Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811 MG)
FINALIDADE: Intimar as partes, por seus respectivos advogados, para tomarem ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Isto posto, ante o reconhecimento da ilegitimidade passiva, nos termos do artigo 267, VI do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do MÉRITO. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos, com as cautelas anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 15 de julho de 2013. JUIZ-Áureo Virgílio Queiroz.

Proc: 1001116-52. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Manoel Ribeiro Neto(Requerente)
Advogado(s): Matheus Evaristo Santana(OAB 3230 RO), Giuliano Caio Sant'Ana(OAB 4842 RO)
Tam - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)
Manoel Ribeiro Neto(Requerente)
Advogado(s): Matheus Evaristo Santana(OAB 3230 RO), Giuliano Caio Sant'Ana(OAB 4842 RO)
Tam - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Walter Airam Naimaier Duarte Junior(OAB 1111 RO)
FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerida por meio de seu advogado para, querendo, apresentar impugnação à penhora referente ao bloqueio online (Convênio BACENJUD) no valor de R$ R$ 5. 495, 96 (cinco mil e quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e seis centavos), no prazo de quinze (15) dias.

Proc: 1003857-65. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Helena Aquino de Melo(Requerente)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Requerido)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
Maria Helena Aquino de Melo(Requerente)
CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA(Requerido)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
FINALIDADE: Intimar parte requerida, por seu advogado, para tomar ciência da DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO: Assim, conforme a certidão da escrivania e da não comprovação do preparo, dentro do prazo fixado em lei, com esteio no artigo 42, 1º da Lei n. 9. 099/1. 995, DECLARO O RECURSO INOMINADO DESERTO. Intimem-se. Porto Velho, 12 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1000690-40. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Iran da Paixão Tavares Júnior(Requerente)
Advogado(s): Iran da Paixão Tavares Junior(OAB 5087 RO)
TIM CELULAR S. A(Requerido)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO), OAB: 56. 120 PR, OAB: 56. 726 RS
Iran da Paixão Tavares Júnior(Requerente)
Advogado(s): Iran da Paixão Tavares Junior(OAB 5087 RO)
TIM CELULAR S. A(Requerido)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO), OAB: 56. 120 PR, OAB: 56. 726 RS
FINALIDADE: Intimar as partes, por seus respectivos advogados, a tomar ciência do DESPACHO abaixo transcrito e manifestarem-se, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias.
DESPACHO: Intimem-se as partes através de seus patronos, do retorno dos autos oriundos do Colégio Recursal, a requererem, num prazo de cinco (05) dias, o que entenderem necessário, sob pena de arquivamento dos autos. Porto Velho, 01 de julho de 2013. Áureo Virgílio Queiroz-Juiz de Direito.

Proc: 1001319-14. 2012. 8. 22. 0604
Ação: Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Geromilson de Lima Jacques(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
Geromilson de Lima Jacques(Requerente)
Advogado(s): Sérgio Muniz Neves(OAB 028 DPE/RO)
Eletrobras Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Pedro Origa(OAB 1953 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, por meio de seu advogado, para tomar ciência do retorno do feito da Turma Recursal e para requerer o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0006135-65. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)
Requerente: Dirceu Félix da Silva
Advogado: Érica de Nazaré Sousa Costa Silva (OAB/RO 3858), José Costa dos Santos (OAB/RO 4626)
Requerido: Município de Itapuã do Oeste - RO
Advogado: Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
SENTENÇA:
VISTOS. . . RELATÓRIO dispensado na forma da Lei. DECIDO. Cuida a espécie de ação com pedido de natureza declaratório. O fundamento aplicável ao caso encontra-se no artigo 174, do Código Tributário Nacional. É cediço que a prescrição tributária prevista no artigo 174 do CTN, se dá no prazo de 05 (cinco) anos. Com efeito, restam prescritos os débitos de IPTU'S dos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 (fls. 18), referente ao imóvel residencial denominado lote n. º 075, Quadra n. º 018, localizado na Rua Rio Claro, sem n. º, Centro, Itapuã do Oeste (RO), inscrição n. º 00001597-001. 004. 018. 075. 001. Já decorreram 05 (cinco) anos sem que a parte requerida cobrasse os IPTU's acima mencionados, incidindo, portanto a regra do artigo 174 do CTN. Ademais, a parte requerida não comprovou nenhuma das causas interruptivas da prescrição que dispõe o artigo 174, parágrafo único, I, II, III e IV, do CTN. Por estas razões o acolhimento do pedido inicial é de rigor para reconhecer a ocorrência do fenômeno da prescrição dos débitos de IPTU'S referente aos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, do imóvel residencial denominado lote n. º 075, Quadra n. º 018, localizado na Rua Rio Claro, sem n. º, Centro, Itapuã do Oeste (RO), inscrição n. º 00001597-001. 004. 018. 075. 001. DISPOSITIVO. Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial que DIRCEU FÉLIX DA SILVA fez na AÇÃO que propôs em face do MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE para reconhecer a prescrição dos débitos de IPTU'S referente aos exercícios de 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007 do imóvel denominado como lote n. º 075, Quadra n. º 018, localizado na Rua Rio Claro, sem n. º, Centro, Itapuã do Oeste (RO), inscrição n. º 00001597-001. 004. 018. 075. 001. Determino que a parte requerida proceda à baixa do registro do crédito fiscal cuja prescrição foi declarada, no prazo de 10 (dez) dias. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO (CPC 269, IV). Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9. 099/95 e artigo 27, da Lei 12. 153/09. Publicação e registro com o lançamento no SAP. Intimação das partes pelo DJ. Agende-se decurso de prazo recursal e com o trânsito em julgado, arquivem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000686-92. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Pedrina de Souza Alves, Vilani Lourenço Ferreira, Rita Maria Alves de Oliveira Ferreira
Advogado: Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000696-73. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Ester de Souza Manoel
Advogado: Zoil Magalhães Neto (RO 1619)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0005902-68. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Ivanilce Soares da Silva
Advogado: José Anastácio Sobrinho (RO 872)
Requerido: Estado de Rondônia, Iperon Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673), Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003178-57. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Ruth Prudêncio da Silva, Maria Auxiliadora Fialis Diniz Lopes, Auxiliadora Carvalho Mendonça, Jaime Francisco da Silva
Advogado: Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Francisco Robercilio Pinheiro (RO

1138), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0002327-18. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rosicleia Gomes Martins
Advogado: Laércio José Tomasi (OAB/RO 4400)
Requerido: Detran Ro Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Saulo Rogerio de Souza ( ), Ivanilda Maria Ferraz Gomes ( )
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000898-16. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rosa Costa Benigno, Deuselina Costa Caldeira
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1637)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003666-12. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Manoel da Vera Cruz Rodrigues Ferreira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0004060-87. 2011. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)
Requerente: Jozelma Maria da Silva
Advogado: Carmelita Gomes dos Santos (OAB/RO 327)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
DESPACHO:
Considerando a aquiescência de ambas as partes sobre os cálculos apresentados às (fls. 286/287), intime-se a parte requerente para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a seguinte documentação, necessária para a expedição da RPV: a) SENTENÇA, b) Certidão de Trânsito em julgado, c) Procuração/Substabelecimento, d) Acórdão (se houver)e) Planilha de Cálculos, f) Número do CPF, g) Número do RG, h) Número da Conta Corrente, banco e agência. Intime-se pelo D. JPorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0006408-44. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Creuza Maria de Jesus
Advogado: Sheila Gomes da Silva Ferreira (OAB/RO 2035)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
DECISÃO:
VISTOS. Dentro de um juízo de admissibilidade provisório que cabe ao órgão a quo proferir, verifica-se estarem presentes os pressupostos de admissibilidade recursais extrínsecos e intrínsecos, razão pela qual recebo o recurso, apenas em seu EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO, à luz do art. 27 da LJFP c/c art. 43 da LJE. Intime-se a parte requerente (DJ) para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Colenda Turma Recursal da capital deste Estado, à luz do disposto no art. 17 da LJFP, com as homenagens deste Juízo. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003309-32. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Josimar Ferreira Lopes, Cristilane de Souza Delgado, Maria Onete Ferreira da Silva
Advogado: Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0001928-86. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Cristiano Rodrigues Vizalli, Marcelo dos Santos Pardo, Tcharles Rafael Ebert, Jean Correia dos Santos
Advogado: Edesio Galhardo (OAB/RO 4045)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (00)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003289-41. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Nagibe Medeiros Bezerra, Samio Queiroz Correia, Liana Silva de Almeida Lima, Ivete Barbosa da Paixão, Gilberto Naimaier Duarte, Carlos Alberto Venâncio
Advogado: Francisco Robercílio Pinheiro (OAB/RO 1138)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de Recurso, interposto pela parte requerente, por estar inconformada com a SENTENÇA que julgou improcedente a pretensão deduzida na inicial. Verifica-se que a parte requerente foi intimada da SENTENÇA hostilizada no dia 05/07/2013, considerando como data de publicação o dia 08/07/2013, iniciando-se a contagem do prazo recursal no dia 09/07/2013 e somente no dia 22/07/2013 é que foi protocolado o recurso (fls. 66/74), ou seja, fora do prazo legal. Com efeito, os prazos dos recursos em espécie e dos meios de impugnação são aqueles preVISTOS no art. 42 da LJE - 10 dias -, ademais, a lei assinalou que não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público (art. 7º da LJFP). Assim, é necessário estarem presentes os requisitos de admissibilidade recursal, “intrínsecos” (cabimento, interesse recursal e legitimidade para recorrer) e “extrínsecos” (tempestividade, regularidade formal, preparo e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer). Pelo exposto, com fundamento no art. 42 da LJE c/c art. 27 da LJPF, NÃO RECEBO O RECURSO INOMINADO interposto por ausência de pressupostos de admissibilidade recursal extrínseco (tempestividade). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003669-64. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Sirley Neves de Oliveira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0023652-40. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rosangela Nunes dos Santos
Advogado: Miscelene Nunes dos Santos Kluska (OABRO 5062)
Requerido: Departamento Estadual de Trânsito - Detran/ro
Advogado: Christianne Gonçalves Garcez (PB 9596)
DECISÃO:
VISTOS. Dentro de um juízo de admissibilidade provisório que cabe ao órgão a quo proferir, verifica-se estarem presentes os pressupostos de admissibilidade recursais extrínsecos e intrínsecos, razão pela qual recebo o recurso, apenas em seu EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO, à luz do art. 27 da LJFP c/c art. 43 da LJE. Intime-se a parte requerente (DJ) para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Colenda Turma Recursal da capital deste Estado, à luz do disposto no art. 17 da LJFP, com as homenagens deste Juízo. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0001506-14. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Antonio Eliézio Maia Costa, Jose Edison Linhares Sombra
Advogado: Fernando Roberto Galhardo (OAB/RO 4528), Edesio Galhardo (OAB/RO 4045), Fernando Roberto Galhardo (OAB/RO 4528)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003668-79. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Anacleto Gomes de Gouveia Neto
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003665-27. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Gelson Costa Passos
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000592-47. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Walneya Costa Bezerra, Sheila Mara Moura Lima, Valdenete Guedes de Caldas, Angela Maria Guimarães de Souza Lima
Advogado: Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em

48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003294-63. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Francisca Erlene Alves, Anderson Ricardo Oliveira de Andrade, Clemildo Nonato da Silva
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0023652-40. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Tânia Garcia Santiago
Advogado: Cleonice Silveira dos Santos (OAB/RO 2506)
Requerido: Detran Ro Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Marlon Gonçalves Holanda Júnior (OAB/RO 3650)
DECISÃO:
VISTOS. Dentro de um juízo de admissibilidade provisório que cabe ao órgão a quo proferir, verifica-se estarem presentes os pressupostos de admissibilidade recursais extrínsecos e intrínsecos, razão pela qual recebo o recurso, apenas em seu EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO, à luz do art. 27 da LJFP c/c art. 43 da LJE. Intime-se a parte requerida (DJ) para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Colenda Turma Recursal da capital deste Estado, à luz do disposto no art. 17 da LJFP, com as homenagens deste Juízo. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0004556-82. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Monica Dias da Cruz Henriques
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Requerido: Estado de Rondônia, Iperon Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608), Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000268-57. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Fernanda Soares Silva, Ednilce Maria Batista, Dário Pinto Leão, Benedita Santana Leão
Advogado: Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido: Ipam Inst. Prev. dos Serv. Mun. de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000269-42. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Zildo Ferreira da Silva, Sebastião Batista Guedes Neto, Maria Frames Carvalho Dias, Betânia Cristina Souza de Assis, Sônia Mendes dos Santos
Advogado: Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido: Ipam Inst. Prev. dos Serv. Mun. de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000439-14. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Maria Francisca Santana da Silva, Luciane Lina Ferreira de Souza, Maria de Souza Valerio, Maria de Fatima Monteiro Sena
Advogado: Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido: Ipam Inst. Prev. dos Serv. Mun. de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0005414-16. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Morio Ikegawa
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Requerido: Estado de Rondônia, Iperon Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370), Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
DESPACHO:
Diante da contestação apresentada pela parte requerida, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se pelo (DJ). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003283-34. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: José de Souza Pimentel, Walvinda de Fátima Nogueira Correia, Carla Vanessa Ramos da Silva
Advogado: Francisco Robercílio Pinheiro (OAB/RO 1138)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho

DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0000254-73. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Maria Alzineide Soares de Souza, Benilda Dias de Vasconcelos, Izaura Sobrinho Ramalho, Altamir Bassalo dos Santos
Advogado: Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600), Cristian Jose de Sousa Delgado (RO 4600), Cristian José de Sousa Delgado (OAB/RO 4600)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003687-85. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Maria Aonise da Silva Tavares
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003859-27. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Sebastião Wagner Brandão
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003680-93. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Clebson Farias da Silva
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003820-30. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Saldame Mendonça da Silva
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003812-53. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: José Carlos Bentes Neves
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003813-38. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Uilian Passos Pereira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003689-55. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rozalinda de Moraes Monteiro
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DECISÃO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003677-41. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Ricsel da Silva Couto
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003827-22. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Moizes Soares Aires Filho
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003847-13. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Francilene dos Santos Carvalho
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003850-65. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Carlos Roberto Araujo da Silva
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003815-08. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Elzimar Mendonça da Silva
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003849-80. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Sebastiao Jorge de Oliveira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003967-56. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rosilene Ramos Lima de Matos, Ana Leite de Lima, Neuza Maria Leite de Lima, Cintia Furtado Batista Vieira, Maria de Lourdes Dantas, Dalziza Bezerra da Silva, Maria Aparecida Matias de Oliveira, Sheyla Maria Leal Gomes, LaudÍ do Amparo de Bem, Célia Nobre da Cruz, Priscila Ruiz Ferreira, Pedra Leocadia da Cunha, Geralda Batista Braga, Franklin Rodrigues Farias, Francisco Rodrigues da Silva, Marivaldo Reis Silva, Aladir Mendes da Silva, Jucelino Silva Botelho, Luis Alberto Mouzinho Mendonça, Helenildo Silva Souza, Antõnio Marcos Gonçalves da Silva, Lincoln da Costa do Nascimento, Sebastiao de Oliveira Vieira da Silva
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1. 060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0003853-20. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Gelnira Rodrigues de Oliveira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
DESPACHO:
Tendo em vista que não há presunção de hipossuficiência (Fonaje 115 e 116), a parte recorrente deverá demonstrar, em 48 (quarenta e oito) horas, a circunstância descrita na lei nº 1.

060/50 ou recolher custas, sob pena de deserção. Intime-se pelo (D. J.). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0004359-93. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Maria das Graças da Silva Alencar
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912), Adriane Evangelista Barroso (OAB/RO 758E)
Requerido: Município de Porto Velho - RO
DESPACHO:
VISTOS. . . Verifico que a matéria da demanda é unicamente de direito, desta forma, dispenso a audiência de conciliação e fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a parte requerida apresente resposta, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam: 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado, sob pena de perda do direito de produzir tais provas. Quanto à produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação. Intime-se a parte requerente pelo DJ. Cite-se e intime-se a parte requerida por mandado. Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Johnny Gustavo Clemes Juiz de Direito

Proc.: 0010643-74. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Pedro Lúcio Santos Correa
Advogado: Algacyr Nunes da Silva Júnior (OAB/MT 9496)
Requerido: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( ), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO)
DESPACHO:
Em análise aos autos, verifica-se a impropriedade no polo passivo da demanda, sendo que a ação deve ser proposta em face do Estado de Rondônia. Pelo exposto, orientado pelo princípio da economia processual, determino a intimação da parte requerente, na pessoa de seu advogado para indicar corretamente a pessoa que figurará no polo passivo da presente demanda. A parte requerente tem o prazo de 10 (dias) dias para cumprir a emenda (CPC 284), sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC 267, I). Intime-se (DJ) e agende-se decurso de prazo, após com ou sem petição retornem conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.

Johnny Gustavo Clemes
Juiz de Direito

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
.
www. twitter. com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj. ro. gov. br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj. ro. gov. br
PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATORIO

Proc.: 0076670-30. 1999. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Newton Schramm de Souza, Vera Lúcia Paixão, João Wilson de Almeida Gondim, Luiz Edmundo de Andrade Monteiro, Editora Grafica Mural Ltda, Editora Fonorte Ltda, Jornal Voz do Povo Ltda, H. J. Publicidade e Promoções Ltda, Jornal O Cone Sul Ltda, Empresa Jornalística Cp de Rondônia Ltda Me, Empresa Jornalistica Correio DOeste Ltda, Agencia de Publicidade Gazeta Rondoniense Ltda, Empresa Jornalistica Folha do Vale Ltda, Grafica Editora e Carimbos Alfa Ltda - ME, Jornal Tribuna Popular Ltda, Vera Lidia Sampaio Souza, F. G. Lima & Alves Ltda - ME, AS Publicidades Ltda, Radio Ariquemes Ltda, Radio Planalto de Vilhena Ltda, Sociedade de Cultura Rádio Caiari Ltda, Rádio Sociedade Rondônia Ltda, Rádio Alvorada de Rondônia Ltda, Sistema Itapirema de Comunicacoes Ltda. , Rede Sanmori de Rádio e Televisão Ltda, Rádio TV do Amazonas Ltda, Rede Brasil Norte de Televisao Ltda. , Arquidiocese de Porto Velho, Sistema Meridional de Comunicação Ltda Epp, Rede Ouro Verde de Rádio e Televisão Ltda, TV Link - Televisão, Rádio e Telecomunicações Ltda, Valdir Raupp de Matos, Marinha Raupp, Luis Carlos Araujo dos Santos, Carmen Soussen Aguiar de Zuniga, Paulo Queiroz Bezerra, Abdoral de Oliveira Cardoso, Ricardo Borges Leite, Adercio Dias, Robson Souza de Oliveira, Editora Diário da Amazônia Ltda, Empresa Jornalistica Tribuna de Rondonia Ltda, Tipografia Rondonia Ltda, B e M Comunicação e Eventos Ltda
Advogado: Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Vera Lucia Paixão (RO 206), Manoel Flávio Médici Jurado (OAB/RO 12B), Fabricio Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751), Manoel Flavio Medici Jurado (RO 12-B), Fabricio Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751), José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Wanusa Cazelotto Dias dos Santos Barbieri (OAB/RO 2326)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0015471-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Dirceu da Rosa Pacheco
Advogado: Paulo Rogerio José (OAB/RO 383)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)

DECISÃO:
Indefiro o benefício da justiça gratuita, eis que não restou comprovada a condição de hipossuficiência do Autor. Nesse sentido tem decidido o TJ RO: PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. ADMISSIBILIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. 1. Considerada a presunção relativa de veracidade da declaração de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para finsde concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, investigar areal situação financeira do requerente. 2. Ademais, a desconstituição da premissa fática lançada acerca da existência de condições para arcar com o custo do processodemandaria reexame de matéria de prova, vedado em recurso especial, nos termos da Súmula n° 7/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. AgRg no AREsp 296675 / MG AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL2013/0037404-6 Ao Requerente para emendar a inicial, comprovando o pagamento das custas, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0015401-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vanderleia Vieira Galvao
Advogado: Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2139)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
Considerando o disposto no art. 2º da Lei n. 12. 153/2009, a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública, razão pelo qual remetam-se estes autos ao Juízo Competente. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004371-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: A L Vieira Manutenção de Veículos EPP
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503)
Impetrado: Coordenador do Grupo Técnico de Trabalho do Simples Nacional e do Mei GTSM, Secretário da Fazenda do Município de Porto Velho - RO
DESPACHO:
Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0051814-07. 1996. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Aideê Maria Moser Torquato Luiz ( )
Requerido: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesqueita ( )
DESPACHO:

DESPACHO Encaminhem-se os autos ao Ministério Público, para manifestar sobre os documentos juntados pelo Município de Porto Velho. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0328759-31. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: M. P. do E. de R.
Advogado: Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido: H. G. E. S. P. G. M. de P. V. R.
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
DESPACHO:
Compusando os autos verifico que ainda não ocorreu a citação do Requerido Hélio Gemeli. Defiro o pedido do MP, de fl. 125. Expeça-se edital para citação de Hélio Gemeli, encaminhando-se ao Requerente para as providências de publicação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0021684-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222), Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Considerando a informação constante às fls. 92/93, encaminhem-se os autos ao MP para requerer o que de direito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007705-14. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Denunciado: Jose Benedito da Silva, Aiko Evandro Kottwitz, Lindalva Silva Santos, Rubens Jose da Silva, Rosana Barbosa da Frota, Hudson da Silva Braga, Antonio Carlos Santos Xavier, Liosmar Ferreira de Souza, Sebastiao Ferreira, Elaine Patrícia Ferreira Amorim, Sônia Regina Estevão, Jorge Alberto de Almeida Rebelo, Lindomar Aparecido Trindade
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646), Marcel Reis Fernandes (OAB / RO 4940), Lise Helene Machado Vitorino (RO 2101), Elenir Avalo (RO 224 A), Marcos Roberto da S. Santos (RO 1039), Édison Fernando Piacentini (OAB/RO 978), Édison Fernando Piacentini (RO 978), Carlos Cantanhêde (OAB/RO 3206)
DESPACHO:
Considerado a informação constante na certidão de fl. 1329, manifeste-se o Requerente promovendo a substituição processual, em relação ao Requerido José Benedito da Silva, e requerendo o que de direito, em 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0015566-46. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: RN Comércio Varejista S. A.
Advogado: Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB/RO 4365)
Impetrado: Coordenador Geral da Receita Estadual da Secretaria de Finanças de Rondônia

SENTENÇA:
Posto isso, extingue-se o mandado de segurança preventivo sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 6º, 5º da Lei 12. 016/2009 c/c art. 267, VI, do CPC. Custas de lei. Sem honorários advocatícios. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007169-66. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Ação Popular
Requerente: Domingos Borges da Silva
Advogado: Roberto Egmar Ramos (OAB/MS 4679)
Requerido: Estado de Rondônia, Ivo Narciso Cassol, João Aparecido Cahulla
Advogado: Ronaldo Furtado (OAB/SP 92623), João Ricardo Valle Machado. (OAB/RO 204/A/RO), Blucy Rech Borges (OAB/RO 4682), Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)
SENTENÇA:
Posto isso, julga-se procedente o pedido formulado para decretar a invalidade da Lei nº. 2. 255/2010 (lei de efeitos concretos) e, por arrastamento, do Decreto nº. 15. 861/2011 que a regulamentou. Por conseguinte, nos termos do art. 11 da Lei 4. 717/65, condenam-se os demandados Ivo Narciso Cassol e João Aparecido Cahulla ao pagamento de perdas e danos, consistentes em todos os dispêndios financeiros (passagem e diárias, por exemplo) suportados pelo Estado de Rondônia em decorrência de quaisquer medidas de segurança implementadas em benefício deles (Ivo Cassol e João Cahulla) ou seus familiares, conferidas em virtude da Lei 2255/2010 e do Decreto nº. 15. 861/2011; tudo a ser apurado mediante liquidação de SENTENÇA, mais correção monetária, a partir do desembolso, e juros moratórios de 1% ao mês a partir da citação. Resolve-se o MÉRITO nos termos do art. 269, inc. I, do CPC. Custas de lei. Condena-se cada demandado (Ivo Narciso Cassol e João Aparecido Cahulla) ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$ 1. 000, 00 (mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004167-20. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Edmilson Alves Barbosa
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( ), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058)
DESPACHO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0020757-43. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Renato Maia Lopes
Advogado: Pedro Pereira de Oliveira (OAB/RO 4282), Carlos Alberto de Souza Mesqueita (OAB/RO 805)
DESPACHO:
DECISÃO Foi expedido mandado de intimação de fls. 103 com a FINALIDADE de intimar a parte requerida para efetuar a demolição da obre objeto da lide. Todavia, o oficial de justiça não encontrou o requerido no endereço determinado. Doravante, o requerido juntou duas petições nos autos, sendo que em uma delas requereu o arquivamento do processo, o que comprova que está ciente da obrigação de demolir a obra irregular. Por conseguinte, o Município de Porto Velho requer expedição de mandado para cumprimento da DECISÃO judicial. Posto isso, decido. Expeça-se mandado de intimação para o executado cumprir a SENTENÇA, tendo em vista que ela foi ratificada integralmente pelo Egrégio Tribunal de Justiça, sendo assim, deverá efetuar a demolição do objeto da lide, no prazo de 10 dias, sob pena de ser realizada a demolição pelo exequente, imputando ao executado os custos. Deverá, ser anexado cópia da certidão do mandado de fls. 59, que especifica a localização do bem. Caso seja necessário, o oficial de justiça pode solicitar o acompanhamento dos agentes fiscais da SEMUSB responsáveis pelo procedimentos administrativos para a desocupação voluntária do imóvel. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0005333-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Elias Barbosa dos Santos
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DESPACHO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0012304-88. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Neide Keiko Sumiya Ikino
Advogado: Paulo Cezar Rodrigues de Araujo (OAB/RO 3. 182), Neilton Messias dos Santos (OAB/RO 4. 387)
Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Advogado: Malbânia Maria Moura Alves Façanha Ferreira (OAB/RO 1756), Procurador (ª) do Iperon (111111)
DESPACHO:
1) Cite-se o requerido (artigo 215 do CPC), para responder no prazo legal, consignando no mandado que, não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente (artigo 285 do CPC). 2) Apresentada a contestação, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. 3) Intimem-se as partes para especificarem provas, justificando a necessidade, no prazo de 05 dias. 4) Após, conclusos os autos. 5) Cite-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0000153-61. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Kátia Regina Botelho Feitosa
Advogado: Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117)
Requerido: Fazenda Pública Estadual Estado de Rondônia
Advogado: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0024383-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM
Advogado: Floriano Vieira dos Santos (OABRO 544), Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: FÁbio AntÔnio Moreira (RO 1553), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Pedro Origa (RO 1953), Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190)
DECISÃO:
Considerando que não houve pagamento espontâneo das custas, procedi a tentativa de penhora on line, conforme protocolo anexo. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, inscreva-se em dívida ativa. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0017588-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane S. dos Santos (RO 00000), Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Porto Farma Ltda ME
Advogado: Citado e Advogado Nao Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0011479-18. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Pedro Carvalho
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
DECISÃO:
Considerando que não houve pagamento espontâneo do valor das custas, procedi a penhora on line, conforme RELATÓRIO anexo. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0019679-77. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1058)
Requerido: Josias Rodrigues da Silva Filho
Advogado: Antonio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592), Lígia Carla Camacho Furtado (OAB/RO 3528)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004165-50. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Edivan Nery da Rocha
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Procurador do Municipio de Presidente Medici R O (000.), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058)
DESPACHO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0017597-73. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do Estado ( ), Isaias Fonseca Moraes (RO 1018), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Stock Diagnosticos Ltda
Advogado: Marcelo Alves de Souza (OAB/GO 17467)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004155-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: João Alves de Jesus
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DESPACHO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0168861-50. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Consignante: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Consignado: Banco do Estado de Rondônia S/a - Beron, Wellington Alan Rodrigues
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370), Wudson Siqueira de Andrade (OAB/RO 1658)
DECISÃO:
Considerando que não houve o pagamento espontâneo do valor das custas (R$ 239, 50), procedi ao bloqueio on line, conforme protocolo anexo. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, inscreva-se em dívida ativa. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0021113-38. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Joao Francisco Afonso ( ), Promotor de Justiça (OAB/RO 1111), Aluildo de Oliveira Leite ( )
Requerido: Fia Santos e Cia Ltda. , Estado de Rondônia
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843), Regina Coeli S. de Maria Franco- Proc. do Est. Ro. ( )
DESPACHO:
Considerando o pedido da Requerida Fia Santos e Cia Ltda para realização de perícia a fim de comprovar se o empreendimento está de acordo com o que foi requerido na inicial, nomeio perito do Juízo o Geólogo João Carlos Herrmann, que pode ser encontrado no Instituto de Criminalística. Notifique-se-o para apresentar proposta de honorários, em 5 dias, que deverão ser pagos pela primeira Requerida, também em 5 dias. Após, intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, querendo. O laudo pericial deverá ser entregue no prazo de 30 dias. Com a vinda do laudo, intimem-se as partes para manifestarem-se no prazo sucessivo de 5 dias. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0010469-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira (OAB/RO 1906)
Requerido: Cooperativa Habitacional Comunitária e Popular Ltda
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
DESPACHO:
Cuidam os autos de ação demolitória proposta pelo Município de Porto Velho em face de Cooperativa Habitacional Comunitária e Popular, objetivando liminarmente a demolição de obra construída irregularmente e em desacordo com o que dispõe a lei de parcelamento do solo urbano. Juntou documentos. A Requerida, em especificação de provas, requereu a oitiva de testemunhas. No entanto, não há qualquer justificativa para a produção desta prova e a matéria discutida nos autos é, predominantemente, de direito. Assim, intime-se a parte Requerida a justificar a necessidade da produção de prova testemunhal, conforme requerido à fl. 144, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0015845-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Michel Robson Nogueira da Silva
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Requerido: Estado de Rondônia, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DECISÃO:
DECISÃO Indefere-se o pedido de tutela antecipada porquanto, nos termos dos 2º e 5º do art. 7º da Lei 12. 016/2009, incabível o pagamento de qualquer natureza em sede de medida liminar ou tutela antecipada. Citem-se os demandados para ofertar contestação em até 60 dias. Vindo contestação, arguindo-se preliminares ou juntando-se documentos, intime-se o demandante para manifestação em até 10 dias. Em seguida, sem prejuízo de eventual julgamento imediato do pedido, digam as partes, em até 5 dias, se pretendem produzir outras provas, especificando-as e justificando-as, sob pena de indeferimento. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0010903-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eliene Magalhães da Cruz
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente a Requerente para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 dias. Intime-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0008093-09. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Clayton Bispo Escobar
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
DESPACHO:
Intime-se o Estado de Rondônia para manifestar sobre as medidas tomadas para o cumprimento da liminar, no prazo de 5 dias. Intime-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007617-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eutalio de Jesus Oliveira
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Intime-se o Estado de Rondônia para manifestar sobre as medidas tomadas para o cumprimento da liminar, no prazo de 5 dias. Intime-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0084069-37. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776), Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673), Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
Litisconsorte Passiv: Ipanema Construcoes Ltda, Maria Inês Moraes, Ana Maria da Silva
Advogado: Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881), Advogado Não Informado ( ), Advogado não Informado (0000)
DESPACHO:
Considerando o resultado parcial da penhora on line, manifeste-se o Estado de Rondônia quanto ao prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, em 5 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0012531-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Artemia Quednau
Advogado: Marcus Edson de Lima ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DECISÃO:
DECISÃO Cuidam os autos de ação de obrigação de fazer com pedido de antecipação de tutela proposta por Artemia Quednau, objetivando a concessão de TFD para realizar tratamento oncológico em Barretos/SP. Juntou documentos. Determinada a emenda à inicial para que a Requerente comprovasse a negativa de fornecimento de passagens para realizar o tratamento fora do domicílio, bem como, esclarecesse se o referido tratamento poderia ser realizado na unidade do Hospital de Barretos em Porto velho. À fl. 15 a Autora informa a impossibilidade em atender a determinação judicial pois a Gerência do TFD não fornece nenhum documento a respeito. Quanto ao laudo médico, diz que somente pode ser prescrito pelo médico que a acompanha naquele Hospital. Dessa forma, tenho que a descrição dos fatos e a documentação juntada com a inicial comprovam a urgente necessidade de realização do tratamento. Assim, defiro em parte a antecipação da tutela para determinar que o Requerido promova avaliação da paciente Artemia Quednau, por médico oncologista do Hospital de Barretos Unidade Porto Velho, a fim de se verifique a possibilidade de continuação do tratamento nesta unidade, e, caso contrário, que o próprio hospital a encaminhe para a Unidade de Barretos, em São Paulo. conforme indicação médica. Cite-se o demandado, com as advertências legais, para, se quiser, responder a demanda. Apresentada a contestação, manifeste-se o demandante no prazo de 10 dias. Após, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0021544-72. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Construtora Marques da Costa Ltda
Advogado: Daniela Zancope Ferrari (OAB/SP 139950), José Domingos Filho (OAB/RO 3617), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390), Emílio Cesar Abelha Ferraz (RO 234-B)
DECISÃO:
Considerando que não houve o pagamento espontâneo da dívida, procedi ao bloqueio on line, conforme protocolo anexo. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, 1º do CPC. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0246717-85. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Francisco Chaves Mota e Silva
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)

Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Alciléa Pinheiro Medeiros (OAB/RO 500)
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que houve o pagamento da dívida, conforme informado nos autos, JULGO EXTINTA a execução de título judicial na forma do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0011954-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Prestação de Contas - Exigidas
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776)
Requerido: Francineia Fernandes Medeiros, Odinéia Fernandes dos Santos
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
DESPACHO:
Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0009478-89. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ághata Barbosa Freitas Vale
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DESPACHO:
Ciente da interposição do agravo, mantenho a DECISÃO agravada, aguarde-se o julgamento do recurso. Considerando que não há nos autos comprovação do cumprimento da determinação imposta na DECISÃO de liminar, intime-se o Município de Porto Velho para comprovar o cumprimento da DECISÃO, no prazo de 5 dias. Intime-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004161-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: MANOEL RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DECISÃO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0004174-12. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Salmon Fernandes Nunes
Advogado: Alex Souza Cunha (OAB/RO 2656)
Litisconsorte Passiv: Coordenador Municipal de Transportes da Coordenadoria Municipal de Transportes Cmt, Município de Porto Velho
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DECISÃO:
Recebo a apelação em seu efeito devolutivo, cujas razões e contrarrazões encontram-se no processo. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0017507-65. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Joao Francisco Afonso ( ), Heverton Alves de Aguiar ( ), Aluildo de Oliveira Leite ( ), Geraldo Henrique Ramos Guimarães ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO, Roberto Eduardo Sobrinho, Walter Waltenberg Silva Júnior, Fernanda Kopanakis Pacheco
Advogado: Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( ), Diego de Paiva Vasconcelos (OAB/RO 2013), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431), Dalman Candido Pereira (OAB/RO 735-E), Paulo Rogerio José (OAB/RO 383), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700), Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307B), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820)
DECISÃO:
Posto isso, acolhem-se em parte os embargos de declaração para prestar os esclarecimentos expostos acima, bem como, integrando em parte o decisum embargado, constar que, rejeitada a ação de improbidade administrativa, na forma do 8º do art. 17 da Lei 8. 429/92, em relação a Roberto Eduardo Sobrinho e Walter Waltenberg Silva Júnior, resolve-se o MÉRITO nos termos do art. 269, I, CPC. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0013669-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Fatima da Silva dos Santos
Advogado: Adriele Marques Machado (OAB/RO 5673), Nilton Pereira Chagas (OAB/AC 2885), Eline Marcelo da Silva Santos (OAB/RO 4058)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Considerando o recolhimento das custas iniciais do processo, recebo a ação para processamento. Oficie-se ao Desembargador Relator do Agravo de Instrumento dando

conhecimento do recolhimento das custas. Cite-se o requerido (art. 215 do CPC), para responder no prazo legal (art. 188 do CPC), consignando no mandado que, não sendo contestada a presente ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente (art. 285 do CPC). Apresentada a contestação, manifeste-se a parte requerente no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se as partes para especificarem provas, justificando a necessidade, no prazo de 05 dias. Após, conclusos os autos. Cite-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0010567-55. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Lucilene Calado Luz
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que houve o pagamento da dívida, conforme informado nos autos, JULGO EXTINTA a execução de título judicial na forma do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj. ro. gov. br
Email: pvh2faz@tj. ro. gov. br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0003401-69. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carolini Castro de Lima, Carlos Eduardo Ferreira, Cláudio Barbosa Mattos, Clenilde Duarte de Lima, Elnora de Sousa Tupan, Everaldo Castro Magalhães, Flavio Martins da Silva, Florival Farias Sicsu Filho, João Batista da Silva, Joelma Sales da Silva, Julieta Fernandes Ferreira, Maria Solange Diniz de Souza, Nazira Kfoure, Rosemary Attias, Senir Pereira Sacramento, Terezinha Gomes Gadelha, Vitor Hugo Resende
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Jersilene de Souza Moura (OAB/RO 1676)
DESPACHO:
I - Trata-se de execução de ação plúrima, no entanto anoto que os créditos individualmente considerados superam o patamar máximo para expedição de RPV. II - Cite-se o Executado para, querendo, apresentar embargos à execução na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil. III - Considerando que o valor excede a 10 (dez) salários mínimos, o pagamento deverá ser feito através de formação de precatório, salvo, o Exeqüente renunciar ao excedente, no prazo de 05 (cinco) dias. IV - Não havendo renúncia, os Exequentes deverão trazer cópias dos documentos necessários para formação do precatório. V - Fixo honorários advocatícios em 10% do valor da condenação. Os honorários advocatícios arbitrados em razão da sucumbência, caso não renunciado o excedente, deverão ser executados por formação de precatório em conjunto com o principal, tendo em vista que este valor compõe um todo unitário, não cabendo o seu fracionamento, conforme entendimento do TJRO e dos próprios Tribunais Superiores: (. . .) A verba honorária, para fins de pagamento, segue a sorte da obrigação principal, sendo vedado o seu fracionamento para fins de configuração de pequena monta, em que se figura desnecessária a expedição de precatório (STJ, Recurso Especial, n. 720744/RS). VI - Em atenção as novas regras trazidas pelo artigo 6º, parágrafos 1º ao 4º, da Resolução n. 115-CNJ, com relação a compensação de valores, intime-se o Ente Público para, querendo, no prazo de 30 dias, apresentar manifestação, devendo informar sobre eventuais compensações de débitos em nome do Exequente, sob pena de perda do direito de abatimento dos valores informados. VII - Apresentada manifestações de interesse de compensação de débitos, intime-se o Exequente para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre o interesse do Ente Público, quando poderá impugnar o pedido juntando documentos que comprovem de plano suas alegações que poderá versar exclusivamente sobre: 1) erro aritmético do valor do débito a ser compensado; 2) suspensão da exigibilidade do débito, ressalvado o parcelamento; 3) suspensão da execução, em virtude do recebimento de embargos do devedor com efeito suspensivos ou em virtude de outra espécie de contestação judicial que confira efeito suspensivo à execução ou 4) extinção do débito. VIII - Permanecendo inerte o Ente Público, expeça-se ofício ao E. Tribunal de Justiça para formação de precatório. IX - No que se refere a execução da obrigação de fazer, cientifique-se a Secretária Geral de Administração do Estado dos termos da determinação judicial para cumprimento, sob pena de responsabilização. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016216-30. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Ivo Macedo Dias, Ilza Dias Garcia, Hilton Macedo Dias, Gilson Macedo Dias, Ana Zilda de Macedo Pinheiro, Carlos Macedo Dias
Advogado: Cássio Fabiano Rego Dias (OAB/RO 1514)
Executado: Estado de Rondônia
Advogado: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222)
DESPACHO:
Cite-se o Executado para, querendo, apresentar embargos à execução na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil. Considerando que o valor excede a 10 (dez) salários mínimos, o pagamento deverá ser feito através de formação de precatório, salvo, o Exeqüente renunciar ao excedente, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo renúncia, a Exeqüente deverá trazer cópia dos documentos necessários para formação do precatório. Expeça-se ofício ao e. Tribunal de Justiça para formação do precatório. Os honorários advocatícios arbitrados em razão da sucumbência, caso não renunciado o excedente, deverão ser executados por formação de precatório em conjunto com o principal, tendo em vista que este valor compõe

um todo unitário, não cabendo o seu fracionamento, conforme entendimento do TJRO e dos próprios Tribunais Superiores: (. . .) A verba honorária, para fins de pagamento, segue a sorte da obrigação principal, sendo vedado o seu fracionamento para fins de configuração de pequena monta, em que se figura desnecessária a expedição de precatório (STJ, Recurso Especial, n. 720744/RS). Em atenção as novas regras trazidas pelo artigo 6º, parágrafos 1º ao 4º, da Resolução n. 115-CNJ, com relação a compensação de valores, intime-se o Ente Público para, querendo, no prazo de 30 dias, apresentar manifestação, devendo informar sobre eventuais compensações de débitos em nome do Exequente, sob pena de perda do direito de abatimento dos valores informados. Apresentada manifestações de interesse de compensação de débitos, intime-se o Exequente para, no prazo de 10 dias, manifestar-se sobre o interesse do Ente Público, quando poderá impugnar o pedido juntando documentos que comprovem de plano suas alegações que poderá versar exclusivamente sobre: 1) erro aritmético do valor do débito a ser compensado; 2) suspensão da exigibilidade do débito, ressalvado o parcelamento; 3) suspensão da execução, em virtude do recebimento de embargos do devedor com efeito suspensivos ou em virtude de outra espécie de contestação judicial que confira efeito suspensivo à execução ou 4) extinção do débito. Permanecendo inerte o Ente Público, expeça-se ofício ao E. Tribunal de Justiça para formação de precatório. Incabível fixação de honorários na presente execução, uma vez que não se trata de execução de pequeno valor. Intima-se. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002934-56. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Estado de Rondonia
Advogado: Patrícia Capeleiro ( )
Executado: João Raulino Uchoa, Ruy Moreira dos Santos, Maria da Cruz Soria Tiburcio, Iomar Estevam Pompeu de França
Advogado: Helwi Hijazi Zaglout (OAB/RO 2447), Wallid Hijazi Zaglout (OAB/RO 4409)
DESPACHO:
Indefiro o requerimento de fls. 193, posto que às fls. 185 a SEAD informa que efetuou os descontos e os valores foram depositados em conta do Centro de Estudo da PGE, além do que mais o exquente pode diligenciar junto a sua secretaria e averiguar o que entender de direito sem necessidade de interferência do judiciário para tanto. Nada sendo requerido arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0011153-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Construções e Comércio Camargo Correa
Advogado: Henrique Oliveira Junqueira (OAB/RO 4214), Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/SP 169. 709-A), Jorge Henrique Amaral Zaninetti (OAB/SP 120518), Ana Carolina Montes (OAB/SP 197310)
Requerido: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Emilio Cesar Abelha Ferraz (RO 234-B)
DECISÃO:
Pelo exposto, com fundamento no art. 535, Inc. I e II, do CPC, conheço dos embargos de declaração e dou-lhes provimento, para afirmar que o pedido de suspensão de exigibilidade do crédito tributário será apreciado ao final, no julgamento de MÉRITO. Alerte-se o embargante sobre o prazo para interposição da ação principal. Noutro ponto, quanto a manifestação acerca da paralisação dos lançamentos dos tributos, por meio do Ofício 297/GAB/CRE/SEFIN, manifestou-se o Réu, alegando que os lançamentos paralisados representam, em valores, menos de 20% dos débitos objeto da ação cautelar. Portanto, os valores não lançados referem-se a processos administrativos protocolizados pelo Autor, pretendendo análise e reanálise de crédito tributário de ICMS devido. Intimem-sePorto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0247264-28. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Estado de Rondonia
Advogado: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Executado: Malva Defensivos e Equip. Fito e Domissanitários Ltdª
Advogado: Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
DESPACHO:
Suspenda-se o processo pelo prazo de 180 dias tendo em vista o parcelamento da débito. Anote-se que o Executado deverá juntar mensalmente os comprovantes dos depósitos realizados. Findo o prazo, intime-se o Exequente para dar prosseguimento ao feito requerendo o que é de direito. Intime-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0011902-41. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leoni Martins Borges
Advogado: Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568)
Requerido: Estado de Rondonia
Advogado: EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776)
DECISÃO:
A parte autora se manifesta nos autos ressaltando que apesar de a SENTENÇA lhe ter sido favorável, o fornecimento dos medicamentos ali deferidos apenas aconteceram, após inúmeras tentativas, por força de mandado judicial que sequestrou os valores para compra dos fármacos pleiteados. Preocupada com a continuidade de seu tratamento, uma vez que a número de medicamentos adquirido será suficiente para manutenção do tratamento até setembro do corrente ano, procurou a Gerência de Medicamentos da SESAU, onde recebeu a informação de que a medicação LIRICA, ETNA, GABAPENTINA E CITONEURIN, objetos dessa ação, não estão disponíveis para dispensação. Por tudo isso, considerando ainda que o tratamento de Leoni é permanente, intime-se o Estado de Rondônia a se manifestar, tomando as providências necessárias para que a Autora receba os fármacos requeridos em tempo hábil, evitando-se a interrupção de seu tratamento. Manifeste-se o Requerido no prazo de 05 dias sobre as providências que pretende tomar. Intime-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015650-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Lucinéia Pacheco de Sousa Silva
Advogado: ALEXANDRE DE LIMA PEREIRA (OAB 5700)
Impetrado: Secretária Municipal de Saúde Semsau do Município de Candeias do Jamari
DESPACHO:
Intime-se a Impetrante para que junte aos autos o ato coator que justifique a impetração do mandamus. Traga, ainda, comprovante original das custas processuais. Int. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0061100-91. 2005. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Ana Brigida Xandes Wessel (176), Emilia Oiye (OAB/RO 751), Amadeu Sikorski Filho ( )
Requerido: José de Abreu Bianco, José Gualberto Lacerda, Demócrito Inácio de Oliveira
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
DESPACHO:
I - Defiro o requerimento do Estado de Rondônia, expeça-se ofício para transferência dos valores depositados judicialmente. II - Em virtude do grande número de parcelas a serem pagas, determino a parte executada que comprove nos autos os depósitos realizados trimestralmente. III - Suspenda-se os autos pelo prazo de 90 dias. Findo o prazo, vindo o comprovante dos depósitos. Ao final, intime-se o Estado a requerer o que é de direito. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019699-68. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wmb Comércio Eletrônico Ltda
Advogado: Fernando de Oliveira Lima (OAB/PE 25227)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Luciano Alves de Souza Neto (OAB/RO 2318)
DESPACHO:
1. Cite-se para opor embargos, querendo. 2. Decorrido o prazo, sem oposição de embargos certifique-se. 3. Encaminhem-se os autos ao contador judicial para atualização dos valores. 4. Vindo os autos do Contador, intimem-se os exequentes para no prazo de 05 (cinco) dias juntarem aos autos os documentos necessários para formação da RPV. 5. Após, considerando que o valor pretendido não excede a 10 salários mínimos, expeça-se o RPV em cumprimento ao provimento nº 006/2006 – CG, publicado no DJ nº 124, pág. A5 de 06. 07. 2006, para pagamento de execução de pequeno valor – RPV. Intime-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016265-71. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. F. de A.
Advogado: Ocicled Cavalcante da Costa (OAB/RO 1. 175)
Requerido: M. de P. V.
Advogado: José Luiz Storer Junior ( )
DESPACHO:
1. Cite-se para opor embargos, querendo. 2. Decorrido o prazo, sem oposição de embargos certifique-se. 3. Encaminhem-se os autos ao contador judicial para atualização dos valores. 4. Vindo os autos do Contador, intimem-se os exequentes para no prazo de 05 (cinco) dias juntarem aos autos os documentos necessários para formação da RPV. 5. Após, considerando que o valor pretendido não excede a 40 salários mínimos, expeça-se o RPV em cumprimento ao provimento nº 006/2006 – CG, publicado no DJ nº 124, pág. A5 de 06. 07. 2006, para pagamento de execução de pequeno valor – RPV. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiz Titular: Dr. Dalmo Antonio de Castro Bezerra
e-mail: pvh2jij@tjro. jus. br
Diretora de Cartório: Ana Zelia Vaz Oliveira

Proc.: 0009835-60. 2000. 8. 22. 0701
Ação: Guarda
Requerente: F. da S. O.
Advogado: PEDRO BRITO DOS SANTOS (OAB/RO 578); JOSÉ REZENDE
(OAB/RO 552-E)
Requerido: D. B. S. C.
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da taxa de desarquivamento conforme o DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO: “Recolha-se a Taxa de Desarquivamento, eis que a SENTENÇA data do ano de 2000, ou seja, 13 anos atrás. Dalmo Antônio de Castro Bezerra, Juiz de Direito”

Ana Zelia Vaz de Oliveira
Diretora de Cartório

1ª VARA DE FAMÍLIA

1ª Vara de Família e Sucessões
Proc.: 0002344-96. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: L. F. P. S.
Advogado: Regina Eugenia de Souza Bensiman (OAB/RO 1505)
Requerido: H. S. S.
Advogado: Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176)
DESPACHO:
VISTOS e Examinados em Saneador.
1. O processo não deve ser sentenciado de plano, pois requer a produção de outras provas, não estando presentes as hipóteses de julgamento antecipado da lide.
2. Não vislumbro nulidades ou irregularidades a serem sanadas, supridas ou decretadas, não havendo preliminares a serem apreciadas nesta fase, por não terem sido arguidas.
3. Julgo saneado o feito.
4. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/09/2013, às 11: 00 horas.
5. Deverão ser as partes intimadas para depoimento pessoal nos termos do art. 343, CPC, com as penalidades de seus parágrafos, que devem ser expressas no mandado. 6. Sejam todos intimados, inclusive patronos, testemunhas, o Ministério Público e as partes, repito, estas para prestarem depoimento pessoal, sob pena de confesso.
7. O rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente DESPACHO (artigo 407 do CPC), mesmo que venham independentemente de intimação, sob pena de não serem admitidas.
8. Quanto às provas documentais, só serão admitidas na hipótese do art. 397 do Código de Processo Civil. 9. Relativamente aos pleitos de fl. 237, alíneas “c” e “d”, indefiro-

os, podendo a parte apresentar nos autos laudo de avaliação do imóvel e balanço/apuração de haveres da(s) empresa(s). 10. Realize-se estudo psicossocial do caso, com RELATÓRIO em até 05 dias antes da audiência supra.
11. CUMPRA-SE COM ATENÇÃO. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0003614-92. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. de F. C. L.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: M. N. L.
Advogado: Deborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)
DESPACHO:
VISTOS e examinados. 1) Quanto ao benefício previdenciário da menor SINARA, considerando o teor do ofício de fl. 42, saldo zerado da conta judicial (fl. 45), e informação do INSS que a ordem de depósito judicial recebida em JULHO/2012 está sendo cumprida desde então (fls. 47/48), oficie-se novamente ao INSS (com cópia de fls. 42, 45, 47/48 e 52), declinando a incongruência dos dados, conforme acima especificado, e requisitando o envio, no prazo de 02 dias, de extrato/RELATÓRIO de TODOS OS PAGAMENTOS EFETIVADOS NA CONTA JUDICIAL em referência. Cumpra-se com urgência. 2) Considerando a reiteração da posse indevida das menores pelo genitor, não obstante duas ordens de busca e apreensão já expedidas (fls. 73/74) e o teor da certidão de fl. 54 - tudo dos autos em apenso (0006017-97. 2013. 8. 22. 0102 - onde já há parecer do MP para julgamento e extinção (fls. 57/59), dissociados do que consta do RELATÓRIO de fls. 49/51 deste Feito, onde constara a manifestação das adolescentes em permanecerem com a genitora, e a grave notícia que as menores estão perdendo aulas, delibero: 2. 1) dada a revelia do requerido (fl. 39), nada mais havendo a ser saneado, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 09/agosto/2013, às 10: 00 horas; 2. 2) sejam ambas as partes intimadas para prestarem depoimento pessoal, sob pena de confesso, intimem-se as testemunhas já arroladas (fl. 07), e o Ministério Público; não obstante não atue neste Feito, mas em busca da conciliação e do melhor interesse das menores, seja intimada (DJ), também a advogada de fl. 68 do Feito em apenso (0006017-97. 2013. 8. 22. 0102); 2. 3) será ouvido como informante do Juízo a pessoa de Wellington de Lima Matos (indicado à fl. 29 do Feito em apenso como padrinho das menores), o qual poderá ser localizado através do telefone celular n. 69- 9338-4718, bem como através do endereço do requerido; INTIME-SE-O; 2. 4) considerando a proximidade da data da audiência, determino que o mandado de intimação seja cumprido pelo PLANTÃO; expeça-se o necessário com urgência; 2. 5) seja realizado novo estudo psicossocial do caso, com oitiva das partes, das adolescentes, averiguação domiciliar e da situação escolar das mesmas; dada a gravidade da situação, excepcionalmente o RELATÓRIO respectivo deverá estar nos autos até o dia 08/08/2013; promova a Escrivania o encaminhamento urgente ao Seto Técnico; 2. 6) atente a Escrivania para que a resposta do ofício do INSS, o RELATÓRIO técnico e o mandado estejam juntados aos autos até o dia 08/08/2013. 3) CUMPRA-SE COM ATENÇÃO. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0002173-42. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: H. C. de S.
Advogado: Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342), Elurien Back Thome (RO 5384)
Requerido: N. P. de S.
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003154-76. 2010. 8. 22. 0102
Ação: Execução de Alimentos
Exequente: L. P. B.
Advogado: Paulino Palmério Queiroz Filho (OAB/RO 3944)
Executado: C. L. P. B.
Advogado: Valéria Cristina de Oliveira Lima (OAB/MG 66. 039)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte autora, por meio de seu advogado, intimada sobre os itens 2 e 3 do DESPACHO de fl. 151. Para que em 03 dias, apresente demonstrativo de quitação da(s) parcela(s) já vencida(s); esclareça se os meses de DEZEMBRO/2012 até JULHO/2013 foram quitados.

Proc.: 0007082-30. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: G. de A. T.
Advogado: Anderson Júnior Ferreira Martins (OAB/RO 3466)
Requerido: K. B. T. Q. B. T.
DESPACHO:
VISTOS e examinados. R. A. com segredo de justiça. 1 Indefiro o pedido de antecipação de tutela, porquanto ausentes os requisitos ensejadores da medida. 2 Cite-se para contestar, em 15 (quinze) dias, com as advertências do artigo 285 e 319 do Código de Processo Civil. 3. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0009695-57. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. F. R. da C.
Advogado: Juliano Junqueira Ignácio (OAB/RO 3552)
Requerido: M. do S. V. L.
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 7, 90, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0008834-71. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: H. M. M.
Advogado: Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169), Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Requerido: Simone Silva de Souza
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 31, 42, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000319-13. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: H. R. P.
Advogado: Marcus Edson de Lima (Defensoria Pública)
Requerido: Maila Lima Peres
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 51, 43, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0009439-17. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: E. C. A. P. dos S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (Defensoria Pública)
Requerido: Adilson Ferreira dos Santos
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 19, 53, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0010670-16. 2011. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: S. dos S. e S. A.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (Defensoria Pública)
Requerido: Nilton Carlos de Almeida Batista
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 65, 00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0011285-69. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. B. da S. F.
Advogado: Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883)
Requerido: Benedita Aline Soares de Lima
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 77, 98, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005097-26. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. J. G. da S.
Requerido: E. V. N. R. da S. M.
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
DE: ELDER VASQUES NAPO, brasileiro, filho de Felix Napo Chamaro e Melchora Vasquez Ponce, encontrando-se em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida acima qualificada para os termos da presente ação, advertindo-a que o prazo para contestação é de 15 (quinze) dias será contado a partir do término do prazo acima indicado, ficando ciente de que não sendo a mesma contestada se presumirão aceitos pela requerida como verdadeiros os fatos alegados na inicial (arts. 285 e 319, CPC).
Processo: 0005097-26. 2013. 8. 22. 0102
Classe: Guarda
Parte Autora: M. J. G. da S.
Advogado: Defensoria Pública
Parte Requerida: E. V. N. e R. da S. M.
Sede do Juízo: Fórum de Família – Av. Rogério Weber, nº 1872, Centro, Porto Velho-RO. CEP 76801-030 - Fone: (69) 3217-1312 e fax: 3217-1247 email: pvh1famil@tjro. jus. br
Porto Velho, 22 de julho de 2013.
Diretor de Cartório: Gualter Fabrício M. Cruz
Maxulene de Sousa Freita
Juíza Substituta
(Assinado digitalmente)
AUTENTICAÇÃO
Certifico ser autêntica a assinatura da
Dra. Maxulene de Sousa Freita, Juíza Substituta
da 1ª Vara de Família e Sucessões.
Porto Velho (RO), 22 de julho de 2013.
Gualter Fabrício M. Cruz
Diretor de Cartório
(Assinado digitalmente)
//moma

Gualter Fabrício M. Cruz
Escrivão Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro. jus. br

Proc.: 0008153-67. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: B. G. B. G. A. G. B. B. G. B. J. G. B. G. G. B. G. G. B. I. G. B. M. G. B. M. G. B. R. G. B. R. G. B.
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Gardênia Souza Guimarães (OAB/RO 5464), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
SENTENÇA:
Ante o exposto, DEFIRO o alvará pretendido, com prazo de 30 dias, autorizando os requerentes a levantarem os valores disponíveis no Banco do Brasil (fls. 56), agência nesta cidade. Sem custas, ante a gratuidade da justiça deferida aos autores. Transitada esta em julgado, expeça-se o alvará. P. R. I. Após, arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0008074-88. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: R. S. de A. P. H. S. de A.
Advogado: Nilva Salvi (OAB/RO 4340)
Requerido: R. Q. de A.
DECISÃO:
Retifique-se a distribuição por se tratar de ação de execução de alimentos. Concedo a gratuidade. Cite-se o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento das prestações vencidas, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo (art. 733 do CPC), sob pena de prisão civil pelo prazo de um a três meses. Caso não seja realizado pagamento ou apresentada justificativa, no prazo legal, fica decretada a prisão civil do executado, nos termos do art. 733, parágrafo 1º do CPC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Certificando-se, expeça-se o

respectivo mandado de prisão, sem nova conclusão. Intime-se e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0008106-93. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: P. L. O. C. R. P. U.
Advogado: Gustavo Bernardo Hadamés Bernardi Monteiro (OAB/RO 5275)
DECISÃO:
Trata-se de ação consensual de guarda cumulada com exoneração de alimentos. Depreende-se dos documentos acostados à inicial que a ação que fixou os alimentos tramitou no Juízo da 1ª Vara de Família desta Comarca. Considerando que o presente feito trata de modificação de guarda cumulada com exoneração de pensão, a competência para processar a ação de deve ser do mesmo Juízo que fixou os alimentos, ante o pedido acessório de exoneração. Assim, deixo de receber a inicial, para declinar a competência para o Juízo da 1ª Vara de Família. Remetam-se os autos para o cartório distribuidor para distribuição por dependência. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000368-88. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Inventário
Inventariante: V. M. M.
Advogado: Tanany Araly Barbeto (OAB/RO 5582), Paulo Henrique Martins de Sousa (OAB/RO 4130)
Inventariado: E. F. das C. M. S.
Advogado: Edmar da Silva Santos (RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244), Jaqueline Pereira Pinto (OAB/RO 5118)
SENTENÇA:
Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0002119-47. 2011. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: D. do N. G.
Advogado: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido: G. M. da C.
Advogado: Marcos Antônio Silva Pereira (OAB/RO 367A)
SENTENÇA:
Porto Velho-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0001806-18. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: E. A. N. D.
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Requerido: S. U. D.
DECISÃO:
Como requer-se às fls. 22. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006312-08. 2011. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. H. dos S.
Advogado: Emerson Pinheiro Dias (OAB/RO 1307)
Requerido: R. G. P.
DECISÃO:
Indefiro o pedido de fls. 22. O feito já foi sentenciado (fls. 15). Int. Tornem ao arquivo. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0003680-38. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: L. H. P. B. J. M. dos S. B.
Advogado: Fabio Feitosa Bernardo (OAB/RO 3264)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de setembro de 2013, às 11: 30 horas. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados. Intime-se as partes, servindo cópia como mandado. Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0001219-33. 2012. 8. 22. 0101
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: H. R. J.
Advogado: Simone Oliveira Nascimento (RO 2404)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de setembro de 2013, às 10: 30 horas. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso, que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados e de testemunhas, estas independentemente de intimação. Caso seja necessária a intimação de testemunhas, o rol deverá ser depositado até 15 (quinze) dias antes da audiência. Intime-se as partes. Ciência ao MP. Porto Velho-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0008554-03. 2012. 8. 22. 0102
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família e Sucessões, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona
Processo nº: 0008554-03. 2012. 8. 22. 0102
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Assunto: Reconhecimento / Dissolução
Exequente: M. A. C. M
Executado: A. J. R
DESCRIÇÃO DO BEM: Um imóvel situado nesta cidade, na Rua Capelinha nº 1465, Bairro Eletronorte, com uma área de 8, 00 x 25, 00m, tendo uma estância em alvenaria de construção de uma residência, com oito apartamentos, AVALIADO em R$150. 000, 00 (cento e cinquenta mil reais).
VALOR TOTAL: R$150. 000, 00.
DATA PARA A PRIMEIRA PRAÇA: 27/08/2013 - às 9: 00 horas.
DATA PARA A SEGUNDA PRAÇA: 06/09/2013 - às 9: 00 horas.
LOCAL DA PRAÇA: Átrio do Fórum Sandra Nascimento, na Av. Rogério Weber nº 1872, Centro, fone: 69-3217-1314 - Porto Velho-RO.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Em poder e guarda do Executado A. J. R
INTIMAÇÃO DO Sr. Antonio José Rocha, residente nesta cidade, na Rua Capelinha nº 1465, Bairro Eletronorte, que fica por este ato intimado se não o for pessoalmente.

COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á no dia 06/09/2013 - às 9: 00 horas, no mesmo local, a fim de que o mesmo seja arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
OBSERVAÇÃO I: Eventuais débitos, impostos, multas, ou taxas que recair sobre o bem objeto da praça, serão suportados pelo arrematante.
OBSERVAÇÃO II: Caso a data designada para a praça recair em dia não útil, será realizado no 1º dia útil seguinte, no mesmo horário.
Sede do Juízo: Fórum Sandra Nascimento, na Av. Rogério Weber nº 1872, Centro, fone: 69-3217-1314 - Porto Velho-RO.
Porto Velho-RO, 05 de agosto de 2013.
Chefe de Cartório: Franci Felix Paiva
(a) Dr. João Adalberto Castro Alves - Juiz de Direito

Proc.: 0007945-20. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: N. R. da S.
Advogado: Orlando Ribeiro do Nascimento (OAB/RO 177)
Requerido: S. S. dos P.
Advogado: Jacira Silvino (OAB/RO 830)
DESPACHO:
Recebo a apelação na forma do art. 520 do CPC, em ambos os efeitos. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, com as cautelas de estilo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. João Adalberto Castro Alves Juiz de Direito

RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

3ª VARA DE FAMÍLIA

3ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0006913-43. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial
Requerente: M. R. R.
Advogado: Marcia Janete Sacco Garcia (RO 1072)
DESPACHO: Intime-se o requerente para emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, juntando declaração de dependentes habilitados expedida pelo órgão empregador/previdenciário do qual fazia parte o falecido (art. 1º da Lei nº 6. 858/80), pois a certidão de fl. 20 apenas esclarece acerca de beneficiários de pensão civil. Em dez dias, sob pena de indeferimento (art. 284, parágrafo único, CPC). Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0012164-76. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: R. J. dos S. R.
Advogado: Neidsonia Maria de Fátima Ferreira (OAB/RO 5283)
Requerido: A. P. R.
Advogado: Tamires Luz da Silva (OAB/RO 5302), Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915)
DESPACHO: 1. Indefiro, neste momento, os requerimentos de fls. 117/118 e 120/121, os quais serão analisados novamente em audiência. 2. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de setembro de 2013, às 11 horas. 3. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso (devendo constar a advertência no mandado) que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados e de testemunhas, estas independentemente de intimação. Caso seja necessária a intimação de testemunhas, o rol deverá ser depositado até 25 (vinte e cinco) dias antes da audiência. 4. Intimem-se todos, inclusive o MP. Porto Velho-RO, quarta-feira, 3 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0007010-43. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Consensual
Requerente: L. A. L. D. A. P. de S. D.
Advogado: Andréia Costa Afonso Pimentel (OAB/RO 4927)
SENTENÇA: . . . . Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e, em consequência, DECRETO O DIVÓRCIO DO CASAL L. A. L. D. e A. P. de S. D. , dissolvendo do vínculo matrimonial até então existente e homologando o acordo firmado que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na petição inicial (fls. 03/08). A mulher voltará a usar o nome de solteira, A. P. de S. . Sem custas finais e sem honorários. Transitada em julgado, expeça-se o necessário, e arquive-se. P. R. I. CPorto Velho-RO, segunda-feira, 15 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0003413-66. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: M. S. S. E. S. S.
Advogado: Maria do Socorro Ribeiro Guimarães (OAB/RO 1270)
DESPACHO: Intimem-se os requerentes para que se manifestem sobre o ofício de fl. 26, requerendo o que entender de direito, em 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0007255-54. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: K. X. G.
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Requerido: E. F. G.
DESPACHO: Considerando que tramitou nesta vara a ação de divórcio consensual nº 0231758-12. 2009. 8. 22. 0001, em que as partes são as mesmas e em que houve fixação de alimentos ao filho do casal, conforme DECISÃO de fls. 15, manifeste-se o autor a respeito do prosseguimento deste feito. Em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0002653-25. 2010. 8. 22. 0102
Ação: Inventário
Inventariante: J. A. S. F.
Advogado: Nilva Salvi (OAB/RO 4340)
Inventariado: A. A. F.
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0006724-02. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: P. N. F.
Advogado: Dayanne dos Santos Cavalcante (RO 1410)
Requerido: J. O. F.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 41.

Proc.: 0007046-85. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Consensual
Requerente: N. P. de L. M. P. de L.
Advogado: Antonio Tavernard (RO 4206)
SENTENÇA: . . . Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e, em consequência, N. P. de L. e M. Pereira de Lucena, dissolvendo do vínculo matrimonial até então existente, homologando o acordo firmado que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na petição inicial. A mulher continuará a usar o nome de casada. Sem custas finais e sem honorários advocatícios. Transitada em julgado, recolhidas as custas iniciais, expeça-se o necessário, e arquive-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006101-98. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: W. P. da S. W. P. da S. W. P. da S. M. de L. P. da S. L. M. P. da S. A. L. M. P. da S. S. G. M. P. da S.
Advogado: José Anastácio Sobrinho (RO 872)
SENTENÇA: . . . . Em face do exposto, DEFIRO o pedido, autorizando os requerentes W. P. da S. , W. P. da S. , W. P. da S. , M. de L. P. da S. , L. M. P. da S. A. , L. M. e outros a receberem em cotas iguais os valores depositados na conta poupança n. 60. 000100-8, agência 3253, Banco Santander - 033, em nome da falecida Lucinda Pereira da Silva. Indefiro a gratuidade, pois as custas podem ser suportadas sem que haja comprometimento do sustento dos requerentes com os valores a serem levantados. Destaco que não há qualquer justificativa para afastamento dessa possibilidade. Assim, recolhidas as custas no valor equivalente a 1, 5% sobre o total a ser levantado, expeçam-se os alvarás supramencionados. Após o trânsito em julgado, observadas as formalidades necessárias, arquive-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0005079-05. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: C. C. da S.
Advogado: Carlos Catanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: L. T. O. de F. da S.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 84.

Proc.: 0012186-37. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: N. R. G. de S.
Advogado: Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Requerido: R. P. C.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 46.

Proc.: 0005734-74. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. H. B. C.
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Requerido: O. B. C. F.
Advogado: Jeremias de Souza Leite OAB/RO 5104, Douglas Borges de Araujo OAB/RO 5666
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 66.

Proc.: 0010980-85. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: M. R. A. F.
Advogado: Aldenizio Custodio Ferreira (RO 1546)
Requerido: J. F. U.
Advogado: Hosanilson Brito (RO 1655)
DESPACHO: Designo audiência de conciliação para o dia 24 de setembro de 2013, às 11h50min. Int. Porto Velho-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000248-11. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: J. M. de S. J.
Advogado: José Batista de Santana Júnior (OAB/RO 5778), Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342)
Requerido: R. B. de O.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 36.

Proc.: 0216453-61. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Inventário
Requerente: S. C. C. L.
Advogado: Laed Álvares Silva (OAB/RO 263A), Assis Herter Silva (OAB/RO 4540), Giselle Piza de Oliveira (OAB/RO 3012)
Requerido: F. A. e S.
DESPACHO: Intime-se o inventariante para que regularize a representação processual da pessoa jurídica cessionária, ante a modificação do contrato social, em 10 dias. Cumprida a determinação, ao Ministério Público. Porto Velho-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006881-38. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: F. V. B.
Advogado: Nilton Pereira Chagas (OAB/AC 2885); Eline Marcelo OAB/RO 4058
DESPACHO: A renúncia para produzir os efeitos dela decorrentes, deve constar de instrumento público, na forma do art. 1. 806 do Código Civil. Assim, deve a requerente, em 05 dias, proceder à adequação, sob pena do deferimento parcial do pedido. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0001405-53. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. C. B.
Advogado: Fabricio Matos da Costa (OAB/RO 3270)-Faro
Requerido: M. F. A.
Advogado: Defensoria Publica
DESPACHO: 1. Considerando que a mediação restou infrutífera, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de setembro de 2013, às 10h30min. 2. Determino o depoimento

pessoal das partes, sob pena de confesso (devendo constar a advertência no mandado) que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados e de testemunhas, estas independentemente de intimação. Caso seja necessária a intimação de testemunhas, o rol deverá ser depositado até 25 (vinte e cinco) dias antes da audiência. 3. Intimem-se todos, inclusive o MP. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0008488-23. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: R. A. de S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: J. C. dos S.
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
DESPACHO: 1. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de setembro de 2013, às 08h30min. 2. Determino o depoimento pessoal das partes, sob pena de confesso (devendo constar a advertência no mandado) que deverão comparecer à audiência acompanhadas de seus advogados e de testemunhas, estas independentemente de intimação. Caso seja necessária a intimação de testemunhas, o rol deverá ser depositado até 25 (vinte e cinco) dias antes da audiência. 3. Intimem-se todos, inclusive o MP. Porto Velho-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000388-79. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: J. P. G.
Advogado: Ely Lourenço Oliveira Cunha (OAB/RO 791)
Requerido: M. de F. V. A. G. dos S. C. P. dos S. R. S. S. S. G. dos S. S. G. dos S. V. dos S.
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844), Huldayse Pinheiro Hermsdorf (OAB/RO 4617)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 138.

Proc.: 0123410-65. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Inventário
Autor: J. M. de A. G. P. R. de A. G. L. D. de A. G. C. C. de A. G. C. A. de A. G. L. N.
Advogado: Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950), Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798),
Inventariado: J. C. G.
DESPACHO: Como última oportunidade, intime-se a inventariante para cumprir o DESPACHO proferido em audiência (fls. 320/321), trazendo novas declarações finais e esboço de partilha, em 05 dias, sob pena de destituição. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 8 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0007271-08. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: José Edilson Gonzales da Silva
Advogado: Manoel Onildo Alves Pinheiro (OAB/RO 852)
DESPACHO: VISTOS e ETC. 1. Processe-se em segredo de Justiça. 2. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2013, às 11h10min. 2. 1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e requerido para comparecerem à audiência acima designada. 2. 2. Para a audiência, advirta-se que o não comparecimento da parte autora resultará em arquivamento do pedido e a ausência da parte requerida importa em revelia, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até o início da audiência. 3. 3. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5. 478/68). 3. Ciência ao Ministério Público. 4. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0006193-76. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: Í. da S. F.
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109), Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156)
Requerido: D. P. P.
DESPACHO: VISTOS e ETC. 1. Processe-se em segredo de Justiça e com gratuidade processual. 3. Atento à prova de parentesco e aos demais elementos constantes dos autos, principalmente o termo de guarda e responsabilidade (fl. 12), defiro os alimentos provisórios que fixo em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação do requerido, a serem pagos mensalmente, até final DECISÃO, mediante depósito direto na conta bancária da representante do requerente. 3. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 26 de setembro de 2013, às 11h30min. 3. 1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e requerido para comparecerem à audiência acima designada. 3. 2. Para a audiência, advirta-se que o não comparecimento da parte autora resultará em arquivamento do pedido e a ausência da parte requerida importa em revelia, presumindo-se então verdadeiros os fatos descritos na inicial. A contestação deverá ser apresentada até o início da audiência. 3. 3. Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos arts. 7º e 8º da Lei de Alimentos (Lei 5. 478/68). 4. Ciência ao Ministério Público. 5. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0007173-23. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: J. B. N. F.
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
Requerido: G. Á. R. M.
Advogado: Bernardo augusto G. Coutinho OAB/RO 2991, Sally Anne B B Coutinho OAB/RO 2980
DESPACHO: . 3. 2. Dessa forma, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, determinando a suspensão

da pensão alimentícia paga pelo requerente J. B. N. F. , da pensão alimentícia em favor de sua filha A. M. N, até DECISÃO definitiva. 4. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2013, às 12h10min. 4. 1. CITE-SE o requerido. INTIMEM-SE requerente e a requerida para comparecerem à audiência acima designada. 4. 2. Para audiência advirta-se que o prazo para contestar é de 15 dias e fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada, ficando ciente a parte requerida que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente. 5. Intimem-se todos, inclusive o MP. 6. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0002441-33. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: D. C. F.
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel ( ), Tadeu Aguiar Neto (OAB/RO 1161), David Pinto Castiel (OAB/RO 1363)
Requerido: A. P. C. F.
Advogado: Isabel Silva (OAB/RO 3896), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Jacimara Nascimento Von Dollmger (OAB/RO 5107)
SENTENÇA: . . . . Em face do exposto, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com base no inciso I do artigo 794 do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I. C. e Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0002127-70. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Inventário
Requerente: Isnaldo Gonçalves da Silva
Advogado: Lenilce Santos da Silva Franzolini (OAB/RO 3932), Claudia Clementino Oliveira (SSP/RO 668), Luciane Gimax Henrique OAB/RO 5300
Inventariado: Antonio Batista da Costa
DESPACHO: 1. O inventariante deverá esclarecer a divergência do número do CPF do falecido entre o documento apresentado inicialmente (fl. 11) e as certidões negativas de débitos (fls. 151/152), em 05 dias. 2. Intimem-se, pessoalmente, os herdeiros, Francisco Batista Neves e Luiz Batista Costa, para cumprirem os itens “2” e “3” do DESPACHO de fls. 144/147, em 48 horas. 3. Intimem-se todos os herdeiros não representados e representados por outros advogados, para que se manifestem sobre as últimas declarações, em 10 dias (art. 1. 012, CPC). 4. Inclua-se cópia da DECISÃO de fls. 144/147 nos autos nº 0005189-72. 2011. 8. 22. 0102 e nº 0007687-78. 2010. 8. 22. 0102, certificando sobre a ocorrência da preclusão. 5. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 14 de março de 2013. Aldemir de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006934-19. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: E. M. L. P.
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: D. A. P.
DESPACHO: 1. Processe-se em segredo de Justiça e com gratuidade processual. 2. Atento a prova da filiação e aos demais elementos constantes dos autos, defiro os alimentos provisórios ao filho, que fixo em 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, devidos a partir da citação. 2. 1. Oficie-se o empregador, para que proceda ao desconto da parcela alimentar diretamente em folha de pagamento do requerido, depositando-a na conta corrente da representante dos requerentes, bem assim, a informar os valores dos salários percebidos pelo requerido. 2. Designo audiência de conciliação para o dia 05 de setembro de 2013, às 12h10min. 3. CITE-SE o requerido, consignando-se que o prazo para contestar é de 15 dias e fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada, ficando ciente a parte requerida que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte requerente. 4. INTIMEM-SE requerente e requerido para a audiência designada. 5. Ciência ao Ministério Público. 6. Sirva-se de mandado. Nos termos do Provimento nº 003/2012-CG, o Oficial de Justiça deverá informar que, não tendo condições de constituir advogado, a parte deverá procurar o Defensor Público da Comarca. Porto Velho-RO, quinta-feira, 4 de julho de 2013. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0003895-14. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. L. L. C.
Advogado: Elisandra Nunes da Silva (OAB/RO 5143)
Requerido: E. A. da C.
Advogado: Ellen Reis Araújo Trindade (OAB/RO 5054)
Certidão da Escrivania:
Certifico para os devidos fins que, conforme às Diretrizes Gerais, faço a intimação do autor, para se manifestar quanto à certidão de fl. 51.
Por ser verdade dou fé.

Proc.: 0011046-65. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: D. A. da S.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: P. C. G. da S. M. E. L. de F. J.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
DE: PAULO CESAR GOMES DA SILVA, brasileiro, estado civil e profissão ignorados, residente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação da parte acima mencionada para nos termos da ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, em trâmite nesta Vara, responder a presente ação. Não sendo esta contestada, será considerado aceito pelo réu, como verdadeiros os fatos alegados pelo autor. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias a fluir a partir da data da publicação. DOS FATOS: a genitora da requerente e o segundo requerido mantiveram relacionamento amoroso pelo período de um mês e dessa relação decorreu a gravidez. . . quando o nascimento veio ocorrer a genitora vivia em união estável com o primeiro requerido, que assumiu a paternidade. . . hoje o menor esta com 16 anos de idade e fez DNA com o reqdo M. E. L. F. J. O que comprovou a paternidade, desta forma vem requerer a exclusão do primeiro requerido da paternidade.
Sede do Juízo: 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho.
Porto Velho, 5 de Agosto de 2013
Mara Lúcia Castro de Melo
Escrivã Judicial
203198

Proc.: 0006567-29. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: V. T. M.
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Requerido: V. F. M.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
DE: VALFRIDO FERREIRA MIRANDA, brasileiro, casado, residente em lugar incerto ou não sabido.
FINALIDADE: Citação da parte acima mencionada para nos termos da ação de Divorcio Litigioso, em trâmite nesta Vara. Não sendo contestada a ação, será considerado aceito pela parte ré, como sendo verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias a fluir a partir da data da publicação. DOS FATOS: a requerente e o requerido contraíram matrimônio em 05 de novembro de 1980, conviveram durante 21 anos; dessa união tiveram 03 (três) filhos, maiores e um morto, que no ano de 1993 o esposo abandonou o lar, e não teve mais notícias do mesmo.
Sede do Juízo: 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho.
Porto Velho, 5 de Agosto de 2013
Mara Lúcia Castro de Melo
Escrivã judicial

Proc.: 0003155-56. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. T. de O.
Advogado: Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970)
Requerido: A. S. S. da C.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
DE: ANA SUELEM SILVA DA COSTA, brasileira, convivente, residente em lugar incerto ou não sabido.
FINALIDADE: Citação da parte acima mencionada para nos termos da ação de Declaratória de união estável e partilha de bens, em trâmite nesta Vara. Não sendo contestada a ação, será considerado aceito pela parte ré, como sendo verdadeiros os fatos alegados pela parte autora. O prazo para contestação é de 15 (quinze) dias a fluir a partir da data da publicação. DOS FATOS: o autor e a requerida contraíram conviveram por 50 anos e sendo interrompida em outubro de 2011, não tiveram filhos e viveram na casa do autor, que fora adquirida antes da união. Já os bens que guarnecem a casa adquiridos durante a convivência serão partilhados na proporção de 50% para cada.
Sede do Juízo: 3ª Vara de Família da Comarca de Porto Velho.
Porto Velho, 5 de Agosto de 2013
Mara Lúcia Castro de Melo
Escrivã judicial

Proc.: 0005252-63. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Interdição
Interditante: B. J. F.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Interditado: M. de F. F.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
Intimação DE: MARIA DE FÁTIMA FERREIRA
O DR. ALDEMIR DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO VELHO, CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, NA FORMA DA LEI, ETC. . .
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da Ação de Interdição e curatela - Processo sob Nº0005252-63. 2012. 8. 22. 0102, que BÁRBARA JINNY FERREIRA, brasileira, solteira, gerente, residente nesta, move contra MARIA DE FÁTIMA FERREIRA, brasileira, solteira, nascida em 23 de maio de 1953, filha de José Ferreira dos Santos e Guiomar Ferreira dos Santos, decretou a interdição desta, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita "(. . .) Em face do exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO da requerida MARIA DE FÁTIMA FERREIRA Declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do arts. 1767, I do CC, nomeando-lhe curador a requerente. Na forma do artigo 1184, c/c o que dispõe o 2º do artigo 232, ambos do CPC, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III do CC, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6015/73). . . Porto Velho, 29 de maio de 2013, (a) Aldemir de Oliveira – Juiz de Direito".
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, aos 5 de Agosto de 2013. Eu, (a) Mara Lúcia Castro de Melo - Escrivã Judicial, mandei digitar e subscrevi.
(a) Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

Proc.: 0010393-63. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Interdição
Interditante: R. A. P.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Interditado: A. G.
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS
INTIMAÇÃO DE: ALZIRA GONÇALVES
O DR. ALDEMIR DE OLIVEIRA, JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE PORTO VELHO, CAPITAL DO ESTADO DE RONDÔNIA, NA FORMA DA LEI, ETC. . .
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que se processando por este Juízo e Cartório, respectivamente, aos termos da Ação de Interdição e curatela - Processo sob Nº0010393-63. 2012. 8. 22. 0102, que RAQUEL ALVES PEREIRA, brasileira, solteira, do lar, residente nesta, move contra ALZIRA GONÇALVES, brasileira, divorciada, nascida em 26 de novembro de 1937, filha de José Gonçalves e Selvina Gonçalves, decretou a interdição desta, conforme se vê da SENTENÇA a seguir transcrita "(. . .) Em face do exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO da requerida ALZIRA GONÇALVES, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do arts. 1767, I do CC, nomeando-lhe curador a requerente. Na forma do artigo 1184, c/c o que dispõe o 2º do artigo 232, ambos do CPC, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III do CC, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6015/73). . . Porto Velho, 29 de maio de 2013, (a) Aldemir de Oliveira – Juiz de Direito".
Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, aos 5 de Agosto de 2013. Eu, (a) Mara Lúcia Castro de Melo - Escrivã Judicial, mandei digitar e subscrevi.

(a) Aldemir de Oliveira
Juiz de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0005177-87. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Sobrepartilha
Requerente: S. de A. C. O. E. F. da S. O.
Advogado: Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733), Claudecy Cavalcante Feitosa OAB/RO 3257
SENTENÇA:
VISTOS, S. de A. C. O. e E. F. da S. O. , este representado por E. A. S. , todos devidamente qualificados, pedem homologação de acordo de partilha de bem. É o RELATÓRIO. ISTO POSTO, homologo, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado às fls. 03/05. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Custas pelos autores. P. R. I. C e Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0005005-48. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: N. M. C. M.
Advogado: Silvio Vinicius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
DECISÃO:
VISTOS, Trata-se de Embargos de Declaração com efeitos modificativos proposta por N. M. C. M. , alegando que houve contradição na SENTENÇA de fls. 74/75. Aduz a embargante que os documentos acostados aos autos se mostraram comprobatórios ao seu bem-estar e à liberação do Alvará Judicial e que a SENTENÇA foi contraditória ao refutar essa comprovação. É o RELATÓRIO. Conhece-se dos Embargos de Declaração pois tempestivos e regularmente opostos. Pois bem. o que se vê dos argumentos utilizados pela embargante é que a mesma pretende utilizar-se dos embargos de declaração para alterar a DECISÃO que julgou improcedente o pedido de alvará judicial. Não sendo verificado pelo embargante que embargos de declaração destina-se ao esclarecimento de DECISÃO obscura ou contraditória ou em caso de omissão, mas o que pretende é que este juízo redecida. Assim, a SENTENÇA foi escrita de forma clara, inteligível, não sendo o caso de ser esclarecida por meio de embargos de declaração. Pelo exposto, decido conhecer dos Embargos de Declaração opostos e no MÉRITO rejeita-los, na forma da fundamentação supra. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0005736-44. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Requerente: Udolino Falavigna
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido: Aparecida Herminia Batista
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
DECISÃO:
VISTOS, U. F. propôs Impugnação do Valor da Causa em face de A. H. B. , ambos devidamente qualificados. Aduz o impugnante que na ação de divórcio litigioso proposta pela impugnada foi dado valor à causa em R$ 500. 000, 00 (quinhentos mil reais), quando deveria ser o montante de R$ 206. 214, 17 (duzentos e seis mil, duzentos e catorze reais e dezessete centavos), ou seja, sendo descontado o valor referente às dívidas do casal. É o RELATÓRIO. Trata-se de impugnação ao valor da causa. Não assiste razão ao impugnante, até porque não trouxe nenhum parâmetro para que a causa seja fixada em R$ 206. 214, 17 como pretende. A impugnada corretamente deu ao valor da causa a soma dos bens que são objeto do litígio, conforme farta documentação juntada nos autos principais, de forma que não vejo nenhuma impropriedade no valor. Assim, julgo improcedente a impugnação mantendo o valor da causa em R$ 500. 000, 00, atribuído pela autora na inicial. Certifique a escrivania esta DECISÃO nos autos principais e arquive-se este incidente. P. R. I. C. e arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0007027-79. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. H. da S. J. D.
Advogado: Rui Benedito Galvão (OAB/RO 242B)
SENTENÇA:
VISTOS, A. H. da S. e J. D. , ambos devidamente qualificados, propuseram ação homologatória de alteração de guarda, posse e responsalidade da menor D. R. H. da S. , filha dos requerentes. O Ministério Público manifestou favoravelmente ao pedido. É o RELATÓRIO. POSTO ISSO, homologo, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado às fls. 03/06. Processo extinto com julgamento de MÉRITO, na forma do artigo 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. P. R. I. C e Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0010805-91. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: T. B. da S. M. da S. F. M. da S. F. P.
Advogado: Beniamine Gegle de Oliveira Chaves (RO 123 b)
SENTENÇA:
VISTOS, Terezinha Botelho da Silva, Marcio da Silva Furtado e Marcia da Silva Furtado Passos, todos devidamente qualificados, pedem alvará de levantamento de valores na forma do Decreto Nº 85. 845 de março de 1981. Na inicial, alegam os autores, em síntese, que são herdeiros do falecido Francisco Furtado Ayres, convivente e pai dos requerentes, que faleceu deixando valores junto ao Consórcio Nacional Honda Ltda e, ao final, requerem a emissão de alvará autorizando-os a levantarem os valores lá constantes. Com a inicial vieram documentos. Às fls. 56, a autora Terezinha Botelho requer sua exclusão do polo ativo da lide, permanecendo os demais. É o RELATÓRIO. Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80 e pelo Decreto Nº 85. 845/81. Comprovado que os requerentes, Marcio da Silva Furtado e Marcia da Silva Furtado Passos são herdeiros do de cujus, bem como que os valores a serem liberados são provenientes de título de crédito de contemplação junto ao Consórcio Honda no valor de R$ 12. 840, 48 (doze mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos), é de se liberar tais valores. Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro o levantamento dos valores referentes à título de crédito de comtemplação, junto ao Consórcio Nacional Honda Ltda, no valor de R$ 12. 840, 48 (doze mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos) com as devidas atualizações legais, cabendo a cada um dos requerentes, Marcio da Silva Furtado e Marcia da Silva Furtado Passos a fração de ½. SENTENÇA com solução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do CPC.

Expeça-se o competente alvará. Custas pelos requerentes. P. R. I. C. e Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003516-73. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: I. L. S. S. D. da S. L. C. da S. L. L. de S. L. F. E. da S. L. H. da S. L.
Advogado: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
SENTENÇA:
VISTOS, Iná Luzia Silva Souza, Darly da Silva Leão, Cleber da Sila Leão, Laurindo de Souza Leão Filho, Ely da Silva Leão e Hebe da Silva Leão, devidamente qualificados, pedem alvará de levantamento de valores na forma do Decreto Nº 85. 845 de março de 1981. Na inicial, alegam os autores, em síntese, que são herdeiros da falecida Maira Inácia da Silva, mãe dos requerentes, que faleceu deixando valores em conta judicial junto ao Banco do Brasil, oriunda da 1ª Vara Federal Processo nº 2005. 41. 00. 000532-9 e, ao final, requerem a emissão de alvará autorizando-os a levantarem os valores lá constantes. Com a inicial vieram documentos. É o RELATÓRIO. Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80 e pelo Decreto Nº 85. 845/81. Comprovado que os requerentes são herdeiros da de cujus, bem como que os valores a serem liberados são provenientes de saldos bancários no valor de R$ 23. 503, 10 (vinte e três mil quinhentos e três reais e dezcentavos), é de se liberar tais valores. Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro o levantamento dos valores depositados, junto ao Banco do Brasil, conta judicial 200126169809, cabendo a cada um dos requerentes fração de 1/6, no valor de R$ 3. 917, 18 (três mil novecentos e dezessete reais e dezoito centavos) com as devidas atualizações legais. SENTENÇA com solução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Expeça-se o competente alvará. Custas pelos requerentes. P. R. I. C. e Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006098-46. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: J. C. A. A. M. C. A. A.
Advogado: Amanda Camelo Correa (OAB/RO 883)
SENTENÇA:
VISTOS, João Carlos Amaral Aragão e Maria Celina Amaral Aragão, devidamente qualificados, pedem alvará de levantamento de valores na forma da Lei 6. 858, de 24 de novembro de 1980. Com a inicial vieram documentos. É o RELATÓRIO. Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80. Comprovado que os requerentes são os únicos herdeiros do de cujus, bem como que os valores a serem liberados são provenientes do Fundo de Participação PIS/PASEP e FGTS, é de se liberar tais valores. Assim sendo, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, defiro o pedido inicial e autorizo os requerentes a levantarem junto à Caixa Econômica os valores depositados em nome do de cujus, quais sejam: R$ 19. 253, 67 (dezenove mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e sete), com as devidas atualizações legais. SENTENÇA com solução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Expeça-se o competente alvará. Sem custas, face a assistencia judiciária. P. R. I. C. e Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008524-65. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: V. S. P.
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido: R. P.
Carga:
Fica o advogado, Dr. Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247), intimado a devolver os autos no prazo de 48 horas, que se encontra com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos.

Proc.: 0006795-04. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Interdição
Interditante: A. P. de L.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Interditado: C. N. de L.
SENTENÇA:
VISTOS, Adeildo Pereira de Lima, devidamente qualificado nos autos, propôs ação de interdição e curatela de sua mãe, Creuza Nascimento de Lima. Alega o autor que a interditanda é portadora de Atrofia Cerebral ou Mal de Alzheimer. O Ministério Público opinou pela procedência do pedido, às fls. 41/42. É o RELATÓRIO. Decido. Trata-se de pedido de interdição e curatela de pessoa portadora de múltiplas sequelas neurológicas, decorrentes de atrofia cerebral ou Mal de Alzheimer. Às fls. 39, veio o laudo médico dando conta de que o interditando sofre de Mal de Alzheimer, ocasionado sequelas neurológicas. Assim, todo este conjunto probatório enseja o convencimento do Juízo para o deferimento da pretensão inicial. Nos termos do inciso I, do artigo 1. 767, do Código Civil, estão sujeitos a curatela aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. Observa-se dos autos que o interditando não possui bens imóveis, conforme certidão informativa e negativas às fls. 12 e 19/20, assim, deve ser observado que: À curatela são aplicáveis as regras da tutela (artigo 1. 781 do Código Civil). Desta forma, se o interditando for possuidor ou proprietário de imóveis ou móveis não poderão ser vendidos pela curadora, nem tampouco poderá ela retirar valores existentes em instituição bancária, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1. 750 e 1. 754 do Código Civil). Não poderá também o curador contrair dívidas em nome do interditando, inclusive para abatimento direto em seu benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (artigo 1. 748, I, do Código Civil). Fica autorizado ao curador receber o benefício previdenciário do interditando, nos termos do artigo 1. 747, II, do Código Civil. Julgo procedente o pedido e nomeio curador para todos os atos da vida civil do interdito sua mãe, Adeildo Pereira de Lima. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do inciso I, do artigo 269, do Código de Processo Civil, observando-se as limitações mencionadas nesta DECISÃO. Expeça-se termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as limitações e autorização contidas nesta DECISÃO. Na forma do artigo 1. 184, combinado com o que dispõe o 2º do artigo 232, ambos do Código de Processo Civil, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6. 015/73). Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral. Sem custas e honorários diante da gratuidade já deferida à fl. 22. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. e Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000200-52. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Interdição
Interditante: M. L. V.
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Interditado: S. L. V.
SENTENÇA:
VISTOS, Marinez Leite Veras, devidamente qualificada, propôs ação de interdição e curatela de sua mãe, Sebastiana Leite Veras. Alega a autora que a interditanda é portadora de múltiplas sequelas neurológicas, decorrentes de um Acidente Vascular Cerebral isquêmico, evoluíndo com perda de força em dimídio. O Ministério Público opinou pela procedência do pedido, às fls. 42/43. É o RELATÓRIO. Decido. Trata-se de pedido de interdição e curatela de pessoa portadora de múltiplas sequelas neurológicas decorrentes de Acidente Vascular Cerebral isquêmico. Às fls. 40, veio o laudo médico dando conta de que o interditando sofreu um acidente vascular cerebral, ocasionado sequelas e quadro demencial incipiente praticamente semelhante à excepcionalidade. Assim, todo este conjunto probatório enseja o convencimento do Juízo para o deferimento da pretensão inicial. Nos termos do inciso I, do artigo 1. 767, do Código Civil, estão sujeitos a curatela aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. Observa-se dos autos que o interditando não possui bens imóveis, conforme certidão informativa e negativas e documentos juntados às fls. 17/21, assim, deve ser observado que: À curatela são aplicáveis as regras da tutela (artigo 1. 781 do Código Civil). Desta forma, se o interditando for possuidor ou proprietário de imóveis ou móveis não poderão ser vendidos pela curadora, nem tampouco poderá ela retirar valores existentes em instituição bancária, a não ser mediante autorização judicial (artigos 1. 750 e 1. 754 do Código Civil). Não poderá também o curador contrair dívidas em nome do interditando, inclusive para abatimento direto em seu benefício previdenciário, a não ser por expressa e específica autorização judicial (artigo 1. 748, I, do Código Civil). Fica autorizado ao curador receber o benefício previdenciário do interditando, nos termos do artigo 1. 747, II, do Código Civil. Julgo procedente o pedido e nomeio curador para todos os atos da vida civil do interdito sua filha, Marinez Leite Veras. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, na forma do inciso I, do artigo 269, do Código de Processo Civil, observando-se as limitações mencionadas nesta DECISÃO. Expeça-se termo de curatela, especificando, EM DESTAQUE, as limitações e autorização contidas nesta DECISÃO. Na forma do artigo 1. 184, combinado com o que dispõe o 2º do artigo 232, ambos do Código de Processo Civil, publique-se esta DECISÃO por três vezes apenas no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias. Em obediência ao disposto no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil (art. 29, V, Lei 6. 015/73). Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral. Sem custas e honorários diante da gratuidade já deferida à fl. 24. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. e Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0010701-02. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: R. de S. P. M.
Advogado: Nilton Pereira Chagas (OAB/AC 2885), Eline Marcelo da Silva Santos (OAB/RO 4058)
Requerido: R. R. M.
Advogado: Erisson Ricardo Roberto Rodrigues da Silva (OAB/RO 5440)
DESPACHO:
VISTOS, Intime-se as partes, via DJE, para especificarem as provas que desejam produzir em audiência. Em 05 (cinco) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001370-30. 2011. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: W. da S. A.
Advogado: Gilvane Veloso Marinho (OAB/RO 2139), José Soares Ferreira (OAB/RO 745E)
Requerido: A. B. B.
DESPACHO:
VISTOS, Diga a parte autora as provas que pretende produzir especificando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.

Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh1civel@tj. ro. gov. br (pvh1civel@tjro. jus. br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0010018-74. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leda Yara Soares
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. . . RELATÓRIO LÊDA YARA SOARES propôs ação declaratória de cobrança indevida cumulada com pedido de repetição de indébito em face do BANCO CRUZEIRO DO SUL alegando síntese que firmou contrato de empréstimo consignado com o banco réu, e que constatou a cobrança de taxa de serviços com intermediador financeiro. Sustentou que a ré lhe transferiu encargo sem qualquer origem e causa. Afirmou que pagou indevidamente o montante de R$ 592, 11 (quinhentos e noventa e dois reais e onze centavos). Concluiu pela declaração de ilegalidade da cobrança no contrato referente a taxa de serviços de terceiro, além da condenação da ré ao pagamento em dobro do valor pago de forma indevida. Devidamente citado (fls. 24 verso), o banco réu apresentou contestação. Suscitou preliminar. No MÉRITO, discorreu acerca da validade do contrato, e que a autora tomou conhecimento prévio do contrato, aderindo de forma espontânea aos termos do negócio jurídico, não havendo sustentação em suas alegações pela ilegalidade da taxa. Requereu a total improcedência da ação. Réplica do autor às fls. 55/64. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTAÇÃODa PreliminarAfasto a preliminar suscitada pelo réu. O fato do

banco réu estar em liquidação extrajudicial não impede o prosseguimento regular da presente ação de conhecimento, mas tão somente execuções e atos de constrição patrimonial. Do MÉRITO O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I do Código de Processo Civil. Trata-se de ação de repetição de indébito proposta pela autora na qual alegou que o banco réu inseriu nos contratos de empréstimos consignados valores referentes à "serviços de terceiros" que não possuem qualquer origem ou causa, onerando excessivamente a autora, pleiteando a devolução em dobro dos valores pagos indevidamente. autora sustentou a nulidade das cláusulas contratuais, invocando o Código de Defesa do Consumidor e colacionando diversas jurisprudências acerca do tema. O réu sustentou a validade do contrato. Afirmou que no ato da contratação, a autora tomou conhecimento de todas as cláusulas contratuais, inclusive a taxa relativa à "serviços de terceiro", e que aderiu de forma espontânea a todos os termos do negócio jurídico. Não vejo nulidade das cláusulas contratuais. As teses levantadas pela autora sobre eventual ilegalidade da cobrança de encargo relativo àgserviços de terceiros h consta expressamente no contratos de empréstimos consignados (fls. 17/19), não havendo necessidade de alargar a discussão. Ao firmar negócios jurídicos com a ré, a autora teve prévio acesso aos termos do contrato, tendo pleno conhecimento dos valores que iria ter que pagar, não podendo escusar-se de sua obrigação. Além disso, é de conhecimento comum que empresas funcionam como representantes dos bancos que realizam os empréstimos, recebendo percentual do valor a ser repassado ao consumidor. É importante ressaltar que segundo entendimento pacificado das cortes superiores, encargos contratuais são devidos quando expressamente preVISTOS em contrato, como é o presente caso (fls. 17/19). Assim, todos os custos do contrato estão bem expressos, contendo o valor do empréstimo, prazo e forma de pagamento, valor de cada prestação, taxas de juros anual, mensal, financiamento de tributos e demais encargos (fls. 17/19), devendo prevalecer a autonomia de vontade das partes, sendo a cobrança de referidos valores perfeitamente válida, de modo que os pedidos da autora devem ser julgados improcedentes. Por óbvio, se os fundamentos sobre cobrança indevida foram afastados, não há que se falar em repetição de indébito, pois os valores pagos pela parte autora no contrato em discussão foram previamente pactuados, não havendo qualquer irregularidade capaz de determinar devolução total ou parcial de qualquer quantia. DISPOSITIVO Pelo exposto, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, julgo improcedentes os pedidos formulados pela autora, tendo em vista a regularidade e legalidade das cláusulas insertas nos contratos firmados entre os demandantes. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$ 1. 000, 00 (um mil reais), conforme artigo 20, 3º do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Angélica Ferreira de Oliveira Freire Juíza de Direito

Proc.: 0013048-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Apolônio Secundo Neto
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. . . O Autor pleiteou a extinção da presente demanda, antes mesmo da citação do Requerido (fls. 22). Dessa forma, julgo extinto este processo, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do CPC. Defiro o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0009066-61. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Shirlene Nascimento da Costa
SENTENÇA:
S E N T E N Ç A VISTOS, ETC. Determinada a emenda à petição inicial (fls. 20), o Requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte (fls. 21). Isto posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em conseqüência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001573-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: João Bosco Gonçalves do Nascimento
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Embargado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DECISÃO:
DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO. VISTOS. Manifesto a minha suspeição para continuar no presente feito por força da norma contido no artigo 135, II do CPC. Recentemente parente direto meu propôs ação em face do BANCO DO BRASIL S/A buscando receber os expurgos inflacionários dos planos econômicos. Por isso não posso mais continuar na condução do feito por fato superveniente. Dessa forma, determino a remessa destes autos ao meu substituto automático, via distribuição, devendo ser observada a compensação. Oficie-se ao Conselho da Magistratura, para conhecimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017758-83. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S. A.
Advogado: ( )
Executado: Microservice Comércio e Serviços de Informática Ltda Me, Fatima Aparecida de Souza Maia Queiroga, João Bosco Gonçalves do Nascimento
DECISÃO:
DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO. VISTOS. Manifesto a minha suspeição para continuar no presente feito por força da norma contido no artigo 135, II do CPC. Recentemente parente direto meu propôs ação em face do BANCO DO BRASIL S/A buscando receber os expurgos inflacionários dos planos econômicos.

Por isso não posso mais continuar na condução do feito por fato superveniente. Dessa forma, determino a remessa destes autos ao meu substituto automático, via distribuição, devendo ser observada a compensação. Oficie-se ao Conselho da Magistratura, para conhecimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023348-75. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leonardo Tarso Coelho Guimaraes, Erlane Felipe Fernandes Coelho
Advogado: Natasha Santiago (4865), Felipe Gurjão Silveira (OAB/RO 5320)
Requerido: Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados por SAGA AMAZÔNIA COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA contra a SENTENÇA de fls. 107/112 alegando em síntese omissão quanto à apreciação da preliminar de denunciação à lide. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Com razão a parte embargante. De fato foi levantada a denunciação à lide como segunda preliminar na contestação e ela não foi expressamente solucionada. Passo a fazê-lo agora. Rejeito a preliminar de denunciação da lide por expressa proibição legal. A matéria em discussão trata de direito do consumidor e o artigo 88 do CDC é taxativo em proibir a denunciação da lide. Por isso rejeito a preliminar. Isto posto, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para fazer incluir no julgado a fundamentação acima, mantendo todos os seus demais termos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0010221-70. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Antônio Carlos da Rocha
Advogado: Roberto Azevedo Andrade Junior (OAB/SP 261. 241)
Executado: Sheyla do Socorro Andrade Bezerra
DECISÃO:
VISTOS. Considerando a DECISÃO dos embargos e a manifestação da parte credora através da petição de fl. 45, defiro a quebra do sigilo fiscal da devedora. Obter as duas últimas declarações de renda através do sistema INFOJUD, da Receita Federal. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006999-60. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Suelen Taiane Bezerra Duran, Anderson Maxsuel Bezerra Duran
Advogado: Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272)
Embargado: Antônio Carlos da Rocha
Advogado: Roberto Azevedo Andrade Junior (OAB/SP 261. 241)
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃOVISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados pelos embargantes alegando omissão na análise do direito aos honorários de advogado, dizendo em síntese que não poderia ter sido fixada a compensação exatemente por serem verba dediva ao advogado, não às partes. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Os embargos não podem ser acolhidos. Verifica-se que a pretensão dos embargantes é rever o conteúdo da SENTENÇA, na parte relativa à fixação dos honorários. Apesar de serem jurídicas e bem razoáveis as ponderações ali manifestadas, não se vê omissão no julgado. Há DECISÃO judicial sobre o assunto, não sendo o caso de supri-la. A alteração do conteúdo do julgado somente poderá ser feita através do recurso próprio, endereçado ao Tribunal de Justiça, pois falta competência a este juízo para rever o conteúdo de suas decisões quando não houver omissão, obscuridade, contradição ou erro material na SENTENÇA. Desse modo, nego provimento aos embargos. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0024100-47. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Selma Monte do Nascimento
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados por BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A alegando em síntese a existência de omissão na SENTENÇA pela não apreciação do pedido de gratuidade judiciária. Afirmou também que o processo deverá ser julgado extinto com análise de MÉRITO por conta da liquidação extrajudicial do banco, procedente o pedido de gratuidade processual ou, alternativamente, a suspensão do processo com base na lei 6024/74. A parte ré também apresentou recurso de apelação, que será analisado na sequência. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Sem razão o embargante. Aliás, litiga de má-fé. Ao fazer a leitura da contestação da empresa não se vê ali pedido de gratuidade judiciária. Por isso a parte litiga de má-fé, manejando incidente manifestamente infundado e incabível, pois a SENTENÇA evidentemente não poderia decidir sobre uma matéria que não foi objeto de discussão. Por isso aplico ao réu/embargante a pena de litigância de má-fé, condenando-o ao pagamento de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa, mais indenização em favor da credora de 5% sobre esse mesmo valor. Desse modo, rejeito os embargos de declaração. QUANTO À APELAÇÃO APRESENTADA. Observo que a parte ré também apresentou recurso de apelação, sem efetuar o pagamento das custas processuais. Nâo há pedido de gratuidade formulado a este juízo. Por isso a certidão de fl. 152 deverá ser corrigida. Contudo, nas razões da apelação - destinadas ao Tribunal de Justiça - a parte requer o benefício da gratuidade judiciária ou, alternativamente, o pagamento do preparo ao final do processo. Apesar desse pedido ter sido feito ao Tribunal, é necessário que o juízo de primeiro grau conheça dessa matéria, pois aqui se faz o juízo de admissibilidade provisório do recurso (o definitivo somente é feito no grau de jurisdição superior). Analisando os argumentos da emprera ré/apelante, vejo que não tem razão. Apesar da empresa ré afirmar que está passando por dificuldades financeiras e estar em quase falência, daí a liquidação extrajudicial, observa-se a existência de ativos financeiros em seu nome, que podem

ser utilizados para pagar parte das suas dívidas. No caso concreto, as custas processuais equivalem a dívidas urgentes, privilegiadas e com preferência, pois evidente que o Poder Público não pode arcar com tais despesas para uma empresa que, quando dá lucro, só beneficia os seus controladores. Ademais, tratando-se de atividade financeira e bancária no Brasil, apenas a má gestão ou a gestão fraudulenta dá ensejo a situação de perigo de quebra, sendo exemplo disso o Banco Panamericano. Seguindo o mesmo raciocínio, vejo que não é o caso de deferir o pagamento das custas e despesas para o final porque este já é o final do processo e, havendo condenação, no momento da apelação a parte deve fazer o pagamemto das custas necessárias para fazer o processo subir ao Tribunal de Justiça. Por isso, determino à parte ré que, no prazo de 5 dias, traga aos autos o comprovante de pagamento das custas processuais, sob pena de deserção. Por fim, registro que não é o caso de suspensão do processo ou extinção porque a legislação que trata de liquidação extrajudicial é anterior à Constituição de 1988 e, por conta disso, deve ser interpretada de acordo com o novo sistema constitucional, seguindo seus princípios e garantias. Um dos direitos assegurados ao cidadão pela Carta de 88 é a apreciação pelo Poder Judiciário de toda lesão ou ameaça a direito. Por isso não é possível extinguir o processo ou suspender-lhe o andamento. O feito deve seguir até solução e, mantida a condenação do pagamento a ser feito pela parte ré, esse valor deverá observar a ordem de preferência e existência de ativo suficiente para a sua satisfação, como todo crédito em relação a qualquer outra pessoa física ou jurídica. Intime-se, observando o nome do advogado indicado na última manifestação nos autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021839-75. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido: Ruy Manoel Siqueira Rodrigues
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃOVISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados por BANCO VOLSWAGEM S/A alegando em síntese a existência de omissão, obscuridade e contradição na SENTENÇA e apreciação das petições apresentadas anteriormente. Concluiu pela restituição de prazo para emenda à inicial. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Rejeito liminarmente os embargos de declaração. Este processo teve uma situação peculiar, que dificultou e ainda atrapalha o seu andamento. Ao receber a petição inicial, determinei a vinda aos autos da original da procuração ou cópia autenticada, sob pena de indeferimento (fl. 33). A publicação dessa DECISÃO foi feita em nome do advogado que assinou a petição, RENAN NADAF GUSMÃO OAB-MT 16. 284. Passado o prazo assinalado, não existindo manifestação da parte autora conforme certidão de 10. 12. 12 (fl. 36), a petição inicila foi indeferida (fl. 37). Foi juntada a seguir (fls. 38/41) petição recebida por fax em 17. 12. 12 onde a advogada MICHELLY DIAS MASSONI - OAB MT 15. 458 requeria a correção da publicação, com a reabertura do prazo. O original dessa petição só foi protocolado no cartório em 27. 12. 12, FORA DO PRAZO LEGAL, não podendo ser considerada, conforme certidão da Escrivã (fl. 49). Em 15. 5. 13 vieram aos autos os embargos de declaração acima referidos, alegando a existência de omisão, contradição e obscuridade no julgado, fazendo pedido de reabertura do prazo para complementação da petição inicial. Analisando o feito vejo ser inquestionável que o patrono da parte autora teve conhecimento do andamento do feito, e da ordem para complementar a petição inicial e deixou passar em branco o prazo assinalado. Basta ver que em 17. 12. 12 (fl. 38) a advogada MICHELLY DIAS MASSONI, OAB MT 15. 458 encaminhou petição ao juízo. Apesar da publicação da DECISÃO que determinou a emenda à inicial não ter sido feito em nome do advogado MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB RO 4. 658, constado que a publicação surtiu o fim a que se destinava, pois a também advogada, com poderes nos autos, MICHELLY DIAS MASSONI, OAB MT 15. 458 tomou ciência da DECISÃO. Mais, tomou ciência da DECISÃO e não cumpriu o que ali havia sido determinado. Soma-se a isso o fato do original do documento não ter vindo aos autos no prazo legal de cinco dias, devendo sua manifestação ser desconsiderada. Por outro lado, vejo que a parte, até hoje, não cumpriu com a determinação de juntada do original ou cópia autenticada dos documentos, demonstrando não ter interesse em cumprir a DECISÃO judicial. A parte busca discutir publicações que tinham a FINALIDADE de dar-lhe conhecimento de uma DECISÃO, para que fizesse algo. Com a vinda aos autos, suprido está o erro da publicação. Além disso, até hoje a parte não regularizou representação nos autos, sendo o caso de considerar-se inexistente a representação. Desse modo, não vejo obscuridade, contradição ou omissão na SENTENÇA que indeferiu a petição inicial, devendo ser mantida. Intime-se, no nome do advogado indicado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004721-23. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luis Sérgio de Paula Costa
Advogado: Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E SOBRE APELAÇÃOVISTOS. Luiz Sérgio de Paula Costa apresentou embargos de declaração contra a SENTENÇA de fls. 137/143 alegando em síntese a existência de omissão quanto ao pedido de restituição dos valores descontados após a concessão da antecipação de tutela. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Com razão a parte autora/embargante. A SENTENÇA reconheceu a inexistência dos débitos e confirmou a antecipação de tutela concedida à fl. 57. Porém, não consta do DISPOSITIVO a solução referente aos valores descontados indevidamente da conta do autor no interregno entre a antecipação de tutela e a SENTENÇA. Analisando os documentos dos autos e a SENTENÇA, observo que o pedido de repetição de indébito foi indeferido porque a parte ré já havia pago ao autor os valores descontados indevidamente(fl. 139, in fine). Contudo, é possível que a parte ré tenha descumprido a antecipação de tutela concedida, razão pela qual deve-se solucionar a questão de forma clara no julgado. Dessa forma, acolho os embargos de declaração para fazer incluir no DISPOSITIVO da SENTENÇA que a parte ré deverá restituir ao autor os valores eventualmente descontados na sua conta corrente, nos exatos termos da antecipação de tutela concedida. Caberá à parte autora comprovar em juízo, na fase de cumprimento, a existência de débitos posteriores e a sua vinculação à clonagem do cartão. Matenho hígida a SENTENÇA nos demais termos.

QUANTO À APELAÇÃORegistro que a parte ré já apresentou recurso de apelação, que tem dois defeitos sanáveis, o que deverá ser feito pelo seu patrono. Considerando a procedência dos embargos de declaração, reabro o prazo para a parte ré apresentar o seu recurso de apelação. Caso ratifique o que já existe nos autos, deverá providenciar, no prazo de 15 dias (o prazo do novo recurso) a assinatura da petição de fl. 152 e trazer comprovação de pagamento das custas, sob pena de rejeição do recurso. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0250882-78. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Maria Lucia de Souza Limeira
Advogado: Sylvan Bessa dos Reis (OAB-RO 1300)
Requerido: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃOVISTOS. Tratam-se de embargos de declaração apresentados por MARIA LÚCIA DE SOUZA LIMEIRA contra a SENTENÇA que julgou extinto o processo cautelar alegando em síntese a ausência de apreciação da tempestividade da apreciação da cautelar, da ausência da defesa da requerida, ausência da análise da apreciação da liminar após manifestação da requerida, da gratuidade solicitada na inicial, do valor da causa e da condenação e honorários advocatícios. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Com parcial razão a embargante. Observa-se da SENTENÇA que ela apreciou o pedido de liminar, negando-a. Daí serem sem razão os argumentos a e c (fl. 45). Quanto aos itens “b”, “e” e “f”, vê-se que eles estão solucionados nos autos. Ao fundamentar a inexistência da fumaça do bom direito e do perigo da demora (não há prova da quantidade de parcelas pendentes ou pagas) e o fato da parte autora não ter trazido informação essencial para fundamentar o seu pedido, este juízo entende que não seria suficiente o indeferimento da liminar, mas esses fatos atingem o processo cautelar como um todo. Se não há fumaça do bom direito e prova do perigo da demora não há razão para a continuação do feito cautelar, que tem o único escopo de realizar uma atuação preventiva até a solução do pedido principal. Apesar de fundamentação sucinta, essas matérias foram solucionadas. Estado a parte insatisfeita com a solução, deve manejar recurso próprio, que não é reiterativo, mas direcionado a instância superior, para correção de eventual erro alegado pela parte no julgado. Entretanto a parte autora tem razão quando afirma que a matéria da gratuidade da Justiça não foi apreciada. Ao verificar o processo constato que não foi analisado o pedido feito na inicial de gratuidade e a SENTENÇA foi omissa nesse ponto. Contudo, observo que no mesmo dia da SENTENÇA foi feito o DESPACHO inicial do processo principal, sendo deferida a gratuidade naquele feito. Como o acessório segue o principal, deve-se conceder o benefício também neste feito. Destaco, por fim, que a autora tem razão quanto à insatisfação pela condenação em honorários ao patrono da parte ré porque a ré não se manifestou no feito. Contudo, este juízo não pode fazer modificação no MÉRITO da DECISÃO anterior. Somente poderia integrá-la em caso de omissão, corrigi-la em caso de contradição ou erro material, ou esclarecê-la em caso de obscuridade. Não sendo um desses casos, apenas o Tribunal de Justiça tem competência para modificar o julgado. Desse modo, acolho parcialmente os embargos de declaração apenas e tão somente para reconhecer o direito à assistência judiciária gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014070-50. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Roberval de Souza Oliveira
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Bradesco Sa
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVISTOS ETC. RELATÓRIO ROBERVAL DE SOUZA OLIVEIRA propôs AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS em face da BANCO BRADESCO S. A alegando em síntese possuir diversos contratos de financiamento com o Banco Réu. Informou que não recebeu cópias dos referidos contratos e a evolução contábil da dívida. Alegou que surgiram dúvidas quanto à regularidade da cobrança, pois as taxas de juros sequer encontram-se indicadas nos documentos de posse do autor. Aduziu ainda que o Banco se nega a fornecer esses documentos. Por essa razão requereu as referidas cópias. Não comprovou se fez o pedido administrativo ao banco solicitando os documentos que pretende ver exibidos. O banco réu foi devidamente citado e apresentou contestação intempestiva. Instruiu com cópia dos contratos do autor (fls. 63/69). Vieram os autos conclusos para SENTENÇA. É o RELATÓRIO. Decido. MÉRITO O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, uma vez que a matéria fática encontra-se suficientemente demonstrada nos autos, dispensando, para a formação da convicção desse juízo, de dilação probatória. Trata-se a presente de ação de exibição de documentos, declinando o requerente como causa de pedir a relação jurídica de direito material com o banco e a resistência do requerido em exibir documentos que estão em seu poder e são de seu interesse. É direito do cliente do banco, dentre outros, ter vista dos documentos bancários de seus contratos, bem como, as demais transações que efetuou, a fim de que tome conhecimento do teor dos seus termos, ônus e obrigações. No presente caso, vejo que o Banco não contestou os termos da ação, contudo apresentou os documentos que existiam em seus cadastros. Em relação aos argumentos narrados na inicial, se no âmbito processual o fenômeno da revelia, deduzindo que os fatos narrados na inicial são presumidamente verdadeiros, conforme autoriza o art. 319 do Código de Processo Civil. Esclareço ainda que a procedência desta demanda limita-se à exibição dos documentos e não a existência ou não de indenização, questão essa que deverá ser discutida em outra ação. Embora a parte autora tenha seu direito de consumidor reconhecido, e não sendo necessária a comprovação do esgotamento das vias administrativas para ter acesso aos documentos requeridos, a ausência do pedido administrativo se reflete diretamente na condenação da parte ré. Nesse sentido, o seguinte julgado do Tribunal de Justiça/RO: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA - Tribunal de Justiça - 2ª Câmara Cível - Data de distribuição: 2/3/2012- Data de julgamento: 9/5/2012 0000754-67. 2011. 8. 22. 0001 Apelação; Origem: 00007546720118220001 Porto Velho/RO (1ª Vara Cível); Apelante: Francisco Ozemar Leitão de Souza; Advogados: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/

RO 4. 741) e Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3. 765); Apelado: Banco Schahin S. A. Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4. 507) e José Edgard da Cunha Bueno Filho (oab/ro 4. 570); Relator: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia; Revisor: Desembargador Alexandre Miguel EMENTA: Exibição de documento. Sucumbência. Condenação. Honorários. Inexistindo provas de que houve recusa à exibição de documentos pleiteados pela aplicação dos princípios da sucumbência e da causalidade em ações cautelares, não há que se falar em condenação em honorários de advogados. ACÓRDÃO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 9 de maio de 2012. DESEMBARGADOR MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA. RELATOR DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedente o pedido e em consequência, julgo extinto o processo com apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 269, I, do CPC, pois os documentos foram apresentados. Em virtude da ausência de comprovação da parte autora de ter feito o pedido de exibição de documentos administrativamente junto ao Banco requerido, deixo de condenar o requerido ao pagamento de honorários advocatícios. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0005897-03. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Marilcéia Rodrigues de Lima (OAB/RO 2848)
Requerido: Maria Vanda Mendes Souza
DECISÃO:
Intime-se a parte credora para requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017898-54. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleberson do Vale Gomes
Advogado: Pedro Wanderley dos Santos (OAB/RO 1461)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AHouve depósito espontâneo do valor determinado na condenação (fls. 81/87), na forma do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação. Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão (fls. 88), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC. Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 86 em favor do credor. Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011569-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fernando Ereira Renda
Advogado: Wanusa Cazelotto (OAB/RO 2326)
Requerido: Banco Santander S. A.
Advogado: Marcos METC hko (RO 1482)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. . . Proposta a presente ação, as partes noticiaram a realização de composição amigável extrajudicial e o submeteram para homologação e extinção do feito (fls. 84/85). Presentes os requisitos legais, homologo o acordo celebrado entre as partes, para que tenha validade legal e reconheço a satisfação da obrigação, julgando extinto o feito na forma do artigo 269, III, do CPC. Em face da grande quantidade de processos em andamento na vara e da necessidade de melhor orientar as rotinas cartorárias, assim como o fato de que eventual continuação do feito só poderá acontecer através de nova ação de execução de SENTENÇA, providencie-se desde logo o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017560-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cecília Costa Sodré
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Jaqueline Pereira. (RO 2. 534), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido: Banco Itaucard S. A.
Advogado: Advogado Não Informado (202020 2020202020), MÉlanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVISTOS, ETC. . . RELATÓRIO. CECILIA COSTA SODRÉ propôs ação revisional de cláusula contratual cumulada com reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado em face de BANCO ITAUCARD S/A alegando, em síntese, que financiou um veículo junto a instituição requerida no importe de R$ 25, 900, 00, dividindo em 60 parcelas de R$ 363, 33. Sustentou que desta prestação foram pactuados e aplicados juros capitalizados e em percentual acima do permissivo constitucional. Falou sobre ilegalidade da taxa de abertura de crédito TAC e IOF. Por fim, requereu que as parcelas fossem corrigidas, o pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente, a limitação dos juros ao patamar de 6% ao ano. Regularmente citado, o Requerido apresentou contestação. Alegou que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Teceu considerações acerca da legislação aplicável à espécie, sobretudo no que diz respeito à limitação e à capitalização dos juros. Falou sobre ato jurídico perfeito, pacta sunt servanda, inexistência de juros abusivos, impossibilidade de repetição de indébito. Concluiu por requerer a total improcedência dos pedidos. Réplica às fls. 154/192. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTAÇÃO. Vejo que as partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o MÉRITO pode ser analisado. Trata-se de mais uma das inúmeras causas envolvendo a relação de cliente com banco, onde alega a ocorrência de várias irregularidades e ilegalidades nos contratos celebrados. Em primeiro lugar é imprescindível deixar claro que a relação negocial estabelecida entre o autor e o banco é relação de consumo, sujeita às regras do CDC, inclusive no que diz respeito à possibilidade de revisão e anulação das cláusulas que se apresentem abusivas. Dentre as várias teses apresentadas pelo autor, veja-se que todas elas

já têm uma orientação firme na jurisprudência, não havendo necessidade de alargar a discussão. Tratando-se de contrato bancário, em plena vigência a regra da Lei 4. 595/64, cabe ao Conselho Monetário Nacional regular a moeda e o crédito. Ademais, veja-se que a própria Constituição foi emendada para deixar bem claro esse ponto, sendo impossível falar-se em limitação ou mesmo revogação do disposto na Lei 4. 595/64. A alegação de prática abusiva não se encontra provada nos autos, pois fica bem claro que os juros cobrados pelos bancos são analisados mensalmente pelo Banco Central do Brasil, sendo o Comitê de Política Econômica o responsável por controlar as taxas de juros cobradas no mercado bancário dos particulares. O STJ já definiu que a eventual lesividade das taxas de juros cobradas deve ser comprovada caso a caso e a simples fixação de uma taxa superior a 12 % ao ano, por si só, não caracteriza a abusividade. Com a edição da Emenda Constitucional nº 40/2003, a limitação então constante no referido DISPOSITIVO constitucional foi suprimida, de modo que o Decreto nº 22. 626/33, na parte em que restringia os juros a 12% (doze por cento) ao ano, se já era questionável à luz da Súmula nº 596 do STF, passou doravante a ser, com a devida vênia insustentável. Isto porque, de fato, ao estruturar o Sistema Financeiro Nacional e o Mercado de Capitais, a Lei nº 4. 595/64, em seu art. 4º, inciso IX, outorgou ao Conselho Monetário Nacional a atribuição de limitar, sempre que necessário, as taxas de juros praticadas nas operações bancárias. Art. 4º - Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: IX Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: (. . .). Nesta ordem de ideias, a Lei nº 4. 595/64, única norma que restou a ser aplicada em casos como o presente, se sobrepõe ao comando inserto no art. 1º do Decreto nº 22. 626/33, quer porque especial em relação a este, quer porque editada posteriormente ao referido Decreto. Este entendimento, aliás, está referendado pela Súmula nº 596 do STF: as disposições do Decreto 22. 626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional. Por estas razões, ante a ausência de previsão legal, afasta-se a pretensa restrição dos juros tal como requerido pelo autor. Quanto a comissão de permanência, multa contratual e correção monetária, não há provas de suas acumulações nem incidências erroneamente aplicadas, afinal todas são possíveis desde que evidente o fato gerador de cada uma e não havendo a forma acumulativa de seus pontos. Fica claro essa exposição na jurisprudência já firmada no STJ a qual colaciono a seguir: AgRg no REsp 688137 / RS. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0125395-3. Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144). Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA. Data do Julgamento 22/02/2011. Data da Publicação/Fonte DJe 02/03/2011. Ementa. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. JÁ DEFERIDA. INTERESSE RECURSAL. CARÊNCIA. SUCUMBÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS. VALIDADE CONTRATUAL. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. IMPUTADOS AO AUTOR DA REVISIONAL. 1. É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros moratórios, multa contratual ou juros remuneratórios, calculada à taxa média de mercado, limitada, contudo, à taxa contratada. 2. Deferido o encargo pretendido na DECISÃO monocrática, o regimental que possui o mesmo objeto carece de utilidade. 3. Reformado o acórdão recorrido de modo a manter a validade de todas as cláusulas do contrato bancário, os ônus sucumbenciais devem ser imputados ao autor da ação revisional. 4. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. Assim, ficou claro na exposição feita e na jurisprudência indicada, que é perfeitamente possível a existência dos institutos levantados pelo requerente como indevidos, apenas o que não pode é sua cumulação. Analisando os autos não há essa aglutinação de taxas e encargos. Os documentos que demonstram os boletos com todos os encargos e demais elementos do contrato, apontam que diante da inércia, e só nesse momento, possam a vir a incidir os item questionados nesse tópico. Contudo, há uma relação em cadeia e sucessiva, onde o primeiro a ser cobrado é a comissão de permanência, que já calcula diversos itens, sendo que a partir de sua incidência afasta os demais. A Tarifa de abertura de crédito - TAC e IOF são devidos quando expressas no contrato. E assim o foi neste presente caso (fls. 62/67). Portanto deve ser refutado tal argumento inicial. Esta é a orientação jurisprudencial já pacificada nosso TJ/RO, in berbis: 'Revisão contratual. Cobrança de capitalização de juros, tarifa de cadastro e IOF. Possibilidade. Previsão contratual. É possível a cobrança de capitalização de juros desde que expressamente pactuada no contrato. Inexiste ilegalidade na cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC), se houve a pactuação entre as partes, tendo sido discriminado o seu valor no contrato, e este não se mostra excessivo, de modo a configurar o desequilíbrio contratual. Ocorrido o fato gerador, o IOF - Imposto sobre operações financeiras, é compulsório o seu recolhimento. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 22 de agosto de 2012. DESEMBARGADOR(A) Kiyochi Mori' (0018046-02. 2010. 8. 22. 0001 Apelação - Agravo Retido) Outro não é o entendimento do STJ, in verbis: 'AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. RESOLUÇÃO N. 12/2009. BANCÁRIO. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E DE EMISSÃO DE CARNÊ. CONTRATAÇÃO. COBRANÇA LEGÍTIMA. 1. A cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC), quando efetivamente contratadas, é legítima, pois não foram vedadas pela legislação regente e remuneram a instituição financeira por serviço prestado ao consumidor. Precedentes do STJ. 2. Agravo regimental provido para dar parcial provimento à reclamação. ' (AgRg na Rcl 12. 386/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 27/05/2013)Assim, não há que se falar em ilegalidade da cobrança dessas taxas, sendo totalmente improcedentes os pedidos da autora. No que diz respeito à capitalização deve-se salientar, primeiramente, que o contrato de abertura de crédito para financiamento de valores que objetivou a demanda ocorreu em maio de 2011, subentendendo-se que se a formalização do contrato ocorreu

nesse período foi posterior a entrada em vigor da Medida Provisória nº 2. 170-36 de 12/09/01 e a Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01 que admite a capitalização dos juros. Destaco que a 2ª Seção do E. STJ, nos julgamentos dos Recursos Especiais nº 602. 068/RS e 603. 643/RS, relatados pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e publicados no Diário da Justiça de 21/03/05, firmou o entendimento de que, nos contratos celebrados após 31/03/00, data da publicação da Medida Provisória nº 1. 963-17, revigorada pela Medida Provisória nº 2. 170-36 de 12/09/01 e cuja vigência encontra-se assegurada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano, desde que assim expressamente pactuada. Ressalto que há nos contratos de alienação fiduciária, cláusula expressa prevendo a capitalização de juros. Desta forma tanto os juros quanto os encargos constam no contrato. Assim não tem fundamento as alegações do autor, pois ao analisarmos os extratos verifica-se a aplicação do que fora pactuado, não havendo o que se falar em anatocismo. Com efeito, impõe-se reconhecer a ausência de provas, ainda que indiciárias, de que sobre os valores contratados incidiram juros capitalizados maiores do que os preVISTOS legalmente, e considerando que os contratos firmados entre as partes datam de período posterior à edição da Medida Provisória nº 1. 963-17 (31/03/00), tenho que a capitalização dos juros tal como contratada não ofende legislação aplicável à espécie, ainda que se fale em contratos de adesão e relação de consumo. Ainda é importante refutar os pedidos liminares de manutenção de posse e consignação incidente, afinal a parte autora restou inadimplente com suas obrigações, não tendo direito a manter um veículo com parcelas em aberto. Por óbvio, se os fundamentos do pedido de revisional de contrato foram afastados, não há que se falar em repetição de indébito, pois os valores pagos pela parte autora no contrato em discussão foram previamente pactuados, não havendo qualquer irregularidade capaz de determinar devolução total ou parcial de qualquer quantia. DISPOSITIVO. Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na ação principal, tendo em vista a regularidade e legalidade das cláusulas insertas nos contratos firmados entre os demandantes. Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no importe de R$ 1. 000, 00 (Hum mil reais). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004683-11. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alaide Leandro da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. . . RELATÓRIO. ALAIDE LEANDRO DA SILVA propôs ação revisional de cláusula contratual cumulada com reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado em face de BANCO SAFRA S/A alegando, em síntese, que o autor financiou um veículo junto a instituição requerida no importe de R$ 30. 900, 00, dando uma entrada de R$ 7. 000, 00 e dividindo o restante em 60 parcelas de R$ 865, 00. Sustentou que desta prestação foram pactuados e aplicados juros capitalizados e em percentual acima do permissivo constitucional. Falou sobre anatocismo, ilegalidade da TAC Taxa de abertura de crédito, IOF e tarifa de emissão de boletos. Por fim, requereu que as parcelas fossem corrigidas, o pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente, a limitação dos juros ao patamar de 6% ao ano. Regularmente citado, o Requerido apresentou contestação, suscitando preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir. Alegou que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Teceu considerações acerca da legislação aplicável à espécie, sobretudo no que diz respeito à limitação e à capitalização dos juros. Falou sobre ato jurídico perfeito, pacta sunt servanda, inexistência de juros abusivos, impossibilidade de repetição de indébito. Concluiu por requerer a total improcedência dos pedidos. Réplica às fls. 123/152. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTAÇÃO. Afasto a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir porque é perfeitamente amparado pela legislação o direito do consumidor ingressar com ação judicial visando a revisão de contrato que entende abusivo. Por isso, evidente o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pleito do autor, salientando-se que a procedência ou não desse pedido é matéria a ser analisada no MÉRITO. Assim, ultrapassada esta questão preliminar, vejo que as partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o MÉRITO pode ser analisado. Trata-se de mais uma das inúmeras causas envolvendo a relação de cliente com banco, onde alega a ocorrência de várias irregularidades e ilegalidades nos contratos celebrados. Em primeiro lugar é imprescindível deixar claro que a relação negocial estabelecida entre o autor e o banco é relação de consumo, sujeita às regras do CDC, inclusive no que diz respeito à possibilidade de revisão e anulação das cláusulas que se apresentem abusivas. Dentre as várias teses apresentadas pelo autor, veja-se que todas elas já têm uma orientação firme na jurisprudência, não havendo necessidade de alargar a discussão. Tratando-se de contrato bancário, em plena vigência a regra da Lei 4. 595/64, cabe ao Conselho Monetário Nacional regular a moeda e o crédito. Ademais, veja-se que a própria Constituição foi emendada para deixar bem claro esse ponto, sendo impossível falar-se em limitação ou mesmo revogação do disposto na Lei 4. 595/64. A alegação de prática abusiva não se encontra provada nos autos, pois fica bem claro que os juros cobrados pelos bancos são analisados mensalmente pelo Banco Central do Brasil, sendo o Comitê de Política Econômica o responsável por controlar as taxas de juros cobradas no mercado bancário dos particulares. O STJ já definiu que a eventual lesividade das taxas de juros cobradas deve ser comprovada caso a caso e a simples fixação de uma taxa superior a 12 % ao ano, por si só, não caracteriza a abusividade. Com a edição da Emenda Constitucional nº 40/2003, a limitação então constante no referido DISPOSITIVO constitucional foi suprimida, de modo que o Decreto nº 22. 626/33, na parte em que restringia os juros a 12% (doze por cento) ao ano, se já era questionável à luz da Súmula nº 596 do STF, passou doravante a ser, com a devida vênia insustentável. Isto porque, de fato, ao estruturar o Sistema Financeiro Nacional e o Mercado de Capitais, a Lei nº 4. 595/64, em seu art. 4º, inciso IX, outorgou ao Conselho Monetário Nacional a atribuição de limitar, sempre que necessário, as taxas de juros praticadas nas operações bancárias. Art. 4º - Compete ao Conselho Monetário Nacional,

segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: IX Limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central da República do Brasil, assegurando taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover: (. . .). Nesta ordem de ideias, a Lei nº 4. 595/64, única norma que restou a ser aplicada em casos como o presente, se sobrepõe ao comando inserto no art. 1º do Decreto nº 22. 626/33, quer porque especial em relação a este, quer porque editada posteriormente ao referido Decreto. Este entendimento, aliás, está referendado pela Súmula nº 596 do STF: as disposições do Decreto 22. 626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional. Por estas razões, ante a ausência de previsão legal, afasta-se a pretensa restrição dos juros tal como requerido pelo autor. Quanto a comissão de permanência, multa contratual e correção monetária, não há provas de suas acumulações nem incidências erroneamente aplicadas, afinal todas são possíveis desde que evidente o fato gerador de cada uma e não havendo a forma acumulativa de seus pontos. Fica claro essa exposição na jurisprudência já firmada no STJ a qual colaciono a seguir: AgRg no REsp 688137 / RS. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2004/0125395-3. Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO (1144). Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA. Data do Julgamento 22/02/2011. Data da Publicação/Fonte DJe 02/03/2011. Ementa. PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. JÁ DEFERIDA. INTERESSE RECURSAL. CARÊNCIA. SUCUMBÊNCIA. CUSTAS E HONORÁRIOS. VALIDADE CONTRATUAL. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. IMPUTADOS AO AUTOR DA REVISIONAL. 1. É admitida a cobrança da comissão de permanência no período da inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros moratórios, multa contratual ou juros remuneratórios, calculada à taxa média de mercado, limitada, contudo, à taxa contratada. 2. Deferido o encargo pretendido na DECISÃO monocrática, o regimental que possui o mesmo objeto carece de utilidade. 3. Reformado o acórdão recorrido de modo a manter a validade de todas as cláusulas do contrato bancário, os ônus sucumbenciais devem ser imputados ao autor da ação revisional. 4. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO. Assim, ficou claro na exposição feita e na jurisprudência indicada, que é perfeitamente possível a existência dos institutos levantados pelo requerente como indevidos, apenas o que não pode é sua cumulação. Analisando os autos não há essa aglutinação de taxas e encargos. Os documentos que demonstram os boletos com todos os encargos e demais elementos do contrato, apontam que diante da inércia, e só nesse momento, possam a vir a incidir os item questionados nesse tópico. Contudo, há uma relação em cadeia e sucessiva, onde o primeiro a ser cobrado é a comissão de permanência, que já calcula diversos itens, sendo que a partir de sua incidência afasta os demais. A Tarifa de abertura de crédito TAC, IOF e taxa de emissão do boleto bancário são devidas quando expressas no contrato. E assim o foi neste presente caso. Portanto deve ser refutado tal argumento inicial. Esta é a orientação jurisprudencial já pacificada nosso TJ/RO, in berbis: Revisão contratual. Cobrança de capitalização de juros, tarifa de cadastro e IOF. Possibilidade. Previsão contratual. É possível a cobrança de capitalização de juros desde que expressamente pactuada no contrato. Inexiste ilegalidade na cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC), se houve a pactuação entre as partes, tendo sido discriminado o seu valor no contrato, e este não se mostra excessivo, de modo a configurar o desequilíbrio contratual. Ocorrido o fato gerador, o IOF - Imposto sobre operações financeiras, é compulsório o seu recolhimento. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 22 de agosto de 2012. DESEMBARGADOR(A) Kiyochi Mori (0018046-02. 2010. 8. 22. 0001 Apelação - Agravo Retido) Outro não é o entendimento do STJ, in verbis: 'AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. ACÓRDÃO PROLATADO POR TURMA RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. RESOLUÇÃO N. 12/2009. BANCÁRIO. TARIFAS DE ABERTURA DE CRÉDITO E DE EMISSÃO DE CARNÊ. CONTRATAÇÃO. COBRANÇA LEGÍTIMA. 1. A cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC), quando efetivamente contratadas, é legítima, pois não foram vedadas pela legislação regente e remuneram a instituição financeira por serviço prestado ao consumidor. Precedentes do STJ. 2. Agravo regimental provido para dar parcial provimento à reclamação. ' (AgRg na Rcl 12. 386/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/05/2013, DJe 27/05/2013)No que diz respeito à capitalização deve-se salientar, primeiramente, que o contrato de abertura de crédito ocorreu posteriormente a entrada em vigor da Medida Provisória nº 2. 170-36 de 12/09/01 e a Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01 que admite a capitalização dos juros. Destaco que a 2ª Seção do E. STJ, nos julgamentos dos Recursos Especiais nº 602. 068/RS e 603. 643/RS, relatados pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e publicados no Diário da Justiça de 21/03/05, firmou o entendimento de que, nos contratos celebrados após 31/03/00, data da publicação da Medida Provisória nº 1. 963-17, revigorada pela Medida Provisória nº 2. 170-36 de 12/09/01 e cuja vigência encontra-se assegurada pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32 de 11/09/01, é admissível a capitalização dos juros em período inferior a um ano, desde que assim expressamente pactuada. Ressalto que há nos contratos de alienação fiduciária, cláusula expressa prevendo a capitalização de juros. Desta forma tanto os juros quanto os encargos constam no contrato. Assim não tem fundamento as alegações do autor, pois ao analisarmos os extratos verifica-se a aplicação do que fora pactuado, não havendo o que se falar em anatocismo. Com efeito, impõe-se reconhecer a ausência de provas, ainda que indiciárias, de que sobre os valores contratados incidiram juros capitalizados maiores do que os preVISTOS legalmente, e considerando que os contratos firmados entre as partes datam de período posterior à edição da Medida Provisória nº 1. 963-17 (31/03/00), tenho que a capitalização dos juros tal como contratada não ofende legislação aplicável à espécie, ainda que se fale em contratos de adesão e relação de consumo. Ainda é importante refutar os pedidos liminares de manutenção de posse e consignação incidente, afinal a parte autora restou inadimplente com suas obrigações, não tendo direito a manter um veículo com parcelas em aberto. Por óbvio, se os fundamentos do pedido de revisional

de contrato foram afastados, não há que se falar em repetição de indébito, pois os valores pagos pela parte autora no contrato em discussão foram previamente pactuados, não havendo qualquer irregularidade capaz de determinar devolução total ou parcial de qualquer quantia. DISPOSITIVO. Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos formulados na ação principal, tendo em vista a regularidade e legalidade das cláusulas insertas nos contratos firmados entre os demandantes. Condeno o autor ao pagamento das custas, ressalvando a assistência judiciária gratuita deferida. Sem honorários pois não houve manifestação do requerido nos autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021119-45. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josefa Rufina da Silva
Advogado: Francisca Rosilene Garcia Celestino (OAB/RO 2769)
Requerido: Supermercado Goncalves Ltda - (av. Calama)
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVISTOS, ETC. . . RELATÓRIO JOSEFA RUFINA DA SILVA propôs ação indenizatória de danos morais e materiais em face de SUPERMERCADO GONÇALVES LTDA alegando em síntese que em 11/8/2011 dirigiu-se ao estabelecimento da ré para fazer compras e que teve sua bolsa furtada. Sustentou que tentou solucionar o problema junto à gerência, mas que não recebeu qualquer suporte. Afirmou que em decorrência desses fatos sentiu-se constrangida e humilhada, sofrendo danos morais e materiais. Concluiu pela condenação da ré ao pagamento de indenização a título de danos materiais e compensação por danos morais. A requerida apresentou contestação. Afirmou que não há responsabilidade em indenizar a autora pelo furto sofrido em suas dependências, pois o dever de vigilância não é absoluto. Sustentou que ao réu cabe zelar pela integridade física das pessoas e não dos objetos pessoais dos consumidores. Afirmou ainda que caberia à autora adotar um mínimo de cuidado. Requereu a total improcedência dos pedidos da inicial. Réplica do autor às fls. 34/36. Designada audiência de instrução e julgamento, restou infrutífera pela dispensa de oitiva da testemunha da parte ré. Sem alegações finais de ambas as partes, vieram os autos conclusos para SENTENÇA. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. As partes são legítimas e estão bem representadas, presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o MÉRITO pode ser analisado. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais na qual a autora sustenta ter ocorrido o furto de sua bolsa enquanto realizava compras nas dependências da ré e que ao procurar a gerência, não recebeu qualquer suporte, sofrendo danos morais e materiais. A parte requerida sustentou em contestação que não há dever de indenizar, pois cabia à autora adotar o mínimo de cuidado com seus pertences, já que não utilizou os serviços de guarda de bens da ré para tanto. E que não há como realizar a segurança individual de cada cliente. Verifico que houve a ocorrência do furto da bolsa da autora nas dependências da ré, fato admitido pela parte requerida. Contudo, cabe destacar que a ré disponibiliza aos clientes serviço próprio de guarda de bens, conhecido como guarda-volumes. A autora dispensou esse serviço, e não observou as devidas cautelas ao tomar cuidado de seus pertences. Trata-se de descuido da própria vítima, não havendo como imputar à ré a responsabilidade pelo evento, pois cabia à autora a guarda e vigilância de sua bolsa, motivo pelo qual seu pedido deve ser julgado improcedente. Quando aos danos morais supostamente suportados pela autora, vejo que não restou devidamente provado nos autos. Segundo o artigo 333, I do Código de Processo Civil, cabe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito. No presente caso, a parte autora não produziu qualquer prova acerca da falta de atendimento e suporte do gerente da ré em lhe fornecer a assistência necessária que ensejasse a compensação por danos morais, razão pela qual não vejo outra solução senão a improcedência dos pedidos. DISPOSITIVO Pelo exposto e por tudo o mais que consta nos autos, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora; Sucumbente, condeno a autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em R$ 1. 000, 00 (um mil reais), ressalvada a assistência judiciária gratuita deferida às fls. 15. Passados 30 dias sem manifestação de qualquer das partes, dê-se baixa e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj. ro. gov. br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0025290-11. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288), Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669)
Requerido: Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves, Regina Célia Filizola Dias Gonçalves
Advogado: Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves (RO 943)
DESPACHO:
VISTOS. Especifiquem circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014337-51. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rogério de Castro Escórcio
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)

Requerido: Banco do Brasil S/A
DESPACHO:
VISTOS, O comprovante anexo às fls. 17 é alheio ao feito. Emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, devendo a parte autora recolher as custas. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002139-44. 2011. 8. 22. 0003
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mega Cel Ltda ME
Advogado: Verônica Batista do Nascimento (OAB/RO 1725), Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido: OI - 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Advogado não Informado ( ), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Rochilmer Rocha Filho (RO 635)
DESPACHO:
VISTOS. Indefiro o pedido realizado pela parte requerida, uma vez que é ônus da parte comprovar suas transações bancárias, sendo que o prazo peliteado já foi concedido e a sua dilação também. Aguarde-se a audiência já designada. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0027750-15. 2005. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ede Lúcia de Oliveira da Silva
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Vanderlei Ribeiro da Silva, Rosineide Goncalves dos Santos, Ezimar Souza da Silva
Advogado: Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675), Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
DECISÃO:
DECISÃO I - Considerando que embora regularmente intimada às fls. 263v, a parte exequente não especificou os bens que pretende penhorar. II - Realizada tentativa de bloqueio de ativos financeiros da parte executada, junto ao sistema BACEN-JUD, com o acréscimo de 10% do valor da obrigação a título de multa, pois já decorrido o prazo de 15 dias para o pagamento voluntário, nos termos do art. 475-J, do CPC e 10% a título de honorários advocatícios, o resultado foi negativo, uma vez que não houve bloqueio de valores. Fica a parte exequente intimada para indicar outros bens passíveis de penhora, impulsionando validamente o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0024460-79. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Amarildo Pinheiro Virgulino
Advogado: Lincoln José Piccoli Duarte (OAB/RO 731)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora ingressou com ação de desapropriação indireta e requereu em sua inicial a condenação da requerida em valor a ser arbitrado por este juízo. Por óbvio que somente a prova testemunhal pretendida pelas partes é insuficiente para estimar eventuais parâmetros de quantificação da pretendida indenização, pelo que, indispensável a produção da prova pericial, cabendo ao autor o ônus de sua produção na forma do artigo 333, I do CPC. Assim, nomeio o Sr. Antônio Monteiro de Lima, que poderá ser encontrado em seu local de trabalho no INCRA, Avenida Lauro Sodré, n. 3050, Bloco G, Sala 03, Bairro Costa e Silva, nesta cidade, telefone 8112-1010, em horário comercial. O perito deverá, no prazo de 05 dias dizer se aceita o mister e apresentar proposta de honorários. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001534-07. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Porto Velho Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Rodrigo Alves Soares (OAB/MG 87943), Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Patrícia Cobian Leoni Sávio (OAB/SC 15228), Jean Bento (OAB/RO 5065)
Requerido: José Celestino Afonso Pimentel, Patricia Fernanda Souza Sena Pimentel
Advogado: Ademar dos Santos Silva (OAB/RO 810)
DESPACHO:
VISTOS. Indefiro o pedido de substituição do perito, uma vez que já havia sido marcada a data para a realização da perícia e, o feito apenas permaneceu concluso por causa da petição da parte autora. Intime-se o Sr. Perito para o início dos trabalhos, ficando a cargo deste intimar os respectivos assistentes técnicos. Prazo de 30 dias para a entrega do laudo pericial. Com a entrega do laudo, intimem-se as partes para se manifestarem. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0000029-15. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Espólio de Edson José de Araújo, Metalcom - Mineração Indústria e Comércio de Metais Ltda, Edson José de Araújo Filho, Everton França de Araújo, Irlene França de Araújo, Helton França Araújo
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
Requerido: Elias Campelo Alexandre, Maria Auxiliadora de Souza Alexandre, Construtora Castilho S. A. , Ims Construtora Ltda
Advogado: Max Rolim (RO 984), Ney Luiz de Freitas Leal (OAB/RO 28/A), Alan Rogério Ferreira Rica (RO 1745), Carolina Gioscia Leal (OAB/RO 2592)
DECISÃO:
VISTOS. Espólio de Edson José de Araújo ofereceu embargos de declaração da SENTENÇA de extinção (fls. 557/562), alegando ter havido contradição e obscuridade na DECISÃO, uma vez que o feito foi extinto pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como por falta de condições da ação. É o relato. Decido. Nos termos do art. 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na SENTENÇA, obscuridade ou contradição. No presente caso, não há a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais mencionadas, uma vez que os pressupostos e as condições da ação foram analisados e verificou-se não estarem presentes, sendo acolhidas as preliminares suscitadas. A ausência de poderes, a inatividade da empresa, a condição de viúva da Sra. Iclé Ibanez foram pontos analisados e devidamente fundamentados e por está razão não justificam sua modificação por meio desses embargos. Desta forma, a DECISÃO proferida apresentou, de forma satisfatória, os motivos que levaram à extinção do

presente feito. Assim, considerando que pretensão da parte embargante foi expressamente analisada, e rechaçada, não há qualquer contradição a ser sanada. Se a parte embargante está irresignada com a SENTENÇA proferida, cabe a ela deduzir sua insatisfação perante o Egrégio Tribunal de Justiça, pelos meios legais próprios. Sendo assim, rejeito os embargos de declaração, persistindo a SENTENÇA tal como lançada. Publique-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010728-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Eletrix Comércio de Equipamentos Elétricos Ltda
Advogado: Marcos METC hko (OAB/RO 1482)
Impetrado: Presidente da Comissão de Licitação do Serviço Social da Industria Sesi Regional de Rondonia
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Eletrix Incorporações, Construções e Serviços Ltda, impetrou mandado de segurança em face de ato do Presidente da Comissão de Licitação do Serviço Social da Indústria SESI/RO. Informa que trata-se de licitação realizada pelo SESI/RO, nos termos do Edital de Concorrência nº 013/2012 “Tipo Menor Preço Global”, destinada a contratação de empresa para a construção do Centro Integrado de Atividades do Trabalhador (CIAT) do SESI Distrito Industrial, localizado no Km 17 da BR 364. Noticia que retirou o edital de licitação e impugnou no dia 01/11/2012 o item 7. 4. 2, alínea “e”, por entender que restringia a livre concorrência, contudo, não obteve resposta formal, sendo orientada a prosseguir no certame, pelo que assim o fez, conforme ata de abertura e julgamento ocorrido no dia 20/11/2012. No entanto, afirma que a solenidade foi suspensa e reaberta no dia 23/11/2012 e a impetrante foi inabilitada, com base em parecer técnico que não teve acesso, conforme informação da comissão de licitação. Aduz que o balanço patrimonial encerrado em 31/12/2011 juntado na fase de habilitação indicava capital integralizado na importância de R$ 1. 981. 992, 81, superior ao demandado pelo edital, que era de apenas R$ 771. 291, 94, ou seja, 10% do valor estimado para contratação (R$ 7. 712. 919, 47). Aduz que em 30/11/2012 interpôs Recurso Administrativo, por entender que a DECISÃO encontra-se eivada de vício, pelo que não obteve resposta formal. Argumenta que a sessão foi novamente interrompida e reaberta em 09/05/2013, entretanto, novamente não foi apresentada DECISÃO formal ao recurso, apenas consignado em ata a manutenção da DECISÃO que a inabilitou e marcada a data de reabertura da sessão para dia 23/05/2013 para abertura do envelope de proposta da única concorrente que restou, a Diâmetro Construções e Empreendimentos Ltda. Assevera que o Regulamento de Licitações e Contrato RLC/SESI admite a forma do “capital mínimo” ou “patrimônio liquido mínimo” para a apresentação do item referente a qualificação econômico financeira, pelo que a exigência de comprovação do capital social integralizado contraria o referido regulamento, bem como a Lei nº 8. 666/93. Pugna em sede liminar pela suspensão da sessão de julgamento marcada para o dia 23/05/2013. No MÉRITO, requer seja concedida definitivamente a segurança, para declarar habilitada a impetrante, julgando procedente o pedido do recurso administrativo. Junta documentos. Às fls. 67/68 foi concedida a liminar para determinar a suspensão da sessão de julgamento até ulterior deliberação. Regularmente intimada e notificada às fls. 70, o SESI prestou informações às fls. 71/78, arguindo preliminar de carência de ação por irregularidade da relação jurídica processual e ilegitimidade passiva do Presidente da Comissão de Licitação do Serviço Social da Indústria SESI. No MÉRITO, argumenta que, como entidade privada, não utilizou a Lei de Licitações da Administração Pública nº 8. 666/93, pelo que agiu em conformidade com o Regulamento de Licitações do Sesi e Edital de Licitações. Pondera que para apuração do patrimônio liquido das empresas considera-se a conta capital deduzida da parcela ainda não integralizada pelos sócios, uma vez que os valores ainda não integralizados não contribuem para a formação do patrimônio liquido. Aduz que a impetrante não atendeu ao instrumento convocatório. Requer a improcedência da presente ação. Junta procuração e regulamento. Parecer do Ministério Público juntado às fls. 102/104, entendendo desnecessária a sua intervenção. É o RELATÓRIO. Decido. Conforme preceitua o DISPOSITIVO constitucional, o mandado de segurança visa garantir direito líquido e certo, não amparado por outros remédios constitucionais (habeas corpus ou habeas data), quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (Súmula 510 do STF). DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVACom efeito, em mandado de segurança, detém legitimidade passiva a autoridade coatora que materializa o ato acoimado como ilegal, isto é, aquela que tem poder de DECISÃO sobre a prática do ato que ensejou prejuízo ao impetrante, no caso, tratando-se de entidade privada, a notificação deve ser dirigida ao seu presidente, além do mais, o Regulamento de Licitações e Contratos do SESI prevê no inciso IV do artigo 4º que a comissão de licitação tem a função de “receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos”, logo, deve o presidente responder pelos seus atos na qualidade de autoridade coatora, que foi quem emitiu diretamente a ato arbitrário, razão pela qual, rejeito a preliminar ofertada. DO MÉRITO Os chamados Serviços Sociais Autônomos são entes privados criados por lei, com personalidade de direito privado, para desempenho de determinadas atividades, sem fins lucrativos, mantidos por dotações orçamentárias ou contribuições parafiscais. Essas entidades não integram a Administração Pública, nem vêm catalogadas, entre os entes indicados pela lei de licitações e contratos, todavia, como ministra Hely Lopes Meirelles, atuam ao lado do Estado, cooperam com ele, conquanto se regem por normas de direito privado. O Tribunal de Contas da União, pelo seu Plenário, adotando voto do eminente Relator, Ministro Bento José Bugarin, decidiu, por unanimidade, que a entidade paraestatal, ao adotar regulamento próprio, deverá fazê-lo, de conformidade com as diretrizes da Lei nº 8. 666/93, bem como aos preceitos constitucionais gerais sobre a matéria. Cite-se DECISÃO do Tribunal de Contas da União, relatada pelo Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, corroborando a DECISÃO plenária 907/97, de 11-12-97, ao concluir que, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do art. 1º da Lei 8666/93, os serviços sociais autônomos não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos estabelecidos, na Lei nº 8. 666/93, e sim aos seus regulamentos próprios devidamente publicados, consubstanciados nos princípios gerais do processo licitatório, como a legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e competitividade, entre outros. Registre-se ainda que o artigo 22, XXVII, da Carta Magna, só dirige o princípio da obrigatoriedade da licitação à administração direta e indireta, na qual não estão as pessoas de cooperação governamental. Assim sendo, o

SESI está sujeito ao seu Regulamento de Licitações e Contrato, no qual não há proibição legal de se solicitar a comprovação emitida pela Junta Comercial, pelo que não há que se falar em ilegalidade ou abusividade do ato de desclassificação da empresa autora do processo licitatório. Ex positis, com fundamento no art. 269, I, do CPC, denego a segurança pleitada, julgando extinto o processo com julgamento de MÉRITO e, em consequência, revogo a liminar concedida às fls. 67/68. Deixo de fixar honorários advocatícios sucumbenciais por força do disposto nas Súmulas nºs 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça, condenando o impetrante, no entanto, ao pagamento das custas processuais. P. R. I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014369-56. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Bruno Oliveira Galdiano, Lidiane Assis Alves
Advogado: Samuel dos Santos Júnior (OAB/RO 1238)
Requerido: Direcional Engenharia S/A, Direcional Tsc Jamari Empreendimentos Imobiliarios Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Emende-se a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, juntando cópia dos documentos pessoais da autora Lidiane Assis Alves Galdiano, nos termos do artigo 283 do CPC. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015444-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Arresto
Arrestante: Recol Distribuição e Comércio Ltda Porto Velho
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Arrestado: REGINA TRINDADE EPP
DESPACHO:
VISTOS, Emende-se a inicial, prestando caução, conforme o disposto nos artigos 804 e 816, inciso II do Código de Processo Civil, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015431-34. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rowilson Teixeira
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Requerido: Condomínio Solar Portinari Residence
DESPACHO:
VISTOS. Emende-se a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, juntando cópia dos documentos pessoais da autora, nos termos do artigo 283 do CPC. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0013889-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jacobson Chediak
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Requerido: Jefferson Diego da Cruz Lima
DESPACHO:
VISTOS. A fim de que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar comprovantes de rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face ao não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias, para apresentar os documentos ou recolher as custas. Bem como, junte no mesmo prazo, sob a mesma penalidade, cópia dos documentos pessoais da autora, nos termos do artigo 283 do CPC. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014487-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Samuel Leite de Lima
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Sanches (OAB/RO 2910)
Requerido: Ana Leite de Lima
DESPACHO:
VISTOS, O valor da causa em ações possessórias, deve corresponder ao benefício patrimonial pretendido. Pelo que, emende a incial, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012746-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Oposição
Requerente: Francisco da Silva, Maurilio Sobreira de Suares, Ana Alves Lima
Advogado: Maurício Coelho Lara (OAB/RO 845), Liza Liz Ximenes de Souza (OAB/RO 3920)
Requerido: Valdir João Debona
DESPACHO:
DESPACHO I - Considerando o artigo 315 do Código de Processo Civil, proceda a escrivania o desentranhamento da reconvenção dos presentes autos e junte ao processo nº 0000513-35. 2007. 8. 22. 0001, devendo extinguir o presente feito. II - Após a realização do procedimento constante no item I, a fim de que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 1. 060/50, a parte reconvinte deverá apresentar comprovantes de rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da reconvenção, face ao não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias, para apresentar os documentos ou recolher as custas. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014983-61. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geraldo Oliveira da Costa
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Reclamado: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON
DESPACHO:
VISTOS. A fim de que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar comprovantes de rendimentos e despesas, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face ao não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias, para apresentar os documentos ou recolher as custas. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0000056-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco das Chagas Monteiro da Trindade, Orlando Almeida Passos, Zilmar Felix da Silva, Moacir Ynacio

Pereira Sales, José de Almeida Filho, Sueli dos Santos Caetano, Ceci Luiz Pereira Sales, Raimundo Sóles da Silva, Raimundo Birajara de Castro, Maria Angela Alves de Lima
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A. , Santo Antônio Energia S. A. , Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92. 114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antonio Celso Fonseca Pugliese (155. 105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
VISTOS. Especifiquem circunstanciadamente as provas que pretendem produzir, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014144-36. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gabriel Lima Monteiro de Rezende
Advogado: Amazônia Queiroz Silva Amaral (OAB/RO 3222), Giselle Piza de Oliveira (OAB/RO 3012)
Requerido: OI - 14 Brasil Telecom Celular S/A
DESPACHO:
DECISÃO I - Considerando que na atualidade a inscrição e manutenção do nome do consumidor em órgão de restrição ao crédito representa medida extremamente gravosa, refletindo não só nas suas relações comerciais, mas também nas pessoais e profissionais; considerando, ainda, a contestação judicial do débito, aliada a verossimilhança dos fatos alegados, defiro parcialmente o pedido de antecipação de tutela, para determinar que a requerida se abstenha de proceder a inscrição ou que proceda a exclusão do nome da parte autora junto aos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, relativamente à ocorrência referente a contrato de telefonia móvel encaminhada pela requerida OI - 14 Brasil Telecom Celular S. A. Oficie-se diretamente ao órgão de restrição ao crédito, para que caso tenha efetivado a inclusão, exclua as inscrições encaminhadas pela requerida, no prazo de 05 dias, sob pena de crime de desobediência, com comunicação imediata a este juízo. II - Cite-se a parte requerida para que no prazo de 15 (quinze) dias ofereça defesa através de advogado constituído, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. III - Fica a parte requerida intimada a, no momento da apresentação da contestação, especificar, circunstanciadamente, as provas que pretende produzir, indicando sua relevância e pertinência, sob pena de preclusão (artigo 300 do CPC). Porto Velho-RO, 02 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0026246-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro
Advogado: Edilamar Barboza de Holanda (OAB/RO 1653)
Impetrado: Diretor Presidente da Eletrobras Distribuição Rondonia
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro, impetrou mandado de segurança em face do Diretor Presidente da Eletrobras - Distribuição Rondônia, senhor Marcos Aurélio Madureira da Silva, alegando, em síntese, que foi aprovado no concurso público para provimento de vagas do cargo de Advogado/Técnico de Nível Universitário I, nos termos do Edital n. 001/2010, obtendo, ao final, a classificação de segundo lugar. Afirma que, por acaso, tomou conhecimento no dia 20/11/2012 que fora convocado para posse no referido cargo em 11/10/2011 e que tal convocação fora publicada no Diário Oficial da União n. 196/2011. Aduz que nunca recebeu em sua casa nenhuma notificação e que ali mora há mais de 25 anos, sendo inclusive o endereço fornecido no ato da inscrição do concurso. Pondera que o concurso era para formação de cadastro reserva e que por esta razão não havia cronograma de nomeações, acreditando que se fosse nomeado seria notificado pessoalmente. Argumenta ter direito líquido e certo à nomeação, uma vez que, em obediência ao Princípio da Publicidade dos Atos Administrativos, deveria ter sido notificado pessoalmente. Requer a concessão de liminar para que a autoridade coatora restaure o prazo para apresentação de documentos e exames médicos para ao final ser nomeado e empossado no cargo de Advogado/Técnico Nível Universitário I. Junta documentos. Às fls. 39/41 foi deferida a liminar, tendo a parte impetrada interposto Agravo de Instrumento, o qual foi negado seguimento. Regularmente intimada e notificada às fls. 43, a parte impetrada prestou informações às fls. 47/49, arguindo preliminarmente a decadência do mandamus. No MÉRITO, afirma que o edital do concurso em momento algum afirmou que a convocação seria pessoal, sendo devidamente válida a convocação feita pelo Diário Oficial da União. Pugna pela improcedência da ação. Junta procuração e substabelecimento. Parecer do Ministério Público juntado às fls. 54/58, manifestando-se pela concessão da segurança. É o RELATÓRIO. Decido. DA PRELIMINAR DE DECADÊNCIAO prazo decadencial para impetração do mandado de segurança consiste em 120 dias contados da ciência pelo interessado do ato impugnado, no caso, pela falta de notificação pessoal do ato de convocação do impetrante para se manifestar sobre sua nomeação e, assim, tomar posse no cargo público para o qual foi nomeado através de concurso público de provas e títulos. Contudo, muito embora este ato tivesse sido publicado na imprensa oficial, contra ato omissivo não há que se falar em decadência do direito de impetrar mandado de segurança, porquanto não corre o prazo enquanto perdurar a omissão ilegal, aliás, conforme já decidiu a 1ª Turma no RMS 22. 270/PR, “a falta de comprovação, nos autos, da data da ciência, pelo impetrante, do conteúdo do ato atacado deve operar em seu favor e não contra ele”, razão pela qual rejeito a preliminar ofertada. DO MÉRITO Conforme preceitua o DISPOSITIVO constitucional, o mandado de segurança visa garantir direito líquido e certo, não amparado por outros remédios constitucionais (habeas corpus ou habeas data), quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (Súmula 510 do STF). No caso em análise, trata-se de mandado de segurança impetrado com o objetivo de reabertura de prazo para que o impetrante pudesse apresentar seus documentos e exames médicos, pois foi

aprovado em concurso público realizado pela impetrada no cargo de Advogado/Técnico de Nível Universitário I, galgando o segundo lugar, mas que passados quase três anos da abertura do concurso, somente tomou conhecimento em 20/11/2012 que foi convocado para apresentação de documentos e que a convocação havia sido publicada no Diário Oficial da União nº 196/2011, pelo que a parte impetrada argumenta sobre a desnecessidade de convocação pessoal, porquanto não haver previsão editalícia. Ora, conforme documento de fls. 36, a convocação se deu após transcorridos 18 meses da realização das provas, logo, não é crível exigir que um candidato proceda diariamente a leitura sistemática de Diário Oficial durante todo o prazo de validade do concurso para verificar sobre sua efetiva nomeação, restando necessário que o ato de nomeação de candidato para tomar posse em cargo público seja efetivado por notificação pessoal, objetivando ampla e induvidosa publicidade, pelo que viola direito líquido e certo o ato omissivo de autoridade pública que impede candidato devidamente aprovado em concurso público de tomar posse em cargo público, em razão de desconhecer sua nomeação e consequente data da posse, porquanto não providenciada sua notificação pessoal. Mesmo não previsto expressamente no edital do certame a intimação pessoal do candidato acerca de sua nomeação, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da razoabilidade, diante do longo tempo decorrido entre a homologação do concurso e a nomeação da impetrante, o impetrado deveria ter comunicado pessoalmente o candidato sobre sua nomeação, para que pudesse exercer seu direito à posse. Ademais, a pretensão do impetrante encontra respaldo na jurisprudência firmada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia acerca do assunto, vide: Mandado de segurança. Concurso público. Aprovação além do número de vagas. Nomeação após mais de três anos da data de homologação do certame. Ato efetivado no Diário Oficial e jornal de grande circulação. Princípio da publicidade. Falta de notificação pessoal. Inviável exigir do candidato aprovado que, diariamente, acompanhe Diário Oficial, jornal local ou acesse site do órgão público organizador do concurso, após o grande lapso de tempo entre a homologação do certame e sua convocação. Deve a Administração notificar pessoalmente o candidato para posse, em respeito ao princípio da publicidade dos atos administrativos. (TJRO. Apelação nº 0004400-76. 2011. 8. 22. 0004. Relator Desembargador Oudivanil de Marins. Julgado em 14/11/2012)Neste mesmo sentido posicionou-se o Colendo Superior Tribunal de Justiça, in verbis: RECURSO ORDINÁRIO.MANDADODESEGURANÇA.ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PROCURADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. NOMEAÇÃO APÓS MAIS DE TRÊS ANOS DADATADE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO. EFETIVAÇÃO DO ATO SOMENTE MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL. PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA RAZOABILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. 1. Muito embora não houvesse previsão expressa no edital do certame de intimação pessoal do candidato acerca de sua nomeação, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da razoabilidade, a Administração Pública deveria, mormente em face do longo lapso temporal decorrido entre homologação do concurso e a nomeação do recorrente (mais de 3 anos), comunicar pessoalmente o candidato sobre a sua nomeação, para que pudesse exercer, se fosse de seu interesse, seu direito à posse. 2. De acordo com o princípio constitucional da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, é dever da Administração conferir aos seus atos a mais ampla divulgação possível, principalmente quando os administrados forem individualmente afetados pela prática do ato. 3. Não se afigura razoável exigir que o candidato aprovado em concurso público leia diariamente, ao longo de 4 anos (prazo de validade do concurso), o Diário Oficial para verificar se sua nomeação foi efetivada. (Recurso em Mandado de Segurança n. 21. 554-MG (2006/0040092-1). Ante o exposto, considerando o direito líquido e certo do impetrante, CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada e, em consequência, CONFIRMO a liminar concedida às fls. 39/41, tornando-a definitiva. Sem custas e sem honorários, eis que incabíveis em sede mandamental. Cumpra-se o disposto no art. 13 da Lei nº 12. 016/2009. Não havendo recurso voluntário, determino a remessa destes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, atentando-se ao disposto no parágrafo único do art. 14 da Lei. 12. 016/2009. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002892-07. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Cleyton de Oliveira Salvione
DESPACHO:
Chamo o feito à ordem. I - Considerando que a parte executada já foi citada, conforme certidão de fls. 26v, revogo o retro DESPACHO. II - Fica a parte exequente intimada a promover o andamento do feito, no prazo de cinco dias, indicando bens passíveis de penhora em nome da executada. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se pessoalmente para dizer em termos de prosseguimento no prazo de 48hrs, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003705-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Washington Rodrigues Dias ( ), Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Requerido: Adelar Francisco Zaro, Orildes Borguesan Zaro
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
DESPACHO:
VISTOS. Ante a manifestação de fls. 221/227, intime-se o Sr. Perito para prestar esclarecimentos, no prazo de 10 dias. Após tornem conclusos, para posterior deliberação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0006725-33. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Comércio de Piscinas Porto Velho Ltda ME
Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento. (RO 1646)
Executado: Marcio Rodrigues da Silva
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0020472-84. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco do Brasil Sa
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli OAB/RO 5546
Requerido: Couro Fino Amazonas Ltda, Adjanir Neto Chaves Souza, Diego Chaves Ximenes
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0007923-08. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Débora Bezerra Pimentel
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Diogo Morais da Silva ( ), Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0023160-48. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Henrique Nery Borges
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Data Perícia:
Ofício 1016/2013 IML - estamos marcando a perícia médica de HENRIQUE NERY BORGES, para o dia 20/09/2013, às 14: 00 horas, nas dependências deste IML, a ser realizada pelo médico, Dr. Francisco Xavier Parente. Para melhor substanciar a perícia faz-se necessário a seguinte documentação: Exames atualizados (Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Rx); RELATÓRIO do Médico Assistente, RELATÓRIO que estejam nos autos do processo; A Petição do Advogado e os quesitos das partes.

Proc.: 0011475-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Banco Safra S A
Advogado: José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB/RO 5402)
Requerido: Luiz Svolinski
Fica a parte Fica a parte Autora por via de seu(ua) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar sobre o mandado de fls. 23.

Proc.: 0003590-13. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Jhonny Richardson Ferreira dos Santos
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0001930-81. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana da Paz Cavalcante Neves
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido: BV Finaceira S. A.
Advogado: Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Recurso de Apelação Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0119370-69. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Fertisolo Comercial de Maquinas e Equipamentos Ltda
Advogado: Breno de Paula (OAB/RO 399B)
Executado: Sergio Frey
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição de fls. 108/109.

Proc.: 0001850-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Ingrid Broneica Soares Germano
Advogado: Jean Kleber Nascimento Collins (OAB/RO 1617)
Requerido: Invasor Esbulhador
Advogado: João Lenes dos Santos (OAB/RO 392)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013060-34. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcelo Lavocat Galvão
Advogado: Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905)
Requerido: Helen Paula Scherer da Costa, Hudson Scherer da Costa, Herica Senilda Scherer da Costa, Halisson Scherer da Costa
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO, fls 450-verso e 451-verso.

Proc.: 0006565-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Benáia Ferreira de Queirós
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3072)
Requerido: Serviço de Proteção Ao Crédito Spc Brasil Camara Nacional de Dirigentes Logistas Cndl
Advogado: Leandro Alvarenga Miranda (OAB/SP 261061), Marcia Varanda Gambelli (OAB/SP 203955)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0006651-76. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Palmeira CalÇados Ltda
Advogado: Odailton Knorst Ribeiro (RO 652)

Requerido: Banco Bradesco S/A, Grendene S. A.
Advogado: Roberto Becker Misturini (68841)
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0000635-09. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Darcilia Neves Colares
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de flS. 112/144.

Proc.: 0008050-72. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudilson Teixeira Magalhaes
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002850-84. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Fabiano da Fonseca Lourenço
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968), Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Data Perícia:
Ofício 1017/2013 IML - estamos marcando a perícia médica de FABIANO DA FONSECA LOURENÇO, para o dia 20/09/2013, às 14: 00 horas, nas dependências deste IML, a ser realizada pelo médico, Dr. Francisco Xavier Parente. Para melhor substanciar a perícia faz-se necessário a seguinte documentação: Exames atualizados (Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Rx); RELATÓRIO do Médico Assistente, RELATÓRIO que estejam nos autos do processo; A Petição do Advogado e os quesitos das partes.

Proc.: 0023600-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Ivani Verônica Pereira Coelho, Welington Coelho
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: José Reinaldo Pontes Caldas, Maria Ivonete de Campos
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001795-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pura Lavadenz Vargas
Advogado: Adriano Michael Videira dos Santos (OAB/RO 4788)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261. 030)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0009381-26. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco GMAC S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Maria Justina Dantas da Costa
Fica a parte Fica a parte Autora por via de seu(ua) advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar sobre o mandado de fls. 77/78.

Proc.: 0010471-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Milton da Silva Oliveira, Marcio Paiva da Silva
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Requerido: Cleverson Brancalhão da Silva, Marcilene Paiva da Silva Bezerra
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000106-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Coraci Vale de Almeida
Advogado: Augusta Gabriela Pini de Souza (OAB/RO 4134), Jhonatas Vieira da Silva (OAB/RO 4265)
Requerido: União P F N
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 18/09/2013 as 14: 00 horas; local: IML; com o perito Dr. Francisco Xavier Parente, devendo a parte comparecer com todos os documentos/ exames atualizados.

Proc.: 0245080-36. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Luciano Mello de Souza (RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Maria dos Santos Pinheiro
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Considerando que embora regulamente intimada (fl. 100v) para promover o andamento do feito em 05 (cinco) dias sob pena de extinção, a parte autora manteve-se silente, conforme certidão de fls. 102, descumprindo, assim, determinação judicial, com fundamento no inciso IV, do artigo 267 c/c art. 795, do Código de Processo Civil,

JULGO EXTINTA a presente ação. Custas na forma da lei. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante a substituição por cópias às expensas da parte exequente. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes. Após, ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS, sendo que no prazo de 06 (seis) meses poderá ser desarquivado sem a cobrança de taxa. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015582-34. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rodrigues de Jesus Araújo
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
SENTENÇA:
VISTOS. Rodrigues de Jesus Araújo interpôs a presente ação revisional de cláusula contratual c/c reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado, caracterização do anatocismo do contrato, com pedido liminar de consignação em pagamento, e manutenção de posse em desfavor do BV Financeira S/A. Alega que realizou um contrato de compra e venda no valor de R$ 11. 500, 00, em 36 meses, com parcelas no valor de R$ 590, 63, para aquisição de uma motocicleta Honda CB 300R, ano/ modelo 2011/2011. Diz que as cláusulas do contrato não foram estipuladas dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo abusivas, leoninas e ilegais, causando a inadimplência da parte autora. Argumenta que no ato da contratação não lhe foi dado oportunidade de refletir sobre os juros, estes sendo cobrados muito acima dos índices praticados no mercado. Aduz que a financeira inclui a correção monetária cumulada com comissão de permanência, juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal, o que é vedado. Noticia que já adimpliu R$ 4. 526, 47, ou seja, 34% do contrato, portanto o veículo deve ficar em sua posse. Assevera que não há explicação para as taxas de juros praticadas no momento da celebração do contrato pelo autor, que era de 0 à 0, 43%. Alega que quando o adimplemento torna-se impossível por força da onerosidade imposta, não ocorre mora por parte do devedor. Requer em sede de liminar a consignação incidente, o depósito do bem, que os cartórios de registro de títulos e cadastros de restrição ao crédito se abstenham de efetuar o apontamento em nome da autora, bem como requereu a procedência do pedido para declarar a nulidade das cláusulas abusivas e excessivamente onerosas, a limitação dos juros a 6% ao ano, a declaração de cobrança indevida da multa contratual, comissão de permanência, encargos moratórios e juros compensatórios, a condenação da ré a ressarcir em dobro o que efetivamente tiver cobrado indevidamente. Junta documentos. Às fls. 71/72 foi indeferido o pedido liminar. Regularmente citado, o requerido ofertou defesa às fls. 74/130, onde alega que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Afirmou que inexiste cláusula abusiva. Disse que o contrato é imutável se pago em dia, por isso, é inadmissível o pedido de revisão contratual e de consignação em pagamento imposto nesta ação, pois acatar o valor inferior previsto no contrato é admitir-se que o contrato não deverá ser cumprido na forma avençada. Defendeu as cláusulas contratuais afirmando que decorrem de ato jurídico perfeito. Rebateu a incidência de juros abusivos e ilegais e que é admissível a capitalização dos juros. Disse que não existe ilegalidade na cumulação da comissão de permanência com os juros moratórios, uma vez que possuem naturezas jurídicas distintas. Discorreu acerca da impossibilidade da inversão do ônus da prova. Requereu ao final a improcedência do pedido. Houve réplica às fls. 132/172. Às fls. 173, foi determinado que o banco requerido juntasse aos autos o contrato assinado entre as partes, bem como os extratos referentes aos débitos originados pelo referido contrato, porém manteve-se inerte, conforme certidão de fls. 174. É o RELATÓRIO. Decido. O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. As partes firmaram um contrato de financiamento com pacto de alienação fiduciária da motocicleta Honda CB 300R, ano/ modelo 2011/2011. Pois bem. Inicialmente faço um esclarecimento sobre a aplicação da Lei consumerista ao caso em comento. É cediço que a atividade bancária, enquadra-se nas disposições da legislação consumerista, não só por expressa determinação do artigo 3º do CDC, mas também porque integra a ordem econômica, estando abrangida pela "norma-objetivo" do artigo 4º do mesmo diploma. A respeito do tema é o comentário do renomado jurista Nelson Nery Jr. , in CDC Comentado, Ed. Forense, p. 304: Analisando o problema da classificação do Banco como empresa e de sua atividade negocial, tem-se que é considerado pelo artigo 3º, caput, do CDC, como fornecedor, vale dizer, como um dos sujeitos da relação de consumo. O produto da atividade negocial é o crédito; agem os bancos, ainda, na qualidade de prestadores de serviços quando recebem tributo mesmo de não clientes, fornecem extratos de contas bancários por meio de computador ETC. Podem os bancos, ainda, celebrar contrato de aluguel de cofre, para a guarda de valores, igualmente enquadrável no conceito de relação de consumo. Suas atividades envolvem, pois, os dois objetos das relações de consumo: os produtos e os serviços. No caso em tela, é evidente que o contrato, ora sob exame, tem como FINALIDADE a contemplação de crédito, que, por sua vez, é o produto oferecido pela instituição financeira. Havendo, portanto, a outorga desse produto - o crédito - que é utilizado pelo consumidor como destinatário final, estando configurada a relação de consumo, o que enseja a aplicação da Lei Protetiva Consumerista. Nessa senda, conclui-se que, regulando o CDC o mercado de consumo de forma ampla, deve ser extensiva a interpretação da definição de consumidor, para que aquele que retira o produto do mercado de modo final e, sendo parte hipossuficiente da relação negocial, não seja abatido por contratos abusivos e excessivamente onerosos. Vale colacionar importante precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, que assim considerou: "RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CRITÉRIO DO JUIZ - MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - SÚMULA 7-STJ RECURSO NÃO CONHECIDO. 1 - Em primeiro plano, resta consolidado, nesta Corte, através da Súmula 297, que CDC é aplicável às instituições financeiras. 2 - Por outro lado, em se tratando de produção de provas, a inversão, em caso de relação de consumo, não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, conforme estabelece o

art. 6, VIII, do referido diploma legal. Configurados tais requisitos, rever tal apreciação é inviável em face da Súmula 07. 3 - Recurso não conhecido. (REsp 707. 451/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 14. 11. 2006, DJ 11. 12. 2006 p. 365). "Em razão, portanto, da pacífica aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações bancárias e tendo em vista que tais normas de proteção são de ordem pública e interesse social, por força do art. 1º daquele diploma legal, é possível a declaração de nulidade de pleno direito de disposições contratuais, como aqueles que impõem ao consumidor excessiva onerosidade e, em contrapartida, consignam vantagem exagerada ao credor, nos termos do art. 51, inc. IV, e 1º do referido diploma legal, porque abusivas e ofensivas ao princípio geral da boa-fé. DA AUSÊNCIA DO CONTRATO REVISANDOO banco requerido, além de não ter fornecido cópia do contrato ao consumidor quando de sua assinatura, também não procedeu sua juntada quando determinado. Desta forma, deverão ser aplicados os efeitos do artigo 359, I do CPC. Nesse sentido: "Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CASO CONCRETO. Aplicação das sanções previstas no art. 359 do CPC. Admitido como verdadeiros os fatos que o autor pretendia provar com a juntada do contrato. ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO. Ressalto que mudei radicalmente o posicionamento que vinha adotando até então em ações revisionais de contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, tendo em vista a recente alteração na legislação processual, decorrente do advento do art. 543-C, 7º, II, do CPC, introduzido pela Lei nº 11. 672/2008, o qual determina o reexame do acórdão proferido que se encontre em confronto com orientação predominante do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos processos ditos repetitivos como o da hipótese. APLICAÇÃO DO CDC AOS CONTRATOS BANCÁRIOS E DIREITO DE O CONSUMIDOR REVISAR O CONTRATO. CABIMENTO. Entendimento referendado pela Súmula nº 297 do STJ e art. 6º, inciso V, da Lei nº 8. 078/90. Todavia, a aplicação do CDC, por si só, não assegura a procedência dos pedidos formulados pelo consumidor, tendo em vista que somente na análise de cada caso concreto é que se verificará eventual abusividade passível de alteração. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. Caso concreto. Paradigma - Resp. nº 1. 061. 530/RS. Tendo em vista a impossibilidade de constatação do percentual de juros remuneratórios contratados, estes restam fixados de acordo com a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen para o período da contratação, limitado a taxa do contrato. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. Ante a ausência do contrato, é inviável a constatação de sua pactuação. Vedada a capitalização no caso concreto. MORA. Paradigma - Resp nº 1. 061. 530/RS - Encargos da normalidade considerados ilegais. Mora afastada. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Inviável a constatação de contratação do referido encargo, eis que ausente o contrato firmado. Fixado o IGP-M como índice de correção monetária, eis que a jurisprudência indica ser o que melhor reflete a real perda inflacionária. JUROS MORATÓRIOS. Fixados em 12% ao ano, de acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência e conforme os arts. 1º e 5º do Decreto nº 22. 626/33, o que ademais está hoje consagrado pelo art. 406 do novo Código Civil e pelo paradigma - REsp nº 1. 061. 530/RS. MULTA MORATÓRIA. Fixada em 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela em atraso, nos termos do art. 52, parágrafo 1º, da Lei nº 8. 078/90. COBRANÇA DE TAXA/TARIFAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO. Ante a ausência da juntada do contrato, é inviável a constatação de abusividade das tarifas bancárias, razão pela qual, estas devem ser excluídas no caso concreto. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. Mantido o Imposto sobre Operações Financeiras, tendo em vista que a sua cobrança decorre de imposição legal. . DIREITO À COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. Sendo apurada a existência de saldo devedor, devem ser compensados os pagamentos a maior feitos no curso da contratualidade. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. Caso se verifique que o débito já está quitado, devem ser devolvidos os valores eventualmente pagos a maior, na forma simples, corrigidos pelo IGP-M desde o desembolso e com juros legais desde a citação. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Penalidade afastada no caso concreto. INDEFERIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. APELO PROVIDO EM PARTE. (Apelação Cível Nº 70054679865, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 01/08/2013). "Com esse entendimento passo a apreciação dos pedidos iniciais. DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Afirma o autor que há abusiva aplicação de juros remuneratórios no contrato firmado entre as partes, uma vez que os valores cobrados estão muito acima dos praticados pelo mercado e da limitação de 6% ao ano. Está consolidado o entendimento de que as Instituições Financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura, como dispõe a Súmula 596 do STF. Nesse sentido recente DECISÃO do STJ, senão vejamos: "PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. INAPLICÁVEL LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE DESDE QUE POSTERIOR À MP 2. 170-36/2001 E PACTUADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. VALIDADE DOS ENCARGOS. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22. 626/33), Súmula 596/STF. 2. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP 1. 963-17/2000, reeditada sob o n. 2. 170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros, desde que expressamente prevista no ajuste. 3. A Segunda Seção desta Corte pacificou a orientação de ser admitida, no período de inadimplemento contratual, a comissão de permanência, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual. 4. O reconhecimento da validade dos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) implica a caracterização da mora. 5. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a DECISÃO agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, T4, Relator Ministro Raul Araújo, j. Em 01-08-2012). "In casu, a taxa de juros estabelecida pela instituição financeira não se configura abusivo, uma vez que não está adstrito à limitação de 12% ao ano e era de conhecimento prévio da parte. Não há, portanto, a alegada abusividade no contrato ora questionado. DA CAPITALIZAÇÃO

DE JUROS É aceitável a capitalização mensal dos juros (apenas em contratos firmados a partir de 31 de março de 2000 MP. 2. 170/2001) ou a anual, se - apenas e somente se - expressamente pactuada. Considerando que não existe contrato nos autos, por óbvio, não poderá a parte requerida cobrar juros capitalizados, uma vez que deixou de comprovar sua contratação. DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIANo tocante à comissão de permanência, é válida sua incidência no período da inadimplência se pactuada. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL PACTO DE FINANCIAMENTO [. . .] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS [. . .] "É cabível a cobrança da comissão de permanência, exceto nas cédulas e notas de crédito rural, comercial e industrial, quando contratada, respeitado o limite de juros remuneratórios pactuados, desde que não superiores à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, não sendo viável a cumulação do encargo com a correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual ou com juros moratórios" (Enunciado n. III do Grupo de Câmaras de Direito Comercial do TJSC) (Apelação Cível n. 2007. 018977-8, de São José, relator Des. Ricardo Fontes, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. Em 16-8-07). "No entanto, da mesma forma que os juros capitalizados, sua aplicação apenas seria válida se fosse pactuada e ainda, não poderia ser cumulada com os demais encargos contratados. Desta forma, considerando que a cobrança da comissão de permanência deve ser expressamente pactuada e está sujeita às condições impostas pelas Súmulas n. 30, 294 e 296 do STJ, afasto a sua aplicação, no presente caso, também pela ausência do contrato revisando. DA TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO E DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITOAs tarifas de abertura de cadastro e de emissão de boleto bancário, quando autorizadas pelo contrato não configuram mais cláusulas abusivas, apenas se restar demonstrado que o valor cobrado está em desacordo com o praticado no mercado financeiro. Importante lembrar que essas tarifas não estão proibidas pelo Banco Central e por isso sua cobrança está autorizada, desde que sejam previstas em contrato. Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO COM BASE NO DECRETO 22. 626/33. ABUSIVIDADE. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 382/STJ. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). POSSIBILIDADE. COBRANÇA. 1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22. 626/33, conforme disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade do percentual pactuado deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos. Inteligência da Súmula 382/STJ. 2. As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2. 303/1996 e 3. 518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido(STJ, T4 Quarta Turma, AgRg no REsp 1295860 / RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 18-05-2012). "Nesse mesmo sentido: "Ação revisional. Limitação de juros remuneratórios em 6% ao ano. Impossibilidade. Cobrança de encargos administrativos. Ilegalidade não demonstrada. Ônus da prova do autor. Os bancos ou instituições financeiras não estão sujeitas à limitação de juros prevista no Decreto-lei n. 22. 626/33, razão pela qual deve prevalecer o que foi celebrado entre as partes quanto à incidência dos juros remuneratórios, mormente se a taxa de juros não se mostra em descompasso com as taxas aplicadas no mercado financeiro. A cobrança de encargos administrativos, tais como tarifa de serviços de terceiros, tarifa de cadastro e registro de contrato e tarifa de emissão de carnê não são cláusulas consideradas, por si só ilegais, cabendo ao autor provar a ausência de pactuação destas ou a vantagem exagerada por parte do agente financeiro para que assim sejam consideradas. (TJ/RO Apelação nº 0164384-76. 2009. 8. 22. 0001. Rel. Des. Alexandre Miguel, julgado em 15/05/2013)". Assim, perfeitamente possível a cobrança realizada pelo banco requerido, não havendo nenhum valor a ser ressarcido ao consumidor. DA COBRANÇA DO IOF No que tange à cobrança de IOF diluído nas parcelas do financiamento, é devida a cobrança, uma vez que independe da vontade das partes a sua incidência. Vejamos o artigo 63 do Código Tributário Nacional: Art. 63. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador: I - quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado. Neste mesmo sentido: "REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. MEDIDA PROVISÓRIA 2. 170- 36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TARIFAS ADMINISTRATIVAS. I - Porque eivado de inconstitucionalidade, não tem eficácia o art. 5º da Medida Provisória n° 2. 170-36/2001, não se prestando, pois, a respaldar a prática de capitalização mensal de juros, conforme decidido na AIL 2006. 00. 2. 001774-7. II - A comissão de permanência, que detém a tríplice função de remunerar, atualizar e apenar, já se constitui encargo substitutivo para a inadimplência, sendo vedada, pois, sua cumulação com juros remuneratórios, correção monetária e encargos moratórios. III - São nulas as cláusulas contratuais que estipulam a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito - TAC e da Taxa de Emissão de Boleto - TEC e outras da mesma natureza (art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor). IV - É legítima a cobrança do IOF - imposto incidente sobre operações financeiras -, pois trata de tributo cuja incidência independe da vontade das partes. Recurso desprovido. (20090110366975APC, Relator NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível - TJDF, julgado em 10/11/2010, DJ 16/11/2010 p. 153). " Portanto, revela-se perfeitamente possível a cobrança do imposto pela instituição bancária, uma vez que este incide independentemente de sua vontade. DA RESTITUIÇÃO SIMPLES DAS TARIFAS BANCÁRIASConsiderando DECISÃO recente do Superior Tribunal de Justiça, exarada na Reclamação n. 4. 892-PR (Rel. Min. Raul Araújo, julgada em 27/04/2011), a devolução, nos casos em que houver a cobrança de tarifas bancárias, deve se dar de forma simples, e não mais em dobro.

DOS PEDIDOS LIMINARESOs pedidos pleiteados em sede de liminar já foram enfrentados e rechaçados pelo DESPACHO inicial de fls. 71/72. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais, para: 1 - Afastar da cobrança os juros capitalizados e a comissão de permanência, em razão da ausência de contratação; 2 - Deferir a compensação de valores, na forma simples, se após a apuração em liquidação de SENTENÇA, sobejar saldo em favor do devedor, com correção monetária pelo IGPM, a partir do vencimento de cada parcela paga e juros legais a partir da citação; Em face do decaimento recíproco, custas pro rata, devendo cada uma das partes arcar com os honorários de seus respectivos advogados. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001659-38. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tiago Roberte Reis Facundo
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
SENTENÇA:
VISTOS. Tiago Roberte Reis Facundo interpôs a presente ação revisional de cláusula contratual c/c reconhecimento de abuso extorsivo do valor financiado, caracterização do anatocismo do contrato, com pedido liminar de consignação em pagamento, e manutenção de posse em desfavor do Banco J. Safra S/A. Alega que realizou um contrato de compra e venda no valor de R$ 30. 000, 00, em 60 meses, com parcelas no valor de R$ 773, 72, para aquisição de um veículo Ford Focus 1. 6 Flex, ano/ modelo 2007/2008. Diz que as cláusulas do contrato não foram estipuladas dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sendo abusivas, leoninas e ilegais, causando a inadimplência da parte autora. Argumenta que no ato da contratação não lhe foi dado oportunidade de refletir sobre os juros, estes sendo cobrados muito acima dos índices praticados no mercado. Aduz que a financeira inclui a correção monetária cumulada com comissão de permanência, juros moratórios e remuneratórios acima do limite legal, o que é vedado. Noticia que já adimpliu R$ 2. 318, 16, ou seja, 3% do contrato, portanto o veículo deve ficar em sua posse. Assevera que não há explicação para as taxas de juros praticadas no momento da celebração do contrato pelo autor, que era de 0 à 0, 43%. Alega que quando o adimplemento torna-se impossível por força da onerosidade imposta, não ocorre mora por parte do devedor. Requer em sede de liminar a consignação incidente, o depósito do bem, que os cartórios de registro de títulos e cadastros de restrição ao crédito se abstenham de efetuar o apontamento em nome da autora, bem como requereu a procedência do pedido para declarar a nulidade das cláusulas abusivas e excessivamente onerosas, a limitação dos juros a 6% ao ano, a declaração de cobrança indevida da multa contratual, comissão de permanência, encargos moratórios e juros compensatórios, a condenação da ré a ressarcir em dobro o que efetivamente tiver cobrado indevidamente. Junta documentos. Às fls. 72/73 foi indeferido o pedido liminar. Regularmente citado, o requerido ofertou defesa às fls. 91/137, onde alega que não há qualquer irregularidade nos contratos firmados entre os demandantes, porquanto a taxa de juros e a forma de capitalização foram plenamente acordados pelas partes. Afirmou que inexiste cláusula abusiva. Disse que o contrato é imutável se pago em dia, por isso, é inadmissível o pedido de revisão contratual e de consignação em pagamento imposto nesta ação, pois acatar o valor inferior previsto no contrato é admitir-se que o contrato não deverá ser cumprido na forma avençada. Defendeu as cláusulas contratuais afirmando que decorrem de ato jurídico perfeito. Rebateu a incidência de juros abusivos e ilegais e que é admissível a capitalização dos juros. Disse que não existe ilegalidade na cumulação da comissão de permanência com os juros moratórios, uma vez que possuem naturezas jurídicas distintas. Discorreu acerca da impossibilidade da inversão do ônus da prova. Requereu ao final a improcedência do pedido. Houve réplica às fls. 139/163. Às fls. 164 e 166, foi determinado que o banco requerido juntasse aos autos o contrato assinado entre as partes, bem como os extratos referentes aos débitos originados pelo referido contrato, porém manteve-se inerte. Às fls. 167/170, a parte requerente fez pedido de expedição de alvará para o levantamento de valores depositados nestes autos, conforme extrato juntado (fls. 169). É o RELATÓRIO. Decido. O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. As partes firmaram um contrato de financiamento com pacto de alienação fiduciária do veículo Ford Focus 1. 6, ano/ modelo 2007/2008. Pois bem. Inicialmente faço um esclarecimento sobre a aplicação da Lei consumerista ao caso em comento. É cediço que a atividade bancária, enquadra-se nas disposições da legislação consumerista, não só por expressa determinação do artigo 3º do CDC, mas também porque integra a ordem econômica, estando abrangida pela “norma-objetivo” do artigo 4º do mesmo diploma. A respeito do tema é o comentário do renomado jurista Nelson Nery Jr. , in CDC Comentado, Ed. Forense, p. 304: Analisando o problema da classificação do Banco como empresa e de sua atividade negocial, tem-se que é considerado pelo artigo 3º, caput, do CDC, como fornecedor, vale dizer, como um dos sujeitos da relação de consumo. O produto da atividade negocial é o crédito; agem os bancos, ainda, na qualidade de prestadores de serviços quando recebem tributo mesmo de não clientes, fornecem extratos de contas bancários por meio de computador ETC. Podem os bancos, ainda, celebrar contrato de aluguel de cofre, para a guarda de valores, igualmente enquadrável no conceito de relação de consumo. Suas atividades envolvem, pois, os dois objetos das relações de consumo: os produtos e os serviços. No caso em tela, é evidente que o contrato, ora sob exame, tem como FINALIDADE a contemplação de crédito, que, por sua vez, é o produto oferecido pela instituição financeira. Havendo, portanto, a outorga desse produto - o crédito - que é utilizado pelo consumidor como destinatário final, estando configurada a relação de consumo, o que enseja a aplicação da Lei Protetiva Consumerista. Nessa senda, conclui-se que, regulando o CDC o mercado de consumo de forma ampla, deve ser extensiva a interpretação da definição de consumidor, para que aquele que retira o produto do mercado de modo final e, sendo parte

hipossuficiente da relação negocial, não seja abatido por contratos abusivos e excessivamente onerosos. Vale colacionar importante precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, que assim considerou: "RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CRITÉRIO DO JUIZ - MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - SÚMULA 7-STJ RECURSO NÃO CONHECIDO. 1 - Em primeiro plano, resta consolidado, nesta Corte, através da Súmula 297, que CDC é aplicável às instituições financeiras. 2 - Por outro lado, em se tratando de produção de provas, a inversão, em caso de relação de consumo, não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, conforme estabelece o art. 6, VIII, do referido diploma legal. Configurados tais requisitos, rever tal apreciação é inviável em face da Súmula 07. 3 - Recurso não conhecido. (REsp 707. 451/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 14. 11. 2006, DJ 11. 12. 2006 p. 365). "Em razão, portanto, da pacífica aplicação do Código de Defesa do Consumidor às relações bancárias e tendo em vista que tais normas de proteção são de ordem pública e interesse social, por força do art. 1º daquele diploma legal, é possível a declaração de nulidade de pleno direito de disposições contratuais, como aqueles que impõem ao consumidor excessiva onerosidade e, em contrapartida, consignam vantagem exagerada ao credor, nos termos do art. 51, inc. IV, e 1º do referido diploma legal, porque abusivas e ofensivas ao princípio geral da boa-fé. DA AUSÊNCIA DO CONTRATO REVISANDOO banco requerido, além de não ter fornecido cópia do contrato ao consumidor quando de sua assinatura, também não procedeu sua juntada quando determinado. Desta forma, deverão ser aplicados os efeitos do artigo 359, I do CPC. Nesse sentido: "Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO GARANTIDO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CASO CONCRETO. Aplicação das sanções previstas no art. 359 do CPC. Admitido como verdadeiros os fatos que o autor pretendia provar com a juntada do contrato. ALTERAÇÃO DE POSICIONAMENTO. Ressalto que mudei radicalmente o posicionamento que vinha adotando até então em ações revisionais de contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária, tendo em vista a recente alteração na legislação processual, decorrente do advento do art. 543-C, 7º, II, do CPC, introduzido pela Lei nº 11. 672/2008, o qual determina o reexame do acórdão proferido que se encontre em confronto com orientação predominante do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos processos ditos repetitivos como o da hipótese. APLICAÇÃO DO CDC AOS CONTRATOS BANCÁRIOS E DIREITO DE O CONSUMIDOR REVISAR O CONTRATO. CABIMENTO. Entendimento referendado pela Súmula nº 297 do STJ e art. 6º, inciso V, da Lei nº 8. 078/90. Todavia, a aplicação do CDC, por si só, não assegura a procedência dos pedidos formulados pelo consumidor, tendo em vista que somente na análise de cada caso concreto é que se verificará eventual abusividade passível de alteração. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. Caso concreto. Paradigma - Resp. nº 1. 061. 530/RS. Tendo em vista a impossibilidade de constatação do percentual de juros remuneratórios contratados, estes restam fixados de acordo com a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen para o período da contratação, limitado a taxa do contrato. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. Ante a ausência do contrato, é inviável a constatação de sua pactuação. Vedada a capitalização no caso concreto. MORA. Paradigma - REsp nº 1. 061. 530/RS - Encargos da normalidade considerados ilegais. Mora afastada. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Inviável a constatação de contratação do referido encargo, eis que ausente o contrato firmado. Fixado o IGP-M como índice de correção monetária, eis que a jurisprudência indica ser o que melhor reflete a real perda inflacionária. JUROS MORATÓRIOS. Fixados em 12% ao ano, de acordo com o entendimento pacífico da jurisprudência e conforme os arts. 1º e 5º do Decreto nº 22. 626/33, o que ademais está hoje consagrado pelo art. 406 do novo Código Civil e pelo paradigma - REsp nº 1. 061. 530/RS. MULTA MORATÓRIA. Fixada em 2% (dois por cento), sobre o valor da parcela em atraso, nos termos do art. 52, parágrafo 1º, da Lei nº 8. 078/90. COBRANÇA DE TAXA/TARIFAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO. Ante a ausência da juntada do contrato, é inviável a constatação de abusividade das tarifas bancárias, razão pela qual, estas devem ser excluídas no caso concreto. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS. Mantido o Imposto sobre Operações Financeiras, tendo em vista que a sua cobrança decorre de imposição legal. . DIREITO À COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. Sendo apurada a existência de saldo devedor, devem ser compensados os pagamentos a maior feitos no curso da contratualidade. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. Caso se verifique que o débito já está quitado, devem ser devolvidos os valores eventualmente pagos a maior, na forma simples, corrigidos pelo IGP-M desde o desembolso e com juros legais desde a citação. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Penalidade afastada no caso concreto. INDEFERIDA A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. APELO PROVIDO EM PARTE. (Apelação Cível Nº 70054679865, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Angela Terezinha de Oliveira Brito, Julgado em 01/08/2013). "Com esse entendimento passo a apreciação dos pedidos iniciais. DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Afirma o autor que há abusiva aplicação de juros remuneratórios no contrato firmado entre as partes, uma vez que os valores cobrados estão muito acima dos praticados pelo mercado e da limitação de 6% ao ano. Está consolidado o entendimento de que as Instituições Financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios que foi estipulada na Lei de Usura, como dispõe a Súmula 596 do STF. Nesse sentido recente DECISÃO do STJ, senão vejamos: "PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. INAPLICÁVEL LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE DESDE QUE POSTERIOR À MP 2. 170-36/2001 E PACTUADA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS. IMPOSSIBILIDADE. VALIDADE DOS ENCARGOS. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22. 626/33), Súmula 596/STF. 2. Nos contratos bancários firmados posteriormente à entrada em vigor da MP 1. 963-17/2000, reeditada sob o n. 2. 170-36/2001, é lícita a capitalização mensal dos juros, desde que expressamente prevista no ajuste. 3. A Segunda Seção desta Corte pacificou a orientação de ser admitida, no período de inadimplemento contratual, a comissão de permanência, à taxa média do mercado apurada pelo Banco Central do Brasil e limitada à taxa do contrato, desde que não

esteja cumulada com correção monetária (Súmula 30/STJ), com juros remuneratórios (Súmula 296/STJ), com juros moratórios nem com multa contratual. 4. O reconhecimento da validade dos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) implica a caracterização da mora. 5. A parte agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a DECISÃO agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, T4, Relator Ministro Raul Araújo, j. Em 01-08-2012). "In casu, a taxa de juros estabelecida pela instituição financeira não se configura abusivo, uma vez que não está adstrito à limitação de 12% ao ano e era de conhecimento prévio da parte. Não há, portanto, a alegada abusividade no contrato ora questionado. DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS É aceitável a capitalização mensal dos juros (apenas em contratos firmados a partir de 31 de março de 2000 MP. 2. 170/2001) ou a anual, se - apenas e somente se - expressamente pactuada. Considerando que não existe contrato nos autos, por óbvio, não poderá a parte requerida cobrar juros capitalizados, uma vez que deixou de comprovar sua contratação. DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIANo tocante à comissão de permanência, é válida sua incidência no período da inadimplência se pactuada. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL PACTO DE FINANCIAMENTO [. . .] COMISSÃO DE PERMANÊNCIA NÃO CUMULADA COM OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS [. . .] "É cabível a cobrança da comissão de permanência, exceto nas cédulas e notas de crédito rural, comercial e industrial, quando contratada, respeitado o limite de juros remuneratórios pactuados, desde que não superiores à taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, não sendo viável a cumulação do encargo com a correção monetária, juros remuneratórios, multa contratual ou com juros moratórios" (Enunciado n. III do Grupo de Câmaras de Direito Comercial do TJSC) (Apelação Cível n. 2007. 018977-8, de São José, relator Des. Ricardo Fontes, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. Em 16-8-07). " No entanto, da mesma forma que os juros capitalizados, sua aplicação apenas seria válida se fosse pactuada e ainda, não poderia ser cumulada com os demais encargos contratados. Desta forma, considerando que a cobrança da comissão de permanência deve ser expressamente pactuada e está sujeita às condições impostas pelas Súmulas n. 30, 294 e 296 do STJ, afasto a sua aplicação, no presente caso, também pela ausência do contrato revisando. DA TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO E DA TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITOAs tarifas de abertura de cadastro e de emissão de boleto bancário, quando autorizadas pelo contrato não configuram mais cláusulas abusivas, apenas se restar demonstrado que o valor cobrado está em desacordo com o praticado no mercado financeiro. Importante lembrar que essas tarifas não estão proibidas pelo Banco Central e por isso sua cobrança está autorizada, desde que sejam previstas em contrato. Nesse sentido: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO LIMITAÇÃO COM BASE NO DECRETO 22. 626/33. ABUSIVIDADE. NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA 382/STJ. TARIFA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC). TARIFA DE EMISSÃO DE BOLETO (TEC). POSSIBILIDADE. COBRANÇA. 1. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22. 626/33, conforme disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade do percentual pactuado deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período, o que não ocorreu no caso dos autos. Inteligência da Súmula 382/STJ. 2. As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2. 303/1996 e 3. 518/2007 do CMN), e ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido(STJ, T4 Quarta Turma, AgRg no REsp 1295860 / RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, julgado em 18-05-2012). "Nesse mesmo sentido: "Ação revisional. Limitação de juros remuneratórios em 6% ao ano. Impossibilidade. Cobrança de encargos administrativos. Ilegalidade não demonstrada. Ônus da prova do autor. Os bancos ou instituições financeiras não estão sujeitas à limitação de juros prevista no Decreto-lei n. 22. 626/33, razão pela qual deve prevalecer o que foi celebrado entre as partes quanto à incidência dos juros remuneratórios, mormente se a taxa de juros não se mostra em descompasso com as taxas aplicadas no mercado financeiro. A cobrança de encargos administrativos, tais como tarifa de serviços de terceiros, tarifa de cadastro e registro de contrato e tarifa de emissão de carnê não são cláusulas consideradas, por si só ilegais, cabendo ao autor provar a ausência de pactuação destas ou a vantagem exagerada por parte do agente financeiro para que assim sejam consideradas. (TJ/RO Apelação nº 0164384-76. 2009. 8. 22. 0001. Rel. Des. Alexandre Miguel, julgado em 15/05/2013)". Assim, perfeitamente possível a cobrança realizada pelo banco requerido, não havendo nenhum valor a ser ressarcido ao consumidor. DA COBRANÇA DO IOF No que tange à cobrança de IOF diluído nas parcelas do financiamento, é devida a cobrança, uma vez que independe da vontade das partes a sua incidência. Vejamos o artigo 63 do Código Tributário Nacional: "Art. 63. O imposto, de competência da União, sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários tem como fato gerador: I - quanto às operações de crédito, a sua efetivação pela entrega total ou parcial do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado. " Neste mesmo sentido: "REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. MEDIDA PROVISÓRIA 2. 170- 36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TARIFAS ADMINISTRATIVAS. I - Porque eivado de inconstitucionalidade, não tem eficácia o art. 5º da Medida Provisória n° 2. 170-36/2001, não se prestando, pois, a respaldar a prática de capitalização mensal de juros, conforme decidido na AIL 2006. 00. 2. 001774-7. II - A comissão de permanência, que detém a tríplice função de remunerar, atualizar e apenar, já se constitui encargo substitutivo para a inadimplência, sendo vedada, pois, sua cumulação com juros remuneratórios, correção monetária e encargos moratórios. III - São nulas as cláusulas contratuais que estipulam a cobrança da Taxa de Abertura de Crédito - TAC

e da Taxa de Emissão de Boleto - TEC e outras da mesma natureza (art. 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor). IV - É legítima a cobrança do IOF - imposto incidente sobre operações financeiras -, pois trata de tributo cuja incidência independe da vontade das partes. Recurso desprovido. (20090110366975APC, Relator NÍVIO GERALDO GONÇALVES, 1ª Turma Cível - TJDF, julgado em 10/11/2010, DJ 16/11/2010 p. 153). " Portanto, revela-se perfeitamente possível a cobrança do imposto pela instituição bancária, uma vez que este incide independentemente de sua vontade. DA RESTITUIÇÃO SIMPLES DAS TARIFAS BANCÁRIAS Considerando DECISÃO recente do Superior Tribunal de Justiça, exarada na Reclamação n. 4. 892-PR (Rel. Min. Raul Araújo, julgada em 27/04/2011), a devolução, nos casos em que houver a cobrança de tarifas bancárias, deve se dar de forma simples, e não mais em dobro. DOS PEDIDOS LIMINARES Os pedidos pleiteados em sede de liminar já foram enfrentados e rechaçados pelo DESPACHO inicial de fls. 72/73. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais, para: 1 - Afastar da cobrança os juros capitalizados e a comissão de permanência, em razão da ausência de contratação; 2 - Deferir a compensação de valores, na forma simples, se após a apuração em liquidação de SENTENÇA, sobejar saldo em favor do devedor, com correção monetária pelo IGPM, a partir do vencimento de cada parcela paga e juros legais a partir da citação; Em face do decaimento recíproco, custas pro rata, devendo cada uma das partes arcar com os honorários de seus respectivos advogados. Expeça-se alvará em favor do autor para o levantamento dos valores vinculados a este feito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0008567-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tiago Roberte Reis Facundo
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre ( )
SENTENÇA:
VISTOS. Tiago Roberte Reis Facundo move a presente ação em desfavor de Banco J. Safra S/A objetivando receber uma indenização por danos morais, tendo em vista a inscrição de seu nome em órgão de restrição ao crédito. Afirma que ingressou com ação judicial Revisional de Contrato, n. 0001659-38. 2012. 8. 22. 0001, onde pretende discutir as cláusulas que considera abusivas e que estão prejudicando o autor pela cobrança de juros abusivos e extorsivos. Afirma que está depositando os valores que entende corretos em conta judicial na Caixa Econômica Federal, porém o requerido liga e faz cobranças dessas parcelas, ameaçando promover a busca e apreensão do veículo alienado. Informa que descobriu que seu nome estava inscrito nos órgãos de restrição ao crédito quando tentou fazer compras no comércio local e em virtude das preocupações e transtornos causados pelo requerido, vem a juízo pleitear indenização por danos morais. Juntou documentos pessoais e certidão do órgão de restrição ao crédito. Antecipação de tutela indeferida às fls. 35. Regularmente intimada, a parte requerida apresentou sua contestação alegando que o contrato assumido pelo autor deve ser cumprido, pois fora firmado por pessoas maiores e capazes. Alega que o contrato firmado deveria ser cumprido de acordo com suas cláusulas, o que não ocorreu, pois a parte autora estava com parcelas em aberto. Diz que não houve nenhuma determinação judicial no sentido de impedir a inserção do nome do autor em cadastro de inadimplentes, e que na verdade está no exercício regular de um direito, o que afastaria qualquer reparação por danos morais. No mais, diz que em atendimento ao pacta sunt servanda o contrato firmado deve ser mantido, até por que configura um ato jurídico perfeito. Diz que o fato ocorrido não passou de mero dissabor, não sendo comprovado a configuração do dano moral, uma vez que não restam evidentes o nexo causal, a culpa ou o ato ilícito cometido pelo banco. Requer a improcedência dos pedidos do autor. Réplica às fls. 66/83. É o relato do necessário. Decido. O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual, passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. A parte autora juntou a certidão contendo sua inscrição no órgão de restrição ao crédito, pleiteando a indenização pelos danos morais. Porém, pode-se observar que não foram pagas as parcelas do financiamento assumido junto ao banco requerido e apesar da interposição de ação judicial para a discussão das cláusulas contratuais, não houve o deferimento do pedido de consignação em pagamento. Ademais o pedido de consignação estava adstrito ao valor estimado pela parte autora e não ao valor contratado pelas partes e como não existiu o deferimento para esses depósitos, estes deveriam ocorrer por conta e risco da parte autora. Neste mesmo sentido é a direção seguida por outros tribunais de justiça, em julgamento recente: "Ementa: Agravo de instrumento. DECISÃO monocrática. Ação ordinária de revisão contratual. Tutelas antecipadas. Inscrição em órgãos de proteção ao crédito. Cabimento. Manutenção de posse do veículo pela financiada. Descabimento. Consignação de valores entendidos dever, por conta e risco da consignante. Precedente. Recurso, de plano, improvido. (Agravo de Instrumento Nº 70050058742, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Breno Pereira da Costa Vasconcellos, Julgado em 23/07/2012). "O Código de Processo Civil atribui o ônus ao autor de provar o fato constitutivo de seu direito, e, ao réu o de provar os fatos impeditivos, modificativos do direito do autor (artigo 333 do Código de Processo Civil). Pois bem, a autora requer danos morais pois sofreu com a negativação realizada pela parte requerida, ficando impossibilitada de realizar compras no comércio local, contudo a referida inscrição não é considerada indevida, não autorizando qualquer tipo de reparação de danos. Vale registrar que o simples fato de se tratar de relação de consumo, onde a responsabilidade é objetiva, não exime o autor de fazer prova sobre a ocorrência do dano alegado. Desta forma, a autora encontra-se em mora com o seu credor, que se valeu dos meios adequados para impedir ou reduzir os casos de inadimplência nos contratos firmados, sendo que ainda existem parcelas do financiamento realizado, em aberto. Assim, quanto aos danos morais, não há nos autos nenhum elemento que permita aferir que a parte autora tenha sofrido abalo sério, grave, a ponto de caracterizar ilícito civil e ensejar a reparação por ofensa moral. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por Tiago Roberte Reis Facundo em

desfavor da Banco J. Safra S/A. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 500, 00 (quinhentos reais), com observância ao artigo 11, 2º e ao artigo 12 da Lei n. 1. 060/50. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0152378-37. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nelia Leopoldina Pereira Barreto
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Requerido: Unimed Rondônia
Advogado: Franciany de Paula (OAB/RO 349B), Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969), Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272)
DESPACHO:
VISTOS. A aplicação da Súmula 54 do Colendo Superior Tribunal de Justiça não incide no caso em comento, tendo em vista que trata-se de responsabilidade contratual, pelo que, aplica-se ao caso a Súmula 362 do STJ, que disciplina que para fins de atualização de condenações arbitradas nas ações de indenização por danos morais, o termo inicial da correção monetária é a data da DECISÃO que fixou o seu quantum, pois se entende que só com a condenação emerge o dano moral e, por via reflexa, o dever de compensá-lo. Ademais, transitado em julgado o acórdão de fls. 111/119 que apenas majorou o valor da indenização por danos morais para R$ 10. 000, 00, mantendo inalterados os demais termos da SENTENÇA de fls. 126/130, que determinou a aplicação de correção monetária e juros de 1% aos mês a partir da fixação, não cabe à parte exequente, na fase de cumprimento de SENTENÇA, rediscutir a data de início para computação dos juros legais e da correção monetária. Posto isso, oportunizo novo prazo de 48hrs para se manifestar sobre o item II do DESPACHO de fls. 139, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0025273-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elchier Cristiane Bastos Guimaraes
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Ativos S. A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
DESPACHO:
VISTOS. Fica a parte requerente intimada a apresentar réplica à contestação. Prazo legal. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018620-54. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Alindo Grave, Ana Schneider Zgoda, Geraldo Antunes Paes, Gilberto Motter, Juvenal Domingos dos Santos, Lurico Sakurada, Délia Regina Barcânias, Remi da Rosa, Jentil Souza Brito
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO:
VISTOS. Cumpra-se o item I do DESPACHO de fls. 196. Após, tornem conclusos para análise da petição de fls. 263/264, com prioridade. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0205029-80. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Fernando Alberto Visioli
Advogado: Caroline Carranza Fernandes (OAB/RO 1915), Tadeu Fernandes (OAB/RO 79A)
Requerido: Invasores do Imóvel Rural Doze
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que regularmente citados os requeridos não apresentaram contestação, conforme certidão de fls. 82; considerando ainda o tempo transcorrido, fica a parte autora intimada a esclarecer o atual estado do imóvel e se ainda tem provas a produzir, devendo, em caso positivo, especificá-las circunstanciadamente, indicando sua relevância e pertinência. Prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, tornem conclusos para SENTENÇA. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0023083-73. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elias de Lima Arruda
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Déborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)
Requerido: Banco Itaúcard S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre ( ), Celso Marcon (OAB/ES 10990), João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Considerando a petição de fls. 161/163, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo firmado entre as partes, que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas. Em consequência, DECLARO EXTINTA a presente ação, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante a substituição por cópia às expensas da parte requerente. Sem custas. Expeça-se alvará em favor da parte autora para levantamento em cartório do valor depositado na conta judicial indicada às fls. 147/157, no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG. Arquivem-se os autos aguardando-se o cumprimento do acordo no arquivo, podendo o processo ser desarquivado a qualquer tempo para eventual execução, em caso de descumprimento do ajuste, sem o pagamento de taxa, desde que o pedido de desarquivamento ocorra dentro do prazo de 06 (seis) meses. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0188519-02. 2002. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Oscar Moreira da Costa
Advogado: Sebastião Severino da Costa (OAB/RO 734), Luiz de França Passos (OAB/RO 2936)

Requerido: Compomax - Comercio, Telecomunicacoes e Servicos Ltda, Luiz Carlos de Oliveira
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
DECISÃO:
VISTOS. Ante a notícia de óbito do executado Luiz Carlos de Oliveira, nos termos do art. 265, I, CPC, fica a presente ação suspensa até 05/10/2013 para que a parte exequente proceda a regularização processual da parte executada, com a habilitação dos herdeiros. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0011015-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Alves Barbosa
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 2371), Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Requerido: CLARO S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
VISTOS, I - Indefiro o pedido de penhora online, pois a multa arbitrada às fls. 17 somente pode ser cobrada após a sua confirmação em SENTENÇA, o que ainda não ocorreu. II - Considerando a petição de fls. 52, designo audiência de conciliação para o dia 11/09/2013 às 08h00. Ficam as partes intimadas via seus advogados pelo Diário da Justiça (artigo 50 das Diretrizes Gerais Judiciais c/c artigo 238 do CPC). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0009941-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jesse Brito Vieira
Advogado: Sebastião Uendel Galvão Roberto (RO 1730)
Requerido: BANCO DO BRASIL
DESPACHO:
Retificando o item II da DECISÃO anterior, em razão de erro material, esta passa a ter a seguinte redação: II - No caso em tela, o pedido de antecipação decorre de acontecimento de fato ilícito, tese sustentada pela parte autora, alegando que os empréstimos realizados em seu nome, na verdade, foram feitos por terceiro. A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois a discussão dos débitos em juízo e a análise dos documentos apresentados com a inicial, mesmo com as limitações próprias do início do conhecimento, demonstram a possibilidade de que os descontos sejam ilegítimos. Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos. Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos, devendo ser oficiado o requerido, para que cesse os descontos na conta bancária da parte autora, relativamente as operações nº 783118179, 783138738 e 783132756, sob pena de multa processual de R$ 2. 000, 00 por cada desconto indevido, com imediata comunicação a este Juízo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj. ro. gov. br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj. ro. gov. br

Proc.: 0019000-77. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Ilza Aparecida Maia dos Santos, Antonio Abadias dos Santos
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
Edital - Publicar:
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
COMARCA DE PORTO VELHO
TERCEIRA VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO DOS REQUERIDOS, CONFINANTES E DE TERCEIROS INTERESSADOS
PRAZO DE 15 E 30 DIAS
Processo nº 0019000-77. 2012. 822. 0001
Classe: Usucapião
Assunto: Posse
REQUERENTE: ILZA APARECIDA MAIA DOS SANTOS, ANTÔNIO ABADIAS DOS SANTOS
Adv.: Marcus Edson de Lima – Defensor Público
REQUERIDO: FRANCISCO PEREIRA CALDAS, brasileiro, casado, comerciante, RG nº 1. 171 SSP/RO, CPF nº 005. 776. 262-72 e RAIMUNDA PONTES CALDAS, brasileira, casada, do lar, RG nº 4. 920 SSP/RO, ambos em lugar incerto e não sabido.
Confinantes: Sônia Maria dos Santos Guimarães, brasileira, atendente, RG nº 415. 156 SSP/RO, residente à Rua Miguel Calmon, 2967, B. Cohab (vizinho da esquerda); Maria do Carmo Monteiro, brasileira, doméstica, RG nº 187. 506 SSP/RO, residente e Rua Miguel Calmon, 2951, B. Cohab, (vizinho da direita); Maria Helena dos Santos, RG nº 177. 949 SSP/RO, residente à Rua Copaíba, 3026, B. Cohab (vizinho dos fundos), todos nesta capital.
DOUTOR LEONARDO MEIRA COUTO - JUIZ SUBSTITUTO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO- RO.
FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo e Cartório da 3ª Vara Cível, se processa a ação de Usucapião, em que são requerentes, ILZA APARECIDA MAIA DOS SANTOS, brasileira, casada, aposentada, RG nº 225039 SSP/RO, CPF nº 340. 879. 152-04 e ANTÔNIO ABADIAS DOS SANTOS, brasileiro, casado, autônomo, RG nº 77142 SSP/RO, CPF nº 107. 253. 692-73, residentes e domiciliados à Rua Miguel Calmon, 2959, B. Cohab, nesta capital, e como requeridos, ILZA APARECIDA MAIA DOS SANTOS e ANTÔNIO ABADIAS DOS SANTOS. Ficam as partes REQUERIDAS acima mencionadas / CONFRONTANTES / CONFINANTES, ACIMA MENCIONADOS E TERCEIROS INTERESSADOS,

acima qualificados, CITADOS para tomarem conhecimento da presente ação, e querendo, contestarem a mesma no prazo de 15 (quinze) dias (a pessoa em cujo nome estiver transcrito o imóvel) e 30 (trinta) dias, (aos confinantes e interessados ausentes incertos e desconhecidos). Ficando certo de que não sendo contestada, presumir-se-ão como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Neste mesmo, ficam INTIMADOS terceiros interessados, se quiserem, para fazerem parte da lide. A fim de dar notoriedade e de conhecimento a terceiros interessados d presente ação para suprir futuras alegações de ignorância ou querendo, contestar no prazo legal. DESPACHO: " VISTOS. Trata-se de área considerada urbana, em processo de regularização fundiária junto à Municipalidade. Citem-se, por mandado (CPC, art. 297), a pessoa em cujo nome estiver transcrito o imóvel, e com o prazo de 30 dias os confinantes e os interessados ausentes incertos e desconhecidos (CPC, arts. 942 e 232, IV). Cientifiquem-se para que manifestem eventual interesse na causa a União, o Estado e o Município (art. 942, 2º), encaminhando-se a cada ente cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. Aos possíveis interessados ausentes, incertos e desconhecidos, à Defensoria Pública para que indique um defensor para servir sob o compromisso de seu grau, e participar da audiência de justificação. Proceda-se com a intimação do ilustre representante do Ministério Público Estadual. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1. 060/50. Intimem-se e cumpra-se#Porto Velho#-#RO#, #quinta-feira, 25 de outubro de 2012#. #Osny Claro de Oliveira Junior# #Juiz de Direito#". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Porto Velho (RO). EU, , Júlia Nazaré Silva Albuquerque, Escrivã Judicial, Subscrevi.
Gerry Adriano Teixeira
Diretor de Cartório Substituto
Por determinação do MM. Juiz de Direito, assina o Sr. Diretor de Cartório Substituto, de acordo com as Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 52, subseção IV.

Proc.: 0021717-62. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Real Diagnóstica Comércio de Produtos e Equipamentos Laboratoriais Ltda Epp
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Executado: D. R. Benitez dos Santos
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0012908-54. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastiana Aguiar Ribeiro
Advogado: Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Requerido: Banco BMG S/A, Família Band Prev. Empréstimo
Advogado: Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves da Cunha (OAB/AM 722)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0020331-02. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Marcio Aronito Sohne
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Rondoniagora Comunicações Ltda
Advogado: Elianio de Nazaré Nascimento (OAB/RO 3626)
Termos de penhora:
Fica a parte Exeqüente, por via de seu Advogado (a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora e avaliação elencados nos autos de fls. 89/91.

Proc.: 0024264-75. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Jucilene Cordeiro da Silva Souza, Hélio Dantas de Souza
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
Edital - Publicar:
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
COMARCA DE PORTO VELHO
TERCEIRA VARA CÍVEL
PRAZO DE 15 E 30 DIAS
EDITAL DE CITAÇÃO DOS REQUERIDOS, CONFINANTES E TERCEIROS INTERESSADOS
Processo: 0024264-75. 2012. 822. 0001
Classe: Usucapião
Procedimento: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa
Parte Autora: Hélio Dantas de Souza e Jucilene Cordeiro da Silva Souza
Requeridos: Francisco Pereira Caldas, brasileiro, casado, Comerciante, RG: 1171 SSP RO, CPF: 005. 776. 262-72 e Raimunda Pontes Caldas, brasileira, casada, do lar, RG: 4920 SSP RO, ambos atualmente em lugar incerto e não sabido.
Confinantes: Marileide Costa R. Da Silva, brasileira, RG: 166467, CPF: 153. 581. 602-30, residente à Rua Caetano, 3496, Bairro Caladinho (vizinho da esquerda); Rocilda Oliveira da Costa Rodrigues, brasileiro, RG: 467. 657 SSP RO, CPF: 602. 099. 842, residente à Rua Caetano, 3476, Bairro Caladinho (vizinho da direita); Elaine Pereira Saraiva, brasileira, residente à Rua Tancredo Neves, 3477, Bairro Caladinho (vizinho dos fundos), todos nesta capital.
O DOUTOR OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR–MM. JUIZ DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PORTO VELHO- RO.
FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, ou a quem possa interessar que por este Juízo e Cartório da 3ª Vara Cível, se processa a AÇÃO DE USUCAPIÃO em que é autora, Hélio Dantas de Souza, brasileiro, casado, motorista, RG: 218. 094 SSP RO, CPF: 203. 835. 402-63 e Jucilene Cordeiro da Silva Souza, brasileira, casada, costureira, RG: 315. 802, SSP RO, CPF: 340. 864. 552-34, residentes à Rua Caetano, 3486, Bairro Caladinho, nesta capital, e como requeridos Francisco Pereira Caldas e Raimunda Pontes Caldas, acima qualificados. FICAM AS PARTES REQUERIDAS, CONFRONTANTES / CONFINANTES ACIMA MENCIONADOS E TERCEIROS INTERESSADOS, CITADOS a tomar conhecimento da presente ação e, querendo, nos termos dos arts. 231 e seguintes, do CPC, apresentar contestação no prazo legal de 15 (quinze) dias (a pessoa em cujo nome estiver transcrito o imóvel) e 30 (trinta) dias (aos

confinantes e interessados ausentes e desconhecidos), ciente que não contestando e/ou não se manifestando, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos narrados na inicial (art. 285 e 319 do CPC). Neste mesmo, FICAM INTIMADOS terceiros interessados, se quiserem, para fazerem parte da lide. A fim de dar notoriedade e conhecimento a terceiros interessados da presente Ação; Para suprir futuras alegações de ignorância ou querendo contestar no prazo legal. DESPACHO: "VISTOS Trata-se de usucapião extraordinária de imóvel urbano, descrito na inicial, que os autores alegam possuir a mais de 10 (dez) anos, sem interrupção, de forma mansa e pacífica, sem oposição de terceiros e utilizando o referido imóvel para sua moradia com animus domini, com o fito de permitir-lhes ao final do processo, que seja constituído título hábil para o registro de propriedade do bem, junto ao Registro de Imóveis (art. 1. 238, único do CC). Cite-se a parte requerida, bem como os confinantes da área objeto da causa, devendo constar dos mandados as advertências constantes do art. 285 do Código de Processo Civil. Intimem-se os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município para que manifestem eventual interesse na causa. Aguarde-se o retorno dos mandados, caso esteja em lugar incerto e não sabido, cite-se a parte ré, bem como eventuais terceiros interessados (CPC, art. 942), por edital, anotando-se prazo de 30 dias para resposta, a contar da primeira publicação. Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é Rua Padre Chiquinho, n. 913, bairro Pedrinhas (próximo ao supermercado Aragão, na Esplanada das Secretarias). O horário de atendimento é das 7: 30 às 13: 30. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio. Proceda-se com a intimação pessoal do Ministério Público Estadual (art. 944 do CPC). Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1. 060/50. Cumpra-se. #Porto Velho#-#RO#, #terça-feira, 8 de janeiro de 2013#. #José Augusto Alves Martins# #Juiz de Direito". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Porto Velho (RO). EU, , Júlia Nazaré Silva Albuquerque, Diretora de Cartório, Subscrevi.
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Diretora de Cartório
Por determinação do MM. Juiz de Direito, assina a Sra. Diretora de Cartório, de acordo com as Diretrizes Gerais Judiciais, artigo 52, subseção IV.

Proc.: 0014573-71. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Alcântara & Aguiar Ltda Epp
Advogado: Leila Audrey Ferrando (OAB/RO 3389), Maria Aparecida Dias Gomes (OAB/RO 3388)
Executado: Ivan de Oliveira Batista
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 40, 00 (quarenta reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0013033-17. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Interdito Proibitório (Cível)
Requerente: Jose Francisco Portela, Maria da Conceição Magalhães Portela
Advogado: José Bernardes Passos Filho (OAB/RO 245B), Janaina C. Oliveira (5516), José Bernardes Passos Filho (OAB/RO 245B)
Requerido: Moises Belarmino da Silva, Maria Doracy Nascimento da Silva, Samuel Belarmino da Silva
Advogado: David Antonio Avanso (OAB/RO 1656), Flora Maria Castelo Branco C. Santos (OAB/RO 3888)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, e, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0019806-15. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: Keila Cristina Silva de Oliveira
Certidão do Oficial de Justiça: I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 29.

Proc.: 0022245-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Jeanes Batista de Souza
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Bmg S. a.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão de fls. 76 dos autos.

Proc.: 0244494-62. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Aramadson Barbosa da Silva OAB 592-E
Executado: Disronsist Comercio e Equipamentos de Informatica Ltda Epp, Sérgio Bezerra do Amaral Filho, Eugênio Oliveira Ribeiro de Lima
Advogado: Lupércio Pedrosa da Silva (OAB/RO 4233), Lupércio Pedrosa da Silva Júnior (RO 1. 511)
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Proc.: 0001877-37. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Bezerra da Silva
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido: União P F N
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 26/08/2013 às 08: 30 horas

no CEREST, sito à Rua José do patrocínio, nº 822, Centro, ao lado do SINE e emfrente à Biblioteca Francisco Meireles, com o perito trabalhista Dr. Heinz Roland Jakobi, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: 0008526-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Freitas & Cia Ltda
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Macedo & Arruda Empreendimentos Imobiliarios Ltda Me
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste o advogado da parte requerente no prazo de 05 (cinco) dias sobre a certidão do Oficial de Justiça.

Proc.: 0020288-94. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Gilsomar Barreto do Nascimento
Advogado:
Requerido: Oi S. A.
Advogado:
Fábio Henrique F. Coelho OAB/RO 5105
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0019931-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A- CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon OAB/RO 1740
Executado: Esmeralda Souza de Oliveira
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0011394-95. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Agenor Nunes da Silva Neto OAB/RO 5512
Requerido: Erivaldo Helio da Silva
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0146887-20. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ozenilde Ferreira da Silva Santos, Cleyton Ferreira dos Santos, Wellington Ferreira dos Santos
Advogado: Marcos METC hko (RO 1482), Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Requerido: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Cálculos Judiciais:
Ficam as partes autoras intimadas, por via de seus respectivos Advogados, para no prazo de 05 dias, manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 227/232.

Proc.: 0010808-92. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Carlos Almeida de Holanda Júnior
Advogado: Edilamar Barboza de Holanda (OAB/RO 1653)
Requerido: Direcional TSC Jatuarana Empreendimentos Imobiliarios LTDA
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 181/182.

Proc.: 0009794-73. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Inox Industria e Comercio de RefrigeraÇÃo Ltda
Advogado: Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
Requerido: Minas CartÕes Ltda
Advogado: Sergio Farias de Oliveira (OABAC 2777)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 169, 65 (cento e sessenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0006681-82. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Antônia Teixeira Barreto
Advogado: Antonio Fontoura Coimbra (OAB/RO 372)
Requerido: Jaú S/a Construtora e Incorporadora
Advogado: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB/SP 98709), Patricia Rios Salles de Oliveira (OAB/SP 156383), Eduardo Maffia Queiroz Nobre (OAB/SP 184958)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada dos AR'S NEGATIVOS de fls. 140/143 dos autos no prazo 05 (cinco) dias.

Proc.: 0281167-88. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Antonio Marculino de Medeiros
Advogado: Valnei Ferreira Gomes (OAB/RO 3529), Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749)
Requerido: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia SINSEPOL
Advogado: Jacira Silvino (OAB/RO 830)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 128, 45 (cento e vinte oito reais e quarenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001683-66. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gustavo Carlos Gomes de Freixo
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Brasil U. S. A. Comercialização de Resorts Ltda, Brasil Properties Comercialização de Propriedades de Férias Ltda
Advogado: Ana Paola Lopes Moreira Lima (CE 14356)

DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0011948-98. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcos Soares, Elisete Luisa Oshiro Soares
Advogado: Fernando Waldeir Pacini (OAB/SP 91420)
Requerido: Eliezer Moreno Bernal
Advogado: Robson Reinoso de Paula (OAB/RO 1341)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0005281-28. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Americo Silva Soares
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020783-75. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Erick Bruno Depetriz Paiva, Victor Hugo Depetriz Paiva
Advogado: Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Requerido: Bradesco Auto RE Companhia de Seguros
Advogado: Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270), Paulo Vinicio Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Pedro Origa (MF 1953), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018573-51. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Prestação de Contas - Exigidas
Requerente: Lazaro Aparecido da Silva
Advogado: Éder Timótio Pereira Bastos (OAB/RO 2930)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/AC 2284A), Maria Lucilia Gomes. (RO. 2210.)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018264-30. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleiton Neris de Oliveira
Advogado: Noemia Fernandes Saltao (RO 1355)
Requerido: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO, Asset Assessoria de Conbrança Ltda
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022535-82. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Márcia Lidiane Peixoto
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco do Brasil S/A, Banco BMG S/A, Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013075-37. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Alves de Amarante
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641)
Requerido: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014525-15. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Carlos Reis Sena
Advogado: Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950), Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4763)
Requerido: Rodão Auto Peças Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528), Jaqueline Pereira Pinto (5118), Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Elenrrizia Schneider da Silva (OAB/RO 1748), Cheila Edjane de Andrade Raposo (OAB/RO 3124)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0010321-25. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lucinei Ramos de Lima
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Capemisa Crédito Pessoal
Advogado: Marcelo Peres (OAB/SP 140646), Ana Cavalcante Feitosa (OAB/RO 4324)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006695-61. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edileuza dos Santos Rocha
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: UNIBANCO União de Bancos Brasileiros S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001444-62. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Roger da Rocha Cabral
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006868-22. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Niceia Batista de Souza Amorim, Wander Miller do Amorim, Ueliton Cupertino Souza do Amorim, Welisson Cupertino Souza do Amorim
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)

DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seu efeito devolutivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0016932-91. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edilson Pessoa Bezerra
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0005427-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Reginaldo Pereira Figueiredo
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Isana Silva Guedes (OAB/PA 12679), Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB/SP 122626)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0022322-76. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Adhemar Alberto Sgrott Reis
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944)
Requerido: Banco Itaucard S/A, Serasa S. A.
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A), Roberto Jarbas de Souza (OAB/RO 1246), Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857), Lucas Gustavo da Silva (OAB/RO 5146), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Juliana Augusta Carvalho Paiva (OAB/SP 186484), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo as apelações em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se os apelados via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0012962-20. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Gonzaga Bezerra
Advogado: Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0007224-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luzinete Alves de Lima
Advogado: José Anastácio Sobrinho (RO 872)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0011570-45. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Bancorbrás Administradora de Consórcios Ltda
Advogado: Ernani Jose de Oliveira (9561)
Requerido: Marcia Sardinha de Alencar
Advogado: Tito Magno Rodrigues (OAB/RO 3100)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0005959-43. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Everanilson Helio da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Panamericano S. A.
Advogado: Hudson José Ribeiro ( ), Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0018120-56. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria das Gracas Mendes Soares
Advogado: Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088), Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Requerido: Tres Comercio de Publicacoes Ltda
Advogado: Lúcia Maria Ferreira Cabral (OAB/AC 3037), Camila Machado de Oliveira Vita (OAB/SP 196620), Marcos METC hko (OAB/RO 1482)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015475-24. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Kenny Wilami de Lima Vieira
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Gilmar Goese
Advogado: Levi de Oliveira Costa (OAB/RO 3446)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020549-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mario Firmino da Silva Júnior
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Requerido: Banco Finasa BMC S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne C. Brandt Hitzes (OAB/RO 4659)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006072-31. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Guilherme Gustavo de Oliveira Lagares
Advogado: Érika Scardua Soares (RO 2900), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido: Trip Linhas Aéreas S/A
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0024264-80. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Clarivaldo Antonio de Oliveira Silva
Advogado: Elivana Muniz de Carvalho (OAB/RO 3438)
Requerido: Bradesco Auto Re Cia de Seguros, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Shanti Correia D Angio (OAB/RO 3971), Shanti Correia D Angio (OAB/RO 3971), Paulo Vinicio Porto de Aquino (OAB/RO 2723), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Monica Gazal Muniz ( ), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0006575-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Requerido: Mariana Rodrigues Pardo, Larissa Rodrigues Pardo
SENTENÇA:
VISTOS Linha Verde Transmissora de Energia S. A. propôs ação de constituição de servidão administrativa em face de Mariana Rodrigues Pardo e Larissa Rodrigues Pardo, todos já qualificados, alegando em síntese, que foi autorizada pela Declaração de utilidade Pública n. 2. 818 de 15/03/2011 (processo administrativo ANEEL n. 48500. 000604/2011-11) a instituir servidão administrativa de passagem para linha de transmissão de energia elétrica Jauru-Porto Velho, sendo que a propriedade das requeridas está situada no caminho e, portanto, necessitam da imissão na posse do imóvel para a realizar as obras necessárias. Indicou a área a ser desapropriada para constituição da servidão (1, 6613ha), assim como a localização do imóvel do requerido, ofertando o preço de R$2. 511, 00 como justa indenização, o que corresponde a área serviente. Requereu a imissão liminar na posse da área a ser desapropriada e, ao final, a instituição da servidão administrativa, nos termos do Decreto-Lei n. 3. 365/41. Juntou documentos. Recebida a inicial, pelo Juízo foi concedida a liminar, sob a condição do depósito do valor oferecido, bem como nomeado perito. A requerente efetuou o depósito da indenização ofertada à requerida. A requerente foi imitida na posse da área serviente. Citadas, as requeridas deixaram transcorrer in albis o prazo para apresentação de defesa, conforme se evidencia certidão da escrivania, vindo os autos conclusos. Relatados, DECIDO. Conforme se infere nos autos, as requeridas foram regularmente citadas, mas, permaneceram inertes ao chamamento judicial, levando ao julgamento antecipado da lide, na forma do inciso II do art. 330 do Código de processo Civil. Ao discorrer sobre o instituto da revelia, assim leciona FREDIE DIDIER JR. (2010, p. 521): A revelia e um ato-fato processual, consistente na não apresentação tempestiva da contestação. Trata-se de especie de contumácia passiva, que se junta a outras como, por exemplo, a não-regularização da representação processual (art. 13, II, CPC). Ha revelia quando o réu, citado, não aparece em juizo, apresentado sua resposta, ou, comparecendo ao processo, também não apresenta a sua resposta tempestiva. Não se pode confundir a revelia, que e um ato-fato, com a confissão ficta, que e dos seus efeitos. A revelia nao e um efeito jurídico; a revelia encontra-se no mundo dos fatos. (in Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. Salvador: Editora Jus Podivm, 2010, p. 521). Dessa forma, há que se decretar a revelia do réu, nos termos do art. 319 do CPC, em razão da sua contumácia em responder aos termos da petição inicial. A presunção não é absoluta, mas, no presente caso, tratando-se exclusivamente de matéria fática, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora. O instituto da servidão administrativa é um modo de intervenção do Estado na propriedade privada, impondo ao proprietário algumas restrições ao uso e gozo da propriedade onerada, em benefício do interesse coletivo, legitimando-se a usar o bem de forma unilateral e compulsória. Na lição da Maria Sylvia Zanella Di Pietro (“Direito Administrativo”, Ed. Atlas, 13ª ed. , 2001, pág. 143): ”Servidão administrativa é o direito real de gozo, de natureza pública, instituída sobre imóvel de propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou por seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública. ”A instituição da servidão administrativa não exclui o direito do proprietário ao uso do bem, desde que tal seja compatível com a dita servidão, sendo certo que para se apurar o valor da indenização justa deve ser considerado o prejuízo real e efetivo suportado pela propriedade serviente, inclusive a depreciação econômica acarretada ao imóvel, em face de sua normal destinação econômica. Não se indeniza dano suposto, eventual ou futuro, mas somente aqueles diretos, atuais e efetivos, suportado pela propriedade. O valor indenizatório deve englobar todos os elementos necessários ao justo ressarcimento do proprietário privado de seu direito de propriedade. No caso em tela, a servidão administrativa tem como FINALIDADE a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica, com intervenção física aparente de posição aérea e duração permanente. Extrai-se dos autos que a área correspondente a uma faixa de terreno medindo 6, 2972ha, pertencente à requerida, foi declarada de utilidade pública para fins de constituição de servidão para implantação de linha de transmissão de energia elétrica Jauru-Porto Velho, consoante Declaração de utilidade Pública n. 2. 818 de 15/03/2011 (processo administrativo ANEEL n. 48500. 000604/2011-11). A cognição, na desapropriação, é limitada, uma vez que ao Juiz somente se permite apreciar alegações relativas a vícios no processo judicial ou ao preço oferecido pelo expropriante, consoante disposto no art. 20 do Decreto n. 3. 365/41. Qualquer outra matéria deve ser discutida em outra demanda, que contenha cognição ampla. A indenização decorrente de desapropriação para constituição de servidão administrativa deve corresponder ao efetivo prejuízo sofrido pelo proprietário, considerando o uso da área onde foi constituída a servidão pelo Poder Público e não a área total do terreno, devendo prevalecer, por isso, como objeto da ação a área de 1, 6613ha (fls. 42/53). Já no que concerne a indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário, temos a observar que o silêncio da requerida faz incidir os efeitos do art. 302 do CPC, evidenciando a aceitação dos valores propostos pela autora, quais sejam, R$2. 510, 64 (referente à Faixa de Servidão da Linha de Transmissão, tendo como base de cálculo 1, 6613ha). Por fim, convém ressaltar que como todo ônus real, a servidão administrativa só se efetiva com a inscrição no registro imobiliário competente, para conhecimento e validade erga omnes, o que é confirmado pela alíneaf do inciso I do art. 168 da Lei de Registros Públicos (Lei n. 6. 015/73), que impõe inscrição para asservidões em geral , abrangendo, obviamente, as civis e as administrativas, aparentes ou não. Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC e no Decreto-Lei n. 3. 365/41, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado e, em consequência, CONFIRMO a liminar concedida às fls. 59/60 e CONSTITUO a servidão em favor da autora da área de 1, 6613ha pertencente à requerida, especificada às fls. 41/53. FIXO a indenização a ser paga pela autora à requerida em R$2. 510, 64 (dois mil, quinhentos e dez reais e sessenta e quatro centavos). CONDENO as requeridas ao pagamento das

custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados na forma do art. 20 do CPC em R$600, 00 (seiscentos reais), com correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir desta data. Para possibilitar o levantamento da quantia depositada nestes autos, deverão as partes cumprir os requisitos do art. 34 do Decreto-lei n. 3. 365/41, no que couber, sendo que a publicação dos editais, em jornal de grande circulação e com prazo máximo de 10 (dez) dias, ficará a cargo da parte autora. Com o cumprimento das exigências legais, expeça-se alvará em favor da parte requerida para levantamento da quantia depositada às fls. 60, bem como mandado a ser cumprido perante o competente Cartório de Registro de Imóveis, determinando o registro do ônus. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0173839-65. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tânia Medeiros de Castro Souza
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (OAB/RO 1644)
Requerido: Banco do Brasil S/A, Sulamerica Seguros de Vida e Previdencia Sa
Advogado: Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266-B), Danilo José Santos de Lucena Lima (OAB/RO 4224), Andrey Cavalcante de Carvalho (RO 303-B), Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Juliene Janones Manfredinho (OAB/PR 49217)
DECISÃO:
DECISÃO 1) DECISÃO dos embargos de declaraçãoTrata-se de embargos de declaração opostos contra a SENTENÇA de fls. 203/206, alegando ser esta omissa com relação a análise de prescrição. Os embargos foram interpostos no prazo de 05 (cinco) dias previsto no art. 536 do CPC. Relatados, Decido. Os embargos de declaração são admitidos na SENTENÇA em que ocorra obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz deveria manifestar-se. No caso dos autos, a questão levantada nos presentes embargos traduz apenas inconformismo com o teor da DECISÃO embargada, evidenciando a pretensão de se rediscutir matérias já suficientemente decididas, o que é vedado nesta sede processual. A SENTENÇA refletiu, portanto, o livre convencimento do magistrado com relação ao direito aplicável ao caso concreto, restando analisado e decidido de forma satisfatória. Se o embargante entende que houve análise equivocada, os embargos não são a sede adequada para sua correção. Ademais, o juiz sentenciante foi expresso ao mencionar qual prazo de prescrição se aplicou a espécie, afastando, portanto, os demais prazos apontados, não havendo que se falar em omissão no julgado. Isso posto, rejeito os presentes embargos por não vislumbrar qualquer obscuridade, contradição ou omissão na SENTENÇA hostilizada. 2) Recebimento de recursoRecebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014640-02. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Rita Berto de Oliveira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30. 368), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0008793-19. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maicon Jeferson de Assunção
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Oi S. A.
Advogado: Rochilmer Mello Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato Cavalcante da Costa Júnior (OAB/RO 2004)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013184-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastião Pereira da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itaucard S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0011247-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adriana Desmaret Spinet
Advogado: Marcia Antonetti (RO nº 1028)
Requerido: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: José Ademir Alves (RO 618)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0020290-30. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosmilda Gushy Mota
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0013657-03. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ronilda Carvalho de Oliveira
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Brasil Saliba (OAB/AC 3328A), João Diego Raphael Cursino Bonfim ( )
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014586-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Martins de Souza
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0016778-39. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Amaury Moreira Lima
Advogado: Emílio Costa Gomes (OAB/RO 4515), Regianeide Sousa Jota Gomes (OAB/RO 3607)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Guilherme Marcel Jaquini (OAB/RO 4953), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Renato Cavalcante (OAB/RO 2390), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
DECISÃO:
VISTOS, Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se o apelado via Diário da Justiça para, se o desejar, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Atente-se a Serventia Judicial para o procedimento em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/2010. Intimem-se e cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015362-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco PSA Finance Brasil S/A
Advogado: Thatiane Tupinambá de Carvalho (RO 5086)
Requerido: Andreia Maria de Souza
DECISÃO:
VISTOS, Diante da argumentação apresentada pela Autora e a farta documentação em destaque o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e, notificação extrajudicial informando a respeito do inadimplemento da obrigação, constato a fumaça do bom direito e os requisitos legais preVISTOS no art. 3º do Dec. lei 911/69. Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do Autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo. Executada a liminar, na mesma oportunidade cite-se a requerida e intime-a para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (1º e 2º, art. 3º, do

Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10. 931/04). Efetuado o pagamento a Requerente deverá restituir o veículo a Requerida, comprovando nos autos. No prazo de 15 dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação. Atente-se a parte requerida de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigos 285 e 319 do CPC). Defiro os benefícios contidos no 2º do art. 172 do CPC. Vias desta servirão como carta/mandado. Cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015012-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: administradora de consórcio nacional honda
Advogado: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206), Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/SP 107414)
Requerido: JARBAS PEREIRA DA SILVA
DECISÃO:
VISTOS, Diante da argumentação apresentada pela Autora e a farta documentação em destaque o contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia e, notificação extrajudicial informando a respeito do inadimplemento da obrigação, constato a fumaça do bom direito e os requisitos legais preVISTOS no art. 3º do Dec. lei 911/69. Isso posto, determino liminarmente a busca, apreensão, vistoria e avaliação do veículo objeto do contrato firmado entre as partes, conforme descrição constante da exordial e contrato, depositando-se o bem em mãos do Autor, com a ressalva de que o veículo não deverá ser retirado da Comarca até o decurso do prazo de cinco dias fixados em lei para a consolidação da posse, sob pena de multa diária de dois salários mínimos até o limite do valor do veículo. Executada a liminar, na mesma oportunidade cite-se a requerida e intime-a para, em 05 dias efetuar o pagamento integral da dívida pendente sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Credor Fiduciário (1º e 2º, art. 3º, do Decreto-Lei 911/69 com a redação dada pelo art. 56 da Lei 10. 931/04). Efetuado o pagamento a Requerente deverá restituir o veículo a Requerida, comprovando nos autos. No prazo de 15 dias a contar da citação o devedor fiduciante poderá apresentar contestação. Atente-se a parte requerida de que, a não apresentação no prazo legal, acarretará a presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (artigos 285 e 319 do CPC). Defiro os benefícios contidos no 2º do art. 172 do CPC. Vias desta servirão como carta/mandado. Cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015139-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Fiat S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Michele Maria Nazare Souza Gomes
DECISÃO:
VISTOS Comprovada a celebração entre as partes de cédula de crédito bancário com alienação fiduciária em garantia, a existência de saldo devedor impago e a mora do devedor (demonstrada através de instrumento de protesto com intimação por edital, sendo certo que o devedor pode ser intimado do protesto do título pessoalmente, por meio de carta registrada ou pela publicação de edital e que a lei determina apenas que a mora deve ser comprovada por meio do protesto do título, não especificando qual a forma da intimação deste, de modo que válida), DEFIRO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO, nos termos do art. 3º, 1º a 4º, do Dec. Lei 911/69, alterados pelo art. 56, da Lei nº 10. 931/04, reputando presentes os requisitos ensejadores da concessão da medida. Executado o mandado liminar e entregue o bem em mãos do depositário indicado pelo credor, cite-se, incontinenti, a devedora fiduciante para, querendo, reaver o bem, mediante o pagamento integral da dívida pendente, o que deverá ser feito no prazo de que trata o art. 3º, 1º, do Decreto lei n. 911/69 e/ou contestar a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da execução da liminar (art. 3º, 3º, Decreto Lei 911/69). Efetuado o pagamento a Requerente deverá restituir o veículo a Requerida, comprovando nos autos. Considerando o prazo de que dispõe a devedora para reaver o bem, determino que, realizada a apreensão do veículo objeto da alienação, o mesmo permaneça em depósito nesta Comarca, até o escoamento daquele prazo, sob pena de multa no valor de R$5. 000, 00 (cinco mil reais). Decorrido aquele prazo, fica desde já autorizado o credor fiduciário a pleitear a expedição de novo certificado de registro de propriedade em seu nome ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Defiro os benefícios contidos no 2º do art. 172 do CPC. Intimem-se e cumpra-se. VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0019549-87. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Neylândia Garcia Gomes
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Marly Vieira Tonett Sismero de Oliveira (OAB/RO 1620), João Luis Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
SENTENÇA:
SENTENÇA Neylândia Garcia Gomes propôs ação de indenização por danos morais em face de Banco do Brasil S. A. , ambos já qualificados, alegando em síntese, que no dia 03 de setembro de 2013 buscou os serviços da requerida, contudo passou mais de 60 minutos para ser atendido, excedendo o tempo limite previsto na Lei Municipal 1. 350/99, gerando sentimento de baixo-estima, desprezo e ridicularização. Postulou pela procedência do pedido como a condenação do réu no ressarcimento de danos morais. Juntou documentos. Citado, o requerido apresentou contestação defendendo, em suma, que o fato de o autor haver aguardado na fila de atendimento por período superior ao determinado na lei, por si só não acarreta danos morais, pelo que postula a improcedência do pedido. Réplica, vindo os autos conclusos. Relatados, DECIDO. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). No presente caso concreto, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil. De início, destaca-se ser aplicável ao caso o Código de Defesa do Consumidor. Está-se diante, portanto, de responsabilidade civil objetiva, tal como preceitua o art. 14 do

Código retromencionado, caso em que ao consumidor, visando a obter êxito em sua pretensão, incumbe o ônus de demonstrar o dano sofrido e o nexo de causalidade entre este e a conduta do fornecedor do serviço. Versam os presentes sobre ação de cognição de natureza condenatória, em que o requerente pretende o ressarcimento pelos danos sofridos. A respeito do que venha a ser dano moral, veja-se lição de Carlos Roberto Gonçalves sobre o tema: Só se deve reputar dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio ao seu bem-estar (Gonçalves, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 549-550). Confira-se, ainda, manifestação de Sílvio Venosa a respeito da configuração do dano moral: Dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima [. . .] Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o bônus pater famílias: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino (in, Direito Civil responsabilidade civil, 4ª edição. Editora Atlas, p. 39). Assim, é necessário aferir no caso concreto se a situação trazida pela parte pode ser considerada ofensiva a ponto de causar dano moral ou mesmo se esta se insere no conceito de dano moral puro, dispensando eventual prova de sua ocorrência. Nos termos dos documentos de fls. 38/39, o consumidor aguardou na fila do banco um tempo total de mais de 1h40min, ultrapassando o lapso de 20 minutos em dias normais, conforme previsto na Lei Municipal n. 1. 350/99, art. 2º, inc. I e II, alterada pela n. 1. 631/05. Conforme acima citado, a matéria é tranquila, havendo entendimento no sentido de que a imposição de espera demasiada em fila de banco constitui causa para gerar indenização por dano moral com função dissuasória, ou seja, destinada a incentivar o fornecedor do serviço bancário a respeitar a dignidade pessoal do consumidor. Assim, a espera em fila pelo período acima descrito é causadora de angústia e desgaste psicológico passível de indenização, porquanto indica desprezo ao consumidor e falta de coerência em relação às normas consumeristas. Passo ao valor da condenação. A matéria encontra-se com a jurisprudência sedimentada junto ao TJ/RO, no sentido de que a fixação do valor da indenização por dano moral deve operar-se com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à capacidade econômica das partes, cabendo ao juiz orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso. Nos termos do artigo 944 do Código Civil, resta estabelecido em nosso direito que a indenização mede-se pela extensão do dano, ressaltando-se, ainda, que a fixação da indenização por dano moral deve atender a um juízo de razoabilidade e proporcionalidade. Discorrendo sobre o assunto, oportuna é a lição de Sérgio Cavalieri Filho em seu Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Edição, Editora Malheiros: Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes. Não obstante ao argumento de que ficou tempo demasiado sem ser atendido e que há precedentes, não há notícia de maior repercussão em razão do ocorrido. Apreciando situação similar a dos autos, decorrente de demora em fila de banco e desrespeito a normativo municipal, o TJ/RO já fixou indenização em valor bem comedido. Veja-se: CONSUMIDOR. ESPERA EM FILA. DANO MORAL INDENIZÁVEL. INDENIZAÇÃO. VALOR. Configura direito ao recebimento de indenização por danos morais ao consumidor que aguarda tempo demasiado na fila de banco para atendimento, ultrapassando o tempo estabelecido em lei municipal, sendo incabível a majoração do quantum arbitrado, se este atendeu ao princípio da razoabilidade e observou as peculiaridades do caso concreto. (TJRO, Ap. Cível n. 00129414420108220001, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 07/03/2012). DANO MORAL. ESPERA EM FILA DE BANCO. TEMPO EXCESSIVO. LEI MUNICIPAL. Gera direito ao recebimento de indenização por danos morais consumidor que aguarda três horas na fila de banco para atendimento, ultrapassando o tempo estabelecido de vinte minutos em lei municipal, desmerecendo a diminuição do quantum arbitrado, se este atendeu ao princípio da razoabilidade, tampouco é capaz de gerar enriquecimento. (TJRO, Apelação cível n. 00058820520108220001, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. 26/01/2011) Assim, tendo em vista as circunstâncias do caso e levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, bem como a teoria do desestímulo e da proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como razoável que o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 3. 000, 00 (três mil reais). Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, PROCEDENTES os pedidos contidos na inicial, CONDENO o requerido no pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$3. 000, 00 (três mil reais), que deverá ser corrigida monetariamente, a contar da data desta DECISÃO, com juros de 1% ao mês, a contar da respectiva publicação. Condeno o requerida, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, estes que arbitro em 10% sobre o valor das condenações, na forma do art. 20, 3º do CPC. P. R. I. CPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015377-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Eliesio Varela da Silva
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5. 002)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO:
VISTOS Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso e. Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível o seu conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar

com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Na caso concreto a parte interessada, funcionário público, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001059-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vilmarque João, Divanete Sanches Joao
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), Juliene Janones Manfredinho (OAB/PR 49217), Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2728), Juliene Janones Manfredinho (OAB/RO 4839)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712), Hiram Souza Marques (OAB/RO 205), Carl Teske Junior. (RO 3. 297)
DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de conciliação para o dia 20 de agosto de 2013, às 10h. Intimem-se as partes por intermédio de seus patronos, via DJ. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014570-19. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Luiz Hercules dos Santos Aguiar
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: Carmem Dolores Paranhos Sampaio
DESPACHO:
VISTOS. Ciente da petição de fls. 92. Aguarde-se em cartório a citação dos confinantes no prazo de até 30 dias. Sem prejuízo do disposto supra, dê-se vista ao curador especial para promover a defesa do réu citado por edital. Em seguida, tornem conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015029-50. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Valdenor Carvalho Vieira
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968), Daniella Tomaz Sidrim (4. 417)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
VISTOS Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso e. Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível o seu conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Na caso concreto a parte interessada, funcionário público, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001552-57. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Solange Mendes Garcia, Haroldo Cristóvam Teixeira Leite, Elizete Póvoa Siqueiroli Soares, Josue da Costa Cardoso, Yvonete Fontinelle de Melo, Gilto Ribeiro de Toledo
Advogado: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (RO 705)
Requerido: Condomínio Residencial Millennium, Wladimir José Carranza, Mario Leme da Rocha Junior, Nelson Ari Foletto, Edmilson Bezerra de Freitas, Nicolau Hatzinakis, Leandro Capra
DECISÃO:
DESPACHO INICIALRecebo a emenda à inicial. Postergo a análise do pedido de antecipação de tutela para após a apresentação de contestação ou decorrido o prazo para sua apresentação. Citem-se o requerido para que, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação, nos termos do art. 327 do CPC. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Intimem-se e cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015386-30. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Evandro Pio da Silveira
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA

DESPACHO:
VISTOS Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso e. Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível o seu conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos, impossibilita a concessão. Na caso concreto a parte interessada, funcionário público, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Cumpra-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0015244-26. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daciano Lopes da Silva
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (RO 816)
Requerido: Banco Bradesco Financiamento S. A.
DESPACHO:
VISTOS. Complemente-se a inicial, no prazo de 10 dias, devendo o patrono da requerente assina-la, pois a mesma encontra-se apócrifa. Sob pena de indeferimento. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014969-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Domingos de Goes Campos Me
Advogado: Fernando Aparecido Solteovki (OAB/RO 3478), Wanderson Modesto de Brito (OAB/RO 4909)
Requerido: Uni Engenharia e Comércio Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, artigo 1. 102c, 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. Também incidirá honorários na hipótese de embargos à monitória que será arbitrado em DECISÃO final, em eventual sucumbência. Havendo embargos, prossiga-se o feito pelo rito ordinário e tendo assertivas preliminares de apresentação de documentos, abre-se vistas a parte Autora para réplica. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do artigo 267, parágrafo 1º, do CPC. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Vias desta servirão como carta/mandado. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0021711-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ely Danielli
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
SENTENÇA:
SENTENÇA Ely Danielli propôs ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em face do Banco Bradesco S/A, ambos já qualificados, alegando em síntese, que o autor firmou Cédula de Credito Bancaria com garantia de Alienação Fiduciária e Hipoteca n. 192400, com vencimento em 15/08/08, no valor de R$18. 400, 00, durante 5 anos com parcelas anuais. Sustenta que embora tenha pago a parcela com vencimento em 15/08/08 de forma antecipada, teve seus dados inscritos junto ao SPC a mando da ré por dívida quitada. Sustenta que o fato narrado lhe causou aflição e humilhação, motivo pelo qual pretende a devida reparação de ordem moral. Requereu, ao final, a antecipação dos efeitos da tutela, para determinar que a requerida proceda à baixa da citada restrição, bem como a procedência dos pedidos para confirmar tutela eventualmente concedida e declaração de inexistência do débito apontado nesses autos e condenação da requerida no pagamento de indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado por este Juízo. Trouxe documentos. Deferida antecipação dos efeitos da tutela. Citado, o requerido apresentou contestação arguindo preliminar de carência de ação por ilegitimidade passiva; e no MÉRITO, defendeu que agiu em exercício regular de direito ante a inadimplência do autor. Discorreu sobre a ausência dos requisitos da obrigação de indenizar. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedido iniciais, com condenação do requerente nos ônus da sucumbência. Acompanharam defesa documentos. Réplica, sendo as partes instadas a especificarem provas, ocasião em que informaram não ter outras provas a produzir, vindo os autos conclusos. Relatados, DECIDO. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). O presente caso retrata questão meramente de direito, dispensando a produção de provas em audiência, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. Arguiu o requerido preliminar de carência de ação por ilegitimidade passiva, sob o argumento de que não promoveu a inscrição do nome da parte autora em cadastro de devedores inadimplentes. Compulsando os autos, de fato verifico que não foi a empresa requerida que encaminhou o nome do autor ao SPC, mas sim o Banco CNH Capital S/A, conforme RELATÓRIO de fl. 19. Assim, se foi o Banco CNH Capital S/A o responsável pela inscrição do nome do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, referente à fatura vencida em 15/08/08, patente a ilegitimidade passiva do Banco Bradesco S/A para figurar no polo passivo da presente ação,

que não pode ser responsabilizada pelos danos causados em razão da inscrição indevida no cadastro restritivo de crédito por dívida paga. Ante ao exposto, com apoio no art. 267, IV do CPC, ACOLHO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA e, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do MÉRITO, condenando a parte autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este que arbitro em R$500, 00, com base no art. 20, 4º do Código de Processo Civil ficando, todavia, a exigência de tais verbas diferida nos termos do artigo 572 do Código de Processo Civil, ou seja, condicionada ao implemento do 2º, do artigo 11 e 12 da Lei 1. 060/50, provando-se em cinco anos a cessação da hipossuficiência financeira. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de custas processuais, mediante a apresentação de cópias. P. R. I. CPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0007205-40. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleidiane Rabelo da Cruz, Maria Vitoria da Cruz e Silva, Kaleb da Cruz e Silva
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068), Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068), Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Ebenézer Borges (802E), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
DECISÃO:
DECISÃO Ciente da interposição do agravo. Mantenho a DECISÃO por seus fundamentos. Dê vistas dos autos aos requerentes para réplica. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0016506-79. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alberto de Souza Pereira
Advogado: Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242), Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DECISÃO:
VISTOS. Dispõe o art. Art. 511 do CPC: No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. No caso, não comprovou o recorrente o recolhimento do preparo recursal, ainda que em valor inferior, não sendo o caso de intimação para complementação para suprimento, conforme 2º do art. 511. Desta forma, diante da ausência de recolhimento do preparo recursal o recurso não pode ser recebido por lhe faltar requisito extrínseco. Posto isso, deixo de receber o recurso interposto. Transitada em julgada esta DECISÃO, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www. tj. ro. gov. br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ: jjorge@ tj. ro. gov. br
ESCRIVÃ: olivia@tj. ro. gov. br
VARA: pvh5civel@tj. ro. gov. br

Proc.: 0010226-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcelo Lucas Pereira Teixeira
Advogado: Robson Vieira Lebkuchen (OAB/RO 4545), Tanany Araly Barbeto ( )
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0006873-73. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Luara Suleiman Assola, Kadijah Suleiman Jaghub
Advogado: José Ademir Alves (RO 618)
Requerido: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Embrapa. Sicoob Crediembrapa, Banco Itaú S. A.
AR Negativo:
Manifeste a parte autora sobre a juntada de AR NEGATIVO de intimação das autoras para a audiência designada.

Proc.: 0021670-88. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hudson Feitosa Morais
Advogado: José D'Assunção dos Santos (OAB/RO 1226)
Requerido: Sirlene Grinevald da Silva, Irineu de Tal
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO de citação do requerido Irineu de Tal (fls. 105), motivo - desconhecido.

Proc.: 0004486-56. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tres H R Comercio e Serviços Ltda ME
Advogado: Antônio Madson Erasmo Silva (OAB/RO 2582)
Requerido: H D L da Amazônia Indústira Eletrônica Ltda, Laeli Representações e Com. Ltda, Banco do Brasil S. A.
Advogado: Rodrigo Forlani Lopes (OAB/SP 253. 133), Fernando do Amaral Perino (OAB/SP 140. 318), José Cantídio Pinto (OAB/RO 1961), Claris Eneida Pergher Pinto (OAB/RO 3556), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
AR Negativo:

Manifeste a parte autora e requerida sobre a juntada de AR NEGATIVO de intimação da autora (fls. 271), pelo motivo: mudou-se e da testemunha João Batista Neto (fls. 272), arrolada pela requerida.

Proc.: 0025339-52. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A Balbino Alves Me
Advogado: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
AR Negativo:
Manifeste a parte autora, no prazo de cinco dias, sobre a a juntada de ar negativo de intimação da testemunha Jorge Nei Lima; bem como manifeste a parte requerida sobre a juntada de AR NEGATIVO de intimação das testemunhas Antonio Carlos Urbano e Iasmine Taíza.

Proc.: 0005189-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Antônio Carlos da Silva
Advogado: Marcus Vinícius de Oliveira Cahulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Requerido: Fitrac - Federaçao Inter. trab. nas Ind. dos Est. Ro/acre. , Estevão NAtalino de Jesus Lopes, Fábio Pereira da Silva, Nilson de Oliveira Neves, Riveri Julio dos Santos
AR Negativo:
Manifeste a parte autora sobre a juntada de ARS NEGATIVOS de citação da parte ré, bem como de intimação das testemunhas Fábio Pereira da Silva e Estevão Natalino de Jesus Lopes.

Proc.: 0009472-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Lucineide Ferreira Lima
Advogado: Walmir Benarrosch Vieira (RO 1500/RO)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007929-44. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Beatriz Moreira de Lima
Advogado: James Nicodemos de Lucena (OAB/RO 973)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013787-56. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Nonato Barros
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Requerido: Capesesp - Caixa de Pecúlios, Asst. e Prev. dos Ser. da Fund. Serv. de Saúde Públic
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda à inicial. DEFIRO a prioridade na tramitação de que trata o Estatuto do Idoso. Anote-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais e antecipação dos efeitos da tutela, na qual o autor alega que teve seu plano de saúde indevidamente cessado, mesmo estando adimplente com o pagamento das parcelas. Pugnou em sede de medida antecipatória, pelo restabelecimento dos serviços. Pois bem. A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. No caso em tela, o pedido de restabelecimento dos serviços de assistência médica decorre da alegação de que todas as parcelas do plano de saúde encontram-se devidamente pagas, não havendo motivos para cancelamento. Analisando os autos, verificam-se presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida antecipatória pleiteada, notadamente a verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável ou de difícil reparação ao autor (art. 273 do Código de Processo Civil). Os documentos juntados com a inicial, especialmente a Ficha Financeira de 2012 (fls. 31), que atesta o desconto da parcela referente ao mês de outubro de 2012 e a Declaração de Quitação Anual de Contribuições - 2012 , emitida pela própria requerida (fls. 14/15) são suficientes para, na seara de cognição sumária, vislumbrar que o autor estava quite com o pagamento da contribuição relativa ao mês de outubro de 2012, o que, segundo a comunicação de fls. 13, ensejou o cancelamento do serviço. Não bastasse isso, ao receber a cobrança, o autor dirigiu-se a prepostos da requerida e, quitou novo boleto de pagamento da parcela supostamente em atraso (fls. 36). A verossimilhança das alegações resta configurada diante deste contexto. O perigo da demora dispensa maiores considerações. Notadamente porquanto trata-se de pedido de restabelecimento de serviço de assistência médica que o autor, pessoa idosa, alega ter sido indevidamente cancelado. Ressalte-se que a reativação do contrato em sede de antecipação de tutela não trará prejuízos ao requerido, já que o autor deverá continuar efetuando os pagamentos ajustados. Assim, considerando que há fundado receio de ofensa grave a direito da parte requerente, o pedido de antecipação de tutela deve ser acolhido. Ante o exposto, presentes os requisitos legais necessários, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA e, em consequência, DETERMINO à requerida que, no prazo de 48 horas, proceda o necessário para o integral restabalecimento do plano de saúde contratado pelo autor, sob pena de multa de R$500, 00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento, até o limite de R$15. 000, 00 (quinze mil reais). Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOAv. Mal. Câmara, 160 - 6º e 7º andares Centro CEP 20020-080 Rio de Janeiro/RJPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014430-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Claudia Regina Mota dos Santos

Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO:
Visto. Cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, promover a exibição dos documentos indicados na petição inicial, ou contestar, sob pena de revelia. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO: Banco do Brasil S/A: rua Quinze de Novembro, n. 111, Centro, São Paulo/SP, CEP n. 01013-000. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0015066-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado: Sidney Alex de Oliveira
DECISÃO:
Visto. Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ (8. 534, 25), equivalente à Dívida Principal (R$ 7. 758, 41) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 19 de julho de 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Paraíba, nº 1110, Cara 19, Residencial Mediterrâneo, Bairro Lagoa, CEP: 76812-106, Porto Velho/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014938-57. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sampaio & Correia Ltda
Advogado: Albenisia Ferreira Pinheiro (3422), Maria Cleonice Gomes de Araújo (RO 1608)
Requerido: Latina S/A
DECISÃO:
Visto. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 21/11/2013, às 10h30min. Cite-se a parte requerida, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias. Intime-se o autor a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Requerente: Rua Miguel Angelo, nº. 7. 273, bairro Cuniã, Porto Velho/RO, CEP 76. 824. 446. Requerido: Av. Getúlio Vargas, nº. 2. 700, Recreio São Judas Tadeu, São Carlos/SP. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014319-30. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia ASENRO
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Requerido: Jessica Caroline Nascimento Rocha
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se com as advertências legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua São Miguel, n. 824, bairro Eldorado, em Porto Velho. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0015179-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Auto Posto Carga Pesada Ltda
Advogado: Celia Regina Mendonça Alexandre (OAB/RO 889)
Executado: Messias Martinelli
DECISÃO:
Visto. Cite-se em execução a parte devedora, para, no prazo de 3 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral, o prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$2. 129, 16 (dois mil, cento e vinte e nove reais e dezesseis centavos), equivalente à Dívida Principal (R$1. 935, 60) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 16. 7. 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte requerida: Rodovia do Café, Km 02, s/n, bairro Carlos Germano, Colatina/ES, CEP n. 29. 705-200. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0022105-62. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Irma Mendes da Fonseca
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Panamericano S/A.
Advogado: José Martins (SP 84. 314), Marcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando o cumprimento da obrigação, com fundamento no inciso I do art. 794 do Código de Processo Civil, julgo extintA a execução de título extrajudicial promovida por IRMA MENDES DA FONSECA em face de BANCO PANAMERICANO S/A, ambos qualificados nos autos e determino seu arquivamento. Custas pelo requerido. EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia depositada às fls. 41/42. O não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no 7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0007070-96. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sandra Regina Gouveia
Advogado: Ronilson da Conceição Pinto (OAB/RO 3304), Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: CERON CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA SA
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Pedro Origa (OAB/RO 1953), Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Francisca Jacirema Fernandes Souza (OAB/RO 1434), Andréia da Silva Lima Frazão (RO 1017), Maria Simirames Aires de Almeida (OAB/RO 1752), Silvia de Oliveira (RO 1285), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190), Ricardo Lavorato Tili (OAB/RO 2646), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818), Jorge Henrique Lima Mourao (RO 1117), Norazi Braz de Mendonça (OAB/RO 2814), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287), Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114), Fábio Antonio Moreira (OAB/RO 1553), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230)
DECISÃO:
DECISÃO EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia depositada às fls. 89. Sem prejuízo, deverá o requerido efetuar o pagamento do remanescente da condenação, nos termos da planilha de fls. 108 e pedido de fls. 107, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa do art. 475-J do Código de Processo Civil e honorários em fase de cumprimento de SENTENÇA. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0025458-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Deuza da Silva
Advogado: Ronielen Amâncio Rodrigues (OAB/RO 4901), Maureen Marques de Almeida (OAB/RO 2722)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
SENTENÇA:
SENTENÇA HOMOLOGO o acordo celebrado às fls. 73 para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, julgo extintA a execução de título extrajudicial movida por MARIA DEUZA DA SILVA em face de BANCO ITAUCARD S/A, ambos qualificados nos autos e determinoseu arquivamento. Custas pro rata. Sobrevindo comprovação do depósito a que se referem as partes no instrumento da avença, EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia. O não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no 7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais. HOMOLOGO a renúncia ao prazo recursal. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Certificado o trânsito em julgado desta DECISÃO e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0021722-84. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Geisson Rodrigues dos Santos
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (RO 1909)
Requerido: Banco Itaucard SA
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Iris Elena da Cunha Gomes (OAB/MT 12170)
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda à inicial. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 21 de novembro de 2013, às 08h30min. Cite-se a parte requerida para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá se defender, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório, com antecedência de 20 (vinte) dias. Observâncias dos arts. 285 e 319 do CPC para a requerida. Intime-se a parte autora a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: Alameda Pedro Calil, n. 43, cidade de Poá/SP, CEP n. 08. 557-105. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014852-86. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia CREDIFORT
Advogado: Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195)
Executado: Maria Helena Morato Lopes
DECISÃO:
Visto. Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém,

ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ (25. 000, 88), equivalente à Dívida Principal (R$ 22. 728, 08) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 17 de julho de 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Av. Benjamin Constant, nº 80, Bairro Cristo Rei, Porto Velho/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014314-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia ASENRO
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Requerido: Aislâni Santos Fernandes
DECISÃO:
VISTOS. Cite-se com as advertências legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua Tupirantins, n. 3269, bairro Nacional, em Porto Velho. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0015056-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Executado: Marlilton de Araujo Carneiro, Marlilton de Araújo Carneiro
DECISÃO:
DECISÃO A cópia reprográfica do instrumento de procuração e/ou substabelecimento só é eficaz quando devidamente autenticada (RT 715/206; RJTSP, Lex 122/39). Em sendo assim, emende-se a inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento, devendo a parte autora apresentar instrumento de procuração, substabelecimento e documentos indispensáveis à propositura da ação originais ou devidamente autenticados, determino ainda que a parte autora assine a petição inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0008521-88. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jose Rocha dos Santos
Advogado: Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S. A.
DECISÃO:
Visto. Considerando que este juízo designará audiências em sistema de mutirão, excepcionalmente deixo de designar audiências preliminar no presente por ora. Cite-se a ré para oferecer resposta no prazo legal, querendo. Publique-se. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua Senador Dantas, n. 74, 5º andar, Centro, CEP n. 20. 031-205, Rio de Janeiro/RJ. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014902-15. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Agnaldo Ribeiro de Souza
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Banco do Brasil Agência: 3796-6 - Calama
DECISÃO:
Visto. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 21/11/2013, às 11 horas. Cite-se a parte requerida, com as advertências dos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil, para comparecer à audiência, oportunidade em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que todos os atos instrutórios serão praticados na audiência designada e, caso pretenda ouvir testemunhas, deverá apresentar o seu rol em cartório com antecedência de 20 (vinte) dias. Intime-se o autor a comparecer à solenidade, sob pena de arquivamento. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Requerente: Rua Senador Álvaro Maia, nº. 2772, bairro Liberdade, Porto Velho/RO. Requerido: Av. Calama, nº. 2167, bairro Liberdade, Porto Velho/RO, CEP 78. 900-000. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014831-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Aldeira França Pinto, Adebrair Cordeiro de França, Laudeth Lagos Ramos, Maria Antonio Cardoso dos Santos, Aroaldo Santos Santana
DECISÃO:
Visto. Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ (1. 462, 37), equivalente à Dívida Principal (R$ 1. 329, 43) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 17 de julho de 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar

os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Aldeira França Pinto, Rua Arivaldo Dantas, nº 8, Vila Maicy, CEP: 76. 837-000, Distrito de Calama/RO. Adebrair Cordeiro de França, Rua São Paulo, nº 107, Bairro São José, CEP: 76. 837-000, Distrito de Calama/RO. Laudeth Lagos Ramos, Rua São Paulo, nº 107, Bairro Centro, CEP: 76. 837-000, Distrito de Calama/RO. Maria Antonio Cardoso dos Santos, Rua São Paulo, nº 107, Bairro Centro, CEP: 76. 837-000, Distrito de Calama/RO. Aroldo Santos Santana, Residente na Estrada de Ferro Madeira Mamoré, nº 153, CEP: 76. 837-000, Porto Velho/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004019-43. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado: Sérgio Abraão Elias (OAB/RO 1223)
Requerido: Aliberalino Silvano do Carmo, Terezinha Virgilho do Carmo
DECISÃO:
DECISÃO Considerando o cumprimento da exigência do art. 34 do Dec. 3365/41, EXPEÇA-SE alvará em favor da parte requerida para levantamento da quantia depositada às fls. 152/153, em cumprimento à SENTENÇA de fl. 227. Após, arquivem-se os autos definitivamente. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0011318-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Paula Batista Maximiano
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S. A. - CERON
DESPACHO:
Visto. O valor das custas iniciais não supera R$20, 00 (vinte reais), nos moldes do art. 6º, I, da Lei Estadual nº 301/90. Destarte, concedo à autora o prazo de 10 (dez) dias para recolhimento das custas. Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0013545-68. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Doraci de Andrade Bêlo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878)
DECISÃO:
Visto. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso em seu efeito devolutivo (art. 520, IV, do CPC). Intime-se a parte requerida, ora apelada, para apresentar contrarrazões no prazo legal. Em seguida, com ou sem estas, proceda-se em conformidade com o art. 3º da Instrução Conjunta nº 14/2010-PR/CG, publicada no DJE n. 217/2010. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014958-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Celso Cruz de Carvalho
Advogado: Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Executado: Tiago Brasil Sobrinho
DECISÃO:
VISTOS. O autor ajuizou a ação através de advogado particular e possui formação profissional que lhe garante renda através do seu trabalho. Portanto, pretendendo valer-se dos benefícios da Justiça Gratuita, deverá demonstrar a alegada hipossuficiência financeira. Cumpre ressaltar que o pedido alternativo de recolhimento de custas ao final não pode ser acolhido, tendo em vista não se enquadrar nas disposições da Lei Estadual n. 301/90. Destarte, concedo ao autor o prazo de dez dias para comprovar que não tem condições de arcar com as custas procesuais sem prejuízo ao sustento próprio e de sua família, ou recolher, no mesmo prazo, as custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0009833-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Marinalva Carolina da Silva
Advogado: Daniele Meira Couto (RO 2400)
Requerido: Mapfre Brasil Seguros S. A.
DECISÃO:
DECISÃO Intime-se a parte autora para adequar a exordial ao disposto no artigo 276 do Código de Processo Civil, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014833-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Executado: Marcia Rodrigues da Silva, Magui Pinto Rodrigues
DECISÃO:
Visto. Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ (2. 776, 71), equivalente à Dívida Principal (R$ 2. 524, 29) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 17 de julho de 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo

405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Marcia Rodrigues da Silva, Rua Placido de Castro, nº 8021, Bairro JK III, CEP: 76. 829-385, Porto Velho/RO. Magui Pinto Rodrigues, Rua Jakeline Ferry, nº 2692, Bairro JK I, CEP: 76. 800-000, Porto Velho/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014477-85. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Top Car Veículos Ltda Me
Advogado: Ana Paula Silveira (OAB/RO 1588), Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Executado: Rejane da Silva Couto, Diego Felipe Roza dos Santos
DECISÃO:
DECISÃO Emende-se a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, com o fornecimento do endereço do segundo executado ou comprovação de diligências realizadas nesse sentido, devendo a parte ainda regularizar sua representação processual, esclarecendo a legitimidade da pessoa que assinou a procuração de fl. 6 para representar a empresa autora. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0191645-84. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Thiago Leonardo Carrijo Moreira
Advogado: Wagner Vasconcelos Xavier de Carvalho (SP 214959)
Requerido: Casa Bahia Comercial Ltda
Advogado: Jones Marciano de Souza Junior (OAB/SP 138667), Paulo Cezar R. de Araujo (3182)
DECISÃO:
DECISÃO: VISTOS, ETC. Considerando a certidão supra, intime-se a parte credora acerca da quantia depositada em Juízo, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, proceda a escrivania a transferência do valor constante no extrato retro, para a conta judicial de titularidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, n. 01529904-5, operação 040, agência 2848 da Caixa Econômica Federal, nos termos do Provimento n. 016/2010-CG. Após, retornem os autos ao arquivo geral com as respectivas baixas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014306-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia ASENRO
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Requerido: Caroline Rodrigues do Nascimento
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se com as advertências legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua Militão Dias Nascimento, n. 877, bairro Agenor de Carvalho, em Porto Velho. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014349-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia ASENRO
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Requerido: Eliane Rodrigues Lessa
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se com as advertências legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua Henrico Caruso, n. 6233, bairro Aponiã, em Porto Velho. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0010885-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Santos da Silva
Advogado: Ângela Maria Mendes dos Santos (RO 2. 651)
Requerido: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda à inicial. Trata-se de ação revisional cumulada com pedido de concessão de tutela antecipatória, na qual o autor alega que vem sofrendo a cobrança de juros e encargos abusivos em parcelamento entabulado perante o requerido. Pugnou, em sede de medida antecipatória, pela suspensão dos descontos, com a determinação ao requerido de que se abstenha de incluir seu nome em cadastros de inadimplentes. Pois bem. A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. No caso em tela, o pedido de suspensão dos descontos decorre da alegação de aplicação de encargos exorbitantes ao financiamento contratado. A análise dos autos não induz a verossimilhança das alegações, tampouco possibilita a verifcação de dano com o perigo da demora na prestação jurisdicional. Isso porque, das alegações do autor não se pode ter por incontroversa a ocorrência de cobrança abusiva, impossibilitando a determinação da cessação dos descontos ajustados em sede de liminar. As parcelas vem sendo consignadas em contracheque desde o ano de 2006, sem qualquer insurgência do autor, o que afasta sobremaneira a alegação de urgência da medida. Não obstante, da planilha lançada às fls. 04/05 da petição inicial, bem como do pedido de

ressarcimento da quantia certa de R$20. 664, 10 extrai-se que os descontos cessaram em 25/04/2013. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela neste ponto. Outrossim, DEFIRO o pedido de exibição incidental de documentos, e DETERMINO ao requerido que, no prazo para defesa, apresente os contratos celebrados com o autor. Cite-se a parte requerida para, no prazo legal, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, considerando a decretação da liquidação extrajudicial do requerido, RETIFIQUE-SE a autuação para que conste BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A - EM LIQUIDAÇÃO. Publique-se. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADORua Funchal, 418 8º andar CEP 04551-060 São Paulo/SPPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0015423-91. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Requerido: Daniel Chaves Vieira Lima
DECISÃO:
DECISÃO Deferindo o pedido do exequente formulado à fl. 31 e, com fundamento no inciso IV do art. 125 do Código de Processo Civil, DESIGNO audiência de conciliação para a data de 23 de outubro de 2013 às 9h00min. Intimem-se as partes por meio de seus procuradores. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0009313-76. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonia Ilana Moraes de Oliveira
Advogado: Jane Sampaio de Souza (OAB/RO 3892)
Requerido: T. C. PIRES SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - ME
DECISÃO:
DECISÃO Antônia Ilana Moraes de Oliveira, qualificada às fls. 3, ajuizou ação declaratória, cumulada com compensação por danos, em face de T. C. Pires Serviços Administrativos ME, também qualificada às fls. 3, pretendendo ser indenizada pelos danos morais que teria sofrido em decorrência dos constrangimentos gerados com a indevida inscrição do seu nome no cadastro de inadimplentes. Citada por edital (fls. 40/41), foi nomeado curador especial à ré (fls. 42), o qual não se manifestou nos autos (fls. 43, verso). Por essa razão, determino a esta serventia que realize nova intimação pessoal à Defensoria Pública para apresentação de contestação. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014396-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rafael Pereira da Silva
Advogado: Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), Juliana Morheb Nunes (OAB/RO 3737)
Requerido: Hosana Mendonca da Silva, Rosineide Mendonca da Silva
DECISÃO:
Visto. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, bem como a tramitação do feito em segredo de justiça. Anote-se. Citem-se as requerida para que, no prazo legal, apresentem contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOHosana Pereira da Silva: Rua Senador Álvaro Maia, 1484 - Olaria Porto Velho/RO Rosineide Mendonça da Silva: R. Jaci Paraná, 2283 - N. Sra. das Graças Porto Velho/ROPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0012621-86. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geralda Martinha de Souza
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
DECISÃO:
DECISÃO Geralda Martinha de Souza, qualificada às fls. 3, ajuizou ação declaratória cumulada com reparação por danos em face de Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A, também qualificada às fls. 3, pretendendo a declaração de inexistência de débito, bem como a reparação por danos morais, em razão dos constrangimentos gerados pela indevida inscrição em cadastro de inadimplentes. Pleiteia a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, para que seja excluído seu nome do cadastro de inadimplentes. Passo a analisar o pedido de antecipação de tutela. A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. No caso em tela, o pedido de abstenção de cobrança e exclusão de nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes decorre do pressuposto de que esta não teria qualquer débito gerador do apontamento sob análise, tese sustentada por ela, que alega estar sofrendo dano em decorrência do apontamento restritivo e de sua manutenção. A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois, os documentos apresentados demonstram a inscrição no cadastro de inadimplentes e, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima. Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos. Ante ao exposto, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO à requerida que se abstenha de efetuar cobranças referentes ao débito discutido nestes autos, bem como providencie, no prazo de 48 horas, a retirada do nome da parte autora do cadastro de inadimplentes, referente à inscrição aqui mencionada. Cite-se a requerida, com as advertências legais, intimando-a a cumprir esta DECISÃO no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária de R$500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 15. 000, 00 (quinze mil reais). Publique-se. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte requerida: rua Marechal Floriano Peixoto, n. 249 – 11º Andar, bairro Centro Histórico, CEP 90. 820-050, Porto Alegre/RS. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0013362-29. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Diva Crisostimo Ribeiro da Silva
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda
DECISÃO:
DECISÃO ACOLHO a emenda à inicial. Cite-se a requerida para que, no prazo legal, apresente contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADORua Piranha, 4370 Sala 02 - Bairro Nova Porto Velho CEP 76906-400 Porto Velho/ROPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014300-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Associação dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia ASENRO
Advogado: Antonio Santana Moura (OAB/RO 531A)
Requerido: Euzilene Miranda Ferreira
DECISÃO:
DECISÃO Cite-se com as advertências legais, constantes nos artigos 285 e 319 do CPC. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao Autor para réplica. Não ocorrendo à hipótese anterior, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cite-se. Intime-se. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte ré: rua Abnatael, Bentes de Lima, n. 647, bairro Agenor de Carvalho, em Porto Velho. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0011177-52. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mayre Núbia Neves de Melo
Advogado: Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Requerido: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1. 460), Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783), Maricélia Santos Ferreira (OAB-RO 324-B), Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884), Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272), Márcio Nobre do Nascimento (OAB/RO 2852), Rafael Akio Yano (OAB/RO 5411)
SENTENÇA:
SENTENÇA I. RELATÓRIO. Mayre Núbia Neves de Melo, qualificada às fls. 3, ajuizou ação declaratória, cumulada com indenização por danos, em face de Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, também qualificada às fls. 3, pretendendo a declaração de inexistência de débitos, bem como a reparação por danos morais, em razão dos constrangimentos decorrentes da inscrição indevida em cadastro de inadimplentes, além de reparação pelos prejuízos materiais sofridos com a necessidade de gastos com locomoção do Maranhão para Rondônia. Segundo a autora, o apontamento do seu nome em cadastro de inadimplentes é indevido, pois decorrente de ligação irregular de serviço fornecido pela parte ré, relativo ao imóvel de propriedade da requerente, eis que relacionado a local cujo desligamento foi solicitado pela autora antes que essa procedesse à entrega do imóvel a uma imobiliária para locação. Esclarece que o contrato de locação pactuado entre a imobiliária e o locatário estabelecia a obrigação de que todas as taxas e os impostos fossem pagos por ele, que cuidaria de transferir, para seu nome, os contratos de fornecimentos de água e energia elétrica. Entretanto, assevera que, a despeito das disposições contratuais de locação do bem, a empresa requerida efetuou a religação do abastecimento de água em nome da autora, sem que esta ou outrem em nome dela solicitasse o restabelecimento dos serviços. Narra que o locatário jamais quitou as faturas relativas ao consumo, o que gerou um débito de R$2. 025, 69 (dois mil e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), além da inclusão do nome da autora em cadastro de inadimplentes. Acrescenta que, em decorrência dos fatos, viu-se obrigada a arcar com custos de viagem de Estreito/MA a Porto Velho/RO, com gasto de R$1. 560, 00 (um mil, quinhentos e sessenta reais), valor que deve ser ressarcido, a título de prejuízos materiais. Pelos fatos, pede a antecipação de tutela para excluir seu nome do cadastro de inadimplentes. No MÉRITO, requer a declaração de inexistência do débito, bem como a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos, em valor a ser arbitrado judicialmente, bem como danos materiais. Dá à causa o valor de R$2. 025, 69 (dois mil e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos). Com a inicial, apresenta os documentos de fls. 18/42. A antecipação de tutela foi deferida às fls. 49/50. Citada, a requerida apresentou resposta às fls. 53/60, alegando, em resumo, a inexistência de nexo causal entre o suposto dano e atitude praticada, tendo em vista que os registros do imóvel, para o fornecimento dos serviços de água e esgotos, estavam em nome da requerente, de maneira que somente tomou conhecimento de que o imóvel estava locado após comunicação do procurador da autora, nesse sentido. Assevera, assim, que, caso haja dano gerado à requerente, foi causado por sua própria conduta, eis que não providenciou a transferência de registro e/ou não exigiu os comprovantes de pagamento das faturas do período objeto da lide. Conclui por acentuar que agiu dentro do esperado, para casos dessa natureza. Requer a improcedência dos pedidos da autora. Alternativamente, que os valores indenizatórios tenham por lastro as argumentações defensivas. Impugnação à contestação às fls. 89/103. Realizada audiência de tentativa de conciliação (fls. 106/107), as propostas conciliatórias restaram infrutíferas, afirmando as partes não terem outras provas a produzir. Em síntese, é o RELATÓRIO. II. Fundamentação. Conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ – 4ª Turma, Resp. 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). No caso dos autos, a questão de MÉRITO dispensa maior produção de prova, de tal forma que permite promover o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil. Pois bem. Extrai-se dos autos comprovação documental de que a parte requente efetivou solicitação do desligamento dos serviços de fornecimento de água em 17 de maio de 2011 (fls. 24). A despeito da requisição, cobranças ocorreram no período compreendido entre o mês de junho do mesmo ano e abril de 2012 (fls. 25), e diante do não pagamento,

promoveu-se a inclusão do nome da autora no cadastro de devedores fls. 40, sendo esta mantida até o ajuizamento da presente ação e deferimento de medida liminar em sede de antecipação de tutela. Conforme contrato de fls. 34/39, o imóvel estava locado a Rony Peterson de Lima Rudek, no período correspondente aos débitos apontados pela parte requerida. De fato, não havendo dúvidas sobre a ocorrência da solicitação, por parte da autora, de suspensão do serviço de fornecimento de água, o que ocorreu em momento anterior à locação do respectivo imóvel (fls. 24), bem como inexistindo qualquer elemento de prova capaz de comprovar a regularidade da ação da requerida em reativar e/ou manter o fornecimento dos serviços que oferece, não desincumbiu do ônus processual que lhe cabia (art. 333, II do CPC), afirmando apenas que a regularidade de suas ações. Destarte, afigura-se indevido o débito imputado à autora, uma vez que decorrente de ato negligente da requerida, que não teve as cautelas devidas para que os fatos danosos não ocorressem. A autora formalizou pedido de suspensão do fornecimento de água do imóvel e a requerida não comprovou autorização de religamento, concluindo-se que os serviços foram reativados a pedido de terceiro, sem autorização da autora. Observa-se que a Caerd tinha conhecimento da intenção da autora de resguardar-se, porquanto foi protocolado pedido de interrupção no fornecimento de serviços. Deveria, portanto, atentar-se para tal pedido quando terceiro solicitou o religamento em nome da autora, sem autorização. Nessa esteira, mostra-se ilegítima a inscrição do nome da autora no cadastro de inadimplente, ensejando dever reparatório, porquanto a inscrição no cadastro restritivo, sem justificativa plausível e não demonstrada a sua legalidade pela requerida, constitui, por si só, ofensa à honra, uma vez que tais cadastros são conhecidos como cadastros de maus pagadores. A propósito, a jurisprudência: "RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SERASA. DANO PRESUMIDO. REVISÃO DO QUANTUM. REDUÇÃO. SUCUMBÊNCIA RECIPROCA. SÚMULA 326/STJ. RECURSO PROVIDO. 1. Para o acolhimento da tese do recorrente, relativo à inexistência de ato ilícito, seria imprescindível exceder os fundamentos do acórdão vergastado e adentrar no exame das provas. Aplicação da Súmula 7/STJ. 2. Nas hipóteses de inscrição indevida do nome de pretensos devedores no cadastro de proteção ao crédito o prejuízo é presumido (. . .)" (STJ, REsp 591238/MT, Relator: Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, T4 - QUARTA TURMA, DJ 28/05/2007 p. 344). A culpa da requerida restou demonstrada nos autos, pois foi sua conduta negligente que propiciou a indevida inscrição do nome da autora no cadastro de inadimplentes, já que havia pedido formalizado de desligamento do fornecimento de água e mesmo assim permitiu o restabelecimento do serviço a terceiro desautorizado, valendo-se do nome da autora. O nexo de causalidade entre a lesão sofrida pela autora e a culpa da requerida é igualmente induvidoso, pois não fosse sua conduta negligente a requerente não teria sofrido o dano, restando caracterizada, portanto, a responsabilidade civil da requerida pelo dano moral experimentado pela parte autora. Ademais, se a empresa requerida restabeleceu o fornecimento de água a pedido de terceiro, sem autorização da autora, deveria ter efetuado as cobranças dos débitos daquela pessoa e não da requerente, já que havia pedido formalizado de corte dos serviços, como visto (documento de fl. 24). Vislumbrado o dever reparatório, resta fixar o valor da indenização e nesse ponto, por falta de critérios objetivos na lei, a jurisprudência tem oferecido um norte para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que o montante deve representar, a um só tempo, uma compensação para o ofendido e o desestímulo para o ofensor, levando-se em conta a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica do ofendido, de tal forma que a reparação não represente a ruína para ao devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente. Assim, considerando a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor e a condição econômica da ofendida e demais peculiaridades do caso, afigura-se equilibrado o valor de R$8. 000, 00 (oito mil reais), de forma a atender a reparação do dano sem constituir fonte de enriquecimento sem causa para a credora. Importante ressaltar que com esta modalidade de indenização, não se estará pagando ou apagando os danos causados pela fornecedora de serviços, mas apenas amenizando o infortúnio suportado pela autora. Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme Súmula 362 do colendo Superior Tribunal de Justiça. Por outro lado, quanto ao dano material, não estão presentes os requisitos para sua configuração. A autora não comprovou que sua viagem da cidade de Estreito, no Maranhão, para esta Capital, se deu exclusivamente em razão dos fatos noticiados nestes autos. De qualquer modo, a autora tinha o dever de mitigar os danos e nesse sentido poderia, por exemplo, ter constituído procurador para atuar em seu nome. O dever de mitigar o próprio prejuízo implica na tomada de medidas necessárias e possíveis para que o dano não seja agravado. III. DISPOSITIVO. Frente ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais formulados por Mayre Núbia Neves de Melo em face de Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, ambos qualificados nos autos, e, em consequência: a) CONFIRMO a antecipação de tutela concedida às fls. 49/50, tornando definitiva a exclusão do nome da autora do cadastro de inadimplentes, referente à inscrição tratada nestes autos; b) DECLARO a inexistência do débito imputado à requerente em relação à dívida mencionada nestes autos; c) CONDENO a requerida a pagar à autora o valor de R$8. 000, 00 (oito mil reais), a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelos índices adotados pelo eg. TJRO, ambos a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Diante da sucumbência recíproca e considerando o resultado da demanda (CPC, art. 21), arcará a autora com 20% das custas processuais e honorários advocatícios de R$600, 00 (seiscentos reais), na forma do art. 20, 4º, do CPC; arcando a requerida com 80% das custas processuais e honorários de 15% sobre o valor da condenação, nos termos do 3º do mesmo DISPOSITIVO legal; permitida a compensação na forma da Súmula 306 do STJ. JULGO resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do citado diploma processual. Transitada em julgado a presente, efetue a requerida o pagamento do importe da respectiva condenação, de forma espontânea, no prazo de quinze dias, após o que incidirá multa no equivalente a 10% (dez por cento) do valor do débito atualizado, nos termos do Artigo 475-J, do referido diploma processual. Em não havendo o pagamento de forma espontânea e em comparecendo a parte credora aos autos, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA, no

importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, sem prejuízo de majoração em eventual impugnação improcedente. Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em quinze dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte credora de que poderão ser desarquivados os autos independentemente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475-J, 5º, do referido diploma legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0012802-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Goes de Miranda, Marcos Miranda Caitano, Pedro Nonato da Cruz, Damiana Lima Malta, Patricia Suelen Gomes de Lima, Maurino Junior de Lima Gonçalves, Tailan Cauã Gonçalves de Lima, Luzia de Souza Passos, Ricardo de Souza Alves, Lucas de Souza Passos, Maria Horlandina Camilo da Silva, Izaque Camilo da Silva, Thais Evelin Camilo da Silva, Thiago Henrique Camilo da Silva, Gil de Lima Barros, Felipe Pestana Barros, Gelcirlane Silvestre Pereira Parari, Matusalem Silvestre Parari, Micaely Silvestre Parari, Matheus Silvestre Parari, Miqueias Silvestre Parari, Maria Aparecida da Silva, Washigton Luan da Silva, Ediltom Sérgio da Silva
Advogado: Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido: Santo Antônio Energia S/A
Fornecer contrafé:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para fornecer cópia(s) da contrafé.

Proc.: 0018086-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geciane Lima Martins
Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717), Juliana Medeiros Pires (OAB/RO 3302)
Requerido: Empresa de Tranporte Três Marias Ltda
Advogado: Leri Antonio Souza e Silva (OAB/RO 269A), Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755), Marcus Filipe Araújo Barbedo (OAB/RO 3141)
SENTENÇA:
SENTENÇA I. RELATÓRIO. Geciane Lima Martins, qualificada às fls. 3, ajuizou ação de compensação por danos, em face de Empresa de Transporte Três Marias, também qualificada às fls. 3, pretendendo ser indenizada pelos danos morais que teria sofrido em decorrência dos constrangimentos gerados em função da má prestação dos serviços fornecidos pela requerida. Segundo a inicial, no dia 16 de julho de 2012 a autora precisou utilizar o serviço de transporte público prestado pela requerida. Esclarece que fez uso da linha que trafega pela estrada Santo Antônio e que o ônibus deveria entrar na Vila Candelária, parando no ponto próximo ao “Barracão do Rai”, que fica perto da residência da autora. Entretanto, para a sua surpresa, o motorista informou de que não chegaria até aquela localidade e iria parar na estrada Santo Antônio. Esclarece que estava com dificuldades para caminhar por ter torcido o tornozelo no dia 10/07/2012, o que a fez questionar ao motorista o motivo de não ir até o ponto de parada costumeiro, quando este a informou da impossibilidade devido a realização de obras da Prefeitura. Assevera que as condições eram normais e que o ônibus poderia ter chegado ao ponto de parada, razão porque se viu prejudicada, vez que a ação desidiosa e negligente do motorista obrigou-a a caminhar cerca de 700 metros até a sua residência, o que lhe trouxe infortúnios, pois pioraram as dores em seu tornozelo. Pelos fatos e em razão de ter o cobrador do ônibus dado risadas quanto ao questionamento da autora, segundo alega, requer a condenação da requerida no pagamento de indenização por danos morais no valor de R$10. 000. 00 (dez mil reais). Apresentou documentos às fls. 8/11. Citada, a requerida manifestou-se às fls. 21/31 alegando, em suma, que a autora não demonstra qualquer evento danoso à sua honra, ou mesmo que os acontecimentos tivessem decorrido como narrado, não cumprindo com o ônus processual previsto no art. 333, I, do CPC. Diz ainda que, caso provada a veracidade dos fatos, estes não ultrapassam a seara de meros aborrecimentos. Requer a improcedência do pedido inicial. Impugnação à contestação às fls. 33/35. Em audiência de tentativa de conciliação (fls. 36/37), as partes pleitearam a produção de prova oral, o que foi deferido. Dada continuidade à solenidade (fls. 54/55), foram colhidos os depoimentos das testemunhas Cleonice Aparecida Silva (fls. 56/57) e Ester Rodrigues da Fonseca (fls. 58/59). Na oportunidade, a parte autora teceu suas considerações finais (fls. 55). É a síntese necessária. II. FundamentaçãoTrata-se de ação ajuizada por Geciane Lima Martins em face de Empresa de Transporte Três Marias, através da qual pleiteia a reparação pelos danos morais que alega ter sofrido em decorrência da má prestação dos serviços oferecidos pela requerida. Extrai-se dos autos que a autora, no dia 16 de julho de 2012, ao fazer uso dos serviços de transporte público, prestados pela requerida, correspondentes à linha que trafega pela estrada do Santo Antônio, foi informada pelo motorista que o ônibus não chegaria até o ponto de parada localizado na Vila Candelária, próximo ao “Barracão do Rai”, perto da sua residência. Conforme consta na peça inicial, no dia dos fatos a autora estava com dificuldades para caminhar devido a uma torção anterior no tornozelo e mesmo assim teve que andar cerca de 700 metros até a sua casa, diante da negligência da requerida, pois o ônibus não foi até o ponto de parada no local, o que acarretou piora do seu machucado, além de receber tratamento jocoso do preposto da requerida. A requerida, ao seu turno, diz que a autora não demonstrou qualquer evento danoso à sua honra, não cumprindo com o ônus processual previsto no art. 333, I, do CPC, aduzindo que o caso retrataria, quando muito, meros aborrecimentos. Pois bem. Embora os fatos narrados pudessem conduzir a situações potencialmente danosas, os depoimentos colhidos durante a instrução processual (fls. 56/58) não corroboram as alegações da autora. Isto porque as testemunhas não demonstraram que no dia dos fatos havia possibilidade de o veículo conduzido pelo preposto da requerida chegar até o ponto de parada pretendido pela autora, diante dos problemas que haviam na ruas daquela localidade. Ademais, não há apontamento preciso sobre o comportamento do condutor ou do cobrador do ônibus, a demonstrar qualquer ato ilícito cometido pela requerida. Para procedência do pedido de indenização, é indispensável a demonstração da ocorrência de fato gravoso a ponto de gerar a presunção de abalo moral. E ainda que se trate de hipótese de responsabilidade civil objetiva, para a configuração do dever reparatório necessário se faz a comprovação de dano indenizável e de nexo de causalidade entre este e uma conduta imputada ao fornecedor de serviços. Extrai-se dos depoimentos testemunhais que o motorista do ônibus esclareceu que não iria até a Vila Candelária, verificando-se pela prova oral, que é

comum os ônibus não entrarem naquela localidade, diante da dificuldade de tráfego (fl. 56). E que durante alguns meses em 2012 os coletivos não entraram na Vila Candelária em razão de obras no local, somente sendo possível passar carros pequenos (fls. 58/59). O desvio de itinerário do ônibus que realizava o transporte público no dia dos fatos noticiados na inicial se deu em razão de problemas de acesso à via, como visto. Isto fez com que a autora precisasse caminhar até a sua casa, porém, a dificuldade de acesso ao local não pode ser imputada à empresa de transporte, que não cometeu ato ilícito a ensejar indenização. Quanto ao tratamento que a autora teria recebido do cobrador do ônibus, nada restou comprovado, e ainda que envolva o caso a responsabilidade objetiva estabelecida na Constituição da República, a dispensa da demonstração da culpa não ilide o ônus do autor de comprovar, por meios idôneos e provas em direito admitidas, a ocorrência do fato sobre o qual se pretende fazer valer a responsabilidade de indenizar. A autora não demonstrou a ocorrência de danos passíveis de reparação, imputáveis à requerida. Dessa maneira, embora o desconforto de ter que caminhar até chegar à sua residência, nutrindo a requerente descontentamento com a prestação dos serviços de transporte público, tais transtornos não são suficientes para gerar dever de indenizar da demandada. Quanto ao tratamento que teria recebido do cobrador do ônibus, nada ficou demonstrado nos autos. III. DISPOSITIVO. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por Geciane Lima Martins em face de Empresa de Transporte Três Marias. Custas processuais e honorários advocatícios pela autora, estes no montante de R$1. 000, 00 (mil reais), em consonância com o art. 20, 4º, CPC, restando, contudo, suspensa a exigibilidade diante dos benefícios da assistência judiciária gratuita deferidos à fl. 16, na forma do art. 12 da Lei n. 1. 060/50. JULGO EXTINTO o processo com fundamento no inciso I do art. 269, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado esta DECISÃO, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014676-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Larissa Kunico Hassegawa
Advogado: Gabriel de Moraes Correia Tomasete (OAB/RO 2641)
Requerido: Ebazar. com. br
Advogado: Ilan Goldberg (OAB/SP 241. 292)
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando o cumprimento integral da obrigação, com fundamento no inciso I do art. 794 do Código de Processo Civil, julgo extintA a obrigação no processo movido por LARISSA KUNICO HASSEGAWA em face de EBAZAR. COM. BR, ambos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento. Custas pelo requerido. EXPEÇA-SE alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia depositada às fls. 182/183. O não levantamento da importância, no prazo de validade do alvará, implicará na imediata transferência do valor para conta a cargo do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no 7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, e pagas as custas ou inscritas em dívida ativa, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004382-30. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleidiomar Maria Lopes da Silva, Iara Maria Rocha dos Santos Silva, Waldeir Teixeira Batista, Ederson Gato de Souza
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Vinicius Jácome dos Santos Júnior (OAB/RO 3099)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E), Renan Pereira da Silva (OAB/RO 717E)
SENTENÇA:
SENTENÇA HOMOLOGO os acordos celebrados entre as partes (fls. 334/340, 341/346, 347/352 e 353/358), para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, em consequência, com fundamento no inciso III do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, com resolução de MÉRITO, o processo movido por CLEIDIOMAR MARIA LOPES DA SILVA, IARA MARÍLIA ROCHA DOS SANTOS SILVA, WALDEIR TEIXEIRA BATISTA e EDERSON GATO DE SOUZA em face de SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A, todos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento. Sem custas (7º do art. 6º da Lei n. 301/90, Regimento de Custas do Estado de Rondônia). HOMOLOGO a renúncia ao prazo recursal. Sobrevindo os depósitos, EXPEÇAM-SE alvarás em favor dos respectivos autores para levantamento das quantias. O não levantamento das importâncias, no prazo de validade dos alvarás, implicará na imediata transferência dos valores para conta a cargo do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme disposto no 7º do art. 447 das Diretrizes Gerais Judiciais. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Cerificado o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0010455-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Executado: Amilton de Souza Pimenta Souza Lima, Amilton de Souza Pimenta
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
SENTENÇA:
SENTENÇA HOMOLOGO o acordo celebrado às fls. 64/66 para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, julgo extintA a execução de título extrajudicial movida por BANCO ITAÚ S/A em face de AMILTON DE SOUZA PIMENTA (SOUZA LIMA) e AMILTON DE SOUZA PIMENTA, todos qualificados nos autos e determino seu arquivamento. Custas pelos executados, conforme ajustado no Item 2 do instrumento (fl. 65). INDEFIRO o pedido de expedição de ofício para liberação de anotação perante órgãos restritivos de crédito e cartórios de registro de imóveis, porquanto nenhuma das providências foi determinada neste feito. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO e pagas

as custas ou inscritas em dívida ativa, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0008733-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Rafael Souza Nunes (OAB/RO 5068), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Requerido: Barbara Heliodora de Oliveira
DECISÃO:
DECISÃO ACOLHO a emenda à inicial (fls. 70/77). RETIFIQUE-SE o valor da causa para R$42. 802, 77. Cite-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014057-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jussiano Freitas Barros
Advogado: Paula de Melo Nascimento Carneiro (OABRO 5609), Julinda da Silva (OAB/RO 2146)
Requerido: Federal Seguros S. A.
DECISÃO:
DECISÃO VISTOS. O autor dá à causa o valor de R$ 7. 087, 50 e pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o fundamento de "não ter condições de custear as despesas processuais". O artigo 5º da Carta Magna, é específico ao afirmar: LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos. Ora, pela própria redação se conclui que a parte pretendente do benefício da assistência judiciária gratuita deverá comprovar - quando do seu pedido - que os seus recursos não são suficientes para o pagamento das custas processuais. E, pela própria redação, não é possível outra interpretação que não a literal. É certo que a prestação jurisdicional é um bem da vida por demais caro à sociedade. Igualmente os demais bens da vida, como saúde, segurança, saneamento, entre outros. Deveria, também, ser totalmente custeado pelo Estado. Infelizmente não o é. Como os demais bens da vida, deve a prestação jurisdicional ser gratuita, mas somente àqueles que provarem a efetiva necessidade desse benefício. E por ser a prestação jurisdicional bem essencial, não se poderia permitir que as pessoas pudessem custear um e não o outro. Estar-se-ia, nesse caso, diminuindo o valor desse serviço, que, como dito, é essencial, inclusive pela manutenção do Estado democrático. No caso específico dos autos, não houve provas efetivas de que o autor não detém condições de arcar com o preparo das custas processuais iniciais. E essa prova deveria ter sido feita quando de sua alegação e pedido do benefício. Com essas considerações, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Concedo ao autor o prazo de dez dias para o preparo das custas processuais iniciais. No mesmo prazo, deverá ser adequada a exordial em conformidade com o artigo 276 do Código de Processo Civil. Pena de extinção e arquivamento do presente feito. A escrivania deverá regularizar a autuação da fl. 23. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014984-46. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Renato Gomes da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, porém não traz aos autos qualquer documento que comprove a alegada hipossuficiência econômico-financeira. O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Recolhidas, tornem-me conclusos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015131-72. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aldemir Gonzaga da Silva
Advogado: FÁbio AntÔnio Moreira (RO 1553), Olivia Alves Moreira (RO 2212)
Requerido: Banco Ibi S. A. Banco Múltiplo
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional, notadamente quando o preparo inicial é na quantia de R$15, 00 (quinze reais). Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0005957-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edimilson Fabiano
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Jorge Felype Costa de Aguiar dos Santos (OAB/RO 2844), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204)
Requerido: Banco BMC S/A, Banco Cruzeiro do Sul S. A. , Banco BMG S/A, BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento

DECISÃO:
DECISÃO Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a exordial adequando o valor da causa com o proveito econômico pretendido bem como recolher as custas devidas, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014474-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Estelita Maria de Jesus
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163), Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
Requerido: Banco BMG S/A
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014980-09. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alberto Chagas da Silva
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não possui condições financeiras para o pagamento das custas processuais, porém não traz aos autos qualquer documento que comprove a alegada hipossuficiência econômico-financeira. O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Recolhidas, tornem-me conclusos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014455-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maria Auxiliadora Alves Yamamoto
Advogado: Anderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014742-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Fabiane Suelen Correia da Silva
Advogado: Efson Ferreira dos Santos ( ), Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013967-72. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antoniel Costa dos Santos
Advogado: Francisca Nay Luanny Vituriano Bezerra (OAB/RO 5444)
Requerido: Tim Celular S/A
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da assistência judiciária gratuita, porém observa-se que foi atribuído à causa o valor de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais), o que torna ínfimo o valor das custas iniciais em R$ 75, 00 (setenta e cinco reais). Feita estas considerações, e por não estar caracterizado que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014390-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Antonio Carlos Ferreira da Silva
Advogado: Luís Tiago Fernandes Kliemann (OAB/RO 4698)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento

DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013664-58. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Maria Erandi de França
Advogado: Juliane dos Santos Silva (OAB/RO 4631)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014965-40. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Edson Cristiano Machado Seixas
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (5785)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014708-15. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Creuza Gomes de Aguiar
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Francisco Rodrigues da Silva, Lenilda Carla Calixto Pires da Silva, Roberto Cazenave e Cia Ltda
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014985-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geraldo Gomes da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não possui condições financeiras para arcar com as despesas processuais, porém não traz aos autos qualquer documento que comprove a alegada hipossuficiência econômico-financeira. O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Recolhidas, tornem-me conclusos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015057-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Luci da Silva Filgueira
Advogado: José Damasceno de Araújo (OAB/RO 66B)
Requerido: Moveis Romera Ltda
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pretende os benefícios da gratuidade de justiça. Porém, o que se observa é que a mesma pagava mensalmente a quantia de R$ 230, 00 (duzentos e trinta reais) relativo a compra de uma máquina de lavar roupa conforme alegado à fls. 04. Não é crível que uma pessoa que pode arcar com esse valor não possa pagar as custas processuais no valor de R$ 150, 00 (cento e cinquenta reais). O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade

porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à parte autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014696-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônia Costa Carvalho
Advogado: Leonardo Werneck de Carvalho (OAB/RJ 138510)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014736-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Pablo Henrique Anibal de Medeiros
Advogado: Efson Ferreira dos Santos ( ), Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não possui condições financeiras para demandar com as despesas processuais, porém não traz aos autos qualquer documento que comprove a alegada hipossuficiência econômico-financeira. O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Recolhidas, tornem-me conclusos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015121-28. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maria Gracineia Aguiar Carvalho
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (5785)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015119-58. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Lindomar Ferreira da Silva
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (5785)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0007175-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Edimilson Oliveira da Silva
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DECISÃO:
DECISÃO Nada a reconsiderar. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para o autor comprovar o recolhimento das custas. Pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014981-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: JoÃo Fernandes Modesto
Advogado: Jucymar Gomes Cardoso (OAB/RO 3295)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON

DECISÃO:
DECISÃO A parte autora pede os benefícios da assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não possui condições financeiras para arcar com o pagamento das custas processuais, porém não traz aos autos qualquer documento que comprove a alegada hipossuficiência econômico-financeira. O que se pretende discutir é o valor que as pessoas dão à prestação jurisdicional. É ela um bem da vida por demais importante, quer seja para a pessoa em si, quer seja para a sociedade como um todo. À pessoa porque soluciona litígios das maiores grandezas e complicações, fazendo que se reine a paz individual. À sociedade porque mantém firme o regime democrático, tão caro à nossa sobrevivência enquanto cidadãos que necessitam se utilizar de todos os seus direitos constitucionais. Ainda em outro pronto, também não se pode deixar de atentar para a necessidade das custas processuais, como causa de evitabilidade de lides temerárias ou menosprezo para com a prestação jurisdicional. Com essas considerações, indefiro o pretendido benefício à assistência judiciária gratuita. Faculto à autora promova o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, pena de indeferimento da inicial. Recolhidas, tornem-me conclusos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014471-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jorge Antonio Nunes Falcão
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido: Viacabotv Vcb Comunicações Sa
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014500-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Fernando Gonzaga Rodrigues de Mendonca
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S A
DECISÃO:
DECISÃO A gratuidade da justiça, manifestação do Princípio do Direito de Ação, será deferida, nos termos do inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, sempre que o autor comprovar que o pagamento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao sustento próprio ou de sua família, o que não ocorre na espécie. Ressalte-se que a mera declaração nesse sentido não tem o condão de suprir a exigência constitucional. Dito isso, por não estar caracterizada a alegada hipossuficiência, INDEFIRO o pedido de gratuidade, devendo a parte autora recolher as custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0010870-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Terezinha Maria Mendes Braz
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Viação Três Marias Transportes Ltda.
DECISÃO:
DECISÃO O simples fato de juntar cópia da CTPS mostrando que a requerente não trabalha de carteira assinada não quer dizer que esta não tenha renda e, que o recolhimento das custas processuais irá acarretar prejuízo ao seu sustento. Outro ponto a ser observado é que a petição de fl. 27 requer a justiça gratuita que fora negado à fl. 25, a irresignação da parte deve ser deduzida perante o Egrégio Tribunal de Justiça, pelos meios legais próprios. Ante ao exposto e, considerando o indeferimento da gratuidade de justiça à fl. 25, defiro o prazo de 10 (dez) dias à parte autora para comprovar o recolhimento das custas iniciais, sob pena de extinção e arquivamento. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006501-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco J. Safra S. A.
Advogado: José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB/PR 45445)
Requerido: Lenilson Nobre Tavares
DECISÃO:
DECISÃO Dispõe o art. 511 do CPC que, no ato da interposição do recurso, o recorrente comprovará o respectivo preparo, sob pena de deserção. No ponto: Não se conhece de apelo quando FALTA um dos pressupostos legais de admissibilidade, qual seja o PREPARO, declarando DESERTA a apelação. Em resposta, o agravado sustenta que não há justificativa razoável para a não-comprovação do PREPARO no momento oportuno, e que a lei é expressa ao exigir a demonstração do pagamento do PREPARO no momento da interposição do recurso, não merecendo o agravo ser provido . CÂMARA CÍVEL 200. 000. 2003. 009571-9 Agravo de Instrumento Origem: 00220020088851 Ariquemes/RO (2ª Vara Cível). A Lei Estadual n. 301 de 21/12/90 (Regimento de Custas do Estado), em seu artigo 6º, 6º, dispõe sobre a obrigatoriedade do recolhimento das despesas forenses, em caso de apelação, efetuar-se juntamente com o preparo. Vejamos: O recolhimento de despesa forense será feito da seguinte forma: I -. . . II- um e meio por cento (1. 5%) sobre o valor da causa, se houver recurso, como preparo da apelação, ou nos processos de competência originária do Tribunal, bem como preparo dos embargos infringentes . Ocorre que o autor, muito embora tenha afirmado em sua peça de interposição que recolhera as custas, não acostou o respectivo comprovante, de modo que está prejudicada a análise do MÉRITO do recurso em face da prévia decretação de deserção, que no caso se impõe. Julgo deserta a apelação de fls. 30/37. Certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020492-75. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Maria Rochelane Pinto
Advogado: Maurício Gomes de Araújo (OAB/RO 2007), José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido: Sarlete Nascimento da Silva, Zacarias Felício e outros invasores do lote de terras situado na rua Lageado com Libero Badaró Bairro Costa e Silva, Flávio Gonçalves Batista Júnior

Advogado: Agnaldo Muniz (RO 258 B), Anita de Cácia Notargiácomo Saldanha (OAB/RO 3644), José Rezende (OAB/RO 552E), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o pedido de fls. 160. Desentranhe-se o mandado para cumprimento. Faculto à parte autora acompanhar a diligência, devendo, para tanto, marter contato com o senhor oficial de justiça. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014469-79. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Regicleide Sales de Souza
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389), Marly Tonett Sismeiro (OAB/RO 1620)
DECISÃO:
DECISÃO A parte ré já foi intimada a apresentar os documentos referentes ao contrato n. 451826582 (fls. 99), tendo quedado-se inerte (certidão fls. 100). Cientificada da incidência da penalidade do art. 359 do Código de Processo Civil e instada a se manifestar em termos de prosseguimento (fls. 101), a parte autora limitou-se a pugnar pela execução forçada dos honorários sucumbenciais (fls. 103). Ocorre que, não havendo outros requerimentos e diante da notícia de decretação de liquidação extrajudicial do requerido (fls. 105/119), foi determinada a suspensão do feito, nos termos da DECISÃO de fls. 120. Deste modo, preclusos os requerimentos acerca da exibição de documentos e, não sendo possível a constrição do bens do réu, INDEFIRO o pedido de prosseguimento do feito (fls. 122) e MANTENHO a suspensão decretada às fls. 120. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0004360-40. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A.
Advogado: Graça Jacqueline da Cunha Lima (OAB/RO 626A), Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589), Jucilene Santos da Cunha (OAB/RO 331B), Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Requerido: Rontel Rondônia Telecomunicações Ltda, Caetano Gilton Campos Martins, Marcos Gilton Miranda Martins
DECISÃO:
DECISÃO Recolha a parte autora as custas pertinentes à repetição da diligência, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito em relação aos avalistas. Sem prejuízo, deverá o exequente indicar bens passíveis de penhora de propriedade da empresa executada, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito, observando-se o disposto no parágrafo único do art. 238 do CPC. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOAv. Presidente Dutra, 2853 - Centro CEP 76800-000 Porto Velho/ROPorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0017030-76. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Cléa Silva de Lima
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94389), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620), Andrea Orabona Angélico Massa (OAB/SP 152184), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
DECISÃO:
DECISÃO Os documentos pleiteados pela parte autora já foram apresentados às fls. 68/69, não havendo que se falar em prosseguimento do feito neste ponto. Tendo havido o saque do alvará de fls. 103, arquivem-se. Caso contrário, proceda-se na forma da DECISÃO de fls. 121. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019625-82. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rovema Veículos e Máquinas Ltda
Advogado: Franciany de Paula (OAB/RO 349B)
Requerido: Atlas Gmg Gmg Motor e Gerador Diesel Ltda, Ajel Service Ltda, Weg Equipamentos Eletricos Sa
Advogado: João Joaquim Martinelli (OAB/MG 1796-A), Denise da Silveira Peres de Aquino Costa (OAB/MG 1. 787-A)
DECISÃO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem. Considerando a documentação juntada às fls. 139, que denota a sucessão processual da empresa ATLAS GMG - GMG MOTOR E GERADOR DIESEL LTDA ME por GERASOL MOTOR E GERADOR DIESEL LTDA - ME, cite-se, conforme pleiteado às fls. 138 e às expensas da parte autora. Sem prejuízo, RETIFIQUE-SE a autuação, para que conste como requerida GERASOL MOTOR E GERADOR DIESEL LTDA - ME sucessora da empresa ATLAS GMG - GMG MOTOR E GERADOR DIESEL LTDA - ME . Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0121937-20. 2002. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Aluízio Pimenta Santos de Carvalho
Advogado: João Pedro de Deus Neto (OAB/RO 1606), Francisco Robercílio Pinheiro (OAB/RO 1138)
Requerido: Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro, por ora, o pedido de fls. 671/673. Inicialmente, o simples fato de a requerida ter enviado contrato de adesão para alteração de plano ajustado com o requerido não implica em descumprimento da ordem judicial decretada neste feito, sobremaneira porque o autor não é obrigado a aderir à proposta. Ademais, os esclarecimentos acerca do envio do referido documento podem e devem ser exigidos pelo requerente diretamente perante a empresa, sem necessidade de interferência deste Juízo. No que se refere à alegação de recebimento de valores a menor, é ônus do autor comprovar a alegação. Se a instituição na qual possui conta corrente ressalte-se, estranha a estes autos negou-lhe as informações de que necessita para se desincumbir da obrigação, o correntista dispõe das medidas judiciais cabíveis para fazer cessar a abusividade. Ressalte-se, por oportuno, que não é possível compelir o requerido a apresentar dados de terceiro, mormente quando protegidos por sigilo bancário. Sem comprovação do credor acerca do alegado e, não sendo possível vislumbrar justa causa para retomada da tramitação do feito, arquivem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0023522-50. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Arresto
Arrestante: Estanislau Natalicio Rozowski
Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Arrestado: Fortal Construções Ltda
DECISÃO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem. Renumere-se as folhas destes autos a partir daquela na qual consta a DECISÃO proferida em 22 de março de 2013. Considerando que na contestação apresentada, em um primeiro momento o requerido argumenta que a dívida objeto da presente não está vencida, eis que tem seu pagamento condicionando ao recebimento de créditos perante o Município de Porto Velho e, em seguida, afirma que já procedeu a quitação dos alugueres; e ainda, a manifestação do autor informando que jamais recebeu a quantia mencionada no recibo de fls. 75, documento este que não afirma ter se dado o pagamento em dinheiro, naquele ato, deverá o requerido esclarecer de que forma se deu a satisfação do montante, apresentando o comprovante da transação bancária, se for o caso. Igualmente, de forma a corroborar a boa-fé manifestada, deverá o autor trazer aos autos os extratos de suas contas bancárias, desde a data da emissão do documento de fls. 75. Sobrevindo a documentação, que deverá ser mantida em pasta sigilosa sob a guarda da escrivania, abra-se vistas às partes em cartório, para os requerimentos que entenderem necessários, no prazo de 05 (cinco) dias, após o que, deverão ser destruídos os referidos documentos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0003827-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria do Carmo Gonçalves
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro o pedido de fls. 54/55, porquanto o documento que o executado pretende seja apresentado pela parte contrária já veio aos autos (fls. 51). Ressalte-se que houve a regular intimação do requerido para ciência (certidão - fls. 52), tendo decorrido o prazo sem qualquer manifestação (certidão fls. 53 verso), mesmo após seu patrono ter retirado os autos em carga rápida (fls. 53). Dito isso, requeira a exequente o que entender de direito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001717-75. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Pemaza S/A
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902), Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido: Osvaldo Gomes de Pádua
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o pedido de fls. 53; Expeça-se mandado de penhora, avaliação e intimação, podendo ser objeto de constrição os bens pessoais e os que guarnecem a residência da parte devedora, com exceção dos legalmente impenhoráveis. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0003088-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Patrick Gurjão Silveira, Felipe Gurjão Silveira
Advogado: Nathasha Santiago (OAB/RO 4965)
Requerido: B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado: Daniele Meira Couto (RO 2400), Fabio Breyer Amorim (OAB/RJ 124274), Bruno Bezerra de Souza (OAB/PE 19352)
DECISÃO:
DECISÃO Considerando que a insurgência do requerido é acerca da DECISÃO que declarou intempestiva a contestação apresentada, determinando seu desentranhamento, aguarde-se a DECISÃO no agravo de instrumento interposto. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0008777-65. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Requerido: José Aurimar Machado de Almeida, Lucelma Maia de Azevedo Almeida
DECISÃO:
DECISÃO A DECISÃO inicial determinou aos requeridos que apresentassem os quesitos a serem respondidos pela perícia, bem como que nomeassem assistente técnico, consignando-lhes prazo, que decorreu in albis. É certo que na contestação pleitearam a dilação do lapso. Entretanto, decorridos 09 (nove) meses tempo mais do que suficiente para cumprimento da medida não se desincumbira do ônus, acerca do qual operou-se a preclusão. Prossiga-se com a fase probatória, nos termos do deliberado às fls. 70/71. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0008365-71. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Nelis Regiane Dino de Araújo
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: OI S. A.
Advogado: Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 3020)
DECISÃO:
DECISÃO Manifeste-se a exequente acerca do depósito de fls. 143, requerendo o que entender de direito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção pelo pagamento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0023666-58. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Hilario Alves
Advogado: José Assis (OAB/RO 2332), Elizabeth Fonseca (OAB/RO 4445)
Requerido: União P F N
Advogado: Procurador Federal do Inss ( )
DECISÃO:
DECISÃO Cuida-se de ação proposta por RAIMUNDO NONATO ALVES DE MIRANDA visando o restabelecimento do auxílio-doença ou concessão de aposentadoria por invalidez endereçada ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE

SOCIAL - INSS. Inexistindo questões prejudiciais ou preliminares a serem analisadas, estando o processo em ordem, DOU O FEITO POR SANEADO. O ponto controvertido da demanda é o fato de o requerente, estar ou não, incapacitado total e permanentemente para o exercício de qualquer atividade laborativa ou para as suas atividades habituais em decorrência do acidente de trabalho que alega ter sofrido, e se é impossível sua reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, como preceitua a Lei 8. 213/91. A natureza da presente demanda evidencia a necessidade de realização de prova pericial, razão pela qual DETERMINO a expedição de mandado à Secretaria Municial de Saúde requisitando a indicação de profissional apto a fazê-la gratuitamente, por ser o autor beneficiário da gratuidade de justiça, bem como a indicação de dia, hora e local para realização dos trabalhos, com antecedência mínima de 40 (quarenta) dias, devendo o meirinho certificar tais informações O mandado deverá ser instrumentalizado com as peças necessárias dos autos a facilitar a indicação do médico especializado na patologia descrita pelo autor. Faculto às partes apresentar assistentes técnicos, bem como ofertar quesitos, desde que no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da presente DECISÃO. Desde já estabeleço os seguintes quesitos que deverão ser respondidos: a) o autor apresenta sequela de lesão física decorrente do acidente informado ; b) caso positivo, é possível estabelecer a origem e a época de sua ocorrência ; c) caso comprovadas as sequelas, que partes do corpo são atingidas d) ainda em caso positivo, em quanto as sequelas comprometem a capacidade motora e laborativa do autor e) tecnicamente o autor pode ser considerado total ou parcialmente inválido Fixo prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do laudo, contados a partir da realização do exame. Sobrevindo a prova, intimem-se as partes para ciência, bem como para que apresentem suas razões finais, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, a começar pelo autor. Com a informação relacionada à perícia (dia, hora e local), intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0005143-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Eduardo Furtado dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Consignado: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO:
DECISÃO Eduardo Furtado dos Santos ajuizou a presente ação em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A - Ceron, ambos qualificados às fls. 3, pretendendo consignar o pagamento de 30% do débito junto à ré, uma vez que esta exige o pagamento inicial de 70% do valor da dívida, para concretizar a negociação. O autor não discute nesta ação a legalidade das cobranças efetuadas pela requerida, questionando apenas o parcelamento que foi disponibilizado, argumentando que seria inviável o seu cumprimento diante de dificuldades financeiras enfrentadas. Além da pretensão de depósitos com efeitos liberatórios, o requerente almeja a manutenção/restabelecimento do fornecimento de energia elética, o que não condiz com a natureza da ação de consignação em pagamento, com rito especial e limites estabelecidos nos artigos 890 e seguintes do Código de Processo Civil. O que naturalmente não impede o ajuizamento de ação cabível. Destarte, em análise perfunctória dos autos, em sede de congnição sumária, não vislumbro a verossimilhança das alegações iniciais da parte autora, seja para deferir liminar de manutenção de fornecimento de energia elétrica, por falta de previsão neste tipo de ação, seja para depositar apenas 30% do débito descrito na inicial. Destarte, indefiro o pedido de liminar, ressalvando a possiblidade de novo exame após a complementação da relação processual. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de revelia. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte requerida: Avenida Imigrantes, n. 4173, Industrial, CEP 76. 821-063, Porto Velho/RO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014640-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Juraci Aparecida Valente da Silva
Advogado: Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB/RO 156B)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO:
DECISÃO Juraci Aparecida Valente da Silva ajuizou ação Cautelar Inominada preparatória, em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A - Ceron pretendendo obter, por meio da tutela jurisdicional, garantia de que a requerida não antecipe as cobranças das parcelas resultantes de negociação entre as litigantes. Pleiteia a concessão de medida liminar, para que a requerida se abstenha de realizar a suspensão no fornecimento de energia elétrica no imóvel da autora, bem como de incluir o seu nome no rol de inadimplentes. Trata-se de ação cautelar preparatória, como visto, afigurando-se presentes os requisitos autorizadores da liminar, porquanto o perigo na demora da prestação jurisdicional implica prejuízos consideráveis, diante do risco de corte no fornecimento de energia elétrica, serviço imprescindível para a manutenção do mínimo existencial, como garantia da dignidade da pessoa humana. É nítido o “fumus boni iuris”, em sede de cognição sumária, pois a autora comprovou que obteve parcelamento de débito junto à requerida, para pagamento em 100 parcelas de R$133, 76, incluídas nas boletas mensais de consumo de energia (fl. 8). Porém, no mês de maio deste ano, a demandada emitiu cobrança no valor de R$11. 944, 78, incluindo no consumo do mês o valor total do parcelamento, o que fez, a princípio, sem justificativa (f. 11). Destarte, presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida em sede de ação cautelar preparatória, DEFIRO a liminar, determinando à requerida que se abstenha de realizar o corte de energia na undiade consumidora descrita na inicial, bem como de incluir o nome da autora em cadastros de inadimplentes em razão do débito objeto desta ação, sob pena de multa diária de R$500, 00 (quinhentos reais), limitada a R$15. 000, 00 (quinze mil reais). Caso já tenha promovido o corte no fornecimento de energia elétrica e/ou lançamento em lista de devedores, deverá a requerida promover o restabelecimento do serviço e/ou baixa no apontamento, em 48 horas, sob as mesmas penas. Cite-se a requerida para apresentar defesa nesta ação cautelar, com as advertências legais. Expeça-se mandado de citação e intimação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0012428-71. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Afonso Nascimento Goncalves
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itaucard S/A

DESPACHO:
Visto. Considerando o pedido de fls. 82/83, comprove o autor o recolhimento das custas iniciais em 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento e extinção do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0013047-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander Brasil S. a.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Executado: Porto Cafe Ltda Me
DECISÃO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem. Revogo a DECISÃO de folha 22, considerando que a declaração feita pelo advogado na petição inicial está em conformidade com o art. 365, VI do CPC. Cite-se a parte devedora em execução, para, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de penhora, efetuar o pagamento da dívida abaixo descrita ou fazer nomeação válida de bens para a garantia do juízo. Honorários advocatícios em 10% (dez por cento), salvo havendo interposição de embargos. Porém, ocorrendo pagamento integral no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade. DÍVIDA CORRIGIDA: R$ (82. 221, 38), equivalente à Dívida Principal (74. 746, 71) + 10% de honorários advocatícios. DATA DA CORREÇÃO: 28 de maio de 2013. Decorrido o prazo supramencionado sem o pagamento ou nomeação válida de bens, proceda-se a penhora e avaliação de bens de propriedade da parte devedora, suficientes para a satisfação total da dívida principal e honorários advocatícios, intimando-se eventual cônjuge sobre a penhora de bens imóveis. Não havendo penhora, deverá o(a) Sr. (a) Oficial(a) de Justiça relacionar os bens que guarnecem a residência ou estabelecimento da parte devedora (3º do artigo 659 do CPC, C/C 3º do artigo 405 das Diretrizes Gerais Judiciais do TJ/RO). Efetuada ou não a penhora, intime-se a parte devedora para, caso queira, apresentar embargos à presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo encontrada a parte devedora, proceda-se o ARRESTO de bens de sua propriedade, suficientes para a garantia total da dívida (art. 653 do CPC). CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOEndereço: Rua Sete de Setembro, Nº 1083 Sala 07, Bairro Centro, CEP: 76801-045, Porto Velho Rondônia. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0018872-28. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edvanildo Alves da Silva
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Julio Antonio Oliveira Morais, Firmino Morais da Silva Neto
Advogado: Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0024060-65. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdeni Alves de Souza
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Ozis Tur Viagens e Turismo Ltda
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0007874-35. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leniertan Mariano
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: SPC- Servico de Protecão ao Crédito de São Paulo
Advogado: Leonardo Duque de Souza (OAB/GO 23696A), Carl Teske Junior. (RO 3. 297), Paulo Henrique Magalhães Barros (OAB/PE 15131), João Vicente Jungmann de Gouveia (OAB/PE 11427)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a parte devedora, aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0149710-06. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Bárbara Ramos de Oliveira Campigotto
Advogado: Max Ferreira Rolim (OAB/RO 984)
Executado: Embrascom Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda
Advogado: Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401), Érica Vargas Volpon (OAB/RO 1960)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0144380-52. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Fernando Inacio Barbosa
Advogado: Waldelino dos Santos Barros (OAB/RO 2187), José Jorge Tavares Pacheco (OAB/RO 1888)
Requerido: Caerd Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD
Advogado: Maricelia Santos Ferreira. . (RO 324-B), Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1. 460), Márcio Nobre do Nascimento (OAB/RO 2852)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data,

a transferência para conta a cargo deste juízo, determinando o desbloqueio do valor excedente bloqueado, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a pare devedora aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015843-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Fermino Ribeiro Lacerda
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Vianei L. Wendt & Cia Ltda
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo em valor absolutamente insignificante, conforme protocolamento anexo. Dessa forma, determinei o desbloqueio do valor. Assim sendo, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0005938-04. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Regiovane Farias Andrade
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Celso David Antunes (OAB/BA 1134), Luis Carlos Lourenço (OAB/BA 16780)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a parte devedora, aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006858-75. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: V. S. Barbosa, Vanderlei Silva Barbosa
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0245969-53. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Daniel Carneiro de Oliveira
Advogado: Rosimar Francelino Maciel Machado (OAB/RO 2860)
Requerido: Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho ILES/ULBRA
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, determinando o desbloqueio do valor excedente bloqueado, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a pare devedora aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0005879-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dilma de Souza Familia
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Dalla Comércio Ltda - ME
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001566-12. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda.
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Tânia Melgar Oiola Brasil
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo em valor absolutamente insignificante, conforme protocolamento anexo. Dessa forma, determinei o desbloqueio do valor. Assim sendo, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001683-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Angela Pereira Fogaça
Advogado: Nelson Pereira da Silva (OAB/RO 4283)
Requerido: Unimed- Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B), Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205)
DECISÃO:
DECISÃO Diante da inércia da parte requerida acerca da DECISÃO de fls. 288, que oportunizou a comprovação do regular cumprimento da antecipação de tutela deferida, reputam-se verdadeiras as alegações de fls. 285/287, ensejando, diante

das urgentes necessidades médicas da autora, nova majoração das astreintes para o montante de R$4. 000, 00 (quatro mil reais) por dia de descumprimento, até o limite de R$60. 000, 00 (sessenta mil reais). Nos termos do deliberado na audiência (fls. 259/261), faculto à requerente a imediata execução da multa, que poderá ser utilizada para custear a contratação direta das despesas médicas, caso persista o descumprimento pela requerida. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0232940-33. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Ezimal da Silva
Advogado: José Cleber Martins Viana (OAB/RO 1937), Márcio José da Silva (OAB/RO 1566), Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Requerido: CMP Comunicação e Assessoria Ltda
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro, por ora, o pedido de fls. 402. EXPEÇA-SE mandado a ser cumprido perante o representante da empresa LF IMPORTS, determinando a comprovação do depósito da quantia penhorada às fls. 394, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de configuração do crime de desobediência. Sem prejuízo a tal providência, considerando que consta no mandado o exato valor constrito, deverá o exequente requerer o que entender de direito, em termos de prosseguimento, sob pena de, em se tratando de processo em fase de cumprimento de SENTENÇA, cujo desarquivamento pode ser feito a qualquer tempo mediante simples requerimento (Art. 475-J, 5º, CPC), serem os autos remetidos ao arquivo com as anotações necessárias. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADORodovia BR 364 km 04 sentido Cuiabá, 7601 Porto Velho/ROPorto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006801-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ozivania de Souza Gomes
Advogado: Hosanilson Brito (RO 1655)
Requerido: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: José Ademir Alves (RO 618), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, determinando o desbloqueio do valor excedente bloqueado, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a pare devedora aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0016411-49. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Antonio Garcias
Advogado: Ricardo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2717)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a parte devedora, aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001885-77. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Mauro Paulo Galera Mari
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: Léo de Oliveira
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo em valor absolutamente insignificante, conforme protocolamento anexo. Dessa forma, determinei o desbloqueio do valor. Assim sendo, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0040650-88. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Antonio Andreilson de Lima
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Semp Toshiba S. A. , Benchimol Irmão & Cia Ltda
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Leri Antonio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo, sendo que determinei, nesta data, a transferência para conta a cargo deste juízo, conforme protocolamento anexo. Realizada a transferência intime-se a parte devedora, aguardando-se prazo de impugnação. Em não se manifestando a parte devedora, expeça-se alvará em favor da parte credora, arquivando-se o presente feito com as anotações necessárias. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020754-88. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Erica Betania de Almeida Andrade
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou positivo em valor absolutamente insignificante, conforme protocolamento anexo. Dessa forma, determinei o desbloqueio do valor. Assim sendo, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0011208-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Coimbra Importação e Exportação Ltda
Advogado: Jefferson de Souza Lima (OAB/RO 4449)
Requerido: Antônio Clairton Lima ME
DECISÃO:
VISTOS. Determinado bloqueio de valores em contas da parte devedora resultou negativo, conforme detalhamento anexo. Dessa forma, à parte credora para indicar bens à penhora, no prazo de cinco dias, pena de extinção do presente. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0182300-36. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Interessado (Parte A: Condomínio Residencial Rio Madeira, Wanderly Martins Borges
Advogado: Maria Sônia Benitez (OAB/RO 1072), Cristiane Aparecida da Silva Matos (OAB/RO 1202), Márcia Janete Sacco Garcia (OAB/RO 1082), Maria Sônia Benitez (RO 1072)
Requerido: Alexandre Henrique Pereira Rocha
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
SENTENÇA:
Vista à parte requerida/executada quanto ao pedido de levantamento de valores formulado à fl. 642. Prazo de 5 (cinco) dias. Após, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0009510-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eloisa Assunção
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S/a, Banco Bonsucesso S. A. , Banco BMG S/A, Banco do Brasil S. A.
DECISÃO:
DECISÃO Eloísa Assunção ajuizou a presente AÇÃO CAUTELAR INOMINADA em face de Banco Cruzeiro do Sul S/A, Banco Bonsucesso S/A, Banco BMG S/A e Banco do Brasil S/A, todos qualificados às fls. 3, pretendendo limitar o pagamento das parcelas consignadas na sua folha de pagamento ao percentual máximo de 30%. Almeja também a exibição dos contratos bancários correlatos aos empréstimos firmados. Em análise dos autos em sede de cognição sumária, não vislumbro, por ora, “fumus boni juris” nas alegações iniciais da parte autora a ponto de autorizar o deferimento da liminar para limitar os descontos em sua folha de pagamento, diante da existência de quatro empréstimos bancários firmados pelas partes, consoante documento de fl. 30, o que não impede a concessão da medida, em sua amplitude devida, após a contestação. Cite-se a parte requerida para apresentar sua defesa no prazo legal atinente à ação cautelar, sob pena de revelia, inclusive no tocante ao pedido de exibição de documentos. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Endereço da parte requerida 1: rua Funchal, n. 418, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP. Endereço da parte requerida 2: av. Alvarenga Peixoto, n. 974, Belo Horizonte/MG. Endereço da parte requerida 3: rua Álvares Cabral, n. 1707, Belo Horizonte/MG. Endereço da parte requerida 4: av. ST Bancário Sul, s/n, bairro Asa Sul, Brasília/DF. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro. jus. br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0011124-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Albino Estevão da Silveira Telles, Felipe Alves de Moura, Jose Barbosa da Silva, José Rosa, Maria das Graças Alecrim Naje, Mauro Nei Frank, Tomáz Garcia, Valdecir Noetzold, Valdir Luis Zentarski, Ana Maria de Jesus, Hilda Maria de Jesus, Valdete Rosa Xavier
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
DECISÃO:
VISTOS. Diante do posicionamento prévio de representantes do Executado quanto a possibilidade de resolução mais célere dos processos desde já designo audiência preliminar de conciliação para o dia 12. 09. 2013 às 16h40min. e determino o comparecimento dos advogados das partes com poderes para transigirem. Na solenidade estarão presentes os peritos judiciais que poderão elaborar os cálculos acaso as partes assim entenderem necessário, cujo honorários deverão ser convencionados para pagamento posterior. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0008591-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Francisco Ferraz de Sousa
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
VISTOS. Tendo em vista que o CEP apresentado pelo Requerente na petição de fls. 34 é arcaico, determino que se emende a inicial no prazo de 10 dias, a fim de apresentar endereço completo, incluíndo: CEP atualizado, visando sanar o grande número de diligências infrutíferas realizadas pelos Correios, sendo advertido desde já dos termos da Lei nº 5. 869, de 11 de janeiro de 1973, ou seja o Código de Processo Cívil: Art. 39. Compete ao advogado, ou à parte quando postular em causa própria: I - declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço em que receberá intimação; II - comunicar ao escrivão do processo qualquer mudança de endereço. Parágrafo único. Se o advogado não cumprir o disposto no no I deste artigo, o juiz, antes de determinar a citação do réu, mandará que se supra a omissão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de indeferimento da petição; se infringir o previsto no nº II, reputar-se-ão válidas as intimações enviadas, em carta registrada, para o endereço constante dos autos. Desde já advirto que o decurso do prazo in albis resultará na extinção do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0094561-49. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Francisco Ferreira da Silva
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Executado: Banco BMG S/A
Advogado: Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847), Fernanda Prata Fernandes Ferrarez (OAB/MG 109360), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Sérvio Tulio de Barcelos (OAB/MG 44698), Rodrigo Augusto da Fonseca (OAB/MG 84523), Samily Fantenele da Silva (OAB/RO 406-E), Josimar Oliveira Muniz (RO 912)
DESPACHO:
VISTOS, Analisando as petições de fls. 177/178, defiro parcialmente o pedido. Em DECISÃO de fl. 143, a parte Autora fora condenada à restituição do valor de R$818, 35, levantada indevidamente, a título da multa do art. 475-J do CPC, cuja DECISÃO fora mantida às fls. 160. Portanto, defiro o pedido no que diz respeito à restituição do valor excedente da quantia bloqueada às fls. 167, ou seja, R$205, 29. Expeça-se alvará em favor da parte Autora no valor de R$205, 29. Expeça-se alvará em favor da parte Executada no valor de R$818, 35, em nome de Barcelos Advogados Associados, Banco Itaú, Ag. 0590, c/c 70310-4, CNPJ 06. 888. 951/0001-25, conforme fl. 179. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0174223-28. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Carlos Braz de Oliveira Pires
Advogado: Francisco José da Silva Ribeiro (OAB/RO 1170), Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Executado: Têxtil Tabacow S/A, Jotabanki Fomento Mercantil Ltda.
Advogado: Assione Santos (OAB/SP 283602), Débora Souza Andrade Antonucci (OAB/SP 86. 172), Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659), Fabio Telent (OAB/SP 115577), Maria Rita de Andrade Ferreira Canoves (302667)
DESPACHO:
VISTOS. Carlos Braz de Oliveira Pires moveu a presente ação em face de Têxtil Tabacow S/A e Jotabanky Fomento Mercantil Ltda, ambos já qualificados, alegando, em síntese, a inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito SPC e SERASA. Em fase de cumprimento de SENTENÇA, a parte Autora e a corré Jotabanki Fomento Mercantil Ltda peticionaram conjuntamente noticiando a entabulação de acordo (fl. 158/159). Ante ao exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo pactuado apenas entre a parte Autora e a corré Jotabanki Fomento Mercantil Ltda, que se regerá pelas condições ali expostas. Quanto ao corréu Têxtil Tabacow S/A, expeça-se carta precatória nos termos da DECISÃO de fl. 155. Atente-se a parte Autora quanto ao prazo para retirada do expediente. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0022342-33. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: José Jorge Ribeiro da Luz
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido: OI S/A
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Rochilmer Rocha Filho (RO 635)
DESPACHO:
VISTOS. Ante o cumprimento da DECISÃO de fls. 129, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005110-71. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: GL Transporte Terraplanagem e Construção LTDA
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720), Juliane Muniz Miranda de Lucena Lima (OAB/RO 1297)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
DESPACHO:
VISTOS, Manifeste-se a Requerente, dentro do prazo legal, a respeito da contestação acostada aos autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0054729-43. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Edmaq Empresa Distribuidora e Importadora de Máquinas Ltda.
Advogado: Simone Macedo Magalhães (OAB/RO 2794), Lúcio Alex de Alencar Gurgel do Amaral (OAB/RO 4581)
Executado: Cleyton Felipe do Nascimento
SENTENÇA:
VISTOS. Edmaq Empresa Distribuidora e Importadora de Máquinas Ltda promoveu a presente ação em face de Cleyton Felipe do Nascimento, ambos já qualificados nos autos, pelas razões alegadas na exordial, no qual constituiu de pleno direito o pedido em título executivo judicial. Em cumprimento de SENTENÇA, as partes peticionaram conjuntamente noticiando a entabulação de um acordo, solicitando a respectiva homologação. (fls. 51/52). Ante ao exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA, para que produza seus legais e jurídicos efeitos o acordo celebrado entre as partes que se regerá pelas condições ali expostas e, em conseqüência, julgo extinto este processo, com fulcro no artigo 794, II do Código de Processo Civil. Deverá a Executada proceder ao recolhimento das custas processuais, sob pena de inscrição em dívida ativa, o que já determino na hipótese de inadimplemento. P. R. I. Cumpra-se. Arquivando-se os autos oportunamente. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0246142-77. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Edna Grangeiro Darwich
Advogado: Lupércio Pedrosa da Silva (OAB/RO 4233)
Requerido: Genilton Ferreira dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO / CARTA / MANDADOVISTOS. 1. Intime-se a parte autora para que promova a Requerente andamento ao feito, no prazo de 10 dias, , pleiteando o que entender de direito, sob pena de extinção sem julgamento do MÉRITO (parágrafo 1º, do artigo 267 do CPC). 2. Transcorrido o prazo sem manifestação, certifique-se nos autos e: 3. Intime-se pessoalmente a parte

autora para, no prazo de 48h para dar andamento ao feito, sob pena de extinção do processo. Endereço da Autora: Av. Presidente Dutra, nº 4100, ap 102, Bairro Olaria, Porto Velho - ROPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002446-67. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Requerido: Joanes de Sousa Pereira
DESPACHO:
DESPACHO / CARTA / MANDADOVISTOS. 1. Intime-se o advogado, via DJ, para dar andamento ao processo no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do processo. 2. Transcorrido o prazo sem manifestação, certifique-se nos autos e: 3. Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48h dar andamento ao feito, pleiteando o que entender de direito, sob pena de extinção sem julgamento do MÉRITO (parágrafo 1º, do artigo 267 do CPC). VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOEndereço da parte Requerente: Avenida Paulista, n. 2240, Bairro Paraíso CEP 01310-000 - São Paulo/SPPorto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0186606-43. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Barbara Viana Macedo, Izabel Viana Macedo, Lucas Viana Macedo
Advogado: Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740), Ely Lourenço Oliveira Cunha (OAB/RO 791), Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
Requerido: Psb - Partido Socialista Brasileiro, Pdt - Partido Democrata Brasileiro, Pp - Partido Progressista
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (RO 816), Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), Silas Rosalino de Queiroz (OAB/RO 1535)
DESPACHO:
VISTOS. Tendo em vista as informações constantes da petição de fls. 221, concedo o prazo de 20 dias para a parte Autora realizar as diligências necessárias para obter e apresentar a este Juízo o endereço do Sr. Erick Patrick Silva Fernandes, para que seja procedida a Citação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0275973-10. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Piemonte Veículos Ltda
Advogado: Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3585)
Executado: Comércio de Madeiras Jamari Ltda
DECISÃO:
VISTOS, Considerando que por um equívoco não constou no envelope o número do imóvel destinatário, determino seja remetida novamente a carta de intimação que encontra-se na contracapa, no endereço nela mencionado, qual seja: Rodovia BR 364, nº 8001, KM 3, 5, Bairro Lagoa, CEP 76812-317 - Porto Velho - RO. -, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018728-54. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Margareth de Araujo Nazario Oliveira
Advogado: Rosimar Francelino Maciel (OAB/RO 2860), Albanisa Pereira Pedraça (OAB/RO 3201)
Requerido: Banco Ibi Banco Múltiplo
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/SP 126504)
SENTENÇA:
Vsitos. Margareth de Araujo Nazario Oliveira promoveu a presente ação em face da Banco Ibi Banco Múltiplo, ambos já qualificados nos autos, pelas razões alegadas na exordial. Prolatada SENTENÇA a qual julgou parcialmente procedente a ação, condenando a Requerida a pagar a quantia de R$10. 000, 00 a título de indenização por danos morais, as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 20% do valor da condenação. Após o oferecimento tempestivo de recurso, peticionou o requeirido noticiando o pagamento integral da SENTENÇA, solicitando a respectiva extinção, caracterizando assim a desistência do recurso. (fls. 165/169). Diante da satisfação da obrigação julgo extinto o cumprimento com espeque no artigo 794, I do CPC. Expeça-se alvará em favor da parte Autora, na quantia que se encontra depositada na conta indicada às fls. 167, atentando-se ao prévio agendamento do expediente. Deverá o Executado promover o recolhimento das custas e comprovar nos autos no prazo de 05 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Arquivando-se oportunamente os autos. P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0009621-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Recol - Representações e Comércio Ltda
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: Pedro Muler Me
SENTENÇA:
VISTOS. Recol - Representações e Comércio Ltda promoveu a presente ação em face de Pedro Muler Me, ambos já qualificados, pelos fatos alegados na exordial. Antes de formada a relação jurídica processual, o Requerente constatou a existência de ação de execução de título extrajudicial em trâmite na 9ª Vara Cível ajuizada pelo antigo patrono fundadas no mesmo título que embasam esta ação, e pleiteou a desistência desta ação. (fls. 25)Posto isso, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação, e em conseqüência, julgo extinto o processo, com fundamento no art. 267, VIII, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Sem custas. Arquivem-se. P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0225367-41. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dari Chaves Bueno, Noeli Tavares Bueno
Advogado: Ronan Almeida de Araujo (OAB/RO 2523), Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido: José Ubirajara Monteiro de Barros Júnior, Maria Helena de Barros, Raimundo Nonato Guimaraes Teixeira, Maria Feliciano Nery Teixeira

Advogado: Ana Crystina Martins Saraiva Cardoso (OAB/RO 3123), Marcel Reis Fernandes (OAB/AC 2069), Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100), Celso Ceccatto (OAB-RO 111), Marcel Reis Fernandes (OAB/AC 2069), Ana Crystina Martins Saraiva Cardoso (OAB/RO 3123), Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100), Celso Ceccatto (OAB/RO 111), Eduardo Ceccatto (OAB/RO 5100), Celso Ceccatto (OAB-RO 111)
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADOVISTOS. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22/08/2013 às 11h30min. Defiro produção de prova testemunhal, conforme pleito às fls. 588/589, porém por falta de endereço suficiente deixo de proceder a intimação das testemunhas: José Nilton Rabelo, Helio Orlando Piacentine e Francisco Soares da Silva. VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA/ MANDADO Requerentes: BR 364, km 15, sentido Cuiabá -MT. Requeridos José Ubirajara e Maria Helena: Av. Lauro Sodré, n. 2014, Jardim América, bairro São João Bosco, Porto Velho - RO. Requeridos Raimundo Nonato e Maria Feliciano: Av. Comandante Braz Aguiar, n. 35, apto. 801, Nazaré, Belém PA. Testemunhas dos Requerentes (fl. 588/589): Eliezio Pedro da Silva: Rua Castelo Branco, n. 1201, bairro Novo Horizonte, Candeias do Jamari RO. Nilson Pereira dos Santos: Rua Marechal Rondon, n. 407, Satélite, Candeias do Jamari RO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010946-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Inocêncio Miranda do Carmo
Advogado: Joseane Duarte da Costa (OAB/RO 3397)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DESPACHO:
VISTOS. A petição de fls. 67/69 trata-se da original de fls. 63/65, tendo sua matéria já analisada. Cumpra-se as determinações da SENTENÇA de fls. 66. Após, arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001278-30. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Laura Maria Cardoso Leão
Advogado: Julinda da Silva (OAB/RO 2146)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA movida por Laura Maria Cardoso Leão em face do Banco Bradesco S. A, ambos qualificados nos autos. Requereu em sua exordial fosse o banco intimado a apresentar os extratos e planilhas das contas mencionadas na exordial. Instruiu a inicial com documentos de fls. 03/13. Devidamente intimado o banco cumpriu com o determinado (fls. 20/62). Intimada a parte autora a se manifestar quanto aos cálculos apresentados pelo banco, se manteve silente. Logo, diante do silêncio da Exequente, entendo que a mesma aquiesceu com o valor apresentado pelo banco. Pelo exposto, homologo os cálculos apresentados pelo Banco Bradesco, conforme planilha acostada às fls. (45/62), devendo ser atualizado a partir da data informada na referida planilha. Fixo os honorários advocatícios em R$300, 00. O Requerido deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, bem como dos honorários fixados, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do artigo 475, J do CPC. Deverá o Executado proceder o recolhimento das custas processuais em guia própria no montante de 3% e comprovar nos autos no prazo de 15 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001103-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jose Prudencio Camacho Chaves
Advogado: Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Executado: Banco Bradesco S/A
SENTENÇA:
VISTOS. Jose Prudencio Camacho Chaves promoveu a presente ação em face de Banco Bradesco S/A, ambos já qualificados nos autos, pelos fatos alegados na exordial. Intimado para emendar a exordial trazendo aos autos documentos imprescindíveis, o Requerente manteve-se inerte. Desta forma, outro caminho não deve seguir os autos, senão o de indeferimento da inicial por não estar instruída com os documentos e provas indispensáveis a propositura da ação. Ante o exposto, indefiro a petição inicial uma vez não cumprida as diligências determinadas, com espeque no parágrafo único do art. 284 do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o presente processo, com fulcro no art. 267, I, do já citado diploma legal. Sem custas. Após as formalidades legais, arquive-se imediatamente os autos. P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0246617-33. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ademir Carneiro
Advogado: Jairo Pelles (OAB/RO 1736), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Daiane Roberta Souza Marinho Hirschmann (OAB/RO 729E)
Requerido: Francivaldo da Silva Ferreira
DECISÃO:
DESPACHO /MANDADO. VISTOS. Ante o resultado negativo da penhora on line, conforme pleito de fls. 38, determino via oficial de justiça, penhora e avaliação de bens de propriedade do executado passíveis de desapropriação, até o montante da dívida, qual seja, R$7. 534, 87. Efetivada a penhora, intime-a para querendo, impugnar. Caso não encontre bens a serem penhorados, deverá o Sr. Oficial, relacionar aqueles que guarnecem a residência do devedor. Desde já defiro ao Sr. Oficial de Justiça cumprir o mandado nos termos do artigo 172, 2º do CPC. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO. Endereço: Rua Rio Madeira, n. 1428, bairro Agenor de Carvalho - Porto Velho RO, fone: (69)9981-9969. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0019285-07. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Emerson Rodrigues de Souza
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Requerido: Tapajós Comércio de Medicamentos Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
DESPACHO:
VISTOS. As partes são legítimas e encontram devidamente representadas. Não há nulidades ou vícios a sanar. Não há questão processual pendente. Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos: 1. A existência do dano patrimonial e moral; 2. Valoração dos danos efetivamente ocorridos; 3. Responsabilização das partes no evento. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/09/2013 às 11: 30 horas. Defiro a produção de prova testemunhal. Informe a parte Requerida, no prazo de 5 dias, as provas que pretende produzir. Nos termos do art. 407, do CPC, o rol de testemunhas deve ser apresentado no prazo de cinco dias desta, para que se proceda as respectivas intimações, ou dez dias antes da audiência designada, sendo que as partes deverão trazê-las independente de intimação. Intimem-se as partes, as testemunhas porventura arroladas, e as que vierem a ser tempestivamente. Expeça o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0149239-82. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Irmãos Domingues Ltda
Advogado: Adriana Emerick de Paiva (OAB/RO 2207), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911), João Closs Junior (OAB-RO. 327-A)
Requerido: Comercio de Generos Alimenticios Luzitano Ltda
SENTENÇA:
VISTOS. Irmãos Domingues Ltda promoveu a presente execução em face de Comercio de Generos Alimenticios Luzitano Ltda, ambos já qualificados, pelos fatos alegados na exordial. Devidamente citado fls. 32-v, o Executado não liquidou o débito e tampouco ofereceu bens à penhora. Intimado via Diário da Justiça bem como pessoalmente a promover o regular andamento a execução, o aviso de recebimento retornou com anotação de ser o requerente desconhecido no endereço por este indicado afastando o rigor legal, devendo a parte interessada suportar o ônus procesual de sua omissão, sendo obrigação manter seu endereço atualizado. Estando o processo paralisado, registrando-se a última manifestação da parte interessada em 26/01/2010 restando presumida a desistência tácita. Ante ao exposto e, considerando caracterizada a desídia, julgo extinta esta ação, com espeque no art. 267, III do Código de Processo Civil. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante substituição por cópias. Sem custas. Arquivem-se os autos. P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017216-02. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daniel Matias Freitas da Silva
Advogado: Márcio José dos Santos (OAB/RO 2231)
Requerido: Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
SENTENÇA:
VISTOS. Daniel Matias Freitas da Silva promoveu a presente ação em face da Losango Promoções de Vendas Ltda, ambos já qualificados nos autos, pelas razões alegadas na exordial. Prolatada SENTENÇA a qual julgou procedente a ação, condenando a Requerida a pagar a quantia de R$20. 000, 00 a título de indenização por danos morais, as custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% do valor da condenação. Após o oferecimento tempestivo de recurso, peticionaram as partes conjuntamente noticiando a entabulação de um acordo, solicitando a respectiva homologação. (fls. 91/92). Ante ao exposto, homologo por SENTENÇA, para que produza seus legais e jurídicos efeitos o acordo celebrado entre as partes que se regerá pelas condições ali expostas e, em consequência, julgo extinto este processo, com fulcro no artigo 794, II do Código de Processo Civil. Deverá o Executado promover o recolhimento das custas e comprovar nos autos no prazo de 05 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Arquivando-se oportunamente os autos. P. R. I. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010112-85. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Arresto
Requerente: Recol Distribuidora e Comércio Ltda
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: Farmalucas Comercio de Medicamentos Ltda
Penhora online - Autor:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da resposta do Bacen.

Proc.: 0004251-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Lucenira Veras Brandão
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Penhora online - Réu:
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada do bloqueio realizado pelo BACEN, para, querendo, interpor impugnação.

Proc.: 0014107-77. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geralda Felicia da Cruz
Advogado: Carlos Cantanhêde (OAB/RO 3206)
Requerido: BANCO BMG SA.
Advogado: Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Penhora online - Réu:
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada do bloqueio realizado pelo BACEN, para, querendo, interpor impugnação.

Proc.: 0002829-45. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jose Domingos Figueiredo, Zaine Francisco da Silva Figueiredo
Advogado: Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639), Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829)

Executado: Paula de Tal, Adenilton Amorim do Nascimento, Helena Nogueira de Souza, Marinete Nogueira de Souza
Advogado: Maria Eugênia de Oliveira (OAB/RO 494A)
Ficam as partes intimadas através de seus procuradores sobre a resposta do bacen.

Proc.: 0022478-64. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Construtora Dina Ltda
Advogado: Max Guedes Marques (OAB/RO 3209)
Requerido: Emanuela Teles Pinto, Demilson de Tal
Penhora online - Autor:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da resposta do Bacen.

Proc.: 0146122-78. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ponto Frio Refrigeração Ltda - Me
Advogado: Samuel dos Santos Junior (OAB/RO 1238)
Requerido: R. N. Satori & Cia. Ltda. Me
Penhora online - Autor:
Fica a parte Exequente, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da resposta do Bacen.

Proc.: 0000179-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A.
Advogado: Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589)
Executado: Genefran Alves da Silva Junior, Jose Ferreira da Costa
Ficam as partes intimadas através de seus procuradores sobre a resposta do bacen.

Proc.: 0024761-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Odair de Oliveira Fazan
Advogado: Eliana Soleto Alves Massaro (RO 1847)
Requerido: Mrv Engenharia e Participações S. a
Advogado: Edilson A. de Hungria Júnior (5002)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013991-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simeão Furtado Passos
Advogado: Jorge Pacheco (1888)
Requerido: Porto Júnior Construções Ltda
Advogado: Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (OAB/RO 632A)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013430-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Nelson Monfredinho Júnior
Advogado: Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0018902-92. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aline Rabelo Faheina Chaves
Advogado: Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458)
Requerido: Caixa Consórcios Sa
Advogado: Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737), Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0003143-25. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: José Severino Alves da Costa
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Pine S/A
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Denis Audi Espinela (OAB/SP 198. 153), Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0004253-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Lucenira Veras Brandão
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco GMAC S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022502-24. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Edgerson Augusto Flores
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0020943-32. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: José Famir Apontes da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Réplica:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000223-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Odilei Paulo Correia
Advogado: Paula Jaqueline de Assis Miranda (OAB/RO 4245), Shisley Nilce Soares da Costa (OAB/RO 1244)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), FÁbio AntÔnio Moreira (RO 1553)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0013432-17. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosemery Matias Nunes
Advogado: Sílvio Machado (OAB/RO 3355)
Requerido: Educon -Sociedade de Educação Continuada Ltda, UNITINS - Fundação Universidade do Tocatins
Advogado: Simone Zonari LETC hacoski (OAB/PR 18445), Fabrícyo Teixeira Noleto (OAB/TO 2937), Jaiana Milhomens Gonçalves (OAB/TO 4295), Cassemiro Alves dos Santos (OAB/SP 197627), Damien Zambellini (OAB/GO 19561)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0010120-67. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Ocianio Silva Dantas
Advogado: Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Requerido: Veronica Paema da Silva, Valclei Queiroz da Silva
Advogado: Moacir Requi (OAB/RO 2355), Cristiane Patrícia Hurtado Madueno (OAB/RO 1013), Jucirene Lopes Cardoso (RO 798)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005811-66. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Ed Chesma de Lima Silveira
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: Tim Celular S. A.
Advogado: Marcel Davidman Papadopol (OAB/RO 5064)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0019778-47. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Davina Leite Ribeiro
Advogado: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0026059-19. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marlene Alencar da Silva
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A- CERON, Serasa S. A.
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Rosana Benencase (OAB/SP 120552)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022845-20. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Leonice Benedita da Silva
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Volkswagem S/A
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005872-24. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Elaine Saad Abdulnur (OAB/RO 5073)
Requerido: Daniel Prestes das Chagas
Advogado: Geovanni da Silva Nunes (OAB 2421)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0019261-42. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Alberto dos Santos Leigues
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazare Pereira da Silva ( )
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0016020-60. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Paulo da Silva Alves
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)

Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000120-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Lucileide Ugalde da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Bmg S. a.
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/AM 722), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0021185-88. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jakelino Escott Maia
Advogado: Paulo Francisco de Matos (RO 1688)
Requerido: Ancar I. C. Sa
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005102-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Joubert Ayrton da Silva Magalhães
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/ RO 655-A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0014460-54. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Clecy Haddock Montes de Almeida
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco IBI S. A. Banco Múltiplo
Advogado: Andrey Cavalcante de Carvalho (RO 303-B), Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Saiera Oliveira (OAB/RO 2458), Arnaldo Rodrigues Neto (OAB/SP 238946), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000359-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Raimundo Lopes Batista
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968), Daniella Tomaz Sidrim (4. 417)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Alvaro Luiz Fernandes (OAB/AC 3592)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0009552-17. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rondomar Construtora de Obras Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Requerido: Augusto Nascimento Tulha
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0020633-94. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Anália de Fátima Pereira
Advogado: Helena Maria Fermino (OAB/RO 3442), Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RJ 126. 358), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral ( ), Micilene de Jesus Nascimento (OAB/RO 3472), Diogo Morais da Silva ( )
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl: 108/118.

Proc.: 0010820-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Rosineide Paes da Silva
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: FAI Financeira Americanas Itaú S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Depósito Judicial Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 47, efetuado pela parte requerida, no valor de R$6. 025, 64

Proc.: 0001538-73. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: C&J Luminosos e Fachadas Ltda
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Rodrigues & Carneiro Comércio S. Ltda
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO. PVH.

Proc.: 0015909-47. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Sociedade Mantenedora de Pesquisa, Educação, Assistência, Comunicação e Cultura Maria Coelho Aguiar

Fincaa
Advogado: Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Samir Raslan Carageorge (OAB/RO 616E)
Requerido: Willian Vilarins Guedes
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0192552-59. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: George Hilton Bentes da Costa
Advogado: Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Requerido: Fenix Distribuidora de Confecções e Perfumaria Ltda, Valterlei Sebastiao da Silva Miranda, Gelson da Silva Bratiliere
Advogado: Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881), Vanderlei Casprechen-OAB/RO2242 (RO 2242), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$214, 67, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0135095-69. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado: Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198), Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Executado: Alumitel Telefonia e Informática Ltda - ME
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0013366-37. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: MARIA DE FÁTIMA ÁVILA
Advogado: Rogério Mauro Schmidt (OAB/RO 3970), Sheldon Romaim Silva da Cruz (OAB/RO 4432)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Custas Judiciais Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 33, 60, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0022793-58. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Leislie F. Haenisch (OAB/ GO 20. 099)
Requerido: Lucinelia Dias Duarte
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$389, 00, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0023556-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Ana Maria Ribeiro Ferreira, Antonia Rodrigues dos Santos, Bruno Aranha de Godoes, Edith Rodrigues de Melo, Eva Ramos da Silva
Advogado: Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30. 368)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$26, 40, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000784-39. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alcides dos Santos Crivelli Júnior
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433), José Ary Gurjão Silveira (OAB/RO 121), Débora de Lima Tassetano Taboas (OAB/SP 283875), Nathasha Maria Braga Arteaga Santiago (OAB/RO 470E)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$18, 55, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0011692-24. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Fábio Vinicius Lessa Carvalho (OAB/AM 5614)
Requerido: Wilson Rosa
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$981, 46, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0190218-18. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Jose Salgueiro Filho
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287), Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114), Fábio antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 66, 07, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0021450-90. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Curuá Engenharia e Representação Ltda
Advogado: Carlos Alberto Sousa Mesquita (OAB/RO 805), Ranilson de Pontes Gomes (RO 298-B)
Requerido: Construtora OAS Ltda
Advogado: Samira Araújo Oliveira (OAB/RO 3. 432), Fabricio Rocha da Silva (OAB/SP 206338)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 341/348.

Proc.: 0017067-06. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Gilmar de Souza Castro
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
Advogado: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864), Victor Ribeiro Zadorosny (OAB/MG 111038)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 56/73.

Proc.: 0014264-16. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Panamericano S. A.
Advogado: Hudson José Ribeiro (OAB/SP 150060)
Requerido: Hernande de Macedo Veloso
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0233950-83. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Advogado: Eliana Soleto Alves Massaro (OAB/RO 1847), Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Mariana Rodrigues de Moraes
Certidão do Oficial de Justiça: sse (Cível)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0235570-33. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Construtec Comércio de Materiais de Contruções Ltda
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), Cleber Correa (OAB/RO 1732)
Requerido: Dinâmica Engenharia, Indústria e Comércio de Materiais de Construção Ltda
Advogado: Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0019972-81. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Arlene Cecília do Couto Ramos
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0005488-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dilson Juarez Abreu
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: Banco BMG S. A.
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0012999-13. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sálvio Dionizio Vieira
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
Requerido: Adailta Ferreira de Lima
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Proc.: 0252547-03. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rodão Auto Peças Ltda
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Natalim Pedro Morel
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça.

Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj. ro. gov. br
Escrivã Judicial: Elza Elena Gomes Silva

Proc.: 0007735-78. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Regina Ferreira de Souza
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no arts. 284 parágrafo único e 295 inciso VI, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO petição inicial apresentada por B. V. FINANCEIRA S/A CFI contra REGINA FERREIRA DE SOUZA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, nos termos do art. 267 incisos I e IV, do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem apreciação do MÉRITO e DETERMINO seu arquivamento. Revogo a liminar concedida às fls. 20. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Custas finais pela parte autora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014918-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Exequente: Banco Volkswagem S/A
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Requerido: Márcio Fernadnes de Morais
DESPACHO:
Regularize a parte autora, sua representação processual, considerando que a advogada que substabelece às fls. 08 (Ana Carolina Machado Sobral), não apresenta poderes para substabelecer para a advogada que assina a petição inicial (Mélanie Galindo Martinho Azzi). Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho, 1 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014659-71. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: ELISANGELA CARVALHO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME
Advogado: Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita (OAB/RO 2036)
Requerido: Criatto Design
DESPACHO:
Recolha a parte autora as custas iniciais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Porto Velho, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016111-87. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paloma Micaellen Alves Gonçalves
Advogado: Luciene Silva Marins (OAB/RO 1093), Ocicled Cavalcante (OAB/RO 1175)
Requerido: Unimed de Rondônia Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado: Franciany de Paula Dandolini (OAB/RO 349B), Breno de Paula (OAB/RO 399B)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por PALOMA MIKAELLEN ALVES GONÇALVES contra UNIMED RONDÔNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, ambas qualificadas às fls. 03 e, em consequência, CONDENO a requerida a pagar à autora, a título de danos morais, o valor de R$13. 560, 00 (treze mil quinhentos e sessenta reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir desta data. CONDENO a requerida, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados na forma do 3º do art. 20 do CPC, em 10% (dez) por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016137-51. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Dalva Lemos Pereira
Advogado: Carlos Henrique Teles de Negreiros (OAB/RO 3185)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, formulado por MARIA DALVA LEMOS PEREIRA contra CLARO S/A, ambas qualificadas às fls. 03 e, em consequência, REVOGO a antecipação dos efeitos da tutela concedida as fls. 96/97, LIBERANDO-SE a contra cautela determinada pelo Juízo (fls. 100) em favor da requerente. CONDENO a parte autora ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0013777-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Franco Omar Herrera Alviz & Marcello Henrique de Menezes Pinheiro Advogados Associados, Marcello Henrique de Menezes Pinheiro, Franco Omar Herrera Alvez, Alberto Gauna Alvis
Advogado: Denise Paulino Barbosa (OAB/RO 3002)
Requerido: Oi S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, formulado por FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ & MARCELLO HENRIQUE DE MENEZES PINHEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS, MARCELLO HENRIQUE DE MENEZES PINHEIRO, FRANCO OMAR HERRERA ALVIZ e ALBERTO GAUNA ALVIZ contra BRASIL TELECOM S/A, todos qualificados às fls. 03 e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos. CONDENO os requerentes, solidariamente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do 4º do art. 20 do Código de Processo Civil, em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0022081-05. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Demervalda Amaral Monteiro
Advogado: Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653), Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: União P F N
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por DEMERVALDA AMARAL MONTEIRO contra INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS, ambos qualificados nos autos e, em consequência, CONDENO o requerido a restabelecer à autora o auxílio doença, benefício n. 515. 178. 927-5 e o CONVERTO em auxílio acidente, na forma do 1º do art. 86 da Lei n. 8. 213/91.

CONDENO o requerido, ainda, ao pagamento das parcelas vencidas a partir da cessação do benefício ocorrida em 12/08/2010 (fls. 97/99). As prestações vencidas deverão ser pagas de uma só vez, com os juros aplicados à caderneta de poupança, desde a citação e, correção monetária a partir de quando era devida cada parcela, na forma do art. 1º F da Lei n. 9. 494/1997, bem como por aplicação da Súmula 148 do STJ. CONDENO o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, excluídas as prestações vincendas (Súmula 111 do STJ). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015070-51. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Iracema de Mota Pereira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por IRACEMA DE MOTA PEREIRA contra BANCO BRADESCO S/A, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, CONFIRMO a antecipação dos efeitos da tutela, concedida às fls. 88, tornando-a definitiva e DECLARO a inexistência do débito que originou a inscrição discutida nestes autos (Contrato n. 618104792000015 Vencimento em 20/01/2011 R$79, 54 fls. 36/38). CONDENO o requerido a pagar a autora o valor de R$10. 170, 00 (dez mil, cento e setenta reais), a título de danos morais, corrigidos pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir desta data. CONDENO o requerido, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0013514-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Uanderson Alves da Silva
Advogado: Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951), Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por UANDERSON ALVES DA SILVA contra GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S/A, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, CONDENO a requerida a restituir ao requerente o valor de R$364, 42 (trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), com a dedução da multa pela desistência da viagem, no percentual de 5% (cinco por cento). O valor apurado depois da dedução deverá ser corrigido pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a partir do pedido de reembolso (20/12/2010 fls. 13) e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. Considerando a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade do pagamento das custas e com os honorários de seu respectivo advogado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019266-64. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanete Boborges dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradescard S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por IVANETE BORGES DOS SANTOS contra BANCO BRADESCARD S/A, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, DECLARO inexistente o débito que originou a inscrição discutida nestes autos (Contrato n. 4213. 6505. 1934. 2000; Vencimento 01/04/2008; Valor R$14/06/2008 – fls. 36/38) e CONDENO o requerido a pagar à autora o valor de R$6. 780, 00 (seis mil setecentos e oitenta reais), a título de danos morais, corrigidos monetariamente e com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir desta data. CONDENO o requerido, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Com fundamento no art. 273 do CPC, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para retirada do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, independentemente do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de multa diária de R$678, 00 (seiscentos e setenta e oito reais), até o limite de R$6. 780, 00 (seis mil setecentos e oitenta reais), a serem revertidos em favor da parte autora e sem prejuízo da indenização por dano moral concedida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0016521-48. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
Requerido: Osvaldo Pereira Lisboa
Advogado: Amir Francisco Lando (OAB/RO 34A), Leandro Vicente Löw Lopes (OAB/RO 785)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A contra OSVALDO PEREIRA LISBOA, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos. CONDENO a requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 2 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0015049-41. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Taiane Cortez de Souza
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Requerido: FIDC NP MULTISEGMENTOS CREDISTORE
DESPACHO:
Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), já que não declina na inicial sua profissão, sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por conseqüência, da inicial, face o não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias para apresentar os documentos ou recolher as custas. Intime-se. Porto Velho, 1 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014867-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elijane Wosniak
Advogado: Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707), Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196)
Requerido: ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL
DESPACHO:
Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei n. 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face o não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias para apresentar os documentos ou recolher as custas. Intime-se. Porto Velho, 1 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014747-12. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: RAFAEL CRISTIANO SALES NOBRE
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (RO 5194)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
DESPACHO:
Recolha a parte autora as custas iniciais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Porto Velho, 1 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0014798-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José da Silva
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timoteo Batista (RO 115-E), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: Dismobrás - Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S/A
DESPACHO:
Defiro à parte autora os benefícios da assistência judiciária. Emende a parte autora a petição inicial, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando o valor da causa a quantia razoável, considerando como tal o montante indicado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos autos do Agravo de Instrumento n. 0010835-44. 2012. 8. 22. 0000. Intime-se. Porto Velho, 1 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0002689-45. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Clarice de Fatima Paganotto Jorge
Advogado: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Executado: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Pereira Gionédis(OAB/PR 8123); Marly Tonett Sismeiro (OAB/RO 1620)
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada da penhora para, querendo, interpor impugnação.

Proc.: 0022472-57. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Manoel Micherlane Costa do Nascimento
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Intimação da parte requerente para manifestar-se acerca da Petição de fls. 45/58

Proc.: 0247967-56. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio de Melo Lima
Advogado: Luiz Euclides Helfer (OAB/RO 3828)
Requerido: Odécio Francisco Machado, Sinésio Soares Benfica
Advogado: Sidney Oliveira da Silva (OAB/MG 63. 448), Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272), Mozart Luiz Borsato Kerne (RO 272), Sidney Oliveira da Silva (OAB/MG 63. 448)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 825, 00(oitocentos e vinte e cinco reais), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0023017-30. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Aldeide Miranda Braga do Nascimento
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.
Intimação da parte requerente para manifestar-se acerca da Petição de fls. 38/57.

Proc.: 0014277-49. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Carlos Alberto Ramos Santos
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Schahin S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0152599-20. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: José Aparecido de Oliveira
Advogado: Gustavo Adolfo Añez Menacho (OAB/RO 4296), Antoninho Mognol (OAB/RO 2718)
Executado: Lucinara Freitas Assumpção, Leonildo Freitas Assumpção
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 95, 35(noventa e cinco reais e trinta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0102877-17. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonieta Ouvidio da Silva
Advogado: Rodrigo Luciano Alves Nestor (RO 1644)
Requerido: Ana Cecília
Advogado: Adriana Oliveira (OAB/RO 3161)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 77, 33(setenta e sete reais e trinta e três centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0025647-88. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Aparecido Batista
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Requerido: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$375, 00(trezentos e setenta e cinco reais), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008577-58. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Simone Almeida de Andrade
Advogado: Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 231, 54(duzentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0007976-52. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jailton Holanda
Advogado: Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435), Amanda Sganderla Amora Rodrigues (OAB/RO 5479)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 364, 50(trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000117-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Odailton Knorst Ribeiro (RO 652), Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715)
Executado: Ferreira Veículos Ltda - EPP, Afonso Ferreira de Assis
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 547, 55 (quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0025279-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Antônio Rocha Guedes
Advogado: Ândria Aparecida dos Santos de Mendonça (OAB/RO 3784)
Requerido: Maria Eliana de Freitas Braga
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$143, 91(cento e quarenta e três reais e noventa e um centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0008953-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gargiulo Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Requerido: Bruno Botelho Piana, Judy Martins Piana
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 193, 99(cento e noventa e três reais e noventa e nove centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0014040-78. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tereza Maria de Souza Santos
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$472, 72(quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0017289-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Fátima de Oliveira Souza
Advogado: Ribeiro Lorga (OAB/DF 1105A)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$22, 54(vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0178549-36. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/MT 2680), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198), Helen Godoy da Costa (OAB/MT 10008), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Executado: Rodrigo Silva do Amaral

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$323, 55(trezentos e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0015354-30. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S. A.
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado: Hp Pereira e Construtora Ltda, Mauro de Carvalho, Henrique Pereira da Silva Filho
Intimação da parte exequente a se manifestar acerca do bloqueio de fls. 62/66 e 68/70.

Proc.: 0004286-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Amarildo Aparecido Anunciação
Advogado: Nilton Cesar Anunciação (0ABRO 5423)
Requerido: Rosana Duarte Carneiro
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 286, 51(duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0248338-20. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Anailton Moreira Peixoto
Advogado: Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Executado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040A), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Fica a parte Executada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada da penhora para, querendo, interpor impugnação.

Proc.: 0021685-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Bio Word Ecoplan da Amazonia Projetos Ambientais Ltda
Advogado: Teófanis Afonso (OAB/RO 1966)
Requerido: Valdemar Daloia, Almeria Rocha Daloia
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$2. 005, 87(dois mil e cinco reais e oitenta e sete centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0021970-21. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carla Rosana de Freitas, Gleuza Rosi Rudek
Advogado: Flora Maria Ribas Araújo (OAB/RO 2642)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S. A. CERON
Advogado: Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (OAB/RO 1114)
Intimação da parte executada para efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC.

Proc.: 0009267-24. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Requerido: Arnaldo Scheiffer, Estevão Sheiffer
Advogado: JoÃo Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206), JUarez Barreto Macedo Jr. (RO 334 B), Juarez Barreto Macedo Junior (OAB/RO 334-B)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido de desapropriação por utilidade pública formulado por SANTO ANTÔNIO ENERGIA S/A contra ARNALDO SCHEFFER e ESTEVÃO SCHEFFER, todos qualificados às fls. 03 e, em consequência, CONFIRMO a liminar concedida às fls. 196 e DECLARO a desapropriação, em favor da autora, da área de 4, 0167ha pertencente aos requeridos, especificada às fls. 119/141 e 228/250. FIXO a indenização a ser paga pela autora ao requerido em R$200. 660, 34 (duzentos mil seiscentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), conforme laudo pericial de fls. 228/270, que deverá ser acrescida de juros compensatórios, em 6% (seis por cento) ao ano, a partir da data da imissão na posse e calculados até a data do laudo de avaliação sobre o valor simples da indenização e, a partir de então, sobre o valor corrigido monetariamente a partir da data do laudo apresentado pelo perito do Juízo (art. 15-A do Decreto-Lei 3365/41). Incidirão, ainda, juros moratórios, fixados em 6% (seis por cento) ao ano, e que incidirão a partir de 1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deverá ser feito (art. 15-B do referido decreto-lei). Do valor ora fixado deverá ser deduzida a quantia oferecida a título de depósito prévio, devidamente corrigida pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Na forma do 1º do art. 27 do Decreto Lei n. 3. 365/41, CONDENO o expropriante ao pagamento de honorários da parte contrária, estes arbitrados em 2% (dois por cento) da diferença entre o valor oferecido pela requerente e o apurado na perícia produzida nos autos (R$162. 690, 34). Com o trânsito em julgado, uma vez depositado o preço integral, servirá esta DECISÃO como título hábil para transferência do domínio à expropriante, expedindo-se, somente então, alvará para levantamento dos depósitos judiciais realizados (atendidas as prescrições do art. 34 do Decreto Lei n. 3. 365/41), bem como a respectiva carta de adjudicação do imóvel expropriado. As custas deverão ser partilhadas, por igual, entre as partes, cada uma arcando com 50% do valor (art. 30 do Decreto Lei n. 3. 365/41). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0019850-05. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Tainan Francisca Cardoso Reis
Advogado: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho (OAB/RO 238)
Requerido: Maria Alice Guerreiro Balarez
Advogado: Alzerina Nogueira Leite Souza (OAB/RO 3939), Shirlei Oliveira da Costa (OAB/RO 4294)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por TAINAN FRANCISCA CARDOSO REIS contra MARIA ALICE GUERREIRO BALAREZ, ambas qualificadas às fls. 03 e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos. Com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1. 060/50, CONDENO a requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com

correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0001119-87. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lira & Cia Comercio Distribuição e RepresentaÇao Ltda Me
Advogado: Max Guedes Marques (OAB/RO 3209)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Rocha Filho (RO 635), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por LIRA & FABISZAKI COMÉRCIO DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA ME contra BRASIL TELECOM S/A, ambas qualificadas às fls. 03 e, em consequência, CONFIRMO a antecipação dos efeitos da tutela concedida às fls. 115 e DECLARO rescindida a contratação das linhas telefônicas móveis descritas nas faturas de fls. 34/88, uma vez que decorrentes de venda casada, mantendo-se os demais serviços (linha fixa, n. 69-3228-1818, e internet). CONDENO a requerida a restituir à autora, em dobro, o valor de R$1. 711, 03 (mil setecentos e onze reais e três centavos), no montante de R$3. 422, 06 (três mil quatrocentos e vinte e dois reais e seis centavos), corrigido monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a partir da data do desembolso e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação. CONDENO a requerida, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0026410-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elias Christo
Advogado: Rafael Ferreira Batista (OAB/RO 4182)
Requerido: Banco Itaú S. a
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ELIAS CHRISTO contra BANCO ITAÚ S/A, e, em consequência, DETERMINO ao requerido que, no prazo de 10 (dez) dias, tome as providências cabíveis para promover a baixa do gravame de alienação fiduciária incidente sobre o veículo descrito na inicial (fls. 10), bem como providencie o necessário para promover o desbloqueio judicial do mesmo bem, decorrente dos autos n. 0158532-42. 2007. 8. 22. 0001, sob pena de multa de R$13. 560, 00 (treze mil quinhentos e sessenta reais), a serem revertidos ao autor. CONDENO o requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), corrigidos monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0231910-60. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Moacir Oscar Schneider
Advogado: Mário Gomes de Sá Neto (OAB/RO 1426)
Executado: Maxima Engenharia E Part. Ltda, Angela Elisanes Campos Chaves, Ricardo Vidal Ferreira
SENTENÇA:
HOMOLOGO o acordo celebrado entre as partes (fls. 124/125) para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA, a ação movida por MOACIR OSCAR SCHNEIDER contra MÁXIMA ENGENHARIA E PART. LTDA, ANGÊLA ELISANES CAMPOS CHAVES e RICARDO VIDAL FERREIRA, todos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO seu arquivamento. Sem custas finais. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante cópias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0018796-67. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gisele Brocoly Moreira
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Requerido: Serasa Centralização de Serviços dos Bancos S/A
Advogado: Selma Lirio Severi (116356), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por GISELE BROCOLY MOREIRA contra SERASA CENTRALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DOS BANCOS S/A, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, CONDENO o requerido a pagar à autora, a título de danos morais, o valor de R$6. 780, 00 (seis mil setecentos e oitenta reais) corrigido pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. CONDENO o requerido, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados, na forma do 3º do art. 20 do Código de Processo Civil, em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0005519-18. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Alice Guerreiro Balarez
Advogado: Alzerina Nogueira Leite Souza (OAB/RO 3939), Shirlei Oliveira da Costa (OAB/RO 4294)
Requerido: Lena Cardoso Ferré
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por MARIA ALICE GUERREIRO BALAREZ contra LENA CARDOSO FERRI, ambas qualificadas nos autos e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos. Com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1. 060/50, CONDENO a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios

da parte contrária, estes arbitrados em R$1. 356, 00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0226945-10. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Alessandra Ramos do Rosário
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Executado: Assistência Médica e Odontológica de Rondônia S. A.
Advogado: Eudes Costa Lustosa (OAB/RO 3431)
DECISÃO:
Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE a impugnação apresentada por AMERON ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE RONDÔNIA contra a execução que lhe é movida por ALESSANDRA RAMOS DO ROSÁRIO, ambas qualificadas nos autos. Sem custas. Considerando tratar-se de execução provisória, o levantamento dos valores penhorados fica postergado até a DECISÃO definitiva nos autos do AREsp 117696, interposto perante o colendo Superior Tribunal de Justiça. Proceda-se à abertura de novo volume, conforme determina o art. 27 das Diretrizes Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça. Sem prejuízo de tal providência, deverá a escrivania providenciar a identificação do feito como execução provisória. Intimem-se. Porto Velho-RO, 5 de agosto de 2013. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Elza Elena Gomes Silva
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

PORTARIA Nº 01/2013
A Dra. EUMA MENDONÇA TOURINHO, Juíza de Direito da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelas Diretrizes Gerais do Serviço Judicial;
CONSIDERANDO a ata da audiência realizada neste juízo no processo nº 0011560-30. 2012. 8. 22. 0001;
CONSIDERANDO a possibilidade de ações em situação igual neste Juízo;
CONSIDERANDO o contido no artigo 129 do Código Civil;
RESOLVE:
SUSPENDER os processos em que figuram como parte ré LOSANGO - PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA pelo prazo de 90 dias.
Publique-se. Cumpra-se. Afixe-se.
Dê-se ciência à Corregedoria-Geral da Justiça.
Dê-se ciência às partes.
Porto Velho, 05 de agosto de 2013.
Euma Mendonça Tourinho
Juíza de Direito

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro. jus. br
JUÍZA DE DIREITO: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0013927-95. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: BANCO BRADESCO S/A
Advogado: Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/AM 4624)
Requerido: Oswaldo Morales, Aroldo Gonçalves da Costa
DESPACHO:
VISTOS. Nomeio Curador Especial na pessoa de Defensor Público para manifestar-se, conforme preceito contido no art. 9º, II e, parágrafo único do CPC. Com ou sem manifestação no prazo de defesa, venham os autos conclusos. Remetam-se os autos à Defensoria Pública. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009343-48. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosilene Rocha Freire
Advogado: Paulo José Borges da Silva (OAB/AC 1185E)
Requerido: Construtora BS S. A.
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A)
SENTENÇA:
VISTOS. Determino a extinção do feito, nos termos do artigo 267, IV do CPC, considerando o pleito do autor em sua última petição. A Escrivania deverá expedir CARTA de CRÉDITO (carta de SENTENÇA) em favor do credor. Cumprida as ordens acima e as formalidades legais, arquivem os autos. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0001453-58. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Marbrás Marmoraria Brasil Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido: Adeilson Pestana Barroso
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019133-90. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Sol Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Manoel Rodrigues Chaves - ME
DESPACHO:
VISTOS. Expeça-se edital de citação com prazo de 20 dias (art. 232, IV, CPC). Após a disponibilização do documento, a parte interessada deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, imprimi-lo pelo “site” do Tribunal de Justiça de Rondônia, comprovando dentro de 15 (quinze) dias, a sua publicação, inclusive juntando

o comprovante de pagamento da taxa de publicação no diário da Justiça, e de todos os procedimentos necessários ao movimento desta comunicação, sob pena de extinção do presente feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0001935-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco FINASA BMC S/A - Bradesco Financiamento
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Valdir Muza Duarte
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007033-69. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Requerido: Stanley Ribeiro Brasil
DESPACHO:
VISTOS. O requerido deverá pagar os valores da condenação dentro de 15 dias, sob pena de execução forçada. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0014466-90. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joao Bosco Teixeira
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Requerido: Nedina Neris Alves
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008644-57. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaucard S. A. Adm. de Cartoes
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A)
Requerido: Gislaine Aparecida de Moraes
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006632-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635), José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Requerido: Marcilene Ribeiro da Silva
Advogado: Shirlei Oliveira da Costa (OAB/RO 4294)
DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de Conciliação para o dia 22/10/2013, às 11h. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000770-84. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Itaucard S. A.
Advogado: MÉlanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido: Valdeci Giniu Jesus
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021374-03. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastião Ribeiro Moraes
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: União P F N
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Considerando a sucumbência mínima, condeno a requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, as quais arbitro em R$ 200, 00, nos termos do art. 20, 4º do Código de Processo Civil. Saliento o caráter de gratuidade judicial deferida ao autor. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015069-66. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Alailson Pinheiro de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
SENTENÇA:
VISTOS. Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, sem qualquer impugnação da parte requerida dentro do prazo legal, determino: a) após o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet; b) a extinção do feito, nos termos do art. 794, I, do CPC; c) remessa dos autos a contadoria para cálculo das custas finais, devendo ser intimado o executado para pagamento; Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019763-15. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Francisco Vanderley de Veras
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DESPACHO:
VISTOS. Verifique a escrivania se houve apresentação de documentos ou pedido de especificação de provas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016790-24. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Ensino Superior da Amazônia - AESA
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: Adam Botelho Lucio da Costa
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012277-42. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Karen Nogueira da Silva
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Consignado: Tele Shop
DESPACHO:
VISTOS. Diga o autor dentro de 15 dias, os dados cadastrais da requerida, em especial o CNPJ. Expeça-se em favor da parte autora, alvará referente ao depósito de fls. 28. Deverá agendar dentro de 5 dias, junto ao cartório. Após confeccionado, o autor poderá imprimir o mandado pelo site do Tribunal de Justiça. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021358-49. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaucard S/A
Advogado: Flávia Volpi Otake (OAB/RO 3530)
Requerido: Elvis Pinto Brito
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0020678-64. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Lojas Tropical e Refrigeração Ltda
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (RO 1537)
Requerido: Francisco de Assis de Lima Azevedo
DECISÃO:
VISTOS. Analisando detidamente os autos, nota-se que o requerido havia sido citado para esta demanda. Ao ser intimado para pagar os valores, já na fase de execução, nao houve êxito tendo em vista não morar mais na localidade. Ora, é dever processual da parte que forma a relação processual, informar modificações do local de residência ou qualquer outra situação relevante para a deslinde da ação. Outro ponto relevante é a lealdade processual, princípio formador dos procedimentos cíveis, a qual denota a honestidade e probidade com a parte adversa, o Estado e mesmo as suas ações em si. Desta feita, reputam-se válidos ao serem enviados ao endereço que constava nos autos, antes da modificação não informada ao juízo. Considerando o exposto, deve o autor, dentro de 15 dias, apresentar meio alternativo para execução com a planilha atualizada dos débitos, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0003307-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Maria das Dores Zacarias
DECISÃO:
VISTOS. O requerido foi citado e não apresentou embargos ou mesmo pagou os valores cobrados na inicial. Dessa forma, converto o mandado inicial em mandado executivo, que deverá ser executado na forma do art. 475-J, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013708-48. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Silvio Cândido Tenório, Maria Elizabet de Lima Cândido
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.

DECISÃO:
VISTOS. Considerando a DECISÃO do agravo, passo a analisar os embargos de declaração propostos pela parte requerida às fls. 174/187, referente a DECISÃO de fls. 167. Contou, analiticamente, que houve contradição deste juízo em duas ocasiões: uma seria relacionada a nomear perito Engenheiro Agranômo; duas, a existência de impossibilidade de inverter o ônus do pagamento da perícia, não sendo obrigação da requerida, ainda salientando que as partes não haviam pedido a produção de Vistoria na área em itígio. É o RELATÓRIO. Decido. No que concerne a questão da nomeação do perito, o nomeado por este juízo é de inteira capacidade técnica, seja porque seu curriculo assim o demonstra e já é de conhecimento da impugnante seja porque já comprovado em inúmeros processos com atuação de igual natureza. Ademais é pessoa de inteira confiança do juízo, o qual sempre exerceu sua atividade com diligência e qualidade. Com relação a questão do pagamento da perícia, este é outro ponto que não merece guarida deste juízo. A prova pericial foi postulada por ambas as partes (fls. 13 e 50). Considerando, ainda, que a prova é necessária a solução do litígio deve a mesma realizada ainda que as partes não a postulassem. No que tange ao pagamento em si, considerando inumeros posicionamentos dos tribunais superiores e mesmo a simples utilização do bom senso, a parte requerida é inegavelmente superior financeiramente a parte requerente, que, em tese, não pôde pagar sequer as custas. Assim, não acolho os embargos apresentados pela parte autora. Apenas, por ora, aguarde-se o trânsito desta DECISÃO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0016944-08. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Social Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Michel Pinheiro dos Passos
DESPACHO:
VISTOS. Analisando detidamente os autos, nota-se que o requerido havia sido citado para esta demanda. Ao ser intimado para pagar os valores já na fase de execução, nao houve êxito tendo em vista não morar mais na localidade. Ora, é dever processual da parte que forma a relação processual, informar modificações do local de residência ou qualquer outra situação relevante para a deslinde da ação. Outro ponto relevante é a lealdade processual, princípio formador dos procedimentos cíveis, a qual denota a honestidade e probidade com a parte adversa, o Estado e mesmo as suas ações em si. Desta feita, reputam-se válidos ao serem enviados ao endereço que constava nos autos, antes da modificação não informada ao juízo. Considerando o exposto, deve o autor, dentro de 15 dias, apresentar meio alternativo para execução com a planilha atualizada dos débitos, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0025855-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Maria Noemi Barros de Melo
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012868-67. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Executado: Peres & Rodrigues Ltda Me, Dailcio Aires Rodrigues
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a emenda à petição inicial, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005134-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado: Wyliano Alves Correia (OAB/RO 2715)
Executado: J. Alves dos Santos Transportes, José Alves dos Santos, Ana Eugenia Picolin
DESPACHO:
VISTOS. Expeça-se edital de citação com prazo de 20 dias (art. 232, IV, CPC). Após a disponibilização do documento, a parte interessada deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, imprimi-lo pelo “site” do Tribunal de Justiça de Rondônia, comprovando dentro de 15 (quinze) dias, a sua publicação, inclusive juntando o comprovante de pagamento da taxa de publicação no diário da Justiça, e de todos os procedimentos necessários ao movimento desta comunicação, sob pena de extinção do presente feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010240-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Sociedade de Pesquisa, Educação e Cultura Dr. Aparício Carvalho de Moraes S/S Ltda
Advogado: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Requerido: Carlos Alberto Coêlho
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado,

quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0003357-45. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S. A C. F. I.
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: O T Ardengue Me
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007893-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Antoninho Gonçalves Junior
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Consignado: Editora C. A.
DESPACHO:
VISTOS. Nomeio Curador Especial na pessoa de Defensor Público para manifestar-se, conforme preceito contido no art. 9º, II e, parágrafo único do CPC. Com ou sem manifestação no prazo de defesa, venham os autos conclusos. Remetam-se os autos à Defensoria Pública. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006153-09. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Requerido: PRISCILA BOTELHO DE ALMEIDA
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0005470-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Construloc - Comercio e Locação de Maquias Ltda
Advogado: Renato Djean Roriz de Assumpção (OAB/RO 3917), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020)
Executado: Titanium Serviços e Construções Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013081-73. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Cleidson Ribeiro Colares
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a emenda à petição inicial, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0022620-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Social Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Requerido: Gláucia Souza Nogueira
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0002558-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Honda Sa
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Evandro Aparecido de Paula
SENTENÇA:
VISTOS. Defiro o prazo de 30 dias para que a parte requerente possa realizar as diligências solicitadas. Nada manifestando neste prazo, serão extinto os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009637-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Rêgo Guimarães, Sebastiana Barbosa Leal
Advogado: Ivone Mendes de Oliveira (OAB/RO 4858), Geraldo Peres Guerreiro Neto (OAB/RO 577), Francisco Carlos do Prado (OAB/RO 2701)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Jean Bento (OAB/RO 5065), Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Lidiani Silva Ramires Donadelli (OAB/RO 5248)
DECISÃO:
VISTOS O requerido alegou em preliminar a ilegitimidade e a questão da localidade exata. Não há dúvidas de que as aprtes estão corretas nesta demanda, mas há dúvidas quanto a existência da real limitação do local, até mesmo necessidade de atribuir então o valor devido, se devido. Entendo haver necesisdade de prova pericial, delimitando o real local desapropriado e se não é área abrangida por outra área ou mesmo local de preservação como foi ventilado nos autos. As partes poderão apresentar quesitos e assistentes técnicos no prazo de 20 (vinte) dias. Nomeio como perito do juízo o engenheiro civil Luiz Guilherme Lima Ferraz, que deverá ser intimado por via telefônica para apresentar sua proposta de verba honorária em 5 (cinco) dias, intimando-se a parte requerida a se manifestar e efetuar o pagamento dos honorários no prazo de 5 (cinco) dias. Frisa-se que a nomeação da requerida a pagar é decorrente do largo poderio econômico da requerida e, em tese, baixas condições da parte autora de arcar com as custas. Consigno que o Nobre Perito deverá entregar o Laudo no prazo máximo de 4 (quatro) meses. Intime-se e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009599-20. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo (OAB/RO 4503), Wanusa Cazelotto (OAB/RO 2326)
Requerido: Jauru Transmissora de Energia S. A, Ellison Ricelly Alves Arquilino
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013510-40. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: H. S. B. C. Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30. 820), Ellen Laura Leite Mungo (OAB/RO 4877)
Executado: Márcio Ermenegildo
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a emenda à petição inicial, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004722-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maria Auxiliadora Queiroz de Almeida
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
VISTOS. Analisando os autos, percebe-se que a lide envolve pedido de concessão de auxílio-doença, especificadamente a espécie B31. Portanto, em se tratando de competência em razão de matéria, de ordem pública, cabe ao juiz reconhecê-la de ofício. Como visto, não há competência deste Juízo, e se tratando de auxílio-doença que não decorre de acidente de trabalho, percebe-se nitidamente a competência da Justiça Federal. Assim, considerando o teor do art. 113, do CPC, DECLARO a incompetência absoluta deste Juízo para processar e julgar a presente demanda, e DECLINO da competência determinando a remessa destes autos à Justiça Federal da Seção de Porto Velho/RO. Dê-se as baixas necessárias na distribuição. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004276-34. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A.
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Janieire Severo da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010302-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Consórcio Nacional Honda
Advogado: Edemilson Koji Motoda (OAB/RO 4281)
Requerido: Kleiton Silva Viana
DESPACHO:
VISTOS. Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Intimem-se e cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017020-95. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão (Cível)
Requerente: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)

Requerido: Derlândio Diógenes Marim
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0024293-28. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Sandra Regina das Neves Nascimento
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/PR 54881), Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235)
SENTENÇA:
VISTOS. Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, sem impugnação d aparte requerida no prazo legal, determino: a) após o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet; b) a extinção do feito, nos termos do art. 794, I, do CPC; c) remessa dos autos a contadoria para cálculo das custas finais, devendo ser intimado o executado para pagamento; Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000451-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620), João Luis Sismeiro de Oliveira Junior (OAB/RO 5379)
Executado: Dilezan Ind. de Prod. Alimentícios Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021472-51. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Gusman Dantas
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Motorola do Brasil Ltda, Benchimol Irmão & Cia Ltda, M CELULARES E INFORMÁTICA LTDA
Advogado: Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018456-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: D. de S. Moraes Me, Ducicleide de Souza Moraes
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000438-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S. A C. F. I.
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Willian Victor da Silva Duarte
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021355-60. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S. A C. F. I.
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Francisco Coelho Esteves
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007977-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jefferson Oliveira Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia Sa Ceron
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)

DESPACHO:
VISTOS. Defiro o pedido de prova testemunhal e designo audiência de instrução para o dia 17/10/2013 às 08h. Fixo como ponto controvertido a existência de interrupção no fornecimento de energia elétrica, e por quanto tempo perdurou esta situação. As testemunhas deverão comparecer independente de intimação, salvo justificada necessidade. O Rol Testemunhal deverá ser juntado com 10 (dez) dias de antecedência, em respeito ao artigo 407, parágrafo único, do CPC. Intimem-se, e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0003446-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Izamir Mendes Pinheiro, Miguel de Souza Falcao, Elane Rodrigues da Cruz, Margareth Alves da Silva, José Roberto Ferreira da Fonseca, Gleison de Oliveira Gonçalves, Cileide Beleza Brito, Sandra Lúcia de Araújo Mota, Euzete Pereira Monteiro, Maria Dolores dos Reis, Ozenia Alexandre Pereira, Raimunda Costa Soares
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A. , Santo Antônio Energia S. A. , Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
VISTOS. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para que os autores se manifestem quanto ao agravo retido interposto pelo Consórcio Construtor Santo Antônio. Quanto aos agravos de instrumento, tomo conhecimento destes, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0025211-32. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: Frederic Villar
Advogado: José Anastácio Sobrinho (RO 872)
DESPACHO:
Designo audiência de conciliação para o dia 27/08/13 às 09h30min. Int. Porto Velho-RO, quinta-feira, 25 de julho de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015148-11. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Ricardo Pantoja Braz
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: Abimael Alves Moreira
DESPACHO:
VISTOS. Trata-se de ação de execução de título extrajudicial fundada em cheque. Analisando detidamente os autos, percebe-se que o documento apresentado encontra-se prescrito para conforme o art. 59 da Lei 7357/85. Dessa forma, emende-se a inicial adequando o procedimento. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015165-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 5658)
Requerido: Anilton Teodoro Rosa Silva
DECISÃO:
VISTOS. Defiro liminarmente a medida, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente ou purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009964-11. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Sancler Comércio e Representações Ltda. , Antonio San Júnior
Advogado: Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198)
Embargado: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho
DESPACHO:
VISTOS. Razão assiste ao embargado, posto que a embargante foi quem requereu a prova, devendo, portanto, depositar os honorários periciais no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de renúncia da prova. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015100-52. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Banco Safra S A
Advogado: José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB/PR 45445)
Requerido: Sania Roméria de Souza Amorin
DESPACHO:
VISTOS. Emende-se a inicial, pois a mesma encontra-se apócrifa, devendo o patrono da requerente assiná-la no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015260-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edenis Cunha de Oliveira
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Banco do Brasil S. A.

DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Decreto a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008021-22. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosenir Barbosa dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o choque de pauta com evento na Escola da Magistratura, no qual esta Magistrada será debatedora, redesigno a audiência de instrução para o dia 14/10/2013 às 08h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015263-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Requerido: Rosângela Fernandes de Almeida, Gilson Leite Ribeiro
DESPACHO:
VISTOS. Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1. 102c, 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. Conste ainda, do mandado, que nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, "constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial" (CPC, art. 1. 102c). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015248-63. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lavinia Bernardo Rocha
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265)
Requerido: Azul Linhas Aéreas Brasileiras
DESPACHO:
VISTOS. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Após, remetam-se os autos ao Ministério Público por se tratar de interesse de menor. Decreto a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004579-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vital Alves de Freitas
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o choque de pauta com evento na Escola da Magistratura, no qual esta Magistrada será debatedora, redesigno a audiência de instrução para o dia 14/10/2013 às 09h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013987-68. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Joselino Marques Pires
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Requerido: Carlos Eduardo Moraes Valente
Advogado: Antonio Pereira da Silva (RO 802)
DESPACHO:
Defiro a consulta ao Infojud. Doravante, decreto o necessário sigilo processual, eis que a medida importa quebra do sigilo fiscal. Efetivada a consulta, intime-se a parte exeqüente de seu resultado, a qual deverá manifestar-se em cinco dias. Não obtido êxito quanto a penhora dos bens indicados na declaração, defiro a penhora de bens que guarnecem a residência, salvo os essenciais à habitação (fogão, geladeira e cama), com imediata avaliação e remoção, cujo depósito se dará em mãos do exequente. Defiro, inclusive, os benefícios do art. 172 do CPC e reforço policial, se necessário. Expeça-se mandado para tal fim. Não ocorrendo penhora frutífera dos itens acima, retornem conclusos para fixação de multa eis que inacreditável que o executado, com bens como os indicados na declaração do IR, não honre com o pagamento de dívida no valor dos presentes autos e ainda se escuse de intimação, gerando ônus desnecessário com o cumprimento de diversas diligências. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000320-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exceção de Incompetência
Excipiente: Cielo S. A
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Excepto: GUANABARA COMPANY LTDA - ME
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de exceção de incompetência relativa proposta por Cielo S. A em face de GUANABARA COMPANY LTDA - ME, informando que a excepta propôs ação ordinária,

neste Juízo. Aduz que as partem elegeram o foro da comarca de São Paulo/SP. Indicou, ainda, que a ação deveria ser proposta no foro sede da excipiente (art. 100, IV, a, CPC) ou naquele eleito pelas partes por meio do contrato, conforme preceitua o art. 111 do CPC. Postulou o acolhimento da exceção e a consequente remessa dos autos para uma das varas cíveis da comarca de São Paulo. Juntou documentos. A excepta deixou de apresentar manifestação. É RELATÓRIO. Decido. Em que pese a fundamentação da excipiente demonstrando a existência de DISPOSITIVO a respeito da suposta competência do foro de Barueri/SP, pois a requerida, ora excipiente, tem sede no local assinalado acima, entendo que seu pleito não atende ao disposto em lei. Com efeito, ambas realizaram uma relação jurídica de prestação de serviço, onde a excepta se utiliza de mediação para transações com cartão de crédito, a chamada utilização de bandeira. Essa relação tem natureza própria, com matéria abarcada por lei Especial que demonstra uma diferenciação no que concerne a sua competência, e consequente tramitação. Esta fundamentação pode ser perfeitamente vislumbrada no seguinte DISPOSITIVO do Estatuto Consumerista: Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas: I - a ação pode ser proposta no domicílio do autor; Assim resta claro que, em se tratando de competência para questões semelhantes ao presente feito, o Juízo competente pode ser o do autor da demanda principal (consumidor). Há diversos elementos fáticos que convergem para este entendimento, afinal a parte autora é hipossuficiente na relação, ao passo de que a excipiente é Pessoa Jurídica de grande porte atuando em todo o território nacional, onde a tramitação da demanda neste Juízo, indubitavelmente, não lhe trará qualquer prejuízo. Outro ponto que rebate a tese ventilada pela requerida é a especialidade de normas. Em confrontamento com o Código de Defesa e Proteção ao Consumidor - lei especial aplicável ao caso diante da relação formada - o Código de Processo Civil não tem o condão de estabelecer a competência. Sua condição será subsidiária ao CDC. Assim, não resta dúvidas que este Juízo é competente para dirimir a presente causa. Para corroborar com as alegações desta demanda, colaciono a seguir, arestos de outras decisões a respeito: Recurso Especial. Código de Defesa do Consumidor. Prestação de serviços. Destinatário final. Juízo competente. Foro de eleição. Domicílio do autor. - Insere-se no conceito de “destinatário final” a empresa que se utiliza dos serviços prestados por outra, na hipótese em que se utilizou de tais serviços em benefício próprio, não os transformando para prosseguir na sua cadeia produtiva. -Estando a relação jurídica sujeita ao CDC, deve ser afastada a cláusula que prevê o foro de eleição diverso do domicílio do consumidor. - Recurso especial conhecido e provido. publicado no DJU de 23. 6. 2003, pg 367 e nos Repositórios autorizados: RDDP 6/227 e RJADCOAS 49/119. COMPETÊNCIA. CONTRATAÇÃO. SERVIÇO. CRÉDITO. EMPRESA. RELAÇÃO. CONSUMO. O estabelecimento comercial, no caso, uma farmácia, celebrou contrato de prestação de serviço de pagamento por meio de cartão de crédito com a ré. Lastreada nesse contrato, vendeu, mediante cartão de crédito, depois de prévia consulta, medicamentos a um consumidor. Contudo a administradora do cartão não pagou a farmácia. Diante da recusa, à farmácia ajuizou uma ação cujo objetivo é o pagamento de dano moral, material, emergente e lucro cessante, bem como a devolução da importância relativa à compra dos medicamentos. A ação foi proposta no foro do Rio de Janeiro, sede da farmácia. Todavia a ré suscitou exceção de incompetência, ao fundamento de existir cláusula de eleição de foro. Acolhida a exceção, remeteram-se os autos à Comarca de São Paulo. A seção, prosseguindo o julgamento, por maioria, entendeu ser a farmácia destinatária final do serviço de crédito, portanto é o Código de Defesa do Consumidor que rege a relação negocial entre as partes e, consequentemente, declarou inválida a cláusula de eleição de foro para privilegiar o foro do consumidor (art. 6º, VIII, do CDC). CC 41. 056-SP, Rel. originário Min. Aldir Passarinho Junior, Rel. para acórdão Min. Nancy Andrighi, julgado em 23/6/2004. Dessa forma, indefiro a exceção de incompetência, confirmando a competência deste Juízo para processamento e julgamento dos autos principais. Traslade-se cópia desta DECISÃO aos autos principais. Certifique-se o trânsito em julgado. Caso ocorra, apenas arquivem estes autos, desapensando do principal. Caso tenha sido interposto recurso, informe-se mediante certidão tornando os autos conclusos. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011175-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. de M. Vieira. Me, Marthos de Melo Vieira, Adriano de Melo Vieira
Advogado: Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andrea Gomes (1857), Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Roberto Jarbas M. Sousa (RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora deverá efetuar o pagamento dos honorários periciais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de renúncia da prova, pois foi este quem requereu a prova. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013778-65. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Acleumisson Ortiz Barros
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodigues ( )
DECISÃO:
VISTOS. Indefiro o pedido de gratuidade formulado pela requerida, haja vista não haver razão para o seu deferimento, afinal trata-se de uma instituição financeira, e apesar de se encontrar em liquidação extrajudicial, não demonstrou nos autos a real necessidade para concessão do benefício. A parte executada poderá pagar os valores, e entregar os documentos no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada e busca e apreensão, respectivamente. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0014065-62. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho CREDEMPRESAS
Advogado: Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857)
Executado: Sancler Comércio e Representações Ltda. , Antonio San Júnior
DESPACHO:
VISTOS. Houve DECISÃO nos embargos determinando prosseguimento ao presente feito. Portanto, diga o exequente quanto ao prosseguimento do feito, anexando planilha atualizada e meio alternativo de execução, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015364-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco PSA Finance Brasil S/A
Advogado: Thatiane Tupinambá de Carvalho (RO 5086)
Requerido: Pedro Facundo Bezerra
DECISÃO:
VISTOS. Defiro liminarmente a medida, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente ou purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015231-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eleilson Ferreira Brito
Advogado: Elvis Dias Pinto ( )
Requerido: CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT
DESPACHO:
VISTOS. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0014044-52. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Ricardo Santos Barroso
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
DECISÃO:
VISTOS. Indefiro o pedido de gratuidade formulado pela requerida, haja vista não haver razão para o seu deferimento, afinal trata-se de uma instituição financeira, e apesar de se encontrar em liquidação extrajudicial, não demonstrou nos autos a real necessidade para concessão do benefício. A parte executada poderá pagar os valores, e entregar os documentos no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de execução forçada e busca e apreensão, respectivamente. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004757-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ronaldo de Castro Queiroz
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: César Henrique Longuini (RO 5217)
DESPACHO:
VISTOS. A ACP já foi julgada na 1ª Vara Cível desta Comarca. Dessa forma, manifestem-se as partes em 5 dias a respeito do prosseguimento do presente feito. Caso postulem o prosseguimento, no mesmo prazo, deverão dizer quais provas pretendem produzir justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0007989-17. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Francisca Leandro Gonçalves
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o choque de pauta com evento na Escola da Magistratura, no qual esta Magistrada será debatedora, redesigno a audiência de instrução para o dia 14/10/2013 às 11h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015376-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Andre Azevedo Reino
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
VISTOS. Não raro as intimações são feitas sem respeito ao prazo prévio a audiência previsto para o rito eleito. Isso se dá pelo acúmulo de mandados com os Srs. Oficiais de Justiça. Dessa forma, converto o presente para procedimento ordinário eis que tem se mostrado prudente por evitar a ocupação infrutífera de pauta e permitir a celeridade devida. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação,

certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0015218-28. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Supermix Concreto S/A
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Glaudson Eduardo Diniz (OAB/MG 110. 641)
Executado: Construtora Guara Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 03 (três) dias contados a partir do ato da citação. Salienta-se que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado que no caso de pagamento em 03 (três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários de execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo pagamento ou nomeação de bens à penhora, fica, desde já, determinada penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça. Na oportunidade, caso não seja encontrado o devedor, deverá arrestar-lhe tantos bens quanto bastem para garantir a execução, cumprindo com o disposto no art. 653, parágrafo único do CPC. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004627-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanilda Aparecida Ramos Barbato
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o choque de pauta com evento na Escola da Magistratura, no qual esta Magistrada será debatedora, redesigno a audiência de instrução para o dia 14/10/2013 às 10h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017600-28. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Inoide Belarmino da Silva
Advogado: Carlos Cantanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000235-92. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Rosângela Moreira Campos
DESPACHO:
VISTOS. Expeça-se alvará em favor da parte requerente referente aos valores bloqueados em conta judicial. Deverá o autor agendar dentro de 5 dias, junto ao cartório. Após confeccionado, deverá ser impresso pela parte autora via site do Tribunal de Justiça do Estado. Após, remetam os autos ao setor competente para dar prosseguimento a execução forçada. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0022950-94. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Douglas Felix Ferreira
Advogado: Pâmela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a manutenção da DECISÃO que decretou a revelia pela falta de regularidade da representação processual, apenas verifique a escrivania se houve a apresentação de documentos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018590-19. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Antonio Carlos da Silva, Aparecido de Souza Lima, Clarice Vergas Matos de Souza, Francisco Pacheco Castro, José Custódio de Lima, Maria Conceição da Silva Nóe, Pedro Arrais de Lima, Rita Alves da Silva, Valdevino Pedro de Lima, Antônio Rocha Santos
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a discrepância entre os valores apresentados pela parte autora/bloqueados em conta judicial e os valores apresentados pela parte executada/depositados em conta judicial, determino que sejam os autos remetidos a contadoria judicial para apurar o exato valor da condenação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0025530-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Flavia Karoliny Gomes Pereira Romagna, Afonso Felipe Galdino Leite Romagna, Edjalma Romanha Pereira
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

DESPACHO:
VISTOS. No prazo de 10 dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018589-05. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Milton Rodrigues de Sena
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
Embargado: Maia & Durão Ltda
Advogado: Isabel Silva (OAB/RO 3896)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o não pagamento da condenação e honorários periciais pela requerida, determino as consultadas postualdas em juízo. Aguarde o trâmite necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017680-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Darci Luis Oppelt, Maria José Pacheco de Souza Oppelt, Mairla Suelen de Souza Oppelt, Anderson Luis de Souza Oppelt
Advogado: Cássio Fabiano Rego Dias (OAB/RO 1514)
Requerido: Vic Tur Turismo
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
DESPACHO:
VISTOS. O requerido, dentro de 15 dias, a contar da ciência desta ordem, poderá se manifestar quanto ao cumprimento de SENTENÇA, inclusive apresentar impugnação, ou ainda, pagar os valores da condenação apresentados pela parte autora em sua planilha atualizada, sem a incidência da multa do 475-J. Caso inexistente o pagamento será realizado a execução forçada já com a aplicação de encargos nos valores apresentados pelo autor. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019871-10. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rafael de Sena Silva
Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828)
Requerido: Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017250-40. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Disal Administradora de Consórcios Ltda
Advogado: Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB/SP 31618), Agnaldo Kawasaki (OAB/MT 3884)
Requerido: Hendy Fernandes Cordeiro
DESPACHO:
VISTOS. O pedido realizado pelo autor não se presta para a FINALIDADE desejada. Com isso, indefiro os pedidos formulados pela parte autora, até mesmo porque seriam impraticáveis, a qual o Oficial de Justiça já em mais de uma vez indicou que o requerido está em local incerto e não sabido. Deverá então o autor dentro de 15 dias, impreterríveis e improrrogáveis, realizar a indicação do paradeiro do requerido ou indicar meio alternativo de citação, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019090-22. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: Marcio Rodrigues da Silva
DECISÃO:
VISTOS. O requerido foi citado e não apresentou embargos ou mesmo pagou os valores cobrados na inicial. Dessa forma, converto o mandado inicial em mandado executivo, que deverá ser executado na forma do art. 475-J, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006078-38. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Silvio Cândido Tenório, Maria Elizabet de Lima Cândido
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte requerida novamente indica haver omissão e contradição do juízo ao aplicar honorários periciais a parte requerida, quando não haveria fundamento para tanto. É o RELATÓRIO. Decido. A parte requerida persiste em entrar com este recurso para discutir matéria já tratada e que não foi objeto de DECISÃO nestes autos. Frisa-se não há qualquer determinação nesta demanda de aplicação de prova pericial. Conforme pode se notar do andamento processual deste processo, não há DECISÃO proferida em 26 de novembro de 2012, a qual determina que a requerida realize o pagamento da perícia. Equivocada está ao novamente indicar isso nesta demanda. A única determinação é no sentido de que aguarde a realização da perícia nos autos em apenso para DECISÃO conjunta com estes, nada mais. Portanto, não acolho os presentes embargos. Apenas aguarde a entrega do laudo e o momento correto para DECISÃO conjunta das demandas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0014350-21. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Laura do Carmo de Souza Sena
Advogado: Ademar dos Santos Silva (OAB/RO 810)
Requerido: Hospital Central Ltda, Reinaldo Monteiro, Tókio Marine Seguradora, Unimed de Rondônia Cooperativa de Trabalho Médico

Advogado: Max Guedes Marques (OAB/RO 3209), Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Max Guedes Marques (OAB/RO 3209), Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446), Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando o teor do memorando nº 123/DC/Cemetron, determino que seja oficiado a CEMETRON para que informe outro médico infectologista, proveniente de outra localidade, de preferência, cidade mais próxima de Porto Velho/RO. Saliento, desde já, que em vista dessa nova condição, as partes arcarão não só com o valor da perícia mas também com eventuais despesas que o perito venha a ter. De qualquer modo, as partes poderão enviar a documentação cabível a fim de evitar, se possível, o deslocamento do perito até esta Comarca. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0020001-68. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Pemaza S. A.
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Requerido: Jeconias Soares de Moraes
DESPACHO:
VISTOS. Expeça-se mandado de execução ao requerido com as atualizações apresentadas pela parte autora, inclusive multa do 475-J. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0023580-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Valda Ferreira Nunes Pereira, Olival do Nascimento Pereira
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
SENTENÇA:
Diante do que foi visto e examinado JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do artigo 269, I do CPC, para declarar o domínio da parte autora sobre a área descrita na inicial. Esta SENTENÇA servirá de título para matrícula, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Oficie-se ao Município de Porto Velho (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR), a fim de que promova o desmembramento da área usucapienda, com a elaboração de memorial descritivo do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias. Sem custas ou honorários. Extingo o processo com resolução do MÉRITO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012823-68. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Marcos Uchôa Mendes
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003), Clara Regina do Carmo Góes Orlando (OAB/RO 653)
Requerido: União P F N
DESPACHO:
VISTOS. Cumpra com a ordem de reiteração de ofício ordenada. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0011732-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Domingos Raposo de Barros
Advogado: Albanisa Pereira Pedraça (OAB/RO 3201)
Executado: Gerlis Torres da Silva, Mariley Mara Brandão Rocha Leal
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado pelo autor. Deverá ser realizado mediante MANDADO, com os efeitos do artigo 172, 2º e 227/228 todos do CPC. Salienta-se ainda que a patrona da parte autora deseja acompanhar o oficial, o que está autorizada a fazer ao ser distribuído o mandado. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0017260-55. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Companhia de Água e Esgoto de Rondônia CAERD
Advogado: Patrícia Ferreira Rolim (OAB/RO 783)
Requerido: Joao Pimenta
DESPACHO:
VISTOS. Defiro o prazo de 60 dias para que a parte requerente possa realizar as diligências solicitadas. Nada manifestando enste lapso, serão extinto os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0023400-71. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Monamares Gomes Grossi
Advogado: Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Embargado: Edmilson de Melo Brilhante
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
DESPACHO:
VISTOS. Diga o executado, dentro de 15 dias, se realmente houve o descumprimento do acordo. Caso inerte neste lapso, será dado prosseguimento a execução. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010522-17. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edith Gongora Tirina
Advogado: Paulo José Borges da Silva (OAB/AC 3306)
Requerido: Construtora BS S. A.
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A)
DESPACHO:
VISTOS. Já houve a confecção da Carta de Crédito solicitada pela parte autora. Deve o autor retirá-la dentro de 15 dias. Após, os autos serão arquivados. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0004490-93. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daniel Estenssoro Rossendy
Advogado: Fábio Henrique dos Santos Leão (OAB/RO 4402)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S. A. CERON
Advogado: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Rodrigo Augusto Barboza Pinheiro (OAB/RO 5706)

DESPACHO:
VISTOS. A requerida pagou as custas, contudo faltam os valores da condenação. A esse ponto, salienta-se que a aprte autora trouxe planilha atualizada em julho com valor de mais de R$ 17. 000, 00. Contudo, no mesmo mês a contadoria judicial realizou apuração dos valores indicando que o valor exato é R$ 13. 658, 64 (fls. 87). Desta feita, o requerido terá o prazo máximo de 15 dias para pagar os valores indicado acima, apurados pela CONTADORIA JUDICIAL, sob pena de execução forçada. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010562-96. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Luciano Baobaid Bertazzo (OAB / RO 1. 894)
Executado: Dismar - Distribuidora de Bebidas São Miguel Arcanjo Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Defiro o prazo de 30 dias para que as partes possam realizar as tratativas do acordo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0022937-32. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Hsbc Bank Brasil S. a.
Advogado: Francisco Gomes Coelho (OAB/CE 1745), Antônio Roque Albuquerque Júnior (OAB/CE 22. 463)
Executado: Cristiano Martin de Almeida, Nelsina Rosa de Jesus Almeida
DECISÃO:
VISTOS. Determino a suspensão do presente feito até a DECISÃO final dos autos em apenso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0021001-69. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Depósito
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Joao Antero Cavalcante da Silva
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora vem aos autos solicitar que este Juízo expeça diversos ofícios. É ônus do autor indicar o endereço do réu (CPC, art. 282), razão pela qual não cabe ao Poder Judiciário realizar atividade investigativa. Com efeito, a existência de dados junto a diversos órgãos se presta a FINALIDADE diversa da indicada. Sendo assim, indefiro o pedido e determino que o autor traga aos autos o endereço correto da requerida no prazo de 10 dias, ou requeira o que de direito, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO (267, IV do CPC). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0019343-73. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Izabel Freitas dos Santos, Alexandre Camilo Freitas
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
Advogado: Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
Diante do que foi visto e examinado JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do artigo 269, I do CPC, para declarar o domínio da parte autora sobre a área descrita na inicial. Esta SENTENÇA servirá de título para matrícula, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Oficie-se ao Município de Porto Velho (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR), a fim de que promova o desmembramento da área usucapienda, com a elaboração de memorial descritivo do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias. Sem custas ou honorários. Extingo o processo com resolução do MÉRITO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0025980-40. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cinelândia Farias de Jesus Vieira
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a DECISÃO de segundo grau, dou prosseguimento ao feito. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010752-88. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elcio Afonso Rocha
Advogado: Paulo Daniel de Oliveira Furtado (OAB/RO 5344)
Requerido: SAGA AMAZONIA COMERCIO DE VEICULOS LTDA
Advogado: Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0010471-35. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gelci Lourdes de Oliveira, Fernanda Borges de Oliveira, Fernando Borges de Oliveira, Paulo Roberto Borges de Oliveira Junior
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido: José Adelson de Sena, Toshiba Infraestrutora America do Sul Ltda
Advogado: Octavio de Paula Santos Neto (OAB/SP 196717)
DESPACHO:
VISTOS. Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus

próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0026306-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Condomínio Residencial Iguaçu
Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766)
Requerido: Bader Massud Jorge Badra, Margot Elage Massud
Advogado: Leonardo Elage Massud Badra (RO 4411)
DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de conciliação para o dia 23/10/2013, às 9h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008950-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Nelsina Rosa de Jesus Almeida
Advogado: Lenilce Franzolini (OABRO 3932)
Embargado: Hsbc Bank Brasil S. a.
Advogado: Antônio Roque Albuquerque Júnior (OAB/CE 22. 463)
DESPACHO:
VISTOS. Digam as partes quanto a apresentação de documentos ou pedido de especificação de provas, no prazo de 10 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008690-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arimateia Campos Ramos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: César Henrique Longuini (RO 5217)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0000402-41. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Maria de Lourdes Rodrigues Lopes, Francisco Rodrigues Lopes
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras Ltda
SENTENÇA:
Diante do que foi visto e examinado JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do artigo 269, I do CPC, para declarar o domínio util da parte autora sobre a área descrita na inicial. Esta SENTENÇA servirá de título para matrícula, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Oficie-se ao Município de Porto Velho (Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR), a fim de que promova o desmembramento da área usucapienda, com a elaboração de memorial descritivo do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias. Sem custas ou honorários. Extingo o processo com resolução do MÉRITO. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013201-19. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Fatima Pereira Ribeiro
Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: B. V. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
DECISÃO:
VISTOS. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Defiro a inversão do ônus da prova. Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC ETC), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem. Não poderá proceder nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide, sob pena de desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009610-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Auxiliadora Pereira de Souza Albano
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
Advogado: Celso Henrique dos Santos (OAB/RO 4949), William Batista Nesio (OAB/RO 4950), Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB/RO 4948)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006616-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hunter Douglas do Brasil Ltda
Advogado: Daniel Blikstein (OAB/SP 154. 894), Everton Marcelo Ferreira (OAB/SP 262. 631)
Requerido: Engecom Engenharia Comércio e Indústria Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), DANIELE MEIRA COUTO (OAB 2400)

DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de conciliação para o dia 23/10/2013, às 08h. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0006130-63. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose de Castro Lima
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco BGN S. A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
VISTOS. Digam as partes se pretendem produção de outras provas, especificando sua necessidade e o objetivo da prova. Prazo: 10 dias. Penalidade: Julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012471-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Demair Vauz da Silva
Advogado: Alex dos Reis Fernandes (OAB/AC 2365)
Requerido: Brasilminerals com. e Gem LTDA
DESPACHO:
VISTOS. Houve o pagamento das custas. Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1. 102c, 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. Conste ainda, do mandado, que nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, “constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial” (CPC, art. 1. 102c). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009770-74. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Carlos Trindade Pereira
Advogado: Mirleni de Oliveira Mariano Meira (OAB/RO 5708), Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047)
Requerido: Banco Bmc Sa
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
DESPACHO:
VISTOS. Digam as partes se pretendem produção de outras provas, especificando sua necessidade e o objetivo da prova. Prazo: 10 dias. Penalidade: Julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0009600-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Interdito Proibitório (Cível)
Requerente: Genival Bezerra de Barros Filho
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)
Requerido: Luiz Cézar Picelli, Mirian Bueno de Godoy
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado pelo autor. Deverá ser realizado mediante MANDADO, com os efeitos do artigo 172, 2º e 227/228, todos do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013202-04. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Fatima Pereira Ribeiro
Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: Fundo de Investimento em Direito Creditorios Não Padronizados Multisegmentos Credistore
DECISÃO:
VISTOS. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Defiro a inversão do ônus da prova. Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC ETC), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem. Não poderá proceder nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide, sob pena de desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008980-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Antoniete Rodrigues de Mesquita
Advogado: Kristen Roriz de Carvalho (OAB/RO 2422)
Requerido: Bfb Leasing Arrendamento Mercantil
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
DESPACHO:
VISTOS. Digam as partes se pretendem produção de outras provas, especificando sua necessidade e o objetivo da prova. Prazo: 10 dias. Penalidade: Julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008680-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jeovania Dias Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A
Advogado: José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se

pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008153-79. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aline Sumeck Bombonato
Advogado: Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO 1687)
Requerido: CLARO S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
VISTOS. Aguarde a DECISÃO do agravo apresentado. Retornem os autos em 30 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0008640-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Sociedade de Educação e Cultura de Porto Velho Ltda S/C
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Executado: Jorge Luiz Martins Botelho
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado pelo autor. Deverá ser realizado mediante CARTA PRECATÓRIA. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013332-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: Rafaela França Rossendy
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 03 (três) dias contados a partir do ato da citação. Salienta-se que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado que no caso de pagamento em 03 (três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários de execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo pagamento ou nomeação de bens à penhora, fica, desde já, determinada penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça. Na oportunidade, caso não seja encontrado o devedor, deverá arrestar-lhe tantos bens quanto bastem para garantir a execução, cumprindo com o disposto no art. 653, parágrafo único do CPC. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012970-89. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: TRM - Transportes Rodoviário Mamoré Ltda
DECISÃO:
VISTOS. Defiro liminarmente a medida, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente ou purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013601-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maicen Sales Teixeira
Advogado: Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Requerido: Banco Itaú S/A
DECISÃO:
VISTOS. Houve o pagamento de custas. Defiro a inversão do ônus da prova. Trata-se de ação ordinária com pedido de antecipação de tutela. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC ETC), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem. Não poderá proceder nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide, sob pena de desobedecendo qualquer das ordens, incorrer em multa diária correspondente a R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0012681-59. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Antonio Isaac Pinto de Souza
DECISÃO:
VISTOS. Defiro liminarmente a medida, posto provado o contrato, o inadimplemento e a constituição em mora. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem

apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré para, em 15 (quinze) dias, contestar, sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente ou purgar a mora no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0013024-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Ricardo Prestes Barbosa
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: L. B. Neves (Báu Barateiro)
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0018485-13. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Madson Erasmo Silva
Advogado: Irlan Rogério Erasmo da Silva (OAB/RO 1683)
Requerido: José Augusto de Oliveira
Advogado: Paulo Rogério José (OAB/RO 383)
SENTENÇA:
Antônio Madson Erasmo Silva propôs ação declaratória incidental de nulidade de ato jurídico em face de José Augusto de Oliveira alegando, em síntese, que o requerido ajuizou ação de reintegração de posse afirmando ser legítimo proprietário do lote de terras descrito na inicial, cuja matrícula revela origem criminosa o que justifica o pedido de nulidade de registro público e consequente nulidade da matrícula registrada em nome deste. Com a inicial, juntou documentos. Citado, o requerido ofertou resposta arguindo, em preliminar, ilegitimidade ativa, prescrição e não cabimento de ação de direito real em se tratando de demanda de cunho possessório. No MÉRITO, em resumo, aduz que se trata de invasor, os documentos dizem respeito a terceiros e não é proprietário ou possuidor da área vindicada. Ofertada réplica e determinada a especificação de provas, ambos postularam pela produção de prova testemunhal que foi colhida em audiência designada para este fim. Ofertadas alegações finais, com reiteração das teses anteriormente ventiladas, houve declinação de competência com posterior DECISÃO oriunda do e. TJ/RO determinando o prosseguimento perante este juízo. É a síntese do necessário. DECIDO. Por primeiro saliento que a ação de reintegração se encontra arquivada, em razão do trânsito em julgado da SENTENÇA proferida, cuja procedência abarcou o pedido pelo ora requerido em face do presente requerente. Pois bem. De uma leitura atenta dos autos constato a falta de interesse processual do requerente. Com efeito, constatado nos autos que a ação declaratória incidental serviria para decidir questão prejudicial a qual refletiria no MÉRITO de uma ação principal em que o requerente é parte e estando ela arquivada em razão do trânsito em julgado, falece ao requerente o reportado interesse. Neste diapasão, tratando-se de ação declaratória em que o requerente objetiva a declaração de nulidade de ato jurídico (fls. 03), ao depois postulado como nulidade de ato jurídico de registro de imóvel (fls. 21), ao argumento de que houve fraude (fls. 07), falece ao requerente tanto o interesse quanto a legitimidade ventilada pela zeloso advogado da requerida porque se trata de uma ação possessória, nada tendo a ver com o domínio. Dessa forma, não há que se falar da consequência advinda do resultado obtido nesta ação, cuja DECISÃO poderia interferir diretamente no MÉRITO daquela, sob o argumento de que as escrituras são o suporte fático-jurídico para a ação possessória seja porque, repita-se, já julgada seja porque neste tipo de demanda discute-se apenas a posse. Ainda que a posse possa decorrer do domínio e se viciado este pode comprometer aquele, não há, sob esta ótica e pedido, como atribuir interesse no resultado final, ou seja, a declaração de nulidade do negócio jurídico. Segundo a doutrina: A ação declaratória é incidental a uma outra ação, principal. Por isso, só é possível se existir uma ação pendente. [. . .] É necessário que o pedido da ação principal esteja subordinado a uma relação jurídica para o qual não se pede expressamente a declaração. Sobre a existência ou inexistência dessa relação jurídica é que versará a ação declaratória incidental. (Luiz Rodrigues Wambier. Curso avançado de processo civil, vol. 1, 6ª edição, Ed. Revista dos Tribunais - pág. 391). Diz o artigo 4º, inciso I, do CPC: Art. 4º. O interesse do autor pode limitar-se à declaração: [. . .] II - da autenticidade ou falsidade de documento; Ensina ainda Marcus Vinícius Rios Gonçalves: Pode ocorrer que uma das partes pretende ver uma questão prejudicial decidida com força de coisa julgada, para evitar novas e futuras discussões a respeito. Para tanto, a lei contemplou a possibilidade de ser ajuizada a declaratória incidental, cuja FINALIDADE será estender os limites objetivos da coisa julgada material, que passará a recair também sobre a questão prejudicial. Tanto o autor quanto o réu têm legitimidade para ajuizá-la. A sua razão de ser é, fundamentalmente, a economia processual. (In Novo Curso de Direito Processual Civil, Editora Saraiva, São Paulo, 2006, 3ª edição, Volume 1, pág. 397). Vejamos a redação do artigo 5º, do CPC: Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por SENTENÇA. Sobre esse aspecto constato que a parte não participou do documento. Desse modo, não pode arguir sua falsidade por erro e dolo, porque anulável apenas. Ocorrendo suposta simulação, de acordo com o art. 167 do CC é causa de nulidade e não de anulabilidade, o que, por si só, permitiria o seguimento da demanda para essa aferição. Contudo, alega ocorrência de má-fé na sucessão de registros (fls. 7). Assim, inegável a ocorrência de ausência de interesse processual e legitimidade ativa. Não bastasse, ainda que devam ser reconhecidas as preliminares, constato que na ação principal foi reconhecida a posse do requerente, ora requerido, cuja SENTENÇA não foi objeto sequer de apelação, ocorrendo o trânsito em julgado. Lá na ação de reintegração - foi dito por uma das testemunhas que a invasão teria sido perpetrada por dois advogados, depois esclarecido se tratar um deles patrono

do requerido que recebeu em honorários advocatícios o imóvel em questão, por conta de seu defesa patrocinada a respeito do próprio imóvel . Ora, tal situação não se mostra crível para não dizer incrível porque o advogado patrocina interesse de seu cliente a respeito de um imóvel e recebe como pagamento (honorários) o próprio imóvel (fls. 208) Assim, se o requerente adquiriu o imóvel em data muito posterior ao requerido lhe cabe propor ação de regresso em face daquele que negociou imóvel que não lhe pertencia. Desse modo, inegável que o direito milita em favor do requerido. Posto isso, com fundamento nos arts. 267, VI, do CPC, julgo extinto o presente processo sem resolução do MÉRITO. Em consequência, condeno o requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo, a teor do art. 20, 4º, do CPC, em R$ 10. 000, 00 (dez mil reais) tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo advogado do requerido, a complexidade da demanda e o tempo de tramitação do feito. Atente-se que o valor da causa se encontra determinado às fls. 173. P. R. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Proc.: 0020200-22. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leandro de Lima Ferreira, Maria de Nazaré de Castro, Paulo Sérgio Martins dos Santos, Maria Alexandrina Pereira da Silva, Maria Roselandi Sena da Silva, Leilson de Lima Ferreira, João Pantoja Monteiro, Maria do Socorro Lima Tomé, Francisco Brito Gil, Maria Aparecida da Silva
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A. , Santo Antônio Energia S. A. , Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Ricardo Gonçalves Moreira (215. 212)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Raimundo Neri Santiago
Escrivão Judicial

9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL: pvh9civel@tjro. jus. br
JUIZ DE DIREITO: JOSÉ AUGUSTO ALVES MARTINS
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0015143-86. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Agnaldo Ribeiro de Souza
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Requerido: Banco Bradesco S/A
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015250-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Jackson Chediak
Advogado: Jackson Chediak (OAB/RO 5000)
Executado: Faustina Cavalcante Bezerra
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015378-53. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Kelvin Eduardo Souza de Aguiar
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO:
DESPACHO Converto no rito ordinário. Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015304-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Iralei Rodrigues Barreto

Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015209-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: H. S. B. C. Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398)
Requerido: Ismar Martins
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015203-59. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maico da Silva Raiol
Advogado: Moisés Marinho da Silva (OAB/RO 5163)
Requerido: Rodao Auto Peças Ltda, MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015116-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado: Giovana Tonello Pedro Lima (OAB/GO 28. 931)
Requerido: Maria de Nazareth de Souza Franca
DECISÃO:
DECISÃO Intime-se o patrono do Requerente, por publicação no Diário da Justiça, para apor sua assinatura na petição de fls. 07, como condição essencial ao regular desenvolvimento do feito. Prazo: 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se e cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015385-45. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sílvia Regina Pereira Ramos
Advogado: Tanany Araly Barbeto (OAB/RO 5582)
Requerido: CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia
DECISÃO:
DECISÃO Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, bem como indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes. O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; II (. . .)Extrai-se do DISPOSITIVO supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo. Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida inseriu o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Se os motivos que ensejaram referido registro são legítimos, é questão de MÉRITO que será analisada oportunamente. Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado ao autor pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC. PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO a expedição de ofício ao SPC e Serasa para que proceda a retirada do nome da autora do cadastro de inadimplentes. Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo

legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC. , intimando-a para o cumprimento da DECISÃO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015298-89. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José da Silva Feitoza
Advogado: João Marcos de Oliveira Dias (RO 823)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO:
Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para que a requerida se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de energia. O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; II (. . .)Extrai-se do DISPOSITIVO supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo. Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida está efetuando a cobrança de vultoso valor sob alegação de irregularidade no medidor de consumo da autora, chegando a tal conclusão através de perícia realizada de forma unilateral. Destarte, sendo questionado tanto o resultado da perícia como o valor cobrado, não se afigura verossímil permitir a suspensão do fornecimento de energia da unidade consumidora da autora, como forma coercitiva do pagamento. Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente em razão da essencialidade do serviço prestado pela requerida. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC. PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO que a requerida se abstenha de efetuar a suspensão do fornecimento de energia da unidade consumidora do autor em razão do débito reclamado neste feito, pena de multa diária de R$ 500, 00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 50. 000, 00 para o caso de descumprimento, a qual será revertida em favor do autor, sem prejuízo de sua majoração em caso de insistência no descumprimento da determinação judicial. Caso a suspensão já tenha se operado, determino o restabelecimento do serviço em 2 horas, pena de multa de R$ 100, 00 por hora até o limite de R$ 50. 000, 00. Oficie-se ao SPC/SERASA para exclusão do nome do autor referente ao contrato nº 0024964503032037. Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC. , intimando-a para o cumprimento da DECISÃO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000333-09. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joeliton Pinheiro de Menezes
Advogado: Fernanda Naiara Almeida Dias (OAB/RO 5199)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB/RN 392A)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0024040-40. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Evilazio Ferreira Gomes
Advogado: Kristen Roriz de Carvalho (OAB/RO 2422)
Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0025451-21. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Demócrito Inácio de Oliveira
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0021653-52. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcia Helena Souza de Oliveira
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Fiat S. A.
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0003427-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Abgail Rodrigues da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Stênio Castiel Gualberto (OAB/RO 1277)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para requerer o que entender de direito.

Proc.: 0022886-84. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Thomaz Gaspar da Silva
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Patricia de Lira Sampaio
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para requerer o que entender de direito.

Proc.: 0006060-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Graff Norte Gráfica e Editora Ltda ME
Advogado: Denio Mozart de Alencar Guzman (OAB/RO 3211)
Requerido: Abn Ind. Com. de Equipamentos de Informática Ltda
Advogado: Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para requerer o que entender de direito.

Proc.: 0005082-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Martinele de Souza Reis
Advogado: Adercio Dias Sobrinho (OAB/RO 3476)
Requerido: Amazon Motos Comercio Ltda, J Toledo da Amazonia Industria e Comercio de Veiculos Ltda
Advogado: Ocicled Cacalcante da Costa (OAB-RO 1775), Valéria Bagnatori Denardi (OAB/SP 201516), Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413), Valéria Bagnatori Denardi (OAB/SP 201516), Ocicled Cacalcante da Costa (OAB-RO 1775)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para requerer o que entender de direito.

Proc.: 0010732-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia ACRECID
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Jose Mariano de Souza, Alessandra da Silva de Souza
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para informar o endereço do requerido José Mariano de Souza KM 21 (qual sentido: se Acre ou se Cuiabá).

Proc.: 0012465-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: José Américo Veras
Advogado: Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel ( )
Embargado: Raimundo Ferreira Alves
Advogado: Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a impugnação aos embragos a execução, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0014998-64. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado: Kallyne Gomes Santos (OAB/DF 30583), Ricardo de Paula Ribeiro (OAB/DF 15928)
Requerido: Euclides dos Santos Brasil, Oselia Diniz Bezerra
Advogado: Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre os embargos à execução monitória, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0015200-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Yone Pessoa Reis
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Requerido: Brasil Telecom Celular S/A
DECISÃO:
DECISÃO Pretende o autor a declaração de inexistência de dívida, bem como indenização por danos morais em razão da conduta ilegal atribuída a empresa ré, bem como a concessão de tutela antecipada para a requerida se abstenha de incluir seu nome do cadastro de inadimplentes e restabeleça a integralidade dos serviços no contrato nº 2001099821. O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; II (. . .)Extrai-se do DISPOSITIVO supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo. Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida está cobrando fatura da requerente já paga, em iminência de inscrever o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, a autora não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado a autora pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC. PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO que o requerido proceda o restabelecimento dos serviços em 48 horas, bem como se abstenha de inscrever o seu nome nos cadastros de inadimplentes, sob pena de multa diária de R$ 500, 00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5. 000, 00 para o caso de descumprimento. Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC. , intimando-a para o cumprimento da DECISÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015252-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Ezio Lima da Costa
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.
DESPACHO:
Trata-se a presente de ação de reintegração de posse interposta por Ezio Lima da Costa em face de Energia Sustentáveldo Brasil S/A. De acordo com a inicial o autor pretende ser reintegrado em área cujo possuidor original seria José Ferreira da Costa, já falecido, alegando ser herdeiro e sucessor do espólio. Contudo, compulsando os autos, verifica-se ter o falecido deixado outros filhos, não havendo noticias da abertura de invetário, muito embora tenha o óbito ocorrido nos idos de 2004. Em seus pedidos o autor postula a condenação da requerida no pagamento de indenização por danos morais para ele e para o espólio, muito embora não tenha este sido incluído no polo

passivo da demanda. Assim, considerando a vedação contida no art. 6º, do CPC, deve a inicial ser emendada para esclarecer se houve a abertura de inventário e incluir todos os herdeiros no polo passivo. Prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012016-77. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Felipe Nocrato Loiola
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: FIMCA - Faculdades Integradas Aparício Carvalho
Advogado: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para, em observância ao disposto no art. 515, do CPC (princípio tantum devolutum quantum appellatum), deferir a expedição de alvará judicial, conforme requerido no item “b”, da petição de fls. 111. Após, encaminhem-se os autos ao TJRO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0007142-15. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vanderlei França Brasil, Ednez Barbosa França, Dorval Melo de França, Dorval Melo de França Filho, Jociney Brabosa França, Deuzita Barbosa Rosa
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior (OAB/RO 2811), Jeanne Leite Oliveira (OAB/RO 1068)
Requerido: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Rafaela Pithon Ribeiro (OAB/BA 21026), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Clayton Conrat Kussler (RO 3861), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E)
DESPACHO:
Sobre a contestação e documentos, diga o autor em 10 (dez) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000617-51. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Evaldo Silvan Duck de Freitas (OAB/RO 884)
Requerido: Maria de Fátima Guimarães da Silva
DESPACHO:
Indefiro o pedido de bloqueio através do sistema Bacenjud, porque a providência já foi adotada, não se obtendo êxito na localização de valores, não havendo informações que indiquem qualquer alteração na situação de fato, que justifique nova diligência. Requeira o autor o que entender de direito em 5 (cinco) dias, pena de arquivamento provisório. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015098-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: MarcilÉia Carvalho dos Santos
DECISÃO:
DECISÃO B. V FINANCEIRA S/A C. F. I, qualificado nos autos, ingressou em Juízo com a presente ação de busca e apreensão, endereçando-a a MARCILÉIA CARVALHO DOS SANTOS, aduzindo ter realizado com este contrato de alienação fiduciária, garantido pelo veículo descrito na inicial que lhe foi transferido em virtude da contemplação em contrato de consórcio, requerendo, em face do inadimplemento de determinadas prestações mensais, a busca e apreensão do bem nos termos do art. 3º do Decreto Lei nº 911/69. A inicial veio instruída com cópia do contrato de alienação fiduciária (fls. 13/14) e da notificação do devedor alienante (fls. 16). É o RELATÓRIO. Decido. Nos contratos com garantia por alienação fiduciária, é transferido ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta do bem móvel alienado, até a satisfação integral da obrigação assumida pelo devedor (D. L. 911/69, art. 1º). Conforme se depreende dos documentos juntados, o devedor alienante encontra-se em débito com o proprietário fiduciário, tendo por tal sido notificado a purgar a mora (fls. 16), quedando, contudo, silente. Prevê o art. 3º do D. Lei 911/69 que em caso de mora do devedor, poderá o credor requerer liminarmente, a busca e apreensão da coisa alienada para sua venda e pagamento do débito. Estando comprovada a mora do Requerido (através da notificação extrajudicial), defiro liminarmente a busca e apreensão do automóvel descrito na inicial, com base no art. 3º do D. Lei 911/69. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com o autor. Executada a liminar, deverá o Sr. Oficial proceder à vistoria e avaliação do bem, descrevendo-lhe o estado e individuando-lhe com todos os característicos. Após, cite-se o Requerido para, em cinco (05)dias, pagar a integralidade da dívida pendente ou, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação (art. 3º do D. Lei nº 911/69 alterado pela Lei n. 10. 931/2004). Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015206-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Requerido: Raimundo Rufino Neto
SENTENÇA:
VISTOS. BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A moveu ação de busca e apreensão contra RAIMUNDO RUFINO NETO, com fundamento no Decreto-Lei 911/69, visando receber de volta os bens que alienou fiduciariamente em garantia; esclareceu que o réu deixou de efetuar o pagamento das parcelas do contrato. Assim, requereu a concessão de liminar de busca e apreensão do bem e, ao final, a confirmação da medida liminar e o reconhecimento da procedência do pedido inicial, para consolidar em seu poder a posse e propriedade do veículo objeto da demanda, além da condenação do réu no pagamento dos consectários da sucumbência. Juntou documentos de fls. 05/43. É o RELATÓRIO. DecidoA alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal. Na ação de busca e apreensão, medida de nítido cunho antecipatório, deve ser comprovada a existência da

constituição da propriedade fiduciária (o contrato), bem como da sua inexecução por parte do fiduciante (mora). O contrato foi acostado aos autos (fls. 10/15). É cediço que o direito de o credor fiduciário reaver o bem que se encontra na posse do devedor está diretamente ligado à caracterização da mora do último, a teor do que dispõe o art. 3°, do Decreto-Lei n° 911/69. A constituição do devedor em mora deve ser efetuada através de carta registrada enviada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, de acordo com o art. 2°, 2°, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso em exame deu-se o protesto do título, sendo o devedor intimado do mesmo por edital. Contudo, deve ser considerada inválida a intimação do protesto por edital quando não configuradas as hipóteses do art. 15 da Lei n° 9. 492/97 e não demonstrado que o credor esgotou todas as possibilidades de localização do devedor, como é o presente caso. Outrossim, não se admite que a notificação ou o protesto ocorram após o ajuizamento da ação, uma vez que estes são condição de procedibilidade da ação de busca e apreensão. . Assim, não estando o devedor regularmente constituído em mora, pois inválido o protesto, deve ser julgado extinto o processo, de ofício, com base no art. 267, IV, do CPC. Diante disso, tem-se que a comprovação da mora nos termos da lei não restou demonstrada, o que caracteriza ausência de pressuposto processual da ação de busca apreensão, nos termos do art. 267, IV, do CPC. Pelo exposto, não tendo o autor preenchido os requisitos necessários para o ajuizamento da ação com pedido de busca e apreensão, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias. Sem custas. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO procedam-se as baixas e arquive-se os autos. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015207-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Requerido: Gustavo Avila Machado
SENTENÇA:
VISTOS. BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A moveu ação de busca e apreensão contra GUSTAVO ÁVILA MACHADO, com fundamento no Decreto-Lei 911/69, visando receber de volta os bens que alienou fiduciariamente em garantia; esclareceu que o réu deixou de efetuar o pagamento das parcelas do contrato. Assim, requereu a concessão de liminar de busca e apreensão do bem e, ao final, a confirmação da medida liminar e o reconhecimento da procedência do pedido inicial, para consolidar em seu poder a posse e propriedade do veículo objeto da demanda, além da condenação do réu no pagamento dos consectários da sucumbência. Juntou documentos de fls. 05/34. É o RELATÓRIO. DecidoA alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal. Na ação de busca e apreensão, medida de nítido cunho antecipatório, deve ser comprovada a existência da constituição da propriedade fiduciária (o contrato), bem como da sua inexecução por parte do fiduciante (mora). O contrato foi acostado aos autos (fls. 10/13). É cediço que o direito de o credor fiduciário reaver o bem que se encontra na posse do devedor está diretamente ligado à caracterização da mora do último, a teor do que dispõe o art. 3°, do Decreto-Lei n° 911/69. A constituição do devedor em mora deve ser efetuada através de carta registrada enviada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, de acordo com o art. 2°, 2°, do Decreto-Lei n° 911/69. No caso em exame deu-se o protesto do título, sendo o devedor intimado do mesmo por edital. Contudo, deve ser considerada inválida a intimação do protesto por edital quando não configuradas as hipóteses do art. 15 da Lei n° 9. 492/97 e não demonstrado que o credor esgotou todas as possibilidades de localização do devedor, como é o presente caso. Outrossim, não se admite que a notificação ou o protesto ocorram após o ajuizamento da ação, uma vez que estes são condição de procedibilidade da ação de busca e apreensão. . Assim, não estando o devedor regularmente constituído em mora, pois inválido o protesto, deve ser julgado extinto o processo, de ofício, com base no art. 267, IV, do CPC. Diante disso, tem-se que a comprovação da mora nos termos da lei não restou demonstrada, o que caracteriza ausência de pressuposto processual da ação de busca apreensão, nos termos do art. 267, IV, do CPC. Pelo exposto, não tendo o autor preenchido os requisitos necessários para o ajuizamento da ação com pedido de busca e apreensão, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, com exceção do instrumento de mandato e do comprovante de recolhimento das custas, mediante a apresentação de cópias. Sem custas. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO procedam-se as baixas e arquive-se os autos. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0020513-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eunice Nunes dos Santos
Advogado: Albanisa Pereira Pedraça (OAB/RO 3201)
Requerido: Sabemi Seguradora S. A
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
DESPACHO:
DESPACHO. Oficie-se o Banco Santander Brasil S/A para que informe origem (local e época de abertura) e titularidade da Conta Débito n. 2123 - 13000003-7, bem como se o valor de R$ 4. 000, 00 foi, de fato, creditado em favor do titular. Prazo de 10 (dez) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0004402-21. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogado: Marilcéia Rodrigues de Lima (OAB/RO 2848)
Requerido: Maria Lima da Costa
SENTENÇA:
VISTOS ETC. Homologo a desistência da pretensão para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo

Civil, a pedido da parte requerente. Julgo, em conseqüência, extinto o feito, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, sem julgamento de MÉRITO. Sem custas finais (art. 6º, III, 7º da Lei Estadual nº 301/90). P. R. I. , e em atenção ao princípio da preclusão lógica, considero o transito em julgado nesta data. Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0021584-20. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Requerido: Oberdan Oliveira Galvão
DESPACHO:
Intime-se na forma do art. 267, 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0025476-34. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Social Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
Executado: Ulisses Sollar Marques
SENTENÇA:
VISTOS ETC. Homologo a desistência da pretensão para os fins do artigo 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil, a pedido da parte requerente. Julgo, em conseqüência, extinto o feito, com fundamento no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil, sem julgamento de MÉRITO. Sem custas finais (art. 6º, III, 7º da Lei Estadual nº 301/90). P. R. I. , e em atenção ao princípio da preclusão lógica, considero o transito em julgado nesta data. Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0012933-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Felisberto Gonsalves Oliveira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
DESPACHO:
Corrija-se o polo passivo e expeça-se o necessário a citação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0008494-42. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Magno Correa Marques
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Nereu Santana da Silva
DESPACHO:
Cite-se por Carta Precatória. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0000586-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wolney Marcos Bueno
Advogado: Fabricio Fernandes (RO 1940)
Requerido: Tim Celular S. A
Advogado: José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
DESPACHO:
Oficie-se determinando a transferência do valor depositado às fls. 114 para a Caixa Economica Federal. Após, expeça-se alvará para levantamento com os acrescimos legais e, recolhidas as custas finais, arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0001170-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mario Henrique de Mari Barriunuevo
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
Aguarde-se decurso de prazo para contrarrazões. Após, venham os autos conclusos para apreciação do pedido de fls. 55. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015494-59. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: JEAN TAGINA DA SILVA
Advogado: Anderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
DESPACHO Recebo pelorito ordinário. Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015556-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Cristiane Lopes Neri
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais

embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015493-74. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Maria Rocha
Advogado: Anderson Felipe Reusing Bauer (OAB/RO 5530), Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
DESPACHO Converto no rito oridnário. Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Defiro a justiça gratuita. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015480-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Danielly Costa Silva
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Executado: Laysa Martins
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015549-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Naiara Treci Cristovão Almeida, Sebastião Lira Sobrinho
DESPACHO:
DESPACHO Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

10ª VARA CÍVEL

10ª VARA CÍVEL
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro. jus. br
Juíza: Duília Sgrott Reis
Escrivã Judicial: Valéria de Souza Santana
Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0013633-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Carlos Alencar da Silva
Advogado: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)
Requerido: Espólio de Francisco Bernardo de Souza
DESPACHO:
Considerando o teor da certidão de fls. 29 intime-se o autor para que, no prazo de 10 dias, informe quem representa (inventariante) o espólio de Francisco Bernardo de Souza, bem como o endereço do mesmo para que seja realizada a citação ordinária, tendo em vista que a citação por edital só é cabível quando esgotados todos os meios ordinários de localização da parte ré. Em caso de decurso do prazo sem manifestação, o feito será extinto sem resolução de MÉRITO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009149-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Renovatória de Locação
Requerente: M A A do Valle Comércio de Alimentos Me
Advogado: Daniel Camilo Araripe (OAB/RO 2806), Daniel Alcântara Nastri (OAB/SP 200. 121)
Requerido: Porto Velho Shopping S/A
DESPACHO:
Cite-se o réu para, querendo, oferecer defesa em até 15 dias, sob pena de se premuirem verdadeiros os fatos narrados na inicial (art. 319 do Código de Processo Civil), julgamento antecipado (art. 330, II do CPC) e prosseguimento do feito independentemente de intimação (art. 322 do CPC). Em sendo o caso, intime-se para réplica. Após, conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0012151-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Iadyr Almeida Braga
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
DESPACHO:
Visando evitar tumulto processual, desentranhe-se a petição de fls. 154/155, certifique-se e proceda a sua juntada aos autos respectivos. Após, retornem-me os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010274-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Bella Pizza Restaurante Ltda, Elizabeth Sbrana Garcia Somenzari
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Embargado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Lucyanne C. Brandt Hitzes (OAB/RO 4659), Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30. 368)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade. Caso optem por prova testemunhal, devem já arrolar as testemunhas e informar quanto à necessidade de expedição de mandado intimatório. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados venham-me conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0005746-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado: Bella Pizza Restaurante Ltda, Elizabeth Sbrana Garcia Somenzari
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Maria Heloisa Bisca Bernardi (OAB/RO 5758), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
DESPACHO:
Diga o Exequente o que pretende no prazo de dez dias, sob pena de arquivamento. Decorrendo o prazo, arquivem-se os autos, juntamente com os Embargos em apenso, juntando a este cópia do presente DESPACHO. Com manifestação, voltem-me conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007431-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rita da Silva Uchôa
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itauleasing S. A.
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de extinção do feito pela desistência, uma vez que já foi prolatada SENTENÇA homologatória quanto ao acordo firmado pelas partes às fls. 171. Indefiro ainda, por ora, o pedido de levantamento dos valores depositados nos autos pela requerente, uma vez que está pendente a juntada do comprovante de pagamento do acordo. Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, junte aos autos referido documento e, após, retornem-me os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010983-83. 2011. 8. 22. 0002
Ação: Monitória
Requerente: Guiomar Dorneles
Advogado: Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476)
Requerido: Alexandre Henrique Marques Soares
Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado (OAB/RO 4332)
DESPACHO:
Recebo o feito para processamento neste juízo, convalidando os atos até aqui praticados. Intime-se a autora para apresentação de réplica, no prazo de 10 dias. Após, retornem-me os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015225-54. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Interligação Elétrica do Madeira S. a Ie Madeira
Advogado: Rodrigo Alves Soares (OAB/MG 87943)
Requerido: Mário Estelio Assis da Costa, Marcia Pereira de Almeida Costa
DESPACHO:
Acolho a cota ministerial. Em consequência, nomeio perito o Eng. Luiz Guilherme Lima Ferraz. Intime-se-o para apresentar proposta de honorários, em dez dias. Após, intime-se a autora para recolher o valor dos honorários, também em dez dias. Em seguida, informe-se o perito do pagamento, solicitando a designação de data para realização do exame, devendo intimar as partes, via DJE, quanto à mesma. O perito terá 20 dias para entrega do laudo, do qual deverá se abrir vista às partes pelo prazo de dez dias. Em seguida, ao MP. Após, voltem-me conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0012422-98. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento

Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Rafael Gama da Costa
SENTENÇA:
A autora requereu a extinção do feito (fls. 23), antes mesmo que fosse efetivada a citação do requerido. Posto Isto, JULGO extinto o feito, sem resolução de MÉRITO, com fundamento no art. 267, inciso VIII do Código de Processo Civil. Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por fotocópias. Sem custas, considerando a isenção prevista no art. 6º, 7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas. Tendo em vista tratar-se de pedido de desistência, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se e arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003038-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Allisson Eric Bertuol
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviación S. A.
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
DESPACHO:
Ao recorrido para apresentação de contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024178-41. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Anderson Mascarenhas Conceicao
Advogado: Francisco Nunes Neto (RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Requerido: Chistofher de Sena Macedo
Advogado: Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
DESPACHO:
Diga o exequente o local em que pretende promover a diligência. Após, expeça-se mandado de avaliação, penhora e remoção, depositando o bem em poder do exequente, que ficará na guarda como fiel depositário. Após, intime-se o executado a se manifestar e, decorrendo o prazo, intime-se o exequente para dizer o que pretende: se a adjudicação ou leilão. Em seguida, conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009725-07. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Jean Bento (OAB/SC 25762), Patrícia Cobian Leoni Sávio (OAB/SC 15228), Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131)
Requerido: João Alfredo Leite Miranda Botelho, Silvia Maria da Silva Rego, José Marcos Leite, Ana Maria Leite
DESPACHO:
À exceção de João Alfredo e Silvia Maria, que compareceram espontaneamente, pende a citação dos demais requeridos, uma vez que os ARMP's, conforme certidão de fl. 198, foram recebidos por pessoas diversas, o que fere o art. 215 do Código de Processo Civil, o que enseja nulidade do processo. Assim sendo, expeça-se nova citação. Indefiro o pedido de levantamente dos valores depositados, uma vez que não há concordância dos autores e estão ausentes os pressupostos legais. Quanto ao pedido de complementação, este somente poderá ser analisado após a realização de perícia. Dê-se prosseguimento ao feito conforme Portaria 001/2012-GABJUR. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009203-77. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Auxiliadora Pereira da Silva
Advogado: Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358)
Requerido: Xisto Satoru Deguchi
DESPACHO:
Defiro o pedido formulado na petição de fls. 46/48. Intime-se o requerido, pessoalmente, para efetuar o pagamento do valor da condenação (devidamente atualizado), conforme cálculo de fls. 48 (R$ 21. 740, 05), no prazo de 10 dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% sobre o valor da condenação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023040-05. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Serviço Social da Indústria - SESI/DR-RO
Advogado: Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (615), Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)
Executado: Rosineide Xavier do Nascimento
SENTENÇA:
As partes firmaram acordo, nos termos da petição de fls. 46/47, requerendo a sua homologação. Isso posto, HOMOLOGO o acordo e JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, EXTINTO o processo, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem honorários, por serem objeto do acordo e sem custas, tendo em vista a isenção prevista no art. 7º, 7º da Lei Estadual 301/1990 Regimento de Custas. Tendo em vista tratar-se de homologação de acordo, verifica-se a ocorrência da preclusão lógica no que se refere ao prazo recursal, razão pela qual considero o trânsito em julgado nesta data. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000281-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S. A C. F. I.
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Maria Ferreira Queiroz
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 25/26 tendo em vista que constitui ônus da parte, a localização de bens do executado, além disso, qualquer diligência do juízo neste sentido, a prima facie, fere o princípio da imparcialidade. Intime-se o autor para que indique bens passíveis de penhora, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do feito sem resolução de MÉRITO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0010235-20. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Laete Pereira da Silva
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: Robson Henrique Reis

Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
DECISÃO:
A vedação à denunciação à lide estipulada pelo art. 88 do Código de Defesa do Consumidor tem sido flexibilizada pelas Cortes Superiores. Assim, defiro a denunciação à lide, conforme requerido em contestação, nos termos do entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. ART. 70, III, DO CPC. INDEFERIDA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HIPÓTESE QUE NÃO CONTEMPLA A CELERIDADE E A ECONOMIA PROCESSUAL. INVIABILIDADE. 1. A jurisprudência desta Corte firmou posicionamento no sentido de que é possível o prestador de serviço denunciar à lide, mesmo nas relações de consumo, somente incidindo a vedação do art. 88 do estatuto consumerista quando se tratar de comerciante. 2. Ainda que tenha sido indevidamente rejeitada pelas instâncias ordinárias, a denunciação da lide fundada no contrato de seguro é manifestamente inconveniente, em sede de recurso especial, pois implicaria a anulação dos atos processuais a partir do seu indeferimento, devendo-se prestigiar os princípios da economia processual e da celeridade processual. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 702. 689/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/10/2012, DJe 29/10/2012)Citem-se, portanto, os litisdenunciados que passarão a compor conjuntamente o pólo passivo, já que a autora não os reconhece como legítimos demandados, o que desautoriza a exclusão do polo passivo (ao menos nesse momento) do requerido Robson Reis. A preliminar de inépcia da denunciação à lide, bem como demais questões processuais serão analisadas quando do saneamento (art. 330, 2º do Código de Processo Civil). Determino ao Requerido que, no prazo de 30 dias, apresente degravação completa do DVD juntado à fl. 127. Com a juntada, abra-se vista à Requerente, para, no prazo de dez dias, manifestar-se a respeito dos termos da degravação. Os litisdenunciados poderão se manifestar quanto aos termos do processo em sua contestação, inclusive quanto à degravação. Advirto ao Requerido que o DVD deverá permanecer nos autos. Com a contestação dos denunciados, abra-se vista às demais partes pelo prazo comum de dez dias. Anote-se a denunciação à lide na capa dos autos e incluam-se os litisdenunciados no SAP. Após, conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000885-71. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tatiana de Souza Nascimento
Advogado: Guilherme Marcel Jaquini (OAB/RO 4953)
Requerido: Claro S. A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade. Caso optem por prova testemunhal, devem já arrolar as testemunhas e informar quanto à necessidade de expedição de mandado intimatório. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados venham-me conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0024189-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edinaldo Guedes Dantas
Advogado: Gustavo Bernardo Hadamés Bernardi Monteiro (OAB/RO 5275)
Requerido: Banco Santander S. A
Advogado: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a apresentar réplica no prazo de dez dias.

Proc.: 0024189-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edinaldo Guedes Dantas
Advogado: Gustavo Bernardo Hadamés Bernardi Monteiro (OAB/RO 5275)
Requerido: Banco Santander S. A
Advogado: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a apresentar réplica no prazo de dez dias.

Proc.: 0000460-44. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Salt Lake Corretora de Seguros S. S Ltda
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido: Banco Santander S. A.
Fica a parte requerente, por meio do(a) advogado(a), intimado(a) a se manifestar quanto ao AR negativo.

Proc.: 0019688-39. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Socorro de Moraes Goncalves
Advogado: David Alves Moreira (OAB/SP 299B), Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Requerido: Trip Linhas Aereas Sa
SENTENÇA:
SENTENÇA MANOEL SOCORRO DE MORAES GONÇALVES ingressou com AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS em face de TRIP LINHAS AÉREAS, ambos qualificados na inicial. Informa o autor que usou os serviços da Requerida para viajar até Guarulhos, onde iria participar de um treinamento técnico da empresa onde trabalha e que ao chegar no local de retirada da bagagem constatou que a mesma havia sido extraviada. Verbera ter registrado uma ocorrência no balcão da empresa-ré, solicitando imediata providência e ao indagar sobre sua situação, foi informado pela requerida que a mesma tinha 05(cinco) dias úteis para resolver o problema e que só poderia gastar no máximo R$ 80, 00 com produtos de higiene pessoal e que o requerente deveria apresentar as notas fiscais para fins de reembolso através do sistema SAC. Narra que a esposa do autor, de igual modo, foi até a empresa-ré e foi informada de que o prazo para que o problema fosse resolvido era de 30 dias. Expõe que ao chegar no hotel adquiriu produtos de higiene pessoal, e que na manhã seguinte ligou para a requerida para saber se a sua bagagem havia sido localizada, obtendo a resposta negativa. EInforma o autor que dirigiu-se ao local de treinamento com a mesma roupa que viajou, pois não tinha tido tempo de comprar outras. O autor ao retornar ao hotel e

constatar que não houve nenhum contato da empresa-ré, se sentiu obrigado a adquirir roupas para ir ao treinamento no dia seguinte. Afirma que por volta das 22h: 30m a empresa localizou e devolveu a bagagem do autor. Esclarece que no dia seguinte, entrou em contato com a empresa-ré, através do SAC e, foi informado apenas que deveria guardar as notas fiscais. Sem resposta, o autor entrou em contato novamente com a empresa-ré, sendo informado por outra atendente que a requerida deveria ter entrado em contato no prazo de 5 (cinco) dias, e que diante da inércia da requerida, iria registrar novamente a solicitação do autor, que espera até a presente data sem resposta. Pleiteia por fim, a devolução do que gastou com roupas e produtos de higiene pessoal, no importe de R$ 262, 28 a título de danos materiais, bem como uma indenização pelo dano moral sofrido. Procuração e documentos em fls. 13/24. Recolheu custas. Devidamente citado (fls. 27), a ré não apresentou contestação, deixando correr seu prazo, conforme certificado pelo cartório em fls. 31. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTOS DO JULGADOO feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 330, II, do CPC, que diz: art. 330 O Juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA: I (omissis)II quando ocorrer a revelia (art. 319) No caso em exame, busca o autor uma indenização por danos morais e materiais, sendo o segundo para ressarcir os gastos que teve após ter sua bagagem extraviada. O artigo 2º, da Lei n. 8. 078/90, define consumidor como sendo: Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final . O artigo 3º da referida lei, por sua vez, define fornecedor como sendo: Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços . Assim, verifica-se que a autor é classificado como consumidor e a ré como fornecedora de produtos, aplicando-se ao presente caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor Lei n. 8. 078/90. Transporte é o contrato por meio do qual uma pessoa física ou jurídica(transportadora) se obriga a conduzir pessoas ou coisas para determinado destino, mediante o pagamento respectivo do interessado, conforme escólio doutrinário de Roberto Senise Lisboa(in Manual de Direito Civil, vol. III, p. 508, Editora RT). Nesse contexto é contrato consensual, bilateral, oneroso e comutativo, podendo ser classificado quanto ao meio de locomoção em terrestre; marítimo ou aéreo e quanto ao objeto, em transporte de pessoas ou coisas. Por tratar-se de prestação de serviços, relativamente à responsabilidade civil, amolda-se ao disposto no artigo 14, do CDC, ou seja, responde a empresa ré, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeito relativos à prestação do serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Sua responsabilidade civil é objetiva, só sendo exonerada se vier a ser comprovada a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. Inteligência do artigo 14, 3º, do CDC. É fato incontroverso nos autos que o autor no dia 12. 08. 2012, o autor deslocou-se de Porto Velho para São Paulo - aeroporto internacional de Guarulhos e que ao desembarcar constatou que sua bagagem fora extraviada fazendo o RELATÓRIO de Irregularidade de Bagagem(fls. 19), só vindo a recebê-la no dia seguinte, qual seja, 13. 08. 2012 às 19h25min, ou seja, mais de 24 depois do vôo. No caso sob comento o autor contratou o serviço da empresa para transportá-lo de Porto Velho a São Paulo/Guarulhos acompanhado de seus pertences pessoais, representados pela bagagem de mão e bagagem identificada(fls. 19), esperando-se que ao chegar ao destino passageiro e bens estivessem em perfeito estado. Tendo extraviada sua bagagem por mais de 24h, a empresa ré deixou de prestar o serviço da forma adequada, vindo a causar-lhe dano patrimonial, deve indenizá-lo pelo prejuízo sofrido. Os gastos do autor na aquisição de objetos pessoais e roupas restaram comprovados pelos documentos que acompanharam a inicial(fls. 20 e 21), de R$ 42, 37 e 219, 91, respectivamente, restando estabelecido, também, o nexo de causalidade, posto ser incontroverso que os danos foram gerados pela conduta negligente da empresa ré, não restando evidenciado nenhuma das excludentes de ilicitude do art. 14, III, da Lei nº 8. 078/90. Pela dicção do artigo supra transcrito, verifica-se que a falta de contestação faz presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor em sua inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. Em que pese ser relativa a presunção de veracidade emanada da revelia, não existe nos autos qualquer elemento que conduza a raciocínio diverso. A inicial veio acompanhada com documentos suficiente para lhe conferir a credibilidade necessária. Se os fatos ali consignados não traduziram a realidade do que foi convencionado entre as partes, competia à ré a prova de qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333, II). Fica claro a este juízo que o autor não teria tido dispêndio econômico se a bagagem não tivesse sido extraviada, e a responsabilidade com a bagagem é totalmente da requerida durante o trajeto, portanto, devida a indenização por danos materiais. Relativamente aos danos morais, o dever de indenizar vem encartado tanto na Constituição da República (art. 5º, V e X), como no Código Civil (artigos 186 e art. 927), os quais trazem a regra de que todo aquele que, por dolo ou culpa, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. Gize-se que a indenização por danos morais não tem a pretensão de reparar propriamente a lesão, haja vista a evidente impossibilidade de fazê-lo. Contudo, constitui uma compensação aos abalos sofridos. O dano moral decorrente de extravio de bagagem sem devolução por mais de 48h prescinde de prova, sendo que a responsabilidade de seu causador opera-se, in re ipsa, por força do simples fato da sua violação em virtude do desconforto, da aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro. Na equalização deste quantum, o magistrado deve considerar a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, sua situação econômica, bem como do ofendido. Finalmente deverá fixá-lo em patamar que não seja tão vultoso a ponto de enriquecer a vítima, nem tão desprezível que seja aviltante. Deverá ainda constituir valor que represente fator de desestímulo a prática do ilícito ou encorajamento para adoção de providências de prevenção, evitando-se que fatos análogos voltem a ocorrer. Assim, tendo em vista as circunstâncias do caso e levando-se em consideração as condições do ofendido e do ofensor, técnico em eletrônica e empresa nacional de aviação; o tempo que demorou para fazer a entrega de sua bagagaem(24h); bem como visando prestigiar a teoria do desestímulo e o princípio da razoabilidade e proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como adequado o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 6. 000, 00(seis mil) reais. DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO julgo procedente os pedidos iniciais e como corolário condeno a requerida TRIP LINHAS AÉREAS, no pagamento da importância de R$ 262, 28(duzentos e sessenta dois reais e

vinte e oito centavos) a título de danos materiais, com correção monetária a partir do evento danoso e os juros legais a partir da citação e a título de danos morais, no valor de R$ 6. 000, 00(seis mil reais), a título de danos morais, acrescidos de juros legais e correção monetária a partir desta SENTENÇA, em favor do autor, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o requerido, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, estes que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 20, 3º, do Estatuto Processual Civil. Fica ciente o requerido que deverá cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze, a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no art. 475-J, do CPC. Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0012074-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sueli Dourado e Silva
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
Requerido: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade. Caso optem por prova testemunhal, devem já arrolar as testemunhas e informar quanto à necessidade de expedição de mandado intimatório. Corrija-se a numeração das folhas destes autos logo após a folha 217. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados venham-me conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0004603-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Lúcia Benedito dos Santos de Lima
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: Banco Semear SA
Advogado: Pedro Schmidt de Brito (OAB/MG 62736), Felipe Fernandes Ribeiro Maia (OAB/MG 90457), Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
DESPACHO:
Considerando as divergências constantes entre as alegações da parte autora e do requerido, especialmente quando à autenticidade de comprovantes de pagamento do contrato firmado entre as mesmas, designo audiência de conciliação para o dia 06/09/2013 às 17: 00. Eventual necessidade de expedição ao Banco do Brasil S/A será decidido por ocasião do ato designado. Intime-se as partes, com urgência. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007419-65. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Jorge Gomes dos Santos
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: União P F N
DESPACHO:
Tendo em vista que a conclusão do médido perito conduz à incompetência do Juízo e prestigiando o contraditório, lealdade e cooperação processuais, diga a parte autora, no prazo de dez dias, a respeito da preliminar arguida pelo INSS. Após, conclusos para DECISÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0006686-02. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: Armazem Comercio e RepresentaÇao Ltda, Sylene Câmara Azzi Melo
DESPACHO:
Dê-se vista à Defensoria Pública para que diga, expressamente, se pretende ou não embargar, ainda que sob negativa geral, evitando, assim, eventual nulidade do feito. Fixo o prazo de 30 dias a contar da retirada dos autos do Cartório, aqui já considerada a prerrogativa de contagem em dobro do prazo. Havendo Embargos, autem-se e apensem-nos a estes autos. Do contrário, certifique. Em ambos os casos, voltem-me conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008976-53. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaucard Sa
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/AC 3266A)
Requerido: Neomezia Almeida de Cristo
SENTENÇA:
Banco Itaucard S/A, qualificado na inicial, ingressou com a presente ação de busca e apreensão pelo Decreto Lei n. 911/69 com pedido de medida liminar contra Neomezia Almeida de Cristo, também qualificada, aduzindo, em síntese, ter em 08/11/2011, emitido uma cédula de crédito bancário com garantia de alienação fiduciária no valor total de R$ 26. 690, 00, comprometendo-se a requerida a pagar em 60 parcelas mensais e consecutivas de R$ 749, 67, vencível a primeira no dia 08/12/2011 e a última em 08/11/2016. Frisa que referido contrato foi objeto de refinanciamento realizado no dia 05/11/2012, que resultou na alteração no número de parcelas para 53, com valor de R$ 798, 69, vencível a primeira em 15/01/2013 e a última em 15/05/2017. Que foi entregue a título de garantia um veículo Ford KA(FL)KINE(PUL/CLAS 2011/2011), placa NCL2418, chassi 9BFZK53A0CB345966, cor vermelha. Todavia, afirma que a parte ré encontra-se em débito com o pagamento das prestações assumidas, incorrendo legalmente em mora. Arremata pugnando pela concessão de liminar para busca e apreensão do veículo e, ao final, seja julgado procedente o pedido, tornando definitivos os efeitos

daquela medida e consolidando a posse plena e exclusiva do bem em seu patrimônio, condenando a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 05/21. A liminar foi deferida às fls. 23, sendo devidamente cumprida, como se infere do Auto de Busca e Apreensão e Depósito de fls. 27. A parte ré foi citada às fls. 26, contudo, deixou decorrer in albis o prazo para resposta (fls. 29). Nessas condições, vieram os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO Julgamento Conforme o Estado do Processo. Conforme relatado, a parte ré foi citada (fls. 26), todavia, deixou transcorrer in albis o prazo quinzenal (art. 3º, 3º do Dec. Lei 911/69) para resposta, acarretando, assim, o fenômeno jurídico-processual da revelia. Com efeito, determina o art. 330, II, do Caderno Processual Civil que, verificada a revelia nos autos, o juiz deve conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA. Desse modo, enquadrando-se o caso retratado no DISPOSITIVO legal mencionado, passo ao julgamento antecipado da lide. MÉRITO. Sabe-se que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, advindos do fenômeno da revelia, não possui caráter absoluto, não isentando a parte autora de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, segundo disciplina o art. 333, I, do CPC. Todavia, os elementos probatórios que instruem os autos, aliados à ausência de resposta pela parte ré, dão como certa a pretensão da parte autor. Os documentos de fls. 14/17 demonstram que o veículo apontado na inicial encontra-se alienado fiduciariamente à parte autora. Do mesmo modo, a mora da parte ré resta demonstrada pela notificação extrajudicial de fls. 18, nos termos do 2º do art. 2º do decreto-lei 911/69. Consoante DISPOSITIVO s do aludido decreto-lei, com as alterações da Lei de n. 10. 931/2004, após 5 dias do cumprimento da liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a propriedade e a posse plena e exclusiva do mesmo consolidar-se-ão no patrimônio do credor. Feito isso, cabe às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, PROCEDENTE o pedido mediato formulado na inicial, CONFIRMANDO a liminar de fls. 23, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial no patrimônio da parte autora. Condeno a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em R$ 678, 0 (seiscentos e setenta e oito reais), nos termos do art. 20, 4º, do CPC, com correção monetária e juros de 1% (um por cento), a partir desta data. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para cumprimento de SENTENÇA em relação aos honorários, proceda-se às baixas e anotações de estilo, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento se requerida no prazo de 6 meses do trânsito em julgado. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Cumpra-se o disposto no art. 2º do decreto supracitado, oficiando-se ao DETRAN/RO, comunicando estar a parte autora autorizada a proceder a transferência a terceiros que indicar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003685-72. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Panamericano Sa
Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Requerido: Laudemir Leite da Silva
SENTENÇA:
Panamericano S/A, qualificado na inicial, ingressou com a presente ação de busca e apreensão pelo Decreto Lei n. 911/69 com pedido de medida liminar contra Laudemir Leite da Silva, também qualificado, aduzindo, em síntese, ter celebrado contrato de abertura de crédito com o requerido em 16/02/2012, onde o mesmo obteve um crédito de R$ 19. 652, 24, proveniente do contrato n. 000048379325, a ser pago em 60 prestações, vencível a primeira em 18/03/2012 e a última em 18/02/2017. Que, em garantia as obrigações assumidas, o devedor (requerido) transferiu em alienação fiduciária à parte autora, o veículo Fiat/Palio fire 1. 0, 8V(kitconcept)(flex), cor verde, placa NBS6647, gasoline, chassi 9BD17146G72783719. Todavia, afirma que a parte ré encontra-se em débito com o pagamento das prestações assumidas, incorrendo legalmente em mora. Arremata pugnando pela concessão de liminar para busca e apreensão do veículo e, ao final, seja julgado procedente o pedido, tornando definitivos os efeitos daquela medida e consolidando a posse plena e exclusiva do bem em seu patrimônio, condenando a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 05/21. A liminar foi deferida às fls. 22, sendo devidamente cumprida, como se infere do Auto de Busca e Apreensão e Depósito de fls. 27. A parte ré foi citada às fls. 25, contudo, deixou decorrer in albis o prazo para resposta (fls. 28). Nessas condições, vieram os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO Julgamento Conforme o Estado do Processo. Conforme relatado, a parte ré foi citada (fls. 25), todavia, deixou transcorrer in albis o prazo quinzenal (art. 3º, 3º do Dec. Lei 911/69) para resposta, acarretando, assim, o fenômeno jurídico-processual da revelia. Com efeito, determina o art. 330, II, do Caderno Processual Civil que, verificada a revelia nos autos, o juiz deve conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA. Desse modo, enquadrando-se o caso retratado no DISPOSITIVO legal mencionado, passo ao julgamento antecipado da lide. MÉRITO. Sabe-se que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, advindos do fenômeno da revelia, não possui caráter absoluto, não isentando a parte autora de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, segundo disciplina o art. 333, I, do CPC. Todavia, os elementos probatórios que instruem os autos, aliados à ausência de resposta pela parte ré, dão como certa a pretensão da parte autor. Os documentos de fls. 09/12 demonstram que o veículo apontado na inicial encontra-se alienado fiduciariamente à parte autora. Do mesmo modo, a mora da parte ré resta demonstrada pela notificação extrajudicial de fls. 16, nos termos do 2º do art. 2º do decreto-lei 911/69. Consoante DISPOSITIVO s do aludido decreto-lei, com as alterações da Lei de n. 10. 931/2004, após 5 dias do cumprimento da liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a propriedade e a posse plena e exclusiva do mesmo consolidar-se-ão no patrimônio do credor. Feito isso, cabe às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, PROCEDENTE o pedido mediato

formulado na inicial, CONFIRMANDO a liminar de fls. 22, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial no patrimônio da parte autora. Condeno a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em R$ 678, 0 (seiscentos e setenta e oito reais), nos termos do art. 20, 4º, do CPC, com correção monetária e juros de 1% (um por cento), a partir desta data. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para cumprimento de SENTENÇA em relação aos honorários, proceda-se às baixas e anotações de estilo, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento se requerida no prazo de 6 meses do trânsito em julgado. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Cumpra-se o disposto no art. 2º do decreto supracitado, oficiando-se ao DETRAN/RO, comunicando estar a parte autora autorizada a proceder a transferência a terceiros que indicar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009774-48. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Marcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329)
Requerido: Cleonice Lucena de Souza
SENTENÇA:
Banco Panamericano S/A propôs Ação de Busca e Apreensão, com base no Decreto-lei n. 911/69 alterado pela Lei n. 10. 931/2004 contra Cleonice Lucena de Souza, ambos com qualificação nos autos. Aduz que celebrou com a parte ré um contrato de financiamento, no qual restou anotado que o pagamento se daria de forma parcelada, ficando gravado em garantia do crédito alienação fiduciária o veículo descrito às fls. 03, cuja posse indireta fora transferida à parte autora. Todavia, afirma que a parte ré encontra-se em débito com o pagamento das prestações assumidas, incorrendo legalmente em mora. Arremata pugnando pela concessão de liminar para busca e apreensão do veículo e, ao final, seja julgado procedente o pedido, tornando definitivos os efeitos daquela medida e consolidando a posse plena e exclusiva do bem em seu patrimônio, condenando a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 05/18. A liminar foi deferida às fls. 19, sendo devidamente cumprida, como se infere do Auto de Busca e Apreensão e Depósito de fls. 42. A parte ré foi citada às fls. 43, contudo, deixou decorrer in albis o prazo para resposta (fls. 47). Nessas condições, vieram os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTOS DA DECISÃO Julgamento Conforme o Estado do Processo. Conforme relatado, a parte ré foi citada (fls. 42), todavia, deixou transcorrer in albis o prazo quinzenal (art. 3º, 3º do Dec. Lei 911/69) para resposta, acarretando, assim, o fenômeno jurídico-processual da revelia. Com efeito, determina o art. 330, II, do Caderno Processual Civil que, verificada a revelia nos autos, o juiz deve conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA. Desse modo, enquadrando-se o caso retratado no DISPOSITIVO legal mencionado, passo ao julgamento antecipado da lide. MÉRITO. Sabe-se que a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, advindos do fenômeno da revelia, não possui caráter absoluto, não isentando a parte autora de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, segundo disciplina o art. 333, I, do CPC. Todavia, os elementos probatórios que instruem os autos, aliados à ausência de resposta pela parte ré, dão como certa a pretensão da parte autor. Os documentos de fls. 09/10 demonstram que o veículo apontado na inicial encontra-se alienado fiduciariamente à parte autora. Do mesmo modo, a mora da parte ré resta demonstrada pela notificação extrajudicial de fls. 08, 11/12 nos termos do 2º do art. 2º do decreto-lei 911/69. Consoante DISPOSITIVO s do aludido decreto-lei, com as alterações da lei de n. 10. 931/2004, após 5 dias do cumprimento da liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a propriedade e a posse plena e exclusiva do mesmo consolidar-se-ão no patrimônio do credor. Feito isso, cabe às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do Código de Processo Civil, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, PROCEDENTE o pedido mediato formulado na inicial, CONFIRMANDO a liminar de fls. 19, consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial no patrimônio da parte autora. Condeno a parte ré no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em R$ 678, 0 (seiscentos e setenta e oito reais), nos termos do art. 20, 4º, do CPC, com correção monetária e juros de 1% (um por cento), a partir desta data. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para cumprimento de SENTENÇA em relação aos honorários, proceda-se às baixas e anotações de estilo, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento se requerida no prazo de 6 meses do trânsito em julgado. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Cumpra-se o disposto no art. 2º do decreto supracitado, oficiando-se ao DETRAN/RO, comunicando estar a parte autora autorizada a proceder a transferência a terceiros que indicar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0020847-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adalberto Espirito Santos Rodrigues, Mary Ivone Gomes BrandÃo Rodrigues
Advogado: Gisele Marculino (OAB/RO 5429), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Requerido: Direcional TSC Rio Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA ADALBERTO ESPIRITO SANDO RODRIGUES ingressou com AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS EMERGENTES E MORAIS em face de DIRECIONAL TSC RIO MADEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, ambos qualificados na inicial. Refere a inicial (fls. 02-A/10) que os autores, em maio de 2010, adquiriram do Sr. Nilson Carlos de Amorim e sua esposa Selma Teixeira da Silva Amorim a cessão de direitos e Obrigações do Contrato de Compra e Venda que havia sido celebrado entre o casal e a parte ré em junho de 2008 para aquisição de uma unidade residencial constituída de um apartamento de nº 1203, no bloco 04, no Condomínio Águas do Madeira. Afirmam os Autores que

compraram o imóvel com a FINALIDADE de residir no mesmo, visto que não tinham casa própria e pagavam aluguel no valor de R$ 1. 150, 00 mensais, valor aumentado em março de 2011 para R$ 1. 250. Alegam que a previsão para a entrega da obra era na data de 30/11/2010, sendo admitida uma tolerância de 90 (noventa) dias úteis. Verberam que a Ré não cumpriu com sua obrigação de entregar o imóvel dentro do prazo estipulado, nem mesmo com a tolerância acrescida de 90 dias úteis, fato que gerou grandes transtornos aos autores, que mesmo tendo quitado o imóvel, continuaram a ter que pagar aluguel para ter onde morar. Discorrem que através de um comunicado enviado pela Ré, souberam que a partir do dia 24/08/2011 seria iniciada a entrega de chaves aos clientes, mas apenas aos que tivesse m cumprido com suas obrigações. Elucidam que sempre cumpriram o contrato e que receberam a chave do imóvel apenas em 26/08/2011, 9 (nove) meses depois do estipulado no contrato, ocasionando um gasto extra no valor de R$ 10. 950, 00, referentes a aluguéis pagos durante o período em que aguardaram a entrega da chave. Afirmam que se o imóvel tivesse sido entregue no prazo previsto não precisariam continuar a pagar aluguel de outro imóvel. , pois teriam onde residir. Por fim, pleiteiam pelo pagamento da indenização por dano emergente no valor atualizado de R$ 14. 946, 28 e indenização por danos morais no valor a ser arbitrado por este juízo. Formulam pedido de condenação da ré no pagamento de multa de 2% sobre o valor pago de aluguéis pelos autores no período de atraso na entrega do imóvel, na quantia atualizada de R$ 298, 92, mais juros moratórios de 1% ao mês até a data da efetiva entrega das chaves no valor de R$ 1. 793, 55 acrescidos de 20% de honorários advocatícios, este no valor de R$ 3. 407, 75. Juntou procuração e documentos em fls. 11/39. Recolheu custas. Devidamente citada (fls. 48), a ré não apresentou contestação, deixando correr seu prazo, conforme certificado pelo cartório em fls. 50. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTOS DO JULGADOO feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 330, II, do CPC, que diz: art. 330 O Juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA: I (omissis)II quando ocorrer a revelia (art. 319) No caso em exame, buscam os autores um ressarcimento por danos morais e emergentes, sendo o primeiro entendido devido por conta do atraso excessivo e o segundo por conta dos aluguéis pagos durante os 9 (nove) meses de atraso da entrega do imóvel. Além disso, pleiteiam que a ré seja condenada à multa de 2% sobre o valor pago de aluguéis pelos AAutores no período de atraso na entrega do imóvel, na quantia atualizada de R$ 298, 92, mais juros moratórios de 1% ao mês pro rata die até data da efetiva entrega das chaves no valor de 1. 793, 55, valor que entende devido em homenagem ao princípio da isonomia contratual, posto que esses juros e multas estão dispostos no parágrafo único do item 11. 3 do contrato firmado entre as partes. Quanto ao pedido de condenação de multas e juros dispostos no contrato, verifico no mesmo em fls. 26 que as multas e juros a que os autores se referem estão preVISTOS apenas em caso do inadimplemento das parcelas previstas nas alíneas acima, que por sua vez, não prevêem a situação trazida aos autos quanto a este pedido. Verifico, portanto, que não estava pactuado entre as partes, sem qualquer previsão o pedido. INDEFIRO, portanto, o pedido de III em fls. 09. Passemos a analisar a indenização pelos danos emergentes pleiteados pelos autores. Ensina o doutrinador Hércules Aghiarian que "(. . .) A responsabilidade do incorporador é de fim, isto é, pelo resultado; pelo que estabelece o artigo 43 da Lei nº 4. 591/64, as cautelas possíveis em favor dos adquirentes e de sua maior certeza quanto ao negócio e seu termo, uma vez que toda obrigação deve ter prazo ou condição para sua perfeccção. (. . .) Desta forma, é obrigação informar aos adquirentes, por escrito, no mínimo em seis meses o estado da obra; responder civilmente pela execução da incorporação, devendo indenizar os adquirentes ou compromissários, dos prejuízos que a estes advierem do fato de não se oconclir a edificação ou de se retardar, sem justificação, a conclusão das obras, cabendo-lhe ação regressiva contra o construtor, se for o caso e se a este couber a culpa". (grifo nosso). No caso em tela, para eximir-se da responsabilidade de indenização por danos emergentes, cumpriria a ré comprovar que o fato não ocorreu, ou que foi ele provocado por culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, ou ainda, justificar o atraso na entrega da obra. Ao contrário disso, o requerido permaneceu em silêncio, deixando de apresentar contestação no prazo legal, mesmo sendo citado para tanto. O art. 319 do CPC diz que: Art. 319 Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor . Pela dicção do artigo supra transcrito, verifica-se que a falta de contestação faz presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor em sua inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. No caso concreto, o autor deve ser considerado consumidor por equiparação, sendo evidente a relação de consumo existente entre as partes, devendo o conflito ser dirimido à luz do Código de Defesa do Consumidor. Neste sentido: O Código de Defesa do Consumidor prevê que aquele que está submetido a atos abusivos ou danos decorrentes de relação de consumo celebrada por terceiro é considerado consumidor por equiparação (TJ/RO Apelação civil nº 100. 010. 2004. 004662-1, rel. Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia). Segundo estabelecido pelo art. 14 do CDC, a responsabilidade do réu, pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos pólos são o dano e a autoria do evento danoso. Para caracterizar a responsabilidade, uma vez adotada a teoria objetiva, basta comprovar o dano e a autoria, somente se eximindo a pessoa jurídica se provar o procedimento culposo da vítima e que, não obstante adotados meios idôneos a evitar o prejuízo, ocorreu este por fato vinculado pelo nexo de causalidade com o procedimento do agente. O autor pleiteia a este juízo a devolução dos valores gastos em aluguel, contados a partir do dia 30/11/2010, data de previsão da entrega das chaves do imóvel, somando o montante de R$ 10. 950, 00 (dez mil novecentos e cinquenta reais) referentes a 9 (nove) meses de aluguel, contagem que se inicia do dia 30/11/2010 até a data da efetiva entrega das chaves, qual seja 26/08/2011. Verifico que há no contrato firmado entre as partes em fls. 26, que o parágrafo único do item 11. 3 prevê o prazo de tolerância de 90 dias de atraso para a entrega das chaves. Conforme decidido recentemente nos autos de Apelação Cível n. 0173596-24. 2009. 8. 22. 0001 da relatoria do Des. Roosevelt Queiroz da Costa, o tipo de cláusula em comento é tido como nula de pleno direito, posto que a hipótese se encaixa no Art. 51, I do Código de Defesa do Consumidor, in verbis: Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a

indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis. Em que pese ser relativa a presunção de veracidade emanada da revelia, não existe nos autos qualquer elemento que conduza a raciocínio diverso. A inicial veio acompanhada com documentos suficiente para lhe conferir a credibilidade necessária. Se os fatos ali consignados não traduziram a realidade do que foi convencionado entre as partes, competia à ré a prova de qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333, II). Os autores trazem aos autos o contrato onde consta a previsão de entrega para dia 30/11/2010, e comprovam que receberam uma notificação de que as chaves seriam entregues a partir do dia 24/08/2011. Acostaram aos autos, ainda, comprovantes de pagamento dos aluguéis. Restou-se estabelecido, também, o nexo de causalidade, posto ser incontroverso que os danos foram gerados pela conduta negligente da empresa ré, não restando evidenciado nenhuma das excludentes de ilicitude do art. 14, III, da Lei nº 8. 078/90. Tratando-se de direitos disponíveis, o silêncio do réu faz presumir sua concordância tácita com os fatos articulados e com o pedido encartado na inicial. No que tange ao dano moral por atraso na entrega de imóvel, trago à baila o entendimento do STJ quanto ao assunto: Civil. Recurso Especial. Ação de indenização por danos materiaise morais. Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Não indicação. Súmula 284/STF. Inadimplemento de contrato de compra e venda de casa pré-fabricada. Ausência de mero inadimplemento contratual. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Danos morais. Ocorrência. - A recorrente celebrou com a recorrida contrato de compra e venda de um "kit de casa de madeira", pagando-lhe à vista o valor acordado, sendo que, após alguns meses, pouco antes da data prevista para a entrega da casa, a recorrente foi informada, por terceiros, que a recorrida inadimpliu o contrato. - Conquanto a jurisprudência do STJ seja no sentido de que o mero inadimplemento contratual não ocasiona danos morais, tal entendimento, todavia, deve ser excepcionado nas hipóteses em que da própria descrição das circunstâncias que perfazem o ilícito material é possível extrair consequências bastante sérias de cunho psicológico, que são resultado direto do inadimplemento culposo. (grifo nosso)- No presente processo, o pedido de compensação por danos morais declinado pela recorrente não tem como causa o simples inadimplemento contratual, mas também do fato de a recorrida ter fechado suas instalações no local da contratação (Estado do Rio de Janeiro) sem lhe dar quaisquer explicações a respeito de seu novo endereço e/ou da não construção do imóvel. - Essa particularidade é relevante, pois, após a recorrente ter frustrado o seu direito de moradia, pelo inadimplemento do contrato de compra e venda de casa pré-moldada, o descaso da recorrida agravou a situação de angústia da recorrente. - A conduta da recorrida violou, portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o direito de moradia, entre outros direitos sociais, visa à promoção de cada um dos componentes do Estado, com o insigne propósito instrumental de torná-los aptos de realizar os atributos de sua personalidade e afirmar a sua dignidade como pessoa humana. - Diante dessas circunstâncias que evolveram o inadimplemento contratual, é de se reconhecer, excepcionalmente, a ocorrência de danos morais. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (Resp 1025665/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 09/04/2010). APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. Alegação de que adversidades climáticas teriam ocasionado o atraso na entrega da obra, não comprovadas. Cabimento da indenização pelos danos morais sofridos pelos compradores. Suficiente a indenização fixada em dez mil reais. Apelaçõesimprovidas. (Apelação Cível Nº 70036198745, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 28/09/2010). Entende este juízo que o atraso de 9 (nove) meses sem justificativas, fazendo com que os autores ficassem incertos de quando receberiam as chaves do imóvel, bem como de até quando teriam que pagar aluguel tendo um imóvel quitado a espera, é capaz de causar sérios abalos psicológicos. Do mesmo modo entende este Tribunal de Justiça: 0202804-53. 2009. 8. 22. 0001 Apelação (Recurso Adesivo) Origem: 02028045320098220001 Porto Velho/RO (6ª Vara Cível, Falência e Concordata) Apelante/Recorrida: Engecom Engenharia Comércio e Indústria Ltda. Advogados: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3. 208) e Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B) Apelada/Recorrente: Shisley Nilce Soares da Costa Advogados: Alexandre Camargo (OAB/RO 704) e Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40) Relator: Desembargador Alexandre Miguel Revisor: Desembargador Roosevelt Queiroz CostaIndenização por danos materiais e morais. Entrega do imóvel. Atraso. Prazo de Tolerância. Cláusula de tolerância. Inadimplência dos demais adquirentes. Inexistência. Abusividade. Responsabilidade do fornecedor. Danos materiais. Condenação integral. Dano moral. Configuração. Tem-se por idôneos os documentos pertinentes aos recibos de locação com a assinatura do locador, com idêntica semelhança à assinatura do contrato de locação de imóvel residencial. Em contrato de promessa de compra e venda, o atraso na entrega do imóvel é de responsabilidade do fornecedor, principalmente quando inexistente cláusula de período de tolerância, pela qual alega ser o motivo ensejador do aludido atraso. Deve a construtora reparar integralmente os prejuízos materiais causados ao promitente-comprador pelo atraso na entrega de imóvel, provenientes de pagamentos de alugueres que teve de adimplir no período que esperou pela entrega do bem. Cabe indenização por danos morais causados ao adquirente do empreendimento, que padece inseguranças, aflição e angústia ante a falta de previsibilidade quanto à data da entrega efetiva do imóvel, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana. (grifo nosso)ACÓRDAOVISTOS, relatadosediscutidosestesautos,acordamosDesembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO E DAR PROVIMENTO AO ADESIVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Exponho ainda decisões de outros Tribunais no mesmo sentido: AGRAVO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E INDENIZATÓRIA. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL. ATRASO NA ENTREGA. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO. Tratam os autos de Agravo Inominado interposto contra a DECISÃO monocrática desta Des. Relatora que, com base no art. 557, 1º-A do CPC reformou parcialmente a SENTENÇA para reduzir o valor arbitrado a título de danos morais. Atraso na entrega do imóvel pelo período de mais de dois anos. Inadimplemento contratual que gerou danos que ultrapassaram o mero aborrecimento, a ensejar o afastamento do entendimento do verbete sumular nº 75 deste Eg. Tribunal de Justiça. Dano moral fixado em R$ 10. 000, 00 em observância aos critérios da

razoabilidade e da proporcionalidade, que não merece qualquer reparo. Juros de mora a incidir a partir da data de citação. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RJ - APL: 25106414201081900001 RJ 0251064-14. 2010. 8. 19. 0001, Relator: DES. ELISABETE FILIZZOLA, Data de Julgamento: 08/02/2012, SEGUNDA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 13/02/2012). APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO. PRAZO DE ENTREGA DO IMÓVEL. ATRASO NA OBRA. MULTA. INDENIZAÇÃO. PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. POSSIBILIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. Atraso na entrega do imóvel. Mora da ré configurada entre o fim do prazo de tolerância até a data da efetiva entrega das chaves, quando os promitentes-compradores puderam utilizar o bem. Aplicação da multa prevista no contrato, nos moldes em que redigida. Não consideração da escassez de mão de obra e ocorrência de chuvas como caso fortuito ou força maior. Devida indenização pela promitente vendedora pelo período em que o promitente comprador deixou de usufruir o bem em razão do atraso na entrega da obra, na forma de pagamento de aluguéis. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70051463776, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 22/11/2012). No que tange ao dano moral ele existe pela ofensa, e dela é presumido, sendo o bastante para justificar a indenização. Sob esse aspecto, porque o gravame no plano moral não se indeniza, mas apenas se compensa, é que não se pode falar em prova de um dano que, a rigor, não existe no plano material. O fundamento da sua reparabilidade está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo conformar-se à ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos. O art. 5º, X, da CF/88 dispõe: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação . Assim, a reparação do dano moral integra-se definitivamente em nosso direito positivo. O CC/2002, também incluiu o dano moral como ato ilícito, ao dispor no art. 186 que: Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito (grifei). O dano sofrido pelos requerentes tem reparabilidade na vigente legislação pátria, expressamente mencionada no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República promulgada em 1988 e 186 do CC/2002, devendo ser acatado o pedido inserto na inicial. Embasando a reparação do dano pelo pedido dos requerentes e pelas condições da requerida, arbitro a indenização do dano em R$ 8. 000, 00 (oito mil reais), entendendo ser este valor suficiente para amenizar os danos causados e reprimir os atos da empresa ré. Tratando-se de indenização por dano moral, conforme entendimento jurisprudencial dominante, a correção monetária o os juros deverão ser contados a partir da publicação da presente SENTENÇA. DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO, com apoio no artigo 269, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais, condenando a requerida a pagar aos autores a importância de R$ 8. 000, 00 (oito mil reais) a título de indenização por danos morais e R$ 10. 950, 00 a título de danos emergentes, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais de 12% ao ano, um e outro incidente a partir da data da publicação da SENTENÇA. Condeno a requerida, ainda, no pagamento das custas/despesas processuais e honorários advocatícios, este que fixo em 15% do valor da condenação, nos termos do art. 20, 3º, do CPC. Fica ciente o requerido que deverá cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze, a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no art. 475-J, do CPC. Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. P. R. I. , e com o transito em julgado desta, arquive-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0003048-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Eduardo José Chambi Tames, Bernardete Ferreira Gomez
Advogado: Ana Carolina Gomes de Souza Abreu (OAB/RO 4574)
Executado: Amazonrh Consultoria e Treinamentos Ltda, Givanildo Luiz dos Santos
Advogado: Erisson Ricardo Roberto Rodrigues da Silva (OAB/RO 5440)
DESPACHO:
Considerando que efetivamente pode ter havido confusão quando da inclusão da parte “Givanildo Luiz dos Santos” no polo passivo, uma vez que a grafia de seu nome é semelhante à grafia daquele cuja a inclusão pretende a parte autora (“Ginaldo Luiz Silva Santos”), bem como que já houve a citação válida, determino a intimação da parte requerida Givanildo Luiz dos Santos (pessoalmente) para manifestar-se quanto ao pedido de sua exclusão do polo passivo, conforme petição de fls. 85. Após, retornem-me os autos conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015707-02. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Inês Lopes de Souza, Marcio Barbosa Lima
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Requerido: Lucas Winter, Eline Marcelo da Silva Santos
Advogado: Moacir Requi (OAB/RO 2355)
DESPACHO:
Em homenagem ao contraditório, intime-se o autor a se manifestar quanto ao pedido de condenação ao pagamento do valor da multa prevista na cláusula 7ª, podendo manifestar-se quanto a questões processuais e materiais. Na oportunidade, deverá se manifestar quanto ao documento de fls. 52/53. Fixo o prazo de 10 dias, sob pena de preclusão. Em seguida, conclusos para saneamento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009219-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Florenilce Alegrim Naje

Advogado: Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Requerido: HCBC Bank Brasil S/A
Advogado: Mariane Macarevich (OAB/RS 30. 264), Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820)
DESPACHO:
Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade. Caso optem por prova testemunhal, devem já arrolar as testemunhas e informar quanto à necessidade de expedição de mandado intimatório. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados venham-me conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015110-33. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Evanir Antonio de Borba, Caio Vinicius Fonseca de Borba, HILLARY PORTELA FIRMINO, Maria de Lourdes Fermina
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: Gol Transportes Aéreos S. A.
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
DECISÃO:
Considerando que os consumidores/Requerentes são hipossuficientes quanto à produção de provas que demonstrem a data em que efetivamente receberam a bagagem supostamente extraviadas, DECRETO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, o que faço com base no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Diante disso, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, devendo esclarecer a pertinência quanto à produção das mesmas, justificando sua necessidade/utilidade. Caso optem por prova testemunhal, devem já arrolar as testemunhas e informar quanto à necessidade de expedição de mandado intimatório. Com manifestação ou decurso in albis, devidamente certificados venham-me conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014664-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Renan Nadaf Gusmão (MT 16. 284), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 5658)
Requerido: Engepav Engenharia e Comércio Ltda.
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 12/24), o inadimplemento e a constituição em mora (fls25/26). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem veículo CAM 31. 320 CNC, VOLSWAGEN, 2010/2010, RO/ NCG 6733, CORA BRANCA GEADA, CHASSI 9534J8260AR032664. depositando-se o bem com a a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15(quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5(cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015103-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcel Campos Azevedo
Advogado: Luiz Carlos Ferreira Moreira (OAB/RO 1433)
Requerido: Omni S/A - Crédito, Financiamento e Investimento
DECISÃO:
DECISÃO DEFIRO a gratuidade da justiça, tendo em vista que o requerente se encontra impossibilitado de arcar com os custos sem que prejudique em seu sustento e de sua família, nos termos do art. 4º, da lei 1. 060/50. Quanto ao pedido de antecipação de tutela, como ensina o Ministro LUIZ FUX, do STF, exige-se para sua configuração a presença de pressupostos substanciais, a_ evidência e a periclitação potencial do direito objeto da ação, caracterizadas pelo abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu e, pressupostos processuais, quais sejam: prova inequívoca conducente à comprovação da verossimilhança da alegação e, requerimento da parte. Nessa seara fica autorizada a concessão da medida, toda vez que a prova inequívoca convença o juízo da verossimilhança da alegação de que o direito objeto do judicium submete-se a risco de dano irreparável ou de difícil reparação (in Curso de Direito Processual Civil, p. 61, Ed. Forense). Estes pressupostos, todavia, devem ser evidenciados conjuntamente, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a concessão da liminar. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos. Ante o exposto, com fulcro no art. 273 do CPC, defiro a antecipação da tutela determinando a retirada no nome da parte autora do cadastro de proteção ao crédito SCPC (SPC. SERASA e outros) quanto a inclusão referente a dívida mencionada na inicial. Oficie-se às instituições de proteção ao crédito para que excluam as anotações procedidas pela requerida em nome/CPF do autor, no prazo de 48 horas, a contar do recebimento da notificação. Deverão ainda, referidas instituições remeterem a este juízo (no mesmo prazo para o cumprimento dessa DECISÃO), RELATÓRIO pormenorizado referente a data e o valor do débito, a data da inscrição no órgão de proteção, bem como a data da exclusão da negativação (citado documento deve seguir os moldes do RELATÓRIO detalhe do REFIN , expedido pela SERASA). Cite-se a parte Requerida para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Decreto a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015421-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: administradora de consórcio nacional honda
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Requerido: Francinete Camelo Souza
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 12/13), o inadimplemento e a constituição em mora (fls. 17/19). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem motocicleta Honda/CG 150 FAN ESI Preta, chassi 9C2KC1670CR522477, modelo 2012, placa S/EMPLAC, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15 (quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014926-43. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
Requerido: Berlim Rent a Car Ltda-ME
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 7/12), o inadimplemento e a constituição em mora (fls25/27). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem veículo volkswagen, gol 1. 0, 2011, prata sirius, ncy3624, 9BWAA05U0CP002796. depositando-se o bem com a a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15(quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5(cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015419-20. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: administradora de consórcio nacional honda
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
Requerido: Orismeire Morais da Conceicao
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 12/13), o inadimplemento e a constituição em mora (fls. 17/19). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem motocicleta Honda/XRE 300 Azul, chassi: 9C2ND0910CR011000, modelo 2012, ano 2012, placa S/EMPLAC, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15 (quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5 (cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0025970-93. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edenilson Monteiro de Almeida
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Companhia Pernanbucana de Saneamento
DECISÃO:
Em verificação no Sistema de Acompanhamento Processual - SAP constata-se que não há associação de advogado da requerida aos autos, motivo pelo qual não foi intimado via diário da justiça quanto à SENTENÇA condenatória. Dessa sorte, inclua-se o patrono da requerida, fls. 22, para que receba as intimações. Republique-se a SENTENÇA condenatória e aguarde-se o trânsito em julgado para a requerida, este ocorrendo, fica intimada a autora a apresentar cálculos de liquidação de SENTENÇA atualizados em até 15 dias após transitado em julgado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0014774-92. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: José André dos Santos
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 13/15), o inadimplemento e a constituição em mora (fls. 16/17). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem veículo VOLKSWAGEN - 24250 - CONSTELLATION 3E, 2010/2009, COR BRANCA, NCH 7578, 9534N8243AR018938. depositando-se o bem com a a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15(quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5(cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de

prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015496-29. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Isana Silva Guedes (OAB/PA 12679), Claudio Kazuoyoshi Kawasaki (OAB/SP 122626)
Requerido: Werton F. de Amorim - FI
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 37/42), o inadimplemento e a constituição em mora (fls. 48/49). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem Scania, Modelo G380 A4X2, Diesel, Cor Vermelha, Ano/Fabricação 2008, Ano/Modelo: 2009, UF: RO, Placa: NDS9139, Chassi: 9BSG4X20093638930, Renavam: 989732720, depositando-se o bem com a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15(quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5(cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0015314-43. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Panamericano Sa
Advogado: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB/RO 4778)
Requerido: DAVID RICHARD MACHADO MORAES
DECISÃO:
DECISÃO Defiro liminarmente a medida pleiteada, uma vez que provado o contrato (fls. 09/14), o inadimplemento e a constituição em mora (fls. 17/19). Expeça-se mandado de busca e apreensão do bem veículo FIAT/ PUNTO ELX (CREATIVE) 1. 4, 2010/2010, COR BRANCA, PLACA NEC 4511, CHASSI 9BD118121A1103936, depositando-se o bem com a a parte autora. Proceda o Oficial de Justiça a avaliação do bem apreendido. Cumprida a liminar, cite-se a parte ré, em 15(quinze) dias, contestar sob pena de revelia. Poderá ainda a parte ré, querendo, pagar a integralidade da dívida pendente no prazo de 5(cinco) dias do cumprimento da liminar, evitando-se a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem e do patrimônio do credor fiduciário após esse prazo, conforme parágrafos 1º a 4º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com redação alterada pelo art. 56 da Lei 10. 931, de 02. 08. 2004. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Valéria de Souza Santana
Escrivã Judicial

COMARCA DE JI-PARANÁ

TURMA RECURSAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Ata de Julgamento
Sessão 295

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na sala de audiências da 5ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Ji-Paraná/RO, reuniram-se, em Sessão, os MM. Juízes, Juiz Marcos Alberto Oldakowski, Juiz Oscar Francisco Alves Junior, Juiz Glauco Antônio Alves Junior e o Juiz Edewaldo Fantini Júnior convocado para compor a mesa nos termos do art. 2º, 1º do Provimento nº 10/96-CG. O Juiz Presidente neste ato, declarou aberta a Sessão ordinária às 8h00, sendo julgados os processos constantes da pauta e extra pauta.

Os recursos de nº 0003825-41. 2011. 822. 0013; 1002561-44. 2012. 822. 0010 e 1002559-74. 2012. 822. 0010 da relatoria do MM Juiz Oscar Francisco Alves Junior e 1002908-36. 2010. 822. 0014; 1000779-11. 2012. 822. 0007 da relatoria do MM Juiz Glauco Antônio Alves, foram julgados EXTRA PAUTA, tendo excepcionalmente os prazos para recorrer contados a partir da publicação do acórdão.
APRESENTARam sustentação oral os advogados Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897) e Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510), nos autos 0002748-75. 2012. 822. 0008.

1000501-10. 2012. 8. 22. 0007 Apelação
Origem: 1000501-10. 2012. 8. 22. 0007
Cacoal 1ª Vara do Juizado Especial Criminal
Apelante: André Luiz Leal
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ EDEWALDO FANTINI JÚNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/10/2012
DECISÃO: Apos voto de Vista do Juiz Marcos Alberto Oldakowski dando provimento ao recurso, requereu vista dos autos o Juiz Oscar Francisco Alves Junior

0000485-20. 2013. 8. 22. 9002 Agravo de Instrumento
Origem: 0003948-92. 2013. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Mauro Teixeira Barbosa
Advogado: Defensor Público ( )
Agravado: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador da Fazenda Publica do Estado de Rondônia ( )
Agravado: Município de Ji Paraná RO
Advogado: Procurador da Fazenda Pública Municipal ( )
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 28/05/2013
DECISÃO: recurso conhecido e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000484-35. 2013. 8. 22. 9002 Mandado de Segurança
Origem: 1003120-98. 2012. 8. 22. 0010
Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Impetrante: Banco Bonsucesso S. A.
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)

Impetrado: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 28/05/2013
DECISÃO: Denegada a Segurança, à unanimidade nos termos do voto do relator

1000219-21. 2012. 8. 22. 0023 Recurso Inominado
Origem: 1000219-21. 2012. 8. 22. 0023
São Francisco do Guaporé 1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
Recorrente: BV Finaceira S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Recorrido: Salvador Ribeiro Pontes
Advogado: Juarez Cordeiro dos Santos (RO 3. 262)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 12/07/2013
DECISÃO: Retirado de Pauta/DECISÃO Monocrática

1001079-55. 2012. 8. 22. 0012 Recurso Inominado
Origem: 1001079-55. 2012. 8. 22. 0012
Colorado do Oeste 1ª Vara Cível (Juizado Esp. Cível)
Recorrente: Transportadora Br Cargo Ltda - EPP
Advogado: Ariovaldo dos Santos (OAB SP 92954)
Recorrido: Lucinei Neris de Souza
Advogado: Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 24/06/2013
DECISÃO: Retirado de Pauta/DECISÃO Monocrática

1001160-95. 2012. 8. 22. 0014 Embargos de Declaração
Origem: 1001160-95. 2012. 8. 22. 0014
Vilhena 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Embargado: Alexandre Alves Matos
Advogada: Aletéia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Advogado: Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 26/06/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração Acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0038088-85. 2009. 8. 22. 0008 Embargos de Declaração
Origem: 0038088-85. 2009. 8. 22. 0008
Espigão do Oeste 2ª Vara
Embargante: Evandro Gerke
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Embargante: Indústria e Comércio de Madeiras Tropical Ltda
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Embargado: Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 09/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração não acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

1000155-62. 2012. 8. 22. 0006 Embargos de Declaração
Origem: 1000155-62. 2012. 8. 22. 0006
Presidente Médici 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas CNDL
Advogada: Karine Nakad Chuffi (OAB/RO 4386)
Embargado: Leonel Calogero Junior
Advogado: Defensor Público ( )
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração não acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

1001133-31. 2011. 8. 22. 0020 Embargos de Declaração
Origem: 1001133-31. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat S/a
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Embargado: Renato Martelli
Advogado: Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0002408-87. 2010. 8. 22. 0013 Apelação
Origem: 0002408-87. 2010. 8. 22. 0013
Cerejeiras 1ª Vara Criminal (Juizado Esp. Criminal)
Apelante: Sione Aparecida da Cruz
Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 07/08/2012
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0002814-89. 2011. 8. 22. 0008 Recurso Inominado
Origem: 0002814-89. 2011. 8. 22. 0008
Espigão do Oeste 1ª Vara
Recorrente: Amoca Ltda
Advogado: José Edílson da Silva (RO 1554)
Advogada: Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Recorrido: Geraldo Bueno Costa
Advogado: Não Informado ( )
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 02/10/2012
DECISÃO: Retirado de Pauta/DECISÃO Monocrática

0008552-27. 2012. 8. 22. 0007 Recurso Inominado
Origem: 0008552-27. 2012. 8. 22. 0007
Cacoal 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE
Advogada: Susileine Kusano (OAB/RO 4478)
Recorrida: Sandra Maria de Jesus
Advogado: João Francisco Pinheiro Oliveira (OAB/RO 1512)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 10/06/2013
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0002748-75. 2012. 8. 22. 0008 Recurso Inominado
Origem: 0002748-75. 2012. 8. 22. 0008
Espigão do Oeste 2ª Vara
Rcte/Rcdo: Nissan do Brasil Automóveis Ltda
Advogado: Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Rcdo/Rcte: Amaury dos Santos Oliveira
Advogado: Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510)

Advogado: Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Rcdo/Rcte: José Luiz dos Santos Melo
Advogado: Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510)
Advogado: Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 20/06/2013
DECISÃO: recursos conhecidos e improvidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0009279-26. 2011. 8. 22. 0005 Embargos de Declaração
Origem: 0009279-26. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Embargante: Maria Aparecida Resende Martins Mileski
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Embargado: Estado de Rondonia
Procurador: Alencar das Neves Brilhante (OAB/RO 5129)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração Acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0010113-29. 2011. 8. 22. 0005 Embargos de Declaração
Origem: 0010113-29. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Embargante: Jose Carlos da Silva
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO 301-B)
Embargado: Estado de Rondônia
Procurador: Alencar das Neves Brilhante (OAB/RO 5129)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração Acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0009287-03. 2011. 8. 22. 0005 Embargos de Declaração
Origem: 0009287-03. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Embargante: Roberto Carlos de Freitas
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Embargado: Estado de Rondonia
Procurador: Alencar das Neves Brilhante (OAB/RO 5129)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração Acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0010112-44. 2011. 8. 22. 0005 Embargos de Declaração
Origem: 0010112-44. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Embargante: Jacqueline Viana Lima
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (RO 301-B)
Embargado: Estado de Rondônia
Advogado: Alencar das Neves Brilhante (OAB/RO 5129)
Relator: JUIZ MARCOS ALBERTO OLDAKOWSKI
Distribuído por Sorteio em 08/07/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração Acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

0001252-23. 2012. 8. 22. 0004 Recurso Inominado
Origem: 0001252-23. 2012. 8. 22. 0004
Ouro Preto do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Ronivon Freitas da Rocha
Advogado: Francisco Alexandre de Godoy (OAB/RO 1582)
Recorrente: Jacsuel Freitas da Rocha
Advogado: Francisco Alexandre de Godoy (OAB/RO 1582)
Recorrente: Viviane Freitas da Rocha
Advogado: Francisco Alexandre de Godoy (OAB/RO 1582)
Recorrente: Liliane Freitas Rocha
Advogado: Francisco Alexandre de Godoy (OAB/RO 1582)
Recorrente: Josiane Freitas da Rocha
Advogado: Francisco Alexandre de Godoy (OAB/RO 1582)
Recorrido: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador da Fazenda Publica do Estado de Rondônia ( )
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 19/09/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0004339-06. 2011. 8. 22. 0009 Recurso Inominado
Origem: 0004339-06. 2011. 8. 22. 0009
Pimenta Bueno 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique (OAB/RO 922)
Recorrente: Hélio Elson Lemke
Advogado: Defensor Público ( )
Recorrida: Geruza das Dores Fuzari Borges
Advogado: Rouscelino Passos Borges (OAB/RO 1205)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0002783-44. 2012. 8. 22. 0005 Recurso Inominado
Origem: 0002783-44. 2012. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Ji-Paraná
Advogada: Sirlene Muniz Ferreira e Candido (OAB/RO 4277)
Recorrido: Aparecido do Nascimento Rodrigues
Advogado: Leonirto Rodrigues dos Santos (OAB/RO 851)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 12/11/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000732-49. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 0000732-49. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara Criminal
Recorrente: Michelli Cristina Garcia Sousa
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Advogado: Vanderlei Casprechen (RO 2242)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (RO 2546)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/04/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0006083-48. 2011. 8. 22. 0005 Recurso Inominado
Origem: 0006083-48. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Tiago da Rocha Santos
Advogado: Defensor Público ( )

Recorrido: Município de Ji Paraná RO
Advogado: Cleber Queiroz Silva (OAB/RO 3814)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 12/11/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0011108-42. 2011. 8. 22. 0005 Recurso Inominado
Origem: 0011108-42. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Marcos de Souza Diniz
Advogado: Geneci Alves Apolinario (OAB/RO 1007)
Recorrido: Município de Ji-Paraná
Procurador: Silas Rosalino de Queiroz (OAB/RO 1535)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 20/02/2013
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000720-35. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 0000720-35. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Alessandra da Silva Leite
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (RO 2546)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/04/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0002422-12. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 0002422-12. 2012. 8. 22. 0010
Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado do Pará
Procurador: Adriana Moreira Bessa Sizo (OAB/PA 11. 082)
Recorrido: Fernando Jânio Degam
Advogado: Advogado Não Informado (000)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 02/10/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0008752-74. 2011. 8. 22. 0005 Recurso Inominado
Origem: 0008752-74. 2011. 8. 22. 0005
Ji-Paraná 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Ji-Paraná - RO
Advogada: Sirlene Muniz Ferreira e Candido (OAB/RO 4277)
Recorrido: Sebastião Justino
Advogado: Geneci Alves Apolinário (OAB/RO 1007)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 12/11/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000716-95. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 0000716-95. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Aparecida Alves Barros
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (RO 2546)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/04/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000724-72. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 0000724-72. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Nunes Jesus Machado Souza
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (RO 2546)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/04/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000733-34. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 0000733-34. 2011. 8. 22. 0020
Nova Brasilândia do Oeste 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Natal Machado de Souza
Advogado: Vanderlei Casprechen (RO 2242)
Advogado: Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procurador: Daniel Paulo Fogaça Hryniewicz (RO 2546)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/04/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000533-76. 2013. 8. 22. 9002 Mandado de Segurança
Origem: 1000456-48. 2013. 8. 22. 0014
Vilhena 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Impetrante: Banco Daycoval S/A
Advogada: Ignez Lúcia Saldiva Tessa (OAB/SP 32909)
Impetrado: Juízo de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Vilhena RO
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 19/06/2013
DECISÃO: Denegada a Segurança, à unanimidade nos termos do voto do relator

0000123-18. 2013. 8. 22. 9002 Agravo de Instrumento
Origem: 0011865-72. 2012. 8. 22. 0014
Vilhena 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio José dos Reis Júnior (RO 281-B)
Agravado: Wagner Batista
Advogado: Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 30/01/2013
DECISÃO: Retirado de Pauta

0004160-60. 2011. 8. 22. 0013 Recurso Inominado
Origem: 0004160-60. 2011. 8. 22. 0013
Cerejeiras 1ª Vara
Recorrente: Eletrobras Distribuição Rondonia (Centrais Elétricas de Rondônia)
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Jr (RO 1193)
Recorrido: Davi Silva de Oliveira

Advogado: Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 04/12/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator

0022709-89. 2009. 8. 22. 0013 Recurso Inominado
Origem: 0022709-89. 2009. 8. 22. 0013
Cerejeiras 1ª Vara
Recorrente: Eletrobras Distribuição Rondonia (Centrais Elétricas de Rondônia)
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193)
Recorrida: Valdirene Ferreira Beltrame
Advogada: Valdete Minski (OAB/RO 3595)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 18/07/2012
DECISÃO: conhecido o recurso e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

1000356-51. 2012. 8. 22. 0007 Recurso Inominado
Origem: 1000356-51. 2012. 8. 22. 0007
Cacoal 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: André Ribeiro Bispo
Advogada: Hélida Genari Baccan (OAB/RO 2838)
Advogado: Fabiano Moraes Pimpinati (OAB/RO 4942)
Advogado: Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Recorrida: Nayara Lopes Salvi
Advogado: Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (OAB/RO 2940)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 04/12/2012
DECISÃO: Acolhida preliminar, recurso provido à unanimidade nos termos do voto do relator

1000452-60. 2012. 8. 22. 0009 Recurso Inominado
Origem: 1000452-60. 2012. 8. 22. 0009
Pimenta Bueno 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Ademar da Silva
Advogada: Rosane Corina Odisio dos Santos (RO 1468)
Recorrido: Luiz Carlos Rabelo de Lima
Advogado: Daniel de Brito Ribeiro (OAB/RO 2630)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 29/08/2012
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

1003486-40. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 1003486-40. 2012. 8. 22. 0010
Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Unimed - Cooperativa de Trabalho Médico de Rondônia
Advogada: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 3252)
Recorrido: Sandro de Vargas Schons
Advogado: Gustavo Augusto Ferraz Rodrigues (OAB/MT 8109)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 24/06/2013
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

0003825-41. 2011. 8. 22. 0013 Embargos de Declaração
Origem: 0003825-41. 2011. 8. 22. 0013
Cerejeiras 2ª Vara
Embargante: Eletrobras Distribuição Rondonia (Centrais Elétricas de Rondônia)
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli (248-A)
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193)
Embargado: Marcos Dutra de Medeiros
Advogada: Solange Neves Fuza (OAB/RO 3545)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 11/06/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração não acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

1002561-44. 2012. 8. 22. 0010 Embargos de Declaração
Origem: 1002561-44. 2012. 8. 22. 0010
Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Eletrobras Distribuição Rondônia S. A.
Advogado: Juvenilson Iriberto Decarli Junior (RO 1193)
Embargado: Gaspar Faldo dos Reis
Advogada: Mayara Aparecida Kalb (OAB/RO 5043)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 11/06/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração não acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

1002559-74. 2012. 8. 22. 0010 Embargos de Declaração
Origem: 1002559-74. 2012. 8. 22. 0010
Rolim de Moura 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Embargante: Eletrobrás Distribuição Rondônia
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Jr (RO 1193)
Embargado: Adolfo Raasch
Advogado: Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)
Advogada: Mayara Aparecida Kalb (OAB/RO 5043)
Relator: JUIZ OSCAR FRANCISCO ALVES JUNIOR
Distribuído por Sorteio em 11/06/2013
DECISÃO: Embargos de Declaração não acolhidos, à unanimidade nos termos do voto do relator

1002908-36. 2010. 8. 22. 0014 Recurso Inominado
Origem: 1002908-36. 2010. 8. 22. 0014
Vilhena 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Brasil Telecom S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado: Guilherme Marcel Jaquini (OAB/RO 4953)
Recorrido: Elpídio Rodrigues Gonçalves, repr. pelo inventariante: Ediney Rocha Gonçalves
Advogada: Aletéia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Distribuído por Sorteio em 26/03/2013
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

1000779-11. 2012. 8. 22. 0007 Recurso Inominado
Origem: 1000779-11. 2012. 8. 22. 0007
Cacoal 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: SUL AMERICA SEGURO DE VIDA E PREVIDENCIA S. A
Advogado: Iran da Paixão Tavares Júnior (OAB/RO 5087)
Recorrida: EDNA OLIVEIRA SANTOS ARRUDA
Advogada: Nerli Tereza Fernandes Santos (OAB/RO 4014)
Relator: JUIZ GLAUCO ANTÔNIO ALVES
Distribuído por Sorteio em 30/11/2012
DECISÃO: recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator

Ji-Paraná, 5 de agosto de 2013

(a.) Exmo. Sr. Juiz Marcos Alberto Oldakowski
Presidente da Turma Recursal

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretora de Cartório: Raimunda Pereira dos Santos Heitmann

Proc.: 0007933-69. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: G. D. de J.
Advogado: Dilney Eduardo Barrionuevo Alves (OAB/RO 301B)
Requerido: R. L. da C.
DECISÃO:
VISTOS. Defiro a gratuidade da justiça. Considerando o alegado na inicial e documentos que a instruem, mormente o binômio necessidade X possibilidade, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA, fixando alimentos provisórios em favor de R. J. D. L. , no valor correspondente a 30% do salário mínimo, a serem pagos pelo requerido mediante depósito em conta bancária em nome autora. À autora para informar o número da conta bancária mencionada à fl. 07, para depósito da pensão alimentícia, no prazo de 05 dias. Informado o número da conta bancária, intime-se e cite-se sob o rito ordinário, expedindo-se o necessário. Cientifique-se o Ministério Público. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009623-07. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Jibram Distribuidora de Bebidas Ltda
Advogado: Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Executado: V. de Oliveira Neto
DESPACHO:
Defiro. Cite-se por edital. Decorrido o prazo, em caso de inércia, desde já nomeio um dos Defensores Públicos da Comarca como curador, devendo os autos serem encaminhados à Defensoria. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0006601-67. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Usucapião
Requerente: Ivanilson Panin de Faria
Advogado: Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (OAB/RO 2505)
Requerido: Ignácio João Vilela Roubik
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no parágrafo único, do art. 284 e, no inciso I, do art. 295, ambos do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial, e, em consequência, nos termos do inciso I, do art. 267, do mesmo Código, JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento do MÉRITO. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Defiro a gratuidade da justiça. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007215-72. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aristóteles Caldeira
Advogado: Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB/ RO 2245)
Requerido: Calama -Loteamento e Administracao de Imoveis Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se sob o rito ordinário, para querendo, responder a ação no prazo de 15 dias, através de advogado, nos termos do CPC. EXPEÇA-SE O NECESSÁRIO. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0008965-12. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Waldeci Jose Goncalves
Advogado: Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
VISTOS. Por ora indefiro o pedido de tutela antecipada para fazer prevalecer o princípio do contraditório. Cite-se sob o rito ordinário para responder a ação no prazo de 15 dias, através de advogado, nos termos do CPC. EXPEÇA-SE O NECESSÁRIO. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0130467-88. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Habilitação de Crédito
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Inventariado: Juscelino Cardoso de Jesus
DESPACHO:
A habilitação de crédito em inventário tem natureza de incidente cautelar. Havendo prova literal da obrigação, o pagamento de dívida do espólio podeser pleiteado no inventário. Se houver discordância de qualquer herdeiro, os autos serão remetidos àsvias ordinárias, reservando-se em poder do inventariante bens suficientespara pagamento do débito, caso este se confirme. In casu, apenas a inventariante foi citada. Assim, chamo a ordem e determino a citação de todos os herdeiros do espólio. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0084450-57. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Autor: Diocese de Ji - Paraná
Advogado: Cléia Aparecida Ferreira (RO 69 - A)
Requerido: Coriolano Nogueira Franco
Advogado: Marcelo Nogueira Franco (RO 1037)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo o recurso de apelação de fl. 221/230 somente no seu efeito devolutivo para manter os efeitos da tutela concedida, na forma do art. 520, VII, do CPC, devendo o recorrido apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 508, CPC). Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007342-10. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Darca Alves de Oliveira, Alex Alves de Oliveira
Advogado: Adriano Henrique Coelho (OAB/RO 4787)
Requerido: OI S/A
DECISÃO:
VISTOS. Por ora indefiro o pedido de tutela antecipada para fazer prevalecer o princípio do contraditório. Cite-se sob o rito ordinário para responder a ação no prazo de 15 dias, através de advogado, nos termos do CPC. EXPEÇA-SE O NECESSÁRIO. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009755-98. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Arresto
Requerente: JIBRAM - DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA
Advogado: Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Requerido: V. de Oliveira Neto, Valdomiro de Oliveira Neto
DESPACHO:
Defiro. Cite-se por edital. Decorrido o prazo, em caso de inércia, desde já nomeio um dos Defensores Públicos da Comarca como curador, devendo os autos serem encaminhados à Defensoria. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0004320-12. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente: Waldenice Batista Peres
Advogado: Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658)
Requerido: Nailton Inacio Pereira Junior
Advogado: Jorge Luiz Remboski (OAB/RO 4263)
SENTENÇA:
Homologo o acordo extrajudicial instrumentalizado às fls. 61/64, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, III, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia. Intime-se a parte requerente para pagamento das custas finais, haja vista que o feito foi sentenciado, tendo ocorrido a correta prestação jurisdicional, sendo devidas as custas, entrentanto caso não haja pagamento inscreva-se em dívida ativa. Em caso de não cumprimento do acordo celebrado, o feito poderá ser desarquivado para execução de título judicial (art. 475-N, III, do CPC), sendo que com relação à necessidade de pagamento de custas em execução de título judicial, consignamos que não serão devidas as custas iniciais da execução de título judicial (Regimento de Custas - Lei 301, 21/12/1990, art. 6º, 1º). Sem ônus (Regimento de Custas -Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, 7º). Cumpridos os atos decorrentes, arquive-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0005920-68. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Denival Rosa Neto
Advogado: Francisco Geraldo Filho (OAB/RO 2342)
Litisconsorte Passiv: Juraci Ferreira dos Santos, Pedro Jose Genowei, Cristiano Cossuol Mayo, Maria José Aparecida da Vitória, Anilza Mulbbaner Genowei, Município de Ji-Paraná
Advogado: Celso dos Santos (OAB/RO 1092), Péricles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Mariangela de Lacerda (RO 2734), Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629), Celso dos Santos (OAB/RO 1092), Péricles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Mariangela de Lacerda (RO 2734), Armando Reigota Filho (OAB - RO 399)
SENTENÇA:
Homologo o acordo extrajudicial instrumentalizado às fls. 151/153, DECRETANDO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, III, do CPC, dispensado o prazo recursal, resolvida a controvérsia. Torno sem efeito a audiência de instrução e julgamento designada. Em caso de não cumprimento do acordo celebrado, o feito poderá ser desarquivado para execução de título judicial (art. 475-N, III, do CPC), sendo que com relação à necessidade de pagamento de custas em execução de título judicial, consignamos que não serão devidas as custas iniciais da execução de título judicial (Regimento de Custas - Lei 301, 21/12/1990, art. 6º, 1º). Sem ônus (Regimento de Custas -Lei n. 301, 21/12/1990, art. 6º, 7º). Cumpridos os atos decorrentes, arquive-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009026-67. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Abel Nunes Teixeira
Advogado: Miguel Ângelo Folador (OAB/RO 4820)
Requerido: Banco Bradesco Financiamento S. A.
DECISÃO:
VISTOS. Defiro a TUTELA ANTECIPADA tal como POSTULADA, ordenando que o Banco requerido promova a EXCLUSÃO do nome da parte autora, CPF n. 528. 021. 322-53, relativo contrato n. 01144307239505, do órgão de proteção ao crédito, no PRAZO 48 horas, sob pena de multa diária no valor de R$1. 000, 00 (um mil reais) para o caso de descumprimento do preceito. Intime-se e cite-se sob o rito ordinário, para querendo, responder a ação no prazo de 15 dias, nos termos do CPC. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0012295-51. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Inventário
Inventariante: Damares Moreira da Silva
Advogado: Alexandre Alves Ramos (OAB/RO 1480)
Inventariado: Espólio de Leonicio Ferreira da Silva
DESPACHO:
A inventariante deverá comprovar a quantidade de gado que pretende vender, juntando ficha do IDARON, e ainda, orçamento do valor de venda dos semoventes. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0008614-44. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Usucapião
Requerente: Teresa Valeriano Raimundo
Advogado: Leni Matias (OAB/RO 3809), Antonio Fraccaro (RO 1941)
Requerido: Sul Imoveis Ltda, Antonio Bianco Filho, Maria Aparecida Bianco
Advogado: Antonio Bianco Filho (OAB/RO 24)
DECISÃO:
1. Recebo os recursos, nos efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Intime-se a apelada a responder em 15 dias. 3. A seguir, com ou sem a resposta, encaminhe os autos ao Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0075717-39. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Inventário
Inventariante: Simoni Barroso da Silva Jesus
Advogado: Jair Ferraz dos Santos (OAB/RO 2106)
Inventariado: Jucelino Cardoso de Jesus
DESPACHO:
Ante as certidões acostadas ao feito, dando conta da inexistência de bens imóveis do inventariado, manifeste-se a inventariante, no prazo de 10 dias. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Raimunda Pereira dos Santos Heitmann
Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Ana Valeria de Queiroz Santiago Zipparro - Juiza de Direito
Belª Marlene Alves Apolinário - Diretora de Cartório
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente, ou contate-nos, via internet, pelo seguinte endereço: jip2cível@ tj. ro. gov. br.

Proc.: 0011116-82. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Amazônia Pneus Ltda.
Advogado: Gilberto Piselo do Nascimento (OAB/RO 78B)
Requerido: Expresso Cacoal Transporte e Turismo Ltda.
DESPACHO:
Diga a requerente quanto ao prosseguimento do feito, apresentando, se o caso, cálculo atualizado do débito. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0002882-82. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ricardo Mitisuru Shuganuma, Andreia Kazue Shuganuma
Advogado: Antoninho Mognol (OAB/RO 2718)
Requerido: Eliana Alves Ramos Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA Diante da certidão de fls. 71, homologo a composição entabulada pelas partes na audiência de fls. 57 e, via de consequência, julgo extinto o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, III, do CPC. Sem custas processuais e sem honorários. Havendo valores a levantar, expeça-se o necessário para a transferência e/ou levantamento dos valores, conforme o caso. Havendo penhora, libere-se. Havendo qualquer outra restrição, levante-se. Arquive-se, independentemente do trânsito em julgado. PRIC. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0004713-97. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Natalize Lima Silva Trindade
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido: BANCO DO BRASIL
Advogado: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de juntada de novos documentos, conforme pleiteado pelo requerido em audiência de conciliação, fls. 111, mormente porque não foram juntados no momento oportuno. Ultrapassada, assim, a fase de dilação probatória, diante da manifestação da autora (fls. 119) e inércia do requerido (fls. 120). Intimem-se. Após, retornem para SENTENÇA. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0001066-31. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: C. I. e E. L.
Advogado: Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Executado: M. M. do N. W. da S. R. P. C. da R.
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente o exequente a manifestar-se quanto ao prosseguimento do feito, em cinco dias, sob pena de arquivamento. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0050989-94. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: B. B. S.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: F. F. P. C. I. e E. de A. L. F. F. P.
DESPACHO:
Defiro a suspensão, pelo prazo de 90 dias, conforme requer. Decorrido, diga novamente, independentemente de nova intimação. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0005435-97. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Ji Cred Cooperativa de Credito Rural de Ji Parana
Advogado: Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549)
Requerido: Cooperativa Industrial de Componentes Mobiliários - COOPMOB
DESPACHO:
Com o decurso do prazo previsto no artigo 1. 102-B, do CPC, sem o pagamento do débito ou oposição de embargos (conforme certidão à fls. 109), o título inicial converteu-se em mandado executivo judicial. Anote-se a conversão. Prossiga-se na forma do rito utilizado para o cumprimento de SENTENÇA. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0009940-34. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Arresto
Requerente: Indústria e Comércio de Espumas e Colchões Cuiabá Ltda
Advogado: Daniele Izaura S. Cavallari Rezende (MT 6057)
Requerido: B J Santos & Cia. Ltda
DECISÃO:
DECISÃO INTERLOCUTÓRIACuida-se na espécie de medida cautelar de arresto proposta por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESPUMAS E COLCHÕES CUIABÁ LTDA, devidamente qualificada, em face de B J SANTOS & CIA LTDA, pelas razões expendidas na exordial. Juntou documentos. De uma análise perfunctório, entendo que estão presentes os requisitos essenciais para a concessão da liminar, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. O primeiro, pela existência de diversos títulos de créditos impagos e já protestados. O segundo, pela iminência de a requerida se desfazer dos seus bens que ainda possam garantir o recebimento dos créditos. Dessa forma, DEFIRO LIMINARMENTE O ARRESTO sobre sobre bens da requerida, tanto quanto bastem para a garantia da dívida, representada pelos títulos cujas cópias encontram-se acostadas aos autos, na forma do artigo 804 do CPC, com fundamento no art. 813, II, 'a', do mesmo Código, atenta a existência de comprovação literal da dívida (CPC - Art 814, I) por meio dos títulos extrajudiciais acostados aos autos (duplicatas).

Expeça-se mandado para arresto de bens e citação da parte requerida para contestar em 05 (cinco) dias, indicando provas, sob pena de se presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela requerente. Deverá ser dada prioridade aos bens que eventualmente foram vendidos com reserva de domínio (ver notas fiscais e contrato de venda acostados aos autos). Reduza-se a termo a caução ofertada. A requerente deverá propor, em 30 dias contados da data da efetivação do arresto, a ação principal (CPC - art. 806). Cite-se o requerido para, querendo, contestar o pedido no prazo de cinco dias, indicando as provas que pretende produzir (art. 802, do CPC). Advirta-o de que o prazo para contestação iniciar-se-á da juntada aos autos do mandado (art. 802, parágrafo único) e de que se não contestar presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela autora, (art. 803, do CPC). Cumpra-se via oficial de justiça plantonista. CÓPIAS DA PRESENTE SERVIRÃO DE MANDADO. REQUERENTE: IND. E COM. DE ESPUMAS E COLCHÕES CUIABÁ LTDAREQUERIDA: B J SANTOS & CIA LTDAENDEREÇO: Av. Transcontinental, n. 4423, Bairro Flórida, Ji-Paraná-RO Sede do Juízo: Fórum Des. Hugo Auller, Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Ji-Paraná/RO, 78961070 – Fax: (69)3421-5128 – Ramal: 220Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0002910-45. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Oseias Justino Cleres
Advogado: Luis Fernando Tavanti (OAB / RO 2. 333)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
DESPACHO:
Defiro a produção de prova pericial, conforme já requerido pelas partes. Para tanto, nomeio médico-perito o Dr. Antônio Mauro Rossi, ortopedista que atende no Hospital Seis de Maio. Intime-se do múnus, bem como para apresentar proposta de honorários no prazo de cinco dias. A seguir, intimem-se as partes. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Proc.: 0095602-39. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Condomínio Edifício Rondon Shopping Center, Jair Ferraz dos Santos
Advogado: Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido: Neide Fernandes Coimbra da Silva
Advogado: Jair Ferraz dos Santos (OAB/RO 2106)
DESPACHO:
De início, necessária retificação quanto a parte requerida nesta fase. Corrija-se. Defiro item “b”, do pedido de fls. 161. Expeça-se o necessário para penhora no rosto dos autos 0023946-22. 2008. 8. 22. 0005, da 4ª Vara Cível desta comarca, conforme requer. Quanto ao item “a”, das fls. 161, não procede, já que na DECISÃO de fls. 154, que não acolheu a impugnação, já foram definidos honorários de 10%. Assim, cumpra-se a determinação acima com base no cálculo de fls. 155. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Ana Valéria de Queiroz Santiago Zipparro Juíza de Direito

Marlene Alves Apolinário
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível - Comarca de Ji-Paraná/RO.
Sugestões e/ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos, via internet, pelos seguintes endereços eletrônicos:
Juiz: sassamoto@tjro. jus. br
Diretor de Cartório - Escrivão: jip3civel@tjro. jus. br

Proc.: 0009517-74. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Município de Ji Paraná RO, Elizabete Alves Silva
DECISÃO:
VISTOS, Presentes a plausibilidade do direito material alegado, consubstanciada na cópias do inquérito civil anexo, apto a demonstrar prima facie indícios de ato de improbidade administrativa (corrupção administrativa), praticado pela ré no exercício da função pública de Diretora do Abrigo Municipal, consistente na lesão ao patrimônio das menores Cintia e Adélia, pela suposta apoderação indevida de valores oriundos dos benefícios de INSS deferidos em favor das menores, bem como ante a possibilidade de frustração da satisfação do direito (ressarcimento do patrimônio lesado), pelo decurso natural e moroso do processo, o deferimento da medida cautelar que visa assegurar a efetividade da futura execução se impõem, todavia, limitado ao valor do prejuízo apurado nesta data, no montante de R$ 74. 337, 23 (setenta e quatro mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte e três centavos). Ante o exposto, com fundamento nos artigos 7º e 16 da Lei 8. 429/92, defiro em parte a Medida Cautelar de Indisponibilidade de bens da agente Elizabete Alves Silva, determinando: A) O bloqueio Renajud, Bacenjud, conforme solicitações anexas. B) Seja oficiado a Divisão de Cadastro Imobiliário da Prefeitura de Ji-Paraná, bem como o Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, requisitando a relação de bens imóveis em nome da ré, fazendo constar em seus registros que os mesmos encontram-se inalienáveis. C) Seja oficiado o IDARON/RO para que torne indisponíveis quaisquer semoventes cadastrados em nome da ré. Cumpridas as deliberações, notifique-se a ré, nos termos do artigo 17, 7º da Lei 8. 429/92, para que apresentem manifestação por escrito no prazo de 15 dias. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0008119-92. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Rodrigo Martins de Castro
Advogado: Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2597), Mariana Dondé Martins (OAB/RO 5406)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
Avoco os presentes autos a fim de suprir a omissão da data da audiência na DECISÃO de fls. 26/27. Assim, a audiência será realizada no dia 11 de setembro de 2013, às 10h 15 min. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009444-05. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Joel Moyses de Lima
Advogado: Marcia Rejane Souza Silva (OAB/RJ 169674)

Requerido: Telefonica Brasil S. a
DECISÃO:
Assim, defiro inaldita altera parts o pedido de antecipação de tutela, com fundamento no art. 273, I do CPC, para determinar que a parte Requerida, promova a baixa da restrição incidente sobre o CPF n. 313. 134. 852-68, do(a) requerente, levada a registro no Serviço de Proteção ao Crédito do SERASA, relativo ao título n. 0201011060000000, com vencimento de 06/11/2010, discutido nestes autos, até ulterior deliberação. "Ad Cautelam", oficiem-se aos Serviços de Proteção ao Crédito do SERASA, para atender a determinação supra. A teor do valor dado à causa, o feito deve seguir SUMÁRIO, em obediência ao disposto no art. 275, I do Código de Processo Civil. Designo audiência de conciliação, contestação, saneamento e coleta de depoimento pessoal das partes, para o dia 11 de setembro de 2013, às 9h 30 min. Cite-se a parte Requerida, ficando advertida de que não comparecendo, ou comparecendo e não se defendendo, inclusive por não ter advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial e intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência, acompanhados de seus advogados. Na audiência, se não houver acordo, poderá a parte Ré contestar, desde que o faça por intermédio de advogado. Caso não haja necessidade de produção de prova oral, poderá ocorrer julgamento antecipado da lide. Convoquem-se as partes para audiência, cientificando-se elas de todas as advertências deste DESPACHO. Defiro a gratuidade judiciáriaSIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE NOTIFICAÇÃO, CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. Intimem-se.

Proc.: 0001939-60. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Marcelo Pereira de Souza
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO:
Baixo os autos em catório com as informações prestadas. Face o efeito suspensivo, aguarde-se a DECISÃO no Agravo de Instrumento. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0004631-03. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: M. A. P.
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Executado: L. de A.
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora, pessoalmente, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dê o necessário andamento ao feito. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem ao arquivo. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0003282-96. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Inventário
Inventariante: J. V. dos S.
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Inventariado: E. de J. V. dos S.
DECISÃO:
VISTOS, Defiro o pedido de fls. 74. Expeça-se o necessário. Após, retornem ao arquivo. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0010458-58. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução Fiscal
Embargante: Antonio Carlos Faitaroni
Advogado: Deolamara Luciano Bonfá (OAB/RO 1561)
Embargado: Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
SENTENÇA:
Ante o exposto e por tudo mais que dos autos constam, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil, Julgo Procedente os Embargos à Execução, interposta por Antonio Carlos Faitaroni em face da Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná e, via de consequência: a) Determino a exclusão da Embargante do polo passivo do processo de execução, por ficar demonstrada sua ilegitimidade para a causa. b) Certificado o trânsito em julgado, expeça-se o necessário em favor do embargante, para levantamento do valor penhorado. c) Junte-se cópia desta DECISÃO nos autos principais. Sem custas. Deixo de condenar a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos da fundamentação supra, por ter o Embargante dado causa a propositura da ação. Dispensado o reexame necessário, certificado o trânsito em julgado, desapensem e arquivem-se. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0010401-74. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jose Luiz Cardoso
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940), Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
DECISÃO:
VISTOS, Sem razão a ré sem seus argumentos às fls. 80/81. O autor colacionou com a inicial às fls. 12/15 laudo pericial que demonstram a lesão incapacitante, se desincumbindo do ônus de demonstrar o fato constitutivo de seu direito e, tendo a ré impugnado os referidos laudos, cumpre a produção de prova impeditiva, modificativa ou extintiva do direito do autor, razão pela qual deve suportar o pagamento dos honorários periciais pela perícia judicial que pleiteou. Assim, proceda-se a comprovação do recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, pena de restar prejudicada a colheita da prova e aplicação do ônus processual. Parte intimada via D. J. E. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007139-82. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Francisco Linhares de Aguiar
Advogado: Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549), Jônatas de França Paiva (OAB / RO 4. 536)
Executado: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
Advogado: Adalberto Jorge Silva Porto (OAB/RO 1392)
DECISÃO:
DECISÃO Havendo a Autarquia Ré, ora executada, citada nos termos do art. 730 do CPC, sem que tenha oposto Embargos, o caso comporta a expedição de Requisição de Pequeno Valor (RPV). Assim, intime-se o beneficiário para que providencie a vinda dos dados necessários à confecção da solicitação da RPV. Atendida a deliberação supra, oficie-se ao Tribunal Regional Federal - 1ª Região, encaminhando a RPV, atentando-

se rigorosamente ao estabelecido na Resolução n° 168 de 05 de dezembro de 2011, do Conselho de Justiça Federal. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007918-08. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Inventário
Inventariante: F. B. M. S. B. M. Q. B. M.
Advogado: Justino Araújo (OAB / RO 1038), Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537), Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549)
Inventariado: E. de M. M. F.
DECISÃO:
VISTOS, Aguarde-se por mais 6 (seis) meses, a fim de que o feito que tramita perante a 2ª Vara Cível seja julgado. Partes intimadas via D. J. EJi-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0006730-09. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ramiro Fogiatto, Indústria Trianon de Rondônia Ltda
Advogado: Carina Dalla Martha (OAB/RO 2612)
Requerido: Ymira Com. de Madeiras Ltda
Advogado: Deolamara Lucindo Bonfá (OAB-RO 1561)
DESPACHO:
VISTOS, Defiro o requerido. Aguarde-se o prazo de 30 (trinta) dias. Após, manifeste-se a parte autora em termos de seguimento. Partes intimadas via D. J. EJi-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000571-16. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná-RO
Advogado: Procurador do Municipio de Ji Paraná ( )
Executado: Jakson Felberk de Almeida
Advogado: Jakson Felberk de Almeida (OAB/RO 982)
DESPACHO:
VISTOS, Baixo os autos em cartório com as informações prestadas, conforme cópia anexa. Não havendo informação de efeito suspensivo no Agravo, prossiga-se a execução. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007940-61. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: João Pereira Cardoso
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
DESPACHO:
VISTOS. Em se tratando de ações de cobrança do seguro DPVAT, éconveniente a delimitação de um prazo mínimo para definir a estabilidade das sequelas, para que juridicamente possa estabelecer o grau e extensão das lesões permanentes. Em se tratando de situações como a dos autos, envolvendo perda de funcionalidade parcial de membros, tenho que razoável fixar o prazo de seis (6) meses após a ocorrência do acidente. Assim, tendo em vista que o parecer técnico acostado com a inicial foi realizado com prazo inferior a seis (6) meses da ocorrência do acidente, a parte autora deverá emendar a inicial, trazendo aos autos laudo elaborado após decurso de, ao menos seis meses após a lesão. Prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 parágrafo único do Código de Processo Civil. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007710-19. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Kenia Soares da Costa.
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
VISTOS. Em se tratando de ações de cobrança do seguro DPVAT, é conveniente a delimitação de um prazo mínimo para definir a estabilidade das sequelas, para que juridicamente possa estabelecer o grau e extensão das lesões permanentes. Em se tratando de situações como a dos autos, envolvendo perda de funcionalidade parcial de membros, tenho que razoável fixar o prazo de seis (6) meses após a ocorrência do acidente. Assim, tendo em vista que o parecer técnico acostado com a inicial foi realizado com prazo inferior a seis (6) meses da ocorrência do acidente, a parte autora deverá emendar a inicial, trazendo aos autos laudo elaborado após decurso de, ao menos seis meses após a lesão. Prazo de 10(dez) dias, pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 parágrafo único do Código de Processo Civil. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0023590-90. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: E. V. A.
Advogado: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Executado: N. M. de S.
Advogado: Defensor Público (RO 00)
DESPACHO:
VISTOS, Manifeste-se a parte autora sobre a contraproposta de fls. 288. As partes a fim de que diligenciem visando a composição amigável pena de prosseguimento com a venda judicial do imóvel. Advirto a parte requerida que será considerado o valor do imóvel em atenção as benfeitorias que existiam a época da separação do casal, eventuais acréscimos na construção irão compor a cota parte da autora. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000592-36. 2006. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado: Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO 2027)
Executado: Cone Sul Comércio e Representações Ltda, Luciene Ferreira Muniz Cunha, Vilmar Coletti, Telma França Galhardo
DECISÃO:
VISTOS, A Curadoria Especial - Defensoria Pública para proceder a defesa do réu revel citado por edital. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0008055-82. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A.
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398)

Requerido: Mauro Silva Miguel
DECISÃO:
DECISÃO VISTOS. 1. Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes, através do contrato de alienação fiduciária e a propriedade fiduciária do autor, bem como comprovada a mora do devedor, DEFIRO com fundamento no art. 3º, caput, do Decreto Lei nº 911/69, a busca e apreensão liminar dos bens descritos na petição inicial. 2. Apreendido os bens, o Oficial de Justiça incumbido do cumprimento do mandado deverá proceder a inspeção e avaliação dos equipamentos, para entrega ao representante legal da parte Requerente ou a pessoa por ela indicada, que deverá acompanhar a diligência. 3. Cientifique-se a parte Requerida de que poderá em 05 (cinco) dias após executada a liminar de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida pendente, sob pena de ficar consolidada a propriedade e a posse plena dos bens no patrimônio da parte Requerente (1º e 2º do art. 3º do Dec. Lei 911/69, com redação dada pela Lei n. 10. 931, de 03/082004). 4. Fica advertida a requerente que enquanto não decorrido o prazo fixado no item 3, os bens não poderão ser removidos da Comarca. 5. Cumprida a liminar, CITE-SE a parte requerida para oferecer resposta em 15 dias, e que não sendo contestada a ação presumir-se-ão como verdadeiros os fatos articulados na inicial, nos termos do art. 285 do CPC. 6. SIRVA A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE CUMPRIMENTO DE LIMINAR E CITAÇÃO. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0005106-85. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Coopmedh. Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares
Advogado: Elaine Cristina Barbosa dos Santos Franco (OAB/RO 1627)
Executado: Fernandes e Araújo Ltda ME
DESPACHO:
Defiro (fls. 30)Cite-se a parte requerida/executada, via edital, com prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o pazo sem manifestação da parte requerida/executada, à curadoria de ausentes Defensoria Pública para promover a defesa do(a) réu(é) citado(a) por edital. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000030-17. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido: Luiz Francisco da Silva
Advogado: Marco Antonio de Oliveira Lopes (OAB / RO 1706), Alexandre Alves Ramos (OAB/RO 1480)
DECISÃO:
VISTOS, A parte autora para proceder o cumprimento de SENTENÇA no prazo de 10 (dez) dias, instruíndo o pedido com os cálculos necessários. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se nos termos do 5º do art. 475J. Parte intimada via D. J. E. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0009625-06. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Fabiane Martins Cotta Seleguine
Advogado: Leandro Carlos Pereira Valladares (OAB / MG 112. 575)
Requerido: Fernando Aqueles Seleguine
Advogado: José Ronaldo Martins Drumond (OAB/MG 81871), Jucélia Rocha de Assis (OAB/MG 107074)
DESPACHO:
DESPACHO Para cumprimento do ato deprecado, designo o dia 05 de setembro de 2013, às 11 horas, para oitiva da(s) testemunha(s). Intimem-se a(s) testemunha(s) indicada(s), para comparecer à audiência acima designada, que realizar-se-á na Sala de Audiências da 3ª Vara Cível, nesta Comarca, a fim de prestar depoimento, advertindo-a de que deixando de comparecer, sem motivo justificado, sua conduta acarretará condução coercitiva e crime de desobediência, respondendo, ainda, pelas despesas do adiamento. Oficie-se ao Juízo deprecante. PESSOA A SER INTIMADA: MARLI RODRIGUES DA SILVA. Endereço: rua Curitiba, 1885, Nova Brasília, nesta. Sirva a presente DECISÃO como MANDADO DE INTIMAÇÃO. Intime-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Vanderlei Guedes Cardoso
Diretor de Cartório - Escrivão

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial
Lauda n.

Proc.: 0003576-46. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosana das Dores Camata Paio
Advogado: Cleonice Silveira dos Santos (OAB/RO 2506)
Requerido: Voar Bem Viagens e Turismo Ltda EPP
Advogado: Samuel dos Santos Júnior (RO 1238)
DECISÃO:
(Fls. 67/75) Recebo a apelação em seus regulares efeitos. Ao apelado para o oferecimento das contrarrazões. Oferecidas as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0005084-27. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Welington Pires Pissinati
Advogado: Ademar Selvino Kussler (RO 1324)
Requerido: Oi - Brasil Telecom S. A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
DESPACHO:
Intime-se o requerido, para no prazo de 05 dias, complementar o valor do preparo de folha 80, que deve ser calculado sobre o valor dado à causa constante à folha 07. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0009622-51. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vagner de Freitass Medrado, Paloma Figueiredo Gois

Advogado: Regina Lúcia Ribeiro (OAB/RO 4652), Regina Lúcia Ribeiro (OAB / RO 4652)
Requerido: Funeraria Santa Sara Ltda Me
DECISÃO:
Parte dispositiva: Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. . Para a concessão da tutela antecipada é necessária a existência de prova inequívoca, que não é satisfeita com a mera alegação de plausibilidade do direito, bem como fundado recio de dano irreparável ou de difícil reparação. No caso dos autos, em que pese a alegação dos requerentes de que o corpo de sua filha deveria ter sido sepultado nesta cidade de Ji-Paraná, conforme consta inclusive na ata de conservação de corpo acostada à folha 38, certo é que os documentos de folhas 35, 37 e 39, consustanciados em certidão de óbito, autorização para translado e termo de embarque de translado de restos mortais humanos, dão conta de que o sepultamento ocorreria no cemitério da cidade de Porto Velho, para onde deveria ser removido o corpo. A certidão de óbito acostada à folha 35, expedida no dia do falecimento da menor, e que teve como declarante o próprio requerente, descreve como local do sepultamento o cemitério municipal Santo Antonio, localizado na cidade de Porto Velho, não havendo portanto prova inequívoca apta a demonstrar a plausabilidade do direito alegado pelos requerentes, pelo que indefiro o pedido de tutela antecipada. Cite-se a requerida pelo rito ordinário, ficando a mesma advertida que deverá contestar o pedido dos requerentes, no prazo de quinze dias, contados da juntada do aviso de recebimento da correspondência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados pelos requerentes. Intime-seJi-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007870-44. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Antonia Correia de Lima Fonseca
Advogado: Jancléia de Jesus Barros (OAB / RO 4205)
Requerido: Ronel Cesar Rios
DESPACHO:
A requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de dez dias, complementando o endereço da requerida no que pertine ao código de endereçamento postal - CEP, a fim de viabilizar sua citação por meio postal, recolhendo ainda as custas processuais. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0007873-96. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Antonia Correia de Lima Fonseca
Advogado: Jancléia de Jesus Barros (OAB / RO 4205)
Requerido: COMED Comercio de Medicamentos LTDA
DESPACHO:
A requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de dez dias, complementando o endereço da requerida no que pertine ao código de endereçamento postal - CEP, a fim de viabilizar sua citação por meio postal, recolhendo ainda as custas processuais. . Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0002306-21. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Vitor Vinicius da Silva Bessa
Advogado: André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Requerido: Dpvat Fenaseg Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Promova a transferência dos valores depositados à folha 60 para a conta bancária indicada pela requerida à folha 51. Após, arquivem-se os autos. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0011175-70. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Jirauto Automóveis Ltda
Advogado: Ângelo Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 3880), André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Fernanda Primo Silva Moroni (OAB/RO 4141)
Requerido: Rubens Gonçalves Batista
SENTENÇA:
Homologo o pedido de desistência manifestado à folha 25 dos autos, e via de consequencia, julgo extinto o presente feito sem resolução de MÉRITO com base no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos. P. R. I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Proc.: 0009579-17. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Lacerda Antonio Maciel
Advogado: Cleia Aparecida Ferreira (OAB / RO 69 A)
Embargado: Banco Bradesco S. A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA:
Dispõe o artigo 738 do Código de Processo Civil que “Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação”. Compulsando os autos da execução de título extrajudicial n. 0002051-29. 2013. 8. 22. 0005, verifico que o executado foi citado conforme certidão de folha 27, tendo o mandado sido juntado em data de 25/03/2013. Sendo assim, os embargos á execução são intempestivos e portanto devem ser rejeitados liminarmente, nos termos do art. 739, I, do mesmo Diploma. Traslade-se cópia desta SENTENÇA aos autos da execução, dando-se ciência ao sr. Oficial de Justiça que recebeu o mandado de folha 41 daqueles autos, para cumprimento, a fim de que entregue o veículo que se encontra retido no pátio da Polícia Rodoviária Federal nas mãos do representante legal do exequente, que deverá ser intimado para receber o veículo. Intime-se o exequente, por seu advogado, para que tome as providências necessárias para recebimento do veículo, mediante depósito, no prazo de cinco dias, a contar de sua intimação, sob pena do depósito judicial ser transferido para o executado. P. R. I. C. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Silvio Viana Juiz de Direito

Jandira Garbulhe Braguin
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski

Proc.: 0010135-53. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Elisângela Joaquim Guedes, Stheffany Norrayne Guedes Estaude, Emilly Emanuelly Joaquim Guedes
Advogado: Fabio Leandro Aquino Maia (OAB/RO 1878)
Denunciado: Rodocar Transporte Ltda, Bradesco Auto RE Companhia de Seguros
Advogado: Agenor Roberto Catoci Barbosa (RO 318-A), Gleice Regina Stein (OAB/RO 3577), Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte denuciado para, no prazo de 05 dias, comparecer em cartório para assinar a petição de contrarrazões o subscritor de fls. 290, Diogo Morais da Silva, OAB/RO 3830.

Proc.: 0006238-80. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Douglas Ramiro Fogiatto.
Advogado: Carina Dalla Martha (OAB/RO 2612)
Requerido: Volkswagen do Brasil Ind. Veic. Automotores Ltda, Cometa Center Car
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, fornecer mais uma (01)cópias da contra-fé para citação das partes.

Proc.: 0106600-42. 2003. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria Paulina da Silva
Advogado: Cleber Faustino de Souza (OAB/MT 6631B)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado: Adalberto Jorge Silva Porto (OAB/RO 1392)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 5 (dez) dias, manifestar-se ante juntada de ofício de fls. 131/132.

Proc.: 0014290-02. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Alimentos
Exequente: A. S. M.
Advogado: Rosicler Carminato Guedes de Paiva (OAB/RO 526)
Executado: M. C. B.
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente do DESPACHO de fls. 26, conforme segue: VISTOS. Decorreu o prazo de cumprimento de prisão do executado, certifique se o memso já fora colocado em liberdade. Após, manifeste-se a exequente em termos de prosseguimeto do feito. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 19 de julho de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0016201-40. 1998. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Interessado (Parte A: Banco Bamerindus do Brasil S/A, Adalton Perez Varea, Sebastião José Arantes Júnior
Advogado: Rowilson Teixeira (OAB/RO 119B), Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Edilson Stutz (OAB/RO 309B), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112), Magda Rosangela Franzin Stecca (OAB/RO 303), Elaine Garcia (OAB/RO 1922)
Executado: Romave Veículos Ltda, Nyldice Déo Cidin, Reneé Alonso Garcia Cidin, José Mauro Alonso Cidin
Advogado: Armando Reigota Ferreira (OAB/RO 122A), Alice Reigota Ferreira (OAB/RO 164), Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352B), Armando Reigota Ferreira (OAB/RO 122A), Alice Reigota Ferreira (OAB/RO 164), Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352B), Armando Reigota Ferreira (OAB/RO 122A), Alice Reigota Ferreira (OAB/RO 164), Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352B), Armando Reigota Ferreira (OAB/RO 122A), Alice Reigota Ferreira (OAB/RO 164), Alice Reigota Ferreira Lira (OAB/RO 352B)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito requerendo o que de direito.

Proc.: 0012572-67. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Pemaza
Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB / RO 2849)
Requerido: C. R. de Souza Freitas
FINALIDADE: intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias comprovar sua publicação.

Proc.: 0009879-13. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai
Advogado: Mileisi Luci Fernandes (OAB/RO 3487)
Requerido: Dhiego Caetano Pagoto
FINALIDADE: intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias comprovar sua publicação.

Proc.: 0004680-10. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Gilcinei Souza da Silva
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940), Dheime Sandra de Matos (OAB/RO 3658)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerida para comparecer e retirar os autos com carga para providências, ficando advertido que este ficará em cartório à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que, não o fazendo, será novamente arquivado, de acordo com o art. 107 das Diretrizes Gerais.

Proc.: 0006984-79. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Edmar Mileski
Advogado: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
Advogado: Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)

FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerida para comparecer e retirar os autos com carga para providências, ficando advertido que este ficará em cartório à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que, não o fazendo, será novamente arquivado, de acordo com o art. 107 das Diretrizes Gerais.

Proc.: 0239803-90. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Reipel Escapamentos Ltda
Advogado: Jefferson Freitas Vaz (OAB/RO 1611), Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
Requerido: W. K. G Freios e Acessórioos Ltda Me
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para comparecer e retirar os autos com carga para providências, ficando advertido que este ficará em cartório à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que, não o fazendo, será novamente arquivado, de acordo com o art. 107 das Diretrizes Gerais.

Proc.: 0126397-28. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná - RO
Advogado: Sérgio Luiz Cacagnotto (OAB/RO 71-B)
Executado: Walter Rocha Meira
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte executada para regularizar a representação processual bem como comparecer e retirar os autos com carga para providências, ficando advertido que este ficará em cartório à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que, não o fazendo, será novamente arquivado, de acordo com o art. 107 das Diretrizes Gerais.

Proc.: 0161923-56. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Separação Consensual
Requerente: C. A. A. M. R. M.
Advogado: José Carlos Nolasco (RO 393/B)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para comparecer e retirar os autos com carga para providências, ficando advertido que este ficará em cartório à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que, não o fazendo, será novamente arquivado, de acordo com o art. 107 das Diretrizes Gerais.

Proc.: 0005598-77. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Alex Prudente de Oliveira
Advogado: Adilson Prudente de Oliveira (OAB / RO 5314)
Executado: A. g. dos Reis Me Tek Cel Celulares
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar carta precatória, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0007446-36. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151. 056-S)
Executado: Gonçalves & Camilo Ltda - ME, Antonio Gonçalves da Silva
Advogado: Joao Carlos Veris (OAB/RO 906), Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B), Christian Fernandes Rabelo (333-B), Joao Carlos Veris (OAB/RO 906)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar carta precatória, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0010966-04. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Romilda Rodrigues
Advogado: Neri Cezimbra Lopes (OAB/RO 653A)
Requerido: Passaredo Transportes Aéreos Ltda
Advogado: Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823-A)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 93v, certifico que até 30/07/2013, não houve o retorno da carta precatória de fls. 72.

Proc.: 0014264-04. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eliane Alves Mateus
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido: Evandro Soares dos Reis
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 32v, certifico que decorreu “in albis” o prazo para o requerido responder a ação, contestando-a.

Proc.: 0008195-44. 1998. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: J C da Silva Lanchonete-ME
Advogado: Tarcízo Tenório de Melo (OAB/RO 961), Edneide Guilherme da Silva (OAB/RO 974)
Requerido: Ji-Paraná Futebol Clube
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 470v, certifico que decorreu o prazo para o depositário efetuar o depósito do valor apurado.

Proc.: 0004023-34. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Coimbra Importação e Exportação Ltda
Advogado: Christian Fernandes Rabelo (OAB / RO 333 - B)
Executado: Julio Cesar da Conceição Monteiro
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 33v, certifico que decorreu o prazo para o executado pagar a dívida ou opor embargos.

Proc.: 0002844-65. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Daynne Francylle de Godoi Pereira (OAB/GO 30. 368)
Executado: Cageo - Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda EPP, Geovanio Carvalho de Oliveira
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 36v, certifico que decorreu o prazo para o requeridos pagarem a dívida ou oporem embargos.

Proc.: 0131059-21. 1997. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Ivone Maria Alves Costa, Anderson Alves Costa, Andressa Augusth Alves Costa, Taissa Alves Costa

Advogado: Magda Rosângela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
Interessado (Parte P: Agropecuária Adriana Ltda, Luiz Carlos Correia, Ivana Pigatto Kamil Fares
Advogado: Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Diego Alonço dos Reis (OAB/MT 7370)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fls. 126, certifico que decorreu o prazo para devolução da carta precatória de fls. 39/40.

Proc.: 0013650-96. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: LIDERPRIME ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Requerido: Leticia Silva da Rocha
SENTENÇA:
Diante do exposto, julgo extinto o processo nos termos do art. 267 III, do Código de Processo Civil, sem resolução de MÉRITO. Sem custas. Transitado em julgado, arquive-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA, registrada sob n. _____/2013, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C. T. O-CAD 205102-8.

Proc.: 0002750-20. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Vitamais Nutricão Animal Ltda
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
Requerido: Aparecido Luiz Pinheiro
SENTENÇA:
Isto posto, homologo por SENTENÇA para que surta os jurídicos e legais efeitos o reconhecimento do pedido formulado pela parte ré através do adimplemento da obrigação postulada na inicial, e via de consequência julgo extinto o feito com julgamento de MÉRITO, com fulcro no inciso II do artigo 269 do Código Processo Civil. Desentranhe-se os título mediante cópia. Sem custas. Arquivem-se os autos com as baixas de estilo. P. R. I. Transitado em julgado nesta oportunidade, arquivem-se. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA, registrada sob n. _____/2013, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C. T. O -CAD 205102-8.

Proc.: 0005430-75. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Sedução Comércio de Confecções Ltda Me.
Advogado: Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido: Patrícia Pinheiro Becher
SENTENÇA:
Diante do exposto, com base no art. 267, I c/c 284 parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, indefiro a inicial extinguindo o processo sem julgamento de MÉRITO. Sem custas e honorários advocatícios. Arquive-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de DireitoPUBLICAÇÃO E REGISTRO. Torno pública a SENTENÇA, registrada sob n. _____/2013, do livro digital. Ji-Paraná/RO, _____/_____/_____. C. T. O-CAD 205102-8.

Proc.: 0009132-29. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Arresto
Requerente: Ana Paula de Freitas Melo.
Advogado: Magda Rosangela Franzin Stecca (RO 303)
Requerido: Matheus Oliveira Ramos
Advogado: Elaine Cristina Dias (OAB/RO 5378), Cléia Aparecida Ferreira (RO 69 - A)
DESPACHO:
VISTOS. Diante da peculiaridade do fato, com base no art. 125, do CPC, designo audiência de conciliação prévia para o dia 08 de agosto de 2013, às 10: 30 horas. As partes serão cientificadas da data acima, através de suas advogadas. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Proc.: 0007341-25. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. P. J. P. do N.
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido: I. S. P. C. V. M. da S.
DESPACHO:
VISTOS. Defiro a gratuidade judicial. Considerando as circunstâncias e os fatos narrados no pedido inicial, defiro a guarda provisória da menor para aos requerentes. Para que não haja alegação de ofensa ao princípio do devido processo legal e da oportunidade do amplo contraditório, citem-se os genitores, por edital, no prazo de 20 dias, para contestarem o pedido no prazo de 15 dias, ou para comparecerem junto a este Juízo para assinarem o termo de concordância perante a autoridade judiciária. Em caso dos genitores não contestarem e nem comparecerem em cartório para anuírem o pedido inicial, desde já, decreto revelia dos mesmos e nomeio curador de ausente, na forma do art. 9º, II, do CPC. , qualquer dos Defensores Públicos do quadro local. Realize-se estudo social, no prazo de 30 dias. Dê ciência ao MP. Intimem-se. Ji-Paraná-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Marcos Alberto Oldakowski Juiz de Direito

Marlete Perim
Diretora de Cartório

3ª VARA CRIMINAL

3º Cartório Criminal
Oscar Francisco Alves Junior - Juiz de Direito
Cleonice Cabral dos Santos Almeida - Diretora de cartório
Email da Vara: jip3criminal@tj. ro. gov. br

Proc.: 0006779-21. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 10 dias
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Valter Redondario, Brasileiro, mecânico, CPF 970. 888. 978-49, RG 11. 610. 203 SSP/SP, Nascido em 25/07/1959, no Município de Irapuru/SP, filho de João Redondario e Maria Rodrigues Redondario. Atualmente em lugar incerto e não sabido.

FINALIDADE: 1) CITAR o réu acima qualificado para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 dias, através de advogado constituído. A qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Vencido o prazo legal sem resposta e nem constituído procurador ser-lhe-á nomeado Defensor Público.
Denúncia: por violação ao art. 299 (1º fato), art. 171, caput (2º fato), ambos do Código Penal, pelo seguinte fato resumido: "1º Fato – No dia 23/12/2009, por volta das 10h, na avenida JK, nº 1052, bairro casa preta, o denunciado Valter Redondário obteve para si, vantagem ilícita em prejuízo da vítima Marta Correia de Brito, induzindo-a em erro, mediante fraude, já que compensou cheque sem ciência da vítima. Segundo o apurado o denunciado Valter Redondário recebeu como forma de pagamento um cheque no valor de R$750, 00 (setecentos e cinquenta) reais. Contudo, o denunciado disse para a vítima que esta cártula foi recusada pela instituição bancária. Com isso a vítima lhe entregou outro cheque de n. 850080 de R$800, 00 (oitocentos) reais visando substituir o anterior de n. 850069. Por sua vez o denunciado de forma intencionada, sem a permissão da vítima induzindo-a em erro material, compensou o cheque de n. 850069. (2º fato) No ano de 2009, em dia e local não esclarecido, após a prática do 1º fato, o denunciado Valter Redondário, inseriu em documento público declaração diversa da que deveria ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Segundo o apurado, o denunciado Valter Redondário de forma direta e intencional, adulterou o valor da segunda cártula bancária de n. 850080 dada em pagamento pela vítima. Consta que o denunciado recebeu a folha de cheque na valor de R$800, 00 (oitocentos) reais como forma de pagamento de um serviço realizado. Contudo, com o fim de obter vantagem ilícita, acrescentou na cártula o número 1 (um) passando a ter o valor de R$1. 800, 00 (um mil e oitocentos) reais …, e pagou uma dívida para a vítima Eduardo Pereira da Silva que ao depositar o cheque teve a devolução por ter sido sustado pelo emitente. Assim agindo Valter Redondário, praticou os crimes descritos nos artigos 299, caput, (1º fato) e 171, caput (2º fato) ambos do Código Penal. Em face do exposto, requeremos o recebimento da denúncia e o prosseguimento nos demais atos processuais até o final julgamento".

Proc.: 0006095-96. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO: 60 dias
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: PAULO CESAR TEODORO DOS SANTOS.
ADVOGADO: ANTÔNIO BALBINO NOGUEIRA DE ANDRADE, OAB/RO 297, militante na Comarca de Ji-Paraná/RO, com escritório na R. Ângelin, 1444, Nova Brasília, Ji-Paraná/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima qualificado, da SENTENÇA a seguir transcrita: "DO DISPOSITIVO Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia de fls. 3/4, e, por consequência, CONDENO o réu PAULO CÉSAR TEODORO DOS SANTOS, como incurso nas penas do artigo 306 da Lei nº 9. 503/97 (Código de Trânsito Brasileiro - CTB). Resta dosar a pena observando o critério trifásico. Atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais), verifico que a conduta social, não deve ser considerada desfavorável, pois consta nos autos que possui ocupação lícita, família constituída e aparentemente procura se pautar conforme as convenções sociais. Os motivos e as circunstâncias do crime são comuns. Do que consta nos autos vislumbro que sua personalidade é voltada para a prática delituosa. O acusado registra antecedentes criminais (27/28, 35/37, 46, 53/54, 59, 120/121 e 126/127). Assim, fixo a pena em 07 (sete) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, vez que levo em consideração a situação econômica do réu, e a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 03 (três) meses, entendendo corresponder à justa resposta do Estado pela ação praticada e levando em consideração os precedentes da Câmara Criminal do TJ/RO. Quanto às circunstâncias legais, verifico que existe atenuante da confissão (art. 65, III, "d", CP) e agravante da reincidência (art. 63 CP), motivo pelo qual mantenho a pena aplicada, vez que ambas se compensam, conforme entendimento apresentado na fundamentação. Em relação às circunstâncias legais específicas, não existem causas de diminuição nem de causas de aumento. Portanto, torno definitiva a pena aplicada para fixá-la em 07 (sete) meses de detenção e 30 (trinta) dias-multa, ao valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato [R$609, 50 (seiscentos e nove reais e dez centavos) já atualizados de acordo com a tabela do TJ] e a suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 03 (três) meses, a ser cumprida, inicialmente, no regime ABERTO, de acordo com o art. 33 do CP. Outrossim, nos termos do art. 44, 2º do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direito, consistente em prestação pecuniária no valor da fiança (fl. 26 mais juros e correções), que será destinada ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "BETEL"- Nova Vida; entidade privada com FINALIDADE social, atuante no tratamento de dependentes de drogas em geral, exercendo atividade preventiva nesta área, bem como atendimento de acusados e pessoas já condenadas pela justiça, exercendo atividade essencial à segurança pública, educação e saúde, sendo de relevância social, Responsável: Missionária Lurdes e Pastor Floriano; monitor Pr. Edilei - Rua Manoel Franco, nº 703 N/3 - bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO - CEP 78. 960-000 - Telefone: (69) 3423-3620, devendo prestar contas no prazo de 90 (noventa) dias. Disposições Gerais. Intime-se o acusado para pagamento e comprovação neste cartório, da respectiva multa no prazo de 10 (dez) dias. Em não sendo adimplida, oficie-se à Procuradoria da Fazenda para inscrição, cobrança e execução como crédito fiscal não tributário da União. Condeno o réu ao pagamento de custas, nos termos da Lei nº 301, de 21/12/90, vez que defendido por Advogado constituído. Após o

trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe (TRE, INI/DF, II/RO, Contran, Detran ETC), mormente expedição de ofício à autoridade administrativa competente para que sejam tomadas as providências cabíveis quanto a suspensão ou proibição de obter a permissão ou a habilitação para conduzir veículo automotor. Os órgãos competentes deverão comunicar este Juízo sobre as providências tomadas (apreensão da CNH, caso possua, realização de novos exames ETC). Após, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. JP/RO, 26/6/2013. (a) Oscar Francisco Alves Junior – Juiz de Direito".

Proc.: 0005919-15. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Inquérito Policial (Réu Preso)
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 10 dias
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: ELIAS ANDRADE RODRIGUES, vulgo "Fedido" brasileiro, união estável, filho de Maria Helena Pedro de Andrade e João Batista Messias de Jesus, natural de Jaru/RO, nascido aos 24/3/1984. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: 1) CITAR o réu acima qualificado para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 dias, através de advogado constituído. A qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Vencido o prazo legal sem resposta e nem constituído procurador ser-lhe-á nomeado Defensor Público.
Denúncia: por violação ao art. 33(2º e 3º fato), art. 35(4º fato), e art. 40, V (2º e 3º fatos), todos da Lei 11343/06, observada a regra do art. 69, do CP, pelo seguinte fato resumido: "2º Fato – No dia 25/3/2013, na BR-163, em Rio Brilhante/MS, os denunciados ADÃO ALDENEI NOGUEIRA DA SILVA, DORIVAN OLIVEIRA GUIMARÃES, UALACE PEREIRA BARBOSA E ELIAS ANDRADE RODRIGUES forneceram, venderam, transportaram, adquiriram e traziam consigo, sem autorização e em desacordo com determinações legais e regulamentares, visando o comércio ilícito, aproximadamente, 25 kg de "maconha", que estavam acondicionadas em 25 tabletes de, aproximadamente 1(um) quilo cada, escondidos em uma mala. O denunciado ELIAS ANDRADE RODRIGUES forneceu a droga para que o denunciado DORIVAN OLIVEIRA GUIMARÃES realizasse o transporte da cidade de Corumbá ou Campo Grande para Ji-Paraná e a entregasse ao denunciado ADÃO. 3º Fato – No dia 9/4/2013, na BR-364, em frente ao Laticínio Tradição, nesta Comarca, os denunciados ADÃO ALDENEI NOGUEIRA DA SILVA, DORIVAN OLIVEIRA GUIMARÃES, GEANE RODRIGUES DA SILVA E ELIAS ANDRADE RODRIGUES forneceram, venderam, transportaram, adquiriram e traziam consigo, sem autorização e em desacordo com determinações legais e regulamentares, para fins de comércio entre Estados da Federação, 15, 048 kg de "maconha", em forma de 13 unidades de tabletes, acondicionadas em invólucros plásticos. O denunciado ELIAS ANDRADE NOGUEIRA forneceu a droga para que o denunciado DORIVAN OLIVEIRA GUIMARÃES realizasse o transporte, da cidade de Corumbá ou Campo Grande para Ji-Paraná/RO e a entregasse ao denunciado ADÃO. Os denunciados ADÃO, DORIVAN e ELIAS para realizar o transporte receberam o apoio de GEANE que foi arregimentada para transportar a droga. 4º Fato – Entre Fevereiro e abril de 2013 todos os denunciados se associaram para a pratica reiterada de tráfico de drogas e neste período transacionaram mais de 40 kg de drogas, além de outros carregamentos que não foram interceptados. 4. 1 – No Paraguai – O denunciado ELIAS ANDRADES RODRIGUES era o fornecedor das drogas e como estava preso realizava as tratativas com os compradores através de telefone delegando o recebimento/pagamento das drogas aos denunciados ADÃO e DORIVAN.

Proc.: 0090888-70. 2007. 8. 22. 0005
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 10 dias
Processo: 0090888-70. 2007. 822. 0005
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário(Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Ronivaldo Moreira Ganda, Brasileiro, nascido aos 01/12/1983, em Cacoal/RO, filho de Jandir Gonçalves Ganda e Maria Moreira, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: 1) CITAR o réu acima qualificado para responder a acusação por escrito, no prazo de 10 dias, através de advogado constituído. A qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Vencido o prazo legal sem resposta e nem constituído procurador ser-lhe-á nomeado Defensor Público.
Denúncia: por violação ao art. 155, 4º, I e IV do Código Penal, pelo seguinte fato resumido: "No dia 04/8/2007, por volta das 12h21 min, na Rua Teresina, 277, Bairro Nova Brasília, nesta cidade, o denunciado Ronivaldo Moreira Ganda previamente ajustado e com identidade de desígnios com duas pessoas (Moises e Ana Lucia), mediante rompimento de obstáculos, subtrairam para eles, 01 ventilador de cor branca, marca Arno e 01 televisão de marca Panasonic, 29 polegadas, pertencentes a vitima João Leite da Silva".

Proc.: 0046400-59. 2009. 8. 22. 0005
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 5 Dias
Processo: 0046400-59. 2009. 822. 0005
Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Mailson Garbercht
Advogado: JEFERSON MAGNO DOS SANTOS,OAB/RO 2736.
FINALIDADE : INTIMAR o advogado acima qualificado do DESPACHO a seguir transcrito: "Visto. Defiro o requerido à fl.111. Expeça-se o necessário. Ji-Paraná-RO, 15/5/13. (a) Oscar Francisco Alves Júnior. Juiz de Direito."

Cleonice Cabral dos Santos Almeida
Diretora de cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juiza: Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E-mail:aqs1jecivell@tjro.jus

Proc.: 0007568-24.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Paulo Cardoso dos Santos
Advogado:Rafael Miyajima. (0)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Na inicial a parte autora pleiteou o agendamento de avaliação médica com médico especialista em coluna, bem como requereu a realização de procedimento cirúrgico determinado pelo médico a partir da avaliação.Recebida a inicial foi concedida tutela antecipada determinando-se ao requerido Estado de Rondônia o agendamento de avaliação médica para eventual procedimento cirúrgico de coluna do autor.Ato contínuo, o requerido informou nos autos o cumprimento da tutela, sendo o autor avaliado no dia 24/06/2013 na Policlínica Oswaldo Cruz (fls. 40/41). Apesar desta manifestação, o requerido não juntou o laudo obtido com a avaliação médica.Em sede de impugnação à contestação, o requerente nada mencionou em relação a avaliação médica, deixando ainda de informar se houve ou não o cumprimento da tutela bem como não juntou laudo médico nos autos.Desta feita, visando imprimir celeridade e efeito prático ao feito, converto o julgamento em diligência para determinar que a parte autora no prazo de 10 (dez) dias proceda a juntada do laudo médico obtido com a consulta realizada no dia 24/06/2013.Decorrido o prazo, retornem-me os autos conclusos para SENTENÇA .Ariquemes-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0013382-51.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Tomé Rosil Clementino
Advogado:Fábia Carla Varea Nakad. (OAB/RO 2606)
Requerido:Município de Ariquemes
DESPACHO :
Fica a parte autora, por via de seu advogado, devidamente intimado a apresentar Contrarrazões ao Recurso inperposto no autos, conforme DESPACHO que segue transcrito.
DESPACHO :
Considerando estarem presentes os requisitos legais, notadamente a tempestividade, o interesse processual e a legitimidade, recebo o receruso interposto pelo Município de Ariquemes/RO (fls. 134/140), o que faço no efeito meramente devolutivo.
Como o recorrente apresentou suas Razões, dê-se vistas à parte recorrida para que apresente suas Contrarrazões no prazo legal.Cumpra-se o DESPACHO de fls. 132 e, após, remetam-se ambos os recursos à Turma Recursal.Intimem-se. Ariquemes-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0011262-35.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sérgio Troni
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Estado de Rondônia
Fica a parte autora, por via de seu advogado, devidamente intimado a apresentar Contrarrazões ao Recurso inperposto no autos, conforme DESPACHO que segue transcrito.
DESPACHO :
Considerando estarem presentes os requisitos legais, notadamente a tempestividade, o interesse processual e a legitimidade, recebo o Recurso interposto pela parte autora em seu efeito meramente devolutivo.Intime-se a parte recorrida para tomar conhecimento do recurso e apresentar suas contrarrazões no prazo legal.Após, remetam-se os autos ao Colégio Recursal para apreciação do recurso.Ariquemes-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0009329-61.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maisa Mollulo
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Instituto de Previdência do Município de Ariquemes - IPEMA
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO : Fica a parte autora intimada através de seu advogado do DESPACHO de fls. 286.
Ante o laudo pericial apresentado às fls. 285, intime-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo de 10 (dez) dias conforme determinado em audiência (fls. 214).Após, concluso para SENTENÇA .Ariquemes-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0008497-57.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marcos Vinicius Vieira Pinheiro
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Cujubim - Ro
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
RELATÓRIO dispensado na forma dos arts. 27 da Lei 12.153/09 c/c 38 da Lei 9.099/95.Inicialmente afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo requerido Estado de Rondônia, sob o fundamento de que o Município de Cujubim/RO seria responsável pelo fornecimento dos medicamentos pleiteados na inicial uma vez que há entendimento pacificado no sentido de que compete a parte autora optar por qual dos entes públicos quer acionar, já que todos são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos.No MÉRITO , trata-se de Obrigação de Fazer interposta por MARCOS VINICIUS VIEIRA PINHEIRO em face de MUNICÍPIO DE CUJUBIM/RO e ESTADO DE RONDÔNIA tencionando obter o fornecimento de medicamentos.Segundo consta na inicial, o autor é portador de Lesão Medular Cervical com Paraplegia Espástica e necessita fazer uso contínuo dos medicamentos BACOFLENO 10 mg (01 comprimido de 6/6 horas), CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25mg (03 comprimidos por dia), além de SONDAS VESICAIS (02 unidades por mês) E FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M (60 unidades mensais). Nos autos o autor demonstrou sua necessidade de fazer uso

dos medicamentos vez que com a inicial juntou laudo médico e receituários que notadamente atestam seu estado de saúde. A hipossuficiência do requerente também restou demonstrada nos autos notadamente pela declaração de sua capacidade financeira e a indisponibilidade de arcar com os custos para aquisição dos medicamentos. Apesar de citado e intimado o requerido Município de Cujubim não apresentou contestação. Em sua contestação, o Estado de Rondônia alegou ingerência do Poder Judiciário nas definições das Políticas Públicas no serviço de Saúde. Contudo, ao contrário do alegado, não existe ingerência nas questões orçamentárias do Poder Executivo, na verdade há uma busca pela efetivação do direito fundamental à saúde no caso concreto, que, quando lesionado, deve ser apreciado pelo Judiciário.Portanto, não há desrespeito algum quanto a divisão dos Poderes constitucionalmente previstos. Os argumentos do requerido não impedem a procedência do pedido inicial. É sabido que a dignidade do ser humano é fundamento constitucional previsto no art. 1º, III da CF, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I da CF). Desta forma, O DIREITO À VIDA se consubstancia como o maior de todos os direitos e sua importância é tamanha ao ponto de constar expressamente no caput do art. 5º da Constituição da República. É ainda pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por isso, deve ser assegurado com absoluta primazia sob todos os demais.Assim, verifica-se que o direito à vida está estritamente ligado à garantia da DIGNIDADE, pois a Constituição assegura não apenas a vida, mas “a vida digna”, cabendo ao Poder Público cuidar de todos os seus administrados, especialmente dos cidadãos hipossuficientes, os quais não possuam condições financeiras de manter a dignidade sozinhos. O Estado possui a obrigação de realizar todas as ações necessárias para garantir aos indivíduos o direito à saúde e ao bem estar, uma vez que estes direitos são inerentes a condição de ser humano, devendo assim proporcionar o tratamento e a distribuição de medicamentos quando o indivíduo é portador de doença que pode ser tratada ou amenizada e não dispõe de recursos necessários. Nesse sentido, o artigo 196 da Constituição da República “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.A saúde é portanto direito de todos e DEVER DO ESTADO.Como no caso em tela a autora juntou vários documentos, laudo médico e receituários provando necessitar fazer uso contínuo e ininterrupto dos medicamentos, resta patente que ela faz jus à assistência pleiteada para o fim de obter o medicamento necessário à manutenção de sua vida, saúde e dignidade.Ao negar o fornecimento de medicamentos à autora, os requeridos descumpriram um dos deveres essenciais do Estado e assim, ilegalmente feriram os direitos mais essenciais da autora.Os Tribunais de todo o país têm decidido favoravelmente a concessão de medicações em casos parecidos para garantir o direito à vida, à saúde e à dignidade do ser humano. Nesse sentido:DIREITO À SAÚDE. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MATERIAIS. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo fornecimento de materiais indicados para o tratamento de saúde de pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Segurança concedida.(Acórdão n. 603026, 20120020030109MSG, Relator JAIR SOARES, Conselho Especial, julgado em 19/06/2012, DJ 23/07/2012 p. 50). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À AUTORA. DOENÇA GRAVE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. REFORMA DA DECISÃO DE 1º GRAU. 1. Impõe-se o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela em ação cominatória quando demonstrada a necessidade de que seja fornecido à paciente o medicamento que lhe fora prescrito, sem que disponha de meios para adquiri-lo, mesmo que não esteja compreendido na relação de medicamentos padronizados pelos órgãos oficiais de saúde, haja vista a máxima efetividade conferida ao direito fundamental à saúde e o dever do Estado em implementá-lo minimamente. 2. Recurso provido.(Acórdão n.673854, 20120020275245AGI, Relator: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 24/04/2013, Publicado no DJE: 08/05/2013. Pág.: 99) MEDICAMENTO. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo o fornecimento de medicamentos a pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Remessa oficial não provida. (Acórdão n.668374, 20100110680407RMO, Relator: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/04/2013, Publicado no DJE: 16/04/2013. Pág.: 155) Há entendimento pacificado no sentido de que compete a parte autora optar por qual dos entes públicos quer acionar, já que todos são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos. Vejamos:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJE de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido” (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1159382/SC AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2009/0195813-6, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, j. 05/08/2010, DJE 01/09/2010) (grifado).Portanto, o Município de Cujubim/RO e o Estado de Rondônia são responsáveis pela manutenção da vida, saúde e dignidade da parte autora, devendo propiciar tais direitos mediante o fornecimento dos medicamentos descritos na inicial de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo necessário de seu tratamento. Conforme demonstrado o direito

à saúde é um direito social, sendo, antes de tudo, um direito fundamental. E como tal deve ser "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196º da Constituição Federal).Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, confirmo a antecipação da tutela concedida nos autos e julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar o Município de Cujubim/RO e o Estado de Rondônia a fornecerem a autora os medicamentos BACOFLENO 10 mg (01 comprimido de 6/6 horas), CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25mg (03 comprimidos por dia), além de SONDAS VESICAIS (02 unidades por mês) E FRALDAS GERIÁTRICAS TAMANHO M (60 unidades mensais) conforme laudo e receituários juntado com a inicial, enquanto persistir a necessidade, pena de pagamento de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), sem prejuízo da execução da obrigação de fazer.Com o fito de evitar dúvidas quanto ao cumprimento da SENTENÇA , determino que o Estado de Rondônia forneça nos meses pares e o Município de Cujubim/RO forneça nos meses ímpares.Sem custas e sem verbas honorárias, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/09.Publique-se. Registre-se.Intimem-se, observando-se que a intimação da Fazenda Pública deve ser feita de forma pessoal nos termos do art. 6º da Lei 12.153/09.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0012755-81.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ademir Martins Alves
Advogado:Guilherme Luis de Ornelas Silva Defensor Publico (000)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :
Solicitei a penhora on line nas contas e aplicações financeiras da parte requerida e após o decurso do prazo para resposta, o BACEN/JUD informou que houve penhora nas contas do Estado de Rondônia no importe de R$ 24.956,80 junto a vários Bancos diferentes. Como o valor atualizado da dívida é de apenas R$ 20.610,00 para que não haja duplicidade de penhoras e prejuízos ao Estado, de ofício, libero a penhora excedente que recaiu sobre as contas do requerido e mantenho apenas a penhora on line junto ao Banco do Brasil no importe de R$ 20.610,00 conforme protocolo nº 20130002215885.Ante a penhora realizada, converto a mesmo em SEQUESTRO e determino a intimação do Estado, na pessoa de seu Procurador, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de levantamento em favor do(a) credor(a) com os seguintes dados: Protocolo Bacen/Jud Nº 20130002215885, ID: 072013000007915143, Instituição: Caixa Econômica Federal, Agência: 1831, Tipo créd. Jud: Geral.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0002000-61.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Antônio Nogueira da Silva Júnior
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Município de Ariquemes, Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Ante o Acórdão de fls. 237/241, confirmando o teor da SENTENÇA e considerando que não houve nenhum requerimento das partes, arquive-se.Ariquemes-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0005700-11.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maria Luiza de Oliveira Dias
Advogado:Rafael Miyajima. (0)
Requerido:Município de Ariquemes, Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Face a informação de que as partes foram devidamente intimadas da SENTENÇA , certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0006128-90.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:José Inácio Filho
Advogado:André Vilas Boas Gonçalves. Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Inicialmente importa registrar que o Cartório se equivocou ao juntar uma petição da Defensoria nos autos às fls. 147/149, embora essa petição tenha sido redigida e recebida em cartório APÓS o DESPACHO de fl. 150, tornando desconexo o DESPACHO de fl. 150. Todavia, a simples análise da data aposta no DESPACHO (08/07/13) e a data da juntada da petição da Defensoria (25/07/13) demonstra que o DESPACHO deveria ter sido autuado antes.Seja como for, equívocos assim não devem mais ocorrer pois passam a impressão de que esta magistrada DESPACHO u os autos ser ler a petição juntada imediatamente nas folhas anteriores.Por tudo isso, determino a imediata correção dessa situação, autuando-se a petição e o DESPACHO na ordem cronológica em que foram produzidos/assinados/juntados no Cartório.Feito isso e considerando que a parte autora acostou aos autos documentos que comprovam o gasto de todo o valor levantado por meio do Alvará de fls. 65 com medicamentos (fls. 149), HOMOLOGO a prestação de contas de fls. 147/150 por suas próprias justificativas.Assim, intimem-se a parte autora para apresentar impugnação a Contestação e, após, façam-se CONCLUSÃO dos autos para SENTENÇA .Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0007326-65.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Janete Aparecida Aires Santana de Oliveira
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
RELATÓRIO dispensado na forma dos arts. 27 da Lei 12.153/09 c/c 38 da Lei 9.099/95.Trata-se de Obrigação de Fazer interposta por JANETE APARECIDA AIRES SANTANA DE OLIVEIRA em face de ESTADO DE RONDÔNIA tencionando

obter o custeio de EXAME DE BIÓPSIA E CIRURGIA DE TIREOIDECTOMIA TOTAL.Segundo consta na inicial, a parte autora apresenta Lesão Multinadulax e DM Descompressiva relacionada à grave problema na tireoide (CID E 04.5) e necessita realizar exame de biópsia na tireoide e cirurgia de Tireoidectomia Total. Apesar dessa necessidade e sua hipossuficiência, a parte autora alega que procurou a rede pública de saúde e requereu providências urgentes para a realização da cirurgia, mas nenhuma providência foi tomada, razão pela qual ingressou em juízo para requerer tais providências. É sabido que a dignidade da pessoa humana é fundamento constitucional previsto no art. 1º, III da CF, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I da CF). Desta forma, O DIREITO À VIDA se consubstancia como o maior de todos os direitos da pessoa humana e sua importância é tamanha ao ponto de constar expressamente no caput do art. 5º da Constituição da República. É ainda pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por isso, deve ser assegurado com absoluta primazia sob todos os demais.Assim, verifica-se que o direito à vida está estritamente ligado à garantia da DIGNIDADE, pois a Constituição assegura não apenas a vida, mas ¿a vida digna¿, cabendo ao Poder Público cuidar de todos os seus administrados, especialmente dos cidadãos hipossuficientes, os quais não possuam condições financeiras de manter a dignidade sozinhos. O Estado possui a obrigação de realizar todas as ações necessárias para garantir aos indivíduos o direito à saúde e ao bem estar, uma vez que estes direitos são inerentes à condição de ser humano, devendo assim proporcionar o tratamento e a distribuição de medicamentos quando o indivíduo é portador de doença que pode ser tratada ou amenizada e não dispõe de recursos necessários. Este direito encontra previsão expressa no artigo 196 da Constituição da República o qual dispõe que ¿a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿.A saúde é portanto direito de todos e DEVER DO ESTADO.Como no caso em tela, a autora juntou vários documentos, laudos médicos, receituários e demais documentos provando a necessidade em realizar exame de biópsia e cirurgia de Tireoidectomia Total e, como restou comprovada sua hipossuficiência e necessidade do procedimento, resta patente que ela faz jus à assistência pleiteada para o fim de ser submetida ao procedimento cirúrgico, já que necessário a manutenção de sua vida, saúde e dignidade.Ao negar o fornecimento do procedimento cirúrgico e a realização de exame médico o requerido ilegalmente feriu o direito mais essencial da parte autora.Em sua contestação o Estado de Rondônia afirmou (fls. 58) que ¿a responsabilidade do Estado (latu senso) em fornecer os recursos necessários à reabilitação da saúde de seus cidadãos não pode vir a inviabilizar o sistema Público de Saúde¿. Ainda em sua tese defensiva afirmou que a DECISÃO do Judiciário ¿acaba alterando a programação de trabalho do poder executivo, inclusive com infringência das metas orçamentárias e financeiras¿.Ocorre que as alegações do Estado de Rondônia não merecem prosperar. Os Tribunais de todo o país têm decidido favoravelmente ao custeio de cirurgias e assistência para o paciente e seu acompanhante, se for o caso, em casos parecidos para garantir o direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, vale à pena transcrever os seguintes julgados:MANDADO de segurança. Direito à saúde. Realização de cirurgia. Risco de perda da visão. Concessão. A saúde é um direito social assegurado a todos os cidadãos de forma indistinta (art. 196 da Constituição Federal), sendo obrigação de o Estado promover sua preservação e restabelecimento, devendo fornecer todos os meios necessários para esse fim, inclusive aparelhando seu pessoal e instalações para a realização de tratamento cirúrgico para pacientes que não possuem condições de custeá-los ou ainda custeando seu tratamento na rede particular de saúde do Estado, desde que disponível.(TJRO, 1ª Câmara Especial, MANDADO de Segurança nº 200.000.2008.008483-4, Relator Juiz Francisco Prestello de Vasconcellos, j. em 01 de outubro de 2008, unânime).DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO CIVIL. COMINATÓRIA. PACIENTE DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE QUE NECESSITA DE CIRURGIA. PRESENÇA DO INTERESSE DE AGIR. NÃO CONFIGURADA A OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E IMPESSOALIDADE. DEVER DO ESTADO. 1. O interesse de agir do apelado está presente na medida em que busca o seu direito fundamental à saúde e a não realização do procedimento cirúrgico, até a presente data, demonstra a resistência clara e evidente do apelante à pretensão do apelado. Preliminar rejeitada. 2. Inconcebível o argumento do apelante quanto à limitação das verbas públicas, destinadas ao atendimento dos direitos fundamentais, argumento este que não é capaz de afastar a responsabilidade do Estado de garantir o direito à saúde. 3. A determinação judicial monocrática não configura ofensa aos princípios da igualdade e da impessoalidade, apenas se traduz no total e eficaz cumprimento do direito reclamado pelo apelado ao buscar o Judiciário, permitindo a efetividade da prestação do serviço de saúde de forma satisfatória e eficiente. 4. Recursos conhecidos e não providos.(Acórdão n.305240, 20060110447208APC, Relator: GILBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, Revisor: MARIA BEATRIZ PARRILHA, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 26/03/2008, Publicado no DJE: 19/05/2008. Pág.: 86)APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. CONSTITUCIONAL. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA A NECESSITADO PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. O direito à saúde é assegurado a todos, devendo os necessitados receber do ente público a cirurgia necessária. Aplicação do artigo 196 da Constituição Federal. O Estado possui legitimidade passiva na demanda visando à realização de cirurgia a necessitado. Posição do 11º Grupo Cível. Precedentes do TJRGS, STJ e STF. Apelação a que se nega seguimento¿.(TJRS, Apelação Cível Nº 70030925614, Vigésima Segunda Câmara Cível, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 10/07/2009). MANDADO de segurança. Saúde. Exame. Custo do tratamento. Demonstrada a ofensa a direito líquido e certo em face da omissão estatal em não disponibilizar os exames necessários, é dever do Estado o custeamento do exame, ainda que em rede particular, quando a rede pública não oferecer o exame ou tratamento requerido. (TJRS, MANDADO de Segurança n. 2007652-36.2009.8.22.0000, j. 2.9.2009).São incontáveis as decisões no sentido das já expostas e isso vem provar que ao menos o Judiciário tem tido sensibilidade para dar à vida humana o valor e o respeito que a Constituição da República objetivamente assegura. Assim, os vários entes federativos não podem se exonerar da obrigação imposta constitucionalmente alegando obstáculos administrativos, até porque sequer existe

comprovação de que efetivamente não há recursos financeiros para o tratamento, ou que os eventuais custos à mesma relacionados poderiam ensejar prejuízo aos demais serviços administrativos.Portanto, a União, os Estados e os Municípios possuem responsabilidade solidária, de modo que compete ao paciente optar qual dos órgãos quer acionar.Seja como for, no caso em tela, o Estado de Rondônia é responsável pela manutenção da vida, saúde e dignidade da parte autora, devendo propiciar tais direitos mediante o custeio/fornecimento do tratamento descrito na inicial.Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, confirmo a antecipação da tutela concedida nos autos e no MÉRITO , julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de DETERMINAR que o Estado de Rondônia arque, direta ou indiretamente, com todas as despesas para realização de exame de biópsia na tireoide e cirurgia de Tireoidectomia Total na rede pública ou privada do Estado ou, sendo o caso, que arque com o Tratamento Fora do Domicílio, devendo, neste caso, arcar ainda com todas as despesas da parte autora e de seu acompanhante pelo período em que perdurar o tratamento, devendo tal providência ser cumprida no prazo de de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 30 (trinta) salários mínimos, sem prejuízo de outras penalidades. Sem custas e sem verbas honorárias, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/09.Publique-se.Registre-se.Intimem-se, observando-se que a intimação da Fazenda Pública deve ser feita de forma pessoal nos termos do art. 6º da Lei 12.153/09. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Proc.: 0007658-32.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Daniele Santos de Andrade
Advogado:André Vilas Boas Gonçalves. Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
RELATÓRIO dispensado na forma dos arts. 27 da Lei 12.153/09 c/c 38 da Lei 9.099/95.Trata-se de Obrigação de Fazer interposta por Daniele Santos de Andrade em face de Estado de Rondônia tencionando obter o fornecimento de medicamentos.Segundo consta na inicial, a autora apresenta depressão moderada e necessita fazer uso contínuo de ASSERT 100mg (30 comprimidos por mês). Nos autos a autora demonstrou sua necessidade em fazer uso dos medicamentos vez que com a inicial juntou laudo médico e receituários (fls. 12 a 14) que atestam seu estado de saúde e o risco de suicídio caso não utilize o fármaco pleiteado. A hipossuficiência da requerente também restou demonstrada nos autos notadamente pela declaração de sua capacidade financeira (fls. 07) e a indisponibilidade de arcar com os custos para aquisição dos medicamentos. Consta ainda que a autora procurou a rede pública de saúde e não teve seu pedido de fornecimento do medicamentos atendido.Em sua contestação o Estado de Rondônia pugnou pela improcedência da ação sob o fundamento de que ¿a competência é do Município de Ariquemes para fornecer o referido fármaco, em razão do baixo custo¿. Ocorre que os argumentos do requerido Estado de Rondônia não impedem a procedência do pedido inicial. Há entendimento pacificado no sentido de que compete a parte autora optar por qual dos entes públicos quer acionar, já que todos são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos. Vejamos:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJE de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido¿ (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1159382/SC AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2009/0195813-6, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, j. 05/08/2010, DJE 01/09/2010) (grifado).Portanto, o Estado de Rondônia é responsável pela manutenção da vida, saúde e dignidade da autora, devendo propiciar tais direitos mediante o fornecimento do medicamento descrito na inicial de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo necessário de seu tratamento. É sabido ainda que a dignidade do ser humano é fundamento constitucional previsto no art. 1º, III da CF, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I da CF). Desta forma, O DIREITO À VIDA se consubstancia como o maior de todos os direitos e sua importância é tamanha ao ponto de constar expressamente no caput do art. 5º da Constituição da República. É ainda pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por isso, deve ser assegurado com absoluta primazia sob todos os demais. Assim, o direito à vida está estritamente ligado à garantia da DIGNIDADE, pois a Constituição assegura não apenas a vida, mas ¿a vida digna¿, cabendo ao Poder Público cuidar de todos os seus administrados, especialmente dos cidadãos hipossuficientes, os quais não possuam condições financeiras de manter a dignidade sozinhos. O Estado possui a obrigação de realizar todas as ações necessárias para garantir aos indivíduos o direito à saúde e ao bem estar, uma vez que estes direitos são inerentes a condição de ser humano, devendo assim proporcionar o tratamento e a distribuição de medicamentos quando o indivíduo é portador de doença que pode ser tratada ou amenizada e não dispõe de recursos necessários. Nesse sentido, o artigo 196 da Constituição da República ¿A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿.A saúde é portanto direito de todos e DEVER DO ESTADO.Como no caso em tela a autora juntou vários documentos, laudo médico e receituários provando necessitar fazer uso contínuo e ininterrupto de ASSERT 100mg (30 comprimidos por mês) resta patente que ela faz jus à assistência pleiteada para o fim de obter o medicamento necessário à manutenção de sua vida, saúde e dignidade.Ao negar o fornecimento de medicamentos ao autor, o Estado de Rondônia descumpriu um dos deveres essenciais do Estado e assim, ilegalmente feriu os direitos mais essenciais da

autora.Os Tribunais de todo o país têm decidido favoravelmente a concessão de medicações em casos parecidos para garantir o direito à vida, à saúde e à dignidade do ser humano. Nesse sentido, vale a pena transcrever os seguintes julgados:DIREITO À SAÚDE. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MATERIAIS. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo fornecimento de materiais indicados para o tratamento de saúde de pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Segurança concedida.(Acórdão n. 603026, 20120020030109MSG, Relator JAIR SOARES, Conselho Especial, julgado em 19/06/2012, DJ 23/07/2012 p. 50). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À AUTORA. DOENÇA GRAVE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. REFORMA DA DECISÃO DE 1º GRAU. 1. Impõe-se o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela em ação cominatória quando demonstrada a necessidade de que seja fornecido à paciente o medicamento que lhe fora prescrito, sem que disponha de meios para adquiri-lo, mesmo que não esteja compreendido na relação de medicamentos padronizados pelos órgãos oficiais de saúde, haja vista a máxima efetividade conferida ao direito fundamental à saúde e o dever do Estado em implementá-lo minimamente. 2. Recurso provido.(Acórdão n.673854, 20120020275245AGI, Relator: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 24/04/2013, Publicado no DJE: 08/05/2013. Pág.: 99) MEDICAMENTO. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo o fornecimento de medicamentos a pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Remessa oficial não provida. (Acórdão n.668374, 20100110680407RMO, Relator: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/04/2013, Publicado no DJE: 16/04/2013. Pág.: 155) Conforme demonstrado o direito à saúde é um direito social, sendo, antes de tudo, um direito fundamental. E como tal deve ser ¿garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação¿ (art. 196º da Constituição Federal).Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, confirmo a antecipação da tutela concedida nos autos e julgo PROCEDENTE o pedido para o fim de condenar o Estado de Rondônia a fornecer a autora o medicamento ASSERT 100mg (30 comprimidos por mês) de forma continuada e ininterrupta, enquanto persistir a necessidade, pena de pagamento de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), sem prejuízo da execução da obrigação de fazer.Considerando a notícia de que até a presente data a antecipação da tutela não foi atendida, por ocasião da intimação dessa SENTENÇA , intime-se o Estado de Rondônia ainda para CUMPRIR a antecipação, ora confirmada, de forma integral e eficaz, no prazo de 20 (vinte) dias, pena de cumprimento forçado da obrigação com possível penhora on line nas contas do Estado de Rondônia (sequestro), independentemente de apresentação de Laudo.Sem custas e sem verbas honorárias, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/09.Publique-se.Registre-se.Intimem-se, observando-se que a intimação da Fazenda Pública deve ser feita de forma pessoal nos termos do art. 6º da Lei 12.153/09. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais Juíza de Direito

Suci Mara Leite Lemos
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0007910-35.2013.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Leandro Olinda da Silva
Advogado:Ademar Silveira de Oliveira. (OAB/RO 503A), Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890)
48 horas:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juíz: Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Réu: Leandro Olinda da Silva.
Advogados: DR. Ademar Silveira de Oliveira, OAB/RO 503-A, Advogado militante na Comarca de Ariquemes-RO.
FINALIDADE : INTIMAR o advogado acima, da DECISÃO de seguinte teor: "(...) Destarte, INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO feito pela Defesa de LEANDRO OLINDA DA SILVA, qualificado nos autos.Ciência ao Ministério Público.Intimem-se. Venha resposta à acusação.Ariquemes-RO, sexta-feira, 5 de julho de 2013. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito".
Vara: 1ª Vara Criminal
Processo: 0007910-35.2013.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Parte Autora: Ministério Publico do Estado de Rondônia
Ariquemes-RO, 05 de agosto de 2013
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório
(assina por determinação judicial)
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 78.932-000 - Fone:3535-2493, 535-2093 , Fax: (069) 3535-2493.#William

Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Juliana Couto Matheus
Diretor de Cartório: Eser Amaral dos Santos
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0011438-14.2012.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Denunciado:Emerson Guilherme Alves
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça- OAB/RO 876Vistos. Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 16 de outubro de 2013, às 08h30min.Por economia processual, serve a presente como MANDADO de intimação do réu, bem como MANDADO de intimação das testemunhas arroladas pelas partes.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005512-18.2013.8.22.0002
Ação:Petição (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Casa de Detenção de Ariquemes, Carlos Renato Romano Lopes, Adriano Costa Santos
Advogado:Advogado Não Informado (418), Douglas Carvalho dos Santos. (RO 4069)
DESPACHO :
ADVOGADOS: JOELAN MARCOS DEBASTIANI OAB/RO 4505, ELISEU LEITO CONSOLINE OAB/RO 5712, DOUGLAS CARVALHO DOS SANTOS OAB/RO 4069Vistos.Considerando a necessidade da readequação da pauta de audiências, em virtude da modificação da competência deste Juízo, redesigno audiência para o dia 21 de outubro de 2013, às 08h30min.Sirva a presente como MANDADO de Intimação dos requeridos e testemunhas, bem como ofício requisitório dos apenados.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Eser Amaral dos Santos
Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juíza Titular: Drª Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E.mail: aqs1jecivel@tjro.jus.br

Proc: 1003477-73.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ANIBAL GONÇALVES ANTUNES(Exequente)
Advogado(s): Allan Souza de Moraes Sarkis(OAB 2682 RO)
SALVADOR DE CASTRO(Executado)
ANIBAL GONÇALVES ANTUNES(Exequente)
Advogado(s): Allan Souza de Moraes Sarkis(OAB 2682 RO)
SALVADOR DE CASTRO(Executado)
Fica o exequente intimado na pessoa de seu advogado do DESPACHO abaixo transcrito:
DESPACHO : DEFIRO o pedido de evento anterior, que visa a venda judicial do bem IMÓVEL penhorado no evento 80. Como a atualização do crédito já foi feita há vários meses evento 80), intime-se o advogado da parte autora para anexar nova planilha de cálculo. Após, expeça-se edital de praça consignando o valor do crédito atualizado (art. 686, § 1° do CPC). Como o bem penhorado ultrapassa consideravelmente o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, não há como aplicar o Enunciado nº 79 do FONAJE (hasta única). Assim, designem-se as respectivas praças para as datas disponíveis, sendo facultada a possibilidade de arrematação e adjudicação pelo mínimo de 70% do valor da avaliação. Intimem-se as partes consignando-se que o devedor e seu cônjuge deverão ser intimados pessoalmente por MANDADO ou carta com aviso de recepção conforme determina o art. 687, § 5º CPC. Em se tratando de penhora de bem IMÓVEL, desde já registro que a denominação correta para fins de expedição dos documentos é praça e não leilão, a teor do artigo 686, IV do CPC. Ariquemes, 01 de Agosto de 2013. Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais - Juíza de Direito.

Proc: 1001110-71.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Valdemir Cavassani Garcia(Exequente)
Advogado(s): Allan Souza de Moraes Sarkis(OAB 2682 RO)
Eliabe Marques Barbosa(Executado)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de setembro de 2013 as 09:40 horas, neste Juizado Civel - FORUM DE ARIQUEMES/RO.

Proc: 1000006-44.2013.8.22.0002
Ação:Petição (Juizado Cível)
Boné Distribuidora de Ferramentas e Abrasivos Ltda(Autor)
Advogado(s): Valdelice da Silva Vilarino(OAB 5089 RO)
Jair Toledo Chisto(Réu)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 04 de setembro de 2013 as 11:20 horas, neste Juizado Civel - FORUM DE ARIQUEMES/RO.

Proc: 1000994-65.2013.8.22.0002
Ação:Petição (Juizado Cível)
Claudio Lucio de Lima(Requerente)
Advogado(s): Denis Augusto Monteiro Lopes(OAB 2433 RO)
Laressa Tais de Oliveira Leite(Requerido)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de setembro de 2013 as 08:00 horas, neste Juizado Civel - FORUM DE ARIQUEMES/RO.

Proc: 1001261-37.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Cleusa de Souza Gentil(Exequente)
Advogado(s): RICARDO DOUGLAS DE SOUZA GENTIL(OAB 1118 RO)
Silvana Ines Casagrande Trindade(Executado)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 16 de agosto de 2013 as 11:00 horas, neste Juizado Civel - FORUM DE ARIQUEMES/RO.

Proc: 1003025-29.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Valter Moreira Prado(Adjudicante)
Advogado(s): Dilene Marly Granzotto(OAB 4024 RO), OAB:4961 RO
Ivani Maria de Jesus (Adjudicado)
Fica a parte autora intimada na pessoa de seu advogado da designação da audiência de tentativa de conciliação para o dia 06 de setembro de 2013 as 10:20 horas, neste Juizado Civel - FORUM DE ARIQUEMES/RO.

Proc: 1002391-96.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Wilson da Costa Gonçalves(Requerente)
Advogado(s): José Wilham de Melo(OAB 3782 RO)
Jarlison Paz da Silva(Requerido)
Wilson da Costa Gonçalves(Requerente)
Advogado(s): José Wilham de Melo(OAB 3782 RO)
Jarlison Paz da Silva(Requerido)
-a parte Autora, por via de seu Advogado(a), intimada se manifestar quanto ao teor do ofício de evento 39, emitido pelo DETRAN, requerendo o que entender de direito no prazo de 10 dias, sob pena de extinção, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO
Face à resposta do ofício encaminhado ao DETRAN, intime-se o advogado do autor para requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias, pena de extinção por desídia.
Ariquemes RO; 01 de agosto de 2013.

Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Juíza de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
e-mail: danilo@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0009408-69.2013.8.22.0002
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:José Borges Santana
Advogado:Robson Sancho Flausino Vieira. (RO 4.483)
Consignado:Banco Itaú Sa São Paulo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
Trata-se de Ação de Consignação em Pagamento movida por José Borges Santana em face de Banco Itaú S/A, partes qualificadas nos autos. Sustenta ter contrato com o requerido de financiamento de um veículo. Aduz que em 04/04/2013 dirigiu-se a uma casa lotérica para efetuar o pagamento da parcela de n. 19, mas que por um erro da atendente foi feito o da parcela 20. Afirma que procurou a requerida para que esta considerasse o pagamento como o de n. 19, mas esta emitiu novo boleto para pagamento, o que não concorda. Argumenta que por causa desse impasse não consegue realizar os pagamentos das parcelas de n. 19 e 21, pois o boleto encontra-se bloqueado. Relatado. Decido. O exame da petição inicial deixa evidente a falta de interesse de agir do consignante. Tratando-se de condição da ação, a ausência de interesse processual dá azo à extinção do processo sem julgamento de MÉRITO , com fulcro no artigo 267, VI, do CPC. Tal ausência pode ser declarada de ofício e é suficiente a autorizar o indeferimento da petição inicial. Para a aferição do real interesse de agir, deve-se ter em conta três requisitos essenciais, quais sejam: a necessidade e a utilidade da medida judicial escolhida pelo autor.Segundo Humberto Theodoro Júnior, ?o interesse processual, a um só tempo, haverá de traduzir-se numa relação de necessidade e também numa relação de adequação do provimento postulado, diante do conflito de direito material trazido à solução judicial? (?Curso de direito Processual Civil?, Vol. I, 26ª edição, Editora Revista Forense, p. 57.13:06).A ação de consignação possui caráter predominantemente declarativo, pela qual a SENTENÇA nela proferida se limita a reconhecer a eficácia liberatória do depósito promovido pelo devedor. São pressupostos do pagamento por consignação: a mora do credor ou o risco de pagamento ineficaz. No caso em comento, o consignante baseou seu pedido na discordância do consignado em receber a parcela paga equivocadamente como a correta, ou seja, a parcela de n. 20 (paga erroneamente) como a de n. 19. Contudo, para que se afira o interesse processual do autor para o uso da ação de consignação em pagamento, não basta que o devedor da prestação apenas alegue sua intenção de ver-se exonerado desta, devendo restar comprovada ao menos uma das hipóteses elencadas no artigo 973, do CCB de 1916 (artigo 335, do Código Civil), sob pena de não cabimento da ação, uma vez que as hipóteses são restritivas. Assim, a estreita via da ação de consignação em pagamento tem vez apenas nos seguintes casos: a) se o credor, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma; b) se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condições devidas; c) se o credor for desconhecido, estiver declarado ausente, ou residir em lugar incerto, ou de acesso perigoso ou difícil; d) se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento; e) se pender litígio sobre o objeto do pagamento (vale esclarecer que a litigiosidade aqui especificada é entre terceiros); f) se houver concurso de preferência aberto contra credor, ou se este for incapaz de receber o pagamento (esta hipótese foi suprimida no art. 335 do Novo Código Civil, as demais permaneceram quase absolutamente iguais). Ausente quaisquer das aludidas hipóteses, não há que se falar em adequação e utilidade do procedimento escolhido, afastando o interesse de agir.Deste modo, em nenhum momento apontada a recusa injusta, exigida pela legislação para o manejo da ação consignatória, portanto, o indeferimento da inicial é medida de rigor.Nesse sentido é a melhor jurisprudência: “CIVIL - PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 973 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - EXTINÇÃO DO PROCESSO. A ação de consignação em pagamento pode ser ajuizada desde que ocorra uma das hipóteses previstas no art. 973 do Código Civil de 1916, que enumera taxativamente os casos de seu cabimento, de sorte que, se não estiver presente pelo menos uma daquelas causas

de pedir, o consignante não tem interesse de agir e o processo deve ser extinto sem julgamento do MÉRITO " (?Apelação Cível nº 383.745-6 - Comarca de Monte Carmelo -Terceira Câmara Civil do TAMG - Relator: Juiz MAURÍCIO BARROS - Data do Julgamento: 19/03/2003.13:073). Ante o exposto, indefiro a inicial, nos termos do art. 295, III, do CPC, julgando extinto o processo sem resolução de MÉRITO , o que faço de com fulcro no art. 267, VI, do CPC. Arcará o requerente com o pagamento das custas processuais.Procedidas às anotações necessárias, arquivem-se.P. R. I.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0008591-05.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:S. H. de V.
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Requerido:R. P. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos e examinados:1. Processe-se em segredo de Justiça. 2. Recebo a emenda; 3. Compulsando os autos, noto que a autora possui a guarda de fato da criança, Guylherme Hoffmann dos Santos, desde o rompimento da relação com o requerido, ou seja, há mais de um ano, sem qualquer oposição.Alega a autora que o requerido não fornece seu domicílio a fim de não ser citado na ação de alimentos e que recentemente apareceu na creche do filho dizendo que irá buscá-lo, fato que a preocupa, visto que o mesmo não tem paradeiro certo.Analisando os autos, vejo presentes os requisitos da concessão da antecipação da tutela, pois verossímel que a mesma encontra-se com a guarda da criança (f. 16) e que o requerido não foi localizado nos autos de alimentos, pois em consulta ao sistema SAP verifiquei que a citação restou infrutífera.O perigo da demora resta patente, pois ante a ausência de endereço eventual retirada da criança da creche pelo pai, sem a autorização da mãe, acarretará abalos ao infante.Considerando que a autora desempenha esta tarefa de fato desde 2012 e que a medida pode ser reversível a qualquer momento, DEFIRO a antecipação da tutela pleiteada e concedo a guarda de Guylherme Hoffmann dos Santos a autora pelo período de noventa dias. 4. Cite-se, por edital (com prazo de 20 dias), anotando-se que o prazo de contestação será contado a partir do término do prazo do edital. 5. Decorrido o prazo e não havendo resposta, à Defensoria Pública para que indique um defensor para apresentar contestação no prazo legal. 6. Esclareço à autora que se eventualmente estiver alegando dolosamente a presença dos requisitos do artigo 231, I e II, do CPC, poderá incorrer em multa de 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo vigente, nos termos do artigo 233. 7. Ciência ao MP.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010353-56.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliane Santos Carvalho Crozetta, Girlene Ferreira Nascimento Yamagishi
Advogado:Elizeu Leite Consoline. (OAB/RO 5712)
Requerido:Valdemir Garcia Rodrigues
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos,Intime-se a parte autora para, em 10 dias, sob pena de indeferimento, juntar o comprovante de pagamento das custas processuais (ou de provas de que sua situação econômica não lhe permite pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família), pois segundo posicionamento recente firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a simples afirmação de hipossuficiência não é suficiente para obtenção das benesses da justiça gratuita, sendo necessária a comprovação do estado de hipossuficiência, ante a redação do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que assim o exige. A lei n. 1.060/50, que regulamenta a concessão da justiça gratuita, foi recepcionada pela Constituição Federal e, portanto, suas disposições devem ser interpretadas à luz da Constituição Federal, não bastando mais a simples declaração como presunção legal da veracidade da alegada hipossuficiência, que deve ser comprovada nos autos para concessão da gratuidade judiciária (Ag. Instrumento n. 0001169-82.2013.8.22.0000, Des. Rel. Raduan Miguel Filho, DJ n. 029/2013, 15/02/2013). Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0009509-09.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Carlos Rodrigues
Advogado:Dênio Franco Silva. (OAB/RO 4212)
Requerido:Givanildo Colombo
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :
DESPACHO : 1- Para a concessão de antecipação dos efeitos da tutela, faz-se necessária a presença conjunta da prova inequívoca do fato, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável, pelo que, em via oblíqua, tornar-se-á defesa a sua concessão. Analisando os autos, vejo que a justificativa utilizada em requerer urgência para a concessão da medida deixa de possuir a alegada iminência em face da própria data na qual fora realizada a transação (05/06/2008).Por essas razões, INDEFIRO o pedido.2- Cite-se para responder em 15 dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). 3. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade. 4. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. 5. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.6. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. 7. Expeça-se o necessário. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO .Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0129928-97.2009.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Executado:José Pedro Rodrigues, Glaucia Bagalli
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020), Laercio Marcos Geron (OAB/RO 4078), Advogado Não Informado (202020 2020202020)
FINALIDADE
Fica a Parte autora, através de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Proc.: 0007449-63.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. V. Financeira S.A.
Advogado:Ana Paula dos Santos (RO 4794)
Requerido:Jonathan Anastácio Marques

Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 23, com diligência Negativa.

Proc.: 0006633-81.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Líder Bombas Injetoras Ltda. - ME
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Elizabete de Almeida Miranda, Valdir Machado Miranda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 27, com diligência negativa.

Proc.: 0009003-33.2013.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Nacional de Produção Mineral Dnpm
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Geralda Márcia Oliveira Diana
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 58, com diligência parcial.

Proc.: 0001290-07.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rudson Duarte de Azevedo Amaral
Advogado:Priscila Bueno Borgheti (4984)
Requerido:São Marcos Terraplanagem, José Adalberto Vilas Bôas
Advogado:Advogado Não Informado (418), Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075), Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 61, com diligência parcial.

Proc.: 0003772-25.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Dalpra Detz
Advogado:Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007939-85.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleia Maria Vieira Ribeiro
Advogado:Douglas Carvalho dos Santos. (RO 4069)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002618-40.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Benedito Cruz Barros Chaves
Advogado:Juarez Rosa da Silva . (OAB/RO 4200)
Executado:David dos Santos e Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 59, com diligência positiva.

Proc.: 0010577-28.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Angela Cristina Broenstrup Félix
Advogado:Fabiano Reges Fernandes (RO 4806)
Executado:Ademir Gomes
FINALIDADE
Fica a Parte autora, através de seu advogado, no prazo de 05 dias, intimada a promover o regular andamento do feito, comprovando depósito no FUJU.

Proc.: 0015991-41.2011.8.22.0002
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Sandra Pires Corrêa Araújo., Confúcio Aires Moura, José Márcio Londe Raposo, Carlos Alberto Caieiro, Carlos Renato Romano Lopes
Advogado:João Francisco dos Santos. Não Usar Este Cadastro (OAB/RO 3926), Marcos Pedro Barbas Mendonça (RO 4.476), Pedro Riola dos Santos Junior. (OAB/RO 2640), Fernando Martins Gonçalves. (OAB/RO 834), Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746), Douglas Carvalho dos Santos. (RO 4069)
FINALIDADE :
Ficam as partes, através de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem quanto ao interesse na produção de outras provas. Caso tenham interesse na produção de prova oral, apresentar rol de Testemunhas em igual prazo.

Proc.: 0006105-47.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sabrina Taynfer Pereira Schuassb
Advogado:Geusa Lemos (RO 4526)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :
DECISÃO SANEADORA:1. Trata-se de Ação para concessão de benefício previdenciário - benefício assistencial - intentada por SABRINA TAYNFER PEREIRA SCHUASSB e endereçada ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS.2. As circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de transação ou qualquer outro tipo de conciliação entre as partes, assim passo à fase de saneamento do processo.3. Compulsando os autos, verifica-se a presença dos pressupostos processuais e das condições da ação e fixo como prova a ser produzida: que a autora é incapacitada para a atividade laborativa e que esta incapacidade o acompanhará na vida adulta; que não possui meios de prover a sua própria subsistência e nem tampouco possa ser ela provida por sua família; e que a renda familiar ?per capita? da família seja inferior a 1/4 do salário-mínimo.4. Defiro a produção de provas documentais, testemunhais e periciais.Considerando

a inexistência de profissionais nesta cidade para periciar a autora, determino que o exame médico seja realizado pelo médico neurologista AUGUSTO CESAR MENESES SANTOS, do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em Porto Velho. Intime-se para aceitação da perícia, bem como já envie a este Juízo data para a realização da perícia. No laudo o médico deverá esclarecer a patologia sofrida pela autora, o grau de incapacidade e se ela perdurará até a vida adulta, prejudicando sua atividade laborativa.A Secretaria de Saúde Estadual deverá ser informada da data e providenciar o transporte da autora (e seu acompanhante) até o local da realização do exame. Para a realização da perícia social nomeio ELIZETE PIVOTO PERUFFO, assistente social do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social desta cidade. Os senhores peritos deverão exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.Fixo os honorários periciais em R$234,80 para cada um dos peritos (texto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal) que deverão ser custeados pelo requerido, dado a situação de hipossuficiente do autor.Os laudos deverão ser entregues quinze (15) dias após a realização do exame. Os peritos deverão responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco (5) dias.Intimem-se os peritos para dizerem se concordam com o encargo, bem como para fornecer dados da conta bancária para ser efetuado o depósito dos valores dos honorários. Caso não concordem deverão justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. 5. Requisite-se o pagamento dos honorários periciais na forma prevista pela Resolução 541/2007 do Conselho da Justiça Federa.6. Ciência ao Ministério Público.Intimem-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0005461-41.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ezequiel Alves Cardoso - Me Pneus Paulista
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Central Borracharia e Comércio de Pneus Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
DESPACHO : 1. Defiro o pedido de fls. 59. O exequente terá o prazo de 15 dias para comprovar a distribuição da carta precatória.2. Intime-se o executado da penhora realizada para opor embargos à constrição no prazo legal. Se não for encontrada pessoalmente, proceda por edital. 3. Certifique-se quanto a interposição de embargos do devedor. 4. Quedando-se as partes silentes, voltem conclusos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0006152-55.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Distribuidora de Auto Peças Rondobrás Ltda
Advogado:Andréia Alves dos Santos. (OAB/RO 4878)
Executado:Rogério Luiz Gomes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos.Nos termos do art. 654 do CPC, cite-se o executado via edital, com prazo de 15 dias. Providencie o exequente a publicação de editais em jornais de circulação local, com prazo de 20 dias entre as publicações (art.232, II e IV, do CPC). Findo o prazo de edital terá o executado o prazo de 03 (três) dias para efetuar o pagamento da dívida. O exequente deverá comprovar em 45 dias as publicações de praxe, juntando aos autos exemplares. Após, certificado o prazo e findando este "in albis" para opor embargos, à Defensoria Pública Estadual para indicar um defensor para apresentar defesa no prazo legal (STJ, 196).Intimem-se.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010250-49.2013.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Instituto de Ensino Superior de Rondônia - Iesur
Advogado:David Alves Moreira. (RO 299B)
Requerido:Viviane Mioto, Cleonice de Jesus Mioto
DESPACHO :
VISTOS,1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita (doc. fls. 20), sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 1.102.a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição do MANDADO de citação, com prazo de 15 dias, nos termos pedidos na inicial (CPC, art. 1.102.b), anotando-se, nesse MANDADO , que, caso a(o) ré(u) o cumpra, ficará isento de custas e honorários advocatícios (CPC art.. 1.102.c, § 1º) fixados, entretanto, estes, para o caso de não-cumprimento, no percentual de 20% sobre o valor da causa. 3. Conste, ainda, do MANDADO , que, nesse prazo, a(o) ré(u) poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial? (CPC, art. 1.102.c), devendo a exequente ser intimada para apresentar os cálculos atualizados. 4. Proceda-se pela forma postal (CPC, art. 221, I).5. Decorrido o prazo e havendo inércia da(o) ré(u), constituo de pleno direito o título executivo judicial, convertendo o MANDADO inicial em MANDADO de execução (art. 1.102c, CPC), observando os honorários fixados.6. Intime-se pessoalmente a(o) ré(u) para que, no prazo de 15 dias, cumpra com a obrigação exigida na inicial, sob pena de multa de 10% (art. 475-J,CPC).7. Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se a(o) exequente para que traga aos autos o cálculo atualizado do débito com a aplicação da multa legal de 10% e após, expeça-se MANDADO de penhora/avaliação/intimação, penhorando-se tantos bens quantos bastem para garantia do Juízo.8. Havendo penhora, intime-se o(a) devedor(a) para que, querendo, ofereça impugnação no prazo de 15 dias (art. 475-J, §1º, CPC).9. Decorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vistas ao(a) exequente para que requeira o que entender oportuno.10. Expeça-se o necessário.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0008065-38.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fernando Viana Pereira
Advogado:Catieli Costa Batisti (RO 5145), Marco Vinicius de Assis Espíndola (RO 4312)
Requerido:Banco Itaú S.a. Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)

DECISÃO :
Vistos e examinados em apreciação o pedido de antecipação de efeitos da tutela.FERNANDO VIANA PEREIRA, qualificado nos autos, por procurador legalmente habilitado, endereça a presente ação de declaratoria de inexistência de débito c. c indenização por danos morais em face de BANCO ITAU, pessoa jurídica de direito privado, regularmente qualificada, aduzindo ter esta incluído seu nome no cadastro de inadimplentes do SERASA, em virtude do não pagamento de empréstimos. Afirma, contudo, que não se utilizou dos valores (que se destinavam a pessoa jurídica, sendo que se retirou dos quadros da sociedade em abril de 2011) e que a aludida restrição está causando abalo em seu crédito, pois encontra-se impossibilitado de efetuar compras a crédito.É em suma o RELATÓRIO .Passo a apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.Embora não se veja ilegalidade na inscrição de maus pagadores nas listas de órgãos de proteção ao crédito (SPC e SERASA), a indevida inscrição gera gravíssimo constrangimento, pois não bastasse a impossibilidade de se obter crédito, o inscrito passa a ostentar uma certidão nacional de inadimplente.As conseqüências de tal ato são de tamanha magnitude, que o Código de Defesa do Consumidor exigiu a comunicação do consumidor acerca dos registros cadastrais abertos a seu respeito (CDC, art. 43,§2º), tendo a doutrina e jurisprudência unificado entendimento de que a comunicação deveria preceder a inscrição.A inviabilização da compra à crédito, da abertura ou manutenção de contas bancárias e os danos que a indevida inscrição gera para a imagem do consumidor, são motivos suficientes para a concessão da medida, mormente quando a mesma é absolutamente reversível, como é a hipótese dos autos, não constituindo qualquer risco para o deMANDADO ou terceiros.Evidenciado o perigo na demora, decorrente das razões já declinadas, bem como a verossimilhança do alegado, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA requestada para determinar a exclusão do nome da autora das listas de positivados do SERASA, relativamente aos débitos expressamente declinados na inicial até o deslinde do feito.Oficie-se ao citado orgão para que cumpra a determinação em 48 horas, sob pena de responsabilização criminal de seus diretores.Cite-se o requerido para que, em 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, sob pena de confissão e revelia. Ante os documentos apresentados, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Intime-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE CARTA/MANDADO .Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0003607-75.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Alves Rocha
Advogado:Luiz Eduardo Fogaça. (OAB/RO 876)
Requerido:Francisco Santos de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
DESPACHO : Defiro o pedido. Esclareço ao autor que se eventualmente estiver alegando dolosamente a presença dos requisitos do artigo 231, I e II, do CPC, poderá incorrer em multa de 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo vigente, nos termos do artigo 233. Cite-se a requerida por edital, com prazo de vinte (20) dias, para apresentar contestação em quinze (15). O autor deverá comprovar em 45 dias as publicações de praxe, juntando aos autos exemplares. Após, certificado o prazo e findando este in albis para contestação, à Defensoria Pública Estadual para indicar um defensor para apresentar defesa no prazo legal.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0010043-50.2013.8.22.0002
Ação:Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C
Requerente:José Aparecido dos Santos
Advogado:Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)
Requerido:Darli Rodrigues
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos,O autor ajuizou ação de despejo por falta de pagamento cc com danos e morais e cobrança contra Darli Rodrigues, alegando ter alugado seu imóvel ao requerido e este não teria pago os aluguéis vencidos.. Em pesquisa no SAP constata-se que o autor já propôs demanda contra o requerido, que tramitou perante a 1ª Vara Cível de Ariquemes (autos n. 0007173-32.2013.8.22.0002), tendo sido indeferida a petição inicial. Considerando que se tratam de ações conexas, determino a redistribuição desta demanda ao Juízo da 1ª Vara Cível de Ariquemes, nos termos do artigo 253, II do CPC. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0010336-20.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosmary de Almeida
Advogado:Vanessa Matos Triches (RO 5.306), Viviane Matos Triches (RO 4695)
Requerido:Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos,Intime-se a parte autora para emendar a inicial, em 10 dias, sob pena de indeferimento, a fim de juntar o comprovante de pagamento das custas processuais (ou de provas de que sua situação econômica não lhe permite pagar as custas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família), pois segundo posicionamento recente firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a simples afirmação de hipossuficiência não é suficiente para obtenção das benesses da justiça gratuita, sendo necessária a comprovação do estado de hipossuficiência, ante a redação do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que assim o exige. A lei n. 1.060/50, que regulamenta a concessão da justiça gratuita, foi recepcionada pela Constituição Federal e, portanto, suas disposições devem ser interpretadas à luz da Constituição Federal, não bastando mais a simples declaração como presunção legal da veracidade da alegada hipossuficiência, que deve ser comprovada nos autos para concessão da gratuidade judiciária (Ag. Instrumento n. 0001169-82.2013.8.22.0000, Des. Rel. Raduan Miguel Filho, DJ n. 029/2013, 15/02/2013).Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto

Proc.: 0006028-38.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Fiat S.a
Advogado:Celso Marcon. (OAB /RO 3.700)
Requerido:Vera Lúcia Magesti Camargo
Advogado:Advogado Não Informado (418)

DESPACHO :
DESPACHO :Intime-se o exeqüente a comprovar o depósito em favor do TJ-FUJU da diligência negativa no importe de R$31,19.Comprovado, expeça-se o necessário, observando o novo endereço informado à f. 36.Int.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz Substituto
Lauda 26693, Diário 143 de 06/08/2013.

Proc.: 0001764-75.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juracy Teixeira Xavier dos Santos
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior. (OAB/RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), Intimados da designação da perícia para o dia 18 de outubro de 2013 ás 09:00 horas, no Hospital Bom Jesus com o Dr. Célio Franco, localizado na Avenida dos Migrantes, n. 200, Setor hospitalar, o mesmo deverá dar ciência ao seu cliente para que compareça a perícia com todos os exames já existentes.

Proc.: 0017074-58.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Selvina Loeblen
Advogado:Valdeni Orneles de Almeida Paranhos. (RO 4108)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE ::
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), Intimados da designação da perícia para o dia 30 de agosto de 2013 ás 17:00 horas, no Hospital São José com o Dr. Sérgio Amaro da Silva, localizado na Avenida JK, n. 1294, Setor 02, o mesmo deverá dar ciência ao seu cliente para que compareça a perícia com todos os exames já existentes

Proc.: 0017319-69.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Gonçalves da Rocha
Advogado:Jonas Mauro da Silva. (OAB/RO 666A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0009679-15.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edegar Sanagioto
Advogado:Vinicius Vecchi de Carvalho Ferreira. (RO 4466)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002073-33.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Soares da Silva
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior. (OAB/RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
FINALIDADE :
Fica a parte autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0011907-60.2012.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Cujubim - Ro
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Executado:Joel de Oliveira Silva
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Lauda de Publicação 26697, DJ 143 de 06/08/2013
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Adip Chaim Elias Homsi Neto
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

_____

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
FINALIDADE : CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: JOEL DE OLIVEIRA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 678.593.992-53, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor R$ 742,73 (Setessentos e quarenta e dois reais e setenta e três centavos)
Natureza da dívida: Dívida Ativa
Data Insc./Reg. 09/08/2012
Certidão de n. 497/2012
Ariquemes - RO, 06 de Agosto de 2013.
ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005388-35.2013.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
Executado:A. A. de Almeida
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Lauda de Publicação 26699, DJ 143 de 06/08/2013
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Adip Chaim Elias Homsi Neto
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
FINALIDADE : CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: A.A. DE ALMEIDA, inscrito no CNPJ sob o nº 01.206.664/0001-74, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor R$ 17.912,96 (Dezessete mil, novessentos e doze reais e noventa e seis centavos)
Natureza da dívida: Dívida Ativa
Data Insc./Reg. 30/08/2012
Certidão de n. 20120200019863
Ariquemes - RO, 06 de Agosto de 2013.
ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0017476-42.2012.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ariquemes
Advogado:Paulo César dos Santos. (RO 4768)
Executado:e e da Silva Assistência Técnica
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Lauda de Publicação 26700, DJ 143 de 06/08/2013
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Adip Chaim Elias Homsi Neto
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
FINALIDADE : CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: E E DA SILVA ASSISTENCIA TÉCNICA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.165.164/0001-43, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor R$ 6,24 (Seis reais e vinte e quatro centavos)
Natureza da dívida: Dívida Ativa
Data Insc./Reg. 04/12/2012
Certidão de n. 4198/2012
Ariquemes - RO, 06 de Agosto de 2013.
ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000661-33.2013.8.22.0002
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Ariquemes
Executado:Romildo Gomes Cavalcante
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Lauda de Publicação 26702, DJ 143 de 06/08/2013
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Juiz de Dtº: Dr. Adip Chaim Elias Homsi Neto
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
Ação de Execução Fiscal
FINALIDADE : CITAÇÃO DO(S) EXECUTADO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), para no prazo de 05 (cinco) dias, pagar(em) a(s) respectiva(s) dívida(s) acrescida(s) de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, oferecer(em), querendo, bens à PENHORA sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados, bens suficientes que garantam a dívida.
CITAÇÃO DE: ROMILDO GOMES CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 422.309.422-04, atualmente em local incerto e não sabido.
Valor R$ 988,93 (Novessentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos)
Natureza da dívida: Dívida Ativa
Data Insc./Reg. 29/11/2012
Certidão de n. 3850/2012
Ariquemes - RO, 06 de Agosto de 2013.
ADIP CHAIM ELIAS HOMSI NETO
Juiz de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0003709-97.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:W. L. de C.
Advogado:André Vilas Boas Gonçalves. Defensor Público ( )
Executado:C. G. de C.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :
DECISÃO Vistos, etc.WEILSON LEITE DE CASTRO, representado por sua genitora, ingressou em Juízo com a presente ação de execução de prestação alimentícia em desfavor de CISMAR GOMES DE CASTRO, aduzindo falta de pagamento das prestações alimentícias referente aos meses de janeiro e fevereiro/2013.A exequente juntou comprovantes de pagamento de despesas farmacêutica e hospitalares, na proporção que cabe ao executado (fls. 11/16). À fl. 18, retificou a petição apresentada à fl. 11, tendo em vista que o executado tem a obrigação de arcar integralmente com as despesas citadas, conforme DECISÃO judicial (002099.004881-2), atualizando o débito.À fl. 23, a exequente informou o pagamento parcial da dívida alimentar, bem como informou o valor do débito remanescente e pugnou pela expedição de MANDADO de prisão em desfavor do executado.O órgão ministerial foi favo´ra à prisão civil do executado (fl. 25/26).Devidamente citado à fl. 29.À fl. 30, o exequente informou que o débito fora adimplido parcialmente, bem como informou o valor do débito remanescente e requereu prisão civil do executado.O Ministério Público pugnou pelo decreto da prisão civil (fl. 32).DECIDO.Por disposição expressa do art. 733, § 1º do CPC, o devedor de alimentos que, citado para pagar em três dias e não o faz, nem comprova que já pagou ou justifica a impossibilidade de efetuar o pagamento, sujeita-se à prisão civil por até três meses.É o caso dos autos, eis que o executado não pagou as prestações que venceram após a propositura da ação, como autorizado pela Súmula 309 do STJ, nem mesmo apresentou justificativa, apesar de citado para tanto.ANTE O EXPOSTO, com base no art. 5ª, LXVII da Constituição Federal c/c 733, §1º do CPC, DECRETO A PRISÃO CIVIL de CISMAR GOMES DE CASTRO, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Expeça-se MANDADO para que seja realizada a prisão, consignando-se que em caso de pagamento da dívida, o devedor será imediatamente posto em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso.Deve-se observar que, quando da prisão do executado, o mesmo deverá ser recolhido separadamente dos presos comuns.Caso a diligência reste infrutífera, encaminhe-se o MANDADO à Polinter/Capturas, suspendendo-se o processo pelo prazo de 90 dias, aguardando-se o cumprimento. Decorrido o prazo sem cumprimento, certifique a escrivania e solicite-se a restituição do MANDADO . Neste caso, deve ser intimado o credor para, no prazo de 48 horas, informar o endereço do devedor, sob pena de arquivamento do feito.Atualize-se o valor executado, incluindo os meses que venceram no curso do processo.Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0004029-50.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eduardo César Ramos
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos, etc.Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do(a) autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC ? Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS.Desta feita, para funcionar como perito do juízo, nomeio o médico Dr. Miguel Angel Jarandilla Peralta, inscrito no CRM/RO n. 1690, na função de perito nestes autos, que deverá designar data, horário e local para realização da perícia.Informe ao perito nomeado que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R$234,80, conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007, que possibilita a majoração dos honorários em até três vezes o limite máximo. Justifico a majoração em razão da dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, repise-se, é imprescindível para a instrução do feito, além de ter sido este o valor aceito pelos peritos em outros processos similares.Ademais, a determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento

dos honorários periciais, através de convênio com o INSS. Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias.Com as informações prestadas, intime-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos médicos.O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 30 (trinta) dias, a contar do início da perícia.Encaminhe-se cópia do Anexo II da Resolução n° 541, do Conselho da Justiça Federal ao perito, para preenchimento, possibilitando assim o pagamento dos honorários fixados. Intime-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0012736-12.2010.8.22.0002
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:Antônio Garção Sobral Neto, Wanderley Martins Mosini
Advogado:Francisco César Trindade Rego. (OAB/RO 75A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), José de Almeida Júnior. (1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida. (RO 3593)
DESPACHO :
Vistos, etc.Defiro a prova requerida pelo órgão ministerial. Considerando que o endereço onde podem ser localizadas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público pertencem à Comarca de Porto Velho/RO, expeça-se carta precatória para oitiva das mesmas.Com a juntada da deprecada, intimem-se as partes para conhecimento e, na oportunidade, apresentem alegações finais no prazo sucessivo de 10 dias.Após, tornem conclusos para SENTENÇA .Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0005232-18.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Infoshop Comércio e Serviços Ltda. Klik.com.br
Advogado:Juliane Silveira da Silva Araújo Moreira. (OAB/RO 2268)
Executado:Três R Telefonia Ltda
DESPACHO :
Vistos, etc.Ao compulsar os autos, verifico que, em que pese a parte exequente tenha requerido a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias, visando aguardar o cumprimento da Carta Precatória, não há nos autos qualquer comprovação de sua distribuição.Desta feita, por ora, indefiro o pleito de fl. 50, devendo a parte exequente primeiramente cumprir o DESPACHO de fl. 47, isto é, comprovar a distribuição da Carta Precatória de fl. 42.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0007226-81.2011.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pinheiro e Trindade Ltda - Casas Coimbra
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Requerido:Clair Kostrzycki Coelho
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos, etc.Inicialmente, é necessário ressaltar que, apesar da existência do convênio mencionado pela parte exequente, o acesso do mesmo ainda não foi disponibilizado para este Magistrado.Desta feita, intime-se a parte exequente para requer o que entender de direito para o recebimento do seu crédito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0043635-66.2005.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria José Ribeiro, Sergio Ribeiro, Welligton Ribeiro, Osmar Gabriel Ribeiro, Janete Gabriel Ribeiro da Silva, Bernadete Aparecida Ribeiro da Silva
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529), Rosana Aparecida da Silva. (OAB/RO 3930)
Requerido:Madeireira Fabereira Ltda - EPP
Advogado:Severino José Peterle Filho. (OAB/RO 437)
DESPACHO :
Vistos, etc.A parte exequente requereu a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias para que pudesse localizar bens de propriedade do executado.Todavia, por ora, DEFIRO a suspensão do feito por 30 (trinta) dias.Assim, após o decurso do prazo, intime-se a parte exequente para requer o que entender de direito para satisfação de seu crédito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001442-89.2012.8.22.0002
Ação:Inventário
Requerente:Juliano Araújo Raposo, Wesley Sandro Miranda Raposo, Lourdes Juliana Araújo Raposo, Adelmara Araújo Raposo, Gilliard Araújo Raposo, Albertina Nunes Raposo Netta, João Vitor Gomes Raposo, Neila Patrícia de Andrade Raposo Baima Pereira, Geizi Kelly Floriano Raposo, Fernando Henrique de Lima Raposo, Cheila Edjane de Andrade Raposo, Djames Canindé Dias Raposo, Adelmar da Silva Raposo Junior
Advogado:Cheila Edjane de Andrade Raposo (RO 3.124), Adelmar da Silva Raposo Junior (RJ 98431), Jacimar Pereira Rigolon. (OAB/RO 1740), Adelmar da Silva Raposo Junior (RJ 98431), Rafael Burg. (OAB/RO 4304), Cheila Edjane de Andrade Raposo (RO 3.124), Diego Augusto Granzotto de Pinho (MS 12100), Cheila Edjane de Andrade Raposo (RO 3.124), Advogado Não Informado (418), Adelmar da Silva Raposo Junior (RJ 98431)
Inventariado:Adelmar da Silva Raposo. Espólio
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591), Juliana Maia Ratti. (RO 3280)
DESPACHO :
Vistos, etc.Considerando a possibilidade de acordo entre os herdeiros, conforme informado à fl. 501, designo audiência de conciliação para o dia 06/8/2013, às 11h30min.Expeça-se MANDADO de intimação pessoal dos herdeiros, bem como providencie contato telefônico com o patrono dos mesmos, solicitando seu comparecimento, explicando que a medida adotada é em caráter excepcional, ante a proximidade da audiência.Cumpra-se com urgência.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0135674-77.2008.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vanessa Aparecida Batista
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171), Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Executado:Banco do Brasil S/a Ariquemes, João Santos Vieira
Advogado:Reynner Alves Carneiro . (RO 2777), Sandro Pissini . (SP 198.140), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP OAB 261.030 e 4567), Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147), Andre Costa Ferraz . (SP 271.481-A), Juarez Rosa da Silva . (OAB/RO 4200)

DESPACHO :
Vistos, etc.Defiro o pleito de fl. 373.Expeça-se MANDADO para que o oficial de justiça relacione os bens que guarnecem a residência do executado.A seguir, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito para satisfação de seu crédito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010397-12.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. S. da S. F. K. S. da S.
Advogado:José Wilham de Melo. (OAB/SP 208398), Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991), José Wilham de Melo. (OAB/SP 208398), Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)
Executado:J. F. S. J.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos, etc.Trata-se de execução de prestação alimentícia proposta por JEFFERSON SOBRAL DA SILVA e FERNANDA KELLEN SOBRAL DA SILVA, representado por sua genitora em desfavor de JOSÉ FLORÊNCIO SILVA JÚNIOR.Citado, o executado permaneceu inerte em apresentar justificativa, porém veio a informação nos autos que este teria efetuado o depósito em conta corrente no montante de R$ 1.900,00, sem, contudo, informar se pretendia adimplir o débito da presente (rito 475-J c/c 732 do CPC), ou ainda, da ação de execução nº 0010398-94.2012.8.22.0002 (rito 733 do CPC). Por entender que os alimentos emergenciais coloca a vida do alimentando em risco, esse Juízo determinou o prosseguimento deste feito, com a intimação do executado para atualizar a dívida, inclusive com a incidência do artigo 475-J do CPC (fls. 35/36).Todavia, o exequente, à fl. 37 dos autos, requereu a extinção, posto que o executado adimpliu integralmente o débito.O órgão ministerial foi favorável à extinção do feito (fl. 38).DECISÃO .Posto isto e com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução ante o pagamento do débito executado. P. R. I e, ante o pedido de extinção feito pelos exequentes, antecipo o trânsito em julgado, nesta data.Arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0002813-54.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José dos Reis Francisco
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos, etc.Em atenção a orientação jurisprudêncial pacificada no TRF/1ª Região quanto a necessidade de prova testemunhal em caso símile a este, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10/9/2013, às 09h30min.Caso não tenha sido apresentado rol de testemunhas, este deverá vir aos autos em 10 dias, contados da intimação desta DECISÃO .Expeça-se o necessário para intimação das partes, testemunhas arroladas e advogados.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0002892-33.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hipolito Rafaiel Kammer
Advogado:Valdelice da Silva Vilarino (RO 5089), Francilene Araújo da Silva Ramos (RO 4989)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos, etc.Em atenção a orientação jurisprudêncial pacificada no TRF/1ª Região quanto a necessidade de prova testemunhal em caso símile a este, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10/9/2013, às 08h30min.Caso não tenha sido apresentado rol de testemunhas, este deverá vir aos autos em 10 dias, contados da intimação desta DECISÃO .Expeça-se o necessário para intimação das partes, testemunhas arroladas e advogados.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0004634-93.2013.8.22.0002
Ação:Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante:Adelmar da Silva Raposo. Espólio, Juliano Araújo Raposo
Advogado:Adelmar da Silva Raposo Junior (RJ 98431)
Impugnado:Banco do Brasil S.a Brasília
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP OAB 261.030 e 4567), Alexandre Leandro da Silva (RO 4260)
DESPACHO :
Vistos, etc.Considerando que o DESPACHO retro. não foi publicado no DJ para fins de intimação da parte impugnada, intime-se o Banco do Brasil S/A, na pessoa de seu patrono, a fim de que se manifestem no prazo de cinco dias, acerca da impugnação apresentada.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0009722-15.2013.8.22.0002
Ação:Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)
Requerente:G. B. de C. A. da C. V.
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos, etc.GENOEL BATISTA DE CAMPOS e ADRIANA DA COSTA VERGILATO propuseram a presente ação consensual a fim de que seja homologado pelo Juízo o termo de acordo firmado entre os requerentes, relativo à guarda, visitas e alimentos referentes ao menor, KAYTON VERGILATO DE CAMPOS.Em síntese, o acordo firmado entre os requerentes pretende regularizar a guarda do menor em favor da mãe, tendo o pai direito de visitas livres, desde que não sejam realizadas antes das 08h00min e depois das 19h00min. As férias escolares e festividades de final de ano serão partilhadas entre os genitores.Ademais, o genitor pagará à título de pensão alimentícia ao filho o equivalente à 44,3% do salário mínimo vigente, meditante depósito na conta corrente em nome da genitora do menor todo dia 30 de cada mês, acrescido de alimentos complementares referentes a metade das despesas médicas, farmacêuticas, hospitalares, de uniformes e de material escolar, mediante recibo/receita. Instado a manifestar-se, o Ministério Público opinou pela homologação do acordo firmado entre as partes (fls. 13/14). DECISÃO .ANTE O EXPOSTO, homologo o acordo realizado

entre as partes as fls. 09/11, nos termos acima expostos, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 269, III, do CPC, julgo o feito com resolução do MÉRITO .SENTENÇA transitada em julgado nesta data, por força do art. 503, parágrafo único do CPC.P.R.I., e oportunamente, arquive-se.Sem custa ou honorários.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0008728-84.2013.8.22.0002
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:C. P. H. F. dos S.
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)
Requerido:A. F. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos, etc.Trata-se de ação de divórcio proposta por CRISTIANE PORTO HORÁCIO FERREIRA DOS SANTOS em face de ADEMIR FERREIRA DOS SANTOS, onde se pretende a decretação do divórcio.Proposta a demanda o juízo determinou a emenda à inicial, para que a requerente juntasse aos autos certidão de casamento atualizada, determinação essa que se faz necessária para se verificar a ocorrência de pedido semelhante pelo outro cônjuge.No entanto, apesar de requerente ter sido intimada, via DJ, ela quedou-se inerte ao chamamento judicial , não tendo apresentado qualquer manifestação.É o RELATÓRIO . DECIDO.A exigência de certidão de casamento atualizada é de suma importância, pois é somente através dela que poderá ser constatado a existência ou não de pedido semelhante pelo outro cônjuge.Assim, o referido documento é indispensável para o prosseguimento da ação, eis que é possível a ocorrência de análogo pelo outro cônjuge.Assim, como requerente não atendeu à determinação judicial para a emenda da inicial, é forçoso reconhecer a incidência do CPC, art. 284, parágrafo único, indeferindo-se a inicial.DISPOSITIVO .ANTE O EXPOSTO, com base nos artigos 267, I c/c 284, parágrafo único e 295, VI do CPC, INDEFIRO A INICIAL e, via de consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do MÉRITO .P.R.I. e, oportunamente, arquive-se. Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0016029-19.2012.8.22.0002
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:G. H. dos S.
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:R. P. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos, etc.Cite-se por edital, com prazo de 20 dias.Decorrido o prazo sem a vinda de manifestação, intime-se a Defensoria Pública para atuar como curadora de revéis.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) DIAS
FINALIDADE : CITAÇÃO do requerido GUEDES ARCANJO TAVARES, brasileira, agropecuarista e comerciante, inscrito no CPF sob o nº 646.204.332-68, atualmente todos em lugar incerto e não sabido, para contestar os termos da ação, abaixo apontada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Decorrido o prazo sem que haja apresentação de defesa, fica nomeada desde já a Defensoria Pública do Estado de Rondônia para patrocinar os interesses dos requeridos.
Proc: 0005189-47.2012.8.22.0002
Classe:Procedimento Ordinário (Cível)
Assunto: Compra e Venda
Requerente:Amazon Nutri Indústria e Comércio de Rações Ltda.
Advogado :Nelson Barbosa – OAB/RO 2529
Requerido:Guedes Arcanjo Tavares
Advogado:Advogado Não Informado
Valor da causa: R$-22.449,39
Ariquemes – RO, 25 de junho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) DIAS
FINALIDADE : INTIMAÇÃO do executado abaixo relacionado, da PENHORA (Bloqueio) efetuado em sua conta bancária, através do Sistema BACENJUD, no importe de R$-213,98 (duzentos e treze reais e noventa e oito centavos), na data de 19/07/2013, oriundo do Banco do Brasil, CIENTIFICANDO-LHE que, no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, poderá apresentar embargos, contados a partir do término do prazo deste edital.
Intimação DE: MARIA DO CARMO LIMA DE JESUS, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 318.899.215-72, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Autos nº: 0096285-22.2007.822.0002
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Manoel Sanches Peres
Advogado: Nelson Barbosa – OAB/RO 2529
Executado: José dos Santos Rodrigues e outros
Ariquemes – RO, 29 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE : INTIMAÇÃO do executado abaixo relacionado, da PENHORA (Bloqueio) efetuado em sua conta bancária, oriunda do Banco do Brasil, através do Sistema BACENJUD, no importe de R$-460,58 (quatrocentos e sessenta reais e cinquenta e oito centavos), na data de 19/07/2013, Protocolo nº 20130001853277, ID nº 072013000007348265, CIENTIFICANDO-LHE que, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, poderá apresentar embargos, contados a partir do término do prazo deste edital.
Intimação DE: RAQUEL KICH ME, inscrito no CNPJ sob o nº 04.952.382/0001-04, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
Proc : 0000657-30.2012.822.0002
Ação :Execução Fiscal
Requerente :Município de Ariquemes-RO
Advogado :Procurador Municipal

Requerido :Raquel Kish Me
Advogado :Advogado Não Informado
Eu, , Andréia Taís Lima dos Santos, Téc. Judiciário, o digitei.
Ariquemes - RO, 29 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE : CITAÇÃO de NILTON COSTA DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 385.634.952-91, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e honorários advocatícios atribuídos em 10%, ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado bens suficientes que garantam a dívida.
Proc : 0001462-46.2013.8.22.0002
Classe :Execução Fiscal
Assunto :Dívida Ativa
Requerente :Município de Ariquemes
Advogado :Procurador Municipal
Requerido :Nilton Costa de Souza
Advogado :Advogado Não Informado
Valor da causa : R$-364,65 (trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).
CDA: :3534/2012
Data de Inscrição:03/01/2009
Ariquemes – RO, 29 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE : CITAÇÃO de ANTONIA MARIA DE JESUS, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e honorários advocatícios atribuídos em 10%, ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado bens suficientes que garantam a dívida.
Proc : 0000482-02.2013.8.22.0002
Classe :Execução Fiscal
Assunto :Dívida Ativa
Requerente :Município de Ariquemes
Advogado :Procurador Municipal
Requerido :Antonia Maria de Jesus
Advogado :Advogado Não Informado
Valor da causa : R$-424,14 (quatrocentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).
CDA: :2080/2012
Data de Inscrição:31/12/2009
Ariquemes – RO, 25 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (TRINTA) DIAS
FINALIDADE : CITAÇÃO de DEUSDETE MARTINS NUNES, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e honorários advocatícios atribuídos em 10%, ou no mesmo prazo, oferecer bens à PENHORA, sob pena de lhe ser penhorado ou arrestado bens suficientes que garantam a dívida.
Proc : 0013741-98.2012.8.22.0002
Classe :Execução Fiscal
Assunto :Dívida Ativa
Requerente :Município de Ariquemes
Advogado :Procurador Municipal
Requerido :Deusdete Martins Nunes
Advogado :Advogado Não Informado
Valor da causa : R$-708,12 (setecentos e oito reais e doze centavos).
CDA: :417/2012
Data de Inscrição:30/12/2010
Ariquemes – RO, 25 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório
Cartório da 3ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (VINTE) DIAS
FINALIDADE : CITAÇÃO do requerido ANTÔNIO NARCIZIO DOS SANTOS, brasileiro, casado, serviços gerais, nascido aos 20 de maio de 1953, natural de Imperatriz/MA, filho de Laurentino Alves Bezerra e de Maria Narciza dos Santos, atualmente domiciliado em lugar incerto e não sabido, para contestar os termos da ação, abaixo apontada, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término do prazo de publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Decorrido o prazo sem que haja apresentação de defesa, fica nomeada desde já um dos representantes da Defensoria Pública do Estado de Rondônia para patrocinar os interesses do requerido.
Proc : 0005327-77.2013.8.22.0002
Classe :Divórcio Litigioso
Assunto : Dissolução
Requerente :Alrido Gonçalves dos Santos
Advogado :Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido :Antônio Narcizio dos Santos
Advogado :Advogado Não Informado
Valor da causa: R$ 678,00
Eu, , Andréia Taís Lima dos Santos, Téc. Judiciário, o digitei.
Ariquemes - RO, 30 de julho de 2013
Pauliane Mezabarba
Diretora de Cartório

Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial : Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0005858-03.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:CREDIARI Cooperativa de Crédito Rural de Ariquemes Ltda
Advogado:Valdomiro Jacintho Rodrigues. (OAB/RO 2368)
Executado:Maria Madalena Jesus de Souza, Aldair Rodrigues Fernandes
Advogado:Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890), Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a objeção de pré-executividade.

Proc.: 0004825-75.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Francisco de Barros Melo Filho
Advogado:Rodrigo Peterle. (OAB/RO 2572)
Requerido:Shark Máquinas, Madeireira Cirenaica Ltda
Advogado:Ulysses dos Santos Baía (OAB/SP 160422), Edair Rodrigues de Brito Junior (OAB/SC 14.882), Rafael Burg. (OAB/RO 4304)
Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, intimadas quanto a audiência designada na Carta Precatória para oitiva de Andrei Maccari Tavares, testemunha arrrolada pela parte requerida, distribuída na Comarca de Criciúma-SC, sob n. 020130009288-000-002, para o dia 03.10.2013 às 16:30 horas.

Proc.: 0008127-78.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Raquel Maria Santana
Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (RO 1901)
Requerido:Oi Telefonia Móvel
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho . (RO 00000635), Marcia Ap. Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0012506-33.2011.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Ednéa Silva dos Santos
Advogado:Adeusair Ferreira dos Anjos. (OAB/RO 3780)
Inventariado:Valdir da Silva Santos
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a providenciar as cópias necessárias para compor o Formal de Partilha, para posterior retirada.

Proc.: 0008031-97.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ricardo de Vasconcelos Martins.
Advogado:João Alberto Chagas Muniz. (OAB/RO 3030)
Executado:Maidi Teresinha Mayer
Advogado:Jacinto Dias (OAB/RO 1232)
Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada para querendo, impugnar a penhora de valores ocorrido no rosto dos autos de n. 002455-94.2010.8.22.0002 até o limite de R$ 37.719,23 (trinta e sete mil, setecentos e dezenove reais e vinte e três centavos).

Proc.: 0016994-94.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Itaucard S.a.
Advogado:José Carlos Skrzyszowski Junior (PR 45.445)
Requerido:Raimundo Nilson Lima Pinto
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferidA.

Proc.: 0012479-16.2012.8.22.0002
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:M. A. F. de S.
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:A. de A.
Advogado:Valdeni Orneles de Almeida Paranhos. (RO 4108), Ozéias Dias de Amorim. (RO 4194)
Requerido:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a apresentar alegações finais.

Proc.: 0007266-92.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdemiro Ferreira de Melo
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco do Brasil S/a Ariquemes
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0004429-64.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Romeson Gomes Mariano
Advogado:Márcio Aparecido Miguel (RO 4961), Dilene Marly Granzotto. (RO 4024), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)
Requerido:São Luiz Reflorestadora Ltda Me Ou Djalma Elias de Oliveira Me, Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Advogado Não Informado (418), Adriana Kleinschmitt Pinto (5088), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), Juliano Dias de Andrade (RO 5009)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007278-09.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniela Terezinha de Freitas Molina
Advogado:Alex Sandro Longo Pimenta. (OAB/RO 4075)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras Sa
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face devolução da carta de citação pelos correios com a informação de que “mudou-se”.

Proc.: 0009235-45.2013.8.22.0002
Ação:Impugnação de Assistência Judiciária
Requerente:Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Adriana Kleinschmitt Pinto (5088), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Requerido:Romeson Gomes Mariano
Advogado:Márcio Aparecido Miguel (RO 4961), Dilene Marly Granzotto. (RO 4024), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)
DESPACHO :
1. R. e A. em apenso ao feito de n. 0004429-64.2013.2. Certifique-se o oferecimento da impugnação no processo principal. 3. Processe na forma dos artigos 5º e 6º da Lei n. 1.060/50, sem suspensão do processo, ouvindo-se o réu em 5 dias. Ariquemes-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito.

Proc.: 0000366-93.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Aparecido Lopes Pereira
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
Requerida:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a depositar os honorários do perito, no importe de R$ 700,00 (setecentos reais).

Proc.: 0003824-21.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Estlayny Darsiani Valério
Advogado:Lauana de Lima Bezerra. (RO 5121)
Requerido:Kelly Araujo da Costa
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face ter decorrido prazo sem interposição de embargos e a requerida às fls. 19 ter requerido parcelamento.

Proc.: 0006142-74.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jandir de Cesaro
Advogado:Arlindo Frare Neto (OAB/RO 3811)
Executado:Marcos Pacheco Pereira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face ter decorrido prazo sem interposição de embargos.

Proc.: 0005457-38.2011.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Promater Complementação Diagnóstica Ltda Me
Advogado:Paulo César dos Santos. (RO 4768), Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
Requerido:Via Médica Comércio e Reparação de Equipamentos Médicos Ltda Me, Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos Sa
Advogado:Geusa Lemos (RO 4526), Marcos Antônio Araújo dos Santos. (OAB/RO 846)
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0010130-40.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clailton Cardoso Gomes
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar quanto ao retorno dos autos e quanto ao pagamento.

Proc.: 0010534-91.2012.8.22.0002
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Requerido:David dos Santos e Silva
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
SENTENÇA :
Vistos.O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA propôs demanda civil pública declaratória de ato de improbidade administrativa e de reparação de danos ao patrimônio público em face de DAVI DOS SANTOS E SILVA, qualificado nos autos. Alega que o réu, na qualidade de vereador, providenciou a nomeação de um funcionário fantasma, Sr. Enoque Leal dos Santos, junto ao seu gabinete; que o cargo é de índole comissionado; Enoque prestou esclarecimentos dizendo que recebeu R$ 50,00 em mercadoria, sendo informado pelo réu que tinha um compromisso com ele, sem especificar do que se tratava; que houve pagamento da função falsamente desempenhada; os valores eram depositados, através de cheques, em casas lotéricas, para permitir o saque. Requer ao final a condenação do réu, ao ressarcimento integral dos danos patrimoniais ao erário, no valor de R$ 4.453,98, apurados até maio de 2004 e aplicação das penalidades previstas no artigo 12, II, da Lei 8.429/92. Juntou os documentos de fls. 18/157.O requerido apresentou defesa preliminar, às fls. 165/169. Manifestação do Ministério Público às fls. 170/172.DESPACHO recebendo a inicial às fls. 173/174.O requerido contestou o pedido às fls. 183/187. Afirma que quando vereador indicou Enoque Leal para exercer o cargo de assessor; que a nomeação ocorreu em 01/5/2003 e exoneração em 31/5/2004. Reconhece

que algumas vezes retirou o cheque do salário de Enoque, da tesouraria, repassando o título ao mesmo; ausência de prova dos fatos alegados na inicial. DESPACHO saneador à fl. 192. Audiência de instrução e julgamento às fls. 199, onde foram ouvidas duas testemunhas arroladas pelo MP e outra à fl. 206. Alegações finais do Ministério Público às fls. 208/218. Alegações finais do réu às fls. 220/222. É o breve RELATÓRIO , passo a decidir.1. Da legitimidade do órgão do Ministério Público. Este procedimento é regulamentado pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, onde, em seu artigo 1º, prescreve que: ?regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio ambiente; II - ao consumidor; III - a bens e direito de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; V - por infração da ordem econômica?. O pedido contido na exordial encontra-se expresso tanto na lei já mencionada quanto na Constituição Federal.O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar a demanda, conforme se observa pelo disposto no artigo 129 da Constituição da República:?São funções institucionais do Ministério Público: (...) III - Promover o inquérito policial e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.?A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n. 8.625/93), em seu artigo 25, dispõe:?Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público: (...) IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei: a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos?.Os pedidos encartados na exordial estão expressos na legislação vigente, o Ministério Público é parte legítima para ajuizar a demanda e, cumprindo este mister, está mais do que demonstrado a existência de interesse processual da instituição em zelar pelo patrimônio público e interesse da coletividade.E, como substituto processual, está representando a comunidade na fiscalização da aplicação das verbas pelo Poder Público e no estrito cumprimento deste aos ditames legais.Observe-se jurisprudência pátria abaixo transcrita: ?Superior Tribunal de Justiça?. Acórdão: Resp. 226863/GO (199900728998) 367939 Recurso Especial. DECISÃO : Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao recurso, vencido parcialmente o Sr. Ministro Milton Luiz Pereira. Votaram integralmente de acordo com o Sr. Ministro Relator os Srs. Ministros José Delgado, Francisco Falcão e Garcia Vieira. Data da DECISÃO : 02/03/2000. Órgão julgador: - Primeira Turma. Ementa: Ação Civil Pública ? Defesa do Patrimônio Público ? Legitimidade do Ministério Público ? Indisponibilidade dos bens. I - “O Ministério Público possui legitimidade ativa para propor ação civil pública visando o ressarcimento de danos causados ao patrimônio público por prefeito municipal.” (Resp 159231/Humberto) II - A indisponibilidade patrimonial, na ação civil pública para ressarcimento de dano ao Erário deve atingir bens na medida em que bastam à garantia da indenização. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros.2. Trata-se de ação civil pública em que o Ministério Público demanda contra o requerido, para declaração de ato de improbidade administrativa por este praticado, com a reparação dos danos causados ao patrimônio público. O artigo 9º da Lei n. 8.429/92 trata dos atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito por parte do agente público. O caput deste artigo fixa que constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito obter qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão de ocupação de cargo, mandato, função, emprego e outros. Qualquer conduta, dolosa ou culposa, que acarrete lesão ao erário é suscetível de subsumir-se ao artigo 10 Lei n. 8.429/92. Nesta norma o que a lei visa reprimir é a conduta ilegal, não intenta punir quem, agindo legalmente, por culpa, cause prejuízo ao patrimônio público. Tal artigo descreve o que se chama de ato de improbidade administrativa impróprio, sendo aquele em que o agente causa lesão ao erário público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, causando perda patrimonial. O artigo 11 da referida lei trata, especificamente, dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. Todavia, é evidente que qualquer ato de improbidade administrativa atenta contra os princípios da Administração Pública, de legalidade, moralidade, impessoalidade, FINALIDADE e publicidade.O inciso I qualifica como ato de improbidade administrativa, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto. Trata-se do princípio da legalidade, assim aquele que pratica ato administrativo objetivando um fim defeso em lei, está praticando a improbidade administrativa, sendo, portanto, ímprobo, afinal, na Administração Pública o agente público somente pode fazer aquilo que lhe é permitido por lei.O inciso II, do referido artigo, trata, ainda, da desobediência ao princípio da legalidade, quando classifica como ato de improbidade administrativa como aquele consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou a que estava obrigado por lei. Assim, resta claro, que quem retarda ou não pratica ato a que estava obrigado, independentemente de causar prejuízo ou não ao erário público, está, sim, praticando ato de improbidade administrativa. Os agentes públicos em geral, inclusive os que servem empresas estatais ou que de qualquer modo envolvam dinheiro público, têm a obrigação de se conduzir com diligência no desempenho de suas funções, sendo incompatível com a natureza delas a imprudência e a negligência. Imprudente é aquele que age sem calcular as consequências, previsíveis para o erário, do ato que pratica. Negligente é o que se omite no dever de acautelar o patrimônio público. Qualquer um dos dois descumpre o dever de zelar pela integridade patrimonial do ente ao qual presta serviços, à medida que se trata de patrimônio que, não sendo seu, a todos interessa e pertence. Mesmo não sendo agente público, mas desde que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta, nos termos do artigo 3º, da lei supracitada, também são aplicáveis as disposições desta Lei, no que couber.Assim, se os agentes públicos praticarem ilegalmente, por culpa ou dolo, ato lesivo ao erário público, e terem concorrido para a prática ou induzido, terceiro, mesmo não sendo agente público, ou dele se beneficiar, também é aplicável as disposições quanto à improbidade administrativa.2.1 O requerido não negou os fatos narrados na inicial, no tocante a nomeação de Enoque, para cargo de confiança, quando exerceu a sua vereança, ponto incontroverso nos autos. Porém, afirma que Enoque exerceu o cargo, pelo período de 1 ano, recebendo os salários. Analisando a legislação

processual, há que se destacar que o ônus da prova incumbe a quem alega, CPC, artigo 333, I, no entanto, de modo inverso, compete ao réu demonstrar fatos que impedem, extinguem ou modificam o direito do autor (II). Pelo que consta nos autos, Enoque prestou esclarecimentos, perante a Promotoria de Justiça, afirmando que: ?que na época das eleições a sua esposa trabalhava como doméstica na casa do vereador David dos Santos e Silva; que no ano de 2002/2003 o declarante encontrava-se enfermo, impossibilitado de locomover-se e o Sr David, o auxiliava com o transporte para o hospital; que há época dos fatos Sr. David ofereceu ajuda para o declarante alegando que precisaria de seus documentos; que o declarante tinha conhecimento do interesse do vereador em tentar se reeleger e que recebeu a título em ajuda na captação de eleitores o valor de R$ 50,00; (?) que o declarante não sabia que havia uma portaria em seu nome; que nunca recebeu nenhum valor correspondente a esta portaria; que só tomou conhecimento porque ao tentar se aposentar teve a recusa de sua documentação por ainda estar vinculado à Câmara (?) que nunca trabalhou na Câmara Municipal (...)?. Ora, o próprio ?funcionário fantasma?, confirmou, de forma clara e precisa, que nunca exerceu o referido cargo, tampouco recebeu a remuneração, relatando ainda que forneceu os documentos para o réu, pois este o ajudou em determinada época de sua vida, quando estava em tratamento médico. Durante a instrução processual, fl. 200, Enoque confirmou as declarações de fl. 26, afirmou também que sequer sabe o que é uma ?portaria? e que nunca trabalhou na Câmara e nem para o vereador David. Também nunca recebeu salário da Câmara Municipal. ZILMA SILVA PORTELA, fl. 201, ?trabalhei na casa de David, quando era vereador; nesta época eu morava com Enoque; (..) Enoque não trabalhou na Câmara e nem para David; Enoque nunca recebeu nenhum salário da Câmara, nem gratificações; Enoque não recebia ajuda nem da Câmara, nem de David; (?)?. ALESSANDRO HENRIQUE, fl. 207, relatou que trabalhou na lotérica, confirmando as declarações de fl. 137. Na declaração, destacou que recebiam cheques nominais, mesmo que na posse de terceiros; e também recorda que o réu era cliente da Lotérica na mesma época da emissão dos cheques. Dessarte, conclui-se pelas provas produzidas nos autos e não contrariadas pelo réu, sejam por documentos ou testemunhas, que David, aproveitando-se da situação humilde de Enoque, fez uso de seus documentos para nomeação à um cargo fantasma. Afirmou para este que se tratavam de documentos para obter a sua aposentadoria, fazendo com que Enoque assinasse a documentação necessária à nomeação. De posse da documentação, requereu a nomeação pra o cargo de Assessor Legislativo (fl. 51), sendo certo que o vínculo perdurou até 1º junho de 2004 (fl. 52). Apurou-se ainda que não há folhas de ponto desta época, conforme informação prestada à fl. 67, o que evidencia ser o funcionário, ?fantasma?, ponto este incontroverso, pois Enoque afirmou que nunca trabalhou na Câmara. Também há provas de que foram emitidos cheques, para o pagamento do salário de Enoque, fls. 131/148 e fls. 150/153, todos nominais a este. Embora o requerido alegue que os pagamentos foram realizados para Enoque, este expressamente nega ter recebido qualquer valor. Os cheques eram retirados pelo próprio requerido, que também não nega em sua defesa, porém depositados em casa lotérica, para o fim de permitir o saque. Outro ponto que indica que David recebia, os pagamentos é a troca de cheques, realizados na Casa Lotérica, conforme corrobora o depoimento do gerente à época. Alessandro afirmou que recebiam cheques nominais, mesmo que na posse de terceiros, para pagamento de contas e que David era cliente da empresa. Ressalto que nenhuma prova, em sentido contrário, foi produzida por David, que sequer pleiteou pela oitiva de testemunhas, que viessem a comprovar o serviço executado por Enoque, junto à Câmara, ou o recebimento do salário, se afastando de seu ônus (CPC, artigo 333, II). O artigo 10, caput, da Lei n. 8.429/92, dispõe constituir ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário público qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial. Segundo o referido artigo, a improbidade administrativa possui duas modalidades de conduta: a dolosa e a culposa. Na categoria dolo, temos que o agente visualiza o dano e o faz para aquele fim específico, ou seja, ela é uma característica intrínseca do conceito de improbidade administrativa, em toda a extensão da palavra, bem como é a própria caracterização da vontade em querer dilapidar o erário, sendo, no sentido popular, ligado à pessoa desonesta e ao conceito de desonestidade.Contudo, se o dolo é uma característica intrínseca da improbidade e do conceito de desonestidade, fácil é concluir que na modalidade culpa o agente não pretende o resultado, mas acaba acontecendo, de uma forma ou de outra. Merece ser destacado que a improbidade administrativa consistente em lesão ao erário público, na sistemática da Lei nº 8.429/92, admite modalidade culposa.?Caracteriza o ilícito não só o dolo, que é a vontade de causar o dano, mas a culpa. A culpa é o elemento objetivo ocorrente naquelas infrações em que não há vontade por parte do autor de obter o resultado lesivo?. (Wolgran Junqueira Ferreira, in Enriquecimento ilícito dos servidores públicos no exercício da função). Em seu inciso I, assim dispõe: ?I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei;?Assim, provado que o requerido nomeou o Sr. Enoque, utilizando-se de sua falta de conhecimento, para exercer o cargo de assessor legislativo, porém como ?funcionário fantasma?, recebendo, pelo período de 1 ano, os vencimentos correspondentes ao cargo. Com a infringência dos requeridos ao disposto no artigo 10º, inciso I, da Lei n. 8.429/92, deve lhe ser aplicada as penalidades previstas no artigo 12, inciso II, da Lei n. 8.429/92.DISPOSITIVO Isso posto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil, combinado com os artigos 5º, 9º, inciso XI, 10, I e 12 incisos II da Lei n. 8.429/92, para condenar DAVID DOS SANTOS E SILVA:a) à obrigação de pagar, consistente em ressarcir integralmente o dano causado ao erário municipal, no valor de R$ 4.453,98 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos), devidamente corrigidos, a partir do desembolso das quantias (pagamento dos cheques) e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação; b) ao pagamento de multa civil em duas vezes o valor do dano;c) suspensão dos direitos políticos, pelo prazo de cinco anos;d) à proibição de contratar com o Poder Público e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.Ante o teor do artigo 18 da Lei n. 7.347/85, sem custas e honorários de advogado.P. R. I. C., e, após o trânsito em julgado, arquive-se o presente, com as cautelas de praxe.Ariquemes-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito.

Proc.: 0006108-02.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Batista Ribeiro
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Porto Velho
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA :
Vistos.MARCOS BATISTA RIBEIRO, qualificado à fl. 3 dos autos, propôs pretensão declaratória de inexistência de débito cumulada com obrigação de fazer cumulada e indenização por danos morais em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON. Alega, em resumo, que foi surpreendido, ao tentar realizar uma compra, quando descobriu que seu nome estava negativado. Ao buscar informações, obteve a notícia de que se tratava de contas em atraso, todavia, os valores estão pagos. Tentou a solução administrativa, sem êxito. Pleiteou, em tutela antecipada, a retirada do seu nome dos cadastros do SPC e SERASA. No MÉRITO seja declarada a inexistência do débito, além de indenização por danos morais. Juntou os documentos de fls. 13/21. A antecipação de tutela foi deferida à fl. 25.A requerida, citada, não apresentou contestação (fl. 29vº). O autor pleiteou o julgamento antecipado da lide (fl. 30). É o breve RELATÓRIO , passo a decidir.1. A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I e II, do Código de Processo Civil, eis que a matéria de MÉRITO , é somente de direito, dispensando a produção de provas em audiência, além disso o réu é revel, pois, citado, não apresentou contestação. 2. Trata-se de pedido declaratório de inexistência do débito, cumulada com indenização por danos morais. Aduz o autor que o seu nome foi negativado indevidamente, o que lhe causou prejuízos de ordem moral. Restou incontroverso nos autos a ação da requerida (fl. 17), fato não negado pela ré.Obteve a informação de que o débito referia-se a conta de energia não paga. O ônus da prova caberia à ré, ainda que não se considerasse a inversão, por se tratar de relação de consumo, nos termos do artigo 333, II, do CPC. 3. O Código Civil estabeleceu ato ilícito em seu artigo 186, acrescentando, que comete ato ilícito aquele que violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. O parágrafo único do artigo 927, do novo Código Civil, estabeleceu também que: ?Haverá a obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem?. São pressupostos da responsabilidade civil: a) ação ou omissão do agente; b) culpa do agente; c) relação de causalidade; d) dano experimentado pela vítima.O artigo 3º do CDC, por sua vez, dispõe: ?Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços?. O art. 14, do mesmo Código, ainda prevê: ?O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos?.Assim, quanto à responsabilidade dos fornecedores, entende-se que é objetiva, por se tratar de uma relação de consumo, sendo prescindível a discussão quanto à existência de culpa.A ação do agente ficou claramente demonstrada, uma vez que, negativou o nome do autor, de forma indevida, pois as contas se encontram pagas, consoante documentos de fls. 18/21 e fls. 31/42. A requerida não apresentou qualquer documento que comprovasse fatos impeditivos do direito do autor, ônus que lhe pertencia, como dito acima. Saliente-se que o momento oportuno para a requerida produzir suas provas seria juntamente com a contestação, onde caberia a esta anexar documentos. Porém, nada fez, mesmo porque sequer contestou o pedido, se tornando revel. Ademais, o autor comprovou o pagamento das contas. Assim, em sendo a responsabilidade civil objetiva, basta o nexo de causalidade entre o comportamento do agente e o dano experimentado pela vítima, para que esta tenha direito a ser indenizada por aquele. Passemos a analisar o nexo causal.Claramente demonstrado a má prestação dos serviços. Ademais, a ré não se desincumbiu de provar que o serviço foi devidamente prestado, ônus que lhe pertencia. Presente o nexo causal, a requerida é civilmente responsável pelo ato ilícito cometido contra o autor, devendo ressarcir os danos sofridos.4. O fundamento da reparabilidade pelo dano moral está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo conformar-se à ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos. Segundo definição do desembargador Adão Sérgio do Nascimento Cassiano, do TJ/RS, ?o dano moral abrange o abalo dos sentimentos, quaisquer bens ou interesses pessoais como liberdade, nome, família, honra, integridade física, desgostos, angústias, estresse, tristeza, sofrimento, constrangimento, incomodação e perda de tempo?. A requerida, ante a sua ação (negativação indevida) gerou, sem dúvidas, constrangimento, incomodação, perda de tempo e estresse ao autor. Assim, a repercussão do fato ocorreu junto aos amigos e conhecidos do requerente, para que haja parâmetro entre a honra ofendida e o potencial dano sofrido, arbitro o valor da indenização em R$ 8.000,00 (oito mil reais). Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido de MARCOS BATISTA RIBEIRO, para confirmar a tutela inicialmente concedida, declarando a inexistência do débito mencionado à fl. 17, bem como condenar CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA ? CERON, ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês, a partir desta DECISÃO , tudo com fundamento no artigo 5º, inciso X, da Constituição da República, c/c artigo 186, do Código Civil, e artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e verba honorária que fixo 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º, do do Código de Processo Civil. P. R. I. C.Após o trânsito em julgado, aguarde-se a provocação da parte, por 30 dias. Sem manifestação, arquive-se em seguida. Ariquemes-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito.

Proc.: 0014576-23.2011.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agito Geral Boutiques Ltda Me
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Amélia Maria Lopes Nascimento
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos. 1. Indefiro o pedido de penhora do salário, por se tratar de bem absolutamente impenhorável, nos termos do artigo 649, IV, do CPC. 2. Ademais, caso o legislador tivesse optado pela possibilidade da penhora de percentual do salário haveria

previsão expressa. Ao invés disso, o parágrafo que previa a penhora parcial, foi vetado. 3. Considerando que há informações de que a executada estaria cumulando o seu salário, com os subsídios do cargo de vereadora, DEFIRO a penhora sobre 20% destes. Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0009721-30.2013.8.22.0002
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:V. M. H. P. F. da A. H.
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
SENTENÇA :
Vistos.VITÓRIO MASSATOSHI HIGUTI e PATRÍCIA FERREIRA DE ABREU HIGUTI, qualificados nos autos, propuseram o presente pedido de divórcio direto consensual, alegando, em resumo, que contraíram núpcias em 06/9/1995, tem dois filhos e estão separados há três meses. Requerem a decretação do divórcio e homologação do acordo firmado entre as partes, relativamente à guarda e pensão dos filhos. O Ministério Público, à fl. 18, opinou pela decretação do divórcio.É o RELATÓRIO . Decido.Desnecessária a comprovação de lapso para a concessão do divórcio, ante o teor do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, alterado pela EC 66/2010. O representante do Ministério Público, na função de Curador da Família, opinou pelo deferimento do pedido. O requerimento satisfaz às exigências do art. 226, § 6º da Constituição Federal. ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO o divórcio de VITÓRIO MASSATOSHI HIGUTI e PATRÍCIA FERREIRA DE ABREU HIGUTI, bem como o acordo, quanto à guarda dos filhos e pensão alimentícia, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas na petição inicial, com fulcro nos artigos 226, § 6º da Constituição Federal e 269, I e III, do CPC. O nome da requerente voltará a ser o de solteira, ou seja: “PATRÍCIA FERREIRA DE ABREU?. Sem custas e honorários de advogado. P. R. I. C. Transitada esta em julgado, expeçam-se os MANDADO s que forem necessários e arquive-se o processo. Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006573-11.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Adiel Gonçalves de Souza
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
DECISÃO :
Vistos. 1. Defiro as provas requeridas pelas partes, consistentes na realização de perícia médica e juntadas de documentos novos. 2. Para a realização da perícia médica, nomeio o Dr. Walter Akira, que deverá ser intimado para designar dia e hora para a realização da mesma, bem como proposta de honorários. 3. As partes poderão indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo de cinco dias.Ariquemes-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0007220-06.2013.8.22.0002
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:José Torres da Silva, Rosineide Rosa de Paula
Advogado:Renato Santos Cordeiro. (RO 3779)
Requerido:Asta Associação dos Sem Teto de Ariquemes, César Pereira do Carmo, Wilma Lima Barbosa, Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos. Indefiro o pedido de fls. 76/77, pois a ação proposta é declaratória e não possessória. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0005273-14.2013.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Ray dos Santos Arruda
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Requerido:Evaldo Krumenauer, Lucidalva Aparecida de Oliveira Krumenauer
Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (RO 1901), Caroline Ferraz (OAB/RO 5438), Levy Carvalho Ferraz. (RO 1901), Caroline Ferraz (OAB/RO 5438)
DESPACHO :
Vistos. Designo audiência preliminar, na forma doa rtigo 331 do CPC, para o dia 10 de setembro de 2013, às 08h30min. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0003663-11.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lusia Kuhn Pereira
Advogado:Sidnei Doná. (OAB/RO 377B)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (RO 1571), Jacimar Pereira Rigolon. (OAB/RO 1740)
DESPACHO :
Vistos. Às partes para especificarem suas provas, motivando-as, no prazo de 10 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006844-20.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dinâmica Equipamentos de Construção e Representação Ltda
Advogado:David Alves Moreira. (RO 299B)
Requerido:Tnt Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas Sa
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos. Designo audiência preliminar, na forma do artigo 331 do CPC, para o dia 06 de setembro de 2013, às 08h30min. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0004777-82.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudiney Batista de Oliveira
Advogado:Flaviano da Silveira (RO 5578)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :

DESPACHO SANEADORAs partes estão devidamente representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito.Fixo como ponto controvertido o efetivo exercício pelo autor da atividade rurícola na forma e período previstos em lei. Defiro às partes a produção de prova testemunhal e juntada de

novos documentos e ao requerido o depoimento pessoal do autor.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2013, às 10h30min. A testemunha Vazequiton Lopes deverá ser ouvida por carta precatória. Amado de Lima (fl. 22) será ouvido como testemunha do juízo. O prazo para apresentação do rol é de 10 (dez) dias. Intimem-se as partes, seus procuradores e as testemunhas tempestivamente arroladas.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0000238-10.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Minerais e Metais Comércio e Indústria Ltda
Advogado:Felipe Cioletti Silva (OAB/MG 106.917)
Requerido:Cooperativa Mineradora dos Garimpeiros de Ariquemes Ltda - Coomiga, Adalto Alves Ribeiro
Advogado:Débora Aparecida Marques (RO 4988), Francilene Araújo da Silva Ramos (RO 4989), Débora Aparecida Marques (RO 4988), Francilene Araújo da Silva Ramos (RO 4989)
DESPACHO :
Vistos. Designo audiência de instrução para o dia 17 de setembro de 2013, às 11 horas. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0011131-60.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kayky Eduardo Vieira
Advogado:Sidnei Doná. (OAB/RO 377B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos. Designo audiência de instrução para o dia 24 de setembro de 2013, às 11 horas. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0008544-65.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:C. A. P. de Santana Vestuário Me - Hering Fashion
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Executado:Andreza Augusta Alves de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO :
Vistos.Suspendo o andamento do feito, pelo prazo de 90 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006580-03.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Manoel Camilo Pereira
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO :
Vistos. 1.Inexistem erros ou irregularidades a serem sanadas, nem preliminares a serem examinadas, assim, dou o feito por saneado. 2. Defiro as provas requeridas pelas partes, consistentes na realização de perícia médica e juntadas de documentos novos. 3. Para a realização da perícia médica, nomeio o Dr. Walter Akira, que deverá ser intimado para designar dia e hora para a realização da mesma, bem como proposta de honorários. 4. As partes poderão indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo de cinco dias.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006574-93.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Elisangela Aguiar da Luz Velozo
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
SENTENÇA :
Vistos. As partes realizaram acordo às fls. 34/35, requerendo a homologação. DECIDO. Não há qualquer óbice à homologação do acordo firmado entre as partes, razão pela qual deve ser homologadoPosto isto e por tudo o mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I. SENTENÇA transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 503). Arquive-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0010346-98.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Cesar Soares Ramos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO :
Vistos. 1. Indefiro a oitiva do perito. 2. Designo audiência de instrução para o dia 24 de setembro de 2013, às 11h30min. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006583-55.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Adauto Ériton da Silva
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DECISÃO :
Vistos. 1. Inexistem erros ou irregularidades a serem sanadas, nem preliminares a serem analisadas. 2. Defiro as provas requeridas pelas partes, consistentes na realização de perícia médica e juntadas de documentos novos. 3. Para a realização da perícia médica, nomeio o Dr. Walter Akira, que deverá ser intimado para designar dia e hora para a realização da mesma, bem como proposta de honorários. 4. As partes poderão indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo de cinco dias.Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0006581-85.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Andrevi Nogueira dos Santos
Advogado:Alberto Biaggi Netto. (RO 2740)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
SENTENÇA :
Vistos. As partes realizaram acordo às fls. 34/36, requerendo a homologação. DECIDO. Não há qualquer óbice à homologação do acordo firmado entre as partes, razão pela qual deve ser homologado.Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com

fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. P. R. I. SENTENÇA transitada em julgado nesta data, ante a preclusão lógica (CPC, artigo 503). Arquive-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0005138-36.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alvaro Gomes, Margarida Jatobar dos Santos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior. (OAB/RO 2629)
Denunciado:Expresso Marlin Ltda, Nobre Seguradora do Brasil S/a
Advogado:Arlindo Frare Neto. (OAB/RO 3811), Charles Baccan Júnior. (OAB/RO 2.823), Lucineide Maria de Almeida Albuquerque (SP 72973)
DESPACHO :
Vistos. 1. Recebo o recurso em seus efeitos devolutivo e suspensivo. 2. Às contrarrazões. Após, ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. Ariquemes-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Maria Apª Góis Dib
Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 1001267-97.2011.8.22.0007
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Requerente)
Jorge Gonçalves de Souza(Requerido)
Advogado(s): Joozi Amanda Priscila Olsen Notário Guaitolini(OAB 3744 RO)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Requerente)
Jorge Gonçalves de Souza(Requerido)
Advogado(s): Joozi Amanda Priscila Olsen Notário Guaitolini(OAB 3744 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE : Intimar a CONSTRUTORA ARIPUANÃ LTDA por meio da advogada Joozi Amanda para se manifestar quanto ao interesse de retirar a madeira apreendida, no prazo de 05 (cinco) dias. Pena de doação da madeira.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0008362-30.2013.8.22.0007
Ação:Auto de Prisão em Flagrante (Criminal)
Autor:Delegacia de Polícia Civil de Cacoal
Advogado:Delegado de Polícia (22 SMG/RO)
Flagranteado:Clodoaldo Roberto Evangelista, Lindaura Ramos Anerthe, Adilson Anerthe
Advogado:Advogado Não Informado ( ), Juliana Miranda Furtado (5542)
DECISÃO :
Cuida-se de pedido de Revogação da Prisão Preventiva equivocadamente denominado de Liberdade Provisória, formulado por ADILSON ANERTHE.Diz o requerente, em resumo, que não tendo sido encontrada substância entorpecente na sua posse, não há falar no cometimento do delito de associação para o tráfico. Afirma que tem residência fixa, ocupação lícita e família constituída.Alega que não se encontram presentes as circunstâncias autorizadoras da prisão preventiva.O Ministério Público é pela concessão da csutódia. Relatei. Decido. O fato de não ter sido apreendido entorpecente com o requerente em absoluto não descaracteriza a potencial configuração - e condenação - por este delito, conforme iterativa jurisprudência. O vínculo associativo fora esmiuçado no auto de prisão em flagrante e restou configurado na visão do juiz plantonista que o homologou, sendo, ademais, consideração direcionada ao MÉRITO , imprópria, pois, senão em juízo perfunctório, para análise da existência do crime como requisito para a homologação do auto e decretação da prisão preventiva. Diga-se, com apoio no referido auto, que a residência de Adilson se situa nos fundos da casa de sua mãe, também flagranteada, e, segundo os relatos dos policiais que cumpriram o MANDADO de busca e apreensão, a traficância era desempenhada por Clodoaldo, Lindaura e o requerente. Quanto às circunstâncias autorizadoras da prisão preventiva, vê-se que a custódia, segundo a DECISÃO que a decretou, foi determinada para resguardar a ordem pública, em que pese a gravidade do delito e a possibilidade de reiteração do delito. Assim sendo, o fato do acusado ter residência fixa e trabalho lícito não implica no automático direito de responder o processo em liberdade.Concordo com a DECISÃO que decretou a custódia e acolho os argumentos do MP no sentido do prosseguimento da preventiva.Não bastasse, a inexpugnável influência do delito de tráfico nos crimes contra o patrimônio e ser o estopim de um dos maiores problemas de saúde pública deste século, recomenda maior severidade não apenas do legislador como do Poder Judiciário diante desta realidade.Não vejo, neste contexto, a aventada - tanto quanto desfundamentada - inconstitucionalidade do art. 44 da Lei 11.343/2006.Some-se, ainda, que, consoante registra a folha de antecedentes do requerente, longe de ser um neófito na prática delitiva, estando inclusive em cumprimento de pena por delito contra o sistema nacional de armas e denunciado pelo crime de receptação, geralmente ligado de modo umbelical com o tráfico de entorpecentes.Logo, compreendo que necessária a manutenção da prisão preventiva para resguardar a ordem pública.POSTO ISTO, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva. Intimem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Carlos Roberto Rosa Burck Juiz de Direito

Proc.: 0002769-20.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
GABARITO
RÉU: JOEL VIZZOTO JÚNIOR, brasileiro, natural de Garça/SP, nascido aos 23.01.1983, filho de Joel Vizzoto e Valdenice Vizzoto.
DENNER ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Cacoal/RO, nascido aos 19.04.1994, filho de Telma Pereira de Oliveira.

ADVOGADO: SIDNEI SOTELE, advogado, inscrito na OAB/RO sob n°4192, com endereço profissional na Rua Rio Branco, n° 2393, Bairro Centro, na cidade de Cacoal/RO.
JEFFERSON MAGNO DOS SANTOS, advogado,inscrito na OAB/RO sob n° 2736, com escritório profissional na Av. Das Nações Unidas, n° 2462, Bairro Princesa Isabel, na cidade de Cacoal/RO.
FINALIDADE : INTIMAR os advogados acima mencionados para apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Proc.: 1000460-43.2012.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
RÉU: MÁRIO CEZAR DA SILVA, brasileiro, convivente, filho de Malden Eugênio
da Silva e Julieta Pereira da Silva, nascido aos 09.10.1971, natural de Cacoal/RO.
ADVOGADO: NÃO INFORMADO
FINALIDADE : CITAR o réu acima qualificada, dos termos da Ação Penal em epígrafe, para no prazo de 10 dias, responder à acusação por escrito. Na resposta inicial, o acusado poderá aguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e, arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Havendo exceção serão processadas em apartado, nos termos do art. 95 a 113, CPP
(art. 396-A, § 1º, CPP). No caso de citação por edital, aplicar-se-á o disposto na Lei 9.271/96, que alterou o art. 366, CPP - suspensão do processo e prazo prescricional, com possibilidade de se decretar a prisão preventiva. Nessa hipótese, o prazo para a Defesa só fluirá com a localização do réu ou constituição de advogado (art. 396-A, parágrafo único, CPP, c.c. 394 § 5º).
DENÚNCIA/ACUSAÇÃO: "...Consta das inclusas peças informativas que, no dia 09.10.2009, por volta das 11hs, na Rodovia 471, Km 15, bairro Zona Rural, na cidade de Ministro Andreazza, o denunciado praticou lesão corporal culposa na direção de veículo automotor. (...) Constatou-se que o denunciado conduzia uma caminhonete da marca Toyota, modelo Hillux CD 4x4, placa NDX-1252/Porto Velho, agindo com imprudência, já que invadiu a pista esquerda e vinha na contramão de direção, ocasião em que veio a colidir com o automóvel da marca Fiat, modelo Uno Mille Fire, placa-5380/Contagem-MG, conduzido pela vítima José Claudio Alves, a qual veio a sofrer as lesões descritas no Laudo de Exame de Corpo de Delito às fls. 63/64 do Mov. 1.6 do Projudi. (...) Ressalta-se que, conforme descrito no referido Laudo, a vítima ficou incapacitada para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, o que caracteriza lesão grave. (...) Ademais, de acordo com o Laudo de Exame em Local de Acidente de Tráfego (fls. 06/012 do Mov. 1.5), o denunciado foi quem deu causa ao acidente, uma vez que, por motivo desconhecido, em momento inoportuno, realizou uma manobra para a esquerda, após uma frenagem, vindo a colidir com veículo da vítima, o qual trafegava na via retilínea e prioritária. (...) Assim agindo, o denunciado incorreu nas sanções do art. 303, caput, da Lei 9503/97..."

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

GABARITO
Proc.: 0010335-54.2012.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Douglas Junior de Souza Alves
Advogado:Paulo Luiz de Laia Filho OAB/RO 385
DESPACHO :Vistos.Vieram os autos para análise da resposta à acusação.Verifico que nesta fase não foi trazido pela defesa nenhum fato que pudesse obstar o prosseguimento do feito ou que determinasse a absolvição sumária do réu (artigo 397 do CPP), razão pela qual designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 29/08/2013, às 08h30min.Expeça-se o necessário.Caso necessário, depreque-se a oitiva das testemunhas.Ciência ao MP e à Defesa.Cacoal-RO, quarta-feira, 10 de abril de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta
FINALIDADE : Intimar o advogado acima da designação da audiência

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º Cartório do Juizado Especial Cível

Proc.: 1001061-83.2011.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Marcos Paulo Goese
Advogado: Marcelo Penteado Rodrigues OAB/RO 3083
Promovido(s): Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari OAB/RO 4937
FINALIDADE : Intimar as partes da DECISÃO a seguir transcrita:"Vistos Tendo em vista consistir em matéria de ordem pública, revejo a DECISÃO de mov. 43 e defiro a reabertura do prazo recursal ao requerido uma vez que irregular a intimação da SENTENÇA de mov. 28, realizada em nome de advogada que não possuía poderes para tanto.Repita-se o ato de intimação da SENTENÇA em nome de Mauro Paulo Galera Mari, OAB/RO 4.937 e agende-se decurso de prazo recursal.Intime-se a parte requerente (DJ).Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal, 27/05/2013 Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001061-83.2011.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Marcos Paulo Goese
Advogado: Marcelo Penteado Rodrigues OAB/RO 3083
Promovido(s): Banco Finasa Bmc S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari, OAB/RO 4.937
FINALIDADE : Intimar a parte requerida da r. SENTENÇA cujos principais DISPOSITIVO s seguem transcritos, bem como do prazo de dez dias para, caso queira, recorrer da mesma:"(...)Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por MARCOS PAULO GOESE em face do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A condenar o requerido a pagar indenização ao requerente o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, obedecendo ao binômio compensação/desestímulo, com

incidência de juros de mora e correção monetária a partir da data de publicação desta SENTENÇA .JULGO IMPROCEDENTES o pedido de condenação do requerido ao pagamento das despesas para retirada do nome do requerente dos órgãos restritivos de crédito, uma vez que concedida ordem judicial para que o requerido procedesse com a respectiva exclusão; e o pedido de condenação de pagamento ao dobro do valor cobrado pelo Cartório de Protesto, ao passo que inaplicável a penalização no caso em apreciação.Confirmo os efeitos da liminar de mov. 09 e torno definitiva a exclusão do nome do requerente do Cartório de Protesto, bem como de demais órgãos de proteção ao crédito referente ao débito no valor de R$ 10.401,27 (dez mil, quatrocentos e um reais e vinte e sete centavos), com vencimento para 08/01/2008, contrato nº 36.6.388.543-3.Com efeito, informado pelo requerente a nova desabonação de seu nome junto aos órgãos restritivos (movs. 22-23) e a fim de garantir a efetividade da tutela jurisdicional, intime-se (DJ) o requerido para que retire o nome do requerente dos cadastros de inadimplentes referente ao débito ora discutido, bem como abstenha-se de novamente inserir o nome do requerente nos referidos cadastros, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais).DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Intime-se (DJ) o requerido para cumprir a SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução.Deixo de condenar em custas e honorários de advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se.Tendo em vista a nova denominação social do BANCO FINASA BMC S/A, retifique-se o polo passivo junto ao Projudi para constar BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.Publicação e Registro automáticos.Intimem-se (DJ).Agende-se decurso de prazo recursal.Cacoal, 07/12/2011.juíza ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc.: 1001601-97.2012.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Promovente(s): Sílvia Letícia Munin Zancan OAB/RO 1259
Promovido(s): Wilson de Abreu Salomão
FINALIDADE : Intimar a parte requerente do r. DESPACHO a seguir transcrito:"Vistos A eficácia da SENTENÇA prolatada nos autos fica condicionada a baixa do gravame, haja vista a existência de interesse de terceiro não integrante da relação processual (instituição financeira).Do documento apresentado pelo DETRAN-RO ao mov. 25 constato que o gravame foi inserido em data anterior ao ajuizamento da presente demanda. Tendo em vista que o requerido não é o credor do contrato de financiamento registrado no sistema do DETRAN-RO, compete às próprias partes diligenciarem no sentido de demonstrar a baixa do gravame ou providenciar a regularização junto à financeira.Ante o exposto, indefiro os pedidos de mov. 26 (transferência do veículo a despeito da existência de gravame e busca e apreensão).Diante da impossibilidade de transferência de propriedade, oficie-se o DETRAN-RO para que transfira todas as multas, pontos decorrentes de multas, débitos com IPVA e todas as tarifas incidentes sobre o veículo, ocorridas a partir de 18/03/2010, para o requerido (o cartório deverá fornecer dados completos das partes no ofício de encaminhamento). Prazo de 05 (cinco) dias.Intime-se a requerente (DJ) para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Pena de arquivamento.Com o decurso de prazo sem manifestação, certifique-se e arquive-se.Agende-se decurso de prazo para verificação.Cacoal, 21/06/2013Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque
Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos
Email: cwl1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0077273-36.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Everton Luiz Teixeira
Advogado:Cristiano Silveira Pinto (RO 1157), Thaís Fernanda Thomazzoni (RO 3.706)
Executado:Cafeeira Diniz Indústria e Comércio Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
DECISÃO :
DESPACHO Conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 97, o imóvel em comento serve como residência do casal, sendo certo que esta certidão goza de presunção relativa de legitimidade, bem como o termo de audiência apresentado pelo autor reforça a informação de que se trata de imóvel residencial próprio do casal.Desta forma, demonstrada a "circunstância de bem de família" da qual se reveste o aludido imóvel, compete ao credor a prova em contrário com o objetivo de realizar penhora sobre este.Ademais, a informação de renúncia da impenhorabilidade sobre o referido imóvel em autos diversos não possui o condão de impedir a invocação da impenhorabilidade sobre o bem de família, uma vez que a proteção estabelecida pela Lei n. 8.009/90 não abrange apenas o devedor mas toda a entidade familiar. Neste sentido, temos os seguintes julgados:TRF1-173859) AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIROS. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA. IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. DESCONSTITUIÇÃO. 1. "Comprovado por documento hábil ser o imóvel residência da família, a penhora não deve ser efetivada sobre o bem" (AC 2005.38.06.000519-6/MG, Rel. Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, Oitava Turma, e-DJF1 p. 762 de 29.10.2009). 2. O STJ entende, para fins de caracterização do bem de família, ser suficiente a prova de que o imóvel objeto da execução seja aquele destinado à moradia do executado, não sendo necessário que se prove que o bem seja o único imóvel do devedor. Precedentes. 3. Agravo regimental da Fazenda Nacional (União) improvido. (Agravo Regimental na Apelação Cível nº 1999.38.00.021475-0/MG, 5ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Selene Maria de Almeida. j. 04.06.2012, unânime, DJ 15.06.2012).TJMG-

0418642) AGRAVO DE INSTRUMENTO - RENÚNCIA OU ATO INCOMPATÍVEL DO DEVEDOR - INAPTIDÃO PARA IMPEDIR RECONHECIMENTO DE BEM DE FAMÍLIA - PROTEÇÃO DESTINADA À ENTIDADE FAMILIAR - COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS - DESCONSTITUIÇÃO DA PENHORA. 1 - A renúncia ou qualquer conduta do devedor incompatível com o exercício do direito à proteção de bem de família não consubstancia preclusão lógica ou impedimento à sua posterior invocação, uma vez que se trata de benesse que visa a proteção não apenas do devedor, mas de toda a entidade familiar, não podendo esta ser prejudicada por ato exclusivo deste. 2 - Suficientemente comprovada a titularidade do imóvel e sua destinação como residência da entidade familiar do devedor, deve-se reconhecer a caracterização de bem de família, com a consequente desconstituição da penhora realizada. (Agravo de Instrumento nº 0110039-47.2011.8.13.0000 (10166050083509001), 9ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Pedro Bernardes. j. 06.11.2012, DJ 12.11.2012).À luz das ponderações supra, indefiro, por ora, o pedido de penhora sobre o imóvel descrito às fls. 98 dos autos.Diga a parte autora, em 05 dias, quanto ao prosseguimento do feito. Se inerte, intime-se na forma do art. 267, §1º, do CPC.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008294-17.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roque Gonçalves Molina
Advogado:Bernardo Schmidt Teixeira Penna (RO 4517)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DECISÃO :
Trata-se de ação de cobrança de DPVAT na qual se alega a invalidez permanente. Rejeito a preliminar de ausência de apresentação dos documentos obrigatórios por força de lei na peça inicial, arguida em contestação às fls. 49/50, vez que os reportados documentos não são indispensáveis à propositura da demanda, apenas servirão como aspecto probatório no deslinde da causa.As preliminares arguidas confundem-se com o MÉRITO da demanda, razão pela qual serão analisadas por ocasião da SENTENÇA , motivo por que declaro o feito saneado.O autor não pediu a produção de outras provas. O réu, por sua vez, pleiteia a realização de perícia médica (fls. 76/78). Nesse passo, entendo necessária e pertinente a realização da perícia, sobretudo para se aferir o grau de invalidez do autor, razão por que defiro sua produção. Assim, nos termos do artigo 421 do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Marcos Eduardo Fernandes, médico ortopedista que atende na Ortoclin, Avenida São Paulo, n. 2080, Centro, nesta cidade, como perito, que deverá responder aos quesitos do Juízo, que desde já ficam descritos, bem como os que porventura forem formulados pelas partes.São quesitos do Juízo: 1. O autor é acometido de invalidez permanente, com incapacidade para o trabalho e cuidados pessoais? 2. Tal invalidez foi ocasionada pelo acidente? 3. Qual é o grau (em percentual) de invalidez de que está acometido o autor?Considerando que a perícia foi requerida pelo réu, arbitro honorários em favor do perito judicial no valor de R$800,00 (oitocentos reais), atenta à relevância e complexidade da demanda a impor perícia de verificação em matéria que exige conhecimentos técnicos.Deposite o réu os honorários periciais em 10 (dez) dias, a fim de que o feito possa prosseguir, sob pena de, em não o fazendo, presumir-se que desistiu da prova pericial e ter-se por demonstrada a invalidez, nos moldes alegados na inicial (art. 33, parágrafo único, do CPC).Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo. Intimem-se as partes para, querendo, em 5 dias, indicarem assistentes técnicos e apresentarem quesitos (artigo 421, §1º, incisos I e II, do CPC).Os assistentes deverão diligenciar para o acompanhamento dos exames junto ao perito judicial, pois não serão intimados para tanto. Efetuado o depósito dos honorários periciais e apresentados ou não os quesitos pelas partes, intime-se o perito sobre a nomeação bem como para informar a este Juízo a data e horário para realização dos exames, para fins do artigo 431-A, Código de Processo Civil. Com tais informações, intimem-se as partes, fornecendo-lhes os dados.Após a vinda do laudo pericial, dê-se vistas às partes para manifestação.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001107-21.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001112-43.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO

, com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001119-35.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001121-05.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL - SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001124-57.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001129-79.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001138-41.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001160-02.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008512-11.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudina Hammer Roza
Advogado:Jean de Jesus Silva (RO 2518), Deborah May Dumpierre (RO 4372)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO :
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica do autorCom relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, indefiro o pedido. Isto porque conjuntos de laudos médicos apresentados com a inicial, não demonstrou cabalmente a existência dos requisitos que ensejam a medida antecipatória. Frisa-se que não há impedimento de reapreciação diante de novos elementos, notadamente de perícia médica designado por este Juízo; neste sentido: (TRF1-151878) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. 1. Em se tratando de benefício previdenciário por incapacitação, somente pode ser concedida a medida antecipatória quando houver subsídios a comprovar a invalidez, in casu, perícia judicial. 2. Precedente desta Corte. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 2008.01.00.061458-2/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. José Amilcar Machado, Rel. Convocado Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. j. 01.07.2009, unânime, DJe 25.08.2009).Decorrido o prazo para resposta (arts. 297 c/c 188, ambos do CPC) e de eventual réplica, intimem-se as partes para, querendo, especificarem as provas que pretendam produzir, em 05 dias.Cite-se e intimem-se com as advertências legais.P.I.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001163-54.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0006984-39.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jaime Felício da Rocha
Advogado:Ezequiel Cruz de Souza (OAB/RO 1280)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )

DESPACHO :
DESPACHO Excepcionalmente, concedo nova oportunidade de emenda, para que no prazo de 10 dias, o valor da causa se adeque a todo o proveito econômico almejado, sob pena de extinção.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0009126-21.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cimopar Móveis Ltda
Advogado:Ozeias Amorim (OAB/RO 4194)
Requerido:Ricardo José Antonio
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO :
DECISÃO A parte exequente pede a suspensão do processo (fls. 73), ante a não localização de bens.Releva destacar que este Juízo japrocedeu todas as diligências - que restaram infrutíferas -, por meio dos sistemas Bacenju, Renajud e Infojud.Pois bem. Não é o caso de extinção da execução, uma vez que não se está a julgar a existência do crédito, nem declarada sua extinção ou exclusão. Por outro lado, a mera expectativa remota de mudança do estado patrimonial da parte devedora para possibilitar o sucesso da ação executória/cumprimento de SENTENÇA , com o exaurimento da prestação jurisdicional invocada, não justifica o trâmite do feito pois, sem bens, fica impossibilitada, por ora, a satisfação do crédito em juízo.Assim, determino sejam estes autos arquivados sem baixa, ficando assegurado à parte exequente, na hipótese de efetiva e comprovada localização de bens passíveis de constrição judicial, requerer, sem ônus, o desarquivamento dos autos e seu regular processamento para resguardo de seu interesse.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0000097-44.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antonio Francisco da Silva
Advogado:Rosimeire Caetano Pereira (OABRO 2082)
Requerido:Saram e Gomes Imobiliária Ltda.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO :
À luz das ponderações supra, declaro a desconsideração da personalidade jurídica da empresa SARAN E GOMES IMOBILIÁRIA LTDA - ME, a fim de que seja alcançado o patrimônio de seus sócios Fabio Ramiro Zampa e Paulo Henrique Noetzold.Indefiro a desconsideração no tocante aos outros sócios mencionados na petição de fls. 64, eis que conforme alteração do contrato social juntada aos autos deixaram o quadro societário da aludida empresa, bem como os sócios ingressantes assumiram o ativo e passivo da empresa. Promova-se a citação dos sócios para tomarem conhecimento da Ação, desta DECISÃO , bem como para adimplirem o débito em execução em 15 (quinze) dias.Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos para análise do pedido de fls. 84.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0000554-42.2011.8.22.0007
Ação:Depósito
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Requerido:Dieison Henrique Santos Cardoso
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA :
SENTENÇA A parte autora requer a desistência do pleito. POSTO ISSO, homologo o pedido de desistência e extingo o processo sem julgamento de MÉRITO , na forma do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Libere-se eventual constrição proveniente destes autos.Vista a contadoria para apuração de custas processuais, observando que a parte está isenta apenas do recolhimento de custas finais previsto no inciso III, do art. 6º, da Lei n. 301/90, conforme previsão do §7º do referido artigo. Após, intimem-se para recolhimento. Se inerte, inscreva-se em dívida ativa.Independemente do trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0003624-67.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fábio Pereira Leal
Advogado:Luiz Mário Luigi Junior (OAB/RO 3721)
Requerido:B. V. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
SENTENÇA :
Posto isso, com fundamento nos artigos 186 e 927 do Código Civil, bem como artigos 333, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para tornar definitiva a liminar de exclusão do nome da parte autora dos cadastros de inadimplentes em razão do débito objeto da lide, declarando inexistente o débito objeto dos autos, bem como CONDENAR a parte ré a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, o valor atual de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos e com juros a partir desta data. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao causídico da parte contrária que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com espeque no artigo 20, par. 3º do Código de Processo Civil. Extingo o feito com julgamento do MÉRITO , nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado manifestem-se os interessados, em 05 (cinco) dias sobre eventual necessidade de execução de SENTENÇA .No silêncio, apuradas e recolhidas as custas, arquivem-se os autos, devendo o feito permanecer em arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do Código de Processo Civil. P. R. I. Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001167-91.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor,

JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001169-61.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001170-46.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001179-08.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001090-82.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001091-67.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001098-59.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cacoal Sinsemuc
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Débora May Dumpierre (OAB/RO 4372)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
SENTENÇA :
Trata-se de COBRANÇA CUMULADA COM DECLARAÇÃO INCIDENTAL DE INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA, interposta por SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CACOAL ¿ SINSEMUC, entidade sindical, na qualidade de substituto processual da parte autora em desfavor do MUNICIPIO DE CACOAL.O autor comparece aos autos requerendo a extinção do processo, sem resolução do MÉRITO , com anuência do requerido, em razão de não possuir mais interesse no andamento do feito.Assim, face pedido do autor, JULGO EXTINTO O FEITO, sem julgamento do MÉRITO , nos termos do art. 267, VIII do Código de Processo Civil, em razão do desinteresse no prosseguimento da demanda.Autorizo o desentranhamento dos documentos juntados na inicial, mediante cópia e certidão nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, pois as partes expressamente requereram a desistência do feito.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0003478-55.2013.8.22.0007
Ação:Regulamentação de Visitas
Requerente:E. G. de A.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:A. G. O. de A.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO :
Trata-se de ação de regulamentação de visita c.c oferta de alimentos, movida em face do alimentando e sua genitora, que conforme certidão de fls. 16, mudaram de domicílio para a Comarca de Campos de Júlio/MT, inclusive antes da citação. Considerando o previsto no art. 100, II, do Código de Processo Civil, a presente ação deve ser processada e julgada pelo Juízo da Comarca do domícilio do alimentando.Ante o exposto, declino da competência deste Juízo em favor do Juízo da Comarca de Campos de Júlio/MT, a quem couber por distribuição e ordeno a remessa destes autos.Anotem-se e intimem-se.Ciência ao Ministério Público. Cacoal-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0103872-80.2007.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Jair Alves Batista (OAB/RO 61B)
Executado:Figueiredo e Anjos Ltda
Terceiro interessado: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Maria Lucília Gomes (OAB/RO 2210), Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
FINALIDADE : intimação do terceiro interessado, Banco Bradesco, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerda da petição da Fazenda Estadual juntada às folhas 109/112.

Proc.: 0009533-56.2012.8.22.0007
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal ( )
Embargado:Maria Adriano Fagundes
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
SENTENÇA :
POSTO ISSO, com fulcro nos artigos 743 e 17, inc II e III, todos do CPC, ACOLHO os Embargos ofertados para declarar que a quantia devida pela autarquia previdenciária atinge apenas o montante de R$-3.673,84, conforme cálculo de fls. 05, bem como arbitro multa por LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ no valor de 1% (um por cento) sobre o valor de R$-34.021,76 proposto na inicial de execução em favor da embargada ? podendo ser compensado quando da expedição de RPV em favor da credora dos autos de execução. Extingo os embargos com resolução do MÉRITO nos termos dos artigos 269, I e 740 do Código de Processo Civil. Estes embargos são isentos de custas, nos termos do artigo 8º, inciso IV da Lei Estadual nº. 301/1990. Uma vez sucumbente, condeno a parte embargada ao pagamento dos honorários advocatícios em favor da autarquia ré no valor de R$-100,00 (cem reais), entretanto considerando que à autora, ora embargante, foi concedido o benefício da Assistência Judiciária Gratuita, suspendo a cobrança em razão de sua condição de hipossuficiência financeira.Após o trânsito em julgado, desapensem-se dos autos de execução em apenso, bem assim manifeste-se o interessado, em 5 (cinco) dias, sobre eventual necessidade de cumprimento de SENTENÇA . No silêncio, apuradas e recolhidas as custas, se devidas, arquivem-se os autos, devendo o feito permanecer em arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do Código de Processo Civil. Certifique-se a presente DECISÃO nos apensos. P. R. I. Cacoal-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008219-41.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Kelly da Silva Araujo
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO de citação.

Proc.: 0008244-54.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Leiva Almeida dos Santos
48 horas:
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008241-02.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Jhonantan Ricardo de Aguiar
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008226-33.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Adriano Gomes Janjob
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008223-78.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Geiza Aparecida Ribeiro
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008225-48.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Everton Mendes da Silva
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0003042-33.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cristally Modas
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Executado:Eleonora Pereira de Souza
DESENTRANHAMENTO
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, comparecer em cartório para retirar os títulos desentranhados. Findo o prazo, os autos retornarão ao arquivo geral.

Proc.: 0001975-33.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Ferreira de Oliveira
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 10 dias, manifestar-se quanto aos embargos de declação opostos pela parte requerida, conforme DESPACHO de folha 70.
DESPACHO : "Reitero os termos da DECISÃO de fls. 68, concedendo, desta vez, o prazo de 10 dias ao embargado/requerente.Int.Cacoal-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito "

Proc.: 0008401-27.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Emanoela Costa Barros
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008399-57.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Jéssica Gomes de Almeida
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Proc.: 0008406-49.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Andre Luiz Link de Oliveira
FINALIDADE : intimação da parte autora para, no prazo de 5 dias, fornecer em cartório contra-fé para instrução do MANDADO /carta de citação.

Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0076794-14.2007.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Jair Alves Batista (OAB/RO 61B)
Executado:Antônio da Silva Souza
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)

Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 95 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 imóvel urbano, nº 003, da quadra 132, setor 04, localizado na Rua Pedro Kemper, 2850, Bairro Brizon, Cacoal/RO, contendo uma casa em alvenária, construida em baixo padrão, piso em cerâmica, forro, medindo aproximadamente 70m², construção com mais de 10 anos, deteriorada pela ação do tempo, e falta de conservação, terreno todo murado, rua servida de pavimentação asfáltica, energia elétrica, água e telefone; terreno plano e seco, avaliada em R$ 130.000,00 (Cento e trinta mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:00 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:00 horas
Processo: 0076794-14.2007.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 1.486,07
Parte Autora: Fazenda Pública do Estado de rondônia
Advogado: Procurador do Estado
Parte Passiva: Antonio da Silva Souza
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 01/08/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0007353-09.2008.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Dalva Aparecida de Oliveira Silva (OAB/RO 2190), Geórgia Aristides Ferreira (RO 2112)
Executado:Luiz Rodrigues do Prado
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 17 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Bens penhorados a serem vendidos em hasta pública: 01 furadeira de bancada da marca HBTEX, nº de série0207-08, lote 002-98, como motor elétrico, em perfeito funcionamento, e razoável estado de conservação,, avaliada em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:00 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:00 horas
Processo: 0007353-09.2008.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 1.486,07
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Geórgia Aristides Ferreira OAB 2112
Parte Passiva: Luiz Rodrigues do Prado, , Brasileiro (a), Casado(a), soldador, CPF, 01648253806RG 2187280, , Av. Castelo Branco, 22.242, Não consta, Vista Alegre, 78976970, Cacoal-RO
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0009970-34.2011.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Marcelo Vagner Pena Carvalho (RO 1171), Walter Matheus Bernardino Silva (3716)
Executado:Antônio Camargo Neto
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 17 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 motocicleta Dafra/Speed 150, ano 2008/2009, cor vermelha, placa NDN 8074, chassi 95VCA1E288MO14138, a moto encontra-se com a pintura com alguns arranhões, pneus um bom e outro meia vida, motor com partida elétrica, o painel encontra-se embassado, possui somente um retrovisor, avaliada em R$ 2.900,00, (Dois mil e novecentos reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:00 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:00 horas
Processo: 0009970-34.2011.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 751,66
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Parte Passiva: Antônio Camargo Neto
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0005474-25.2012.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
Executado:Espólio de Paulina Vicente Augusto
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 15 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 imóvel urbano, da quadra 098, lote 030, medindo 12 x 30 mt, contendo duas casas em madeira, com 60m² cada uma, localizado à Rua Odair José Vilas Boas Junior, 1157, bairro Teixeirão, Cacoal/RO, avaliado em R$ 60.000,00, (sessenta mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:00 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:00 horas
Processo: 0005474-25.2012.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 416,21
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Parte Passiva: Espólio de Paulina Vicente Augusto, representado por José Augusto,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0009909-42.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cimopar Móveis Ltda.
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:José Nilton Neres Santos
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 16 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 Ar Condicionado, modelo Split, 12.000 Btus, em perfeito estado de conservação e funcionamento, avaliado em R$ 550,00 (quinhentos reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:20 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:20 horas
Processo: 0009909-42.2012.822.0007
Classe : Cumprimento de SENTENÇA
Procedimento : Procedimento de Cumprimento de SENTENÇA
Valor da Causa : R$ 510,00
Autor : Cimopar Móveis Ltda.
Advogado : Aline Schlachta Barbosa OAB 4145
Réu : José Nilton Neres Santos,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0000064-49.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda (juli Ane Boutique)
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Franciele Gonçalves da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 16 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 computador marca Sansung, cor preta, monitor 07 polegadas, acompanhado de mouse, teclado etc. Em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento, avaliado em R$ 500,00 (quinhentos reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:20 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:20 horas
Processo : 0000064-49.2013.822.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Valor da Causa: R$ 341,35
Parte Autora: Maryvil Comercio de Confecções Ltda (Juli Ane Boutique)
Advogado: Rosimeiry Maria de Lima OAB 2504
Parte Passiva: Franciele Gonçalves da Silva, , Brasileiro (a), Solteiro(a), do lar, CPF, 00636605205
OBS.:

a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0004646-29.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Wabe Max Café Indústria e Comércio Café e Cereais Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:Iponino Zuqueto
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 25 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Um carrinho tração animal de cor vermelha, em bom estado de conservação; com um pneu meia vida e outro careca, avaliado em R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:30 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:30 horas
Processo: 0004646-29.2012.822.0007
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Valor da Causa : R$ 1.715,30
Exequente: Wabe Max Café Indústria e Comércio Café e Cereais Ltda
Advogado: Aline Schlachta Barbosa OAB/RO 4145
Executado: Iponino Zuqueto
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 29/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0007027-10.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:C. H. da S. S.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Executado:V. O. S.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 23 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Uma motocicleta Marca Honda, CG 150 Fan, ESI, placa NCV, 1467, cor verde, ano modelo 2011/2011, com pneus meia vida, pintura arranhada, espelho retrovisor direito quebrado, kit relação em regular estado, avaliada em R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:50 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:50 horas
Processo : 0007027-10.2012.822.0007
Classe: Execução de Alimentos
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Valor da Causa: R$ 1.355,04
Parte Autora: Crislan Henrique da Silva Souza
Advogado: Defensoria Pública
Parte Executada: Vagner Oliveira Souza,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 30/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0004371-80.2012.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - Saae
Advogado:Susileine Kusano (OAB/RO 4478)
Executado:Magda Cristina Soares da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 17 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 veículo Fiat/Pick-UP, placa HQJ, ano 1986/1986, cor verde, chassi 98D147A0001064232, RENAVAM 417390513, em nome de Ronaldo C de Oliveira, com recibo de transferência preenchido em nome de Adelson de Jesus Santos, CPF 103.164.182-34, esposo da Executada. O veículo encontra-se com pintura e lataria em regular estado de consevação, pneus em péssimo estado , parte mecânica e elétrica em bom estado de funcionamento, avaliado em R$ 2.500,00, (dois mil e quinhentos reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:50 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:50 horas
Processo : 0004371-80.2012.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Valor da Causa : R$ 495,44

Parte Autora: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - SAAE
Advogado: Procurador do SAAE
Parte Passiva: Magda Cristina Soares da Silva
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0080719-81.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco da Amazônia S. A. Ag. de Belém Pa
Advogado:Angela Maria Dias Rondon Gil (OAB/RO 155-B), Michel Fernandes Barros (RO 1790)
Requerido:Cafeeira Diniz Indústria e Comércio Ltda Me, Marcelo do Nascimento Diniz, Denizia do Nascimento Diniz
Advogado:Jose Henrique Sobrinho (RO 50-B), Advogado Não Informado (000), José Henrique Sobrinho (RO 50-B)
Edital - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) das datas agendadas para venda Judicial sendo a 1ª venda: 29/08/2013 às 08:50 horas e 2ª venda: 12/09/2013 às 08:50 horas, e ainda a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0005691-05.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Executado:Espólio de Sebastião Pires Ribeiro
Advogado:Francisco César Trindade Rêgo (OAB/RO 75A)
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) das datas agendadas para venda Judicial sendo a 1ª venda: 29/08/2013 às 08:00 horas e 2ª venda: 12/09/2013 às 08:00 horas, e ainda a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0080622-47.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Hemerson Gomes Couto
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119), Juliana Carvalho da Silva (OAB/RO 5511)
Requerido:Ozéas Scherrer Brizon
Advogado:Seneval Viana da Cunha (PR 28781)
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimado(a) das datas agendadas para venda Judicial sendo a 1ª venda: 29/08/2013 às 08:50 horas e 2ª venda: 12/09/2013 às 08:50 horas, e ainda a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0000515-74.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda (juli Ane Boutique)
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Vagner dos Santos Nascimento
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 16 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Um aparelho de som, marca CCE, cor vermelha/prata, 02 caixas de som , 3x1, em regular estado de uso, conservação, avaliado em R$ 500,00 (quinhentos reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 09:10 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 09:10 horas
Processo : 0000515-74.2013.822.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Valor da Causa: R$ 429,29
Parte Autora: Maryvil Comercio de Confecções Ltda (juli Ane Boutique)
Advogado: Rosimeiry Maria de Lima OAB 2504
Parte Passiva: Vagner dos Santos Nascimento
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 30/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0006334-60.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:E. B.
Advogado:Eduardo Weymar ( )
Executado:V. B.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 29 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Uma motocicleta Marca Honda, CG 125 Fan, placa NDX-6679, Chassi 9C2JC30708R228540, cor preta, ano modelo 2008, com tanque, pintura e carenagem em bom estado, banco com pequeno rasgo, pneus e relação, em meia vida, avaliada em R$ 4.000,00 (quatro mil reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 09:00 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 09:50 horas
Processo : 0006334-60.2011.822.0007
Classe: Execução de Alimentos
Procedimento: Processo de Execução (Cível)

Valor da Causa: R$ 3.186,12
Parte Autora: Pablo Bugue
Advogado: Defensoria Pública
Parte Passiva: Valdriano Bugue,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 30/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0003974-21.2012.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
Executado:Osmar Rodrigues Pinto
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 17 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 veículo, GM/Corça Hatch, ano 2002/2003, cor azul, placa NBY-4820, Cacoal/RO, chassi 9NBGXF68X03C12923, pneus meia vida, pintura e estofamento, parte elétrica e motor em perfeito estado, quitado sem multas e restrições, avaliado em R$ 16.000,00, (dezesseis mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:40 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:40 horas
Processo : 0003974-21.2012.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa : R$ 1.118,59
Autor: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Procurador do Município
Réu: Osmar Rodrigues Pinto
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0001879-81.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. G. Confecções Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Márcio Vinícius de Souza
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 21 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Três bezerros desmamados da raça Nelore, com idade aproximada de 08 meses, com a marca “R”, localizados na Linha 98, km 40, divisa de Cacoal/Ji-Paraná/Ministro Andreazza, avaliado em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:40 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:40 horas
Processo : 0001879-81.2013.822.0007
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Valor da Causa: R$ 905,01
Exequente: J. G. Confecções Ltda
Advogado: Aline Schlachta Barbosa OAB 4145
Executado: Márcio Vinícius de Souza, CPF, 00116329254
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 30/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0010166-04.2011.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616), Marcelo Vagner Pena Carvalho (RO 1171), Walter Matheus Bernardino Silva (3716), Késia Mábia Campana (OAB/RO 2269)
Executado:Espólio de Jacob Moreira Lima
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 17 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 terreno urbano nº 129, quadra 61, Setror 09, medindo 540 metros quadrados, sem edificações, não cercado, localizado à Rua Marginal, esquina com a Rua Oliveira de Melo, Jardim Saúde, avaliado em R$ 15.000,00, (quinze mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:40 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:40 horas
Processo : 0010166-04.2011.822.0007

Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa : R$ 242,20
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Procurador do Município
Parte Passiva: Espólio de Jacob Moreira Lima
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0009902-84.2011.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Silvério dos Santos Oliveira (OAB/RO 616), Marcelo Vagner Pena Carvalho (RO 1171), Walter Matheus Bernardino Silva (3716), Késia Mábia Campana (OAB/RO 2269)
Executado:Admilson Scherrer Brizon
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 15 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 imóvel urbano nº 2248, quadra 65, Setor 03, lote 0007, medindo 12 x 42,5 mt, contendo uma casa em madeira, com aproximadamente 294 m², localizado à Rua Delmiro João da Silva, 2248, Cacoal/RO, avaliado em R$ 75.000,00, (setenta e cinco mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:20 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:20 horas
Processo : 0009902-84.2011.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Autor: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Procurador do Município
Réu: Admilson Scherrer Brizon
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0030254-78.2002.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Marcelo Vagner Pena Carvalho (RO 1171), André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Executado:Meire Cristina de Mello Carvalho
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 64 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: 01 imóvel urbano nº 264, (atual 17), quadra 83, Setor 06, medindo 12 x 30m, contendo uma casa em alvenaria, medindo 200m², em precário estado de conservação, servido de rede de energia, água e telefone, terreno plano e firme, localizado à Rua Padre Manoel da Nóbrega, 524, Bairro Nova Esperança, Cacoal/RO, avaliado em R$ 120.000,00, (Cento e vinte mil reais)
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:20 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:20 horas
Processo : 0030254-78.2002.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Valor da Causa: R$ 267,77
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado: Marcelo Vagner Pena Carvalho OAB 1171
Parte Passiva: Meire Cristina de Mello Carvalho,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c)Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
d) Constam debitos junto a Prefeitura sobre o imóvel
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 31/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0000374-55.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Denise Carminato Pereira
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Marcia Rodrigues Pereira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Edital - Publicar:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, DR. ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS, torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito, penhorado às fls. 15 dos Autos de Execução abaixo caracterizado.
Descrição do bem: Um par de brincos em ouro 18 k, formato oval,em perfeito estado de conservação, avaliado em R$ 300,00 (trezentos reais).
Data da 1ª venda: 29/08/2013 às 08:20 horas
Data da 2ª venda: 12/09/2013 às 08:20 horas

Processo : 0000374-55.2013.822.0007
Classe : Execução de Título Extrajudicial
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Exequente : Denise Carminato Pereira,
Advogado: Aline Schlachta Barbosa OAB 4145
Valor da Ação : R$ 308,47
Executado : Marcia Rodrigues Pereira,
OBS.:
a) Não sendo possível a intimação pessoal do executado, fica o mesmo intimado por este meio.
b) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
c) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Eu, _____, Neide Salgado de Melo, diretora de cartório a fiz digitar, conferi e subscrevi.
Cacoal/RO, 30/07/2013
Elson Pereira de Oliveira Bastos
Juiz de Direito

Proc.: 0086767-22.2009.8.22.0007
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Juvenilço Iriberto Decarli Junior
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli (RO 248-A)
Embargado:Distribuidora de Bebida Cone Sul
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas quanto ao retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tendo sido proferida a seguinte DECISÃO : "Diante do exposto, nego seguimento ao recurso, por ser manifestamente inadmissível, com base no art. 557, caput, do CPC

Proc.: 0000260-53.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elisandro Felix de Lima
Advogado:José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Requerido:Lojas Marisa Varejistas Ltda
Advogado:Paulo Sergio Ferraz de Camargo (SP 180623)
INTIMAÇÃO:
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas quanto ao retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tendo sido proferida a seguinte DECISÃO : "...RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO RELATOR, À UNANIMIDADE."

Proc.: 0010000-06.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. M. da S.
Advogado:Juliano Ross (OAB/MT 5498), Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Requerido:G. H. B. da S. V. E. B. da S.
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920), Eliany Sampaio Maldonado da Fonseca (4018), Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (RO 920)
Ficam as partes, por intermédio de seus advogados, no prazo de 05 dias, intimadas quanto ao retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, tendo sido proferida a seguinte DECISÃO : " POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

Proc.: 0008843-27.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josimar Rodrigues
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128)
Requerido:Marcos Coêlho de Azevedo
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Fica a parte REQUERIDA, por intermédio de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0006669-45.2012.8.22.0007
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:Manoel Junca de Souza
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB/RO 2518), Deborah May Dumpierre (RO 4372)
Embargado:Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - Saae
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Ofício - Partes:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Oficio fl(s).281/13, resposta ao ofício 110/2013.

Proc.: 0002830-75.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Higor Gimenez de Sa
Advogado:Dirceu Henker (RO 4592)
Requerido:Dell Computadores do Brasil Ltda
Advogado:Fabio Henrique Furtado Coelho (RO 5.105), Gustavo Viseu (OAB/SP 117417), Marco Antonio Araújo dos Santos (OAB-RO 846)
Ficam as partes, por intermédio de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a especificar provas.

Proc.: 0007712-51.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paulo Luiz de Laia Filho
Advogado:Paulo Luiz de Laia Filho (RO 3857)
Requerido:Valtemir Francisco Sesquim
Intimação:
Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 dias, promover o andamento do processo, face ao decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0003293-85.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pica Pau Motos Ltda
Advogado:Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823)
Requerido:Construtora Construdias Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Intimação:
Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 dias, promover o andamento do processo, face ao decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0073510-27.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Vip Ltda.
Advogado:Flávio Zahn Kloos (OAB/RO 4537), Barneth Bezerra Pereira da Costa (RO 5050)
Requerido:Sergio Jose Igidio Ostasevic
Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 dias, promover o andamento do processo, face ao decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0008169-83.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Confecções Mengatti Ltda Me
Advogado:Jonathas Siviero (RO 4861)
Executado:Fábio Soares Bertolusso
Advogado:Adelino Cataneo (OAB/RO 150B)
Fica a parte autora, por intermédio de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 dias, promover o andamento do processo, face ao decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0082058-80.2005.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Executado:J. Feitosa Galdino
Advogado:Advogado não informado (não informado)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a tentativa negativa de penhora pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme tópico do DESPACHO a seguir transcrito: “Defiro o pedido de fls. 44/45 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a suspensão do curso da execução pelo prazo de 01(um) ano. Decorrido o prazo de suspensão, arquivem-se os autos sem baixa, nos termos do art. 40, §4º da Lei 6.830/80.
Encontrados que sejam, a qualquer tempo, bens, serão desarquivados os autos para prosseguimento da execução. Intime-se o exequente.”

Proc.: 0068304-32.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Bianchini Comércio de Combustíveis Ltda
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Executado:Kelly Louise Pagamunci
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a tentativa negativa de penhora pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme tópico do DESPACHO a seguir transcrito: “Esclareço que não há incidência de multa no presente caso, pois cabível somente no procedimento de cumprimento de SENTENÇA .
Defiro o pedido de fls. 82 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e INFOJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano.
Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.”

Proc.: 0001877-14.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. G. Confeccoes Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Alexandre Rodrigues de Freitas
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a tentativa negativa de penhora pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme tópico do DESPACHO a seguir transcrito: “Defiro o pedido de fls. 38/39 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e INFOJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano.
Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento. Int.

Proc.: 0000203-40.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comercial PSV Ltda
Advogado:Claudio Arsenio dos Santos (4917)
Executado:Antonio Paim de Carvalho, Maria Salete Elizio de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a tentativa negativa de penhora pelos sistemas BACENJUD e RENAJUD, conforme tópico do DESPACHO a seguir transcrito: “Defiro o pedido de fls. 74 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e INFOJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano. Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento. Int.”

Proc.: 0085882-08.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Teotônio Rodrigues Soares
Advogado:Rosimeire Caetano Pereira (RO 2082)
Executado:e Posso Distribuidora Me
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Intimação:
O comerciante individual que atua por meio de microempresa é pessoa física que desempenha atividade comercial, conforme evidencia o comprovante de firma mercantil individual (fl. 10), a empresa não constitui uma sociedade comercial propriamente dita. Há confusão entre os direitos de um e de outro. Assim, a sua responsabilidade se confunde com a da microempresa, sendo que os patrimônios se imiscuem em uma mesma pessoa, de modo que seu patrimônio se confunde com o da pessoa física.

Determino consultas aos Sistemas BACENJUD e RENAJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora, inclusive, manifeste-se nesta ocasião sobre interesse na pesquisa ao INFOJUD.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, decidir-se-á pelo arquivamento com baixa, ressalvado os interesses do exequente em desarquivar sem ônus e obtenção de certidão para fins de protesto (Art. 1º da Lei 9.492/97).Int.

Proc.: 0002086-51.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antonia da Silva Dias
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119), Valdirene Rodrigues da Silva (OAB/RO 4124)
Requerido:Nacional Veículos, Banco Itaucard S. A.
Advogado:Advogado Não Informado (000), Luciano Mello de Souza (OAB-RO 3.519)
Defiro o pedido de fls. 94/95 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e RENAJUD. Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise. Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para manifestar interesse na adjudicação dos bens penhorados às fls. 83 ou, se o caso, a sua alienação judicial, agendando-se, neste último caso, as datas para hasta pública, com expedição do necessário. Int.

Proc.: 0003509-12.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Barreiros Business Ltda.
Advogado:José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405), Larissa Hellen da Silva (RO 4797), Célio Menezes Rodrigues (RO 4210)
Requerido:Sabrina Firmino
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Intimação:
Defiro o pedido de fls. 40/41 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e RENAJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora, inclusive, manifeste-se nesta ocasião sobre interesse na pesquisa ao INFOJUD.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano.Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento. Int.

Proc.: 0008189-40.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Auto Posto Vip Ltda.
Advogado:Charles Baccan Júnior (OAB/RO 2823), Fabiano Moraes Pimpinati (MT 6623-B), Helida Genari Baccan (RO 2838)
Executado:Amazônia Distribuidora de Medicamentos Ltda Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Defiro o pedido de fls. 45 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e RENAJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora, inclusive, manifeste-se nesta ocasião sobre interesse na pesquisa ao INFOJUD.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano. Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento. Int.

Proc.: 0058063-33.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Elidio Nilseo Stecca
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Nestor Paulo Paschoal
Advogado:Jorge Ronaldo dos Santos (OAB/RO 1211)
Defiro o pedido de fls. 107 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano. Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento.
Int.

Proc.: 0009308-70.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agropecuária do Colono Ltda
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Carlito José de Oliveira Nunes
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Defiro o pedido de fls. 45/46 e por conseguinte determino consultas aos Sistemas BACENJUD e RENAJUD.
Sendo os resultados parciais ou positivos, retornem para nova análise.
Em sendo os resultados negativos, positivos com valores ínfimos ou com resultado semelhante aos anteriores, determino, desde já, a intimação da parte exequente para que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, bens passíveis de penhora, inclusive, manifeste-se nesta ocasião sobre interesse na pesquisa ao INFOJUD.Em não havendo manifestação ou indicação de bens, ou havendo pleito de reiteração de diligências já realizadas, suspendo o feito por um ano. Decorrido o prazo supra, intime-se a dar andamento. Int.

Proc.: 0000435-81.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Gabriel Valério Costa
Advogado:José Henrique Sobrinho (OAB/RO 50-B)
Requerido:Cicera Farias de Souza Me
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Intimação:
1-Defiro o desarquivamento. 2- manifeste-se a parte em termos de prosseguimento no prazo de 10 dias. 3-Oportunidade, retorne ao arquivo. Int.via DJE.

Proc.: 0064230-03.2007.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Begnini & Costa Ltda.
Advogado:José Henrique Sobrinho (OAB/RO 50-B)
Requerido:Josisvan Coelho de Almeida
Advogado:Advogado não informado (RO 2222222)
Intimação:
1-Defiro o desarquivamento. 2- manifeste-se a parte em termos de prosseguimento no prazo de 10 dias. 3-Oportunidade, retorne ao arquivo. Int.via DJE.

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: MARIO JOSÉ MILANI E SILVA
ESCRIVÃ: IVALDETE C. G. BRANDANI
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl4civel@tj.ro.gov.br
TELEFONE/FAX: 069-3443-1668
ENDEREÇO: AV. PORTO VELHO, Nº. 2728, CENTRO.

Proc.: 0006015-24.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Belissima Modas Ltda
Advogado:Vanusa Alvarenga Estenier (OAB/RO 5661)
Executado:Simone Pereira de Araujo
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de sua Advogada, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003175-41.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Heverton José Romfim
Advogado:Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais. Diante da impossibilidade de realização de pericia pelo IML, defiro a realização de pericia, conforme solicitado pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico perito do juízo, Dr M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO , eis que a parte que requereu a produção da prova é que deve arcar com os honorários periciais.Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0003739-20.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Ailton Caetano dos Santos
Advogado:Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais. Assim, para verificar e quantificar as lesões permanentes e, também, eventual procedência do pedido anotado na inicial, é indispensável a realização de perícia médica, razão pela qual defiro a prova pericial solicitada pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO .Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0003857-93.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leomar Borchardt
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora LÍder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão

das perdas anatômicas e funcionais. Diante da impossibilidade de realização de pericia pelo IML, defiro a realização de pericia, conforme solicitado pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico perito do juízo, Dr M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO , eis que a parte que requereu a produção da prova é que deve arcar com os honorários periciais.Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000366-78.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:LEONARDO ALVES DOS SANTOS
Advogado:Flavia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Requerido:Seguradora LÍder dos Consórcios de Seguro Dpvat S. A. Ag. do Rio de Janeiro
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais. Diante da impossibilidade de realização de pericia pelo IML, defiro a realização de pericia, conforme solicitado pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico perito do juízo, Dr M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO , eis que a parte que requereu a produção da prova é que deve arcar com os honorários periciais.Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0003778-17.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldina Rosa Pereira
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais. Diante da impossibilidade de realização de pericia pelo IML, defiro a realização de pericia, conforme solicitado pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico perito do juízo, Dr M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO , eis que a parte que requereu a produção da prova é que deve arcar com os honorários periciais.Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0002852-36.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Onofre Carvalho Pereira
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO :
DESPACHO Trata-se de pedido de complementação de indenização do seguro DPVAT. O acidente de trânsito ocorreu já sob a égide da Medida Provisória 451, de 16 de dezembro de 2008, posteriormente transformada na Lei 11.945/2009, que determina o pagamento de indenização conforme a extensão das perdas anatômicas e funcionais. Diante da impossibilidade de realização de pericia pelo IML, defiro a realização de pericia, conforme solicitado pelo requerido na contestação e, em consequência, designo o médico perito do juízo, Dr M. EDUARDO FERNANDES, que poderá ser localizado na Av. São Paulo, 2080, nesta cidade de Cacoal, para a realização do laudo pericial, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia. O perito deverá responder, dentro outros questionamentos a cargo da parte, qual o percentual da perda funcional do requerente, conforme tabela anexa à Lei 11.945/2009.Arbitro honorários periciais no valor de R$

400,00 (quatrocentos reais), devendo a parte requerida efetuar o deposito dos honorários, no prazo de 15 dias (art. 33, CPC), a contar da publicação deste DESPACHO , eis que a parte que requereu a produção da prova é que deve arcar com os honorários periciais.Efetuado o depósito dos honorários, intime-se o perito, encaminhando os quesitos eventualmente formulados pelas partes.Concedo o prazo de 10 dias, a contar da publicação deste DESPACHO , para que as partes apresentem quesitos e indiquem assistentes técnicos. Elaborado o laudo e entregue em cartório pelo perito, autorizo a imediata expedição do alvará para levantamento dos honorários. Intimem-se e cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0002710-32.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Ambrosio Gonçalves
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Walmir Lopes de Brito
Advogado:João Francisco Pinheiro Oliveira (OAB/RO 1512)
DESPACHO :
DESPACHO Partes legítimas e bem representadas. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 22.10.2013, às 09:30 horas, quando serão colhidas as provas dos fatos alegados pelas partesIntimem-se as partes e advogados para indicarem as provas que pretendem produzir, apresentando rol de testemunhas no prazo legal, vez que, na solenidade, não havendo acordo, será realizada a instrução, com depoimento pessoal das partes e testemunhas e, em seguida, o julgamento da causa.Intimem-se as partes (via AR e/ou MANDADO) e advogados (via DJ) para comparecerem na audiência acima designada.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007578-24.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:V & G Comércio de Confecções Ltda
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092), Flávio Zahn Kloos (OAB/RO 4537), Jenifher Cristielly dos Santos Alves (RO 644 E)
Requerido:Mohame Figueiredo Yunes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido de fls 27 para suspender o andamento do processo por 90 dias. Decorrido o prazo, manifeste-se o autor.Publique-se este DESPACHO , sendo desnecessária nova intimação após transcurso do prazo acima. Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0003379-90.2010.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Teixeira & Lopes Ltda
Advogado:Luiz Mário Luigi Junior (OAB/RO 3721), Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
Executado:Luiz Carlos Romite
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
DESPACHO Intime-se o exequente para trazer aos autos a planilha mencionada na petição de fls 56, com a atualização do débito, abatendo-se os valores já recebidos. Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0011279-56.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Vieira Silva
Advogado:João Francisco Pinheiro Oliveira (OAB/RO 1512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO :
DESPACHO Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/10/2013 às 10:30 horas, quando serão colhidas as provas dos fatos alegados pelas partes, com depoimento pessoal da parte autora e inquirição de testemunhas e, em seguida, será analisada a necessidade de realização de nova perícia, ou, caso contrário será proferida SENTENÇA .Intimem-se as testemunhas arroladas às fls 013, a parte autora, o advogado e o INSS.Cacoal-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007397-57.2010.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rodolfo Scher da Silva
Advogado:Rodolfo Scher da Silva (OAB/RO 2048)
Executado:José André Gomes Filho
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Manifeste-se o credor sobre a atualização do débito de fls 46/47. Ciente de que se nada requerido, o processo será extinto, pelo pagamento

Proc.: 0005043-59.2010.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juaci Selvino dos Santos
Advogado:Helena Maria Fermino (RO 3442)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Contrarrazões:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a apresentar Contrarrazões ao recurso de apelação apresentado pelo INSS.

Proc.: 0004687-59.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Garotinho Comercio de Combustíveis Ltda
Advogado:Eric Júlio dos SantosTiné (OAB/RO 2507)
Executado:Luiz Carlos Romite
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 17: “Certifico que, em cumprimento ao presente MANDADO , entre os dias 05 e 22 de julho de 2013, compareci nos endereços indicados, e sendo aí, DEIXEI DE CITAR LUIZ CARLOS ROMITE, haja vista não localizá-lo. No endereço da Rua Barão de Mauá, 589, reside há aproximadamente 01 ano, a Sra. Karina Melo, que desconhece a pessoa executado. O vizinho, proprietário de um bar ao lado, informou-me que no imóvel já residiu pessoa de nome Luiz Carlos, entretanto, não soube informar seu atual endereço. Na Avenida Belo Horizonte n. 3333, reside a Sra. Joelma, que, igualmente, desconhece a pessoa do requerido, e que o proprietário se chama Caetano, e reside na cidade de Alvorada. Certifico ainda, que após as diligências necessárias, e pesquisa no Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, DEIXEI DE PROCEDER AO ARRESTO, em razão de não encontrar bens de propriedade do Sr. Luiz Carlos Romite”.

Proc.: 0004876-37.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Belissima Modas Ltda
Advogado:Vanusa Alvarenga Estenier (OAB/RO 5661)
Executado:Kamila Patrícia Rodfrigues Miranda
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 19: "Certifico e dou fé, que em cumprimento ao r. MANDADO dirigi-me a Rua JK, bairro Novo Horizonte no dia 25/07/2013 e estando lá DEIXEI DE CITAR a executada KAMILA PATRICIA RODRIGUES MIRANDA, por motivo de não ter localizado o numero indicado, pois a numeração localizada é até o numero 1266/1255. Diligenciei junto a alguns moradores mas não encontrei nenhum que conhecesse a executada, sendo pessoa desconhecida. Deixei de arrestar bens por motivo de não ter localizado bens. Certifico ainda que diligenciei junto ao Setor de cadastro de Agua do Municipio situada na Av Guapore perto da caixa d' agua, e fui informada que "Rua JK" no bairro Liberdade é desconhecida, sendo que Rua JK somente no bairro Novo Horizonte ora diligenciado".

Proc.: 0006912-52.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Arc Artefatos de Couro Ltda Epp
Advogado:Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)
Executado:Marcela Maturana de Souza
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 17: " Certifico que, em cumprimento ao respeitável MANDADO , após as diligências necessárias DEIXEI DE PROCEDER A CITAÇÃO da Executada MARCELA MATURANA DE SOUZA, por motivo de não tê-la encontrado, Conceição, residente no endereço declinado, e Eliclins, residente no n. 714 da Rua Lupércio Prado Dorepe, não souberam prestar informações sobre Marcela.Certifico que DEIXEI DE PROCEDER AO ARRESTO de bens de propriedade da Executada por motivo de não tê-los encontrado".

Proc.: 0006651-87.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:For Babies Comércio de Confecção Infantil Ltda Me
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Executado:Eliana Aparecida Sacramento Gomes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 17: "Certifico que, em cumprimento ao respeitável MANDADO , após as diligências necessárias DEIXEI DE PROCEDER A CITAÇÃO da Executada ELIANA APARECIDA SACRAMENTO GOMES, por motivo de não tê-la encontrado, no endereço declinado o apartamento 04 encontra-se desocupado, Eije, Valdireis e Junior, residentes no apartamentos 02, 03 e 08, não souberam prestar informações sobre a executada.Certifico que, DEIXEI DE PROCEDER AO ARRESTO de bens por motivo de não tê-los encontrado".

Proc.: 0000386-69.2013.8.22.0007
Ação:Produção Antecipada de Provas
Requerente:Santinha Zordenone
Advogado:Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Requerido:Trs Centro de Dialise de Cacoal Ltda
Advogado:Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981), José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005224-55.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roseli Nunes de Oliveira Lopes
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Petição/ Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls: 29/35.

Proc.: 0005360-23.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Domingos Ferreira Rocha
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Petição/Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls: 102/106.

Proc.: 0005303-34.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Miguel
Advogado:Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2209)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0005028-85.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene dos Santos
Advogado:Herisson Moreschi Richter (OAB/RO 3045)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007923-19.2013.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Distribuidora de Medicamentos Fernandes
Advogado:Selma Xavier de Paula (OAB/RO 3275), Agnes Fernandes Rodrigues de Souza (OAB/RO 4447)
Requerido:Galvão e Kaiser Ltda
AR Negativo: Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO de fl. 74-verso.

Proc.: 0000950-48.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:W. de O. P. dos S.
Advogado:Marcus Aurelio Carvalho de Sousa (RO 2940)
Executado:W. P. dos S.
Carta precatória - Devolvida: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida com cumprimento negativo.

Proc.: 0005646-98.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:K. de A. N.
Advogado:Sabino José Cardoso (OAB/RO 1905)
Executado:V. R. do N.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar no feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face o teor do r. DESPACHO de fls. 53.

Proc.: 0003496-13.2012.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Cimopar Móveis Ltda.
Advogado:Ozeias Amorim (OAB/RO 4194)
Requerido:Leandro de Paula Malheiros
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso.

Proc.: 0004412-47.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Rodrigues de Matos
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Recurso de Apelação Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0001328-09.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Herisson Moreschi Richter (RO 3045)
Requerido:Lourenço Antônio Pilotto
Advogado:Milton Ricardo Ferreto (OAB/RO 571-A), Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso.

Proc.: 0007888-30.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geneci Mendonça de Oliveira
Advogado:Darci José Rockenbach (OAB/RO 3054)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Intimação: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar acerca do documento juntado às fls. 171/172.

Proc.: 0000706-22.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Jeferson Jacó Fuck
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128)
Requerido:Sr Financeira
Advogado:Tony Pablo de Castro Chaves (RO 2147)
Alegações finais Parte Autora: Fica a REQUERENTE, por via de seu Advogado, intimada a apresentar alegações finais no prazo de 10 (dez) dias, conforme determinação de fl. 173 em audiência realizada no dia 09/07/2013.

Proc.: 0008076-57.2010.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Executado:Batista & Moura Ltda Epp, Matusalem Ferrão da Silva, Paulo Roberto da Silva, Miquéias Ferrão da Silva
Edital - Publicar:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: (30) dias
INTIMAÇÃO DE: MIQUÉIAS FERRÃO DA SILVA, CPF 29594863234, RG 2.116.858, nascido no Município de Guapó-GO, filho de Getúlio Ferrão da Silva e Eunice Antunes da Silva; PAULO ROBERTO DA SILVA, CPF 254.401.101-78; atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE : Intimação dos Executados, acima qualificados da penhora que recaiu sobre os seguintes bens: “DOIS ARQUIVOS DE AÇO PARA PASTA SUSPENSA, MARCA PANDIM, QUATRO GAVETAS, NO VALOR DE R$ 440,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA REAIS) CADA, TOTALIZANDO R$ 880,00 (OITOCENTOS E OITENTA REAIS); UM IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP LASER M1212 NF, CE841A696, NO VALOR DE R$ 800,00 (OITOCENTOS REAIS)”; para querendo, opor embargos, no prazo de (15) dias.
Processo: 0008076-57.2010.822.0007
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Parte Autora: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Valor da Ação: R$ 1.755,71, aos 22/06/2012.
Certidão de Dívida Ativa: Certidão de Divida Ativa n. 20090200009709.
Cacoal-RO, 19 de julho de 2013. (a) Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0006601-32.2011.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)
Requerido:Celso e Avila de Souza Ltda.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Carta precatória - retirar: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001865-05.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Edilson da Silva, Maria Gabriela de Assis Souza
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981), José Edilson da Silva (OAB/RO 1554)

Requerido:Hollanda Rios de Almeida
Advogado:Helena Maria Fermino (RO 3442)
Guia de depósito:
Fica o credor intimado para no prazo de 05 dias se manifestar sobre as guias de depósito juntadas aos autos.

Ivaldete C. G. Brandani
Escrivã Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Juizado Especial Criminal
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879, CEP 76993-000, Fone/Fax: 3341-3021/3022.
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br
Juiz: gabcolcri@tjro.jus.br
Escrivã: klo1criminal@tjro.jus.br
Colorado do Oeste- Rondônia

Proc: 1000486-26.2012.8.22.0012
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegado de Polícia Civil de Colorado do Oeste(Autor)
Otacilio Ramos Filho(Autor do fato), Elisabete Maria Cadore Simionatto(Autor do fato), Sérgio Santos Diniz(Parte retirada do polo passivo da ação)
Advogado(s): Sandro Ricardo Salonski Martins(OAB 1084 RO) Alfredo Pereira da Costa(OAB 2887 RO), Fernando Cesar Volpini(OAB 610-A RO)
Delegado de Polícia Civil de Colorado do Oeste(Autor)
Otacilio Ramos Filho(Autor do fato), Elisabete Maria Cadore Simionatto(Autor do fato), Sérgio Santos Diniz(Autor do fato)
Advogado(s): Sandro Ricardo Salonski Martins(OAB 1084 RO) Alfredo Pereira da Costa(OAB 2887 RO), Fernando Cesar Volpini(OAB 610-A RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis
Vistos etc.
RELATÓRIO dispensado, nos termos do art. 81, §3º, da Lei 9.099/95.
O Ministério Público manifestou-se pela extinção da punibilidade da infratora Elisabete Maria
Cadore Simionatto.
Compulsando os autos, vislumbro que a mesmo cumpriu integralmente a pena imposta,
conforme comprovação no movimento 41.
Em face do exposto, é direito que acolhe o infrator ver extinta sua punibilidade, razão pela
qual JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE DE ELISABETE MARIA CADORE SIMIONATTO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se
Procedam-se as anotações de estilo e arquivem-se.
Sirva a presente de MANDADO /ofício ou expeça-se o necessário.
No tocante ao autor do fato Sérgio Santos Diniz, verifico que o crime, em tese, praticado pelo
mesmo ultrapassa a competência do Juizado Especial, sendo assim, determino o desentranhamento
dos autos e encaminhamento ao Juízo Comum para processamento.
Quanto ao agente Otacilio Ramos Filho, designo audiência de instrução e julgamento para
o dia 11/09/2013, às 8:30 horas.
Proceda a notificação e intimação do infrator, nos termos dos artigos 66, 68, da Lei nº
9.099/95, bem como informe-o de que deverá trazer as testemunhas ou apresentar requerimento para
intimação das mesmas, no mínimo 5 dias antes da realização da audiência.
Cientifique o Ministério Público.
Intimem-se.
Vias desta DECISÃO servirão como MANDADO de citação e intimação do(s) acusado(s),
devendo ser cumprindo(s) no(s) endereço(s) declinado(s) na denúncia.
CONTATO VARA CRIMINAL DE COLORADO DO OESTE: Rua Humaitá, 3879, Colorado do
Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-3021 e 3341-3022, e-mail kl01criminal@tjro.jus.br, escrivã
Vera Lúcia Brasil da Cruz Santana.
CONTATO DEFENSORIA PÚBLICA DE COLORADO DO OESTE: Av. Paulo de Assis Ribeiro,
4078, Colorado do Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-1390.

Colorado do Oeste, 30 de Julho de 2013.
Márcia Regina Gomes Serafim

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá, 3879 CEP: 76.993-000 Fone:Fax (69) 3341-3021 e 3341-3022.
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
Endereço eletrônico: www.tjro.jus.br
Juiz: gabcolcri@tjro.jus.br
Escrivania: klo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0002248-94.2012.8.22.0012
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 111111111)
Denunciado:José Nilton Ferreira de Medeiros
Advogado:Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030A)
SENTENÇA :
SENTENÇA I – RELATÓRIO JOSÉ NILTON FERREIRA DE MEDEIROS, vulgo “MINEIRINHO”, devidamente qualificado nos autos, foi denunciado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA como incurso no artigo 129, §9º e artigo 147, na forma do artigo 69, todos do Código Penal, c/c Lei n. 11.340/2006.Sustenta a denúncia que:1º fato:No dia 16 de setembro de 2012, por volta das 15h20, na Rua Cambará, n. 3363, bairro Minas Gerais, nesta Cidade e Comarca de Colorado

do Oeste – RO, o denunciado JOSÉ NILTON FERREIRA DE MEDEIROS, ofendeu a integridade corporal da vítima Silvanete Soares de Oliveira, sua companheira, causando-lhe as lesões descritas no laudo de fls. 12/13.(...)2º fato:Logo em seguida ao fato acima narrado, por volta das 22h, na Rua Açaí n. 3130, nesta Cidade e Comarca, o denunciado JOSÉ NILTON FERREIRA DE MEDEIROS, ameaçou a vítima Silvanete Soares de Oliveira, sua companheira, de causar-lhe mal injusto e grave, qual seja, a morte.Instruindo a denúncia foram juntados os documentos de fls. 4/44.A denúncia foi recebida no dia 15/4/2013 (fl. 47) e o réu fora regularmente citado (fl. 49v), tendo apresentado resposta à acusação à fl. 50.Realizou-se audiência na qual foram ouvidas a vítima, quatro testemunhas e o réu foi interrogado (fls. 58/60)). Em alegações finais o MINISTÉRIO PÚBLICO pugnou pela absolvição do réu quando as lesões por entender que foram praticadas pela própria vítima, ao tentar agredir o réu, e pela ausência de provas quanto as ameaças (fls. 62/64), o que foi ratificado pela defesa (fls. 65/67).II – FUNDAMENTAÇÃOO Ministério Público imputa ao denunciado a prática do crime de lesão corporal contra familiar, que encontra-se previsto no §9º, do artigo 129 do Código Penal e configura-se quando o agente ofende a integridade corporal ou a saúde de ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. Também imputa-se ao réu a prática de ameaça contra a vítima, crime previsto no “caput”, do artigo 147 do Código Penal que ocorre quando o agente “ameaça alguém, por palavra, escrito ou gestou, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave”.A relação de familiaridade entre a vítima e o denunciado restou comprovada nos autos principalmente por meio da declaração de ambos de que viviam em união estável.A representação da vítima, condição de procedibilidade em relação ao crime de ameaça, encontra-se nos autos à fl. 11.Acerca da dinâmica dos fatos, informou a vítima Silvanete Soares de Oliveira que embora não estivessem mais morando juntos ela e o réu ainda mantinham um relacionamento amoroso mas chegou na casa dele e encontrou outra mulher no local, tendo então iniciado uma discussão com agressão física entre ambos. Após tais fatos o réu a ameaçou dizendo que a vítima pagaria pelo que estava fazendo, já que tinha dinheiro para se vingar. As testemunhas Genilson de Souza Lima e Bruno Vieira Lopes, policiais militares, disseram que foram até o local do primeiro fato e quando chegaram encontraram a vítima e o réu, tendo ela informado que encontrou uma outra mulher na casa dele e iniciaram uma discussão que resultou em agressão. Quanto ao segundo fato nada souberam.Marli Guimarães da Silva informou que estava na casa do réu quando a vítima chegou perguntando se ele estava, tendo em seguida entrado e começado a agredi-lo, dando tapas, xingando-o e o réu apenas defendeu-se. Sobre os segundo fato afirma não ser verdadeiro, já que ela estava com o réu na casa dele, onde dormiram e não saíram, não havendo a possibilidade de ele ter ido até a casa da vítima.A testemunha Loreni José da Silva afirmou que reside próximo a casa do réu e não o viu agredindo a vítima e nem tem informações de problemas entre eles, mas sabe que ela frequentava a casa dele, para limpeza, mas não sabe informar se eram namorados. Ao ser interrogado em juízo o réu negou ter praticado os fatos a ele imputados na denúncia, dizendo que realmente teve um envolvimento amoroso com a vítima mas terminaram e iniciou um novo relacionamento. Esclarece que estava em casa com sua nova namorada no momento em que a vítima chegou e já foi lhe agredindo, chutando e batendo, razão pela qual a segurou para tentar controlá-la. Afirma também que em momento algum foi à casa da vítima ameaçá-la.Pelo que depreende-se dos autos, o casal realmente teve um relacionamento e a vítima surpreendeu o réu recebendo outra mulher em sua residência, tendo iniciado uma discussão e agressão, todavia, não há comprovação de que o réu agrediu a vitima, havendo a possibilidade de que realmente ela tenha ficado muito nervosa e o agredido, tendo ele apenas se defendido, pois o Laudo de exame de corpo de delito de fls. 22/23 realmente confirma a presença de hematomas no réu, sendo possível que tenha sido agredido. Não há prova alguma que confirme a autoria, sendo necessária a existência de prova concreta e extreme de dúvida para tanto, que, não estando presente, implica no dever de absolver-se o infrator com base no princípio “in dubio pro reo”.Neste mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme demonstra o julgado que colaciono:Roubo com qualificadora. Recurso do Órgão Ministerial. Participação do réu. Suficiência de provas da autoria. Condenação. Improcedência. Para a condenação exige-se provas seguras da participação do réu, existindo dúvidas, correta é a DECISÃO absolutória com base no princípio do in dubio pro reu. Apelação Criminal 100.501.2006.002796-2. Rel. Des. Valter de Oliveira. Porto Velho, 17 de junho de 2008.Embora este juízo adote o posicionamento de que, em se tratando de violência doméstica, a palavra da vítima ostente relevante valor, tem-se que somente tal prova, totalmente isolada das demais produzidas nos autos, não é suficiente para a condenação, além de que, ao ser ouvida em juízo, a vítima confirmou que ambos se agrediram.III – DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo improcedente a denúncia apresentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA contra JOSÉ NILTON FERREIRA DE MEDEIROS, vulgo “MINEIRINHO”, devidamente qualificado nos autos, para fins de absolvê-lo, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, por não existir prova suficiente para a condenação.Custas na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, servindo a presente como MANDADO , se necessário.Arquivem-se oportunamente, promovendo-se as baixas necessárias.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Vera Lúcia Brasil da Cruz Santana
vlbcs

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Primeiro Juizado Especial Cível de Colorado do Oeste, RO
Email: jecivelcol@tjro.jus.br

Proc: 1000322-27.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Rosania Dias de Oliveira(Requerente)
Dismobrás Imp. Exp. e Distr. de Móveis e Eletrod. S/A(Requerido)
Advogado(s): MANUELLE FREITAS DE ALMEIDA(OAB 16383 MT), ALEXSANDRA THAYS REGINA NAJEM(OAB 4697 RO), Nelson Sergio Da Silva Maciel Junior(OAB 4763 RO)
FINALIDADE : Intimar a parte requerida, por via de seus Advogados, para cumprir a r. SENTENÇA , no prazo previsto no art. 475J do CPC, sob pena de execução forçada do débito e inclusão de multa de 10% prevista no mesmo diploma legal.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0001391-14.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Alexandre Magalhães da Paz
Advogado:Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Diego Maman Dorigatti (OAB/RO 5223)
DESPACHO :
Diante da impossibilidade do cumprimento da deprecata, devolva-se a origem com as nossas homenagens. Retire-se da pauta a audiência designada.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000642-94.2013.8.22.0012
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Cooperativa de Crédito do Sul de Rondônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/MS 1346), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Inaldo Batista
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Considerando o resultado negativo da venda judicial intime-se o exequente para impulsionar o feito, no prazo de 05 (cinco) dias.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0002065-60.2011.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Diolinda Nicomédia da Silva
Advogado:Nelson Linares (OAB/RO 3059)
Inventariado:João Batista Teotônio
Advogado:Não Informado ( )
DECISÃO :
1. Homologo os cálculos de fls. 117/127 destes autos, referentes ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), dos bens deixados por João Bastista Teotônio (art. 1.013, § 2º do CPC).2. Intime-se a inventariante para trazer aos autos Certidões Negativas das Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal.3. Formulem os interessados, a seguir, pedidos de quinhões, em 10 dias (art. 1.022 do CPC), e digam em igual prazo.4. Após, conclusos. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0025670-74.2007.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Marlene de Melo
Advogado:Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Inventariado:Espólio de Antônio Lenírio Leonardo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Inicialmente oficie-se a instituição financeira para que melhor esclareça quais são os valores depositados judicialmente, vinculados ao presente processo, vez que há um discrepância entre os valores apresentados à fl. 154 com os valores de fl. 156.Advindo resposta, expeça-se alvará judicial em favor da inventariante, conforme requerido, até que sobre saldo igual a zero.Tudo cumprido, arquivem-se. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000154-13.2011.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Elétrica do Madeira S.a.
Advogado:Edson Bovo (OAB/SP 136468), Ronaldo Bovo (OAB/SP 300707)
Requerido:Elias Rodrigues de Souza, Carmelinda Rodrigues de Souza
Advogado:Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Rafael Brambila (OAB/RO 4853), Watson Mueller (OAB/RO 2.835), Rafael Brambila (OAB/RO 4853), Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2.835)
FINALIDADE : Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar-se a cerca das informações prestadas pelo perito nomeado informando o valor dos seus honorários, sendo R$ 4.200,00, uma entrada de 1.400,00 e duas parcelas do mesmo valor com 30 e 60 dias, no prazo de 05 dias, devendo efetuar tal pagamento caso concorde.

Proc.: 0001164-58.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Credicol Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3249), Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Executado:Vanderleia Pereira Mendonça, Alziro Rodrigues Sanches, Aparício Ribeiro Mendes Filho
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE : Fica a parte Exequente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 05 dias, retirar Carta Precatória expedida nos autos, bem como, comprovar sua distribuição nos autos.

Proc.: 0028884-39.2008.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Valmir Burdz
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086)
Requerido:Sementes Santa Clara Ltda., Barbosa Comercio e Representação de Produtos Veterinários Ltda., Colorado Comércio de Produtos Veterinários e Representações Ltda.
Advogado:Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919), Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
FINALIDADE : Fica a parte Exequente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 05 dias, retirar Carta Precatória expedida nos autos, bem como, comprovar sua distribuição nos autos.

Proc.: 0002014-15.2012.8.22.0012
Ação:Usucapião
Requerente:Benjamim Alves Lizieiro, Gercina Paula de Oliveira Alves
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:Sergio de Oliveira Limanão

Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE : Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para impugnar a contestação juntada às fls. 48/49, no prazo de 15 dias.

Proc.: 0001183-64.2012.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Comércio de Material de Construção Amarante Ltda
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Donizete Fernandes Barroso
Advogado:Advogado Não Informado (000)
FINALIDADE : Fica a parte Requerente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para retirar o edital de venda judicial para publicação em jornal local, bem como, para recolher a taxa de publicação do edital no DJe, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0000959-92.2013.8.22.0012
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:B. de F. V.
Advogado:Defensoria Pública (não informado)
Requerido:A. G. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo 30 dias
AUTOS0000959-92.2013.8.22.0012
CLASSE Guarda
REQUERENTEBeatriz de Fátima Vieira
ADVOGADODefensoria Pública
REQUERIDOAguinaldo Gomes da Silva, brasileiro, vaqueiro, atualmente em lugar incerto e não sabido
Sede do Juízo: Fórum Juiz Joel Quaresma de Moura, Rua Humaitá,3879 CEP.76.993-000 Fone:Fax (069) 341-3021/3022 mail: colcivel@tjro.jus.br
FINALIDADE :
01 - CITAR: a(s) parte(s) requerida(s) acima qualificada(s) dos termos da presente ação contra ela(s) imposta.
02 - INTIMAR: para querendo apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, não o fazendo presumir-se-ão verdadeiros os fatos articulados na inicial.
03 DESPACHO : "Acolho o parecer ministerial de fl. 47. Retifique-se a classe processual conforme requerido. Outrossim, diante da certidão do oficial de justiça, declarando que não encontrou o réu, outro caminho não há senão sua citação por edital. Isso posto, cite-se por edital, sendo este com prazo de 30 (trinta) dias. Acaso a parte não atenda ao chamado deste Juízo, desde já nomeio a Defensoria Pública do Estado de Rondônia curadora do ausente, conforme determina sua Lei Orgânica ? Lei Complementar 80/94, art. 4º, inc. VI, que após o prazo do edital deverá ser intimada para que exerça seu munus público. Colorado do Oeste-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito ".
Colorado do Oeste-RO, 31 de julho de 2013.
Márcia Regina Gomes Serafim
Juíza de Direito

Proc.: 0002250-64.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. de J. S.
Advogado:Maila Suzamar da Rocha (OAB/RO 3087), Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:M. de F. M. de A.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Ficam as partes (Autor e Réu) por via de seus procuradores, no prazo de 05 dias, intimado a manifestar-se a cerca do MANDADO de avaliação positivo.

Proc.: 0001302-88.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:I. A. L. S.
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Executado:J. J.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA :
Trata-se a presente de cumprimento de SENTENÇA , movida por Irene Alves Lopes Soares em desfavor de Jair Jordani.À fl. 21 dos autos foi determinado que a requerente emendasse a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de adequar a inicial, em especial o pedido, para cumprimento de SENTENÇA , vez que é entendimento consolidade no Superior Tribuanl de Justiça que é ilegal a prisão civil decretada por descumprimento de obrigação alimentar em caso de pensão devida por ato ilícito.Decorrido o prazo, verifico que a requerente não desincumbiu-se aos termos determinados na emenda, permanecendo a irregularidade e impondo o indeferimento da inicial. A jurisprudência é clara em reconhecer o indeferimento da inicial em casos deste jaez, vejamos: STJ - AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR : AgRg na MC 6981 SP 2003/0162699-5 AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DOS FATOS E FUNDAMENTOS DO PEDIDO. DETERMINADA EMENDA. ARTIGO 284 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESCUMPRIMENTO. INDEFERIMENTO DA EXORDIAL. PRECLUSÃO. Conforme o disposto no art. 284 do Código de Processo Civil, o indeferimento da petição inicial, por ser medida extrema, somente pode ocorrer após a assinatura do prazo de 10 dez dias sem que a parte providencie a emenda determinada. Dessa forma, intimados para apresentarem os fatos e fundamentos do pedido artigo 282, III e IV, do Código de Processo Civil, os requerentes não cumpriram a diligência, motivo pelo qual a exordial foi indeferida. Descumprida a determinação da emenda da petição inicial no prazo assinado, incabível a implementação da diligência em face de agravo regimental, visto que abrangida pela preclusão. Agravo regimental a que se nega provimento. Pelo exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC, em consequência EXTINGO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , nos termos do art. 267, inciso I do CPC. Sem custa, visto que defiro o gratuidade requerida. Com o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I.C Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001324-83.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. J. da S.
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:W. P. da S. T. T. S. L. T. A. S. L.
Advogado:Defensoria Pública (não informado), Não Informado (xx)
SENTENÇA :
Leandra Julia da Silva ingressou com a presente ação declaratória de união estável post mortem contra Wallace Paulo da Silva Teixeira, Alan Silva Lopes e Talita Silva Lopes Teixeira, alegando, em apertada síntese, que conviveu com

o sr. Paulo Lopes Teixei, genitor do requerido Walace, em união estável pelo período de início de 2008 até 14/11/2010, data em que ocorreu o óbito do convivente. Narrou que o vinculo fático existente entre a requerente e o de cujus era de natureza matrimonial, sendo que desta união adveio um filho, ora requerido Wallace.Recebida a inicial os requeridos foram devidamente citados, sendo nomeado curador especial ao menor Wallace diante do conflito de interesses, o qual apresentou contestação por negativa geral. Os requerido Alan e Talita, por sua vez, não se oporam ao pedido da autora.O Ministério Público (fls. 79/79-v) opinou pela procedência do pedido inicial, sendo declarada a união estável do casal, referente ao período de início de 2008 até 14/11/2010, data de óbito do convivente.Após, vieram-me conclusos os autos.Suficientemente relatados, decido.Conforme ficou comprovado, a requerente manteve convivência pública, contínua e duradoura com o de cujus, cujo objetivo precípuo era de constituir família. Tanto é verdade, que desta união adveio o nascimento de um filho, ora requerido, conforme certidão de nascimento à fl. 12 dos autos.Portanto, é incontroverso o fato de que a autora e o de cujus conviveram como se família fosse, sendo cabível, assim, o reconhecimento da união estável. Conforme se constata dos autos, o período inicial da união ocorreu no início de 2008 e perdurou até o dia 14/11/2010, data em que ocorreu o óbito do de cujus.Diante de todo o exposto, julgo procedente o pedido inicial, e reconheço a existência de união estável com o objetivo de constituir família, nos termos dos arts. 226, §3º da Constituição Federal e 1.723 e seguintes do Código Civil, entre Leandra Julia da Silva e Paulo Lopes Teixeira, do início de 2008 até o dia 14/11/2010. Isento de custas, por serem as partes beneficiária da justiça gratuita. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as devidas baixas na distribuição. Expeça-se o necessário. Publique-se, registre-se e intimem-se. Desapense-se os autos.P.R.I.C.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0002337-20.2012.8.22.0012
Ação:Inventário
Requerente:Maria Helena da Costa Vieira
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Espólio de Adonias Câmara
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1. Considerando a ordem imposta no art. 990, nomeio inventariante a esposa do de cujus, Severina Geralda Câmara, que prestará compromisso em 5 (cinco) dias e declarações nos 20 (vinte) dias subseqüentes. Lavre-se o competente termo de compromisso.2. Acaso seja prestado o compromisso e as primeiras declarações, citem-se, após, o Ministério Público e os demais herdeiros de fl. 20, bem como as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal (CPC, art. 999), manifestando-se sobre os valores e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro em 20 (vinte) dias (art. 1.002), ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 1008), manifestando-se expressamente.3. Havendo concordância quanto às primeiras declarações e quanto aos valores, às últimas declarações (art. 1.001), digam em 10 (dez) dias.4. Se concordes, ao cálculo e digam, em 5 (cinco) dias.Intime-se.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001463-98.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marcelo José Garcia
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Executado:Darci de Lima Costa
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1- Cite-se a parte Executada, no endereço informado pelo exeqüente, para pagar o débito em três dias. 2- Em caso de não pagamento, deverá o Oficial de Justiça, munido de segunda via do MANDADO , penhorar-lhe tantos bens quantos bastem para garantir o débito, observando o disposto no art. 655 do CPC devendo recair sobre os bens porventura indicados pelo exeqüente. 3- Deverá a parte executada ser intimada sobre o prazo de quinze dias para oposição de embargos (art. 738, CPC), independente de penhora, depósito ou caução.4- Intime-a, ainda, de que poderá, no mesmo prazo dos embargos, reconhecer o crédito do exeqüente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, custas e honorários, podendo requerer o parcelamento do restante em até seis parcelas mensais, nos termos do art. 745-A do CPC.5- Acaso o devedor não seja encontrado para intimação da penhora, deverá o Oficial de Justiça certificar, detalhadamente, as diligencias realizadas, devendo, ainda, arrestar-lhe tantos bens quantos bastem para a garantia da execução.6- Fixo os honorários no equivalente a 10% sobre o valor da execução, que serão reduzidos à metade, em caso de pagamento integral no prazo de três dias.7- No caso de penhora de imóvel, o cônjuge deverá ser intimado. Expeça-se o necessário.CONTATO VARA CÍVEL DE COLORADO DO OESTE: Rua Humaitá, 3879, Colorado do Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-3021 e 3341-3022, e-mail colcível@tjro.jus.br, escrivã Geralda Marta de Souza Gomes Cardoso.CONTATO DEFENSORIA PÚBLICA DE COLORADO DO OESTE: Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4078, Colorado do Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-1390. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001475-15.2013.8.22.0012
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaucard Sa
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido:Maria de Almeida Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1. Demonstrada a relação jurídica existente entre as partes através do contrato de alienação fiduciária de fls. 11-v/13-v e comprovada a mora do devedor (fls. 15/16), DEFIRO, com fundamento no art. 3º, caput, do Decreto lei n. 911/69, a busca e apreensão liminar do bem descrito na petição inicial, para entrega ao representante legal da parte Requerente ou a pessoa por ela indicado.2. Apreendido o bem, o Oficial de Justiça incumbido do cumprimento do MANDADO deverá proceder a inspeção e avaliação do veículo. 3. Conste do MANDADO que a parte Requerida poderá, em até 05 (cinco) dias após a execução da liminar de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida pendente, sob pena de ficar consolidada a propriedade e a posse plena do bem no patrimônio da parte Requerente (§§ 1º e 2º do art. 3º do Dec. Lei n. 911/69, com redação dada pela Lei n. 10.931, de 03/08/2004). 4. Cumprida a liminar, CITE SE o requerido para oferecer resposta em 15 dias, constando se a advertência do art. 285 do CPC. CONTATO

VARA CÍVEL DE COLORADO DO OESTE: Rua Humaitá, 3879, Colorado do Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-3021 e 3341-3022, e-mail colcível@tjro.jus.br, escrivã Geralda Marta de Souza Gomes Cardoso.CONTATO DEFENSORIA PÚBLICA DE COLORADO DO OESTE: Av. Paulo de Assis Ribeiro, 4078, Colorado do Oeste, CEP 76993-000, telefone (69) 3341-1390. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001467-38.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Cunha Guimarães
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Trata-se a presente de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com danos morais e incidente de exibição de documentos, movida por Marcos Cunha Guimarães em desfavor do Banco da Amazônia.Em consulta ao sistema SAP verifiquei que o autor já propôs a presente ação nos autos 0000984-08.2013.8.22.0012, a qual foi indeferida pelo fato do requerente não ter desincumbido de maneira satisfatória aos termos determinados na emenda, permanecendo a irregularidade deflagrada.Verifico ainda que o requerente fora condenado em custas de lei. Portanto, nos termos do art. 268 do Código de Processo Civil, salvo o disposto no art. 267, V, que não é o caso, a extinção do processo não obsta a que o autor intente de novo a ação. Todavia a petição não será despachada sem a prova do pagamento ou do depósito das custas e dos honorários de advogado.Dito isso certifique-se a escrivania nos autos supra mencionados se o requerente efetuou o pagamento ou o depósitos das custas, conforme determinado. Acaso negativo, intime-se para efetuar o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de novo indeferimento.Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001468-23.2013.8.22.0012
Ação:Interdição
Interditante:Antonio Fernando Mazzo
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Interditado:Vanda Cristina Mazzo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1- Defiro a gratuidade.2- Cite-se a requerida para contestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sob as penas da Lei.3- Considerando que os fatos narrados na inicial, suspendo o atual curador do exercício das funções, nomeando curador interino o requerente, que deverá ser intimado para assinar o respectivo termo.4- Intime-se o Ministério Público.5- Expeça-se o necessário. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0001357-39.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Jacinto da Silva
Advogado:Luciana Bussolaro Baraba (OAB/RO 5466)
Requerido:Selma da Silva Saraiva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
1 ? Acolho a emenda. Cite-se, na forma requerida na inicial, para responder, no prazo legal. Designo audiência de conciliação para o dia 19 de agosto de 2013, às 09 horas. Intimem-se.2 ? Consigne-se no MANDADO que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 319).3 ? Com a juntada da contestação, dê-se vistas a parte autora para impugnação por 10 dias.4 ? Empós, intimem-se para especificação de provas, no prazo de 5 dias, desde que de forma pormenorizada, justificando sua pertinência, sob pena de preclusão e julgamento conforme o estado do processo.5 ? Expeça-se o necessário para a citação do requerido. Intime-se o requerente do presente DESPACHO .Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000919-18.2010.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Orlando Weyh
Advogado:Moacir Nascimento de Barros (OAB/PR 11632B)
Inventariado:Clair da Silva Weyh
Advogado:Advogado Não Informado (RO 0000)
DESPACHO :
Inicialmente oficie-se a instituição financeira para que melhor esclareça quais são os valores depositados judicialmente, vinculados ao presente processo. Advindo resposta, expeça-se alvará judicial em favor da inventariante, conforme requerido, até que sobre saldo igual a zero. Tudo cumprido, arquivem-se. Colorado do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Marcia Regina Gomes Serafim Juíza de Direito

Proc.: 0000877-61.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelo de Freitas Rodrigues
Advogado:Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
INTIMAÇÃO:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas a aprsentarem ass provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada, justificando sua necessidade.

Proc.: 0001283-82.2013.8.22.0012
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Thiago Marcelino Cavalcante
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Embargado:N. G. Pagangrizo Me
Advogado:Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
INTIMAÇÃO:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada, a caso queira, impugnar a contestação de fls. 25/36.

Robertson Oliveira Lourenço
Escrivão Judicial

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0000756-45.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ceará Motos- I. M. Strapasson-ME
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Executado:Aldemir Menezes de Miranda
DESPACHO :
Realizada consulta ao sistema Bacenjud, esta restou infrutífera. Em relação ao sistema Renajud, o exequente não conseguiu localizar o bem e foi desconstituída a penhora. FINALIDADE :1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2) PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/REMOÇÃO do seguinte bem: semoventes de propriedade do executado, para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;Para a remoção do bem acima indicado, deve o exequente providenciar a documentação necessária para o trânsito dos semoventes (GTA) junto ao IDARON, caso sejam penhorados, conforme ofício Circular nº 122/2012 da Corregedoria Geral da Justiça, devendo também apresentar os documentos no momento de cumprimento da diligência ou anteriormente à distribuição do MANDADO . Fica autorizado ao Oficial de Justiça, caso não seja apresentada a documentação necessária para trânsito dos semoventes ou o advogado/ exequente não acompanhe a diligência e não apresente os documentos antes da distribuição do MANDADO , recusar-se a remover o bem penhorado, devendo, tão somente, proceder a penhora e avaliação no bem.3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 05/09/2013 às 11h45min onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei. ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. SERVE A PRESENTE COMO CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO E REMOÇÃO.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001804-39.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Devair Vicente Santana
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO :
Vistos em saneador,Trata-se de ação declaratória de reconhecimento de benefício previdenciária em razão de doença, onde o requerido foi citado e apresentou contestação. Para o deslinde da questão é mister a realização de perícia médica, razão porque determino:I) na forma do art. 421, CPC, para realização da prova pericial nomeio o Médico Ortopedista que atende nesta cidade, independentemente de compromisso. O município de espigão D¿fOeste, por intermédio da Secretária de Saúde que deverá fornecer os meios para realização da perícia. II) Nos termos do art, 433 do CPC, fixo o prazo de trinta (30) dias para apresentação do laudo pericial, contados a partir da intimação do perito.III) Como quesito do Juízo, o Senhor experto deverá responder : a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? e) se há possibilidade de atestar a data do início da enfermidade?IV) Intime a Senhora Secretária Municipal de Saúde para indicar o Médico que realizara a perícia, bem como a data da realização da perícia, para intimação da autora que será por intermédio de seu advogado.V) Intimem-se o autor para os fins do artigo 421,¿§1º, do CPC, haja vista que, os quesitos do requerido já foram depositados em cartório, os quais devem ser encaminhados ao perito.VI) Apresentado o laudo pericial judicial, deverão os pareceres técnicos dos assistentes ser apresentado no prazo comum de dez (10) dias após a apresentação do laudo pericial judicial, independentemente de intimação, tornando-se precluso o prazo se inobservado (art. 433, CPC).VII) Juntado o laudo pericial, dê ciência às partes.VIII) Intimem-se o INSS VIA FAC-SÍMILE . Cumpra-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/ OFÍCIO.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002591-68.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agnaldo L. da Costa Joalheria
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Executado:Elaine Cristina Souza
DESPACHO :
Realizada consulta aos sistemas Bacenjud e Renajud, ambas restaram infrutíferas.FINALIDADE :1) CITAR a parte executada nos termos do pedido inicial, conforme cópia em anexo;2) PROCEDER DE IMEDIATO A PENHORA/ REMOÇÃO do seguinte bem: 01 MOTOCICLETA HONDA

CG 125CC Titan KS, placa NCC 2496, de cor prata, para a garantia da execução e acréscimos legais, depositando o bem penhorado com o autor ou seu advogado, nos termos do art. 666 dos CPC, o qual deverá fornecer os meios para a remoção do bem, devendo o(a) mesmo (a) prestar compromisso de bem guardar e zelar, não abrindo mão do bem sem prévia autorização judicial, lavrando-se, de tudo, auto devidamente circunstanciado;3) EFETIVADA A PENHORA, intime-se o executado a comparecer à audiência de conciliação que designo para o dia 05/09/2013 às 12h, onde poderá oferecer embargos (artigo 52, IX), por escrito ou verbalmente. O exequente será intimado na pessoa de seu advogado.4)Não encontrada a parte devedora, proceder o ARRESTO de bens pertencentes à mesma, cumprindo o determinado no art. 653 § único do CPC;5) Fica AUTORIZADO pelo MM. Juiz da 1ª Vara ao Sr. Oficial de Justiça as prerrogativas do art. 172 § 2º do CPC e do art. 662 do CPC (requisitar Força Policial, se houver recusa da parte executada em permitir a entrada do Oficial de Justiça na residência ou estabelecimento empresarial);6) O credor deverá proporcionar os meios para o depósito do bem penhorado, caso isto não seja possível, deposite-se o bem com o devedor.OBSERVAÇÃO: a) o acordo ocorrerá mediante o pagamento convencionado do débito ou imediata adjudicação do bem, com possível dispensa de alienação judicial. b) não havendo acordo, poderá a parte executada apresentar embargos escritos ou orais, contendo matérias constantes do art. 52, IX, da Lei 9.099/95, prosseguindo após como disposto no Código de Processo Civil. c) não apresentando os embargos em audiência ou julgados improcedentes, qualquer das partes poderá requerer à (o) Juiz(a) a adoção de uma das alternativas do art. 53, § 2º da supracitada lei. ADVERTÊNCIA: a) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e, sendo parte devedora casada, intimar o cônjuge. SERVE A PRESENTE COMO CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO E REMOÇÃO.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002517-14.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agnaldo L. da Costa Joalheria
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Executado:Cristiana de Souza
SENTENÇA :
Por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes (fl. 19), para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil.Fica autorizado os necessários levantamentos.Procedi a liberação da penhora junto ao Renajud.Arquive-se de imediato. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000831-21.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Arineu Gabrecht
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO :
Vistos, etc...Considerando que não foi possível realizar a perícia judicial, fato devidamente justificado às fls. 86, revogo a nomeação de fls. 79/80, e determino :I) Seja realização de perícia judicial com médico clínico geral, independentemente de compromisso. O município de Espigão D Oeste, por intermédio da Secretária de Saúde deverá fornecer os meios para realização da perícia. II) Encaminhem-se os quesitos já apresentados pelas partes, devendo ser respondidos todos os quesitos.III) Como quesito do Juízo o perito deverá responder: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? e) se há possibilidade de atestar a data do início da enfermidade?IV) Apresentado o laudo pericial judicial, deverão os pareceres técnicos dos assistentes ser apresentado no prazo comum de dez (10) dias após a apresentação do laudo pericial judicial, independentemente de intimação, tornando-se precluso o prazo se inobservado (art. 433, CPC).V) Juntado o laudo pericial, dê ciência às partes.VI) Intimem-se o INSS VIA FAC-SÍMILE . Cumpra-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/ OFÍCIO.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005191-96.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Edmilson Bandeira
Advogado:Edna Rossow (OAB/RO 5739)
Requerido:Pit Stop Comércio de Combustível Ltda
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
DECISÃO :
Certifique-se a escrivania a tempestividade do recurso.No caso de ser tempestivo, recebo o recurso no efeito devolutivo e suspensivo. Às contrarrazões no prazo.Intime-se. Com a chegada ou sem esta, remeta-se ao egrégio Colégio Recursal em Ji-Paraná-RO, independente de novo DESPACHO nestes autos. No caso de intempestividade, renovem a CONCLUSÃO .C. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000619-63.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cenci e Vaz Ltda Me
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Ivane Kull de Almeida
SENTENÇA :
Por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes (fl. 27), para que se cumpra e guarde o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, EXTINTO o processo, com fundamento no art. 794, inciso II, do Código de Processo Civil.Procedi a liberação do veículo junto ao Renajud.Fica autorizado os necessários levantamentos.Expeça-se alvará de levantamento do valor penhorado às fls. 21 em favor da exequente.Após o levantamento do alvará, arquive-se. P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001327-16.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Soares e Oliveira Ltda Me
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
Executado:Simone Letícia Mundel Fantin
DESPACHO :
Libero a penhora via Renajud.Indefiro o pedido de penhora do bem indicado às fls. 20, tendo em vista que o valor da execução é muito inferior ao valor de um imóvel, sendo que a adjudicação ou o leilão seria muito oneroso para o credor, pois deverá depositar a diferença.Sendo assim, excepcionalmente, intime-se o exequente para, em 5 dias, indicar bens penhoráveis, sobpena de extinção.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002252-12.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P. R. de Paula Me
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Adriana Barbosa Oliveira
SENTENÇA :
Considerando que foram realizadas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud e ambas restaram infrutíferas e o exequente não indicou bens passíveis de penhora na inicial, ante a inexistência de bens passíveis, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002338-80.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Módulo Neto Pessoa Juridica
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Eliton de Jesus Borges
SENTENÇA :
Considerando que foram realizadas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud e ambas restaram infrutíferas e o exequente não indicou bens passíveis de penhora na inicial, ante a inexistência de bens passíveis, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001147-97.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rosiane Lucas Ferreira Santos
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Kezia de Jesus Fernandes
SENTENÇA :
Considerando que foram realizadas consultas aos sistemas Bacenjud e Renajud e ambas restaram infrutíferas e o exequente não indicou bens passíveis de penhora na inicial, ante a inexistência de bens passíveis, com fulcro no § 4º do art. 53 da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o feito, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000942-68.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clínica Odontológica Ortho Implante Ltda
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:Vanusa da Silva Santana
SENTENÇA :
Diante da informação de fl. 22, JULGO EXTINTO o feito, com fulcro no art. 794, I do CPC.Autorizo eventuais levantamentos de documentos mediante substituição por cópias em favor do executado.Procedi o levantamento da penhora junto ao Renajud.Sem custas e honorários.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000562-45.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:V. H. M. P.
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Executado:A. P. de S.
DESPACHO :
Intime-se a exequente para informar os cálculos atualizados, aplicando a multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC, conforme determinado no DESPACHO inicial.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004014-97.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Benjamim Alberti
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193)
DECISÃO :
O Recurso Inominado inteposto por CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON às fls. 98/124 é intempestivo, tendo em vista que as partes foram intimadas via Diário da Justiça com a data da publicação em 18/03/2013, iniciando a contagem do prazo processual em 19/03/2013 (fls. 64/v.) e o recurso foi protocolizado no dia 17/05/2013, excedido, assim, o prazo de 10 dias.Ante o exposto, deixo de receber o recurso por ser intempestivo.Subam os autos à Turma Recusal, tendo em vista que o Recuso interposto pela Eletrobrás está tempestivo e já foi recebido ás fls. 97.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000801-83.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Jesus Mendes Lopes
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959), Thaise Cassiano Coutinho Narcizo (RO 5052)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO :
Vistos, etc...Nos termos do art. 438, caput do CPC, determino seja realizado a segunda perícia a fim de esclarecer o estado atual da autora devendo o Perito nomeado responder os mesmos quesitos da primeira que seguem anexa.I) Seja realização de perícia judicial com médico clínico geral, independentemente de compromisso. O município de Espigão D Oeste, por intermédio da Secretária de Saúde deverá fornecer os meios

para realização da perícia. II) Encaminhem-se os quesitos já apresentados pelas partes, devendo ser respondidos todos os quesitos.III) Como quesito do Juízo o perito deverá responder: a) se a enfermidade a incapacita para o trabalho de forma permanente ou temporária? b) se a incapacidade é parcial ou total? c) se o requerente está impossibilitado de exercer sua última atividade laboral? e, d) se há possibilidade de reabilitação para o exercício de outras atividades laborativas? e) se há possibilidade de atestar a data do início da enfermidade?IV) Apresentado o laudo pericial judicial, deverão os pareceres técnicos dos assistentes ser apresentado no prazo comum de dez (10) dias após a apresentação do laudo pericial judicial, independentemente de intimação, tornando-se precluso o prazo se inobservado (art. 433, CPC).V) Juntado o laudo pericial, dê ciência às partes.VI) Intimem-se o INSS VIA FAC-SÍMILE . Cumpra-se.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA/ OFÍCIO.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004055-98.2011.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
DESPACHO :
Homologo a desistência da oitiva da testemunha de acusação, Joaquim Santana Brasa, conforme requerido pelo Ministério Público (fls. 82).O denunciado Hélio Fernandes Baleeiro foi devidamente interrogado, conforme consta no CD de fls. 59v, bem como sua testemunha de defesa José Carlos Baleeiro. Assim, dê-se vista às partes para alegações finais.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0015548-82.2005.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Walter José dos Santos
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736), Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Executado:Rafael Ferreira de Souza
Advogado:Paulo Ferreira de Souza (RO 243/B)
DESPACHO :
Vistos, etc...Considerando que a carta precatória nº. 0001237-37.2011.8.22.0021 continua em andamento na comarca de Buritis/RO, mantenho suspenso o feito até o dia 13 de janeiro de 2014 ou ulterior deliberação.Caso requerido pelas partes, o processo poderá voltar a seguir seu curso normal a qualquer momento. Após este prazo manifeste-se o exequente.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005107-95.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Rosanilda Schoroder Marquez
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Requerido:Banco Matone Sa, Banco Original
Advogado:Paulo Eduardo Dias de Carv Alho (OAB 12.199), Elizete Aparecida Scatinga (OAB -SP 68.723), Sônia Aparecida Salvador (OAB 5621), Paulo Eduardo Dias de Carv Alho (OAB 12.199), Elizete Aparecida Scatinga (OAB -SP 68.723), Sônia Aparecida Salvador (OAB 5621)
SENTENÇA :
RELATÓRIO dispensado.Sem preliminares.Primeiramente, vejo que o primeiro requerido, Banco Original, foi citado e intimado em tempo hábil para comparecer à audiência de conciliação e se fez ausente. Pelo exposto, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95, decreto a revelia do requerido BANCO ORIGINAL.Entretanto, vige em nosso sistema processual o Princípio do Livre Convencimento do Juiz, sendo assim, muito embora exista o ônus para o réu de serem tidos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, tem o Juiz a liberdade de apreciar as provas trazidas para os autos a fim de formar o seu convencimento.Ademais, ressalta-se que na própria contestação o requerido BANCO MATONE informou que a sua atual denominação é BANCO ORIGINAL S/A, sugerindo, assim, que se tratam da mesma empresa, devendo, o feito prosseguir somente quanto a primeiro requerido.Assim, determino a exclusão do requerido BANCO MATONE S/A do polo passivo da ação.Trata-se de ação em que a autora reclama indenização por danos materiais e morais, em razão de parcelas de empréstimo debitadas dos proventos de sua aposentadoria, afirmando que não contratou qualquer empréstimo com os deMANDADO s, sendo indevidos, portanto, os descontos realizados no seu benefício previdenciário.O deMANDADO alega que a autora realizou o contrato de empréstimo e apresentou documentos às fls. 36/44, que se tratam de um contrato supostamente assinado pela autora, cópia de seus documentos pessoais, e cópia de seu comprovante de residência.Por sua vez, ao exame dos documentos que instruem a inicial, verifica-se a existência de descontos mensais provenientes de um empréstimo consignado na folha de pagamento do benefício previdenciário da autora, a favor do banco deMANDADO no valor de R$39,50 (fls. 10), bem como um depósito feito pelo primeiro requerido no valor de R$4.455,44 em favor da autora (fl. 07). Pois bem. Com base na análise dos elementos probatórios trazidos aos autos, vejo que a autora foi vítima de fraude. Isto porque, a assinatura lançada no contrato de fls. 36/39 apresenta um grau, ainda que pequeno, de divergências em relação à letra da autora, que não se assemelha a assinatura lançada na inicial e nos demais atos processuais.Entretanto, o que mais chamou à atenção deste Juízo, foi o equívoco na escrita de seu sobrenome, visto que foi lançado 3 vezes, todas elas de formas erradas (faltando ou sobrando letras), fato que qualquer pessoa mediana não erra, ante ao ?costume? de escrever corretamente o seu nome.Ressalto ainda que o ?S? lançado nos atos processuais (inicial, procuração e audiências) não tem nenhuma semelhança com a assinatura do contrato apresentado pelo réu. Também ressalta-se que o endereço informado pelo fraudário não é o mesmo que a requerente reside e, possivelmente, nunca residiu, visto que é de Vilhena/Ro e está em nome de terceira pessoa (Bruna Kerli Vieira Inácio ? fl. 42).Oportuno levar em consideranção que a requerente efetuou o depósito do valor que foi creditado em sua conta às fls. 17, prova de que realmente não realizou nenhum empréstimo e que agiu de boa-fé, princípio básico dos contratos.Ainda que demonstrada a ação de um falsário, tal não exclui a negligência do requerido na correta conferência dos dados para a realização de transações comerciais. Sendo o banco fornecedor, era plenamente possível se cercar de maior cautela evitando prejuízos a terceiros; poderia diligenciar no sentido de encaminhar contrato escrito, exigir documentação comprobatória de dados ou a presença da parte contrária.

Assim não agindo, deixou vulnerável todos aqueles inseridos no mercado consumidor que, por infortúnio, fossem alvos de fraudadores. O nexo causal entre a conduta do requerido e o dano suportado pela autora permanece intacto, ainda que com a intervenção de terceiro de má-fé. Se o requerido tivesse agido cumprindo o dever de cuidado ditado pela legislação em vigor, o fato não teria ocorrido como ocorreu.Tais fatos, juntamente com o dever de cuidado imposta ao requerido, são suficientes para a declaração de inexigibilidade dos valores objeto dos contratos de empréstimo, sendo que a falha do serviço, de que resultaram os descontos mensais indevidos no benefício previdenciário da autora, em decorrência de empréstimos consignados não contratados, violou a segurança patrimonial da aposentada, comprometendo porção de seu rendimento.Pela teoria do risco do empreendimento, o réu responde objetivamente pelos danos decorrentes da atividade lucrativa que desenvolve, bastando a demonstração da falha do serviço prestado e dos danos suportados pelo consumidor para que se reconheça a obrigação de indenizar.A propósito do tema, preleciona Sérgio Cavalieri Filho, (in Programa de Responsabilidade Civil, 5ª ed., 2ª tiragem, 2004, p. 178):"[...] todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa. Este dever é imanente ao dever de obediência às normas técnicas e de segurança, bem como aos critérios de lealdade, quer perante os bens e serviços ofertados, quer perante os destinatários dessas ofertas. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a realizar atividade de produzir, estocar, distribuir e comercializar produtos ou executar determinados serviços. O fornecedor passa a ser o garante dos produtos e serviços que oferece no mercado de consumo, respondendo pela qualidade e segurança dos mesmos [...]?.Como visto, é dever do deMANDADO agir com o máximo cuidado, a fim de evitar situações idênticas a tal, devendo suportar os danos causados ao consumidor lesado. Nesse sentido:CONSUMIDOR. VÍTIMA POR EQUIPARAÇÃO. CDC ARTIGO 17. FATO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO. FALSIDADE EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. DESCONTO DAS PARCELAS DIRETAMENTE NO PENSIONAMENTO DA AUTORA, O QUAL É DEPOSITADO EM CONTA CORRENTE. DEVOLUÇÃO DE CHEQUES POR INSUFICIÊNCIA DE SALDO. CADASTRAMENTO NEGATIVO. DANO MORAL. EXCLUDENTE DA CULPA DE TERCEIRO NÃO RECONHECIDA. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. Responde objetivamente o banco pelo fato do serviço perante terceiro, que no caso equipara-se ao consumidor, como vítima do evento - CDC art. 17 -, quando preposto seu age de forma negligente e concede financiamento lastreado em documentação sem a indispensável e eficaz conferência da veracidade da documentação apresentada. Procedimento bancário defeituoso. Responsabilidade que advém, por outro lado, do risco da atividade. Nexo causal configurado a ensejar a reparação por danos morais. Danos morais que estão in re ipsa, e derivam do simples fato da inscrição negativa do nome da autora, dispensando comprovação. Fato do serviço configurado. [...] (Apelação Cível Nº 70023819659, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Antônio Kretzmann, Julgado em 14/08/2008). RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATAÇÃO DE CONTA CORRENTE MEDIANTE FRAUDE. CADASTRAMENTO EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO. RISCO DA ATIVIDADE. DANO MORAL PURO. CONFIGURADO. QUANTUM MINORADO. Os deMANDADO s são responsáveis pelos prejuízos suportados pelo terceiro de boa-fé, uma vez que assumem o risco ao desenvolver atividade voltada para o mercado de consumo. Dano moral puro (in re ipsa) configurado, porque o lançamento do nome da autora em órgão de restrição de crédito, por si só, ante a ausência de outros registros, abala sua estima perante seus pares. Na mensuração do dano, não havendo no sistema brasileiro critérios fixos e objetivos para tanto, mister que o juiz considere aspectos subjetivos dos envolvidos. Assim, características como a condição social, a cultural, a condição financeira, bem como o abalo psíquico suportado, hão de ser ponderadas para a adequada e justa quantificação da cifra reparatório-pedagógica. Indenização minorada. PROVERAM EM PARTE O APELO. (Apelação Cível Nº 70024780991, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 25/06/2008).Em consequência, segue-se o dever da instituição financeira de restituir a autora os valores indevidamente descontados de seu benefício previdenciário, vinculados ao contrato de empréstimo objeto da lide.Os valores a serem restituídos são aqueles descontados do benefício previdenciário da autora a partir de mês de setembro de 2012 até maio de 2013 (fl. 72/80), no valor mensal de R$139,50 do financiamento, já que mesmo após a concessão da tutela antecipada o banco requerido não cancelou os descontos. Sendo assim, considerando que o caso em tela se trata de relação de consumo, e a autora pagou indevidamente os valores de R$1.255,50 (por ter sido descontados por 9 meses), deverá ser restituída a quantia em dobro, nos termos do art. 42, parágrafo único do CDC, totalizando o valor da condenação por danos materiais em R$2.511,00 devidamente atualizados.No que se refere ao dano moral, é evidente a angústia suportada pela autora, que teve indevidamente descontado valores do seu benefício de aposentadoria e ficou surpresa ao tomar conhecimento de contratos de empréstimos firmados em seu nome, concretizados em face da desídia do deMANDADO . Evidenciado o ilícito culposo do deMANDADO , caracterizado está o danum in re ipsa, o qual se presume, conforme as mais elementares regras da experiência comum, prescindindo de prova quanto à ocorrência de prejuízo concreto.Destarte, tenho que a condenação do réu ao pagamento da indenização por danos morais vindicada é medida que se impõe no presente, assistindo razão ao demandante em sua irresignação.É notório que a indenização por danos morais tem FINALIDADE repressiva e compensatória, visando demonstrar ao ofensor que é necessário dispensar o devido respeito aos consumidores, servindo como fator inibitório e, ao mesmo tempo, proporcionar ao ofendido uma compensação econômico-financeira pela dor moral indevidamente imposta. É certo que, por si só, poderá não ser uma compensação real ao sofrimento e dores da vítima, mas poderá oferecer-lhe oportunidade de aliviar a sua perda.O valor arbitrado a título de dano moral condiz com a gravidade da lesão causada ao consumidor, cujo caráter, inclusive punitivo, destina-se a evitar que se repita esse procedimento.Desta forma, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto, em especial à condição econômico-financeira das partes, e a extensão da lesão, que não implicou negativação do nome do autor em cadastros

restritivos de crédito, o quantum indenizatório deverá atender ao princípio da razoabilidade, evitando o enriquecimento ilícito.Assim sopesados os elementos de prova, na quantificação da indenização devida pelo deMANDADO a autor, a título de danos morais, arbitro o valor de R$2.000,00, que reputo justo para a reparação reclamada. Isso posto e por tudo que consta nos autos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por ROSANILDA SCHORODER MARQUEZ contra BANCO ORIGINAL S/A, para condenar:a) o deMANDADO a restituir em dobro, a título de danos materiais, os valores descontados do benefício previdenciário da autora no período de setembro de 2012 à maio de 2013, sendo o valor mensal de R$139,50 e o valor total da condenação R$2.511,00, corrigidos a partir dos respectivos descontos e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação;b) a título de indenização por danos morais, no valor de R$2.000,00, corrigidos a partir da SENTENÇA , eis que já atualizado nesta data.c) declarar inexistente o débito junto ao requerido, visto que não foi realizado nenhum contrato entre as partes.Confirmo a tutela antecipada concedida às fls. 18/19 e determino que seja oficiado o INSS para que proceda a suspensão do desconto em favor do Banco Matone S/A do benefício previdenciário da requerente.Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada pela autora às fl. 17 em favor do requerido e intime-se para a retirada.Excluam do polo passivo da ação o requerido BANCO MATONE, conforme argumentos acima expostos.Sem custas e honorários.Após o trânsito em julgado enadasendorequeridopelaspartes,arquive-se.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0038019-53.2009.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ferrominas Comercio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Teofilo Antonio da Silva (RO 1415)
Executado:Francisco Carvalho da Cruz
DESPACHO :
Vistos, etc...Expeça-se MANDADO de INTIMAÇÃO e AVALIAÇÃO da motocicleta Honda/CG 125 Fan KS, placa NCV 0692, que pode ser localizada na Av. Sete de Setembro, nº. 1258, Bairro São José (em frente à Chapeação Piriquito), nesta cidade, fone: 84052461, posto que o bem já está penhorado pelo Sistema Renajud, às fls. 84.Expeça-se o necessário.Após, manifeste-se a exequente quanto ao prosseguimento do feito. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004087-69.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rondo Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Executado:José Carlos Rodrigues
DESPACHO :
Vistos, etc...Restou positiva a tentativa de bloqueio de veículo através do sistema RENAJUD. O veículo bloqueado e penhorado é uma motocicleta Honda/CG 125 FAN ES, placa NEC 9875.Deve o Exequente diligenciar a fim de localizar o veículo no prazo de 30 dias. Caso não venha aos autos a informação de localização do bem, a penhora será liberada. Caso a Polícia Militar, em patrulhamento de rotina, logre localizar o veículo, fica autorizada desde já, sem necessidade de nova ordem, a realizar a remoção do mesmo, devendo entregá-lo no CIRETRAN. Fica também autorizado a CIRETRAN, uma vez estando o veículo em seu poder e, inexistindo outras circunstâncias, a liberar o mesmo em favor da parte autora. Outrossim, o valor remanescente entre o valor do bem e a dívida deve ser depositado nos autos, sob pena de revogação dessa DECISÃO . SERVE COMO OFÍCIO.Ofício n._____1ª vara/2013.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001254-44.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Cristiane Alessio Pereira da Costa, Sirlei Aléssio de Barros Pereira
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Requerido:Passaredo Transportes Aéreos S/A
Advogado:Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823 A), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910)
DESPACHO :
Considerando que houve juntada de documentos em relação ao MÉRITO da ação, intime-se as requerentes para impugnarem a contestação apresentada, principalmente manifestarem-se sobre uma segunda compra de passagens, conforme informado na contestação.Abra-se vista pelo prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0026294-38.2007.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:M. Alves Toledo - ME (Malta Eletromóveis)
Advogado:José Jovino de Carvalho (RO 385-A)
Embargado:Fazenda Pública do Estado de Rondônia/RO
Advogado:Advogado não Informado (00000)
DESPACHO :
Vistos, etc....Os autos retornaram do Tribunal de Justiça com a mantença da SENTENÇA de 1º Grau. Assim, intimem-se as partes quanto ao retorno dos autos, bem como para requererem o que de direito no prazo de 15 dias, sob pena de remessa dos autos aos arquivo.Nada mais pendente, remeta-se os autos ao arquivo.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000846-87.2012.8.22.0008
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Lucyanne C.brandt Hitzeschky (AM 4.624), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (4937)
Requerido:Madeireira Barão Ltda, Vanduir Garcia
DESPACHO :
Vistos, etc...Restou positiva a tentativa de bloqueio de veículo através do sistema RENAJUD. O veículo bloqueado e penhorado é um veículo FORD/Cargo 2622, placa NCL 3504. Deve o Exequente diligenciar a fim de localizar o veículo no prazo de 30 dias. Caso não venha aos autos a informação de localização do bem, a penhora será liberada.Caso a Polícia Militar, em patrulhamento de rotina, logre localizar o veículo, fica autorizada desde já, sem necessidade de nova ordem, a realizar a remoção do mesmo, devendo entregá-lo

no CIRETRAN. Fica também autorizado a CIRETRAN, uma vez estando o veículo em seu poder e, inexistindo outras circunstâncias, a liberar o mesmo em favor da parte autora. Outrossim, o valor remanescente entre o valor do bem e a dívida deve ser depositado nos autos, sob pena de revogação dessa DECISÃO . SERVE COMO OFÍCIO.Ofício n._____1ª vara/2013.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003029-31.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Silvane Inácio da Silva
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)
DESPACHO :
Vistos, etc...Fls. 55, defiro.Após, nova vista ao MP para contra-arrazoar.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004970-16.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Vicente Martins Rodrigues
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva Lima (RO 3596)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO :
Trata-se de ação de cobrança de diferenças salariais ajuizada por VICENTE MARTINS RODRIGUES em face de ESTADO DE RONDÔNIA, na qual aduz, em síntese, que é agente penitenciário e que desde sua posse, exerce função de chefe de segurança e que nunca recebeu nenhuma gratificação para tanto. Requer que seja reconhecido o desvio de função e pagos o retroativo do período que ficou sem receber o valor pela função que exercia.Realizada audiência de conciliação (fls. 50), restou infrutífera.Em contestação, o requerido alegou que não houve nenhuma nomeação formal do requerente para exercer tal função e que o diretor da unidade prisional não tem poderes para nomear algum servidor para exercer cargo em comissão; que não pagou os valores, pois não há previsão legal para tanto. Relato necessário.Verifico que não há nenhum documento que comprove as alegações do autor. Por outro lado, o requerido também não desimcumbiu-se do ônus de provar que o autor nunca exerceu a referida função.Assim, observado que há necessidade de maior dilação probatória, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de outubro de 2013 às 08h40min.Fixo como pontos controvertidos, que as partes poderão prová-los por documentos ou prova testemunhal:a) Por quanto tempo o requerente exerceu função de Chefe de Segurança (comissário) na Unidade Prisional desta comarca;b) Se o grupo de plantonistas do qual pertence o requerente responde a este como “Chefe de Segurança” nos plantões que exercem juntos;c) Se algum servidor da Unidade Prisional desta Comarca recebe ou recebeu (no período de março de 2009 à janeiro de 2013) a gratificação CDS-10 por exercer função de chefia, que corresponde ao valor de R$612,15;d) Se o requerente é responsável por coordenar as atividades de segurança em seu local de trabalho e representar a Unidade Prisional desta Comarca perante os demais servidores. Intimem-se as partes (o autor por sua advogada e o requerido pessoalmente).Expeça-se MANDADO de intimação para as testemunhas arroladas pelas partes, conforme rol apresentado às fls. 54 e às fls. 65.Expeça-se o que for necessário.I.C.Espigão do Oeste-RO, sábado, 3 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001851-47.2012.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Executado:Julio Cesar Vieira da Silva
DECISÃO :
Vistos, etc...Suspendo o feito em atenção a DECISÃO dos Embargos 0001233-68.2013, por 90 dias. Aguarde-se decurso de prazo.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003907-53.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Sorriso Ind. Comércio e Transportadora de Madeiras Ltda, Willian Klemens Reis
DESPACHO :
Vistos, etc...Não foi expedido carta precatória para inquirição da testemunha de acusação, Antônio Roberto de Magalhães. Considerando que não houve desistência do MP quanto a oitiva da referida testemunha, dê-se vista ao MP para manifestar nos autos.Com a manifestação, voltem os autos conclusos.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0050042-02.2007.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Elias Malek Hanna (RO 356-B), Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (OAB/RO 338B)
Executado:Protel - Com. Produtos de Higiene Ltda, Sérgio Henrique Silveira, Marilise Maria Erdtmann da Silveira
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
DECISÃO :
Vistos, etc...Mantenho a suspensão determinada nos autos Embargos de Terceiro (000661-40.2012) .C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003236-93.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Executado:Veraize Rodrigues Ferreira
DESPACHO :
Compulsando os autos, observo que o título que instruiu a inicial está prescrito, visto que ultrapassa o prazo para o recebimento do crédito pela via executória.Assim, intime-se o exequente para emendar a inicial para a via processual adequada, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da petição inicial.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002927-43.2011.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Pimenta e Cardoso Ltda-ME
Advogado:Cleodimar Balbinot (OAB/RO 3663)

DECISÃO :
Vistos, etc...Analisando os documentos de fls. 163/187, verifico que a executada, no momento que foi realizada a penhora sobre o faturamento da empresa (17/04/2013), encontrava-se com suas atividades comerciais encerradas.De fato, em razão da inatividade da empresa executada, não existe faturamento a ser penhorado, razão pela qual a penhora realizada não produz efeitos.Assim, torno nulo o Auto de Penhora, Avaliação e Depósito de fls. 159.Em consequência, defiro o requerido às fls. 191, ou seja, o redirecionamento da execução à corresponsável Rosemary Regina Cardoso Pimenta, nos termos da súmula 435 do STJ.

Proc.: 0003225-64.2013.8.22.0008
Ação:Interdição
Requerente:Edivaldo Três
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Adilson Três
DESPACHO :

DESPACHO SERVINDO COMO MANDADO Vistos, etc...Defiro a gratuidade processual.Postergo a apreciação da liminar de antecipação de tutela para após a realização da audiência, que será designada.Nos termos do artigo 1.181 do CPC, cite-se para interrogatório que designo para o dia 10 de setembro de 2013 às 10 horas, podendo o pedido ser impugnado nos cinco (05) dias subsequentes, sendo possibilitado a contratação de advogado para defender-se (artigo 1.182 e ¿?s). Cite-se, intimem-se.Ciência ao M.P.SERVE COMO MANDADO .C. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003242-03.2013.8.22.0008
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Executado:Wantuil Braun
DESPACHO :
Vistos, etc...Para tentativa de alienação do bem penhorado, fls. 62, designo hasta pública para o dia 05 de setembro de 2013, às 08h00, e, se necessário for, o 26 de setembro de 2013, às 08h00.Dispenso a publicação nos termos do artigo 686, § 3º do CPC.Tendo o Executado Advogado constituído, a intimação se fará por meio deste (CPC, art. 687, § 5º). Não tendo o executado advogado constituído, intime-o por carta, MANDADO ou edital, conforme a necessidade para cumprimento do ato.Intimem-se.Comunique o Juízo deprecante.Expeça-se o necessário. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003222-12.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Terezinha Rosa de Paiva Cardoso
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO :
Vistos etc....Defiro por ora a justiça gratuita. Defiro a prioridade na tramitaçãoIndefiro por ora o pedido de antecipação de tutela ante ausência de seus requisitos legais.Com a regularização, cite-se com as advertências legais.Conforme previsão do Termo de Cooperação Técnica 002/2012, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e a Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, remeta-se os autos observando o prazo de 60 dias estabelecido no respectivo termo.Desde já, determino que com a juntada da contestação, dê-se vista à impugnação.I. C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003218-72.2013.8.22.0008
Ação:Inventário
Requerente:Josué do Vale
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
Requerido:Alessandra Moraes Silva
DESPACHO :
Vistos, etc..O valor da causa deve representar o montante discutido na ação, nos termos preconizado pela jurisprudência dos nossos tribunais superiores, sobre o qual incidirá as custas processuais e eventual sucumbência. Assim, emende-se a inicial, atribuindo o valor correto à causa, que deve corresponder ao valor total dos bens.Prazo de 10 dias.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004997-96.2012.8.22.0008
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
1ª Vara
Área: Cível
O (A) Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Espigão do Oeste torna público que será realizada a venda do (s) bem (ns) a seguir descrito e referente à Execução abaixo mencionada.
Processo: 0004997-96.2012.8.22.0008
Classe: Execução de Título Extrajudicial (Carta Precatória)
Assunto: Nota Promissória
Exequente: Associação Educacional de Cacoal-RO
Advogado: Diogenes Nunes de Almeida Neto OAB/RO 3831
Executado: Danilo Cortat Chaves
Valor da Dívida, atualizado em 10/06/2011: R$ 3.666,06
DESCRIÇÃO DOS BENS:
a) Uma vaca leiteira, raça girolanda, cor malhada, idade aproximada 5 anos, avaliada em R$ 2.500,00;
b) Uma vaca, raça nelore, cor branca, pesando em média 13 arrobas, idade aproximada 5 anos, avaliada em R$ 1.200,00.
Avaliação total R$ 3.700,00.
DATA, HORA E LOCAL PARA VENDA JUDICIAL/LEILÃO:
1ª VENDA: 05/09/2013, às 08:00 horas
2ª VENDA: 26/09/2013, às 08:00 horas
Fórum da Comarca de Espigão do Oeste-RO.
OBSERVAÇÃO: Sobrevindo feriado na data designada para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente no mesmo horário.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á em dia e hora que forem desde logo designados entre os 10 (dez) e os 20 (vinte) dias seguintes, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Fórum Ministro Miguel Seabra Fagundes, Rua Vale Formoso nº 1954 - Centro - CEP: 76.974-000 - Fone (0XX) 69 3481-2279 ou 3481-2921.
Espigão do Oeste-RO, 5 de Agosto de 2013.
Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

Proc.: 0004997-96.2012.8.22.0008
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Associação Educacional de Cacoal - AEC
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Danilo Cortat Chaves
DESPACHO :
Vistos, etc...Para tentativa de alienação do bem penhorado, fls. 08, designo hasta pública para o dia 05 de setembro de 2013, às 08h00 e, se necessário for, o dia 26 de setembro de 2013, às 08h00.Dispenso a publicação nos termos do artigo 686, ¿? 3º do CPC.Tendo o Executado Advogado constituído, a intimação se fará por meio deste (CPC, art. 687, ¿? 5º). Não tendo o executado advogado constituído, intime-o por carta, MANDADO ou edital, conforme a necessidade para cumprimento do ato. Intimem-se.Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 8 de julho de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0005176-30.2012.8.22.0008
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Cícero Guilhermino dos Santos, Juízo de Direito Vara Cível da Com. de Espigão do Oeste
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000359-54.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Dagoberto Pereira dos Santos
Advogado:Deborah May Dumpierre (RO 4372), Éder Timóteo P. Bastos (RO 2930), Joelma Antonia Ribeiro de Castro (RO 623-E)
Requerido:Laércio Pedro de Alcântara
Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001934-97.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marcos Antonio Schons
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva Lima (RO 3596)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO :
Trata-se de cumprimento de SENTENÇA . Proceda a reclassificação dos autos e renovem a etiqueta processual. Cite-se o Estado de Rondônia para cumprimento do julgado, podendo opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias.Certificado o não oferecimento de embargos, e o não pagamento, expeça-se Requisição de Pequeno Valor, conforme cálculos apresentados ás fls. 162/164. I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002139-58.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Casa dos Colchões Pena - ME
Advogado:Gilvani Vaz Raizer Bordinhão (OAB/RO 5339), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
Executado:Marli Terezinha da Silva
SENTENÇA :
Considerando que não houve a confirmação do número da residência da executada, ante não localização do endereço do(a) executado(a), com fundamento no art. 53, §4° da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO o processo, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.Arquive-se de imediato.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001015-74.2012.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:T. G. K. dos S.
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Requerido:M. E. dos S.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
1ª VARA
Área: Cível
Prazo: 15 dias
DE: MÁRCIO ENRIQUE DOS SANTOS, brasileiro, cabeleireiro, filho de Antonio Alves dos Santos e Miriam Oliveira dos Santos, natural de São Paulo – SP, residente e domiciliado à R. K5, entre a J23/J24, Ji-Paraná – RO, atualmente e lugar incerto.
Processo: 0001015-74.2012.8.22.0008
Classe: Alimentos
Parte Ativa: Thaylon Gabriel Kruger dos Santos
Advogado: Marcelo Vendrúsculo OAB/RO 304-B
Parte Passiva: Márcio Enrique dos Santos
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
FINALIDADE : INTIMAÇÃO da parte executada, acima qualificada, para tomar ciência da SENTENÇA de fls. 63/65, bem como, para querendo interpor recurso, no prazo de 15 (quinze) dias contados do término do prazo do edital.
SENTENÇA, fls. 63/65: "Vistos etc. T. G. K. dos S., representada por sua genitora, ingressou com ação de alimentos contra seu pai, Márcio Enrique dos Santos, requerendo a fixação de pensão mensal na quantia de meio salário mínimo. Fixados alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do valor do salário mínimo mensal, designou-se audiência de tentativa de conciliação, entretanto, o Requerido não foi localizado para fins de citação e intimação pessoal, fls. 20 e 30. O Requerido foi então citado por edital, fls. 34, lhe tendo sido nomeado curador especial, na forma do artigo 9, II, do CPC. O curador ofertou contestação às fls. 38, alegando insuficiência de pagar o valor almejado. Resposta do autor às fls. 61/62, requerendo que seja aplicado os efeitos da revelia e que seja julgado procedente o pedido inicial. O Ministério Público exarou parecer às fls. 58/60. É o RELATÓRIO . Passo a decidir. Trata-se de ação de alimentos proposta pelo menor em face de seu genitor, o Requerido Márcio Enrique dos Santos, onde a menor pleiteia, para seu sustento, alimentos no importe de meio salário mínimo, alegando que o pai tem condição de pagar este valor a título de alimentos, que perfaz suas necessidades. O Requerido, através do curador lhe nomeado, alegou não ter condições financeiras de arcar com o valor pleiteado. Nos termos do do art. 1.694, § 1º, CC, transcrevo: "Art. 1.694, § 1º – Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e recursos da

pessoa obrigada". Referido artigo, como se pode observar, traçou diretrizes que ditam a proporcionalidade entre as condições de quem presta alimentos e as necessidades de quem os recebe, complementado pelo art. 1.695, do mesmo Diploma Legal, de cujo teor se depreende a necessidade da "pessoa a quem se reclamam os alimentos poder fornecê-los sem privações do necessário ao seu sustento." (Yussef S. Cahali, 2ª ed., pg. 554). No que concerne à matéria, adverte Washington de Barros que " a lei não quer o perecimento do alimentado, mas também não deseja o sacrifício do alimentante." Vemos, portanto, que a legislação pátria preocupou-se tanto com um quanto com outro: alimentante e alimentado, com o intuito único de não sacrificar nenhum, deixando, entretanto, ao Magistrado, a árdua missão de equilibrar o binômio. O autor pleiteou alimentos no importe de meio salário mínimo mensal, sob a alegação de que seu pai tem condições de pagar referido valor. O Requerido disse não poder arcar com tal valor, mencionando que poderia arcar com pensão alimentícia no valor de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, porém não comprovou sua insuficiência em arcar com o valor de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente, requerido pelo autor. Assim, o valor da pensão deve ser determinado com base nas afirmações da representante do autor, que disse que o requerido trabalha como cabeleireiro e músico. Destarte, com base na profissão do réu resta evidente a sua possibilidade em arcar com pensão alimentícia mensal a sua filha, vez que recebe proventos da sua atividade, sendo facilmente presumível sua remuneração mensal, sendo sua fonte de renda as verbas percebidas de seu trabalho. Daí a condição de se analisar suas possibilidades. Por outro lado, dispensável seria a produção de provas das necessidades da autora, pois que presumíveis. Destarte, o pedido deve ser julgado procedente, sendo razoável a fixação dos alimentos em 1/2 (meio) salário mínimo por mês, visto que os gastos com os filhos, conforme entendimento jurisprudencial unânime, devem ser suportados também pela mãe. A obrigação alimentar é de ambos os pais, não apenas de um deles, portanto, basicamente 50% da necessidade da autora deve ser arcada pela mãe. Diante disto, considerando tudo o que dos autos consta, fixo os alimentos em ½ (meio) salário mínimo por mês, que deverá ser depositado em conta bancária em nome da representante do autor, que será fornecida pela mesma, até o 5º dia útil de cada mês. Isento as partes do pagamento de custas e despesas processuais. Também não há condenação em honorários. Caso requerido pelas partes, oficie-se o Banco do Brasil desta cidade para que proceda a abertura de conta em nome da genitora do autor. P.R.I. e Cumpra-se. Após ARQUIVE-SE. Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de maio de 2013. Ane Bruinjé - Juíza Substituta"

Sede do Juízo: Fórum Ministro Miguel Seabra Fagundes, Rua Vale Formoso nº 1954 - Centro - Espigão do Oeste-RO - CEP 76974-000 - Fone (0XX) 69 3481-2279 ou 3481-2921.

Espigão do Oeste-RO, 5 de agosto de 2013.

Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0003956-31.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Valter dos Santos
Advogado:Francisco Valter dos Santos (OAB/RO 3583)
Requerido:Patrícia Casado Ramires Donadelli
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0005156-39.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Jair Antunes & Cia Ltda Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:Ivanete Pereira Nero
DESPACHO :
Desentranhe-se o comprovante de pagamento de custas e entregue a advogada da requerente para ajuizar nova ação, conforme determinada na ata de fls. 24.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 22 de julho de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003026-42.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maria Gorete da Rocha Silva
Advogado:Renata Cristina de Souza (OAB/RO 5026), Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Executado:Luciana de Souza Oliveira
DESPACHO :
Intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o número correto do CPF da executada, pois aquele informado nos autos é inválido.I.C.Espigão do Oeste-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003590-55.2012.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jair Antunes & Cia Ltda Me
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Executado:Cleiton Pedroso Simplício
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada para informar novo endereço da parte executada, diante da certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 34 : Certifico que procedi diligencias em procura da pessoa de CELITON PEDROSO SIMPLICIO e fui informado que o mesmo não mais se encontra trabalhando no local indicado(casa portuguesa), sendo que procedi diligencias no endereço descrito na inicial e fui informado que o mesmo mudou-se para local incerto.

Proc.: 0001347-07.2013.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clínica Odontológica Ortho Implante Ltda
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível
Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral
Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Rita de Cássia de Brito Morais
Endereço Eletrônico: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0003808-96.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Charles do Nascimento Silva
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Saga Amazônia Comércio de Veículos Ltda
Advogado:José Alexandre Casagrande (379), Luiz Roberto Mendes Souza (4648)
DECISÃO :
CHAMO O FEITO À ORDEMCompulsando os autos, verifica-se que a requerida Saga arguiu em sede de contestação a sua ilegitimidade passiva, bem como pugnou pela denunciação à lide do Banco Finasa e Volkswagen do Brasil. Requereu ainda, às fls. 96/97, nova apreciação do pedido de tutela antecipada.Mantenho a DECISÃO que indeferiu a liminar de fls. 44/45, inclusive porque a parte confessa, em réplica, estar inadimplente com as parcelas do financiamento, o que inclusive ensejou o pedido de busca e apreensão do veículo, em apenso. Em relação à ilegitimidade passiva arguida, as alegações da requerida ingressam no MÉRITO da causa, sendo que a matéria probatória se destina a demonstrar a veracidade ou não dos fatos, inclusive se a requerida contribuiu ou não para eventual prejuízo do requerente, motivo pelo qual a REJEITO. Quanto à denunciação à lide, pertinente se mostra o pedido, motivo pelo qual o defiro.Todavia, a requerida não procedeu como deveria, deixando de qualificar o Banco Finasa e a Volkswagen do Brasil S/A. Assim, apresente a requerida, no prazo de 5 dias, a qualificação das empresas, com seu endereço completo, a fim de que sejam possíveis as suas citações, sob pena de ser desconsiderada tal denunciação.Apresentada a qualificação e o endereço, citem-se.Manifestem-se as partes sobre a eventual contestação e se possuem outras provas a produzir.Nada sendo requerido, voltem os autos conclusos para o DESPACHO saneador.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002042-37.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Allan Denis de Souza Garcia
Advogado:Defensor Público (- -)
Requerido:Genival Marcos Teles
DESPACHO :
DESPACHO A parte autora pugna pela citação dos executados via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo, existe um endereço em nesta cidade, que ainda não foi diligenciado.Assim, cite-se o requerido. Expeça-se o necessário.Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso o requerido não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003055-71.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Natália Silva Ardaia
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:José Wagner Beijo Silva, Celson Beijo de Jesus, Maria de Lurde Silva
DESPACHO :
DESPACHO A parte autora pugna pela citação dos executados via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra o recibo, existe um endereço em Gloria de Dourados/MS, que ainda não foi diligenciado.Assim, cite-se o requerido. Expeça-se a carta precatória.Na hipótese de a diligência ser negativa, cite-se por edital. Caso o requerido não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas. Apresentada a defesa, intime-se a requerente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000132-09.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Rodão Auto Peças Ltda
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Medeiros & Alves Comércio de Pneus Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi negativa. Manifeste-se a exequente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000796-40.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Samael Freitas Guedes
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Cláudio Roberto Maia Gomes
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido do exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi negativa. Manifeste-se o exequente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001716-14.2012.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Rodão Auto Peças Ltda
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Solange da Silva Azulay
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade as respostas, que foram positivas. Manifeste-se a requerente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004396-69.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Jocieli da Silva Vargas (RO 5180), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Nara Lima Carvalho (AOB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado:Centro Pague Menos Comércio Representações Lda, Francisco Elder Marinho Araújo Filho
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido do exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi positiva.No tocante à renúncia de fls. 57, considerando que a parte possui outros advogados, providencie-se a exclusão do nome da advogada do SAP.Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, em 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004858-26.2012.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Procurador do Municipio de Guajará Mirim (ro) (NÃO não consta)
Executado:Cláudio Roberto Scolari Pilon
DESPACHO :
DESPACHO 1) Providencie a escrivania a regularização e numeração das folhas.2) Indefiro o pedido de citação por edital, pois conforme a certidão de fls. 21, a parte apenas não foi localizada no dia da diligência, não havendo nenhuma informação nos autos que esteja em lugar incerto e não sabido.3) Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004981-24.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Daynne Francyelle de Godoi Pereira (GO 30368)
Executado:Comercial Central Supermercados e Comercio de Varejo e Atacado Ltda Me
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido do exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi positiva.No tocante à renúncia de fls. 61, considerando que a parte possui outros advogados, providencie-se a exclusão do nome da advogada do SAP e inclusão do advogado indicado às fls. 5.Manifeste-se o exequente em termos de prosseguimento, em 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005282-68.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. S. Comercial Importadora e Exportadora de Alimentos Ltda
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Executado:Welington Teixeira de Albuquerque Me
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido do exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi negativa. Manifeste-se a exequente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000745-92.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Nara Lima Carvalho (AOB/RO 5416)
Executado:Freire e Flavio Comércio de Aletrodomésticos Ltda Me, Valdomiro Flávio da Silva, Esdra Rodrigues Freire
DESPACHO :
DESPACHO A parte autora pugna pela citação dos executados via edital.Tendo em vista o Ofício Circular n°. 009/2012/GAB/PR, datado de 05 de março de 2012, onde consta recomendação para que antes de determinar a citação por edital, os magistrados tentem confirmar o endereço ou encontrar o paradeiro dos réus por meios de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, nesta data pesquisei pelo INFOJUD e, como demonstra os recibos, os endereços localizados são os mesmos constantes nos autos. Assim, citem-se os requeridos por edital. Caso não constituam defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestarem.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001689-94.2013.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Indústria e Comércio de Madeira São Luiz Exp. e Imp. Ltda, Maria Arimar Ferreira Mendes, Francisco Chaves dos Santos
Advogado:Flávio Conesuque Filho (RO 1.009)
Embargado:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (AM 4.624), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
DESPACHO :
DESPACHO Aguarde-se o cumprimento do DESPACHO do processo principal.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0042116-12.2008.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (0000)
Executado:Menadora de Oliveira Gomes Me
DECISÃO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade as respostas, que foram negativas. Defiro o pedido de suspensão de fls. 77. Transcorrido o prazo, manifeste-se a exequente em termos de prosseguimento, independente de intimação, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002241-30.2011.8.22.0015
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Olímpio Santiago
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido de fls.106. Inclua-se o Estado de Rondônia no polo ativo da demanda.Manifeste-se o Estado se possui interesse em outras provas a produzir.Caso positivo, voltem os autos conclusos.Em caso negativo ou de inércia, voltem conclusos para SENTENÇA .Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005406-51.2012.8.22.0015
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Adão Quintão
Advogado:Oscar Luchesi (109 oab)
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 361. Providencie a escrivania a inclusão do Estado no polo ativo.No tocante ao pedido de fls. 362, fica deferida carga rápida dos autos a Procurador do Estado devidamente habilitado, mormente porque este juízo não conta com serviço de reprodução e o feito já conta com mais de 300 páginas.Considerando que o requerido, em sua defesa, não ingressou no MÉRITO de demanda, postulando pela produção de prova oral (fls. 359/360), não vislumbro motivos para encaminhar os autos ao Ministério Público para réplica.Assim, especifiquem as demais partes as provas que pretendem produzir, manifestando-se sobre a sua conveniência e necessidade, de modo justificado, no prazo de 5 (cinco) dias. Pretendendo as partes a produção de prova testemunhal, devem apresentar o rol de testemunhas no prazo de 5 dias, a contar deste DESPACHO , esclarecendo no mesmo prazo acerca da necessidade de intimação. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0036100-08.2009.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (0000)
Executado:Kagel Transp. de Cargas Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta, que foi negativa. Manifeste-se a Fazenda quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004542-81.2010.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Newmaq Eletrodomésticos Ltda
Advogado:Henrique Schmidt Zalaf (SP 197237), Vinícius de Sordi Vilela (SP 196575), Samael Freitas Guedes (RO 2596), Roberto Jarbas de Souza (RO 1246), Mônica Ap. Jamitz Bicudo (115.390)
Requerido:Vemol Moveis e Eletrodomesticos Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD e pesquisa de bens pelo sistena INFOJUD. Junto nesta oportunidade as respostas, que foram negativas.Manifeste-se a exequente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001308-57.2011.8.22.0015
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública Estadual
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (0000)
Executado:L da Silva Simões Me
DESPACHO :
DESPACHO Defiro o pedido da exequente, motivo pelo qual solicitei informações de veículos pelos sistema RENAJUD. Junto nesta oportunidade a resposta.Manifeste-se a Fazenda quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002987-92.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Oswaldo Narvaes Júnior
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
DECISÃO :
DECISÃO Converto o julgamento em diligência.Remetam-se os autos à contadoria para verificação dos cálculos apresentados pelo requerente às fls. 09, devendo levar em consideração a prescrição quinquenal, no prazo de 20 dias.Com a apresentação dos cálculos, vista as partes.Após, nada sendo requerido, voltem conclusos para SENTENÇA .Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000595-48.2012.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (4986)
Requerido:Charles do Nascimento Silva
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)

DESPACHO :
CHAMO O FEITO À ORDEMCompulsando os autos verifica-se que não foi analisado o pedido de fls. 39.Assim, defiro a busca e apreensão do veículo, no endereço informado pelo requerente às fls. 39.Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541-2438, 2389
ramal: 230
fax: 3541-2013

Proc.: 0003205-23.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Jimi Roberto Cao Chaves
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Finasa Bmc Sa
Custas Finais: Fica intimada a parte JIMI ROBERTO CAOS CHAVES, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo as custas finais nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, no valor de R$ 10,94 (dez reais e noventa e quatro centavos), sob pena de encaminhamento do débito para inscrição na Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se .

Proc.: 0006371-63.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Hipolinário Chaves Vaca
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Bfb Leasing S.a Arrendamento Mercantil
Advogado:Melanie Galindo Martinho (RO. 3.793)
Custas Finais: Fica intimada a parte HIPOLINÁRIO CHAVES VACA, bem como seu advogado, para recolhimento do débito relativo as custas finais nos autos mencionados, no prazo de 5 (cinco) dias, no valor de R$ 8,27 (oito reais e vinte e sete centavos), sob pena de encaminhamento do débito para inscrição na Dívida Ativa. Publique-se. Cumpra-se .

Proc.: 0003202-68.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Carlos Augusto Couteiro
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S/a
Advogado:Marcelo Orabona Angélico (OAB/SP 94.389), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1.620)
Custas Finais: Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 18,30 (dezoito reais e trinta centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. Fica também a parte autora intimada por via de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, para se manifestar acerca dos cálculos da Contadoria Judicial dos honorários de condenação às fls. 95/96.

Proc.: 0002417-38.2013.8.22.0015
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Francisco Wesley Nasareno Melo Torres, Haylana Melo Torres
Advogado:Cherislene Pereira de Souza (RO 1015)
Custas Finais: Fica a parte autora, por via de sua Advogada, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 164,85 (cento e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000392-52.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:V. P. da Silva Oliveira Com. Imp. e Exp.com. potosi
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Raimundo Nonato da Silva
Advogado: Hélio Fernandes Moreno (RO 227-B)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls 33/35, onde a parte requer juntada do comprovante de depósito no valor de R$ 879,28 (oitocentos e setenta e nove reais e vinte e oito centavos), sob pena de extinção/arquivamento dos autos.

Proc.: 0002286-63.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894), Maria Lucilia Gomes (OAB/RO 2210)
Requerido:Azulzinho Comércio Varejista de Gáz Bebidas Imp. e Export. Ltda
SENTENÇA :
SENTENÇA Banco Bradesco S/A, com base no art.3º Dec. Lei 911/69 interpôs a presente ação de busca e apreensão contra Sebastião Souza da Conceição, alegando que por contrato de abertura de crédito para financiamento direto para a compra de um veículo, o requerido não pagou as prestações pactuadas. Apresentou os documentos de fls.03/32.Deferida liminarmente a medida (fls.33/34), o bem foi apreendido e entregue ao requerente. A apreensão e a citação foram realizadas às fls.39, porém, o requerido quedou-se inerte.É o RELATÓRIO . Decido.Cuida-se à espécie de ação de busca e apreensão de veículo em sede de contrato de alienação fiduciária, onde a ré deixou de cumprir a obrigação pecuniária devida, razão pela qual, sofreu a presente medida de apreensão do veículo. Nos contratos de alienação fiduciária regidos pelo Decreto-Lei 911/69, é facultado ao credor considerar vencidas toda a obrigação contratual. Por outro lado, incumbe ao dever, após a citação, quitar integralmente o débito, não havendo possibilidade de fracionamento. Conforme se infere nos autos, o requerido, devidamente citado, não purgou a mora, situação esta que leva ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, inciso II, do Código de Processo Civil. Diante do exposto, a ação é procedente, pois, ante a revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na inicial, e estes levam às conseqüências jurídicas por ela apontadas.Recuperado entretanto o bem, a ação não terá execução específica de perseguição a ele, bastando na estrutura da alienação fiduciária, consolidar em poder do autor domínio e posse, restando o mais no âmbito da

sucumbência.Com fundamento no art. 66, da Lei 4.728/65 e no Decreto-Lei 911/69, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial consolidando nas mãos do autor o domínio e a posse plena e exclusiva do bem, cuja apreensão liminar torno definitiva, CONDENANDO o requerido ao pagamento das custas, inclusive do protesto, despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% (dez porcento) do valor atribuído à causa, devidamente atualizado.Faculto ao autor a venda do bem, na forma do § 5º., do art. 3º., do Decreto-Lei 911/69.Oficie-se ao DETRAN/RO comunicando que o autor está autorizado a proceder a transferência do bem a terceiros. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente no SAP. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003926-38.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Marcelo Silva de Souza
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Executado:B.v. Financeira S.a Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990)
DESPACHO :
DESPACHO Em que pese o pleito (fls.107/108), vislumbro que o mesmo não merece guarida.Não se pode imputar multa ao executado, se não havia determinação a respeito do tema em sede de DESPACHO incial e nem ao menos tinha sido expedido ofício ao Cartório de Protesto competente.De outro turno, acolho o pedido (fls.91/92) e o feito prosseguirá com o valor isento de multa.Anoto ainda, que já fora expedido ofício ao Cartório de Protesto da Comarca de Bacabal/MA às fls.111. Após, voltem os autos conclusos para bloqueio dos valores, acrescido dos honorários da fase de execução que fixo em 10%.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001652-67.2013.8.22.0015
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Orlanda de Souza Mariano de Araújo
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Embargado:Município de Nova Mamoré Ro
Advogado:Marcos Araújo (RO 846)
DESPACHO :
DESPACHO O processo está em ordem, as partes são legítimas e estão devidamente representadas.Não há preliminares a serem analisadas, razão pela qual declaro saneado os autos. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de setembro de 2013, às 10h00, ficando as partes comprometidas de trazerem suas testemunhas à audiência independentemente de intimação, sendo que a ausência das mesmas à audiência importara em presunção de desistência tácita quanto a oitiva das mesmas.Caso alguma testemunha se recuse a comparecer espontaneamente, as partes deverão pedir a intimação da mesma com antecedência mínima de 15 dias da data de realização do ato, o que desde já fica deferido. Intimem-se as partes. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002523-97.2013.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:S. S. G. S.
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Requerido:M. O. S.
Advogado:Sebastião Uendel Galvão Roberto (OAB/RO 1730)
DESPACHO :
DESPACHO Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0001046-10.2011.8.22.0015
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Cicero Francisco Muniz Pereira
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco Panamericano S/a
Advogado:Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
DESPACHO :
DESPACHO Apresente o pagamento das custas finais.Após, arquivem-se os autos.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0006134-29.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Raimundo Mendes de Araújo
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Bv Financeira S.a. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990)
DESPACHO :
DESPACHO Intime-se por derradeira vez o causídico do autor para retirar o alvará judicial expedido às fls.130.Após, em caso de inércia, certifique-se e providencie-se o envio dos valores à conta judicial centralizadora, administrada pelo Tribunal de Justiça, nos termos do §7º do art. 447, das Diretrizes Gerais Judiciais.Após, arquive-se. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003053-38.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lívia Bianca da Silva
Advogado:Defensoria Pública (- -)
Requerido:Gilberto Domingues Alves
DESPACHO :
DESPACHO Compulsando os autos verifico que até o presente momento não fora efetuada a coleta do material para o exame de DNA e o efetivo deslinde da causa.Assim, tendo em vista que a solução do caso é a coleta conjunta das partes para o melhor resultado do exame, mormente em razão de que o menor e sua genitora encontram-se na cidade de Guajará-Mirim.Diante do fato de que para a resolução dos autos dependem exclusivamente do resultado do referido exame, defiro o exame pericial de DNA, pleiteado e nomeio para a função de Perito Judicial, o Diretor do Instituto de Perícias Científicas- IPC, tendo como Diretor Técnico o Dr. Helder Figueiredo, independentemente de compromisso, que será

intimado da nomeação via perito auxiliar. Para a função de Perito auxiliar, nomeio o Sr. Francisco Oátomo Ribeiro de A. Filho, credenciado pelo Laboratório nomeado e a quem incumbirá o envio do material ao laboratório, após o pagamento integral do exame pericial. Designo o dia 18/09/2013 às 15:00 horas, na sede deste Juízo (Fórum Nelson Hungria - Sala de Audiência da 2ª Vara Cível) para a coleta do material, devendo as partes comparecem ao local da coleta, ficando certo que o não comparecimento de qualquer um deles determinará a preclusão da prova com as conseqüência legais, daí advindas. Cientifique-se o requerido, de que é de sua responsabilidade o pagamento do referido exame, devendo trazer consigo o valor do exame em dinheiro para o local da coleta.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0004411-38.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Ferreira Pardinho
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Requerido:Jorge Rangel
DESPACHO :
DESPACHO Considerando a nova sistemática adotada pelo Egrégio Tribunal de Justiça, quanto à movimentação dos autos e sua suspensão.Remetam-se os autos ao cartório para aguardar o decurso do prazo da suspensão deferida às fls.23. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0005277-46.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gutemberg Nogueira Caixeta
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Requerido:Banco Ibi Banco Bradescard
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RJ 126.358), Diogo Morais da Silva (3830), Karina de Almeida Batistuci (RO 4571)
DESPACHO :
DESPACHO Defiro como requer a exequente às fls.110, expeça-se alvará judicial para levantamento dos valores depositados pelo executado (fls.106/108).Intime-se o autor para retirada do referido alvará.Apurem-se as custas.Após, arquivem-se os autosGuajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000234-94.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anamélia Gama Palos
Advogado:Audrey Cavalcante Saldanha (RO 570a)
Requerido:Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo Assupero
Advogado:Dayan Roberto dos Santos Cavalcante (OAB/RO 1679)
DESPACHO :
DESPACHO O processo está em ordem, as partes são legítimas e estão devidamente representadas.Não há preliminares a serem analisadas, razão pela qual declaro saneado os autos. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de setembro de 2013, às 9h30, ficando as partes comprometidas de trazerem suas testemunhas à audiência independentemente de intimação, sendo que a ausência das mesmas à audiência importara em presunção de desistência tácita quanto a oitiva das mesmas.Caso alguma testemunha se recuse a comparecer espontaneamente, as partes deverão pedir a intimação da mesma com antecedência mínima de 15 dias da data de realização do ato, o que desde já fica deferido. Intimem-se as partes. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000185-53.2013.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Rosemary Rodrigues Nery, Paulo Zeed Sobrinho
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B)
Embargado:N. E. Bouchabki Material de Construção Imp. e Com.
DESPACHO :
DESPACHO Ante a petição (fls.44), expeça-se novo MANDADO de citação.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0005365-84.2012.8.22.0015
Ação:Usucapião
Requerente:Maria Fernandes da Silva
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Requerido:Mirtes Alves da Silva
DESPACHO :
DESPACHO Intime-se a parte autora para dar prosseguimento no feito.Ao final, dê-se vistas ao MP.Após, conclusos. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0004649-57.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Trabalhadores da Saúde do Municipio de Guajará Mirim . Sinsag
Advogado:Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
Advogado:Janaina Pereira de Souza Florentino (RO 1502)
DESPACHO :
DESPACHO Defiro como requer o requerido (fls.53). Após, dê-se vistas a parte autora.Ao final, venham os autos conclusos para SENTENÇA .Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0003928-08.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gutemberg Nogueira Caixeta
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (OAB/RO 2892)
Requerido:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
DESPACHO :
DESPACHO Intime-se o requerido para adimplir o valor residual do débito indicado às fls.129 pelo exequente.Após, em caso de inércia, voltem os autos conclusos para bloqueio dos valores. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002973-74.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado:Robson Alves Gutierres, Isaias Alves, Associação dos Produtores Rurais do Bom Sossego.aspros

DESPACHO :
DESPACHO Intime-se o exequente por derradeira vez, para que proceda o pagamento de forma correta, nos moldes indicados na certidão (fls.76), no prazo de 10 (dez) dias.Ainda cumpra integralmente o DESPACHO (fls.71).Pena: arquivamento/ extinção.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002458-73.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:João Batista
Advogado:Alexandre dos Santos Nogueira (RO 2892)
Executado:Banco BMG S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (2913)
DESPACHO :
DESPACHO Antes de apreciar o pedido (fls.195), remetam-se os autos à Contadoria Judicial, para apuração do débito exequendo atualizado.Determino ainda a inclusão de multa no percentual de 20%, que se reverterá em proveito do credor, nos termos do art. 600 e 601 do CPC, posto que o executado provocou tumulto processual aos autos, colacionando comprovantes de depósito inexistentes, postergando-se assim o adimplemento do débito.Após, conclusos para análise do pedido de bloqueio. Intime-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0002729-14.2013.8.22.0015
Ação:Despejo (Cível)
Requerente:Jorge Vassilakis
Advogado:Jordão Demétrio Almeida (2754)
Requerido:Importadora & Exportadora Mundial Ltda, Comercial Ebem Ezer Importadora Ltda
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774), Antônio Bento do Nascimento (5544), Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
DESPACHO :
DESPACHO Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Expeça-se o necessário.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Proc.: 0000669-68.2013.8.22.0015
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:Alzira Maria de Oliveira Souza, João Batista Felix dos Santos
Advogado:Sérgio Roberto Bouez da Silva (OAB/RO 3308)
Intimação Parte Autora: fica a parte autora, através de seu advogado, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada a efetuar a retirada do MANDADO de Averbação, para cumprimento.

Proc.: 0025928-17.2003.8.22.0015
Ação:Inventário
Requerente:M. de O. G. J. de O. G. M. de O. G. N. de O. G. A. O. G. R. O. G. D. de O. G. J. A. O. G.
Advogado: Audrey Cavalcante Saldanha (OAB/RO 570A)
Inventariado:L. O. G.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 297: C E R T I D Ã O.Certifico que transcorreu o prazo suspensivo, conforme DESPACHO de fl. 294. O referido é verdade. Dou fé.Guajará -Mirim, 2 de agosto de 2013.Diretora de cartório.assinatura digital

Proc.: 0002254-92.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:J. V. S. P.
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (RO 227-B), Suzana Cury El Chebib Filha (521-A)
Executado:V. V. P.
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 57 :C E R T I D Ã O.Certifico que transcorreu o prazo suspensivo, conforme DESPACHO de fl. 56. O referido é verdade. Dou fé.Guajará -Mirim, 2 de agosto de 2013.Diretora de cartório.assinatura digital.

Proc.: 0000965-27.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paulo do Nascimento Soliz
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435)
Requerido:Sul América Compahia de Seguros Gerais
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 136 : C E R T I D Ã O.Certifico que a r. SENTENÇA de fl. 135 transitou em julgado. O referido é verdade. Dou fé.Guajará -Mirim, 2 de agosto de 2013.fran.Diretora de cartório.assinatura digital. Fica, ainda, a parte autora intimada para, no mesmo prazo retirar o cheque nominal constante nos autos à fl 134.

Proc.: 0001340-91.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira da Silva Basílio
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962)
Requerido:Itaú Unibanco Holding S.a
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl34 : C E R T I D Ã O.Certifico que o requerido foi citado e intimado, conforme carta precatória de fls. 32/33, tendo transcorrido o prazo sem que fosse apresentada manifestação/contestação. O referido é verdade. Dou fé.Guajará -Mirim, 2 de agosto de 2013.Diretora de cartório.assinatura digital.

Proc.: 0001950-59.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
Requerido:E. M. de Amorim Me, Emerson Miranda de Amorim
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
DE: E.M. deAmorim Me, CNPJ nº 08.930.008/0001-69, através de seu representante legal Emerson Miranda de Amorim, brasileiro, comerciante, portador do CPF. nº 869.328.372-34, com endereço incerto e não sabido.
FINALIDADE : Citar o requerido para efetuar o pagamento ou entrega da coisa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação deste edital. O cumprimento o isentará de custas e honorários advocatícios. Fica advertido o requerido se não forem opostos embargos, no referido prazo, constituir-se-á, de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo. Tudo mais conforme r. DESPACHO abaixo transcrito.

DESPACHO INICIL: A. 1. Defiro a expedição de MANDADO de pagamento ou de entrega da coisa, no prazo de quinze dias (art. 1.102a, CPC), consigne-se no MANDADO que o seu cumprimento pelo réu o isentará de custas e honorários advocatícios. Se necessário for, expeça-se carta precatória com prazo de 30 dias. Advirta-se que se não forem opostos embargos, no referido prazo, constituir-se-á, de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo. 2. Defiro ao Sr. Meirinho proceder às diligências na forma do § 2º, do artigo 172, do Código de Processo Civil. Intime-se e expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 23 de abril de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

DESPACHO DE FL.31: 1. Cite-se o requerido por edital. 2. Caso o requerido não constitua defensor, desde já nomeio como curador especial o Defensor Público atuante nesta vara, a quem devem ser abertas vistas.Apresentada a defesa, intime-se o requerente para se manifestar e, depois, venham os autos conclusos.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 27 de junho de 2013.Paulo José do Nascimento Fabrício Juiz de Direito

Sede do Juízo: Fórum Nelson Hungria, Av. 15 de Novembro, 1981, Serraria, Guajará-Mirim-RO, 76850000. Tel 69 3541 2389. E-mail:gum2civel@tjro.jus.br

Guajará-Mirim, 04 de julho de 2013. Juiz de Direito - Assinatura Digital

Juserina Fátima Flôres
Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0004509-59.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Faz.Pública)
Exequente:Elisa Dickel de Souza
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Executado:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos.Considerando que o valor sequestrado por meio do sistema BACENJUD foi regularmente transferido para a conta bancária da parte credora, conforme atesta o ofício de fls. 57/60, DECLARO EXTINTO FEITO, nos termos do art. 794, inciso I do Código de Processo Civil.Liberem-se eventuais constrições.Sem custas e honorários nesta instância (art. 55, parágrafo único, da Lei 9.099/95).P.R.I. Cumpra-se.Arquive-se, oportunamente.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0001748-21.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sônia Lúcia Costa
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Daiane Dias (2156/OAB/RO)
DESPACHO :
DESPACHO 1- Altere-se a classe processual para Cumprimento de SENTENÇA .2- Após, cite-se nos termos do art. 730 do CPC.3- Vindo embargos, venham os autos conclusos.4- Decorrido o prazo sem interposição de embargos e restando dados incompletos, desde já fica intimada a parte credora para que apresente os documentos e informações bancárias necessários, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de arquivamento.5 - A seguir, considerando que o valor do RPV no Município de Jaru/RO é de 05 (cinco) salários mínimos (Lei 1.054/GP/2007) e o valor exequendo excede a esta quantia, requisite-se o pagamento do precatório, por intermédio do Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia (art. 730, inciso II do CPC), enviando-se as cópias devidamente autenticadas, conforme exigiu-se no ofício de n. 175/2010. Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003010-06.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Joberto Rodrigues Oliveira
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Toyoo Watanabe Júnior (OAB/RO 5728), Willame Soares Lima (OAB/RO 949), Ana Paula de Freitas Melo Chagas (Doc. não informado)
intimar o procurador doautor par ano prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 27/33, tempestiva
Sueli Cavalieri Beltrão
Chefe de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001238-08.2013.8.22.0003
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Wesley Teixeira Lima
Advogado:Carlos Pereira Lopes (RO 743)
DESPACHO :
Designo o dia 29/8/2013, às 10h00m, para audiência de instrução e julgamento.Int. Expeça-se o necessário. Certifique-se a publicação no DJE.Jaru-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Ozir de Oliveira Alves
Chefe de Cartório

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0003918-63.2013.8.22.0003
Ação:Guarda
Requerente:J. C. A. S.
Advogado:Simone Santos Silva (OAB/RO 2957)
Requerido:R. F. M.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DECISÃO :
Vistos, etc.Trata-se de pedido de antecipação de tutela em ação de guarda, ajuizada por Junior Cezar Abreu Silva em face de Ricardo Francisco Machado, visando a imediata obtenção da guarda de sua filha HEMILLY ALVES DA SILVA, uma vez que a mesma estaria sob os cuidados do padrasto e que a genitora, antes do óbito ocorrido em 14/07/13, não o deixava ver a criança.É bem sabido que a concessão da tutela antecipada, na forma do art. 273 do CPC, está subordinada: a) à constatação de prova inequívoca da verossimilhança das alegações da autora e b) à existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, ou ainda, que fique caracterizado o abuso de direito ou conduta protelatória por parte do requerido.No caso destes autos, entretanto não vislumbro o preenchimento dos requisitos para eventual concessão da guarda inaudita altera pars, uma vez que a menor encontra-se sob a guarda de fato do requerido e foi concedida provisoriamente nos autos n. 0003674-37.2013.8.22.0003.Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.Considerando que o feito n. 0003674-37.2013.8.22.0003 foi ajuizado anteriormente, proceda o apensamento deste naquela ação de guarda, onde a demanda deverá prosseguir, sendo que este permanecerá suspenso até DECISÃO final.Int.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito
Proc.: 0000147-77.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. Â. do P.
Advogado:Josué Leite (RO 625-A)
Requerido:D. de C. P.
Advogado:Anadrya Sousa Terada Nascimento (OAB/RO 5216), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
SENTENÇA :
SENTEÇAVistos, etc;1- Altere-se a classe da ação para retificação de regime de bens, uma vez que conforme a emenda de fls. 38/49, houve alteração do pedido autoral.2- José Angelo do Prado, inventariante do Espólio de João Prado, ajuizou ação declaratória de nulidade do ato de regime de casamento em desfavor de Domingas de Campos Prado, todos qualificados nos autos em epígrafe. Alegou que a demandada contraiu núpcias com o pai João Prado em 24/09/1977, sob o regime da comunhão de bens. Contudo, o Sr. João era viúvo da Sra. Lázara Francisco Prado, que faleceu em 11/04/1974, e com quem no mês de janeiro de 1973, adquiriu o Lote n. 60, da Gleba n. 62, do Projeto Integrado de Colonização Padre Adolfo Rohl, no Município de Jaru. Sustentou que não fora feito o inventário dos bens deixados pela falecida Sra. Lazara e, agora, também com a morte do Sr. João, o referido imóvel está sendo inventariado, mas com a morte de ambos, o bem descrito deve ser transferido aos filhos do casal. Porém, a segunda esposa do Sr. João almeja receber parte o imóvel, alegando que tem direito por ser casada no regime de comunhão de bens, quando na realidade a disposição do Código Civil de 1916, vigente na época do casamento, determinava que o regime adotado deveria ser o de separação total de bens. Requereu a anulação do regime do casamento de falecido João Prado e Domingas de Campos, a fim de que passe a ser separação de bens (fls. 03/09). Juntou documentos (fls. 10/33).Determinada a emenda (fls. 35/36), o autor fez a devida adequação do seu pedido final, a fim de houvesse a alteração do regime de casamento do de cujus Sr. João Prado e Domingas de Campos Prado, para que onde está regime de comunhão de bens, passe a consignar o regime de separação de bens. Ainda, juntou a cópia da certidão de óbito do Sr. João (fls. 38/50).A emenda foi recebida e determinada a citação (fls. 52).A requerida, em seu turno, alegou a prescrição, uma vez que já decorreu de mais de 02 (dois) anos do matrimônio, conforme prevê o art. 1560 do Código Civil. Disse que houve alteração do código civil, bem como que o autor é parte ilegitima para propôr a ação e também não prevalece o pedido de retificação do regime de bens porque o antigo código não previa essa alteração. Requereu a improcedência do pedido inicial (fls. 59/63). Juntou documentos (fls. 64/65).O autora impugnou a defesa e ratificou a sua pretensão (fls. 70/77).A requerida pugnou pela improcedência da ação (fls. 81/82).O autor pleiteou a oitiva de testemunhas (fls. 84/85). Designou-se audiência de instrução (fls. 87 e 94).Realizada a audiência de instrução, as partes se fizeram presentes e foram ouvidas 05 (cinco) testemunhas (fls. 99/102). A parte autora apresentou alegações finais (fls. 107/111).A parte requerida também apresentou seus memoriais escritos (fls. 113/116).É o RELATÓRIO . Passa-se a fundamentação. A pretensão visa a retificação do regime de casamento do genitor do autor João Prado, já falecido) e a Sra. Domingas de Campos Prado, já que estes adotaram o regime de comunhão de bens, quando entende que na realidade deveria ser o regime de separação de bens, já que o imóvel adquirido com a primeira esposa não havia sido partilhado quando firmou o segundo matrimônio. A prescrição aduzida pela demandada, como prejudicial de MÉRITO , não merece prosperar tendo em vista que o artigo utilizado pela defesa para basear esta tese não se refere ao prazo para pedir a retificação de regime de bens.É notável que o art. 1560, do Código Civil, preceitua o lapso prescricional para a anulação de casamento, que se trata de circunstancia diversa do caso em apreço.Assim sendo, como não há previsão limitando prazo para se alterar o regime de bens adotado no matrimônio, rejeita-se a prescrição alegada. No tocante ao MÉRITO , entende o Juízo que o pedido de retificação no caso em apreço não encontra respaldo legal, pois, em que pese o Sr. João Prado ter se casado pela segunda vez com a requerida Domingas, sem antes efetuar o inventário dos bens

deixados pela primeira esposa, a de cujus Lazara Francisco Prado, contrariando a disposição do art. 225 do Código Civil de 1916, vigente à época do matrimônio em 04/09/1977, isso por si só, não torna nulo o negócio jurídico do segundo casamento ou cessa o direito sucessório dos herdeiros da falecida primeira esposa sobre os bens que deixou.É de suma importância registrar que o Código Civil ora vigente, estabelece que somente os nubentes podem alterar o regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros (Parágrafo 2°, do Art. 1639). Não há previsão legal para terceiros pleitearem judicialmente a alteração do regime de bens do casamento, ainda mais, quando um dos cônjuges já é pessoa falecida. Apenas, há disposição para os próprios cônjuges, em conjunto,efetuarem essa medida.Outrossim, o caso em apreço não se refere a qualquer das hipóteses de que o regime de bens a ser adotado pelo matrimônio seja obrigatoriamente o de separação de bens. Isso considerando o que rege o Código Civil vigente a época do casamento do genitor do autor com a requerida, em 04/09/1977, bem como o atual Código Civil.Dessa feita, conclui-se portanto, que improcede o pedido de retificação e ao pedido não se adequa ao que elenca o art. 109, da Lei n. 6.015/73, já que o filho não tem legitimidade para requerer a alteração do regime de bens adotado pelo seu falecido genitor. No mais, o Juízo compreende que os depoimentos colhidos na audiência de instrução realizada são de suma importância para esclarecer em que tempo ocorreu a aquisição/propriedade do imóvel rural inventariado nos autos em apenso, que é autuado sob o n. 0000998-53.2012.8.22.0003.E nesse diapasão, a fim de solucionar os debates existentes no inventário supracitado, em relação a área que pode ou não ser inventariada referente ao imóvel rural denominado Lote 60, da Gleba n. 62, do Projeto Integrado Colonização Padre Adolpho Rohl, em Jaru, cópias dos depoimentos colhidos neste feito deverão ser acostados naquela ação, pois servirão de prova emprestada.Por fim, esclarece-se que isso se dará em razão de que é possível a apreciação desta questão incidente naquele próprio inventário, já que não fora ajuizada demanda declaratória nesse sentido. Ante o exposto, DECLARO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por José Angelo do Prado em desfavor de Domingas de Campos Prado, com fundamento no art. 269, I, do CPC c/c art. 1639, §2°, do CC. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais, até o trânsito em julgado. Não o fazendo, prossiga, conforme determina o inciso IV, do art. 2° da Instrução do TJRO n. 008/2010/PR, enviando-se os autos a contadoria judicial para apuração das custas processuais atualizadas e em seguida, intimando-se a parte autora, via advogado, pelo DJ, para comprovar o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, que desde já fica autorizada em caso de omissão.Condeno o autor ao pagamento dos honorários advocatícios, estes que fixo em R$ 1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 20, §4°, do CPC.Após o trânsito em julgado, junte-se cópia desta SENTENÇA , da ata e depoimentos de fls. 99/102 no inventário em apenso, autuado sob o n. 0000998-53.2012.8.22.0003, pois estes últimos documentos servirão de prova emprestada para solução do debate entre os herdeiros, no tocante ao imóvel rural lá inventariado.P.R.I. Cumpra-se.Oportunamente, desapensem-se e arquivem-se os autos.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004124-14.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juliana Maria Rodrigues
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
intimar os procuradores das partes da informação do perito Wanderley Antônio de Araujo do NÃO comparecimento da autora na pericia agendada para o dia 10 de julho 2013.

Proc.: 0002599-60.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Remualda Vidal
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (RO 1658)
Requerido:Banco Bonsucesso S. A.
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Victor Ribeiro Zadorosny (MG 111.038)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 54/80, tempestiva.

Proc.: 0005148-77.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edina Lima Agueiro
Advogado:Corina Fernandes Pereira (RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767), Ernesto Borges Filho (OAB/MS 379), Renato Chagas Corrêa da Silva (MS 5871), Vair Helena Arantes Paulista (OAB/GO 28.459-A), Marcos Vinicius Lucca Boligon (OAB/MT 12.099-B), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Luana Gorayeb Guimarães (OAB/RO 5094)
intimar os procuradores das partes da pericia agendada para o dia 11 de setembro de 2013, no norário das 15:00 às 16:00 horas, na Clinica Rio Branco, DEVENDO o procurador do autor conduzir a autora perante o perito dr Wanderley Antônio de Araujo.

Proc.: 0001315-51.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aliana Maria Anselmo
Advogado:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
intimar os procuradores das partes da pericia agendada para o dia 04 de setembro de 2013, no norário das 15:00 às 16:00 horas, na Clinica Rio Branco, DEVENDO o procurador do autor conduzir a autora perante o perito dr Wanderley Antônio de Araujo

Proc.: 0018386-71.2009.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Benedita Helena Barros
Advogado:Wilma Gomes de Morais (OAB/RO 1809), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Advogado:Advogado Não Informado ( )
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação oriundo do TRF 1ª Região acerca do pagamento do RPV de fls. 139/140

Proc.: 0078780-49.2006.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Valmir Silva Sena
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação oriundo do TRF 1ª Região acerca do pagamento do RPV de fls. 181/182

Proc.: 0004318-48.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adivaldo da Silva Virgilio
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Helder Braga Arruda Junior ( )
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação oriundo do TRF 1ª Região acerca do pagamento do RPV de fls. 169/170

Proc.: 0003420-35.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Neide Pereira da Silva
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do TRF 1ª região do pagamento do RPV de fls. 105//106

Proc.: 0002225-15.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Gomes da Silva
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do TRF 1ª região do pagamento do RPV de fls. 145/146

Proc.: 0001530-27.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Guisso de Lima
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do TRF 1ª região do pagamento do RPV de fls. 104

Proc.: 0004652-82.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Teixeira Pena
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952), Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do TRF 1ª região do pagamento do RPV de fls. 95/96

Proc.: 0038553-56.2002.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Adão Martins da Silva, Marcos Martins da Silva, Gelson Martins da Silva
Advogado:Josué Leite (RO 625-A), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868), Josué Leite (RO 625-A), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868), Josué Leite (RO 625-A), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Valdinéia Maria Maifrede Motta (RO 664)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do pagamento do RPV, honorários de sucumbencia informando as fls. 155, pelo TRF 1ª região

Proc.: 0026869-90.2009.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Benedita Onofre Chrespim
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (OAB/RO 3999)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação do pagamento do RPV, informando as fls. 172 pelo TRF 1ª região

Proc.: 0002123-56.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Severo da Silva Filho
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OABRO 4120), Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986), Fernando Augusto Alves Pinto (OAB/SP 203501), Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335)
intimar os procuradores das partes para no prazo de 05 dias manifestar da volta do processo do TJ/Ro

Proc.: 0001147-15.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cícero Sobral
Advogado:Corina Fernandes Pereira (RO 2074)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos, etc;CICERO SOBRAL ajuizou ação de ação de cobrança de seguro DPVAT em desfavor de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, onde o requerente pretende receber o seguro previsto na Lei 6.194/74, no caso de invalidez permanente. Segundo a autora, no dia 11/07/2010 foi vítima de acidente de trânsito, acarretando-lhe debilidade permanente em decorrência da lesão que provocou fratura do joelho esquerdo. Requereu o pagamento da diferença da indenização, pois apenas recebeu administrativamente o valor de R$ 1.687,50. Portanto, agora almeja receber o montante remanescente a que tem direito

(25% do valor máximo da indenização do seguro DPVAT), qual seja, o montante de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), bem como a concessão da gratuidade judiciária (fls. 03/11). Juntou documentos (fls. 12/25).Foi determinada a citação e concedido a gratuidade judiciária ao demandante (fls. 27).A parte requerida contestou o feito, alegou a preliminar de alteração do polo passivo. No MÉRITO , arguiu que a pretensão do autor merece ser improcedente, sob o argumento que esta pretensão já foi satisfeita e que almeja produzir a prova pericial (fls. 31/40). Juntou documentos (fls. 21/62).O autor apresentou impugnação a defesa (fls. 66/73).A preliminar foi afastada, o feito foi saneado, fixado os pontos controvertidos e sendo designada perícia (fls. 75/76).A parte requerida apresentou o comprovante dos honorários periciais (fls. 78/79).O laudo de perícia médica foi acostado aos autos (fls. 85/88) e apenas a parte requerida se manifestou (fls. 91/113).É o RELATÓRIO . Passo a fundamentação.Considerando que as preliminares já foram afastadas na DECISÃO que saneou o feito, passa-se a apreciar o MÉRITO da causa.Não assiste razão a autora, posto que a questão do feito se resolve pelo ônus da prova, e contrário do que imagina a mesma não conseguiu atestar o seu direito.Baseia-se a requerida, na defesa, na discordância do valor pleiteado, que restou apurada e comprovada, o que é correto, tendo em vista que a demandante não faz jus a qualquer valor referente ao seguro DPVAT.Explica-se. O valor limite da indenização para ressarcimento no caso de invalidez permanente, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Medida Provisória nº 340, de 29/12/2006, previu na nova redação do art. 3º, II, que o valor no caso em tela (fratura do joelho), será de até R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), que corresponde a 25% do valor máximo do DPVAT, consoante as anotações da tabela constante na supracitada legislação.A prova pericial produzida nos autos demonstrou que a parte autora possui um percentual de apenas 25% (vinte e cinco por cento) de invalidez permanente na região corporal sofrida, posto que o perito assim concluiu: ?CONCLUSÃO : Ante o exposto acima o perito conclui que existe debilidade permanente no membro inferior esquerda na altura do joelho, que causa perda funcional leve, de cerca de 25% (vinte e cinco por cento), ou grau minimo? (fls. 85)Sendo assim, entende-se que a autora apenas teria direito a 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização do seguro DPVAT para o caso em apreço (R$ 3.375,00), o que corresponderia ao montante de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Contudo, a mesma já recebeu administrativamente este importe de R$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).Com efeito, extrai-se que o autor já recebeu a quantia referente ao seguro DPVAT que lhe era devida pelo acidente de trânsito, e por isso, sua pretensão judicial não merece prosperar. Ante o exposto, DECLARO IMPROCEDENTE o pedido mediato formulado pelo requerente CÍCERO SOBRAL em desfavor de CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA SA, resolvendo o feito com resolução do MÉRITO e fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil c/c Lei n. 6.194/74. Custas e honorários advocatícios suspensos de cobrança, nos termos do art. 12 da Lei n. 1.060/50.P.R.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003559-16.2013.8.22.0003
Ação:Retificação de Registro de Imóvel
Requerente:José Furtado de Andrade, Irene Toledo de Oliveira Andrade
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868), Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
Requerido:Nedina Berta Faustino, José Faustino Filho, Hilda de Arruda Santos, Geraldo José dos Santos, Helena Maria Berto, Denivaldo Berto, Francisco Faustino, Ana Lucia Faustino, Maria Aparecida Faustino, Sonia Maria Faustino
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DECISÃO :
DESPACHO Recebe-se a emenda de fls. 25/28.Em relação ao pedido de urgência formulado pela parte autora para bloquear a matrícula do imóvel, INDEFIRO-O tendo em vista que não estão presentes os requisitos ensejadores à concessão do mesmo, nos termos do art. 273 do CPC.1- Cite(m)-se o(a)(s) requerido(a)(s) para contestar(em), via carta AR (ou por carta precatória/MANDADO , com as advertências do art. 285, caput, segunda parte, do CPC, com os benefícios do art. 172, §2º do mesmo Diploma Legal. 2- Vindo resposta(s) com preliminares ou documento, dê-se vistas à parte autora, exceto em caso de revelia. 3- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.4 - Após, conclusos para saneamento ou, sendo o caso, o julgamento antecipado da lide.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça. Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004172-07.2011.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mario Roberto Pereira de Souza (RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Gilson Soares Raslan (OAB/RO 648A), José Pereira Tavares (OAB/RO 441), Everton Campos de Queiros (OAB/RO 2982)
Executado:Anizio Calvo
Advogado:Advogado Não Informado (000)
SENTENÇA :
SENTENÇA Levando em conta que houve a satisfação integral da obrigação, o feito caminha para a extinção e arquivamento. Assim pronunciou a jurisprudência:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL., EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 794, I DO CPC, FALTA DE INTERESSE RECURSAL PARA O DEVEDORINSURGIR-SE CONTRA ESSA EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE SE REDISCUTIR MATERIA ALUSIVA AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 1. O DEVEDOR NÃO POSSUI LEGITIMO INTERESSE RECURSL PARA INSURGIR-SE CONTRA SENTENÇA QUE VENHA A POR FIM A EXECUÇÃO QUE CONTRA SI FOI PROPOSTA, SE DISSO

NÃO DECORRE QUALQUER ONUS ASER SUPORTADO. 2. NA FASE DE EXECUÇÃO, E VEDADO AO DEVEDOR RENOVAR DISCUSSÕES ALUSIVAS AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 3. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TRF3 - APELAÇÃO CIVEL: AC 20385 SP 92.03.020385-0. Resumo: Direito Processual Civil. Relator(a): JUIZ SOUZA PIRES. Julgamento: 10/05/1994.Publicação: DJ DATA:24/08/1994 PÁGINA: 45610).Considerando o adimplemento da obrigação, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 794, I, CPC.Sem custas.P.R.I. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006009-63.2012.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Everton Campos de Queiroz (RO 2982), José Pereira Tavares (RO 441)
Executado:Banco do Estado de Rondônia S/A
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA :
SENTENÇA Levando em conta que houve a satisfação integral da obrigação, o feito caminha para a extinção e arquivamento. Assim pronunciou a jurisprudência:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL., EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 794, I DO CPC, FALTA DE INTERESSE RECURSAL PARA O DEVEDORINSURGIR-SE CONTRA ESSA EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE SE REDISCUTIR MATERIA ALUSIVA AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 1. O DEVEDOR NÃO POSSUI LEGITIMO INTERESSE RECURSL PARA INSURGIR-SE CONTRA SENTENÇA QUE VENHA A POR FIM A EXECUÇÃO QUE CONTRA SI FOI PROPOSTA, SE DISSO NÃO DECORRE QUALQUER ONUS ASER SUPORTADO. 2. NA FASE DE EXECUÇÃO, E VEDADO AO DEVEDOR RENOVAR DISCUSSÕES ALUSIVAS AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 3. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TRF3 - APELAÇÃO CIVEL: AC 20385 SP 92.03.020385-0. Resumo: Direito Processual Civil. Relator(a): JUIZ SOUZA PIRES. Julgamento: 10/05/1994.Publicação: DJ DATA:24/08/1994 PÁGINA: 45610).Considerando o adimplemento da obrigação, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 794, I, CPC.Sem custas.P.R.I. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000458-68.2013.8.22.0003
Ação:Depósito
Requerente:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (5.258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482), Nathalia Correia Pompeu (OAB/SP 298.298-A), Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335), Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB/GO 18828), Silvana Farinha Archanjo Dama (OAB/MT 4398), Autran Alencar Rocha (GO 16.537), Milena Rodrigues da Silva (MT 15.446), Gustavo Calábria Rondon (MT / MS 6332-MT e 8921-), Patricia Limongi Pinto Coelho (OAB/DF 26.775), Marcelo Luiz Keller (OAB/MG 105411), Felipe Hernandez Marques (OAB/RS 48.104), Flávia Rosa Nicanor de Souza (MT 13889), Fabiana Severino da Silva (OAB/MT 12.747), Michelly Dias Massoni (SSP/MT 15458), Diego Fabrinny Pimenta (MT 15.866), Elza Maria Botelho Bernardes (MT 16.288), Renan Nadaf Gusmão (MT 16.284), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3.669), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Requerido:Marcos Medeiros de Andrade
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO :
DESPACHO 1- A regra da incidência do art. 267, III do CPC é a que deve ser aplicada ao caso tela, considerando os princípios da celeridade (hoje capitulado no inciso LXXVIII do art. 5º, CF), e da economia processual.A regra de suspensão sine die não coaduna com a exigência da comunidade leiga e jurídica que anseia por um Judiciário célere e efetivo, e também acaba por minar a efetividade do processo.A suspensão ou a hipótese de que a parte deixa o feito paralisado deve ser admitida, porém por um prazo razoável para ser coerente com a função deste Poder, ou seja, de que a tutela tem que vir em algum momento para que não se perca a legitimidade jurisdicional assegurada na Lei Maior.Assim, com base no princípio da cooperação, nesse contexto, o Juiz deve indicar os caminhos possíveis para o alcance do desiderato buscado pela parte (o que o faço) e esta, por sua vez, deve contribuir trazendo informações relevantes e úteis para elucidar e convencer o Juízo do direito alegado. Desse modo, com fundamento nos artigos 267, III c/c 791,III do CPC, aguarde-se pelo lapso de 30 (trinta) dias para a parte autora comprove a publicação dos editais de citação, conforme dispõe o art. 232, II, do CPC.2- Comprovado os editais de citação e não havendo a manifestação do requerido no prazo legal, certifique-se e intime-se o curador especial já nomeado às fls. 63.3- Não havendo manifestação da parte credora, intime-se a parte exequente, na forma menos onerosa e mais célere, para dar andamento ao feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção, nos termos do §1°, do art. 267, do CPC. Consigna-se que quando houver intimação por meio de carta-AR, a mesma não precisa ser entregue em mão-própria e deverá consignar no objeto da correspondência a seguinte advertência: ?APÓS A TERCEIRA TENTATIVA DE INTIMAÇÃO NEGATIVA, A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DEVOLVIDA AO REMETENTE?.Caso a parte autora não mais resida no endereço declinado nos autos, a intimação será considerada válida, conforme disposição do parágrafo único, do art. 238 do CPC, pois, é dever da parte manter seu endereço atualizado nos autos.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002907-96.2013.8.22.0003
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Lucas Gonçalves de Andrade
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
DECISÃO :
DECISÃO Considerando que não se encontram presentes os requisitos do art. 535 do CPC, REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS.Intime-se. Certifique-se.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002170-30.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:C. F. da S. L. F.
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:M. E. M.
Advogado:Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813), Luciano Neiva Pinheiro (OAB/RO 5442)
intimar o procurador doautor para no prazo de 05 dias retirar a carta precatória e comprovar sua distribuição em 15 dias

Proc.: 0002410-19.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P. A. A.
Advogado:Marta de Assis Nogueira Calixto (OAB/RO 498 - A)
Executado:S. A. V. O. -. M.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias assinar o autor de adjudicação

Proc.: 0000711-61.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Donatilha dos Santos Almeida
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
intimar o procurador do autor para retirar o Alvará Judicial no prazo de 5 dias

Proc.: 0045470-81.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Júlio Alexandre Alves
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (OAB/RO 1658)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da informação de pagamento do RPN informado pelo TRF 1ª Região as fls. 237

Proc.: 0000469-97.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:N. E. S. L. -. E.
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:W. A. da S. L. C. P. M. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias assinar o autor de adjudicação.

Proc.: 0001976-93.2013.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:Lojas Tropical e Refrigeração Ltda
Advogado:Neumayer Pereira de Souza (RO 1537)
Requerido:Keila Lima de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
fluiu o prazo de suspensão dos autos, intimar o procurador doautor para no prazo de 05 dias dar andamento ao feito , pois fluiu o prazo de suspensão do feito.

Sueli Cavalieri Beltrão
Chefe de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0005701-27.2012.8.22.0003
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Helder Nazareno Testoni
Advogado:Mauricio Tadeu da Cruz (RO 3569), Julio Cesar Ribeiro Ramos (RO 5518)
Requerido:Edelson Daniel dos Santos, Edson Nascimento Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111), Lenir Correia Coelho (RO 2424), Afonso Maria das Chagas (OAB/RO 2842)
DESPACHO :
Compulsando os autos, verifica-se que, apesar do requerido pleitear a gratuidade judiciária na contestação de fls. 95/117 e agravo de instrumento de fls. 66/85, não houve qualquer manifestação do juízo, o que implica em seu deferimento de forma tácita, consoante jurisprudência de nosso Eg. Tribunal de Justiça: Apelação n. 00660512020088220003, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 20/10/2010 e n. 00688000720088220004, Rel. Des. Roosevelt Queiroz Costa, J. 16/11/2011.Desta feita, deixo de exigir o preparo recursal e recebo a apelação de fls. 295/297 apenas em seu efeito devolutivo, com fulcro no art. 520, inciso VII do CPC.Venham as contrarrazões.Após, observadas as formalidades legais, subam os autos ao Eg. Tribunal de Justiça.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004625-65.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonaldo de Souza
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos, etcLeonaldo de Souza, já qualificado, ajuizou ação de cobrança em face da Seguradora Líder de Consórcio Seguro de Dpvat, igualmente qualificada, alegando que se envolveu em um acidente de trânsito e sofreu uma lesão que o deixou definitivamente incapacitado para o exercício de atividades com este membro. Considerando, então, que não conseguiu obter a indenização que julgava correta do Seguro Obrigatório (DPVAT) na via administrativa, vem a juízo requerer o pagamento de do valor de R$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme inciso II, do art. 3º da Lei n. 6.194/74, descontado a indenização já recebida.Citada (fl. 25), a requerida apresentou sua contestação, alegando em preliminar a carência de ação e que o valor pago obedeceu aos ditames legais, pugnando pela improcedência da demanda (fls. 26/34).Perícia designada à fl. 49, porém, o requerente não compareceu, sendo novamente determinada uma nova data às fls. 60.Juntada de petição

de fls. 67/68 requerendo nova data para perícia.Vieram os autos conclusos.É o breve RELATÓRIO . Decido.Trata-se de pedido de indenização por danos cobertos pelo seguro DPVAT, sendo esta fixada com base no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o qual dispõe: Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e III - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.Neste caso específico, o autor alega ter sofrido acidente que lhe causou invalidez permanente, decorrente de fratura que atingiu seu joelho esquerdo.Entretanto, atendendo ao exigência disposta no art. 5º, §5º da lei supracitada, onde a parte autora deve ser submetida a perícia, este juízo DESPACHO u à fl. 46, nomeando o Dr. Daniel de Abreu Gonçalves para tal ato em 20 de novembro de 2012Atendendo a determinação judicial, o perito respondeu por ofício (fl. 49), indicando o local, hora e data para realização da consulta, sendo o requerente intimado da mesma às fls. 50 em 11 DE DEZEMBRO DE 2012 (fl. 50).Porém, em 17/04/13 o perito informou que: ?Informo a essa Vara Cível que relativo ao processo de n. 0004625-65.2012.8.22.0003, não compareceu no meu consultório no dia 16-04-2013, para realização da perícia? (fl. 55).Tal ofício foi publicado no DJ n. 74 em 24/04/13, tendo o autor solicitado às fls. 57 uma nova data para perícia, sendo deferida pelo juízo às fls. 58, sendo que o perito marcou outra oportunidade para o dia 02 DE JULHO DE 2013, consoante fls. 60.Contudo, mais uma vez a parte autora faltou a perícia, conforme ofício de fls. 62, onde, por mais uma vez, o sr. Leonaldo de Souza pleiteou uma nova data para perícia, sob alegação de que houve uma falha de comunicação entre patrono/cliente (fls. 67/68).Entretanto, em que pese a alegação da parte autora, não vislumbro como justificativa a ausência de comunicação em detrimento do judiciário, vez que a tentativa de realização de perícia se arrasta desde dezembro de 2012, não sendo crível o argumento de que em 07 meses o advogado não conseguiu entrar em contato com a requerente. Desta feita, verifica-se que a parte autora não cumpriu com sua obrigação em dar fiel prosseguimento ao feito, uma vez que a perícia é requisito indispensável para que este juízo possa aferir a extensão do dano e assim, arbitrar eventual montante a ser indenizado.Ademais, sua inapreensibilidade se faz latente, pois tal prova demanda conhecimento técnico especializado de medicina, conforme jurisprudência abaixo transcrita:AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE - PERÍCIA MÉDICA - NECESSIDADE. Tratando-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório DPVAT, por invalidez permanente, é necessária a apuração do grau de incapacidade da vítima, para a definição do valor realmente devido, através de perícia médica, quando os documentos apresentados aos autos são insuficientes para tal comprovação. Merece ser cassada a SENTENÇA prolatada sem a produção da prova necessária para o deslinde do conflito de interesses (TJ/MG: 05120805705790011 MG 1.0512.08.057057-9/001)CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. PERÍCIA MÉDICA. INCAPACIDADE PERMANENTE NÃO CONSTATADA. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. 1. Verificada a ausência de laudo pericial elaborado pelo iml com a FINALIDADE de comprovar se a lesão sofrida pelo autor é apta a ensejar o pagamento do seguro obrigatório dpvat, necessária se faz a elaboração de perícia médica judicial. 2. Ausentes elementos probatórios hábeis a infirmar a CONCLUSÃO do perito judicial, no sentido de que a lesão sofrida pelo autor em razão de acidente automobilístico não resultou em invalidez permanente para o trabalho, tem-se por incabível a indenização securitária. 3. recurso de apelação conhecido e não provido. (JDF - Apelação Cível: APL 109824220078070007 DF 0010982-42.2007.807.0007) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial. Deixo de condenar o autor em custas e honorários, por ser beneficiária de assistência judiciária gratuita (fl. 20).Expeça-se alvará do valor de fls. 52 em favor da requerida ou proceda a transferência, caso solicitado.Decorrido o prazo, in albis, cumpra-se com o Provimento n. 016/2010-CG.Publique-se, registre-se e intimem-se.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000084-52.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eni da Silva Barbosa
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
LAUDO PERICIAL
Ficam as parte acima mencionada, por via de seus advogados, intimadas da juntada de Laudo Pericial expedido pelo perito do juízo, Dr. Wanderley Antônio de Araújo, CRC 218/RO, com a seguinte CONCLUSÃO :"... o periciando é incapaz para o execício de atividades que lhe garanta subsistência, não havendo capacidade de reabilitação".

Proc.: 0001131-61.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Samuel Santos de Oliveira
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Ficam as parte acima mencionada, por via de seus advogados, intimadas da juntada de Laudo Pericial expedido pelo perito do juízo, Dr. Wanderley Antônio de Araújo, CRC 218/RO, com a seguinte CONCLUSÃO :"...concluiu que a periciada tem debilidade permanente no membro inferior esquerdo no terço distal da coxa, que causa perda funcional importante no membro afetado".

Proc.: 0004633-42.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Lucia Moreira Venancio da Silva
Advogado:Levi Gustavo Alves Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
LAUDO PERICIAL

Ficam as parte acima mencionada, por via de seus advogados, intimadas da juntada de LAUDO PERICIAL, apresentado pelo Dr. Daniel de Abreu Gonçalves, perito do juízo, com a seguinte CONCLUSÃO : "... concluiu que a periciada não está apta a exercer as lides típicas da lavoura, em razão de doença crônica, todavia no estágio em que a doença encontra-se, poderá exercer trabalhos leves e sedentários, não estando inapta para toda e qualquer atividade. Estima-se redução de cerca de 45% na capacidade laboral da pericianda".

Proc.: 0006071-40.2011.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S.a.
Advogado:Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12.363), Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669), Karina Glaucia Angela Antão Nobre de Menezes (OAB-RJ 110.058), Nilmara Gimenes Navarro (RO 2288), Fabio Andre Spier (OAB - SP 300.960), Francisco de Assis Fernandes de Souza (OAB/DF 8587)
Requerido:Willian José Curi, Rosalina Volpato Curi, Julio Augusto Miranda Filho
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418), Tais Bringhenti Amaro Silva (5234), Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418), Cláudia Adriana de Ângelo Nardo Simioli. (OAB/RO 3703), Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418)
Alvará - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000692-21.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Valdeni Lisboa da Silva
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que compulsando os autos, deixei de expedir ofício para implementação do benefício em favor do requerente, por não constar nos autos comprovante de residência, requisito essencial para efetivação da implementação do benefício.Outrossim, passo a INTIMAR o patrono do autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, trazerem em juízo a documentação necessária.O referido é verdade e dou fé.Jaru, 02 de agosto de 2013".

Proc.: 0001975-11.2013.8.22.0003
Ação:Inventário
Requerente:E. R. V. F. A. C. C. de O. L. C. M. L. L.
Advogado:Delmário de Santana Souza (OAB/RO 1531)
FINALIDADE : Fica a inventariante, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada dos DESPACHO s abaixo transcritos:
DESPACHO de fls. 83: "Prossiga no cumprimento ao DESPACHO de fls. 80.Jaru-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito."
DESPACHO de fls. 80:"Em que pese o teor da petição de fls. 67/71, verifica-se que os autos n. 0001246-82.2013.8.22.0003 em trâmite na 1ª Vara Cível desta comarcar versa sobre uma ação de execução de título extrajudicial, sendo que a respeito dos valores que estariam com o sr. José Pereira de Andrade, este juízo já se manifestou às fls. 38.Desta feita, deverá a inventariante cumprir com as determinações de fls. 65.Nesse ínterim, ao Ministério Público.Jaru-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito".

DESPACHO de fls. 65: "Em que pese o teor da petição de fls. 45/46, deverá a inventariante proceder a venda do gado autorizada à fl. 38, pelo que concedo mais 30 (trinta) dias, bem como o recolhimento das custas.Após a devida comprovação, este juízo se manifestará a respeito dos valores existentes em conta bancária.Nesse ínterim, deverá a parte autora manifestar-se acerca da petição de fls. 57/58.Jaru-RO, terça-feira, 4 de junho de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito".

Proc.: 0003455-92.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Juvenal de Brito.
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio expedido pela Coordenadoria de Execução Judicial do TRF - 1ª Região, informando que foram depositados judicialmente os valores de R$ 14.226,32 e R$ 414,82 a título de honorários advocatícios, referente aos autos de cumprimento de SENTENÇA .

Proc.: 0000194-51.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc- Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (MG 91.811), Leonardo Coimbra Nunes (OAB/RJ 122.253-S), Adriany Alves de Freitas (OAB/CE 21.147), Alexandre Arantes Ferreira (OAB/RJ 128.439), Alexandre Bahia de Oliveira (OAB/RJ 154.060), Alexandre Renno Meireles Rodrigues (OAB/PI 106.949), Alessandro Alves Cantarino de Souza (OAB/RJ 111.339), Anderson Almeida Machado (OAB/RU 112.328), Andre Leandro de Carvalho Lemes (OAB/PB 15.000), Everton Campos de Queiroz (RO 2982), Bernardo Fonseca Moreira Lage (OAB/MG 114.839), Cândida Ricardo de Paula (RJ 128.104), Catia Jouselle da Silva (OAB/RJ 152.278), Carina Menezes Periera (OAB/RJ 125.921), Daniel Gargalione (OAB/RJ 142.171), David Feliciano de Lima (RJ 126.110), Estefânia de Oliveira Gonçalves (OAB/RJ 167.705), Fabiano Coimbra Barbosa (RJ 117.806), Fabio Vinicius Lessa Carvalho (AM 5614), Luiz Gonzaga Soares Perez Júnior (RJ 107.967), Leonardo Venâncio da Cruz (RJ 107957), Marina Gonçalves Magalhães (OAB/MG 122.692), Michele Martins de Freitas Magalhães (RJ 135.976), Regina Lúcia Campos (RJ 67.020), Rodolpho Ramos Pereira Júnior (RJ 117.812), Valmir Souza Trindade (RJ 127.796)
Requerido:SELMA MORAIS RAPES
Advogado:Advogado não Informado (3790)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0000083-67.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carmem Portilho
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Levar cliente à perícia médica.
Fica o advogado da parte autora intimada para providenciar que seu cliente compareça à perícia médica, agendada pelo Dr. Daniel de Abreu Gonçalves, para o dia 17-12-2013, às 17:00 horas, a ser realizada na Clínica Diagnosis , localizada na Av. Rio Branco, Esquina com a Rua Florianópolis, nesta Comarca.

Proc.: 0071918-91.2008.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Gloria da Silva Lins
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (OAB/RO 2469)
DESPACHO :
Reautue-se como cumprimento de SENTENÇA .Oficie-se ao INSS para que proceda a implantação imediata do benefício ao autor conforme determinado no acórdão.Fica dispensada a intimação a que se refere a EC 62, conhecida como Emenda dos Precatórios e das novas regras dispostas no art. 6°, §§ 1° ao 4° da Resolução n. 115-CNJ (29/06/2010), uma vez que os valores apresentados não excedem o limite de 60 (sessenta) salários mínimos.Cite-se o INSS, nos termos do art. 730 do CPC.Intimem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0002873-24.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Paulo Pandolphe
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO :
Considerando o teor da DECISÃO de fls. 39/40, onde foi concedida a gratuidade judiciária, cite-se a parte requerida para, querendo, oferecer contestação no prazo legal.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003157-32.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mauricio Morais Pessoa
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO :
Considerando o teor da petição de fls. 71 e, face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Daniel de Abreu Gonçalves, às expensas do SUS, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 20 dias após a realização da perícia médica.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.Jaru-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet, pelos endereços eletrônicos:
Juiz: opojuiz@tjro.jus.br
Escrivão: opo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000776-48.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Evanilza Miguel da Silva
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios dos Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Documento:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Documento de fl. 46, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 30/08/2013, às 08:30 horas.

Proc.: 0005152-14.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Luiza Bernert
Advogado:Gilson Souza Borges (OAB/RO 1533)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 81, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 06/09/2013, às 16:00 horas.

Proc.: 0000767-86.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Eva Pio Gomes Bento
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios dos Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Documento:
Ficam as partes, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimadas do Documento de fl. 70, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 30/08/2013, às 09:30 horas.

Proc.: 0000338-22.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Alves de Souza
Advogado:Gleicy Maciel Casagrande (OAB/RO 3276)
Requerido:Município de Ouro Preto do Oeste RO
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
Defiro a prova testemunhal.Designo audiência de instrução no dia 05/09/2013, às 09:00 horas.O requerente deverá depositar o rol de testemunhas com antecedência mínima de 20 dias da data da audiência, sob pena de preclusão. O requerido já indicou suas testemunhas (fls. 58).Intimem-se as partes e procuradores.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Jose Antonio Barretto - Juiz de Direito.

Proc.: 0001330-80.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zilvan Gonçalves da Silva
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (OAB/SP 289772), Wagner Alvares de Souza (OAB/SP 273738)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 81, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 06/09/2013, às 16:00 horas.

Proc.: 0001174-92.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ieda Fernandes Galvão Bastos
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 45, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 06/09/2013, às 14:00 horas.

Proc.: 0000540-96.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fábio Elpidio de Oliveira
Advogado:Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 70, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 06/09/2013, às 15:00 horas.

Proc.: 0005000-63.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria das Graças Silva
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior (OAB/AC 2195), Fernando Martins Gonçalves (OAB/RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 56, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 06/09/2013, às 17:00 horas.

Proc.: 0003879-97.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Camila Cristina Correa de Souza
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 63, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 30/08/2013, às 10:30 horas.

Proc.: 0005306-32.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Maria Pereira
Advogado:Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792), Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Documento:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogado(a)s, no prazo de 05 dias, intimada do Documento de fl. 87, em que o médico perito informa o agendamento da perícia para o dia 30/08/2013, às 11:30 horas.

Bel. Wilson Von Heimburg
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório
E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0000537-78.2012.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Nilson Locatelli, Marlene Alves da Silva Locatelli
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (RO 4063), Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131)
Embargado:Iracema Couto Maia
Advogado:João Dias de Souza Neto (RO 5012), Jamila Maia Woida (RO 4189), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : “Certifico que decorreu o prazo da suspensão deferido. “.

Proc.: 0002796-12.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Daniela Cristina Gonçalves Pereira
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão dos Correios:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do E.C.T de fls. 45-vº "Mudou-se", para fornecer o atual endereço da parte Requerida e/ou outro dado indispensável.

Proc.: 0002046-44.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Isamara Rodrigues da Silva Paim
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Requerido:Banco BMG S.A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB-MG 76.696)
DESPACHO :
Recebo a Apelação em ambos os efeitos, salvo se houver tutela antecipada concedida, sendo que, neste tópico específico pelo efeito devolutivo. Intime-se para apresentar as contrarrazões. Após, o decurso do prazo, com ou sem as contrarrazões, remeta-se os autos para o egrégio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000326-08.2013.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Maria Meireles de Oliveira, Seumi de Oliveira Moreira, Oreci José de Oliveira, Maria Ingraça de Oliveira dos Reis, Derci José de Oliveira, Laurita de Oliveira, Moizaniel Pereira de Oliveira, Lenilda Pereira de Souza Gonzaga, Leci Pereira de Oliveira, Eni de Oliveira Thomaz
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460), Éder Miguel Caram (OAB/SP 296.412), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Inventariado:Espólio de Orlando José de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial Partidor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial(a) Partidor(a) de fl : 129.

Proc.: 0033476-19.2009.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Domingos de Jesus Almeida
Advogado:Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792), Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
SENTENÇA :
SENTENÇA
I- RELATÓRIO
Trata-se de ação para restabelecimento do auxílio doença, ajuizada por DOMINGOS DE JESUS ALMEIDA,qualificado nos autos, em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Em síntese, alega que está impossibilitado de exercer as suas atividades, eis que sofre de graves problemas da coluna. Recebeu auxílio-doença de 2004 a 12/09/2009 (fl. 63). Juntou documentos de fls.11/30. DESPACHO inicial às fls. 32. Contestação (fls. 32-A/42) e juntou quesitos (fls. 43/46). Réplica (fls. 48/49). Deferida a perícia (fls. 53/54). DESPACHO concedendo a tutela antecipada (fl. 60). Laudo médico (fls. 88/91). Manifestação das partes acerca do laudo (fls. 92/96-v). II- FUNDAMENTAÇÃO As partes são capazes e estão bem representadas. Não há questões processuais a serem examinadas, ou nulidades a serem declaradas, razões pelas quais, passo ao exame do pedido, ademais, não há necessidade de produzir provas em audiência. 1- Do pedido de auxílio-doença Funda-se o benefício pleiteado no art. 59 da Lei 8.213/91, que garante o auxílio-doença àquele que esteja incapacitado para o trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, desde que cumprido o período de carência respectivo, quando for o caso. Do DISPOSITIVO legal transcrito, exsurgem os seguintes requisitos: a) prova da qualidade de segurado; b) cumprimento da carência exigida por lei; e c) incapacidade laborativa por mais de quinze dia. 1.1- Da prova da qualidade de segurado Quanto ao primeiro requisito, tem-se que o mesmo restou incontroverso, razão pela qual, tem-se por preenchido. 1.2- Do cumprimento da carência exigida por lei Nesse passo, vale registrar que a Legislação Previdenciária deu à categoria dos trabalhadores rurais um tratamento diferenciado no que se refere à obrigatoriedade de um número mínimo de contribuições mensais para a obtenção da qualidade de segurado, requisito que restou substituído pela comprovação efetiva do exercício da atividade rural, único pressuposto da sua inserção no Regime de Previdência Social. Esta prescindibilidade da comprovação de recolhimentos previdenciários mínimos para a obtenção do direito ao auxílio-doença vem reforçada pelo disposto no art. 26 da Lei 8.213/91, que estabelece a desnecessidade período de carência para a aquisição daquele benefício. 1.3- Da incapacidade laborativa do autor A prova pericial (fls. 88-91) comprovou que o autor está incapacitado parcialmente, não podendo exercer atividade que faça esforço físico e trabalho mal posicionado. Note-se que o primeiro perito judicial foi afirmou: Há uma incapacidade parcial e permanente. Há limitações para atividades que demandem esforço físico. Pode trabalhar em qualquer atividade que não necessite andar muito, ficar muito tempo em pé, carregar pesos, subri/descer escadas com frequência (fl. 90). Está claro que, embora não esteja incapacitado totalmente ao trabalho, o autor não pode exercer atividade que faça esforço físico e trabalho mal posicionado. Ora, a autarquia ré reconheceu que o autor é lavrador, logo, sua atividade laborativa exige esforço físico. Não há atividade agrícola sem esforço físico e/ou exposição ao sol. Consequentemente, o autor está incapacitado, embora parcialmente e temporariamente, para exercer sua atividade laborativa. Assim, considerando que o grau de esforço e movimentos necessários para exercer a agricultura, conclui-se que o autor está incapacitado para exercer sua atividade habitual, restando, pois, atendidos os requisitos legais à concessão do auxílio-doença. Ressalte-se que essa espécie de benefício não está submetida a um prazo máximo de concessão,

devendo ser mantido enquanto perdurar a incapacidade para o labor habitual, ressalvado, evidentemente, o dever do INSS de submeter o autor/segurado à realização de perícias médicas periodicamente. 1.4- Da data para a implantação do benefício do auxílio-doença No que se refere à data de implementação do benefício previdenciário, fixo-a a partir da cessação do benefício anterior que ocorreu em 03/09/2009. 3- Da antecipação da tutela Considerando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 273 do CPC. Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória nesta fase, pois seria um rematado absurdo obrigar o autor, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da SENTENÇA . Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã. Assim, confirmo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELAde fl. 60, a fim de determinar que o réu mantenha o benefício do autor, desde a sua intimação. III- DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PROCEDENTEo pedido inicial formulador por DOMINGOS DE JESUS ALMEIDAem face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, a fim de CONDENARo réu a restabelecer o benefício previdenciário consistente no auxílio-doença, desde a data da cessação administrativa, ou seja, 03/09/2009, corrigindo-se monetariamente as parcelas vencidas na forma descrita no art. 1- F da Lei 9.494/97. Extingo esta fase do processo, com resolução de MÉRITO , conforme art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil. CONDENO, ainda, o réu no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as prestações vencidas após a SENTENÇA (Súmula 111 – STJ). Deverá a autarquia ré, no prazo máximo de 06 (seis) meses, efetuar nova perícia na autora e analisar a necessidade da manutenção do benefício. O réu é isento do pagamento de custas (art. 3º da Lei n. 301/90). SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimação da parte autora pelo Diário da Justiça. Intime-se pessoalmente a requerida. SENTENÇA sujeita ao reexame necessário, salvo se o total da condenação for inferior à 60 (sessenta) salários mínimos ou se o autor desistir do valor excedente à esse limite (na forma do art. 475 para. 2º do CPC). Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003656-13.2013.8.22.0004
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. R. dos S. F.
Advogado:Naira da Rocha Freitas (OAB/RO 5202)
Requerido:R. de P. F.
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
1) Defiro o pedido de gratuidade da justiça.2) Arbitro alimentos provisórios em 30% do salário mínimo, que atualmente equivalem a R$ 203,40, devidos a partir da Citação, que deverão ser pagos mediante depósito em conta bancária a ser aberta em nome da representante da parte autora ou entregue à genitora do(a) requerente, mediante recibo, até o dia 10 de cada mês.3) Nos termos do art. 277 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 16 de setembro de 2013, às 10h10 horas.4) Cite-se o Requerido para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando o mesmo ciente de que, caso não compareça, ou comparecendo, deixe de defender-se, inclusive por não ter Advogado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319, CPC).5) Consigne-se que o não comparecimento do AUTOR na audiência determina o arquivamento do processo. (art. 7º da Lei 5.478/68 - Alimentos).6) Por fim, cientifique-se a parte Requerida que deverá trazer à audiência prova de seus rendimentos atuais (contra-cheque, Carteira de Trabalho, Declaração de Imposto de Renda, etc) sob pena de ter contra si, alimentos fixados a critério do juiz, se acolhido o pedido. À parte autora deverá também providenciar esta prova, que lhe é conveniente. 7) Não havendo acordo, conforme dispõe o art. 278 do CPC, deverá o Requerido, apresentar na própria audiência, contestação e rol de testemunhas. 8) Cientifique-se ao Ministério Público.Expeça-se o necessário.Intimem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004128-82.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Darci Taborta
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios dos Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
SENTENÇA :
Trata-se de Ação Cobrança que Darci Taborda ajuizou em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (fls. 03/06). Juntou documentos de fls. 09/13. O requerido foi citado (fl. 15v), apresentou contestação às fls. 16/27. Fora realizada perícia às fls. 76/77. Na petição de fls. 86/87, as partes compuseram-se amigavelmente. Ante o exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA , para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado pelas partes (fl. 76/77), que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas e, em consequência julgo EXTINTO este processo, com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem verba honorária. P. R. I. Após as formalidades, arquivem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003218-21.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Jess José Gonçalves
Advogado:Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739)
Executado:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
SENTENÇA :
SENTENÇA Cuidam-se de embargos à execução contra a Fazenda Pública, opostos pelo Estado de Rondônia em face de Jess Gonçalves. O embargado apresentou defesa por negativa geral. É o breve RELATÓRIO . Decido.O embargante alega, em preliminar, a inexistência do título executivo, porquanto não teria participado do processo que deu origem ao débito ora executado. Com razão. O procedimento previsto para execução em face da Fazenda Pública (art. 730, CPC), pressupõe que

esta tenha participado da relação jurídica processual. No caso de honorários, somente é cabível tal procedimento em face dos fixados em razão da sucumbência. No caso, o exequente postula o recebimento de honorários fixados pelo juízo em razão de ter funcionado nos autos do processo número 0001795-2012.8.22.0004 como curador (fl. 06). Não há como se afirmar a constituição de título executivo sem que houvesse participação do executado. O caso é de inadequação da via eleita. A estreita via da execução somente é possível nos casos acima alinhavados. Não se está impedindo ou, de plano, decidindo sobre o MÉRITO da questão, até porque o valor foi fixado por ordem judicial.Contudo, o procedimento ordinário de cobrança seria mais adequado, porquanto permitiria prévio contraditório e formação ? aí sim ? de título executivo judicial em face da Fazenda Pública. Ante o exposto, acolho os embargos opostos e, por conseguinte, extingo a presente execução, nos termos do art. 267, inciso VI, CPC.Intimem-se. Autorizo, desde já, a extração do original de fl. 06, mediante substituição por cópia. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquive-se. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001648-63.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vanildo Santana
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron Eletrobrás
Advogado:César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DESPACHO :
Defiro a prova testemunhal. Designo audiência de instrução para o dia19 de setembro de 2013, às 11h00, quando será colhido depoimento pessoal do autor e ouvidas as testemunhas arroladas pela requerida no prazo legal.Defiro a prova pericial, devendo o cartório diligenciar para apresentar lista de peritos com conhecimento técnico relativo à causa e que atenda à região dos fatos para que um deles seja nomeado.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003739-63.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Educandário Curumim S/C Ltda
Advogado:Edelcides Apolinário de Alencar (RO 33l-A), Eliana Lemos de Oliveira (RO 4423)
Requerido:Escolas Unidas de Ouro Preto do Oeste
Advogado:Lucinei Ferreira de Castro (OAB/RO 967)
DESPACHO :
Designo audiência de conciliação, saneamento e depoimento pessoal das partes, caso necessário, para o dia18 de setembro de 2013, às 08h:30. Intimem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001447-71.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Noemia Francisca Trindade
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DESPACHO :
Defiro a prova pericial pleiteada.1. Nomeio perito o médico MAXWELL MASSAHUD. Oficie-se.2. Fixo o valor dos honorários R$ 800,00, devendo a requerida providenciar o pagamento, no prazo de 10 dias corridos, sob pena de não realização da prova.3. Intime-se as partes, pelos procuradores para, caso queiram, apresentar quesitos complementares e indicarem Assistentes em 10 dias. 4. O perito ora nomeado, deverá examinar o autor e esclarecer: a) se ele possui invalidez permanente, total ou parcial. Neste último caso - parcial - é completa ou incompleta ? b) Informe o grau de extensão da incapacidade (em percentuais) DE ACORDO COM O DISPOSTO NA TABELA ELABORADA PELA SUSEP através da Medida Provisória 451/08, convertida na Lei n. 11.945/09, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória? c) Na hipótese de redução permanente da capacidade laborativa da parte autora, queira o Sr. Perito informar, de maneira fundamentada (inclusive com a apresentação das tabelas médicas de incapacidade utilizadas como referência), o grau de repercussão (percentual) que entendem por bem lhe atribuir (art. 3º, § 1º, inciso I ou II, da Lei 6.194/74 com as alterações constantes da Lei 11.945/09 (75%, 50%, 25% ou 10%). ; d) informar o tipo de invalidez do autor, ou seja, se é anatômica ou funcional; f) qual o membro ou órgão afetado, devendo discriminar ainda quais os tipos de lesões sofridas pelo autor em razão do acidente; g) esclarecer se as lesões são ou podem ser decorrentes do acidente de trânsito narrado e se o autor possui condições de exercer atividades que exijam esforços físicos; h) quais atividades físicas não poderá exercer e se em decorrência da lesão sofrida no acidente automobilístico; i) se houve encurtamento no membro inferior do periciando. 5. Intime-se o perito para: a) inteirar-se dos fatos, verificar se não há incompatibilidade e se realmente encontra-se em condições de assumir o compromisso de realizar o trabalho, bem como para tomar conhecimento desta nomeação; b) indicar dia, hora e local para a realização do exame, em 10 dias, autorizo o acesso aos autos. O cartório deverá informar ao perito os principais documentos existentes (laudo/exames médicos, datas e subscritor). Fixo o prazo de 30 dias para entrega do laudo após a realização da perícia. Int. Expeça-se o necessário. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003297-97.2012.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Nelson Pontes
Advogado:Robson Amaral Jacob (OAB/RO 3815), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Requerido:Cetrol - Cooperativa dos Engenheiros e Técnicos de Rondônia
Advogado:Defensor Público
DECISÃO :
DECISÃO Vistos. Cuida-se de pedido de antecipação de tutela para que seja emitido o certificado de registro e licenciamento do veículo, o qual alega o requerente ter sido apreendido em razão da falta do referido documento. É consabido que, para a concessão da antecipação de tutela faz- se necessária a concomitância do pressuposto da prova inequívoca da verossimilhança das alegações, associada ao requisito do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Em que pese a parte alegar que o veículo teria sido apreendido em razão da ausência de licenciamento, há várias restrições no

sistema RENAJUD relativas à circulação do referido bem (fl. 51), o que, por si só e apenas uma delas já seria suficiente para dar causa à apreensão.Ausente, portanto, o pressuposto da verossimilhança das alegações. A presença do requisito do perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, por si só, não autoriza a concessão da antecipação de tutela. Ante o exposto, INDEFIRO a antecipação de tutela pleiteada. Intimem-se desta DECISÃO e para que as partes, no prazo de 20 (vinte) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, devendo individualiza-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo. Intimem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003636-22.2013.8.22.0004
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Valdeci Moura da Costa
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Requerido:Caixa Econômica Federal CEF
Advogado:Advogado Não Informado
DECISÃO :
O requerente propôs a ação em face da Caixa Econômica Federal, a qual é empresa pública federal.Consoante art. 109, inciso I da CF, compete à justiça federal apreciar os feitos em que seja parte empresa pública federal.Cuidando-se de competência de natureza absoluta, declino da competência para análise e julgamento do presente feito à Justiça Federal da seção judiciária de Ji-Paraná/RO, para onde o feito deve ser remetido, com as devidas baixas.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0003389-41.2013.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Carlos Roberto Magesk, Luciene Goçalves Magesk
Advogado:Dilcenir Camilo de Melo . (OAB/RO 2343)
Requerido:Laura Rodrigues de Oliveira, Valmir de Oliveira, Fabio Junior de Oliveira, Kátia Rodrigues de Oliveira, Cassia Rodrigues de Oliveira, Lucilia Rodrigues de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
A petição inicial está demasiadamente confusa, não se conseguindo extrair dos fatos o pedido, ou seja, não restou suficientemente claro se o mais acertado seria usucapião ou outra medida mais consentânea. O próprio relato da causa de pedir está confuso. Intimem-se os requerentes para, em 20 dias, apresentar nova petição inical em que haja, de forma clara, simples e na ordem legal, os requisitos do art. 282 do CPC. Deve, ainda, qualificar os requeridos, pois se houve processo de inventário, as informações devem constar do processo. Esclareça, ademais, se o imóvel pertence à Comarca de Alvorada do Oeste ou de Ouro Preto do Oeste. Pena: indeferimento da inicial.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004329-74.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nerismar Moreira de Oliveira
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Antônio Miguel dos Reis . (OAB/RO 3177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : “Certifico que até a presente data, não veio aos autos informações acerca da perícia. “.

Proc.: 0000534-89.2013.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Ildo Alves de Souza
Advogado:Filiph Menezes da Silva (RO 5035), Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739)
Inventariado:Espólio de Maria Izabel de Souza
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
1- O autor ainda não foi nomeado. Nomeio inventariante o requerente ILDO ALVES DE SOUZA que prestará compromisso em cinco dias, sob pena de destituição do encargo. Cumpra todas as determinações abaixo em 30 dias. 2 - Ao partidor para conferência. Havendo necessidade de correções ou aditamentos, intime-se o inventariante para faze-lo em 20 dias. 3- Cite-se, após, se for o caso, o Ministério Público (menores, ausentes, curatelados, tutelados, herdeiros citados por edital), e os interessados não representados ou com diversos procuradores, bem como a Fazenda (CPC 999), manifestando-se ela sobre os valores e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro, em vinte dias (art. 1002) ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 1008), manifeste-se expressamente. 4- Havendo concordância, quanto as primeiras declarações e quanto aos valores, iniciais ou atribuídos, às últimas declarações (art. 1001) e digam, em dez dias (art. 1012).4 - Por fim, ao partidor, se regular o processo (itens 01, 02, 03 e 07), e presentes toda a documentação dos herdeiros e dos bens (itens 05 e 06). 5- Juntem-se certidões fazendárias municipal. Havendo tributos, recolha-os (IPTU, INCRA, INPS, ITR, taxas de águas e esgotos, I.R.), (art. 1.026 do CPC e 1031, # 2o. Do CPC), prazo de 30 dias. 6- Havendo imóveis rurais a inventariar, obrigatório o Certificado de Cadastro expedido pelo INCRA, a teor do art. 22, § 2º, da Lei 4.947/66 ou, se urbano, certidão cadastral da prefeitura, sendo desnecessário, em ambos os casos, se existente matricula do imóvel devidamente registrado em cartório. 7- As últimas (inventário) ou únicas (arrolamento) declarações devem vir com o valor dos bens e suas especificações, o valor de cada quinhão (porcentagem) e da cada quota-parte do herdeiro e do cessionário/adjudicatário (porção certa de dinheiro com que cada herdeiro participará da partillha) e devem ser calculados sobre o valor total dos bens (art/. 1.026, I, ?c?e II do Código Processo Civil)... Na existência de adjudicação de bens ou cessionários, deverá a inventariante realizar na mesma petição (dividir em tópicos) de últimas declarações dois esboços de partilha, um antes da adjudicação/cessão de direitos hereditários (esboço de partilha provisória) e outro depois (partilha definitiva), incluindo-se as referidas adjudicações/cessões hereditárias. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0035708-38.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Vitória Krik da Silva
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/AC 2195), Gerson Souza da Luz. (RO 2387), Marinete Bissoli (OAB/RO 3838)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do INSS
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que até a presente data, não veio aos autos informação acerca da implantação do benefício.".

Proc.: 0001989-94.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alverinda de Oliveira Alves
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 133-134: (informando a implantação do beneficio)

Proc.: 0001734-34.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Inácio
Advogado:Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792), Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl82-83 : (informando implantação do beneficio)

Proc.: 0020808-50.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Carmelita Galdino Vercino
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que não foi anexado à petição o contrato de honorários advocatícios, conforme consta na mesma."

Proc.: 0033338-52.2009.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Isaquiel Merlin
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (OAB/RO 2792), Marcos Donizetti Zani (OAB/RO 613)
Requerido:Banco do Brasil S/A- Ag. M.Serra
Advogado:Gustavo Amato Pissini (SP 261.030)
DESPACHO :
Ante a ausência de comprovação do preparo, julgo deserto o recurso de apelação do requerido. Intimem-se. Após, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000195-67.2012.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Nilson Locatelli
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (PR 44005)
Embargado:Iracema Couto Maia
Advogado:Jamila Maia Woida (RO 4189), João Dias de Souza Neto (RO 5012)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que decorreu o prazo da suspensão deferido. ".

Proc.: 0003204-03.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Geoclezio Gervasio
Advogado:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
Defiro a gratuidade provisória. Recebo a ação pelo Rito Sumário como determina o art. 275 do CPC. Designo audiência de tentativa de conciliação para 03 de outubro de 2013, às 09h30. Cite-se a parte ré com antecedência mínima de 10 (dez) dias a fim de que compareça à audiência e, se não houver acordo, apresente na própria audiência, a sua resposta escrita ou oral, acompanhada de rol de testemunhas e, se requerer perícia, deverá formular seus quesitos desde logo, podendo indicar assistente técnico. Se a requerida deixar injustificadamente de comparecer à audiência, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, acarretando o julgamento do feito no estado em que se encontra, salvo se o contrário resultar da prova dos autos. Intimem-se. Retifique-se a Distribuição para constar o nome correto do procedimento, qual seja, rito sumário. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 16 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001664-17.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marciana Cristina de Paula Silva
Advogado:Rosimeire de Oliveira Lima Daudt de Araújo . (RO 1390)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DESPACHO :
Intimem-se para, no prazo de 20 (vinte) dias, especificar as provas que pretende produzir, devendo individualiza-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004294-17.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Salviano Sobrinho
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios dos Seguro Dpvat
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (AC 800)
DESPACHO :
Manifestem-se quanto ao laudo pericial de fls. 67/68, no prazo de 20 dias. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001765-88.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elia Rejany do Carmo Santana
Advogado:Katiuscia da Fonseca Lindartevize (MS 14649)
Requerido:Banco Panamericano S/a
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/MG 91.811)
DESPACHO :
Ante a ausência de comprovação do preparo, julgo deserto o recurso de apelação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0036364-92.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Jorge Calisto Martins
Advogado:Pedro Riola dos Santos Júnior. (AC 2195), Fernando Martins Gonçalves . (RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl : (76-79)

Proc.: 0003924-72.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Bradesco S/a - Osasco/sp
Advogado:Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Requerido:Simioni & Simioni Ltda
Advogado:Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641), Maria Cristina Dallagnol (OAB/RO 4597)
DESPACHO :
Recebo as apelações de fls. 149/155 e a de fls. 157/162, em ambos os efeitos, salvo se houver tutela antecipada concedida, sendo que, neste tópico específico pelo efeito devolutivo. Intimem-se as partes para apresentarem as contrarrazões, respectivamente. Após, o decurso do prazo, com ou sem as contrarrazões, remeta-se os autos para o egrégio Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002251-73.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair Pereira dos Santos
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (PR 44005)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl. 77-78 : (Proposta de acordo)

Proc.: 0001542-09.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Carlos da Costa
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/SP 273.738), Jhonatan Aparecido Magri (OAB/SP 289.772)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA :
JOÃO CARLOS DA COSTA, agricultor, nascido aos 05/09/1952, propôs a
presente ação contra o INSS, pleiteando a concessão de aposentadoria por
invalidez. Em síntese, alega que está impossibilitado de trabalhar, pois sofre de
sérias lesões em sua coluna, dentre essas a espondiloartrose dorso-lombar. Alega
que não tem como voltar a exercer a atividade rurícola que garanta o seu sustento e
de sua família, bem como lhe falta aptidão e qualificação para readaptar-se a uma
nova profissão, pelo fato de possuir idade avançada e ser analfabeto. Recebeu
auxílio-doença (NB 5199874949 – fl. 85). Juntou documentos de fls. 16/79.

DESPACHO inicial à fl. 80. Contestação (fls. 82/83) e quesitos/documentos
(fls. 84/86). Réplica (fls. 87/88). Deferida a perícia (fls. 89/90). Laudo médico (fls.
102/105 e 131/135). Manifestação da autora acerca do laudo às fls. 107/111 e
136/139 e do requerido às fls. 112/117 e 140, oportunidade em que ofertou proposta
de acordo, que não foi aceita pelo autor (fl. 144). É o sucinto RELATÓRIO . Decido. Na espécie, não se questiona a qualidade de segurado, tendo em vista que o demandante recebeu auxílio-doença até 31/03/2010 (fl. 85), portanto, manteve a qualidade de segurado, à época do reconhecimento da existência da incapacidade (em 17/05/2012), além de não ter decorrido o período de graça até a propositura da demanda. A controvérsia limita-se à discussão sobre a existência da incapacidade laborativa do autor. Cumpre esclarecer que a aposentadoria por invalidez, pressupõe incapacidade permanente para o trabalho, sem possibilidade de reabilitação para o exercício de qualquer outra atividade que garanta a subsistência, nos termos do artigo 42 da Lei 8.213/91. Nesse ponto, o laudo pericial, emitido por especialista em ortopedia e traumatologia, afirma que o autor apresenta limitação importante da coluna vertebral dorsal e lombar, com lasegue positivo bilateralmente, demonstrando irritação do nervo ciático, com grande rigidez articular dos membros inferiores e dificuldade n a deambulação e déficit de equilíbrio, constatando a existência de incapacidade permanente e total, não havendo como precisar a data de início. Quanto à possibilidade de readaptação, o parecer do perito judicial é claro no sentido de que, em se tratando de incapacidade total e permanente não há como o autor desenvolver nenhuma atividade habitual ou qualquer outra que lhe garanta a subsistência. Sem a possibilidade de desenvolvimento de atividade que lhe garanta o sustento necessita do recebimento de benefício previdenciário, uma vez que não é razoável esperar que uma pessoa na idade da requerente, que sempre trabalhou no campo, por força de problema de saúde passe a desenvolver outra atividade laborativa, quando o recebimento do benefício previdenciário é possível. Na verdade, quando o requerido decide que o trabalhador não está incapacitado para toda e qualquer atividade, ele se exime da responsabilidade de arcar com o pagamento de benefício em favor de alguém que segundo seu entendimento pode aprender nova profissão e prover o necessário para o seu sustento. Desse modo, verifico

que o requerente preenche os requisitos da aposentadoria por invalidez, devido a partir da juntada do laudo pericial aos autos . Ante o exposto, julgo procedente o pedido e, por conseqüência, condeno o INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL a implementar, em favor de JOÃO CARLOS DA COSTA, o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a partir da juntada do laudo pericial aos autos (20/08/2012). A partir da vigência da Lei nº 11.960/2009, a título de correção monetária e juros de mora, incidem uma única vez, até o efetivo pagamento, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados às cadernetas de poupança, observandose, quanto ao período anterior, as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal (correção monetária nos termos da Lei nº 6.899/1981 e juros de mora de 1% ao mês). Condeno o requerido ao pagamento dos honorários de advogado, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, excluídas as prestações vincendas, ante o teor das Súmulas 111 e 178 do Superior Tribunal de Justiça. Deixo de condenar o requerido nas custas ante a isenção. Providencie o Cartório as diligências necessárias para o pagamento dos honorários do perito nomeado. Desentranhe-se o laudo de fls. 104/105, pois estranho a estes autos. P.R.I. SENTENÇA sujeita ao reexame necessário, salvo se o total da condenação for inferior à 60 (sessenta) salários mínimos ou se o autor desistir do valor excedente à esse limite (na forma do art. 475 para. 2º do CPC). Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004943-45.2012.8.22.0004
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:V. B. de C.
Advogado:Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Requerido:L. D. N. L. de C.
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que não consta comprovação da transmissão e respectiva publicação do edital."

Proc.: 0000783-40.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cláudio Pereira dos Santos
Advogado:Nádia Aparecida Zani Abreu (OAB/RO 300B), Edemilson Evangelista de Abreu (RO 2792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : "Certifico que até a presente data, não veio aos autos comprovante de cumprimento da DECISÃO de fl. 47.".

Proc.: 0001403-52.2013.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Pedro Camargo de Aguiar, Marciel Camargo de Aguiar, Kaíza Lohaine Camargo de Moraes, Maria Nathália de Aguiar Oliveira
Advogado:Dilcenir Camilo de Melo . (OAB/RO 2343)
Inventariado:Espólio de Maria Aparecida Almeida de Aguiar
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial Partidor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial(a) Partidor(a) de fl : (50)

Proc.: 0001452-93.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelino Machado de Oliveira
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DESPACHO :
Intime-se para, no prazo de 20 (vinte) dias, especificar as provas que pretende produzir, devendo individualiza-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001002-53.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Paroquia Nossa Senhora Aparecida
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO :
Intime-se novamente para, para no prazo de 20 dias, apresentar os extratos solicitados pela autora. Transcorrido o prazo, intime-se a autora pra manifestar-se no mesmo prazo.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000153-52.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa . (RO 2027)
Executado:Francisco José de Lima
Advogado:Defensor Público .
DESPACHO :
Suspendo o feito até 01/02/2014, cabendo a exequente promover o andamento do feito, até o fim do prazo, independentemente de nova intimação.Desde já, advirto a exequente que em caso de inércia presumir-se-á que desistiu da demanda e os autos serão encaminhados imediatamente para extinção e arquivamento. Intime-se.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0005501-85.2010.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. C. da S.
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/SP 273.738), Jhonatan Aparecido Magri (OAB/SP 289.772)
Requerido:I. N. do S. S. I. N. S. S.
Advogado:Procurador do Inss (111111)
SENTENÇA :
SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de ação previdenciária, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por A C Da S em face do I N DO S S- INSS, pela qual o autor pretende a condenação do réu a restabelecer o benefício de auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez. Alega que é trabalhadora rural e está incapacitada em virtude do seu quadro de enfermidades na coluna. Aduz que recebeu auxílio-doença nos períodos de 07/11/2003 a 22/04/2005 e de 11/10/2005 a 19/07/2010. Após isto, teria sido cessado.Com a inicial vieram os documentos

em folhas 13-55.Devidamente citada (fl. 57,v), a autarquia ré apresentou contestação ao pedido inicial, limitando-se a comentar sobre os requisitos legais para a concessão dos benefícios pleiteados. Requereu a produção de prova pericial.O laudo pericial foi acostado aos autos (fls. 90-93). Não houve impugnação ao laudo.II - FundamentaçãoAs partes são capazes e estão bem representadas. Não há questões processuais a serem examinadas, ou nulidades a serem declaradas, razões pelas quais passo ao exame do pedido.Em sua inicial, o autor faz dois pedidos, que lhe seja concedido o auxílio-doença e, posteriormente, a aposentadoria por invalidez. Entendo que a diferença dos dois benefícios consiste na incapacidade ser total ou parcial e, principalmente, na possibilidade de reabilitação ou não do segurado.II.1 - Da aposentadoria por invalidezNos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.Do artigo se retira os requisitos para a concessão do benefício da aposentadoria, quais sejam:a) condição de segurado;b) incapacidade;c) período de carência;d) impossibilidade de reabilitação; Quanto à condição de segurado, nos reportamos ao art. 11 da mesma Lei para condicionar o requerente ao segurado especial:Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas (...)VII ? como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput art. 2oda Lei no9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo.Ocorre que, quanto a esse primeiro requisito, tem-se que o mesmo restou devidamente comprovado, ademais, não foi questionado pela autarquia ré, restando incontroverso, uma vez que a cessação do benefício deu-se somente por esta entender que não mais havia incapacidade da autora. Quanto à comprovação do período de carência, nesse passo, vale registrar que a Legislação Previdenciária deu à categoria dos trabalhadores rurais um tratamento diferenciado no que se refere à obrigatoriedade de um número mínimo de contribuições mensais para a obtenção da qualidade de segurado, requisito que restou substituído pela comprovação efetiva do exercício da atividade rural, único pressuposto da sua inserção no Regime de Previdência Social.Esta prescindibilidade da comprovação de recolhimentos previdenciários mínimos para a obtenção do direito ao auxílio-doença vem reforçada pelo disposto no art. 26 da Lei 8.213/91, que estabelece a desnecessidade de período de carência para a aquisição daquele benefício. Resta, pois, analisar a incapacidade da autora.Neste caso, ao exame dos documentos trazidos aos autos, constata-se, sem nenhuma dificuldade, que a autora é acometido por hérnia discal lombar com discopatia degenerativa. É o que omédico perito narrou à fl. 90, onde ainda fez constar que a incapacidade da autora é parcial e permanente.O perito afirmou ainda que ?Encontra-se limitação permanente para realizar atividades com carga na coluna. Há a possibilidade laboral para atividades que não requer esforço físico. Obs.: a mesma informa ter baixo grau de escolaridade?.Quanto à possibilidade de readaptação, o parecer do perito judicial afirma que a autora encontra-se limitada permanentemente para o trabalho rural, havendo capacidade de reabilitação em outra atividade laborativa, o que é impossível no caso da autora que sempre laborou nos trabalhos campesinos, além da idade que possui e devido o baixo grau de escolaridade. Sem a possibilidade de desenvolvimento de atividade que lhe garanta o sustento necessita do recebimento de benefício previdenciário, uma vez que não é razoável esperar que uma pessoa na idade da requerente, que sempre trabalhou no campo, por força de problema de saúde passe a desenvolver outra atividade laborativa, quando o recebimento do benefício previdenciário é possível.Na verdade, quando o requerido decide que o trabalhador não está incapacitado para toda e qualquer atividade, ele se exime da responsabilidade de arcar com o pagamento de benefício em favor de alguém que segundo seu entendimento pode aprender nova profissão e prover o necessário para o seu sustento.Ocorre que tal aprendizado não se dá de uma hora para outra, e nem de forma espontânea. Ele se faz através de programas de reabilitação que visem adaptar o trabalhador à sua nova condição.É notória a falta de programas com este fim, e quem deveria desenvolver programas para capacitação de profissionais em situações semelhantes e não o faz, é o mesmo que arcará com os custos de tal inércia. Destarte, resta comprovada a incapacidade total e permanente do autor para exercer trabalho que lhe garanta a subsistência. Desse modo, verifico que a requerente preenche os requisitos da aposentadoria por invalidez, devido a partir da juntada do laudo pericial aos autos, em 14/01/2013. Portanto, a autora ostenta a qualidade de segurado especial e, como está incapacitada permanentemente para o trabalho nas lidas do campo, o acolhimento da inicial se impõe, com a condenação do réu na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.Termo inicial do benefícioQuanto ao termo inicial do benefício, no que se refere à aposentadoria por invalidez, esta deve ser concedida a partir da juntada do laudo pericial aos autos, em 14/01/2013, consoante abalizada jurisprudência. III ? DISPOSITIVO À luz das ponderações supra, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo por A C DA S face do I N DO S SL a fim de CONDENARo I.N.S.S a conceder-lhe o benefício de aposentadoria por invalidezdesde a data da juntada do laudo pericial aos autos (14/01/2013).CONDENO, ainda, o réu no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as prestações vencidas após a SENTENÇA (Súmula 111 ? STJ).O réu é isento do pagamento de custas (art. 3º da Lei n. 301/90).Descabido o reexame necessário em razão do disposto no § 2º do art. 475 do CPC. [...] SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimação da parte autora pelo Diário da Justiça. Intime-se pessoalmente a requerida.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0025870-37.2009.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elza Prudente Pagliarini
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
DECISÃO :
Vistos. O INSS alega que há litispendência entre o presente feito e outras duas ações: uma ajuizada em Jaru e outra que tramitava na 1ª vara cível desta Comarca. Para que se possa falar em litispendência ou em coisa julgada, necessária se faz a presença concomitante da tríplice identidade entre as causas: partes, pedido e causa de pedir. Com efeito, a ação que tramitava em Jaru veiculava pedido de pensão por morte. Teve SENTENÇA que julgou improcedente, contra a qual a autora interpôs apelação, sendo que houve reforma do julgado. Em consulta ao site do TJRO verifiquei que o feito encontra-se em fase de cumprimento de SENTENÇA, sendo já expedidos RPVs. A ação que tramitava na 1ª vara cível desta Comarca tinha por objeto aposentadoria por idade, sendo extinta sem resolução de MÉRITO , estando o feito arquivado. A presente demanda tem como objeto aposentadoria por invalidez. É certo que a concomitância de pedidos de aposentadoria rural por idade e aposentadoria por invalidez seria incabível. No entanto, com a extinção do feito anterior, o problema encontra-se solucionado. Não há tríplice identidade entre as causas. Os pedidos são diversos: aposentadoria por idade (extinto o feito sem resolução de MÉRITO), pensão por morte (benefício concedido em sede de apelação), aposentadoria por invalidez (nos presentes autos). O fato de a autora estar recebendo atualmente pensão por morte não impede que a mesma venha a ter concedida aposentadoria por invalidez, se for o caso. Contudo, é fato que a manobra levada a efeito pela requerente, em tentar obter de forma simultânea aposentadoria por idade e aposentadoria por invalidez é permeada de má-fé, porquanto afronta a disposição do art. 39, inciso I da Lei 8.213/91 ¿ a qual estabelece referidos benefícios de forma alternativa, não cumulativa - devendo seu ato ser punido (art. 17, inciso I, CPC). A parte teve apenas a gratuidade de justiça provisória (fl. 33), de forma que em qualquer momento pode ser revista dita concessão. Assim, ante o que dispõe o art. 18 do CPC, condeno a autora a pagar multa por litigância de má-fé, no montante de 1% sobre o valor atribuído à causa. Este valor ficará suspenso de cobrança, na forma do art. 12 da Lei 1.060/50, caso a SENTENÇA confirme a gratuidade de justiça; caso contrário, se procedente o pedido inicial, será debitado de eventual RPV ou precatório. Intimem-se. Intime-se a autora a manifestar-se quanto à proposta de acordo formulada pelo requerido (fls. 81/82). Prazo: 20 dias.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001131-63.2010.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Executado:F. R. Prestes Industria e Comércio Ltda Me, Francisco de Araújo Prestes, Roni de Araújo Prestes
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : “Certifico que transcorreu in albis o prazo para a parte retirar o edital e promover a devida publicação.”.

Proc.: 0002331-37.2012.8.22.0004
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Nilson Locatelli, Marlene Alves da Silva Locatelli
Advogado:Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (RO 4063), Julyanderson Pozo Liberati (OAB/RO 4131), Maiby Francieli da Silva Locatelli Liberati (RO 4063)
Embargado:Nilma Maria Alves
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl.85-vº : “Certifico que decorreu o prazo da suspensão deferido.”.

Proc.: 0059210-74.2006.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Petrobrás Distribuidora S/a
Advogado:Marilene Mioto (RO 499-A), Maria Pereira dos Santos Pinheiro (OAB/RO 968), Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942)
Executado:Auto Posto Trevo Ltda Em Recuperação Judicial, N. A. Mendes
Advogado:Ermógenes Jacinto de Souza (OAB/RO 2821)
DESPACHO :
Considerando que foi decretada a falência nos autos de Recuperação Judicial n. 0034417-66.2009.8.22.0004, envolvendo as empresas MENDES E MADEIRO LTDA e AUTO POSTO TREVO LTDA na data de 16 de abril de 2013, onde naqueles autos este Juízo determinou no DESPACHO de f. 1293/1031, “item 3. 4”, letra “f” a suspensão das ações ou execuções em curso contra o falido, determino a suspensão destes autos até ulterior deliberação nos autos de falência. Int. Os autos deverão aguardar o prazo da suspensão em escaninho próprio. Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 16 de maio de 2013.Maximiliano Darcy David Deitos Juiz de Direito

Proc.: 0005091-56.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco Itaú S/a
Advogado:José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB/RO 5402)
Requerido:Sandra Ventura Ramalho
Advogado:Christina de Almeida Soares (OAB/RO 2542)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000811-08.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ernandes Salaroli dos Santos
Advogado:Julian Cesar Matsumoto Pedri Valença (OAB/RO 4978)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
Intimem-se para, no prazo de 20 (vinte) dias, especificar as provas que pretende produzir, devendo individualiza-las e indicar a necessidade de cada uma objetivamente, sob pena de indeferimento, sem prejuízo do julgamento conforme o estado do processo. Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0004907-85.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Jhennyfer Cristina Pacheco
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO :
DESPACHO Vistos.Considerando o resultado positivo do bloqueio on line, conforme detalhamento do BACENJUD, converto em sequestro e determinado a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia depositada em favor da Requerente, para compra do medicamento de que necessita, devendo prestar contas da aquisição em 15 (quinze) dias, contados da aquisição. Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Wilson Soares Gama Juiz de Direito

Denize Aparecida Sestito da Silva
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0003306-44.2012.8.22.0009
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Maike Franklin da Silva Ramires
Advogado: Rafael Teixeira Sousa, OAB/AC 2773-A e OAB/RJ 128778
FINALIDADE : Intimação do advogado acerca do r.DESPACHO :Vistos,Designo audiência de instrução/interrogatório para o dia 08/08/13, às 10h 30min. Intimem-se.Expeça-se o necessário. Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 4 de julho de 2013.Luís Antônio Sanada Rocha Juiz de Direito.

Maria Aparecida Pequeno da Colsta
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
COMARCA DE PIMENTA BUENO - RO

Proc: 1000305-97.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Dieny Simone Malany(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Dieny Simone Malany(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 32 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : “Vistos. A Exequente foi intimada para manifestar-se se tem interesse no prosseguimento do feito (movimento n° 28). Petição de movimento n° 29, onde a Exequente manifestou-se pelo não interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista que a Executada está em lugar incerto, bem como não foram encontrados bens de sua propriedade para satisfazer o crédito da Exequente, requerendo a expedição de carta de SENTENÇA . Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, c.c. art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. DEFIRO o pedido da Exequente, expeça-se carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE. Sem custas. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO”.

Proc: 1001114-87.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : “Vistos. Tendo em vista a petição de movimento n° 13 informando acordo extrajudicial entre as partes, por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, extinto o processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , com fulcro no artigo 269, III ambos do CPC. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013.
WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO”.

Proc: 1001967-33.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Valter Teixeira da Silva(Requerente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)
Azul Linhas Aéreas Brasileira (Trip - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:131600 SP, OAB:132321 SP, José Manoel Alberto Matias Pires(OAB 3718 RO), Gustavo Gerola Marsola(OAB 4164 RO), Rafaela Geiciani Messias Batistute(OAB 4656 RO)
Valter Teixeira da Silva(Requerente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB/RO 4161)
Azul Linhas Aéreas Brasileira (Trip - Linhas Aéreas S/A(Requerido)
Advogado(s): Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB/SP 131600), Ventura Alonso Pires (OAB/SP 132321), José Manoel Alberto Matias Pires(OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola(OAB/RO 4164), Rafaela Geiciani Messias Batistute(OAB/RO 4656)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1001433-55.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
ARI ILSON NASCIMENTO DOS SANTOS(Adjudicado)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
ARI ILSON NASCIMENTO DOS SANTOS(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme CERTIDÃO do Oficial de Justiça, constante do movimento 09 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1000092-91.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Sebastião Cândido Neto(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Rogério Macedo(Adjudicado)
Sebastião Cândido Neto(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Alexandre Rogério Macedo(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos, constantes no mov. 40, ciente que, em seu silêncio, será procedida a venda judicial do(s) bem(ns) penhorado(s) (leilão).

Proc: 1000599-52.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Requerente)
MICHEL DE SOUZA GONÇALO(Infrator), MARCOS SOUZA GONÇALO(Infrator), GEOVANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA(Requerido)
Advogado(s): Rouscelino Passos Borges(OAB 1205 RO)
Ministerio Publico do Estado de Rondonia(Requerente)
MICHEL DE SOUZA GONÇALO(Infrator), MARCOS SOUZA GONÇALO(Infrator), GEOVANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA(Requerido)
Advogado(s): Rouscelino Passos Borges(OAB/RO 1205)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 71 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO : "Vistos. Diante da manifestação de movimento n. 67 dos autos, intime-se o defensor nomeado Dr. Rouscelino Passos Borges, OAB/RO 1205, para apresentar razões de recurso no prazo legal. Cumpra-se. Pimenta Bueno, RO, 31 de julho de 2013. Wilson Soares Gama, Juiz de Direito".

Proc: 1000079-92.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
FRANCIELLE GONÇALVES QUEIROZ(Adjudicado)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
FRANCIELLE GONÇALVES QUEIROZ(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que o LEILÃO designado para venda dos bens penhorados nos autos supra caracterizados, restou NEGATIVO, conforme auto de leilão negativo inserido no movimento 36, devendo, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar a respeito, sob pena de extinção e arquivamento do presente feito.

Proc: 1001113-05.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 18 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos. Tendo em vista a petição de movimento n° 15 informando acordo extrajudicial entre as partes, por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, extinto o processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , com fulcro no artigo 269, III ambos do CPC. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO".

Proc: 1001116-57.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
MARIA CORNÉLIA RODRIGUES DELFINO(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO), FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)
MARIA CORNÉLIA RODRIGUES DELFINO(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB/RO 2044), FABIO RIVELLI(OAB/SP 297608)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 15 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos e examinados. RELATÓRIO dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95. Tratando-se de matéria de direito e ante as circunstâncias do caso concreto, promovo o julgamento antecipado da lide, pois Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (RESP 2.832-RJ). Da análise das preliminares: Quanto à preliminar de INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL para processamento e julgamento, tal alegação não prevalece, pois não é caso de perícia. A simples constatação do defeito, após o retorno da assistência, é gerador do direito do consumidor em buscar a substituição do produto ou a restituição do valor pago. E mais, a DECLARAÇÃO juntada no movimento n° 13 dos autos, onde a revendedora (Central Cell Celulares) declara que, mesmo após a assistência técnica, o aparelho continua com o mesmo vício, vem corroborar com os fatos narrados pela Requerente. A Requerida alega, ainda, preliminar de FALTA DE INTERESSE DE AGIR, argumentando que o prazo legal para verificação da manutenção do produto, previsto no Código de

Defesa do Consumidor, foi devidamente respeitado, uma vez que o mesmo foi retirado da assistência técnica pelo Autor em perfeitas condições de utilização, antes de expirado o lapso temporal de trinta dias , no entanto, tal alegação, por si só, não exclui a responsabilidade da Requerida em cumprir o disposto na lei consumerista, ou seja, quando da persistência do vício providenciar a imediata restituição dos valores pagos ou a substituição do produto, conforme dispõe o art. 18 da referida lei.
Vejamos jurisprudência neste sentido: PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL - REJEIÇÃO. VÍCIO DE PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIO DO VAREJISTA. RESTITUIÇÃO DO PREÇO DO PRODUTO - ESCOLHA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. (...). 2. A existência nos autos de elementos de prova suficientes para a formação da convicção do juiz faz competente o Juizado Especial Cível e elide a necessidade de perícia para tornar complexa a matéria. 3. Por vício do produto compreende-se o defeito que o torna impróprio para o uso a que se destina ou lhe diminui o valor, e, conforme disciplinado nos art. 18 e seguintes do CDC, por ele respondem os fornecedores em cadeia em solidariedade com o fabricante. Não há espaço para se alegar ilegitimidade de responsável solidário (REsp 414986/SC) porque, tratando-se de responsabilidade solidária a demanda pode ser proposta contra qualquer dos obrigados (REsp 402356/MA). 4. PRELIMINARES REJEITADAS. 5. Não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro do prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, a imediata devolução da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. (Precedentes ACJ 2004.09.1.008.855-8, relator João Batista, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F). 6. Não se presta ao fim que razoavelmente dele se espera o colchão que, adquirido em 11/08/2005 apresenta-se inservível em 03/03/2007, e após conserto volta a apresentar o mesmo defeito no prazo de 03 (três) meses. 7. Acertada a SENTENÇA que constatou a responsabilidade objetiva da apelante em restituir a quantia paga pelo produto comprado, uma vez que o vício não foi sanado no prazo legal, bem como não vislumbrou dano moral vez que o desgaste sofrido pelo consumidor não ultrapassou os padrões normais do aborrecimento cotidiano e nem ensejou a privação do bem jurídico precioso. 8. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 9. SENTENÇA mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95. 10. Diante da sucumbência, nos termos do art. 55 da Lei dos Juizados especiais (9.099/95), condeno o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. (20080710033545ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 01/02/2011, DJ 07/02/2011 p. 110) Por tais motivos, afasto as preliminares arguidas. Passo a analisar o MÉRITO . Insurge a Requerida no tocante ao pedido de restituição do valor pago no produto dizendo que a Requerente não faz jus, posto que foram tomadas todas as providências necessárias pela assistência técnica, dentro do prazo legal para reparo determinado pelo Código de Defesa do Consumidor.
observa-se que o aparelho celular, objeto da lide, representou defeito com menos de 30 (trinta) dias de uso, o qual foi enviado à assistência técnica autorizada, no entanto, retornou com o mesmo defeito. Ora, não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro do prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, a imediata devolução da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. Ademais, diante da persistência dos defeitos, é razoável a perda de confiança do consumidor quanto à qualidade do produto, evidenciando-se o vício de fabricação. Daí por que se justifica a opção da Requerente pela restituição imediata da quantia paga, como lhe autoriza o art. 18, § 3º, do CDC. Nessas razões, conjugando com os norteamentos legais que incidem na espécie, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para condenar a Requerida SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA a restituir a Requerente MARIA CORNÉLIA RODRIGUES DELFINO o valor de R$ 139,00 (cento e trinta e nove reais), nos termos do art. 18, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, corrigidos a partir da propositura da ação e com juros a partir da citação.
Após o trânsito em julgado, a Requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA , sob pena de execução forçada, acrescida de multa 10% (de dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE. Deixo de condenar a Requerida ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.
P. R. I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013.
WILSON SOARES GAMA, Juiz de Direito".

Proc: 1001287-14.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C. S. dos Santos Comércio-ME (Bebê em Trânsito) (Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Fabiana dos Santos Alves(Adjudicado)
C. S. dos Santos Comércio-ME (Bebê em Trânsito) (Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Fabiana dos Santos Alves(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos. Tendo em vista o teor da petição de movimento n° 11, informando pagamento integral do débito por parte da Executada, por SENTENÇA para que produza seus jurídicos e legais efeitos, EXTINGO O PROCESSO, nos termos do artigo 794, I do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos a seguir. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO".

Proc: 1001603-61.2012.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
MICHELE ALENCAR DE OLIVEIRA(Autor)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Gilberto dos Santos Escobar(Réu)
MICHELE ALENCAR DE OLIVEIRA(Autor)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB/RO 5155)
Gilberto dos Santos Escobar(Réu)

FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse na adjudicação do(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos, constantes no mov. 64, ciente que, em seu silêncio, será procedida a venda judicial do(s) bem(ns) penhorado(s) (leilão).

Proc: 1000645-41.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Thiago José do Carmo de Sousa(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Thiago José do Carmo de Sousa(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 23 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos. A Exequente foi intimada para manifestar-se se tem interesse no prosseguimento do feito.
Petição de movimento n° 19, onde a Exequente manifestou-se pelo não interesse no prosseguimento do feito, tendo em vista não ter encontrado bens do Executado para satisfazer seu crédito, requerendo a expedição de carta de SENTENÇA .
Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, c.c. art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. DEFIRO o pedido da Exequente, expeça-se carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE. Sem custas. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO".

Proc: 1001342-62.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Valnério Boa Soarte(Exequente)
Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB 2395 RO)
Edilson Carlos(Executado)
Valnério Boa Soarte(Exequente)
Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB/RO 2395)
Edilson Carlos(Executado)
FINALIDADE : Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 17/09/2013, às 11:00 horas.

Proc: 1001422-26.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Loreci Andretta(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alcebíades da Silva Chaves Neto(Adjudicado)
Loreci Andretta(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Alcebíades da Silva Chaves Neto(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 20/09/2013, às 08:45 horas.

Proc: 1000844-63.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Eliabe Silva(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
M. de Almeida Machado Celulares - ME(Adjudicado)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)
Eliabe Silva(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
M. de Almeida Machado Celulares - ME(Adjudicado)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB/RO 243-B)
Motorola Industrial Ltda(Adotado)
Advogado(s): Alexandre Fonseca de Mello (OAB/SP 222.219)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 20 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos e examinados. ELIABE SILVA propôs Ação de Ressarcimento em face de M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES EPP e MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA, ambas igualmente qualificadas, argumentando que adquiriu um aparelho celular GSM Motorola XT 305 na loja da Requerida M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES EPP no dia 05/03/2013 no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), o qual apresentou defeito já nas primeiras semanas de uso (fechava procedimentos, ligava e desligava sozinho e travava), sendo levado à assistência técnica autorizada na data de 05/04/2013, no entanto, retornou no dia 12/04/2013 com os mesmos vícios, sem o devido conserto. Alega ter sofrido abalo moral em razão dos transtornos e descaso das Requeridas por ter deixado a Requerente dias sem o seu aparelho celular e até o momento os vícios não foram sanados. Requer, considerando a vigência da garantia, a restituição do valor pago pelo aparelho no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 18, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, bem como a condenação das Requeridas a uma indenização a título de danos morais a ser arbitrada por este Juízo. Requer, ainda, a inversão do ônus probante, nos termos do art. 6°, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Junta documentos (movimento n° 01). Na Audiência de Conciliação (movimento n° 13) foi constatada a presença da Requerente e das Requeridas M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES EPP e MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA, por seus representantes legais, no entanto, restou-se infrutífera. A Requerida MOTOROLA juntou contestação, momento em que foi concedido o prazo legal para a Requerida M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES apresentar sua defesa e, consequentemente, foi concedido prazo para a Requerente apresentar suas impugnações. Contestação de movimento n° 13, com a Requerida MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA alegando que a Requerida não se eximiu de suas responsabilidades no que tange a prestação da devida assistência técnica e que providenciou o devido reparo no produto dentro do prazo legal (trinta dias) e que a Requerente não logrou em comprovar que o aparelho celular repetiu os mesmos vícios. Argumenta que não existe qualquer embasamento legal para que a Requerida providencie a restituição do aparelho posto que a Requerente não comprovou que o aparelho apresentou vícios após ter retornado da assistência. Relata que apesar de ter encaminhado o aparelho para a assistência técnica, não comprova a Requerente que o aparelho apresentou vícios após ter retornado da assistência, e ainda que lhe foi negado novo atendimento, não havendo, destarte, qualquer responsabilidade por parte da empresa Motorola no que tange ao pleito do mesmo, dizendo, ainda, que coloca-se à disposição do consumidor, acerca de eventuais consertos a serem efetuados no referido aparelho. Ressalta que não há falar em indenização a título de danos morais, uma vez que tal fato não gerou dano à Requerente e que tal fato consubstancia-se somente em meros dissabores não havendo qualquer forte abalo psíquico que possa ensejar

a indenização pleiteada. Ao final requereu a improcedência dos pedidos. A Requerida M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES-ME apresentou contestação (movimento n° 14), arguindo, em tese, ilegitimidade passiva , requerendo o afastamento da responsabilidade solidária da ora reclamada, alegando que como estava na garantia da Fabricante a assistência técnica foi acionada e o serviço foi ineficaz, entendendo que a responsabilidade do Comerciante deve ser transferida para o Fabricante do produto, fundamentando que não praticou qualquer ato contrário ao direito da Requerente, requerendo a exclusão da ora contestante da presente lide, e consequentemente, a extinção do feito , nos termos do artigo 267, VI do CPC. No MÉRITO , que foi a fornecedora quem vendeu o aparelho à Requerente e quando a Requerente a procurou argumentando sobre os vícios do referido aparelho e como já se passara mais de 30 dias da venda e estava na garantia, a Requerida encaminhou o aparelho à assistência técnica autorizada pela segunda Requerida e que após dias recebeu da autorizada o aparelho o qual entregou à Requerente funcionando perfeitamente, no entanto, tomou conhecimento que o os defeitos persistiam somente quando foi citado da presente ação. Destaca que não há obrigação de restituição do valor pago no produto nem mesmo da indenização por dano moral tendo em vista que a Requerente não sofreu qualquer tipo de humilhação ou constrangimento por parte da Requerida e que a Requerente não se desincumbiu de seu ônus probatório, não trouxe ao feito qualquer prova de ter sido submetido a situação vexatria ou de humilhação, posto que encaminhou o aparelho à assistência técnica eu serviço foi satisfatório, cumprindo com sua obrigação para com a Requerente, dizendo ser a responsabilidade exclusiva da segunda Requerida - MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos deduzidos na exordial. Em caso da condenação ser solidária requer seja levada em consideração, o potencial econômico da Requerida para se evitar o enriquecimento ilícito ou sem causa. Ao final, requereu o julgamento improcedente do pedido. Relatados. DECIDO. Tratando-se de matéria de direito e ante as circunstâncias do caso concreto, promovo o julgamento antecipado da lide, pois Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (RESP 2.832-RJ).

Da preliminar de "ilegitimidade passiva" O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor disciplina a responsabilidade do fornecedor pelos vícios de qualidade do produto que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destina. Por sua vez, o artigo 3º inclui dentre as atividades que caracteriza o fornecedor a distribuição ou comercialização de produtos. Como a Requerida comercializou o produto (celular), fato incontroverso, não pode negar a sua condição de fornecedora, sendo, portanto, responsável solidária e parte legítima para responder pelos vícios do produto.

Confira-se: FABRICANTE E O FORNECEDOR SUBSTITUIÇÃO DO BEM QUE SE IMPÕE. 1. O fornecedor que vende o produto é parte legítima para figurar no polo passivo da lide e responder pelos vícios do produto que comercializa. 1.1 Não há que se falar em incompetência dos Juizados Especiais Cíveis por complexidade da matéria, quando o defeito no produto foi detectado e a peça defeituosa substituída pelo fabricante. 2. É obrigação do fornecedor, que vende aparelho de telefonia celular que apresenta defeito na placa, não sanando o vício no prazo máximo de trinta dias (inciso I do § 1º do artigo 18 do CDC), substituir o aparelho por outro da mesma espécie e em perfeitas condições. 3. Não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto ou a imediata devolução da quantia paga. 4. É inegável a solidariedade entre o fornecedor, que comercializa o produto, e o fabricante para efeitos de substituição do bem ou devolução do valor pago pelo consumidor. (2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - 2003.01.1.089491-3, ACJ Rel. João Batista Teixeira) Grifei. Portanto afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela Requerida M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES-ME. Passo a analisar o MÉRITO . Analisando os autos, o pedido merece ser acolhido, em parte. É que, configurado o vício no produto, a demanda pode ser direcionada contra qualquer ou contra todos os coobrigados, ou seja, o Fabricante e/ou o Comerciante que aliena o bem, posto que a responsabilidade é solidária e não subsidiária (art. 18, caput c/c art. 25, § 1º, da Lei 8.078/1990). A propósito, já decidia o egrégio Tribunal de Alçada Mineiro: "CIVIL - RELAÇÃO DE CONSUMO - VÍCIO DO PRODUTO - FORNECEDOR - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA - CAUSA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO PELO FORNECEDOR - INDENIZAÇÃO DEVIDA. De acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990), há uma diferença fundamental entre a responsabilidade pelo fato (art. 12) e a por vício do produto (art. 18). Se a hipótese configura vício do produto, a responsabilidade é solidária e não subsidiária (art. 18, caput c/c art. 25, § 1º, da Lei 8.078/1990) e a demanda pode ser direcionada contra qualquer dos coobrigados, vale dizer, o fabricante e/ou o comerciante que aliena o bem. (...). (TAMG - Apelação Cível n. 414.260-3 - 3ª Câmara Cível - Relator: Juiz Maurício Barros - Data do julgamento: 24.03.2004). Grifei. No caso dos autos, a demanda foi direcionada contra o Fornecedor e o Fabricante e, uma vez constatado o vício na qualidade do produto (telefone celular), tanto a empresa Fabricante quanto a Comerciante respondem, solidariamente, pelos prejuízos daí advindos, com fulcro no artigo 18 do CDC. Outrossim, conclui este Magistrado que, diante da persistência dos defeitos, mesmo após o retorno da assistência técnica, é razoável a perda de confiança do consumidor quanto à qualidade do produto, evidenciando-se o vício de fabricação. Daí porque se justifica o pedido da consumidora. Destarte, o pedido inicial tem como fundamento a devolução do produto pela Requerida sem o devido conserto, sendo certo que o Fornecedor do produto não pode beneficiar-se da contagem do prazo de 30 (trinta) dias toda vez que o produto retornar com o mesmo vício.

Resta, entretanto, o acolhimento do pedido da Requerente consistente na devolução do valor pago pelo produto, de modo que invocando o disposto no artigo 6º da Lei 9.099/95 a melhor solução em caso de não substituição do bem defeituoso por outro novo da mesma marca e modelo, é a devolução dos valores pagos no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais). No tocante à indenização a título de danos morais, não é o caso de acolhimento deste pedido.

Em que pesem os dissabores sofridos pela Requerente diante da frustração de expectativa quanto a utilização e reparação do produto que contém vício, esses aborrecimentos, por si sós, não autorizam a indenização por danos morais. Pode-se dizer que os tais suscitados aborrecimentos apresentam-se resultantes do moderno e conturbado convívio social, caracterizando mero descumprimento de contrato, sob pena de se inviabilizar

a convivência em sociedade. Os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes que fazem parte e estão impregnados nas contingências próprias da vida em sociedade não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido (suposto prejudicado) pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou susceptibilidades exageradas, denotando que nem todo inadimplemento contratual é passível de gerar ou autorizar o deferimento de qualquer compensação pecuniária em decorrência de mero transtorno ou aborrecimento experimentado. Posto isto, com fundamento no artigo 269, I, do Código de Processo Civil resolvo o MÉRITO e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e o faço para CONDENAR SOLIDARIAMENTE as Requeridas MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA e M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES EPP a ressarcir a Requerente ELIABE SILVA na quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 18, § 1º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, corrigidos a partir da propositura da ação e com juros a partir da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. Após o trânsito em julgado, as Requeridas terão o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA , sob pena de execução forçada, acrescida de multa 10% (de dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE. Ressalto que fica condicionado para recebimento da condenação acima imposta, a devolução do aparelho celular GSM Motorola XT 305 , se ainda não o fez, à empresa Requerida M. DE ALMEIDA MACHADO CELULARES EPP. Deixo de condenar as Requeridas ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios com fundamento no disposto dos artigos 54 e 55, da Lei 9099, de 26 de setembro de 1995. P. R. I. Pimenta Bueno-RO, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, Juiz de Direito".

Proc: 1000598-67.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Fabio Santos Bertoli(Requerente)
Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos(OAB 1468 RO), Walfrane Leila Odisio dos Santos(OAB 3489 RO), Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)
silvano inácio da silva(Requerido)
Fabio Santos Bertoli(Requerente)
Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos(OAB/RO 1468), Walfrane Leila Odisio dos Santos(OAB/RO 3489), Andréia Vidigal(OAB/RO 4161)
silvano inácio da silva(Requerido)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 22 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO : "Vistos. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de setembro de 2013, às 08:30 horas. Intimem-se. Demais testemunhas deverão comparecer independente de intimação, observando o que dispõe o art. 34 da Lei 9.099/95. Pimenta Bueno, RO, 17 de Julho de 2013.
Luís Antônio Sanada Rocha, Juiz de Direito".

Proc: 1000641-04.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Carmem da Silva(Requerente)
JULIANDER TREVIZANI(Requerido)
Advogado(s): William Ricardo Grilli Gama(OAB 3638 RO)
Maria Carmem da Silva(Requerente)
JULIANDER TREVIZANI(Requerido)
Advogado(s): William Ricardo Grilli Gama(OAB/RO 3638)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos e examinados. MARIA CARMEM DA SILVA ajuizou AÇÃO DECLARATÓRIA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER em face de JULIANDER TREVIZANI, ambos qualificados nos autos, visando a que se determine ao Requerido a obrigação de proceder a transferência da motocicleta Honda CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2004/2004, Placa NBR 4958, cor Preta, Renavam nº 834984008, Chassi nº 9C2KC08104R097065, junto ao Órgão de Trânsito. Alega que era proprietária da referida a motocicleta mas vendeu-a para o Requerido há aproximadamente 05 (cinco) anos. Sustenta que não fez contrato por escrito, sendo o negócio realizado de forma verbal, que na época o recibo foi entregue ao Requerido, entretanto, sem preenchê-lo e não fez comunicação de venda ao Detran. Menciona que tomou conhecimento que a motocicleta Honda CG 150 TITAN KS ainda permanece em seu nome, posto que o Requerido não providenciou a sua transferência, conforme combinado. Aduz que esta situação vem causando-lhe transtornos tais como débitos, responsabilidade civil etc., por um bem que não mais está na sua posse. Ao final, requereu a condenação do Requerido na obrigação de fazer, consistente na transferência do referido veículo, bem como, a condenação do Requerido ao pagamento dos impostos/taxas e/ou multas pendentes referente ao veículo, sob pena de multa diária. Deu à causa o valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Juntou documentos no movimento n° 01. Audiência de conciliação infrutífera (movimento n° 10), momento em que o Requerido confirma que comprou a referida motocicleta da Requerente mas que vendeu para Valdenir Elias Alexandre. Foi concedido prazo legal ao Requerido para apresentação de contestação, e na sequência, o prazo para o Requerente apresentar impugnação. Na contestação (movimento n° 11) alega o Requerido que foi-lhe entregue a posse da referida motocicleta na qualidade de mero detentor, posto que ele negociava veículos usados e pegou a referida motocicleta com o intuito de intermediar negociação que beneficiasse a Requerente e não com o fim se fazer proprietário dessa motocicleta . Aduz que essa é sua segunda demanda da Requerente contra o Requerido no Juizado Especial Cível pelo mesmo fato, sendo que na primeira (Autos n. 1001837-43.2012.8.22.0009) foi extinto o processo pela presunção da sua desistência quando do não comparecimento à audiência designada , no entanto, a Requerente sabia que não manteve relação jurídico-contratual com o Requerido, naqueles autos, posto que chamou a cadeia sucessória deste na propriedade do bem, Sr. Vilmar Nunes Almeida e Sr. Valdenir Elias Alexandre, os quais compareceram naquela audiência, no entanto, ausente estava a Requerente. Acredita que o fato da Requerente ter se insurgido dessa forma é pelo fato do Requerido estar tentando receber um valor que lhe deve seu filho, de uma conta em que o avalista fora o seu falecido marido em outros autos, já que não realizou a venda da moto para o Requerido, segue dizendo que foi apenas intermediador do negócio jurídico com terceiro. Ao final, o Requerido pugna pela intervenção de terceiros para trazer ao processo VALDENIR ELIAS ALEXANDRE e VILMAR NUNES ALMEIDA os quais supõe verdadeiros proprietários da referida motocicleta e que responderam ao primeiro chamado em que a Requerente se fez ausente. Impugnação (movimento n° 13) rechaçando os argumentos do Requerido e repisando as alegações constantes na exordial. É o breve RELATÓRIO . Decido.

Tratando-se de matéria de direito e ante as circunstâncias do caso concreto, promovo o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330 do Código de Processo Civil, pois Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder (RESP 2.832-RJ). Pois bem.

A Requerente afirma que vendeu o veículo ao Requerido aproximadamente há 05 (cinco) anos, o qual nunca transferiu a moto para seu nome e afirma que a vendeu para terceiro e, pelo que consta das provas dos autos, aquele também não a transferiu. Ora, é obrigatória a transferência do veículo junto ao órgão administrativo competente quando de sua alienação, nos termos do art. 123, do Código de Trânsito Brasileiro. Por outro lado, o mesmo DISPOSITIVO legal estabelece, em seu §1º, prazo para que o proprietário comunique a venda àquele órgão. Denota-se, ainda, que a Requerente não promoveu a necessária comunicação da alienação do veículo e assim continua responsável solidariamente pelas obrigações advindas de infrações penais cometidas pelo Requerido e/ou terceiro, exceto os débitos oriundos de IPVA. Assim, cumpre anotar que ambos, Requerente e Requerido, seriam devedores solidários de eventuais penalidades impostas pelo órgão de trânsito, posto que a Requerente deixou de praticar o disposto no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, qual seja, realizar a comunicação de venda. Vejamos:

Art. 134. No caso de transferência de propriedade, o proprietário antigo deverá encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado dentro de um prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação. Cumpre esclarecer que a responsabilidade solidária (até a data da comunicação de venda) entre vendedor e comprador, conforme se infere do texto legal, se dá apenas quanto às penalidades impostas e suas reincidências , não abrangendo outros débitos do veículo, tal como a cobrança do IPVA. Neste sentido: RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ROUBO DE VEÍCULO - TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE À SEGURADORA - ART. 134 DO CTN - APLICAÇÃO AOS CASOS DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA, NA ESPÉCIE - OBRIGAÇÃO DO ADQUIRENTE DE REQUERER O REGISTRO DA TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO PERANTE O ÓRGÃO DE TRÂNSITO - PROVIDÊNCIA NÃO ADOTADA, NA ESPÉCIE - RESPONSABILIDADE DO NOVO PROPRIETÁRIO PELOS DÉBITOS, NÃO RELACIONADOS À INFRAÇÕES DE TRÂNSITO, POSTERIORES À TRANSFERÊNCIA - RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. I - Embora o art. 134 do Código Brasileiro de Trânsito atribua ao antigo proprietário a responsabilidade de comunicar ao órgão executivo de trânsito a transferência do veículo, sob pena de ter que arcar solidariamente com as penalidades impostas, referida disposição legal somente se aplica às infrações de trânsito, não se estendendo a todos os débitos do veículo após a transferência da propriedade, tal como a cobrança de IPVA; II - Realizada a transferência da propriedade do veículo, incumbe ao novo proprietário requerer, perante os órgãos competentes, a emissão do novo Certificado de Registro do Veículo (art. 123, § 1º, I, do CTB), providência não adotada, in casu. III - Recurso especial improvido (STJ - REsp: 938553 DF 2007/0069214-6, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 26/05/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/06/2009). Desta forma, depreende-se que o mencionado DISPOSITIVO legal cria a responsabilidade solidária entre vendedor e comprador apenas no que tange às multas aplicadas, não abrangendo débitos tais como o IPVA e o licenciamento anual, que é exigível do efetivo possuidor do veículo à época do fato gerador. No entanto, veremos que mesmo a responsabilidade solidária quanto às multas pode e até deve ser mitigada quando incontestável que o veículo já não pertencia ao antigo proprietário quando da aplicação das penalidades. A desídia da Requerente em cumprir o mandamento do art. 134 do CTB (comunicação de venda), não exonerava nem exonera o Requerido da obrigação de, ao adquirir um veículo, transferi-lo para o próprio nome, conforme art. 123, I do CTB. O Estado-Juiz, que detém o monopólio da Jurisdição e atua como pacificador das relações sociais, não pode permitir que, em razão da omissão do Requerido, o Requerente seja penalizado. Desta forma, em que pese o art. 134 do CTB estipular a responsabilidade solidária entre o vendedor e o comprador do veículo diante da ausência de comunicação de venda, este fato não impede que o Magistrado reconheça judicialmente a venda do veículo, suprindo a falta administrativa da comunicação de venda perante o órgão de trânsito. Melhor explicando, a comunicação de venda não realizada administrativamente à época da venda do veículo pode ser suprida e formalizada através de pronunciamento jurisdicional que reconheça a venda realizada em data passada. Neste sentido é o posicionamento pacífico do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. MULTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 134 DO CTB. RELATIVIZAÇÃO. Consoante entendimento desta Corte, a regra prevista no art. 134 do CTB sofre mitigação quando restarem comprovadas nos autos que as infrações foram cometidas após a aquisição de veículo por terceiro, ainda que não ocorra a transferência afastando a responsabilidade do antigo proprietário. Agravo regimental improvido. (STJ, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 26/06/2012, T2 - SEGUNDA TURMA). Desta forma, a tutela jurisdicional seria um tanto quanto inefetiva à Requerente no sentido de apenas determinar a transferência de propriedade da motocicleta sem determinar a respectiva transferência de eventuais penalidades a ela vinculadas. Ademais, em consonância com o julgado acima transcrito, em momentos anteriores o STJ já demostrava o mesmo entendimento, conforme se extrai das ementas dos seguintes julgados: “ADMINISTRATIVO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. MULTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA. SUBSCRIÇÃO. AUSÊNCIA. NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO. COMUNICAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DO BEM. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA 283⁄STF. 1. Alienado veículo automotor sem que se faça o registro, ou ao menos a comunicação da venda, estabelece-se, entre o novo e o antigo proprietário, vínculo de solidariedade pelas infrações cometidas, só afastadas quando é o Detran comunicado da alienação, com a indicação do nome e endereço do novo adquirente. Não havendo dúvidas, in casu, de que as infrações não foram cometidas no período em que tinha o recorrido a propriedade do veículo, não deve ele sofrer qualquer tipo de sanção”(REsp 965.847⁄PR, Rel. Min. Eliana Calmon,

DJU de 14.03.08). Incidência da Súmula 83⁄STJ. ( ) 3. Recurso especial não conhecido." (REsp 1.126.039⁄SP, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 8.6.2010, DJe 22.6.2010.). "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. RESPONSABILIDADE PELAS INFRAÇÕES. SOLIDARIEDADE ENTRE COMPRADOR E VENDEDOR ENQUANTO NÃO HOUVER A COMUNICAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO AO DETRAN. ACÓRDÃO AQUO QUE AFIRMA ESTAR COMPROVADO QUE AS INFRAÇÕES QUE ENSEJARAM A PENALIDADE NÃO FORAM COMETIDAS PELO VENDEDOR. IMPOSSIBILIDADE DE SER-LHE APLICADA A SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. 1. Hipótese em que a autarquia estadual pretende que a penalidade de suspensão do direito de dirigir seja aplicada ao antigo proprietário do automóvel, ao fundamento de que ele é solidariamente responsável pelas infrações de trânsito que cometeu o comprador, porque não procedeu a transferência do veículo junto ao DETRAN-PR. 2. Analisando casos semelhantes, tanto a Primeira como a Segunda Turma firmaram entendimento de que realmente existe a solidariedade pelas infrações entre o vendedor e o comprador do veículo, enquanto a alienação não for informada ao DETRAN. No entanto, tal solidariedade não é absoluta e deve ser relativizada nos casos em que estiver comprovado que não foi o vendedor que cometeu as infrações. Precedentes: REsp 804.458⁄RS, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 31⁄08⁄2009 e REsp 1024815⁄RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04⁄09⁄2008. 3. No caso dos autos, não se deve aplicar a penalidade ao ora recorrido, uma vez que o acórdão a quo é categórico ao afirmar que a infração não foi cometida pelo recorrido, mas, sim, pelo novo proprietário do veículo. 4. Recurso especial não provido."
(REsp 1.063.511⁄PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 18.3.2010, DJe 26.3.2010.) "ADMINISTRATIVO. INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. TRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE TRANSFERÊNCIA JUNTO AO DETRAN.
1. Ainda que inexistente a comunicação de venda do veículo por parte do alienante, restando - de modo incontroverso - comprovada a impossibilidade de imputar ao antigo proprietário as infrações cometidas, a responsabilização solidária prevista no art. 134 do CTB deve ser mitigada. Precedentes. 2. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 804.458⁄RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 20.8.2009, DJe 31.8.2009.) "ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. MULTAS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE. INTERPRETAÇÃO DO ART. 134 DO CTB. 1."Alienado veículo automotor sem que se faça o registro, ou ao menos a comunicação da venda, estabelece-se, entre o novo e o antigo proprietário, vínculo de solidariedade pelas infrações cometidas, só afastadas quando é o Detran comunicado da alienação, com a indicação do nome e endereço do novo adquirente. Não havendo dúvidas, in casu, de que as infrações não foram cometidas no período em que tinha o recorrido a propriedade do veículo, não deve ele sofrer qualquer tipo de sanção"(REsp 965.847⁄PR, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU de 14.03.08). 2. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.024.632⁄RS, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19.6.2008, DJe 5.8.2008.) Nota-se que na exordial a Requerente informa que a venda foi realizada aproximadamente há 05 (cinco) anos, desta forma, resta devidamente demonstrada a efetiva venda do veículo da Requerente ao Requerido, tendo em vista que o próprio Requerido confirma este fato na audiência de conciliação datada de 13 de junho de 2013 (movimento n° 10), fato incontroverso. Assim, não informado pela Requerente a data exata da venda, determino a expedição de ofício à CIRETRAN local, informando a existência da venda da motocicleta descrita nestes autos, a partir de 05 de abril de 2008, ou seja, 05 (cinco) anos antes da citação do Requerido nestes autos. Outrossim, em sede de Juizado Cível é vedado a intervenção de terceiro. E, ainda, o Requerido teve a oportunidade de trazer, na audiência de conciliação, a cadeia sucessória na demanda, mas não o fez. No entanto, fica facultado ao Requerido ajuizar ação em face de quem entender de direito. Ressalto, ainda, que a emissão do CRLV (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo) fica condicionada às normas administrativas do órgão de trânsito, ou seja, o documento para transitar com o veículo (CLRV) somente será emitido após a apresentação para vistoria, bem como após o pagamento dos impostos e taxas porventura pendentes. Isso posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pela Requerente MARIA CARMEM DA SILVA em face de JULIANDER TREVIZANI, e o faço para determinar a expedição de ofício à CIRETRAN local, com cópia desta DECISÃO , informando a existência da venda da motocicleta descrita nestes autos, para que aquele órgão de trânsito realize a transferência de propriedade do veículo motocicleta Honda CG 150 TITAN KS, ano/modelo 2004/2004, Placa NBR 4958, cor Preta, Renavam nº 834984008, Chassi nº 9C2KC08104R097065, bem como a transferência de eventuais débitos vinculados a esta, a partir do dia 05 de abril de 2008, para o nome do Requerido, JULIANDER TREVIZANI, inscrito no CPF sob o nº 66913590200, residente na Av. Efraim Goulart de Barros, esquina com a Rua Sebastião Pereira de Oliveira S/N, na Cidade de Primavera de Rondônia/RO, independente do pagamento, no ato, de quaisquer taxas ou multas, ficando anotadas essas pendências em nome do Requerido para que realize o pagamento por ocasião da primeira vez em que for realizar o licenciamento, ou, a critério da administração, mediante a respectiva cobrança administrativa ou judicial.
Por conseguinte, julgo extinto o processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO , nos termos do art. 269, I, CPC. Sem custas e honorários, de acordo com o disposto nos artigos 54 e 55, da Lei 9099, de 26 de setembro de 1995. P. R. I.C. Pimenta Bueno, 31 julho de 2013. Luís Antônio Sanada Rocha, Juiz de Direito em Substituição".

Proc: 1002086-91.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adilson da Rocha Zequim(Requerente)
BANCO DA AMAZÔNIA S.A - BASA(Requerido)
Advogado(s): OAB:1221 RO, RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB 2037 RO)
Adilson da Rocha Zequim(Requerente)
BANCO DA AMAZÔNIA S.A - BASA(Requerido)
Advogado(s): Daniele Gurgel do Amaral (OAB/RO 1221), RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB/RO 2037)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 19 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA : "Vistos, etc. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano morais proposta por ADILSON DA ROCHA ZEQUIM em face de BANCO DA AMAZÔNIA S.A BASA. O requerente alega que, na qualidade de avalista de um contrato de financiamento celebrado entre o Banco requerido e o devedor principal (Jorge Henrique), teve seu nome inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, sendo que somente tomou conhecimento deste fato quando foi realizar uma compra no comércio local. Para comprovação dos fatos realizou no dia 20/11/20011 uma consulta no balcão de atendimento do CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) desta cidade, constatando a inscrição promovida pelo Banco da Amazônia S.A. - BASA, ora requerido. Aduz que não existe razão para a mencionada inscrição, pois o devedor principal está pagando regularmente a dívida, conforme provam os recibos de amortização datados de 14/12/2012. Requereu liminarmente a suspensão do registro de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, bem como, ao final, o julgamento procedente com o reconhecimento da irregularidade da inscrição; a declaração de inexistência de débitos e a condenação pelos danos morais experimentados pela inscrição indevida, como também por ausência de notificação por parte do requerido.

Juntou documentos no mov. 01 dos autos. Devidamente citada (AR de mov. 11), a parte requerida não compareceu à audiência de conciliação, limitando-se apenas a juntar contestação, beneficiando-se das facilidades que o sistema virtual Projudi propicia às partes. É o breve RELATÓRIO . Decido. A parte requerida, devidamente citada, não compareceu à audiência de conciliação, somente juntado aos autos sua contestação. Necessário destacar que contestar a ação não é, pelo microssistema dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95), condição que dispense a presença da parte requerida em audiências. O escopo desta lei é colocar frente a frente as partes, para, em primeiro momento, tentar a conciliação, e em segundo, se necessário, na Instrução, ouvi-las, como preceitua o artigo 20 da citada lei. Assim, nos Juizados Especiais, a ausência do requerido à audiência de conciliação enseja a decretação da revelia. No entanto, os efeitos da contumácia podem ser afastados se o contrário resultar do convencimento do juiz, conforme disposto no art. 20 da Lei 9.099/95, in fine: Art. 20. Não comparecendo o deMANDADO à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. No caso sub judice, em que pese a ausência do Banco requerido à sessão conciliatória, os documentos juntados pelo autor não ensejam um decreto de procedência dos pedidos. Com efeito, a parte requerente alega que a inscrição é indevida pois os contratos estão sendo devidamente honrados pelo devedor principal, juntando para tanto, recibos de amortização. Entretanto, os recibos de amortização juntados, que comprovariam a alegada renegociação da dívida, são datados de 14/12/2012. de seu turno, a consulta da inscrição juntada aos autos, por sua vez, foi feita na data de 20/11/2011, ou seja, mais de um ano antes da renegociação da dívida. Pela sequência das datas dos documentos juntados aos autos, constata-se que a inscrição já existia antes do pagamento e assim não há fundamentos para dizer que a inscrição ocorreu de forma indevida. Ademais, a parte requerente não demonstrou nos autos a permanência da inscrição após a renegociação da dívida, ou seja, não provou o fato constitutivo do seu direito, conforme determina o art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil. Ademais, é perfeitamente legal a inscrição do nome de um avalista nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento do contrato, no qual funciona como garantidor. Nesse sentido têm decidido os Tribunais: CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DECORRENTE DE ABALO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO LEGAL DO NOME DO AVALISTA NA SERASA. DÍVIDA PENDENTE DE PAGAMENTO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. DEVER DO GESTOR DO CADASTRO. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR AFASTADA. RECURSO DESPROVIDO. Configura exercício regular de direito a inscrição do nome do avalista nos órgãos de controle do crédito quando houver dívida vencida e não paga. Nesse caso, não há falar em direito à indenização por danos morais. (489516 SC 2011.048951-6, Relator: Luiz Carlos Freyesleben, Data de Julgamento: 08/08/2011, Segunda Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n. 2011.048951-6, de Lages) CONSUMIDOR. INDENIZATÓRIA. INSCRIÇÃO DEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO EXISTENTE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. Autor que figura como avalista em contrato alienação fiduciária, sendo que o avalizado restou inadimplente em sua obrigação. Inscrição em órgão de proteção ao crédito que se mostrava lícita, uma vez que as rés agiram no exercício regular de direito, não havendo falar em ato ilícito por parte destas. A ré Serasa, inclusive, comprovou a emissão de correspondência, comunicando a pendência e a possível inclusão nos cadastros restritivos de crédito,... (TJRS, 71003035268 RS , Relator: Fernanda Carravetta Vilande, Data de Julgamento: 04/05/2011, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/05/2011) Quanto a alegada ausência de notificação da inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, tem-se que a responsabilidade pela notificação é do próprio órgão e não do credor, nos termos da súmula 359 do STJ, in verbis: Súmula 359 STJ: Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

Assim, no caso sub judice, quer fosse a inscrição devida ou não, a legitimidade para responder pela ausência de notificação não pertenceria à parte requerida, não cabendo sofrer qualquer responsabilização. Forte nestes fundamentos, e considerando que a necessidade de provar constitui um dos postulados básicos do Direito Processual, não só pela imperiosidade de se buscar a verdade, mas também por ser indispensável para a garantia e segurança das relações jurídicas a demonstração da veracidade dos fatos alegados pelas partes 1, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados nesta ação movida por Adilson da Rocha Zequim em face de BANCO DA AMAZÔNIA S.A - BASA , e extingo o processo com resolução de MÉRITO , firme no artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Revogo a liminar concedida. Sem custas ou honorários, indevidos neste grau de jurisdição. Após o trânsito em julgado, arquive-se.

P. R. I. Pimenta Bueno, 14 de março de 2013. Wilson Soares Gama, Juiz de Direito".

Proc: 1000535-42.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Valdemar Daniel de Arruda(Requerente)
Advogado(s): Simone Ferreira Muniz de Almeida(OAB 5660 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Welser Rony Alencar Almeida(OAB 1506 RO)
Valdemar Daniel de Arruda(Requerente)

Advogado(s): Simone Ferreira Muniz de Almeida(OAB/RO 5660)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Welser Rony Alencar Almeida(OAB/RO 1506)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 17 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO : "Vistos. Pelos fatos expostos pelas partes é possível inferir que a controvérsia reside apenas em estabelecer a real localidade em que ocorreu o acidente de trânsito (se em rede pública da Requerida ou particular da Requerente). Assim, sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes provas que tencionam produzir. Prazo: 10 dias. Caso for requerida prova oral, o pedido deverá ser pormenorizadamente fundamentado com informações cujos fatos pretende-se amparar nessa espécie probatória, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, Juiz de Direito".

Proc: 1001103-58.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Adjudicante)
Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Terezinha Aparecida de Souza Costa(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME (Mercado Cristal)(Adjudicante)
Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB/RO 5155)
Terezinha Aparecida de Souza Costa(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 17 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos. Por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo a que chegaram as partes para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, extinto o processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , com fulcro no artigo 269, III ambos do CPC. Dou a presente por publicada e as partes por intimadas. Registre-se. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO".

Proc: 1000388-16.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
T. MARQUES SOUZA - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Eliandra Maria Da Costa(Adjudicado)
T. MARQUES SOUZA - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Eliandra Maria Da Costa(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 29 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA : "Vistos. A Exequente foi intimada para manifestar-se sobre o bem penhorado no movimento n° 21 para o prosseguimento do feito. Peticionou a Exequente no movimento n° 26, manifestando o não interesse no bem penhorado, requerendo a expedição de carta de SENTENÇA .
Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, c.c. art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. DEFIRO o pedido da Exequente, expeça-se Carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do Enunciado 76 do FONAJE. Sem custas. P.R.I. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. WILSON SOARES GAMA, JUIZ DE DIREITO".

Proc: 1001339-10.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Débora Furtado(Adjudicado)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB/RO 1826)
Débora Furtado(Adjudicado)
FINALIDADE : Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 27/08/2013, às 09:45 horas.

Proc: 1000541-49.2013.8.22.0009
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PIMENTA BUENO(Autor)
CLEBER VIEIRA PINTO(Infrator), LEANDRO MARQUES DA SILVA(Infrator), Marcos Pires de Andrade(Infrator), Maurilio de Oliveira Rodrigues(Infrator), JEFERSON LUIZ MESQUITA(Infrator), VICTOR HUGO ADÃO MACHADO(Infrator), DHONIS DA SILVA ALVES(Infrator)
Advogado(s): Noel Nunes de Andrade(OAB 1586 RO)
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PIMENTA BUENO(Autor)
CLEBER VIEIRA PINTO(Infrator), LEANDRO MARQUES DA SILVA(Infrator), Marcos Pires de Andrade(Infrator), Maurilio de Oliveira Rodrigues(Infrator), JEFERSON LUIZ MESQUITA(Infrator), VICTOR HUGO ADÃO MACHADO(Infrator), DHONIS DA SILVA ALVES(Infrator)
Advogado(s): Noel Nunes de Andrade(OAB/RO 1586)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 74 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO : "Vistos. Considerando a nomeação por este Juízo do advogado, Dr. Noel Nunes de Andrade, OAB/RO 1586, ao Réu Marcos Pires de Andrade, ante à falta de Defensor Público atuante neste JECRIM (movimento n. 37), e diante da DECISÃO de rejeição da denúncia (movimento n. 55 dos autos), condeno o Estado de Rondônia a custear os honorários advocatícios, que arbitro no valor de R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais). Intimem-se. Quanto aos demais envolvidos, aguarde-se o cumprimento da transação penal. Pimenta Bueno-RO, 31 de julho de 2013.
Wilson Soares Gama, Juiz de Direito".

Proc: 1001178-97.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Nossa Loja Calçados(Exequente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)
VANDERLEIA ALVES DE OLIVEIRA MANFARDINI(Executado)
Nossa Loja Calçados(Exequente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB/RO 4161)
VANDERLEIA ALVES DE OLIVEIRA MANFARDINI(Executado)
FINALIDADE : Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA : “Vistos. Por SENTENÇA , para que produza seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO o acordo constante na petição de movimento 13 dos autos, para que cumpram e guardem o que ali se contém e declara, ficando, de ora em diante, extinto o processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , com fulcro no artigo 269, III ambos do CPC. Dou a presente por publicada e as partes por intimadas. Registre-se. Pimenta Bueno, 31 de julho de 2013. “

WILSON SOARES GAMA,
JUIZ DE DIREITO

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0003508-21.2012.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno -RO
Advogado:Marcos Antônio Nunes (OAB/RO 337)
Executado:Microbrás Comércio de Produtos de Informática Ltda
Edital - Publicar:
1ª Vara Cível Comarca de P. Bueno-RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 DIAS
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0003508-21.2012.822.0009
Classe: Execução Fiscal
Procedimento: Execução Fiscal
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno -RO
Advogado: Marcos Antônio Nunes OAB 337
Executado : Microbrás Comércio de Produtos de Informática Ltda
FINALIDADE : INTIMAÇÃO do executado Microbrás Comércio de Produtos de Informática Ltda, Registrado sob o CNPJ 63771588000105, por seu representante legal, atualmente em lugar incerto, acerca da penhora realizada no rosto dos autos da Execução de Título Extrajudicial n. 0003213-52.2010.8.22.0009 em trâmite nesta vara, em que Microbrás Comércio de Produtos de Informática Ltda move em face de Domingos da Rocha Sanches, para querendo opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias.
Sede:Fórum Min. Hermes Lima Rua Cassimiro de Abreu, 237 - Centro - CEP 78.984 000 Fone/Fax: (069) 451-2477
Pimenta Bueno, 02 de agosto de 2013.
Sandra Regina Baptista Neves
Escrivã Substituta - matr. 002990
ojsl

Proc.: 0002497-54.2012.8.22.0009
Ação:Monitória
Requerente:Banco da Amazônia S/a
Advogado:Aline Fernandes Barros (RO 2708), Michel Fernandes Barros (RO 1790)
Executado:Josiel Alves da Silva, José Vieira da Silva, Associação dos Produtores Rurais do Apanoe Apra
Edital - Publicar:
1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 30 dias
Processo:00024975420128220009
Classe: Monitória
Procedimento: Procedimentos Especiais de Jurisdição Co
Requerente: Banco da Amazônia S/a
Advogado: Michel Fernander Barros
Requerido: Josiel Alves da Silva
Valor da Causa: R$ 34.090,46
Intimação de:
JOSIEL ALVES DA SILVA, inscrito no CPF/MF nº 634.457.782-72, com endereço na Av.: Princesa Isabel, nº.813,-Bairro Jardim das Oliveiras, CEP: 76.970-000, na cidade de PIMENTA BUENO/RO;
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO APANOE-PARA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 01.896.841/0001-91, com endereço no Setor Barão de Melgaço, s/nº. no município de Pimenta Bueno-RO.
FINALIDADE : INTIMAR os requeridos, Josiel Alves da Silva e Associação dos Produtores Rurais do Apanoe-PARA para o pagamentos das custas finais, sob pena de inscrição em dívida ativa no valor de R$511,36.
Sede do Juízo: Fórum Ministro Hermes Lima Rua Cassimiro de Abreu, 237, Centro, CEP 76.970-000, Pimenta Bueno-RO. Fone/Fax: (069) 3451 2477.
Pimenta Bueno-RO, 02 de Agosto de 2013
Sandra Regina Baptista Neves
Escrivã substituta, mat. 002990
gsp

Proc.: 0002112-43.2011.8.22.0009
Ação:Inventário
Inventariante:Marcelo Valdecir de Souza
Advogado:José Israel de Oliveira (OAB/MT 8150)
Inventariado:Espólio de Valdecir Arnoldo de Souza
Interessado: Paulo Ferreira de Souza (OAB/RO 243/B)
DESPACHO :
Avoco o feito.Compulsando os autos, verifica-se que a carta de fls. 26, apesar de direcionada ao Procurador da Fazenda Nacional, foi remetida, equivocadamente, ao Procurador da União, o qual já havia se manifestado anteriomente.Desta forma, determino nova intimação a ser remetida ao Procurador da Fazenda Nacional, com cópias das últimas declarações, bem como da petição de fls. 340/345.Intime-se ainda o INCRA, por seu Procurador, encaminhando cópia dos documentos acima citados, a fim de que manifeste eventual interesse na causa.Intime-se o inventariante a juntar aos autos certidão de inteiro teor referente aos imóveis relacionados nas últimas declarações.Intime-se também a herdeira Aline a juntar aos autos certidão de inteiro teor referente ao imóvel descrito às fls. 344/445.No mais, aguarde-se a realização da audiência já designada.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004838-87.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S A
Advogado:Washington Rodrigues Dias (MS 12363), Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Requerido:Jessica Poyate Rodrigues, Manoel Luciano de Barros
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
DECISÃO :
DECISÃO :Trata-se de informações prestadas pela Advogada Dra. Nilmara Gimenes Navarro às fls. 156/158, no sentido de que o valor pertencente à requerida Jessica (R$ 2.196,57) foi transferido equivocadamente para sua conta bancária. Afirmou que não se atentou para o crédito, pois, consoante movimentação financeira esboçada nos extratos, existem vários créditos em sua conta bancária, muitos deles oriundos principalmente de prestações de contas.Que ao tomar conhecimento do equívoco, atualizou o valor, o qual totalizou R$ 2.380,65 e efetuou depósito judicial, juntando o comprovante às fls. 162.Juntou também extratos de sua conta bancária.É a síntese necessária.Efetivamente houve equívoco na transferência do valor de R$ 2.196,57 para a conta bancária da patrona da parte autora, já que o referido valor pertence à Requerida.Todavia, tal fato foi devidamente esclarecido e solucionado, pois, a Dra. Nilmara, prontamente, de forma louvável, e sem qualquer solicitação de quem que seja, agindo com absoluta boa fé, devolveu o valor, devidamente corrigido, mediante depósito judicial, conforme se vê às fls. 162, evitando qualquer prejuízo às partes.Desta forma, determino que o valor depositado às fls. 162 seja liberado em favor da requerida Jessica.Após, arquivem-se.Pimenta Bueno-RO, 5 de agosto de 2013.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Harry Roberto Schirmer
Escrivão Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0001226-44.2011.8.22.0009
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Zenilda das Virgens Francino Duarte, Ceany Cordeiro Pistilhi, Maria Tereza Gomes Deboni, Eonilza Aparecida Pereira Alves, Leni Santiago, Antônio Carlos da Silva, Douglas Salles, Elisiário Pedro Benevenutti, Cláudia Cleomar Araújo Ximenes, Rosimeire Elizabete Leite Grazilio, Carlas Cristina Barbosa Bezerra, Lindinalva Pinto Medeiros
Advogado:Daniel Redivo. (RO 3181), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Paula Daiane Rocha Passareli (OAB/RO 3979), Daniel Redivo. (RO 3181), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo. (RO 3181), Aécio de Castro Barbosa (RO 4510), Paula Daiane Rocha Passareli (OAB/RO 3979), Daniel de Brito Ribeiro (OAB/RO 2.630), Hevandro Scarcelli Severino (RO 3065), Sammuel Valentim Borges (RO 4356), Roxane Ferreto Lorenzon (RO 4311), Romenigue Gobbi Góis (RO 4629), Andréia Vidigal (RO 4161), Tiago Cavalcanti Lima de Holanda (OAB/RO 3699), Roberto Sidney Marques de Oliveira (OAB/RO 2.946), Eric Júlio dos SantosTiné (OAB/RO 2507), Andréia Vidigal (RO 4161), Ana Rita Cogo (RO 660)
DECISÃO :
DECISÃO :1. Embora não tenha constado na SENTENÇA , a atualização da condenação é automática, ou seja, o valor deve ser devidamente atualizado.2. Diante disso, determino a remessa dos autos ao contador judicial para atualização do valor da condenação em relação ao requerido Elisiário, observando a ficha financeira juntada às fls. 1039/1046.2.1. Apresentados os cálculos, o requerido deverá efetuar o recolhimento da diferença.3. Em seguida, ao Ministério Público para manifestação, conforme solicitado à fl. 1057.4. Cumprido os itens acima, venham os autos conclusos para análise do pedido de liberação e recebimento dos recursos.Cumpra-se. Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ane Bruinjé Juíza Substituta

Proc.: 0003628-30.2013.8.22.0009
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia Caerd
Advogado:Fabricia Pereira de Souza Gomes (RO 5272)
Consignado:Espólio de Geraldo Viturino, Carla Rodrigues Viturino, Rosinei Alves dos Santos Pereira
DECISÃO :
DECISÃO :1 ? Deposite o valor indicado em guia própria da Caixa Econômica Federal, devendo comprovar a efetivação do ato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial, com imediata extinção do processo. 2 ? Comprovado o depósito no prazo assinalado, citem-se os requeridos para receberem o valor, ou para contestarem o pedido.3 - Comparecendo ambas as requeridas para receber o valor depositado, arbitro os honorários advocatícios em de 10% do depósito. Em tal hipótese, expeça-se imediatamente o alvará de levantamento do montante depositado, na ordem de 50% para cada requerida, com a retenção dos honorários arbitrados e do valor das custas. Condiciono a expedição dos alvarás à retirada conjunta pelas requeridas e desde que as mesmas firmem compromisso de que são as únicas herdeiras, sob pena de responsabilização.4 - O prazo para contestar, no caso de não recebimento, será de 15 (quinze) dias.5 ? A Escrivania deve constar no MANDADO as advertências dos arts. 285 e 319, do CPC.Intime-se. Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. (Assinado Digitalmente)Ane Bruinjé Juíza Substituta

Sileide Niceia Pedrosa Ramalho Veche e Silva
Escrivã Judicial

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0002127-38.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Josenir Rodrigues
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
DESPACHO :
Tendo em vista o significativo número de processos (acima de duzentos) que, em razão da greve dos servidores, deixou-se movimentar, tempestivamente, nos últimos três meses, verifica-se a necessidade de readequação da pauta de audiência, de modo a que se priorize os paralisados há mais tempo. Assim, determino a redesignação do ato para 11/10/2013, às 10h30. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001472-66.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Silvana da Silva Marques
Advogado:Mayara Aparecida Kalb (RO 5043), Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (RO 4688)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
DESPACHO :
Tendo em vista o significativo número de processos (acima de duzentos) que, em razão da greve dos servidores, deixou-se movimentar, tempestivamente, nos últimos três meses, verifica-se a necessidade de readequação da pauta de audiência, de modo a que se priorize os paralisados há mais tempo. Assim, determino a redesignação do ato para 4/10/2013, às 11 horas. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001596-49.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Adelson Gonçalves Niza
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia Rolim de Moura ( )
DESPACHO :
Tendo em vista o significativo número de processos (acima de duzentos) que, em razão da greve dos servidores, deixou-se movimentar, tempestivamente, nos últimos três meses, verifica-se a necessidade de readequação da pauta de audiência, de modo a que se priorize os paralisados há mais tempo. Assim, determino a redesignação do ato para 11/10/2013, às 9 horas. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001599-04.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Adelson Gonçalves Niza
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia Rolim de Moura ( )
DESPACHO :
Tendo em vista o significativo número de processos (acima de duzentos) que, em razão da greve dos servidores, deixou-se movimentar, tempestivamente, nos últimos três meses, verifica-se a necessidade de readequação da pauta de audiência, de modo a que se priorize os paralisados há mais tempo. Assim, determino a redesignação do ato para 11/10/2013, às 9 horas. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.

Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ROLIM DE MOURA - RO.
Escrivã Judicial: Maria Aparecida Ribeiro Santos Lopes
Juiz de Direito: Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira
e-mail: je_rmo@tj.ro.gov.br

Proc: 1000363-68.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumaríssimo
Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura(Autor)
Rone Alves da Silva(Autor do fato)
Advogado(s): JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO), SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura(Autor)
Rone Alves da Silva(Autor do fato)
Advogado(s): JOSCIANY CRISTINA SGARBI LOPES(OAB 3868 RO), SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Intimação dos advogados nomeados acima, acerca da SENTENÇA mov. 56, abaixo transcrita.
Rone Alves da Silva Batista observou a contento as condições do sursis, de modo que, nos termos art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, declaro extinta a punibilidade.
Arquivemse. Rolim de Moura, em 20 de Junho de 2013.
Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira Juiz de Direito

Proc: 1001089-42.2011.8.22.0010
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura(Autor)
Sandra Vicente de Almeida Rodini(Autor do fato)
Advogado(s): SANDRA VICENTE DE ALMEIDA RODINI(OAB 214b RO)
Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura(Autor)
Sandra Vicente de Almeida Rodini(Autor do fato)
Advogado(s): SANDRA VICENTE DE ALMEIDA RODINI(OAB 214b RO)
Intimação da advogada acima nomeada acerca da SENTENÇA mov. 50, abaixo transcrita.
Sandra Vicente de Almeida Rodini aceitou proposta de suspensão condicional do processo pelo prazo de dois anos, mediante observância das condições lá especificadas (mov. 23). Em que pese ter havido ausências e atrasos no cumprimento das apresentações em Juízo, entendeu razoável o MP a extinção da punibilidade da ré, levando em conta os onze comparecimentos levados a cabo e a satisfação das demais exigências. Sendo assim, a melhor

saída é mesmo reconhecer o cumprimento substancial da pena alternativa e declarar a extinção da punibilidade, como requereu o i. Promotor de Justiça e em conformidade com o que a jurisprudência tem decidido: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CUMPRIMENTO SUBSTANCIAL DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA INTEGRALMENTE QUITADA. ATRASOS NOS COMPARECIMENTOS EM JUÍZO QUE NÃO JUSTIFICAM A REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DENUNCIADO SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS. Dos fatos extrai-se que, efetivamente, o ora recorrido não cumpriu, na íntegra, as condições que lhe foram impostas. Todavia, revogar o benefício concedido não se mostra a solução mais justa e adequada ao caso concreto, pois substancialmente cumpridas as exigências do juízo. Precedente da Câmara. A prestação pecuniária foi adimplida na íntegra pelo denunciado e, muito embora sem rigorosa regularidade,
apresentou-se diversas vezes ao juízo, justificando eventuais atrasos sem que o Ministério Público contrariasse suas justificativas. Ademais, o disposto no artigo 89, § 5º da Lei 9.099/95, determina que ¿expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade¿Muito embora presente dissenso urisprudencial a respeito do tema, as peculiaridades do caso concreto ensejam a confirmação da extinção da punibilidade do recorrido.Muito embora tenha razão o Ministério Público quando afirma que o julgador de
primeira instância deixou de atentar para o prazo de prorrogação do período de prova, mesmo esse já resta ultrapassado, merecendo ser extinta a persecução penal do Estado contra o ora recorrido.RECURSO DESPROVIDO. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70021095716, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Naele Ochoa Piazzeta, Julgado em 19/12/2007) Ante o exposto, com fundamento no art. 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, declaro a extinção da punibilidade do delito aqui imputado a Sandra Vicente de Almeida Rodini. Arquivem-se os autos

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 2 de Agosto de 2013
Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes.
Prazo do Edital 15 dias
Proc.: 0002350-25.2012822.0010
Condenado: RUDINEI MIRANDA, brasileiro, solteiro, Motorista, natural de Ampere/PR, nascido aos 10/02/1979, filho de Nilton Antônio Miranda e Salete Gazola Miranda, residente sito à Av. Porto Alegre, 5199, Bairro: Planalto, Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE :
1) Intimar o reeducando para efetuar o pagamento da pena de multa, no prazo de 10 (dez) dias, e comprovar no Cartório da Vara Criminal, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos autos supracitados.Rolim de Moura, 2 de Agosto de 2013. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito da Vara Criminal.Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: rmmjuiz@tj.ro.gov.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 2 de Agosto de 2013
Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes.
Prazo do Edital 15 dias
Proc.: 0000924-41.2013.822.0010
Condenado: EDMILSON ANGELIN DA SILVA, brasileiro, solteiro, Auxiliar de Serviços Gerais, filho de Jorge José da Silva e Margarida Angelina da Silva, residente sito à Travessa das Flores, 3426, Bairro: Olímpico, Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE :
1) Intimar o reeducando para efetuar o pagamento da pena de multa, no prazo de 10 (dez) dias, e comprovar no Cartório da Vara Criminal, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos autos supracitados.Rolim de Moura, 2 de Agosto de 2013. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito da Vara Criminal.Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: rmmjuiz@tj.ro.gov.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 2 de Agosto de 2013
Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes.
Prazo do Edital 15 dias
Proc.: 0004987-46.2012.822.0010
Condenado: RUDINEI MIRANDA, brasileiro, solteiro, filho de Nilton Antônio Miranda e Salete Gazola Miranda, nascido aos 10/02/1979, natural de Amperi-PR, residente sito à Av. Porto Alegre, 5199, Bairro: Planalto, Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE :
1) Intimar o reeducando para efetuar o pagamento da pena de multa, no prazo de 10 (dez) dias, e comprovar no Cartório da Vara Criminal, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos autos supracitados.Rolim de Moura, 2 de Agosto de 2013. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito da Vara Criminal.Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: rmmjuiz@tj.ro.gov.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 2 de Agosto de 2013
Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes.
Prazo do Edital 15 dias
Proc.: 0003053-58.2009.822.0010
Condenado: MARCELO DA SILVA XAVIER, brasileiro, nascido aos 11/02/86, natural de Presidente Médici-RO, filho Juvercino Inácio Xavier e Maria Simplício da Silva, residente sito à Rua “B”, 1132, Bairro: São Marcos, Cacoal/RO.

FINALIDADE :
1) Intimar o reeducando para efetuar o pagamento da pena de multa, no prazo de 10 (dez) dias, e comprovar no Cartório da Vara Criminal, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos autos supracitados.Rolim de Moura, 2 de Agosto de 2013. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito da Vara Criminal.Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: rmmjuiz@tj.ro.gov.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 2 de Agosto de 2013
Juíza de Direito: Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes.
Prazo do Edital 15 dias
Proc.: 0003147-98.2012.822.0010
Condenado: JAIRO GOMES PAIXÃO, brasileiro,solteiro, nascido aos 12/04/76, natural de Porto Velho/RO, filho de Daniel da Silva Paixão e Mirian Gomes do Nascimento, residente sito à Rua João Pessoa, 5590, Bairro: Planalto, Rolim de Moura-RO.
FINALIDADE :
1) Intimar o reeducando para efetuar o pagamento da pena de multa, no prazo de 10 (dez) dias, e comprovar no Cartório da Vara Criminal, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos autos supracitados.Rolim de Moura, 2 de Agosto de 2013. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito da Vara Criminal.Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente.
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES,
Escrivão: rmm1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: rmmjuiz@tj.ro.gov.br

Solange Aparecida Gonçalves
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura, RO.
e-mail: je_rmo@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial: Maria Aparecida Ribeiro Santos Lopes
Juiz de Direito: Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1002434-09.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
FLÁVIO MARTINS DE SOUZA(Requerente)
Advogado(s): RUBENS VIERA LOPES(OAB 273 RO)
ELLETROBRÁS - Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
FLÁVIO MARTINS DE SOUZA(Requerente)
Advogado(s): RUBENS VIERA LOPES(OAB 273 RO)
ELLETROBRÁS - Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
Intimação do procurador da parte requerida acerca da penhora on line via Bacenjud, no mov. 33, e para querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 dias.

Proc: 1001208-66.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Mauricio Bonazzi(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.A.(Réu)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Mauricio Bonazzi(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.A.(Réu)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Intimação do procurador da parte requerida para comprovar nos autos, no prazo de 5 dias o recolhimento das custas processuais a que foi condenado, bem como intimado acerca do bloqueio de valores em conta bancária via Bacenjud, conforme evento 46, devendo apresentar impugnação caso queira no prazo de 15 dias.

Proc: 1002115-41.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Elair Henrique Roos(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.a.(Réu)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
Elair Henrique Roos(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.a.(Réu)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
Intimação da parte requerida na pessoa de seu procurador para no prazo de 5 dias comprovar o recolhimento das custas processuais a que foi condenado, sob pena de inscrição em dívida ativa, bem como intimação da penhora on line via Bacenjud, mov. 47, devendo apresentar impugnação caso queira, no prazo de 15 dias.

Proc: 1002423-77.2012.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
Saulo da Silva(Adjudicante)
Advogado(s): José Luís Torelli Gabaldi(OAB 2543 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.A.(Adjudicado)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Saulo da Silva(Adjudicante)
Advogado(s): José Luís Torelli Gabaldi(OAB 2543 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S.A.(Adjudicado)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Intimação do autor na pessoa de seu procurador para no prazo de 5 dias comprovar o levantamento do alvará judicial expedido no mov. 37.

Proc: 1002422-92.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Edmilson Inácio do Nascimento(Requerente)
Advogado(s): Leonidio Q. Caldeira Brant(OAB 30003879 RO)
ELLETROBRÁS - Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
Edmilson Inácio do Nascimento(Requerente)
Advogado(s): Leonidio Q. Caldeira Brant(OAB 30003879 RO)
ELLETROBRÁS - Distribuição Rondônia(Requerido)
Advogado(s): Juvenilço Iriberto Decarli Junior(OAB 1193 RO)
Intimação da requerido na pessoa de seu procurador para no prazo de 5 dias comprovar o pagamento das custas processuais decorrente de condenação pela Turma Recursal (mov. 30), sob pena de inclusão em dívida ativa.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0001368-11.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:P. V. G. M. P. V. M. J.
Advogado:Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568)
Executado:P. V. M.
Advogado: Não Informado
FINALIDADE : Fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada do resultado negativo da consulta ao BACENJUD e da inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição judicial em veículos localizados em nome da parte devedora, bem como para dar andamento ao feito nos termos da DECISÃO de fl. 30, abaixo transcrita.
DECISÃO :
Considerando o disposto no art. 655, I e art. 655-A, ambos do CPC, decreto a indisponibilidade de eventuais ativos financeiros porventura existentes em nome da parte devedora (bloqueio de valores on line via BACENJUD).Outrossim, tendo em vista o poder geral de cautela do Juiz (CPC, art. 798) e a fim de efetivar a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente à obrigação, determino a inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição de transferência/circulação de eventuais veículos localizados em nome da parte devedora. Vindas as respostas das requisições eletrônicas, se negativas ou com resultados insignificantes, intime-se a parte credora a dar andamento ao feito, requerendo o que entender de direito no prazo de 5 dias.Após, ao Ministério Público.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 3 de julho de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003960-62.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO. 2027)
Requerido:Dion de Maio Moura
Advogado: Não Informado
FINALIDADE : Fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada acerca da juntada aos autos do resultado da consulta ao INFOJUD, bem como para, manifestar-se nos termos da DECISÃO de fl. 37.
DECISÃO :
Com base na prerrogativa inserta no artigo 130 do CPC, decreto a quebra de sigilo fiscal da parte executada e realizo a consulta no sítio do Infojud para tentar localizar eventuais bens existentes em nome do devedor.Logo, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para o correto andamento do feito, observando o resultado da consulta efetivada.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0005872-60.2012.8.22.0010
Ação:Monitória
Requerente:Concretubo Artefatos de Cimento Ltda
Advogado:Rubens Vieira Lopes (OAB/RO 273)
Requerido:Pedro Vicente
Advogado:Não Informado
FINALIDADE : Fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada do resultado negativo da consulta ao BACENJUD e da inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição judicial em veículos localizados em nome da parte devedora, bem como para dar andamento ao feito nos termos da DECISÃO de fl. 26, abaixo transcrita.
DECISÃO :
Nos termos dos arts. 1.102a e ss. do CPC, CONVERTO O DOCUMENTO EM TÍTULO EXTECUTIVO, processando doravante, como execução de título judicial.Retifique-se a classe para cumprimento de SENTENÇA .Considerando o disposto no art. 655, I e art. 655-A, ambos do CPC, decreto a indisponibilidade de eventuais ativos financeiros porventura existentes em nome da parte devedora (bloqueio de valores on line via BACENJUD).Outrossim, tendo em vista o poder geral de cautela do Juiz (CPC, art. 798) e a fim de efetivar a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente à obrigação, determino a inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição de transferência/circulação de eventuais veículos localizados em nome da parte devedora.Havendo localização virtual de veículos, a parte exequente deverá indicar o lugar exato onde o bem poderá ser penhorado e depositado.Vindas as respostas das requisições eletrônicas, se negativas ou com resultados insignificantes, expeça-se MANDADO de penhora de tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito, observando preferencialmente o(s) bem(ns) indicado(s) pelo credor devendo, o Sr. Oficial de Justiça, na mesma oportunidade, intimar a parte executada para, querendo, oferecer impugnação, no prazo e com as advertências legais. Deverá, ainda o Sr. Oficial de Justiça, observar a disposição inserta nos arts. 649 e 655, §2º, ambos do CPC.Após, decorrido o prazo sem o oferecimento de impugnação certifique-se e, em seguida, intime-se a exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender oportuno devendo, nesta ocasião, manifestar eventual interesse na adjudicação do(s) bem(ns) porventura penhorado(s) nestes autos.Somente então, tornem-me os autos conclusos..Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 17 de julho de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0003588-79.2012.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios S.C. Ltda
Advogado:Rafael Souza Nunes (OAB/RO 5068), Manoel Archanjo Dama Filho OAB/RO 4658
Requerido:Adailson Soares de Oliveira
Advogado:Não Informado
FINALIDADE : Fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada do resultado negativo da consulta ao BACENJUD e da inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição judicial em veículos localizados em nome da parte devedora, bem como para dar andamento ao feito nos termos da DECISÃO de fl. 43, abaixo transcrita.
DECISÃO :
Considerando que a ação monitória foi convertida em título executivo judicial (v. f. 38-vº), a tramitação obedecerá o procedimento de cumprimento de SENTENÇA (art. 475-J e seguintes do CPC) sendo, portanto, desnecessária a intimação do devedor para o cumprimento da obrigação (STJ, Resp 954.859/RS, 3ª T., Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 18/7/2007, DJ 27/8/2007, p. 252; TJRO Ag. Inst. 101.001.2001.015785-8, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Miguel Mônico Neto, j. 23/4/2008).Assim sendo, a fim de assegurar a

efetividade da prestação da tutela jurisdicional, e considerando o disposto no art. 655, I e art. 655-A, ambos do CPC, decreto a indisponibilidade de eventuais ativos financeiros porventura existentes em nome da parte devedora (bloqueio de valores on line via BACENJUD).Outrossim, tendo em vista o poder geral de cautela do Juiz (CPC, art. 798) e a fim de efetivar a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente à obrigação, determino a inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição de transferência/circulação de eventuais veículos localizados em nome da parte devedora.Vindas as respostas das requisições eletrônicas, se negativas ou com resultados insignificantes, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito.Havendo localização virtual de veículos, a parte exequente deverá indicar o lugar exato onde o bem poderá ser penhorado e depositado.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0004053-88.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Oliveira Motores Ltda
Advogado:Maycon Douglas Machado (OAB/RO 2509)
Executado:Luciano Rodrigues Messias
Advogado: Não Informado
FINALIDADE : Fica a parte autora, por intermédio de seu procurador, intimada do resultado negativo das consultas ao BACENJUD e RENAJUD, bem como para dar andamento ao feito nos termos da DECISÃO de fl. 25, abaixo transcrita.
DECISÃO :
Considerando o disposto no art. 655, I e art. 655-A, ambos do CPC, decreto a indisponibilidade de eventuais ativos financeiros porventura existentes em nome da parte executada.Outrossim, tendo em vista o poder geral de cautela do Juiz (CPC, art. 798) e a fim de efetivar a tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente à obrigação, determino a inclusão, via sistema RENAJUD, de restrição de transferência/circulação de eventuais veículos localizados em nome da parte devedora. Vindas as respostas das requisições eletrônicas, se negativas ou com resultados insignificantes, intime-se a parte exequente a, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para fins de satisfação do crédito.Havendo localização virtual de veículos, a parte exequente deverá indicar o lugar exato onde o bem poderá ser penhorado e depositado.Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito

Proc.: 0002366-13.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cícero Bezerra de Lima
Advogado:Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE : 1) Intimação da advogada da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 16/08/2013, Pas 07 horas a ser realizada no Hospital Municipal de Rolim de Moura/RO, com o médico Dr. Roberto Fernandes de Melo. 2) Intimação da advogada do autor para se manifestar, no prazo de 5 dias, acerca da certidão do Oficial de Justiça adiante transcrita: “Certifico e dou fé que, em cumprimento ao r. MANDADO , expedido por ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, após diligência, DEIXEI de INTIMAR Cícero Bezerra de Lima, haja vista que ele está em tratamento médico no Estado de São Paulo, segundo informação obtida junto a sua esposa, Srª Celina, residente no endereço constante no MANDADO .”

Proc.: 0002454-17.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair Ferreira dos Santos Costa
Advogado:José Nax de Góis Júnior (OAB/RO 2220)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE : Intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 16/08/2013, às 7:00 horas, no Hospital Municipal AMÉLIO JOÃO DA SILVA, com o médico Dr. ROBERTO FERNANDES DE MELO.

Proc.: 0000924-12.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Jorge de Paula
Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), Daniel Redivo (OAB/RO 3181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE : Intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 23/08/2013, às 7:00 horas, no Hospital Municipal AMÉLIO JOÃO DA SILVA, com o médico Dr. ROBERTO FERNANDES DE MELO.

Proc.: 0014355-60.2004.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador Estadual ( )
Executado:Laticínios Rolim de Moura Ltda
Advogado:Larrúbia Daviane Huppers (OAB/RO 3496), Ednei Pereira dos Santos (OAB/RO 3362)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 10.331,57 (dez mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa. As custas deverão ser atualizadas na data do efetivo pagamento. Valor da causa atualizado em 29/07/2013 (R$ 344.385,77) - custas em 3% (três por cento).

Proc.: 0002056-36.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Burgarelli
Advogado:Airton Pereira de Araújo (RO 243), Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214), Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron
Advogado:Procurador da Ceron ( ), Silvia de Oliveira (RO 1285), José Roberto Wandembruck Filho (RO 5063), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (RO 1193)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002550-32.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Celia Catarina Candida Braga
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
FINALIDADE : Intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 21/08/2013, às 7:00 horas, no Hospital Municipal AMÉLIO JOÃO DA SILVA, com o médico Dr. HELIO ALEXANDRE DOMINGUES.

Proc.: 0002747-84.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldo Vicente de Souza
Advogado:Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227), Ademar Ruiz de Lima (SP 31641)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
FINALIDADE : Intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 06/09/2013, às 8:00 horas, no Hospital Bom Jesus, sito à Av. Macapá, 5040, Centro, Rolim de Moura/RO, com o médico Dr. Rodrigo Colacino Silva

Proc.: 0003670-13.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izolmira Fagundes do Nascimento
Advogado:Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
FINALIDADE : Intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da designação da perícia médica para o dia 13/09/2013, às 7:00 horas, no Hospital Municipal AMÉLIO JOÃO DA SILVA, com o médico Dr. ROBERTO FERNANDES DE MELO.

Proc.: 0004047-52.2010.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edmilson Fernandes de Souza
Advogado:Edson Luiz Rolim (OAB/RO 313A)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0005138-80.2010.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Requerido:José Luiz Cardoso, Valdeci Aparecido Cardoso
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
(prazo 30 dias)
DE: Valdeci Aparecido Cardoso, brasileiro, portador do RG 08.443.033 SSP/MT, filho de Miguel Cardoso e Maria Ferrari Cardoso.
FINALIDADE : Proceder a CITAÇÃO do Requerido acima qualificado para ciência de todos os termos da ação infra caracterizada e para acompanhá-la até o final, nos termos do conteúdo do DESPACHO abaixo transcrito,
DESPACHO : "1. Defiro o pleito deduzido à f. 84.2. Cite-se por edital.Deverá a parte requerente cumprir as disposições constantes no art. 232 do Código de Processo Civil.3. Cumpridas as regras insertas no citado DISPOSITIVO legal e, decorrido o prazo in albis sem que tenha sido constituído advogado, para assistir a parte requerida nos autos, fazendo a sua defesa, bem como os demais atos processuais, ficará nomeada a Defensoria Pública.Dê-se vista para o exercício desse encargo.4. Após, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, requerer o que entender pertinente para o correto andamento do feito.5. Somente então, tornem-me os autos conclusos.Rolim de Moura-RO, terça-feira, 22 de janeiro de 2013. (a) Dr.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito".
Observação: O prazo para CONTESTAR a Ação, querendo, é de quinze (15) dias, contados do término do prazo deste edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora.
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0005138-80.2010.822.0010
Classe: Procedimento Ordinário (Cível)
Procedimento: Procedimento Ordinário
Parte Autora: Município de Rolim de Moura RO
Advogado: Procurador do Municipio de Rolim de Moura
Responsável pelas Despesas e Custas: JUSTIÇA GRATUITA
Rolim de Moura, 16 de Julho de 2013.
Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito
Assinatura Digital – Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil

Proc.: 0001430-51.2012.8.22.0010
Ação:Monitória
Requerente:Órion Comércio de Motos Ltda
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Requerido:E. Alves Pereira - Me
Advogado:Não Informado ( )
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0001707-67.2012.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Posto Planalto de Rolim de Moura Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO:30 dias
DO EXECUTADO: Posto Planalto de Rolim de Moura Ltda, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 03.171.210/0001-30.
FINALIDADE : Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, com juros e encargos correspondetes, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros e multa de mora e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme DESPACHO abaixo transcrito.

DESPACHO : " Cite-se a parte executada para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida com os juros e encargos correspondentes, ou garantir a execução.Na hipótese do crédito cobrado derivar de IPTU, a execução deverá ser redirecionada contra o atual morador/dono do imóvel que ensejou o fato gerador, o qual, então, deverá ser citado/intimado normalmente. Nesse caso, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá qualificar o novo responsável tributário, atentando-se sobretudo para o lançamento na certidão do CPF do novo devedor. Após, o cartório deverá retificar o pólo passivo da demanda (autuação e distribuição).Em caso de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios no patamar de 10% sobre o valor executado.Após a citação, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, converta-se o MANDADO de citação em MANDADO de penhora.Proceda-se ao registro de eventual penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas. Avaliem-se os bens penhorados ou arrestados (art. 7º, da Lei n. 6.830/80), procedendo-se ao registro dos gravames, se recaírem em bem imóvel, junto ao CRI local.Desde já, autorizo o(a) sr(a) Oficial de Justiça a proceder às diligências na forma do § 2º do artigo 172 do Código de Processo Civil.Além de todos esses atos, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá observar o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei 6.830/80.Na hipótese da parte devedora não ser localizada, cite-se e intime-se por edital, observando-se o disposto no art. 8º, IV e § 1º, da Lei 6.830/80. Nesse caso, transcreva-se o inteiro teor desta DECISÃO .Incumbe ao Oficial de Justiça diligenciar junto ao Cartório no sentido de lançar nesta via informações sobre a natureza do imposto executado nesta demanda, o endereço da parte devedora, bem como o valor da causa, sob pena de responsabilidade administrativa. Este Juízo não admitirá penhora, por meio de Oficial de Justiça, de ativos financeiros bloqueados via Bacenjud, dado que isso é tarefa do próprio Magistrado. Entendimento diverso implicaria em burla à nova sistemática do CPC e até mesmo infração administrativa.Sirva-se esta DECISÃO como MANDADO de citação, intimação, penhora e arresto (cumprir no endereço indicado na inicial).Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 14 de maio de 2012. (a) Dr. Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito ".

FAZENDA PÚBLICA EXEQUENTE: UNIÃO FEDERAL
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0001707-67.2012.822.0010
Classe: Execução Fiscal
Exeqüente: União Federal
Valor da Dívida:R$ 27.222,82 (vinte e sete mil duzentos e vinte e dois reais e oitenta e dois centavos), em 17.08.2012.
Natureza da Dívida: Imposto e multa
Número da Inscrição no RDA: 24 2 11 001317-26/24 6 11 002827-07/ 24 6 11 002828-80
Responsável pelas Despesas e Custas:JUSTIÇA GRATUITA
Rolim de Moura, 17 de Julho de 2013.
Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito
Assinatura Digital – Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil

Proc.: 0003320-59.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Executado:Geraldo Nunes
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Edital - Publicar:

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO:30 dias
DO EXECUTADO: Geraldo Nunes, brasileiro, demais qualificações ignoradas, atualmente em lugr incerto e/ou não sabido
FINALIDADE : Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros e multa de mora e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO : " Cite-se a parte executada para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida com os juros e encargos correspondentes, ou garantir a execução.Na hipótese do crédito cobrado derivar de IPTU, a execução deverá ser redirecionada contra o atual morador/dono do imóvel que ensejou o fato gerador, o qual, então, deverá ser citado/intimado normalmente. Nesse caso, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá qualificar o novo responsável tributário, atentando-se sobretudo para o lançamento na certidão do CPF do novo devedor. Após, o cartório deverá retificar o pólo passivo da demanda (autuação e distribuição).Em caso de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios no patamar de 10% sobre o valor executado.Após a citação, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, converta-se o MANDADO de citação em MANDADO de penhora.Proceda-se ao registro de eventual penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas. Avaliem-se os bens penhorados ou arrestados (art. 7º, da Lei n. 6.830/80), procedendo-se ao registro dos gravames, se recaírem em bem imóvel, junto ao CRI local.Desde já, autorizo o(a) sr(a) Oficial de Justiça a proceder às diligências na forma do § 2º do artigo 172 do Código de Processo Civil.Além de todos esses atos, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá observar o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei 6.830/80.Na hipótese da parte devedora não ser localizada, cite-se e intime-se por edital, observando-se o disposto no art. 8º, IV e § 1º, da Lei 6.830/80. Nesse caso, transcreva-se o inteiro teor desta DECISÃO .Incumbe ao Oficial de Justiça diligenciar junto ao Cartório no sentido de lançar nesta via informações sobre a natureza do imposto executado nesta demanda, o endereço da parte devedora, bem como o valor da causa, sob pena de responsabilidade administrativa. Este Juízo não admitirá penhora, por meio de Oficial de Justiça, de ativos financeiros bloqueados via Bacenjud, dado que isso é tarefa do próprio Magistrado. Entendimento diverso implicaria em burla à nova sistemática do CPC e até mesmo infração administrativa.Sirva-se esta DECISÃO como MANDADO de citação, intimação, penhora e arresto (cumprir no endereço indicado na inicial).Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 16 de novembro de 2011.(a) Dr.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito ".

FAZENDA PÚBLICA EXEQÜENTE: Município de Rolim de Moura-RO
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0003320-59.2011.822.0010
Classe: Execução Fiscal
Exeqüente: Município de Rolim de Moura RO
Valor da Dívida: R$ 307,38 (trezentos e sete reais e trinta e oito centavos)

Natureza da Dívida: Débito referente a IPTU
Número da Inscrição da CDA: 465
Responsável pelas Despesas e Custas:JUSTIÇA GRATUITA
Rolim de Moura, 16 de Julho de 2013.
Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito
Assinatura Digital – Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil

Proc.: 0001703-30.2012.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Edson Evangelista Sansão
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Edital - Publicar:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO:30 dias
DO EXECUTADO: Edson Evangelista Sansão, brasileiro, inscrito no CPF 985.183.302-97, RG 1031742, Nascido em 22/07/1988, no Município de Guajará Mirim, filho de Bernardo Sansão da Silva e Bernarda Evangelista.
FINALIDADE : Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros e multa de mora e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação, conforme DESPACHO abaixo transcrito.
DESPACHO : " Cite-se a parte executada para, no prazo de 5 dias, pagar a dívida com os juros e encargos correspondentes, ou garantir a execução.Na hipótese do crédito cobrado derivar de IPTU, a execução deverá ser redirecionada contra o atual morador/dono do imóvel que ensejou o fato gerador, o qual, então, deverá ser citado/intimado normalmente. Nesse caso, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá qualificar o novo responsável tributário, atentando-se sobretudo para o lançamento na certidão do CPF do novo devedor. Após, o cartório deverá retificar o pólo passivo da demanda (autuação e distribuição).Em caso de pronto pagamento, fixo os honorários advocatícios no patamar de 10% sobre o valor executado.Após a citação, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, converta-se o MANDADO de citação em MANDADO de penhora.Proceda-se ao registro de eventual penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas. Avaliem-se os bens penhorados ou arrestados (art. 7º, da Lei n. 6.830/80), procedendo-se ao registro dos gravames, se recaírem em bem imóvel, junto ao CRI local.Desde já, autorizo o(a) sr(a) Oficial de Justiça a proceder às diligências na forma do § 2º do artigo 172 do Código de Processo Civil.Além de todos esses atos, o(a) sr(a) Oficial de Justiça deverá observar o disposto nos arts. 7º e 8º da Lei 6.830/80.Na hipótese da parte devedora não ser localizada, cite-se e intime-se por edital, observando-se o disposto no art. 8º, IV e § 1º, da Lei 6.830/80. Nesse caso, transcreva-se o inteiro teor desta DECISÃO .Incumbe ao Oficial de Justiça diligenciar junto ao Cartório no sentido de lançar nesta via informações sobre a natureza do imposto executado nesta demanda, o endereço da parte devedora, bem como o valor da causa, sob pena de responsabilidade administrativa. Este Juízo não admitirá penhora, por meio de Oficial de Justiça, de ativos financeiros bloqueados via Bacenjud, dado que isso é tarefa do próprio Magistrado. Entendimento diverso implicaria em burla à nova sistemática do CPC e até mesmo infração administrativa.Sirva-se esta DECISÃO como MANDADO de citação, intimação, penhora e arresto (cumprir no endereço indicado na inicial).Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 14 de maio de 2012.Leonardo Leite Mattos e Souza Juiz de Direito ".
FAZENDA PÚBLICA EXEQÜENTE: UNIÃO FEDERAL
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0001703-30.2012.822.0010
Classe: Execução Fiscal
Exeqüente: União Federal
Valor da Dívida:R$ 50.804,43 (cinquenta mil oitocentos e quatro reais e quarenta e três centavos), em 17.08.2012
Natureza da Dívida: Imposto e multa
Número da Inscrição no RDA: 24 01 2011 004219-05
Responsável pelas Despesas e Custas:JUSTIÇA GRATUITA
Rolim de Moura, 17 de Julho de 2013.
Leonardo Leite Mattos e Souza
Juiz de Direito
Assinatura Digital – Chaves Públicas Brasileiras – ICP – Brasil

Proc.: 0004956-60.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Boasafra Comércio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO. 2027)
Executado:Lorival Oliveira
Advogado:Não Informado ( )
Prosseguimento - Decorrida Suspensão
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão.

Proc.: 0004714-38.2010.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Antônio Genildo Alves Holanda
Advogado:Eric Julio dos Santos Tiné (OAB/RO 2507)
Executado:Pedro Jesus de Lima
Advogado:Ednei Pereira dos Santos (OAB/RO 3362), Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face o trânsito em julgado da SENTENÇA que rejeitou os Embargos à Execução (autos 0001090-44.2011.8.22.0010).

Proc.: 0028870-27.2009.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado de Rondônia SINDERON
Advogado:Franco Omar Herrera Alviz (RO 1.228)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Auda Caldeira de Almeida
Diretora de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001543-68.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gessy Venâncio Vieira
Advogado:Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351), Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
CERTIDÃO
"Certifico que a contestação de folhas 33 e seguintes é tempestiva. O referido é verdade e dou fé. Rolim de Moura, 02/08/2013."

Proc.: 0003725-95.2011.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Carlos Alves
Advogado:José Renato Mota (OAB/RO 1485), Lidia Ferreira Freming Quispilaya (RO 4928)
Requerido:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
SENTENÇA :
SENTENÇA
Impressão frente e verso em cumprimento à Meta 6/2010, do CNJ: "reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível" (ano de referência: 2009). I - RELATÓRIO : Trata-se de pedido de Indenização por Danos Materiais, Morais e Estéticos (pagamento de dias faltosos ao serviço e conserto de motocicleta) proposto por JOSÉ CARLOS ALVES em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA. Segundo a inicial, no dia 28/7/2011 o Autor trafegava pela Rua Corumbiara com sua moto CG Titan placas APJ 2221, quando na esquina da Rua Porto Velho colidiu com um caminhão do Requerido, placas NCI 0043, que na ocasião coletava lixo. Segundo o Autor, o caminhão foi o causador do sinistro, por não observar as regras de trânsito do local e porque seu condutor (Ronaldo Adriano de Oliveira) não era habilitado a conduzir caminhões, por ter CNH categoria inferior à necessária. Requer a procedência da ação, com a condenação do Requerido em danos materiais (conserto da moto), morais, estéticos e lucros cessantes (fls. 3 a 9, com documentos de fls. 10 a 18 e documentos juntados posteriormente fls. 21 a 26). Citado (fl. 20, v), o Requerido apresentou contestação. Em preliminar, o Requerido faz denunciação da lide contra Ronaldo Adriano de Oliveira, motorista do caminhão. No MÉRITO , o Requerido aduz que culpa exclusiva do Autor para os fatos e resultado, alegando que o autor trafegava em velocidade incompatível para o local. Pede a improcedência dos pedidos (fls. 27 a 34). Manifestação do Autor (fls. 38 a 45). DECISÃO saneadora (fls. 46 e 46, v), com rejeição da preliminar. Especificação de provas (fls. 48-49 e 52). Instrução processual (fls. 54 a 58 e 71 a 73). É o RELATÓRIO do necessário. DECIDO. II - Fundamentação: Feito em ordem. A preliminar de denunciação da lide já foi rejeitada (fls. 46 e 46, v), sem haver recurso em época própria, estando preclusa. Não foram arguidas outras preliminares e/ou prejudiciais de MÉRITO . Estão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas. Não foram argidas ou constatadas ilegitimidades, nulidades processuais ou vícios de representação e não há outros incidentes processuais pendentes de apreciação, sendo possível analisar o MÉRITO do feito. III - MÉRITO : Quanto ao Pedido de Indenização: Trata-se de pedido de Indenização por Danos Materiais, Morais e Estéticos (pagamento de dias faltosos ao serviço e conserto de motocicleta) proposto por JOSÉ CARLOS ALVES em face de MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA. Segundo a inicial, no dia 28/7/2011 o Autor trafegava pela Rua Corumbiara com sua moto CG Titan placas APJ2221, quando na esquina da Rua Porto Velho colidiu com um caminhão do Requerido, placas NCI0043, que na ocasião coletava lixo. Segundo o Autor, o caminhão foi o causador do sinistro, por não observar as regras de trânsito do local e porque seu condutor (Ronaldo Adriano) não era habilitado a conduzir caminhões, por ter CNH categoria inferior à necessária. Requer a procedência da ação, com a condenação do Requerido em danos materiais (conserto da moto), morais, estéticos e lucros cessantes. O Requerido aduz que a culpa para os fatos é do autor, alegando que este que trafegava em alta velocidade. Como regra geral, aquele por ato ilícito, causa dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. O ato ilícito consiste na violação ao direito alheio e na provocação de prejuízo, ainda que apenas moral, por meio de uma ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência. Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Para WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO: (...) o direito à indenização surge sempre que prejuízo resulte da atuação do agente, voluntária ou não (...) Se não houver esse intento deliberado, proposital, mas o prejuízo veio a surgir, por imprudência ou negligência, existe a culpa stricto sensu. Concernente ao dever de indenizar (reparação de danos), necessária se faz a presença dos seguintes elementos: a) uma ação ou omissão voluntária; b) relação de causalidade ou nexo causal; c) dano ou resultado lesivo provocado e d) culpa. (a discutir). Trata-se a lide desta maneira, porque, mesmo em se tratando de Ente Público, a responsabilidade objetiva não necessariamente significa o dever de indenizar, pois dependendo do caso, pode haver discussão sobre culpa dos envolvidos ou até mesmo culpa exclusiva do lesado, o que afastaria a pretensão indenizatória. Amparo-me no aresto do Superior Tribunal de Justiça, abaixo: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CULPA CONCORRENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. - Na responsabilidade objetiva é desnecessário discutir a culpa do agente, uma vez que sua responsabilidade independe de culpa; entretanto, pode-se discutir a culpa concorrente ou exclusiva da vítima. - Agravo regimental improvido. Processo: AgRg no Ag 852683 RJ 2006/0280696-4 Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO Julgamento: 15/02/2011 Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Publicação: DJe 21/02/2011 Ou seja, responsabilidade objetiva do Ente Público não significa procedência automática da ação, pois pode ser elidida. Quanto à ação ou omissão é incontroverso que houve a colisão entre os veículos das partes, sendo motocicleta do autor e o caminhão conduzido por funcionário do Requerido (Município de Rolim de Moura). Resta analisar quem agiu com negligência ou imprudência. O resultado lesivo se demonstra pelo Laudo em Local de Acidente de Trânsito (fls. 22 a 26). Quanto à culpa

ou concorrência para os fatos e resultado lesivo, é necessário expendir considerações especialíssimas: O laudo de fl. 26 indica como culpa o condutor do caminhão, que seria do Requerido. Porém, conclui-se que o autor estava trafegando em velocidade elevada. O motorista do caminhão relata que "o autor estava a cerca de 70km/hora e talvez um pouco alterado, como quem tivesse ingerido bebida alcóolica" (fl. 58). Prosseguindo-se: "...o declarante percebeu que o comportamento do autor não estava muito 'normal' pelo seu modo de dirigir, pela condução da moto naquela forma. Acredita que o autor estava de 'modo esquisito'..." (fl. 58).O autor não prova satisfatoriamente sua pretensão (fl. 73). Portanto, é de se presumir que houve culpa concorrente para os fatos e resultado. A culpa do preposto do Requerido fica demonstrada por não ter CNH na categoria necessária para conduzir caminhão, pois tinha CNH categoria B. O preposto do Ente Público (Sr. Ronaldo Adriano) reconhece que possuía CNH categoria B (depoimento de fl. 57), fato que motivou o BOP de fls. 13-14. Na forma do art. 143, III, do CTB é necessário CNH categoria C para dirigir caminhão ("III - Categoria C - condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;..."). Por outro lado, o Autor trafegava com velocidade excessiva para o local em que houve o acidente (Rua Corumbiara, esquina com Porto Velho). Se o autor tivesse trafegando dentro dos limites do CTB, ou pelo mais devagar, certamente o resultado lesivo não seria tão grave. Ou seja, é culpa concorrente. Como as pretensões são parcialmente procedentes, desta SENTENÇA muito provavelmente haverá recurso. Então, à guisa de argumentação, não custa dizer que a Rua Corumbiara é a rua lateral ao Fórum de Rolim de Moura. Também é a via onde se situa o Quartel da Polícia Militar. E por fim, é um dos acessos secundários ao Colégio Aluízio Ferreira. Portanto, quem trafega pela Rua Corumbiara deve ter um pouco de cuidado e não imprimir velocidade excessiva. E no caso em apreço, o Autor trafegava com velocidade de certo modo incompatível ao local. Havendo culpa concorrente não se afasta o dever de indenizar.

Neste sentido o TJSP: ACIDENTE DE VEÍCULO INDENIZAÇÃO - VÍTIMA FATAL - PRELIMINARES AFASTADAS - CULPA CONCORRENTE - DANOS MORAIS DEVIDOS - Agindo o condutor com culpa, ainda que concorrente, causando prejuízo a outrem, é responsável pelo dano causado. Redução do valor fixado - Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade - Recurso parcialmente provido. .Processo: SR 1047028001 SP Relator(a): Melo Bueno Julgamento: 15/12/2008 Publicação: 12/01/2009 Apenas se levanta que a existência de culpa concorrente diminui o valor da indenização. Neste sentido, o Superior Tribunal de Justiça: CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ATROPELAMENTO FATAL. MORTE DE MENOR. FAMÍLIA DE BAIXA RENDA. CULPA CONCORRENTE. INDENIZAÇÃO CIVIL. INDEPENDENTE DE RESPONSABILIZAÇÃO PENAL. EMBARGOS REJEITADOS. I. O fato de existir culpa concorrente não retira o dever de indenizar por parte da recorrente, pois provada sua desatenção e excesso de velocidade na condução do veículo. Processo: EDcl no REsp 1090810 PB 2008/0207170-8 Relator(a): Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR Julgamento: 17/06/2010 Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Publicação: DJe 05/08/2010 E outros tribunais: APELAÇAO CÍVEL - AÇAO DE INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS - ACIDENTE DE TRÂNSITO - CULPA CONCORRENTE - EXCESSO DE VELOCIDADE - VEÍCULO QUE ADENTRA NO CRUZAMENTO SEM A DEVIDA CAUTELA - PROPORÇAO DA CULPA DISTRIBUÍDA ENTRE AS PARTES - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Processo: AC 19111 MS 2012.019111-9 Relator(a): Des. Rubens Bergonzi Bossay Julgamento: 17/07/2012 Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível Publicação: 08/08/2012 REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VEÍCULO DO AUTOR QUE TRAFEGAVA EM VIA PREFERENCIAL E EM VELOCIDADE ACIMA DA PERMITIDA. VEÍCULO DO RÉU QUE INGRESSA EM VIA PREFERENCIAL, SEM AS DEVIDAS CAUTELAS. CULPA CONCORRENTE. REDIMENSIONAMENTO DA PROPORÇÃO DE CULPA. I - Culpa concorrente evidenciada: a do condutor do veículo da autora, por trafegar em velocidade excessiva; a do réu, porque cruzou via preferencial, desrespeitando a parada obrigatória e intervindo no fluxo do qual provinha o veículo da adversa.Processo: 71003548062 RS Relator(a): Fernanda Carravetta Vilande Julgamento: 29/02/2012 Órgão Julgador: Segunda Turma Recursal Cível Publicação: Diário da Justiça do dia 05/03/2012 Os demais ouvidos nada presenciaram sobre o acidente, sendo que apenas mencionam o "que ouvi dizer", prevalecendo a ideia da culpa concorrente. Quanto ao Pedido de Indenização por Danos Morais: A previsão para o cabimento de indenização por danos morais e estéticos decorre do art. 5.º, incisos V e X, da Constituição Federal, bem do art. 186 do Código Civil, na forma já dita acima. O dano moral é afeto aos chamados direitos personalíssimos. Liga-se ao constrangimento, à redução da auto-estima, ao transtorno de origem psíquica, ao incômodo desproporcional. No magistério de SILVIO DE SALVO VENOSA: "Esse dano é o que afeta a integridade física, estética, a saúde em geral, a liberdade, a honra, a manifestação do pensamento, etc. Tratase de lesão que atinge valores físicos e espirituais da pessoa e que trazem amargura, privação do bem estar, padecimento, inquietação mental e perturbação da paz" (Direito Civil. Vol. II. Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. 4.ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2004, p. 268). No mesmo sentido, JOSÉ AFONSO DA SILVA: "A honra é conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, o respeito aos concidadãos, o bom nome, a reputação" (Curso de Direito Constitucional Positivo. 13.ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 1997, p. 204). Por fim, a lição de YUSSEF SAID CAHALI: "Assim caracterizar o dano moral pelos seus próprios elementos; portanto, como a privação ou diminuição daqueles bens que tem um valor precípuo da vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos; classificando-se, dessemodo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.); dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor tristeza, etc.) (Dano Moral. p. 20). Quanto ao pedido de danos morais, para fazer prova das alegações iniciais e extensão do dano, o autor junta apenas a ficha médica de fl. 15, da qual consta que no primeiro atendimento Paulo Henrique estava com "ferimento profundo de +/- 15cm em ante pé direito, com perda de substância mole e óssea". Na fase instrutória não houve requerimento de perícia médica. Com a inicial não veio nenhuma fotografia das lesões alegadas, de modo que a quantificação do dano será valorada apenas com a análise do único documento presente nos autos. Na fixação do valor da indenização, são levados em conta os seguintes fatores: a)

extensão do dano; b) grau de culpa; c) capacidade econômica das partes, além do d) caráter pedagógico da reparação, parâmetros do art. 944 do Código Civil. Neste sentido, a jurisprudência: "INDENIZAÇÃO – ACIDENTE DE TRÂNSITO – ATROPELAMENTO – CULPA EXCLUSIVA DO RÉU CARACTERIZADA – DANO MORAL DEFERIMENTO – FIXAÇÃO DO QUANTUM – PARÂMETROS – (...) Para fixação dos danos morais, devem-se levar em conta as condições econômicas das partes, as circunstâncias em que ocorreu o fato, o grau de culpa do ofensor, a intensidade do sofrimento, devendo-se ainda considerar o caráter pedagógico da reparação, além de se propiciar ao ofendido uma satisfação, sem caracterizar enriquecimento ilícito. (TAMG – AC 0332693-8 – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Teresa Cristina da Cunha Peixoto – J. 28.03.2001)". "INDENIZAÇÃO – DANO MORAL – PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO – Abalo de crédito. Critério para sua fixação do montante ressarcitório. A indenização por dano moral é arbitrável mediante estimativa prudencial do julgador, na ausência de parâmetros legais para tanto, ponderando a extensão do dano da vítima, a repercussão no patrimônio pessoal e social, as condições econômicas do lesante, o aspecto pedagógico da condenação, sem ensejar enriquecimento ilícito àquela. Apelação parcialmente provida. (TJRS – APC 70002129302 – 2ª C.Cív.Esp. – Rel. Des. Jorge Luis DallAgnol – J. 26.04.2001)". Houve culpa concorrente para os fatos e resultado.Havendo apenas a ficha de atendimento médico de fl. 15, junto com a ocorrência dos Bombeiros (fl. 16), inexistindo outras provas (nem mesmo uma fotografia) o valor da indenização deve ser fixado com moderação. Por fim, deve ser levado em consideração o caráter pedagógico da indenização, para que condutas deste tipo não continuem a se repetir, devendo ser evitado o enriquecimento sem causa plenamente justificável. Com base nestes parâmetros, fixo a indenização pelos danos morais e estéticos já somados em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em valores já atualizados até esta data. E o valor assim é fixado por aplicação da Súmula 387/Superior Tribunal de Justiça, pois o alegado dano estético não ficou provado ("É possível a acumulação das indenizações de dano estético e moral."). Portanto, o valor ora fixado já abrange ambos danos, pois não é possível reiteração de pedido em matéria já julgada. Quanto ao Valor dos Danos Materiais: Devem ser indenizados os danos materiais efetivamente provados nos autos, com documentos, e não meras suposições os prejuízos hipotéticos. O único documento que se tem notícia de algum prejuízo é orçamento de fl. 17, no valor de R$ 286,00, o qual deve ser ressarcido ao autor. Caso o autor tenha outros danos decorrentes deste sinistro, deverá procurar seguro DPVAT, caso isso ainda não tenha sido feito, pois na esfera cível não há muito a ser reparado. Não constam outros débitos ou notas fiscais a serem ressarcidas. Quanto ao Pedido de Indenização pelos dias sem trabalhar: O pedido de indenização pelos dias que o Autor supostamenteficou sem trabalhar é improcedente pelos seguintes motivos: O autor não juntou contrato de trabalho. Nem mesmo cópia de sua CTPS o autor juntou.Não há provas robustas de que o Autor exerça o labor mencionado na inicial ou que da "suposta atividade" obtivesse a renda de R$ 80,00 ao dia. Consta apenas a declaração do "empregador" de fls. 18 que não indica o valor pago, jornada de trabalho ou se era realizada por prazo determinado ou a qualquer outro meio. As testemunhas de fls. 55-56 são fracas, pois não estavam trabalhando com o Autor na época dos fatos. Apenas alegar não basta, pois prejuízos dever ser demonstrados. Em matéria de perdas e danos, não basta apenas arguir, mas sim demonstrar o "dano emergente", ou seja, o prejuízo efetivamente ocorrido, decorrente da conduta da outra parte. Não havendo provas do suposto prejuízo, não há dever de reparação. Neste sentido: SILVIO DE SALVO VENOSA. Direito Civil. Vol. 2. Teoria Geral das Obrigações. 4.ª Edição. Editora Atlas: São Paulo, 2004, pp. 265-266 e WASHINGTON DE BARROS MONTEIRO. Curso de Direito Civil. 4.º Vol. Direito das Obrigações. 29.ª edição. Editora Saraiva: São Paulo, 1997, p. 342, motivos que levam à improcedência deste pedido. IV - DISPOSITIVO : Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes na inicial e CONDENO o Requerido MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA a pagar ao autor JOSÉ CARLOS ALVES o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por danos morais e estéticos já somados (Súmulas 387/STJ), decorrentes de acidente de trânsito. O valor acima já se encontra atualizado até esta data, para que não seja proferida SENTENÇA ilíquida ou ocasionados impugnações aos cálculos no futuro. Aliás, esta também é orientação do STJ, no EREsp 727.842-SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 8/9/2008. Considerando que o art. 406, do Código Civil, estipula como critério para fixação dos juros taxa a SELIC, a qual é variável e já engloba juros mais correção monetária, para maior segurança deixo de aplicá-lo, aplico subsidiariamente o art. o 161, § 1.º do CTN e fixo os juros em 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ambos contados doravante, tendo em vista que o valor acima fixado já está atualizado.CONDENO o MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA a ressarcir o conserto da moto do autor em R$ 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais). Este valor será acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária, ambos contados a partir da citação. JULGO IMPROCEDENTES todos os demais pedidos, nos termos acima. Considerando que o Autor pretendia receber indenização por danos materiais (pagamento do conserto da moto e dias sem trabalhar), morais e estéticos, e que os pedidos foram em sua maioria improcedentes e o Requerido não pretendia pagar nada, entendo que houve SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA, motivo pelo qual cada parte arcará com os honorários de seus Patronos. Tendo em vista a sucumbência recíproca acima demonstrada, cada parte arcará com metade das custas processuais, sendo apenas metade pelo Autor (fl. 19), pois o Município é isento de sua parcela (art. 3.º da Lei Est. 301/1990). Transitada em julgado, calculem-se as custas. Em seguida, recolham-se em 05 dias, pena de inscrição em Dívida Ativa Estadual. Extingo esta fase do processo com resolução de MÉRITO , conforme art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Caso não seja interposto recurso voluntário, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias do trânsito em julgado e não havendo manifestação das partes pela execução da presente, remetam-se os autos ao arquivo. Havendo pedido de execução, expeça o RPV, encaminhando para cumprimento. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50, das Diretrizes Gerais Judiciais). Rolim de Moura, 6 de maio de 2013.- Artur Augusto Leite Junior - - Juiz Substituto -.

Proc.: 0001838-42.2012.8.22.0010
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:F. C. T. R. D.
Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo (OAB/RO 3181), João Carlos da Costa (OAB/RO 1258)
DESPACHO :
Defiro. fls. 27. Vistas por 10 dias. RM, 6-6-13. Jeferson Cristi Tessila de Melo. Juiz de Direito.

Proc.: 0005712-35.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lenir Kreidtlow Bino, Luzinete Kreidtlow Boldrine, Maria Andreia Martins Gonçalves, Maria das Dores Ferreira, Maria Meirelucia Melo de Oliveira, Nelci da Silva, Patrícia Medina Almeida, Wilmar Ribeiro Vieira Junior
Advogado:Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Luiz Valdemiro Soares Costa (PI 9487-A), Darlene de Almeida Ferreira (RO 1338), Mario Marcondes Nascimento (SC 770)
Requerido:Federal de Seguros S.A.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão: “Certifico e dou fé que a contestação de folhas 151 e seguintes é tempestiva. Em 16/07/2013.”

Proc.: 0003862-43.2012.8.22.0010
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:E. L. Comércio de Veículos Ltda Me, Lorival Conceição de Almeida, Elci Maria dos Santos Almeida
Advogado:Iria Kellen Brum de Aguiar (RO 5097)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
CERTIDÃO:
“Certifico e dou fé que a contestação de folhas 214 e seguintes é tempestiva. Rolim deMoura, RO, 12 de Abril de 2013.”

Proc.: 0005078-39.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:E. L. Comércio de Veículos Ltda Me, Lorival Conceição de Almeida, Elci Maria dos Santos Almeida
Advogado:Iria Kellen Brum de Aguiar (RO 5097)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Moisés Batista de Souza (OAB/SP 149225), Fernando Luz Pereira (OAB/SP 147.020), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Certidão:
“Certifico que a petição de contestação de folhas 153 e seguintes é tempestiva. Rolim de Moura, RO, 16 de abril de 2013.”

Proc.: 0005857-91.2012.8.22.0010
Ação:Monitória
Requerente:Techio & Silva Ltda - Me
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299A), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Joelma Souza Ramos
Advogado:Advogado Não Informado
CERTIDÃO:
“Certifico que decorreu o prazo sem apresentação de embargos. O referido é verdade e dou fé. Rolim de Moura, 18 de julho de 2013.”

Proc.: 0003277-59.2010.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Leocadio da Silva
Advogado:Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351), Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica o autor intimado da realização dos depósito judicial referentes as Requisições de Pequeno Valor.

Proc.: 0006445-35.2011.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mariano Distribuidora de Lubrificantes
Advogado:Samuel de Campos Widal Filho (MT 7197-B)
Executado:Expresso Nacional Ltda
Advogado:Sílvio Vieira Lopes (SSP/RO 72-B)
DECISÃO :
Autos n.º 0006445-35.2011.822.0010
Ref. Recurso de Apelação.
1) A Executada por intermédio de seu Procurador, interpôs recurso de apelação em face da DECISÃO de fls. 71 a 72, v (razões inclusas às fls. 74 a 87). A Exequente se insurge quanto ao recurso apresentado, postulando seu não recebimento (fls. 89-90).
Apesar dos argumentos da Exequente, recebo o recurso apresentado pela Executada, por uma razão simples: a intimação da DECISÃO impugnada foi proferida em 15/3/2013 (fl. 73) e o recurso foi apresentado em 25/3/2013 (fl. 74), portanto, no prazo, seja se for recebido como apelação, seja como agravo. O recurso da Executada foi interposto tempestivamente, por aplicação do art. 508 do CPC, Súmula 310 do Supremo Tribunal Federal e Lei Federal n.º 1.408/1.950. Presentes se encontram a legitimidade e o interesse em recorrer, estando a Recorrente devidamente representada. Preparo realizado (fl. 80) Preenchidos, num juízo preliminar, os pressupostos objetivos e subjetivos do recurso (Neste sentido: NELSON NERY Jr. Princípios Fundamentais ¿ Teoria Geral dos Recursos. 4.ª edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais e HUMBERTO THEODORO Jr. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I. 24.ª edição. Rio de Janeiro. Editora Forense, pp. 553/560), recebo o recurso interposto, apenas no efeito devolutivo (por aplicação do art. 520, inciso V, do CPC). Ressalto que fica mantida a penhora feita (com a ressalva do item 2, abaixo), mas não será feita venda ou adjudicação de bens até julgamento do recurso apresentado. À Recorrida para querendo, apresentar as contrarrazões. Intime-se. Dê-se vistas, caso seja requerido. Transcorrido o prazo acima, com ou sem a apresentação de contrarrazões, DETERMINO a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para processamento e julgamento do recurso interposto, com nossas homenagens. 2) DEFIRO (fls. 82 a 84), quanto a este processo. O bem referido às fls. 82 a 84 (placas KNC 8263) é alienado em favor do BANCO BRADESCO. Por isso, a restrição que havia concernente a este processo foi baixada (fl. 89, v). OBSERVE-SE QUE O BEM TEM OUTRAS RESTRIÇÕES (fl. 90, v), de diversos Juízos. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores constituídos nos autos (arts. 234 e 236 do CPC e art. 50 das Diretrizes Gerais Judiciais). Rolim de Moura, 12 de julho de 2013. - Jeferson C. TESSILA de Melo - - Juiz de Direito -.

Proc.: 0006674-92.2011.8.22.0010
Ação:Execução Fiscal
Exequente:A União (fazenda Nacional)
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional Pfn Ro (OAB 00000)
Executado:Cafeeira Jodan Importação e Exportação Ltda
Advogado:Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB/AM 7944)
SENTENÇA :
SENTENÇA .I ? RELATÓRIO .Vistos e examinados.Trata-se de execução fiscal proposta pela UNIÃO FEDERAL em face da CAFEEIRA JODAN IMPORTAÇÃO E XPORTAÇÃO LTDA, ambos já devidamente qualificados, para recebimento do valor inicial de 651.004,22 (fls. 03\35). Determinada a citação (fls. 36) nomeados bens à penhora (fls. 39\57), juntado o MANDADO de citação cumprido (fls. 59), apresentada peça denominada de embargos pelo executado (fls. 60\62), na qual alega a ocorrência da prescrição do débito tributário. Determinada a penhora dos bens indicados pelo executado (fls. 70), a qual foi cumprida (Fls. 79) e formalizada perante o registro de imóveis (fls. 82). Requerida a venda (fls. 89), o pedido não foi analisado por haver necessidade de apreciação dos embargos de fls. 60 a 62, determinando-se a manifestação da Fazenda Nacional sobre a prescrição alegada (fls. 89 verso), tendo decorrido o prazo para tanto sem manifestação (fls. 90). Alega a autora, em síntese, que o débito está prescrito, pois segundo dispõe o artigo 174 do Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança de crédito tributário prescreve em 05 anos, contados da sua constituição definitiva (fls. 60/62).Determinada a manifestação da União Federal (fls. 89), a mesma permaneceu silente (fls. 90). II - Breve relato. Fundamento e decido.Inicialmente, cabe consignar que por terem sido interpostos antes da formalização da penhora dos bens oferecidos pelo executado, os embargos serão analisados como exceção de pré-executividade nos presentes autos da execução, nos termos da súmula 393 do egrégio S.T.J. Assim, não havendo nenhuma pendência, pois não foi evidenciada nenhuma preliminar, fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor alegado pela União (fls. 90), estando presentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, devem os autos de execução e a ocorrência da prescrição serem examinados com os elementos colacionados até o momento, não havendo necessidade de instrução dos autos, por estar configurada a hipótese do artigo 330, inciso I, e artigo 740; ambos do Código de Processo Civil. III - MÉRITO .Com razão o excipiente, pois, no MÉRITO , a execução deve ser extinta pela ocorrência da prescrição. Inicialmente, cabe consignar que ? de fato - o prazo para a prescrição do crédito tributário é de 05 anos conforme previsto no artigo 174 do Código Tributário Nacional, pois, conforme prescreve o artigo 146, III, b, da Constituição Federal, as normas gerais sobre Direito Tributário, entre elas a prescrição, deve ser veiculada por Lei Complementar. Portanto, não deve ser aplicado o prazo de 10 anos previsto no artigo 44 e 45 lei 8.212 por ser Lei Ordinária, conforme a Súmula Vinculante nº 08 do egrégio S.T.F.Assim, analisando que a última inscrição em divida ativa se deu em 1998 (fls. 31), evidentemente já se passaram mais de 10 anos entre a constituição definitiva do crédito tributário (que se dá anteriormente à inscrição na divida ativa por meio do lançamento) e a propositura da presente demanda (09/11/2011).Dessa maneira, não restam dúvidas de que realmente ocorreu a prescrição do crédito tributário, a qual pode, inclusive, ser reconhecida de ofício pelo Magistrado (artigo 219, §5º, do CPC). IV - DISPOSITIVO . Diante do exposto, acolhendo a exceção de pré-executividade, extingo a presente execução, reconhecendo a prescrição com base no artigo 269, IV, do CPC. Deixo de condenar a União nas custas, tendo em vista o artigo 3º da lei estadual 301/90. Seguindo o artigo 20, §4º, do CPC, levando em consideração o grau de zelo, o lugar da prestação do serviço e a natureza da causa, bem como o tempo exigido, fixo equitativamente, de forma razoável e proporcional, os honorários advocatícios a serem suportados pela União em R$ 1.000,00 (mil reais). Submeto esta DECISÃO ao reexame necessário (artigo 475 do CPC). Mantenho as restrições anteriormente feitas, as quais somente serão levantadas após o trânsito em julgado da presente DECISÃO .Rolim de Moura-RO, quarta-feira, 22 de maio de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito.

Proc.: 0004827-21.2012.8.22.0010
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:M. N. P. C. G. R. da C.
Advogado:João Carlos da Costa (OAB/RO 1258), Daniel Redivo (OAB/RO 3181),
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Humberto dos Santos Jorge
Chefe de Serviços de Cartório

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0009892-19.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Cordeiro da Luz, Pedro Jeziorny
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)
Requerido:Fazenda Pública do Município de Vilhena / RO
FINALIDADE : Intimação para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se quanto ao Laudo de Avaliação (fls. 258).

Proc.: 0011769-57.2012.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:Heleno Vidal Nogueira
FINALIDADE : Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 043.
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Proc.: 0005167-21.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Executado:Domingos Gomes dos Santos Me, Domingos Gomes dos Santos, Maria Helena Marques dos Santos
FINALIDADE : Intimação para no prazo de 10 (dez) dias providenciar a averbação da penhora no ofício imobiliário.

Proc.: 0008490-97.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Jorge Luiz de Barros
FINALIDADE : Intimação para no prazo de 10 (dez) dias proceder retirada dos documentos desentranhados.

Proc.: 0000994-46.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josemar Severo
Advogado:Tulio Magnus de Mello Leonardo (OAB/RO 5284)
Requerido:Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia Detran
FINALIDADE : Intimação - Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0004161-42.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Helena Schmoller
Advogado:Jacyr Rosa Júnior (OAB/RO 264B)
Requerido:Eliane Vieira Lopes
FINALIDADE : Intimação para no prazo de 10 (dez) dias providenciar cópia da inicial para instrução da carta de citação.

Proc.: 0001801-66.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.A
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Executado:Elder Luiz Pereira, Ivanete Rodrigues de Lima Pereira
FINALIDADE : Intimação - Carta precatória - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003010-70.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alfredo Pereira da Costa
Advogado:Alfredo Pereira da Costa (OAB/RO 2887)
Requerido:Yahoo do Brasil Internet Ltda
FINALIDADE : Intimação - Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação (fls. 083/256), querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0026151-31.2007.8.22.0014
1ª Vara Cível
Edital de Venda Judicial
Bem: 01 Imóvel rural denominado Sítio Monjolo, com área de 97.8097 hectares, localizado no lote 147, Gleba Iquê, Projeto Fundiário Corumbiara, nesta Comarca, com as seguinte benfeitorias:
01 casa residencial de aproximadamente 190 m2, coberta com telha de barro e piso revestido de cerâmica, área com churrasqueira e fogão a lenha;
01 casa de madeira, com piso revestido de cerâmica de 60 m2, com cobertura de telha de amianto;
01 curral com capacidade para 400 cabeças de semoventes com embarcador;
04 (quatro) tanques para criação de peixes com aproximadamente 100 m2;
01 pocilga e baias para criação de suínos com 16 baias para reprodução com capacidade para 250 cabeças;
04 (quatro) baias para equinos;
01 galinheiro para engorda de frangos, capacidade para 1000 cabeças;
01 galpão para criação de ovinos de aproximadamente 25 m;
5.000 (cinco mil) metros de cerca de arame liso com cinco fios e lascas e palanques de lei;
01 galinheiro para criação de galinha caipira, com capacidade de 400 cabeças, equipado com triturador, bomba para lavar pocilga, máquina para depenar frangos;
26 (vinte e seis) alqueires formados em pastagens, campim branqueara brizantão. Propriedade beneficiada com energia elétrica (programa luz para todos). Avaliado em R$ 6.000,00 (seis mil reais) o hectare).
Avaliação total: R$ 586.858,20 (quinhentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), em 23.04.2013.
Local: Forum Desembargador Leal Fagundes, Av. 520 n. 4432.
Data: Ficam designados os dias 04.11.2013 e 22.11.2013, às 09:00 horas, para realização do 1º e 2º leilão/praça, respectivamente, pelo maior lance.
Autos 0026151.31.2007.8.22.0014
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Jaime Maximino Bagatolli
Adv. Dr. Agenor Martins – OAB/RO 654-A e Drª Cristiane Tessaro – OAB/RO 1.562
Executado: Maria de Fátima Ferreira dos Santos Representações, Maria de Fátima Ferreira dos Santos e Jumair Moreira dos Santos
Adv. Dr. Roberto Carlos Mailho – OAB/RO 3.047
Intimação: Pelo presente, ficam os interessados/Executado intimados das datas supra, na eventualidade de não o serem pessoalmente.
Informação: Nos autos não consta prova da existência de ônus e/ou recurso pendente.
Sobrevindo feriado na data designada para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
Vilhena-RO, 05.08.2013.
Eu, Edeonilson S Moraes, diretor de cartório, mandei digitar, subscrevo e assino por ordem do MM. Juiz de Direito.
Edeonilson S Moraes, diretor de cartório.

Proc.: 0026151-31.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jaime Maximino Bagattoli
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Maria de Fátima Ferreira Santos Representações, Maria de Fátima Ferreira Santos, Jurmair Moreira dos Santos
FINALIDADE : Intimação - Edital - retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0108867-18.2007.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Michele Sodré Azevedo - OAB/RO 2.985
Executado:Edson César Ribeiro
FINALIDADE : Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0009117-04.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903)
Executado:Absolute Confecções Ltda Me
FINALIDADE : Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003956-47.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Sandro Signor (OAB/RO 2810)
Executado:Ivan F. de Ávila - Me
Advogado:Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
DECISÃO :
DECISÃO Vistos.O autor interpôs embargos de declaração manifestamente improcedentes, pois pretende, na verdade, a reforma/reconsideração da SENTENÇA de fl. 79 que o condenou ao pagamento das custas processuais, de forma que o indefiro de plano por não haver nenhuma das hipóteses elencadas no art. 535, do CPC.A matéria já é pacificada nos Tribunais Superiores, vejamos:Supremo Tribunal FederalRE 563953 AgR-ED / RS - RIO GRANDE DO SULMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIORelator(a): Min. ELLEN GRACIEJulgamento: 29/03/2011 Órgão Julgador: Segunda TurmaPublicação: DJe-076 DIVULG 25-04-2011 PUBLIC 26-04-2011EmentaDIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE VARÃO. COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. INOVAÇÃO DA MATÉRIA: IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. 1. Os embargos de declaração não constituem meio processual cabível para reforma do julgado, não sendo possível atribuir-lhes efeitos infringentes, salvo em situações excepcionais. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que afronta o princípio constitucional da isonomia lei que exige do marido, para fins de recebimento de pensão por morte da mulher, a comprovação de estado de invalidez. 3. A questão referente à comprovação da dependência econômica do cônjuge varão como condição para adquirir a qualidade de pensionista não foi argüida no agravo regimental, no qual a parte embargante se limitou a levantar argumentos em relação à categoria de dependente ? obrigatório ou facultativo ?, à fonte de custeio e à necessidade de comprovação da condição de invalidez. 4. Os embargos de declaração devem apontar omissão, contradição ou obscuridade no acórdão impugnado e não inovar matéria até então estranha à discussão dos autos. 5. Embargos de declaração rejeitados. DECISÃO . Rejeitados os embargos, nos termos do voto da Relatora. DECISÃO unânime. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. 2ª Turma, 29.03.2011.Superior Tribunal de JustiçaEDcl no AgRg no RCDESP no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 696.211 - SP (2005/0124834-3)RELATOR: MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI EMENTA / ACORDÃO - DJ: 27/03/2006 PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇAO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. DO . REDISCUSSAO DE QUESTÕES DE MÉRITO . IMPOSSIBILIDADE. 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da DECISÃO embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. do). 2. Embargos de declaração rejeitados. ACÓRDAO. Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Denise Arruda, José Delgado, Francisco Falcão e Luiz Fux votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília, 07 de março de 2006. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI Relator Iintime-se. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007362-71.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Michelly Aparecida Menegari, Soeli Silva Santos
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900), Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Carla Regina Schons (OAB/RO 3900)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO :
Vistos.MICHELLY APARECIDA MENEGARI e SOELI SILVA SANTOS ingressaram com ação declaratória de exoneração de fiança c.c indenização por dados morais contra BANCO DO BRASIL S.A., pretendendo em sede de tutela antecipada a exclusão de seus nomes nos órgão de proteção ao crédito, referente a vários contratos de créditos entabulado entre o réu e a empresa SERVAM SERVIÇOS AMAZÔNIA LTDA, da qual as autoras eram sócias e fiadoras nos referidos contratos.É o necessário. Decido.Os documentos que acompanharam a peça de ingresso (fls. 20/68) não foram suficientes para me convencer da verossimilhança das alegações iniciais, de modo que INDEFIRO o pedido de tutela antecipada manejada pelas autoras, por estar ausente um dos requisitos encartados no art. 273 CPC.Nesse sentido, vale firsar que o contrato tratado no artigo 835 do Código Civil é o realizado sem prazo temporal, não estando incluído o contrato de fiança com prazo determinado. Ademais, as autoras rechaçaram a possibilidade de aplicação do artigo 835 quando firmaram os contratos em discussão, conforme se verifica dos documentos acostados a inicial (fls. 20/41v) , em que renunciaram à possibilidade de exoneração da fiança.Do mesmo modo, INDEFIRO o pedido de gratuidade processual, uma vez que as autoras não comprovaram nos autos a impossibilidade de arcar com as custas do processo.Portanto, intimem-se as autoras para, no prazo de 10 dias, recolher as custas processuais sob pena de indeferimento da petição inicial. Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0049700-02.2009.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos José de Andrade
Advogado:Watson Mueller (OAB/RO 2835), Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Requerido:Checoni & Checoni Ltda
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384), Jean Carlos Debastiani (OAB-RO 3022)
DESPACHO :
Vistos.I ? Considerando a tempestividade e o recolhimento do preparo recursal, recebo a apelação nos efeitos legais (CPC, art. 520).II ? Intime(m)-se o(s) apelado(s) a responder(em), no prazo legal.III? A seguir, com ou sem resposta, remetam-se os autos ao TJ/RO.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0005401-03.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Sandro Signor (OAB/RO 2810)
Requerido:Ivan F. de Ávila - Me
Advogado:Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
DESPACHO :
Vistos.Em consulta ao sistema RENAJUD, verifico que não existem veículos com restrinção (doc. anexo).Quanto ao levantamento da penhora de fl. 36, o mesmo foi realizado no momento da prolação da SENTENÇA de fl. 83.Custas finais devidamente recolhidas à fl. 92.Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006977-26.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Transremo Transportes de Carga Rodoviário Ltda
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos etc.,DISÁGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJÁ ingressou com ação monitória contra TRANSREMO TRANSPORTES DE CARGA RODOVIÁRIA LTDA, todos qualificados às fls. 3, pretendendo o recebimento do valor atualizado de R$ 2.285,64 (dois mil duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), representado por um cheque emitido em 7/1/2008.É a síntese necessária. Decido. Do reconhecimento da ocorrência da prescrição de ofício Nos termos do art. 219, § 5º, do Código de Processo Civil, o juiz pronunciará, de ofício, a prescrição.A presente ação monitória merece ser indeferida de plano, uma vez que verifico a ocorrência da prescrição da pretensão de cobrança do débito narrado nos autos, de acordo com o que dispõe o art. Art. 206, parágrafo 5º, do Código Civil, que assim dispõe:"Art. 206. Prescreve:(...)5º Em cinco anos:I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; (...)"O Tribunal de Justiça de Rondônia já assentou o entendimento no sentido de que na ação monitória deve ser aplicado o prazo previsto para as ações pessoais, que se regulavam no prazo de 20 anos, a teor do art. 177 do CC/1916, sendo que, com o novo Código Civil, o prazo prescricional passou a ser de 5 anos, nos termos do art. 206, § 5º, do CC/2002.Desta feita, tratando-se de ação monitória objetivando a cobrança de obrigação de natureza pessoal, aplica-se o prazo quinquenal previsto no art. 206, § 5º, inciso I, do CC/2002, observando-se, conforme o caso, a regra de transição prevista no art. 2.028 do CC/2002. Nesse sentido, vejamos:Ação monitória. cheque como título a embasar a demanda. Prescrição. Inocorrência. DISCUÇÃO CAMBIÁRIA AFASTADA. PRAZO DE 5 ANOS. Art. 206, □? 5º, inciso i, do cc/2002. A cobrança de quantia fundada em cheque cambiariamente prescrito incide o DISPOSITIVO que regula o prazo prescricional relativo à pretensão de cunho pessoal ou pretensão de cobrança de dívida. (Apelação Cível, N. 10001420060128660, Rel. Des. Moreira Chagas, J. 26/08/2008).Monitória. Cheques. Prescrição. Prazo quinquenal. Regra de transição. Tratando-se de ação monitória objetivando a cobrança de cheque prescrito, aplica-se o prazo quinquenal previsto no art. 206, □? 5º, I, CC/02, observada, conforme o caso, a regra de transição prevista no art. 2028 do CC.(Apelação Cível, N. 10001420070099531, Rel. Juiz Osny Claro de O. Junior, J. 17/03/2009)Pois bem. Conforme se depreende no documento de fls. 35, o débito cobrado nos autos (um cheque), é obrigação de natureza pessoal, pois se trata de cheque prescrito, cuja emissão se deu em 24/10/2005. Assim, considerando que a presente ação somente foi proposta em 13/10/2011, ou seja, após decorrido o prazo de cinco anos determinado no art. 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, está clara a ocorrência da prescrição, de modo que a presente ação deve apenas ser extinta de plano.Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial formulada por DISÁGUA DISTRIBUIDORA DE ABRASIVOS GUARUJÁ contra TRANSREMO TRANSPORTES DE CARGA RODOVIÁRIA LTDA, com fundamento no art. 295, IV, do Código de Processo Civil, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO com resolução de MÉRITO , nos termos do artigo 269, IV, do CPC, diante do reconhecimento da prescrição, determinando o ARQUIVAMENTO destes autos.Sem custas finais.Publique-se. Registre-se. Intime-se e cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0004843-60.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:D. F. V.
Advogado:Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386)
Requerido:S. O. V.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos etc.,DILEU FERREIRA VIEIRA ingressou com ação negatória de paternidade contra SAMARA OSTAPENKO VIEIRA, representado por sua genitora Sra. Aline Neves Ostapenko, todos qualificados às fls. 2, alegando, em síntese, que manteve um relacionamento esporádico com a genitora da menor, ocasião em que ela engravidou e disse que a filha era do autor. Na época, por pressões dos familiares da ré, o autor registrou a criança sem antes se submeter a um exame de DNA, iniciando com o pagamento da pensão alimentícia. Desconfiado da paternidade ingressou com a presente ação. Por fim, o autor postula o reconhecimento de que não é pai biológico da ré, isentando-o da obrigação alimentar e, consequente, averbação no registro de nascimento da ré. Juntou documentos (fls. 8/12).Citada a ré contestou a ação às fls. 21/22, afirmando que não possui nenhuma dúvida quanto a sua paternidade, mesmo porque possui traços físicos

e biológicos do autor, de modo que pugnou pela improcedência da ação.Na audiência de conciliação as partes concordaram em se submeterem ao exame de DNA, e acordaram que no caso de resultado negativo, isto é, de que o autor não é pai biológico da autora, deveria ser expedido MANDADO de averbação para exclusão do nome do autor no assentamento da ré, bem como de que esta arcaria com as despesas da perícia.O resultado da perícia veio aos autos às fls. 33/36 confirmando que o autor não é pai biológico da ré.Às fls. 37 o autor pugnou pela expedição do MANDADO de averbação, conforme acordo realizado em audiência.Embora intimada, a ré não se manifestou quanto ao resultado da perícia (fls. 38).O Ministério Público opinou pela realização de estudo social, a fim de averiguar o vinculo afetivo entre as partes.É o RELATÓRIO . DECIDO.Considerando o que ficou acordado entre as partes na audiência de conciliação, tenho que desnecessária a realização de estudo social.Cuida-se de pedido de negatória de paternidade, sob o argumento de que o autor incorreu em erro ao se declarar pai da ré; como consequência, busca o cancelamento do registro de nascimento da menor e a exoneração da obrigação alimentar fixada judicialmente.No MÉRITO , a demanda é procedente.O pedido inicial tem fundamento no art. 113, da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73), a qual prevê que ?as questões de filiação legítima ou ilegítima serão decididas em processo contencioso para anulação ou reforma do assento?.A lei prevê, através do art. 1.604, do Código Civil, que ninguém poderá vindicar estado de filho contrário ao que resulta do termo do nascimento devidamente registrado, ou seja, contestar a veracidade da filiação da pessoa que figura no registro, tendo em vista que a força probante do assento é erga omnes, por haver presunção de veracidade em favor das declarações nele contidas.Contudo, haverá hipóteses admitidas excepcionalmente em que se poderá vindicar estado de filiação contrário ao declarado no registro de nascimento, desde que se comprove erro ou falsidade do registro de assento, isto é, poderá suceder que haja alteração da verdade das declarações, caso em que o próprio registrado, ou qualquer interessado, poderá pleitear a anulação do registro mediante processo contencioso.Como se vê na petição inicial, o autor manteve um relacionamento esporádico com a genitora da menor e, sendo induzido em erro, registrou a requerida em seu nome. À vista disso, o requerente logrou comprovar por meio da perícia efetivada nos autos que realmente não é pai biológico da ré, conforme se depreende no laudo acostado às fls. 33/34 em que atesta a referida condição.Ademais, a ré concordou em se submeter ao exame pericial, no qual restando negativo, aceitou expressamente a retirada do nome do autor no seu registro de nascimento.Portanto, verificado nos autos que o autor não é o verdadeiro pai da ré, a declaração de nulidade do registro de nascimento e a exoneração de pensão alimentícia são medidas que se impõem.Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para DECLARAR que o autor DILEU FERREIRA VIEIRA não é pai biológico da requerida SAMARA OSTAPENKO VIEIRA e, por consequência, DECLARO A NULIDADE PARCIAL do assento de nascimento da autora, lavrado às fls. 058, do Livro A-095, Termo n. 037258, do Cartório do Registro Civil desta cidade, cessando de ora em diante os efeitos jurídicos advindos dos laços de paternidade, agora extintos entre o autor e a citada ré e, por consequência, fica o autor EXONERADO da obrigação alimentar.CONDENO a autora no ressarcimento do valor do exame pericial ao autor. Do mesmo modo, CONDENO a ré no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este fixados em R$ 300,00 (trezentos reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, as quais ficarão suspensos de exigibilidade, nos termos da Lei 1.060/50, uma vez que defiro os benefícios da justiça gratuita a ré. Expeça-se o respectivo MANDADO para a retirada do nome do autor e avós paternos do assento de nascimento da ré, bem como para excluir do nome desta o nome do autor, devendo esta passar a se chamar SAMARA OSTAPENKO.Ciência ao Ministério Público.Transitada a SENTENÇA em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0004019-04.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B)
Executado:Abner Donadon, Zacarias Batista Donadon
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.Intime-se o(a) Advogado(a) da parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar nos autos o instrumento de mandato, sob pena de indeferimento e desentranhamento da peça de fls. 22/24.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0010623-78.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maycon Daniel Selhorst Macedo
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Moto Sport, Cláudio Humberto Carlotto Barbizan
Advogado:Valdir Antoniazzi (-B OAB/RO 375), Tayane Aline Hartmann Pietrangelo (OAB/RO 5247), Valdir Antoniazzi (-B OAB/RO 375), Tayane Aline Hartmann Pietrangelo (OAB/RO 5247)
DESPACHO :
Vistos.Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006964-27.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Osman Souza Coelho
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: “No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial,

convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 400,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0000711-28.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Tend Tudo - Acessórios e Estofamentos Para Caminhões Ltda Me
Advogado:Lyssia Santos Hernandes (OAB/RO 3042)
Executado:Roberto Padovam
DESPACHO :
Vistos.Defiro o pedido de sobrestamento manejado às fls. 71.Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, impulsionar o feito.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente, nos termos do art. 267, § 1º, do CPC. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0071527-69.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Executado:Luiz Carlos Loubak
DESPACHO :
Vistos.Defiro o pedido de suspensão manejado às fls. 94.Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, impulsionar o feito.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente, nos termos do art. 267, § 1º, do CPC. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006968-64.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Adalberto Silva Brito
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 300,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006959-05.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Wellinton Carvalho de Souza Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 300,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006921-90.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Corsi & Corsi Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Requerido:Alexsandro Nunes de Souza
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial,

convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 300,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006957-35.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Erineu da Silva Júnior, Alessandra Carneiro Dias
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 300,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006963-42.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Max Weverton Peres Tiburcio
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 400,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0071060-27.2008.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Carlos Antônio Schumann
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Requerido:Laminados União Ltda
Advogado:Francisco Valter dos Santos (3583)
DESPACHO :
Vistos.Neste ato procedi o desbloqueio judicial no sistema Renajud, conforme documento em anexo.À contadoria para apuração das custas finais, bem como para atualizar o valor das custas adiantadas pelo exequente.Após, proceda-se com o que for necessário para o pagamento das custas processuais e expedição de alvará para restituição das custas adiantadas pelo exequente, se utilizando do valor depositado nos autos.Em seguida, voltem os autos conclusos.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006974-71.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:A. Romeiro Larreia Me
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: "No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei".No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 400,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007656-26.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joaquim Justiniano da Silva
Advogado:Truman Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO :
Vistos.Apreciarei a tutela antecipada após o prazo de defesa. Defiro os benefícios da justiça gratuita.Cite-se o réu para, no prazo de 60 dias (art. 188, CPC), apresentar defesa, sob pena de ser considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 285) e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 319, do CPC, que assim dispõe: ?Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.?Apresentada a resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007607-82.2013.8.22.0014
Ação:Separação Litigiosa
Requerente:K. J. R. S. M. da C.
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396)
Requerido:A. da C. R. S. M.
DESPACHO :
Vistos.Intime-se a autora para, no prazo de 10 dias, emendar o pedido inicial de acordo com a Emenda Constitucional nº 66/2010, que suprimiu a exigência de prévia separação judicial para o divórcio, sob pena de indeferimento da petição inicial. Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006978-11.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Zuleide Conceição de Souza Guareschi
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.O pedido visa o cumprimento de pretensão adequada ao procedimento e vem devidamente instruída com prova escrita e sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A do CPC).Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para pagar(em) a quantia indicada na inicial, acrescida de juros e correção monetária, ou oferecer(em) embargos no prazo de 15 dias, advertindo-o do que dispõe o art. 1.102c, do CPC: “No prazo previsto no art. 1.102-B, poderá o réu oferecer embargos, que suspenderão a eficácia do MANDADO inicial. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em MANDADO executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta Lei”.No MANDADO deve constar a observação de que o(s) réu(s) ficará(ão) livre(s) de pagar(em) as custas e os honorários advocatícios no caso de cumpri-lo, liquidando o débito sem oposição (§1º do art. 1.102-C, do CPC). Caso contrário, a quantia será acrescida de honorários advocatícios que arbitro, provisoriamente, em R$ 300,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007692-68.2013.8.22.0014
Ação:Carta precatória (Área Família)
Requerente:Yuri Gabriel de Souza Vieira Gomes
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Requerido:Genilton da Silva Gomes
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Vistos.Cumpra-se a carta precatória, servindo esta cópia como MANDADO .Devidamente cumprida, devolva-se à origem. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0007672-82.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:José Marcelo Cardoso de Oliveira (OAB/RO 3598)
Executado:Silvania Rodrigues Silva
DESPACHO :
Vistos.Indefiro o pedido de reserva de honorários manejado pelo advogado à fl. 81, tendo em vista que não praticou uma quantidade de atos relevantes que justificasse a sua pretensão. No mais, intime-se pessoalmente o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo advogado nos autos.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente nos termos do § 1º do art. 267, do CPC.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0019380-66.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:José Marcelo Cardoso de Oliveira (OAB/RO 3598)
Executado:Raimundo da Conceição de Jesus
DESPACHO :
Vistos.Indefiro o pedido de reserva de honorários manejado pelo advogado à fl. 95, tendo em vista que não praticou uma quantidade de atos relevantes que justificasse a sua pretensão. No mais, intime-se pessoalmente o exequente para, no prazo de 15 dias, constituir novo advogado nos autos.Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente nos termos do § 1º do art. 267, do CPC.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0005699-87.2013.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Andréa Maria da Nóbrega Cavalcanti Malek Hanna
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Embargado:Banco Bradesco S/a
DECISÃO :
Vistos.Trata-se de embargos de execução promovido por ANDRÉA MARIA DA NÓBREGA CAVALCANTI MALEK HANNA contra BANCO BRADESCO S/A, pretendendo em sede de liminar a antecipação dos efeitos da tutela no sentido de que o embargado se abstenha de lançar o seu nome nos cadastros de inadimplência e suspensão da ação principal. É o RELATÓRIO . Decido.No caso, o atendimento da tutela antecipada está condicionada ao deposito judicial do valor do débito, nos termos do entendimento do STJ, vejamos:REsp / RS ;RECURSO ESPECIAL 2003/0035206-6Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA (1098)Órgão Julgador: S2 - SEGUNDA SEÇÃOCIVIL.

SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. REGISTRO NO ROL DE DEVEDORES. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO. A recente orientação da Segunda Seção desta Corte acerca dos juros remuneratórios e da comissão de permanência (REsp's ns. 271.214-RS, 407.097-RS, 420.111-RS), e a relativa frequência com que devedores de quantias elevadas buscam, abusivamente, impedir o registro de seus nomes nos cadastros restritivos de crédito só e só por terem ajuizado ação revisional de seus débitos, sem nada pagar ou depositar, recomendam que esse impedimento deva ser aplicado com cautela, segundo o prudente exame do juiz, atendendo-se às peculiaridades de cada caso. Para tanto, deve-se ter, necessária e concomitantemente, a presença desses três elementos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. O Código de Defesa do Consumidor veio amparar o hipossuficiente, em defesa dos seus direitos, não servindo, contudo, de escudo para a perpetuação de dívidas. Recurso conhecido pelo dissídio, mas improvido.Portanto, caso haja o depósito judicial em dinheiro do débito executado nos autos principais, DEFIRO o pedido de tutela antecipada a fim de que o embargado se abstenha de lançar o nome da embargante nos cadastros de inadimplência, bem como a suspensão da ação de execução n. 0001371-17.2013.8.22.0014.No mais, Cite(m)-se o(s) réu(s) para, no prazo de 15 dias, apresentar(em) defesa, sob pena de ser considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 285) e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 319, do CPC, que assim dispõe: ?Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor.?Apresentada a resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).Intimem-se.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0006202-11.2013.8.22.0014
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:A. P. C. dos A. F.
Advogado:Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030A)
Requerido:F. V. F.
Advogado:Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030A)
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos etc...ANA PAULA CARVALHO DOS ANJOS FERREIRA, inicialmente, promoveu ação de divórcio litigioso contra FRANCISCO VIEIRA FERREIRA, ambos qualificados na inicial, aduzindo, em síntese, que as partes se casaram em 03 de julho de 2008 e que estão separados de fato. A autora informa, ainda, que as partes tiveram um filho, Fhelipe Gabriel Carvalho Ferreira, o qual está sob sua guarda, e que possuem bens a partilhar. Por fim, requereu a decretação do divórcio entre as partes e para voltar a usar o nome de solteira. Porém, às fls. 28/32 as partes entabularam um acordo, requerendo a conversão do divórcio para consensual. É o RELATÓRIO . Decido.De fato, a pretensão ora deflagrada quanto ao divórcio merece ser acolhida à luz da nova emenda constitucional nº 66/2010, que suprimiu a exigência de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos. Deveras, a emenda constitucional não mais exige outros requisitos para que o casamento seja dissolvido pelo divórcio. Ante o exposto, HOMOLOGO por SENTENÇA o acordo realizado entre as partes às fls. 28/32, para que produza seus legais e jurídicos efeitos o acordo de vontade das partes, que se regerá pelas cláusulas do citado acordo, decretando, via de consequência, o DIVÓRCIO das partes, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, devendo a cônjuge mulher voltar a usar o nome de solteira, qual seja, ANA PAULA CARVALHO DOS ANJOS.DEFIRO os benefícios da justiça gratuita.Sem custas, nos termos do art. 6º, § 7º, da Lei 301/90.Tendo em vista que esta DECISÃO atendeu a pretensão das partes, tenho que ocorreu a desistência tácita do prazo recursal. Assim, expeça-se de imediato o MANDADO de averbação e a seguir arquivem-se os autos.Ciência ao Ministério Público.P. R. I. Cumpra-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0001095-83.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Longo e Moura Ltda - ME, Eder Márcio Garcia de Moura
DESPACHO :
Vistos.Defiro o pedido de suspensão manejado às fls. 50.Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 dias, impulsionar o feito.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente, nos termos do art. 267, § 1º, do CPC. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0010241-85.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Mendes de Souza
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), Priscila Sagrado Uchida (RO 5255)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Resende (RO 1571), Pedro Origa (MF 1953), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287), Ivone de Paula Chagas Santana (OAB/RO 1114), Fâbio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
DESPACHO :
Vistos.Intime-se o Advogado da parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, assinar a peça de fls. 34/41, sob pena de indeferimento e desentranhamento.Após, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e utilidade de sua produção.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0011719-31.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Nissey Máquinas Agrícolas Ltda
Advogado:Sidney Duarte Barbosa (RO 630)
Executado:Valdinei Moreira de Morais
INTIMAÇÃO da parte exequente em razão do transcurso de sobrestamento do feito por 30 (trinta) dias, manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que de direito, sob pena de extinção.

Proc.: 0004633-09.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudio Macedo
Requerido:Banco Bradesco Cartões Sa
Advogado:Pedro Pereira de Moraes Salles (OAB/SP 228166), Regiane Cristina Marujo (OAB/SP 240977), Diogo Moraes da Silva (OAB/RO 3830), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 100,70 (cem reais e setenta centavos) e acréscimos legais, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005321-68.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Clidenou Rodrigues Magalhães
Advogado:Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396), Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Requerido:Claro Telefonia e Telecomunicações Porto Velho
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 79-91.
2ª Vara Cível

Proc.: 0007222-71.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Loca Fácil Locadora de Equipamentos Para Construção Civil Ltda
Advogado:Edson Luiz Perin (OAB/MT 8804), Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
Executado:Ishiyama Brasil Construções Ecomercio Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
FINALIDADE : Intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado, para no prazo de 05 dias, retirar a carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.
2ª Vara Cível

Proc.: 0008092-24.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Edson Juliano Nunes
Advogado:Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
Requerido:Vilma Piza Ramos, Viviane Piza Ramos, Herivelton Luis Duarte Ramos Junior
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
FINALIDADE : Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar a carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0005838-39.2013.8.22.0014
Ação:Exibição
Requerente:Elias Malek Hanna
Advogado:Roberto Carlos Mailho (OAB/RO 3047)
Requerido:Banco Bradesco S/a
Petição - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida face à apresentação de documentos ou a respectiva justificativa de sua não existência.

Proc.: 0003908-88.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Magno Almeida Cardoso, Danny Jehnssen Souza Gárate
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0039019-07.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:J. M. Ramos Fernandes & Cia Ltda
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (OAB/SP 213787)
Executado:Associação dos Servidores Municipais de Vilhena - ASMUV
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005227-57.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Alessandra Cristiane Ribeiro (RO 2204), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Acquathec Instaladora e Serviços Ltda Me
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002584-92.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Laurimar Carvalho Mougenot
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009805-29.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096), Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Pedro da Cruz Pereira Neto (OAB/RO 3179), Paulo Eduardo da Silva Nascimento (OBA/RO 2537), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Executado:L. M. Silverio Me, Lohanny Monteiro Silvério
Advogado:Marilza Serra (OAB-MT 7001)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0012067-54.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Humberto Carlos Sarmento Nunes, Marlon Donadon, Município de Vilhena
Advogado:Daniel R. de Araújo (OAB/RO 4101), Paulo Cezar R. de Araujo (OAB/RO 3182), Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2835), Rafael Brambila (OAB/RO 4853), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Procurador Municipal (NBO 020)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0084890-26.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Saionara Mari (OAB/MT 5225), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (RO 5416)
Executado:J. B. Gabriel Transportes, José Alexandre Abrão, João Batista Gabriel
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça.

Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0006977-31.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Monamares Gomes Grossi (OAB-RO 903), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (RO 1727), Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096)
Executado:Ag Zone Agropecuária do Brasil Ltda, Kelly Alan Freese
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000007-10.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Câmara Informática Ltda Me
Advogado:Jetro Vasconcelos Carapiá Canto (OAB/RO 4956), Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396), Elivania Fernandes de Lima (OAB/RO 5433), Isabela de Oliveira Santos (OAB/RO 5425)
Executado:Marcos Antônio Gusmão
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011505-40.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Carla Cristiane Almeida Soares, Rubem Ferreira da Silva
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0006401-67.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Sérgio Massaroni
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0006786-83.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Alice Dal Toé
Advogado:Camila Xavier Rocha (OAB/RO 2975), Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 93A)
Executado:Dirlei de Andrade
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que

atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0041725-26.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S/a
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Darcy Luiz Nunes
DESPACHO :
Em face do parecer da CONJUR a respeito da regulamentação dos leilões judiciais, relativamente ao processo n. 0019676-56.2013.8.22.1111, determino que as hastas públicas a serem realizadas por este Juízo, doravante, sejam feitas nos termos do artigo 143, inciso II do CPC, ou seja, por Oficial de Justiça. Deste modo, revogo a portaria 001/2008 ? 2ª Vara Cível, que atribuiu a Leilões Judiciais Serrano a realização das referidas hastas públicas. Oficie-se ao Exmo. Sr. Juiz Diretor do Foro da Comarca de Vilhena para que designe Oficial de Justiça diferente do plantonista, para a execução dos trabalhos atinentes aos Leilões Judiciais desta Vara. As hastas públicas já designadas para o próximo mês de outubro de 2013 serão realizadas na sala de audiência da 2º Vara Cível desta Comarca, nas seguintes datas: 03.10.2013 e 17.10.2013, às 09:00 horas. Comunique-se a Leilões Serrano o encerramento de nossos trabalhos em conjunto. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito
2ª Vara Cível

Proc.: 0009550-71.2012.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (NBO 2020)
Executado:Almodóvar & Almodovar Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
DESPACHO : Declaro penhorado o valor de R$ 132,17. Intime-se o Executado na pessoa de seu advogado (art. 475-J § 1º do CPC - judicial ou 652, § 4º do CPC ? extrajudicial) desta penhora e retornem os autos após o prazo legal, com ou sem embargos/impugnação. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013. Sandra Beatriz Merenda, Juiza de Direito.
2ª Vara Cível

Proc.: 0001545-26.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Teodoro de Lima
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO : Conforme informações prestadas pelo Sr. Administrador do TRF 1º Região, sediado em Porto Velho, a instalação efetiva da Vara Federal Cível e Criminal na Comarca de Vilhena está prevista para 24.09.2013. Deste modo, suspendo o presente feito até esta data. Após, venham conclusos. Vilhena-RO, quarta-feira, 17 de julho de 2013. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito.
2ª Vara Cível

Proc.: 0002224-60.2012.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (NBO 2020)
Executado:Manoel Bezerra do Nascimento Filho
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046)
DESPACHO : Defiro o sobrestamento do feito por 180 (cento e oitenta) dias. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, quarta-feira, 17 de julho de 2013.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito.

Proc.: 0004800-60.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Signori Pissini e Marquesini Sociedade de Advogados
Advogado:Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4470)
Requerido:Jurandir Monteiro da Silva Transportes de Cargas e Mecanica Ltda, Banco do Brasil S/A
Fica a parte Autora, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Proc.: 0004498-31.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Gilcilene de Souza Gomes
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Executado:Banco do Brasil S/A
Fica a parte exequente, no prazo de 05 (cinco) dias, intimada a promover o regular andamento do feito.

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET .
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0008199-63.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Souza Farias
Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO :
Que as partes em 10 dias especifiquem as provas que pretendem produzir declinando necessidade e pertinência e, em sendo o caso, arrolem testemunhas no mesmo prazo. Vilhena-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010521-56.2012.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:Carla Passos Melhado Cocchi (SP 187329)
Requerido:Lúcia Francisca de Lima
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
É incabível que se proceda à restrição administrativa do veículo em face do Detran sem que dele se faça penhora. Isto porque não é providência executiva restringir o veículo para que eventualmente ele venha a ser encontrado. Mormente porque a própria alienação fiduciária é impeditivo para que se faça transferência do veículo. Assim, indefiro o pedido. Que o autor dê andamento ao feito em 5 dias.Vilhena-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0014353-05.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:J. C. T. Siqueira - ME
DESPACHO :
Anote-se a renúncia do d. advogado. Que o credor indique e comprove o quadro societário da empresa devedora da qual requereu a desconsideração da personalidade jurídica. Prazo: 5 dias. Vilhena-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0002265-90.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Altair José Fruhling
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez (OAB/RO 5017), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB-PR 4461)
DESPACHO :
Que as partes em 10 dias especifiquem as provas que pretendem produzir declinando necessidade e pertinência e, em sendo o caso, arrolem testemunhas no mesmo prazo. Vilhena-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005496-96.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Executado:Jonata Jonas Silva
DESPACHO :
1-Tenho mantido o entendimento, de que a simples restrição judicial em cadastro de veículo do Detran é ato diverso da penhora. Para a penhora é necessária a constrição física do bem com nomeação do depositário, única providência, que ao final possibilitará a alienação judicial do bem, a transferência do domínio ao arrematante e a satisfação da execução pelo produto da arrematação. É relevante a preocupação do exequente que pretende a restrição judicial perante o Renajud como forma de impedir transferências do veículo, mas isto não é medida tendente a satisfazer a própria execução, que ficaria indefinidamente suspensa até a eventualidade remota e improvável do bem restrito acabar sendo localizado. Assim, indefiro o pedido de bloqueio.2-Nada obstante, o bem encontra-se LIVRE DE ÔNUS. Assim, expeça-se MANDADO para penhora do do veículo indicado pelo credor. Efetivada a penhora, intime-se o executado para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 15 dias.Servirá esta DECISÃO como MANDADO de penhora, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial.Vilhena-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0031428-57.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Vilhena Tintas Ltda
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Encel - Engenharia Construções e Eletrificações Ltda.
DECISÃO :
Encel ? Engenharia Construções e Eletrificações Ltda. é devedora neste cumprimento de SENTENÇA . Em diligências o Sr. oficial de justiça certificou que a empresa executada encerrou as atividades e naquele local reside outra pessoa alheia ao processo que desconhece o paradeiro da executada.Tentada a penhora on line pelo sistema Bacenjud, não foram encontrados saldos bancários em contas do executado. Em consulta ao sistema Infojud consta que a devedora Encel encerrou suas atividades. Instado, o credor requereu a desconsideração da personalidade jurídica.DECIDO. Com efeito da certidão do Sr. Oficial de justiça consta que a antiga sede da empresa encontra-se fechada, que são ignorados os paradeiros dos representantes dela e também não foram localizados bens arrestáveis.Esses são alguns dos indícios de abuso de personalidade jurídica, caracterizado pela confusão patrimonial decorrente do irregular encerramento das atividades da executada.Posto isso, com fulcro no Art. 50 do Código Civil desconsidero a personalidade jurídica de Indústria e Comércio de Laticínios Pimenta Ltda. para que respondam pela execução também o patrimônio de seus cotistas, Hugo Sérgio Costa Teodoro e Maria Cecília Ferreira Teodoro.Anote-se na distribuição.Agora com a nova lei em vigor para cumprimento de SENTENÇA , desnecessária a citação do executado, porquanto se trata de uma nova fase do processo. Todavia a SENTENÇA foi contra a pessoa jurídica, e porque agora desconsiderada sua personalidade, necessária a intimação dos sócios para pagar em 03 dias sob pena de penhora. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006873-34.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Look Pneus Ltda
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:Juliana Alves Gouveia
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
É inverossímil que empresa de comércio varejista não possa arcar com as custas iniciais que alcançam aproximadamente R$ 20,00. Por tal motivo, indefiro o recolhimento de custas ao final.Acaso a requerente pretenda insistir nesse pedido, que no prazo de 10 dias junte balanço contábil que demonstre sua alegada dificuldade econômica ou, no mesmo prazo recolha as custas.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0064461-14.2004.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:Transportes Luft Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Porque a carta precatória ainda não retornou o pedido de substituição de bem penhorado deve ser requerido diretamente no Juízo Deprecado.Aguarde-se o retorno da carta precatória. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001610-55.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janicy Saraiva Vasconcelos
Advogado:Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001)
Requerido:OI S/A
Advogado:Marcelo Ferreira Campos (OAB/RO 3.250), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Taíse Guilherme Moura (RO 5106)
DESPACHO :
1- Intime-se a requerida para pagar as custas processuais em 10 dias. Fluído o prazo e não comprovado o recolhimento, inscreva-se em dívida ativa.2- Manifeste-se o autor em 5 dias, considerando o depósito judicial efetuado pela requerida. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005651-36.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Requerido:Márcio Garcia Machado
DESPACHO :
Pelo Sistema Renajud encontrou-se veículo registrado em nome do devedor mas com ônus de alienação fiduciária em favor do banco.O credor postulou pela penhora dos direitos que o devedor tivesse sobre as prestações pagas. Reputo que no caso concreto referida penhora é ineficaz porquanto ao final, se pagas todas as prestações o devedor tornar-se-á proprietário do veículo. Ao contrário, quedando-se inadimplente, perderá a propriedade a favor do banco. Neste contexto, indefiro o pedido. Ao credor para requerer em 15 dias. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006680-19.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Requerido:Luiz Carlos Viana Leal
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Considerando a certidão de fls. 20, que o autor recolha as custas processuais em 5 dias, sob pena de indeferimento. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007911-86.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB-RO 1096)
Executado:Adayr Freitas Bittencourt
Advogado:Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 3254)
DESPACHO :
Em face do pedido do credor, aguarde-se suspenso por 3 meses.Findo o prazo de suspensão, o autor deverá promover o andamento do feito em 5 dias, independentemente de nova intimação, sob pena do processo ser extinto.Intime-se.Por consequência torno sem efeito as hastas públicas designadas para os dias 11 e 24 de setembro de 2013. Exclua-as da pauta.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010722-48.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Amanda Leporacci Volpato (OAB/RO 1523), Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Requerido:Residencial Florença Incorporações Ltda
Advogado:Danielle Calixto Palmieri (OAB/GO 34.686-A)
SENTENÇA :
R & S Comércio e Transportes de Materiais para Construção Ltda propôs ação monitória contra Residencial Florença Incorporações Ltda objetivando o recebimento de créditos que não foram adimplidos pelo devedor. Após a citação do requerido o autor informou a quitação total do débito, pedindo pela extinção do feito.Decido. No peculiar procedimento monitório a quitação efetuada pelo requerido implica em reconhecimento do pedido pela satisfação da obrigação, motivo pelo qual, diante da manifestação do autor confirmando a quitação do débito, julgo extinto o processo com fundamento no art. 269, I do CPC. Expeça-se imediato alvará do valor depositado judicialmente (fls. 23), a favor do credor.Sem custas ou honorários advocatícios conforme determinação do § 1º do art. 1.102c do CPC.Publique-se.Registre-se.Intime-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003708-81.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agroaves Comercio de Produtos Agropecuários Ltda Epp
Advogado:Ronièder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Executado:Paulo Lourenço da Silva
SENTENÇA :
Agroaves Comércio de Produtos Agropecuários Ltda Epp propôs ação de execução de título extrajudicial contra Paulo Lourenço da Silva. O executado foi citado por edital. Apesar de diversas diligências não foi possível a satisfação do crédito, porque não localizados bens do executado. Instado, o credor pediu pelo arquivamento do feito.Decido.A pretensão do credor deve ser acolhida como pedido de desistência da ação, porquanto o arquivamento é medida excepcional prevista apenas para as execuções fiscais (art. 40, § 2º da Lei 6.830/80). Por óbvio que o direito creditício subsiste, porquanto não satisfeito, e, se preenchido os pressupostos legais, poderá em outra oportunidade ser remanejada nova ação.Posto isto, com fundamento no artigo 569 do C. P. C. julgo extinta a execução.Autorizo ao exequente eventuais levantamentos de documentos e comunicações necessárias, mediante cópia autenticada pela Escrivania e recibo nos autos.Sem custas remanescentes porque não satisfeita a execução.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Oportunamente arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004984-45.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Executado:Gilson Carlos Ferreira
DESPACHO :
Defiro o desentranhamento dos títulos, desde que substituídos por cópias autenticadas pela Escrivania e recibo nos autos. Após arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006872-49.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Look Pneus Ltda
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:Thiago Bispo de Matos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
É inverossímil que empresa de comércio varejista não possa arcar com as custas iniciais que alcançam aproximadamente R$ 41,50. Por tal motivo, indefiro o recolhimento de custas ao final.Acaso a requerente pretenda insistir nesse pedido, que no prazo de 10 dias junte balanço contábil que demonstre sua alegada dificuldade econômica ou, no mesmo prazo recolha as custas.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006871-64.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Look Pneus Ltda
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:Benjamin da Cruz Neves
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
É inverossímil que empresa de comércio varejista não possa arcar com as custas iniciais que alcançam aproximadamente R$ 22,00. Por tal motivo, indefiro o recolhimento de custas ao final.Acaso a requerente pretenda insistir nesse pedido, que no prazo de 10 dias junte balanço contábil que demonstre sua alegada dificuldade econômica ou, no mesmo prazo recolha as custas.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001365-10.2013.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Marisa Ribeiro dos Santos
DECISÃO :
Regressei de férias em 01-08-2013.Foi notificada, nos termos da lei 8.429/92, a requerida Marisa Ribeiro dos Santos, que se manifestou asseverando que exerce o cargo de auxiliar de enfermagem junto ao Estado de Rondônia, prestando serviços no Hospital Regional de Vilhena, e que apenas por algumas vezes fez plantão extra junto ao Município em horários fora do plantão do Estado, realizado no sistema de 12h trabalhadas seguidas por 36h de descanso, e que as folhas eram assinadas nos mesmos horários por determinação de seus superiores, ocorrendo apenas uma irregularidade administrativa. Afirma que quando iniciou a faculdade no Município de Cacoal passou a realizar plantões para o Estado de 40 horas corridas aos finais de semana, cumprindo, desta feita, a jornada legal de seu contrato tanto com o Município quanto com o Estado. Pediu pela improcedência da ação civil pública. Juntou documentos.O Ministério Público afirmou não ser necessária a intervenção nesta fase processual, pedindo pelo prosseguimento do feito. Decido.Embora não haja previsão específica de manifestação do Ministério Público nesta fase do procedimento, concedi vistas zelando pelo princípio constitucional do contraditório porque os argumentos deduzidos pela ré poderiam conduzir à extinção prematura do procedimento sem que o Parquet pudesse impugná-los.Recebo a manifestação da notificada e passo a proferir a DECISÃO da fase do art. 17, § 8º da lei 8.429/92, decorrente da manifestação prevista no § 7º do mesmo artigo, ambos a seguir transcritos:Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar. (...)§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará atuá la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de trinta dias, em DECISÃO fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.A Constituição Federal permite a acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde, desde haja compatibilidade de horários e a remuneração não exceda o valor dos subsídios do Prefeito e do Governador, quando, respectivamente, os cargos sejam ocupados no Município e no Estado (art. 37, XI e XVI).Há indicativos de incompatibilidade de horários no caso concreto, ao menos nas oportunidades em que a notificada assinara folha ponto em horários colidentes, como se pudesse exercer simultaneamente as funções de ambos os cargos. Todos estes fatos, são, em tese, de improbidade administrativa, porque o notificado teria recebido sem cumprir jornada e horários impostos por seus cargos no Município de Vilhena e no Estado de Rondônia. As questões de fato suscitadas pela defesa da ré, especialmente de que as folhas-ponto não representaram os horários efetivamente trabalhados, dependem de prova. De outro turno, o conjunto probatório tampouco permite antever que o decreto final será de “improcedência da ação” (SIC), vale dizer, improcedência dos pedidos do autor. Assim, com fundamento no art. 17, § 9º da lei 8.429/92 recebo a petição inicial.Posto isso, com fundamento no art. 17, § 9º da lei 8.429/92 recebo a petição inicial e, por consequência, determino que a ré seja citada para contestar em 15 dias, sob pena de revelia e confissão. Por força do 17, § 3º, da Lei 8.429/92, necessárias as citações do Município de Vilhena-RO e do Estado de Rondônia para que, revelando-se útil ao interesse público, possam atuar como litisconsortes ativos do MP. Assim determino que o

referidos Município e Estado sejam citados, para em 15 dias, querendo, atuarem como parte ativa desta ação civil pública. Considerando que não se trata de prazo de contestação, não incidente a contagem em quádruplo imposta pelo art. 188 do CPC.Todavia nego a antecipação de tutela porque não há sequer indícios de que a ré continue indevidamente cumulando as funções em horários incompatíveis. De igual forma, porque ainda distante eventual decreto condenatório, é desnecessária a indisponibilidade de bens, inclusive porque desde a propositura desta causa eventual alienação que resulta em insolvência da ré poderá implicar em fraude à execução, tornando ineficazes as modificações patrimoniais. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0074763-29.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Volpato & Giordani Ltda.
Advogado:Evander Dias (OAB/RO 2530), Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Viviane Dias Previato (OAB/RO 3259), Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733), Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
Requerido:A. Cavali Comunicação Visual Me
Advogado:Jean Carlos Debastiani (OAB-RO 3022), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384)
DESPACHO :
As tentativas de bloqueio on line pelos sistemas Bacenjud e Renajud (FL. 40) restaram frustradas porque não encontrados veículos ou dinheiro em conta bancária do réu. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001588-60.2013.8.22.0014
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Janice de Oliveira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO :
Regressei de férias em 01-08-13.Notificada nos termos da lei 8.429/92, Janice de Oliveira ofereceu defesa prévia arguindo primeiramente a suspeição dos denunciantes que levaram à investigação do Ministério Público porque todos possuem interesse em prejudicar a requerida. Com relação aos fatos alega, em síntese, a inexistência de dano a ente público e inexistência de ato de improbidade administrativa, porque cumpriria a carga horária regulamentar às atividades que desempenhava e que o alegado desvio de função ocorreu por determinação superior, prática comum aos servidores públicos. Pediu que a ação civil pública não seja recebida. Juntou documentos.O Ministério Público afirmou ser desnecessária a intervenção nesta fase processual e pediu pelo prosseguimento do feito.Decido.Embora não haja previsão específica de manifestação do Ministério Público nesta fase do procedimento, concedi vistas zelando pelo princípio constitucional do contraditório porque os argumentos deduzidos pela ré poderiam conduzir à extinção prematura do procedimento sem que o Parquet sequer tivesse oportunidade de os impugnar. .Recebo como manifestação a peça apresentada pela notificada a passo a proferir a DECISÃO da fase do art. 17, § 8º da lei 8.429/92, decorrente da manifestação prevista no § 7º do mesmo artigo, ambos a seguir transcritos:Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 (trinta) dias da efetivação da medida cautelar.(...)§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará atuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de quinze dias.§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de trinta dias, em DECISÃO fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.Os fatos que a ré teria praticado, conforme narração que serviu de causa de pedir a esta demanda, são, em tese, de improbidade administrativa, porquanto a conduta de cumprir jornada de trabalho menor do que a regulamentar é, ao menos, desonesta e ilegal, abarcada, pois, pelo rol do art. 11 da já referida lei. Ainda que tal conduta não tenha sido praticada pela ré, os fatos ainda não estão provados, de modo que ainda não se pode validamente formar convencimento acerca da existência ou da inexistência do ato de improbidade. A própria a alegação de que as denúncias forma motivadas por desafetos não infirmam os indícios apurados na fase do inquérito civil, dentre eles a de que a ré não cumpria a jornada regulamentar. O fato alegado de cumprir tal jornada em outro órgão ou departamento da administração também dependerá de prova a ser oportunamente produzida. De outro turno, o conjunto probatório tampouco permite antever que o decreto final será de ?improcedência da ação? (SIC), vale dizer, improcedência dos pedidos do autor porque, como enfatizado, a questão demanda provas, inclusive orais. Posto isso, com fundamento no art. 17, § 9º da lei 8.429/92 recebo a petição inicial e, por consequência, determino que a ré seja citada para contestar em 15 dias, sob pena de revelia e confissão. Por força do 17, § 3º, da Lei 8.429/92, necessárias a citação do Município de Chupinguaia-RO para que, revelando-se útil ao interesse público, possa atuar como litisconsorte ativo do MP. Assim determino que referido Município sejam citado, para em 15 dias, querendo, atuar como parte ativa desta ação civil pública. Considerando que não se trata de prazo de contestação, não incidente a contagem em quádruplo imposta pelo art. 188 do CPC. Nego a antecipação de tutela porque não há indicativos concretos de dilapidação patrimonial, sendo, portanto, nesta fase, é desnecessária a indisponibilidade de bens, inclusive porque desde a propositura desta causa eventual alienação que resulte em insolvência da ré poderá implicar em fraude à execução, tornando ineficazes as modificações patrimoniais. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004945-53.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Banco Volkswagen S/a, Manoel Archanjo Dama Filho
Advogado:Anderson Bettani de Barros (MT 7901), Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Requerido:Devanir Manick Bertozzi
Advogado:Viviane Dias Previato (RO 3259), Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Estevan Soletti (OAB/RO 3702)

DESPACHO :
O Juízo de manutenção ou modificação da DECISÃO agravada é cabível, ordinariamente, somente depois do recebimento do agravo pelo e. Tribunal de Justiça, inclusive porque sendo eventualmente negado seguimento ao agravo, não se instaura oportunidade procedimental do art. 523, § 2º do CPC. Assim aguarde-se eventual pedido de informações do Tribunal ou comunicação da DECISÃO do Agravo.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010369-76.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Sandro Signor (OAB/RO 2810)
Requerido:Rogério Alexandre da Rosa
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
As tentativas de bloqueio on line pelos sistemas Bacenjud e Renajud (FL. 40) restaram frustradas porque não encontrados veículos ou dinheiro em conta bancária do réu. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003918-30.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Jirau Sonorização Ltda
Advogado:Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Executado:Centro de Referência Agrosilvopastotil de Ouro Preto do Oeste
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Não ignorei a reportagem jornalística juntada pelo credor em fls. 47/48. Mas dela não se extrai com segurança que a executada seria a única responsável pelo evento. Concedo o prazo de 5 dias para o exequente comprovar suas alegações. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003584-64.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724)
Executado:Losângeles Cordeiro
DESPACHO :
As tentativas de bloqueio on line pelos sistemas Bacenjud e Renajud (FL. 21) restaram frustradas porque não encontrados veículos ou dinheiro em conta bancária do réu. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001771-65.2012.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Toyota do Brasil S/A
Advogado:Marili Ribeiro Taborda (OAB/RO 4759)
Requerido:Marcos Antonio Pavelegini
Advogado:Roberto Berttoni Cidade (RO 4178)
DESPACHO :
O valor depositado pelo réu servirá de amortização da dívida. Para purgação da mora é necessária a complementação que engloba atualização monetária, juros de mora e honorários, estes fixados em 10% sobre o valor total da purgação.Assim, expeça-se alvará a favor do autor. Que referido valor seja transferido para a conta bancária indicada em fls. 83.Intime-se o réu para, em 5 dias, complementar o valor, conforme critérios acima, para purgação da mora.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0001988-79.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Auto Posto Catarinense Ltda.
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:Transportadora Dg Ltda
SENTENÇA :
Auto Posto Catarinense Ltda. intentou medida para cumprimento de SENTENÇA contra Transportadora DG Ltda.. Apesar de diversas tentativas não foram localizados bens penhoráveis da executada, seja por consulta ao Detran seja pelo sistema Bacenjud, ou até mesmo ao Infojud-convênio com a Receita Federal. Instado, o credor requereu a extinção da ação. Decido. Em virtude da manifestação do autor, equivalente a um pedido de desistência, com fundamento no art. 569 do CPC, homologo a desistência da ação e extingo o processo sem julgamento do MÉRITO .Sem custas porque não satisfeita a execução.Defiro o desentranhamento do título que aparelhou a execução, desde que substituído por cópia autenticada pela escrivania e recibo nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Transitada em julgado, arquivem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0019436-02.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:R. R. C. da Silva Confecções
DESPACHO :
A tentativa de penhora on line foi frustrada por ausência de saldo positivo em conta bancária do executado. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0044635-26.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios S.c. Ltda
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido:Josiane Pires de Carvalho
DESPACHO :
A tentativa de penhora on line foi frustrada por ausência de saldo positivo em conta bancária do executado. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0083028-20.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:Patrícia Minervino dos Santos

DESPACHO :
A tentativa de penhora on line foi frustrada por ausência de saldo positivo em conta bancária do executado. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0083083-68.2009.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:P B Transportadora Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Nunzio Grasso Junior (OAB/RO 3904), Sandro Signor (OAB/RO 2810)
Executado:Roberto Gomes de Oliveira
DESPACHO :
A tentativa de penhora on line foi frustrada por ausência de saldo positivo em conta bancária do executado. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000730-97.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Elétrica do Madeira Sa
Advogado:Bernardo Rosário Fusco Pessoa de Oliveira (OAB/DF 7669), Edson Bovo (OAB/SP 136468), Ronaldo Bovo (OAB/SP 300707)
Requerido:Pedro Luiz Cardoso de Oliveira, Esmeralda Borges Cardoso de Oliveira
Advogado:Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249), Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084)
SENTENÇA :
Interligação Elétrica do Madeira S/A noticiou acordo extrajudicial nos autos da ação de constituição de servidão administrativa com pedido liminar que move contra Pedro Luiz Cardoso de Oliveira e Esmeralda Borges Cardoso de Oliveira. Informou os termos do acordo e pediu pela homologação judicial. Decido.Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no artigo 269, III do Código de Processo Civil, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme petição de fls. 221/245.Por consequência, expeçam-se alvarás a favor dos requeridos para levantamento dos valores depositados judicialmente, cujos comprovantes foram juntados em fls. 59 e 173.O valor depositado para pagamento do sr. Perito (fls. 150), deve ser levantado pela autora por alvará. Custas satisfeitas em virtude da transação.Expeça-se MANDADO de registro de servidão administrativa, nos termos do art. 167, I, ?6? da Lei 6.015/73. Faça constar em referido MANDADO que o responsável pelo recolhimento das custas e emolumentos é a empresa autora Interligação Elétrica do Madeira S/A, conforme recomendações da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Homologo a renúncia do prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Oportunamente arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0003960-79.2013.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Maria de Oliveira Custódio
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B)
Inventariado:Espólio de Abilio Martins de Oliveira
SENTENÇA :
Indefiro a petição inicial desta ação de inventário proposta por Maria de Oliveira Custódia porquanto a autora não emendou a petição inicial no prazo legal de 10 dias, deixando, portanto, de oportunamente esclarecer alguns pontos necessários, emenda a que fora instado em fl. 69.Assim, o pedido do autora não foi deduzido de modo completo, com a narração de todos os fatos e consequências jurídicas pretendidas. Isto inviabiliza a tutela jurisdicional porque dos fatos narrados não decorre logicamente a CONCLUSÃO . Posto isso, com fundamento no art. 295 do CPC indefiro a petição inicial que persistiu inepta porque não emendada oportunamente.Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007472-70.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdomiro Roque da Silva
Advogado:Denns Deivy de Souza Garate (OAB/RO 4396)
Requerido:Banco Itaúcard S. A.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO :
Defiro a gratuidade e a inversão de prova em benefício da autora, que se revelou consumidora hipossuficiente sobretudo quanto à prova de fatos que poderiam constar somente de documentos e cadastros em poder do réu/fornecedor. Nada obstante, nego a tutela liminar pretendida. A despeito da alegação de que a autora não dispõe de conhecimentos jurídicos ou matemáticos, o resumo do contrato é claro o bastante ao demonstrar o montante dos encargos o valor de cada parcela, o valor total das parcelas e o percentual de juros ao mês e ao ano, bem como o custo efetivo total nos mesmos períodos, o que permitiria uma avaliação, pela consumidora do que estaria efetivamente contratando. Ademais, a diminuição da taxa básica de juros na economia não implica necessariamente na modificação dos contratos anteriormente informados e, por si só, tampouco representa onerosidade excessiva que liminarmente impusesse a modificação das parcelas. Tampouco o pedido de modificação do método de incidência de juros pode impor imediata antecipação de tutela. Tais questões merecem ser analisadas em profundidade após o estabelecimento do contraditório.Cite-se o requerido para responder em 15 dias, advertindo-o que se não contestar será declarada sua revelia e serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor.Servirá esta DECISÃO como carta ou MANDADO de citação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006909-76.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985)
Requerido:Janete de Fátima dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Os únicos documentos assinados são os boletos bancários, por meio dos quais não se comprova qualquer manifestação do réu assumindo a obrigação que pretende exigir o autor.

É insuficiente como causa de pedir a simples notícia de que foram realizados negócios jurídicos que constariam de boletos bancários que instruem a inicial. É imprescindível que a narrativa dos fatos cuide de esclarecer cada negócio jurídico efetivamente realizado e inadimplido. Emende-se em 10 dias, sob pena de indeferimento.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0006976-41.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Rogerio Moreira da Silva
DESPACHO :
Dos boletos bancários não se comprova qualquer manifestação do réu assumindo a obrigação que pretende exigir o autor. Ademais, é insuficiente como causa de pedir a simples notícia de que foram realizados negócios jurídicos que constariam de boletos bancários que instruem a inicial. É imprescindível que a narrativa dos fatos cuide de esclarecer cada negócio jurídico efetivamente realizado e inadimplido. Emende-se em 10 dias, sob pena de indeferimento. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005966-64.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Sandro Signor (OAB/RO 2810)
Requerido:Gumercindo Hilárion Orocondo Aguirre
DECISÃO :
Em face do pedido da parte determino a suspensão do processo até 01 de agosto de 2014. Saliento que o processo poderá tramitar antes do termo final da suspensão em decorrência de qualquer promoção das partes. Tal dilação é conveniente para obstar os prejuízos de reiterados pedidos de suspensão.Findo o prazo de suspensão, o autor deverá promover o andamento do feito em 5 dias, independentemente de nova intimação, sob pena do processo ser extinto.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010707-50.2010.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Rodobens S A
Advogado:Dilmar de Arruda Campos (OAB-RO 1766)
Requerido:Mascarello Comércio e Representações Ltda
DESPACHO :
Em face do pedido do credor, aguarde-se suspenso por 30 dias.Findo o prazo de suspensão, o autor deverá promover o andamento do feito em 5 dias, independentemente de nova intimação, sob pena do processo ser extinto.Intime-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0119036-64.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Andréa Leporacci Soares Figueiredo (RO 1523)
Requerido:Silvio Cezar Pereira
DESPACHO :
Em consulta ao programa SIEL, não foi encontrado novo endereço do requerido, conforme extrato anexo. Diga o autor em dez dias.Não havendo manifestação, intimar pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0009046-65.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Posto de Molas Noma Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Requerido:Abenel Farias de Lima
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Intime-se a parte autora para comprovar a distribuição da carta precatória, no prazo de cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0005556-74.2008.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio José dos Reis Júnior (B -RO 281)
Executado:Multimarcas Brasil Comércio de Motos Ltda Me, Marcos AndrÉ GoÇalves
DECISÃO :
Firme nos motivos acima expostos, REJEITO a exceção de pré-executividade e, em consequência, determino o prosseguimento do feito. Após transcorrido o prazo para interposição de recurso, diga o credor em dez dias.Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0001731-20.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Executado:João Luiz de Araújo Neto
DESPACHO :
Arbitro honorários advocatícios em cumprimento de SENTENÇA no valor de R$ 300,00.Requeira a parte autora o que de direito em cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0000022-13.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Executado:Eurico Simões da Silva Junior
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Pato Branco Alimentos Ltda propôs execução de título extrajudicial contra Eurico Simões da Silva Junior objetivando o recebimento de crédito que não foi adimplido pelo executado. Juntou documentos.O executado foi citado por edital e quedou-se revel. Nomeada curadora houve apresentação de peça de resistência intitulada contestação por negativa geral (fl. 34). Ainda que a defesa na execução seja intitulada de embargos, prejuízo algum decorre do fato da resistência ter sido nominada como contestação pela curadora.Nada obstante embora à curadora seja permitido a defesa por negativa geral, do conteúdo da peça não se extraem alegações que tornem os fatos efetivamente controvertidos. Assim não remanescem oportunidades de produção de provas porquanto as necessárias foram oferecidas com a inicial.Requeira a parte autora o que de direito em cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Vilhena-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0066230-81.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Volnei Rauh
Advogado:Marco Aurélio Rodrigues Mancuso (OAB/RO 436A)
Executado:Antônio Carlos Guimarães Wiszka
SENTENÇA :
Tendo em vista o pagamento do débito, nos termos do art. 794, I, do CPC, julgo extinto o processo. Custas na forma da lei.Transitada em julgado a presente DECISÃO , arquivem-se os autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0100238-55.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Requerido:Mariza Cassia Bonfim Vasconcelos
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
SENTENÇA :
Tendo em vista o teor da petição de fls. 111/112, de extinção, nos termos do art. 267, VIII, do CPC, julgo extinto o processo, sem a resolução do MÉRITO .Sem custas. Transitada em julgado a presente DECISÃO , arquivem-se os autos.SENTENÇA registrada automaticamente no SAP.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007086-40.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Fernando Egler Chorobura
Advogado:Raquel Lisboa Louback Vieira (OAB/RO 4493)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
DESPACHO :
Intime-se a patrona da parte autora para subscrever a petição inicial, tendo em vista que está apócrifa, no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0026092-72.2009.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria de Almeida Pereira
Advogado:Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454), Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:Joaquim Ferreira de Jesus
Advogado:Roberley Rocha Finotti (OAB-RO 690), Josafá Lopes Bezerra (OAB/RO 3165)
DESPACHO :
Considerando que existe pedido de de venda judicial (fl. 146) e pedido de adjudiciação do bem penhorado (fl.148), esclareça a parte requerente qual pedido pretende ter atendido.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0001484-68.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Posto de Molas Noma Ltda Me
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
Requerido:Jadi Transportadora Ltda Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO :
Intime-se a parte autora para comprovar a distribuição da carta precatória, no prazo de cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0002380-48.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marli Barbosa Balcon
Advogado:Ruth Barbosa Balcon (OAB/RO 3454)
Requerido:Vilhena Piscinas Ltda, Cuiabá Indústria de Piscinas Ltda
DESPACHO :
Intime-se a parte autora para comprovar as publicações nos jornais locais, no prazo de cinco dias.Não havendo manifestação, intime-se pessoalmente a parte autora para dar prosseguimento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Vilhena-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Arijoel Cavalcante dos Santos
Escrivão

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0003149-81.2011.8.22.0017
Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Procedimento: Alta Floresta do Oeste
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Paulo Vinicios Marcelino Silva
Advogado do réu: Airton Pereira de Araujo OAB 243, Gilson Alves dos Santos OAB 549-A, Marcio Antônio Pereira OAB 1615.
FINALIDADE : Intimar os advogados supracitados dos termos do DESPACHO abaixo transcrito.:
DESPACHO "Homologo a desistência da testemunha de defesa. Atualize os antecedentes dos réus. Após, abra-se vista as partes para querendo requerer diligências na forma do artigo 402 do CPP, para o que fixo o prazo de 2 dias. Nada sendo requerido, intimem-se as partes para apresentarem suas razões finais por memoriais no prazo de 5 dias. Alta Floresta DOeste-RO, quinta-feira, 18 de julho de 2013. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito"
Maria Aurea Saldanha Gontijo Fuzari
Diretora de Secretaria Criminal
Assinatura Digital
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico: Juiz: afwjuiz@tjro.jus.br - Diretor de Cartório: fw1criminal@tjro.jus.br
LOCAL: Fórum Ministro Aliomar Baleeiro, Av. Mato Grosso 4281, Centro, Alta Floresta do Oeste-RO, 76954000 - Fax: (69)3641-2239 - Fone: (69)3641-2588 - Ramal: 219

Proc.: 0031975-69.2001.8.22.0017
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Réu: Elizeu Gaudêncio da Rosa
FINALIDADE : Intimar o réu supracitado para o levantamento da fiança no prazo de 20 dias. Outrossim deverá o réu ser advertido de que não levantado o valor no prazo estabelecido, será dada destinação, nos termos do depacho abaixo transcrito:
DESPACHO :" Considerando a DECISÃO de extinção de punibilidade, deverá a fiança depositada ser restituída ao réu. Intime-se o réu por edital para levantamento da fiança no prazo de 20 dias. Deverá, o réu ser advertido de que não levantando o valor no prazo estabelecido, será dada destinação. Permanecendo inerte, remeta-se o valor para conta centralizadora na forma do artigo 447, §7º do DGJ. Após arquive-se Alta Floresta DOeste-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito."
Alta Floresta DOeste, 1 de Agosto de 2013.
Maria Aurea Saldanha Gontijo Fuzari
Diretor de Cartório
assinatura digital
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico:
Juiz: afwjuiz@tjro.jus.br - Diretor de Cartório: afw1criminal@tj.ro.gov.br
LOCAL: Fórum Ministro Aliomar Baleeiro,, Av. Mato Grosso 4281, Centro, Alta Floresta do Oeste-RO, 76954000 - Fax: (69)3641-2239 - Fone: (69)3641-2588 - Ramal:

digite o nome do escrivão
tratamento

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 5 DIAS
Proc.: 0000157-68.2011.8.22.0011
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Fernando Gomes dos Anjos, brasileiro, solteiro, auxiliar de eletricista, nascido aos 28.4.1992, natural de Ji-Paraná/RO, filho de Ernandes Cândido dos Anjos e Marines Gomes da Silva, inscrito no CPF sob o n. 018.906.782-95.
FINALIDADE : Intimar o acusado, supra, do inteiro teor da r. SENTENÇA .
SENTENÇA : O acusado Fernando Gomes dos Anjos foi denunciado pela prática do delito previsto no art. 155, § 4º, IV c.c art. 14, II, do Código Penal. Às fls. 92 fora juntado certidão de óbito do acusado, lavrada no dia 22 de abril de 2013.Instado, o Ministério Público manifestou-se à fl. 100 pela extinção de punibilidade, nos termos do art. 107, I, do Código Penal. Ante as considerações supra, declaro extinta a punibilidade do acusado Fernando Gomes dos Anjos, o que faço com fundamento no art. 107, I, do Código Penal.Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência as partes. Após, aguarde-se a realização da audiência de instrução designada nos autos, já que o feito terá prosseguimento em relação ao acusado Rosalvo de Jesus. Cumpra-se.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito.
Alvorada do Oeste-RO, 5 de agosto de 2013.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 5 DIAS
Proc.: 0002010-15.2011.8.22.0011
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu:Célio Pereira Dias, brasileiro, solteiro, mecânico, filho de Geraldo Marcelino Dias e Leny Maria Pereira Dias, nascido aos 20.10.1979, natural de Cacoal/RO.
Advogado:Nilton Pinto de Almeida (OAB/RO 4031)
FINALIDADE : Intimar o réu, supra, do inteiro teo da r. SENTENÇA .
SENTENÇA : [...]Diante disso, descaracterizando-se o aspecto material do tipo penal, a conduta do acusado passou a ser atípica, já que não restou configurado a prática do delito tipificado no artigo 250, caput, tampouco o delito tipificado no artigo 129, caput, na forma do artigo 70, todos do Código Penal, impondo, portanto, sua absolvição, não lhe restando consequência penal alguma.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal e, como consequência, ABSOLVO o acusado CÉLIO PEREIRA DIAS, o que faço com fundamento no art. 386,

III, do CPP.Transitada em julgado esta DECISÃO :a) certifique-se a data do trânsito em julgado;b) comunique-se o desfecho da ação penal ao Instituto Nacional de Identificação (INI) e ao Instituto de Identificação do Estado.Publique-se.Registre-se. Intimem-se.Alvorada do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza Substituta.
Alvorada do Oeste-RO, 5 de agosto de 2013.

Geude de Oliveira Lima
Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Comarca de Alvorada do Oeste/RO - Juizado Especial Cível
Diretor de Cartório - Reginaldo Felix de Souza
End. eletrônico: adw1civel@tjro.jus.br

Proc: 1000161-20.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Erisvaldo Oliveira Pereira(Requerente)
Novalar - Alvorada(Requerido)
Advogado(s): Gilson Sydnei Daniel(OAB 2903 RO)
Erisvaldo Oliveira Pereira(Requerente)
Novalar - Alvorada(Requerido)
Advogado(s): Gilson Sydnei Daniel(OAB 2903 RO)
Vistos, etc.
ERISVALDO OLIVEIRA PEREIRA ingressou com a presente ação contra NOVALAR LTDA alegando, em síntese, que realizou a compra de um aparelho celular modelo Multilaser UP TRI CHIP P3198 CZA junto à requerida. Segundo o autor, com o uso o aparelho apresentou defeito, pelo que foi encaminhado à assistência técnica.
Afirma que passados mais de 40 dias do envio o aparelho não lhe foi devolvido, pelo que requer, com arrimo no art. 18. § 1º, II do Código de Defesa do Consumidor _ CDC, a restituição do valor pago pelo bem, devidamente corrigido monetariamente, bem como a reparação pelos danos materiais e morais que afirma ter sofrido.
Contestando a ação a requerida alegou preliminarmente ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide, porquanto apenas realizou a venda do mesmo, não sendo a responsável por sua fabricação ou reparo. No MÉRITO afirmou que que o art. 18 caput é inaplicável ao caso em tela, eis que não teve qualquer participação no infortúnio causado ao autor. Alegou que inexiste dano passível de indenização e, por fim, pleiteou pela improcedência da ação.
Impugnação à contestação ao mov. 11.
É o breve RELATÓRIO . Fundamento e decido.
O presente caso comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que se trata de matéria exclusivamente de direito e não há a necessidade de produção de novas provas em audiência.
Antes de adentrar ao MÉRITO da causa, insta analisar a preliminar arguida pela requerida, o que passo a fazer.
A ré afirmou ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da lide, eis que a responsabilidade para responder passivamente no presente feito é da fabricante do aparelho.
Ocorre que a preliminar ora em comento não merece ser acolhida. Assim se afirma porque a responsabilidade pela reparação dos vícios de qualidade e quantidade que tornem os produtos de consumo duráveis e não duráveis impróprios ou inadequados ao consumo é dos fornecedores, nos termos do art. 18, caput, do CDC. O mencionado Código traz o conceito do termo fornecedor em seu art. 3º, que dispõe o seguinte:
Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvam atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
Verifica-se que tanto o fabricante como o comerciante se amoldam ao conceito de fornecedor. Logo, tanto um quanto o outro é parte legítima para figurar no polo passivo da lide. No mesmo sentido se manifesta nosso Tribunal de Justiça, vejamos:
Recurso de apelação. Indenização. Danos morais. Defeito Produto.1. A responsabilidade pelo vício do produto é solidária entre todos aqueles que fazem parte da cadeia de fornecedores.2. Cabe indenização por danos morais a favor do consumidor quando comprovada a aquisição e demonstrado subsistir defeito no produto adquirido, a despeito de ter solicitado reparos e diligenciado sem sucesso em razão de conduta negligente do comerciante e da fabricante.(Não Cadastrado, N. 00112205720108220001, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 10/04/2012)(destaquei)
Deste modo, ante a fundamentação supra, rejeito a preliminar arguida.
Superada a preliminar, passo à análise do MÉRITO .
O autor pretende ser ressarcido do valor que pagou pelo bem que adquiriu junto à requerida, eis que, segundo ele, passaram-se mais de 40 dias do envio do mesmo à assistência técnica e mesmo assim o vício do produto ainda não foi sanado.
Compulsando os autos, verifico que assiste razão ao autor, eis que, de acordo com informações prestadas pela própria requerida, o aparelho foi enviado à assistência técnica em 01/02/2013, tendo sido recebido pela fabricante em 05/02/2013 e quando da propositura da ação _ 18/04/2013, o bem ainda não havia sido devolvido. Ademais, não há nos autos nenhuma informação de devolução do bem até a presente data.
A requerida, por sua vez, apesar de todas as alegações lançadas em sua defesa, não logrou êxito em comprovar ter solucionado o problema do autor, pelo que deverá reparar os danos que lhe foram causados.
Reza o art. 18, § 1º, do CDC que caso o vício não seja sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
I _ a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
II _ a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
III _ o abatimento proporcional do preço.
Da inicial verifica-se que o autor pretende obter a restituição da quantia paga, devidamente corrigida. Assim, merece procedência o seu pedido, devendo o mesmo ser restituído do montante de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), monetariamente atualizado.
Além do pedido de restituição, o autor formulou também em sua inicial um pedido de reparação pelos danos morais e materiais que afirma ter sofrido por conta da desídia da requerida em proceder o conserto de seu aparelho.

Compulsando os autos, verifico que o pedido de indenização por danos morais merece procedência, eis que o requerente encaminhou seu aparelho para a assistência técnica e não obteve qualquer tipo de solução, o que caracteriza um grande descaso com o consumidor e enseja a reparação civil. Destoante não é o entendimento jurisprudencial, vejamos:
Indenização. Dano material e moral. Produto com defeito de fabricação. Falha na prestação do serviço. Solicitação de solução. Reiteração. Descaso da empresa. Danos morais. Critérios de fixação. Manutenção da SENTENÇA .Nos termos do art. 3º do CDC, o fornecedor de serviços é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços, sendo responsável também pela reparação dos danos decorrentes de vício encontrado no produto junto a ele adquirido, nos termos do art. 18 do CDC. Cabe indenização por danos materiais e morais em favor do consumidor que demonstra subsistir defeito no produto adquirido, a despeito de ter solicitado reparos e diligenciado sem sucesso (por falta de assistência técnica no prazo de garantia do produto) na busca de uma solução, em razão de negligência do fornecedor e fabricante.A valoração do dano moral deve ser feita segundo os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser irrisório para a parte que vai pagar nem consistir em fonte de enriquecimento sem causa para a vítima, exercendo as funções reparadora do prejuízo e preventiva da reincidência do réu na conduta lesiva.(Não Cadastrado, N. 00006666320108220001, Rel. Des. Alexandre Miguel, J. 01/06/2011)(destaquei)
Demonstrado o dever de indenizar, resta fixar o quantum indenizatório. É cediço que esta fixação deve ser realizada observando-se a capacidade econômica das partes, a fim de reparar os danos causados ao autor e coibir a prática de ato ilícito pelo requerido sem, contudo, causar enriquecimento ilícito ao primeiro ou a ruína ao segundo. Há que se observar, ainda, a extensão do dano causado ao requerente. Com base nos critérios lançados acima, tenho que o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais) é o suficiente para reparar o autor e penalizar a requerida.
Ao teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação a fim de condenar a requerida a :
1 _ Realizar ao autor a restituição do valor pago pelo aparelho celular, notadamente, do montante de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), monetariamente atualizado;
2 _ Realizar o pagamento do montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais ao requerente.
Por consequência, RESOLVO o MÉRITO da causa, nos termos do art. 269, I, do CPC.
Deixo de determinar que o requerente proceda a devolução do aparelho à requerida porquanto, de acordo com o que se verifica dos autos, o produto sequer retornou da assistência técnica.
Sem custas processuais ou honorários advocatícios.
Transitada em julgado e decorrido o prazo de quinze dias, sem que haja cumprimento voluntário da SENTENÇA , impõe-se a aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (artigo 475-J do Código de Processo Civil) e havendo manifestação da parte requerente, converter-se-á automaticamente o feito em execução judicial do principal e da multa.
Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , procedam-se as baixas e comunicações pertinentes.
P.R.I.
Alvorada do Oeste/RO, 03 de julho de 2013

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Proc.: 0002108-63.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento ordinário (Juizado Infância)
Requerente:R. S. de M., D. A. B.
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
DESPACHO :
Vistos.Trata-se de ação para adoção da menor J. N. DA S. T., proposta pelos seus tios-avôs RAILSON SANTOS DE MOURA e DORVINA ALVES BARBOSA.Narra a inicial que os genitores da menor, Sr. Junior Cesar Prudêncio Toledo e Sra. Zenilda da Silva, por não possuírem condições financeiras de cuidar da filha, deixou-a com os autores antes mesmo desta completar 1 (um) ano de idade, situação que permanece até a presente data. Diante disso, requereram a adoção da criança, sob o argumento de poderem melhor prover os interesses da menor. Designada audiência, fora realizada às fls. 41 onde a genitora da menor demonstrou inconformismo com as condições relativas à visita e a identificação de mãe biológica da criança. Nesse ínterim, foram realizados estudos psicossociais em que identificaram a necessidade de melhor esclarecimento acerca da entrega da menor para adoção, bem como afere que o melhor interesse seria a guarda, porquanto mantem-se os vínculos familiares e resguarda os direitos e responsabilidades quanto à função dos guardiões.Instado, o Ministério Público pontuou em sua manifestação (fl. 50 vº) que para atendimento ao melhor interesse do menor, a guarda é o procedimento mais adequado e não a adoção, porquanto assegura o vínculo com a família biológica, pugnando pela intimação dos autores para se manifestar se concordam com a manutenção da guarda ao invés da adoção.Vieram os autos conclusos.Ressai dos autos que há possibilidade de realização de acordo entre as partes, pelo que entendo producente a designação de audiência de conciliação.Assim, designo o respectivo ato para o dia 20/09/2013, às 10 horas.Nessa audiência deverão os autores inicialmente emendar a inicial, porquanto o polo passivo da demanda não pode ser o menor, mas seus genitores, porquanto a ação envolve eventual destituição do pátrio poder. Será oportunizada a conciliação apenas em relação à guarda em favor dos autores, em atendimento ao melhor interesse da criança. Em não sendo realizado acordo, opinando as partes pela adoção, os requeridos serão citados na solenidade, na forma da lei.Intimem-se os requerentes e seu patrono, bem como os genitores da criança para comparecerem à audiência, expedindo-se o necessário.Dê-se ciência ao Ministério Público.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.

Elisângela Frota Araújo Reis
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0000427-58.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Darli Cruz Pedro
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho ( )
SENTENÇA :
Vistos, etc. DARLI CRUZ PEDRO ingressou com a presente ação contra o BANCO BRADESCO S/A alegando, em síntese, que seu nome foi indevidamente negativado junto aos órgãos restritivos de crédito pela empresa IDU – AUTO POSTO KAPALU. Segundo o autor a negativação teria sido realizada com arrimo em um cheque de sua emissão, referente a uma conta bancária junto ao banco requerido.Afirma que jamais teve qualquer relação jurídica com o requerido, pelo que ingressou com uma ação de exibição de documentos (processo nº 000109-12.2011.8.22.0011) a fim de que o réu lhe apresentasse o contrato que representa o negócio celebrado entre as partes. Aduz que os dados constantes no contrato são inverídicos e que a assinatura lá aposta é falsificada.Requereu a antecipação dos efeitos da tutela a fim de que o seu nome seja desde logo excluído dos órgãos de proteção ao crédito e, no MÉRITO pleiteou pela condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais.Citado (fl. 83), o requerido apresentou contestação às fls. 85/92 alegando, em resumo, que o contrato celebrado entre as partes observou todas as normas do Banco Central, sendo que, se houve fraude também foi vítima, pelo que invocou a excludente de ilicitude prevista no art. 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor. Afirmou que inexiste dano passível de indenização e, por fim, pleiteou pela improcedência da ação.Impugnação à contestação às fls. 105/108.É o breve RELATÓRIO . Fundamento e decido.O presente caso comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que versa sobre matéria de direito e não há a necessidade de produção de novas provas em audiência.O requerente afirma que seu nome foi indevidamente negativado junto aos órgãos restritivos de crédito, pelo que pretende a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais. Contudo, do compulsar dos autos verifico que o réu não é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda. Explico.Conforme se verifica da inicial e do documento juntado à fl. 22, o credor do autor, ou seja, quem realizou a sua inscrição nos órgãos restritivos de crédito, não é o requerido e sim a empresa IDU – AUTO POSTO KAPALU. Logo, quem deveria responder pela negativação do requerente é a mencionada empresa e não o requerido.É certo que na presente ação o autor também se insurge quanto à legitimidade do contrato firmado perante o réu, contudo, sua causa de pedir se relaciona diretamente com a inscrição indevida e não com o contrato que supostamente não teria sido firmado por ele.Assim, não sendo o requerido quem realizou a inscrição, é certo que o mesmo não deverá responder por esta, sendo parte ilegítima para compor a lide.O art. 267, VI, do Código de Processo Civil determina que o processo será extinto sem resolução de MÉRITO quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual.O § 3º do mencionado artigo, por sua vez, determina que o juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a SENTENÇA de MÉRITO , da matéria constante nos incisos IV a VI.Deste modo, RECONHEÇO DE OFÍCIO A ILEGITIMIDADE do requerido e, por consequência, EXTINGO o feito, sem julgamento de MÉRITO , nos termos do art. 267, VI, do CPC.Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do CPC.P.R.I.Oportunamente, arquivem-se.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000535-53.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Irineu Vieira Borges
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Oi Sa
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
SENTENÇA :
Trata-se de ação indenizatória proposta por JOSÉ IRINEU VIEIRA BORGES contra a OI S/A. Narra o autor que seu nome foi incluído indevidamente nos órgãos restritivos de crédito pela requerida, eis que jamais realizou qualquer negócio jurídico com a mesma.Pleiteou pela antecipação dos efeitos da tutela a fim de que seu nome seja excluído desde logo dos cadastros de inadimplentes e, no MÉRITO , requereu a condenação da ré ao pagamento de indenzação pelos danos morais que afirma ter sofrido.A antecipação de tutela foi deferida às fls. 19/20.Devidamente citada, a requerida deixou o prazo para apresentar defesa transcorrer sem manifestação.É o RELATÓRIO . Fundamento e decido.O caso em tela comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil - CPC, eis que, apesar de devidamente citada a requerida não apresentou contestação.O art. 319 do CPC determina que se o réu não contestar a ação reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Deste modo, considerando a ausência de defesa, decreto a revelia da requerida e, como consequência, reputo verdadeiros os fatos narrados na inicial.Em que pese a relatividade da presunção de veracidade dos fatos, a parte autora trouxe aos autos elementos necessários para a comprovação do alegado, restando demonstrado que a requerida foi a responsável pela inclusão de seu nome nos cadastros de restrição ao crédito. Assim, se o requerente desconhece a dívida objeto de inscrição, caberia à requerida demonstrar a existência do negócio jurídico que determinou a negativação, entretanto, esta quedou-se inerte. Nenhum documento foi carreado aos autos que pudesse sustentar a existência da dívida. Portanto, deve ser declarado inexistente o débito que ensejou a inscrição do autor órgãos de proteção ao crédito. Restando demonstrado que efetivamente o autor teve seu nome incluído no cadastro de inadimplentes por dívida que não contraiu, nasce a obrigação da requerida em indenizá-lo por danos morais, pois é pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que a simples inscrição por dívida inexistente qualifica o dano moral. A inclusão ilegítima do nome do autor em cadastro de inadimplentes constitui, por si só, ofensa à honra. Nesse sentido, a jurisprudência: TJ/RO. Indenização. Dívida inexistente. Inscrição indevida. Serasa e SPC. Dano moral presumido. É devida indenização por dano moral decorrente da inscrição indevida do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito, quando demonstrado que a dívida que deu causa à negativação é indevida.A prova do

dano moral satisfaz com a demonstração da inexistência de inscrição indevida no cadastro restritivo de crédito, decorrente do próprio ato danoso". (Apel. Cível nº 06.013882-2, Rel. Desembargador Kiyochi Mori, D.J. 15/04/08). grifei.Ademais, os elementos ensejadores da responsabilidade civil se encontram devidamente evidenciados, pois do compulsar dos autos verifica-se que a conduta da requerida causou dano ao autor, pelo que existe nexo de causalidade entre estes.Assim, demonstrado o dever de indenizar, resta fixar o quantum indenizatório. É cediço que esta fixação deve ser realizada observando-se a capacidade econômica das partes, a fim de reparar os danos causados ao autor e coibir a prática de ato ilícito pelo requerido sem, contudo, causar enriquecimento ilícito ao primeiro ou a ruína ao segundo. Há que se observar, ainda, a extensão do dano causado ao requerente.Com base nos critérios lançados acima, tenho que a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) é suficiente para reparar os danos causados ao requerente, bem como para penalizar a conduta da requerida.Ao teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, a fim de:1 Declarar a inexistência de débito do autor para com a requerida no que se refere ao contrato nº 0000009010218380, confirmando a antecipação dos efeitos da tutela concedida e determinando que a ré providencie o necessário para que o nome do requerente seja excluído de forma definitiva dos cadastros dos órgãos restritivos de crédito, quais sejam, SPC e SERASA, no que se referir ao mencionado contrato;2 Condenar a requerida a realizar o pagamento do montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais) à título de indenização por danos morais ao autor, com juros a partir do evento danoso (Súmula 54, STJ) e correção monetária a partir desta data (Súmula 362, STJ).3 Condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC;Por consequência, RESOLVO o MÉRITO da ação, nos termos do art. 269, I, do CPC.P.R.I.Oportunamente, arquivem-se.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001214-53.2013.8.22.0011
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Alberto Tomasoni Neto, Regiane Alves Pereira
Advogado:Robson Magno Clodoaldo Casula (RO 1404)
DESPACHO :
Vistos.A autora requereu os benefícios da gratuidade judiciária sem, contudo, juntar aos autos declaração de hipossuficiência financeira ou qualquer outro documento hábil a comprovar a alegada situação. Além disso, o valor venal do imóvel indicado não coaduna com o respectivo pedido, pelo que, a priori, detêm possibilidade de arcar com as custas do processo. Posto isso, intime-se a parte autora a emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, procedendo com o recolhimento das custas iniciais do processo ou comprovar documentalmente a alegada hipossuficiência financeira, sob pena de indeferimento da inicial e arquivamento.Expeça-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000475-85.2010.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Rondônia - CREA/RO
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Rogerio Cordeiro Cabral
Advogado:Advogado Não Informado
DESPACHO :
Vistos, etc. Compulsando os autos verifico que o valor penhorado é inferior ao valor atualizado do débito apresentado pelo exequente às fls. 28/29.Deste modo, intime-se o credor para, no prazo de 10 (dez) dias, ratificar o pedido de fl. 40, informando se renuncia ao remanescente de seu crédito. Sem prejuízo, expeça-se alvará para levantamento do valor penhorado, conforme requerido pelo exequente.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000705-59.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado:Sergio Abrahao Elias (OAB/RO 1233)
Requerido:Alcino Fermino Moreira, Amélia Maria Bregolin Moreira
Advogado:Jovem Vilela Filho (OAB/RO 2397)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0000431-61.2013.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Carlos Damião Alves Pereira Me
Advogado:Camila Batista Felici (OAB/RO 4844)
Executado:Adair Jose da Silva
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão do Oficial de Justiça:I
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fl 28 : DEIXEI de CITAR e INTIMAR o executado por não o ter localizado, DEIXEI de PROMOVER o ARRESTO de BENS, por não ter localizado qualquer bem do executado. Ouro Preto do Oeste, 29 de julho de 2013.

Proc.: 0000992-90.2010.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:B. do B. S.
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Executado:B. M.
Advogado:Advogado Não Informado
SENTENÇA :
Vistos, etc. Trata-se de execução de título extrajudicial proposta pelo BANCO DO BRASIL S/A contra BENTO MAZARIN.O executado foi devidamente citado, tendo o prazo para pagar seu débito ou apresentar embargos transcorrido sem manifestação (fl. 32).Designada audiência de conciliação, esta restou infrutífera (fl. 67). Assim, a parte autora requereu uma série de diligências a fim de localizar bens do executado passíveis de penhora, não tendo logrado êxito. Às fls. 94 este Juízo determinou que se oficiasse à Receita Federal, a fim de requisitar cópias das quatro últimas declarações de imposto de renda do devedor.Com a juntada das informações o exequente foi devidamente intimado através do Diário da Justiça para dar andamento ao feito, tendo permanecido inerte (fl. 105-v). Graças a isso, o credor foi intimado pessoalmente para dar andamento ao feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e, decorrido o prazo, não se manifestou (fl. 108-v).É o breve RELATÓRIO . Fundamento e decido.O art. 267, III, do CPC, determina que

o processo será extinto sem julgamento de MÉRITO quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. O § 1º do mencionado artigo, por sua vez, determina que o juiz extinguirá o feito se a parte, intimada pessoalmente, não suprir a falta em 48 horas.No caso em tela o processo se encontra parado há muito mais de 30 dias porque o exequente, devidamente intimado, não deu andamento à execução. Deste modo, a extinção do feito ante a sua inércia é medida que se impõe. Diverso não é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, vejamos:Apelação Cível. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INÉRCIA. EXTINÇÃO DO FEITO.A inércia da parte autora, por prazo superior a 30 dias, quanto à promoção de atos e diligências que lhe competem, implica em extinção do feito sem resolução do MÉRITO , conforme disposto no art. 267, III, CPC.(Não Cadastrado, N. 00017941520108220003, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 22/11/2011)Deste modo, JULGO EXTINTA A AÇÃO, o que faço com arrimo nos artigos 598 e 267, III do Código de Processo Civil.Sem custas processuais ou honorários advocatícios.P.R .I.Oportunamente, arquive-se.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000296-49.2013.8.22.0011
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:E. B. L.
Advogado:Jack Douglas Gonçalves (OAB/RO 586), Jess Jose Gonçalves (RO 1739.)
Requerido:D. S. de A.
Advogado:Advogado Não Informado
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0000476-65.2013.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar
Advogado:Viviane Matos Triches (OAB/RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (OAB/RO 5329), Vanessa Matos Triches (OAB/RO 5306)
Executado:Maxiane Fogues Vieira
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl : “Certifico e dou fé que a executada foi intimada a indicar bens a penhora e manteve-se inerte “.

Proc.: 0026208-68.2001.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:F. P. do M. de A. do O. R.
Advogado:Emi Silva de Oliveira (RO 2786)
Executado:P. S. R.
Advogado:Cleverson Plentz (OAB/RO 1481), Francisco de Assis Fernandes (RO 1048)
DESPACHO :
Vistos, etc. Dê-se vista ao executado para manifestação quanto à petição de fls. 271/272, no prazo de 05 (cinco) dias. Com a vinda desta, tornem conclusos.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0009528-32.2006.8.22.0011
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:João Batista Jonas
Advogado:Rosimeire de Oliveira Lima Daudt de Araujo (OAB/RO 1390), Simone Soares Nairne Freires da Silva (OAB/RO 2113)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS
Intimar o requerente via sua advogada, para manifestar-se no prazo de 5 dias, quanto a juntada da petição de fls. 105/108.

Proc.: 0001600-54.2011.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Municipio de Urupá
Advogado:Procurador do Munícipio do Urupá ( ), Robislete Jesus Barros (OAB/RO 300B)
Executado:Gilmar Braz de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado COMARCA DE ALVORADA D’OESTE
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
End Eletrônico: adw1civel@tjro.jus.br
Juíz: Elisângela Frota Araújo Reis
Diretor de Cartório: Reginaldo Felix de Souza
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
Autos: 0001600-54.2011.8.22.0011
Ação: Execução Fiscal
Exeqüente: Município de Urupá
Executado : Gilmar Braz de Oliveira
C. D. A.: 36
FINALIDADE : CITAÇÃO da executado,GILMAR BRAZ DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do CPF-204.743.262-68, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que PAGUE, no prazo de 05 (cinco) dias, o débito de R$ 544,08(quinhentos quarenta quatro reais, oito centavos), mais cominações legais, indicados nas Certidões de Dívida Ativa n.º 36 inscrita em 29 de dezembro de 2006 ou ofereçam bens à penhora, sob pena de não o fazendo serem penhorados tantos de seus bens quanto bastem para garantia da execução, (ART 8º DA LEF).
Sede do Juízo: Fórum José Júlio Guimarães Lima, Rua Vinícius de Morais,4308, Alvorada D’Oeste - RO
Alvorada D’Oeste, 19.10.2007.

Proc.: 0000145-83.2013.8.22.0011
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Toyota do Brasil S/a
Advogado:Maria Lucilia Gomes (2210)
Requerido:Vanderlei Marcelino de Souza
Advogado:Advogado Não Informado
Fica o requerente via sua advogada, intimada a informar no prazo de 5 dias, no número do CNPJ correto, para a expedição alvará.

Proc.: 0000346-75.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luciano Marques Bezerra
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia- S/A Ceron
Advogado:Procurador da Ceron ( )
Certidão da Escrivania:

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 26 : "Certifico e dou fé que a Requerida foi CITADA regularmente dos termos da presente ação e o prazo para oferecer contestação transcorreu sem manifestação. O referido e verdade dou fé.".

COMARCA DE BURITIS

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Órgão emitente: 1ª Vara Criminal
Data: 5 de Agosto de 2013

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Proc.: 0000782-09.2010.8.22.0021
Classe: Execução da Pena
Procedimento: Execução Criminal
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: Roselei Santos de Araújo, Brasileiro, Solteiro, lavrador, CPF 668.029.972-15, RG 756.265, Nascido em 26/01/1979, no Município de Suassui/MG, filho de Francisco Gonçalves de Araújo e Zilá Araújo, atualmente recolhido nesta unidade prisional
Advogado: Alessandro de Jesus Perassi Peres OAB/RO 2383, militante nesta Comarca
FINALIDADE : INTIMAR o patrono acima mencionado para se manifestar nos autos em epígrafe acerca dos cálculos de pena ora realizados.
Buritis, 5 de Agosto de 2013
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Lauda nº 4326
Órgão emitente: 1ª Vara Criminal
Data: 8 de agosto de 2013
Proc.: 1000362-84.2010.8.22.0021
Classe: Ação Penal – Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Procedimento: Processo Comum
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Promotor de Justiça
Parte Ré: Rome Comércio de Madeiras Ltda-ME e outros
Advogados : Luiz Antônio Previatti OAB/RO 213-B, Leandro Kovalhuk de Macedo OAB/RO4653, ambos militantes na Comarca de Ariquemes/RO.
FINALIDADE : INTIMAR os defensores, acima mencionados, da r. SENTENÇA abaixo transcrita:
DESPACHO : "... Pelo exposto, RECONHEÇO A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU VIRTUAL NO PRESENTE CASO E JULGO EXTINTO O FEITO, pela prescrição retroativa antecipada, com fundamento no art. 107, IV, primeira figura e artigo 109, VI, com a redação anterior a alteração firmada pela Lei 12.234/10, ambos do Código Penal. Buritis-RO, segunda-feira, 18 de fevereiro de 2013. Luís Marcelo Batista da Silva, Juiz de Direito".
Buritis, 5 de agosto de 2013
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 05 dias
Lauda nº 4326
Órgão emitente: 1ª Vara Criminal
Data: 5 de agosto de 2013
Proc.: 0023473-51.2009.8.22.0021
Classe: Execução Provisória
Procedimento: Execução Criminal
Parte Autora: Delegado de Polícia
Advogado: Delegado de Polícia
Parte Ré: VICENTE DE PAULA TEIXEIRA MAIRINQUE, brasileiro, solteiro, vaqueiro, CPF nº 831.178.896-88, RG nº 15.363.519, nascido aos 09/02/1986, natural de Inhapim/MG, filho de Zeferino Vital Mairinque e Divina Maria Mairinque
FINALIDADE : INTIMAR o réu, acima mencionado, da r. SENTENÇA abaixo transcrita:
DESPACHO : "... Pelo Exposto, observando a norma do art. 109 da LEP, declaro EXTINTA a pena aplicada a VICENTE DE PAULA TEIXEIRA MAIRINQUE, em face de seu integral cumprimento... Buritis-RO, quinta-feira, 4 de julho de 2013. Adip Chaim Elias Homsi Neto, Juiz de Direito".
Buritis, 5 de agosto de 2013
Luís Marcelo Batista da Silva
Juiz de Direito

Proc.: 0009528-17.1997.8.22.0021
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (OAB/RO 1111)
Denunciado (Pronunci:Antônio Monteiro, Maria da Conceição Guilherme
Advogado:Édio José Ghellere (OAB/RO 389-A), Cesarino Ferreira (OAB/RO 42-A)
DESPACHO :
Vistos,Trata-se de requerimento da Defensoria Pública, pungando pelo reconhecimento de nulidade porque a parte foi interrogada no ano de 1995 sem a presença de Defensor.O Ministério Público opinou pela legalidade de sua oitiva e requereu a confirmação da intimação da ré para o julgamento.É o necessário. Decido.Sem razão a Defensoria Pública.A presença de Defensor na interrogatório, somente se tornou indispensável após a entrada em vigor da Lei n. 10.792/03. Nesse sentido:HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO. 1. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. 2. QUESTÕES NÃO SUSCITADAS PELA DEFESA EM ALEGAÇÕES FINAIS E NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO: PRECLUSÃO. 3. INTERROGATÓRIO DO PACIENTE NA FASE DE INQUÉRITO E EM JUÍZO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 10.792/2003. NÃO OBRIGATORIEDADE DA PRESENÇA DE DEFENSOR. 4. DESNECESSIDADE DE APREENSÃO DA ARMA E DE PERÍCIA PARA A COMPROVAÇÃO DA CAUSA DE AUMENTO. CIRCUNSTÂNCIA QUE PODE SER EVIDENCIADA POR OUTROS MEIOS DE PROVA. PRECEDENTES. 1. O habeas corpus não pode ser utilizado como sucedâneo de revisão criminal. Precedentes. 2. Nulidades não suscitadas pela defesa nas alegações finais e no Tribunal de Justiça de São Paulo. Preclusão que impossibilita o exame dessas questões. 3. Nos termos do que assentado pelo Supremo Tribunal Federal, a presença do defensor do réu no interrogatório faz-se necessá ria apenas após a entrada em vigor da Lei n. 10.792/2003.

Precedentes. 4. O julgado do Superior Tribunal de Justiça está em harmonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual são desnecessárias a apreensão e a perícia da arma de fogo empregada no roubo para comprovar a qualificadora do art. 157, § 2º, inc. I, do Código Penal, já que o seu potencial lesivo pode ser demonstrado por outros meios de prova, em especial pela palavra da vítima ou pelo depoimento de testemunha presencial. Precedentes. 5. Ordem denegada. (HC 104462, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 31/05/2011, DJe-122 DIVULG 27-06-2011 PUBLIC 28-06-2011 EMENT VOL-02552-01 PP-00075) Ademais, não houve qualquer alegação de eventual prejuízo trazido à prte, de forma que afasto a nulidade.Quanto à questão suscitada pelo Ministério Público, a ré é desconhecida no endereço indicado (fl. 334), não havendo assim prejuízo ao julgamento.Aguarde-se o julgamento.Buritis-RO, segunda-feira, 5 de agosto de 2013.Luís Marcelo Batista da Silva Juiz de Direito

Antônia Izaleth Siqueira Chaves
Escrivã Criminal

COMARCA DE COSTA MARQUES

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROJUDI
COSTA MARQUES/RO
Azenaide Alves dos Santos Neves
Diretora de Cartório

Proc: 1000049-36.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adevalter Bendler Zanol(Autor)
Advogado(s): José Neves Bandeira(OAB 182 RO)
Banco Santander (ABN AMRO REAL) S/A(Requerido)
Adevalter Bendler Zanol(Autor)
Advogado(s): José Neves Bandeira(OAB 182 RO)
Banco Santander (ABN AMRO REAL) S/A(Requerido)
SENTENÇA . Vistos etc. ..ADEVALTER BENDLER ZANOL propôs a presente Ação de Indenização por Danos Morais c/c Exclusão do SPC com pedido de Antecipação da Tutela em face de BANCO SANTANDER S/A. Em suma, o autor alegou que efetuou empréstimo junto à ré na quantia de R$ 78.126,00 (setenta e oito mil, cento e vinte e seis reais), dividido em 60 parcelas no valor de R$ 1.302,10 (um mil, trezentos e dois reais e dez centavos), sendo que o valor financiado consistia na quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Informou que já ajuizou outra ação declaratória de inexigibilidade de débito c/c exclusão do SERASA em face da ré, bem como ação de consignação em pagamento, efetuando o pagamento pela qual teve o seu nome negativado, indevidamente, no cadastro de restrição de crédito pela empresa ré. Deferida liminar para exclusão do nome do autor do cadastro de restrição de crédito (item n. 6). Não houve acordo em audiência (item n.10). A ré apresentou contestação, na qual postulou, preliminarmente, a extinção do feito sem resolução do MÉRITO por litispendência e, no MÉRITO , alegou ser inexistente o dano moral (item n.09). O autor apresentou impugnação à contestação, na qual afirmou que apenas as partes são idênticas com relação a causa de pedir e pedido, não há entre os dois processos estes dois requisitos. Alegou, ainda, que nos presentes autos trata-se de pedido unicamente de indenização moral com exclusão do SPC (item n.11). É a síntese necessária. Decido. I _ DO JULGAMENTO ANTECIPADO A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, eis que a matéria de MÉRITO , embora seja de direito e de fato, não torna necessária a produção de provas em audiência. Trata-se de pedido de indenização por dano moral, onde o requerente afirma ter sofrido lesão em decorrência de ato praticado pelo requerido. Os fatos narrados na inicial, bem como os documentos juntados dão ensejo suficiente para prolação de SENTENÇA . II _ DA PRELIMINAR DE LITISPENDÊNCIA A preliminar de litispendência questionada pelo réu, não merece prosperar, uma vez que, conforme impugnação apresentada pelo autor, apenas as partes são idênticas, sendo que o processo n. 0002826-45.2012.822.0016, trata de ação declaratória buscando a inexigibilidade de débito, com a exclusão do nome do autor do SERASA. Ocorre que a presente ação versa unicamente sobre pedido de danos morais e exclusão do nome do SPC. O dano moral de uma relação jurídica é diferente da outra. Diante da desídia da empresa ré em excluir o nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito, e, ainda, pelo fato de que no curso daquele processo incluiu em outro orgão de restrição de crédito, se mostra válida a pretensão do autor em buscar uma solução judicial acerca da veracidade dessas inscrições. Isto posto, rejeito a preliminar supra arguida. III _ DO MÉRITO O presente processo trata de relação de consumo envolvendo débito referente a serviço de instituição financeira. Na hipótese dos autos, o autor foi inscrito no cadastro de proteção ao crédito, por dívida quitada, conforme documento anexado (item n. 01). Ocorre que o autor afirmou ser inexistente o débito acima apontado, uma vez que para ter todo esse embróglio resolvido ajuizou ação de consignação em pagamento, momento em que teve seu nome negativado. Ressalta-se que o requerido, em sede de sua contestação, confirmou a ação de consignação das parcelas faltantes, alegando que com isso não se viu obrigado de abster-se de incluir o autor nos cadastros de proteção ao crédito. Logo, uma vez configurado o dano, caracterizado pela indevida inclusão do nome do autor no cadastro de inadimplentes, a conduta ilícita do réu, representada pela sua culpa in vigilando, e o nexo causal entre ambos, nasce para o requerente a direito a reparação civil de seus direitos, conforme preceituam os artigos 186 e 927 do CC, in verbis: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (grifo nosso). Cumpre salientar que, embora devidamente comprovada a culpa da empresa ré, sua responsabilidade, no presente caso, é objetiva, portanto, independente de culpa, por corresponder a uma das hipóteses especificadas em lei, conforme estabelece o parágrafo único do art. 927 do CC, supracitado, nos termos do artigo 14 do CDC, abaixo consignado: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por

informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No direito brasileiro, para caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: dano, culpa do agente e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa. No caso em tela, estão presentes todos os requisitos legais para caracterização da responsabilidade civil da requerida. O dano experimentado pelo requerente é evidente, uma vez que teve seu nome lançado em cadastro de inadimplentes, popularmente conhecidos como cadastro de maus pagadores. Qualquer pessoa mediana sofreria abalo considerável pelo lançamento indevido nesse tipo de cadastro, exatamente porque ofensivo à imagem. Conforme reiterada jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça, o dano moral não tem como ser provado, decorrendo dos fatos em si, bastando ao ofendido demonstrar apenas o fato gerador do abalo. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. CENTRAL DE RISCO DE CRÉDITO DO BANCO CENTRAL. NATUREZA DE CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANO MORAL "IN RE IPSA". PRESUNÇÃO. DESNECESSIDADE DE PROVA. AGRAVO DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1183247/MT, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 20/08/2012). A culpa da requerida também dispensa maiores comentários, uma vez que foi ela a responsável pela inscrição do nome do autor no cadastro de inadimplentes. O nexo de causalidade entre o dano do autor e a culpa da requerida restou evidenciado nos autos, pois não fosse a conduta negligente da requerida, o autor não teria sofrido o abalo em sua imagem pública. Assim, tenho por caracterizada a responsabilidade civil da requerida pelo abalo experimentado pelo autor. Resta, então, fixar o valor do dano moral, que é a tarefa mais delicada, pois a um só tempo lida-se com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (o abalo sofrido) e outra material (o dinheiro), tentando compatibilizar a dor sofrida com um valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo. A reparação do dano moral é feita através de fixação de valor pecuniário conforme o livre e prudente arbítrio do juiz. O magistrado deve fixar a reparação em valor financeiro capaz de a um só tempo compensar o dano sofrido, trazendo um sentimento de felicidade no ofendido, e punição ao causador, para que este se sinta desestimulado a praticar novamente a sua conduta ou omissão ilícita. A reparação do dano não pode ser em valor ínfimo, insuficiente para representar uma sanção à conduta do causador do dano e compensar a dor sofrida pelo ofendido, como também não pode ser em valor exorbitante, acima das condições econômicas do réu, de modo a trazer o enriquecimento do sofredor. Assim, após analisar toda a circunstância de fato descrita nestes autos, entendo ser suficiente indenização em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Este valor é suficiente para trazer um sentimento de alegria para o autor, sem trazer-lhe um enriquecimento. Por outro lado, é um valor que serve para ensinar a parte requerida a prestar um melhor serviço de atendimento aos seus clientes. Outrossim, registro que o dano alegado pelo autor não passou daquele normalmente sofrido por quem vê seu nome no banco de dados. Nada há nos autos que permita concluir que a lesão extravasou o razoável a ponto de constituir um plus na fixação do quantum e autorizar a condenação em valor elevado.Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, porquanto no arbitramento foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Sendo assim, restam evidenciados tanto o nexo causal, quanto o dano moral, decidindo-se pela procedência da presente, restando a fixação do valor do quantum reparatório. VI _ DISPOSITIVO Ante todo o exposto, torno definitiva a liminar concedida e, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais para CONDENAR o réu à: A) EXCLUIR o nome do autor dos cadastros do SPC/SERASA, em relação ao débito discutido nos autos do processo n. 0002826-45.2012.822.0016, e, por consequência aplico desde já a multa prevista na liminar concedida (mov. n. 05), tendo em vista que o requerido apenas deu baixa do nome do autor no SERASA constando ainda no SPC, no valor de R$ 100,00 (cem reais) por cada dia de atraso até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser pago em favor do autor;

B) PAGAR R$ 4.000,00 (quatro mil reais) ao requerente como indenização pelo dano moral sofrido, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir desta data. Sem custas e honorários, consoante artigos 54 e 55, da Lei 9.099/95. Transitada em julgado, aguarde-se o requerimento de execução por trinta dias. Transcorrido este prazo sem manifestação, arquive-se com as baixas devidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Costa Marques, em 7 de junho de 2013.

Simone de Melo Juíza de
Direito Substituta

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
Juíza de Direito: Claudia Mara da Silva Faleiros Fernandes

Proc.: 0002080-80.2012.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Município de Costa Marques
Advogado:Marcos Rogério Garcia Franco (SP 268666)
Requerido:Ademir Cassimiro da Silva
Advogado:Defensoria Pública ( )
FINALIDADE : Intimação das partes da r. SENTENÇA Prolatada nos Autos supra
SENTENÇA : Vistos.O Município de Costa Marques ingressou com ação de cobrança judicial em face de Ademir Cassimiro da Silva, ambos qualificados às fls. 03, pretendendo receber valores apurados por meio do acórdão n. 16/2005, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.Consta nos autos, que o requerido deve aos cofres públicos o valor de R$ 7.023,17 (sete mil e vinte e três reais e dezessete centavos), referente a DECISÃO proferida no Tribunal de Contas do Estado, onde foi condenado por infração à norma legal e prática de atos de gestão administrativa quando ainda oculpava o cargo de vereador do Município de Costa Marques, resultando em dano ao erário, com acórdão transitado em julgado em 01/09/2010, fls. 06.Juntou documentos de fls. 06/12.Citado via edital, o requerido não apresentou resposta a demanda, tendo sido apresnetada contestação por negativa geral por meio de curador constituído nos autos, fls. 24. O Município veio aos autos

requerer o julgamento antecipado da lide em razão da revelia, fls. 22.Vieram os autos conclusos.É o RELATÓRIO . DECIDO. II - DO JULGAMENTO ANTECIPADO A lide comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil, eis que a matéria de MÉRITO é basicamente de direito e muito embora contenha questão de fato, os documentos apresentado pela parte são suficientes e permitem o desate seguro da lide, não sendo necessária a produção de provas em audiência.III - DA REVELIA Nos termos do art. art. 319 do CPC, se o réu não contestar o pedido, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Considerando que não apresentou defesa, que não trata-se de direito indisponpivel, em que os efeitos da revelia não se aplicariam, decreto-lhe a revelia, nos termos do art. 319 do CPC, reputando como verdadeiros os fatos afirmados na inicial.III DO MÉRITO Trata-se de Ação de Cobrança por intermédio da qual o autor pretende receber o valor de R$ 7.023,17 (sete mil e vinte e três reais e dezessete centavos) com atualização monetária, referente a condenação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. O pedido inicial deve ser julgado procedente, pois, em razão da revelia, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 319, do CPC), conforme expressa advertência constante na carta de citação. A presunção não é absoluta, mas no presente caso, tratando-se exclusivamente de matéria fática, diante dos documentos apresentados, não existem elementos para se formar convicção em contrário, sendo razoável o desfecho pretendido pela parte autora.Ademais, conforme consta dos autos, o requerido foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado a pagar o valor de 7.023,17 em razão da prática de ato ilícito contra a administração pública quando ainda era investido no cargo de vereador do Município de Costa Marques, e mesmo tendo ciência da DECISÃO do TCE, não a questionou em momento oportuno, concluindo que estava de acordo com a condenação, conforme certidão de trânsito em julgado em 01/09/2010, fls. 06.Nesse diapasão, convém destacar que razão assiste à parte autora no que se refere a dívida decorrente de condenação administrativa. IV DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado pelo MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES contra ADEMIR CASSIMIRO DA SILVA, para condená-lo a pagar ao Município o valor de R$ 7.023,17 (sete mil e vinte e três reais e dezessete centavos), com juros e correção monetária a partir da citação.Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA , proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Costa Marques-RO, Cláudia Vieira Maciel de Sousa Juíza de Direito

Proc.: 0002853-28.2012.8.22.0016
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Nereu de Souza
Advogado:João Evangelista Minari (RO 104-B)
FINALIDADE : Intimação das partes da r. DECISÃO proferida nos autos supra
DECISÃO : Vistos.Trata-se de Ação Civil Pública pela prática de Ato de Improbidade Administrativa que move Ministério Público do Estado de Rondônia em face de Nereu de Souza. Notificado, o requerido apresentou defesa preliminar, alegando, preliminarmente, carência da ação por ilegitimadade de parte.Com relação à preliminar arguida, o pedido contido na exordial encontra-se expresso tanto nas Leis ns. 8.429/92 e 8.625/93, quanto na Constituição da República.O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar a demanda, conforme se observa pelo disposto no artigo 129 da Constituição da República: “São funções institucionais do Ministério Público: (...) III - Promover o inquérito policial e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.”Os pedidos encartados na exordial estão expressos na legislação vigente, o Ministério Público é parte legítima para ajuizar a demanda e, cumprindo este mister, está demonstrada a existência de interesse processual da instituição em zelar pelo patrimônio público.Assim, rejeito a preliminar arguida.No mais, a presente ação civil pública narra a existência de fato que demonstra indício de improbidade administrativa, o que é suficiente para o recebimento da ação.O fato narrado na inicial está em consonância com a legislação que rege a matéria (Lei 8429/92). Logo, se faz necessária a cognição exauriente para analisar o MÉRITO da demanda.Segundo o colendo STJ, nesta fase processual das ações de improbidade administrativa, incide o princípio do in dubio pro societate, pelo qual recomenda-se que somente ações claramente infundadas devem ser previamente afastas, bastando, assim, para o seu recebimento a presença de meros indícios.Vejamos alguns julgados:PROCESSUAL. ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AÇÃO DE IMPROBIDADE. INDÍCIOS. VIABILIDADE.1. Inexiste ofensa aos arts. 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a DECISÃO . Precedentes.2. O aresto confirmou a DECISÃO que recebeu a inicial da ação de improbidade administrativa amparado no fundamento de que “nas ações de improbidade administrativa, incide o princípio do ‘in dubio pro societate’. Assim, recomenda-se que somente as ações claramente infundadas devem ser previamente afastadas, bastando para o seu recebimento a presença de meros indícios” (e-STJ fl. 166).4. “Não é nula, por falta de fundamentação, a DECISÃO que aprecia a defesa prévia de maneira sucinta e recebe a inicial após concluir pela existência de indícios de atos de improbidade” AgRg no AREsp 142.545/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 4/12/2012, DJe 19/12/2012.5. Não estando o magistrado convencido da inexistência do ato de improbidade administrativa, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita, deve receber a petição inicial da ação civil pública após a manifestação prévia do réu, nos termos do art.17, § 8º, da Lei nº 8.492/92. Precedente.6. A recorrente não observou as formalidades indispensáveis à interposição do recurso pela alínea “c” do permissivo constitucional, porquanto não procedeu ao cotejo analítico no intuito de demonstrar que os arestos confrontados partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.7. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 268.450/ES, Rel. Ministro CASTRO MEIRA,

SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 25/03/2013) PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DECISÃO QUE ANALISA A DEFESA PRELIMINAR. ART. 17, §§ 7º E 8º, DA LEI 8.429/1992. FUNDAMENTAÇÃO SUCINTA. POSSIBILIDADE. NULIDADE POR FALTA DE MOTIVAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A defesa preliminar é oportunidade para que o acusado indique elementos que afastem de plano a existência de improbidade, a procedência da ação ou a adequação da via eleita. Nesses casos, o juiz rejeitará a inicial. Interpretação do art. 17, § 7º, da Lei 8.429/1992, em harmonia com o § 8º do mesmo DISPOSITIVO . 2. Não é nula, por falta de fundamentação, a DECISÃO que aprecia a defesa prévia de maneira sucinta e recebe a inicial após concluir pela existência de indícios de atos de improbidade, pela adequação da via eleita e pela não ocorrência de improcedência de plano da ação. 3. Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp 142.545/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 4/12/2012, DJe 19/12/2012).Assim, estando a ação instruída com documentos e indícios suficientes da existência de ato de improbidade, RECEBO a inicial e determino a citação do requerido para que apresente a resposta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia.Intimem-se.Costa Marques-RO, Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001108-76.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mirtes Leila Nery Infante
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352), Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Requerido:Estado de Rondônia
FINALIDADE : Intimação da requerente , bem como de seus advogados, para pagamentos de custas de remessa de Carta Precatória para Citação do requerido, nos autos supra. Costa Marques-RO,

Proc.: 0000439-23.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joscilenio Alves de Carvalho
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352), Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
FINALIDADE : Intimação da requerente , bem como de seus advogados, para pagamentos de custas de remessa de Carta Precatória para Citação do requerido, nos autos supra. Costa Marques-RO,

Proc.: 0001380-70.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geni Alexandrina Cordeiro
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:Município de Costa Marques
DECISÃO :
Vistos.Geni Alexandrina Cordeiro, qualificada nos autos, por meio da Defensoria Pública, ingressou com ação de obrigação de fazer c/c pedido de antecipação de tutela em desfavor do Município de Costa Marques, igualmente qualificado nos autos. Assevera que possui 68 anos e está com sérios problemas de saúde, visto que é portadora de doença pulmonar obstrutiva crônica em estágio IV – avançado, e que necessita de tratamento por oxigenoterapia domiciliar contínua permanente, 24 horas por dia que se dá do uso contínuo e ininterrupto de Balão de Oxigênio.Afirma que o cilindro contendo 10m de gás custa aproximadamente R$ 190,00, com duração média de 20 dias, o que equivale a uma despesa onerosa para a requerente, e que não pode arcar com os valores necessários para a compra de tal medicamento, visto que recebe apenas 01 salário-mínimo por mês.Afirmou, ainda, que procurou a Unidade Mista de Saúde, a qual respondeu que não tem possibilidade de fornecer o Balão de Oxigênio.Requereu a antecipação da tutela a fim de que seja determinado ao Município que promova o fornecimento imediato do balão de oxigênio, ou alternativamente, que forneça a quantia de R$ 360,00 para aquisição, sob pena de multa. No MÉRITO , requereu a confirmação da liminar para fornecimento do medicamente de forma contínua e ininterrupta.Relatei. Decido.Trata-se de ação cujo objetivo é o fornecimento de produto insdipensável à saude da autora.A Constituição Federal assegura expressamente o direito à saúde em seu art. 196, ao transmitir que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.O dever dos entes estatais de disponibilizar adequado tratamento de saúde vem expresso no artigo 23 da Constituição Federal, e é compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios, sendo todos solidariamente responsáveis. Vejamos o texto legal:”Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (...)”Em relação aos Municípios, ainda, há previsão expressa na Constituição da República de atribuição e responsabilidade a prestação do atendimento à saúde. Diz o artigo 30, inciso VII, que “Compete aos Municípios: (...) prestar, em cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população” (CF, art. 30, VII). Com relação ao pedido de liminar, este se justifica nos termos do artigo 273 do Código de Processo Civil, eis que a verossimilhança do direito ameaçado de lesão está demonstrada pelo reconhecimento do direito à saúde como direito público subjetivo de todos e pela correlata obrigação estatal de garantir e efetivar esse direito; ainda, o periculum in mora manifesta-se na necessidade de se prover, urgentemente, o tratamento especializado de que carece o requerente que é imprescindível à manutenção de sua saúde.Sobre a questão, o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia vem decidindo reiteradamente que: Responsabilidade do Município. Direito à saúde. Fornecimento de leite especial. É dever dos entes federativos, preservar a saúde daqueles que necessitam de atendimento e não possuem condições financeiras para arcar com os custos dos medicamentos a serem utilizados nos tratamentos, sob pena de colocar à vida em risco ou agravar a enfermidade. Este direito é garantido pela Constituição Federal e diversas leis, e sendo a saúde um bem maior, deve ser preservado acima de tudo. (N. 00100082520118220014, Rel. Juiz Oudivanil de Marins, J. 09/05/2013)Agravo de instrumento. Processo civil. Direito à saúde. Antecipação de tutela. Preenchimento dos requisitos legais. Concessão. Manutenção da DECISÃO . Para a concessão de antecipação de tutela faz-se necessária a presença conjunta da prova inequívoca do fato, verossimilhança da alegação e fundado receio de dano irreparável. Preenchidos os pressupostos legais, é direito subjetivo da parte obter a providência. Em caso de urgência e, principalmente, da evidência do direito da parte no caso concreto, é necessário

a antecipação da tutela para que seja entregue, de imediato, o bem da vida, de forma a resguardar o seu direito fundamental. (N. 00006743820138220000, Rel. Des. Rowilson Teixeira, J. 25/04/2013)Considerando o amparo constitucional ao direito à saúde que assiste à parte requerente, bem como o dever do Estado em promover-lhe o acesso, aliados à urgência, devido ao risco de morte, caso não seja garantido o acesso a balão de oxigênio, a concessão da liminar é medida que se impõe. Ante ao exposto, defiro o pedido liminarmente, para determinar ao requerido que forneça à parte requerente, no prazo de 24 horas, 02 cilindros contendo 10m de gás, ou que disponibilize o valor de R$ 360,00, necessários para que possa pessoalmente comprar o Balão de Oxigêncio em igual prazo, sob pena de multa diária e pessoal de responsabilidade do Prefeito Municipal, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 20.000,00 (vinte mil reais) e demais responsabilizações cíveis e criminais.Intime-se.Defiro a assistência judiciária gratuita.Cite-se a parte ré para os termos da presente ação, cuja contrafé segue anexo, para querendo, contestar o pedido em 15 dias, a contar da juntada deste MANDADO aos autos, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (CPC, art. 285 e 319).Caso haja disponibilização de dinheiro por parte da parte requerida, deverá a requerente prestar contas nos autos no prazo de 3 dias, após o recebimento.Promova-se o necessário.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002556-21.2012.8.22.0016
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:D. U. de A. A.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:F. J. da S. A.
Advogado:Franciany Maria da Silva Alcântara (MT 11854)
DESPACHO :
Vistos.Acolho a cota ministerial para que as partes indiquem as provas que pretendem produzir, justificando-as, no prazo de 10 dias, sob pena de preclusão e indeferimento.Intimem-se por seus advogados.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001196-17.2013.8.22.0016
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Itaú Card S A
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986)
Requerido:Pedro Eloi Carvalho
DESPACHO :
Vistos.Intime-se pessoalmente o requerente, via AR, para que comprove a notificação do requerido mediante AR devidamente assinado pelo recebedor. Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000267-81.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Cruz Sespedes Pessoa Leigue
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Banco Crefisa
Advogado:Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
DESPACHO :
Vistos.Ante a divergência dos cálculos apresentados pelas partes, dê-se vista ao contador judicial a fim de realização dos cálculos.Após, dê-se vista às partes para se manifestarem. Promova-se o necessário.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001357-27.2013.8.22.0016
Ação:Inventário
Inventariante:A. de S. S. A. A. S. L. S. da S.
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Inventariado:E. de J. P. da S. E. de L. de S. S.
DESPACHO :
DESPACHO Nomeio Antonia de Sá Silva a inventariante dos bens deixados pelo de cujus.Intimem-se a requerente, por seu patrono para, no prazo de 05 dias, comparecer no cartório deste juízo, a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e cumprir as obrigações a que se refere o art. 991 do CPC.Dentro de 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso, a inventariante deverá apresentar as Primeiras Declarações, contendo relação completa e individualizada dos herdeiros, bens, dívidas, direitos e ações (art. 993 do CPC) e as devidas certidões de dívidas Federais, Estaduais e Municipais.Após a apresentação das Primeiras Declarações, cite-se para os termos do inventário e partilha, os herdeiros, os legatários, a Fazenda Pública, o Ministério Público e o testamenteiro, se o de cujus deixou testamento, observando-se que apenas os residentes na Comarca devem ser citados pessoalmente e os demais, por edital (art. 999, § 1º do CPC).Concluídas as citações, abrir-se-á vista às partes em cartório pelo prazo comum de 10 (dez) dias para dizerem sobre as primeiras declarações.Na sequência, abra-se vista à Fazenda Pública, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a fim de que informe, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações, bem como, apresente o valor dos impostos e multas (art. 1.002 do CPC).Se os herdeiros não concordarem com a avaliação da Fazenda Pública, proceda-se a avaliação dos bens por meio do Oficial de Justiça e dê-se vista às partes para se manifestarem no prazo de 10 (dez) dias.Se as partes acordarem com o valor dos bens, vista à inventariante para apresentar as Últimas Declarações e o Plano de Partilha, bem como, para juntar o comprovante de pagamento das custas, impostos e multa, se devidos.Após, conclusos para SENTENÇA .Intime-se via Diário Oficial.Costa Marques-RO, sexta-feira, 26 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0020019-20.2005.8.22.0016
Ação:Ação Civil Pública
Requerente:Município de Costa Marques
Advogado:Sebastião Quaresma Júnior Cm (RO 1372)
Requerido:Raimundo Mesquita Muniz
Advogado:Antonio Rabelo Pinheiro (RO 659)
DESPACHO :
Vistos.Ante o teor das certidões de fls. 439/440, designo venda judicial para o dia 12/08/2013 às 08 h, com publicações e intimações devidas.Intimem-se as partes, atual possuidor/morador, bem como o proprietário registral do imóvel.Dê-se ciência ao Ministério Público.Costa Marques-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0021609-90.2009.8.22.0016
Ação:Inventário
Inventariante:Jovina Costa Barreiros Sousa
Advogado:Marcos Rogério Garcia Franco (SP 268666)
Inventariado:Espolio de Antonio Roberto de Souza
Advogado:Defensoria Pública ( )
SENTENÇA :
SENTENÇA JOVINA COSTA BARREIROS SOUSA ajuizou a presente ação de inventário do espólio deixado por Antonio

Roberto de Souza.A inicial veio acompanhada dos documentos (fls. 05/09).Foi nomeado inventariante Eudes Costa de Souza, devidamente qualificado nos autos.Os herdeiros foram relacionados: Jovina Costa Barreiros de Souza; Eudes Costa de Souza; Matatias Costa de Souza; Esdras Costa de Souza; Eliaquim Costa de Souza; o menor Moabe Costa de Souza.O feito foi instruído com os documentos necessários à inventariança.À fl. 115 veio aos autos o comprovante do recolhimento do imposto devido.O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido formulado pelo inventariante (fls. 203/204).É o breve relato. Decido.Trata-se de ação de inventário. A inventariante trouxe aos autos todos os documentos necessários à inventariança, comprovando a propriedade sobre os bens relacionados e a vocação hereditária. Os impostos devidos foram quitados, sendo de rigor a adjudicação dos bens deixados pelo de cujus em favor dos herdeiros.Posto isto e considerando tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a sucessão dos bens deixados por ANTONIO ROBERTO DE SOUZA, atribuindo aos herdeiros acima descritos os bens deixados pelo de cujus, conforme consta nos autos, salvo erro ou omissão e ressalvado os direitos de terceiros, e, via de consequência, declaro extinto o feito, com resolução doMÉRITO , nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Expeça-se o necessário em favor dos herdeiros.Observadas as formalidades legais, arquivem-se.Costa Marques-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001272-12.2011.8.22.0016
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. T. R.
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Executado:S. A. R.
DESPACHO :
Vistos.Expeça-se carta precatória para a venda judicial do bem penhorado - fl. 35, bem como, sejam tomadas todas as providencias necessárias para o ato judicial.Com o retorno da carta precatória, retornem os autos conclusos.Costa Marques-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001803-35.2010.8.22.0016
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Manoel Inácio Sespi
Advogado:Defensoria Pública ( )
SENTENÇA :
SENTENÇA MANOEL INÁCIO SESPI, qualificado nos autos, ingressou com pedido de Restauração do seu Registro de Nascimento, em razão de ter perdido todos os seus documentos.Determinada expedição de ofício ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais de Guajará-Mirim e a Secretaria de Segurança Pública, em resposta afirmou que nada consta nos registros - fls. 17 e 23.Expedido ofício ao Cartório de Registro Civil de Costa Marques/RO, em resposta nada foi encontrado (fl. 30). Enviada as digitais do autor ao IIE para verificar se há algum registro das digitais, a diligência restou também infrutífera- fl. 40.Em audiência foi colhido o depoimento da testemunha Fátima Gomes da Penha (fls. 58/59).O Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido (fls. 62/63).É o RELATÓRIO . DecidoPresentes as condições da ação e pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do MÉRITO .O autor pretende a restauração de registro civil de seu nascimento. Alega que teve seus documentos perdidos quando em uma viajem de carona na caçamba de um caminhão e foi surpreendido pela chuva, molhando seus documentos e tornando-os inservíveis. Alegou que procurou junto ao Cartório de Registro de Nascimento de Guajará-Mirim, para obter uma segunda via, foi informado que seu assentamento está ilegível. No presente feito, as provas documentais apresentadas, título de eleitor, certidão de nascimento dos irmãos não demonstram a correta filiação do requerente, bem como, constam nos autos várias informações divergentes com dados informados na inicial.A testemunha FÁTIMA, irmã do autor, em seu depoimento afirmou o nome da avó como sendo Carmem Inácio, diferente do que consta na certidão de nascimento (fl. 59) e, em sua qualificação, apresentou seu nome como Sendo Fátima Gomes da Penha, sendo que o informado pelo autor era Fátima Gomes. Foram expedidos ofícios para os cartórios de Registro Civil desta Cidade (fl. 30) e da Cidade em que o requerente alega ter nascido (fl. 17 e 23), não sendo encontrado nenhum registro em seu nome. Ressalte-se que várias foram as diligências a fim de encontrar dados pessoais do requerente, contudo, não se obteve êxito.Portanto, não sendo juntadas provas suficientes para demonstrar que o requerente foi registrado, bem como diante das informações divergentes, não há como dar provimento à pretensão do autor.Não é possivel conceder restauração de registro enquanto não ficar evidenciado, estreme de dúvidas, que houve registro original. Deve-se restaurar, no dizer de Wilson de Souza Campos Batalha, “aquilo que existia e não mais existe, no todo ou em parte” (Comentários à Lei de Registros Publicos, v. I, 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1997, p. 253). Posto isto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Isento de pagamento das custas processuais, já que foi defendido pela Defensoria Pública (art. 4º, II, § 1º, da Lei estadual n. 301/90), presumindo a lei, nesse caso, seja ele pobre e, portanto, beneficiário da gratuidade judiciária.Transitada em julgado, procedam-se as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.Publique-se. Registra-se. Intimem-se.Costa Marques-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001064-28.2011.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcia Prado de Oliveira
Advogado:Robervelte Braga Francisco (RO 3677), Juarez Cordeiro dos Santos (OAB/RO 3262)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
SENTENÇA :
Vistos.I - RELATÓRIO Márcia Prado de Oliveira ingressou com ação previdenciária de auxílio-maternidade rural com pedido de antecipação de tutela em face do Instituto Nacional de Seguro Social INSS, ambos qualificados Alegou, em síntese, que é trabalhadora rural no regime de agricultura familiar desde sua infância, e que no ano de 2011, teve um filho, e, portanto faz jus ao recebimento do salário maternidade.Juntou documentos (fls. 10/25).Indeferida a antecipação dos efeitos da tutela fl. 26.Citado, o INSS apresentou intervenção no feito fls. 30/39.Em audiência de instrução foram ouvidas três testemunhas e colhido o depoimento da requerente fls. 43/49. Intimadas, as partes não apresentaram alegações finais fl 52vº.É o RELATÓRIO . Decido.II – FundamentaçãoTrata-se de

ação ordinária objetivando a concessão de salário maternidade à trabalhadora rural em regime de agricultura familiar. Inicialmente, insta observar que apesar de intimado a comparecer à audiência de instrução e julgamento, o INSS não compareceu, tornando-se pois, revel. No entanto, como se trata de feito envolvendo direito público indisponível, na forma do art. 330, II do CPC, não se processam os efeitos da revelia, urgindo sejam examinadas as provas produzidas nos autos.Da preliminar de carência da açãoEm sede de preliminar, o requerido arguiu carência da ação, alegando que não houve requerimento administrativo da autora junto ao INSS.Embora o réu alegue que o prévio requerimento administrativo é necessário e sua ausência gere nulidade em razão da ausência de interesse processual, este não tem sido o entendimento dos Tribunais, vejamos:"Ementa - PREVIDENCIÁRIO. CARÊNCIA DE AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. PRETENSÃO RESISTIDA. Nos casos em que há ausência de prévio requerimento na via administrativa, mas o INSS, quando citado, contesta o MÉRITO da ação, resta configurada a pretensão resistida, não havendo que se falar em carência de ação, por falta de interesse de agir. Acordão - Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, dar provimento à apelação da parte autora para anular a SENTENÇA , com ressalva de entendimento da Juíza Federal Eliana Paggiarin Marinho, nos termos do RELATÓRIO , votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. (TRF4 - APELAÇÃO CIVEL: AC 9999 PR 0013206-59.2010.404.9999)'."Ementa - PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO. ATIVIDADE RURAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR PRESUMIDO. 1. Apesar de o STF ter reconhecido a repercussão geral do tema objeto de controvérsia, isso não se mostra suficiente a sobrestar os recursos especiais que tramitam neste Tribunal Superior. 2. A Segunda Turma desta Corte firmou o entendimento de que o interesse processual do segurado e a utilidade da prestação jurisdicional concretizam-se nas seguintes hipóteses: recusa de recebimento do requerimento; negativa de concessão do benefício previdenciário, seja pelo concreto indeferimento do pedido, seja pela notória resistência da autarquia à tese jurídica esposada. Precedente específico: REsp 1.310.042/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 15/5/2012, DJe 28/5/2012. 3. No caso concreto, o acórdão recorrido verificou estar-se diante de notória resistência da autarquia à concessão do benefício previdenciário, a revelar presente o interesse de agir do segurado. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1331251 PR 2012/0120286-5, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 16/04/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2013)'.Assim, afasto a preliminar, sob o fundamento de que havendo contestado o MÉRITO da lide, o requerido demonstrou resistência ao pleito da autora, anulando a necessidade de prévio requerimento administrando, deixando claro que mesmo que houvesse requerimento administrativo, este seria negado.Do MÉRITO Trata-se de ação cujo objetivo é a concessão do benefício previdenciário de salário-maternidade, previsto na Lei 8.213/91, em seu artigo 71 e preenchidos os requisitos do art. 39 do mesmo diploma legal. A autora pretende a concessão de salário-maternidade, em razão do nascimento de seu filho Murilo Kainã de Oliveira, nascido em 15/05/2011 – fl.19.O benefício pleiteado pela parte autora está previsto no art. 71 da Lei 8.213/91, na atual redação dada pela Lei 10.710, de 5.08.2003:Art. 71 - O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data da ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.Nos termos do artigo 39, parágrafo único da referida Lei está disposto que será garantido salário-maternidade à segurada especial, no valor de 01 (um) salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício.Como se vê, os requisitos para a concessão do benefício são: a qualidade de segurada e a comprovação da gestação prévia ao desligamento das atividades.Pois bem, quanto à comprovação do tempo de serviço, estabelece o § 3º, do artigo 55 do referido diploma legal, verbis:"A comprovação de tempo de serviço para efeitos desta lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento".(grifei)Assim, denota-se que a matéria é de análise de prova. Como é cediço, "o salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início vinte e oito dias antes e término noventa e um dias depois do parto, podendo ser prorrogado na forma prevista no §3º(Dec. 3.048/99, art. 93, caput (com redação dada pelo Decreto n. 4.862/2003)."Todavia, para fazer jus ao benefício incumbe à autora o cumprimento de exigências cumulativas, que são: a comprovação de sua qualidade de segurada especial na data do parto (Art. 15, Lei nº 8.213/91), bem como a comprovação, na data do parto, da carência, isto é, período mínimo de atividade rural, que no caso é de 12 meses, consoante disposto no parágrafo único, do art. 39, da Lei n. 8.213/91.Neste sentido é a jurisprudência:"Demonstrada a maternidade e a qualidade de segurada especial, mediante início de prova material corroborada pela prova testemunhal, é devido, à segurada especial, o salário-maternidade.(TRF – 4ª Região – 6ª Turma. Rel. Juiz Federal Tadaaqui Hirose. DJ: 31/07/2002) – Para fazer prova a autora de sua condição de rurícola a autora trouxe aos autos os documentos de fls. 13/15. O documento de fls. 13, apesar de estar datado de 15/01/2007, o reconhecimento e firma da assinaturas somente se deu em 30/05/2011, após o nascimento do filho. Os documentos de fls. 14/15 são todos datados do ano de 2011."A autora não comprovou a presença dos requisitos necessários à concessão do benefício, vez que embora os documentos juntados autos demonstram que seu pai exerce a profissão de pescador, a prova testemunhal comprova claramente que esta não era única atividade remunerada da família.O depoimento das testemunhas foram unânimes em afirmar que a genitora da menor, ora requerente, exercia atividade remunerada em estabelecimento comercial da cidade de Costa Marques quando da gravidez até o dia da audiência de instrução.Portanto, é clara a situação de que a requerente e sua família não exercem atividade rural na qualidade de economia família, bem como, pelo próprio depoimento da autora, restou claro que esta nunca exerceu atividade rurícula, sendo sua única atividade a de estudando e morando desde a infância na zona urbana da cidade de Costa Marques.Diante destes fatos, verifica-se que a autora não preenche os requisitos ensejadores para a concessão do benefício, eis que a mesma não conseguiu

demonstrar sua qualidade de segurada especial e a carência mínima exigida pela lei. III – DISPOSITIVO .Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, e resolvo o feito nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários em razão da gratuidade judiciária.Intimem-se. Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido em 48 horas, arquivem-se.P.R.I.Costa Marques-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000269-51.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Denisvaldo Munhoz da Silva
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Unitins Fundação Iniversidade do Tocantins
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos e etc,DENISVALDO MUNHOZ DA SILVA ingressou com Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Indenização por Danos Morais em face da Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, buscando receber seu diploma de CONCLUSÃO de curso junto a faculdade.Aduz a parte autora que concluiu o curso de matemática junto a requerida em julho do ano de 2010, e a requerida vem se recusando a expedir o diploma sob o fundamento da existência de débitos, os quais o autor não concorda, e mesmo que existisse tal dívida, o réu não poderia reter a entrega do diploma por falta de pagamento.Finalizou, arguindo que pretende receber seu diploma de CONCLUSÃO de curso do terceiro grau no curso de matemática, e indenização a título de danos morais, no valor referente a quinze salários mínimos vigente à época do pagamento, mais custas e honorários advocatícios. Juntou documentos que julgou necessários fls. 08/15.Citação pessoalmente da requerida fl. 17vº.É o RELATÓRIO .Decido.I Da ReveliaA requerida foi citada pessoalmente, conforme aviso de recebimento juntado nos autos fl. 17Vº, e não apresentou defesa até a presente data.Conforme dispõe o art. 319 do CPC, se o réu não contestar o pedido, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, razão pela qual decreto sua revelia, reputando como verdadeiros os fatos afirmados na inicial.II- Do Julgamento AntecipadoDesnecessária a dilação probatória, pois os documentos colacionados aos autos permitem o desate seguro da lide, mesmo porque a questão de fundo diz respeito a cumprimento de clausulas contratuais, de modo que a produção de mais provas é irrelevante e apenas retardaria o deslinde da causa. Ademais, conforme entendimento do colendo Superior Tribunal de Justiça, presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ- 4 Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513). Inexistem questões processuais ou preliminares pendentes a serem analisadas, assim, passo a análise do MÉRITO .III FUNDAMENTAÇÃOTrata-se de pedido de obrigação de fazer para que a requerida forneça o diploma de CONCLUSÃO de curso em nível superior no curso de Matemática ao requerente.O requerente afirma que não se encontra inadimplente junto a requerida, e mesmo que houvesse débito, a Universidade não poderia reter o diploma de CONCLUSÃO de curso, sendo esta conduta proibida.O pedido do requerente fundamenta-se no texto do artigo 6º da Lei 9.870/96, o qual estabelece que “São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias.”Pois bem, a conduta da requerida está claramente vedada pela legislação, sendo este também o entendimento dos Tribunais, os quais têm decidido pela proibição da retenção de documentos escolares fundado em inadimplência.Vejamos entendimento:ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. INADIMPLÊNCIA.DISCUSSÃO EM JUÍZO. APOSIÇÃO NO DIPLOMA DA EXPRESSÃO SUB JUDICE. ILEGALIDADE.1. A emissão de diploma de CONCLUSÃO de curso superior com a inscrição sub judice, em razão da existência de discussão judicial sobre eventuais débitos, encontra óbice no art. 6º da Lei 9.870/99, que veda a retenção de ocumentos escolares ou a aplicação de outras sanções pedagógicas por motivo de inadimplemento, já que condiciona indevidamente a validade do documento.2. Recurso especial improvido.(REsp 1001582/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/11/2011, DJe 25/11/2011)”EMENTA - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. RETENÇÃO DE DIPLOMA DE CONCLUSÃO DE CURSO. ILEGALIDADE. INADIMPLÊNCIA DO ALUNO. ART. 6º DA LEI Nº 9.870 DE 23/11/99. 1. Trata-se de remessa necessária em razão de SENTENÇA proferida em MANDADO de segurança que que julgou procedente o pedido e concedeu a segurança para determinar que a autoridade coatora entregue, ao impetrante, em 48 horas, o diploma de graduação do curso de Direito na Universidade Estácio de Sá, independentemente do adimplemento de eventuais valores em atraso. 2. O artigo 6º da Lei nº 9.870/99 dispõe que são vedadas às instituiçõesde ensino “...a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias.” 3. Com efeito, a prestação de ensino superior não tem caráter puramente contratual, tratando-se, isso sim, de atividade delegada pelo Estado, devendo por isso sujeitar-se não só aos princípios constitucionais atinentes à matéria, como também às normas gerais da educação, dentre as quais as previstas na Lei n.º 9.870/99. 4. A a vinculação entre o diploma pleiteado pelo impetrante e sua inadimplência caracteriza uma forma indireta de obrigá-la a quitar os débitos relativos aos meses anteriores, o que afigura-se ilegal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.870/99. 5. Conforme bem ressaltado pelo Ilustre Procurador da República “a instituição de ensino, deve, portanto, utilizar-se dos meios legais de cobrança, sendo ilegal a negativa de expedição de diploma em razão da existência de débitos”. 6. Remessa necessária conhecida e improvida.(TRF-2 - REO: 200951010262934 RJ 2009.51.01.026293-4, Relator: Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA, Data de Julgamento: 09/08/2010, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::01/09/2010 – Página::225)”.Ademais, além da proibição a conduta da requerida, não consta qualquer notificação de inadimplência feita em desfavor do autor, capaz de comprovar que de fato há débito entre as partes.Assim, a razão atende aos interesses do autor que tem seu direito reconhecido pela

legislação vigente, competindo a requerida responder na medida de sua obrigação.No que diz respeito ao pedido de indenização por danos morais, afirma a parte autora que desde que concluiu o curso superior em matemática, em julho do ano de 2010, não recebeu seu diploma, e que seus colegas de curso, que concluíram na mesma data, já tem em mãos seus diplomas sem maiores dissabores.Alega, ainda, que na data da colação de grau, teve seu nome chamado, mas não compareceu e deixou de assinar o termo de colação, por não ter sido comunicado acerca do ato solene.Devido ao ato da requerida, o autor aduz suportar constrangimento e abalo moral, com sentimento de humilhação, vergonha e dor, pela recusa de lhe entregar o seu diploma, devidamente registrado junto ao MEC. Embora o dano moral tenha elementos subjetivos, não há como negar sua presença no presente caso, pois o autor durante anos, buscou concluir seu curso superior com o intento de garantir uma profissão, e quando materializa todo o esforço é impedido de usufruir dos benefícios, por ato abusivo da requerida, o que por si só, gera prejuízo moral ao autor. No caso dos autos o dano é in re ipsa.Vale lembrar que o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/1990, ao tratar do tema da responsabilidade civil, elegeu a teoria da responsabilidade objetiva como fundamento do dever de indenizar: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Assim, após cumprida todas as exigência acadêmicas pelo aluno, restou à instituição a obrigação de promover a colação de grau e expedir e entregar o Certificado de CONCLUSÃO de Curso.Considerando que a FINALIDADE do ensino superior é a formação profissional e que o respectivo diploma é imprescindível ao exercício da profissão, como, aliás, explicita o art. 48 da Lei nº 9.394/96, não há como negar que a sua expedição e registro integram a prestação do respectivo serviço educacional. Art. 48 da Lei nº 9.394/96, in verbis: os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.Conclui-se que todos os transtornos que a Fundação Universidade do Tocantins UNITINS causou ao reclamante, dificultando a obtenção da habilitação profissional, não pode ser considerado como um “mero aborrecimento do cotidiano .Vejamos a jurisprudência sobre a questão: RESPONSABILIDADE CIVIL. HC. CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM. RELAÇÃO DE CONSUMO. ÔNUS PELA EMISSÃO DO CERTIFICADO DA PRESTADORA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL. CONFIGURADO. Responde o deMANDADO , prestador de serviço, pela larga demora na emissão do certificado de CONCLUSÃO de curso. Desimporta se a demora decorreu em virtude de pendência de demanda judicial, à medida que a ré responsabilidade objetivamente pelos prejuízos suportados pelos consumidores. No caso, não se perquire culpa, pois se trata de responsabilidade objetiva. Situação em que o dever de indenizar resta caracterizado pela mera comprovação do fato e dos danos gerados que, no caso, são presumíveis. Na mensuração do dano, não havendo no sistema brasileiro critérios fixos e objetivos para tanto, mister que o juiz considere aspectos subjetivos dos envolvidos. Assim, características como a condição social, a cultural, a condição financeira, bem como o abalo psíquico suportado, hão de ser ponderadas para a adequada e justa quantificação da cifra reparatório-pedagógica. Indenização mantida. DESPROVERAM O APELO. (Apelação Cível Nº 70021221551, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 19/09/2007). ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CURSO MINISTRADO PELO INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITAL E CIÊNCIAS DA SAÚDE. Procedência do pedido de danos materiais em razão do atraso de oito meses na entrega do certificado de CONCLUSÃO do curso para qualificação profissional como auxiliar de enfermagem, circunstância que obstaculizou a obtenção de emprego pela autora. Tendo em conta que o dano moral indenizável é aquele que pressupõe abalo moral e se configura sempre que alguém inflige a outrem injustamente, em seu íntimo, constrangimento, incômodo, angústia, hipótese ocorrente, na espécie, resta acolhida a pretensão para condenar o deMANDADO também a indenizar os danos morais. Verba honorária majorada com base nos incisos do parágrafo terceiro do artigo 20 do CPC. APELAÇÃO DA AUTORA PROVIDA E DESPROVIDO O RECURSO DO RÉU. (Apelação Cível Nº 70012520516, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Maria Nedel Scalzilli, Julgado em 27/10/2006).Desse modo, a requerida deve reparar o dano moral suportado pelo autor, decorrente de sua conduta negligente e ilegal, quanto a recusa de fornecer o diploma do postulante, a qual se afigura ilícita, portanto, cabível a indenização pelo dano imaterial pretendido. Assim, devidamente comprovada a existência do dano moral e o dever de indenizar da ré, resta apenas a definição do quantum indenizatório.Com relação ao valor a ser arbitrado a título de indenização por dano moral há que se levar em conta o princípio da proporcionalidade, bem como, as condições do ofendido, in casu, impossibilitado de exercer sua profissão de matemático; a capacidade econômica da empresa ofensora, a qual se trata de portentosa instituição de ensino. Acresça-se a isso a reprovabilidade da conduta ilícita praticada e, por fim, que o ressarcimento do dano não se transforme em ganho desmesurado, deixando de corresponder à causa da indenização.Assim, razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. A razoabilidade é o critério que permite cotejar meios e fins, causas e consequências, de modo a aferir a lógica da DECISÃO . Para que a DECISÃO seja razoável é necessário que a CONCLUSÃO nela estabelecida seja adequada aos motivos que a determinaram; que os meios escolhidos sejam compatíveis com os fins visados; que a sanção seja proporcional ao dano. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes.Neste sentido foi a DECISÃO proferida pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça em autos de Agravo Regimental n. 141081 PR 2012/0021558-2, julgado em 04/06/2013:”EMENTA - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. RAZOABILIDADE.1. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R$15.000,00 (quinze mil reais).

Precedentes.2. Agravo regimental não provido."Portanto, a indenização deve ter um caráter preventivo, com o fito de a conduta danosa não voltar e se repetir, assim como punitivo, visando à reparação pelo dano sofrido. Não devendo, contudo, se transformar em objeto de enriquecimento ilícito devido à fixação de valor desproporcional para o caso concreto.Nesse contexto, entendo que para a controvérsia examinada, a indenização deve ser fixada em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), montante este que não se mostra nem tão baixo assegurando o caráter repressivo-pedagógico próprio da indenização por danos morais nem tão elevado a ponto de caracterizar um enriquecimento sem causa.Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a requerida na obrigação de fazer correspondente a expedir e fornecer a DENISVALDO MUNHOZ DA SILVA o DIPLOMA de CONCLUSÃO de curso em nível superior, no curso de Matemática, devidamente registrado junto ao MEC, no prazo de 20 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais) e demais cominações legais, CONDENAR a requerida a pagar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização pelos danos morais suportados, com juros e correção monetária a partir desta data.Resolvo o MÉRITO nos termos do art. 269, inc. I do CPC.Condeno a requerida no pagamento das custas e honorários, o qual arbitro em 20% sob o valor da condenação. Transitada em julgado, aguarde-se o requerimento de execução por quinze dias.Decorrido este prazo sem manifestação, arquive-se com as baixas devidas.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Após o trânsito em julgado, nada sendo rquerido em 15 dias, arquive-se, vez que nos termos do art. 475, § 2º do CPC, esta DECISÃO não está sujeita a reexame necessário, eis que o valor da condenação não ultrapassa o importe de 60 (sessenta) salários mínimos.Costa Marques-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001233-15.2011.8.22.0016
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Volkswagen S. A.
Advogado:Cynthia Durante (MT 4678), Daniel Penha de Oliveira (RO 3.434), Marcelo Brasil Saliba (MT 11.546-A)
Requerido:Claudionor Pereira Prates
DESPACHO :
Vistos.Em razão da informação de novo endereço do requerido, expeça-se MANDADO de busca e apreensão para cumprimento da DECISÃO de fl. 31, com o endereço constante à fl. 56/57. Promova-se o necessário.Costa Marques-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002790-03.2012.8.22.0016
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:E. B. F.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:A. P. B. M.
DESPACHO :
Vistos.O requerente pugnou pelo julgamento antecipado da lide, fl. 20.No entanto, a requerida não foi citada.Assim, cite-se a requerida por edital, para que responda aos termos da presente ação, no prazo de 15 dias.Após, não havendo manifestação, nomeio a Dra. Claudia Lucia dos Santos, Assistente da Defensoria Pública, como curadora especial de ausente, devendo apresentar contestação, no prazo de 10 dias.Neste caso, dê-se vistas.Costa Marques-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001291-18.2011.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Emanuel Pedro Cessel
Advogado:Everardo Luz de Magalhães (OAB/RO 339-A)
Requerido:Mônica Andréia Ramaciotti Limoli Capelli
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (RO 4351)
intimar as partes e procuradores do DESPACHO , a seguir transcrito: Vistos. Ante o teor de certidão de fl. 53, designo audiência de instrução para o dia 13/08/2013 às 08 hs. Intime-se o requerente. Intime-se a requerida via AR da audiência designada. Expeça-se o necessário. Costa Marques-RO, 05/08/2013 - Simone de Melo - Juíza de Direito

Proc.: 0001195-32.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Silvio Roberto Alves de Melo
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Banco do Brasil Sa Agencia de Costa Marques Ro
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
intimar as partes do ítem 4 do r DESPACHO a seguir transcrito: DESPACHO /MANDADO :1. Cite-se para responder em 15 dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). 2. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. 3. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vista ao autor para réplica. 4. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. 5. Cumpridas as determinações acima, retornem os autos conclusos. 6. Expeça-se o necessário. 7. Intimem-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO DE CITAÇÃO. Simone de Melo - Juíza de Direito.

Azenaide Alves dos Santos Neves
Diretora de Cartório

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
Machadinho do Oeste
Juiz substituto: Jaires Taves Barreto
Diretor de Cartório: Peterson Vendrameto, e-mail: mdo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0024556-45.2008.8.22.0019
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Osvandil dos Santos
Advogado:Defensoria Pública
CONDENADO:OSVANDIL DOS SANTOS, alcunha: "não tem alcunha", brasileiro(a), casado(a), Garimpeiro, CPF: 528.983.341-20, RG: 910.493 SSP/MS, nascido aos 18/07/1967, na cidade de Pitanga/PR, filho(a) de Lauri Gomes dos Santos, e de Francisca Vidal dos Santos, residente na Rua Sacramento, 5.281, Bairro: Setor 09, Ariquemes, RO, Atualmente em local incerto e não sabido.

FINALIDADE : INTIMAR o(s) sentenciado(s) acima qualificado(s), da SENTENÇA exarada nos autos em epígrafe, conforme resumo abaixo. A SENTENÇA poderá ser visualizada na íntegra no site do Tribunal de Justiça www.tjro.jus.br.
RESUMO DA SENTENÇA : "...Diante do exposto, julgo procedente a pretensão estatal e, como consequencia, CONDENO, o réu Osvandil dos Santos [....] por infringir o artigo 302, caput, do codigo de trânsito Lei N° 9.503/97, [...] fixo ao réu a pena-base de 02 (dois) anos de detenção, que torno definitiva , ante existencia de outras causas que a modifiquem mesmo levando en consideração a atenuada confissão [...] fixo o regime aberto, na forma do art. 33, § 2°, alinea "c" do codigo penal, como regime inicial de cumprimento da pena [...] substituo a pena privativa de liberdade aplicada ao réu por pena restritiva de direito. [...] o réu deverá efetuar como sanção alternativa, 02 (duas) pena restritiva de direito, consistente em prestação de serviço à comunidade pelo período da condenação [...] concedo-lhe o direito de apelar em liberdade. [...] condeno o denunciado as custas processuais [...] Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se. Machadinho d'Oeste, 05 de março de 2013. Dr. Jaires Taves Barreto, Juiz Substituto..."
Machadinho do Oeste/RO, 05/08/2013.

Peterson Vendrameto
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
Juíz Substituto: Jaires Taves Barreto
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002456-57.2012.8.22.0019
Ação:Monitória
Autor:José Carlos da Silva
Advogado:Luciano Filla (RO 1585)
Requerido:S de Jesus Santos Motopeças Me
DECISÃO :
Em consulta ao site da Receita Federal, anexo, obtive a informação de que a empresa executada está estabelecida na Av. Calama, 7019, Bairro Aponia, Porto Velho/RO.Assim, antes de determinar a citação por edital da empresa, expeça-se carta precatória para citação no endereço supra indicado. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002680-92.2012.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Leonilda Cappellaro Marin
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376)
Requerido:Ceron - Centrais Elétricas de Rondônia S/a
Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
DESPACHO :
Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002433-48.2011.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Lana Ariely Mendes dos Santos
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
DECISÃO :
Pela última vez, defiro a dilação do prazo por mais 10 (dez) dias para o requerido juntar aos autos cópia do contrato de negociação da dívida realizado com a requerente, devendo ainda o requerido, no mesmo prazo, juntar aos autos a carta de preposição.Enquanto aguardamos a juntada dos documentos, intime-se a Defensoria Pública para indicar o atual endereço da requerente.Com a juntada do documento, dê-se vista à parte autora para manifestação e após, voltem os autos conclusos para deliberação.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002455-72.2012.8.22.0019
Ação:Monitória
Autor:José Carlos da Silva
Advogado:Luciano Filla (RO 1585)
Requerido:Nivaldo Panizzi
SENTENÇA :
Vistos e examinados.Trata-se de Ação Monitória ajuizada em face de Nivaldo Panizzi.No decorrer do processo, as parte peticionaram nos autos afirmando que se compuseram amigavelmente, conforme descrito às fls. 15, postulando por sua homologação e consequente extinção do feito.Posto isso, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes (fl. 15), para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, declaro extinta a ação, com resolução do MÉRITO , nos termos do artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos títulos acostados às fls. 9-10 em favor do requerido, mediante sua substituição por fotocópia.Sem custas. P. R. I. Após, observadas as formalidades legais, arquivem-se. Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002056-43.2012.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Alves da Silva
Advogado:Flavio Antonio Ramos (RO 4564)
Requerido:Claro S.a
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO :
Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25.9.2013, às 12 horas, oportunidade em que se as partes não se conciliarem, sanearei o feito, deferindo as provas tempestivamente requeridas ou procederei ao julgamento antecipado da lide, se for o caso.Nos termos do art. 237 do CPC c/c o § 1º do art. 1º da Portaria 003-2013-GAB, que prevê que Caberá ao advogado entrar em contato com a parte a fim de comunicá-la sobre o ato processual , intimem-se as partes e seus procuradores, via publicação no Diário da Justiça, salvo se representada pela Defensoria Pública, quando deverá ser intimada pessoalmente (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR).Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001621-06.2011.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Pemaza S/a
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376)
Requerido:Antônio Marcos Meireles
DECISÃO :
Indefiro o pedido, uma vez que a realização de diligência pelo Judiciário, como a realização de busca através do RENAJUD, objetivando a localização de bens penhoráveis pertencentes ao executado, só poderá ser levada a termo se o autor provar que pessoalmente exauriu as possibilidades de encontrar patrimônio livre e desembaraçado da parte devedora.Além do mais, cumpre registrar, que o fato de haver convênio celebrado entre os órgãos públicos e o Poder Judiciário Estadual não exime o interessado de sua obrigação, uma vez que a pactuação entre as instituições serve apenas para facilitar a formalização da penhora e não para a pesquisa de patrimônio constritivo de propriedade do devedor. A propósito, a jurisprudência difundida pelos Sodalícios da Federação, com aquiescência das Cortes Superiores, tem sido assente no sentido de que diligências como a que pretende o exequente são tarefas alheias às obrigações do Judiciário (STJ, RESP 400598/RS). Diante do exposto, intime-se a parte autora, indicar sobre qual veículo requer a restrição via RENAJUD, bem como informar, onde o referido veículo pode ser encontrado, objetivando uma eventual penhora, tendo em vista que a simples restrição não alcança o objetivo perquirido, que é a penhora do bem, possibilitando através da mesma, o recebimento de seu crédito ou requerer o que entender de direito, no prazo de 48h, sob pena de extinção.Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002656-64.2012.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Magno Ferreira de Medeiros Ramos
Advogado:Flavio Antonio Ramos (RO 4564)
Requerido:Oi S. A.
DECISÃO :
Às partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Desde já, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 25.9.2013, às 11 horas, oportunidade em que se as partes não se conciliarem, sanearei o feito, deferindo as provas tempestivamente requeridas ou procederei ao julgamento antecipado da lide, se for o caso.Nos termos do art. 237 do CPC c/c o § 1º do art. 1º da Portaria 003-2013-GAB, que prevê que Caberá ao advogado entrar em contato com a parte a fim de comunicá-la sobre o ato processual , intimem-se as partes e seus procuradores, via publicação no Diário da Justiça, salvo se representada pela Defensoria Pública, quando deverá ser intimada pessoalmente (não havendo advogado constituído nos autos, intime-se por AR).Machadinho do Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Rosângela Maria de Oliveira Costa
Escrivã Judicial

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0001076-59.2013.8.22.0020
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Delegacia de Polícia, Tamires Cavalcante Albuquerque Ghilardi
Advogado:Delegado de Polícia ( )
Requerido:Hildo Ghilardi
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
FINALIDADE : Intimar o advogado do requerido do DESPACHO
O requerido apresentou resposta às fls. 12/14, alegando que a denúncia feita por sua filha, a requerente Tamires Cavalcante Albuquerque Ghilardi, é inverídica. Requer a revogação da medida protetiva e, subsidiariamente, a delimitação temporal e pessoal da cautelar. Juntou documentos.
Pois bem. Considerando as alegações do requerido, hei por bem designar audiência especial entre as partes, a fim de serem colhidos seus depoimentos para posterior apreciação dos pedidos.
Destarte, designo audiência para o dia 19/08/2013, às 11h.
Intimem-se as partes. Ciência ao MP.
De Rolim de Moura para Nova Brasilândia do Oeste, 30.07.2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito

Proc.: 0000551-48.2011.8.22.0020
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (NBO 020)
Denunciado:Vagner Almeida Freire, Valdecir Votteri
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
SENTENÇA :
DISPOSITIVO .Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo improcedente o pedido contido na denúncia, e absolvo VAGNER ALMEIDA FREIRE, brasileiro, convivente, policial militar, filho de Esmael Gonçalves Freire e Luzia Almeida Freire, nascido aos 06.03.1985 em Cerejeiras-RO, e VALDECIR VOTTERI, brasileiro, casado, policial militar, filho de Francisco Alfonso Votteri e Fátima Rominda Votteri, nascido aos 12.04.1983 em São Lourenço do Oeste/SC, das acusações lhes irrogadas nestes autos, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.Sem custas (lei estadual n. 301/90).Após o trânsito em julgado, procedam-se às formalidades de praxe e arquivem-se os autos.P.R.I. Cumpra-se.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Cecilia de Carvalho Cardoso Fraga
Diretora de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc.: 0000077-09.2013.8.22.0020
Ação:Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Requerente:E. M. da S.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:E. de C. da S.
SENTENÇA :
SENTENÇA I- RELATÓRIO .Trata-se de ação de Conversão de Separação Judicial em Divórcio ajuizada por EVA MARIA DA SILVA em desfavor de EDIMILSOM DE CASTRO DA SILVA, ambos qualificados nos autos.Junta documentos, em destaque certidão de casamento com averbação de Separação Judicial Consensual (fl. 07).Citado por edital a fl. 09, o Requerido não contestou o feito, conforme certidão de fl. 09-v, sendo então nomeada a Defensoria Pública como curadora especial do réu, a qual apresentou contestação por negativas gerais à fl. 10, nos termos do art. 9º, II do CPC.Impugnação a fl. 12.É a síntese do necessário. DECIDO.II - FUNDAMENTAÇÃO.Trata-se de ação de conversão de separação judicial em divórcio.A publicação da EC n. 66/2010, que deu nova redação ao art. 226, §6º, da Constituição Federal, suprimiu o requisito temporal como condicionante ao pedido de decretação do divórcio, dispondo que “o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio”.Neste sentido, não há mais que se observar o prazo mínimo de 01 ano, a contar do trânsito em julgado da SENTENÇA que decretou a separação judicial, para as partes postularem a dissolução da sociedade conjugal.Em que pese o novo regramento, extrai-se da cópia da certidão de casamento (fl. 07), que já decorreu mais de um ano do trânsito em julgado da SENTENÇA que decretou a separação judicial.Ademais, trata-se de autêntico direito da personalidade de quaisquer dos consortes (casar e manter-se casado), de maneira que ao juízo, ou à contraparte, não é facultado impedir o divórcio daquele que não mais deseja a comunhão, se satisfeitos os requisitos legais.Assim, Somando-se a inércia do requerido, que não se manifestou nos autos, e a vontade inequívoca da autora em separar-se, não há outra solução que não a de reconhecer a procedência do pedido contido na inicial.III - DISPOSITIVO .Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, e converto a separação judicial em Divórcio, dissolvendo o casamento de EVA MARIA DA SILVA e EDIMILSOM DE CASTRO DA SILVA, com espeque nos artigos 1.571, IV do CC e 226, § 6º da Carta Magna.Nestes termos, julgo extinto o processo, com julgamento do MÉRITO , ancorado no art. 269, I, do Código de Processo Civil.Transitada em julgado, expeça-se MANDADO de inscrição e averbação. Sem custas e honorários.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Oportunamente, arquivem-se os autos.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001376-55.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosemary Alberto
Advogado:Aristides Gonçalves Júnior (OAB/RO 4303)
Requerido:Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
DESPACHO :
DESPACHO Cumpra-se o DESPACHO de fl. 21, já que as declarações de fls. 22-23, não foram solicitados pelo juízo, para tanto, intime-se o requerido.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO, do requerido MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE RO.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Após, tornem os autos conclusos.Int.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000893-25.2012.8.22.0020
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal Fazenda Publica Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (NBO 2020)
Executado:Kafé Comércio de Café Ltda
DESPACHO :
DESPACHO Abre-se vista a parte exequente, para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 15 (quinze) dias. Vindo os cálculos, tornem os autos conclusos para deliberação. Int.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000500-37.2011.8.22.0020
Ação:Usucapião
Requerente:Fábio Medina de Souza
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:Ana dos Santos Silva Lopes, Adrielli Foerste Dinatto
DESPACHO :
DESPACHO Abra-se vista à Advocacia Geral da União, para que verifique se há, in casu, interesse da União no que tange a discussão acerca da propriedade do imóvel que se quer usucapir.Expeça-se o necessário.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000215-73.2013.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Exequente: Município de Nova Brasilândia do Oeste - RO
Executado: Izau Jose de Queiroz
Vara: 1ª Vara Cível
Processo: 0000215-73.2013.822.0020
Classe: Execução Fiscal
Fiel depositário: Edson de Souza Pereira (Amigão Materiais para Construção)
DESCRIÇÃO DOS BENS: Uma caixa d’água, 2000 litros, polietileno, em depósito no estabelecimento Amigão Materias para Construção, avaliada em R$ 1.200,00.
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013 às 10:15 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 às 10:15 horas
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D’Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local,

a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 2 de Agosto de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz de Direito

Proc.: 0000201-26.2012.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
DESCRIÇÃO DOS BENS: Uma moto Honda NXR, placa NDC 5257, Renavam 944055532, cor vermelha, ano/modelo 2007/2008, chassi 9C2KDO3308R017051, avaliada em R$ 5.400,00.
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013 ÀS 09:00 HORAS
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 ÀS 09:00 HORAS
Processo: 0000201-26.2012.8.22.0020
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Raul Patrick da Silva Pimentel e outros
Advogado: Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado: Cidival Pimentel
Advogado: Não Informado
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D'Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 29 de Julho de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz Substituto

Proc.: 0000751-21.2012.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
DESCRIÇÃO DOS BENS: 1 (um) terreno, medindo 15 x 30 mts, 450m², localizado na Rua Floriano Peixoto esquina com a Rua Pico de Jaca, setor 006, quadra 079, lote 115, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, avaliado(s) em R$ 40.000,00.
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013, às 08:45 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 às 08:45 horas
Processo: 0000751-21.2012.822.0020
Classe: Execução Fiscal
Autor: União Federal Fazenda Publica Nacional, Registrado sob o CNPJ 00394460021653, AVN Lauro Sodré, 1983 - , Olaria, 78904300, Porto Velho-RO
Executado: Anelise Ferreira Piovesani, brasileira, fisioterapeuta, CPF, domiciliada na Rua Governador Jorge Teixeira, 3457, Nova Brasilândia D'Oeste/RO
Advogado: Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D'Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio deste. c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil. e) Em caso de arrematação, será admitido ao arrematante o pagamento parcelado do valor correspondente de acordo com o disposto na Portaria PGFN nº 262, de 11 de junho de 2002, destacando-se que o parcelamento poderá ser feito em, no máximo 60 prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 50,00 cada uma. (ver portaria PGFN 262)
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 29 de Julho de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz Substituto

Proc.: 0000531-23.2012.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
DESCRIÇÃO DOS BENS: 1 (um) terreno, medindo 15 x 30 mts, localizado na Rua 15 de Novembro esquina com a Rua São Paulo, setor 005, quadra 009, lote 030, Nova Brasilândia D'Oeste/RO, avaliado(s) em R$ 13.000,00.
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013, às 09:15 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 às 09:15 horas
Processo: 0000531-23.2012.822.0020
Classe: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Guilherme da Cruz Capato, brasileiro, solteiro, RG 1232950 SSP/RO, domiciliado na Rua Pirara, 4730, Nova Brasilândia do Oeste-RO
Advogado: Defensoria Pública
Executado: José Donizete Capato, brasileiro, casado, empresario(a), Av. Jk, 4028, Nova Brasilândia D'Oeste - RO
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D'Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 29 de Julho de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz Substituto

Proc.: 0000895-63.2010.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
DESCRIÇÃO DOS BENS:
1 - Um receptor, marca Century, cor cinza, em bom estado de conservação e uso avaliado em R$ 250,00;
2 - Um televisor, marca LG, cor cinza e preto, 21 polegadas, em bom estado de uso e conservação, avaliado em R$ 250,00.
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013 ÀS 09:30 HORAS
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 ÀS 09:30 HORAS
Processo: 0000895-63.2010.822.0020
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do CREA
Executado: Eudy dos Santos Costa
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D'Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 29 de Julho de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz(a) Substituto

Proc.: 0001999-90.2010.8.22.0020
Leilão:
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
O Juiz de Direito da Vara Cível torna público que será realizada a venda do bem a seguir descrito e referente à Execução que se menciona.
Processo : 0001999-90.2010.822.0020
Classe: Execução Fiscal
Parte Autora: A União (Fazenda Nacional)
Advogado: Procurador Federal
Executado: TV Lar Móveis Eidt Ltda
Advogado: Não Informado
BEM(S) A SER(EM) LEILOADO(S):
1 – Um veículo Ford/Ecosport 4 WD, placa NCP 0147, cor preta, ano de fabricação 2004, combustívelo gasolina, chassi 9BFZE13F648582164, em excelente estado de uso e conservação, avaliado em R$ 29.181,00;
2 – Dez colchões, marca Ortobo, modelo Pyisical D33, bordado, dimensões 1,28 x 1,88 x 0,17 metros, avaliado em R$ 3.200,00;
3 – Quinhentos sacos de cimento, 50 kg, marca Itaú, armazenado no estoque da loja, avaliado em R$ 16.000,00.
VALOR TOTAL: R$ 48.381,00 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e um reais)
DATA PARA PRIMEIRA VENDA: 10/09/2013 às 09:45 horas
DATA PARA SEGUNDA VENDA: 24/09/2013 às 09:45 horas
OBSERVAÇÃO: a) Realizar-se-á a venda judicial nas dependências do fórum de Nova Brasilândia D'Oeste (endereço abaixo) b) Não sendo possível a intimação pessoal do executado(a), fica o(a) mesmo(a) intimado(a) por este meio c) Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. d) Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Em caso de arrematação, será admitido ao arrematante o pagamento parcelado do valor correspondente de acordo com o disposto na Portaria PGFN nº 262, de 11 de junho de 2002, destacando-se que o parcelamento poderá ser feito em, no máximo 60 prestações iguais, mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 50,00 cada uma. (ver portaria PGFN 262)
Sede do Juízo: Juiz José de Melo e Silva, Rua Príncipe da Beira, nº 1500, Setor 13, Nova Brasilândia do Oeste-RO, 76958000 - Fax: (69)3418-2611 - Fone: (69)3418-2599 - Ramal: 7
Nova Brasilândia, 2 de Agosto de 2013.
Artur Augusto Leite Júnior
Juiz(a) de Direito

Proc.: 0001121-63.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosa Domingos Barbosa de Mello
Advogado:Juraci Marques Junior (OAB/RO 2056)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DECISÃO :
DECISÃO Defiro a gratuidade judiciária.Cuida-se de pedido de tutela antecipada visando a concessão do benefício previdenciário de auxilio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.De antemão, é de salientar que, não sendo caso de reclassificação ou equiparação de servidores ou de concessão ou de aumento de extensão de vantagens, outorga de adição de vencimentos ou reclassificação funcional, é legítima a formulação de pedido de tutela antecipada. Deveras, a vedação em antecipar os efeitos da tutela contra a Fazenda Pública - Lei n. 9.494/97 - não é geral e irrestrita. Neste sentido, é o julgamento da ADC n. 004 pelo Supremo Tribunal Federal.Feito esse esclarecimento, da análise da petição inicial e documentos que a subsidiam, verifico que estão presentes os requisitos necessários ao deferimento da tutela antecipada. Com efeito, o laudo pericial é suficiente para atestar, em sede de cognição não exauriente, que a parte requerente apresenta instabilidade de humor, com predomínio de humor depressivo (CID F 41.2), quadro agudo de fibromialgia intensa (CID M 79.7 + M 25.5), frebite, dislipidemia , com risco de pior do quadro (fl. 22).De igual maneira, se mostra plausível que sua condição de saúde justifique a concessão do benefício pleiteado, mormente porque parece mesmo possuir a qualidade de segurado, conforme infere-se na documentação de fls. 16-21, evidenciando, assim, as exigências delineadas no art. 25, inciso I, já que corroborado o desempenho de atividade remunerada antes do requerimento administrativo (22.02.2011), bem como em período posterior, inclusive da época do ajuizamento da ação.Desse modo, ao menos nessa altura, corroborada a necessidade da autora em receber o auxílio-doença, fazendo jus à antecipação dos efeitos da tutela.Assim, por tudo exposto, vejo

estarem atendidos os requisitos necessários para a concessão da tutela antecipada, eis que a evidência do perigo da demora decorre da natureza assistencial do benefício requerido. Posto isto, DEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para DETERMINAR ao INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL efetue imediatamente o restabelecimento do benefício auxílio-doença a parte Requerente, nos moldes anteriormente implantados.Oficie-se com urgência. Cite-se com as advertências legais. Intime-se.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato à prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada à contestação e a réplica, tornem os autos conclusos para saneamento.Nomeio, desde já, o perito Dr. Johnny Silva Rodrigues, a fim de que examine o Requerente e responda os quesitos formulados pelas partes, os quais deverão ser apresentados no prazo de 10 (dez) dias. Vindo os quesitos, oficie-se ao perito dando-lhe ciência da designação e agendamento da perícia para o dia 02.10.2013, às 15h, na Clínica Aliança, no seguinte endereço: Rua Floriano Peixoto, n. 2905, Bairro Setor 04, Nova Brasilândia D'Oeste RO, informando-lhe, ainda, que o processo estará em cartório podendo fazer carga.Atento aos parâmetros trazidos, a título de sugestão, pelas Resoluções nº 558/07 e 541/2007 do CJF, bem assim à ausência de maior complexidade da perícia, ao zelo a ser dispensado pelo profissional perito, às diligências que envolvem o ato, ao grau de especialização do perito e ao local de sua realização, aliado, finalmente, à época em que restou editada a citada resolução, ao indispensável critério de proporcionalidade a informar a DECISÃO judicial neste tocante - de maneira a preservar a justa remuneração do trabalho do profissional e evitar, de outra banda, gastos excessivos e desarrazoados ao poder público -, e, finalmente, às relevantes informações prestadas pelo juízo federal de 1ª instância, no que toca à questão orçamentária afeta ao tema, fixo os honorários periciais em R$ 400,00 (quatrocentos reais), a serem pagos na forma das referidas Resoluções, visto ser a parte Requerente beneficiária da assistência judiciária gratuita.Neste sentido, veja-se:Assistência judiciária. Perícia deferida. Presunção de necessidade. Honorários do perito. Inviabilidade de imputação aos beneficiados.A assistência judiciária abrange todos os atos do processo, incluindo-se a realização de prova pericial presumida necessária ao ser deferida, nomeando-se perito que aceite o encargo ou requisitando profissional nos quadros do funcionalismo público. Inviável a imputação aos beneficiados pela gratuidade do recolhimento de honorários periciais.(TJ-RO - Ag. Instrumento, N. 10000120030182661, Rel. Juiz Edenir Sebastião A. da Rosa, J. 25/01/2006)PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. ARTS. 3º, V, E 11 DA LEI 1.060/50, 19 E 33 DO CPC. HONORÁRIOS PERICIAIS. ANTECIPAÇÃO PELO ESTADO, QUANDO O EXAME FOR REQUERIDO POR BENEFICIÁRIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DESCABIMENTO. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO EM COLABORAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO.1. A controvérsia posta em debate diz respeito ao ônus pela antecipação dos honorários do perito em ação em que o autor da demanda, postulante da perícia, é beneficiário da justiça gratuita.2. O fato de o beneficiário da justiça gratuita não ostentar, momentaneamente, capacidade econômica de arcar com o adiantamento das despesas da perícia por ele requerida, não autoriza, por si só, a inversão do ônus de seu pagamento.3. Tendo em vista que o perito nomeado não é obrigado a realizar o seu trabalho gratuitamente, incumbe ao magistrado requisitar ao Estado, a quem foi conferido o dever constitucional de prestar assistência judiciária aos hipossuficientes, o ônus de promover a realização da prova técnica, por meio de profissional de estabelecimento oficial especializado ou de repartição administrativa do ente público responsável pelo custeio da produção da prova, o que deve ocorrer em colaboração com o Poder Judiciário.4. Recurso especial provido.(STJ - REsp 1245684/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/09/2011, DJe 16/09/2011)A parte Requerente será intimada a comparecer à perícia acima designada, munida de seus documentos.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO para o perito, no endereço acima indicado, e para a parte Requerente, observando o seguinte endereço: Rua Princípe da Beira, n. 2751, Nova Brasilândia D'Oeste RO.Quanto a citação do Requerido - INSS, consigno que deverá ocorrer mediante envio do processo à Procuradoria na Comarca de Ji-Paraná, conforme Termo de Cooperação Técnica firmado entre o TJ/RO e a Procuradoria Federal em Rondônia.Para as diligências a serem cumpridas nesta Comarca, autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos. Sendo a perícia realizada concedo prazo de 60 (sessenta) dias para que o perito a apresente em juízo. Com a juntada do laudo pericial, vistas as partes para manifestação, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, devendo se manifestar inclusive sobre a perícia realizada.Após, tornem os autos conclusos.Por oportuno, consigno que, decorrido o prazo supra, com ou sem manifestação das partes acerca do laudo pericial, o que deverá ser devidamente certificado, a escrivania deverá encaminhar ofício ao Núcleo Judiciário da Justiça Federal em Porto Velho/RO, solicitando a efetivação do pagamento dos honorários periciais, à luz do expresso nos arts. 3º e 4º da Resolução n° 541/2007 do Conselho de Justiça Federal.Providenciem-se o necessário.Nova Brasilândia-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000201-26.2012.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Raul Patrick da Silva Pimentel, Roger Felipe da Silva Pimentel, Ruan Vitor da Silva Pimentel
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Executado:Cidival Pimentel
Advogado:Não Informado
Venda Judicial - Datas e Retirar edital
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 09:00 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 09:00 horas. Fica ainda a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada a retirar o edital de venda judicial expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação, sob pena de não realização do ato.

Proc.: 0000751-21.2012.8.22.0020
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal Fazenda Publica Nacional
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional
Executado:Anelise Ferreira Piovesani
Advogado:Gabriel Feltz (OAB/RO 5656)
Venda Judicial - Datas
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 08:45 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 08:45 horas.

Proc.: 0000729-26.2013.8.22.0020
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Multilub Comércio de Lubrificantes Ltda
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (OAB/RO 333-B)
Executado:A. Raach Feltz e Cia Ltda Me Beto Motos, Allan Raasch Feltz, Bertuline Feltz
Advogado:Não Informado
Venda Judicial - Datas e Retirar edital
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 08:30 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 08:30 horas. Fica ainda a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada a retirar o edital de venda judicial expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação, sob pena de não realização do ato.

Proc.: 0004170-25.2007.8.22.0020
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:José Amado Pereira
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Executado:José Carlos Cruz, Marcia Roio Antonucci Cruz
Advogado:Alice Sirlei Minosso (OAB/RO 1719)
Venda Judicial - Datas e Retirar edital
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 10:00 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 10:00 horas. Fica ainda a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada a retirar o edital de venda judicial expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação, sob pena de não realização do ato.

Proc.: 0020953-68.2002.8.22.0020
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Requerente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB/RO 299-A), Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042)
Requerido:Dirceu Mistrello
Advogado:Odair Mistrello (OAB/AM 8294)
Venda Judicial - Datas e Retirar edital
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 08:15 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 08:15 horas. Fica ainda a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, intimada a retirar o edital de venda judicial expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação, sob pena de não realização do ato.

Proc.: 0000895-63.2010.8.22.0020
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303B), Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Eudy dos Santos Costa
Advogado:Não Informado
Venda Judicial - Datas
Ficam as partes intimadas, por via de seus procuradores, da designação das seguintes datas para a realização da Venda Judicial dos bens penhorados nos autos: 1ª Venda: dia 10/09/2013 às 09:30 horas e 2ª Venda: dia 24/09/2013 às 09:30 horas.

Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Proc.: 0001346-28.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Jose Aparecido da Silva
Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)
Requerido:Estado de São Paulo
DECISÃO :
Vistos.RELATÓRIO dispensado nos termos do art. 38, caput Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, c/c art. 27 da Lei n. 12.153, de 22 de dezembro de 2009.Compulsando os autos, verifico que a ré está sediada na cidade de São Paulo/SP, contrariando o disposto no art. 4º, I, da Lei n. 9.099/95, aplicável nas causas aforadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.Saliente-se que embora haja pedido de indenização, a essência da presente ação cinge-se no pedido de declaração da inexistência do débito com relação dívida oriunda de IPVA. Ademais, consoante Enunciado nº 89 do FONAJE “a incompetência territorial pode ser reconhecida no sistema de juizados especiais cíveis”. Assim, com fundamento no art. 284, parágrafo único, do CPC, indefiro a petição inicial, RECONHECENDO A INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DESTA COMARCA e, via de consequência, declaro extinto o processo sem resolução do MÉRITO , com base no art. 51, inciso III, da Lei n. 9.099/95. Sem custas ou honorários. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0016933-32.2009.8.22.0006
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministerio Publico Estadual
Apenado:Josinei de Paula Alves
Advogado:Gilvan de Castro Araujo (RO 4589)
FINALIDADE : Intimar o apenado, através de seu advogado acima nominado, do cálculo de liquidação de penas de fls. 159/163.
Presidente Médici, 2 de agosto de 2013.

Elizabete de Moura Oliveira
Técnico Judiciário

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Proc.: 0000604-03.2013.8.22.0006
Ação:Processo de Apuração de Ato Infracional
Autor:M. P. E.
SócioEducando:F. S.
SENTENÇA :
Vistos. Trata-se de medida socioeducativa aplicada em face de Fernando Soares pela prática de ato infracional que se amolda ao crime de porte de arma de fogo. O adolescente cumpriu integralmente a remissão aplicada, conforme se verifica no documento de fl. 34. Considerando tal fato, o Ministério Público se manifestou requerendo a extinção da punibilidade.Isso posto, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de Fernando Soares, determinando o arquivamento dos presentes autos, observadas as formalidades legais pertinentes.P. R. I. C.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0000455-75.2011.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aparecido de Souza Dias
Advogado:Ademar Ruiz de Lima (SP 31641), Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
SENTENÇA :
Vistos.Aparecido de Souza Dias, já qualificado nos autos, ajuizou a presente ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, postulando pelo restabelecimento do auxílio-doença e conversão em aposentadoria por invalidez, sendo que sobreveio aos autos proposta de acordo formulado pela parte ré às fls. 73/74. Instado a se manifestar o autor concordou com a proposta formulada pelo INSS e, requereu a homologação do acordo. É o breve RELATÓRIO . DECIDO.Verifico que as partes são legítimas e capazes. O objeto da demanda possui natureza disponível. Considerando que a Constituição Federal (art. 5º, caput) e a legislação ordinária (CC, arts. 840, 841 e 1228) garantem ampla liberdade de disposição e inexistindo nos autos indicação de que haja colusão para burlar a lei ou prejudicar direito de terceiros, impõe-se a homologação do acordo. Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo formulado pelo INSS e aceito pela parte autora (fl. 73/74), para que surta os seus legais e jurídicos efeitos e, via de consequência, declaro EXTINTO o processo, com base no art. 269, III do Código de Processo Civil.Expeça-se ofício requisitório (dos valores pretéritos e honorários periciais) e, após, depositado os valores, expeça-se alvará em favor da parte autora e do perito, respectivamente. Ainda, intime-se o INSS para comprovar a implantação do benefício.Sem custas e sem honorários, ante a transação.P. R. I. C. Transitada em julgado, comprovada a implantação do benefício e realizado o levantamento dos valores pelo autor, arquivem-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001427-11.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Joaquim Rodrigues
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez (RO 5017)
SENTENÇA :
Vistos.JOAQUIM RODRIGUES, qualificado nos autos, ajuizou ação de cobrança em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, também qualificada, visando o recebimento de diferença de seguro obrigatório, aduzindo ter sofrido invalidez permanente em decorrente de acidente de trânsito, com perda funcional de membro inferior, tendo recebido a quantia de R$ 4.725,00, enquanto o valor estabelecido na Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 11.482/2007 deveria ser de R$ 7.087,50. Pede a condenação da ré a lhe pagar a diferença, mais acréscimos legais, além das verbas de sucumbência. Devidamente citada, a ré apresentou contestação, onde invoca preliminar de carência de ação por ausência de interesse processual dada a quitação e, no MÉRITO , sustenta que a requerente recebeu verba indenizatória condizente com o dano por ela suportado, de acordo com o que estabelece a MP 451/2008, convertida na Lei 11.945/2009. Pugnou pela improcedência. Intimada a parte autora não apresentou impugnação à contestação (fl. 75). Foi determinada a realização de perícia para verificar o percentual da invalidez (fl. 81), mas veio aos autos a informação de que a parte autora não compareceu à perícia designada (fl. 92).Intimada a parte autora para manifestar-se acerca da informação do perito, quedou-se inerte (fl. 94). É o RELATÓRIO . Decido.A parte autora pretende o recebimento da diferença do valor pago a título de seguro obrigatório, argumentando que seria devido o valor de R$ 7.087,50, e não como foi pago administrativamente. Quanto a preliminar acerca da quitação, esta não prospera. É sabido que se a parte interessada não assinar o documento que lhe é imposto nada recebe, ou seja, não assinou o recibo por vontade própria. Ademais, a quitação refere-se apenas e tão somente ao valor pago, sem representar renúncia a eventual diferença. Pois bem. Afastada a preliminar, passo à análise do MÉRITO .De início, saliento que o regramento legal aplicável à espécie

sofreu algumas alterações legislativas ao longo dos anos.A antiga redação do art. 3º, alínea 'b' da Lei 6.194/1974 dispunha que, no caso de invalidez permanente da vítima, fosse pago a quantia de até 40 salários mínimos, vigentes ao tempo do sinistro. A redação da Lei 6.194/1974, com a modificação introduzida pela Lei 11.482/2007, passou a estabelecer no art. 3º, inciso II que a indenização do seguro DPVAT é de até R$ 13.500,00, no caso de invalidez permanente. No entanto, com a edição da Medida Provisória 451, de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.945, de junho de 2009, foram promovidas novas alterações na Lei 6.194/74, especialmente para fixar graus de invalidez permanente, total e parcial, bem como os respectivos percentuais aplicáveis a cada caso, conforme o membro/órgão lesado, critérios estes que foram incluídos na própria lei, através de um anexo, mas sem a interferência de atos normativos, e tendo referida legislação entrado em vigor, para as regras relativas ao seguro DPVAT, em 16/12/2008. Cumpre notar que o acidente que vitimou a parte autora ocorreu em 20/09/2011 (fl. 16), quando o seguro DPVAT era regulado pela Lei 6.194/74, mas com as alterações das Leis 11.482/07 e 11.945/09 e a qual, para os casos de invalidez permanente, total ou parcial, prevê uma indenização no valor de até R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).No caso em análise, verifico que há nos autos documentação capaz de comprovar os elementos ensejadores da cobertura securitária. Desta feita, verifica-se que a comprovação da invalidez é indiscutível. A uma porque os documentos constantes nos autos a comprovam; a duas porque o pagamento de parte do valor indenizatório, faz prova de que os documentos necessários a aferição do direito já foram examinados administrativamente, inclusive no tocante a efetiva invalidez, pois do contrário seria o pleito administrativo indeferido de plano. Resta analisar o valor devido a título de indenização. Como dito acima, a Lei 11.945/2009 introduziu tabela a qual fixa o valor da indenização a ser recebida em percentuais equivalentes à invalidez sofrida, devendo ser analisado o valor da indenização conforme a invalidez sofrida pela parte autora.Através do laudo médico realizado na esfera administrativa, e não impugnado pela parte autora, constata-se que a parte autora não ficou totalmente inválida, mas foi acometida por perda funcional completa de um dos membros inferiores em 50% (vide fl. 73), situação que, de acordo com a tabela anexa à Lei 11.945/09, lhe confere o direito à percepção de uma indenização equivalente a 70% (setenta por cento) do valor máximo indenizável, de R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), percentual este que corresponde à quantia de R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). Registre-se, ainda, que perda da mobilidade não foi completa, mas sim em 50% (cinquenta por cento), logo, a indenização deve ser enquadrada considerando o percentual da perda anatômica ou funcional, consoante redação do art. 3º, II da Lei 11.945/09. Assim, uma vez que a perda foi de repercussão média (50% da mobilidade do membro inferior), do percentual acima exposto deve haver a redução proporcional em 50%, percentual, resultando como valor a ser indenizado a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). No entanto, entendo devido o valor pago administrativamente à parte autora, não havendo que se falar em saldo remanescente. DISPOSITIVO Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE, a ação ajuizada por JOAQUIM RODRIGUES em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A e, em consequência, declaro resolvido o MÉRITO , nos termos do artigo 269, I do CPC.Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, o qual arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais). Todavia, sendo a autora beneficiária da justiça gratuita, sua obrigação fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 1.060/1950.Registre-se. Publique-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000633-53.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iracema Soares da Silva Germano
Advogado:Silvia Leticia Cunha e Silva Caldas (RO 2661.)
Requerido:Itau Unibanco S A
SENTENÇA :
Vistos. Trata-se de ação anulatória de débito cumulada com pedido de indenização por danos morais e tutela antecipada ajuizado por IRACEMA SOARES SILVA GERMANO em face do ITAU UNIBANCO FINANCEIRA TAII F S.A.Em síntese, argumenta a parte autora que teve seu nome inscrito/mantido no cadastro de inadimplentes pela ré por débito devidamente pago. Assim pretende que a ré seja condenada ao pagamento de indenização por danos morais, bem como seja declarada a inexistência do débito. Foi deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela para a retirada do nome do requerente do cadastro de inadimplentes (fls. 57).Devidamente citada a requerida apresentou contestação, às fls. 64/75, onde a mesma alega, em apertada síntese, que não houve ilegalidade na negativação do nome da parte autora, vez que ela não adimpliu com as parcelas na data de seu vencimento, aduzindo, assim, ser indevido o pagamento de indenização por dano moral. Impugnação à contestação juntada às fls. 96/104.É o RELATÓRIO . Decido. Tratando-se apenas de matéria de direito, não havendo necessidade de outras provas, deve haver o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, inciso I do Código de Processo Civil.Após analisar as alegações das partes, em cotejo com as provas carreadas aos autos, verifico que a pretensão da parte autora merece acolhimento.Alega a parte autora que teve seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida, por débitos já adimplidos. De outro lado, a parte requerida alega que a negativação do nome da parte autora é devida, pois estaria em débito, haja vista não ter efetuado o pagamento das parcelas na data de seu vencimento.Os argumentos expostos pela requerida não procedem.Verifico que a parte autora comprovou a inscrição de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito em razão da parcela com vencimento em 25/12/2012, relativa ao débito com origem em contrato de financiamento realizado entre a autora e a parte ré, bem como comprovou que efetuou o pagamento da referida parcela em 24/12/2012 (fl. 37), o que não foi impugnado pela parte ré. A parte requerida, por sua vez, mesmo ciente do pagamento efetuado pela parte autora, assumiu totalmente a responsabilidade acerca da inscrição/manutenção indevida de seu nome nos cadastros de inadimplentes, bem como ao dano moral experimentado.Assim, encontra-se caracterizada a responsabilidade da requerida quanto ao danos morais suportados pela requerente.Verifico, no caso sub judice, presentes os requisitos que importam no dever de indenizar, quais sejam, o fato ou a conduta da empresa requerida; a voluntariedade; resultado lesivo e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado. Nesse prisma, em se tratando de relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva da requerida de reparar os danos causados à parte requerente

(artigo 14 do CDC), decorrentes da falta de cuidado na execução de suas atividades e da falha na fiscalização, pois permitiu o consumidor, após ter pago seus débitos, ficasse com pendências em seu crédito, o que desencadeou no abalo moral sofrido e a perda da contemplação de seu consórcio.Assim, pelo fato da parte autora ter tido inscrito indevida seu nome nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, sofreu abalo moral, pelo qual a requerida deve ser responsabilizada.Na fixação do valor da indenização, a título de danos morais, são levados em consideração os seguintes fatores: a) extensão do dano; b) grau de culpa do causador; c) capacidade econômica e condição social das partes, além do d) caráter pedagógico da reparação (parâmetros do art. 944, do CC). Considerando os postulados da compensação e do desestímulo, entendo que o quantum indenizatório não deve ser tão expressivo, de forma que se converta em fonte de enriquecimento ao requerente e nem tão ínfimo que se torne ineficaz, não servindo a desestimular o requerido a cometer conduta semelhante.Por todos estes elementos, entendo que o valor do dano moral deve ser fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais).DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por IRACEMA SOARES DA SILVA GERMANO em face de ITAU UNIBANCO S/A, para o fim de declarar inexistente o débito objeto da presente ação descrito à fl. 20 (parcela de R$ 570,00, com vencimento em 25/12/2012) e condenar a requerida ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de danos morais, os quais fixo de forma atualizada.Com esta DECISÃO , torno definitiva a liminar concedida a título de antecipação dos efeitos da tutela.Por fim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO , nos termos do art. 269, I do CPC.Condeno a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação.P. R. I. Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido em 10 (dez) dias, arquivem-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002325-24.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Helio Viana Santos
Advogado:Carlos Andre da Silva Morong (RO 2478.)
Requerido:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD
Advogado:Maricelia Santos Ferreira (RO 324-B.)
DECISÃO :
Vistos. Recebo o recurso adesivo apresentado pela parte autora. Considerando que parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se ao TJRO. Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000701-03.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jadir Alves da Rocha
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA :
Vistos.Jadir Alves da Rocha, devidamente qualificado, ajuizou a presente ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando a concessão do benefício aposentadoria rural por idade. O INSS foi devidamente citado e apresentou contestação às fls. 27/29. Veio aos autos petição de fl. 33, em que a parte autora manifesta expressamente a desistência da ação e, requer a extinção do feito.É o necessário RELATÓRIO . Decido.De início, em que pese o réu tenha sido citado, e apresentado contestação, uma vez que a extinção não acarretará prejuízo a ele, desnecessário sua intimação quanto ao pedido de desistência.Isto posto, tendo em vista o pedido formulado à fl. 33, quanto à desistência da ação, julgo EXTINTO o processo sem resolução do MÉRITO , com fulcro no art. 267, VIII do C.P.C.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (art. 20, § 3º e alíneas do CPC, bem como ao pagaemento dos honorários periciais), cujas obrigações ficam suspensas, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 1.060/1950.P. R. I. Transitada em julgado, arquivem-se. Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001236-29.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rogério Domingos dos Santos
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
DESPACHO :
Vistos. Defiro a gratuidade judiciária. Ante a natureza da ação será observado o rito sumário, retifique-se a autuação. Sendo assim, nos termos do art. 277 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 30/09/2013, às 09h30min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (art. 277 § 3º, do CPC), ou não se defendendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º do CPC). Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, advertindo que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001237-14.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kysi Danielli Alves Santana Lacerda
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
DESPACHO :
Vistos. Defiro a gratuidade judiciária. Ante a natureza da ação será observado o rito sumário, retifique-se a autuação. Sendo assim, nos termos do art. 277 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 30/09/2013, às 08h30min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (art. 277 § 3º, do CPC), ou não se defendendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º do CPC). Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, advertindo que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001238-96.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carolina Oliveira Figueiredo
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
DESPACHO :
Vistos. Defiro a gratuidade judiciária. Ante a natureza da ação será observado o rito sumário, retifique-se a autuação. Sendo assim, nos termos do art. 277 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 30/09/2013, às 08h00min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (art. 277 § 3º, do CPC), ou não se defendendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º do CPC). Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, advertindo que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001239-81.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ilda Maria Gonçalves
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
DESPACHO :
Vistos. Defiro a gratuidade judiciária. Ante a natureza da ação será observado o rito sumário, retifique-se a autuação. Sendo assim, nos termos do art. 277 do CPC, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 30/09/2013, às 09h00min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer à audiência, ocasião em que poderá defender-se, desde que por intermédio de Advogado, ficando ciente de que, não comparecendo e não se representando por preposto com poderes para transigir (art. 277 § 3º, do CPC), ou não se defendendo, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo se o contrário resultar da prova dos autos (art. 277, § 2º do CPC). Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, advertindo que sua ausência injustificada acarretará a extinção do feito. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001327-22.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aparecida Maria da Silva Santos
Advogado:João Bosco Fagundes Junior (SP 314627)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos.Concedo os benefícios da justiça gratuita.Não vislumbro, por ora, os pressupostos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, até porque a verossimilhança das alegações da parte autora depende de prova técnica a ser produzida. Indefiro. Intime-se.Cite-se, pelo rito ordinário.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002223-02.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geralda Barbara de Jesus
Advogado:Luiz Carlos de Oliveira (RO 1032.)
Requerido:Banco do Brasil S A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (RO 4567)
DESPACHO :
Vistos. Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se quanto ao teor das informações e documentos de fls. 123/130.Presidente Médici-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001066-28.2011.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Cardoso de Oliveira
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
Requerido:Banco da Amazonia S A
Advogado:Ramiro de Souza Pinheiro (RO 2037), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
SENTENÇA :
Vistos.Trata-se de ação de indenização por danos morais cumulada com pedido de liminar proposta por JOSÉ CARDOSO DE OLIVEIRA em face de BANCO DA AMAZÔNIA S/A. Alega, em suma, que, apesar de nunca ter encetado qualquer contrato, mantido conta corrente ou cadastro com o réu, foi surpreendido com o cadastramento de seu nome no banco de dados restritivos de crédito denominado SPC, bem como no CADIN, referente a aval de Nota de Crédito Rural. Menciona que ficou surpreso em razão de nunca ter residido na cidade de Buritis, tampouco ter o conhecimento da pessoa de Raimundo Fernandes Felix, emitente da suposta nota promissória. Diz que oficiou ao banco réu, o qual providenciou a baixa da restrição junto ao SERASA, porém se omitiu quanto a baixa no CADIN. Assim, pretende a condenação da parte ré ao pagamento de indenização por danos morais, bem como requer que seu nome seja retirado dos registros do CADIN. Às fls. 19/22, DECISÃO concedendo a antecipação de tutela. Devidamente citada a parte ré apresentou contestação, às fls. 27/36, onde se insurge contra as alegações da parte autora, sob a alegação de que o autor assinou Nota de Crédito Rural, como avalista, e em razão do não pagamento de uma das parcelas teve seu nome inscrito nos cadastros de inadimplentes. À fl. 71, foi juntado cartão de assinatura do autor nos autos. Às fls. 74/119 a parte ré apresentou novos documentos. Durante a instrução foi ouvida uma testemunha (fl. 142).A parte ré apresentou suas alegações finais às fls. 147/150 e a parte autora, mesmo intimada, quedou-se inerte. É o RELATÓRIO . DECIDO.Trata-se de ação de indenização por danos morais cumulada com pedido liminar de exclusão de negativação de CPF onde, em síntese, alega o autor que teve seu nome inscrito nos cadastros de órgãos protetivos de crédito e no CADIN pelo réu, por débitos inexistentes, já que não manteve qualquer vínculo com este.De outro lado, o réu alega que o autor é avalista do Sr. RAIMUNDO FERNANDO FELIX na Nota de Crédito Rural nº FIR – M – 100002021-2, o qual fora inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, em virtude da inadimplência com a parcela do contrato. Assevera que não há qualquer conduta ilícita do Banco, vez que agiu em evidente exercício regular do direito, tendo em vista que a Nota de Crédito Rural encontrava-se inadimplente. Pois bem. Da análise dos documentos juntados aos autos, resta claro até mesmo ao homem médio, que a parte autora foi vítima de fraude, vez que

foi celebrado contrato de abertura de crédito constando seu nome como avalista. Entretanto, em uma simples comparação entre a assinatura do autor em seu documento pessoal (fl. 123) e na ficha de registro de assinatura (fl. 71), com relação à assinatura na Nota de Crédito Rural (fl. 54), verifica-se que as assinaturas são bem diferentes. Ademais, presume-se que no momento da realização do contrato sequer foi exigido documentos com foto, pois o réu mesmo intimado para apresentar os documentos apresentados pelo autor, quedou-se inerte neste ponto. Registre-se que o único documento do autor apresentado pelo réu é o de fl. 82, sendo que este na realidade foi apresentado pelo autor, juntamente com o pedido para retirada de seu nome dos cadastros SERASA e CADIN (vide documento de fl. 81) e não no momento da realização do contrato. Nesse passo, com os documentos acostados aos autos, verifica-se que terceiro de posse do número dos documentos do autor figurou como avalista em contrato de concessão de crédito rural, tendo sido o mesmo vítima de fraude. Saliente-se que embora a culpa tenha sido de terceiro, ela não foi exclusiva, porque compete ao Banco o dever de cuidado no desempenho de suas atividades, sendo um dos aspectos do serviço bancário o zelo pela segurança de terceiros, prevenindo e evitando práticas delituosas. No caso em tela, o fato poderia ter sido evitado se a instituição bancária, verificasse a veracidade das informações e documentos apresentados antes da concessão do crédito. Por tais razões deve a parte autora ser indenizada.Em caso semelhante já decidiu o TJRO:DANO MORAL. BANCO. ABERTURA DE CONTA CORRENTE. FRAUDE. NEGLIGÊNCIA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. instituição bancária que negligencia o dever de conferir documentação e dados pessoais, possibilitando a abertura fraudulenta de conta corrente, responde pelos danos deflagrados, bem como pela negativação indevida da vítima que veio a se tornar correntista e a ser vista como inadimplente por ato ilícito de outrem. Na quantificação da indenização observam-se os critérios pertinentes ao caso concreto, proporcionalmente à extensão do dano experimentado e de acordo com a conduta do infrator, entre outros. (Ap. Cível n. 0145797-06.2009.8.22.0001, Relator Desembargador Roosevelt Queiroz Costa, Data Julg. 30/06/2010). [grifei]In casu , deveria o réu ter adotado cautelas eficientes e capazes de evitar a fraude, examinando a documentação ou procurando confirmar os dados fornecidos, constatando que estava sendo utilizado documento falso, e com o comportamento negligente, acabou por propiciar a cobrança indevida de valores, causando consideráveis prejuízos ao consumidor.Verifico, no caso sub judice, presentes os requisitos que importam no dever de indenizar, quais sejam, o fato ou a conduta da empresa ré; a voluntariedade; resultado lesivo e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.Nesse prisma, em se tratando de relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva da parte ré de reparar os danos causados à parte autora (artigo 14 do CDC), decorrentes da falta de cuidado na execução de suas atividades e da falha na fiscalização, pois permitiu que um terceiro celebrasse um contrato figurando como avalista em nome do autor, o que desencadeou na inscrição indevida em cadastro de inadimplentes.Assim, pelo fato do autor ter tido a inscrição indevida de seu nome nos cadastros de proteção ao crédito, sofreu abalo moral, pelo qual a parte ré deve ser responsabilizada.Na fixação do valor da indenização, a título de danos morais, são levados em consideração os seguintes fatores: a) extensão do dano; b) grau de culpa do causador; c) capacidade econômica e condição social das partes, além do d) caráter pedagógico da reparação (parâmetros do art. 944, do CC).De se registrar que o valor apontado na inicial pelo autor é meramente referencial, sendo que a fixação deve ser de acordo com o prudente arbítrio do juiz.Considerando os postulados da compensação e do desestímulo, entendo que o quantum indenizatório não deve ser tão expressivo, de forma que se converta em fonte de enriquecimento ao autor e nem tão ínfimo que se torne ineficaz, não servindo a desestimular a parte ré a cometer conduta semelhante.Por todos estes elementos, entendo que o valor do dano moral deve ser fixado em R$ 10.000,00 (dez mil reais).Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por JOSÉ CARDOSO DE OLIVEIRA em face do BANCO DA AMAZÔNIA S/A, via de consequência, condeno o réu ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), à título de danos morais, os quais fixo de forma atualizada.Ainda, torno definitiva a DECISÃO liminar de fls. 19/22 e extinguo o processo com fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil.Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios ao autor, que fixo em 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação atualizada.P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000768-65.2013.8.22.0006
Ação:Despejo (Cível)
Requerente:Cooperativa de Credito dos Empresarios de Ji Paraná Ro .emprecred., Evaldo Severino da Silva, Laura de Freitas e Silva
Advogado:Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz. (RO 1112.)
Requerido:Jose Sebastião da Silva
DECISÃO :
Vistos. Mantenho a DECISÃO recorrida pelos seu próprios fundamentos. Como o agravo de instrumento não possui efeito suspensivo, determino o prosseguimento do feito. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001315-08.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alice Amaral Antunes
Advogado:Luiz Carlos de Oliveira (RO 1032.)
Requerido:Jorge Bispo da Silva
DESPACHO :
Vistos.Compulsando a inicial, verifica-se que a parte requerente pugnou os benefícios da Justiça Gratuita. O art. 4º § 1º da Lei 1060/50 assim estabelece: “§ 1º Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar estas condições nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais”. Entendo que por causa das consequências de uma afirmação falsa - pode caracterizar o crime do art. 299, CP ou ensejar condenação no pagamento do valor das custas, multiplicado por até dez vezes - a declaração de hipossuficiência deve ser pessoal. Assim, para constar no corpo da petição deve o cliente assiná-la ou o advogado possuir poder especial de declarar a pobreza do cliente.Como não ocorre tal situação nos autos, concedo o prazo de 10 (dez) dias para a parte autora emendar a inicial, comprovando seu estado de pobreza, sob pena de indeferimento. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001316-90.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Viviana Viana Itikawa de Camargo
Advogado:Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)
Requerido:Katuhide Itikawa, Judith Tamiyo Shimofusa Itikawa
DECISÃO :
Vistos. Da análise da inicial, verifico que, na realidade, trata-se de ação de anulação de adoção e não retificação de registro público como denominado. Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial no sentido de adequar o pedido como acima declinado, incluir no polo passivo da ação o nome dos adotantes, bem como comprovar o recolhimento das custas, sob pena de indeferimento da inicial. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0023554-79.2008.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eleci Vicente
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira Miranda (RO 1043.), Luiz Carlos Barbosa Miranda (RO 2435.), Weligton de Oliveira Teixeira (RO 2595.)
Requerido:Expresso Nacional Ltda, Nobre Seguradora do Brasil S A
Advogado:Florisbela Lima (RO 3.138), Lucineide Maria de Albuquerque (OAB/SP 72973), Charles Baccan Júnior (OAB/SP 196702)
DECISÃO :
Vistos. Certifique-se de houve ou não manifestação da parte ré. Após, retornem para apreciação do pedido de fl. 453.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0019702-13.2009.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Walter Matheus Bernardino Silva
Advogado:Walter Matheus Bernardino Silva (RO 3716.)
Executado:Adriano Benites Gois
DECISÃO :
Vistos. Defiro o pedido de fl. 114. Procedo a tentativa de bloqueio de ativos.Aguarde-se o resultado por 3 (três) dias. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000627-17.2011.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Gabriel Gorski
Advogado:Michelly Mensch Fogiatto (RO 1473), Maria Luiza de Almeida (RO 200-B.), Larissa Lopes Nunes (RO 569-E)
Executado:Alexandre Barneze
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
DESPACHO :
Vistos. Por ora, intime-se o credor para, em 10 (dez) dias, dizer se concorda com o pedido retro. Em caso de aceitação deverá esclarecer se receberá o crédito como forma de pagamento parcial ou integral. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002251-67.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Natilde Maria Mella M E
Advogado:Alexandre Barneze (RO 2660.), Valtair de Aguiar (RO 5490)
Requerido:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO :
Vistos.Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o presente recurso, em seu duplo efeito.Considerando que a parte recorrida já apresentou contrarrazões, remetam-se os autos ao TJRO. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000299-19.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Joana de Morais Menezes
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos. Ante o teor da petição retro, redesigno a audiência de intrução e julgamento para o dia 18 de setembro de 2013, às 10h30min. Intimem-se todos. Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000302-71.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida de Almeida
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos. Ante o teor da petição retro, redesigno a audiência de intrução e julgamento para o dia 18 de setembro de 2013, às 11 horas. Intimem-se todos. Expeça-se o necessário. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000321-77.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Geciane Fernandes
Advogado:Roseli Aparecida de Oliveira (RO 4152)
Requerido:Tribanco Super Compras Ou Farm
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO :
Vistos. Por ora, esclareça a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, de que forma foi realizado o pagamento da fatura de fl. 15, vez que na fatura consta número final do cartão nº 8116 e no comprovante de pagamento anexado à referida fatura consta final nº 7116. Intime-se. Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000631-83.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Paixão
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227), Ademar Ruiz de Lima (SP 31641)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos. Determino a produção de prova pericial, com base no art. 130 do CPC. Intimem-se as partes, para, caso queiram,

indicar assistentes técnicos, bem como o autor para apresentar quesitos, no prazo 05 (cinco) dias, observando-se que a parte ré já apresentou quesitos à fl. 28-v. Nomeio como perito o Dr. Rudyard Alexei Murillo Garvizu, médico atuante nesta cidade, o qual, com cópia dos quesitos apresentados pelas partes deverá ser intimado, esclarecendo que os honorários periciais perfazem o montante de R$ 234,80, conforme Resolução 558/07 do Conselho da Justiça Federal, os quais serão pagos através de RPV após decorrido o prazo para as partes se manifestarem quanto ao laudo. Ressalto ainda, que o laudo deverá ser apresentado em cartório no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia.Após apresentação do laudo, nada sendo requerido pelas partes, expeça-se RPV com relação ao valor dos honorários.Intime-se a parte autora na pessoa do advogado, e o INSS, via AR.Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001852-77.2008.8.22.0006
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (RO 000)
Requerido:Zulmar Gonçalves de Oliveira, Cachone & Catanho Ltda-me, Leandro da Silva Catanho, Irene Cachone, Ademilson Vieira dos Anjos, Luciano Mendes Fialho, Fabricio Barbosa de Andrade
Advogado:Armando Reigota (RO 122-A), Não Informado ( ), Paulo Luiz de Laia Filho (RO 3857)
DECISÃO :
Vistos.Trata-se de embargos de declaração opostos por Luciano Mendes Fialho, o qual aduz que houve obscuridade na SENTENÇA de fls. 652/656, vez que tanto pelo fato de ter sido condenado como secretario de pasta, com com relação ao valor da condenação há obscuridade.Aduz que ao tempo dos fatos era secretário de obras, sendo que a construção do campo de futebol envolve a pasta da agricultura e educação, secretarias distintas da que o embargante atuava. Ainda, aduz que o valor da condenação é superior ao prejuízo efetivamente sofrido pelo erário. Pois bem, nos termos do art. 535, do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na SENTENÇA , obscuridade, contradição ou omissão.Os presentes embargos não vislumbram qualquer das condições acima mencionadas, pois diferentemente do alegado, o pedido feito pelo réu confunde-se com o MÉRITO , e não trata-se de mera obscuridade na SENTENÇA . Ademais, esclareço que o embargos declaratórios não se prestam a reanalisar matéria do MÉRITO , tão somente as omissões, contradições e obscuridade das SENTENÇA s. Logo, as insurgências apresentadas pelo embargante deverão ser objeto de recurso próprio. Posto isso, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, sendo os mesmos meramente protelatórios. Publique-se.Intimem-se. Ante a DECISÃO dos embargos, caso as partes já tenham apresentado recurso de apelação, intimem-se para dizerem se ratificam o recurso apresentado. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0005370-41.2009.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laurinei Gularte
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660), Gilvan de Castro Araujo (RO 4589), João Valdivino dos Santos (RO. 2319)
Requerido:Manoel Custódio de Lima
Advogado:Esperendeus Ferreira de Pinho (RO 1429.)
DESPACHO :
Vistos. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito em termos de prosseguimento, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0013705-49.2009.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Credito dos Empresarios de Ji Paraná Ro .emprecred.
Advogado:Hugo Martinez Rodrigues (RO. 1728), Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz. (RO 1112.), Edilson Stutz (RO. 309-B)
Executado:Garcia Maldonado Comercio e Representação Ltda, João Carlos Garcia, Teresa Cristina da Rocha Garcia, Otaviano Henrique Garcia
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660), Neri Cezimbra Lopes (RO 653-A.)
DECISÃO :
Vistos. Ante o teor da certidão retro, inscreva-se os executados em dívida ativa do Estado, após, arquivem-se. Pratique-se o necessário. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001726-22.2011.8.22.0006
Ação:Monitória
Requerente:Sanches & Oliveira Ltda - ME
Advogado:Andreia Alves da Silva Bolson (RO 4608)
Requerido:Clayton Maltarolo
SENTENÇA :
Vistos. Trata-se ação monitória ajuizada por Sanches & Oliveira Ltda - ME em face de Clayton Maltarolo, objetivando o recebimento dos valores descritos na inicial.Foram realizadas diversas tentativas de citação da parte ré, mas todas restaram infrutíferas (fls. 26, 31, 66). A parte autora foi intimada por mais de uma vez, sendo que a última pessoalmente, para dar andamento ao feito, mas quedou-se inerte (fls. 67, 69). É o RELATÓRIO . Decido.Conforme certidões às fls. 67 e 69, o requerente foi intimado por duas vezes para impulsionar o feito, sob pena de extinção do feito, mas quedou-se inerte. Por esta razão, considerando que o autor abandonou a causa por mais de 30 (trinta) dias, declaro EXTINTO o processo sem resolução do MÉRITO , nos termos do art. 267, III, do C.P.C.Custas finais pela parte autora. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000338-16.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Regina Felipe Cabeça
Advogado:Eva Condack Dias Pereira da Silva (RO 2273.), Eliane Aparecida de Barros (RO 2064.)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos. Trata-se de pedido de aposentadoria rural por idade, onde a parte ré, devidamente citada, apresentou contestação pugnando pela extinção do feito, ante a ocorrência de coisa julgada. Aduz a parte ré que no ano de 2007 a parte autora

apresentou o mesmo pedido na Justiça Federal, o qual foi concedido pelo juízo de primeiro grau, entretanto, o recurso de apelação apresentado pelo INSS foi provido e a SENTENÇA foi reformada julgando improcedente o pedido de aposentadoria. Pois bem. Em que pese a manifestação do INSS a análise da coisa julgada em matéria previdenciária, deve ser mitigada. É que, consoante entendimento dos Tribunais Superiores, no caso em tele, a SENTENÇA anteriormente produzida acarreta o coisa julgada formal, porquanto a improcedência da ação ocorreu apenas pela ausência de provas materiais nos autos. Senão vejamos: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR REJEITADA. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. CORREÇÃO. JUROS. 1. A apresentação de novos elementos capazes de formar a convicção do Juízo descerra a possibilidade de novo julgamento, tendo em vista a inocorrência de coisa julgada material do direito pleiteado, pois a ausência de prova material acarreta trânsito em julgado apenas formal. Preliminar rejeitada. Precedentes. 2. Requisito etário: 28/04/2000 (nascimento 28/04/1940). Carência: 9 anos e 6 meses. 3. Início de prova material da atividade campesina: contratos de arrendamento rural, cadastro rural vinculado (municipal), termo de compromisso agrícola (estadual) e ficha de matrícula de filha constando a condição de rurícola do autor. Precedentes. 4. A prova oral produzida nos autos confirma o labor rural da parte autora. 5. Atrasados: a) Correção monetária pelo MCJF; b) Juros moratórios de 1,0 % até a Lei 11.960/09, e a partir dela 0,5% ao mês, a contar do vencimento das respectivas parcelas anteriores à citação e desta para as parcelas vencidas depois. 6. A implantação do benefício deve ser dar em 30 dias (obrigação de fazer), por aplicação do art. 461 do CPC. 7. Apelação e remessa oficial parcialmente providas, nos termos do item 5. (AC 0042317-47.2010.4.01.9199 / RO, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL FRANCISCO DE ASSIS BETTI, Rel.Conv. JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.158 de 25/04/2013) [negritei]Assim, in casu, em uma análise superficial da prova material trazida aos autos, verifico que há documentos novos, os quais não foram considerados para o julgamento da ação anteriormente ajuizada pela parte autora. Entretanto, não há que se falar em coisa julgada, sendo totalmente cabível o prosseguimento do feito. No mais, sem prejuízo, desde logo, determino a produção de prova testemunhal, com base no art. 130 do CPC. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de setembro de 2013, às 11h30min, oportunidade em que as partes poderão apresentar alegações e, se possível, será prolatada SENTENÇA .Advirto às partes que o rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, a partir da intimação, sob pena de preclusão, nos termos do art. 407 do CPC.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001347-13.2013.8.22.0006
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Wilson Romualdo
Advogado:Robismar Pereira dos Santos (RO 5502), Jose Isidorio dos Santos (RO 4495.)
Requerido:Izaias Laureano
DESPACHO :
Vistos.Por ora, conveniente a justificação prévia do alegado na inicial. Assim, designo audiência para o dia 09 de agosto de 2013, às 10 horas, devendo o requerente se fazer acompanhar de suas testemunhas ou esclarecer se deseja que as testemunhas arroladas na inicial sejam intimadas.Cite-se e intime-se a requerida para comparecer à audiência, onde poderá intervir, desde que o faça por intermédio de advogado. Advirta-se que o prazo para contestar (15 dias) contar-se-á da intimação da DECISÃO que deferir ou não a medida liminar (CPC, art. 930, parágrafo único).Intime-se o requerente através de sua patronesse.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002003-38.2011.8.22.0006
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Raisa Rondonia Agro Industrial S A
DECISÃO :
Vistos. Ante o teor da certidão retro, promovo a suspensão do feito. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002041-50.2011.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:B. B. S. A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Jocieli da Silva Vargas (RO 5180)
Executado:N. I. e C. L. V. de A.
Advogado:Alexandre Barneze (RO 2660.)
DECISÃO :
Vistos.Promovo a suspensão do feito. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001260-91.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valtair de Aguiar
Advogado:Alexandre Barneze (OAB/RO 2660)
Requerido:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA :
Vistos. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA movida por Valtair de Aguiar em face de Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.Depreende-se dos autos que houve a quitação do débito, conforme petição de fl. 22. É o necessário RELATÓRIO . Decido.Diante do cumprimento da obrigação pela executada, com fulcro no art. 794,I, do CPC, declaro extinta a execução.Expeça-se alvará judicial em favor da parte exequente quanto ao valor de fl. 69Ainda, considerando que o executado mesmo intimado não comprovou o recolhimento das custas, inscreva-se em dívida ativa. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001410-72.2012.8.22.0006
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Carla Stefânia de Oliveira Teixeira
Advogado:Roseli Aparecida de Oliveira (RO 4152)
Embargado:Walter Matheus Bernardino Silva, Adriano Benites Gois
Advogado:Walter Matheus Bernardino Silva (RO 3716.)
DESPACHO :
Vistos. Intime-se a parte exequente para manifestar-se quanto ao teor da petição retro em 10 (dez) dias. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000598-93.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nivaldo Viana da Cruz
Advogado:Cleber Faustino de Souza (RO 1743.)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DECISÃO :
Vistos. Determino a produção de prova pericial, com base no art. 130 do CPC. Intimem-se as partes, para, caso queiram, indicar assistentes técnicos, no prazo 05 (cinco) dias, observando-se que as partes já apresentaram quesitos. Nomeio como perito o Dr. Rudyard Alexei Murillo Garvizu, médico atuante nesta cidade, o qual, com cópia dos quesitos apresentados pelas partes deverá ser intimado, esclarecendo que os honorários periciais perfazem o montante de R$ 234,80, conforme Resolução 558/07 do Conselho da Justiça Federal, os quais serão pagos através de RPV após decorrido o prazo para as partes se manifestarem quanto ao laudo. Ressalto ainda, que o laudo deverá ser apresentado em cartório no prazo de 20 (vinte) dias, contados da realização da perícia.Após apresentação do laudo, nada sendo requerido pelas partes, expeça-se RPV com relação ao valor dos honorários.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000946-14.2013.8.22.0006
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado:Ana Paula dos Santos (RO 4794)
Requerido:Cleison Rosseti Silva
SENTENÇA :
Vistos.Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento, devidamente qualificado, ajuizou a presente ação de busca e apreensão em face de Cleison Rosseti Silva, alegando, em síntese, o inadimplemento no valor do contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, referente ao bem descrito na inicial. À fl. 29, sobreveio aos autos petição da parte autora requerendo a desistência do feito. É o necessário RELATÓRIO . Decido.De início, esclareço que embora o réu tenha sido citado é desnecessária a sua intimação quanto ao pedido de desistência, porquanto não lhe trará prejuízos. Tendo em vista o pedido formulado à fl. 29, quanto à desistência da ação, julgo EXTINTO o processo sem resolução do MÉRITO , com fulcro no art. 267, VIII do C.P.C.Em consequência, revogo a liminar concedida. Ante o recolhimento das custas iniciais, deixo de condenar quanto às finais.Expeça-se ofício ao Detran conforme requerido. P. R. I. Arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001242-36.2013.8.22.0006
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento
Advogado:Ana Paula dos Santos (RO 4794)
Requerido:Jose Aesio da Silva
SENTENÇA :
Vistos.Bv Financeira S/a - Crédito, Financiamento e Investimento, devidamente qualificado, ajuizou a presente ação de busca e apreensão em face de Jose Aésio da Silva, alegando, em síntese, o inadimplemento no valor do contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária, referente ao bem descrito na inicial. À fl. 25, sobreveio aos autos petição da parte autora requerendo a desistência do feito. É o necessário RELATÓRIO . Decido.De início, esclareço que é desnecessária a intimação da parte ré quanto ao pedido de desistência, porquanto sequer foi citada. Tendo em vista o pedido formulado à fl. 25, quanto à desistência da ação, julgo EXTINTO o processo sem resolução do MÉRITO , com fulcro no art. 267, VIII do C.P.C.Em consequência, revogo a liminar concedida. Ante o recolhimento das custas iniciais, deixo de condenar quanto às finais.Recolha-se o MANDADO expedido à fl. 25 e, ainda, expeça-se ofício ao Detran conforme requerido. P. R. I. Arquivem-se, independentemente do trânsito em julgado.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0001249-28.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Secorun Barbosa
Advogado:Luiz Carlos de Oliveira (RO 1032.)
Requerido:Unimed Cooperativa de Trabalho Médico de Rondônia
Advogado:Breno de Paula (OAB-RO 399 B)
DECISÃO :
Vistos. Ante o teor da petição de fl. 93/94 e ante a expressa concordância da parte autora à fls. 96/97, retifique-se o polo passivo da ação devendo constar Unimed Ji-Paraná - Cooperativa de Trabalho Médico. Registre-se que a ré Unimed Ji-Paraná já se deu por citada. No mais,
aguarde-se o decurso do prazo para apresentação da contestação. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Proc.: 0001214-32.2013.8.22.0018
Ação:Liberdade Provisória com ou sem fiança (Criminal)
Requerente:Leandro Mendes Leite da Rocha
Advogado:Paulo Cesar da Silva (RO 4.502)
FINALIDADE : Intimar o advogado da r. DECISÃO abaixo transcrita.
DECISÃO :
Trata-se de pedido de liberdade provisória de Leandro Mendes Leite Rocha ante a decretação de preventiva quando da homologação do flagrante, com base nos argumentos de que havia sido arbitrada fiança, bem como que a vítima voltará par a Bolívia no dia 15/8.Recebo o mesmo como pedido de revogação da preventiva, visto que é o caso.Vistas ao MP foi pelo indeferimento.É o RELATÓRIO . Passo a decidir. Entendo que ainda persistem os motivos ensejadores da prisão preventiva, mormente pelos fatos já narrados na decretação. Também me valho da fundamentação do Ministério Público que bem pautou a situação.A tudo isto aliodo ao fato de que nesta

data foi requerida e deferida as medidas protetivas de urgência da vítima e sua genitora face a preventivado.Por subsitirem os motivos que fundamentaram o decreto da prisão preventiva analisada no flagrante, indefiro o pedido de revogação da mesma.Intimem-se. Ciência ao MP. Sirva a presente como MANDADO de intimação.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

1 º Cartório Criminal
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Proc.: 0000629-48.2011.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:OSÉIAS DOS SANTOS SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o n. 010.145.062-12, nascido aos 31/05/1990, natural de Rolim de Moura/RO, filho de Dirceu Cassiano dos Santos e de Ilda da Silva Santos, atualmente em local incerto e não sabido.
FINALIDADE : CITAR o denunciado acima qualificado para, no prazo de 10 (dez) dias, responder por escrito a acusação do Ministério Público adiante transcrita, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecendo documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. DENÚNCIA: "... Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, em data e horário não especificados, no ano de 2011, o Denunciado OSÉIAS DOS SANTOS SILVA adulterou sinal identificador de seu veículo automotor Honda XR 250, Tornado, cor Branca, ano 2002. Depreende-se dos autos que o denunciado utilizava em sua motocicleta a placa identificadora NDO- 9370, a qual pertence a motocicleta Honda, Tita 150cc, sendo certo que a placa verdadeira do veículo apurado é NCC-5956, de acordo com levantamento realizado no site do DETRAN/RO... Isto posto, denuncio OSÉIAS DOS SANTOS SILVA...como incurso nas sanções do art. 311, caput, do CP.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 05 de Agosto de 2013
Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti
Juíza de Direito

Proc.: 0026654-14.2005.8.22.0017
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Jeunes Silva Gomes, Genivaldo Benedito Gomes, Gentilina Celanira Fontes
Advogado:Dr. Rubens Vieira Lopes, OAB/RO 273
FINALIDADE : INTIMAR o advogado acima, de que o interrogatório dos réus, foi redesignado para o dia 11(onze) de setembro de 2013, às 10h:30min., a ser realizada na sala de audiências do cartório criminal desta Comarca.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 05 de Agosto de 2013.

Proc.: 0001537-71.2012.8.22.0018
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado:Adriano Coelho Francisco, Eugenio Terres de Oliveira, Cleone dos Santos Pereira
Advogados:Ademar Silveira de Oliveira. (OAB/RO 503A), André Roberto V. Soares (OAB/RO 4452).
FINALIDADE : INTIMAR os advogados de que a audiência de Instrução foi redesignada para o dia 12 de Novembro de 2013, às 11:00 horas.
Santa Luzia D'Oeste/RO, 05 de Agosto de 2013

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Proc.: 0005151-11.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Endocardo Brito
Advogado:Quenede Constâncio do Nascimento (3631), ( )
Requerido:Seguradora Líder Ltda
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428), Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5017)
Agendamento de perícia
Fica o Advogado(a) da parte autora intimado sobre o agendamento da perícia com o Dr. Helio Alexandre Domingues, às 07:00 horas, no dia 23/10/2013 no Hospital Amélio João da Silva.

Proc.: 0001060-17.2013.8.22.0017
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:C. N. H. L.
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido:A. F. de L.
FINALIDADE : Fica a parte requerente intimada para que no prazo de 05 dias manifeste acerca da certidão do oficial de justiça. Certifico que em cumprimento ao r. MANDADO , após diligências, DEIXEI DE PROCEDER A BUSCA E APREENSÃO, em virtude da não indicação de depositário e do não fornecimento de meios materiais para concretização da diligência. Tanto no DESPACHO como na inicial não há indicação de depositário. Liguei no nº de telefone indicado na inicial e fui informado pela autora que no estado de Rondônia o seu representante legal está situado no município de Porto Velho/RO, sendo que forneceu o seguinte nº 3229-0470. Liguei nesse número, sendo que uma pessoa se identificou como Everton, declarando-se responsável pelas buscas e apreensões da autora. Solicitei que ele indicasse o depositário e fornecesse meios para deslocamento do veículo; o senhor Everton informou que iria entrar em contato telefônico comigo indicando o depositário, porém, até a data de hoje (vencimento do MANDADO) não houve nenhum contato telefônico

Proc.: 0000196-10.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindiomar José Carline
Advogado:Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
FINALIDADE :
Fica a parte autora, por via de sua advogada, intimada para que no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca de laudo médico pericial juntado aos autos fls. 80.

Proc.: 0003100-27.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Albertina Pedrosa da Silva
Advogado:Quenede Constâncio do Nascimento (3631)
Requerido:Seguradora Líder Ltda
Advogado:Álvaro Luiz Fernandes (OAB/AC 3.592), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868)
Agendamento de perícia
Fica o Advogado(a) da parte autora intimado acerca do agendamento da perícia no dia 30/10/2013 com o Dr. Helio Alexandre Domingues, as 07:00 horas, no Hospital Municipal Amélio João da Silva, em Rolim de Moura/RO.

Proc.: 0001336-79.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio Ferreira dos Santos
Advogado:Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243), Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115), Daniel dos Anjos Fernandes Junior (ooooo), Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Requerido:Banco Santander S/A
Advogado:Adriana Cristina Papafilipakis Graziano (OAB/SP 133127), Adriana Oliveira de Almeida (OAB/SP 184.908), Nanci Campos (OAB/SP 83577), Marcos Antônio Metchko. (RO 1482), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0000068-58.2010.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:K. P. M.
Advogado:Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Requerido:M. de P. -. R.
Advogado:Sammuel Valentim Borges (OAB/RO 333E)
Fica a parte autora intimada a apresentar o número da conta e agência e CPF, para recebimento dos valores constantes da SENTENÇA , no prazo de 5 dias.

Proc.: 0001270-36.2011.8.22.0018
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (RO 4986), Celso Marcon (OAB/ES 10990), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Paulo Celso Pompeu (OAB/SP 129933), Wilson Sanches Marconi (OAB/SP 85657), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/RO 5401)
Requerido:Alessandro Almeida de Paula
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 69vº "...deixei de proceder como determinado pois o referido veiculo teria sido vendido pelo requerido para o senhor Pedro Tomateiro, da comarca de Rolim de Moura, e o requerido atualmente reside em Manaus."

Proc.: 0000996-72.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Waldemaro Holanda
Advogado:Sônia Maria Antônio de Almeida Negri (OAB/RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA :
SENTENÇA WALDEMARO HOLANDA, qualificado nos autos do processo identificado na epígrafe, ajuizou a presente ação de previdenciária em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a condenação deste na obrigação de lhe conceder o benefício da aposentadoria por invalidez.Após regular trâmite do processo, o réu propôs acordo (fls. 145), que foi aceito pelo autor (fls. 148).Relatados. Decido.O acordo proposto pelo réu, cujas cláusulas estão em folhas 143, e aceito pelo autor, preserva o interesse de ambas as partes, razão pela qual deve ser homologado.Posto isso, HOMOLOGO o ACORDO por SENTENÇA , para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, RESOLVENDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Independentemente do trânsito em julgado, requisite-se à implantação do benefício ao setor competente e o pagamento de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais) mediante a expedição de RPV.Decorrido o prazo sem a interposição de embargos, requisite-se o pagamento, observando-se a Resolução do Conselho da Justiça Federal. Vindo a resposta:a) Expeça-se o competente alvará para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque tanto pelo advogado quanto pela parte autora.b) Intime-se a autora, pessoalmente, cientificando-a de que encontra-se depositado em conta judicial, a seu favor, especificando o valor, sendo que seu patrono foi autorizado a levantar referido valor.c) Após, intime-se, por meio de DJ, a autora a retirar em cartório o alvará, devendo se manifestar no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo pagamento. Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000730-51.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Benedita Maria Cardoso Felipe
Advogado:Sônia Maria Antônio de Almeida Negri (OAB/RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
SENTENÇA :
SENTENÇA I- RELATÓRIO Trata-se de ação previdenciária ajuizada por BENEDITA MARIA CARDOSO FELIPE em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS, pela qual pretende que lhe seja concedido o benefício da aposentadoria rural por idade.Aduz que nasceu no dia 14/05/1927, contando, portanto, com mais de 55 anos de idade, sendo que sempre desempenhou atividades no campo. Ao final, requereu a condenação da ré a fim de que seja compelida a lhe conceder o benefício previdenciário da aposentadoria rural por idade no valor de um salário mínimo mensal, a partir da data do requerimento administrativo.A citação foi regular e válida (fls. 55), e a autarquia ré não apresentou defesa.Na audiência de instrução foram ouvidas duas testemunhas (fls. 62-63). Alegações finais da autora (fls. 60), e preclusa a apresentação das alegações finais pelo INSS.Fora concedida a antecipação de tutela em audiência (fls. 60-61), que foi devidamente cumprida (fls. 71). Em seguida, os autos vieram-me conclusos.II- FundamentaçãoA Lei n. 8.213/91, em seu art. 11, inc. VII, considera o trabalhador rural segurado da previdência social, classificando-o como segurado obrigatório e especial, desde que exerça seu labor individualmente ou em regime de economia familiar.A Previdência Social oferece aos segurados dentre os serviços e benefícios, o pretendido pelo Autor, qual seja, aposentadoria por idade (art. 18, I, b), cujos requisitos e condições vêm expressos nos artigos 48 e 51 do referido diploma. Para a concessão do benefício, o artigo 48, § 1º, da Lei n. 8.213/91 exige idade mínima de 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, além do efetivo tempo de serviço rural, que pode ser integral ou descontínuo (art. 143 da Lei n. 8.213/91), cujo tempo deverá ser comprovado mediante início razoável de prova material, complementado por prova testemunhal, tanto na esfera administrativa ou judicial, a teor do art. 55 parágrafo 3º, da citada lei, não se admitindo prova

exclusivamente testemunhal (Súmulas 149/STJ e 27/TRF – 1ª Região).Portanto, para o acolhimento da pretensão deduzida incumbe à parte autora comprovar a existência cumulada dos seguintes requisitos: a) idade de 55 anos para trabalhadora rural (art. 48, §1º); b) a qualidade de segurada segundo a categoria em que se classifica; e c) o exercício efetivo da atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, no período de carência de 180 meses.Pois bem. Nos autos, resta incontroverso o atendimento do requisito da idade, uma vez que os documentos comprovam que a Autora, nascida em 14/05/1927 (fls. 35), contava com mais de 55 anos de idade completos no dia do requerimento administrativo (24/08/2009) e do ajuizamento da ação (26/06/2012).Quanto à comprovação da qualidade de segurado especial, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil - como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão. Nesse sentido é o entendimento pacífico no e. STJ, consoante o seguinte aresto:PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM BASE NAS ALÍNEAS A E C DO ART. 105, III DA CF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO REALIZADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. APOSENTADORIA RURAL. TAMANHO DA PROPRIEDADE NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO E CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL.(...) 4. Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícula, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo.(...) Na hipótese dos autos, conforme delineado pelo Juízo de 1ª instância, a autora logrou comprovar o labor rural com base em prova material (no caso, a Certidão de Casamento em que consta a condição de trabalhador rural do marido da autora e as Certidões de Nascimento de seus filhos, com o registro de sua profissão de lavradora), complementada por prova testemunhal.8. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido, para julgar procedente o pedido inicial e restabelecer a SENTENÇA em todos os seus termos.(REsp 980.065/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 17/12/2007 p. 340)Com efeito, o verbete da Súmula 149 do STJ dispõe que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.Corolário da exigência de "início" é que não se exige que o início de prova material corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício, bastando que o conjunto probatório permita ao julgador, formar convicção acerca da efetiva prestação laboral rurícola. Como início de prova material da sua condição de segurada especial, a Autora fez juntar aos autos, com a inicial, dentre outros documentos:a) Certidão de Casamento constando a profissão de seu esposo como sendo de lavrador (fls. 37) e a requerente doméstica;b) contrato particular de comodato rural (fls. 40) datado de 1992.c) notas de venda de produtos agrícolas datadas dos anos de 1994, 1998, 2000, 2002, 2003, 2005, 2007, 2008 (fls. 42-44, 48-53).Depoimento das testemunhas ouvidas, também corroboram a afirmação da qualidade de segurada especial há mais de quinze anos na mesma localidade, pelo menos desde 1990 (fls. 62-63).Assim, não resta qualquer dúvida que a autora realmente é ou era trabalhadora rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos, conforme regra contida no art. 62, do Decreto 3.048/99.Quanto ao requisito relativo à prova do exercício da atividade rural em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, entendo da mesma forma comprovado.Assim, tenho que há início de prova material, corroborada pela testemunhal, suficiente para reconhecer a qualidade de segurado especial do Autor.Em se tratando de segurada especial prevê a lei em seu art. 39, I, a concessão do referido benefício no valor de 01 (um) salário mínimo, dada a comprovação da atividade rural no período de carência e à ausência de provas quanto ao recolhimento de contribuições no respectivo período.Outrossim, a condenação será devida a partir do ajuizamento da ação em 26/06/2012, posto que ficou quase três anos inertes desde o indeferimento em 03/09/2009.Do pedido de antecipação de tutelaConfirmada a antecipação de tutela concedida em 14/03/2013 (fls. 60).III- DISPOSITIVO Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por BENEDITA MARIA CARDOSO FELIPE em face de INSS – INSTITUTO DE SEGURO SOCIAL para CONDENAR o INSS a conceder-lhe o benefício previdenciário consistente na aposentadoria por idade, na condição de trabalhadora rural no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, inclusive com abono natalino, com efeito retroativo à data do ajuizamento da ação (26/06/2012), acrescidos de juros legais e correção monetária, cujo valor líquido deve ser apurado mediante aplicação de simples cálculo aritmético, atualizado na forma do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Condeno o réu no pagamento de honorários advocatícios que arbitro em 10% das parcelas vencidas (Súmula 111 do STJ).O réu não está sujeito ao pagamento de custas nos termos do art. 3º da Lei n. 301/90.Encerro esta fase processual com resolução do MÉRITO nos termos do art. 269, inc. I, do CPC.Sem reexame necessário, em razão do valor da condenação (art. 475, §2º, CPC). Em respeito ao Ofício Circular n. 017/2012/GAB/PR e da Recomendação Conjunta n°□04 de 17 de maio de 2012 da Corregedoria Nacional de Justiça com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Pedido de Providência n. 0006107-75.2009.8.00.0000), informo os dados do Autor:a) Benedita Maria Cardoso Felipe, nascida aos 14/05/1927, filha de José Domingos Cardoso e Joaquina Caetano, RG 427.120 SSP/RO e CPF 386.239.002-00;b) número do requerimento administrativo: 0559653468c) salário do benefício: um salário mínimod) DIB: 26/02/2012SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000895-38.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ireni Moreira da Silva Cunha
Advogado:( ), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)

SENTENÇA :
SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de ação previdenciária, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada por IRENI MOREIRA DA SILVA CUNHA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL- INSS, pela qual o autor pretende a condenação do réu a estabelecer o benefício de auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez.Alega que é trabalhadora rural e está incapacitada em virtude de problemas de saúde. Requereu a condenação da ré no estabelecimento do benefício de auxílio-doença e posterior aposentadoria por invalidez.Indeferida a antecipação de tutela (fls. 44). Devidamente citada (fls. 46), a autarquia ré não contestou o pedido de inicial.O laudo pericial (fls. 69-71).Proposta de acordo formulado pelo INSS (fls. 81) não aceita pela autora (fls. 86-87).Em seguida, os autos vieram-me conclusos.II - FundamentaçãoAs partes são capazes e estão bem representadas. Não há questões processuais a serem examinadas, ou nulidades a serem declaradas, razões pelas quais passo ao exame do pedido.Em sua inicial, o autor faz dois pedidos, que lhe seja concedido o auxílio-doença e, posteriormente, a aposentadoria por invalidez. Entendo que a diferença dos dois benefícios consiste na incapacidade ser temporária ou permanente.II.1 - Da aposentadoria por invalidezNos termos do art. 42 da Lei 8.213/91, a aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.Do artigo se retira os requisitos para a concessão do benefício da aposentadoria, quais sejam:a) condição de segurado;b) incapacidade;c) período de carência;d) impossibilidade de reabilitação; Quanto à condição de segurado, nos reportamos ao art. 11 da mesma Lei para condicionar o requerente ao segurado especial:Art. 11. São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas (...)VII como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de:a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade:1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais;2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput art. 2oda Lei no9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida;b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. Quanto à comprovação da qualidade de segurado especial, sensível à dificuldade do rurícola na obtenção de prova escrita do exercício de sua profissão, o Superior Tribunal de Justiça já solucionou a matéria, adotando a solução pro misero, no sentido de que a exigência legal para a comprovação da atividade laborativa do rurícola resulta num mínimo de prova material, ainda que constituída por dados do registro civil - como em certidão de casamento, ou de nascimento dos filhos e, até mesmo, em assentos de óbito, no caso de pensão. Nesse sentido é o entendimento pacífico no e. STJ, consoante o seguinte aresto:PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM BASE NAS ALÍNEAS A E C DO ART. 105, III DA CF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO REALIZADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. APOSENTADORIA RURAL. TAMANHO DA PROPRIEDADE NÃO DESCARACTERIZA, POR SI SÓ, O REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO E CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADO POR PROVA TESTEMUNHAL.(...)4. Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícula, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo.(...) Na hipótese dos autos, conforme delineado pelo Juízo de 1ª instância, a autora logrou comprovar o labor rural com base em prova material (no caso, a Certidão de Casamento em que consta a condição de trabalhador rural do marido da autora e as Certidões de Nascimento de seus filhos, com o registro de sua profissão de lavradora), complementada por prova testemunhal.8. Recurso Especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido, para julgar procedente o pedido inicial e restabelecer a SENTENÇA em todos os seus termos.(REsp 980.065/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 17/12/2007 p. 340)Com efeito, o verbete da Súmula 149 do STJ dispõe que a prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.Como início de prova material da sua condição de segurado especial, a Autora fez juntar aos autos, com a inicial, dentre outros documentos:a) Instrumento particular de comodato rural (fls. 26).b) nota fiscal de venda de produto (fls. 30-32).Além dos documentos, o próprio INSS reconheceu a qualidade de segurada especial da autora concedendo à autora o benefício de auxílio-doença pelo menos até 21/07/2010 (fls. 37).Assim, não resta qualquer dúvida que a autora realmente é trabalhadora rural, porquanto vem demonstrada nos autos por início de prova documental corroborada pela prova testemunhal, segundo exige o art. 55, § 3º, da Lei 8.213/91 e contemporânea aos fatos, conforme regra contida no art. 62, do Decreto 3.048/99.Provado está, pois, o reconhecimento da qualidade de segurada especial da Autora como trabalhadora rural.Quanto à comprovação do período de carência, nesse passo, vale registrar que a Legislação Previdenciária deu à categoria dos trabalhadores rurais um tratamento diferenciado no que se refere à obrigatoriedade de um número mínimo de contribuições mensais para a obtenção da qualidade de segurado, requisito que restou substituído pela comprovação efetiva do exercício da atividade rural, único pressuposto da sua inserção no Regime de Previdência Social.Esta prescindibilidade da comprovação de recolhimentos previdenciários mínimos para a obtenção do direito ao auxílio-doença vem reforçada pelo disposto no art. 26 da Lei 8.213/91, que estabelece a desnecessidade de período de carência para a aquisição daquele benefício.Resta, pois, analisar a incapacidade da autora.Neste caso, ao exame dos documentos trazidos aos autos, constata-se, sem nenhuma dificuldade, que a Autora está total e permanentemente incapacitada para o trabalho, em virtude de artropatia de Charcot, polineoropatia como sequelas de hanseníase (fls. 69-70). De acordo com o perito, as sequelas neurológicas são irreversível.Destarte, resta comprovada a

incapacidade total e permanente da Autora para exercer trabalho que lhe garanta a subsistência. Portanto, o autor ostenta a qualidade de segurada especial e, como está incapacitada permanentemente para o trabalho nas lidas do campo, o acolhimento da inicial se impõe, com a condenação do réu na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez.II.2- Do auxílio-doençaUma vez concedido o direito da autora em perceber o benefício da aposentadoria por invalidez, faz-se desnecessário a análise dos requisitos para a concessão do auxílio-doença. Afinal, quem preenche os requisitos para a aposentadoria por invalidez com certeza também preenche os requisitos do auxílio-doença que, nos termos do art. 59 da Lei 8.213/91, são: a) prova da qualidade de segurado; b) cumprimento da carência exigida por lei (que inexiste quando se trata de segurado especial - art. 26 c/c art. 39); e c) incapacidade laborativa por mais de quinze dias.II.3- Termo inicial do benefícioQuanto ao termo inicial do benefício, há de ser a data da cessação do benefício em 22/07/2010 (fls. 37), uma vez que não desistiu após a cessação do benefício requerendo administrativamente e após judicialmente em 11/05/2011.Assim, deverá ser deferido o auxílio-doença da autora desde a data da cessação do benefício (22/07/2010) até a prolação da presente DECISÃO . A partir desta SENTENÇA , a qual reconheceu o preenchimento dos requisitos, deverá ser estabelecido o benefício de aposentadoria por invalidez. Embora o benefício seja de aposentadoria, o assegurado deverá se submeter, sob pena de suspensão do benefício, à exame médico a cargo da Previdência Social, processo de reabilitação profissional por ela prescrito e custeado, e tratamento dispensado gratuitamente, exceto o cirúrgico e a transfusão de sangue, que são facultativos (art. 101 da Lei 8.213/91).II.4- Da antecipação de tutelaConsiderando-se o reconhecimento dos requisitos necessários para a concessão do benefício e o pedido de antecipação da tutela, bem como, atentando que a dita antecipação visa a fornecer à parte autora a satisfação de sua pretensão antes ou no momento da fase decisória, a despeito de recurso voluntário com efeito suspensivo ou reexame necessário, desde que, obviamente, estejam preenchidos os requisitos do artigo 273 do CPC. Sob essa perspectiva, encontram-se presentes os requisitos da tutela antecipatória nesta fase, pois seria um rematado absurdo obrigar a autora, que já preenche as condições para a percepção do benefício, consoante acima exposto, a aguardar o trânsito em julgado da SENTENÇA.Outrossim, o benefício previdenciário requerido neste procedimento possui natureza eminentemente alimentar, cuja falta de pagamento, por si só, constitui prejuízo que se renova a cada dia, pois aquilo que faz falta hoje não haverá como ser suprido amanhã.Assim, concedo a ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA a fim de determinar que o réu estabeleça à Autora, a partir da sua intimação, até posterior DECISÃO deste Juízo, o benefício de aposentadoria por invalidez. O réu deverá informar este Juízo do cumprimento desta DECISÃO em até 15 dias após o recebimento da intimação, sob pena de pagamento de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais), limitando-se a R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme disposto no art. 461, § 3º e 4º, do CPC.III DISPOSITIVO À luz das ponderações supra, JULGO PROCEDENTEa pretensão deduzida em juízo por IRENI MOREIRA DA SILVA CUNHA face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS,a fim de: a)CONDENAR o INSS a conceder à Autora o benefício de auxílio-doença desde a data da cessação do benefício (22/07/2010) até a presente data, corrigindo-se as parcelas vencidas na forma descrita no art. 1-F da Lei 9.494/97; b) CONDENAR o INSS a conceder à Autora, a partir desta data, o benefício da aposentadoria por invalidez, IMEDIATAMENTE, no valor de um salário mínimo. CONDENO, ainda, o réu no pagamento de honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação, excluídas as prestações vencidas após a SENTENÇA (Súmula 111 STJ).O réu é isento do pagamento de custas (art. 3º da Lei n. 301/90).Descabido o reexame necessário em razão do disposto no § 2º do art. 475 do CPC. Em respeito ao Ofício Circular n. 017/2012/GAB/PR e da Recomendação Conjunta n° 04 de 17 de maio de 2012 da Corregedoria Nacional de Justiça com a Corregedoria-Geral da Justiça Federal (Pedido de Providencia n. 0006107-75.2009.8.00.0000), informo os dados da Autora:a) Ireni Moreira da Silva Cunha, nascida aos 12/03/1979, em Ji-Paraná-RO, filha de Elviro Moreira dos Santos e Zumira Luiza da Silva, RG 880.855 SSP/RO e CPF 831.406.032-15;b) NB 535.429.409-2;c) salário do benefício: um salário mínimo;d) DIB: 22/07/2010 (auxílio-doença);e) a partir dessa data aposentadoria por invalidezSENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimação da parte autora pelo Diário da Justiça. Intime-se pessoalmente a requerida.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000794-98.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria José Barnabé da Silva
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida (SP 220.181), ( ), Marcos Silva Nascimento (SP 78.939), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO :
Vistos etc. Defiro o desarquivamento dos autos.Devolvo à parte autora o prazo para apresentar recurso.Publique-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000087-30.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana da Silva Porto
Advogado:Edson Luiz Rolim (RO 313-A)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
SENTENÇA :
SENTENÇAANA DA SILVA PORTO ajuizou a presente execução em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL, visando o recebimento de valores pretéritos e honorários sucumbenciais.Após regular processamento da execução, o valor referente aos honorários advocatícios foi requisitado, depositado em conta judicial e liberado ao advogado do autor.Assim, em face do pagamento integral do débito e dos honorários de sucumbência, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado. Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000412-34.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francieli Gonçalves Souza Ferreira
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469), Valdinei Santos Souza Ferres (3175), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO :
Vistos etc. Já consta nos autos indeferimento da inicial datado de 16/05/2013, sendo que o pedido de prorrogação de prazo foi protocolado em 17/05/2013 (fls. 34).Desta forma, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0012110-76.2009.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juraci Casemiro Gomes
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (RO 3952)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
SENTENÇA :
SENTENÇA JURACI CASEMIRO GOMES ajuizou a presente execução em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, visando o recebimento de valores pretéritos e honorários sucumbenciais.Após regular processamento da execução, o valor referente aos honorários advocatícios foi requisitado, depositado em conta judicial e liberado ao advogado do autor.Assim, em face do pagamento integral do débito e dos honorários de sucumbência, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado. Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000744-35.2012.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Socorro Souza
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042), Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
SENTENÇA :
SENTENÇA MARIA DO SOCORRO SOUZA, qualificado nos autos do processo identificado na epígrafe, ajuizou a presente ação previdenciária em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a condenação deste na obrigação de lhe conceder o benefício da aposentadoria por idade.Após regular trâmite do processo, o réu propôs acordo (fls. 71), que foi aceito pelo autor (fls. 95-96).Relatados. Decido.O acordo proposto pelo réu, cujas cláusulas estão em folhas 71, e aceito pelo autor, preserva o interesse de ambas as partes, razão pela qual deve ser homologado.Posto isso, HOMOLOGO o ACORDO por SENTENÇA , para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, RESOLVENDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Independentemente do trânsito em julgado, requisite-se à implantação do benefício ao setor competente e o pagamento de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais) mediante a expedição de RPV.Decorrido o prazo sem a interposição de embargos, requisite-se o pagamento, observando-se a Resolução do Conselho da Justiça Federal.Vindo a resposta:a) Expeça-se o competente alvará para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque tanto pelo advogado quanto pela parte autora.b) Intime-se a autora, pessoalmente, cientificando-a de que encontra-se depositado em conta judicial, a seu favor, especificando o valor, sendo que seu patrono foi autorizado a levantar referido valor.c) Após, intime-se, por meio de DJ, a autora a retirar em cartório o alvará, devendo se manifestar no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo pagamento. Santa Luzia D'Oeste-RO, sexta-feira, 2 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001075-80.2013.8.22.0018
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
Embargado:Arminda Campos de Souza
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
DESPACHO :
Vistos etc. 1- Já apensado aos autos principais n. 1340-53.2011.822.0018.2- Recebo os embargos do devedor, porque não é o caso de rejeição liminar (art. 739 do CPC). 3- Atribuo efeito suspensivo aos autos principais, porquanto, envolve interesse público. 4- Ouça-se o embargado, no prazo de 15 dias.Publique-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0017200-65.2009.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Julia Benedita da Silva
Advogado:Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
SENTENÇA :
SENTENÇA JULIA BENEDITA DA SILVA ajuizou a presente execução em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, visando o recebimento de valores pretéritos e honorários sucumbenciais.Após regular processamento da execução, o valor referente aos honorários advocatícios e o valor principal foram requisitados, depositados em conta judicial e liberados ao advogado do autor.Assim, em face do pagamento integral do débito e dos honorários de sucumbência, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado. Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000227-93.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lourival Gomes da Silva
Advogado:Dorislene Mendonça Cunha Ferreira (RO 2041)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)

SENTENÇA :
SENTENÇA LOURIVAL GOMES DA SILVA, qualificado nos autos do processo identificado na epígrafe, ajuizou a presente ação de alimentos em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a condenação deste na obrigação de lhe conceder o benefício da aposentadoria por idade.Após regular trâmite do processo, o réu propôs acordo (fls. 39), que foi aceito pelo autor (fls. 40).Relatados. Decido.O acordo proposto pelo réu, cujas cláusulas estão em folhas 39, e aceito pelo autor, preserva o interesse de ambas as partes, razão pela qual deve ser homologado.Posto isso, HOMOLOGO o ACORDO por SENTENÇA , para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, RESOLVENDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se.Independentemente do trânsito em julgado, requisite-se à CONVERSÃO do benefício ao setor competente e o pagamento de R$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mediante a expedição de RPV.Decorrido o prazo sem a interposição de embargos, requisite-se o pagamento, observando-se a Resolução do Conselho da Justiça Federal. Vindo a resposta:a) Expeça-se o competente alvará para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque tanto pelo advogado quanto pela parte autora.b) Intime-se a autora, pessoalmente, cientificando-a de que encontra-se depositado em conta judicial, a seu favor, especificando o valor, sendo que seu patrono foi autorizado a levantar referido valor.c) Após, intime-se, por meio de DJ, a autora a retirar em cartório o alvará, devendo se manifestar no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo pagamento. Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001514-02.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Furtado de Oliveira
Advogado:Joao Carlos da Costa (RO 1258), Marcio Antonio Pereira. (RO 1615), Daniel Redivo (RO 3181)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA :
SENTENÇA MARIA APARECIDA FURTADO DE OLIVEIRA, qualificado nos autos do processo identificado na epígrafe, ajuizou a presente ação previdenciária em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, visando a condenação deste na obrigação de lhe conceder o benefício da aposentadoria por invalidez.Após regular trâmite do processo, o réu propôs acordo (fls. 100-101), que foi aceito pelo autor (fls. 103).Relatados. Decido.O acordo proposto pelo réu, cujas cláusulas estão em folhas 100-101, e aceito pelo autor, preserva o interesse de ambas as partes, razão pela qual deve ser homologado.Posto isso, HOMOLOGO o ACORDO por SENTENÇA , para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, RESOLVENDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO , nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intimem-se. Isento de custas finaisIndependentemente do trânsito em julgado, requisite-se à implantação do benefício ao setor competente e o pagamento de R$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) mediante a expedição de RPV.Decorrido o prazo sem a interposição de embargos, requisite-se o pagamento, observando-se a Resolução do Conselho da Justiça Federal.Vindo a resposta:a) Expeça-se o competente alvará para pagamento dos valores que serão depositados judicialmente, autorizando o saque tanto pelo advogado quanto pela parte autora.b) Intime-se a autora, pessoalmente, cientificando-a de que encontra-se depositado em conta judicial, a seu favor, especificando o valor, sendo que seu patrono foi autorizado a levantar referido valor.c) Após, intime-se, por meio de DJ, a autora a retirar em cartório o alvará, devendo se manifestar no prazo de 5 dias, sob pena de extinção pelo pagamento.Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0013466-43.2008.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Loreci Lurdes Cardoso de Aguiar
Advogado:Lenir Correia Coelho Bonfá (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
DESPACHO :
Vistos etc. Conforme solicitado, deverá o autor apresentar planilha de cálculos até a data de 17/08/2013, sob pena de arquivamento.Publique-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001215-85.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Martho Sérgio da Cruz
Advogado:Edson Luiz Rolim (RO 313-A)
Requerido:Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
DECISÃO :
RECEBIMENTO DE RECURSO1- Dos embargos de declaraçãoO requerido Instituto Nacional do Seguro Social interpôs embargos à declaração a alegando que a SENTENÇA é contraditória já que concedeu o benefício de auxílio-acidente no valor de um salário mínimo quando o correto seria metade de um salário mínimo (fls. 132).É o RELATÓRIO . Decido. Pretendo a embargante, na realidade, a modificação da SENTENÇA para diminuir o valor do benefício pleiteado, logo não há nenhuma contradição a ser sanada. Caso o requerido esteja irresignado com a SENTENÇA de MÉRITO , deverá apresentar recurso adequado, qual seja, apelação. Posto isso, conheço dos embargos de declaração e, no MÉRITO , NEGO-LHE O PROVIMENTO por inexistir contradição a ser sanada, consequentemente, mantenho inalterada a DECISÃO em todos os termos nos quais fora prolatada. Publique-se. Intimem-se as partes, renovando-se o prazo recursal.2- Do recurso de apelaçãoRecebo o recurso de apelação (fls. 133), somente no efeito devolutivo, ante a concessão da antecipação da tutela, porquanto tempestivo e, também, porque do preparo o apelante é isento, em razão da concessão dos benefícios da assistência judiciária.Vista à parte apelada para contrarrazoar. Decorrido o prazo de resposta, apresentadas ou não as contrarrazões, subam os autos ao egrégio Tribunal Regional Federal para apreciação, adotando-se as providências de praxe.Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000358-42.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Marques da Cruz
Advogado:Cintia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4227)
Requerido:Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA :
Vistos etc. Trata-se de pedido de benefício previdenciário em que a parte autora informa que houve a implantação do benefício adminsitrativamente.Em razão do pedido ter a perda do objeto, vez que foi reconhecido adminsitrativamente o pedido do autor conforme documento de fls. 68/69, extingo o feito por ausência de interesse jurídico, nos termos do art. 267, VI, do CPC.Registrada e Publicada pelo SAP. Intimem-se via DJ. Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000978-80.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Amarai Pereira Soares
Advogado:Antonio Janary Barros da Cunha (RO 3678)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
SENTENÇA :
SENTENÇA Vistos.I - RELATÓRIO Trata-se de Ação de indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada por Amarai Pereira Soares em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A.O requerente alega que é locatário de um imóvel urbano, localizado na Rua Jorge Teixeira de Oliveira, n. 2548, onde fixou moradia e também estabeleceu uma loja de celulares, sendo que a energia elétrica ainda encontra-se cadastrada em nome da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia, antiga locatária do imóvel. Aduz que no dia 26/6/2013 funcionários terceirizado da requerida compareceram no aludido imóvel e promoveram a interrupção do fornecimento de energia elétrica, mesmo o requerente informando que não havia débitos em atraso. Sustentou que se dirigiu à Ceron que lhe forneceu uma declaração de quitação de débitos referentes ao ano de 2012 até o mês de junho de 2013. Requereu, antecipação de tutela para o religamento da energia elétrica e a condenação da requerida a indenizá-la por danos morais, no valor de 50 salários mínimos (fls. 03-13). Juntou documentos (fls. 14/21).Ao determinar a citação da ré, foi deferida a antecipação da tutela e determinou-se que a requerida restabelecesse o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora (fls. 22/23).Devidamente citada (fls. 22v), a requerida não apresentou contestação, deixando transcorrer o prazo in albis, consoante certidão cartorária de fl. 23v.Vieram os autos conclusos.É o RELATÓRIO . Decido.II - FundamentaçãoEstão presentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo, bem como as partes estão regularmente representadas. Não foram arguidas preliminares e/ou prejudiciais de MÉRITO . Passo à análise do MÉRITO . O feito não necessita de provas a serem produzidas em audiência, comportando, consequentemente, seu julgamento no estado em que se encontra, nos termos do art. 330 do CPC. Por outro lado, verifica-se o instituto da revelia quando o requerido não comparece a audiência da qual fora devidamente intimado ou comparecendo não contesta os fatos alegados na inicial. Deste modo, a revelia produz dois efeitos: a presunção de veracidade dos fatos narrados, vez que a alegação apresentada pelo autor não se tornou controversa; e ainda, a desnecessidade de intimação dos demais atos processuais, estando prevista no artigo 20 da Lei n. 9.099/95.Conforme o artigo 319 do CPC, caso o réu não conteste a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Nesse sentido é o entendimento doutrinário:Revelia. É ausência de contestação. Caracteriza-se quando o réu: a) deixa transcorrer em branco o prazo para contestação; b) contesta intempestivamente; c) contesta formalmente mas não impugna os fatos narrados pelo autor na petição inicial. Pode ser total ou parcial, formal ou substancial. Há revelia parcial quando o réu deixa de impugnar algum ou alguns dos fatos articulados pelo autor na vestibular. Há revelia formal quando não há formalmente a peça de contestação ou quando é apresentada intempestivamente. Há revelia substancial quando, apesar de o réu ter apresentado a peça, não há conteúdo de contestação, como, por exemplo, quando o réu contesta genericamente, infringindo o CPC 302 caput. (grifei)Entretanto, Vicente Greco Filho leciona que, "a presunção de veracidade decorrente da revelia não é absoluta. Se há elementos nos autos que levem a CONCLUSÃO contrária não está o juiz obrigado a decidir em favor do pedido do autor. Na prática o que ocorre é que a falta de contestação e a consequente confissão ficta esgotam o tema probatório, de modo que, de regra, a consequência é a SENTENÇA favorável ao demandante". No presente caso, restou demonstrado que a parte requerida não deseja defender-se dos fatos, posto que devidamente citada, deixou decorrer o prazo para contestar a ação, levando a consequência com a revelia. A questão resolve-se com base no ônus da prova, e cinge-se na alegação de suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica na residência/comércio do requerente, e na comprovação do fato que gerou o dano moral alegado na exordial, que por sua vez, resolve-se nos termos do art. 333 do Código de Processo Civil. Ao autor cabe a prova constitutiva do seu direito, nos termos do artigo 333, I do Código de Processo Civil. Não há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se não provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Isto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e não provado é o mesmo que fato inexistente.Efetivamente, constitui ônus do autor demonstrar as circunstâncias básicas e essenciais do pretendido direito, enquanto ao réu cabe exibir, de modo concreto, coerente e seguro, os elementos que possam desconstituir a proposição formulada pelo demandante. O ônus da prova não é a responsabilidade de demonstrar cabal, definitiva e irrefutavelmente a veracidade de determinadas alegações, mas sim a de trazer aos autos elementos que transmitam confiabilidade às declarações feitas em juízo. Compete livremente ao magistrado, no sistema da persuasão racional, decidir se estes elementos são ou não conclusivos. Sabemos que, em relação ao ônus probatório é de imperiosa aplicação o disposto no ar. 333, do CPC: "Art. 333. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II – ao réu, quanto à inexistência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor". Acerca da relação jurídica posta em juízo, vê-se que está sob o manto das normas protetivas do consumidor (CDC, art. 6º, VIII), e, sendo verossímeis as alegações desta e sua visível situação de hipossuficiência frente à ré, o ônus da prova foi invertido na primeira DECISÃO proferida nos autos (fls. 22/23). A apuração

da responsabilidade civil da ré pelos danos causados à autora deve ser precedida de forma objetiva, ou seja, sem questionar-se acerca da existência de culpa nos termos do art. 14 do CDC que estabelece: "o fornecedor de serviço responde independentemente da existência de culpa pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas...e prossegue estabelecendo que o fornecedor só não será responsabilizado quando provar(art. 14, § 3º): I – que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro".Mesmo em caso de responsabilidade subjetiva, a requerida seria responsabilizada. Com efeito, o Código Civil traz, em seus artigos 186 e 927 do Código Civil, os pressupostos ensejadores da reparação civil são: ato ilícito, nexo de causalidade e dano. O autor alega que o corte foi ilegal, uma vez que não estava em débito com a requerida. Fez prova do alegado com a juntada da declaração de quitação de débitos fornecida pela própria concessionária (fl. 17). Em contrapartida, a ré não se incumbiu de provar o contrário, isto é, a existência de débitos capaz de justificar a interrupção do fornecimento do serviço.Contudo, existem nos autos provas suficientes a demonstrar a suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora, uma vez que foi juntada ao feito, declaração de quitação de débitos anteriores à interrupção dos serviços. Dessa forma, a requerida errou ao interromper o fornecimento de energia elétrica do consumidor baseada em supostos débitos, praticando com isso, ato ilícito ensejador de ser reparado pela mesma.O ato ilícito restou caracterizado pela ação voluntária e negligente da ré, que sem tomar as cautelas necessárias, já que a dívida inexiste, suspendeu o fornecimento de serviço considerado essencial. O dano restou evidenciado pela dor sofrida pelo autor com a interrupção do fornecimento de energia elétrica em sua residência e estabelecimento comercial por negligência da ré, dor esta que não precisa ser demonstrada nos autos, pois é presumida.Neste sentido:PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO. INEXISTÊNCIA DE PRÉVIO AVISO. DANO MORAL CONFIGURADO. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NAS PROVAS DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE, NA ESPÉCIE. SÚMULA 7/STJ. 1. O recurso especial que alega contrariedade ao art. 535 do CPC, mas não demonstra especificamente como ocorreu tal violação, isto é, não discrimina os pontos omissos, contraditórios ou obscuros no acórdão, apresenta-se de forma deficiente, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 284 do STF. 2. A jurisprudência desta Corte é no sentido de que a suspensão do fornecimento de energia elétrica por inadimplemento do consumidor, somente é possível após aviso prévio feito ao inadimplente. 3. Na espécie, o Tribunal de origem, com base nas provas dos autos, concluiu que a concessionária não comprovou ter notificado a recorrida previamente à suspensão do fornecimento de energia elétrica, pelo que configurado o dano moral sofrido pelo consumidor. Alterar tal entendimento, significa adentrar no contexto fático-probatório dos autos, o que é inviável nesta seara recursal, ante o óbice da Súmula 7/STJ. 4. A quantia estipulada a título de danos morais, quando não exorbitante ou irrisória, não pode ser revista, em razão do óbice da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 287.009/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 18/03/2013). Grifei.Tratando-se de relação do consumo, o Código de Defesa do Consumidor assim disciplina os serviços essenciais: Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.O fato de ser um serviço essencial, traz uma maior responsabilidade à ré, haja vista que o corte de consumidor em dia, traz sérios transtornos para a sua vida. A jurisprudência vem assim decidindo: (TJRJ-030894) CORTE INDEVIDO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - RELAÇÃO DE CONSUMO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA. A suspensão imotivada de serviço essencial ao gerenciamento do lar sob infundada alegação de inadimplência, configura dano moral, visto que não se trata de mero aborrecimento, mas ao bom nome do consumidor, caracterizando um desgosto íntimo na sua vida de relação. Recurso provido. (Embargos Infringentes nº 2003.005.00369, 12ª Câmara Cível do TJRJ, Rel. Des. Gamaliel Q. de Souza. j. 27.01.2004).O dano moral é evidente no caso, pois a interrupção do serviço ocorreu de indevida. A indenização por danos morais, portanto, é devida, devendo-se levar em conta o dano suportado e como medida para desestimular novas condutas deste tipo, o que não é fácil, pois os Juizados vêm a cada dia recebendo mais e mais reclamações contra as prestadoras de serviços públicos sem que estas tomem uma providência de tratar os consumidores como seus clientes preferenciais. Ressalte-se que o dano moral nesse caso é presumível. Logo, está caracterizado o ato ilícito, o dano moral e seu nexo de causalidade, devendo a requerida ser condenada a pagar indenização por danos morais.Portanto, levando em conta o dano suportado e como medida para desestimular novas condutas deste tipo, entendo cabível que seja a ré condenada a pagar à autora, a importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais. III - DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PROCEDENTE pedido por AMARAI PEREIRA SOARES face de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A : a) tornar definitiva a antecipação de tutela (fls. 22/23); b) condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia equivalente a R$ 3.000,00 (três mil reais), pelos danos morais sofridos por esta, corrigida monetariamente acrescida de juros de 1% ao mês a partir da data desta DECISÃO , por ser o momento de arbitramento.Por fim, declaro extinto o processo com julgamento do MÉRITO , na forma do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil.Condeno a requerida, ainda, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC, fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, considerando a natureza e a importância do trabalho realizado.SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Saem as partes intimadas por meio do Diário da Justiça.Após o trânsito em julgado desta DECISÃO , o vencedor deverá promover o andamento do feito. Nada sendo requerido em 20 (vinte) dias, arquivem-se.Santa Luzia D'Oeste-RO, quinta-feira, 1 de agosto de 2013.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Antônio de Souza
Escrivão Cível

VARA CÍVEL

Proc.: 0000772-66.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. do C. M. I. M.
Advogado:Defensoria Pública (NBO 020)
Requerido:G. A. F. de S.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
Autos de nº.: 0000772-66.2013.8.22.0018
Autor: Maria do Carmo Mani, Izaias Mani
Advogado: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Réu: Graciele Aparecida Fernandes de Sousa
FINALIDADE : Citar o réu Graciele Aparecida Fernandes de Sousa, Brasileira, Natural de Ivaiporã/PR, filha de Eurides Mendes de Sousa e Edinaide Fernandes de Sousa, sendo desconhecidas as demais qualificações, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, a tomar conhecimento da ação de Guarda, impetrada neste Juízo pela autora Maria do Carmo Mani, Izaias Mani, bem como constestar referida ação no prazo de 15 dias, contados da data da publicação deste edital.
ADVERTÊNCIA: Na ausência de resposta, presumir-se-ão aceitos os fatos alegados na inicial.
LOCAL: Fórum Juiz Sebastião de Souza Moura, Rua Dom Pedro I, 2404, esquina c/ Tancredo Neves, Centro, Santa Luzia D'Oeste-RO, 76950000 - Fax: (69)3434-2425 - Fone: (69)3434-2439 - Ramal:
Santa Luzia D'Oeste, 31 de Julho de 2013.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1ª VARA CRIMINAL

1º Vara Criminal
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito: Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Diretor de Cartório: Edson Carlos Fernandes de Souza
Email do Cartório: sfg1criminal@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br

PRAZO 15 DIAS
Proc.: 0000693-09.2012.8.22.0023
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado:Adão Ribeiro da Silva, brasileira, solteiro, braçal, nascido em 17/07/1971, natural de Tôvania/PB, filho de José Francisco Ribeiro e Maria Regina Ribeiro da Silva.
FINALIDADE : Intimar o reeducando acima qualificado de todo teor da r. SENTENÇA proferida nos autos.
SENTENÇA :"Vistos.Vieram-me os autos conclusos para análise de indulto natalino, nos termos do Decreto n. 7.873, de 26 de dezembro de 2012, c/c art. 192, da Lei de Execução Penal. O Ministério Público manifestou pela concessão do indulto (fl. 20).Compulsando os autos, verifico que o reeducando foi condenado a pena privativa de liberdade de dois anos de reclusão, em regime aberto.O reeducando não é reincidente. Outrossim, verifica-se pelo cálculo de pena de fls. 13/14 que até o dia 25 de dezembro de 2012, o reeducando já havia cumprido mais de um terço da pena.Destarte, vislumbro que o reeducando preenche os requisitos elencados no inciso I, do art. 1º, do aludido Decreto, pois em 25/12/2012 já havia cumprido mais de um terço de sua pena. Posto isso, em face da presença dos requisitos do indulto elencados no supramencionado Decreto, declaro extinta a punibilidade do apenado ADÃO RIBEIRO DA SILVA, com fundamento no artigo 107, II, do CP.Providencie à escrivania a juntada aos autos, de cópia do referido Decreto (art. 192, LEP).Transitada em julgado esta DECISÃO , proceda com as comunicações de estilo, arquivando-se os autos. SENTENÇA registrada automaticamente.Publique-se.Intime-se.Cumpra-se.São Francisco do Guaporé-RO, terça-feira, 29 de janeiro de 2013.Oscar Francisco Alves Júnior Juiz de Direito

Edson Carlos Fernandes de Souza
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juíza de Direito Substituta: Simone de Melo
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
E-mail do Cartório: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0000667-11.2012.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aelson Almeida de Sá
Advogado:Rodolfo Scher da Silva (OAB/RO 2048), Teófilo Antonio da Silva (OAB/RO 1415)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.
FINALIDADE : Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará de levantamento expedido.

Proc.: 0001088-69.2010.8.22.0023
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia Crmvro
Advogado:Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675)
Executado:Acougue Rápido Ltda Me, Amelia Castorina de Jesus
DECISÃO :
VistosAo teor da petição de execeção de pré-executividade (fls. 40/44), a excipiente postulou em liminar a liberação dos valores bloqueados e penhorados de sua conta bancária. Todavia, considerando o lapso temporal entre a época em que foi efetivado o bloqueio de valores (13/08/2012 - fls. 31/33), e sua manifestação sobre o bloqueio apenas em 12/07/2013, não vislumbro por ora perigo na demora, ou receio de dano irreparável ou de difícil reparação, restando ausentes os requisitos necessários para concessão da liminar. Desta feita, INDEFIRO o pedido liminar. Aguarde-se o decurso do prazo de manifestação da parte exequente, uma vez que já foi expedida carta de intimação (fl. 67). Após, decorrido o prazo com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. São Francisco do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.Simone de Melo Juíza de Direito

Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões e reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet no endereço eletrônico smg1criminal@tj.ro.gov.br.
Juiz: João Valério Silva Neto
Diretor do Cartório: Adriano Marçal da Silva

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo de 10 (dez) dias
Autos nº: 0001285-56.2012.8.22.0022
Classe: Ação Penal
Autor: Ministério Público Estado Rondônia
Réu: Silvano da Silva Lapa, brasileiro, convivente, nascido aos 30/5/1980, em Londrina/PR, filho de João Alcino da Lapa e Lidionara Soares da Silva Lapa, residente à Av. Pedro Steca, nº 1181, Bairro Habitat Brasil, em Cacola/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
Adv.: Defensoria Pública
FINALIDADE : Intimar o réu acima qualificado da redesignação de audiência de Instrução e Julgamento, para o dia 9/9/2013 ás 11h15min, neste Juízo.
Sede do Juízo: Fórum Juiz Anísio Garcia Martin , Av. São Paulo, 1395, bairro Cristo Rei, fone: (0xx69)3642-2660/2661, cep.: 76.932-000, São Miguel do Guaporé-RO.
SMG/RO, 31 de julho de 2013.

[a] Adriano Marçal da Silva
Diretor do Cartório Criminal

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Vara Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 dias
DE: OSMAR ASSUNÇÃO DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE : CITAR o requerido a tomar conhecimento da presente ação para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0001203-88.2013.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:V. C. da S. A.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido:O. A. dos S.
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé-RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69)3642-2661
São Miguel do Guaporé, 01 de agosto de 2013
(a)João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 dias
DE: SANDRA REGINA DA SILVA RAMOS, atualmente em lugar incerto e não sabido
FINALIDADE : CITAR a parte requerida a tomar conhecimento da presente ação para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0001061-84.2013.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:G. J. R.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido:S. R. da S. R.
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé-RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69)3642-2661
São Miguel do Guaporé, 01 de agosto de 2013
(a)João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

Proc.: 0000704-41.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jackson Correa dos Santos
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA : Vistos.JÁCKSON CORREIA DOS SANTOS, qualificado nos autos, ajuizou a presente ação em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, pessoa jurídica

de direito público, requerendo o benefício de amparo social, aduzindo que é portador de deficiência mental, sendo que em razão desta enfermidade não possui condições de prover seu próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Pede a antecipação dos efeitos da tutela. Juntou os documentos. Citado, o INSS contestou alegando que para concessão do benefício deve ser comprovada a condição de incapaz do autor, renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo vigente. No entanto, a família possui renda mensal de R$ 2.044,00, perfazendo uma renda per capita de R$ 511,00, não havendo razão para o recebimento do amaparo social, pois a família do autor tem condições de manter seu sustento.Determinada a realização de perícia médica, vieram aos autos o laudo de (fls. 44/47).É o RELATÓRIO . DECIDO.Trata-se de pedido de benefício assistencial ao deficiente, onde o autor alega total e permanente incapacidade para prover seu próprio sustento em razão de ser portador de défict mental leve.O artigo 20 da lei 8.742/93 define quem poderá receber o benefício assistencial, nos seguintes termos:"O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família."Infere-se do referido DISPOSITIVO que para o recebimento deste benefício, deve o indivíduo ser portador de deficiência ou possuir 65 anos de idade e estar incapaz para prover seu próprio sustento ou de tê-lo provido por sua família.O laudo pericial não constatou nenhum grau de incapacidade concluindo que a patologia apresentada não impede a realização de atividade laboral estando portanto, "apto a desenvolver qualquer atividade compatível com seu grau de escolaridade".Portanto, sendo cumulativos os requisitos supracitados, a ausência de um deles é suficiente para desqualificar o autor em perceber o benefício previdenciário de assistência social.DISPOSITIVO .Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos do requerente, com fulcro nos artigos 269, inciso I, do Código de Processo Civil, c/c artigo 20 da Lei n. 8.742/93, por ter sido considerado capaz nas atuais condições a desenvolver qualquer atividade compatível com seu grau de escolaridade, sendo incabíel portanto, a percepção do benefício assistencial previdenciário.Condeno o autor no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este que fixo em R$ 678,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Nos termos do art. 12, da Lei nº 1.060/50, a cobrança da verba sucumbencial deverá permanecer sobrestada.P. R. I. C., e, após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas devidas.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000753-82.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Madalena Jesuino
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA : Vistos.Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do feito, formulado pelo autor à fl. 30 dos autos. Julgo em conseqüência EXTINTO O PROCESSO com fundamento nos artigos 267, inciso VIII do Código de Processo Civil.Observadas as formalidades legais, transitada esta em julgado, arquivem-se.Sem custas ou honorários.Publique-se. Registre-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000871-92.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Noili Rohr da Silva
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0000246-87.2013.8.22.0022
Ação:Cumprimento Provisório de SENTENÇA
Exequente:José Carlos Ventura
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO : Vistos.Apense-se estes autos aos principais. Após, dê-se vistas dos autos à exequente.Somente então, voltem os autos conclusos para análise da exceção de pré-executividade.Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 25 de junho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001833-81.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Domingas Bergamo Basseto
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO : Vistos.Defiro o pedido de fl. 39. Intime-se o peticionário retro para retirada dos autos, no prazo de 15 dias, como requerido.Não sendo retirado os autos em cartório no prazo fixado, retorne com os autos ao arquivo, independente de outra intimação.Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000585-46.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Dorival Wiscisnieski
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0001465-38.2013.8.22.0022
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Embargado:Maria Aparecida Gomes de Carvalho
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
DECISÃO : Vistos. Recebo os embargos para processamento, atribuindo-lhe efeito suspensivo.Intime-se o embargado para manifestação, no prazo de 15 dias.Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001159-69.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Flávio Santos Silva
Advogado:Ligia Verônica Marmitt Guedes (OAB-RO 4175)

Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000448-98.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sonia Martins Araujo Griffo
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA : Vistos. SONIA MARTINS ARAÚJO GRIFFO, qualificada nos autos, propôs pretensão de benefício previdenciário em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, alegando, em apertada síntese que, atualmente, está incapacitada para desempenhar atividade laborativa habitual. Pede a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez. Juntou documentos. Citado o requerido contestou o pleito afirmando que, após varias pesquisas nos sistemas vinculados ao Sistema de Previdência Social (Plenus e CNIS), nenhum requerimento em nome da parte autora fora encontrado referente ao benefício por ora guerreado. Pede a improcedência do pedido autoral tendo em vista que a autora sequer fez prova de que procurou o INSS para requerer o benefício pleitedo, requerendo assim a extinção do feito, sem resolução do MÉRITO diante da falta de interesse de agir da autora, na forma em que discorre na contestação (fls. 55/62-verso).Por sua vez, o autor apresentou impuganação às fls. 64/67. Determinada a produção de prova pericial, veio aos autos o laudo de (fls. 78/85).É o RELATÓRIO . DECIDO. Trata-se de pedido de benefício previdenciário, onde a autora afirma estar acometida de sérios problemas de saúde que lhe impedem de prover seu próprio sustento.A aposentadoria por invalidez vem prevista no art. 42 da Lei n. 8.213/91, onde se inscreve que: A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição . Nos termos da legislação, para a concessão exige-se que o indivíduo tenha a condição de segurado, cumpra o tempo de carência (salvo previsão expressa na lei) e apresente incapacidade total e definitiva para o exercício de atividade que garanta a sua sobrevivência e dos seus dependentes.O artigo 11 da Lei 8.213/91 dispõe quais são os segurados da previdência, estando a situação do requerente prevista no inciso VII, garantindo assim, sua situação de segurada.No que diz respeito ao período de carência, o artigo 25 da Lei 8.213/91 dispõe que:"A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no artigo 26: I auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;"O laudo pericial confirmou que a autora é portadora de discopatia em coluna lombar, que lhe impede de exercer atividade laboral que demande manuseio de peso, apresentando incapacidade para o serviço habitual. Esclarece ainda que a paciente necessita de tratamento específico para melhora dos sintomas, necessitando de restrição ao manuseio de peso para não apresentar piora nos sintomas, o que demonstra o caráter permanente do quadro clínico que se apresenta.Assim, o direito do requerente está evidenciado.De qualquer forma, estão satisfeitos os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, enquanto permanecer nesta condição, sendo ônus do INSS fazer prova de que a autora teve a saúde restabelecida, para fazer cessar o benefício que ora se reconhece.DISPOSITIVO . Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o INSS ao pagamento de Aposentadoria por Invalidez em favor de SONIA MARTINS ARAÚJO GRIFFO, no valor mensal correspondente a 1 (um) salário mínimo, inclusive 13º salário.O direito ao benefício deve retroagir a data propositura da ação, incidindo correção monetária a partir do vencimento de cada prestação do benefício, procedendo-se à atualização em consonância com os índices legalmente estabelecidos, bem como a incidência de jdesde a citação (Súmula 204 STJ), aplicáveis de acordo com o art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança (Precedentes AC 1999.38.00.020287-6/MG, 2ª Turma Suplementar, Rela. Juíza Federal Rogéria Maria Castro Debelli, e-DJF1 p.700 de 09/03/2012, data da DECISÃO 29/02/2012).Deve-se observar que, tratando de verba alimentar, os valores retroativos não deverão concorrer com os precatórios comuns. Considerando a sucumbência, a ré suportará honorários de advogados na ordem de 10% do valor da condenação. Isento de custas, por ser entidade pública. DECISÃO não sujeita ao reexame necessário, já que a verba não supera a alçada disposta no CPC, art. 475, §2º. P. R. I. C.Sirva a presente como carta/MANDADO de intimação.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 23 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001018-50.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Helena Alves de Melo
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000848-78.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Graciele Saraiva da Silva
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0001553-81.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nailde Ines Norbach
Advogado:Bruno Peres de Oliveira Terra (OAB/SP 262005), Luiz Fernando Tavanti (RO 2.333), Marcelo Peres Balestra (OAB/SP 246.171)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Laudo Pericial: Ficam as partes intimados, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001161-39.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Genilson Marquarte dos Santos
Advogado:Ligia Verônica Marmitt Guedes (OAB-RO 4175)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000780-31.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilton Ferreira da Cruz
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000629-65.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osvaldo de Jesus
Advogado:Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000625-28.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Rosa da Maia
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
DECISÃO : Vistos.Trata-se de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição do autor. Assim a prova pericial é necessária para comprovação do alegado. Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso) Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que, no caso em apreciação o autor é beneficiário da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o juízo profissionais habilitados para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio a Dra. Andréa dos Santos Melquisedec, perita médica legista, inscrita no CRM sob n. 3432, para realizar a perícia determinada nos autos, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.Consigne-se no MANDADO que de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 541 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo; havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais serão de R$ 200,00 (duzentos reais), conforme previsão do parágrafo único do art. 3º, da Resolução nº 541, do Conselho da Justiça Federal de 18/01/2007.A determinação está em consonância com o disposto na Resolução nº 541, do CJF. É que na Justiça Federal existe procedimento para pagamento dos honorários periciais, através de convênio com o INSS.Com a vinda das informações pela médica, intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 05 (cinco) dias. A perícia poderá ser acompanhada pelas partes e assistentes técnicos. O laudo deverá ser apresentado em Juízo em 20 (vinte) dias, a contar da data da realização da perícia. Intime-se a parte autora, para em 05 dias, apresentar cópia dos documentos pessoais (RG e CPF), conforme pleiteado pelo requerido à fl. 18.Deixo para marcar audiência de instrução após a realização da perícia. Intimem-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001724-67.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vagner Luiz de Souza Cristo
Advogado:Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO : Vistos.Recebo o recurso, por ser próprio e tempestivo.Venham as contrarrazões.Após, encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com as homenagens do Juízo.Cumpra-se, expedindo o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000851-33.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Celia Tereza da Silva Costa
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0001081-80.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alzira de Oliveira Ramos
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/SP 220181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
SENTENÇA : Vistos.A autora requereu a extinção do processo por ter recebido integralmente o seu crédito, conforme a petição de fl. 123.Posto isso, JULGO EXTINTO o feito com fundamento no artigo 794, inciso I do Código de Processo Civil.Observadas as formalidades legais, transitada está em julgado, arquivem-se.Publique-se. Registre-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000360-60.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leomar Falker
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA : Vistos. LEOMAR FALKER, qualificado nos autos, propôs pretensão de benefício previdenciário em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, alegando, em apertada síntese, que é segurado da Previdência Social e, atualmente, está incapacitado para desempenhar qualquer tipo de atividade laborativa. Pleiteou seu auxílio-doença pelas vias administrativas, tendo seu pedido negado pelo requerido. Pede a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez. Juntou documentos. Citado o requerido contestou o pleito afirmando que após várias pesquisas nos sistemas vinculados ao Sistema de Previdência Social (Plenus e CNIS), nenhum requerimento em nome da parte autora fora encontrado referente ao benefício por ora guerreado. Pede a improcedência do pedido autoral tendo em vista que o autor sequer fez prova de que procurou o INSS para requerer o benefício pleitedo, requerendo sssim a extinção do feito, sem resolução do MÉRITO diante da falta de interesse de agir do autor, na forma em que discorre na contestação (fls. 34/42).Por sua vez o autor apresentou impugnação às fls. 44/53. Determinada a produção de prova pericial, veio aos autos o laudo de fls. 65/70.É o RELATÓRIO . DECIDO. Trata-se de pedido de benefício previdenciário, onde o autor afirma estar acometido de sérios problemas de saúde que lhe impedem de prover seu próprio sustento.A aposentadoria por invalidez vem prevista no art. 42 da Lei n. 8.213/91, onde se inscreve que: A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição . Nos termos da legislação, para a concessão exige-se que o indivíduo tenha a condição de segurado, cumpra o tempo de carência (salvo previsão expressa na lei) e apresente incapacidade total e definitiva para o exercício de atividade que garanta a sua sobrevivência e dos seus dependentes.O artigo 11 da Lei 8.213/91 dispõe quais são os segurados da previdência, estando a situação do requerente prevista no inciso VII, garantindo-se assim, sua situação de segurada.No que diz respeito ao período de carência, o artigo 25 da Lei 8.213/91 dispõe que:"A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no artigo 26: I auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;"O laudo pericial confirmou que o autor é portador de doença mental grave, que lhe impede de exercer qualquer tipo de atividade laboral apresentando incapacidade definitiva para o serviço habitual. Esclarece ainda que tal patologia é grave e apresenta quadro de esquizofrenia CID 10 - F20.0, o que demonstra o caráter permanente e definitivo do quadro clínico que se apresenta.Assim, o direito do requerente está evidenciado.De qualquer forma, estão satisfeitos os requisitos para a concessão da aposentadoria por invalidez, enquanto permanecer nesta condição, sendo ônus do INSS fazer prova de que o autor teve a saúde restabelecida, para fazer cessar o benefício que ora se reconhece.DISPOSITIVO . Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o INSS ao pagamento de Aposentadoria por Invalidez em favor de LEOMAR FALKER, no valor mensal correspondente a 1 (um) salário mínimo, inclusive 13º salário.O direito ao benefício deve retroagir a data improcedencia do pedido administrativo, incidindo correção monetária a partir do vencimento de cada prestação do benefício, procedendo-se à atualização em consonância com os índices legalmente estabelecidos, bem como a incidência desde a citação (Súmula 204 STJ), aplicáveis de acordo com o art. 1º-F, da Lei 9.494/1997, conforme são aplicados nas cadernetas de poupança (Precedentes AC 1999.38.00.020287-6/MG, 2ª Turma Suplementar, Rela. Juíza Federal Rogéria Maria Castro Debelli, e-DJF1 p.700 de 09/03/2012, data da DECISÃO 29/02/2012). Deve-se observar que, tratando de verba alimentar, os valores retroativos não deverão concorrer com os precatórios comuns. Considerando a sucumbência, a ré suportará honorários de advogados na ordem de 10% do valor da condenação. Isento de custas, por ser entidade pública. DECISÃO não sujeita ao reexame necessário, já que a verba não supera a alçada disposta no CPC, art. 475, §2º. P. R. I. C.Sirva a presente como carta/MANDADO de intimação.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 23 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001851-11.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Meire Lucia Camilo da Silva
Advogado: Juraci Marques Junior (RO 2.056)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000401-90.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Miguel Americo
Advogado:Alice Sirlei Minosso (RO 1719)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000424-36.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Norma Rossow de Souza
Advogado:Ézilei Cipriano Veiga (OAB/RO 3213)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.
.

Proc.: 0000587-16.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antonio Gomes da Costa
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0002150-84.2009.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Santilha Felix dos Santos
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS ( )
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0018811-46.2006.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cremilda Gomes de Freitas Martins
Advogado:Ana Paula Morais da Rosa (OAB/RO 1793), Marli Teresa Munarini Quevedo (OAB/RO 2297)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS ( )
SENTENÇA : Vistos.CREMILDA GOMES DE FREITAS MARTINS, qualificada nos autos, propôs pretensão de benefício previdenciário em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, alegando, em apertada síntese que, atualmente, está incapacitada para desempenhar atividade laborativa habitual. Pleiteou auxílio-doença pelas vias administrativas, tendo seu pedido negado pelo requerido. Pede a concessão do benefício de auxílio-doença previdenciário. Juntou documentos.O requerido não contestou, deixando transcorrer “in albis” seu prazo para resposta (fl. 49). Audiência instrução fora designada, do qual não se fez presente representante do réu, apesar de intimado. Foram ouvidas três testemunhas em termos apartados. Ouvida informalmente, a autora alegou que: Sofre de dermatite nas pernas que a impede de trablahar na roça (fl.63). A testemunha Odair pereira dos santos asseverou que: A autora está impedida de trabalhar por ter dermatite nas pernas, uma vez que gera muita ardência e inchaço (fl.64). No mesmo sentido se dara o depoimento da testemunha Guilherme Alves dos Santos que assegurou que: Atualmente a autora não pode trabalhar por seu estado de saúde caracterizado por queimação e inchaço nas pernas .(fl.65).Conforme determinação, foi realizada nova perícia de que trata o laudo de (fls. 114/116).É o RELATÓRIO . DECIDO.Trata-se de ação que visa a concessão de benefício previdenciário em razão de estar a autora, segurada especial, inválida para o trabalho.O auxílio-doença vem previsto no art. 59 da mesma lei, nos seguintes termos:”Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.”Aqui, o requisito preponderante é a incapacidade total e temporária para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.Do laudo pericial conclui-se que a autora está acomentida de dermatite crônica superficial em ambas as pernas e discopatia. O senhor perito afirma ainda que a enfermidade que acomete a requerente deve-se evitar contato com produtos químicos e plantas que subitamente lhe causam alergia e piora na dermatite. No entanto a patologia apresentada pela paciente não impossibilita ao trabalho habitual, estando apta ao trabalho sem restrição.Portanto, conclui-se que, a autora permanece capaz de trabalhar em atividades compatíveis à sua condição, conforme exemplificado no laudo pericial. Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos do requerente, com fulcro nos artigos 269, inciso I, do Código de Processo Civil, c/c artigo 62 da Lei n. 8.213/91, por ter sido considerada capaz nas atuais condições a desenvolver outras atividades que não requeiram grande esforço físico, sendo incabível portanto, a aposentadoria por invalidez.Condeno a autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este que fixo em R$ 678,00, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.Nos termos do art. 12, da Lei nº 1.060/50, a cobrança da verba sucumbencial deverá permanecer sobrestada.P. R. I. C., e, após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas devidas.S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001619-61.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleoni Leite Cuelho
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0000920-36.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Durvalina da Silva
Advogado:Fabrine Dantas Chaves (OAB/RO 2.278)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0017573-84.2009.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Taynara Ripardo de Souza
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior (OAB/RO 2640)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS ( )
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0001079-13.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilson Araújo da Silva
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/SP 220181)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal Regional Federal.

Proc.: 0000635-77.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Follmann
Advogado:Bruno Peres de Oliveira Terra (OAB/SP 262005), Luiz Fernando Tavanti (RO 2.333), Marcelo Peres Balestra (OAB/SP 246.171)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Alvará : Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, sendo que, após a retirada deverá comprovar o levantamento no prazo de 05 dias

Proc.: 0001530-67.2012.8.22.0022
Ação:Inventário
Inventariante:Celico Ferreira Guedes, Marinete Ferreira Santos, Edino Ferreira, Laerge Ferreira, Luiz Rodrigues Ferreira
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (3117)
Inventariado:Lori Wilhelme Campos, Espólio de Conceição Rodrigues Ferreira, Espólio de Raimundo Ferreira Guedes
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG), Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
DESPACHO : Vistos.Chamo o feito à ordem.Compulsando os autos, verifico que o termo de compromisso de inventariante de fl. 42, fora feito como espólio de Lori Wilheim Campos, sendo que deveria constar como espólio de Conceição Rodrigues Ferreira e Raimundo Ferreira Guedes.No tocante ao boletim de ocorrência anexo aos autos, cabe às partes discutirem o mesmo em processo criminal, dado que o presente feito trata-se de inventário e partilha.Ante as ponderações supra, intime-se o inventariante para, no prazo legal, comparecer em cartório para regularizar o termo compromisso de inventariante, sob pena de remoção de seu cargo.Após, cumpra-se as determinações do DESPACHO de fl. 34.Somente então, voltem conclusos. Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 24 de maio de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002288-46.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Jedeão Balbino da Silva
Advogado:Sidnei Furtado Mendonça (OAB/RO 4880)
Requerido:Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA : Vistos.JEDEÃO BALBINO DA SILVA propôs ação de cobrança, em face de BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A.No curso do processo, sobreveio acordo realizado entre as partes, requerendo a homologação.DECISÃO .Considerando que a petição veio com assinatura do patrono da autora e do réu, recebo o acordo como regular.ANTE O EXPOSTO, homologo o acordo realizado entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 269, III do CPC, julgo extinto o feito, com resolução de MÉRITO . Expeçam-se alvarás judiciais em favor do autor e seu patrono, conforme requerido à fl.115.P. R. I., e oportunamente arquive-se.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000480-69.2013.8.22.0022
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Ronaldo dos Anjos
Advogado:Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
Embargado:Casa do Adubo Ltda
Advogado:Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873), Edson Cesar Calixto Junior (OAB/RO 3897)
DESPACHO : Vistos.Procedi a restrição quanto à transferência do bem penhorado nos autos principais.Nada mais havendo, arquive-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 26 de junho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000799-37.2013.8.22.0022
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:C. do C. S. R. S. C.
Advogado:Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930)
Requerido:C. M. T.
Advogado: Informado (22 SMG)
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça a seguir transcrito: (Certifico que em cumprimento ao r. MANDADO , procedi à busca dos veículos mencionados, deixando de aprendê-los, pois não os localizei, assim como não localizei também CREUMAR MARINOTI TEATONI na rua mencionada (tendo perguntado em diversos pontos da rua, já que o endereço está incompleto), razão pela qual deixei de citá-lo da ação. Observo que o requerido nunca residiu na rua mencionada, conforme informações prestada por sua esposa, a qual disse ele apenas possuía um terreno lá há uns três anos, sendo que seu último endereço nesta cidade é na BR 429, KM 10, lado esquerdo, sentido Seringueiras, local em que estive por diversas vezes, em datas e horários variados (inclusive muito cedo e ao anoitecer 6h15, 8h, 19h), havendo indícios de que continua morando no local; ainda, em contato com a esposa do requerido ela confirmou que ele reside no endereço, mas que ela está parando na cidade na casa de sua genitora. Por fim, certifico ainda, que até essa data não compareceu ou entrou em contato nenhum representante da empresa para receber eventual bem apreendido).

Proc.: 0020474-59.2008.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Zenaldo Rosa
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:José Ailton Pereira Nunes
Advogado: Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Conforme requerido, procedi a retirada das restrições, no sistema Renajud. Intime-se.Arquive-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 26 de junho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000484-09.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geraldo Soares da Silva
Advogado:Jose Marcus Corbett Luchesi (OAB/RO 1852)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000568-44.2012.8.22.0022
Ação:Usucapião
Requerente:José Pedrassani, Lenir Donadia Pedrassani
Advogado:Daniel dos Anjos Fernandes Junior (ooooo)
Requerido:Carlos de Oliveira
Advogado: Defensoria Pública
Alegações finais Partes: Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas a apresentarem alegações finais por memorias no prazo de 05 dias, conforme determinação de fls 223, em audiência realizada no dia 20/02/2013.

Proc.: 0000634-58.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cybele Yoshiko de Oliveira
Advogado:Pedro Paixão dos Santos (22 SMG/RO)
Requerido:Oremildo Cortes
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DECISÃO : Vistos.Desconsidere, por ora, o DESPACHO retro. Em pesquisa ao sistema bacenjud, encontrei endereços diversos onde possivelmente o executado poderá ser localizado, desta feita, intime-se o exequente para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 28 de maio de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001328-27.2011.8.22.0022
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Requerido:Paulo Nóbrega de Almeida, Adilson dos Santos Moreira, Esmera Pereira dos Santos Oliveira
Advogado:Robson Magno Clodoaldo Casula (RO 1404)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0001338-08.2010.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Martins e Mendonça Transportes Ltda
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Requerido:Rodobens Caminhões Cuiabá Sa, Rodobens Caminhões Rondônia Ltda, Banco Rodobens S/A
Advogado: Dilmar de Arruda Campos (OAB-RO 1766)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0000842-71.2013.8.22.0022
Ação:Carta Precatória (Cível)
Autor:Roberto Joaquim Matos
Advogado:Ruy Carlos Freire Filho (RO 1012.)
Requerido:Audrei Ferreira Prestes
Advogado:Pedro Paixão dos Santos (22 SMG/RO)
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 13, a seguir transcrito: (Certifico que deixei de penhorar bens integrantes do patrimônio do executado AUDREI FERREIRA PRESTES, haja vista que não os localizei, sendo que quanto aquele indicado (50% do imóvel mencionado), observa-se que a casa está construída no meio do terreno, de modo que impossível a penhora sem o comprometimento da moradia da proprietária (Cláudia Regina, esposa do executado), razão pela qual não efetuei a constrição. Certifico ainda, que os bens que guarnecem a residência, são os seguintes: um geladeira, 320 litros, sem marca aparente; um fogão 4 bocas, marca Mille; um televisor marca Philco, 20'; uma antena parabólica, marca Century; jogo de sofá (3 peças) bastante desgastado pelo uso).

Proc.: 0000531-80.2013.8.22.0022
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Associação Educacional de Cacoal
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado:Brenda Blanch Ribeiro, Mauri Vidal Ribeiro
Advogado: Não Informado (22 SMG)
Certidão do Oficial de Justiça: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 08 a seguir transcrito: (Certifico que deixei de citar MAURI VIDAL RIBEIRO, haja vista que não o localizei no endereço mencionado (local em que funcionava sua empresa, a qual encerrou as atividades), não havendo informações sobre o endereço residencial do executado. Certifico ainda, que deixei de arrestar bens integrantes do patrimônio do executado, pois não os localizei, tendo procedido as buscas nos locais de praxe).

Proc.: 0001259-58.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hélio Pereira João, Rosana Rodrigues Rosa
Advogado:Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
DESPACHO : Vistos.Atenda-se a cota ministerial retro.Digam as partes se pretendem o julgamento antecipado da lide ou a produção de outras provas. Neste último caso, as provas devem ser especificadas e justificada a necessidade, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.Caso pretendam as partes a produção de prova testemunhal, deverão juntar o rol e endereço das testemunhas, no mesmo prazo. Intimem-se.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001469-80.2010.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Panelão Brasil Comercio de Utilidades Domesticas Ltda, Emilson Antunes de Castro, Lisiane Irgang de Castro
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Alvará - Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, sendo que, após a retirada deverá comprovar o levantamento do valor, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0001496-92.2012.8.22.0022
Ação:Monitória
Requerente:Norte Comércio de Produtos Agropecuários e Veterinários Ltda Me
Advogado:Joyce Borba Defendi ( )
Requerido:Ananias Teixeira Batista
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Carta precatória - retirar: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0002069-33.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zílio Soares da Silva, José Belizário de Moura, Weni Cicero dos Reis, Diney Junior Santos Gangá, Valdirene Jesus dos Santos, Ediney da Silva Gangá
Advogado:Rozane Inêz Vicensi (RO 3865)
Requerido:Banco do Brasil S/a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0003512-29.2006.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Banco do Estado de Rondônia S/A- BERON
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Requerido:Sergio Norio Iseri, Janes Maria Pereira Alves, Sérgio Nório Iseri- Firma Individual
Advogado: Alcides Souza de Assunção (OAB/RO 1914), Antônio Ramon Viana Coutinho (OAB/MT 10288), Defensoria Pública do Estado de Rondônia
DESPACHO : Vistos. Intimem-se os requeridos, através do seu patrono, para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, acerca da petição de fls. 204/209.Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000778-95.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Ronan Almeida de Araújo
Advogado:Ronan Almeida de Araújo (OAB/RO 2523)
Requerido:Cleomar Vaz de Melo
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA: Vistos.Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do feito, formulado pelo autor às fl. 297 dos autos. Julgo em conseqüência EXTINTO O PROCESSO com fundamento nos artigos 267, inciso VIII do Código de Processo Civil.Observadas as formalidades legais, transitada esta em julgado, arquivem-se.Sem custas ou honorários.Publique-se. Registre-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001887-47.2012.8.22.0022
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido:Marcos Garcia Balbino
Advogado: Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA: Vistos.Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do feito, formulado pelo autor às fl. 36 dos autos. Julgo em conseqüência EXTINTO O PROCESSO com fundamento nos artigos 267, inciso VIII e 158, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Observadas as formalidades legais, transitada esta em julgado, arquivem-se.Sem custas ou honorários.Publique-se. Registre-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0015745-24.2007.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Guaporé Comercio de Ferro e Aço Ltda
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (OAB/RO 3117)
Requerido:Jacir Gaspari
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DECISÃO : Vistos. Intimado, o patrono do credor não promoveu o andamento ao feito.No caso em apreciação, o novo procedimento da execução determina o arquivamento do feito em caso de inércia do credor, podendo ser desarquivado à pedido da parte (CPC, art. 475-J, §5º). Esta DECISÃO melhor se amolda ao novo procedimento, pois ao mesmo tempo que determina o arquivamento, retirando o feito do acervo, mantém integro o direito do credor, que poderá movimentar novamente o feito caso descubra uma forma de receber o crédito.Assim, determino o arquivamento do feito, antecipando que poderá ser desarquivado a qualquer momento, desde que o credor apresente uma forma concreta para recebimento de seu crédito, ou que ocorra a prescrição intercorrente que, tratando-se de título judicial, o prazo é de 10 anos, máximo permitido (CC, art. 205).Cumpra-se.S. Miguel do Guaporé-RO, domingo, 28 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000971-76.2013.8.22.0022
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:F. R. S. V. C. P.
Advogado:Delmir Balen (OAB/RO 3227)
SENTENÇA : Vistos.Francisco Ricarte Sobrinho e Vivian Carla Ricarte Piccinin, qualificados nos autos, propuseram o presente pedido divórcio consensual, alegando, em resumo, que: a) contraíram núpcias em 21/06/2003; b) da união tiveram 01 filha menor; c) não há bens a serem amealhados. Juntaram documentos às fls. 08/15. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente a homologação do divórcio à fl. 20-verso.É o RELATÓRIO . Decido.Como o feito não gera maiores complexidade e com o advento da EC/66, dando nova redação ao art. 226 da CF/88, não se faz mais necessário o lapso temporal para o divórcio, podendo, agora, qualquer pessoa, casada, ingressar com pedido de divórcio direto litigioso ou consensual, independentemente do tempo anteriormente previsto. Com a inicial veio a questão da guarda e alimentos da filha menor, a qual, reger-se-á conforme acordo firmado entre as partes às fls. 05/07.ANTE O EXPOSTO, com fundamento no artigo 269, inciso I do CPC, DECRETO o divórcio dos requerentes, e HOMOLOGO os termos do acordo apresentado às fls. 03/07, que se regerá pelas cláusulas e condições fixados nos autos, com fulcro na nova redação do artigo 226, § 6º da Constituição Federal. Inscreva-se o divórcio e averbe-se no Cartório de Registro Civil onde se realizou a solenidade de matrimônio, conforme certidão de casamento anexa ao feito.Certifique-se a escrivania sobre o pagamento das custas do processo. Caso não tenham sido pagas, providencie o recolhimento. SENTENÇA transitada em julgado nesta data, em razão da preclusão lógica, disposta no Parágrafo Único do art. 503, do CPC. Ciência ao Ministério Público. P. R. I., e, arquive-se, com as baixas devidas. S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0002201-27.2011.8.22.0022
Ação:Inventário
Inventariante:Irineu Osmar Boeira
Advogado:Delmir Balen (OAB/RO 3227)
Inventariado:Espólio de João Antônio Boeira, Espólio de Tereza Boeira
Advogado:Delmir Balen (OAB/RO 3227)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0000772-54.2013.8.22.0022
Ação:Inventário
Inventariante:Rosinalva Rodrigues Prado Turman
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (3117)
Inventariado:Espólio de Dercio Turman
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (3117)
DECISÃO : Vistos.Defiro o pagamento das despesas forenses, nos ditames do art. 6º § 3º da lei 301/90.Recebo o pleito para processamento alertando que o valor da causa é apenas provisório, pois o montante deve ser equivalente à soma dos valores atribuídos aos bens.Nomeio inventariante a Sra. Rosinalva Rodrigues Prado Turman, que prestará compromisso em 5 dias, sob pena de remoção.Citem-se os interessados não-representados, se for o caso, bem como a Fazenda Municipal, Estadual e Federal (CPC, art. 999), manifestando-se ela sobre os valores e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro, em 20 dias (art. 1.002) ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 1.008), manifestando-se expressamente.Havendo discordância, quanto às primeiras declarações e quanto aos valores iniciais (art. 1.000), digam em 10 dias.Se concordes, ao cálculo e digam, em 5 dias.Quanto ao pedido de alvará para a venda de reses de propriedade do de cujus , ante a justificativa presente nos autos e dos documentos a ele acostado, DEFIRO, mediante a prestação de contas do inventariante.O Ministério Público atuará no feito.Intimem-se.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000504-97.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Maria Leonia Vieira Pinho
Advogado: Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.A parte autora, devidamente intimada, não compareceu em audiência de conciliação designada, todavia, não há no CPC previsão de qualquer penalidade às partes pela ausência em audiência preliminar, sendo o art. 331 e parágrafos expressos em estabelecer as diretrizes para a continuidade do feito.Desta feita, digam as partes, as provas que desejam produzir, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de julgamento antecipado da lide.Intimem-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000999-15.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neuza Barbosa Laurent
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
SENTENÇA : Vistos.NEUZA BARBOSA LARENT, propôs ação de concessão de benefício previdenciário, em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS.Citado para embargar, o requerido apresentou proposta de acordo a fls. 99/100, onde a autarquia se propõe que a parte exequente aceite o valor de R$ 6.892,56, altualizados até aril de 2013, como sendo o devido e assim, expedindo o RPV neste valor, dê-se por quitada a obrigação, requerendo a intimação da parte exequente para que informe se aceita esta proposta, de modo que se encerre o processo sem maiores delongas.Instado a manifestar-se, a requerente concordou com os termos do acordo apresentado. (fl.107).DECISÃO .Considerando que as partes manifestaram o desejo de transigir, concordando com seus termos, recebo o acordo como regular.Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes, nos termos apresentados, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e, com base no art. 269, III do CPC, JULGO EXTINTO o feito, com resolução de MÉRITO . Intime-se do representante do INSS responsável pelo EADJ, para proceder, no prazo de 30 dias, a implementação do benefício de aposentadoria aos requerentes, no valor de um salário mínimo, sob pena de sua conduta ser considerada ato atentatório ao exercício da jurisdição, com aplicação de multa em montante de 20% do valor da causa, sem desconsiderar outras penalidades de natureza administrativa e criminal, nos termos do art. 14, parágrafo único do CPC.Expeça-se ainda a RPV para pagamento dos valores contantes da planilha de fl. 101.Com o pagamento, expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados.SENTENÇA transitada em julgado nesta data em razão da preclusão lógica, disposta no parágrafo único do art. 503, do CPC.P. R. I., e, arquive-se, com as baixas devidas.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000985-94.2012.8.22.0022
Ação:Monitória
Requerente:Raimundo de Souza Torres
Advogado:Admir Teixeira (OAB/RO 2282)
Requerido:Gelsi Antônio Colonese
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DECISÃO : Vistos.Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Assim, intime-se o credor para que promova atos em busca do recebimento do seu crédito, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento em aguardo da indicação de bens.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000749-11.2013.8.22.0022
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S. A
Advogado:Rosangela da Rosa Correa (SSP-RO 5398), Ellen Laura Leite Mungo (OAB/MT 10604)
Requerido:Barbara Iumi Toshimitsu de Oliveira
Advogado: Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA : Vistos.Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO movida por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/Aem face de BÁRBARA IUMI TOSHIMITSU DE OLIVEIRA,partes qualificadas nos autos. Às fls. 31/32 foi determinada a emenda da inicial para que o requerente procedesse a constituição em mora de Tabelião da Comarca aonde reside o requerido, sob pena de indeferimento da inicialDecido. Dispõe os artigos 8º e 9º da Lei nº 8.935/94, a notificação para constituição em mora deve ser realizada por Tabelião da Comarca aonde reside o requerido, sob pena de não surtir o efeito desejado pelo requerente.Neste sentido: gNotificação extrajudicial. Artigos 8º e 9º da Lei nº 8.935/94. 1. O ato do tabelião praticado fora do âmbito de sua delegação não tem validade, inoperante, assim, a constituição em mora. 2. Recurso especial conhecido e provido h. (Grifos nossos). (STJ, REsp 682399, 3ª Turma do STJ, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, j. Em 07/05/2007). (grifei) gAÇÃO

DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PEDIDO LIMINAR - ARRENDAMENTO MERCANTIL - ANTECIPAÇÃO DO VALOR RESIDUAL GARANTIDO -DESCARACTERIZAÇÃO COMPRA E VENDA - IMPOSSIBILIDADE - NOTIFICAÇÃO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS CIRCUNSCRIÇÃO DISTINTA DA DO ENDEREÇO DO DEVEDOR - MORA NÃO COMPROVADA. - É permitida a cobrança do valor residual a qualquer momento do contrato, sem que o arrendatário perca o direito de desistir da compra ao final do prazo do leasing, como disposto pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.309/96), razão pela qual não há que se falar em descaracterização do contrato de arrendamento mercantil em compra e venda, mormente após revogação da súmula nº 263, do STJ, e edição do verbete de nº 293. Em que pese seja a carta com AR entregue no endereço do devedor suficiente para comprovar a notificação, presumindo-se que o recebimento naquele lugar, por outra pessoa, tenha sido autorizado pelo notificando, no caso dos autos, a notificação extrajudicial foi enviada por cartório de circunscrição diversa do endereço do devedor, sendo, pois, imprestável para constituí-lo em mora, pois o ato do tabelião praticado fora do âmbito de sua delegação é inválido, segundo os artigos 8º e 9º da Lei nº 8.935/94. h (TJ/MG, APC n 1.0313.08.241200-5/001(1), 9ª Câmara Cível, Rel. Des. OSMANDO ALMEIDA, Publicado em 26/07/2008) (grifei). Assim sendo, considerando a falta de pressuposto de validade, a extinção do processo é medida que se impõe, já que o não atendimento no prazo concedido pelo juiz acarreta a preclusão, não sendo possível ao autor fazê-lo em momento posterior (Código de Processo Civil, art. 284). Ante o exposto, INDEFIRO A INICIAL, nos termos dos artigos 284, 295, VI, ambos do CPC, extinguindo o processo sem resolução de MÉRITO , o que faço de acordo com o art. 267, I e IV, do mesmo diploma processual. Procedidas às anotações necessárias e baixas, arquivem-se.P. R. IS. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001801-76.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roseli dos Santos
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Requerido:Banco GMAC S/A, Edivaldo Belo Rita
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482), Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Considerando que a greve dos Servidores do Poder Judiciário teve início no dia 13/05/2013, devolvo o prazo recursal à parte, conforme pleiteado à fl. 87.Intime-se.S. Miguel do Guaporé-RO, segunda-feira, 29 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000407-97.2013.8.22.0022
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Volkswagem S/a
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482), Marcelo Brasil Saliba (OAB/MT 11546A)
Requerido:C.L. Pinheiro Motos M.E.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA : Vistos.Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência do feito, formulado pelo autor às fls. 34/35 dos autos. Julgo em conseqüência EXTINTO O PROCESSO com fundamento nos artigos 267, inciso VIII e 158, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Observadas as formalidades legais, transitada esta em julgado, arquivem-se.Custas, na forma da lei.Publique-se. Registre-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001705-61.2012.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Wagner Caetano Ribeiro
Advogado:Giovanni Dilion Schiavi Gomes (OAB/RO 4262)
Executado:Manoel Messias da Silva, Naira Westfat Strelou
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA : Vistos.Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, proposta por WAGNER CAETANO RIBEIRO em face de MANOEL MESSIAS DA SILVA e NAIRA WESTFAT STRELOU.Não obstante a fase em que se encontra o processo, as partes resolveram transigir. Sobreveio acordo, requerendo extinção do feito, bem como liberação das restrições judiciais realizada nos autos.É o RELATÓRIO . Decido.Considerando que a petição veio com assinatura do exequente e executado, na pessoa de seus procuradores, recebo o acordo como regular.Ante ao acordo realizado entre as partes às fls. 24/25 e, com base no art. 269, III do CPC, JULGO EXTINTO o feito, com resolução de MÉRITO .Libere-se as restrições realizada nos autos.Cada uma das partes arcará comos honorários dos seus advogados.Semcustas.P. R. I., e, ante o pedido de extinção feito pelas partes, antecipo o trânsito em julgado para esta data.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000206-42.2012.8.22.0022
Ação:Carta Precatória (Cível)
Autor:Silvério dos Santos Oliveira
Advogado:Silverio dos Santos Oliveira (RO 616)
Requerido:João Guerino Ramires Bondezan
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de folhas 99.

Proc.: 0001655-06.2010.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aparecido de Jesus Taveira
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
DESPACHO : Vistos.Defiro o pedido de fl. 125.Intime-se o peticionário retro para retirada dos autos, no prazo de 15 dias, como requerido.Não sendo retirado os autos em cartório no prazo fixado, retorne com os autos ao arquivo, independente de outra intimação.Pratique-se o necessário.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000184-81.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:P. C. B.
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:O. S. G.
Advogado:José de Arimatéia Alves (RO 1693), Arthur Pires Martins Matos (RO 3524)
Alegações finais: Fica a parte requerida, por via de seus Advogados, intimado a apresentar alegações finais por memorias no prazo de 05 dias, conforme determinação de fls 99, em audiência realizada no dia 04/12/2012.

Proc.: 0000323-96.2013.8.22.0022
Ação:Monitória
Requerente:Mercantil Nova Era Ltda
Advogado:Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido:C Brassoroto Fenali Me
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Carta precatória - retirar: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0000790-75.2013.8.22.0022
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:J. P. de O.
Advogado:Amarildo Gomes Ferreira (OAB/RO 4204)
Requerido:M. de S. S. J. de S. O. J. de S. O. J. de S. O.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0001848-50.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Noemi Paiva
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:Elias Sanabria de Jesus
Advogado:Rozane Inêz Vicensi (RO 3865)
DESPACHO : Vistos. Dê-se vistas, ao requerido, considerando não ter nos autos notícias quanto a ciência do teor do DESPACHO de fl 50.Intime-se.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000430-43.2013.8.22.0022
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. A. S. V. de M. T. A. S. V. de M.
Advogado:Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
Executado:A. V. de M.
Advogado: Não Informado (22 SMG)
SENTENÇA : Vistos.Lais Amanda Santos Vaz de Melo e Thais Amanda Santos Vaz de Melo, menores, representadas por sua genitora, Sr.ª Rosangela Fátima Santos, propuseram ação de execução alimentos em face de Alexandro Vaz de Melo. Juntou documentos.Expedido o MANDADO de citação, este foi devidamente cumprido.O exequente veio aos atos apresentar comprovantes de pagamento do débito.DECISÃO .Posto isto e com fulcro no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo extinta a presente execução ante o pagamento do débito executado. Ciência ao Ministério Público.Renumere-se o processo a partir da fl. 20. P. R. I e, arquive-se. S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 30 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001021-39.2012.8.22.0022
Ação:Monitória
Requerente:Mercantil Nova Era Ltda
Advogado:Maria de Fatima Paiva da Costa (OAB/RO 3037), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido:C Brassoroto Fenali Me
Carta precatória: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0000758-70.2013.8.22.0022
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Felisberto Fabian, Izabel Bergamaschi Fabian
Advogado:Almiro Soares (RO 412-A)
Requerido:Arlindo Rodrigues da Fonseca
Advogado: Tony Pablo de Castro Chaves (OAB/RO 2147)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0001875-33.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:W. M.
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (3117)
Requerido:G. M. de S.
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0017890-87.2006.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tech Data Brasil Ltda
Advogado:Elza Megumi Iida (OAB/SP 95740)
Executado:Neli Boaria - Me, Neli Boaria Soares
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Promovo a suspensão dos autos conforme determinado no Ofício Circular n. 087/2013-DECOR/CG da Corregedoria Geral da Justiça.S. Miguel do Guaporé-RO, sexta-feira, 12 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001252-03.2011.8.22.0022
Ação:Inventário
Inventariante:Ilzete Dias dos Santos
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Inventariado:Espólio de Antônio Dias dos Santos
Advogado:Vilma Barreto da Silva Munarin (OAB/RO 4138)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 15 dias, intimada a apresentar as últimas declarações.

Proc.: 0000537-87.2013.8.22.0022
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Manoel Dantas, Rosana da Silva
Advogado:Amarildo Gomes Ferreira (OAB/RO 4204)
Embargado:Cícero Donizete da Silva
Advogado:Admir Teixeira (OAB/RO 2282)
Réplica: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar impugnação.

Proc.: 0238097-21.2009.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Bulgam, Nair Teixeira Bulgam
Advogado:Flavia Ronchi da Silva (RO 2.738)
Requerido:Jadir Pereira da Costa
Advogado:Nilton Pinto de Almeida (OABMG 85518B), Silvia Regina de Almeida (MG 61505)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0001434-86.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdecir Kempim
Advogado:Joilma Gleice Schiavi Gomes (3117)
Requerido:Estado de Rondônia

Advogado:Procurador do Estado (NBO 020)
Ofício - Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio n.1164/2013 - 1º DEJUESP, juntado nos autos folhas (362).

Proc.: 0001969-78.2012.8.22.0022
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. T. do B. S.
Advogado:Marili R. Taborda (A - OAB/SP 141277)
Requerido:F. G.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Defiro o pedido de suspensão por 60 (sessenta) dias, ficando a parte devidamente intimada de que após o decurso do prazo, deverá dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção por desídia.Intime-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013. João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001987-36.2011.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Industria e Comércio de Bebidas Mdm Ltda Dydyo Refrigerantes
Advogado:Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Executado:E. S. da Silva & Barros Ltda Me, Ednaldo Soares da Silva, Sandra Gonçalves Barros
Advogado: Não Informado (22 SMG)
DECISÃO : Vistos.Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Assim, intime-se o credor para que promova atos em busca do recebimento do seu crédito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 28 de maio de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001493-40.2012.8.22.0022
Ação:Monitória
Requerente:Norte Comércio de Produtos Agropecuários e Veterinários Ltda Me
Advogado:Joyce Borba Defendi ( )
Requerido:E.r.a de Carvalho Transportes
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Carta precatória - retirar: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0020466-82.2008.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Odair Favaro Vaz
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:José Ailton Pereira Nunes
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DECISÃO : Vistos.Conforme detalhamento adiante, a determinação de bloqueio não encontrou valores para satisfação da dívida. Assim, intime-se o credor para que promova atos em busca do recebimento do seu crédito, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento em aguardo da indicação de bens.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 28 de maio de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0015870-55.2008.8.22.0022
Ação:Depósito
Requerente:Banco Finasa S/a
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 1847)
Requerido:Marcos Schmoeller
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Indefiro o pedido de fl. 149/150, vez que o endereço informado pelo requerente é o mesmo indicado anteriormente para cumprimento da busca e apreensão, a qual restou infrutífera, conforme certidão do Sr. Meirinho à fl. 132. Assim, intime-se o autor para dar regular prosseguimento ao feito, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 10 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001673-90.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindinalva Amaral da Silva
Advogado:Sidnei Furtado Mendonça (OAB/RO 4880)
Requerido:Instituto de Previdência Municipal de São Miguel do Guaporé Ro
Advogado:Vanderlei Casprechen (OAB/RO 2242)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0001835-85.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alexson Gozzer, Rejane Cristina de Oliveira Gozzer, Kauã Paulo Gozzer
Advogado:Luiz Carlos Ribeiro da Fonseca (OAB/RO 920)
Requerido:Ademir Artifon
Advogado:Admir Teixeira (OAB/RO 2282)
Retorno do TJ: Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0002190-95.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Claudio Oliveira Conceição
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de folhas 75 e manifestação do médico perito folhas 76.

Proc.: 0020415-71.2008.8.22.0022
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Denival Barbosa de Oliveira
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (OAB/RO 3175)
Requerido:Ataíde de Paiva
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Petição Autor: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de folhas 31/42.
REPUBLICAÇÃO DO ERRO MATERIAL

Proc.: 0001661-76.2011.8.22.0022
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (22 SMG)
Requerido:Paulo Nóbrega de Almeida, José Caetano de Souza, Esmera Pereira dos Santos Oliveira, Daniel Antônio Filho,

Christiane Barbosa Sabino, Jorge Lourenço da Silva
Advogado:Robson Magno Clodoaldo Casula (RO 1404), Delmir Balen (OAB/RO 3227), Defensoria Pública do Estado de Rondônia
SENTENÇA : Vistos.O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA propôs Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa em face de PAULO NÓBREGA DE ALMEIDA, JOSÉ CAETANO DE SOUZA, ESMERA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA, DANIEL ANTÔNIO FILHO, CHRISTIANE BARBOSA SABINO e JORGE LOURENÇO DA SILVA requerendo a condenação dos requeridos.Afirma o Ministério Público que os requeridos praticaram ato improbo, uma vez que fraudaram o processo administrativo n. 315/05, na modalidade de concorrência, para concessão de transporte coletivo na linha 102, lado sul. Posto que o licitante não apresentou a descrição completa do objeto de forma clara e precisa, não especificando a quilometragem a ser percorrida, os pontos de parada, bem como os honorários. Alega ainda que a conduta dos requeridos violaram os princípios fundamentais da Administração Pública. Pediu a procedência dos pedidos com a condenação dos requeridos. Juntou documentos (fls. 08/235).Os réus (Paulo Nóbrega de Almeida, Christiane Barbosa Sabino, José Caetano de Souza, Esmera Pereira dos Santos Oliveira e Daniel Antônio Filho), foram notificados previamente à fl. 250-verso, e Jorge Lourenço da Silva foi notificado às fls. 275.Apresentaram defesa preliminar os réus: Daniel Antônio Filho (fls. 241/249), Esmera Pereira dos Santos Oliveira(fls. 255/259), Paulo Nobrega de Almeida (fls. 260/264), e José Caetano de Souza (fls. 270/271).Aos réus Christiane Barbosa Sabino e Jorge Lourenço da Silva, decorreu in albis o prazo para apresentar de defesa preliminar (fls. 276).A petição inicial foi recebida (fls. 277), determinando-se a citação dos requeridos.O Município de São Miguel do Guaporé às fls. 282, manifestou-se interesse em integrar a lide no polo ativo.Citados (fls. 341-verso, 343-verso), os réus apresentaram contestação:PAULO NÓBREGA DE ALMEIDA (fls. 283/299) afirma que o requerido que não praticou qualquer ato de improbidade administrativa, atentatório dos deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, visto que o requerido agiu de boa fé. Pediu a improcedência da presente ação.JOSÉ CAETANO DE SOUZA (fls. 300/318) alega preliminarmente a prescrição quinquenal em relação aos demais agentes públicos eleitos ou ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança. Já no MÉRITO afirma que o requerido não participou de qualquer outra fase posterior do processo, uma vez que não colaborou para a prática de qualquer ato de improbidade, visto que agiu em consonância com os pareceres da Controladoria Geral e Assessoria Jurídica do Munícipio, deixando clara que não existe participação direta do requerido, onde poderia manifestar-se a presença de dolo ou má-fé. Alega ainda que tal fato não trouxe prejuízos aos cofres do municípios. Por fim, pediu a improcedência da presente ação.ESMERA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA (fls. 319/329), alega preliminarmente a prescrição quinquenal em relação aos demais agentes públicos eleitos ou ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança. Já no MÉRITO afirma que o procedimento adotado foi uma tentativa de sanar a regularizar o conflito por parte da administração, sem que tenha gereado qualquer dano ao erário ou de forma proposital ferir princípios da administração pública. Por fim, pediu a improcedência da presente ação.DANIEL ANTÔNIO FILHO (fls. 330/340), alega preliminarmente a prescrição quinquenal em relação aos demais agentes públicos eleitos ou ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança. Já no MÉRITO afirma que foi acusado apenas de forma genérica, sem que o Douto Representante do MP indicasse a conduta do ímproba do, sendo este inocente de tal acusação, pois jamais teve conhecimento de qualquer irregularidade. Por fim, pediu a improcedência da presente ação.A certidão de fls. 345, informa que decorreu o prazo para apresentação da contestação em relação aos requeridos Christiane Barbosa Sabino e Jorge Lourenço da Silva.O Ministério Público apresentou impugnação às contestações às fls. 346/347.Audiência de instrução e julgamento realizada às fls. 366/367.Apresentaram alegações finais o Ministério Público (fls. 368/370), Paulo Nóbrega de Almeida (fls. 371/378), Esmera Pereira dos Santos Oliveira, José Caetano de Souza e Daniel Antônio Filho às fls. 379/387, Christiane Barbosa Sabino e Jorge Lourenço da Silva às fls. 388/390, e o Município de São Miguel do Guaporé (fls. 400/405).É o breve RELATÓRIO . DECIDO.Da preliminar.Apenas os requeridos José Caetano de Souza, Esmera Pereira dos Santos Oliveira e Daniel Antônio Filho apresentaram preliminares de MÉRITO .Alegam os requeridos em suas prelimares a prescrição quinquenal em relação aos demais agentes públicos eleitos ou ocupantes de cargo em comissão ou de função de confiança. No entanto, a Lei de Improbidade Administrativa tem como termo inicial o prazo de 05 (cinco) anos para a propositura das ações de ressarcimento ao Poder Público, caso o dano ao erário decorra de ato de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992), o que se constata no presente caso.Neste sentido, é o entendimento jurisprudencial:AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO. 1. A prescrição da ação de improbidade administrativa consuma-se depois de decorridos mais de cinco anos do término do exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança. Art. 23 da Lei n.º 8.429/92. 2. O reconhecimento da prescrição em relação às sanções previstas na Lei n.º 8.429/92 não impede o prosseguimento da ação quanto à pretensão de condenação ao ressarcimento do dano ao erário, diante da sua imprescritibilidade. Art. 37, § 5º, CR. Precedentes do STF e STJ. Recurso. (TJ-RS - AI: 70045622990 RS , Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Data de Julgamento: 23/02/2012, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/02/2012, undefined).ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SANÇÕES APLICÁVEIS - RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO PÚBLICO - PRESCRIÇÃO. 1. As punições dos agentes públicos, nestes abrangidos o servidor público e o particular, por cometimento de ato de improbidade administrativa estão sujeitas à prescrição quinquenal (art. 23 da Lei nº. 8.429/92). 2. Diferentemente, a ação de ressarcimento dos prejuízos causados ao erário é imprescritível (art. 37, § 5º, da Constituição). 3. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp: 1067561 AM 2008/0133063-9, Relator: Ministra ELIANA CALMON, Data de Julgamento: 05/02/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/02/2009, undefined). (Grifei).Assim, acolho parcialmente a preliminar de prescrição, e passo à análise do MÉRITO em relação ao ressarcimento do dano ao erário. Do MÉRITO .Trata-se de ação civil pública onde se sustenta a ocorrência de atos de improbidade administrativa e se buscam as consequências de estilo.É importante salientar que a imputação reclama comprovação de dolo ou culpa, sendo incabível a responsabilidade objetiva. Nesse sentido: (...)

exige, necessariamente, a presença do elemento subjetivo, inexistindo a possibilidade da atribuição da responsabilidade objetiva na esfera da Lei 8.429/92 (...) (in REsp n. 974843). Diante disto, não sendo devidamente comprovado que o agente público praticou ato visando ao fim proibido em lei ou além de suas competência, não se configura ato de improbidade, pois exige-se a presença do dolo, para que seja cabível a punição.O objetivo da Lei de Improbidade é punir o administrador público desonesto, não o inábil, despreparado, incompetente e desastrado.Em uma avaliação mais precisa, a matéria tratada no feito reclama um comportamento doloso do agente público, pois o enquadramento referido pelo Ministério Público é o comportamento descrito no art. 11 da Lei n. 8.429/92. Nesse sentido: (...) 7. A configuração de qualquer ato de improbidade administrativa exige a presença do elemento subjetivo na conduta do agente público, pois não é admitida a responsabilidade objetiva em face do atual sistema jurídico brasileiro, principalmente considerando a gravidade das sanções contidas na Lei de Improbidade Administrativa. Portanto, é indispensável a presença de conduta dolosa ou culposa do agente público ao praticar o ato de improbidade administrativa, especialmente pelo tipo previsto no art. 11 da Lei 8.429/92, especificamente por lesão aos princípios da Administração Pública, que admite manifesta amplitude em sua aplicação. Por outro lado, é importante ressaltar que a forma culposa somente é admitida no ato de improbidade administrativa relacionado à lesão ao erário (art. 10 da LIA), não sendo aplicável aos demais tipos (arts. 9º e 11 da LIA). (...) (in REsp n. 805080).Destarte, é responsabilidade de o requerente evidenciar a conduta dolosa de cada um dos requeridos.O conceito de improbidade é muito amplo, indo desde a conduta mais corriqueira, que ofende a moralidade, até a mais grave que atenta contra a lei e contra o patrimônio comum. Ato improbo é aquele praticado por um agente público no exercício de sua função ou decorrente dela, que atente conta os princípios da administração pública, violando deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade.Em relação ao MÉRITO , verifica-se que ficou evidenciado a prática de atos de improbidade administrativa (Processo Administrativo n. 315/05), que formalizou a licitação na modalidade concorrência n. 001/2005, uma vez que ao habilitar a Associação de Agricultores Rurais e Produtores de Leite Nova Esperança, sem que esta tivesse preechido os requisitos técnicos exigidos no edital e sem ter comprovado que estava em situação regular perante a seguridade social (INSS), e ausência da homologação do Processo Administrativo n. 315/05.Assim, os requerido participaram diretamente desta empreitada ou tomaram conhecimento da irregularidade, existindo elementos suficientes para evidenciar o alegado e, podendo, nada fizeram para impedir. Desta forma, devem ser penalizadas as pessoas de PAULO NÓBREGA DE ALMEIDA, JOSÉ CAETANO DE SOUZA, ESMERA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA, DANIEL ANTÔNIO FILHO, CHRISTIANE BARBOSA SABINO e JORGE LOURENÇO DA SILVA.Das penas aplicadas.A conduta dos Requeridos foram enquadradas no art. 11 da Lei de Improbidade Administrativa, posto que se evidenciou o descumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e economicidade.As penas a serem aplicadas, no caso, estão discriminadas no art. 12, inciso III, onde se prevê:Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (...) III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.Portanto, as cominações previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992 não determinam, necessariamente, aplicação cumulativa, devendo ser observado o caso concreto, em respeito aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, adequação e racionalidade na interpretação do DISPOSITIVO .Neste sentido:ADMINISTRATIVO. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO DA PENA.1. A aplicação da pena, em improbidade administrativa, deve ser empregada de forma que seja considerada a gravidade do ilícito, a extensão do dano e o proveito patrimonial obtido.2. Pena de multa pecuniária no valor de 12 (doze) vezes o valor do subsídio pago a vereador do município.3. Publicidade de promoção pessoal para fins eleitorais por conta do erário público.4. Aplicação das penas de suspensão de direitos políticos e perda do cargo que não se justificam.5. Razoabilidade e proporcionalidade da pena aplicada.6. Recurso especial conhecido e não-provido (REsp 929.289-MG, rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, julgado em 18-12-07, DJ 28-02-08, p. 77).Por sua feita, o Requerente pleiteou a perda da função pública, a suspensão dos direitos políticos, condenação em multa civil e proibição de contratar com o Poder Público.É imprescritível a ação que visa ao ressarcimento de prejuízo ao erário em razão da prática de ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, nos termos do artigo 37, § 5º, da Constituição da República, verbis: A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento .A cumulação do pedido de condenação às sanções do artigo 12 da Lei n.º 8.429/92 com o de ressarcimento do dano ao erário não impede o prosseguimento da ação apenas quanto a este último em virtude da sua imprescritibilidade. Nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, de que são exemplo os seguintes precedentes: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PEDIDO DE RESSARCIMENTO. POSSIBILIDADE. AÇÃO IMPRESCRITÍVEL. PRECEDENTES. 1. É entendimento desta Corte a ação civil pública, regulada pela Lei 7.347/85, pode ser cumulada com pedido de reparação de danos por improbidade administrativa, com fulcro na Lei 8.429/92, bem como que não corre a prescrição quando o objeto da demanda é o ressarcimento do dano ao erário público. Precedentes: REsp 199.478/MG, Min. Gomes de Barros, Primeira Turma, DJ 08/05/2000; REsp 1185461/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 17/06/2010; EDcl no REsp 716.991/SP, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 23/06/2010; REsp 991.102/MG, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 24/09/2009; e REsp 1.069.779/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 13/11/2009. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp n.º 1.138.564/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16/12/2010). PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

ATO DE IMPROBIDADE. AÇÃO PRESCRITA QUANTO AOS PEDIDOS CONDENATÓRIOS (ART. 23, II, DA LEI N.º 8.429/92). PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA QUANTO AO PLEITO RESSARCITÓRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. O ressarcimento do dano ao erário, posto imprescritível, deve ser tutelado quando veiculada referida pretensão na inicial da demanda, nos próprios autos da ação de improbidade administrativa ainda que considerado prescrito o pedido relativo às demais sanções previstas na Lei de Improbidade. 2. O Ministério Público ostenta legitimidade ad causam para a propositura de ação civil pública objetivando o ressarcimento de danos ao erário, decorrentes de atos de improbidade, ainda que praticados antes da vigência da Constituição Federal de 1988, em razão das disposições encartadas na Lei 7.347/85. Precedentes do STJ: REsp 839650/MG, SEGUNDA TURMA, DJe 27/11/2008; REsp 226.912/MG, SEXTA TURMA, DJ 12/05/2003; REsp 886.524/SP, SEGUNDA TURMA, DJ 13/11/2007; REsp 151811/MG, SEGUNDA TURMA, DJ 12/02/2001. 3. A aplicação das sanções previstas no art. 12 e incisos da Lei 8.429/92 se submetem ao prazo prescricional de 05 (cinco) anos, exceto a reparação do dano ao erário, em razão da imprescritibilidade da pretensão ressarcitória (art. 37, § 5º, da Constituição Federal de 1988). Precedentes do STJ: AgRg no REsp 1038103/SP, SEGUNDA TURMA, DJ de 04/05/2009; REsp 1067561/AM, SEGUNDA TURMA, DJ de 27/02/2009; REsp 801846/AM, PRIMEIRA TURMA, DJ de 12/02/2009; REsp 902.166/SP, SEGUNDA TURMA, DJ de 04/05/2009; e REsp 1107833/SP, SEGUNDA TURMA, DJ de 18/09/2009. 4. Consectariamente, uma vez autorizada a cumulação de pedidos condenatório e ressarcitório em sede de ação por improbidade administrativa, a rejeição de um dos pedidos, in casu, o condenatório, porquanto considerada prescrita a demanda (art. 23, I, da Lei n.º 8.429/92), não obsta o prosseguimento da demanda quanto ao pedido ressarcitório em razão de sua imprescritibilidade. 5. Recurso especial do Ministério Público Federal provido para determinar o prosseguimento da ação civil pública por ato de improbidade no que se refere ao pleito de ressarcimento de danos ao erário, posto imprescritível. (REsp n.º 1.089.492/RO, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 04/11/2010).O ressarcimento integral do dano deve ser imputado de forma solidária, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), podendo ser cobrado de qualquer dos condenados. O valor deve ser restituído devidamente atualizado monetariamente e com juros de 1% ao mês, este contabilizado à partir da data de publicação da SENTENÇA .Tendo em vista, que a prescrição alcança o art. 12 e incisos da Lei de Improbidade Administrativa, exceto quanto a reparação do dano ao erário. Deixo de condenar os Requeridos na pena de multa civil, perda da função, suspensão dos direitos político e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, uma vez que entendo ser a pena aplicada suficiente, a meu ver.DISPOSITIVO .Ante o exposto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no artigo 269, inciso I e IV do Código de Processo Civil e artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, para o fim de:CONDENAR os réus PAULO NÓBREGA DE ALMEIDA, JOSÉ CAETANO DE SOUZA, ESMERA PEREIRA DOS SANTOS OLIVEIRA, DANIEL ANTÔNIO FILHO, CHRISTIANE BARBOSA SABINO e JORGE LOURENÇO DA SILVA, nas seguintes penalidades:a) ressarcimento integral do dano, solidariamente, cujo valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados monetariamente até a data do efetivo ressarcimento e juros de 1% ao mês, este contabilizado à partir da data de publicação da SENTENÇA ;Condeno, ainda, os réus solidariamente ao pagamento das custas.Transitada em julgado, devem os condenados fazer o pagamento das quantias a que foram condenados no prazo de 15 dias. Caso não ocorra o pagamento voluntário, os valores da condenação sofrerão um acréscimo de 10%, conforme previsão do CPC, art. 475-J, aguardando-se pedido do credor para dar início à execução.Também, após o trânsito em julgado, devem ser expedidos ofícios para operacionalização das restrições impostas na SENTENÇA .P. R. I. C.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 31 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001708-50.2011.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Gilcelio Sales Bento
Advogado:Thais Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de folhas 99 a seguir transcrito : (Certifico que, em cumprimento ao MANDADO supra do MM .Juiz de Direito da Comarca de São Miguel do Guaporé-RO, diligenciei no local indicado e lá estando DEIXEI DE INTIMAR E CIENTIFICAR GILCELIO SALES BENTO pois no local as pessoas desconhecem o Requerido, dentre eles Evanilda e Ivonete. O referido é verdade. Dou fé.).

Proc.: 0000760-40.2013.8.22.0022
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Claudinei Crescencio de Barros
Advogado:Paulo César de Camargo (RO 4345)
Executado:Eliséria Buzini Nogueira
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de folhas 16 a seguir transcrito: Certifico que DEIXEI de citar ELISÉRIA BUZINI NOGUEIRA porque mudou-se da Linha 90, sul, km-13 (esquina com o travessão, ao lado da escola). Diligenciei num sítio vizinho, tendo a moradora me dito que Eliséria está residindo atualmente em Rolim de Moura, porém, não soube me declinar o endereço. DEIXEI de arrestar bens por não localizá-los. O único veículo registrado em nome da executada está alienado (placa NDU6778). Não há qualquer imóvel registrado em nome da executada junto à Prefeitura Municipal. Não há gado registrado no IDARON.

Proc.: 0000508-37.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Janaina Luz Rodrigues
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Prosseguimento do Feito: Fica a parte autora intimada, por

via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso, face a certidão de fls 28 a seguir transcrito. (Certifico que DEIXEI DE CITAR JANAINA LUZ RODRIGUES porque não existe o número 1014 na Av. Jorge Teixeira, sendo que do n. 1011 pula para o n. 1045, sendo que conversei com os moradores das casas n. 1011 e 1045, porém, não obtive qualquer informação a respeito da requerida. O referido é verdade e dou fé.

Proc.: 0001349-66.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Cúrcio Júnior
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis Almeida (OAB/SP 220.181)
Requerido:Consórcio Fidens Mendes Junior
Advogado:Walter Matheus Bernardino Silva (OAB/RO 3716)
Alegações finais: Fica a parte requerida, por via de seu Advogado, intimada a apresentar alegações finais por memoriais, conforme determinação de fls 72, em audiência realizada no dia 25/03/2013.

Proc.: 0000969-09.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. R. dos S.
Advogado:Eunice Aparecida Cardoso (OAB/RO 1884)
Requerido:J. K. de O. S.
Advogado: Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Defiro o pedido de justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça.Pretende a parte autora a revisão dos valores pagos a sua filha a título de alimentos, alegando em resumo que o valor anteriormente pactuado a ser pago tornou-se um encargo elevado a sua atual condição financeira.A antecipação de tutela tem por FINALIDADE a eliminação do risco de dano sério ou de difícil reparação se julgada ao final. Assim, se faz necessário que os fundamentos da pretensão sejam convincentes de forma a deixar clara a verossimilhança de suas alegações, a intensidade do risco de lesão grave, o periculum in mora, bem como a reversibilidade do provimento.Analisando-se os fatos alegados pelo autor na inicial, bem como os documentos carreados aos autos, conclui-se que a providência requerida não deve ser deferida, uma vez que não estão demonstrados nos autos os requisitos exigidos para a concessão da medida, especificamente o fumus bonis iuris, posto que para que seja alcançada tal pretensão deve o autor fornecer elementos de prova suficientes à comprovação de suas alegações.Desta forma, indefiro a antecipação de tutela, com fulcro no art. 273, do Código de Processo Civil.Designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 03/09/2013, às 11:00 horas, intimando-se as partes e o Ministério Público.Cite-se a parte ré para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhado de advogado, podendo oferecer contestação no prazo de 15 dias, contados da audiência. Advirta-se que, caso não seja contestado o pedido, serão consideradas verdadeiras as alegações fáticas constantes na petição inicial.Com a contestação, caso sejam apresentadas matérias preliminares ou juntada de documentos novos, intime-se a parte autora para, querendo impugnar.Após, vistas ao Ministério Publico.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001437-70.2013.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:M. de L. M. de A.
Advogado:Naotoshi Tokimatu (OAB/SP 66477)
Requerido:A. de S. A.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Recebo a ação para processamento. Defiro a gratuidade da justiça.Designo audiência de conciliação para o dia 03/09/2013, às 07h e 30 min.Cite-se o requerido para contestar a presente, caso queira, no prazo de 15 dias, contados da audiência, advertindo de que não o fazendo, serão considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. O Ministério Público atuará no feito.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0001514-79.2013.8.22.0022
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:O. A. R. T.
Advogado:Naotoshi Tokimatu (OAB/SP 66477)
Requerido:G. A. T.
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos. Recebo a ação para processamento. Processe-se em segredo de justiça e com isenção de custas. Em relação aos alimentos provisórios, ante a comprovação de parentesco, mas considerando a ausência de prova robusta da condição do requerido, fixo liminarmente em 30% (trinta por cento) do salário-mínimo, devidos desde a citação. Designo audiência para tentativa de conciliação para o dia 03/09/2013, às 10h e 45 min. horas, intimando-se as partes e o Ministério Público. Cite-se a parte ré para tomar conhecimento da ação e comparecer à audiência acompanhado de advogado, podendo oferecer contestação no prazo de 15 dias, contados da audiência, bem como INTIME-SE para tomar conhecimento da obrigação de pagar os alimentos até o dia 10 de cada mês, sob pena de ser decretada a sua prisão. Advirta-se que, caso não seja contestado o pedido, ou o não comparecimento a audiência, enseja a presunção de serem verdadeiras as alegações fáticas constantes na petição inicial. Consigne-se no MANDADO que o não comparecimento da parte AUTORA na audiência determina o arquivamento do processo. Por fim, cientifique-se o Réu que deverá trazer à audiência prova de seus rendimentos atuais (contra-cheque, Carteira de Trabalho, Declaração de Imposto de Renda, etc) sob pena de ter contra si, alimentos fixados a critério do juiz, se acolhido o pedido. A parte autora deverá também providenciar esta prova, que lhe é conveniente. O Ministério Público atuará no feito.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 24 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000516-14.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Silvana de Almeida Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 23. Desta feita, defiro o pedido de fl. 23, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 11h e 15min.Intime-se a parte autora, através de seu

advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 11h e 15min.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000515-29.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Josiane Santos Cotrim Aguiar
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 22. Desta feita, defiro o pedido de fl. 22, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 10h e 45min.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 10h e 45min.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000509-22.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Marinete da Silva Cancian
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 23. Desta feita, defiro o pedido de fl. 23, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 11h e 30min.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 11h e 30min.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000507-52.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Pirelina de Almeida Pereira de Araújo
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 23. Desta feita, defiro o pedido de fl. 23, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 08:00 horas.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 08:00 horas.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000505-82.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Lindraci Beling
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 23. Desta feita, defiro o pedido de fl. 23, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 11 horas.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 11 horas.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000512-74.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Vanderleia Camargo
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 22. Desta feita, defiro o pedido de fl. 22, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 08h e 15min.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 08h e 15min.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Proc.: 0000506-67.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (RO 1234)
Requerido:Jason Correia da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO : Vistos.Em que pese a audiência de tentativa de conciliação ter restado infrutífera ante a ausência das partes, verifico que não foi analisado o pedido da parte autora à fl. 22. Desta feita, defiro o pedido de fl. 22, consequentemente, redesigno audiência de conciliação para o dia 02/09/2013 às 10h e 15min.Intime-se a parte autora, através de seu advogado, via DJ.Cite-se o requerido, através de Oficial de Justiça, advertindo-o das disposições no DESPACHO de fl. 13, bem como INTIME-O para comparecer à solenidade marcada para o dia 02/09/2013 às 10h e 15min.Cumpra-se, expedindo-se o necessário para a realização da solenidade.S. Miguel do Guaporé-RO, terça-feira, 9 de julho de 2013.João Valério Silva Neto Juiz de Direito.

Vânia Maria Vanzin
Diretora de Cartório

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038668 - Livro nº D-82 - Folha nº 76
Faço saber que pretendem se casar: VANDERLEI CALIXTO DA SILVA, solteiro, brasileiro, mecânico, nascido em JaguaribE-CE, em 15 de Março de 1988, residente e domiciliado na Rua Aroeira, 4167, Bairro Conceição, em Porto Velho-RO, filho de José Oliveira da Silva - aposentado - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Maria Calixto Oliveira - costureira - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e VALÉRIA FERNANDES DE SOUZA, solteira, brasileira, secretária, nascida em Porto Velho-RO, em 25 de Dezembro de 1992, residente e domiciliada na Rua Tancredo Neves, 3646, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filha de Sebastião Pereira de Souza - autônomo - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Aldenice Fernandes Gomes de Souza - autônoma - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038669 - Livro nº D-82 - Folha nº 77
Faço saber que pretendem se casar: CARVILHO COELHO SOARES, solteiro, brasileiro, motorista, nascido em Porto Velho-RO, em 30 de Abril de 1990, residente e domiciliado na Rua Encanto, 3674, Bairro Castanheira, em Porto Velho-RO, filho de Édson Coelho Soares - motorista - naturalidade: não informada - residência e domicílio: Rua Encanto, 3674, Bairro Castanheira, neste Município e Dulce Soares de Aráujo - naturalidade: não informada - residência e domicílio: Rua Encanto, 3674, Bairro Castanheira, neste Município; pretendendo passar a assinar: CARVILHO COELHO SOARES NEVES ESPÍNDOLA; e JANAÍNA NEVES ESPÍNDOLA, solteira, brasileira, enfermeira, nascida em Porto Velho-RO, em 27 de Setembro de 1986, residente e domiciliada na Rua Luís Gama, 7601, Bairro Juscelino Kubitschek I, em Porto Velho-RO, filha de Jonas Barbosa de Espíndola - motorista - naturalidade: Dourados-MS - residência e domicílio: Rua Luís Gama, 7601, Bairro Juscelino Kubitschek I, neste Município e Ana da Paz Cavalcante Neves - técnica de enfermagem - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Luís Gama, 7601, Bairro Juscelino Kubitschek I, neste Município; pretendendo passar a assinar: JANAÍNA NEVES ESPÍNDOLA COELHO SOARES; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038670 - Livro nº D-82 - Folha nº 078
Faço saber que pretendem se casar: VANDICLEY CÔELHO DE CARVALHO, solteiro, brasileiro, repositor, nascido em Guajará-Mirim-RO, em 9 de Janeiro de 1985, residente e domiciliado na Rua Padre Ângelo Cerri, 2725, Bairro Liberdade, em Porto Velho-RO, filho de Lucilene Coêlho de Carvalho - cozinheira - naturalidade: Costa Marques-RO - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: VANDICLEY CÔELHO DE CARVALHO ELIAS; e RAFAELA DA SILVA ELIAS, solteira, brasileira, secretária, nascida em Porto Velho-RO, em 9 de Março de 1986, residente e domiciliada na Rua Ângelo Cerri, 2725, Bairro Liberdade, em Porto Velho-RO, filha de Izaías Elias - motorista - naturalidade: Jacy Paraná-RO - residência e domicílio: não informada e Maria da Conceição Elias - auxiliar de saúde - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: RAFAELA DA SILVA CARVALHO ELIAS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038671 - Livro nº D-82 - Folha nº 79
Faço saber que pretendem se casar: GEOVANE DA SILVA BEZERRA, solteiro, brasileiro, gerente administrativo, nascido em Porto Velho-RO, em 12 de Maio de 1986, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, 4501, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filho de Antônio Freire Bezerra - aposentado - naturalidade: Aripuanã-MT - residência e domicílio: Rua Mato Grosso, 4501, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO e Maria Aparecida Félix da Silva Bezerra - aposentada - naturalidade: Lábrea-AM - residência e domicílio: Rua Mato Grosso, 4501, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: GEOVANE DA SILVA BEZE; e ÉRIKA TAYNÁ BEZERRA PARANHOS, solteira, brasileira, estudante, nascida em Porto Velho-RO, em 21 de Julho de 1995, residente e domiciliada na Rua Venezuela, 1142, Bairro Nova Porto Velho, em Porto Velho-RO, filha de Elemar Paranhos da Silva - já falecido - naturalidade: Soledade-RS e Ivoneide Bezerra Luz da Silva - pensionista - naturalidade: Guajará-Mirim-RO - residência e domicílio: Rua Mato Grosso, 4501, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038672 - Livro nº D-82 - Folha nº 80
Faço saber que pretendem se casar: RENAN THIAGO DE FREITAS FONSECA, solteiro, brasileiro, consultor de vendas, nascido em Belém-PA, em 16 de Janeiro de 1990, residente e domiciliado na Rua do Sol, 362, Bairro Floresta, em Porto Velho-RO, filho de Juvenal de Lima Fonseca - aposentado - naturalidade: Belém-PA - residência e domicílio: Rua do Sol, 362, Bairro Floresta, em Porto Velho/RO e Nacisa Matias de Freitas - zeladora - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua do Sol, 362, Bairro Floresta, em Porto Velho/RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JUSSARA SOUZA DOS SANTOS, solteira, brasileira, supervisora de loja, nascida em Porto Velho-RO, em 29 de Junho de 1991, residente e domiciliada na Rua Rio das Garças, 6297, Bairro Nova Esperança, em Porto Velho-RO, filha de Osmair Oliveira dos Santos - professor - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Rio das Garças, 6297, Bairro Nova Esperança, em Porto Velho/RO e Maria Adriana Alves de Souza - auxiliar de mestre de obra - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Rio das Garças, 6297, Bairro Nova Esperança, em Porto Velho/RO; pretendendo passar a assinar: JUSSARA SOUZA DOS SANTOS FONSECA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038673 - Livro nº D-82 - Folha nº 081
Faço saber que pretendem se casar: ROSINALDO DE SOUZA PAULINO, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Lábrea-AM, em 24 de Fevereiro de 1987, residente e domiciliado na Rua Pinhal, 7313, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filho de Valdemiro Paulino Filho - já falecido e Ernestiona de Souza - agricultora - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CARLA DO VALE SALGUEIRO, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 15 de Dezembro de 1987, residente e domiciliada na Rua Pinhal, 7313, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filha de Marlene do Vale Salgueiro - falecida em 27/04/2013 - naturalidade: Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038674 - Livro nº D-82 - Folha nº 82
Faço saber que pretendem se casar: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA DAS NEVES, solteiro, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Porto Velho-RO, em 29 de Outubro de 1976,

residente e domiciliado na Rua Quirinópolis, 2414, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO, filho de Antônio Lobato das Neves - agricultor - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Picuí, 2373, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO e Waldomira de Oliveira Paes - agricultora - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Picuí, 2373, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA DAS NEVES SOUZA; e LUCILANDIA IZAIAS DE SOUZA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Rio Branco-AC, em 1 de Outubro de 1980, residente e domiciliada na Rua Quirinópolis, 2414, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO, filha de João Pessôa de Souza - agricultor - naturalidade: Tarauacá-AC - residência e domicílio: Rua Quirinópolis, 2414, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO e Maria do Perpetuo Socorro Izaias de Souza - agricultora - naturalidade: Feijó-AC - residência e domicílio: Rua Quirinópolis, 2414, Bairro Marcos Freire, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: LUCILANDIA IZAIAS DE SOUZA OLIVEIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038675 - Livro nº D-82 - Folha nº 83

Faço saber que pretendem se casar: EDIVAN MONTEIRO AIRES, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Humaitá-AM, em 28 de Maio de 1987, residente e domiciliado na Rua Barão da Amazonas, 9076, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filho de Antonio Mendes Aires - gari - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Claudia Ferreira Monteiro - costureira - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIA DAVINA CARRIL FEITOSA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 29 de Setembro de 1988, residente e domiciliada na Rua Barão da Amazonas, 9076, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filha de José Gomes Feitosa - pedreiro - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: não informada e Maria Almeida Carril - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038676 - Livro nº D-82 - Folha nº 084

Faço saber que pretendem se casar: GERBSON MACHADO DA CRUZ, solteiro, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Humaitá-AM, em 2 de Março de 1978, residente e domiciliado na Rua Israel, 688, Bairro Nacional, em Porto Velho-AM, filho de Miguel Dias da Cruz - carpinteiro - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: não informada e Maria do Rosario Machado da Cruz - merendeira - naturalidade: Humaitá-AM - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: GERBSON MACHADO DA CRUZ JERÔNIMO; e ANA CRISTINA JERÔNIMO DA ROCHA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 15 de Junho de 1978, residente e domiciliada na Rua Israel, 688, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filha de Paulo Martins da Rocha - agricultor - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada e Edileuza Jerônimo da Silva - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: ANA CRISTINA JERÔNIMO DA ROCHA CRUZ; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038677 - Livro nº D-82 - Folha nº 85

Faço saber que pretendem se casar: ÁTILA FARIAS DE OLIVEIRA, solteiro, brasileiro, auxiliar de serviços gerais, nascido em Porto Velho-RO, em 22 de Fevereiro de 1994, residente e domiciliado na Rua Israel, 689, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filho de Jose Raimundo de Oliveira - autônomo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Beco Gravatal, 77, Bairro São Sebastião, em Porto Velho-RO e Mary de Nazaré Farias - auxiliar de serviços gerais - naturalidade: Manaus-AM - residência e domicílio: Beco Gravatal, 77, Bairro São Sebastião, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ÁTILA FARIAS ROCHA DE OLIVEIRA; e ELIANE JERÔNIMO DA ROCHA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 18 de Outubro de 1983, residente e domiciliada na Rua Israel, 689, Bairro Nacional, em Porto Velho-RO, filha de Paulo Martins da Rocha - auxiliar de serviços gerais - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Israel, 689, Bairro

Nacional, neste Município e Edileuza Jerônimo da Silva - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Israel, 689, Bairro Nacional, neste Município; pretendendo passar a assinar: ELIANE JERÔNIMO DA ROCHA DE OLIVEIRA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038678 - Livro nº D-82 - Folha nº 86
Faço saber que pretendem se casar: HÚDSON FARIAS COSTA REIS, solteiro, brasileiro, bancário, nascido em Porto Velho-RO, em 14 de Julho de 1988, residente e domiciliado na Avenida Guaporé, 6056, Edifício Mônaco, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho-RO, filho de Neidimir Mário Fernandes dos Reis - portuário - nascido em 31/05/1955 - residência e domicílio: Rua Ananias Ferreira de Andrade, 3173, Bairro Tiradentes, em Porto Velho-RO e Maria de Freitas Faria Reis - professora - nascida em 09/09/1957 - residência e domicílio: Rua Ananias Ferreira de Andrade, 3173, Bairro Tiradentes, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ERIANNE MOREIRA RIBEIRO, solteira, brasileira, aeroportuária, nascida em Poços de Caldas-MG, em 14 de Abril de 1984, residente e domiciliada na Avenida Guaporé, 6056, Edifício Mônaco, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho-RO, filha de Antonio Luiz Ribeiro - falecido em 29/01/2001 - naturalidade: Andradas-MG e Juliete Moreira Ribeiro - pensionista - nascida em 06/07/1956 - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Avenida Guaporé, 6035, Edifício Paris, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ERIANNE MOREIRA RIBEIRO REIS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 2 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038679 - Livro nº D-82 - Folha nº 87
Faço saber que pretendem se casar: DANILO ALMEIDA DANTAS, solteiro, brasileiro, técnico em eletrônica, nascido em Porto Velho-RO, em 16 de Agosto de 1982, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, 2336, Bairro Três Marias, em Porto Velho-RO, filho de Manoel Garcia Dantas - pedreiro - naturalidade: Guajará-Mirim-RO - residência e domicílio: não informada e Francisca Almeida da Silva - já falecida - naturalidade: Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIA HELENA AGUIAR DE SOUZA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 1 de Junho de 1978, residente e domiciliada na Rua Pernambuco, 2336, Bairro Três Marias, em Porto Velho-RO, filha de Francisco Alves de Souza - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Maria Dejanira de Aguiar - funcionária pública - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038680 - Livro nº D-82 - Folha nº 88
Faço saber que pretendem se casar: EDINALDO PEREIRA DA SILVA, divorciado, brasileiro, funcionário público, nascido em Porto Velho-RO, em 27 de Agosto de 1964, residente e domiciliado na Rua Professor Camara Lene, 4081, Bairro Cidade Nova, em Porto Velho-RO, filho de José Lopes da Silva - agricultor - naturalidade: São José do Mipibu-RN - residência e domicílio: não informada e Maria Djalmina Pereira da Silva - professora - já falecida - naturalidade: Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e NEIDA MAIA DE CAMPOS, divorciada, brasileira, do lar, nascida em Manicoré-AM, em 17 de Maio de 1969, residente e domiciliada na Rua Professor Camara Lene, 4081, Bairro Cidade Nova, em Porto Velho-RO, filha de Manoel Lima de Campos - marceneiro - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Professor Camara Lene, 4081, Bairro Cidade Nova, em Porto Velho/RO e Izabel de Souza Maia - aposentada - naturalidade: Manicoré-AM - residência e domicílio: Rua Professor Camara Lene, 4081, Bairro Cidade Nova, em Porto Velho/RO; pretendendo passar a assinar: NEIDA MAIA DE CAMPOS SILVA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038681 - Livro nº D-82 - Folha nº 89
Faço saber que pretendem se casar: DAVID RAMOS DE ALMEIDA, divorciado, brasileiro, ajudante geral, nascido em Sena Madureira-AC, em 16 de Julho de 1987, residente e domiciliado na Rua Almarildo Cordeiro, s/nº, Distrito de União Bandeirantes, em Porto Velho-RO, filho de Raimundo Pereira de Almeida - pastor evangélico - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Antonia Ramos de Almeida - do lar - naturalidade: Sena Madureira-AC - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ANA KESIA DE OLIVEIRA ALMEIDA, solteira, brasileira, estudante, nascida em Alvorada do Oeste-RO, em 21 de Julho de 1997, residente e domiciliada na Rua Damasco, 412, Distrito de União Bandeirantes, em Porto Velho-RO, filha de Edisom Almeida - agricultor - naturalidade: Mutum-MG - residência e domicílio: Rua Damasco, 412, Distrito de União Bandeirantes, em Porto Velho-RO e Tereza Gomes de Oliveira - do lar - naturalidade: Galiléia-MG - residência e domicílio: Rua Damasco, 412, Distrito de União Bandeirantes, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: ANA KESIA DE OLIVEIRA ALMEIDA RAMOS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038682 - Livro nº D-82 - Folha nº 090
Faço saber que pretendem se casar: AMINADABE MORAIS GOMES, divorciado, brasileiro, autônomo, nascido em Ji-Paraná-RO, em 7 de Junho de 1981, residente e domiciliado na Rua Francisco Rebouças, 3990, Bairro Tancredo Neves, em Porto Velho-RO, filho de João da Silva Gomes - pedreiro - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Valquiria Morais Gomes - do lar - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: AMINADABE MORAIS MOTA GOMES; e JOSAINE CARINE COLARES MOTA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 20 de Dezembro de 1990, residente e domiciliada na Rua Francisco Rebouças, 3990, Bairro Tancredo Neves, em Porto Velho-RO, filha de Juvenil dos Santos Mota - garimpeiro - naturalidade: Santarém-PA - residência e domicílio: não informada e Maria Auxiliadora Neves Colares - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: JOSAINE CARINE COLARES MOTA GOMES; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038683 - Livro nº D-82 - Folha nº 091
Faço saber que pretendem se casar: LEOSVALDO CAVALCANTE DO NASCIMENTO, solteiro, brasileiro, vigilante, nascido em Santa Luzia-MA, em 26 de Dezembro de 1988, residente e domiciliado na Rua Constelação, 9104, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filho de Abidias Fernandes do Nascimento - agricultor - naturalidade: Santa Luzia-MA - residência e domicílio: Rodovia BR-364, Projeto de Assentamento Santa Rita, km-56, Zona Rural, Porto Velho-RO e Maria da Conceição Cavalcante do Nascimento - agricultora - residência e domicílio: Rodovia BR-364, Projeto de Assentamento Santa Rita, km-56, Zona Rural, Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CLEMILDA DA SILVA GARCIA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 10 de Março de 1993, residente e domiciliada na Rua Constelação, 9104, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filha de Valdevino Garcia - agricultor - residência e domicílio: Rodovia BR-364, Projeto de Assentamento Santa Rita, km-56, Zona Rural, Porto Velho-RO e Maria Bezerra da Silva - agricultora - residência e domicílio: Rodovia BR-364, Projeto de Assentamento Santa Rita, km-56, Zona Rural, Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: CLEMILDA DA SILVA GARCIA NASCIMENTO; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038684 - Livro nº D-82 - Folha nº 92
Faço saber que pretendem se casar: JOSÉ WILSON LIMA DA SILVA, solteiro, brasileiro, motorista, nascido em Porto Velho-RO, em 25 de Fevereiro de 1985, residente e domiciliado na Rua

Chico Reis, 5.480, Bairro Rio Madeira, em Porto Velho-RO, filho de Wilson Lima Aguiar - garimpeiro - naturalidade: João Lisboa-MA - residência e domicílio: Rua Chico Reis, 5.480, Bairro Rio Madeira, neste Município e Maria Amélia da Silva Chagas - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Chico Reis, 5.480, Bairro Rio Madeira, neste Município; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JEANNE FLORENTINO DOS SANTOS, solteira, brasileira, professora, nascida em Porto Velho-RO, em 3 de Abril de 1975, residente e domiciliada na Rua Joaquim Araújo Lima, 2084, Bairro São João Bosco, em Porto Velho-RO, filha de Pedro Florentino da Silva Filho - já falecido e Ivone Florentino dos Santos - naturalidade: Guajará-Mirim-RO - residência e domicílio: Rua Joaquim Araújo Lima, 2084, Bairro São João Bosco, neste Município; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 038685 - Livro nº D-82 - Folha nº 93

Faço saber que pretendem se casar: MANOEL DAVID RAMOS DE ARAÚJO, solteiro, brasileiro, pedreiro, nascido em Beruri-AM, em 30 de Dezembro de 1980, residente e domiciliado na Rua Algodoeiro, 3370, Bairro Eletronorte, em Porto Velho-RO, filho de Firmino Chagas de Araújo - já falecido e Maria José Ramos Coelho - do lar - residência e domicílio: Rua Marcos Cavalcante, 137, Bairro Alfredo Nascimento, em Manaus-AM; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CRISTIANE SILVA FONTINELLI, solteira, brasileira, professora, nascida em Porto Velho-RO, em 28 de Fevereiro de 1977, residente e domiciliada na Rua Algodoeiro, 3370, Bairro Eletronorte, em Porto Velho-RO, filha de Francisco Frota Fontinelli - pedreiro - naturalidade: Estado do Amazonas-AM - residência e domicílio: Rua Serra da Cotia, 3264, Bairro Eletronorte, neste Município e Maria de Fátima Fontinelli - professora - naturalidade: Estado do Maranhão-MA - residência e domicílio: Rua Serra da Cotia, 3264, Bairro Eletronorte, neste Município; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 5 de Agosto de 2013
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

COMARCA DE ARIQUEMES

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-008 FOLHA 261
REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS
MONTE NEGRO, ESTADO DE RONDÔNIA
Av. Juscelino Kubitschek, 2752 – Setor 02 - Fone: (69)3530-2009
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes - Oficiala
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 2.360

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: AIRTON SOUZA DOS SANTOS, de nacionalidade brasileira, açougueiro, solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 25 de setembro de 1981, residente e domiciliado na Rua Capitão Silvio, nº. 2709, Setor 01, em Monte Negro-RO, filho de ANANIAS SOUZA DOS SANTOS e de FRANCISCA SILVA DOS SANTOS; e PATRICIA DOS SANTOS ALVES de nacionalidade brasileira, Agente Educadora, solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 30 de junho de 1988, residente e domiciliada na BR-421, Linha C-35, Km 20, Lote 56/60 A, Gleba 79, Zona Rural, em Monte Negro-RO, filha de VALDENILSON JOSÉ DOS SANTOS e de ADEILZA DOS SANTOS ALVES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia.

Monte Negro-RO, 29 de julho de 2013.
Leonilde Aparecida Barbaresco de Goes
Oficiala

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Cômarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 045 0000645 30

Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

HELIO FERREIRA, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Guaíra-PR, onde nasceu no dia 08 de maio de 1966, residente e domiciliado na Rua Ijad Did, 2748, Brizon, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de HELIO FERREIRA, filho de João Ferreira e de Helia da Ross;

NILCEIA RIBEIRO DE BRITO de nacionalidade brasileira, professora, solteira, natural de Córrego da Areia Mun. Nova Venecia-ES, onde nasceu no dia 26 de novembro de 1972, residente e domiciliada na Av. Antonio Pereira de Figueiredo, 248, Fortaleza, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de NILCEIA RIBEIRO DE BRITO, filha de Nadir Ribeiro de Brito e de Maria Pereira de Oliveira;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 046 0000646 39
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
LUCIANO FAUSTINO TELLES, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 12 de janeiro de 1986, residente e domiciliado na Av. Espirito Santo, 966, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de LUCIANO FAUSTINO TELLES, filho de José Airton Faustino e de Adelice Telles Faustino;
TÂNIA ROSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Osasco-SP, onde nasceu no dia 17 de outubro de 1991, residente e domiciliada na Av. Espirito Santo, 966, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de TÂNIA ROSA DA SILVA TELLES, filha de Edvaldo Gonçalves da Silva e de Neusa Maria Rosa da Silva;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula

095794 01 55 2013 6 00004 047 0000647 37
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GENEROSO FERREIRA RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, pecuarista, divorciado, natural de Pancas-ES, onde nasceu no dia 07 de outubro de 1945, residente e domiciliado na Rua Lourival Vieira, 4035, Teixeirão, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de GENEROSO FERREIRA RODRIGUES, filho de Ernesto Ferreira Rodrigues e de Maria Alves Rodrigues;
OSANA FABEM de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 09 de julho de 1976, residente e domiciliada na Rua Lourival Vieira, 4035, Teixeirão, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de OSANA FABEM RODRIGUES, filha de Miro Fabem e de Nadir Saldanha Fabem;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
Livro D: 8

República Federativa do Brasil
Folhas: 150
Estado de Rondônia
Têrmo: 1450
Município de Ministro Andreazza - RO
Tabelionato de Notas e Registro Civil
Av. Pau Brasil, 5867 - Centro, fone:(69)-3448-2285
Fracinete Lima D Ávila
Tabeliã “Pro-Tempore”
Edital de Proclamas
Matrícula
095976 01 55 2013 6 00008 150 0001450 14
Faço saber que pretendem se casar: RAFAEL RAMOS DA CRUZ e ESTER DE PAULA FERREIRA e que Apresentaram os documento exigidos pelo Artigo 1.525 e incisos do Código Civil Brasileiro. O Regime Adotado é o de: Comunhão Parcial de Bens. Ele: nascido aos: 26 de Novembro de 1990, Estado Civil: solteiro, em: Cacoal-RO, de nacionalidade: Brasileira, profissão: Agricultor, Filho de: Aristeu Ramos da Cruz e Neusa Gonçalves de Souza Cruz. Residente e domiciliado em: Rua: Paraná nº 5865, nesta Cidade de Ministro Andreazza-RO.. O qual Continuará com o mesmo nome. Ela: nascida aos: 23 de Junho de 1997, em: Cacoal-RO, de nacionalidade: Brasileira, profissão: Agricultora, Estado Civil: solteira, Filha de: Nilton de Paula Ferreira e Dalva Ramos Ferreira. Residente e Domiciliada em: Rua: Paraná nº 5865, nesta Cidade de Ministro Andreazza-RO. A qual passará a Chamar-se: ESTER DE PAULA FERREIRA DA CRUZ. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br). MINISTRO ANDREAZZA-RO, 1 de Agosto de 2013 Fracinete Lima D Ávila Tabeliã “Pro-Tempore” República Federativa do Brasil Estado de Rondônia Município e Câmarca de Cacoal 2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 -
cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 045 0000645 30
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
HELIO FERREIRA, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Guaíra-PR, onde nasceu no dia 08 de

maio de 1966, residente e domiciliado na Rua Ijad Did, 2748, Brizon, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de HELIO FERREIRA, filho de João Ferreira e de Helia da Ross;
NILCEIA RIBEIRO DE BRITO de nacionalidade brasileira, professora, solteira, natural de Córrego da Areia Mun. Nova Venecia-ES, onde nasceu no dia 26 de novembro de 1972, residente e domiciliada na Av. Antonio Pereira de Figueiredo, 248, Fortaleza, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de NILCEIA RIBEIRO DE BRITO, filha de Nadir Ribeiro de Brito e de Maria Pereira de Oliveira;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 046 0000646 39
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
LUCIANO FAUSTINO TELLES, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 12 de janeiro de 1986, residente e domiciliado na Av. Espirito Santo, 966, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de LUCIANO FAUSTINO TELLES, filho de José Airton Faustino e de Adelice Telles Faustino;
TÂNIA ROSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Osasco-SP, onde nasceu no dia 17 de outubro de 1991, residente e domiciliada na Av. Espirito Santo, 966, Novo Horizonte, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de TÂNIA ROSA DA SILVA TELLES, filha de Edvaldo Gonçalves da Silva e de Neusa Maria Rosa da Silva;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)
República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Câmarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã

EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2013 6 00004 047 0000647 37
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GENEROSO FERREIRA RODRIGUES, de nacionalidade brasileira, pecuarista, divorciado, natural de Pancas-ES, onde nasceu no dia 07 de outubro de 1945, residente e domiciliado na Rua Lourival Vieira, 4035, Teixeirão, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de GENEROSO FERREIRA RODRIGUES, filho de Ernesto Ferreira Rodrigues e de Maria Alves Rodrigues;
OSANA FABEM de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 09 de julho de 1976, residente e domiciliada na Rua Lourival Vieira, 4035, Teixeirão, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de OSANA FABEM RODRIGUES, filha de Miro Fabem e de Nadir Saldanha Fabem;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

VARA CÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE COLORADO DO OESTE
TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969
E-mail: vilsondesouzabrasil@hotmail.com
RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA “A” – CENTRO, CEP: 76.993-000
VILSON DE SOUZA BRASIL – NOTÁRIO REGISTRADOR
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL - TABELIÃO SUBSTITUTO
LIVRO D-014, FOLHA 104, TERMO 006389
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.389
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
Ele: LUIZ HENRIQUE DA SILVA FROTA, solteiro, com vinte e três (23), de nacionalidade brasileira, atendente, natural de Colorado do Oeste - RO, onde nasceu no dia 16 de outubro de 1989, residente e domiciliado na Rua Potiguara, 3150, em Colorado do Oeste-RO, filho de ARY MARQUES DA FROTA e de MARIA HELENA DA SILVA;
Ela: BRUNNA RAFAÉLA DE OLIVEIRA, solteira, com dezenove (19), de nacionalidade brasileira, estudante, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 23 de abril de 1994, residente e domiciliada na Avenida Tapajós, 4867, em Colorado do Oeste-RO, filha de CLAUDIO SANTOS DE OLIVEIRA e de NIRIA NOGUEIRA DE OLIVEIRA.
Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens.
Que após o casamento, o declarante, passará a adotar o nome de LUIZ HENRIQUE DA SILVA FROTA DE OLIVEIRA.
Que após o casamento, a declarante, passará a adotar o nome de BRUNNA RAFAÉLA DE OLIVEIRA FROTA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Colorado do Oeste-RO, 02 de agosto de 2013.
Vilson de Souza Brasil
Notário/Registrador

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS
ESTADO DE RONDÔNIA
COMARCA DE COLORADO DO OESTE
TELEFAX (0xx69) 3341-2416 – FONE (0xx69) 3341-3969
E-mail: vilsondesouzabrasil@hotmail.com
RUA HUMAITÁ, nº 3400, SALA "A" – CENTRO, CEP: 76.993-000
VILSON DE SOUZA BRASIL – NOTÁRIO REGISTRADOR
BEL. RÔMULO AUGUSTO MARTINS BRASIL - TABELIÃO SUBSTITUTO
LIVRO D-014 FOLHA 105 TERMO 006390.

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: Ele: EMANUEL MENDES BADARÓ, solteiro, com vinte e cinco (25), de nacionalidade brasileira, médico veterinário, natural de Governador Valadares-MG, onde nasceu no dia 11 de março de 1988, residente e domiciliado na Rua Corumbiara, 4158, Centro, em Colorado do Oeste-RO, filho de ROBERTO MARCOS BADARÓ e de MARIA ALICI MENDES LOUZADA BADARÓ; Ela: FRANCINY MAROTA BOTELHO, solteira, com vinte e oito (28), de nacionalidade brasileira, zootecnista, natural de São Paulo-SP, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1984, residente e domiciliada na Rua Corumbiara, 4158, em Colorado do Oeste-RO, filha de FELICIO BOTELHO SOARES e de LIDIA MAROTA BOTELHO. Determinando que o regime de bens a viger a partir do mesmo seja o de Comunhão Parcial de Bens. Que após o casamento, o declarante, continuará a adotar o nome de EMANUEL MENDES BADARÓ. Que após o casamento, a declarante, continuará a adotar o nome de FRANCINY MAROTA BOTELHO. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.

Colorado do Oeste - RO, 02 de agosto de 2013.
Vilson de Souza Brasil
Notário/Registrador

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1ª VARA GENÉRICA

Notas, Protestos, Títulos e Documentos, Registro de Imóveis Pessoas Jurídicas e Naturais
MUNICIPIO E COMARCA DE ESPIGAO DO OESTE – ESTADO DE RONDONIA
Bel. Helio Kobayashi – Notário e Registrador
Av. Sete de Setembro n° 2431 – CEP 76.974-000 – Espigão do Oeste – Rondônia – Fone/Fax: (69) 3481-2650
LIVRO D-021 FOLHA 030 TERMO 004919
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.919
Matricula nº 095778 01 55 2013 6 00021 030 0004919 92

Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FÁBIO GONÇALVES DA COSTA, de nacionalidade brasileira, de profissão operador de máquina, de estado civil solteiro, natural de Espigão do Oeste-RO, onde nasceu no dia 28 de fevereiro de 1985, residente e domiciliado na Rua Dilson Belo, n° 3048, Bairro Vista Alegre, em Espigão do Oeste-RO, filho de JOSÉ LUIZ DA COSTA e de NILZA GONÇALVES MATOS DA COSTA; e NEIDE COSTA FERNANDES de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Salto do Céu-MT, onde nasceu no dia 14 de junho de 1984, residente e domiciliada na Rua Dilson Belo, n° 3048, Bairro Vista Alegre, em Espigão do Oeste-RO, filha de ADILSON JOSÉ FERNANDES e de MARIA ROSA COSTA FERNANDES.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado nesta Serventia em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tj.ro.gov.br).

Espigão do Oeste-RO, 05 de agosto de 2013.
Bel. Hélio Kobayashi
Oficial

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO 137

Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: LUIZ CARLOS SOUZA DA COSTA e JUSSARA MENDEZ CUELLAR,

SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: solteiro, com 38 anos de idade, profissão: COMERCIANTE, natural: município de TIANGUÁ - CE, nascido aos 15/01/1975 (quinze de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco), filho de FRANCISCO RAMOS DA COSTA e MARIA OZANA SOUZA DA COSTA , Residente AV. JOSÉ CARLOS NERY, 4048, PRÓSPERO, Guajará-Mirim - RO.

Pais qualificados: FRANCISCO RAMOS DA COSTA e MARIA OZANA SOUZA DA COSTA, residente Guajará-Mirim - RO;

SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 25 anos de idade, , profissão: ESTUDANTE, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 28/12/1987 (vinte e oito de dezembro de mil novecentos e oitenta e sete), filha de CARMELO CUELLAR ROCA e SUSANA MENDEZ FLORES , Residente AV. JOSÉ CARLOS NERY, 4048, PRÓSPERO , Guajará-Mirim - RO.

Pais qualificados: CARMELO CUELLAR ROCA e SUSANA MENDEZ FLORES, residente Guajará-Mirim - RO;

Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: LUIZ CARLOS SOUZA DA COSTA (SEM ALTERAÇÃO) e JUSSARA MENDEZ CUELLAR DA COSTA.

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.

E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.

Guajará-Mirim - RO, 02 de agosto de 2013.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO 136
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: LEANDRE DA SILVA RIBEIRO e REJIVANE ALVES DE SOUZA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA , estado civil: solteiro, com 28 anos de idade, profissão: AGENTE DE CORREIOS, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 24/01/1985 (vinte e quatro de janeiro de mil novecentos e oitenta e cinco), filho de MANOEL TEOTÔNIO RIBEIRO e MARIA DAS DORES DA SILVA , Residente AV. SEBASTIAO JOÃO CLIMACO, Nº 7405, SANTA LUZIA, NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: MANOEL TEOTÔNIO RIBEIRO e MARIA DAS DORES DA SILVA, residente Guajará-Mirim - RO;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 26 anos de idade, , profissão: DO LAR, natural: município de PORTO VELHO - RO, nascida aos 09/07/1987 (nove de julho de mil novecentos e oitenta e sete), filha de JUVENAL MARTINS SOUZA e RUTH ALVES RODRIGUES , Residente AV. SEBASTIAO JOÃO CLIMACO, Nº 7405, SANTA LUZIA , NOVA MAMORÉ - RO.
Pais qualificados: JUVENAL MARTINS SOUZA e RUTH ALVES RODRIGUES, residente Guajará-Mirim - RO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: LEANDRE DA SILVA RIBEIRO e REJIVANE ALVES DE SOUZA.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 02 de agosto de 2013.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO 135
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: EVANGELISTA ALVES MOURA e CLAUDETE GOMES FERREIRA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: solteiro, com 41 anos de idade, profissão: MILITAR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascido aos 04/07/1972 (quatro de julho de mil novecentos e setenta e dois), filho de ANTÔNIO MOURA SOARES e MARIA ALVES SOARES , Residente AV. ALMERILDO RIBEIRO DOS SANTOS, Nº 4059, PRÓSPERO, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ANTÔNIO MOURA SOARES e MARIA ALVES SOARES;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 42 anos de idade, , profissão: TECNICA ENFERMAGEM, natural: município de ROLIM DE MOURA DESTE MUNICÍPIO - RO, nascida aos 23/07/1971 (vinte e três de julho de mil novecentos e setenta e um), filha de HIPÓLITO FERREIRA DA SILVA e SILVINA GOMES GONÇALVES (falecida) , Residente AV. ALMERILDO RIBEIRO DOS SANTOS, Nº 4059, PRÓSPERO , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: HIPÓLITO FERREIRA DA SILVA e SILVINA GOMES GONÇALVES, falecida;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: EVANGELISTA ALVES MOURA (SEM ALTERAÇÃO) e CLAUDETE GOMES FERREIRA (SEM ALTERAÇÃO).
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 31 de julho de 2013.
O OFICIAL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO 134
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: JACKSON CARNEIRO DA SILVA e HALDENILZA BARBOSA COSTA,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: divorciado, com 34 anos de idade, profissão: AÇOGUEIRO, natural: município de RIO BRANCO - AC, nascido aos 28/08/1978 (vinte e oito de agosto de mil novecentos e setenta e oito), filho de FRANCISCO CARVALHO e RAIMUNDA CARNEIRO DA SILVA , Residente AV. ANTONIO CORREIA DA COSTA, Nº 5071, LIBERDADE, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: FRANCISCO CARVALHO e RAIMUNDA CARNEIRO DA SILVA, residente Guajará-Mirim - RO;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 29 anos de idade, , profissão: POLICIAL MILITAR, natural: município de GUAJARÁ-MIRIM - RO, nascida aos 11/10/1983 (onze de outubro de mil novecentos e oitenta e três), filha de VALDIR FERREIRA COSTA e EDENIR BARBOSA COSTA , Residente AV. ANTONIO CORREIA CA COSTA, Nª 5071, LIBERDADE , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: VALDIR FERREIRA COSTA e EDENIR BARBOSA COSTA, residente Guajará-Mirim - RO;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: JACKSON CARNEIRO DA SILVA (SEM ALTERAÇÃO) e HALDENILZA BARBOSA COSTA CARNEIRO.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprenssa.
Guajará-Mirim - RO, 31 de julho de 2013.
O OFICIAL

COMARCA DE JARU

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-039 FOLHA 044 TERMO 014527
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.527
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ISAC CANDIDO BARBOZA, de nacionalidade brasileira, motorista, solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1985, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, 1638, Setor 04, em Jaru-RO, filho de GIVANILDO FELIX BARBOZA e de SIRLENE CANDIDA BARBOZA; e LUCIANA PEREIRA CRUZ de nacionalidade brasileira, AGRICULTORA, solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 30 de dezembro de 1980, residente e domiciliada na Rua Pernambuco, 1638, Setor 04, em Jaru-RO, filha de JOSÉ GONÇALVES PEREIRA e de TEREZA DA CRUZ PEREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Jaru-RO, 02 de agosto de 2013.
João Ricardo dos Santos Lacerda
Oficial Substituto

LIVRO D-039 FOLHA 043 TERMO 014526
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.526
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ROGERIO FERREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, auxiliar geral, solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 06 de junho de 1990, residente e domiciliado na Rua Goiás, 1366, Setor 07, em Jaru-RO, filho de ANTONIO ALVES LINHARES e de ELIZABETH FERREIRA DA SILVA; e RAFAELA SANTOS COSTA de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Theobroma-RO, onde nasceu no dia 20 de junho de 1995, residente e domiciliada na Rua Goias, 1366, Setor 07, em Jaru-RO, filha de OSMAR COSTA DA SILVA e de ELZA DOS SANTOS LACERDA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Jaru-RO, 01 de agosto de 2013.
João Ricardo dos Santos Lacerda
Oficial Substituto

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVL DAS PESSOAS NATURAIS DE OURO PRETO DO OESTE-RONDÔNIA
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.540
JEREMIAS OLIVEIRA DA SILVA e MARGARET THATCHER CORTES DE OLIVEIRA
O Contraente: brasileiro, solteiro, autônomo, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascido aos 19/06/1987, filho de Moacir Lopes da Silva e Irene Oliveira da Silva, residente e domiciliado na Rua Roraima, 81, Nova Ouro Preto, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste – RO.
A Contraente: brasileira, solteira, administradora, natural de Ouro Preto do Oeste - RO, nascida aos 15/06/1990, filha de Joel Correia de Oliveira e Elvani Vieira Cortes de Oliveira, residente e domiciliada na Rua Luiza Bortollozzo Bulian, 176, Jardim Tropical, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste – RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA MARGARET THATCHER CORTES DE OLIVEIRA SILVA.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 05 de Agosto de 2013.
Oficial Lenise Hentschke

EDITAL DE PROCLAMAS Nº 13.541
EDVALDO LUIZ CUSTÓDIO e LEONI MASSAROLI
O Contraente: brasileiro, divorciado, serralheiro, natural de Fênix - PR, nascido aos 07/11/1971, filho de Luiz Jacinto Custódio e Maria Juita de Oliveira Custódio, residente e domiciliado na Av. Duque de Caxias, 752, Liberdade, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
A Contraente: brasileira, solteira, costureira, natural de Campo Mourão - PR, nascida aos 19/02/1973, filha de Angelino Massaroli e Paula Vieira Massaroli, residente e domiciliada na Rua Paraná, 96, Jardim Novo Estado, nesta cidade de Ouro Preto do Oeste - RO.
Os Contraentes após o casamento passarão a assinar: ELE SEM ALTERAÇÃO, E ELA LEONI MASSAROLI CUSTÓDIO.
Regime do Casamento: Comunhão Parcial de Bens.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei, lavro o presente Edital, para ser afixado neste Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais,..... Bel. Lenise Hentschke – Oficial.
Ouro Preto do Oeste - RO, 05 de Agosto de 2013.
Oficial Lenise Hentschke

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
095935 01 55 2013 6 00007 165 0002190 10
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: LUCIEL LUCIO DE JESUS e SUZANA REGINA DOS SANTOS TRETENE
ELE, o contraente, é solteiro, com vinte e um (21) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão mecânico, natural de Alvorada do Oeste-RO, nascido ao primeiro dia do mês de julho do ano de um mil e novecentos e noventa e dois (01/07/1992), residente e domiciliado na Rua Osmar Marcelino de Oliveira, nº 4511, Bairro Alto Alegre, em Urupá-RO, filho de CLEONICE LUCIA DE JESUS, brasileira, solteira, do lar, natural de Belo Horizonte-MG, nascida em 22/10/1969, residente e domicilado no mesmo endereço do contraente.

ELA, a contraente, é solteira, com dezoito (18) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão trabalhadora rural, natural de de Ouro Preto do Oeste-RO, nascida aos oito dias do mês de novembro do ano de um mil e novecentos e noventa e quatro (08/11/1994), residente e domiciliada na linha A-03, gleba 03, lote 26, zona rural, em Urupá-RO, filha de SERGIO ROBERTO TRETENE e de SANDRA REGINA DOS SANTOS TRETENE, brasileiros, trabalhadores rurais, casados, ele natural de Primeiro de Maio-PR, nascido em 16/06/1968, ela natural de Sertanopolis-PR, nascido em 05/02/1972, residentes e domiciliados no mesmo endereço da contraente.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: LUCIEL LUCIO DE JESUS e SUZANA REGINA DOS SANTOS TRETENE. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Urupá-RO, 05 de agosto de 2013.
Daieny Pires de Jesus
Oficiala e Tabeliã Substituta
Vencimento do Edital de Proclamas em 20/08/2013

COMARCA DE BURITIS

VARA ÚNICA

LIVRO D-013 FOLHA 266
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.866
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CLAUDEMIR ANTONIO DOS SANTOS, de nacionalidade brasileiro, agricultor, divorciado, natural de Iretama-PR, onde nasceu no dia 09 de outubro de 1968, residente e domiciliado na Linha 72, Km 23, PA Oriente, Zona Rural, em Buritis-RO, filho de FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS e de FLORÍZIA DA SILVA SANTOS; e LÁZARA DE PAULA DUARTE de nacionalidade brasileira, agricultora, divorciada, natural de Rio Vermelho, em Rondonópolis-MT, onde nasceu no dia 12 de agosto de 1966, residente e domiciliada na Linha 72, Km 23, PA Oriente, Zona Rural, em Buritis-RO, filha de JOÃO PAULO e de AGOSTINHA MARIANO DUARTE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
Buritis-RO, 01 de agosto de 2013.
Lucas Alves Santos
Escrevente

LIVRO D-013 FOLHA 267
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.867
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
WÂNDERSON FRANCISCO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, açougeiro, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 14 de maio de 1993, residente e domiciliado na Rua Barretos, 2588, Setor 06, em Buritis-RO, filho de JOSÉ APARECIDA DA SILVA e de LUZIA FRANCISCA DA SILVA; e LAUDICÉIA TEIXEIRA BATISTA de nacionalidade brasileira, recepcionista, solteira, natural de Capelinha-MG, onde nasceu no dia 11 de maio de 1994, residente e domiciliada na Rua Helenite Ferreira de Souza, 2103, Setor 07, em Buritis-RO, filha de ISRAEL ALMEIDA BATISTA e de JOVELINA TEIXEIRA BATISTA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
Buritis-RO, 01 de agosto de 2013.
Lucas Alves Santos
Escrevente

LIVRO D-013 FOLHA 268
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.868
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOÃO PAULO DE ALMEIDA, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 23 de junho de 1980, residente e domiciliado na Rua Primavera, s/n, Setor 03, em Buritis-RO, filho de BENEDITO VIEIRA DE ALMEIDA e de MARIA OSVALMIR DE ALMEIDA; e
LUCINEIA DA SILVA LOPES de nacionalidade brasileira, LAVRADORA, solteira, natural de Pirajá, em Itamarajú-BA, onde nasceu no dia 05 de abril de 1982, residente e domiciliada na Rua Primavera, s/n, Setor 03, em Buritis-RO, filha de ARNALDO LOPES e de MARINALVA EVANGELISTA DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
Buritis-RO, 01 de agosto de 2013.
Guilherme José de Almeida
Oficial

LIVRO D-013 FOLHA 269
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.869
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ALMIR DO NASCIMENTO LIMA, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Resplendor-MG, onde nasceu no dia 15 de fevereiro de 1963, residente e domiciliado na Linha C-22, Km 15, Gleba 01, PA São José do Buriti, Zona Rural, em Buritis-RO, filho de ALCI DE SOUZA LIMA e de ILZA LIMA DO NASCIMENTO; e MARTA GONÇALVES DE ANDRADE de nacionalidade brasileira, do lar, solteira, natural de Maringá-PR, onde nasceu no dia 24 de setembro de 1971, residente e domiciliada na Linha C-22, Km 15, Zona Rural, PA São José do Buriti, em Buritis-RO, filha de MARIO FIRBIDO DE ANDRADE e de NADIR GONÇALVES DE ANDRADE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (Provimento 0007/2011-CG).
Buritis-RO, 02 de agosto de 2013.
Aislan Rodrigues de Souza
Escrevente Autorizado